

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012  2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2015

VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS
ESTRATÉGICOS

**RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO
DO PPA 2012-2015**
ANO BASE 2015

**VOLUME II
PROGRAMAS TEMÁTICOS**

Brasília - DF
2016

SUMÁRIO

PROGRAMA:2012 – Agricultura Familiar.....	5
PROGRAMA:2013 – Agricultura Irrigada.....	25
PROGRAMA:2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.....	39
PROGRAMA:2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS).....	62
PROGRAMA:2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.....	108
PROGRAMA:2017 - Aviação Civil.....	124
PROGRAMA:2018 – Biodiversidade.....	141
PROGRAMA:2019 - Bolsa Família.....	158
PROGRAMA:2020 - Cidadania e Justiça.....	171
PROGRAMA:2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.....	191
PROGRAMA:2022 – Combustíveis.....	218
PROGRAMA:2023 - Comércio e Serviços.....	235
PROGRAMA:2024 - Comércio Exterior.....	253
PROGRAMA:2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia.....	272
PROGRAMA:2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos.....	295
PROGRAMA:2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso.....	310
PROGRAMA:2028 - Defesa Agropecuária.....	332
PROGRAMA:2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.....	354
PROGRAMA:2030 - Educação Básica.....	379
PROGRAMA:2031 - Educação Profissional e Tecnológica.....	399
PROGRAMA:2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.....	412
PROGRAMA:2033 - Energia Elétrica.....	429
PROGRAMA:2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial.....	450
PROGRAMA:2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos.....	466
PROGRAMA:2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios.....	480
PROGRAMA:2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	495
PROGRAMA:2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública.....	506
PROGRAMA:2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.....	519
PROGRAMA:2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres.....	534
PROGRAMA:2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral.....	548
PROGRAMA:2042 - Inovações para a Agropecuária.....	564
PROGRAMA:2043 - Integração Sul-Americana.....	578

PROGRAMA:2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude.....	594
PROGRAMA:2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental.....	608
PROGRAMA:2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida.....	623
PROGRAMA:2047 - Micro e Pequenas Empresas.....	642
PROGRAMA:2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito.....	657
PROGRAMA:2049 - Moradia Digna.....	673
PROGRAMA:2050 - Mudanças Climáticas.....	684
PROGRAMA:2051 - Oferta de Água.....	696
PROGRAMA:2052 - Pesca e Aquicultura.....	708
PROGRAMA:2053 - Petróleo e Gás.....	734
PROGRAMA:2054 - Planejamento Urbano.....	747
PROGRAMA:2055 - Desenvolvimento Produtivo.....	756
PROGRAMA:2056 - Política Espacial.....	783
PROGRAMA:2057 - Política Externa.....	799
PROGRAMA:2058 - Política Nacional de Defesa.....	819
PROGRAMA:2059 - Política Nuclear.....	853
PROGRAMA:2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga.....	871
PROGRAMA:2061 - Previdência Social.....	881
PROGRAMA:2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.....	896
PROGRAMA:2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência.....	912
PROGRAMA:2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.....	925
PROGRAMA:2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.....	943
PROGRAMA:2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	966
PROGRAMA:2067 - Resíduos Sólidos.....	983
PROGRAMA:2068 - Saneamento Básico.....	992
PROGRAMA:2069 - Segurança Alimentar e Nutricional.....	1006
PROGRAMA:2070 - Segurança Pública com Cidadania.....	1025
PROGRAMA:2071 - Trabalho, Emprego e Renda.....	1050
PROGRAMA:2072 - Transporte Ferroviário.....	1065
PROGRAMA:2073 - Transporte Hidroviário.....	1083
PROGRAMA:2074 - Transporte Marítimo.....	1094
PROGRAMA:2075 - Transporte Rodoviário.....	1109
PROGRAMA:2076 - Turismo.....	1125

PROGRAMA 2012 - PROMOÇÃO À AGRICULTURA FAMILIAR

Visão geral do Programa

O Programa de Agricultura Familiar foi concebido para organizar e coordenar as diversas frentes de ação que compõem a estratégia do Governo Federal de fortalecimento da agricultura familiar, como meio de promover um desenvolvimento econômico socialmente mais justo e ambientalmente mais sustentável, uma vez que a agricultura familiar é um setor da economia que vem sofrendo com a concentração de conhecimento e riqueza no meio rural das últimas décadas e que tem grande disposição e interesse em conciliar a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais. No PPA 2012-2015, as frentes de ação do Programa de Agricultura Familiar estão enquadradas nos seguintes objetivos estratégicos:

- Obj. 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.
- Obj. 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
- Obj. 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.
- Obj. 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.
- Obj. 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.
- Obj. 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Principais desafios e resultados da política

Os principais desafios da política foram:

- Expandir o acesso ao crédito para públicos prioritários como jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares com produção de base orgânica e agroecológica;
- Ampliar a oferta de serviços de ATER qualificada e continuada, com atenção especial às famílias em situação de pobreza;
- Organizar a agricultura familiar para atender melhor a demanda, especialmente dos mercados institucionais;
- Ampliar a oferta de produtos produzidos em base orgânica e agroecológica.

A concessão de crédito expandiu continuamente, tendo o valor total disponibilizado no âmbito do Plano Safra da Agricultura Familiar saltado de R\$16 bilhões na safra 2011/2012 para R\$28,9 bilhões na safra 2015/2016. Paralelamente à evolução do volume de recursos, a política de crédito do Pronaf passou por aperfeiçoamentos importantes com o lançamento de linhas específicas de investimento, como aquelas voltadas para o semiárido e para sistemas de produção de base agroecológica. Além disso, a proporção de contratos assinados por mulheres vem crescendo. Apesar das importantes transformações na política de crédito, frisa-se que ainda há um desafio para ampliar a contratação efetiva das linhas de crédito para jovens, povos e comunidades tradicionais e sistemas agroecológicos, assim como um desafio de reverter a tendência de concentração do crédito, perceptível quando se observa que o número de contratos não vem acompanhando o crescimento do volume contratado, e que reflete uma redução do acesso ao crédito por agricultores familiares menos dinâmicos.

A oferta de ATER também foi ampliada, porém os recursos para a contratação dos serviços, para a formação de técnicos e para a inovação ainda estão muito aquém do necessário para que esse objetivo estratégico seja atingido satisfatoriamente. A ATER Brasil Sem Miséria contribuiu para a inclusão produtiva de milhares de famílias em situação de pobreza. É uma iniciativa a ser continuada. As ações para a organização da agricultura familiar contam com poucos recursos. Houve avanços com a implementação da ATER Mais Gestão, cuja metodologia está sendo aprimorada para o próximo período do PPA. A ampliação da oferta de produtos a partir de base orgânica e agroecológica depende de uma grande coordenação de ações em nível interministerial. Os incentivos governamentais para a ampliação da produção agroecológica ainda estão muito aquém dos incentivos que o mercado oferece para a produção convencional.

Evolução dos indicadores

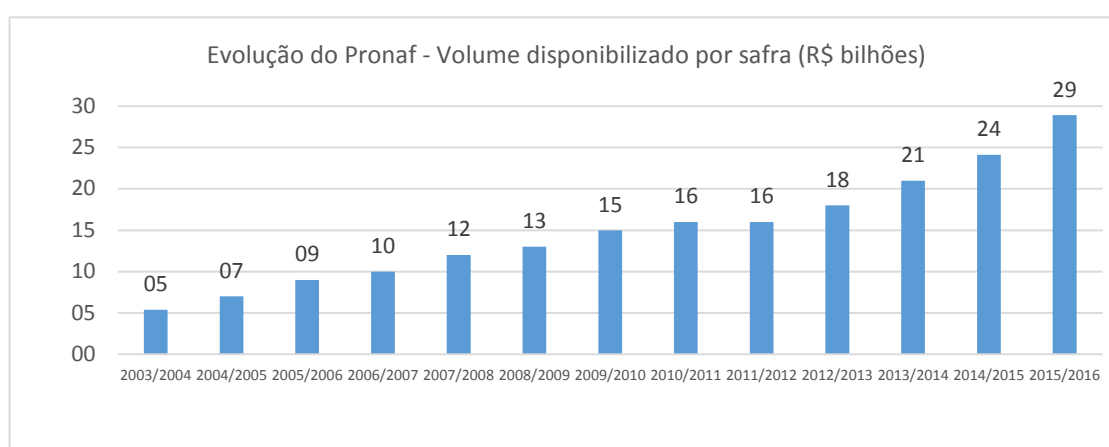
Com a finalidade de mensurar os avanços no fortalecimento da agricultura familiar, foram definidos os cinco indicadores a seguir:

- Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar
- Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar
- Área total utilizada para a produção da agricultura familiar

- Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar
- Valor bruto da produção da agricultura familiar

Ocorre que os três últimos indicadores têm como fonte da informação o Censo Agropecuário, que é realizado decenalmente, sendo que o último foi feito em 2006. Desse modo, não existem dados que permitam observar a evolução desses três últimos indicadores.

Por outro lado, nos quatro anos de vigência do PPA 2012-2015, os recursos disponibilizados para o crédito rural no âmbito do Plano Safra da Agricultura Familiar evoluíram de R\$16,0 bilhões (safra 2011-2012) para R\$28,9 bilhões (safra 2015-2016), conforme o gráfico abaixo.



Fonte: SAF/MDA

Outro indicador que não necessariamente depende do censo agropecuário é a renda domiciliar per capita da agricultura familiar, cuja metodologia de cálculo foi estabelecida pela SPI/MP em 2011 e permite o cálculo a partir da variável “Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência” para a qual foram selecionados os dados referentes aos itens “06 – conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos”, “11 – trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “13 – trabalhador na produção para o próprio consumo” da Pnad /IBGE. Os valores apurados com essa metodologia para 2013 e 2014 foram, respectivamente, R\$512,19 e R\$566,63. Os resultados da Pnad 2015 serão publicados somente em setembro de 2016.

Objetivos e metas mais relevantes, destacando os avanços e dificuldades

Os Objetivos mais relevantes são o 0411, 0412, 0413 e 0760. O Objetivo 0411 lida com os instrumentos básicos de financiamento da produção e redução de riscos climáticos e de mercado, fundamentais para o setor agropecuário de qualquer país. O Objetivo 0412 refere-se à oferta de serviços de ATER pública, como meio de qualificar os agricultores familiares para que produzam com competitividade e sustentabilidade, compartilhando conhecimento,

ampliando as oportunidades e tornando-os independentes dos pacotes tecnológicos impostos pelas corporações que dominam o agronegócio. O Objetivo 0413 visa promover a organização da agricultura familiar para que amplie o acesso a mercados públicos e privados. O Objetivo 0760, por sua vez, corresponde ao trabalho de coordenação da estratégia de todo o governo federal em busca de avanços na produção de base orgânica e agroecológica, que é de vital importância para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Financiamento da produção e instrumentos de redução de riscos (Objetivo 0411)

Financiamento da produção

A atuação do MDA no financiamento da produção se restringe ao crédito PRONAF, e é da natureza do crédito bancário que o contratante tenha que conquistar a confiança do agente financeiro. Ao longo dos últimos anos, as linhas de crédito passaram por adequações para contemplar públicos prioritários, como indígenas e quilombolas.

O volume de recursos colocados à disposição dos agricultores familiares para operações de crédito rural do Pronaf, nos últimos quatro anos, foi de R\$ 79 bilhões. O montante contratado nesse período foi de mais R\$ 75 bilhões. O número de famílias que acessaram os financiamentos rurais do Pronaf, no período 2012 a 2015 foi de mais de 4 milhões. Do total de operações efetivadas, cerca de 29% foram para mulheres, o que demonstra que a proporção de operações efetivadas por mulheres vem crescendo.

As operações de custeio efetivadas pelos agricultores familiares corresponderam a 1,9 milhão de contratos de 2012 a 2015. Na média, a quantidade de operações de custeio para o período foi de 478,2 mil, sendo que em 2015 o número foi maior, alcançando 576,5 mil.

Os agricultores familiares de pequeno porte realizaram 1,7 milhão de operações de microcrédito produtivo rural orientado entre 2012 e 2015, em conformidade com a metodologia do Plano Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Esta política ampliou a qualificação do crédito, bem como promoveu o desenvolvimento econômico e social dos agricultores familiares menos estruturados, ao realizar financiamentos de crédito rural com agentes que orientam e acompanham a aplicação e a devolução dos recursos contratados. Em 2015, o microcrédito produtivo orientado no âmbito da agricultura familiar respondeu por 448,7 mil operações de crédito rural. Estas operações concentraram-se em sua maioria na região Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, característica observada também nos três anos anteriores.

Na aquisição de equipamento e máquinas, entre 2012 e 2015, os agricultores familiares realizaram 582,4 mil operações de crédito rural. No último ano deste período foram contratadas 93,9 mil operações. O sucesso da linha Mais Alimentos, cuja meta mais claramente diz respeito ao acumulado no período 2012-2015 foi atingida quase seis vezes.

Seguro da Agricultura Familiar

Entre as safras 2011/2012 e 2014/2015, 1.741.455 contratos de seguro de produção foram realizados. Na safra 2014-2015, o Seaf amparou mais de 405 mil lavouras de agricultores familiares, com um valor total segurado da ordem de R\$ 8,4 bilhões.

Garantia Safra

O Programa Garantia Safra tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. A meta foi cumprida para a área de atuação da Sudene, porém não houve implantação do Programa na região Norte. Na área de atuação da Sudene a meta de acesso ao programa foi superada, porém o foco agora deixa de ser a expansão do número de famílias aderidas, mas sim o aprimoramento da convivência com o semiárido, de modo que reduza a ocorrência de perdas.

ATER (Objetivo 0412)

Entre 2011 e 2015, o MDA celebrou 539 contratos de ATER com serviços pactuados para 622.283 famílias de agricultores familiares, dentre as quais 553.210 receberam o serviço até 31/12/2015. Ao final de 2015, havia 265 contratos vigentes contemplando 292.535 famílias, dentre as quais 263.987 receberam os serviços efetivamente até 31/12/2015.

Entre os principais avanços na implementação da política de ATER no período, estão a capacidade de atuação nacional, a consolidação da Lei de ATER (Lei 12.188/2010) e o alcance de programas de governo, como o PBSM e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que tiveram na ATER seu elemento fundamental. Ao mesmo tempo, iniciativas setoriais em torno de uma agricultura sustentável buscaram trabalhar a temática da produção e da preservação ambiental como fatores essenciais aos agricultores. Por fim, através das parcerias estabelecidas, foi possível a execução de uma ATER voltada para organizações de agricultores familiares e de uma ATER voltada para pescadores artesanais e aquicultores familiares.

Entre as principais dificuldades encontradas na implementação da política de ATER, destaca-se que houve dificuldades de captar uma demanda qualificada para receber serviços de ATER. Urge, portanto, construir um modelo de captação qualificada da demanda por ATER que incentive a participação ativa de estados, municípios e territórios rurais, de forma que as políticas públicas sejam viabilizadas em um contexto de ações locais de desenvolvimento e melhor foco de atuação.

Além disso, permanecem desafios para a melhoria da implementação da contratação e monitoramento dos serviços de ATER, incluindo investimentos para melhoria e conclusão do desenvolvimento do SIATER (sistema de informação previsto na Lei 12.188/2010 e no Decreto 7.215/2010) e avanços para a pactuação interfederativa de recursos e objetivos. Questões que espera-se sejam vencidas com a instituição da ANATER.

Considerando que a Lei 12.188/2010 implicou uma alteração profunda no funcionamento do programa e que o novo marco normativo teve que ser criado com inúmeras inovações e instrumentos, tem-se que o objetivo de ampliar e qualificar os serviços de ATER e de inovação tecnológica para a agricultura familiar atingiu seus objetivos.

No ano de 2015, o Seminário de Avaliação dos Serviços de ATER e o Seminário de Boas Práticas de ATER mostraram que há várias experiências positivas da ATER no meio rural no País. Além disso, o tema da ATER foi permanente nos debates envolvendo políticas públicas, com forte demanda para novas chamadas públicas. Os movimentos sociais também marcaram o tema ATER como fundamental em suas pautas de reivindicações e o Congresso Nacional também pautou o tema em seus debates.

A própria instituição da ANATER, na prática uma instituição que irá aprofundar e dinamizar o modelo de ATER, deve ser observada como um avanço quanto ao grau de importância que essa política recebe no atual momento.

Organização da agricultura familiar (Objetivo 0413)

ATER Mais Gestão

O MDA tem ao longo dos últimos quatro anos envidado esforços para o desenvolvimento das organizações econômicas da Agricultura Familiar por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural na área de gestão – ATER MAIS GESTÃO.

Por meio do programa ATER Mais Gestão, que busca profissionalizar e dar suporte às cooperativas e a outras organizações econômicas da agricultura familiar, foram investidos, entre 2012 e 2015, em torno de R\$ 60 milhões na qualificação de 471 cooperativas da agricultura familiar, com o intuito de inseri-las, especialmente, nos mercados de compras institucionais (PAA, PNAE e PNPB). Quase 100 mil famílias são associadas a essas organizações.

Além das ações desenvolvidas por meio da assistência técnica em gestão, o ministério realizou parcerias com organizações da sociedade civil e governos estaduais no sentido de promover a organização da agricultura familiar por meio da constituição e fortalecimento de empreendimentos econômicos. Os projetos tinham entre seus objetivos a ampliação do quadro social; o acesso a mercados institucionais, privados e diferenciados; a agregação de valor, por meio da agroindustrialização; aumento da produtividade, e fortalecimento de redes e centrais de comercialização.

Houve uma ampliação no número de organizações econômicas da agricultura familiar - OEAF em praticamente todas as unidades da federação, exceto o Ceará, com uma evolução no quadriênio de 154%. Além disso, observa-se também um crescimento no número sócios inseridos nesses empreendimentos de 81% (Fonte: Base de dados da DAP/SAF/MDA). Esses dados indicam um fortalecimento da agricultura familiar por meio da organização econômica de seus empreendimentos, na medida em que a comercialização dispensa a figura do atravessador, e com isso, é possível alcançar melhores preços de venda e melhoria na renda familiar.

Outro resultado significativo é o ganho de escala que as organizações econômicas têm com a ampliação da base de associados, superando assim, um importante gargalo da agricultura familiar para a comercialização em médios e grandes centros.

Dando prosseguimento às ações de fortalecimento das organizações econômicas da Agricultura Familiar, o ministério instituiu com a Portaria Ministerial nº 204/2015, o Programa Nacional de Fomento e Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo Solidário da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – COOPERAF, que visa apoiar o cooperativismo e associativismo da agricultura familiar, por meio de, entre outros, oferta de ações de assistência técnica, apoio a qualificação de processos de gestão, produção e comercialização, organização social e formação técnica.

Compras públicas

PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo suplementar a alimentação escolar, visando o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, conforme definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O MDA participa colaborativamente na busca do cumprimento da obrigatoriedade legal da aquisição mínima de 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar.

As informações do FNDE mostram que, em 2012, 3.506 municípios adquiriram produtos da Agricultura Familiar, sendo que 1.577 atingiram pelo menos o percentual mínimo exigido por lei (30%). Em 2013, o número de municípios que adquiriram da agricultura familiar aumentou para 3.563, porém houve pequena redução da participação daqueles que cumpriram o mínimo exigido. Já em 2014 observa-se considerável aumento do número de municípios com registro de aquisição da agricultura familiar. Ao todo foram 4.258 municípios, sendo que destes 2.174 cumpriram o que a lei determina.

PAA

Operada por meio de organizações da agricultura familiar, a modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos para Formação de Estoques disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoques de produtos para posterior comercialização. O limite anual de recursos por organização e por agricultor familiar é definido pelo Grupo Gestor e não é cumulativo com as demais modalidades de doação, desde que realizada liquidação financeira. Essa modalidade utiliza-se da Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Jurídica, ou seja, alcança as famílias BSM que já estão inseridas em organizações formais com CNPJ. Para avançar na execução dessa modalidade, teve início, no ano de 2013, ação do MDA com foco na gestão de cerca de 400 cooperativas, sendo que um dos objetivos é que seja estimulado o acesso aos mercados por meio da modalidade de Apoio à Formação de Estoques. Somadas a execução MDA e MDS durante a vigência do PPA, no total da modalidade foram atendidos 11.563 agricultores do BSM pela modalidade Apoio à Formação de Estoque, sendo 3.061 em 2012, 3.943 em 2013, 4.559 de janeiro a dezembro de 2014 e 2.778 atendidos com recursos do MDA em 2015.

Biodiesel

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004, é hoje uma política consolidada. No âmbito deste Programa, em média, nos últimos quatro anos, mais de 80 mil famílias por ano participam do fornecimento de matérias-primas para a produção de biodiesel por meio do Selo Combustível Social, um interessante arranjo de comercialização da agricultura familiar com o mercado privado, concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível e a redução de disparidades regionais.

Em 2015 a aquisição de matérias-primas produzida por agricultores familiares pelas indústrias produtoras de biodiesel totalizou mais de R\$ 3,5 bilhões para este público. O número de cooperativas habilitadas a cada ano desde 2012 foi significativo e em 2015 mais de 100 cooperativas de agricultores familiares estavam habilitadas a comercializar no âmbito do PNPB. Em abril estarão consolidados os dados de 2015, ano de provável recorde de produção de biodiesel e, conseqüentemente, de maior volume de matéria prima adquirido da agricultura familiar em todo o período de existência do Selo Combustível Social, sendo o primeiro após o aumento do percentual obrigatório de mistura ao diesel para 7%.

Várias estratégias foram adotadas nos últimos quatro anos para ampliar a participação dos agricultores familiares no Programa, principalmente por meio de alterações normativas que privilegiassem a diversificação da produção de matérias-primas.

A assistência técnica prestada pelas indústrias e cooperativas é uma das principais conquistas trazidas pelo Selo Combustível Social. Entre 2012 e 2014 foram investidos em média cerca de R\$ 35 milhões na prestação de serviços de assistência técnica custeada pelas empresas produtoras de Biodiesel.

Agroecologia (Objetivo 0760)

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, é o principal instrumento para a implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO. O art. 6º do Decreto 7.794/2012 institui o PLANAPO e define seu conteúdo mínimo.

O PLANAPO foi elaborado de forma participativa com a sociedade e teve seu lançamento em 17 de outubro de 2013. Essa primeira edição, composta por 14 metas distribuídas em quatro eixos: produção, consumo, recursos naturais e conhecimento e 125 iniciativas teve sua finalização em 2015.

O PLANAPO tem como objetivo articular e implementar um conjunto de programas e ações de fortalecimento e ampliação da agricultura de base agroecológica, da transição agroecológica e da sociobiodiversidade, bem como estimular processos sustentáveis de uso e manejo da agrobiodiversidade e sociobiodiversidade. Isso possibilita a melhoria da qualidade de vida e de renda, aumento da oferta e consumo de alimentos saudáveis e uso sustentável dos recursos naturais.

O Plano já fortaleceu a produção familiar orgânica, com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), oferecidos aos agricultores por meio do instrumento das Chamadas Públicas lançadas pelo MDA. Chamadas em Agroecologia e Sustentabilidade atenderam 132.744 famílias e executaram R\$324 milhões até 2014 e incluíram pelo menos 50% de mulheres nas chamadas. Dentre suas diversas ações, destaca-se também a disponibilização de R\$ 7 bilhões pelo governo federal, em crédito rural, por via do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Plano Agrícola e Pecuário, hoje os/as agricultores/as familiares somam 80% dos produtores/as certificados/as na lei de orgânicos e o Brasil ganhou destaque no cenário internacional, tornando-se o 2º país em área de produção orgânica do mundo. Além disso, houve vários editais do MDA com o CNPq para núcleos de agroecologia nas universidades.

Educação

No período de 2012/2015, no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego - PRONATEC, foram qualificados 13 mil jovens agricultores, do total de 25 mil vagas ocupadas pela Agricultura Familiar na modalidade Pronatec Campo, no período. Outros 5 mil jovens agricultores familiares participaram de curso de extensão em agroecologia e desenvolvimento rural. A partir de 2013 foram lançados três editais para apoiar a constituição de 100 Núcleos em Agroecologia - NEAs em universidades públicas e privadas sem fins lucrativos sendo que destes 25 NEAs estão em órgãos estaduais de pesquisa agropecuária - OEPAS e Unidades da Embrapa.

Mercado

Visando qualificar e ampliar o objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos no mercado, foi realizado o apoio à participação das organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica nas seguintes feiras e eventos realizados em 2015:

- Biobrazil/ Biofach América Latina 2015 - Trata-se de uma feira de negócios que permite também a comercialização direta dos produtos.
- NaturalTech – 11ª Feira Internacional de Alimentação Saudável, Produtos Naturais e Saúde - único evento brasileiro de negócios voltado ao segmento de produtos naturais.
- I encontro com produtores orgânicos para o fornecimento de alimentação escolar. O objetivo do encontro foi mapear a oferta de produtos orgânicos e debater sua inserção na alimentação escolar de São Paulo.
- Biofach - Este espaço foi de suma importância para apresentação da política pública do Governo Federal voltada para o setor de orgânicos e de produção de base agroecológica como Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e também sobre as diferentes formas de garantias de produtos orgânicos, previstas na legislação brasileira.

Crédito

Embora ainda não se tenha um dado preciso acerca da quantidade de famílias atendidas, dados do Banco Central - BACEN indicaram que o Pronaf Agroecologia teve 62 operações de crédito no segundo semestre de 2015, quando se iniciou a contagem dessa linha de crédito. O Pronaf Produção Orgânica entre as Safras de 2014 e 2015 obteve 1911 operações de crédito.

Considerações Finais

O Programa de Agricultura Familiar teve grande reflexo “na ponta” com expressiva expansão do crédito e da ATER, incluindo apoio à gestão de empreendimentos da agricultura familiar e à produção de base sustentável. As mulheres rurais passaram a ter maior protagonismo e visibilidade, tanto para agentes de crédito como nos serviços de ATER.

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453	31/12/2006	80.250.453
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R\$ bilhão	30/06/2011	16	04/07/2012	18	06/06/2013	21	30/06/2014	24,1	22/06/2015	28,9
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R\$/ha	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89	31/12/2006	1,89
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R\$	01/09/2009	337,07	30/09/2011	386,29	30/09/2012	448,43	30/09/2013	512,19	30/09/2014	566,56
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R\$	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701	31/12/2006	54.367.701

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Quadro de Metas

Objetivo: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)	2.700.000,00	Toneladas	104.000,00	A aquisição de alimentos só ocorre quando há defasagem de preços e o governo precisa adquirir para garantir o preço aos agricultores. Nos anos de vigência do PPA, considerando o comportamento dos preços da AF, não houve necessidade de realizar maiores aquisições.
Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	750.000,00	Contratos	1.700.026,00	
Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar	5.000,00	Pessoas Jurídicas da Agricultura Familiar	5.278,00	
Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar	750.000,00	Contratos	1.912.885,00	
Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	1.000.000,00	Contratos	1.162.086,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos	110.000,00	Equipamentos	582.392,00	
Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo	3.000.000,00	Contratos	7.060.515,00	
Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar	650.000,00	Contratos	1.741.455,00	ATENÇÃO: A unidade da meta não é "Famílias" e sim contratos. Em relatório anterior, constou o número 1.985.940, que não estava correto. O acumulado em 2014 era 1.335.940. O acumulado em 2015 é 1.741.455.

Objetivo: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização	3.000,00	Pessoas jurídicas	471,00	O universo de DAPs PJ válidas totalizava apenas 430 em 2011. Os contratos de ATER são plurianuais, de modo que aqueles celebrados em 2012 estão encerrando no primeiro semestre de 2016. O universo de CNPJ cresceu rapidamente para 4.083 até 2015. A partir de avaliações do serviço prestado, em 2015 foi desenvolvida metodologia para uma captação mais qualificada de demanda, que resultou em edital de adesão para assistir 1000 empreendimentos em 2016, entre cooperativas e associações.
Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas	17.292,00	Conselheiros Municipais	4.000,00	Neste ano de 2015, foram capacitadas, aproximadamente, 4.000,00 pessoas.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito	750.000,00	Agricultores Familiares	530.000,00	Como os resultados foram alcançados por meio de convênios firmados anteriores a 2010 e vigentes em parte do período 2011-2015 não houve agregação de novos beneficiários. Por isso, os números não alteraram.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público	15.000,00	Famílias Indígenas	5.830,00	As chamadas públicas de ATER no âmbito do BSM, lançadas em 2015, contemplando famílias indígenas nos Estados Mato Grosso do Sul, Amazonas, Acre e Sergipe ainda encontram-se em processo de contratação. O não atingimento da meta deveu-se principalmente a quantidade de lotes vazios nas chamadas públicas.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público	20.000,00	Famílias Quilombolas	5.660,00	O não atingimento da meta deveu-se principalmente a quantidade de lotes vazios nas chamadas públicas.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária	750.000,00	Assentados	363.947,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção	10.000,00	Famílias de agricultores familiares	22.200,00	Os contratos da chamada pública 05/2013, alguns firmados em 2014, continuaram em execução em 2015. Em 2016 haverá uma avaliação dos contratos.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado	253.000,00	Famílias	498.150,00	
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono	50.000,00	Famílias extrativistas	26.054,00	Além dos resultados expressos, houve chamada pública para mais 46 mil famílias, que inclui extrativistas, porém sem identificação precisa no Sistema, optou-se por apresentar apenas o valor contratado diretamente para esse público.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos	500.000,00	Famílias	124.030,00	Restrições orçamentárias dos exercícios 2013, 2014 e 2015, com redução do limite, não permitiram o atingimento da meta.
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais	50.000,00	Jovens rurais	66.372,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável	600.000,00	Famílias	123.727,00	Restrições orçamentárias dos exercícios 2013, 2014 e 2015, com redução do limite, não permitiram o atingimento da meta.
Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais	1.500.000,00	Famílias	1.355.557,00	
Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres	38.050,00	Agentes qualificados	37.500,00	

Objetivo: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais	6.800,00	Organizações da agricultura familiar	7.233,00	
Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria	220.000,00	Famílias	93.000,00	Por dificuldades de logística e coordenação com a ATER, a estratégia de distribuição de sementes estava tendo baixa efetividade e por isso a parceria com a Embrapa foi interrompida em 2014.
Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado	100,00	%	81,04	O baixo alcance da meta se justifica pela dificuldade do agricultor familiar em obter toda documentação necessária para estar apto a participar e fornecer os produtos da agricultura para os municípios.
Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	10,00	Cooperativas	11,00	
Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	5.000,00	Famílias da agricultura familiar	2.453,00	
Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel	90,00	Cooperativas da agricultura familiar	77,00	

Objetivo: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão	1.500,00	Organizações	1.405,00	
Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher	70.000,00	Mulheres	7.557,00	Os dados da Matriz de Dados de Crédito Rural para as operações no âmbito do Pronaf, por subprograma ou linha de crédito só ficaram disponíveis a partir de julho de 2015, com os registros estaduais. Nesse sentido, por diversos anos os dados não estiveram disponíveis para esta linha de crédito quanto menos sua distribuição regional. Desta forma, os dados apresentados representam aqueles que tivemos acesso. Nesse sentido, não se pode afirmar ou não o cumprimento da meta.
Atender 820 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres	3.200,00	Organizações produtivas de mulheres	720,00	
Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais	200,00	Agentes de crédito	69,00	O cumprimento da meta deu-se através da realização das reuniões técnicas sobre o Plano Safra em 2013, 2014 e 2015. Entretanto, não foi realizada capacitação específica para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para as mulheres rurais devido às dificuldades de articulação com agentes de crédito para a composição de agendas de formação.
Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres	200,00	Técnicos de ATER	723,00	A execução desta meta deu-se através de capacitação realizada no âmbito do MDA e também através de parcerias com Universidades e Institutos Federais para a formação de técnicos das Chamadas de ATER sobre o trabalho com agroecologia e gênero.

Objetivo: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Objetivo: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)	25.000,00	agricultores e agricultoras familiares	8.307,00	
Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.	200,00	Pessoas jurídicas	275,00	
Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais	500.000,00	Famílias	1.973,00	

Objetivo: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.033.928	6.852.877	4.585.730	24.941.716	17.408.456
Despesas Correntes	5.631.809	6.450.758	4.485.382	22.581.655	16.772.444
Despesas de Capital	402.119	402.119	100.348	2.360.062	636.012
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	6.033.928	6.852.877	4.585.730	24.941.716	17.408.456

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2013 – AGRICULTURA IRRIGADA

Visão Geral do Programa

O Programa Agricultura Irrigada foi elaborado a partir da premissa de que o crescimento populacional estimado para os próximos anos aumentará a demanda por alimentos, e que o uso da agricultura irrigada tem grande potencial para elevar a oferta de alimentos em bases sustentáveis, permitindo produtividades mais expressivas e maior segurança à atividade agrícola, além de promover a geração de emprego e renda e contribuir de forma decisiva para a competitividade da agropecuária brasileira. Os desafios para ampliar a prática da agricultura irrigada estavam relacionados à ampliação da área que utiliza técnicas de irrigação e drenagem no país, tanto em projetos públicos como privados, e à promoção da atuação eficiente e sustentável dos projetos públicos de irrigação já existentes, permitindo sua evolução no processo de transferência de gestão aos irrigantes.

No período de 2012 a 2015 buscou-se fortalecer as políticas do setor agropecuário, como a regulamentação da Política Nacional de Irrigação e a implementação de seus instrumentos, com ênfase na formulação dos planos de irrigação e prestação de Assistência Técnica aos irrigantes. Destacaram-se ainda ações voltadas para viabilizar a produção agrícola em Projetos Públicos de Irrigação (PPI), implantando-se infraestruturas para irrigação em novas áreas e em PPIs já existentes, bem como viabilizando atividades relacionadas à gestão sustentável dos projetos.

Para dar maior eficiência, eficácia e efetividade ao Programa Temático Agricultura Irrigada ele foi dividido em 4 Indicadores, 9 Objetivos, 23 Metas e 90 Iniciativas, das quais 23 individualizadas.

No início do PPA 2012-2015, as ações para aumento do aproveitamento de áreas com infraestruturas de irrigação implantadas tiveram sucesso. De acordo com o indicador “intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação”, que mede a quantidade de área em produção por área com infraestrutura implantada, o valor de 59% em 2012 subiu para 61,6% nos anos de 2013 e 2014. Entretanto, no ano de 2015 esse indicador teve uma redução para 54,6%, sendo que o principal fator responsável por essa queda foi a grave estiagem que vem ocorrendo em diversas regiões do Brasil, ocasionando indisponibilidade hídrica e, conseqüentemente, impossibilitando a produção nas áreas que utilizam a água como insumo produtivo. Mas outros projetos já se encontram com suas infraestruturas implantadas ou em fase final de ocupação, devendo entrar em produção nos próximos anos.

O Programa Agricultura Irrigada contempla ainda outros 3 indicadores (Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação, Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação, Área Irrigada total no Brasil). Os dois primeiros foram elaborados a partir da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006, publicada em 2012. Entretanto, uma próxima edição do Censo não foi realizada, o que tornou intempestivos esses

indicadores. O terceiro indicador (Área Irrigada total no Brasil) também seria confirmado decenalmente pelo Censo Agropecuário do IBGE, mas havia a expectativa de que fosse estimado pela Agência Nacional de Águas (ANA) nos informes anuais do "Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos". Entretanto, nos últimos informes não houve alteração desse indicador.

Constata-se que a implantação de projetos públicos de irrigação desempenha importante papel não só pelo ganho em área produtiva com técnicas de irrigação, mas também pela função social, na geração de emprego e renda para a população rural.

Visão dos principais atributos do programa

Quanto aos esforços para fortalecer a Política Nacional de Irrigação, destaca-se a conclusão da meta “Elaborar e aprovar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação”. Através do Projeto de Lei nº 6.381, de 2005, foi aprovada a Lei nº 12.787, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação, publicada no DOU em 14 de janeiro de 2013, sendo revogada a Lei nº 6.662/1979.

A meta “Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação” encontra-se em andamento. O processo de regulamentação iniciou-se de modo fracionado, com quatro minutas de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013, que tramitavam em diferentes órgãos da administração federal. Em 2014, o governo reanalisou as propostas com a finalidade de otimizar o tempo de trâmite. Em 2015, a finalização da proposta da minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787, agregando as contribuições dos setores afins foi considerada um avanço relevante para a temática. Foi instituído um Grupo de Trabalho para tratar e acompanhar os trâmites até a publicação do Decreto.

Quanto à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, foram atingidos avanços expressivos na elaboração de planos de irrigação, na construção do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação (SINIR) e no programa de capacitação em agricultura irrigada.

Os Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem passaram a ser elaborados a partir de 2012, com a publicação do Plano Diretor Estadual de Minas Gerais – PAI-MG. No ano seguinte foi elaborado o Plano Diretor Estadual do Rio Grande do Sul. Em 2014, iniciou-se o processo de contratação de empresa para elaboração do Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal, sendo o primeiro produto entregue em 2015. Quanto aos demais Planos Diretores de Irrigação, o governo celebrou, com cinco Estados da Federação (Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraná e Piauí), Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com vigência até 2020, visando ao apoio técnico e financeiro à elaboração dos planos estaduais de irrigação.

Com relação ao Plano Nacional de Irrigação, ocorreu a publicação da Portaria nº 115, de 18 de junho de 2015, que teve por objetivo aprovar o estudo intitulado “Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil”, na forma de seu Relatório Técnico Final, como parte integrante do Plano Nacional de Irrigação.

Em 2014, entrou em operação o Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação (SISPPI), parte do primeiro módulo do SINIR, que encontra-se em operação. Trata-se de um projeto que busca consolidar os dados sobre os Projetos Públicos de Irrigação existentes no País, bem como agregar informações gerais deles, tais como localização geográfica, área irrigável, área irrigada por método e sistema de irrigação, principais culturas exploradas, valor bruto de produção, organização de produtores e cooperativas existentes no projeto e vias de acesso. Espera-se para breve a conclusão da parte do sistema referente aos indicadores de PPIs para, em seguida, avançar-se na implementação dos módulos restantes.

Para promover a capacitação para a Agricultura Irrigada avaliou-se, inicialmente, o panorama dos programas de capacitação a partir das interlocuções com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias. Desde 2011, tem-se avaliado isoladamente alternativas de formato e conteúdo de programa de capacitação, a partir de um relatório de consultoria que apontou os públicos-alvo e estratégias para capacitação em agricultura irrigada. Desse estudo concluiu-se que, antes de propor um modelo de capacitação, havia a necessidade de serem mapeadas ações de capacitação atualmente ofertadas, buscando otimizar recursos e esforços entre os órgãos envolvidos. Em 2014, por meio do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre MI/MAPA/MMA/ANA, constituiu-se Grupo de Trabalho para o estudo: “Capacitação para Gestão Integrada e Sustentável de Água no Meio Rural”. Encontra-se em processo licitatório a contratação de consultoria para condução dos trabalhos.

Outra iniciativa importante foi a promoção de encontros no âmbito do Fórum Agricultura Irrigada, onde o Governo buscou construir novas soluções e compartilhar experiências com vistas ao êxito dos empreendimentos associados à irrigação. Implementado através da Portaria nº 1.869, de 2008, o Fórum constitui-se também numa rede de especialistas e instituições brasileiras.

Também foi concluída a meta de implantação do Comitê Interministerial de Agricultura Irrigada e seu Grupo Executivo, com a finalidade de tratar das questões ambientais visando à regularização ambiental dos usuários de recursos hídricos na atividade de agricultura irrigada (Portaria nº 546, de 25 de setembro de 2012). Com foco na conformidade ambiental dos projetos de irrigação foram realizadas, durante o período do PPA, contratação de Serviços de Avaliação da Qualidade de Água para 25 PPIs e de Serviços de Avaliação da Qualidade de Solos para os PPIs em operação localizados nos estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Para os PPIs em implantação/operação nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Sergipe foram executados os Serviços de Apoio à Regularidade Ambiental dos empreendimentos, referentes à arqueologia, estudos florísticos, faunísticos e diagnósticos ambientais. Já os PPIs Araras Norte, Baixo Acaraú, Ema, Icó-Lima Campos, Jaguaribe Apodi, Jaguaruana, Morada Nova, Quixabinha, Tabuleiros de Russas e Várzea do Boi obtiveram suas outorgas de uso de água, estando em andamento o processo de obtenção para os PPIs Ayres de Souza e Curu-Pentecoste.

A obtenção e manutenção, no período do PPA, das licenças ambientais foram consideradas como marco para mensuração da meta referente à conformidade ambiental, em razão da diversidade de ações e serviços necessários para seu alcance. Assim, no

universo de 52 PPIs que contribuíram para o alcance da meta, verificou-se a existência de 43 licenças ambientais vigentes.

Para viabilizar a produção em PPIs existentes foram priorizados investimentos para a implantação de infraestruturas de irrigação em diversos projetos de irrigação. Até 2015 foram implantadas infraestruturas em 4.723 ha no projeto Baixio de Irecê, 3.588 ha no Pontal Sul, 4.600 ha no Salitre, 4.100 ha no Várzeas de Sousa, 3.101 ha no Tabuleiros de Russas, 3.582 ha no São João e 3.150 ha no Jacaré-Curituba, alcançando-se a marca de 26.844 ha a mais de áreas que passaram a utilizar a irrigação para a produção de alimentos.

Alguns projetos ainda não foram concluídos, porém estão em estágio avançado de execução. O Projeto Marrecas-Jenipapo/PI, por exemplo, com previsão de conclusão para o início de 2016, encontra-se com 63% de execução. Assim que as pendências orçamentárias e financeiras forem sanadas, as obras deverão ser retomadas.

O projeto Baixio de Irecê já está com a primeira etapa concluída e a segunda etapa encontra-se com 40% de execução. Neste projeto já foram assinados contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) para ocupação de 13.433 hectares irrigáveis de área empresarial, sendo 1.231 ha da Etapa I e 12.201 ha da Etapa II.

Importante destacar que a implantação de projetos públicos de irrigação, dada a complexidade deste tipo de empreendimento, requer um prazo superior a quatro anos. Os que foram concluídos nesse PPA tinham sido iniciados anteriormente e alcançaram sua maturação até o ano de 2015.

No tocante à revitalização das infraestruturas de irrigação de projetos já implantados, visou-se recuperar as infraestruturas de irrigação para que os projetos pudessem irrigar toda a área útil agricultável. A maioria dos projetos inserida nesta meta encontra-se com execução avançada: o projeto Bebedouro/PE encontra-se com 58% das infraestruturas revitalizadas, sua área é de 2.091 ha e beneficia 159 pequenos produtores, gerando uma produção anual de alimentos na faixa de 15 mil toneladas; as infraestruturas do projeto Nilo Coelho/PE estão 70% revitalizadas, sua área é de 18.857 ha e produz aproximadamente 480 mil toneladas de alimentos por ano, gerando um Valor Bruto de Produção médio de R\$ 695.000,00; o projeto Formoso/BA alcançou 78% de execução no período do PPA, suas infraestruturas atendem a uma área de 12.048 hectares e sua produção média anual atinge 171 mil toneladas.

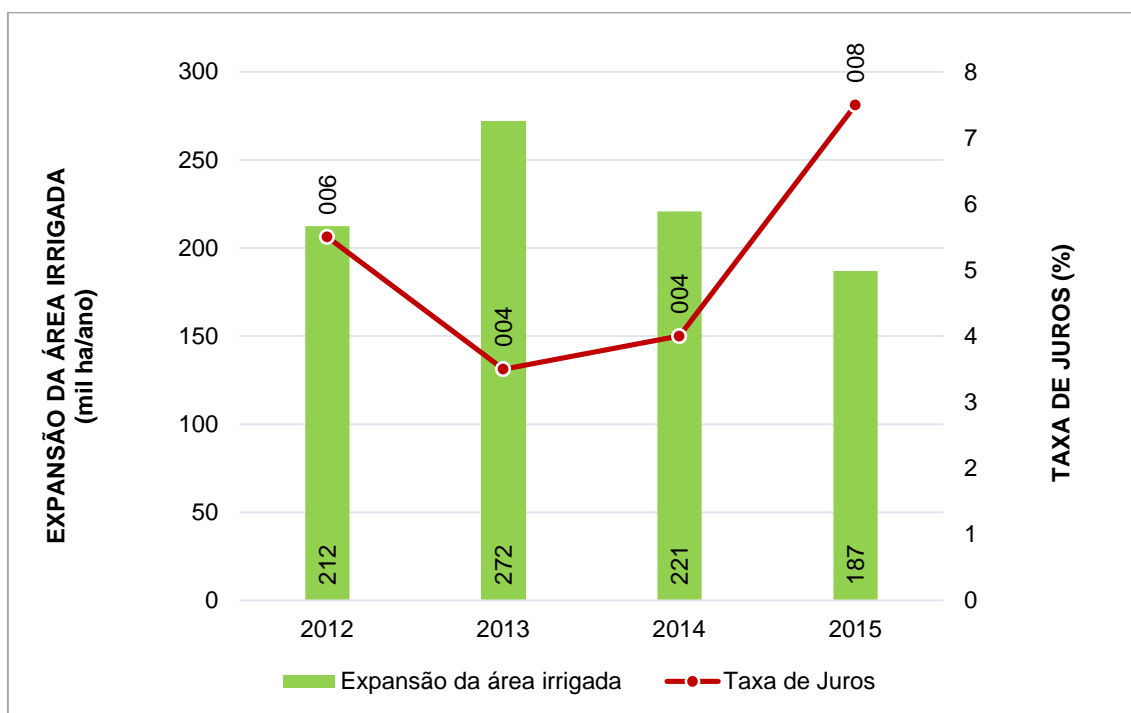
Além da implantação de infraestruturas de irrigação nos PPIs, buscou-se ampliar a utilização das áreas potencialmente irrigáveis através de incentivos fiscais para a iniciativa privada. Destaca-se aqui a implementação dos procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), a partir da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e da Portaria MI nº 403, de 29 de agosto de 2013. O objetivo do governo com a implementação dos procedimentos para enquadramento ao REIDI é baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação e, com isso, aumentar a área irrigada, valendo tanto para novos projetos como para ampliação e modernização de projetos pré-existentes. Desde a implantação do REIDI, foram aprovados o enquadramento de dez projetos de irrigação, que totalizam uma área de 24.935 ha.

Neste PPA, buscou-se disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os pequenos produtores dos PPIs. O objetivo geral dos serviços de ATER é capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e gerenciamento do lote, além de conscientizá-los e orientá-los para a aplicação das boas práticas agrícolas. As contratações de ATER para os PPIs atenderam 14.371 produtores no ano de 2012, 12.187 no ano de 2013, 8.389 em 2014 e 8.013 em 2015. As contratações de ATER ao longo do PPA foram ajustadas à disponibilidade orçamentária.

Em termos dos empreendimentos privados, o Objetivo 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola, trouxe reflexos positivos ao desempenho da irrigação do país, com incorporação de área irrigada ao processo produtivo agrícola, no período 2012 a 2015, a partir da redução efetiva das taxas de juros para projetos de irrigação.

A política securitária foi trabalhada buscando seu ajuste às peculiaridades, especificidades e garantias inerentes à atividade de irrigação. No seguro agrícola destaca-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), que subvenciona o prêmio do seguro também para culturas irrigadas. A alíquota do adicional para enquadramento no PROAGRO de empreendimentos irrigados financiados foi reduzida de 3,0% para 1,0%, independentemente da região, da linha de crédito ou do programa ao qual o beneficiário está vinculado.

O principal desafio do Brasil, no que tange à agricultura sob irrigação, é criar condições efetivas para ampliação da área irrigada no país, já que somente 7,5% da área de produção agrícola utiliza a referida técnica; situação que coloca o Brasil como tendo uma das mais baixas relações área irrigada/área cultivada, considerando os principais países que praticam a irrigação no mundo. Neste sentido, o objetivo em pauta cumpriu um papel altamente satisfatório, proporcionando, através das medidas de redução de juros do crédito e seguro, condições para incorporação de cerca de 900 mil hectares irrigados ao processo produtivo agrícola, particularmente para produção de grãos. Trata-se de uma performance expressiva considerando-se sua execução no período de 4 anos, com uma média anual de 225 mil novos hectares irrigados (Gráfico abaixo).



Conforme quadro abaixo, o valor total das operações contratadas demonstra que foram atingidos 83% do montante programado, num custo médio de R\$ 3.696,00 por hectare, enquanto que o valor real praticado equivale a R\$ 6.000,00 por hectare (irrigação privada). Portanto, na realidade, houve economia para o programa, o que caracteriza que o objetivo superou sobejamente as expectativas, na medida em que proporcionou uma maior incorporação de área irrigada com menos recursos financeiros.

Regiões	Planejado PPA	Apurado (R\$)				
		2012	2013	2014	2015	Total
Centro-Oeste	480.000.000	26.762.198	95.081.998	112.413.890	100.266.327	334.524.413
Nordeste	880.000.000	406.882.258	357.265.659	288.684.283	350.765.992	1.403.598.192
Norte	100.000.000	1.614.400	2.301.196	2.454.400	6.646.179	13.016.175
Sudeste	1.440.000.000	84.542.830	272.580.637	280.980.096	280.567.384	918.670.947
Sul	1.100.000.000	67.737.329	219.092.981	162.459.360	204.636.509	653.926.179
Total	4.000.000.000	587.539.015	946.322.471	846.992.029	942.882.391	3.323.735.906
Número de operações		8.149	10.032	2.393	8.613	29.187

Não restam dúvidas de que as medidas de incentivo via crédito diferenciado e a adequação da política securitária, buscando seu ajuste às peculiaridades, especificidades e garantias inerentes para a atividade de irrigação, foram decisivas para impulsionar o Objetivo.

O Objetivo 0171 – “Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o

incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção”, buscava fortalecer a agricultura irrigada mediante apoio à pesquisa, com a instalação de unidades demonstrativas, estudos incrementais e a instalação de redes de pesquisas. As 15 unidades demonstrativas instaladas e/ou recuperadas no período, apresentam como grandes virtudes: i) contribuir para educação do público-alvo, em virtude da atenção despertada pelo volume, qualidade e extensão dos serviços executados; ii) fornecer um amplo campo de prova para observações em larga escala das práticas agrícolas tecnicamente apropriadas, economicamente viáveis e socialmente aceitas; e iii) oferecer importante campo de treinamento e instrução para técnicos e agricultores.

Quanto às Redes de Pesquisas, não obstante terem sido programadas cinco unidades, só foi possível a implantação de uma unidade, devido à elevada complexidade e custos de sua instalação: a Rede AGROHIDRO.

No que tange aos 30 Estudos Incrementais, a meta foi até superada, com 31 estudos, em sua maioria oriundos da EMBRAPA, abrangendo diferentes temas e matérias de interesse, para o desenvolvimento da agricultura irrigada, visando a elevação dos níveis de produção e produtividade na agropecuária brasileira, com tecnologias tecnicamente apropriadas, ambientalmente adequadas, economicamente viáveis e socialmente aceitas.

Considerações finais

Observou-se, durante a execução do Programa Agricultura Irrigada, que a maior parte das ações que contribuem para o aumento da área pública irrigada no país demanda um período razoável de tempo para serem implantadas em razão da complexidade que possuem, especialmente no que se refere à construção e revitalização de infraestruturas de irrigação. Assim, diversas ações iniciadas no PPA 2012-2015 terão sua conclusão ao longo do novo ciclo do PPA.

No PPA 2016-2019, as metas relacionadas à agricultura irrigada passam a compor um Programa mais amplo, de nome Agropecuária Sustentável, objetivando concluir as infraestruturas de irrigação e atuar de forma incisiva na melhoria da gestão dos projetos de irrigação, apoiando ações de recuperação e modernização que permitam avançar no processo de transferência de gestão dos PPIs. A regulamentação da Lei nº 12.787/2013 terá papel fundamental no avanço da Política Nacional de Irrigação, bem como a implementação e o aperfeiçoamento de seus instrumentos, inseridos nas iniciativas firmadas para os próximos anos.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527	30/12/2006	4.163.527
Área Irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,8					31/12/2012	5,8	31/12/2012	5,8
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	17/01/2012	59	31/12/2012	61,6	31/12/2012	61,6	31/12/2014	54,6
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação	%	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7	30/12/2006	7,7

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Quadro de Metas

Objetivo: 0128 - Regular o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado	100,00	%	0,00	Meta não avançou. Não houve entendimento para viabilizar a integração das bases de dados de Usuários de Recursos Hídricos.
Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação	100,00	%	0,00	Meta não avançou. Não houve entendimento para viabilizar a integração das bases de dados dos órgãos.

Objetivo: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Disponibilizar R\$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada	4.000.000.000,00	Reais	3.323.735.906,00	

Objetivo: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.	4,00	Redes	1,00	Foi feita uma opção pela instalação de uma única rede, mais abrangente, de Pesquisa e Transferência de Tecnologia, que engloba todas as áreas destacadas na meta.
Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem	30,00	Estudos incrementais	31,00	
Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem	25,00	projetos	15,00	

Objetivo: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão

Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	148.920,00	Hectares	26.844,00	Dada a complexidade de implantação de um projeto público de irrigação, alguns projetos desta meta necessitam de um período maior que os 4 anos de um PPA para sua conclusão.
Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação	44,00	Perímetros públicos de irrigação	0,00	A avaliação da implementação dessa meta foi prejudicada, pois o seu produto se enquadra nas atividades relacionadas as demais metas do Programa.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação	61,00	Projetos públicos de irrigação	7,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes. No período do PPA 2012-2015, são sete perímetros regularizados: Propriá, Betume, Cotinguiba-Pindoba, Itiúba, Boacica, Marituba e Salitre.
Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação	61,00	Perímetros	43,00	Na quantificação dessa meta foram considerados os perímetros públicos de irrigação com licença ambiental vigente
Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha	117.234,00	Hectares	0,00	A revitalização completa da infraestrutura de um perímetro público de irrigação (PPI) é um processo moroso e com custo elevado. Assim, apesar da execução de diversas obras, não houve PPI totalmente revitalizado.
Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação	18,00	Perímetros públicos de irrigação	1,00	A Transferência de Gestão de um perímetro público de irrigação (PPI) é um longo e complexo processo. Mesmo considerando apenas a etapa de Cogestão na quantificação, somente o PPI Várzea de Sousa/PB pode ser computado. Outros 2 PPIs devem se qualificar para a transferência em 2016.

Objetivo: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão

Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem	20.000,00	Irrigantes	0,00	Meta não priorizada no processo de implementação do Programa.
Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada	4.000,00	Profissionais de nível superior	0,00	Meta não priorizada no processo de implementação do Programa.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada	6.000,00	Profissionais de nível médio	0,00	Meta não foi priorizada.

Objetivo: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER	8.000,00	unidade	0,00	Meta não priorizada no processo de implementação do Programa.
Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação	30.000,00	Pequenos produtores	42.960,00	

Objetivo: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social	40,00	Empreendimentos	0,00	Nenhum projeto foi revitalizado totalmente devido à extensão e complexidade das obras e às ações de caráter continuado.

Objetivo: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão

Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a área irrigada em 88.239 ha	88.239,00	Hectares	0,00	Essa Meta foi redirecionada para elaboração de estudos de viabilidade e projetos básicos e executivos.

Objetivo: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão

Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos	100,00	%	0,00	Em razão da indisponibilidade de dados sobre a área irrigada privada, não é possível quantificar a execução da meta e sua correlação com as ações governamentais.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	404.358	339.653	91.132	2.220.282	1.057.459
Despesas Correntes	73.535	105.508	68.256	394.346	293.404
Despesas de Capital	330.823	234.145	22.876	1.825.936	764.056
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	404.358	339.653	91.132	2.220.282	1.057.459

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2014 – AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

Visão geral do Programa

Principais desafios da política

O Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização foi idealizado a partir de um cenário em que o Brasil já havia se tornado protagonista na produção de alimentos em nível mundial. O setor agropecuário e o agronegócio teve e tem fundamental importância para a economia brasileira, pois gera empregos, renda, impostos, assim como divisas cambiais a partir da exportação de excedentes de produção. Atualmente, 22,5% é sua participação no PIB total, além de corresponder a 15,5% dos empregos gerados no país (segundo CEPEA/ESALQ/USP).

A necessidade de se produzir em larga escala em um ambiente economicamente viável e ambientalmente sustentável fez com que desafios importantes, como o aumento da produção e da produtividade, balizadas no apoio ao produtor e na sustentabilidade ambiental, fossem incluídos na agenda de ações do Governo Federal. Como exemplos citam-se a organização da base produtiva (cooperativas e associações), adequação da infraestrutura e logística, incentivo à adoção de sistemas sustentáveis produtivos, agregação de valor, indicação geográfica, assim como a adoção de boas práticas agropecuárias, agricultura orgânica, agroecologia e agricultura de precisão. Práticas essas também alinhadas à implementação de ações estruturantes de fomento, desenvolvimento tecnológico e da inovação nas cadeias agroindustriais e produtivas.

Assim, considerando o interesse social e as condições de adversidade em que o setor agropecuário opera, foi e é fundamental a participação do Governo, utilizando mecanismos para garantir a segurança alimentar, com preços acessíveis à população, apoiando a obtenção de divisas para o país, proporcionando melhor renda ao produtor, preservando o meio ambiente e garantindo a sustentabilidade do negócio.

Indicadores

O Programa da Agropecuária no PPA 2012-2015 contempla 17 indicadores, baseados na disponibilidade de informações confiáveis e voltados a fornecer um panorama representativo da política.

Indicadores com enfoque na produção permitem vislumbrar a persistente superveniência de recordes das safras no Brasil. O indicador 'Produção nacional de grãos' tem como referência, no fim de 2010, 149,3 milhões de toneladas de grãos produzidos, que, de 2012 a 2015, passou por 166,2, 186,9, 193,4 e 207,8 milhões de toneladas, respectivamente. São quase 40% de crescimento da produção no período de 5 anos.

Mesmo com esse expressivo crescimento da produção, o indicador 'Área plantada com grãos' cresceu apenas 22,2% no mesmo intervalo de tempo, o que chama a atenção para os ganhos de produtividade alcançados.

Análoga avaliação da produção pode ser estendida, também, aos produtos não alimentares. O indicador 'Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos', que tem como referência em 2010 o percentual de 9,74% de crescimento da produção em relação ao ano anterior, apresentou, de 2012 a 2015, respectivamente, 5,93%, -0,25%, 1% e 3,27%, índices que, apesar da flutuação, confirmam crescimento no período.

O excedente exportável do setor agropecuário tem tido papel significativo na balança comercial brasileira. O indicador 'Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário', que tem como referência em 2010 o índice de 10% de crescimento das exportações agropecuárias brasileiras em relação ao ano anterior, apresentou, de 2012 a 2015, respectivamente, 1,97%, 2,32%, 4,62% e 9,87%. O indicador 'Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional', que tem como referência em 2009 o índice de 5,04% de participação brasileira no comércio agropecuário mundial, passou, de 2012 a 2015, de 5,55%, para 5,119%. Ambos os indicadores são calculados a partir de valores em US\$. Apesar de o primeiro mostrar crescimento das exportações, a estabilidade do segundo indica que a soma dos valores do comércio agropecuário mundial cresceu e, assim, o Brasil tem preservado posições no disputado ranking do comércio mundial, sob regime de globalização econômica.

O indicador 'Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte' evidencia os portos da região norte do país como uma nova opção para a exportação de grãos. O indicador, que tem como referência em 2010 o número de 4,68 milhões de toneladas exportadas pelos portos do Arco Norte, e informa, de 2012 a 2015, respectivamente, 6,21; 7,77; 8,87; e 15,37 milhões de toneladas, mostra o crescimento da opção dos produtores por essa rota.

Visão dos principais atributos do Programa

Inicialmente destaca-se o Objetivo 0618, que trata do Crédito Rural. Em conjunto com os mecanismos de gestão de risco rural e apoio à comercialização, o crédito rural constitui instrumento básico de política agrícola, destinado a promover o desenvolvimento do setor por meio do fomento à produção e à melhoria da infraestrutura produtiva. O crédito rural oficial representa atualmente cerca de 30% do capital de giro da atividade. A aplicação de recursos tem sido estimulada pela reformulação dos mecanismos de financiamento agropecuário, que passaram a ser operados também pelo setor privado. Exemplo disso são os títulos de crédito implementados pela Lei nº 11.076 de 30/12/2004, destinados especificamente ao financiamento das operações das cadeias produtivas do agronegócio. Dentre estes, destaca-se a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), cujos recursos captados pela sua emissão, lastreada em direitos creditórios originados de operações com recursos controlados a partir de julho de 2015, passaram a ser direcionados para aplicação no crédito rural a taxas livremente pactuadas, medida essa constante no Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016, que traz ainda no seu bojo outras medidas de apoio ao produtor rural e suas

cooperativas. Destas, cabe mencionar a melhoria das condições de acesso ao crédito por meio do aprimoramento das normas operacionais contidas no Manual de Crédito Rural do Banco Central (BACEN), e da garantia da disponibilidade de recursos para o financiamento agropecuário, em níveis e condições adequadas com vistas à sustentação do crescimento do setor. No que se refere ao desempenho do crédito rural, foram disponibilizados, para a safra 2014/2015, R\$ 156,1 bilhões ao financiamento da agricultura empresarial, sendo R\$ 112 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para investimento, dos quais foram efetivamente aplicados, respectivamente, 84% e 87% dos recursos disponibilizados.

O Objetivo 0601 (Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária) trata dos mecanismos de gestão de risco rural. O zoneamento agrícola de risco climático, ferramenta importante para subsidiar o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), contempla até o momento 44 culturas trabalhadas, com alcance em 24 Unidades da Federação. Por sua vez, o PSR, prioridade no âmbito do Governo Federal, atingiu em 2014 9,96 milhões de hectares segurados, representando 14% da área plantada no país. Inúmeras adequações foram realizadas para aprimorar o Programa, como o projeto experimental de negociação coletiva para fins de contratação de seguro rural para a cultura da soja, melhoria dos níveis de cobertura das apólices e alterações nos critérios de fiscalização das apólices subvencionadas. Na mesma linha, encontra-se em desenvolvimento o Referencial Tecnológico de Análise de Risco Rural (RISCTEC), que tem o objetivo de proporcionar aos agricultores, agentes financeiros do crédito rural e do seguro rural, instituições públicas e privadas com atuação no segmento da produção agrícola brasileira um conjunto de recomendações fundamentadas em metodologias científicas consolidadas, como suporte à política de gestão de risco agrícola, buscando reduzir as perdas decorrentes de eventos climáticos adversos.

Já a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e a renda dos produtores rurais estão contempladas no Objetivo 0350 (Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais) e decorrem, principalmente, de políticas públicas implementadas com base em informações consistentes sobre safras, preços, custos de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários, além de mecanismos que apoiem a comercialização desses produtos, como a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos).

Para o alcance desses resultados, é fundamental o contínuo monitoramento da situação do abastecimento público e das condições existentes no mercado agrícola, apresentado pelas análises conjunturais e balanço da oferta e demanda de produtos da PGPM. No conjunto das informações que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) disponibiliza, destacam-se as projeções de safras, com base em levantamentos realizados *in loco* e utilizando a geotecnologia, adotando metodologias específicas, aprimoradas nesses últimos anos com o uso de sensoriamento remoto, posicionamento por satélite, modelos agrometeorológicos/espectrais, entre outros, para estimar as áreas de cultivo e prever impactos às produtividades das lavouras. No período de 2012 a 2015 foram

atualizadas as metodologias de avaliações de safras; de custos de produção; de pesquisa de preços recebidos pelos produtores no atacado e no varejo; da receita bruta mensal faturada por produto e por estado e do nível de lucratividade dos produtores rurais. Desde 2013 estão disponíveis ao público os preços referentes a 120 produtos, em nível de produtor e atacado. E nesses dois últimos anos, além de grãos, as pesquisas de preço passaram a incluir o café e a cana-de-açúcar. Inclusive a meta de ampliar a amostra para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra, foi alcançada ainda em 2014.

A qualidade das informações disponibilizadas ao público em geral tem sido um objetivo permanente da Conab, para apoiar de modo relevante a tomada de decisão, seja no âmbito do setor público ou da iniciativa privada. Nessa linha, está sendo desenvolvido e implantado o Observatório Agrícola, uma solução tecnológica de inteligência estratégica que facilitará a análise intersetorial da volatilidade dos preços, o monitoramento dos indicadores da agropecuária em nível nacional e internacional e também a antecipação de riscos, oportunidades e desafios que conduzirão a ganhos de competitividade e à qualificação do processo decisório.

O ano de 2015 foi de bom desempenho do agronegócio, no qual se produziu a maior safra de todos os tempos (em torno de 208 milhões de toneladas), mantendo ou até mesmo elevando o patamar de preços, gerando boas margens aos produtores rurais. E em razão dos preços praticados no mercado mostrarem-se equilibrados, foi desnecessária a intervenção oficial, não havendo, portanto, a formação de estoques públicos. Com exceção da cadeia produtiva da mandioca, que ainda se ajusta após a seca prolongada na região Nordeste (2012/2013), o que estimulou o aumento do plantio em outras regiões do país, levando a uma superprodução dessa raiz e à redução dos preços em até 50% em algumas regiões. Nesse caso, como os preços recebidos pelos produtores ficaram abaixo do mínimo oficial houve, no segundo semestre, forte demanda por AGF de farinha e fécula de mandioca (22 mil ton). Também foi utilizado o PEPRO, por meio de leilões públicos (34 mil ton) para o produtor de borracha, em razão do declínio nos preços desse produto, ocasionado pela grande oferta mundial e pelas altas produtividades dos países asiáticos e alguns africanos, que agravaram o cenário de queda nos preços.

Retrospectivamente, em 2012 ocorreram aquisições de arroz e trigo (AGF) e foram utilizados instrumentos como PEP, PEPRO, VEP, Recompra e Contrato de Opção para produtos como laranja, sisal, milho, trigo, arroz, uva e derivados, totalizando 2,2 milhões de toneladas operacionalizadas. Em 2013, com operações envolvendo 11,7 milhões de toneladas recorreu-se ao AGF, PEPRO e Contratos de Opção de Venda, com destaque para o milho, em Mato Grosso, que foi alvo de 95% desses instrumentos, tendo a sustentação de preços sido necessária em razão do grande volume de milho colhido na segunda safra daquele ano. O mesmo não ocorreu com produtos como arroz, trigo, algodão e feijão, já que as condições de oferta e demanda de seus mercados apresentavam-se favoráveis. Em 2014, o governo interviu no mercado com menor intensidade porque boa parte dos preços praticados apresentaram-se iguais ou acima dos preços mínimos fixados; as aquisições ocorreram em menor volume, mas de forma mais diversificada, para produtos como o milho, feijão e trigo. O milho foi comprado em maior quantidade por meio da AGF-Especial, a fim de recompor os estoques públicos e atender ao Programa Venda Balcão que, como no ano anterior, beneficiou pequenos criadores da

região da SUDENE, assolados pelos efeitos da seca prolongada. Em menores volumes tivemos o feijão, cujas aquisições diretas se ampliaram nos últimos meses em decorrência do grande volume excedente da safra, e o trigo, cujos preços de mercado nos estados da região sul, abaixo do preço mínimo, motivaram sua aquisição via AGF. Também foram lançadas, em 2014, operações com subvenção, como o PEPRO e o VEP, abrangendo produtos como algodão, borracha, laranja, milho e trigo. Desta forma, o total de operações realizadas no ano correspondeu a 8,3 milhões de toneladas. O ano de 2015, comparativamente aos anos anteriores, foi o de menor intervenção governamental.

Os estoques de produtos pertencentes ao Governo federal têm sua guarda e conservação realizada por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab, que fiscaliza regularmente as condições dos produtos, de modo a garantir suas condições fitossanitárias para reposição ao mercado nos momentos em que é requerida a complementação da oferta privada desses produtos. Para monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Conab administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país e o indicador correspondente do Programa que, neste ano, apresentou-se menor em virtude da produção ter crescido mais do que conseguiram crescer os espaços para armazenamento. A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada. Quando da divulgação do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano Nacional de Armazenagem, com o objetivo de ampliar e modernizar a rede armazenadora do país, aumentando a capacidade estática de armazenagem privada e pública, acompanhando o crescimento da produção agrícola. Para a Conab, foram destinados recursos para construir 10 novas unidades e reformar/modernizar 80 já existentes, fortalecendo aquelas em ambiente natural (grãos), abrangendo armazéns coletores e de abastecimento. Para tanto, foi contratado o Banco do Brasil para evoluir de 2,32 para 2,97 mil toneladas a capacidade estática de armazenamento da Conab, ampliando o atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado. Já foram realizadas as etapas preparatórias e espera-se o início das obras a partir de 2016.

A Conab apresenta, atualmente, 41% de sua capacidade estática certificada. Com as reformas contratadas sob responsabilidade do Banco do Brasil, objetiva-se finalizar a certificação das Unidades próprias na vigência do PPA 2016-2019, otimizando as Unidades na prestação de serviços de armazenagem para o governo e para os produtores carentes deste serviço.

Em relação ao mercado externo, o Programa dispõe do Objetivo 0692: Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), espera-se que a população mundial ultrapasse, em 2020, os 7,5 bilhões de pessoas, enquanto se observará um decréscimo contínuo de disponibilidade de terra cultivável no mundo nas próximas décadas. De outra parte, a Ásia desponta como grande mercado consumidor, atualmente contando com 51% da população global, 19% do PIB, 18% de terra disponível e 23% de água renovável em nível mundial. Hoje, a região já é responsável por

28% do consumo global de aves, 20% do de carne bovina, 31% de lácteos e 37% de açúcar. A expectativa é que o consumo evolua ainda mais, uma vez que, em 2030, estima-se que 66% da classe média mundial se concentrará nessa região, conforme dados do Departamento de Agricultura dos EUA. Nesse cenário, é cada vez mais relevante o papel do Brasil como fornecedor global de produtos agropecuários seguros e competitivos. Ressalte-se que, na agricultura, o Brasil já figura como uma das grandes potências mundiais, ao lado de países como Estados Unidos e Austrália. Enquanto o Brasil participa com 1,2% do comércio mundial total, nossa participação no comércio agropecuário mundial é superior a 5%.

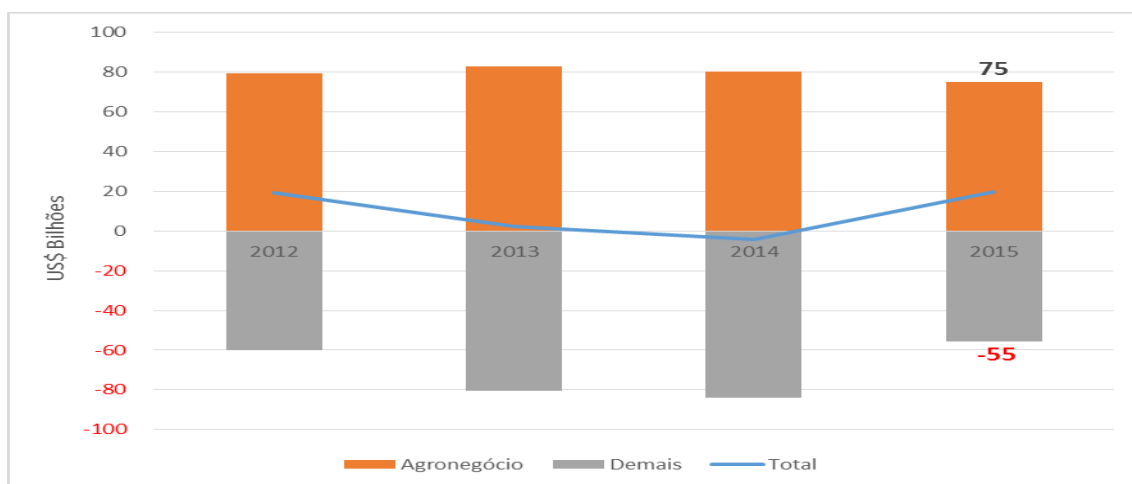
Os produtos que destacam o país no ranking mundial são o açúcar, o café e o suco de laranja, que ocupam o 1º lugar em produção e exportação. O etanol e as carnes bovinas e de frango também ocupam o 1º lugar nas exportações mundiais. A celulose, milho, soja em grão, farelo de soja e o óleo de soja, ocupam o 2º lugar em quantidades exportadas.

Em atenção às Metas 023Y do Objetivo 0692: 'Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras' e 030H: 'Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior', continuam sendo priorizadas as negociações de abertura e manutenção de mercados. A primeira meta alcançou 87,5% do planejado, enquanto a segunda foi alcançada. Destacam-se, entre outros, o fim do embargo às exportações de carne bovina brasileira para a China, Arábia Saudita, Japão e Argentina decorrentes das restrições impostas em virtude do caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), ocorrido em 2012; a abertura de novos mercados como Myanmar e Paquistão para as carnes brasileiras; e a assinatura de acordo ("prelisting") com a Rússia para facilitar a habilitação de estabelecimentos exportadores brasileiros.

Para dar um salto nas exportações, entretanto, ainda será necessária a negociação de acordos comerciais. São de particular interesse para o agronegócio brasileiro as negociações do Mercosul com a UE, a União Econômica Euroasiática (Rússia, Armênia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão), o Canadá, o Japão, a China, a Coreia do Sul, entre outros, bem como a ampliação e o aprofundamento de acordos já firmados como aqueles com o México e a Índia.

O agronegócio vem, historicamente, contribuindo para o equilíbrio da balança comercial brasileira, como se observa na tabela a seguir. Em 2015, as exportações brasileiras do agronegócio somaram US\$ 88 bilhões. As importações, por sua vez, alcançaram US\$ 13 bilhões, de modo que o saldo da balança comercial do agronegócio foi superavitário em US\$ 75 bilhões.

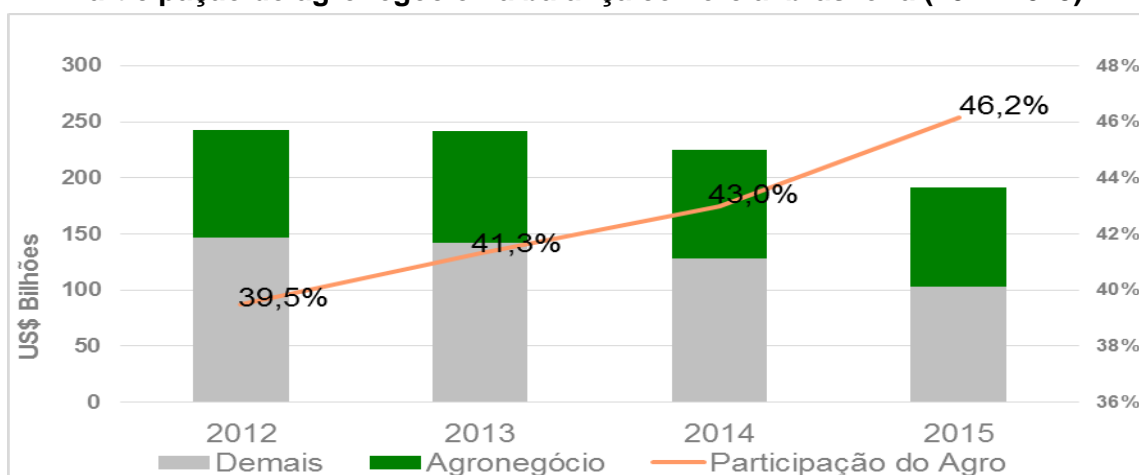
Saldos da balança comercial brasileira (2012-2015)



Elaboração: Secretaria de Relações Internacionais/MAPA

Destaca-se, além disso, a crescente participação do agronegócio no comércio exterior brasileiro, que passou de 39,5% em 2012 para 46,2% em 2015.

Participação do agronegócio na balança comercial brasileira (2012-2015)



Elaboração: Secretaria de Relações Internacionais/MAPA

O continente asiático se consolida como principal região de destino das exportações do agronegócio, tendo absorvido mais de 44% do total exportado em produtos do setor (US\$ 33 bilhões) em 2015. A União Europeia ocupou a segunda posição, com aquisições de US\$ 15 bilhões no período.

Quanto ao Objetivo 0661 – “Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor”, cabe lembrar que o Brasil, que é o maior produtor e exportador mundial de Café, é o segundo maior consumidor. A safra colhida em 2015 alcançou 43,24 milhões de sacas de 60kg, e as exportações brasileiras chegaram a 37,1 milhões de sacas, com faturamento de US\$ 6,16 bilhões. Destaca-se o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), com patrimônio estimado em R\$ 5,5 bilhões, cujos recursos são destinados ao setor, mediante linhas de crédito para financiamento, desenvolvimento de pesquisas, capacitação e treinamento de produtores e técnicos, e promoção dos Cafés do Brasil no país e exterior.

Considerando o Objetivo 0750, que contempla a ampliação, diversificação e monitoramento da produção de biomassa agropecuária, temos que o Brasil é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. Aproximadamente 24,8% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (15,7% de cana e derivados, 8,1% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel). Na matriz veicular, o Brasil está na vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis: o etanol e o biodiesel são responsáveis por cerca de 23% do total de combustíveis utilizados no País. Destacam-se algumas medidas adotadas em 2015 para estimular o crescimento da produção: a) PRORENOVA – BNDES: financiamento para expansão da produção via renovação e implantação de canaviais (R\$ 1,5 bilhão); b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, recursos para carregamento de estoques na entressafra (R\$ 2 bilhões).

O Objetivo 0744 trata do incentivo ao desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis. Para tanto, o incentivo à adoção de produtos e processos que permitam a manutenção da capacidade produtiva aliada à promoção do desenvolvimento sustentável dos sistemas produtivos agropecuários passa a ser uma necessidade sistemática.

A implantação das Boas Práticas Agropecuárias é o primeiro passo que deve ser observado pelos produtores para garantir a produção de alimentos de maior qualidade e segurança em sistemas sustentáveis de produção, que atendam aos interesses dos consumidores internos e externos. Sua implantação auxilia na identificação e no controle dos diversos fatores de produção, contribuindo para o aumento da produtividade e redução das perdas de insumos, matéria-prima e do produto final, propiciando o aumento da competitividade da produção primária.

Nesse sentido, dentre os principais resultados no período do PPA, vinculados à promoção da agroecologia e da produção orgânica, houve a capacitação de técnicos e de produtores e o fomento às tecnologias e insumos apropriados à produção orgânica; a reestruturação das Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação; o fomento aos produtos fitossanitários apropriados para a agricultura orgânica e às boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico. Como resultados principais, foram capacitados 26.733 profissionais; disponibilizadas 195 tecnologias; apoiados 390 bancos comunitários de sementes, 13.916 unidades de produção adotando sistemas de produção orgânica e a instalação de 58 núcleos de estudos em agroecologia em 46 Institutos Federais de Educação e 12 em Universidades Federais nos estados. A implantação dos núcleos possibilitou que 33.678 pessoas fossem beneficiadas, sendo 1.473 técnicos, 6.587 agricultores e outras 25.618 pessoas, atendidas direta e indiretamente pelo projeto. Também foram promovidas 302 parcerias, realizados 176 eventos de capacitação e elaboradas 449 produções técnicas, entre publicações e tecnologias disponibilizadas ao público em geral.

Relacionado ainda às Boas Práticas Agropecuárias, e atendendo à Meta 02EL: Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne, foram capacitados no período do PPA 9.675 produtores em bem-estar animal e 9.929 técnicos e produtores em qualidade e segurança do leite e da carne.

Já o Objetivo 0743 aborda a implementação e monitoramento das ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), que vem ao encontro do atendimento de uma demanda nacional e internacional pela sustentabilidade dos sistemas de produção agropecuária. Promover a adoção de tecnologias sustentáveis, desenvolvendo sistemas resilientes, é passo central para promover a urgente mitigação e adaptação frente às mudanças do clima. Um benefício adicional da adoção de sistemas sustentáveis é a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) por parte do setor agropecuário, contribuindo para o cumprimento do compromisso brasileiro de reduzir essas emissões entre 36,1% e 38,9% até 2020 e de deixar de emitir cerca de 1 bilhão de t CO₂ eq. Esse compromisso está previsto na Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas – o qual foi internalizado no Brasil por meio da Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC - Lei n.º 12.187, de 2009.

O compromisso brasileiro para o setor agropecuário de promover a mitigação dos GEE será atingido com adoção das tecnologias preconizadas pelo ABC. São elas: integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF); recuperação de áreas de pastagens degradadas (RPD); florestas plantadas (FP); sistema de plantio direto (SPD); fixação biológica de nitrogênio (FBN); e o tratamento de dejetos animais (TDA). Assim, já foram desembolsados, via linha de crédito oficial, cerca de R\$ 11,9 bilhões de reais. Tal valor corresponde a cerca de 27 mil produtores envolvidos diretamente nesse processo, totalizando uma área transformada com sistemas sustentáveis de produção em torno de 7,2 milhões de hectares.

Atualmente o Brasil conta, além do Plano ABC Nacional, 20 Planos Estaduais e 2 Planos Municipais.

Avaliando o Objetivo 0600, que trata da implementação de atividades de monitoramento meteorológico e o acesso público às informações meteorológicas e climáticas, verificamos que as ações foram intensificadas para melhor orientar as ações de diminuição do Risco Agrícola Climático, na Salvaguarda da Vida Humana e no uso de informações meteorológicas e climáticas no Apoio à Decisão, desde o nível do produtor agrícola ao de ações e políticas governamentais.

A Meta 01W4 ampliou, no período 2012-2015, a capacidade nacional de coleta de dados meteorológicos, com o crescimento de estações meteorológicas automáticas, que realizam coletas 24h por dia. A rede de observação passou de 465 para 505 estações. Ao final de 2016, a rede de observação de superfície contará com 590 estações meteorológicas automáticas operando. Contudo, foram modernizadas 90% da rede de observação de altitude e o Laboratório de Instrumentação Meteorológica responsável pela aferição dos instrumentos foi equipado para realizar operações nos sensores de pressão, temperatura e precipitação.

No âmbito da recuperação de dados históricos, a Meta 01W5 promoveu crescimento substancial na oferta de dados meteorológicos históricos. Existia um passivo de 4,5 milhões de documentos em papel, cujos dados deveriam ser migrados para o formato digital e disponibilizados. Ao final do PPA 2012-2015, mais de 4 milhões de documentos foram digitalizados e aproximadamente 200 milhões de dados históricos digitais foram incorporados ao Banco de Dados Meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET).

Para suporte à informação climática e meteorológica foi criado e disponibilizado na Internet o Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa. Os dados da rede de observação de superfície foram também disponibilizados no portal, para qualquer cidadão, já contando com aproximadamente um milhão de acessos durante o período do Plano.

Foram ainda desenvolvidas as aplicações especiais de Previsão Numérica do Tempo para grade de 7 Km e 2,8 Km; Previsão Climática Sazonal; Mapas de Monitoramento Climático; Informações Climatológicas; Avisos Meteorológicos Especiais; e Produtos de Satélites, que fizeram com que a meta de 298 milhões de acessos no período fosse superada em 22,45%.

Os novos produtos gerados pelo sensoriamento remoto de satélites em órbita de baixa altitude tem propiciado o monitoramento agrícola como apoio às atividades da CONAB, reforçado com a criação do Laboratório de Análise e Tratamento de Imagens, conjuntamente operado com o INMET, com o propósito de acompanhar as safras com informações climáticas e com uso de sensores remotos.

É importante distinguir o papel assumido pelo Sistema de Suporte à Decisão na Agropecuária (SISDAGRO), que permite ao agricultor acompanhar a influência das condições meteorológicas na situação projetada de safra de sua propriedade e, dessa forma, decidir sobre a conveniência de irrigação.

Conclusão: perspectivas para o PPA 2016-2019

Os desafios a serem enfrentados pelo setor são inerentes à atividade agropecuária e são permanentes. O Brasil conta com população superior a 200 milhões de habitantes, que consome 80% da produção brasileira de alimentos; os outros 20% são exportadas para mais de 200 países. A expectativa é que o setor produtivo nacional seja cada vez mais demandado, principalmente em função da crescente demanda internacional por alimentos. Aliado a esse aspecto, a sociedade brasileira tem-se apresentado cada vez mais exigente em termos de qualidade e quantidade de produtos ofertados, a preços justos.

Esse cenário impõe estratégias específicas a serem perseguidas, principalmente em relação ao aumento da produção e da produtividade, resguardados os aspectos da sustentabilidade ambiental em todo o processo produtivo.

Os desafios caracterizam-se pela sua enorme complexidade e abrangência, sendo que, para manter e fortalecer a posição de liderança no mercado, o país deverá estabelecer novos padrões para uma agropecuária sustentável, buscando estruturar tecnologicamente os sistemas de produção para adaptar-se às novas condições climáticas, ampliar e incorporar práticas sustentáveis, implementar e consolidar sistemas produtivos de baixo impacto ambiental, promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, mas que respeite os limites de cada ecossistema. É parte desse desafio a recuperação das áreas degradadas, redirecionando-as para o processo produtivo de forma eficiente, reduzindo assim, também, a necessidade de abertura de novas áreas, mitigando as emissões de gases de efeito estufa, e buscando uma produção mais equilibrada. Da mesma forma, políticas de apoio ao produtor rural e às cadeias produtivas às quais eles estão inseridos são igualmente importantes para o equilíbrio econômico-social do setor.

Para os próximos quatro anos, a atuação governamental estará alicerçada no Programa Agropecuária Sustentável, contando com 13 Objetivos, 30 Metas e 207 Iniciativas, e incluindo temas como o monitoramento meteorológico e climático; gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária; acesso aos recursos do crédito rural; desenvolvimento da cafeicultura; agricultura de baixa emissão de carbono; fortalecimento do cooperativismo e associativismo rural; produção de biomassa agropecuária; sistemas de produção agropecuária sustentável; produção orgânica e de base agroecológica; irrigação e racionalização de recursos hídricos; armazenagem e abastecimento alimentar e nutricional; e desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais. O tema irrigação será mais abrangente no novo programa, em virtude da incorporação, em 2 Objetivos, do Programa 2013: Agricultura Irrigada, que tratava primordialmente dos Perímetros Públicos de Irrigação (PPIs). Um Objetivo vai contemplar a irrigação pública, de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, e outro Objetivo vai focar a irrigação privada, sob encargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	31/12/2012	0	31/12/2013	608.400	31/12/2014	1.204.209	31/12/2015	395.598
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2012	50.885.200	31/12/2013	53.870.000	31/12/2014	56.988.400	31/12/2015	57.939.000
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.202	31/12/2012	3.164	31/12/2013	3.476	31/12/2014	3.612	31/12/2015	3.874
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2012	43	31/12/2013	43,58	31/12/2014	44,03	31/12/2015	44,64
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/08/2012	-1,75	31/12/2013	2,58	31/12/2014	0,74	31/12/2015	-0,6568
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2012	2,07	31/12/2013	12,45	31/12/2014	3,49	31/12/2015	1,07
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	20/12/2012	5,55	31/12/2013	5,65	31/12/2014	5,6	31/12/2015	5,119
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/01/2013	7,89	31/12/2013	13,88	31/12/2014	13,55	31/12/2015	3,95
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2012	166.172.100	31/12/2013	186.864.100	31/12/2014	193.386.000	31/12/2015	207.777.000
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2011	80	31/12/2012	82	31/12/2013	86	31/12/2014	87
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2011	12,19	31/12/2013	11,45	31/12/2014	12,98	31/12/2015	10,81
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2012	1,95	31/12/2013	6,41	31/12/2014	4,05	31/12/2015	0,0276
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	9,74	31/12/2012	5,93	31/12/2013	-0,25	31/12/2014	1	31/12/2015	3,27
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2012	1,97	31/12/2013	2,32	31/12/2014	4,62	31/12/2015	9,87
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/01/2013	0,96	31/12/2013	1,73	31/12/2014	2,6	31/12/2015	4,14
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2012	6,21	31/12/2013	7,77	31/12/2014	8,87	31/12/2015	15,37

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Quadro de Metas

Objetivo: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	8,00	Produtos com Quadro de Oferta e Demanda Atualizado	8,00	Meta alcançada: são oito os principais produtos da pauta da PGPM, cujos balanços de oferta e demanda a presente Meta pretendeu manter atualizados e disponíveis para a sociedade.
Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos	90,00	%	95,00	
Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas	3.100.000,00	Toneladas	2.319.320,00	
Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional	1,20	Índice de disponibilidade	0,73	O índice de disponibilidade de armazenagem relaciona armazéns e produção. No período 2012 a 2015 a produção de grãos cresceu 25% enquanto a capacidade estática disponível de armazenagem evoluiu cerca de 7%, o que piora o índice perseguido pela Meta.

Objetivo: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Objetivo: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações	965,00	Estações meteorológicas	505,00	
Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel	4.500.000,00	Documentos	4.060.611,00	

Objetivo: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares	12,00	Milhões de hectares	2,88	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes. Destaca-se que em 2014 foi alcançado 9,97 milhões de hectares de área segurada.
Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)	105.000,00	Produtores rurais	27.993,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes. Destaca-se que em 2014 foi alcançado mais de 77,8 mil beneficiários.

Objetivo: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário	140,50	R\$ Bilhões / ano	132,46	
Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	830.000,00	Contratos de crédito rural oficial / ano	635.846,00	O número de contratos do crédito rural refletiu a redução na procura por crédito pelos produtores rurais. Os juros elevados e o desempenho da economia estão entre as explicações para esse desempenho.

Objetivo: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	1,60	R\$ Bilhões	3,01	
Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	17.000,00	Beneficiários	12.870,00	

Objetivo: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras	360,00	Missões internacionais	315,00	
Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior	76,00	Ações	88,00	

Objetivo: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 1 milhão de metros cúbicos de dejetos animais	1.000.000,00	M ³	0,00	A quantificação desta meta depende da implantação laboratório para monitoramento do Plano ABC, conforme informações da EMBRAPA.
Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados	1.000.000,00	Hectares	1.462.874,00	
Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares	2.800.000,00	Hectares	2.511.225,00	
Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares	1.000.000,00	Hectares	1.362.138,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares	1.500.000,00	Hectares	359.638,00	Dentre as tecnologias previstas pelo Plano ABC, a integração lavoura-pecuária-floresta é uma das mais complexas para ser executada. Embora com valor abaixo do esperado vem avançando de forma consistente.
Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas	6.000.000,00	Hectares	1.475.487,00	A quantificação dessa meta é feito com base no acesso ao crédito rural para recuperação de pastagens degradadas (RPD). Cabe comentar que o efetivamente realizado em termos de RPD é maior, pois muitos produtores realizaram a RPD sem acessar o crédito oficial.

Objetivo: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior	90,00	Núcleos de estudos	58,00	
Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial	28.000,00	Unidades de produção	13.916,00	A Meta alcançou quase 50% da previsão. Em 2015 houve redução devido a exclusão de produtores, principalmente aqueles com Unidades de Produção no exterior, do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica	60.000,00	Produtores e Técnicos capacitados	56.431,00	
Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne	128.000,00	Produtores e Técnicos capacitados	19.604,00	Questões operacionais para realização de convênios para capacitações em qualidade e segurança do leite e da carne prejudicaram os números totais de execução.
Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes	800,00	Bancos comunitários	390,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes. Vale citar que várias atividades paralelas foram executadas: a produção de cartilhas orientadoras para obtenção e conservação de sementes, o levantamento de variedades de sementes mais adaptadas aos sistemas orgânicos de produção e o apoio a eventos e cursos.
Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica	45,00	Regulamentos	33,00	
Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária	100,00	Unidades comparativas	100,00	
Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação	27,00	Comissões	28,00	Meta alcançada em 2013.
Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal	15,00	Normas Técnicas publicadas	16,00	A quantidade alcançada da Meta representa a soma de 8 instruções normativas (Normas Técnicas Específicas) e 8 manuais de Bem Estar Animal.
Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais	250,00	Tecnologias	195,00	

Objetivo: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	10.400,00	Patrulhas mecanizadas	4.034,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	15.400,00	Projetos	5.034,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios	20,00	Cadeias produtivas do agronegócio	0,00	Meta não foi priorizada em virtude de mudança no direcionamento dos convênios para outras formas de apoio ao cooperativismo e associativismo rural.
Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais	65.400,00	Km	8.885,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa	360,00	Pessoas	1.392,00	
Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)	6.000,00	Unidades armazenadoras	3.215,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda	40,00	Projetos	33,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais	3.200,00	Pessoas	12.096,00	

Objetivo: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética	4.000,00	Produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica	6.850,00	
Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê	2,00	Unidades artesanais	2,00	
Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas	30,00	Projetos de difusão de tecnologias	54,00	
Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís	10.000,00	Hectares	575,00	Esta Meta teve, inicialmente, seu pedido de redução rejeitado. Em seguida, teve problemas com a legislação de acesso ao Patrimônio Genético/Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios. Dificuldades também na operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares, e no baixo volume de produção de semente, acabaram por restringir os resultados.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a renovação de 6.000 ha de dendezaís	6.000,00	Hectares	1.115,00	A Meta foi prejudicada pela falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê, o que gerou restrições de disponibilidade de mudas melhoradas; também sofreu entraves operacionais quanto à carência e capacidade de pagamento nas linhas de crédito de investimento para a renovação dos dendezaís decadentes.

Objetivo: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40	40,00	Horas/ano	4,55	A Meta foi afetada pela descontinuidade administrativa e precisou ser ajustada à disponibilidade de recursos.
Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados	70,00	%	20,00	A Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)	95,00	%	34,00	O ambiente CATIR revelou-se pouco amigável, e passou a sofrer concorrência de outros sistemas do MAPA.
Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA	70,00	%	92,25	
Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%	70,00	%	81,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA	4,00	Índice de atendimento	3,00	

Objetivo: 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de difusão de tecnologias para produtores rurais

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural	10.000,00	Agentes de ATER	2.189,00	Em razão da ANATER não ter iniciado suas atividades, houve prejuízo ao atingimento da meta inicialmente estipulada.
Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores	230.000,00	Produtores	8.120,00	Em razão da ANATER não ter iniciado suas atividades, houve forte prejuízo ao atingimento da meta inicialmente estipulada.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.213.791	15.732.285	8.495.104	54.587.355	31.436.718
Despesas Correntes	9.310.491	8.710.379	5.173.328	27.561.863	16.265.828
Despesas de Capital	6.903.300	7.021.907	3.321.776	27.025.491	15.170.890
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	16.213.791	15.732.285	8.495.104	54.587.355	31.436.718

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2015 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

A Constituição Federal de 1988 estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, e assegura o acesso universal e igualitário a ações e serviços de saúde, estabelecendo que os serviços são livres à iniciativa privada, mas têm relevância pública.

Os serviços públicos devem ser organizados em um sistema único, por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada envolvendo União, Estados, Distrito Federal e Municípios. As diretrizes estabelecidas pela Constituição para este sistema único são a descentralização, com direção única em cada esfera de governo, a integralidade, a prioridade para a prevenção e a participação da comunidade.

A regulamentação da Constituição se deu por meio da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que criam o Sistema Único de Saúde (SUS), abrangendo a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, e os mecanismos de participação da comunidade na gestão do sistema. Há uma priorização da direção municipal na gestão e execução dos serviços públicos de saúde e, no âmbito da União, é estabelecida a competência do Ministério da Saúde para a direção do SUS.

As linhas de atuação visam dar concretude à execução das ações e serviços públicos de saúde, privilegiando o acesso à integralidade da atenção, por meio da oferta de serviços em todos os níveis de atenção, da básica à especializada. Conta ainda com a vigilância em saúde e sanitária, a regulação dos serviços e produtos, além da participação privada em caráter complementar e suplementar.

Desde sua instituição nos anos 1990, o SUS tem apresentado avanços significativos, ainda que não tenha efetivado plenamente seus princípios de universalização do acesso e integralidade da atenção à saúde. São notáveis a eliminação de algumas e o controle de outras doenças infectocontagiosas pela maior cobertura vacinal e pelo tratamento adequado; a expansão da cobertura da atenção básica; a ampliação da atenção às urgências, da atenção à saúde mental não manicomial, do apoio diagnóstico, das terapias especializadas e da assistência farmacêutica, com diminuição das internações por condições sensíveis à atenção básica, contribuindo significativamente para a redução da mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida da população.

Nesse contexto, a seleção dos objetivos que dão sustentabilidade ao Programa Temático Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) levou em consideração a operacionalização das linhas de atuação que se inter-relacionam para dar factibilidade ao Programa, estando presentes linhas de atuação estruturantes, tais como: Atenção Básica, Atenção Especializada, Vigilância em Saúde, Redes de Atenção, Assistência Farmacêutica, Complexo Produtivo da Saúde, Vigilância Sanitária, Regulação da Saúde Suplementar, Aperfeiçoamento do pessoal envolvido no SUS e a Gestão do Sistema.

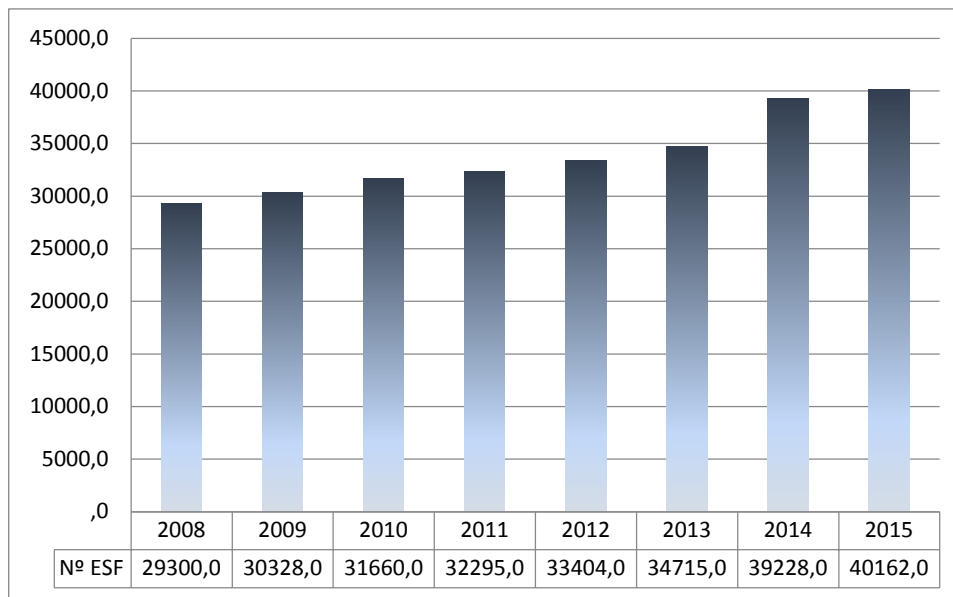
Atenção básica e atenção especializada

A atenção básica em saúde vem ocupando cada vez mais centralidade no SUS como ordenadora dos sistemas municipais, atuando como eixo estruturante de muitos programas e projetos no âmbito federal. O reconhecimento nacional e internacional que o SUS tem conquistado com a atenção básica justifica-se não só pela rapidez e escala da sua expansão de cobertura, como também pelos resultados associados ao modelo prioritário de organização deste nível de atenção: a Estratégia Saúde da Família. Ao longo do tempo acumulam-se evidências de que sistemas orientados pelos princípios da Atenção Primária em Saúde (APS) alcançam melhores resultados, maior satisfação dos usuários, maior equidade e menores custos (Starfield, 1994; Berman, 2000). No desenvolvimento do SUS, a experiência brasileira tem ratificado essas conclusões.

A estratégia está presente em mais de 95% dos Municípios, priorizando as áreas mais pobres, onde as necessidades de saúde são maiores. Superado o desafio da aceitação e sustentabilidade dessa política, a estratégia voltou-se principalmente para a promoção da qualidade das práticas desenvolvidas pelas equipes de saúde vinculadas ao modelo.

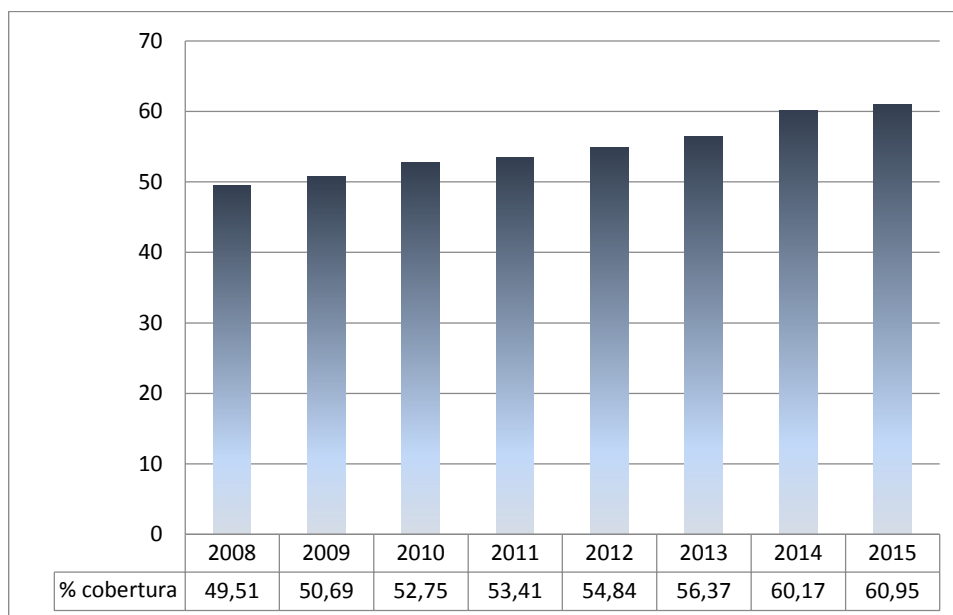
Com o objetivo de fortalecer essa estratégia, o Ministério da Saúde vem adotando ações para a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para o Programa Mais Médicos, que tem por finalidade a redução da carência de médicos, a mudança da formação médica no Brasil e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde para o Sistema Único de Saúde (SUS), com prioridade para os Municípios e regiões com maior proporção de população em extrema pobreza, maior percentual de população usuária do SUS, com maior dificuldade de atração e fixação de médicos. O Programa Mais Médicos incorporou 3.778 médicos em 2015, alcançando 18.240 médicos em 4.058 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, garantindo cobertura a 63 milhões de brasileiros. Esse programa também contribuiu para aumentar o número de Equipes de Saúde da Família, que mostraram importante evolução entre 2008 e 2015, passando de 29.300 para 40.162 equipes, o que representou uma cobertura populacional de 60,95% em 2015.

Número de Equipes de Saúde da Família. Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

Percentual de cobertura populacional de equipes de saúde da família. Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

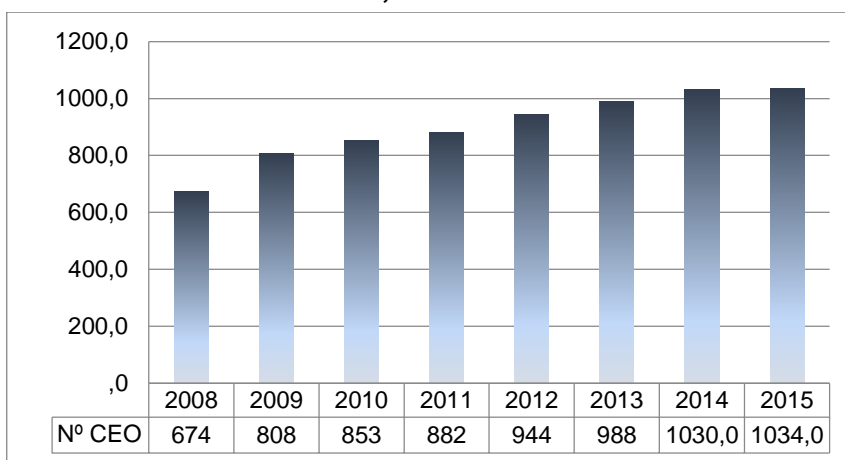
Além dessas equipes, dois importantes focos de atuação incluem a expansão dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e das Equipes de Saúde Bucal. Ambos têm apresentado evolução, ainda que em percentuais menores se comparados a anos anteriores.

No ano de 2015 houve um aumento de 519 ACS. O aumento de ACS no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015 foi de 15.610. Em 2015 atingiu-se 266.217 ACS contratados, representando uma cobertura de 63,73% da população brasileira.

Com relação à saúde bucal, houve um incremento de 188 Equipes de Saúde Bucal no ano de 2015, totalizando um incremento de 3.042 equipes no período 2012-2015, atingindo o total de 24.467 Equipes de Saúde Bucal no País.

Em relação à estrutura de apoio às ações de atenção básica, destacam-se os Centros de Especialidade Odontológica (CEO), os quais passaram de 882 em 2011 para 1.034 em 2015. Destaca-se ainda o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, por meio do qual foram construídas 1.526 UBS em 2015, totalizando 41.309 UBS em funcionamento no País. Adicionalmente, foram ampliadas 512 e reformadas 2.767 UBS em 2015, totalizando 4.680 ampliações e 5.689 reformas no período de 2012 a 2015.

**Número de CEO implantados.
Brasil, 2008 a 2015.**



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

A Assistência Especializada de Média e Alta Complexidade (MAC), estratégica para a integralidade da atenção à saúde, configura-se em uma das faces mais visíveis e sintomáticas da atuação e desempenho do SUS. As ações de Média Complexidade (MC) visam atender problemas de saúde que dependem da disponibilidade de profissionais especializados e do uso de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico, por meio de procedimentos ambulatoriais e hospitalares. Já os serviços de Alta Complexidade (AC) compreendem um conjunto de procedimentos que empregam alta tecnologia, a um custo elevado, que se integram aos demais níveis de atenção, envolvendo procedimentos ambulatoriais e hospitalares.

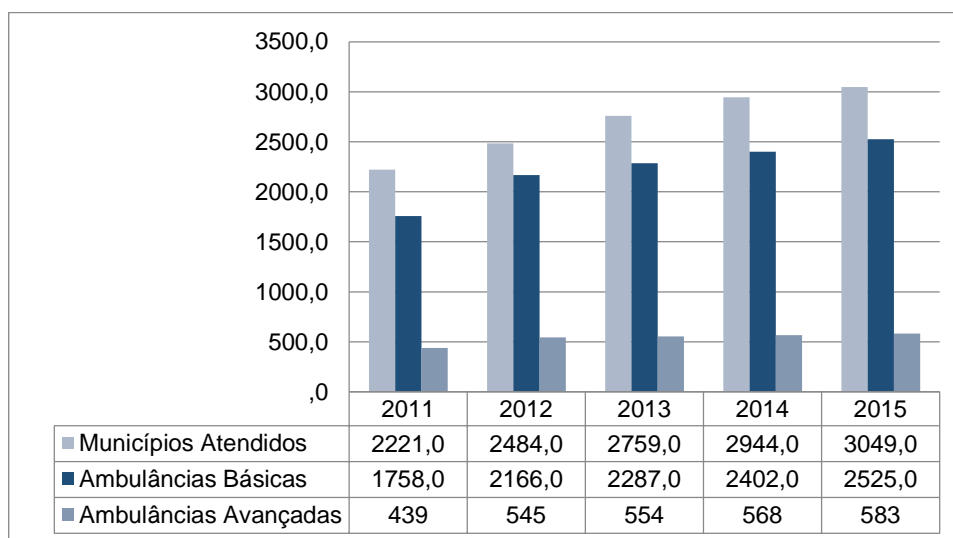
A atenção às urgências e emergências compõe parte importante da política de saúde da atenção especializada. Nela está incluída a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), que tem como principal finalidade dotar as unidades hospitalares compostas de pronto-socorro de estrutura qualificada para a composição da RUE.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) é um dos componentes mais importantes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida adequadas a cada situação de saúde e ao atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação das Urgências.

Até dezembro de 2015, o Samu 192 operou com 3.354 Unidades Móveis habilitadas, em 3.049 municípios. Dessas, 2.525 são unidades de Suporte Básico, 583 Unidades de Suporte Avançado, 226 Motolâncias, 13 Equipes de Embarcação e 7 Equipes de

Aeromédico. Isso significa um aumento, entre 2011 e 2015, de 36% dos municípios brasileiros atendidos.

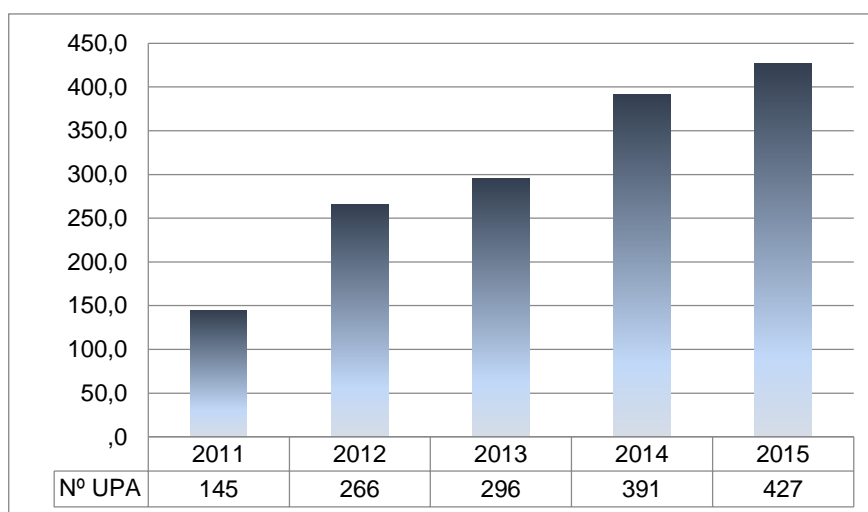
Número de unidades móveis básicas e avançadas. Brasil, 2011 a 2015.



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

Outro importante componente da Rede de Atenção às Urgências são as Unidades de Pronto Atendimento – UPA, de disponibilização ininterrupta, com potencial para resolver até 97% dos casos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Oferecem estrutura com Raios-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. De 2011 a 2015 houve um aumento de 3 vezes do número de UPAs em funcionamento no País, saltando de 145 para 427 unidades.

Número de UPA em funcionamento, Brasil, 2011 a 2015.



Fonte: RAG 2011, 2012, 2013 e 2014; SAGE/MS.

Ainda na atuação em alta complexidade, assinala-se que o Brasil possui um dos maiores programas públicos de transplantes de órgãos e tecidos do mundo, com realização de mais de 700 modalidades de transplantes.

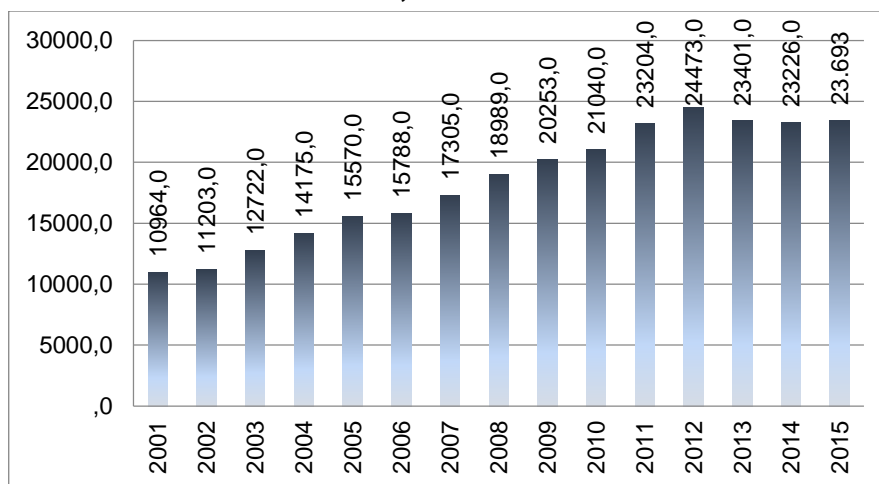
O Sistema Brasileiro de Transplantes é líder em crescimento na América Latina e no mundo em doadores efetivos nos últimos quatro anos. Em relação ao número de doadores

efetivos, considerando a população estimada pelo IBGE, alcançamos 6,60 doadores efetivos por milhão de população no primeiro semestre de 2015.

O Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) alcançou, em 2015, mais de 3,7 milhões de doadores cadastrados, sendo o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea.

Já o número de transplantes apresentou ligeira alta entre 2011 e 2015, passando de 23.204 para 23.693 transplantes realizados ao ano.

**Número total de transplantes realizados.
Brasil, 2001 a 2015.**



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde - SAS/MS

Atenção a Populações Específicas

Saúde da Mulher e da Criança

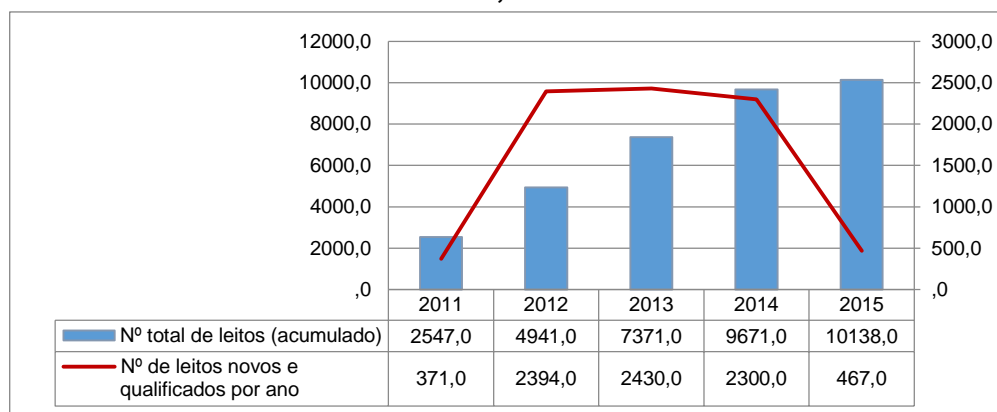
A atenção à saúde da mulher inclui diversas iniciativas e objetiva atender essa população de forma integral. Um dos importantes aspectos dessa atenção diz respeito à atenção ao parto e puerpério, por meio da Rede Cegonha, que constitui uma estratégia para efetivar a atenção integral à saúde da mulher e da criança, por meio da qualificação da atenção obstétrica e infantil. O desenvolvimento dessa rede ocorre por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir, dentre várias ações, o acolhimento, a ampliação do acesso, a qualidade do pré-natal e a segurança da gestante na atenção ao parto e ao nascimento. Todas as Unidades da Federação já aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, e mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional (PAR), beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes.

Ênfase também é dada ao tratamento oncológico, por meio dos centros de diagnóstico do câncer de colo de útero e unidades de diagnóstico do câncer de mama, além da qualificação desses pontos de atenção. Até abril de 2015, foram registrados 5.303 mamógrafos em uso, dos quais 2.596 estão disponíveis para usuários do SUS, distribuídos em 1.657 municípios.

Ainda no âmbito da atenção à saúde da mulher e da criança, em 2015 (dados parciais) alcançou-se um total de 10.138 leitos novos e qualificados (leitos de Gestaç

Alto Risco, UTI Neo e UCI Neo), o que representa um aumento de quase 300% em relação à quantidade de 2011. Isto se deve à qualificação e melhoria da assistência nos serviços de Urgência e Emergência. Esses leitos também estão incluídos nas visitas de monitoramento, que ocorrem periodicamente, para acompanhamento da implementação dos critérios de qualificação.

**Número de leitos de Gestão de Alto Risco, UTI e UCI Neo.
Brasil, 2011 a 2015.**



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde – SAS/MS – dados parciais em 2015

Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

A Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas tem como objetivo fomentar a mudança do modelo de atenção à saúde, fortalecendo e garantindo seu cuidado integral. Dessa forma, sua implantação pretende suscitar mudanças nesse tipo de atenção à saúde.

Nesse contexto, a atenção oncológica tem sido priorizada, sendo assegurado o início do tratamento (cirurgia, quimioterapia ou radioterapia, conforme prescrição médica) em no máximo 60 dias após o registro do diagnóstico no prontuário. Essa medida entrou em vigor no dia 23 de maio de 2013. As novas regras, além de decisivas para a redução do tempo de espera, deixam claras as atribuições da União, dos estados e dos municípios no diagnóstico e no tratamento do câncer. O número de Centros de Alta Especialidade em Oncologia (Cacon) alcançou 130 unidades até 2014; e, entre as Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Saúde (Unacon), foram habilitadas 44 até aquele ano.

Em relação à radioterapia, de 2011 a 2014 foram habilitados 14 novos hospitais de alta complexidade que realizam radioterapia, sendo quatro da rede pública e 10 da rede privada, atingindo um total de 146 hospitais em 2014. Isso representa um crescimento de 10,6% de estabelecimentos de saúde habilitados em radioterapia, os quais realizam o tratamento dos cânceres mais prevalentes ou todos os tipos de câncer. Lançado em 2012, o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, voltado para o fortalecimento da atenção oncológica, visou à estruturação da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer no Brasil, e é considerado uma prioridade do Governo Federal.

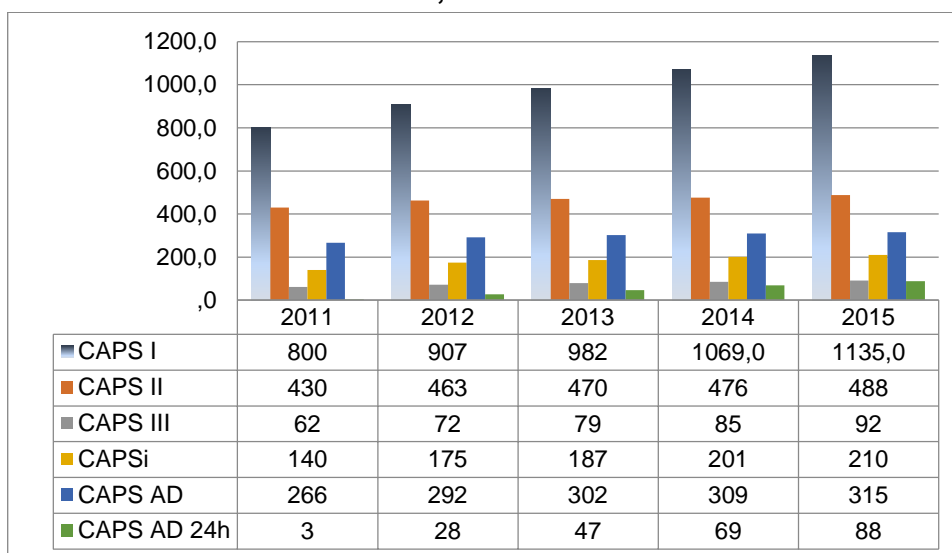
Saúde Mental

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição, o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

De 2011 a 2015 o total de CAPS no Brasil passou de 1.701 para 2.328. Em relação aos CAPS AD e CAPS AD 24h, que realizam o acompanhamento e tratamento de usuários de álcool, ocorreu um aumento de 269 para 403 em 2015.

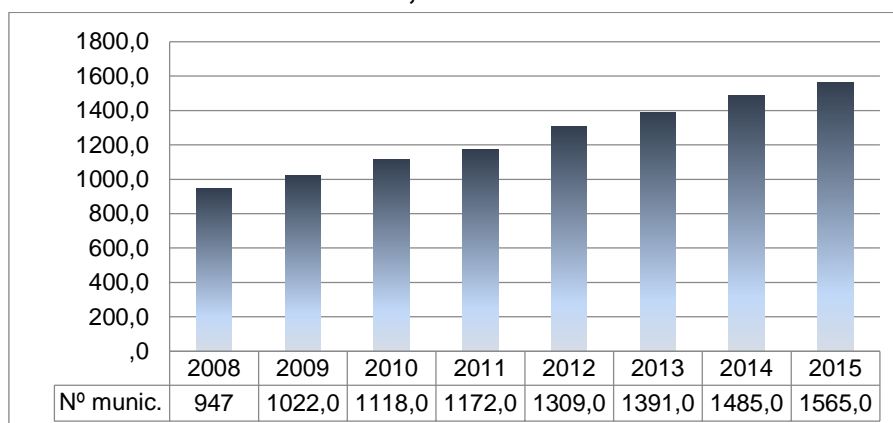
Os usuários de álcool, crack e outras drogas, em situação de rua, têm sido assistidos pelos Consultórios na Rua (CnR), que permitem atenção integral a essa população específica. São constituídos por equipes multiprofissionais, no mínimo com dois profissionais de nível superior e dois de nível médio, e ofertam ações e cuidados de saúde com atuação itinerante e *in loco*. Desde 2011, até dezembro de 2015, há 148 Consultórios na Rua em funcionamento no País.

Número de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), por tipo. Brasil, 2011 a 2015.



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

Número de municípios com Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Brasil, 2008 a 2015.



Fonte: Sala de Apoio à Gestão Estratégica/SAGE/MS

Atenção à Pessoa com Deficiência

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência faz parte do Programa “Viver sem Limite”, com atuação multissetorial, lançado ao final de 2011. Esta linha de ação é composta por um eixo da atenção que contempla o atendimento odontológico, a reabilitação, a implantação de oficinas ortopédicas, a triagem neonatal, incluindo os testes do pezinho, da orelhinha e do olhinho, englobando a atenção para todos os tipos de deficiência: auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências.

Entre os avanços na oferta de serviços específicos, destacam-se:

- Habilitação e funcionamento de 135 Centros Especializados em Reabilitação, com aquisição de 108 veículos de transporte acessível;
- Implantação de 24 oficinas ortopédicas, com capacitação de 3.486 profissionais em órteses e próteses de nível superior;
- Qualificação de 490 Centros de Especialidades Odontológicas para atender pessoas com deficiência; e
- Disponibilização de equipamentos a 81 hospitais para implantação dos Centros Cirúrgicos.

Vigilância em Saúde

Morbidade

No âmbito da Vigilância em Saúde, as ações constituem-se em processo contínuo e sistemático de coleta, análise e disseminação de informações sobre eventos relacionados ao setor, subsidiando o planejamento e a implementação de medidas para a prevenção, promoção e proteção da saúde.

Visando ao aprimoramento da vigilância e ao enfrentamento das epidemias de dengue e chikungunya no Brasil, em 2015 foram desenvolvidas uma série de ações preparatórias, tais como: i) repasse de R\$ 143,7 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue; ii) distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue; iii) atualização do Guia de Manejo Clínico de Dengue; iv) curso de Atualização do Manejo Clínico da Dengue e Chikungunya em formato EaD (Educação a Distância) em parceria com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS); v) realização de reuniões macrorregionais com os dirigentes dos programas de controle da dengue das 27 Unidades da Federação; e vi) acompanhamento e financiamento de pesquisas para aprimoramento da vigilância e controle de dengue. Foi estabelecida uma meta de redução da letalidade por dengue em 25% até o final de 2019, tendo como base o ano de 2014. Entre 2014 e 2015, embora se tenha observado elevações dos casos notificados e das taxas de mortalidade por dengue, houve redução da letalidade de 0,08% para 0,05%.

O surgimento de pacientes com manifestação neurológica e história prévia de infecção viral tem sido registrado em estados com circulação do vírus Zika e circulação concomitante de dengue e/ou chikungunya, principalmente nos estados da região Nordeste. As

manifestações neurológicas dos pacientes incluem encefalites, meningoencefalite, mielite, Síndrome de Guillain-Barré, entre outras. A alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil, considerada situação de emergência em saúde pública, provocou ações imediatas, a exemplo da instalação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública – COES (Portaria nº 1.813, de 11 de novembro de 2015).

Dos 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen's), atualmente 19 estão treinados para a técnica de biologia molecular (RT-PCR) para dengue, 16 para Chikungunya e 11 para Zika vírus. Essa técnica permite a obtenção de uma resposta em tempo oportuno e eficaz. Em janeiro de 2016, foram capacitados mais 11 Lacen's em metodologia de RT-PCR para Vírus Zika.

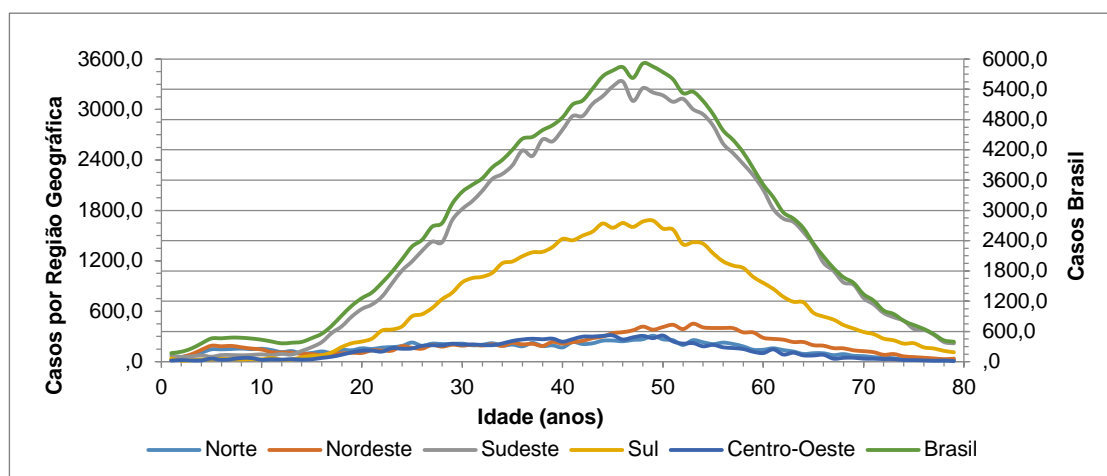
Em relação à tuberculose, em 2013, a taxa de incidência foi de 35,35 casos por 100 mil habitantes. Em 2014, teve um decréscimo para 34,05 por 100 mil habitantes. A análise da série histórica da taxa de incidência da doença mostra uma tendência de declínio nos últimos 20 anos (esta taxa era de 51,7 casos por 100 mil habitantes em 1990). No entanto, embora o Brasil apresente uma tendência de redução na taxa de incidência, há pontos essenciais a considerar em relação ao agravamento. Apenas 181 municípios brasileiros concentram 63% dos casos novos de tuberculose, e a incidência da doença é maior nos grupos de vulnerabilidade acentuada, estando ligada diretamente a baixos níveis socioeconômicos.

A taxa de prevalência de hanseníase no Brasil caiu 16% nos últimos 10 anos, passando de 1,48 casos por 10 mil habitantes em 2005 para 1,27 em 2014, o que corresponde a 25.738 casos em tratamento no País. Ainda em 2014, foram detectados 31.064 casos novos de hanseníase, o que representa uma queda no coeficiente de detecção geral, que passou de 26,86 por 100 mil habitantes em 2005, para 15,32 por 100 mil habitantes em 2014. Já para 2015, o resultado provisório da taxa de prevalência da hanseníase é de 1,08 casos para cada 10 mil habitantes.

A taxa de detecção de Aids no Brasil tem apresentado estabilização nacional nos últimos dez anos, com uma média de 20,5 casos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, a infecção pelo HIV/Aids se concentra em locais em que a epidemia ainda segue aquecida (como no Rio Grande do Sul e no Amazonas) e em populações-chave. Além disso, chama a atenção o aumento de casos na população jovem entre 15 e 24 anos de idade, na qual a taxa de detecção subiu de 9,6 por 100 mil habitantes em 2004 para 12,7 em 2013. No mesmo período, houve uma queda de 35,7% na detecção de casos de Aids em menores de cinco anos, o que demonstra uma redução expressiva da transmissão vertical do HIV no país.

As Hepatites Virais são foco de atenção de acordo com as suas especificidades. Quanto à Hepatite C, estima-se que entre 1,4 a 1,7 milhão de pessoas vivam com a infecção, muitas vezes desconhecida. Considerada geralmente uma doença silenciosa, a hepatite C alcançou visibilidade internacional mediante resoluções lideradas pelo Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de iniciativas aprovadas, como a que resultou na criação do Dia Mundial de Luta contra as Hepatites Virais em 2010 e no reconhecimento das hepatites virais como de extrema importância para a saúde pública em 2014, definindo procedimentos a serem executados para obtenção de melhores resultados no enfrentamento da doença.

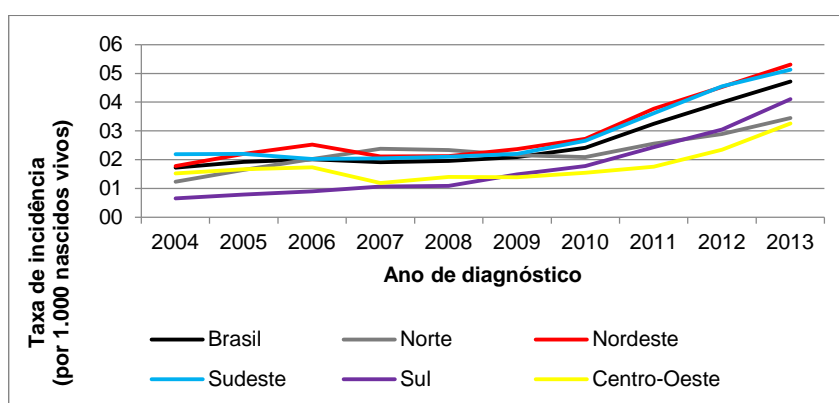
**Concentração de casos de hepatite C, segundo faixas etárias.
Brasil e Regiões, 2014.**



Fonte: DDAHV/SVS/MS.

A Sífilis congênita apresentou um elevado número de casos no Brasil em 2013, que somaram 13.705 em menores de um ano, o que representa uma taxa de incidência de 4,7 para cada 1.000 nascidos vivos, elevação de 47% em relação à taxa de 2011. O registro da mortalidade por essa causa captou 161 óbitos por sífilis nessa mesma faixa etária, o que corresponde a um coeficiente de mortalidade de 5,5 para cada 100.000 nascidos vivos. As maiores proporções de casos de sífilis congênita ocorreram em crianças cujas mães têm entre 20 e 29 anos de idade (51,2%) e ensino fundamental incompleto (24,7%). O número de casos de sífilis congênita continua em níveis elevados no Brasil.

**Taxa de incidência de sífilis congênita por ano de diagnóstico.
Brasil e regiões, 2004 a 2013.**



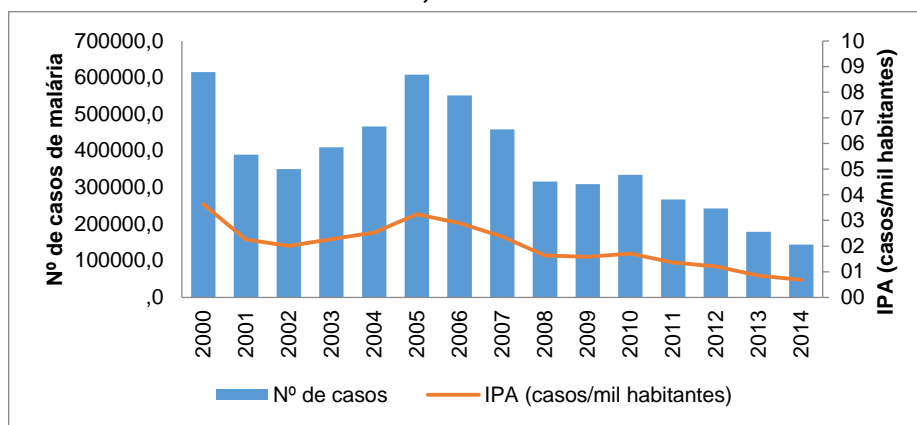
Fonte: DDAHV/SVS/MS.

O combate à malária tem apresentado resultados importantes. O número de casos novos de malária registrados em 2013 foi de 178.614; em 2014, foram registrados 144.100 casos novos de malária no Brasil, o menor número nos últimos 35 anos. A redução da incidência da doença no país, entre 2000 e 2014, foi de 76%, sendo a redução do número de casos entre 2012 e 2014 de 41%. Com isso, o Brasil em 2014 registra menos casos do

que a meta proposta nos Objetivos do Milênio, de reduzir 75% dos casos de malária entre 2000 e 2015.

Para que esta redução se mantenha, é necessário o esforço conjunto dos municípios, estados e da União para garantir a sustentabilidade das ações de controle da malária. Parte dessas ações inclui a manutenção do suprimento de antimaláricos e inseticidas, investimento em infraestrutura, uso ampliado de mosquiteiros impregnados de longa duração e aperfeiçoamento das ferramentas de diagnóstico, além do financiamento de pesquisas voltadas para o monitoramento da eficácia dos tratamentos, da resistência dos anofelinos aos inseticidas, das avaliações do programa, entre outros.

Número de casos de malária por ano de diagnóstico e Índice de Prevalência Anual. Brasil, 2000 a 2014



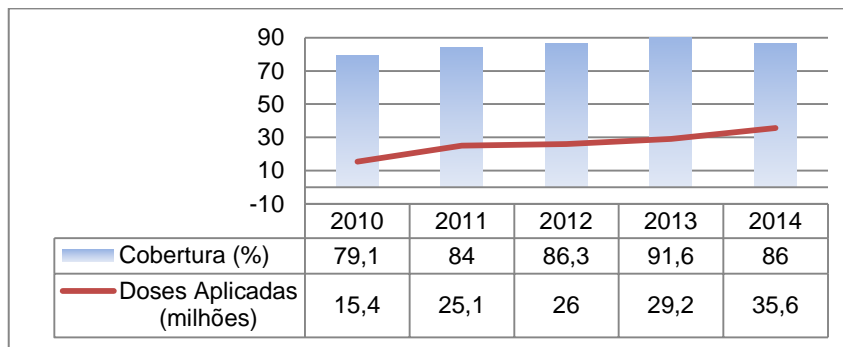
Fonte: SVS/MS

Em relação às doenças imunopreveníveis no Brasil, os resultados decorrentes da prevenção e do controle destas doenças estão relacionados à implantação do Programa Nacional de Imunização (PNI), à estruturação do sistema nacional de vigilância epidemiológica, à maior integração entre as vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental, bem como à articulação de estratégias conjuntas com a atenção básica. Tais fatores vêm contribuindo gradualmente para a redução de casos, fazendo com que muitas doenças imunopreveníveis se apresentem de forma residual nos últimos anos.

Em 2015 foi realizada a 36ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite, bem como a Campanha Nacional de Multivacinação para Atualização de Caderneta de Vacinação. O grupo alvo na campanha contra a poliomielite foram crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, aproximadamente 12,7 milhões de crianças, tendo sido alcançado 94,40% de cobertura vacinal. No combate à gripe, em 2015, também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 52,5 milhões de doses, resultando no alcance de 87,1% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis (crianças de seis meses a menores de cinco anos de idade, gestantes, pessoas com 60 anos de idade e mais, população privada de liberdade, povos indígenas, profissionais de saúde das unidades que fazem atendimento para a influenza e puérpera).

A influenza teve um expressivo nível de vacinação em 2014. Foram administradas 35,6 milhões de doses da vacina contra influenza. De 2012 a 2014 foram distribuídos 3,49 milhões de tratamentos para a doença. Houve também a ampliação de unidades sentinela de vigilância da Síndrome Gripal (SG) e da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

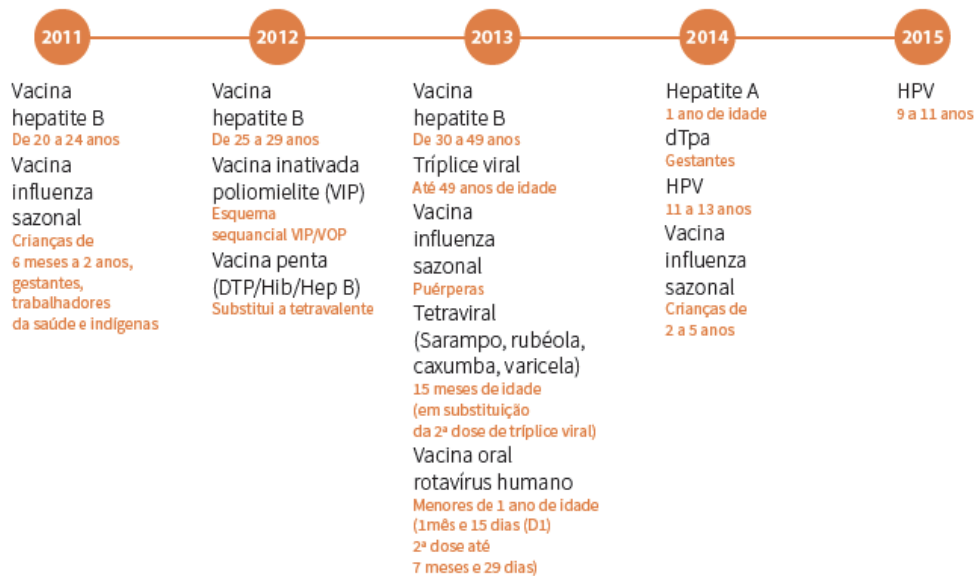
Vacinação contra influenza: Cobertura e doses aplicadas em grupos prioritários. Brasil, 2010 a 2014.



Fonte: SVS/MS

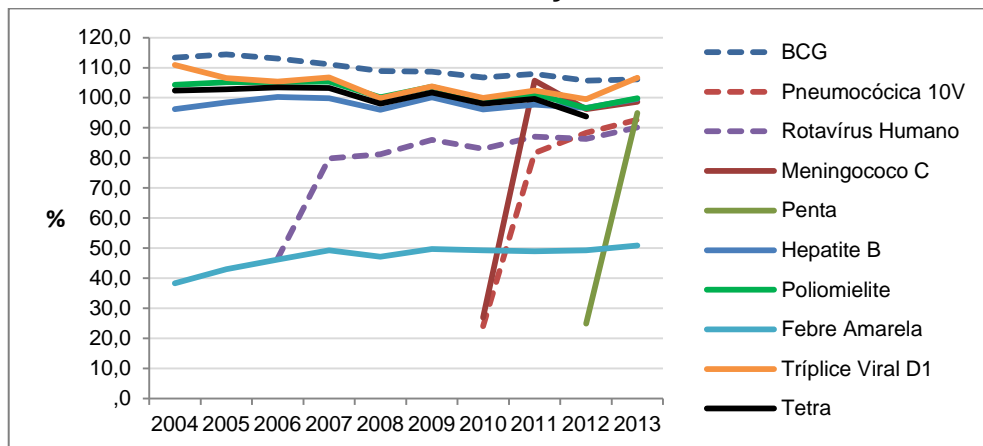
Em 2014, 61% dos municípios apresentaram cobertura da vacina tetravalente/pentavalente em menores de 01 ano maior ou igual a 95%. A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade, alcançou em 2014 uma cobertura de 72,63% dessa clientela específica, com mais de 3,7 milhões de doses adquiridas.

Linha do tempo de introdução das vacinas.



Fonte: PNI/SVS/MS

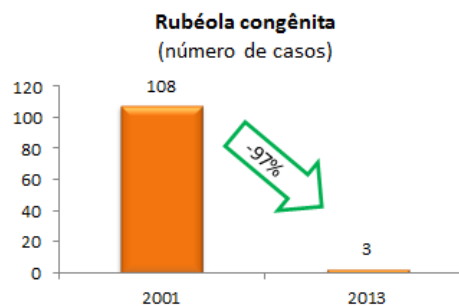
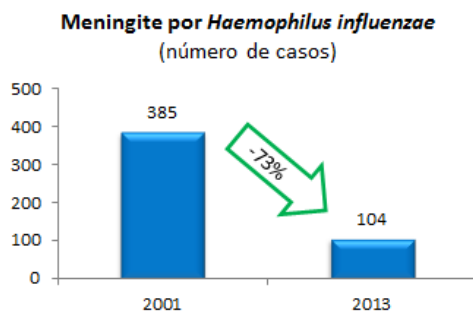
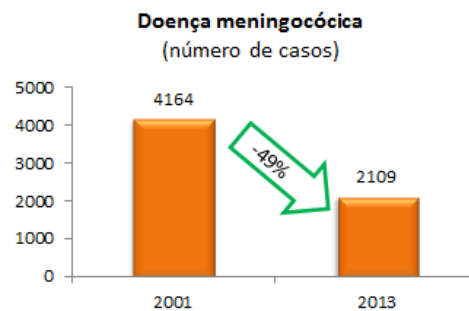
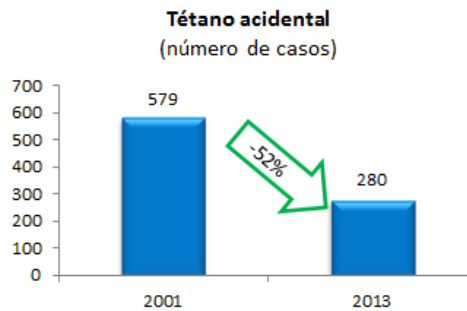
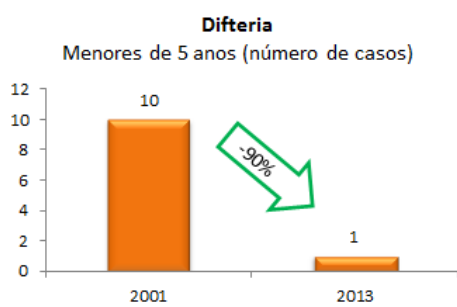
Coberturas vacinais de rotina para alguns tipos de vacina do Calendário Nacional de Vacinação. Brasil, 2004 a 2013.



Fonte: Programa Nacional de Imunizações

Os gráficos abaixo mostram o número de casos registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), nos anos de 2001 e 2013, e evidenciam a queda da ocorrência em todas as doenças imunopreveníveis.

Casos registrados no Sinan, por doença imunoprevenível. Brasil, 2001 a 2013.



Fonte: Sinan-SVS/MS

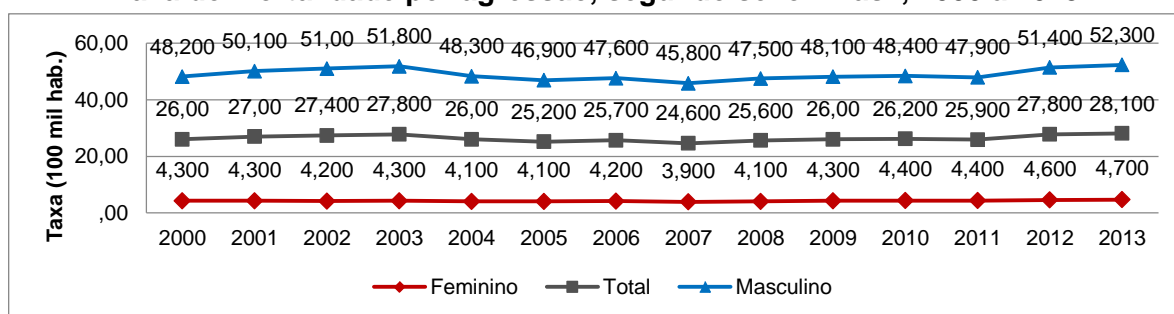
Mortalidade

O perfil de mortalidade da população brasileira tem sido caracterizado pelo crescente aumento de casos de acidentes de transporte terrestre, estabilidade dos casos de morte total por agressão, queda acentuada nos casos de mortalidade infantil em todas as regiões do País, bem como de mortalidade materna.

Em 2013 houve 43.180 óbitos por acidente de transporte terrestre, sendo aproximadamente 82% do sexo masculino. A taxa de mortalidade foi de 21 óbitos por 100 mil habitantes, apontando um aumento de 45,8% no período de 2000 a 2013. A partir de 2010, as principais vítimas no trânsito foram os motociclistas. A taxa de mortalidade foi de seis óbitos por 100 mil habitantes em 2012, a de ocupantes dos demais veículos tiveram taxa de 5,5 óbitos por 100 mil habitantes e a taxa de pedestres, de 4,1 óbitos por 100 mil habitantes.

Em 2013 ocorreram 56.804 mortes por agressões no Brasil. Homens foram vítimas em 96,5% dos óbitos registrados. No período de 2000 a 2013 houve aumento de 25,1% nas mortes por agressões. A taxa de mortalidade por agressão em 2013 foi de 28,1 óbitos por 100 mil habitantes; o risco de morte é de 52,3 óbitos por 100 mil para homens e de 4,7 óbitos por 100 mil para mulheres.

Taxa de mortalidade por agressão, segundo sexo. Brasil, 2000 a 2013.

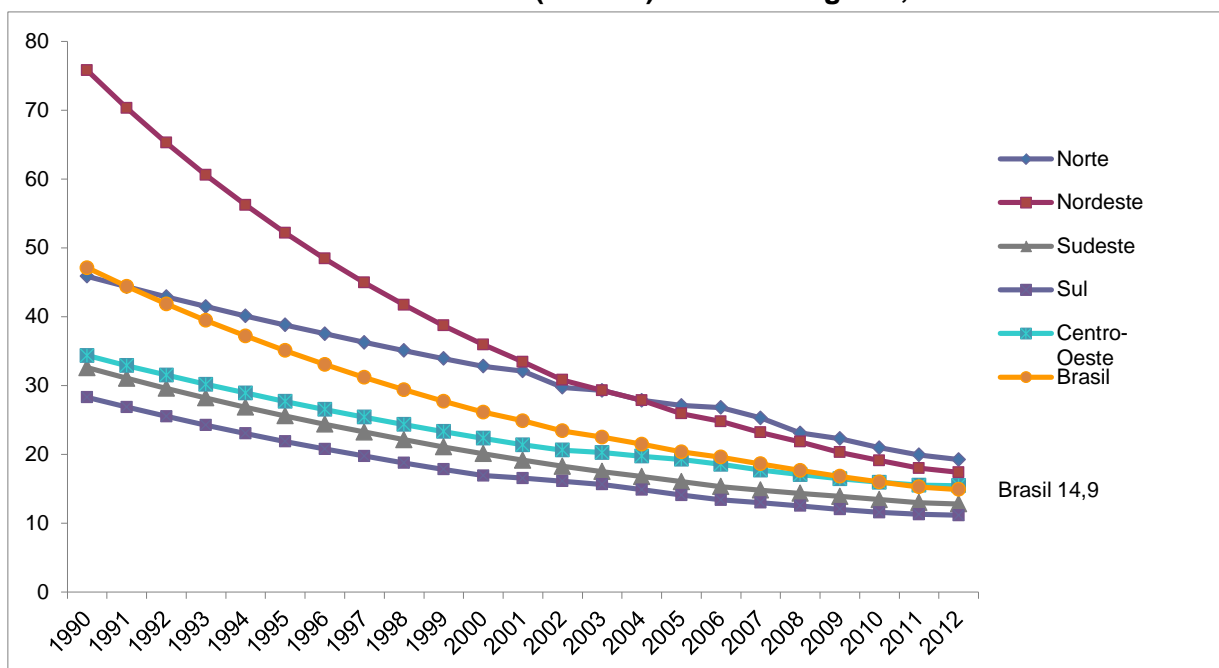


Fonte: MS/SVS/CGIAE-SIM e IBGE.

Foram registrados 10.321 suicídios em 2012, sendo 78,1% de homens e 21,9% de mulheres. A taxa de mortalidade por suicídio teve crescimento de 19,7% no período de 2000 a 2012, e variou de 4,6 suicídios por 100 mil habitantes em 2000 para 5,5 suicídios por 100 mil habitantes em 2012.

Em 2011, o Brasil já tinha atingido uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que é a redução da taxa de mortalidade na infância (menores de 5 anos) em 2/3 entre 1990 e 2015. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os vinte países que reduziram este indicador em mais de 70% nas últimas duas décadas. Esta redução é devida à queda do principal componente da Taxa de Mortalidade Infantil (menores de 1 ano de idade), que recuou de 24,9 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2001 para 14,4 em 2013. A queda foi generalizada em todas as regiões, mostrando-se mais intensa no Nordeste.

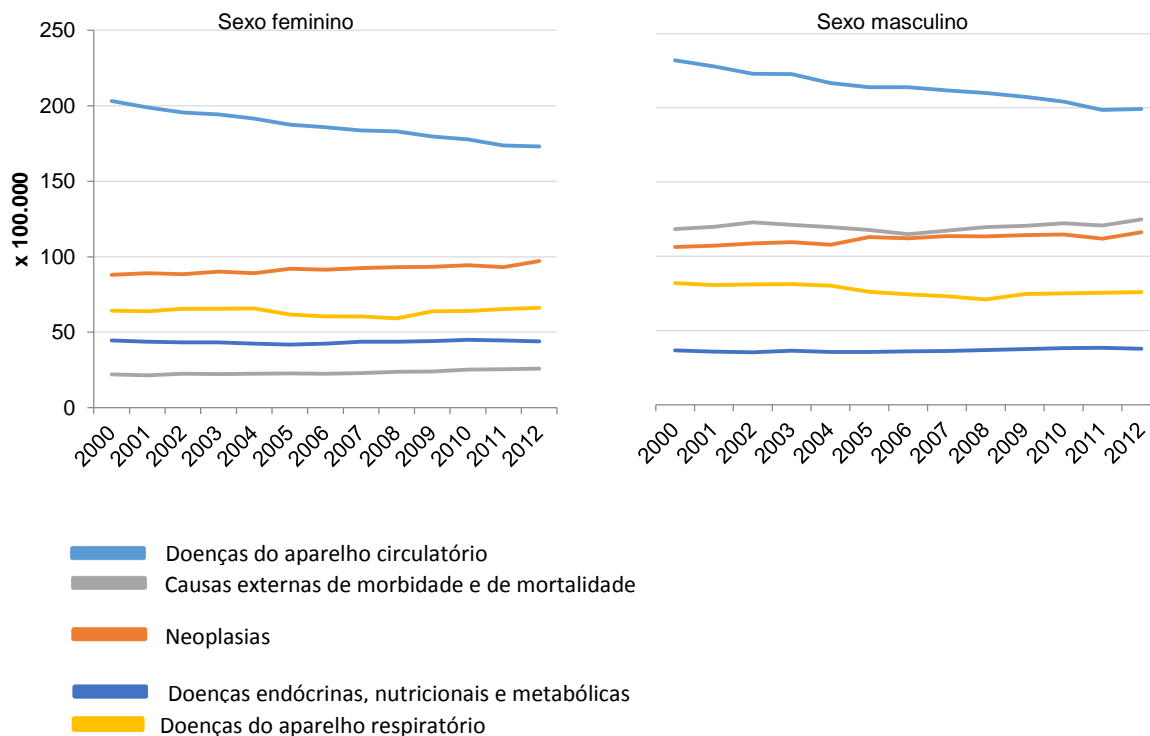
Taxa de mortalidade infantil (< 1 ano). Brasil e Regiões, 1990 a 2012.



Fonte: CGIAE/SVS/MS

Analisando as cinco principais causas de morte segundo capítulos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), observa-se que as doenças do aparelho cardiovascular (cap. IX) ocupam o primeiro lugar em ambos os sexos, seguindo uma tendência decrescente. A principal diferença entre os sexos ocorre entre as causas externas (cap. XX), grupo que permanece como segunda causa no sexo masculino e quinta no feminino. As neoplasias (cap. II) ocupam a segunda causa de morte entre as mulheres e a terceira entre os homens, com uma tendência crescente em ambos os sexos. As mortes por doenças respiratórias (cap. X) e por doenças endócrinas e metabólicas (cap. IV) não tiveram variação significativa no período analisado.

Taxa padronizada de mortalidade (x 100.000 hab.) das cinco causas (capítulos da CID-10) mais frequentes, para cada sexo. Brasil, 2000 a 2012.



Fonte: SIM, CGIAE/SVS/MS

Analisando a mortalidade segundo causas específicas ou determinadas, por sexo, observa-se que, de 2000 a 2012, as doenças cerebrovasculares e o infarto agudo de miocárdio mantiveram-se como as mais frequentes em ambos os sexos. No perfil da mortalidade feminina, mantiveram-se duas doenças crônicas não transmissíveis (diabetes e doenças hipertensivas) entre as cinco primeiras causas, enquanto que no perfil masculino, esse grupo foi completado por duas causas externas (homicídios e acidentes de transporte terrestre).

Assistência Farmacêutica e Complexo Industrial da Saúde

A assistência farmacêutica é um componente essencial do SUS reunindo um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio do acesso aos medicamentos e seu uso racional.

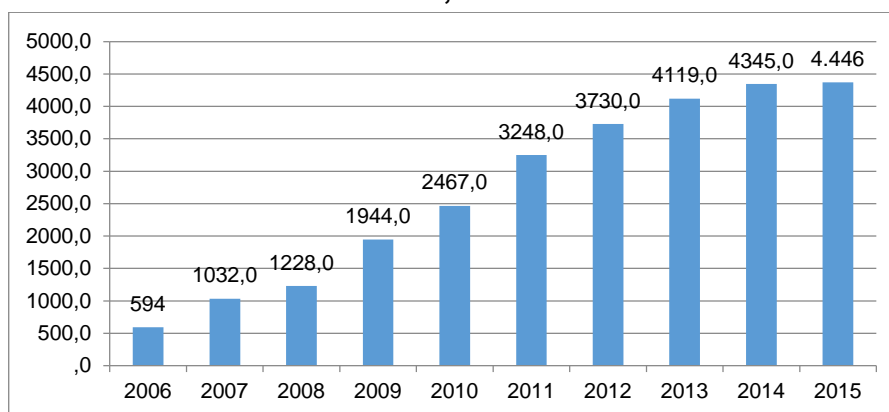
A amplitude da política de medicamentos abrange o incentivo à pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos que resultem na melhoria da qualidade de vida da população.

O programa de assistência farmacêutica e insumos estratégicos está estruturado em três eixos: (i) assistência farmacêutica básica; (ii) assistência farmacêutica para programas estratégicos; e (iii) assistência farmacêutica especializada. O Eixo (i) corresponde ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, financiado e executado de forma

tripartite, e destina-se à aquisição de medicamentos e insumos relacionados a agravos e programas de saúde específicos, no âmbito da atenção básica à saúde. O Eixo (ii) diz respeito ao Componente Estratégico que, por sua vez, consolidou-se a partir da garantia do acesso aos medicamentos e serviços farmacêuticos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico e de caráter estratégico (controle da tuberculose, hanseníase, malária, leishmaniose, doença de Chagas e outras de abrangência nacional ou regional, antirretrovirais (DST/Aids), sangue e hemoderivados, imunobiológicos, além dos medicamentos e insumos para o combate ao tabagismo e para as ações no âmbito da alimentação e nutrição). Já no âmbito do Componente Especializado - Eixo (iii) - é garantido o acesso aos medicamentos indicados ao tratamento de um conjunto significativo de agravos e doenças a partir das linhas de cuidado definidas nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde. Esta constitui-se em uma estratégia para a busca da integralidade do tratamento medicamentoso.

Destaca-se o crescimento significativo do Programa Farmácia Popular do Brasil e consequente ampliação do acesso a medicamentos essenciais básicos. No âmbito do Aqui Tem Farmácia Popular, que envolve o credenciamento de farmácias ou drogarias privadas, foram implantadas unidades do Programa em 4.446 municípios brasileiros, dos quais 1.644 relativos ao Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, medicamentos para o tratamento de asma foram incluídos no rol de medicamentos distribuídos gratuitamente. Este rol já incluía o tratamento de hipertensão e diabetes, sem custo para o usuário, desde 2011.

Número de municípios cobertos pelo Programa Aqui Tem Farmácia Popular. Brasil, 2006 a 2015.



Fonte: DAF/SCTIE/MS e SAGE/MS.

A expansão do SUS, bem como a velocidade da evolução da tecnologia empregada em saúde, vem requerendo a expansão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, por meio da ampliação significativa do financiamento destinado à pesquisa em saúde e ao incremento do número de pesquisadores nas áreas de ciências da saúde e biológicas, bem como o aperfeiçoamento do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos, incluindo a revisão da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

O fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento é uma estratégia essencial para integrar a política de produção e inovação em saúde com as necessidades do SUS. As informações e os conhecimentos produzidos e sistematizados servem como base para a atualização dos temas prioritários e estratégicos dessa política, traduzindo as necessidades

em saúde para o fomento à produção e inovação, assim como, para a criação do marco regulatório sanitário e econômico.

O fomento tem como eixos norteadores a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde e a Agenda de Pesquisas do Ministério da Saúde, alinhadas com os objetivos estratégicos definidos pelo Ministério da Saúde e discutidos com os gestores das esferas subnacionais de governo.

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) é parte integrante da Política Nacional de Saúde, formulada no âmbito do SUS. Tem como finalidade contribuir para que o desenvolvimento nacional ocorra de forma sustentável com base na produção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País. De 2011 a 2014 foram apoiadas oito redes de pesquisa e nove Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações de Amparo às Pesquisas Estaduais.

Na área do desenvolvimento produtivo e inovação em saúde, observa-se o fortalecimento do parque produtivo em saúde no escopo das políticas de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o Complexo Produtivo da Saúde foi fortalecido, possibilitando a ampliação da produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde, com foco na ampliação da produção nacional de tecnologias estratégicas para SUS. Os produtores públicos foram fortalecidos, ampliando a linha de produção para 260 produtos com registros válidos.

Com a finalidade de potencializar a capacidade de produção e, conseqüentemente, o acesso, foram desenvolvidas as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), consideradas uma das estratégias mais efetivas voltadas à consolidação da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS, resultantes do processo de otimização das compras públicas do MS. Em 2015, 107 projetos de PDP foram analisados para adequação ao Novo Marco Regulatório (Portaria GM/MS nº 2.531/2014). Também foram analisadas 39 propostas de projeto de PDP pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo. Em dezembro de 2015 estavam vigentes 89 PDP, envolvendo 18 laboratórios públicos e 46 laboratórios privados.

Regulação da Vigilância Sanitária e da Saúde Suplementar

Complementando a atuação pública em saúde, a vigilância sanitária atua no registro de produtos de interesse da saúde pública e na autorização do funcionamento de empresas que produzam ou comercializem esses produtos, assim como dos ambientes com desenvolvimento de atividades com implicância sanitária. Em 2015, foram aprovados os registros de 18 medicamentos genéricos inéditos no País. Com esses registros, o ganho social será substancial, uma vez que o valor máximo de um medicamento genérico deve ser pelo menos 35% menor do que o de referência. O tempo médio de trâmite dos pedidos administrativos relacionado à Autorização de Funcionamento de Empresas (AFE) e Autorização Especial (AE), tanto para farmácias e drogarias quanto para as demais empresas, foi reduzido para o prazo máximo de 45 dias.

Em 2015, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu a comercialização de 153 planos de 16 operadoras, atingindo, desde 2011, a suspensão de 1.170 planos e de 158 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa ANS nº 259, de 17 de junho de 2011, que determina a garantia de atendimento do beneficiário, da cobertura assistencial e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Diversas iniciativas estão em curso para aperfeiçoar o processo de ressarcimento ao SUS e permitir maior integração entre os setores. Em 2015, foram envidados esforços para a melhoria dos processos, dos fluxos e filtros de pré-processamento (rol e carência), para o início da cobrança das autorizações para procedimentos ambulatoriais (APACs) e para o lançamento da notificação eletrônica (Persus), além das atividades relativas à gestão da informação e da integração com o SUS.

Gestão em Saúde e Controle Social

A gestão dos recursos envolvidos nos processos e iniciativas sanitárias públicas desenvolve-se por meio da racionalização e qualificação do emprego dos recursos humanos, físicos e financeiros. No âmbito dos recursos humanos, as edições do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica (Provab) foram concluídas com o aperfeiçoamento de 9,4 mil médicos até 2015. O Provab Médicos foi incorporado ao Programa Mais Médicos. Com a incorporação, o Município poderá dar à população e ao gestor municipal a segurança da continuidade do cuidado, pois será possível manter o profissional que era do Provab por mais três anos atuando na Atenção Básica junto à comunidade, prorrogável por ainda outros três, após a conclusão do 1º ano previsto no Provab.

O apoio à formação dos Agentes Comunitários de Saúde qualificou 176.943 profissionais em 2008 e alcançou 217.900 profissionais em 2014, significando uma evolução de 23% no período.

Com relação aos profissionais de nível superior, foram ofertadas 94.249 vagas para qualificação, sendo que apenas 19.890, correspondentes a 21%, concluíram o curso em que se matriculou. A pouca significância desse resultado indica a persistente discussão em torno da qualidade e do ajuste da adequação de perfis de qualificação às necessidades do SUS.

Com a finalidade de detectar disfunções em serviços e processos, foram estimuladas ações de ouvidoria e comunicação direta com os usuários por intermédio, entre outros, de ouvidorias e de cartas aos cidadãos que passaram por internações hospitalares ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade. Foram implantadas 66 ouvidorias, somando um total acumulado de 1,2 mil unidades desde 2012, e enviadas 12,3 milhões de cartas com obtenção de 2,82 milhões de respostas que incorreram em registro de 9,3 mil manifestações, das quais 6,6 mil denúncias, dentre outras iniciativas.

Quanto aos recursos orçamentários do Ministério da Saúde, segundo o art. 5º da Lei Complementar nº 141/2012, a União deve aplicar em ações e serviços públicos de saúde, minimamente, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro

anterior, acrescido do percentual de variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da LOA anual. Essa disposição foi modificada pela Emenda Constitucional 86/2015 que vinculou a participação da União no financiamento setorial ao correspondente ao percentual de 15% da Receita Corrente Líquida, incorporado num gradiente de 13,2%, a partir de 2016, até os 15% em 2020.

Esta mesma Emenda também trouxe novos desafios para a execução orçamentária do Ministério da Saúde, no sentido de aprimorar sua capacidade de gestão entre a programação própria e as proposições do Parlamento ao Orçamento da União, por meio de emendas parlamentares individuais.

Considerações Finais

Observa-se, em conclusão, que o Brasil avançou na área da saúde, tendo alcançado resultados positivos nos objetivos expressos no PPA 2012-2015, com melhoria perceptível dos principais indicadores representativos das linhas de atuação em saúde, como a redução da mortalidade infantil e da ocorrência de doenças imunopreveníveis, a ampliação do acesso à atenção básica e à assistência farmacêutica básica, bem como a expansão das redes de atenção à saúde.

Apesar da evolução consistente, há desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos que envolvem, entre outros, a garantia de acesso oportuno, equitativo e com qualidade aos serviços de saúde do País, assim como o enfrentamento das doenças transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti* e suas consequências. A superação desses desafios depende do esforço conjunto de instituições públicas e privadas, nos três níveis da federação.

Nesse sentido, o PPA 2016-2019 busca fortalecer ainda mais o Sistema Único de Saúde – SUS, apresentando 12 objetivos que visam:

- Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar;
- Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas;
- Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde;
- Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis,

acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável;

- Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho;
- Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã;
- Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS;
- Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS;
- Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS;
- Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor;
- Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor; e
- Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	30/11/2012	65,04	31/12/2013	64,7	31/12/2014	64,01	31/12/2015	63,73
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	31/12/2012	37	31/12/2013	38	31/12/2014	38	31/12/2015	38
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	30/11/2012	54,84	31/12/2013	56,4	31/12/2014	60,17	31/12/2015	60,95
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2012	3.730	31/12/2013	4.119	31/12/2014	4.345	31/12/2015	4.446
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2012	39,67	31/12/2013	51,7	31/12/2014	49,14	31/12/2015	49,14
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	31/12/2012	82,14	31/12/2013	87,96	31/12/2014	86,07	31/12/2015	88,99
Coefficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	31/12/2012	1,51	31/12/2013	1,42	31/12/2014	1,27	31/12/2015	1,08
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2010	73,4	31/12/2013	74,5	31/12/2014	75,14	31/12/2015	75,44
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	5.093	31/12/2012	11.609	31/12/2013	13.705	31/12/2014	16.172	31/12/2015	19.083
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2012	68,46	31/12/2013	65,86	31/12/2014	69,09	31/12/2015	73,02
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2012	45	31/12/2013	66,7	31/12/2014	91,7	31/12/2015	110
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	31/12/2011	58	31/12/2012	67	31/12/2013	72	31/12/2014	76	31/12/2015	80,8
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2010	0	21/12/2012	67	31/12/2013	67,22	31/12/2014	46,1	31/12/2015	64,3
Índice de realização de transplantes	1/1.000.000	01/01/2010	122,7	31/12/2012	128,3	31/12/2013	120,5	31/12/2014	121,71	31/12/2015	116,85
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	31/12/2011	67,95	31/12/2012	72,7	31/12/2013	76,1	31/12/2014	79,51	31/12/2015	79,7
Índice parasitário anual (IPA) da malária	1/1.000	01/01/2008	18,7	31/12/2012	9	31/12/2013	6,3	31/12/2014	5,1	31/12/2015	5,5
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2012	155	31/12/2013	305	31/12/2014	332	31/12/2015	563
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2009	72	31/12/2010	68,2	31/12/2011	64,8	31/12/2012	61,6	31/12/2013	60,9
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2012	5,5	31/12/2013	5,5	31/12/2014	5,5	31/12/2015	5,9
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2009	20,6	31/12/2011	21,1	31/12/2012	20,1	31/12/2013	20,88	31/12/2014	19,7
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2009	38,07	31/12/2011	37,89	31/12/2012	36,01	31/12/2013	35,35	31/12/2014	34,05
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2010	92,4	31/12/2011	94,4	31/12/2012	96,8	31/12/2013	96,4

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2009	16,8	31/12/2010	16	31/12/2011	15,3	31/12/2012	14,9	31/12/2013	14,41
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2010	8,5	31/12/2011	8,1	31/12/2012	7,8	31/12/2013	7,49
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2010	2,6	31/12/2011	2,5	31/12/2012	2,5	31/12/2013	2,4
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2010	171,1	31/12/2011	174,2	31/12/2012	171,8	31/12/2013	168,9
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	42,7	31/12/2009	48,6	31/12/2012	50,6	31/12/2013	50,8	31/12/2014	52,5
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2012	304,56	31/12/2013	722,35	31/12/2014	290,48	31/12/2015	766,08

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Quadro de Metas

Objetivo: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	13.200,00	Médicos	18.240,00	
Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.	23.000,00	Unidades básicas de saúde	16.801,00	
Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	284.200,00	Agentes comunitários de saúde	266.217,00	
Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	24.900,00	Equipes de saúde bucal	24.467,00	
Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	40.400,00	Equipes da Estratégia Saúde da Família	40.162,00	
Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800	30.800,00	Transplantes de órgãos sólidos e não sólidos	23.693,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	7.970,00	Profissionais	4.382,00	Um dos cursos ofertados, o Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, entrou em processo de revisão e atualização, tendo sido interrompido, em parte do período, o ciclo de aplicação do curso e formação de turmas, não completando o quantitativo previsto de profissionais a serem capacitados.
Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer	1,00	Complexo	0,00	Em 2015 houve a desmobilização dos equipamentos da parede diafragma. Em abril/15 a contratada Schahin rescindiu unilateralmente o contrato. A viga de coroamento da parede diafragma foi concluída após contratação emergencial e as operações do canteiro foram paralisadas.
Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	1.400,00	Equipes de atenção domiciliar	911,00	Desde o início da implantação do Melhor em Casa, um indiscutível desafio é o financiamento, não somente quanto aos valores repassados serem ou não adequados à proposta de atuação dos serviços, mas também quanto à garantia do repasse regular. Em 2015, o valor final do orçamento destinado ao Melhor em Casa foi inferior ao necessário à manutenção das equipes atuais, restringindo a expansão do programa, apesar de sua inegável efetividade e alto grau de satisfação da população e dos gestores.
Implantar 187 Centrais de Regulação.	187,00	Centrais de Regulação	189,00	
Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	27,00	Unidades de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ	22,00	
Implantar 3.358 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	3.358,00	Unidades básicas de saúde	3.618,00	
Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	1.298,00	Centros de Especialidades Odontológicas	1.034,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias	27,00	Unidades da Federação	27,00	
Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa.	100,00	%	98,00	
Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	78,00	%	85,90	
Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	35,00	Serviços de saúde	114,00	
Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário	4,00	Estados	4,00	
Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	235,00	Serviços de saúde	30,00	A meta não foi alcançada, uma vez que os gestores estaduais e municipais optaram, no processo de adesão, pela implantação de serviços novos, e não pela requalificação dos já existentes.

Objetivo: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.	27,00	Unidades da Federação	27,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.	85,00	%	69,90	
Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	25,00	%	30,00	
Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	25,00	%	28,80	
Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.	27,00	Unidades da federação	25,00	
Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.	12.200,00	Unidades de saúde	11.900,00	
Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.	100,00	%	89,90	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.	100,00	%	65,00	Apesar do número de municípios prioritários notificando intoxicações por agrotóxicos ter mais que dobrado em 2 anos (30% para 65%), este incremento não foi suficiente para superar a histórica baixa sensibilidade dos serviços de saúde em reconhecer e diagnosticar intoxicações cujos sintomas são inespecíficos, e a também histórica subnotificação de agravos no Sinan, inviabilizando que os 35% restantes dos municípios prioritários realizassem pelo menos 1 notificação.
Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.	70,00	%	48,50	
Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental	34,00	Estudos e pesquisas	34,00	
Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.	27,00	Unidades da Federação	27,00	
Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.	30,00	Centrais de Rede de Frio	392,00	
Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas	160,00	Municípios	182,00	
Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015	4.800,00	Academias de saúde	4.231,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.	27,00	Unidades da federação	27,00	
Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB	50,00	Laboratórios	40,00	
Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.	27,00	Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen)	24,00	
Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.	95,00	%	53,03	Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação. É preciso considerar também que a implantação da vacina foi postergada em função do atraso na entrega desse imunobiológico, tendo sido implantada apenas em novembro de 2014.
Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	95,00	%	92,65	
Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	95,00	%	64,99	Ressalta-se que esse dado é preliminar e, portanto, está sujeito a alterações. A inclusão da vacina ocorreu em setembro de 2013, postergando a sua implementação.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.	328,00	Óbitos	863,00	Diversos fatores dificultam a erradicação dos vetores que transmitem a dengue: o crescimento desordenado dos centros urbanos, a irregularidade do abastecimento de água, a coleta e o destino inadequado dos resíduos sólidos, a acelerada expansão da indústria de materiais não biodegradáveis e o aquecimento global. Os fatores que podem levar ao aumento do número de óbitos por dengue são aqueles relacionados a falhas na assistência ao paciente. Em 2015, ocorreu a maior epidemia de dengue no país.
Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde	27,00	Laboratórios da Saúde Pública	24,00	
Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015.	600,00	Pesquisas	1.218,00	
Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.	30,00	%	62,60	
Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.	18,90	Taxa de incidência de Aids por 100.000 hab.	19,70	Embora a epidemia esteja estabilizada no país e se observe ligeira queda no indicador, existe concentração dos casos em alguns estados. Além disso, a epidemia também apresenta crescimento em algumas populações, como em jovens gays.
Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.	0,98	Coeficiente de prevalência da hanseníase por 10.000 hab.	1,08	
Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose	2,00	Novas tecnologias	2,00	

Objetivo: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.	3.034,00	Municípios	2.867,00	
60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.	60,00	%	68,00	
Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento	120,00	Maternidades	183,00	
Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.	70,00	%	74,20	
Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.	85,00	%	83,70	
Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.	85,00	%	91,20	
Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta.	13.000,00	Serviços de atenção básica	21.355,00	
Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ	7.500,00	Gestantes	6.398,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	684,00	Leitos de UTI neonatal	743,00	
Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.	1.300,00	Parteiras tradicionais	733,00	A capacitação é realizada em parcerias com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Há dificuldade na identificação de parteiras tradicionais, pois a maioria de parteiras indicadas pelos territórios possuem cursos de auxiliar/ técnico de enfermagem. Para 2016, existe um convênio firmado para capacitar parteiras nos estados do AM, PA, TO, PB e BA.
Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015	3.141,00	Leitos	3.387,00	
Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar	13.200.000,00	Cadernetas de Saúde da Criança	14.379.100,00	
Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	100,00	%	21,00	Foram repassados recursos para a realização dos testes pelos municípios. A maioria não tinha tradição em realizá-los, principalmente os municípios que não têm prevalência de população negra. Por ser um teste recente, vários necessitaram incluir o teste em sua rotina e construir estratégias de tratamento.
Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.	276,00	Maternidades GAR	219,00	
Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.	20,00	Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP)	13,00	Consideradas para efeito de quantidade alcançada as 8 obras em andamento e as 5 que foram habilitadas e recebem custeio. No entanto, no período de 2012 a 2015 foram empenhadas 47 propostas/serviços (8 em andamento e 39 em ação preparatória), e mais 4 estão em processo de habilitação.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.	20,00	Serviços	15,00	
Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.	30,00	Centros de Parto Normal	40,00	
Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.	50,00	Serviços	5,00	Quando a meta foi elaborada considerava-se como serviço implantado a celebração dos convênios. A partir da Portaria GM/MS 189/2014 passou a ser considerado serviço implantado o serviço em funcionamento. A estratégia não logrou êxito por demandar a agregação de diferentes tecnologias de diagnóstico (radiologia, ultrassonografia e biópsias) em um mesmo estabelecimento e contrapartida local em investimento não prevista no programa (equipamentos, ampliações e reformas).
Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.	1.410,00	Profissionais de saúde	379,00	Durante a execução do Programa Mulher Viver sem Violência acordou-se entre o 3 ministérios envolvidos que seriam capacitados 5 profissionais por hospital, ao invés de 15 profissionais, como previamente estabelecido, com o objetivo de ampliar o número de hospitais qualificados para a coleta de vestígios no SUS. Ainda assim, foram capacitados apenas 52 hospitais, ao invés dos 94 inicialmente previstos.
Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	12.000.000,00	Mamografias	9.168.809,00	
Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	36.000.000,00	Exames de citopatologia	30.174.521,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.	94,00	Hospitais	0,00	O processo de elaboração da minuta de portaria foi longo e, quando finalizado, não foi possível publicar devido ao contingenciamento orçamentário. Está em tramitação uma minuta de portaria para financiamento destas reformas.

Objetivo: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	2.160,00	Ambulâncias	2.916,00	
Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015	231,00	Unidades de atenção especializada	299,00	
Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015	2.163,00	Leitos hospitalares	3.477,00	
Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	500,00	Unidades de pronto atendimento	987,00	
Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015	64,00	Centrais de regulação	28,00	A baixa realização deve-se à baixa adesão de novos municípios ao SAMU 192.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência.	40,00	Unidades de urgência e emergência	28,00	

Objetivo: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015	6.186,00	Beneficiários	4.394,00	
Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.	175,00	Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad)	88,00	O cumprimento das metas no que se refere à expansão dos Pontos de Atenção da RAPS enfrenta desafios: o contingenciamento financeiro; a necessidade de que o serviço esteja em funcionamento, com custeio próprio, no momento da solicitação de habilitação; a dificuldade de se encontrar imóvel adequado; e a necessidade de cumprimento da LRF versus ampliação de recursos humanos, principal instrumento de cuidado na atenção psicossocial.
Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014.	188,00	Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil	31,00	O cumprimento das metas no que se refere à expansão dos Pontos de Atenção da RAPS enfrenta desafios: o contingenciamento financeiro; a necessidade de que o serviço esteja em funcionamento, com custeio próprio, no momento da solicitação de habilitação; a dificuldade de se encontrar imóvel adequado; e a necessidade de cumprimento da LRF versus ampliação de recursos humanos, principal instrumento de cuidado na atenção psicossocial.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014.	430,00	Unidades de Acolhimento Adulto	38,00	O cumprimento das metas no que se refere à expansão dos Pontos de Atenção da RAPS enfrenta desafios: o contingenciamento financeiro; a necessidade de que o serviço esteja em funcionamento, com custeio próprio, no momento da solicitação de habilitação; a dificuldade de se encontrar imóvel adequado; e a necessidade de cumprimento da LRF versus ampliação de recursos humanos, principal instrumento de cuidado na atenção psicossocial.
Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.	179,00	Consultórios na Rua	148,00	
Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.	3.600,00	Leitos	997,00	A expansão dos Pontos de Atenção da RAPS enfrenta vários desafios, como a demanda dos gestores locais e da pactuação regional e estadual dos planos de ação da RAPS. Os entes federados também enfrentam dificuldades financeiras, incluindo o MS, que repesou os processo de habilitação/incorporação, inibindo a iniciativa dos municípios em expandir/qualificar os pontos de atenção da RAPS.
Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.	640,00	Centros de Atenção Psicossocial - CAPS	582,00	

Objetivo: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	45,00	Centros Especializados em Reabilitação	135,00	
Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.	5.500,00	Gestores e profissionais	5.578,00	
Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	19,00	Oficinas	24,00	24 oficinas ortopédicas fixas habilitadas entre os anos 2012 a 2014, ou seja, estão em efetivo funcionamento. O sistema não foi aberto para o cadastramento de propostas de habilitação em 2015. No que se refere às Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais, o novo Termo de Referência encontra-se em elaboração. Quanto às Oficinas Ortopédicas Itinerantes Terrestres, 05 oficinas foram entregues, mas os gestores locais ainda não finalizaram as propostas de habilitação.
Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	27,00	Unidades da Federação	27,00	
Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.	420,00	Centros de Especialidades Odontológicas - CEO	490,00	
Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	60,00	Oficinas ortopédicas	37,00	

Objetivo: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.	6.600,00	Bolsistas	21.361,00	
Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015.	4.000,00	Egressos/ano	9.405,00	
Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015	414,00	Horas ao ano	266,00	Em 2015 pretendia-se alcançar 414 horas próprias produzidas, contudo o Canal Saúde teve que investir em outras áreas, como na Veiculação (transmissão via satélite e TV Aberta Digital) e na Programação (licenciamentos de vídeos). Os acréscimos orçamentários não foram suficientes para investir no aumento da produção.
Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015	1.000,00	Egressos/ano	535,00	Em 2015 ocorreu uma diminuição no quantitativo de egressos devido a obras realizadas na Unidade que realiza os cursos e à ampliação no quantitativo de anos necessários para a conclusão dos cursos, associada às restrições orçamentárias praticadas no exercício.
Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.	380.000,00	Trabalhadores	319.939,00	
Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	12.000,00	Bolsistas/ano	5.409,00	O pagamento das bolsas referentes ao PRÓ-SAÚDE/PET-SAÚDE encerraram-se em dez/2014; o pagamento das bolsas referentes ao PET-Saúde/Vigilância em Saúde encerraram-se em abril/2015, e o pagamento das bolsas do PET-Saúde/Redes de Atenção encerraram-se em junho/2015 com a finalização dos Editais. A meta do PPA foi prevista para ser desenvolvida entre os anos de 2012 e 2014, período de vigência dos Editais. Acrescenta-se que, em 2014, ano de referência da meta, havia 15.255 bolsistas.
Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015	360,00	Docentes	564,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015	10,00	Programas stricto sensu	7,00	
Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015	62,00	Programas/cursos lato sensu	64,00	
Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.	709,00	Cursos de graduação	709,00	
Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados	18,00	Núcleos de Telessaúde Brasil	18,00	
Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias.	100.000,00	Profissionais e gestores	280.475,00	
Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015.	5.000,00	Profissionais de saúde	12.205,00	

Objetivo: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.	50.000,00	Pessoas	57.334,00	
Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015.	80,00	%	5,90	Alguns elementos contribuíram para a baixa adesão ao processo de contratualização: imprecisões e ambiguidades contidas no texto do Decreto 7508/11, modelo de contrato inadequado, cultura de centralização, hierarquização e verticalismo no sistema, insuficiência na apropriação do COAP por parte do MS, dissociação entre o processo de contratualização interfederativa e o financiamento das ações e serviços de saúde, baixa capacidade político-administrativa de alguns estados e municípios.
Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015.	27,00	Comitês	34,00	
Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde.	80.000,00	Pessoas	111.819,00	
Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015	6,00	Encontros nacionais	9,00	
Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.	6,00	Seminários	7,00	

Objetivo: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.	400.000,00	Entrevistas	304.057,00	
Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado	125,00	Ouvidorias/ano	122,00	
Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente	100,00	%	100,00	
Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015	100,00	%	100,00	
Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015	4.000,00	Ações de controle interno e auditorias	5.874,00	
Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015.	10.000.000,00	CartaSUS por ano	12.339.487,00	

Objetivo: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.	2.365,00	Municípios	1.644,00	Houve necessidade de redimensionamento da meta no período, uma vez que foi verificado junto ao CFF que 399 municípios mapeados pelo BSM não possuíam farmácias, portanto, não seria possível atingir a totalidade da meta. Ademais, apesar de alguns municípios do BSM possuírem farmácias, muitas não estão em condições de atuar no programa devido à falta de profissionais farmacêuticos e, principalmente, de acesso à internet. O PNS 2012-2015 alterou a meta para 1.614 municípios atendidos.
Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	16,00	Medicamentos fitoterápicos	12,00	
Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS	20,00	Arranjos Produtivos Locais - APL	66,00	

Objetivo: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015	100,00	%	100,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual	3,00	Proposta	9,00	
Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde	15,00	Acordos regionais	25,00	
Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa	200,00	Projetos de pesquisa	746,00	
Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015	100,00	Estudos nacionais	402,00	

Objetivo: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Ministério da Saúde

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão

Ministério da Saúde

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	97.828.636	97.995.701	81.783.584	337.871.380	297.483.010
Despesas Correntes	88.928.828	89.108.684	80.783.609	303.657.512	287.475.394
Despesas de Capital	8.899.808	8.887.017	999.975	34.213.867	10.007.617
Orçamento de Investimento das Empresas	178.860	178.860	119.316	242.916	57.456
Totais	98.007.496	98.174.560	81.902.900	338.114.295	297.540.466

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2016 – POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Visão consolidada do Programa

Durante os quatro anos de implementação do Plano Plurianual 2012-2015, as ações das políticas para as mulheres podem ser separadas em três grandes eixos de atuação: Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; Autonomia Econômica das Mulheres; e outras Ações Temáticas e de Articulação.

Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

O Governo Federal tem se dedicado, cotidianamente, a enfrentar a violência, suas causas e consequências, a partir da efetivação e do fortalecimento de uma rede de serviços em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade civil, por meio do Programa Mulher, Viver sem Violência. A esse respeito, a Casa da Mulher Brasileira constitui-se como um dos eixos do Programa Mulher: Viver sem Violência, tem o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência.

A primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em Campo Grande/MS, em fevereiro de 2015. Desde sua inauguração, até o final de 2015, a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande recebeu 9.999 mulheres que geraram 57.411 atendimentos e encaminhamentos em seus diversos serviços. A segunda Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em junho de 2015, em Brasília/DF. Nos primeiros quatro meses de funcionamento (de junho a setembro de 2015), a Casa da Mulher Brasileira de Brasília recebeu 192 mulheres que geraram 974 atendimentos em seus diversos serviços.

Estão em andamento as obras para a construção das casas em seis capitais, com inauguração prevista para 2016: São Paulo/SP, Curitiba/PR, Salvador/BA, Fortaleza/CE, São Luís/MA e Boa Vista/RR. As demais estão em fase de elaboração do projeto, licitação de obras ou em processo de aquisição ou cessão de terrenos.

Outra ação de enfrentamento à violência contra as mulheres é a Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – Ligue 180. O serviço recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e orienta as mulheres, encaminhando-as para outros serviços, quando necessário. A ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O Ligue 180 atende a todo território nacional e às brasileiras que vivem em 16 países: França, Estados Unidos, Inglaterra, Noruega, Guiana Francesa, Argentina, Uruguai, Paraguai, Holanda, Suíça, Venezuela, Bélgica, Luxemburgo, Espanha, Itália e Portugal.

Em 2015, o Ligue 180 registrou 749.024 atendimentos – em média 62.420 ao mês e 2.052 ao dia –, o que representa 18% de atendimentos (114.162) a mais que no ano de 2014. Entre o início de funcionamento do serviço, em 2005, e o final de 2015, foram realizados 4.823.140 atendimentos.

Por sua vez, a sanção da Lei nº 13.104/2015, que alterou o Código Penal, incluiu o feminicídio entre os tipos de homicídio qualificado. A Lei do Feminicídio (como é conhecida) é mais um passo fundamental para o combate à impunidade, ao tornar o assassinato de mulheres um crime hediondo. Com seu advento, os feminicídios passaram a ser obrigatoriamente punidos pela justiça com maior rigor e penas mais longas.

Nesse mesmo sentido, em maio de 2015, foi realizada a Oficina para Validação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com a Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres, em parceria com a ONU Mulheres. A Oficina recolheu sugestões para a adaptação ao contexto nacional do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação das Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero, documento que norteará a aplicação da Lei nº 13.104, de 2015.

Outra iniciativa de destaque, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) foi instituída em 2014, com o objetivo de prevenir todos os tipos de violência contra mulheres em situação de privação de liberdade e a humanização das condições do cumprimento da pena, por meio da atuação conjunta e articulada de todas as esferas de governo.

As diretrizes e ações nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, das florestas e das águas surgiram a partir de demandas da sociedade civil. O resultado de maior impacto foi a entrega de 54 unidades de ônibus adaptados, que levam serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ao campo, à floresta e às águas. Até o final de 2015, as unidades móveis realizaram mais de 42 mil atendimentos em mais de 500 Municípios. Além disso, foram criados 22 Fóruns Estaduais de Enfrentamento a Violências das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas em diversas unidades da federação. Somente nos Estados do Amapá, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí e Paraná essas instâncias não foram criadas. Por seu turno, a parceria com a Caixa Econômica Federal, por meio da agência-barco, possibilita a interiorização da Política de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na Região do Arquipélago do Marajó/PA, levando em consideração as particularidades das comunidades ribeirinhas brasileiras.

Outras ações realizadas em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para atendimento desse público, como o Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais, atendeu 1.416.136 mulheres, realizou 7.116 mutirões e emitiu 2.892.377 documentos entre os anos de 2004 a 2015.

Autonomia Econômica das Mulheres

A relevância social e o valor econômico do trabalho das mulheres urbanas, do campo e da floresta, tanto produtivo quanto reprodutivo, permanecem invisíveis na sociedade moderna. As mulheres ainda representam minoria na população ocupada, 43,1%, embora constituam 52,3% da população em idade ativa. Somando-se às dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, seu rendimento médio, segundo dados da PNAD 2014, equivale a 74,5% do que recebem os homens, uma vez que estão concentradas na faixa salarial entre 0 e 2 salários mínimos e em ocupações consideradas precárias, como o trabalho doméstico e outros serviços identificados com a imagem de cuidadora. O fato de apresentarem maior tempo de escolaridade não lhes garante participação ampliada nos espaços públicos e privados de direção. A segmentação e discriminação do trabalho feminino vêm acompanhadas pela dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família, em tempo duas vezes superior àquele despendido pelos homens para as mesmas tarefas.

No entanto, a despeito da estrutura sexista e discriminatória que sustenta as relações de trabalho, cada vez mais as mulheres consolidam sua participação no mundo do trabalho remunerado, insistem na participação na esfera pública da sociedade e buscam conquistar novos espaços de ocupação.

Dentre as ações estratégicas para a promoção da autonomia econômica das mulheres urbanas e rurais, foi intensificada a relação com Estados e Municípios no intuito de fortalecer a temática nas políticas públicas locais e reforçar o espaço dos organismos de políticas para as mulheres, sobretudo por meio do apoio técnico e financeiro às iniciativas locais e regionais destinadas à formação e qualificação profissional em carreiras não tradicionalmente femininas. Parcerias com mesmo intuito também foram realizadas com Universidades, tais como a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Exclusivamente em relação às mulheres do campo e da floresta, são implementadas ações de divulgação e apoio às iniciativas inovadoras e sustentáveis, como na parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em ações como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais à produção e às políticas públicas. Como principal parceria realizada vale destacar o acordo de cooperação para fortalecimento da cidadania das mulheres rurais do campo e das florestas por meio da participação nas ações para o desenvolvimento rural sustentável nos Territórios da Cidadania.

Outra frente de ação é a construção de políticas de igualdade no local de trabalho, sobretudo por meio do acompanhamento da agenda do trabalho decente, de legislações específicas sobre o tema, e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

O Pró-Equidade foi criado, em 2005, com a intenção de estimular organizações públicas e privadas a desenvolverem ações com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego. Em 2015, foi realizada a 5ª edição do Programa. As organizações participantes desenvolveram diversas ações de promoção da igualdade de gênero e raça no ambiente institucional. As empresas

aderiram à linguagem inclusiva e à licença-maternidade de 180 dias, além de ampliarem a licença paternidade. Outros ganhos importantes foram a adequação de uniformes e equipamentos de segurança, incentivando maior participação das mulheres nos cargos tradicionalmente ocupados por homens. Além disso, as organizações incentivaram as funcionárias e os funcionários a realizarem a autodeclaração étnico-racial.

O Selo do Programa é concedido às organizações que executaram o plano de ações. Entre o proposto, as empresas adotaram práticas de igualdade de gênero e raça, contribuindo para o alcance de bons resultados em termos de qualidade do ambiente de trabalho e produtividade. A avaliação final das organizações é realizada pelo Comitê *Ad Hoc*, composto por professoras de núcleos de pesquisa de gênero de universidades.

A agenda da igualdade no mundo do trabalho vem acompanhada pela ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários e pela formalização das mulheres ocupadas. Nesse sentido, é importante citar o trabalho de articulação, divulgação e acompanhamento da promulgação da Emenda Constitucional nº 72, em 2013, conhecida como PEC das Domésticas, e sua regulamentação com a Lei Complementar nº150, em 2015. Como resultado, foram equiparados os direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos às demais trabalhadoras e trabalhadores. O reflexo da garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas já vem se expressando em vários âmbitos. Entre 2013 e 2014 houve aumento da adesão ao FGTS de trabalhadoras(es) domésticas(os), passando de 100 mil para 170 mil registros.

Em relação ao trabalho não remunerado, cabe destacar a inclusão na Previdência Social das pessoas de baixa renda inscritas no Cadastro Único, com alíquota de contribuição de apenas 5% do salário mínimo. Com isso, em janeiro de 2015, dos 410 mil segurados facultativos de baixa renda, 97,2% eram mulheres. Além disso, a dona de casa que não é de baixa renda pode contribuir como segurada facultativa, com alíquotas que variam de 11% a 20%. Dessa forma, as mulheres têm assegurado o direito ao auxílio-doença, ao salário-maternidade, à aposentadoria por invalidez e por idade, assim como os benefícios de auxílio-reclusão e pensão por morte para seus dependentes.

Outras Ações Temáticas e de Articulação

Nesse período, as políticas para as mulheres ampliaram o alcance e o número de implementadores nas diferentes instâncias governamentais. O crescimento do número de mecanismos de políticas para as mulheres em diferentes ministérios e a ampliação de políticas que incorporam nas suas estratégias medidas que impactam positivamente na vida das mulheres são dois bons exemplos dessa mudança.

Nesse contexto, a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres – CNPM está prevista para 2016, com cerca de 3.000 participantes. As delegadas foram eleitas nas conferências estaduais e municipais ao longo dos meses de outubro, novembro e dezembro. Essas conferências elegeram as 2.464 delegadas à Conferência Nacional: 1.680 delegadas representantes da sociedade civil, 280 representantes dos governos estaduais e do Distrito Federal e 504 representantes de governos municipais.

Assegurar o direito ao esporte e ao lazer a meninas e mulheres de todas as idades é uma preocupação crescente para o Governo Federal, desde as discussões em torno da realização de grandes eventos esportivos no país. Assim, em 2015, além de levar esse debate para a sociedade e preocupar-se em assegurar o viés de gênero na preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas, bem como no Sistema Nacional do Esporte, buscou-se fortalecer as mulheres no futebol por meio da consolidação do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino.

Outra ação do Governo Federal é o incentivo à criação e à manutenção dos Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPM). Assim, ao final do PPA 2012-2015, chegou-se ao número de 800 OPM, distribuídos pelas 27 unidades da Federação, sendo 25 estaduais e o restante em nível municipal. Todas as capitais, com exceção de Cuiabá e Boa Vista, possuem seus organismos. O aumento do número de organismos demonstra o potencial e a importância da pauta das mulheres nas políticas públicas. Juntamente com essa política de incentivo à criação de OPM, vem ocorrendo o fortalecimento do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, com a participação de organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres.

No tocante à promoção dos direitos das mulheres em sua diversidade, foi instituída a Comissão Interministerial de Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CIEV-LGBT). A comissão tem por objetivo prevenir, enfrentar e reduzir as diversas formas de violência praticadas contra a população LGBT.

Em outra vertente, o Governo Federal lançou campanha sobre a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais. O objetivo é oferecer informações para que trabalhadoras(es) e profissionais de saúde possam prestar atendimento qualificado e que considerem as necessidades específicas da população lésbica e bissexual, para seu efetivo acolhimento nestas instituições. Entre as ações de saúde para a população LGBT, destaca-se a ainda a inclusão dos campos nome social, orientação sexual e identidade de gênero na Ficha de Notificação de Violência no Sistema de Informação de Agravos.

Outro tema de destaque é a participação política das mulheres, pois alterar o quadro de sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão é fundamental para a superação das desigualdades de gênero e raça. Para tanto, o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos tem atuado na desconstrução do estereótipo por meio de campanhas e junto ao Congresso Nacional para aprovação de projetos de reforma política que assegurem a inclusão das mulheres.

Considerações finais

Para o período 2016-2019, o programa dará foco a duas questões principais: igualdade e violência. Por essa razão, a denominação do programa passa a ser Políticas para as Mulheres: Promoção da **Igualdade** e Enfrentamento à Violência. Seus marcos institucionais são o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Mulher Viver sem Violência. O programa está relacionado à Diretriz: "Fortalecimento da cidadania, promovendo a igualdade de gênero e étnico-racial e a superação do racismo, respeitando a

diversidade das relações humanas”. Sua composição interna também foi alterada, ficando com os seguintes objetivos:

- Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades;
- Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades;
- Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais;
- Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2012	70,4	31/12/2013	68,7	31/12/2013	68,7	31/12/2015	81,6
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	31/12/2012	40,74	30/11/2013	72,7	31/10/2014	44,4	31/12/2015	44,4
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/09/2009	3,5	30/11/2013	4,5	30/11/2013	4,5	31/12/2015	6,3
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2012	21,88	31/12/2013	39	31/12/2014	45,5	31/12/2015	51,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2012	92,6	31/12/2013	92,6	31/12/2014	92,6	31/12/2015	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2012	7,5	31/12/2013	10,4	31/12/2014	12,1	31/12/2015	12,1
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2012	584	31/12/2013	531	31/12/2014	531	31/12/2015	534
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2012	1.673	31/12/2013	7.989	31/12/2014	13.783	31/12/2015	4.675
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2012	20			31/12/2013	18	31/12/2014	30	31/12/2015	10
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2012	973	31/12/2013	1.000	31/12/2014	1.010	31/12/2015	1.063
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2011	69,8	30/09/2012	69,4	30/09/2013	70,21	30/09/2014	70,5
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	31/12/2012	12,11	30/06/2013	12,28	31/12/2014	10,91	31/12/2015	10,23
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2012	52,63			31/12/2013	43,11	31/12/2014	74,32	31/12/2015	55,9
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2011	1,42	30/09/2012	1,42	30/09/2013	1,41	30/09/2014	1,39
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2011	8,4	30/09/2012	8,4	30/09/2013	8,24	30/09/2014	7,9
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2011	29,9	30/09/2012	28,45	30/09/2013	32,29	30/09/2014	30,66
Taxa de frequência à creche ou escola de	%	30/09/2009	18,4	30/09/2011	20,8	30/09/2012	21,2	30/09/2013	23,25	30/09/2014	24,6

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2011	20,8						
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/06/2011	13,2	30/09/2012	14,5	30/06/2013	14,5	30/06/2013	14,5
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2012	46,45	31/12/2013	89,66	31/12/2014	47	31/12/2015	33

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Quadro de Metas

Objetivo: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho	20.000,00	Mulheres urbanas	37.914,00	
Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	250,00	Organizações	125,00	O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é dirigido a empresas de médio e grande porte, públicas e privadas, com personalidade jurídica própria. A adesão ao programa é voluntária. Durante o período do PPA 2012-2015, foram realizadas duas edições do Programa. Nelas participaram 164 organizações.
Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos	4,00	Seminários	10,00	
Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas	4,00	Campanhas	1,00	Ocorreu um descompasso temporal entre a aprovação da PEC, em 2013, e sua regulamentação (que ocorreu em junho de 2015). O atraso na regulamentação limitou a possibilidade de realizar as campanhas previstas inicialmente. Sem a regulamentação que estava em processo não tinha o que divulgar.

Objetivo: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Objetivo: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros	70,00	% dos profissionais do Programa de Saúde da Família	58,00	
Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	2,00	Seminários ou oficinas	7,00	

Objetivo: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola	140.000,00	Profissionais da rede pública de educação	11.022,00	Os cursos são oferecidos pelas universidades. Conforme dados enviados pelo Ministério da Educação: em 2012, foram ofertadas 2947 vagas; em 2013, foram 4975 vagas e; em 2014, foram ofertadas 3100 vagas. Em 2015 houve apenas o monitoramento dos cursos de 2014 sem abrir novas vagas. Totalizando 11.022 vagas.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)	40.000,00	Gestoras e gestores	4.185,00	Os cursos são oferecidos pelas universidades. Segundo dados repassados pelo Ministério da Educação, em 2012, foram ofertadas 1690 vagas; em 2013, foram 2120 vagas; em 2014, o curso foi ofertado apenas no nível de Especialização com 375 vagas. Em 2015 houve apenas o monitoramento dos cursos de 2014 sem abrir novas vagas.
Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo	4,00	Edições	4,00	
Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero	4,00	Seleções públicas	3,00	
Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo	4,00	Seminários	2,00	

Objetivo: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos	5,00	Reuniões	7,00	

Objetivo: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres	50,00	%	8,86	A ampliação na cobertura municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher tem como um dos principais entraves as limitações orçamentárias dos municípios, ao lado das questões locais de natureza política, que criam prioridades concorrentes com a meta proposta.
Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	1.000,00	Municípios	800,00	
Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres	1.000,00	Municípios	350,00	O último levantamento feito pela SPM, mostrou que o processo de elaboração e aprovação do Plano caminha de forma bastante lenta, em especial naqueles Municípios onde o Organismo de Políticas para Mulheres é mais fragilizado, do ponto de vista institucional. É importante esclarecer que a SPM não tem governabilidade para elaboração e implementação dos planos municipais.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes	10,00	Mecanismos de gênero	17,00	
Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres	27,00	Estados	25,00	
Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres	27,00	Estados	12,00	A SPM tem incentivado os Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres a formular e compartilhar seus planos estaduais de políticas para mulheres. No entanto, o processo de elaboração e aprovação do Plano caminha de forma bastante lenta e há uma variação constante no quantitativo de OPM, provocada, especialmente, por mudanças na gestão local.
Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação	10,00	%	8,60	

Objetivo: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.	1.000,00	Mulheres indígenas	115,00	As articulações realizadas para a consecução da meta não lograram êxito. A SPM aguarda as propostas desse segmento, a serem aprovadas na da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) para propor as iniciativas no âmbito do PPA 2016-2019.
Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.	5.000,00	Jovens mulheres	200,00	As articulações realizadas para a consecução da meta não lograram êxito. A SPM aguarda as propostas desse segmento a serem aprovadas na da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) para propor as iniciativas no âmbito do PPA 2016-2019.

Objetivo: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Secretaria de Políticas para as Mulheres

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Secretaria de Políticas para as Mulheres

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Objetivo: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão

Secretaria de Políticas para as Mulheres

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	240.686	239.271	53.833	727.895	329.772
Despesas Correntes	120.974	130.565	35.624	412.310	206.137
Despesas de Capital	119.712	108.706	18.209	315.584	123.636
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	240.686	239.271	53.833	727.895	329.772

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2017 – AVIAÇÃO CIVIL

Visão consolidada do Programa

A aviação civil constitui um setor importante para o País, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional, seja pelo incremento à realização de negócios, seja pela aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas. Outro aspecto relevante diz respeito ao estímulo a uma maior interação com outros países, facilitando o surgimento de fluxos comerciais, turísticos e culturais, o que influencia a inserção internacional do Brasil, bem como os resultados das contas externas. Internamente, comparado com outras modalidades de transporte, o modal aéreo se mostra particularmente vantajoso para a transposição de longas distâncias em menor tempo, o que contribui para a promoção do turismo, do transporte de cargas de alto valor agregado e de pessoas, entre outros efeitos.

As diretrizes para o setor são exaradas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC, aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, que estabelece como principal propósito “assegurar à sociedade brasileira o desenvolvimento de sistema de aviação civil amplo, seguro, eficiente, econômico, moderno, concorrencial, compatível com a sustentabilidade ambiental, integrado às demais modalidades de transporte e alicerçado na capacidade produtiva e de prestação de serviços nos âmbitos nacional, sul-americano e mundial”. A política pública de aviação civil se fortaleceu com a criação do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), Lei nº 12.648/2012, o qual destina os recursos para o sistema de aviação civil com o objetivo de desenvolver e fomentar o setor, bem como as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil.

Nesse sentido, elaborou-se programa governamental no Plano Plurianual 2012-2015 (PPA) que refletisse os anseios da sociedade e do governo em torno do desenvolvimento do setor de aviação civil e de sua infraestrutura. O Programa “2017- Aviação Civil” procurou elencar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de Objetivos, Metas e Iniciativas voltados para, dentre outras especificidades, a ampliação da malha aeroviária; o aperfeiçoamento do marco regulatório para o setor; a adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária tanto para passageiros quanto para cargas; a desconcentração regional dos voos regulares; a segurança operacional e contra atos de interferência ilícita; além de aspectos relacionados à capacitação de profissionais.

Para acompanhar a evolução do Programa Temático, destacam-se os seguintes indicadores:

Programa			2017 - Aviação Civil			
INDICADORES			Referência		2015	
Denominação	Fonte	Unidade de Medida	Data	Índice	Data	Índice
Yield tarifa aérea nominal	ANAC	R\$	31/12/2009	0,47	30/06/2015	0,25
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	ANAC	Unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2015	0,19
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	ANAC	%	31/12/2010	13,70	31/12/2015	6,24
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	ANAC	%	31/12/2010	5,20	31/12/2015	2,73
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos	Infraero e Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	155,00	31/12/2015	212,23
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos	Infraero e Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	2,60	31/12/2015	2,70
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero e Concedidos	Infraero e Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	1,14	31/12/2015	1,38

Base: SIOF – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Observa-se que a maioria dos indicadores estabelecidos para o Programa Aviação Civil apresentou evolução positiva quando comparado o ano de 2015 com os índices de referência. Ressalta-se a redução do valor pago por passageiro por quilômetro voado (*yield* tarifa aérea nominal), a queda dos atrasos superiores a 30 e 60 minutos, bem como a redução do índice de acidentes com fatalidades, de forma concomitante ao crescimento do movimento de passageiros e aeronaves nos aeroportos administrados pela Infraero e nos concedidos recentemente.

1.1. Visão dos Principais Atributos do Programa

Para expressar as escolhas de governo, foram elaborados 5 Objetivos para interferir positivamente nas seguintes dimensões do Programa Temático, através de suas metas e iniciativas: infraestrutura aeroportuária; oferta de transporte aéreo; segurança; desenvolvimento regulatório e técnico da aviação civil; e aprimoramento da eficiência e modernização da infraestrutura aeronáutica civil.

1.1.1. Infraestrutura aeroportuária

O Objetivo trata da expansão da capacidade da infraestrutura aeroportuária brasileira, de modo a ampliar a capacidade de processamento de passageiros e de cargas. Busca

estimular a aviação regional, e o estabelecimento de critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos.

Em 2015, o Brasil seguiu ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros, no ano de 2015, foi de 337.911.500, acréscimo de mais de 90 milhões em relação a 2012, o que representa 110,79% da meta estabelecida para o período do Plano. A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2015 foi de 1.647.750 toneladas e alcançou 69% da meta para o período do plano, sendo que, em média, apenas 84% da capacidade instalada é utilizada, demonstrando, assim, o equilíbrio entre a capacidade de processamento de cargas e o efetivamente utilizado. Como causa do não atingimento da meta estabelecida, a desaceleração da atividade produtiva do País nos últimos anos e as variações significativas na situação da economia brasileira podem ter influenciado o mercado de carga aérea, e, por conseguinte, os investimentos na capacidade de processamento dos terminais.

Ressalta-se ainda que, durante a Copa do Mundo FIFA 2014, sediada pelo Brasil, passaram pelos 21 principais aeroportos brasileiros 17,8 milhões de passageiros, e que a demanda foi atendida dentro dos padrões esperados – por exemplo, a média de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,9%, inferior à da União Europeia, que foi de 7,6% em 2013. Esses dados mostram como o setor aeroportuário evoluiu nos últimos anos.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS, OBJETIVO 0083

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até				% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013	2014	2015		
Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela Anac.	Unidade	305 milhões	247.400.000	264.348.500	303.127.500	337.911.500	110,79%	Infraero e Concessionários
Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	Tonelada	2,4 milhões	1.529.265	1.581.596	1.798.519	1.647.750	68,65%	Infraero e Concessionários

Base: SIOF

Para permitir a expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal estabeleceu critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo quais ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. O novo Plano Geral de Outorgas - PGO foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, de 14 de agosto de 2014. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis

públicos. A partir disso, estão sendo elaborados Planos de Outorga Específicos - POE para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração. Desde a aprovação do PGO, já foram celebrados 192 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo desses, 117 no ano de 2015, o que possibilitará a expansão e melhoria dos serviços prestados.

Com vistas à ampliação do setor, o Governo avançou com o processo de concessão de grandes aeroportos do País à iniciativa privada. O ano de 2014 foi marcado pela entrega de grandes obras nos primeiros aeroportos concedidos, como por exemplo: a inauguração do novo Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante/RN; a entrega das ampliações e melhorias de estacionamentos, áreas de terminais de passageiros, pátios e pistas, com destaque para o novo Terminal Internacional de Guarulhos/SP, os Píeres Norte e Sul do Aeroporto Internacional de Brasília/DF, e o novo Terminal do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas/SP.

No início de 2015, a gestão dos aeroportos do Galeão/RJ e Confins/MG foi definitivamente transferida às concessionárias, após a conclusão da fase de transferência operacional junto à Infraero. Neste mesmo ano, o Governo Federal anunciou a 2ª fase do Plano de Investimentos em Logística – PIL 2, incluindo a concessão de mais quatro aeroportos: Aeroporto Internacional de Salvador/BA, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE e Porto Alegre/RS. Após a devida análise da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, da seleção dos estudos, projetos, levantamentos ou investigações que subsidiaram a modelagem da desestatização, a SAC/PR publicou o Edital de Seleção de Estudos nº 01/2015, em 19 de novembro de 2015, selecionando e estabelecendo o valor de eventual ressarcimento dos estudos técnicos preparatórios à concessão dos aeroportos.

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, de 2012 a 2014, foram aprovados os projetos dos convênios de Vitória da Conquista/BA, Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, Dourados/MS, Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS. Em 2015, seguiram as obras dos aeroportos de Cascavel/PR, Vitória da Conquista/BA, Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS.

Já o Programa para a Aviação Regional, lançado em dezembro de 2012, constitui-se em um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, tendo como objetivo conectar o Brasil e levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros. A implantação do Programa, que prevê investimentos na construção ou reforma de 270 aeroportos em todo o território nacional, demandou a estruturação da execução e a realização dos atos normativos no 1º semestre de 2013, além de ajustes na legislação para permitir que o Banco do Brasil passasse a ser o gestor do Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC. Assim, o principal enfoque do 2º semestre de 2013 foi a realização dos procedimentos licitatórios para a contratação de estudos (de engenharia e ambiental), projetos e serviços de engenharia em campo (topografia, perfilhamento a laser, ensaios e sondagens de solo), com vistas a viabilizar a realização das obras e a aquisição dos equipamentos para os aeroportos regionais. Do início do programa até o fim de 2015, dos 270 aeroportos contemplados, 250 Estudos de Viabilidade Técnica foram analisados pela equipe da SAC/PR (cada um contendo no mínimo quatro cenários de

investimento), 212 Estudos Preliminares foram analisados (detalhamento do cenário de investimento escolhido em EVT), 88 Anteprojetos autorizados, além de 11 estudos de Prospecção de novos sítios, para construção de novos aeroportos.

Além das obras, o Programa também contemplou a definição das regras para a administração dos aeroportos com a publicação do Plano Geral de Outorgas em 2014. Cada terminal deverá ser gerido pelo Município, pelo Estado ou pela União, sendo que a prioridade é do Estado, que terá de demonstrar interesse, capacidade técnica, administrativa, orçamentária e planejamento. Os municípios que quiserem administrar aeroportos também terão de demonstrar ter condições de fazê-lo. Um grupo de municípios, organizados em consórcio, também poderá administrar um aeroporto. Quando o Município ou o Estado não têm interesse na gestão, o aeroporto será passado à União, ou poderá ser concedido à iniciativa privada.

1.1.2. Oferta de transporte aéreo

Durante a vigência do PPA 2012 - 2015, muitos foram os desafios encontrados para o atingimento das metas propostas no âmbito da política pública de oferta de transporte aéreo, expressa pelo Objetivo 0084, que é a de ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Nesse período, houve uma readequação promovida pelas empresas aéreas, por meio da otimização da malha, para evitar possíveis prejuízos em decorrência do aumento do preço do querosene de aviação e da valorização do dólar norte-americano frente ao real. É importante registrar que a participação do combustível nos custos operacionais da indústria de transporte aéreo é da ordem de 40%. Além do combustível, há uma série de itens influenciados pela variação cambial, como os custos com arrendamento, compra e manutenção de aeronaves. Ainda, a maior concentração do mercado, devido à aquisição da Webjet pela GOL, em 2012, e da TRIP pela AZUL, em 2014, o que impactou diretamente a oferta de voos.

Frente a esse cenário, o Governo Federal tem promovido ações como: efetivação de mecanismos de financiamento de aeronaves; execução do “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (PIL)”, que prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira mediante a reconstrução da rede de aviação regional; criação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, por meio da Lei nº 13.097/2015, que objetiva aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte por meio de subvenção econômica; medidas para redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, por meio da redistribuição de *slots*; celebração/atualização de novos Acordos de Serviços Aéreos com outros países – desde 2012, foram 44 - e alocação de novas frequências internacionais.

Ao analisar o quadro abaixo, verifica-se que o nível de atingimento das metas estabelecidas, para o período 2012-2015, foi da ordem de 75%.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS, OBJETIVO 0084

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até				% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013	2014	2015		
Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Unidade	150	124	120	109	112	74,6%	ANAC
Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	Número-Índice	1.000	789	663	636	749	74,9%	ANAC

Base: SIOP

A queda do número de aeroportos com voos regulares é ponto central na política de aviação civil, de tal forma que está em andamento o Plano de Investimentos em Logística: PIL Aeroportos, que inclui o PDAR – Plano de Desenvolvimento da Aviação Regional, já citado anteriormente, bem como parcerias com Estados e Municípios para a gestão dos aeroportos.

Em relação ao número de rotas ofertadas, apesar de ter havido alguma recuperação em relação aos anos de 2013 e 2014, a meta de ampliar para 1000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas não foi atingida. Os motivos para a redução no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Ressalte-se que, após um período de forte concorrência, as empresas vêm readequando seus custos, por meio de diversas ações, tais como otimização da malha, de forma a melhorar o aproveitamento (taxa de ocupação dos assentos) das aeronaves, o que impactou o atingimento da meta.

1.1.3. Segurança

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (*safety*) e proteção contra atos de interferência ilícita (*security*). A segurança de voo (*safety*) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a *safety* – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já *security* é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a

aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea. As ações relativas a *security* são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

A tabela abaixo demonstra a evolução das metas quantitativas estabelecidas para o objetivo 0085, no período 2012-2015.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS, OBJETIVO 0085

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada até				% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013	2014	2015		
Realizar 4.866 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	Unidade	4.866	2.491	3.886	4.448	4.989	102%	ANAC
Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	Número-Índice	0,46	0,21	0,21	0,19	0,19	242%	ANAC

Base: SIOF

No que se refere a *safety*, em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2015, 13.752 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade.

No que tange a *security*, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 541 itens fiscalizados no ano de 2015 referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, totalizando 4.989 itens fiscalizados entre 2012 e 2015, atingindo-se 102% da meta estabelecida para o final do período abrangido pelo PPA.

Importante destacar o trabalho da Agência ao longo do período 2012-2015. No sentido de fortalecer as ações realizadas visando à promoção da segurança da aviação civil, foram editadas e revisadas normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. Assim, a título de exemplificação, no decorrer de 2015, foram editados, revogados ou revisados 66 normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do referido arcabouço jurídico da aviação civil.

Essas ações contribuíram para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48; atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2015.

Ressalta-se que quanto menor o índice melhor o resultado, pois indica uma diminuição na quantidade de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens. Segundo o Plano Global para a Segurança Operacional da Aviação elaborado pela Organização de Aviação Civil Internacional – OACI, da qual o Brasil é membro signatário, nenhuma das regiões participantes poderá ter uma taxa de acidentes superior ao dobro da média global, que em 2013 era 0,39.

1.1.4. Planejamento e coordenação

O objetivo possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, à elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, à revisão do marco legal, à elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, à elaboração de diagnósticos e à capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

NÍVEL DE REALIZAÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS, OBJETIVO 0086

Descrição da Meta 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012-2015	Meta realizada				% da meta total 2012-2015 realizada acumulado	Fonte de Informações
			2012	2013	2014	2015		
Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	Unidade	1.900	391	1991	4.853	6.230	327,89%	SENAV/SAC-PR e ANAC
Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	Unidade	8	1	6	7	10	125%	SEAP/SAC-PR e ANAC

Base: SIOF

Foram capacitados, em 2015, 1.377 profissionais da aviação civil, destacando-se pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária, bombeiros de aeródromos e entidades do setor que, somados aos anos anteriores, proporcionaram a superação da meta proposta para o período, atingindo um índice de 327%. Os resultados alcançados auxiliam os aeroportos atendidos a oferecerem operações com voos regulares, atendendo aos requisitos obrigatórios de quantidade e qualidade dos profissionais em exercício nos sítios aeroportuários. Além disso, as capacitações em nível gerencial proporcionam a melhoria dos serviços da aviação brasileira no interior do país, ao qualificar os profissionais que contribuem para o crescimento sustentável da rede de aeroportos.

Quanto à meta “Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo”, foram realizados dez estudos nos últimos quatro anos, superando a meta em 25%. Os estudos elaborados no período 2012 – 2015 foram: 1) Estudo de Regionalização da Agência Nacional de Aviação Civil; 2) Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros; 3) Estimativa de demanda para aeroportos brasileiros; 4) Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais; 5) Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais; 6) Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais; 7) Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do

Transporte Aéreo no Brasil; 8) Perfil do passageiros doméstico e internacional e seus principais motivos de viagem; 9) Principais rotas encontradas e identificação de mercados potenciais não explorados; e 10) Delimitação da área de influência dos aeroportos.

Em relação à meta qualitativa “Revisar o marco legal do setor de aviação civil”, de 2012 a 2015 foram editadas várias normas, a saber: 1) Decreto nº 7.871/2012, que regulamentou o modelo de delegação para a exploração de aeródromos civis públicos por meio de autorização; 2) Lei nº 12.725/2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos; 3) Lei nº 12.648/2012, que estabeleceu a tarifa de conexão e a redução do percentual de incidência do adicional de tarifas aeroportuárias; 4) Lei nº 12.715/2012, que desonerou a folha de salários devida pelas empresas de transporte aéreo de passageiros regular, de transporte aéreo de carga e de manutenção e reparo de aeronaves, motores, componentes e equipamentos correlatos; 5) Portaria SAC nº 18/2012, que disciplinou os requisitos mínimos para a aprovação de projetos de investimento na área de infraestrutura considerados prioritários no setor de aviação civil e a forma de acompanhamento e implementação dos projetos; 6) Portaria SAC nº 93/2012, que estabeleceu o procedimento de aprovação dos projetos de implantação de obras de infraestrutura nos sistemas aeroportuários e de proteção ao voo instalados em aeródromos públicos, para fins de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura; 7) Portaria SAC nº 110/2013, que instituiu o Plano Geral de Outorgas; 8) Portaria SAC nº 228/2013, que estabeleceu diretrizes para o aperfeiçoamento das regras de alocação de áreas nos aeroportos, bem como para a elaboração da política comercial da Infraero; 9) Portaria SAC nº 183/2014, que revisou o Plano Geral de Outorgas; 10) Resolução CONAC nº 001/2014, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante a Copa do Mundo; 11) Resolução CONAC nº 002/2014 revogou a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Internacional de Guarulhos; 12) Resolução CONAC nº 003/2014, que visa à redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados; 13) Portaria SAC nº 301/2014, que estabeleceu critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825/1999; e 14) a Lei nº 13.097/2015, que criou o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

Em relação à meta “Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor”, a SAC tem trabalhado na concepção do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Em 2013, teve início o processo de implementação de um sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos, o sistema Hórus, que auxiliará na tomada de decisões nos níveis estratégico e administrativo, apresentando informações gerenciais sobre a aviação civil brasileira, e que tem previsão de estar aberto ao público até 2017. Iniciou-se em 2015 o processo de elaboração do Planejamento Estratégico para a SAC.

1.1.5. Infraestrutura Aeronáutica

Este objetivo procurou aprimorar, ao longo do período 2012-2015, a eficiência e a modernização da infraestrutura aeronáutica civil, por meio do estabelecimento de iniciativas relacionadas à: a) implementação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para gerenciamento do tráfego aéreo; b) coordenação da formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira - PNDIA; e c) desenvolvimento de estudos voltados ao planejamento da implantação de sistemas e procedimentos visando ao aumento da capacidade da infraestrutura aeronáutica civil.

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura aeronáutica civil, destaca-se a coordenação, pela SAC/PR, de ações institucionais junto ao COMAER, à ANAC, à Infraero, ao operador aeroportuário privado, órgãos estaduais de aviação civil e das Prefeituras Municipais. Essa coordenação envolveu aspectos gerenciais, desde a implantação de equipamentos de controle até a elaboração de procedimentos de pouso e decolagem, assim como a atuação para mitigar impactos das operações aeroportuárias.

Destaca-se a redução de horas de fechamento nos aeroportos após a implantação e operação, em 2014, dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS (*Instrument Landing System*) nos seguintes aeroportos: Vitória/ES, que obteve ganho operacional de 96,6%, Porto Alegre/RS, com 75,1%, Joinville/SC, com 73,4% e Uberlândia/MG, com 55,2%.

Em 2015, a SAC/PR coordenou a implantação do primeiro ILS categoria CAT III no Brasil, sendo o equipamento homologado e habilitado, em junho, no aeroporto de Guarulhos/SP. Esse aeroporto é o maior em movimentação de passageiros, sendo uma das principais rotas de chegada de voos internacionais. A instalação do Sistema CAT III possibilitou maior acessibilidade, mesmo em condições meteorológicas adversas.

Em todos os aeroportos em que ocorreram as implantações dos equipamentos houve uma substancial redução nas horas de fechamento dos aeroportos, fato que acarretou uma sensível melhora na acessibilidade das aeronaves, reduzindo esperas e desvios para aeroportos alternativos.

Em relação à formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira (PNDIA), esta Secretaria realizou uma série de ações visando à melhoria e modernização da infraestrutura aeronáutica civil por meio da coordenação da implantação de novas tecnologias, sistemas e procedimentos. Estabeleceu-se, portanto, uma padronização para os projetos dos órgãos de serviços de tráfego aéreo e respectivos pacotes de equipamentos no âmbito do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos. Além disso, foram realizadas coordenações no intuito de ampliar a acessibilidade das aeronaves aos aeroportos por meio da implantação de auxílios à navegação aérea, tais como ILS (*Instrument Landing System*), ampliação dos procedimentos de aproximação, chegada e saída nas áreas terminais dos principais aeroportos brasileiros por meio do aumento da navegação via satélite que utiliza os conceitos PBN (*Performance Based Navigation*).

Em relação ao desenvolvimento de estudos voltados ao planejamento da implantação de sistemas e procedimentos visando ao aumento da capacidade da infraestrutura aeronáutica civil, destaca-se que a SAC/PR, desde 2014, trabalha na proposição das diretrizes para a implantação da infraestrutura aeronáutica dos aeroportos regionais do Programa de Investimentos em Logística. Para tal, executou um modelamento para o desenvolvimento da navegação aérea dos 270 aeroportos elencados no Programa e com base nos dados levantados em campo pelas empresas contratadas, orientou a infraestrutura aeronáutica a ser implantada de acordo com as premissas adotadas. Este modelamento inclui equipamentos, órgãos de controle e de informação de voo, procedimentos e planos de zona de proteção dos aeródromos. Além disso, a SAC/PR vem trabalhando na realização de um diagnóstico das necessidades de treinamento dos recursos humanos para as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

Ainda, e com o objetivo de reduzir custos de infraestrutura e operação, sem comprometer a segurança, realizaram-se estudos que visam à prestação de serviços remotos de tráfego aéreo que consiste basicamente em dotar determinados aeroportos com equipamentos automáticos e sistemas de transmissão e controle de informações, capazes de transferir tais dados diretamente para as aeronaves ou para centros de controle responsáveis por gerenciar as informações de grupos de aeroportos. Como resultado disso, já foram iniciados os projetos pilotos nos aeroportos de Guaratinguetá/SP e Araçatuba/SP e promovida a atualização de regras que nortearão a prestação desses serviços.

Considerações Finais

No PPA 2016-2019 foram mantidos os eixos de atuação do Programa Aviação Civil. Entretanto, destacam-se as adequações realizadas nos indicadores e Objetivos buscando-se o aperfeiçoamento da política pública de aviação civil no PPA.

Para o novo ciclo, foram estabelecidos indicadores que pudessem ser influenciados mais diretamente pelos esforços da política pública de aviação civil expressa pelo Programa. Assim, foram aperfeiçoados os indicadores relativos à movimentação de passageiros, aeronaves e cargas, pois se relacionam com os esforços de ampliação das capacidades de processamento, porém com uma base uniformizada de informação (Sistema Hórus). O novo sistema possibilita o acompanhamento do desempenho do setor aeroviário em termos da movimentação de passageiros, aeronaves, carga aérea e mala postal para voos de natureza doméstica e internacional, sendo eles regulares ou não. Também foram mantidos os indicadores referentes ao percentual de atrasos e cancelamento, bem como o relativo à tarifa aérea média nominal.

O Objetivo voltado para o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuárias (0083) passou a considerar explicitamente em suas metas a realização de estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no Programa de Aviação Regional (PIL Aeroportos); a elaboração do novo Plano Aeroviário Nacional - PAN; além de iniciativa específica de acessibilidade nos aeroportos. Tais aspectos conferem visibilidade e sinalizam a importância conferida aos temas no âmbito do Planejamento de governo.

Esforço paralelo pode ser observado no Objetivo focado na ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência (0084). A ênfase está expressa na iniciativa de implementação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional - PDAR, criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e estruturação dos órgãos governamentais envolvidos na gestão, acompanhamento e supervisão da aviação regional. Espera-se que os subsídios previstos proporcionem diminuição no valor das passagens e, conseqüentemente, estimulem o aumento da oferta de voos, de aeroportos e rotas disponíveis ao transporte aéreo regular de passageiros e cargas a partir de 2016.

No que concerne à segurança operacional e contra atos de interferência ilícita, foco do Objetivo 0085, sabe-se que a melhoria contínua dos mecanismos de fiscalização é fator importante para a manutenção da segurança da aviação civil no sentido de inibir a realização de condutas ilícitas, inadequadas e indesejadas, buscando-se sempre o aprimoramento e a efetividade do diagnóstico e das medidas corretivas e coercitivas, no intuito de garantir a conformidade aos regulamentos pelos entes regulados. Para o período 2016 – 2019 foi incluída iniciativa específica voltada para a utilização de mecanismos de prevenção ao mau ou inadequado comportamento por parte dos entes regulados, através de ações de disseminação de conhecimento sobre a segurança da aviação civil e dos regulamentos correlatos, almejando-se, também, aprimorar a cultura da segurança, através de ações de qualificação dos agentes do setor e do estabelecimento de ferramentas de comunicação mais eficazes.

No âmbito do Objetivo 0086, voltado à promoção do desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira, faz-se referência à inclusão de iniciativa voltada para conteúdos relacionados à acessibilidade e às especificidades de passageiros com deficiência ou necessidade de atendimento especial nas capacitações para gestores de aeroportos públicos, bem como outra iniciativa relativa à promoção da transparência do transporte aéreo por meio do acompanhamento do setor e da publicação de informações à sociedade.

Por fim, o Objetivo 0087 também foi repensado de forma a contemplar, no âmbito das políticas de desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil, o desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, popularmente chamadas de *drones*, visando a sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais. Além disso, com o intuito de fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, uma das metas reflete a ampliação da prestação de serviços de tráfego aéreo (ATS) ou de sistemas de auxílio à navegação, tendo em vista que tal atividade, além de aumentar a segurança operacional, é fator atrativo para a existência de voos regulares e, conseqüentemente, desenvolvimento dos municípios e região de influência do aeródromo.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US\$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2012	50,05	31/12/2013	52,8	31/12/2014	52,6	31/12/2015	43,7
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2012	1,36	31/12/2013	1,3	31/12/2014	1,26	31/12/2015	1,14
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2012	0,19	31/12/2013	0,21	31/12/2014	0,19	31/12/2015	0,19
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2012	3	31/12/2013	2,9	31/12/2014	3,03	31/12/2015	2,7
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2012	1	31/12/2013	1,2	31/12/2014	1,1	31/12/2015	1,38
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2012	193,12	31/12/2013	193,1	31/12/2014	227,94	31/12/2015	212,23
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2012	86,98	31/12/2013	88,23	31/12/2014	92,75	30/11/2015	94,72
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2012	26,4	31/12/2013	27,28	31/12/2014	28,88	30/11/2015	32,85
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2012	10,73	31/12/2013	7,9	31/12/2014	7,95	31/12/2015	6,24
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2012	3,73	31/12/2013	3,1	31/12/2014	3,36	31/12/2015	2,73
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2012	8,62	31/12/2013	8,4	31/12/2014	11,95	12/01/2016	14,16
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2012	124	31/12/2013	120	31/12/2014	109	01/01/2016	112
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2012	134	31/12/2013	123	31/12/2014	113	31/12/2015	95
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2012	48	31/12/2013	56	31/12/2014	57	31/12/2015	75
Tarifa aérea média nominal	R\$	31/12/2009	315,43	30/09/2012	286,56	31/12/2013	318,64	30/06/2014	319,76	30/06/2015	283,03
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2012	72,95	31/12/2013	76,1	31/12/2014	80,3	30/11/2015	80,3
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2012	1.439,13	31/12/2013	1.700	31/12/2014	1.661,168	30/11/2015	1.604,152
Yield tarifa aérea nominal	R\$	31/12/2009	0,4677	30/09/2012	0,361	31/12/2013	0,3875	30/06/2014	0,3035	30/06/2015	0,2558

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Quadro de Metas

Objetivo: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Secretaria de Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC	305.000.000,00	Unidades	337.911.500,00	
Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas	2.400.000,00	Toneladas	1.647.750,00	Apenas 84% do total da capacidade instalada de processamento de cargas da rede de aeroportos foi utilizada em 2015.

Objetivo: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Secretaria de Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	1.000,00	Rotas	749,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas	150,00	Aeroportos	112,00	

Objetivo: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão

Secretaria de Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 4.866 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015	1.224,00	Unidades	4.989,00	
Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens	0,46	Número-Índice	0,19	No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2015. Ressalta-se que quanto menor o índice melhor, pois indica uma diminuição na quantidade de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens.

Objetivo: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão

Secretaria de Aviação Civil

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil	1.900,00	Unidades	6.230,00	
Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo	8,00	Unidades	10,00	

Objetivo: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão

Secretaria de Aviação Civil

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.509.872	1.107.079	109.974	3.157.701	871.897
Despesas Correntes	627.486	629.838	55.776	951.633	255.649
Despesas de Capital	882.385	477.242	54.198	2.206.069	616.248
Orçamento de Investimento das Empresas	1.601.827	1.167.806	1.055.135	6.260.937	2.533.462
Totais	3.111.698	2.274.886	1.165.109	9.418.639	3.405.359

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2018 – BIODIVERSIDADE

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da Política e o Programa Biodiversidade

Biodiversidade é a expressão que define a diversidade da vida na Terra e representa fator primordial para a preservação do equilíbrio na natureza. Apenas o Brasil concentra 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais, além dos ecossistemas marinhos, o Brasil detém o maior número de espécies conhecidas de mamíferos e de peixes de água doce, o segundo de anfíbios, o terceiro de aves e o quinto de répteis.

No País, os recursos provenientes da biodiversidade constituem importante fonte de renda e geração de emprego, contribuindo para as atividades dos setores agropecuário, pesqueiro, florestal e farmacêutico. Diante dessa realidade e visando à melhoria do meio ambiente, o País vem formulando políticas públicas que consideram o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como o uso sustentável e a repartição de benefícios advindos do uso de recursos genéticos. Assim, ao longo das duas últimas décadas, foram propostos princípios e diretrizes para uma abordagem equilibrada entre conservação e utilização sustentável, por meio de marcos legais importantes tais como: a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a instituição do Programa Nacional de Biodiversidade; a instituição de princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade; a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e a publicação da Nova Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015).

A Convenção sobre Diversidade Biológica é reconhecida como o principal instrumento de proteção e conservação da biodiversidade, com documento aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Esse tratado internacional contemplou um rol de diretrizes para o desenvolvimento das políticas relacionadas à biodiversidade para todos os estados signatários da Convenção. Seus principais objetivos são: i) conservação da diversidade biológica; ii) utilização sustentável dos seus componentes; e iii) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do acesso aos recursos genéticos. O Brasil teve um papel de destaque nessas negociações e foi o primeiro signatário da Convenção. Esse interesse deriva do fato de que o País é o maior detentor de biodiversidade do planeta. Em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil ao assinar e ratificar a CDB, o Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu os princípios e as diretrizes para a implementação da política, fundamentada nos seguintes componentes: i) conhecimento da biodiversidade; ii) conservação da biodiversidade; iii) utilização sustentável dos componentes da biodiversidade; iv) monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade; v) acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios; vi) educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade; e vii) fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade.

Ainda no âmbito dos marcos legais da agenda de biodiversidade, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), consolidando-o na forma como hoje é conhecido: um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilita às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada a criação, implantação e gestão de unidades de conservação (UCs).

Nos dias atuais, destaca-se a aprovação da nova lei da biodiversidade (Lei nº 13.123, de 2015), que trata do acesso ao patrimônio genético, da proteção e do acesso ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios. A nova lei representa um marco nas ações de conservação e proteção da biodiversidade brasileira e do seu potencial econômico para o desenvolvimento sustentável, em especial dos povos e comunidades tradicionais.

É oportuno salientar que o Programa Biodiversidade propõe gerar mudanças, ainda que graduais, na qualidade de vida da sociedade brasileira, criando alternativas viáveis de produção alinhadas com a conservação ambiental. O principal desafio para o programa será associar benefícios diretos da conservação da biodiversidade às populações envolvidas em ações de conservação e uso sustentável, bem como centrar esforços na maximização e garantia desses benefícios.

2. Indicadores

Descrição do Indicador 2012-2015	Unidade de Medida	Índice de Referência	Valor Apurado em			
			2012	2013	2014	2015
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Amazônia	%	25,5	26,2	26,1	26,6	27,1
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Caatinga	%	7,4	7,4	7,4	7,4	7,7
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Cerrado	%	8,1	8,2	8,2	8,3	8,6
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Marinho	%	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Mata Atlântica	%	9,2	8,9	8,9	9,1	9,9
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Pampa	%	3,3	2,7	2,7	2,7	2,7
Área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Bioma Pantanal	%	2,9	4,6	4,6	4,6	4,6
Número de Contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios	Unidade	25	34	35	38	159
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	33,67	46	50	17,5	28,3

Fonte: SIOP

Em relação ao conjunto de indicadores, a área coberta pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação obteve incremento em todos os biomas brasileiros no período analisado. Foram mais de 1,3 milhões de hectares de áreas protegidas incorporados ao SNUC. Da avaliação dos resultados, ressalta-se a necessidade de reforçar a proteção das Áreas Marinhas, pois apesar da criação, pelo governo federal em 2014 das Reservas Extrativistas Marinhas Mocapajuba e Mestre Lucindo, a área protegida no Bioma Marinho não sofreu alteração significativa em seu percentual.

Considerando o alcance da meta 11 de Aichi, internalizada no Brasil por meio da Meta 11 da Resolução nº 06/2013 do Conselho Nacional da Biodiversidade (CONABIO), a qual prevê a inclusão de outros territórios que contribuam para a conservação da biodiversidade além das UC, todos os biomas deverão ter incremento de áreas protegidas, com especial atenção para Área Marinha e Pampa.. Além do aumento de cobertura de unidades de conservação nos biomas, é importante ressaltar que essas áreas vêm recebendo suporte para melhoria da gestão do território e monitoramento da biodiversidade por meio dos projetos de cooperação internacional e da compensação ambiental.

Em relação ao bioma Pampa, cumpre esclarecer que a aparente divergência entre os valores, deve-se a diferentes metodologias utilizadas para o cálculo da cobertura do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O valor referência de 3,3 % de cobertura do Bioma foi calculado com base no total de Unidades de Conservação (UC) neste bioma inscritas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Foram incluídas, neste cálculo, as UCs que estão inativas no CNUC por problemas legais com os atos de criação da Unidade ou por outros problemas de ordem técnica. Nos anos seguintes, foram consideradas para o cálculo somente as UCs que estão de acordo com a Lei 9.985/2000 que instituiu o SNUC (e que, portanto, encontram-se ativas no CNUC). Ao considerar somente as UCs em conformidade com o SNUC, constata-se que o percentual de cobertura do pampa em 2012 era de 2,4%, ou seja, na verdade houve um aumento da área coberta pelo SNUC no período analisado.

O Sistema de Gestão do Patrimônio Genético anuiu 266 Contratos ou instrumentos Equivalentes de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios. No período de 2012 a 2014 foram anuídos 36 (trinta e seis) CURBs por ano em média. Em 2015 o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN anuiu 159 CURBs, representando um aumento de 342% na média anual. Grande parte do sucesso alcançado se deve às iniciativas do CGEN de aperfeiçoar o marco legal existente para torná-lo mais fácil de ser aplicado e mais seguro para os usuários e para o próprio Conselho, com a edição das Resoluções nº 35 (2011), 37, 38 (2011), 39, 40, 41, 42 e 43 e das Orientações Técnicas nº 8, 9 e 10, bem como a revisão das resoluções de remessa de amostra de componente do patrimônio genético e de procedimento processual, e as ações de aperfeiçoamento da organização do Conselho, com destaque para a elaboração e aprovação do novo Regimento Interno.

Em relação à taxa de conservação de espécies ameaçadas de extinção, cumprindo os compromissos assumidos, o Brasil estabeleceu, em 2014, o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, cuja estratégia permite a contínua avaliação da situação das espécies brasileiras seguindo metodologia da

International Union for the Protection of Nature -IUCN e a elaboração de Listas Nacionais de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Em 2014 foram atualizadas pelo MMA as listas que tratam das espécies ameaçadas de extinção, com a utilização da nova abordagem, que informaram a ocorrência de 1.173 espécies da fauna e de 2.113 espécies da flora ameaçadas de extinção, o que representa um aumento de 300% em relação às listas anteriores. Dessa forma, o aumento do número de espécies ameaçadas conforme listas publicadas em 2014 em relação às anteriores impactou os valores desse indicador, uma vez que representa o percentual de espécies ameaçadas com ações de manejo.

Visão dos Principais Atributos do Programa

Uso sustentável da biodiversidade

No que tange ao uso sustentável da biodiversidade pelos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, foi elaborada e publicada pelo Governo Federal a Portaria nº 239, de 21 de junho de 2009, que institui o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

As políticas de acesso a mercados institucionais e apoio à comercialização para extrativistas e comunidades tradicionais somam cerca de 75.000 famílias beneficiárias, somados os acessos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio).

Em 2015 foram elaborados: o II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e o I Plano Integrado de Implementação da PNGATI. Encontram-se em fase de elaboração o I Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Territórios Quilombolas (PNGAT Quilombola), o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa Nacional da Sociobiodiversidade.

O Programa Bolsa Verde soma mais de 74.522 famílias beneficiárias, com a proposta de priorização de territórios atendidos pelo programa para o adensamento de políticas públicas que envolvam os eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a saber: acesso ao território e aos recursos naturais, inclusão social, inclusão produtiva e garantia de infraestrutura

Paralelamente ao recebimento de benefícios do Programa Bolsa Verde (PBV), ações estruturantes estão em execução, tais como: i) análise dos impactos socioambientais do programa nos territórios, por meio de monitoramento amostral; ii) implementação da Assistência Técnica Rural (Ater) voltada ao extrativismo, com incremento de 12.636 famílias nas áreas do PBV em 2015; iii) 1,6 milhão em investimentos para capacitação de 870 extrativistas por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), modalidade exclusiva Bolsa Verde Extrativista; e iv) fortalecimento das estruturas de governança com vistas à inclusão produtiva e geração de emprego e renda em contexto de desenvolvimento sustentável.

Recuperação do estado de conservação das espécies brasileiras

Desde a publicação, em 2014, das Listas de Espécies da Flora e da Fauna Brasileiras Ameaçadas de Extinção, a ação governamental vem implementando mecanismos que buscam conciliar a atividade econômica com a conservação e recuperação dessas populações.

Até o ano de 2015, foram elaborados 59 Planos de Ação Nacional para recuperação e conservação das espécies ameaçadas de extinção (PANs), coordenados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), contemplando 901 espécies das 3.286 ameaçadas.

Destaca-se que, das 3.286 espécies ameaçadas de extinção, 2.260 ocorrem em unidades de conservação (UCs), sendo que dessas, 702 estão contempladas em PANs, além de estarem inseridas em UCs.

Além das estratégias explicitadas, 66 espécies de peixes e invertebrados aquáticos contam com medidas de ordenamento pesqueiro, incluindo a moratória, que lhes confere proteção.

Aprimoramento dos instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade

O aprimoramento de instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas é desenvolvido através de atividades de controle de espécies invasoras. O MMA está desenvolvendo uma proposta o Programa Nacional de Controle de Espécies Exóticas Invasoras, que tem como objetivo adotar ações de prevenção, detecção precoce, resposta rápida, monitoramento, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras, além de prever atividades como: a instituição de uma Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras e a elaboração de Planos de Ação Nacionais. Adicionalmente, o desenvolvimento e implementação de um Sistema de Alerta e Detecção Precoce de Espécies Exóticas Invasoras, dentre outras ações, será viabilizado mediante obtenção de recursos previstos no projeto *National Strategy for Conservation of Threatened Species* (PROSPECIES), submetido ao *Global Environment Facility* (GEF) do *Project Identification Form* (PIF).

No que tange ao uso da biodiversidade aquática, em 2015, foram debatidos e normatizados pela ação governamental, critérios, padrões, normas e procedimentos para o ordenamento da atividade pesqueira, dando seguimento às diversas normatizações regulamentadas desde 2012, na área marinha e continental.

Foram criados comitês de gestão compartilhada da pesca e foros participativos compostos por governo e sociedade. Destaca-se, ainda, a publicação de normas que protegem espécies de maior vulnerabilidade à pesca, a exemplo, em 2015, das portarias que prorrogam as moratórias de pesca do mero (*Epinephelus*) e do cherne-poveiro (*Polyprion* americanos), espécies de grande porte ameaçadas de extinção por serem muito vulneráveis aos impactos da atividade pesqueira.

Paralelamente, foi preparada a proposta de inclusão de espécies de peixes continentais no apêndice III da Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora Ameaçado de Extinção com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas

espécies em todo o mundo. Foram definidos procedimentos para certificação do comércio de três espécies de tubarão, incluídas no apêndice II da CITES em 2013.

Durante o ano de 2015, foram realizadas revisões e publicações de normas legais sobre o uso sustentável da biodiversidade, tratando de temas como: lista de animais que podem ser criados e comercializados com a finalidade de estimação; proposta de padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - ex situ; proposta de definição das categorias de criadouros, com critérios para a autorização de empreendimentos de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro; e proposta sobre a inspeção de indústrias madeireiras (madeira nativa), sendo também publicados normativos sobre as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e de procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas.

Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros

Dentro desse objetivo, existe um conjunto de programas e projetos especiais, inclusive com aporte de recursos, com vistas a possibilitar melhor coordenação e integração entre as ações dos órgãos públicos envolvidos e induzir parceiros do terceiro setor/privados a buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação (UCs).

Dos projetos em execução destaca-se o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que atualmente apoia a consolidação e manutenção de 114 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 59,2 milhões de hectares. As unidades recebem recursos para elaboração e implantação de seus planos de manejo, ações de proteção e capacitação, entre outros. Em 2015, foram incluídas 18 novas UCs no Programa, o que corresponde a aproximadamente sete milhões de hectares.

O Projeto Terra do Meio trabalhou sob a mesma estrutura do ARPA e foi executado entre 2012 e novembro de 2014, com importantes resultados para a gestão de 11 UCs da região da Terra do Meio no Pará.

O Projeto Corredores Ecológicos, com atuação no Amazonas, Bahia e Espírito Santo, foi concluído em novembro de 2014 com a realização de um Seminário sobre os 12 anos do Projeto, ao longo dos quais houveram contribuições decisivas para o fortalecimento da gestão ambiental dentro e no entorno das UCs na Amazônia e Mata Atlântica.

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) iniciou sua execução em outubro de 2014 e atualmente apoia a consolidação de 11 UCs federais que protegem ecossistemas marinhos e costeiros, que somam 1.767.229 hectares. O GEF-Mar tem como uma de suas metas expandir o sistema de áreas marinhas e costeiras protegidas para, no mínimo, 5% (equivalente a 17,5 milhões de hectares) do território marinho brasileiro.

Destaca-se, ainda, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), que apoiou, em 2015, a capacitação dos analistas ambientais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a

publicação de manuais de gestão de unidades de conservação. Adicionalmente, trabalha-se com a captação de recursos para fomentar as atividades de conservação. Atualmente, há duas propostas do Global Environment Facility – (GEF Terrestre e GEF Paisagens Sustentáveis da Amazônia), contemplando, prioritariamente, os biomas Caatinga, Pampa, Pantanal e a Amazônia, respectivamente.

Importante ressaltar que, no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as unidades de conservação.

Objetivando promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros, no período de 2012 a 2015, foram apoiadas diversas iniciativas.

O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), que até 2012 só contemplava a Amazônia e a Caatinga, foi expandido para os biomas Cerrado, Mata Atlântica e Pampa, tornando-o de âmbito nacional e possibilitando: a organização da informação científica; a formação de recursos humanos; o estabelecimento de protocolos; a realização de inventários; e a integração de grupos de pesquisa que atuam nos biomas abrangidos pelo Programa.

No contexto do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr), que se encontra em processo de integração de todas as bases de dados sobre a Biodiversidade Brasileira, foram disponibilizados e integrados aproximadamente 6 milhões de registros da flora e da fauna brasileira ao bem como os projetos “Repatriação da informação da fauna brasileira depositada em Museus estrangeiros (REFAUNA)” e “Repatriação de informações sobre a Flora Brasileira (Reflora)”.

Foi iniciada a fase piloto do projeto Amazon Face, o primeiro experimento tropical que analisa os efeitos da fertilização de CO₂ na floresta amazônica; a agenda científica e as prioridades para os próximos 10 anos do Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), com enfoque nas mudanças do uso e da cobertura do solo e seus impactos no funcionamento dos ecossistemas amazônicos; foram consolidadas as Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal; foram sintetizados os avanços alcançados da modelagem ambiental e avaliadas as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para a Amazônia.

Foi possível, ainda ampliar em aproximadamente em 580.000 o número de espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando o conhecimento da biodiversidade brasileira; catalogar, em uma plataforma informatizada, as 104.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidas; concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros; e proteger 30% das coleções zoológicas, botânica e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas.

Considerações Finais

Durante o período de vigência do PPA 2012-2015, o Programa Biodiversidade contribuiu para o equilíbrio entre conservação e utilização sustentável da biodiversidade, destacando-se em cinco áreas de atuação: valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade; recuperação do estado de conservação das espécies ameaçadas de extinção; prevenção e controle de espécies invasoras; acesso ao patrimônio genético e repartição justa e equitativa dos benefícios; consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); e desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação, aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematização e difusão de informações.

O novo Programa Temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, no PPA 2016-2019, expressa com maior precisão a missão da Agenda. Além de estabelecer um elo de continuidade, dando prosseguimento às ações desenvolvidas no PPA que se encerra, inova, ao abrigar em sua estrutura, o tema Florestas.

Dentre as novas temáticas tratadas pelo Programa podemos citar: a regularização ambiental dos imóveis rurais por meio de instrumentos do Código Florestal; ampliação da produção florestal sustentável e conhecimento sobre as florestas brasileiras e promoção do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	12/12/2012	26,2	30/08/2013	26,1	27/10/2014	26,6	17/02/2015	27,1
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	12/12/2012	7,4	30/08/2013	7,4	27/10/2014	7,4	17/02/2015	7,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	12/12/2012	8,2	30/08/2013	8,2	27/10/2014	8,3	17/02/2015	8,6
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	12/12/2012	1,5	30/08/2013	1,5	27/10/2014	1,5	17/02/2015	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	12/12/2012	8,9	30/08/2013	8,9	27/10/2014	9,1	17/02/2015	9,9
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	12/12/2012	2,4	30/08/2013	2,7	27/10/2014	2,7	17/02/2015	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	12/12/2012	4,6	30/08/2013	4,6	27/10/2014	4,6	17/02/2015	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	31/12/2009	53,38	31/12/2009	53,38	31/12/2009	53,38	31/12/2009	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/12/2010	50,84	31/12/2010	50,84	31/12/2010	50,84	30/12/2011	48,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	31/12/2009	22,23	31/12/2009	22,23	31/12/2009	22,23	31/12/2009	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	31/12/2009	35,89	31/12/2009	35,89	31/12/2009	35,89	31/12/2009	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	31/12/2009	83,07	31/12/2009	83,07	31/12/2009	83,07	31/12/2009	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	31/12/2012	34	17/12/2013	35	17/12/2014	38	30/12/2015	159
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	31/12/2012	46	16/12/2013	50	16/12/2014	17,5	30/12/2015	28,3

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Quadro de Metas

Objetivo: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira	500.000,00	Espécimes biológicas	580.000,00	
Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada	250.000,00	Espécies de invertebrados	104.000,00	De acordo com o Catálogo da Fauna, o número de espécies de invertebrados descritas para o Brasil, é cerca de 104.000 espécies, o que demonstra a impossibilidade de se atingir a meta proposta de 250.000 no prazo estabelecido
Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros	100,00	%	100,00	
Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas	80,00	%	30,00	A meta não pode ser foi alcançada, pois não existe um diagnóstico preciso sobre o número de coleções (incluindo zoológicas, herbários e coleções microbiológicas) existentes no País.

Objetivo: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro	40,00	Espécies nativas	49,00	
Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano	10.000.000,00	Filhotes de quelônios ao ano	8.935.702,00	
Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade	6,00	Redes comunitárias	10,00	
Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica	3,00	Sub-bacias da região amazônica	2,00	
Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas	5,00	Espécie de fauna silvestre nativa	4,00	
Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais	6,00	Planos de Desenvolvimento Sustentável	6,00	
Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade	200,00	Projetos	50,00	Cabe esclarecer que, de acordo com o FNMA, na época de elaboração do PPA, a proposta original era apoiar projetos que contemplasse 200 municípios e que foi modificado na redação final.
Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade	30,00	Arranjos produtivos locais	12,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa	12,00	Espécies subutilizadas da flora nativa	28,00	
Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas	4,00	Espécies de plantas	1,00	Considerando a dimensão continental do Brasil, o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas é tarefa complexa e bastante onerosa.
Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional	17,00	Cadeias de produtos da sociobiodiversidade	17,00	
Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado	100.000,00	Famílias de Povos das Comunidades Tradicionais e Agricultores	51.300,00	Os instrumentos para atingimento dessa meta foram a Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) e o Programa de aquisição de alimentos (PAA).
Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação	44,00	Unidades de conservação	77,00	
Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)	70.000,00	Famílias em situação de extrema pobreza	74.522,00	

Objetivo: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético	60,00	Instituições	88,00	
Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos	3,00	Instituições	0,00	Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, através da elaboração de um novo marco legal (Lei N 13.123, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade) e sua regulamentação

Objetivo: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação	80,00	%	60,00	
Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora	20,00	Espécies ameaçadas de extinção	3,00	
Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção	40,00	%	39,00	
Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados	100,00	%	100,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)	4.722,00	Espécies da flora (plantas vasculares)	6.113,00	
Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção	100,00	%	51,00	A meta deverá ser alcançada em 2016, pois foi elaborado um plano de ação nacional voltado para espécies impactadas por empreendimentos de infraestrutura viária- Pan Estradas, contemplando centenas de espécies de vertebrados terrestres.
Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção	500,00	Espécies de flora ameaçadas de extinção	487,00	

Objetivo: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras	30,00	Unidades de conservação federais	38,00	
Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco	10,00	Espécies sinantrópicas	0,00	Com a vigência da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, a competência para a aprovação do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos - PMFA passou a ser responsabilidade da autoridade ambiental de caráter subnacional que concedeu o licenciamento ambiental.

Objetivo: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Objetivo: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	11,00	Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio	3,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes.
Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais	40,00	Unidades de Conservação Federais	34,00	
Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais	20,00	Contratos	9,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes.
Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar	5,00	Sítios de zonas úmidas	2,00	Espera-se que, em 2016, o Secretariado da Convenção de Ramsar analise as demais candidaturas elaboradas e aprovadas pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), designando-as como novos Sítios Ramsar
Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público	30,00	Unidades de Conservação Federais	27,00	
Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais	90,00	Projetos de pesquisa de manejo	149,00	
Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais	20,00	Unidades de Conservação Federais	5,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação	4,00	Unidades de conservação	0,00	O trabalho de levantamento de dados e mapeamento de parentes silvestres em UCs ainda precisa ser ampliado, porém já se possui um importante indicativo da diversidade genética do gênero <i>Manihot</i> presente em algumas UCs do Cerrado.
Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais	40,00	Unidades de Conservação Federais	6,00	Há dificuldade de alinhamento institucional para avaliação da pertinência quanto ao estabelecimento desses instrumentos de gestão de conflitos territoriais, prejudicando a possibilidade concreta de alcance da meta inicialmente proposta.
Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação	10.000.000,00	Hectares	3.766.800,00	Esta meta vêm sendo alcançada por meio da criação de Unidades de Conservação e o reconhecimento e cadastramento de novas UC. Nos últimos anos não houve expressivo aumento do número de Unidades.
Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	131,00	Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais	90,00	
Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica	58,00	Planos de Manejo	82,00	
Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas	10,00	Unidades de Conservação Federais regularizadas	23,00	
Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio	200.000,00	Hectares	35.634,65	Para superar as dificuldades operacionais, foi formalizada em 2015 a contratação de serviços especializados para a produção das peças técnicas necessárias à instrução e agilização dos processos de desapropriação.
Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais	40,00	Unidades de Conservação Federais	35,00	

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	351.445	394.118	233.211	1.656.571	881.237
Despesas Correntes	313.486	348.729	231.918	1.137.767	841.081
Despesas de Capital	37.958	45.389	1.293	518.804	40.157
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	351.445	394.118	233.211	1.656.571	881.237

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2019 – BOLSA FAMÍLIA

Visão consolidada do Programa

Desde a Constituição Federal de 1988, o Sistema de Proteção Social brasileiro vem sendo construído de forma gradual e integrada. Na última década, o fortalecimento do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais (Cadastro Único), bem como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e sua rede de serviços voltada à garantia de direitos socioassistenciais foram conquistas fundamentais para a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira. Os avanços sociais do Brasil na última década são evidentes e os índices de pobreza e extrema pobreza, somadas, foram reduzidas de 23,9% para 9,6% da população¹ no período de 2003 a 2015. Parte significativa dessa queda pode ser atribuída aos programas de transferência de renda, particularmente, o Bolsa Família².

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza extrema e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias de manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia. Desde sua criação, o programa cresceu significativamente, alcançando mais de 13,9 milhões de famílias beneficiárias no final de 2015, cujo benefício médio aproximava-se de R\$ 163,00 recebidos por família mensalmente.

No PPA 2012-2015, o programa 2019 – Bolsa Família traduziu a estrutura inovadora do PPA que refletiu uma concepção de planejamento influenciada, especialmente, pela formulação e implementação das principais agendas executadas no período recente, com destaque para o Programa Bolsa Família. O programa foi composto de quatro objetivos: Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família; Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza; Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal; Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Durante o ciclo de planejamento do PPA 2012-2015, o Bolsa Família teve papel fundamental nas prioridades de governo, que se definiram, na área social, pelo Plano Brasil sem Miséria (BSM), com o desafio da erradicação da extrema pobreza. A agenda programática, além da continuidade nos aperfeiçoamentos do modelo de transferência direta de renda aos beneficiários e no reforço da perspectiva de direito ao acesso a serviços básicos de saúde, educação e assistência social, também fortaleceu o aprimoramento do

¹ SOUZA, P. H. G.; OSÓRIO, R. G. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 203 e 2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org). *Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013, p. 139-156.

² HOFFMANN, R. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org). *Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013, p. 207-2016-156

Cadastro Único, definindo-o como vértice fundamental de articulação e acesso às políticas de desenvolvimento social.

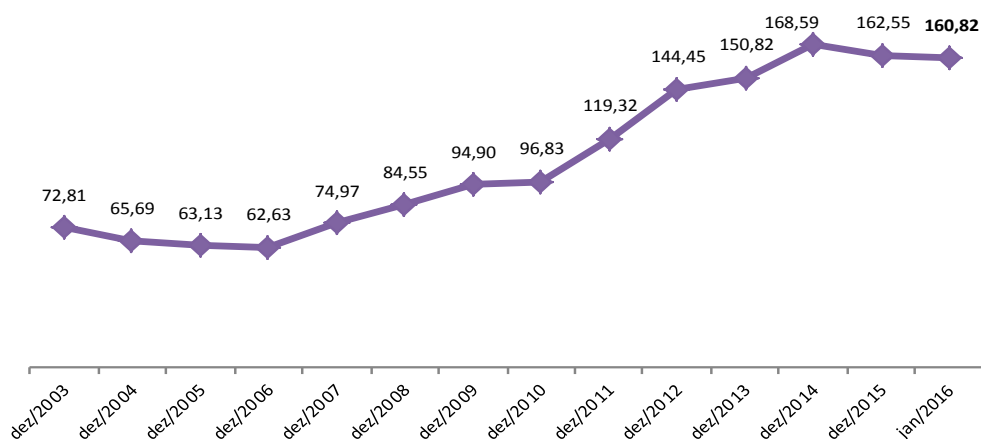
A meta de superação da extrema pobreza em um período curto de tempo, definida pelo BSM, ensejou, em primeiro lugar, o reconhecimento da existência de beneficiários do programa que, mesmo recebendo o benefício monetário, permaneciam na extrema pobreza, isto é, os valores transferidos somados à renda original eram insuficientes para que essas famílias ultrapassassem a linha estabelecida pelo plano, à época de R\$ 70,00 per capita mensais. Um segundo desafio a ser superado referia-se à cobertura do programa e seus erros de exclusão, reforçando a necessidade de atendimento de todos os cidadãos que tivessem o perfil para o acesso aos benefícios previstos no programa.

Dentre as principais mudanças instituídas para a erradicação da miséria no país, destaca-se a instituição de um novo benefício no PBF, denominado Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), como ação central do Programa Brasil Carinhoso, lançado em 2012. O pagamento do BSP foi implementado em três fases: a primeira, que começou no mês de junho de 2012, para famílias com crianças de até 6 anos; a segunda, em outubro de 2012, quando passou a atender as famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos; e uma terceira, em março de 2013, com a ampliação de sua cobertura para todas as famílias que permaneciam em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família.

No mês que inicia sua primeira fase, o BSP foi concedido a 1.974.482 famílias, com destinação de R\$ 166,5 milhões, conforme os dados referentes a junho de 2012. Após a primeira expansão, passou a atender 2.178.894 famílias com R\$ 187,8 milhões transferidos no mês de outubro de 2012. A partir de março de 2013, passou a considerar todos os membros da unidade familiar para o cálculo do benefício e foi concedido a 4.793.706 famílias, sendo transferidos R\$ 400,2 milhões, de acordo com informações da folha de março de 2013, sinalizando a última expansão expressiva do benefício, em torno de 29% quando comparada à folha de pagamentos de fevereiro do mesmo ano (3.712.828 famílias com este benefício e transferências de R\$ 332,2 milhões). A evolução persiste quando observamos os números de dezembro de 2015, com 5.024.494 famílias beneficiadas e R\$ 457,3 milhões transferidos.

Outra medida adotada durante o quadriênio para reforçar o alcance dos objetivos do programa foi o reajuste de 10% nos valores dos benefícios, instituído pelo decreto nº 8.232, de 2014. O benefício básico passou para R\$ 77,00, os variáveis para R\$ 35,00 e o Benefício Variável Jovem (BVJ) para R\$ 42,00. O impacto abrangeu também o Benefício Variável Nutriz (BVN) e o Benefício Variável à Gestante (BVG). Nessa ocasião, foram alterados também os patamares de renda per capita considerados para a definição da linha de pobreza e de extrema pobreza que passam a ser de R\$ 154,00 e R\$ 77,00, respectivamente. O benefício médio elevou-se de, aproximadamente, R\$ 149 para R\$ 163, um aumento de 12%. O gráfico a seguir representa a evolução do valor nominal do benefício médio desde o início do Programa Bolsa Família.

Evolução do valor médio do benefício do PBF, em reais (R\$) - Brasil, dezembro/2003 a janeiro/2016



Fonte: Senac/MDS.

Com esses valores transferidos às famílias, resultados significativos no combate à pobreza e à exclusão social foram alcançados. Não obstante, os desafios para a evolução e consolidação do Programa Bolsa Família prosseguem, em especial nos aspectos concernentes à sua operacionalização. O conjunto das medidas adotadas no período em questão contribuiu para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro ao sinalizar o fortalecimento do programa, em nível nacional, alcançando grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, em especial crianças e jovens, resultantes de políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Visão dos principais atributos do Programa

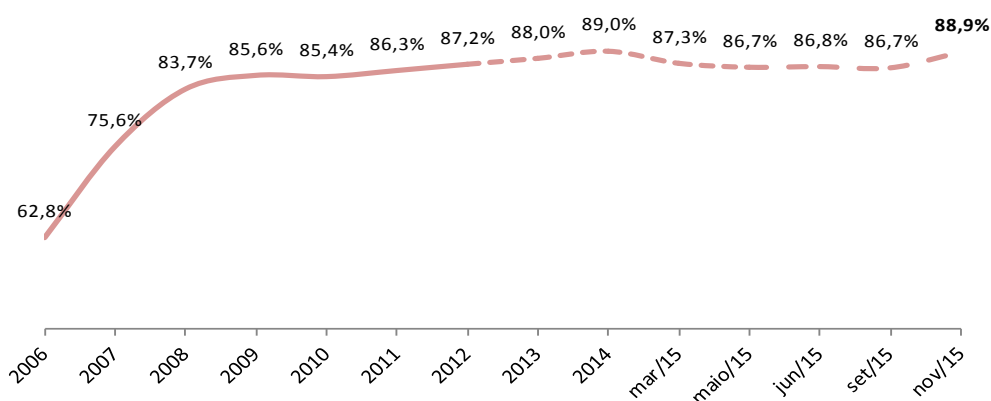
Uma dimensão fundamental do Programa Bolsa Família são suas condicionalidades, cujo objetivo central é reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social das famílias em situação de pobreza e, com isso, contribuir para a ruptura do ciclo de pobreza entre gerações. Com o acompanhamento da condicionalidade de educação pretende-se promover o acesso e a permanência escolar; no caso da saúde, visa reforçar suas dimensões de prevenção e promoção das famílias beneficiárias do PBF. Na área de assistência social, embora não exista uma condicionalidade por parte da família, compete ao Suas realizar o trabalho social com as famílias que descumprem as condicionalidades para a identificação dos reais motivos que estão interferindo no acesso regular à escola e aos cuidados básicos de saúde.

No período do PPA 2012-2015, avanços foram feitos no sentido de concretizar um maior acesso aos direitos básicos de educação e saúde pelas famílias beneficiárias do PBF. Em 2012, com a publicação da portaria nº 251, inovações institucionais positivas na gestão de condicionalidades passaram a possibilitar a identificação mais precisa das famílias em situação de vulnerabilidade extrema, evitando que saiam do foco de atenção do poder público. Com isso, pretende-se evitar que os benefícios sejam cancelados por descumprimento de condicionalidades sem antes identificar os motivos que estão dificultando o acesso aos serviços de educação e saúde. Durante o quadriênio, também

foram aprimorados os mecanismos para redução do número de beneficiários não localizados no acompanhamento da frequência escolar, como o cruzamento entre as bases de dados do Sistema Presença/MEC, Cadastro Único/MDS e Censo Escolar/MEC, e a publicação anual de instrução operacional que orienta procedimentos aos estados e municípios para a busca ativa dos beneficiários entre 6 e 17 anos não localizados.

Na área de educação, o acompanhamento da frequência escolar atingiu 17 milhões de alunos ao longo do ano de 2015. Mais de 95% dos estudantes beneficiários entre 6 e 17 anos cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família. Estudos demonstram que os alunos beneficiários do programa também têm menores taxas de abandono escolar que os demais alunos da rede pública — tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio — e taxas de aprovação equiparadas aos demais alunos. O melhor resultado da série histórica foi registrado no bimestre de outubro e novembro de 2013, em que 92,2% das crianças e adolescentes, público para acompanhamento das condicionalidades de educação, tiveram a frequência escolar registrada no Sistema Presença/MEC. O gráfico a seguir demonstra a evolução do acompanhamento da frequência escolar do PBF.

Histórico de Acompanhamento da frequência escolar de beneficiários entre 6 a 17 anos de idade - Brasil - 2006 a 2015

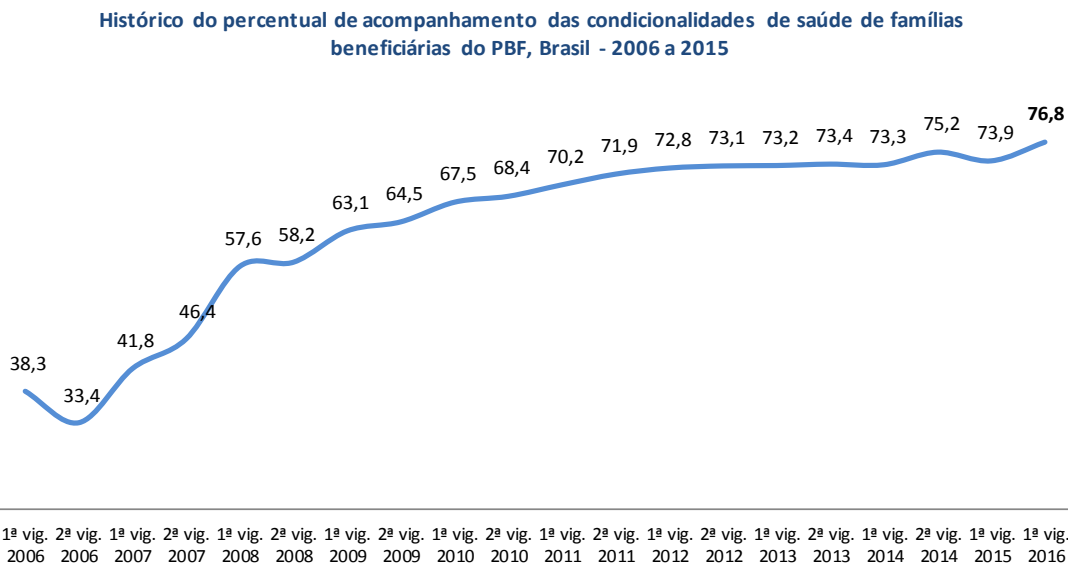


Fonte: Senac/MDS

Na área da saúde, o PPA 2012-2015 foi elaborado a partir de metas capazes de aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil e das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna. Dados do acompanhamento da condicionalidade no segundo semestre de 2015 mostram que 76,8% das famílias que se enquadram no perfil de condicionalidade em saúde foram acompanhadas, recorde histórico na série. Foram 5,4 milhões de crianças que tiveram seus cartões de vacinação atualizados, conforme prevê o calendário do Ministério da Saúde (MS). Das 246 mil gestantes beneficiárias identificadas, 99% fez o pré-natal em dia, contribuindo para a diminuição da taxa de mortalidade infantil e para a redução dos índices de deficiência nutricional crônica no País. Durante o ano de 2015, foram publicados novos estudos demonstrando que, além do impacto sobre a saúde de crianças e adolescentes

acompanhados pelo programa, o Bolsa Família contribui indiretamente para a redução da incidência de hanseníase e tuberculose nas comunidades com alta cobertura do programa³.

O gráfico abaixo apresenta a série histórica de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF.



Fonte: Senac/MDS

Além de reforçar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, o acompanhamento das condicionalidades permite identificar e atuar sobre as situações de vulnerabilidade social que as famílias beneficiárias enfrentam. Nesse sentido, é previsto no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do Suas e na Portaria nº 251/2012 que as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão com os benefícios suspensos, são um dos públicos priorizados no acompanhamento familiar. No período do PPA 2012-2015, foi observada uma evolução positiva no percentual de famílias em fase de suspensão com registro de acompanhamento familiar no Sistema de Condicionalidades (Sicon), sendo o melhor resultado obtido no final de 2015, quando 17,3% das famílias em fase de suspensão no mês de novembro foram acompanhadas pela assistência social.

Ainda com relação ao reforço dos direitos sociais básicos, foram firmadas parcerias importantes com programas estratégicos do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Saúde (MS), com vistas a ampliar a oferta de serviços dessas áreas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e pobreza. A parceria entre o Bolsa Família e o Programa Mais Educação (PME/MEC) permitiu que 37 mil escolas com maioria de alunos beneficiários ofertassem atividades em tempo integral em 2015 – quantidade que representa mais de 60% das escolas que aderiram ao PME/MEC em 2014. Em relação às parcerias com programas estruturantes da área de saúde, as escolas com maioria de estudantes beneficiários do PBF são priorizadas na adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE/MS),

³ NERY, J. S. et al. **Effect of the Brazilian Conditional Cash Transfer and Primary Health Care Programs on the New Case Detection Rate of Leprosy.** PLoSNeglected Tropical Diseases (Online), JRC, v. 8, p. e3357, 2014.

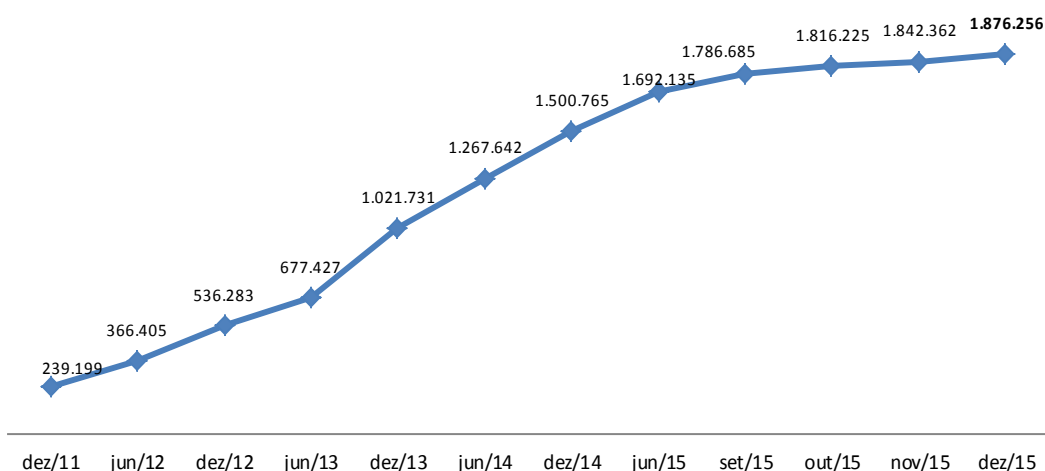
que leva ações de proteção e prevenção à saúde ao ambiente escolar. Dados mais recentes indicam que 42 mil escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família aderiram ao PSE/MS em 2014, o que representa 53,5% das escolas inscritas no programa.

O alcance de resultados positivos no quadriênio está também vinculado ao fortalecimento do Cadastro Único, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais voltados ao atendimento desse público, possibilitando, assim, a racionalização de recursos e esforços do setor público federal. Tendo como pano de fundo a expansão do Programa Bolsa Família, o Cadastro Único consolidou-se, em especial a partir da estratégia do Brasil Sem Miséria, como o principal instrumento de articulação coordenada das políticas federais direcionadas à redução da pobreza e da desigualdade.

Ao final do ano de 2015, 27 milhões de famílias estavam cadastradas, sendo mais de 12 milhões inscritas como extremamente pobres, com direito de acesso a uma rede de programas sociais. Dentre os programas cujos usuários estão inscritos no Cadastro Único merecem destaque a Tarifa Social de Energia Elétrica, com cerca de 10 milhões de famílias beneficiárias, e o programa Minha Casa Minha Vida, com quase 800 mil habitações entregues para famílias cadastradas.

Ao mesmo tempo em que o Cadastro Único alcançou a totalidade da população considerada extremamente pobre do país, o instrumento operou com um olhar diferenciado sobre as populações mais afastadas da relação com o Estado brasileiro. Assim, desde o início da implantação do atual Sistema de Cadastro Único, em 2010, formulou-se e implantou-se um conjunto de normas, instruções, capacitações, oficinas, materiais de divulgação, dentre tantas ações, com o objetivo de incluir e identificar famílias e pessoas vítimas de preconceito ou sujeitas a vulnerabilidades conjunturais, seja por sua particularidade étnico-racial, geracional, de gênero, ou ainda por situações sociais e ambientais diferenciadas, como a situação de rua e de remoção. Esse esforço tornou o Cadastro Único uma das melhores fontes de informação para as políticas de diversidade e outros recortes, tendo registro de 1,9 milhão de famílias dos 16 grupos populacionais tradicionais ou específicos, como quilombolas, indígenas, ciganos, agricultores familiares, pescadores artesanais, atingidos por barragens, entre outros grupos. O gráfico a seguir apresenta a evolução da identificação de famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos no Cadastro Único.

Evolução do total de famílias pertencentes a grupos tradicionais e específicos (GPTE) - Brasil, 2011 a 2015



Fonte: Senac/MDS

Hoje o Cadastro Único é um instrumento consolidado a serviço da gestão de programas federais para a população de baixa renda, abarcando 40% da população brasileira. Construído e mantido por meio de um pacto Inter federativo exitoso, o Cadastro Único tem institucionalidade perene e consegue manter atualizadas as informações das famílias registradas em cerca de 74%, considerando todo o universo de famílias cadastradas. Além de operar uma coleta padronizada e com permanente esforço de qualificação das informações de mais de 40% da população brasileira, o Cadastro Único tem o desafio de disponibilizar essas informações para as políticas públicas de forma ágil e adequada.

Todos esses resultados, tanto do Bolsa Família quanto do Cadastro Único, foram alcançados com o envolvimento e o compromisso dos 27 Estados, do Distrito Federal e dos 5.570 Municípios em prol da qualidade na gestão do Programa. Os entes receberam recursos do Governo Federal, com base no esforço realizado na atualização de cadastros e no acompanhamento de condicionalidades, calculados por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD). Ao longo de 2015, a União repassou R\$ 392 milhões aos Estados e Municípios para serem aplicados na gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.

No período do PPA 2012-2015, além dos repasses financeiros, uma série de ações marcou a parceria e aproximação dos entes federados, dentre as quais se destacam a realização de Oficinas Regionais, Encontros Nacionais e Mesas Técnicas com os Coordenadores Estaduais do PBF (CEs). Essa parceria permitiu maior interlocução para alcançar, conhecer e acompanhar mais efetivamente as gestões locais, suas atribuições, atividades, procedimentos e expectativas. Além disso, permitiu a classificação dos municípios buscando maior focalização do trabalho de apoio dos estados, de acordo com o nível de acompanhamento das condicionalidades, do cadastramento de famílias e da execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Município (IGD-M), além de outros indicadores que medem o desempenho das gestões municipais.

Finalmente, ao longo dos exercícios de 2012 a 2015, parte do esforço de gestão do PBF foi focado em aprimorar a sistematização de conceitos e de procedimentos relativos à fiscalização do Programa, em que se compreendem o recebimento indevido de benefícios, e

o acompanhamento de demandas dos órgãos de controle. Foi priorizado o desenvolvimento do Sistema de Gestão do Acompanhamento e Fiscalização do Programa Bolsa Família (Sigaf), aplicativo que tem por objetivo sistematizar e padronizar a gestão das ações de acompanhamento e fiscalização. Além disso, em 2012, foram realizados aperfeiçoamentos na legislação referentes à fiscalização, com a edição do Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012, alterando os art. 33 a 35 do Decreto nº 5.209 de 2004, visando cumprimento das regras do processo administrativo na Administração Pública Federal, que confere a devida garantia do direito ao contraditório e à ampla defesa do administrado, necessária à segurança jurídica dos processos fiscalizatórios.

Considerações Finais

O Programa Temático Bolsa Família teve como foco principal a agenda de erradicação da extrema pobreza estabelecida pelo Plano Brasil sem Miséria, sendo um sinônimo de política pública de Estado. O Programa proporcionou melhorias nas condições de vida dos brasileiros antes vulneráveis, oferecendo uma rede de proteção mínima a cerca de 13,9 milhões de famílias, o que corresponde a 20% da população brasileira, acarretando uma significativa redução da pobreza e da desigualdade na distribuição da renda no país. Além de reforçar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, o Programa Bolsa Família gerou impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes das condicionalidades, que visam ao reforço dos direitos sociais básicos e à ampliação do acesso aos serviços públicos.

Para os próximos quatro anos, o programa deve se manter como fomentador da redução da pobreza por meio da transferência de renda. Um dos desafios do programa é aperfeiçoar o desenho de benefícios, de forma que torne menos complexa sua operacionalização e compreensão pelos beneficiários, mas que possibilite, além da manutenção do alívio imediato da pobreza, também a indução de impactos em um prazo mais longo.

Nesse sentido, reforçar e qualificar o acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, continua sendo um dos principais objetivos do Programa. Para isso, é importante reafirmar o princípio da equidade, de forma que o poder público invista o esforço necessário para alcançar essas famílias, provendo acesso aos serviços sociais básicos e a continuidade da oferta para que elas sejam inseridas nas políticas universais. As melhorias ocorridas nos últimos anos no acompanhamento das condicionalidades precisam ter continuidade, bem como o aprofundamento da agenda comum entre os principais Ministérios envolvidos: Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação e Saúde.

No que diz respeito ao Cadastro Único, é necessário implementar mecanismos que garantam sua ampla e adequada utilização pelas ações governamentais voltadas à população de baixa renda, de modo a potencializar o acesso à rede de serviços e oportunidades que apoiam o fortalecimento e a autonomia das famílias. É importante adotar processo permanente de avaliação dos instrumentos de coleta de informações das famílias de baixa renda de forma a aperfeiçoar e garantir a qualificação dos dados do Cadastro Único que subsidiam as políticas públicas sociais.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Programa Bolsa Família foi estruturado

com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do programa nos municípios e estados. Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do programa, o desafio para os próximos anos é o reforço do modelo de gestão do PBF por meio do crescente fortalecimento das gestões locais, elevando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Esse importante conjunto de conquistas alcançadas e desafios e oportunidades futuras deve ser levado em conta nos próximos anos para que o Programa Bolsa Família continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza e leve uma rede de serviços básicos e políticas públicas para a população mais vulnerável do país. Trata-se de fortalecer alicerces para que o Estado de Bem-Estar brasileiro possa aproximar-se daqueles mais consolidados, promovendo uma sociedade mais justa e com iguais oportunidades para toda sua população.

Garantir o atendimento às famílias que necessitam, reajustar os valores dos benefícios, adequar regras e o desenho do programa são fundamentais para preservar e avançar na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida da população brasileira. Para além da renda, é preciso avançar para um modelo de atuação focado na integralidade das demandas das famílias como estratégia para superação da situação de pobreza e melhoria das condições de vida, assegurando a renda e também fortalecendo o acesso a serviços, direitos e oportunidades.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2012	90,61	31/12/2013	88,56	31/12/2014	86,41	31/12/2015	84,03
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	30/11/2012	87,31	31/12/2013	92,2	30/11/2014	91,67	31/12/2015	88,88
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2012	72,78	31/12/2013	73,07	31/12/2014	74,02	31/12/2015	75,6
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2012	37,11	31/12/2013	39,7	31/12/2014	45,04	31/12/2015	50,44
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/01/2013	100,7	31/12/2013	102,53	31/12/2014	101,93	31/12/2015	101,44

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Quadro de Metas

Objetivo: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família	800.000,00	Famílias em extrema pobreza	1.813.569,00	
Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade	13.800.000,00	Famílias em condição de pobreza e extrema pobreza	13.936.791,00	

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	27.691.890	27.488.690	26.787.454	99.869.645	99.073.190
Despesas Correntes	27.685.805	27.484.605	26.786.565	99.846.950	99.064.687
Despesas de Capital	6.085	4.085	888	22.694	8.504
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	27.691.890	27.488.690	26.787.454	99.869.645	99.073.190

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

Programa 2020 – Cidadania e Justiça

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da política e o Programa de Cidadania e Justiça

Os desafios e as políticas públicas de responsabilidade do Ministério da Justiça, definidos ainda em 2011 para orientar a elaboração do programa temático 2020, atendendo à nova concepção de planejamento de médio e longo prazo adotada pelo governo federal, apontaram para o desenvolvimento de ações voltadas à garantia de direitos; ao acesso à justiça e a serviços públicos; à participação social, com o intuito de contribuir para maior inclusão e justiça social no país; e à garantia do estado democrático de direito.

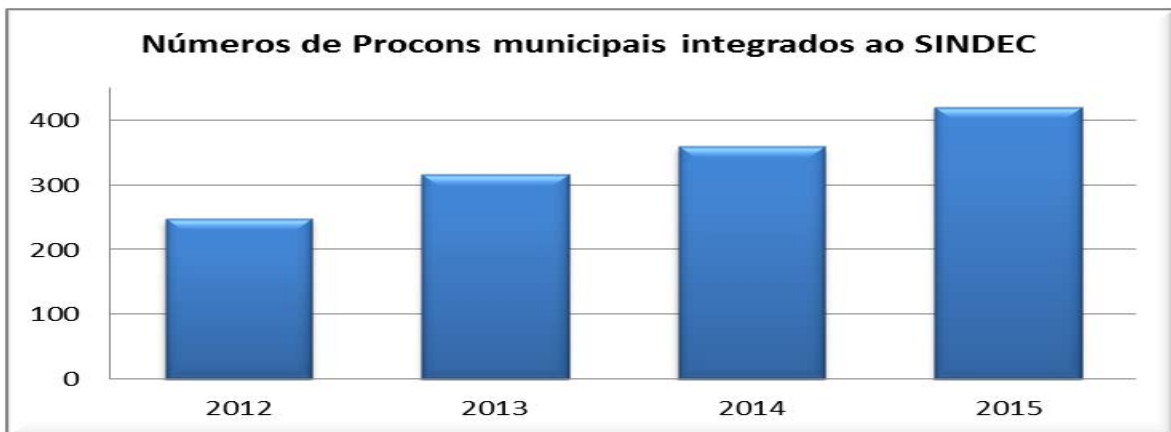
Com uma ampla diversidade de temas sob sua responsabilidade, a Pasta priorizou em sua atuação: a busca de reparação frente as mais diversas violações de direitos humanos ocorridas durante os períodos autoritários; a promoção e preservação do direito à memória e à verdade; a modernização dos serviços arquivísticos governamentais, com a preservação do patrimônio arquivístico nacional pelo acesso à informação; a defesa e proteção dos direitos do consumidor; a segurança e proteção do mercado, visando preservar um ambiente econômico justo e equilibrado; o acesso à justiça, pela busca de soluções aos conflitos por meio de estratégias de não judicialização e proteção de direitos; a ampliação da prestação de assistência jurídica aos cidadãos necessitados; o enfrentamento ao tráfico de pessoas; a promoção de direitos e garantias para migrantes e refugiados; o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção; o fortalecimento da cooperação jurídica internacional; a titulação de entidades sociais e a consolidação da classificação indicativa; e a implantação da Ouvidoria do Ministério como instrumento de participação social em temas de responsabilidade da Pasta.

O programa contempla também esforços empreendidos pela Advocacia Geral da União – AGU e pela Defensoria Pública da União – DPU, notadamente no que se refere à ampliação do acesso à justiça.

Indicadores

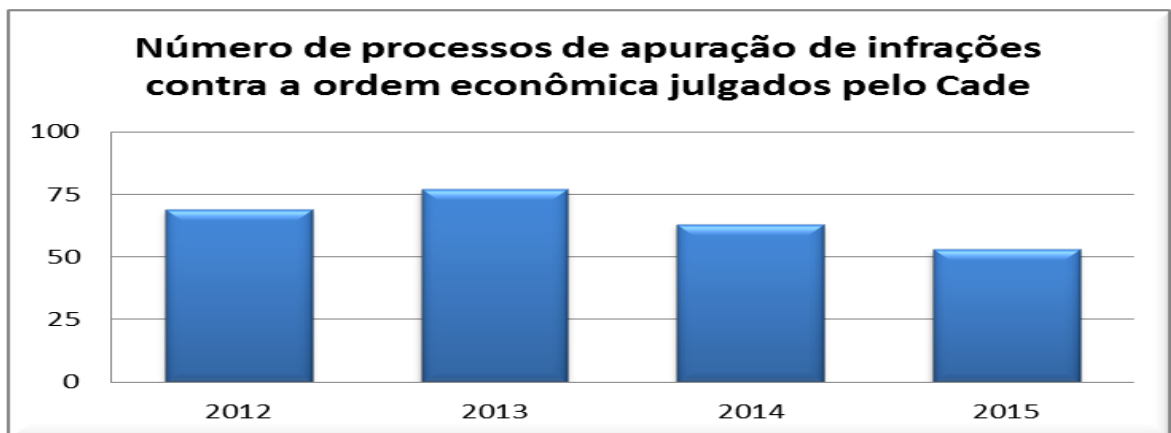
Dentre os indicadores do Programa, destacam-se os relacionados à defesa dos direitos do consumidor; à segurança e proteção do mercado, visando preservar um ambiente econômico justo e equilibrado; e ao acesso à justiça.

A propósito, no quadriênio do PPA 2012-2015 o número de Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC aumentou mais de duas vezes. Ao final de 2011, eram 184; no final de 2015, chegou-se a 421 Procons integrados, com uma média de 60 novas integrações por ano.



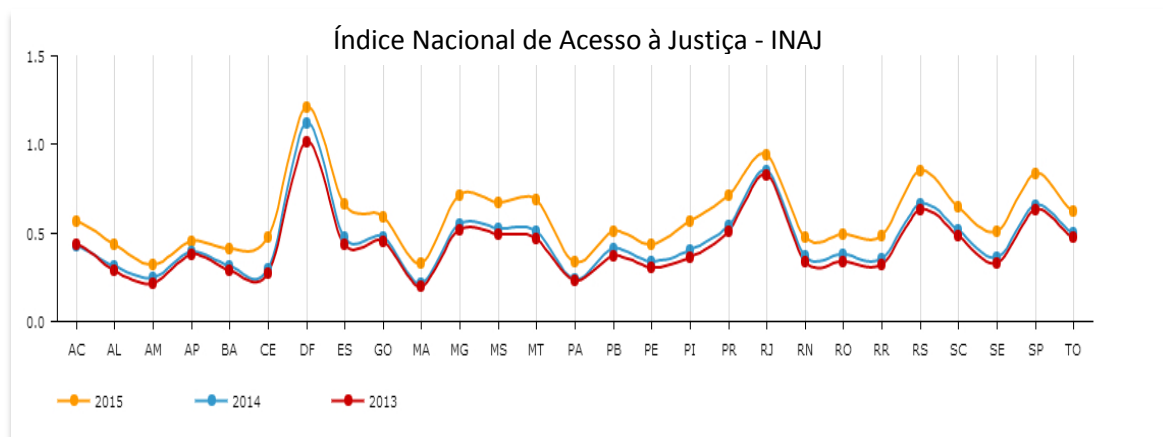
Fonte: SENACON/MJ

Por seu turno, o indicador do número de processos de apuração de infração contra a ordem econômica julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE é resultante da soma do número de Processos Administrativos (PA) com o número de Averiguações Preliminares (AP). Importa ressaltar que o AP é procedimento previsto apenas na Lei da Concorrência antiga, não incluído na Lei 12.529/2011 (Nova Lei da Concorrência). Isto fica evidenciado pela diminuição de casos nos últimos dois anos, pois não há novas averiguações em curso, apenas estão sendo julgadas aquelas remanescentes.



Fonte: CADE

Quanto ao Índice Nacional de Acesso à Justiça – INAJ, observa-se que o mesmo apresenta desde 2013 uma regularidade no posicionamento entre os estados, com pouca diferenciação geral de valores até 2014, mas com um salto nos valores em todos os estados de 2014 para 2015, demonstrando um crescimento na quantidade de portas de acesso à justiça disponíveis para a população. Essas portas são entendidas como as instituições e órgãos judiciais (unidades judiciárias de primeiro e segundo grau e tribunais superiores), extrajudiciais (conselhos tutelares, Procons e outros) e essenciais à justiça (Ministério Público, Defensorias e Ordem dos Advogados do Brasil), que permitem aos cidadãos a efetivação de seus direitos.



Fonte: Atlas de Acesso a Justiça

Visão dos principais atributos do Programa

Objetivos e metas mais relevantes

Analisando-se a atuação do governo na proteção da cidadania e no acesso à justiça, pode-se constatar que, mesmo em momentos de restrições orçamentárias e financeiras, como no ano de 2015, as metas e objetivos foram alcançados.

Em se tratando de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, foram julgados no período 8.265 processos de anistia, superando em 25% a meta, que era de 6.605. Tal número foi possível em razão de melhorias implementadas no gerenciamento de processos, com a digitalização daqueles em meio físico e a adoção do processo em mídia eletrônica, o que possibilitou a revisão e a otimização dos processos e fluxos de trabalho, com a consequente ampliação da capacidade de apreciação dos requerimentos, especialmente no ano de 2015, o que permite traçar um horizonte de apreciação de outros 12 mil requerimentos até 2019.

Pode-se dizer que o período foi bastante profícuo em ações de reparação integral. Destaca-se o projeto Clínicas do Testemunho, que possibilita a formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado no período 1946-1988. A execução desses trabalhos está em consonância com recomendação contida no relatório da Comissão Nacional da Verdade e também em decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos que assevera ser dever do Estado oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico às vítimas.

Outrossim, as ações educativas de preservação da memória e da verdade tiveram lugar importante, por meio da realização de 39 Caravanas da Anistia no período, o que suplantou a meta estabelecida em 100%, assim como o Projeto Marcas da Memória e a continuidade do projeto de implantação do Memorial da Anistia do Brasil, em Belo Horizonte.

Ainda em relação à preservação da memória e da verdade e ao acesso à informação, em razão da edição da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação e da Criação da Comissão Nacional da Verdade, houve aumento considerável de pedidos de acesso a

documentos do Estado, especialmente aqueles relativos ao período do regime militar. Para tanto foram realizados diversos trabalhos pelo Arquivo Nacional no sentido de catalogação, organização e disponibilização de documentos. Parte importante dessas ações foi a digitalização de documentos, para disponibilização em salas de consulta virtual, sendo possível afirmar que, atualmente, trinta por cento dos conjuntos documentais do Arquivo Nacional já está disponível em formato digital. Tal volume somente foi possível pelo aumento da capacidade de armazenamento em mídia de documentos.

O Centro de Referência Memória Reveladas atua para a preservação e difusão de informações de registros documentais sobre lutas políticas no Brasil, de 1960 até 1980. Foram digitalizados mais de 12 milhões de páginas de documentos do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação, que contribuiu para os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, assim como daquelas estaduais e municipais. Um dos frutos desses trabalhos foi a realização de duas edições do Prêmio Memórias Reveladas, que resultaram na publicação de seis obras de excelência sobre a temática e a realização de seminários nacionais e internacionais sobre o tema.

A defesa da cidadania e o acesso à justiça aparecem de maneira bastante relevante na política de defesa do Consumidor, pois a criação da Secretaria Nacional do Consumidor, em maio de 2012, consumando a meta estabelecida no PPA, demonstrou cabalmente o compromisso do Estado com a justiça necessária para a mediação, regulação e monitoramento das relações de consumo, pelo prisma da defesa da sociedade contra abusos cometidos nas relações de consumo. Tal política está refletida no Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, centrado na ampliação do número de Procons municipais e sua qualificação por meio de capacitações de seus agentes.

Outra iniciativa exitosa no âmbito do Plandec foi o lançamento, em 2014, do sítio eletrônico *consumidor.gov.br*, uma plataforma pública na Internet voltada para solução de conflitos de consumo, apoiada pelos órgãos de Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e empresas que aderem à plataforma. Ao final de 2015, a plataforma já contava com a participação 299 empresas de diversos segmentos como: telecomunicações, bancos, varejo, indústria, aviação civil, dentre outros, tendo sido finalizados mais de 235 mil atendimentos, com um índice médio de solução das demandas de 80%, e tempo médio de resolução de sete dias.

Visando à ampliação da utilização dessa plataforma e, também, ao esforço para celerizar a resolução de demandas, estão sendo finalizados Acordos de Cooperação Técnica com Tribunais de Justiça, Ministério Público, Defensorias Públicas e Procons em todo o País, para que os cidadãos que procuram esses órgãos possam acessar a plataforma como alternativa de resolução de conflitos de consumo.

Os desafios e a complexidade atual da economia impõem a todos os atores postura ativa para que as relações no mercado encontrem um equilíbrio dinâmico para garantir à sociedade o acesso ao mercado em ambiente justo e competitivo. Nesse diapasão, a atuação do Ministério da Justiça, a partir da reformulação da estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC, focou na modernização e no fortalecimento da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, responsável pelos processos punitivos e de análise de atos de concentração, dividida em três grandes funções: educativa ou pedagógica, preventiva e repressiva.

Os resultados alcançados durante a vigência do PPA demonstram que a partir da nova estruturação do SBDC foi possível a qualificação da atuação do Cade, com novas rotinas em acordo com a Lei da Concorrência – Lei 12.529/11, com a homologação de 14 resoluções que tratam de procedimentos dos seguintes temas: Conduta; Administrativo para apuração de atos de concentração; e Adoção de protocolo eletrônico. A instituição do processo eletrônico no âmbito do Ministério da Justiça (SEI – Sistema Eletrônico de Informações) possibilitou um salto enorme para a eficiência e transparência dos processos de trabalho. Ao final do período do PPA 2012-2015, o Cade já oferecia importantes serviços eletrônicos aos administrados, como: acesso externo a processos confidenciais; acessibilidade eletrônica a todos os processos julgados desde 2010 (3.250); *help desk* do SEI e pesquisa processual pública. Este último serviço foi premiado no III Concurso de Boas Práticas, promovido pela Controladoria-Geral da União – CGU, na categoria Promoção da Transparência Ativa e/ou Passiva. Com o Protocolo Eletrônico, a partir de outubro de 2015, qualquer denúncia, notificação de ato de concentração ou requerimento de Termo de Compromisso de Cessação de Conduta – TCC geram automaticamente um processo eletrônico no SEI.

O Cade, no desenvolvimento da função preventiva, centrou atenção na multiplicação de esforços e resultados, como nas decisões sobre atos de concentração econômica – ACs, fusões, aquisições de controle, incorporações, que se não verificados podem colocar em risco a livre concorrência no mercado. Com efeito, a nova lei da concorrência impõe um prazo máximo de 240 dias para controle desses atos. Em 2011 esse tempo médio era de 154 dias, caindo enormemente até uma média de 26,3 dias no período de 2012 até 2015.

Outro fator de melhoria da eficiência e eficácia na análise de atos de concentração foi a mudança dos limites de faturamento das empresas que são obrigadas a submeter operações à análise. Com esse novo limite o Cade se concentrou em casos mais complexos e de maior impacto econômico, o que resultou em uma média de notificações menor no período do PPA, média de 458, frente a uma média de 688 nos últimos anos do PPA anterior. Nos últimos quatro anos, 93,9% dos atos de concentração analisados foram aprovados sem restrição.

Na seara repressiva, o Ministério da Justiça atuou no combate a condutas anticompetitivas, encerrando 2015 com 52 processos administrativos julgados, nos quais se buscou a resolução por meio de composição consensual entre o poder público e os investigados, consubstanciados em Termos de Cessação de Conduta (TCC) que geram obrigação de recolher valor ao Fundo dos Direitos Difusos – FDD. Ao final do período, percebeu-se que o índice de condenação caiu de 75% em 2012 para 41% em 2015, ao passo que a solução consensual saltou de 0% em 2012 para 38% em 2015, o que possibilitou um incremento na arrecadação de contribuições pecuniárias ao FDD de 40 milhões em 2012 para 500 milhões em 2015.

Outro importante instrumento de atuação desta Pasta na proteção do mercado concorrencial é a celebração de Acordos de Leniência, que é disponível apenas para a primeira empresa proponente que confessar a prática de ilícito e cooperar plena e permanentemente com as investigações, sendo condição primária a cessação de seu envolvimento na conduta. Ao contrário do TCC, o acordo de leniência confere aos signatários benefícios na esfera penal e permite a extinção completa da punição no âmbito administrativo. No último quadriênio,

foram assinados 28 novos acordos de leniência e aditivados outros 11. Destaca-se a crescente robustez do programa de leniência, dado que em 90% dos acordos de leniência assinados em 2015, houve posterior pedido de TCC por, pelo menos, uma empresa e/ou indivíduo envolvido na conduta.

O Ministério da Justiça empreendeu esforços voltados a garantir o acesso à justiça, notadamente para a população de baixa renda. Este acesso não se esgota no simples acesso às instituições do Poder Judiciário, mas abrange um conjunto de formas, práticas, iniciativas ou instituições que permitam ao cidadão a proteção e reparação contra eventual lesão a seus direitos. Nesse diapasão, a aprovação da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, (Lei da Mediação), abriu espaço para método autocompositivo de conflitos, que deverá ser mais rápido e barato que um processo judicial.

Na estratégia de atuar para gerar soluções autocompositivas, destaca-se a atuação da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, que no período de 2012 a 2015 capacitou 21 mil alunos em temas como “Mediação Judicial”, “Mediação para a Defensoria Pública” e “Fundamentos da Mediação Comunitária”, com o objetivo de disseminar a cultura pacífica de diálogo e autocomposição de conflitos, superando em 100% a meta do PPA.

Aproveitando o crescente alcance da internet no Brasil, o Governo lançou em 2013 o Portal “Atlas de Acesso a Justiça”, no qual o cidadão pode localizar, de modo fácil e intuitivo, os locais de acesso à justiça mais próximos de sua localidade, por meio de informações georreferenciadas, orientando-se pelo nome do órgão específico ou pelo problema a ser resolvido. No Atlas também é possível o acesso à ferramenta “ABC dos direitos”, dicionário que traduz a linguagem jurídica em termos de uso comum, facilitando à população o conhecimento de seus direitos.

Ainda no Portal Atlas estão presentes os indicadores sobre acesso à justiça no Brasil, dentre os quais se destaca o Índice Nacional de Acesso à Justiça – INAJ, que permite verificar a situação, em cada estado, dos órgãos de acesso à justiça e a quantidade de operadores que nele atuam em relação à população nos estados. Medido desde 2013, o INAJ permitiu análises mais detalhadas sobre a justiça estadual, federal e do trabalho, permitindo ainda que, em 2015, fossem criados dois novos indicadores: o Indicador Nacional de Despesas com o Acesso à Justiça e o Indicador Nacional de Acesso à Justiça para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar.

A Estratégia Nacional de Não-Judicialização (ENAJUD) - fórum composto por representantes do Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União - AGU, bancos públicos, bancos privados e empresas do setor de telecomunicações e varejista - coordenou a implantação de medidas para promover a redução dos litígios e contribuir para o acesso à justiça e para a celeridade e a efetividade de direitos e garantias fundamentais. A atuação da AGU demonstra que a Estratégia está progredindo em seus objetivos, visto que em 2014 foram realizados 101.725 acordos — o que representou uma média mensal de 9.248 acordos e implicou uma economia de R\$ 355,2 milhões ao erário público.

Destaca-se como forma bem sucedida para resolução de conflitos a criação dos Núcleos de Justiça Comunitária - JC, nos quais se estabelece um mediador da própria comunidade, muitas vezes já conhecido das partes litigantes e familiarizado com os tipos de conflito que

costumam surgir, o que lhe confere maior legitimidade e habilidade para auxiliar na busca de uma solução conjunta. No período do PPA, o Governo Federal fomentou a instalação de mais de 90 Núcleos de JC, número 4,5 vezes superior à meta estabelecida para o PPA.

Para garantir o acesso à justiça é necessária a preservação dos direitos da população. Nesse sentido, destaca-se a instalação das Casas de Direitos, com vários serviços prestados em um mesmo local, com um importante diferencial: a presença de um Núcleo de Justiça Comunitária em cada Casa, o qual, além de sua atuação tradicional (mediação comunitária, articulação das redes locais e educação para os direitos), é responsável por aproximar a comunidade das instituições e dos serviços ali oferecidos e apresentar um diagnóstico mais preciso sobre as necessidades daquela comunidade. Em razão da multidisciplinariedade e a necessidade de ampla concertação, atualmente duas das seis Casas de Direitos previstas estão em funcionamento, uma em João Pessoa-PB e outra no Rio de Janeiro-RJ.

A ampliação do acesso à justiça é determinante para o exercício da cidadania. Entre 2012 e 2015, muitos avanços aconteceram no sentido de levantamento de diagnósticos sobre o acesso à justiça no Brasil e de definição de novas práticas para que esse acesso se efetive. O Governo Federal trabalhará, nos próximos anos, para que esse avanço continue se consolidando, permitindo a construção, em diálogo com a sociedade, de uma ordem jurídica justa, eficiente e transparente, em que o maior objetivo seja a concretização dos direitos de cada cidadão.

O fortalecimento da cidadania perpassa amplo espectro, como a proteção e acesso a direitos pelos migrantes e refugiados. Nesse sentido, foi realizada em 2014 a etapa nacional da 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio (Comigrar), entre os dias 30 de maio e 1º de junho, na cidade de São Paulo. A Comigrar foi um ciclo de participação social voltado a gerar insumos para o desenvolvimento de políticas públicas e de orientações para o aperfeiçoamento de serviços e ações governamentais nos três níveis, além de representar um diagnóstico sobre o acesso e um mapeamento sobre demandas dos movimentos sociais de migrantes e refugiados. Como desdobramentos, o Governo Federal gerou um relatório final, consolidando os debates, e inúmeros insumos, utilizados na criação de equipamentos públicos específicos, como a implantação do Centro de Referência e Acolhida ao Imigrante, atualmente em processo de expansão, fomentada pela Secretaria Nacional de Justiça.

Outra face do trabalho do Ministério da Justiça é a atuação para a assinatura de diversos acordos e tratados internacionais em diversas temáticas. Foram assinados oito acordos internacionais e promulgados outros sete. Pode-se ressaltar a ratificação da Convenção sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, ambas no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado; e a adesão à Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros.

Importante meta para o Ministério foi implantação da Ouvidora-geral do Ministério da Justiça, criada em 2012, como um canal direto de acesso do cidadão. Em 2014, as atividades relacionadas à transparência, acesso à informação, abertura de dados e participação, principalmente interna, foram agregadas à Ouvidoria. A ouvidoria está acessível à população por meio do endereço <http://www.justica.gov.br/ouvidoria>.

Em dezembro de 2015, como parte de um processo de melhoria e alcance dos trabalhos da Ouvidoria do MJ, foi lançado outro canal de acesso ao cidadão, a “central de atendimento virtual” (<http://www.justica.gov.br/central>), canal criado com o objetivo de deixar à disposição dos usuários dos serviços as informações que, de forma mais recorrente, eram demandadas à central de atendimento, tornando o serviço mais transparente e disponível ao cidadão.

Por comando da Constituição Federal, a Defensoria Pública da União – DPU – tem responsabilidade da promoção dos direitos humanos, orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos direitos dos cidadãos necessitados. Esse trabalho vem sendo desenvolvido com o fito de ampliar a prestação de assistência jurídica e atender as populações mais vulneráveis no interior do País.

Observa-se que, no período do PPA 2012-2015, o número de cidadãos assistidos pela Defensoria Pública da União saltou de 1.275.771, em 2011, para 1.588.393 em 2015, um incremento de 25%.

O crescimento na quantidade de cidadãos assistidos acompanha a ampliação da estrutura da DPU, o que representa o aumento da abrangência do órgão no interior do País. Em 2011, a Defensoria estava presente fisicamente em 58 localidades; atualmente, conta com 71 órgãos de atuação. Dentre esses, alguns possuem competência para cobrir mais de uma subseção judiciária federal, possibilitando à DPU a prestação de assistência jurídica em 78 das 276 seções e subseções judiciárias federais, o que corresponde a uma cobertura de 28% da Justiça Federal, ou seja, 1.832 municípios do país, para uma população potencialmente atendida (pessoas acima de dez anos de idade e com renda inferior a três salários mínimos) de aproximadamente 82 milhões de pessoas. Assim, a Defensoria pode atender 57% de sua população alvo, composta por 142 milhões de pessoas.

Outra meta estratégica para a DPU está na ampliação da atuação extrajudicial. Por meio da instituição de uma política específica para a promoção da atuação extrajudicial, no período de 2012 a 2015, a Defensoria Pública da União conseguiu elevar em mais de 100% o número de conciliações extrajudiciais, passando de 4.610, em 2011, para 9.742, em 2015.

Por fim, outra meta importante atingida pela Defensoria Pública da União nesse período foi a conquista de sua autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária. Tal autonomia veio em agosto de 2013, a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 74. No ano seguinte, a promulgação da Emenda Constitucional nº 80 trouxe a possibilidade de iniciativa de lei pelo Defensor Público-Geral Federal para dispor sobre o estatuto dos membros da Defensoria, sobre sua estrutura organizacional e de pessoal, além de ter conferido prazo de oito anos para que todas as unidades jurisdicionais contem com defensores públicos.

A implantação, desenvolvimento e aprimoramento do sistema SAPIENS no âmbito da Advocacia-Geral da União - AGU, iniciado a partir de 2014, demonstrou ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015 que as possibilidades de integração e celerização dos trabalhos por meio dos processos e informações eletrônicas são enormes e os ganhos de gestão profícuos. Ao longo do período do PPA e ainda para os próximos exercícios, o SAPIENS está sendo melhorado por meio de atividades de documentação, evolução e/ou correção do sistema, implantação dos módulos de Atos Normativos, Correccional, Ouvidoria

e Cálculos Judiciais, por exemplo. Atualmente cerca de 13 mil membros e servidores da AGU utilizam-se dessa tecnologia em sua rotina administrativa diária. O SAPIENS atende a 98% das unidades da AGU.

Considerações finais

À luz do que precede, percebe-se que a avaliação do Programa 2020 do PPA 2012-2015 não é tarefa das mais simples, tendo em vista a diversidade de políticas nele contempladas, mas que têm em comum o fato de concorrerem - por meio da garantia e proteção de direitos; da promoção do acesso à justiça e a serviços públicos; e da participação social – para a consolidação do estado democrático de direito.

Nesse sentido, são visíveis os avanços obtidos, que se refletem nos resultados dos esforços empreendidos pelo Ministério da Justiça, pela Advocacia Geral da União – AGU e pela Defensoria Pública da União – DPU, não obstante ainda haja espaço para aperfeiçoamentos e maiores conquistas. Para tanto, o PPA 2016-2019 reuniu no Programa 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública objetivos, metas e iniciativas que deverão expressar as políticas e prioridades do Governo Federal nessa área.

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	31/12/2012	565.215	30/11/2013	638.838	31/12/2014	669.772	31/12/2015	664.679
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2011	35	31/12/2011	35	31/12/2013	69,26	31/12/2014	67,83
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2008	32.044	31/12/2008	32.044	31/12/2013	26.844	31/12/2014	24.818
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	31/12/2012	335	31/12/2013	547	15/12/2014	960	31/12/2015	516
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	31/12/2012	69	29/12/2013	77	30/11/2014	52	31/12/2015	52
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	31/12/2012	292	31/12/2013	348	12/12/2014	362	31/12/2015	428
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6	31/12/2009	27,6
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2011	90	31/12/2011	90	31/12/2013	91	31/12/2014	91,1
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1	31/12/2009	41,1
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6	31/12/2009	55,6
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5	31/12/2009	43,5
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4	31/12/2009	69,4
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2	31/12/2009	49,2

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Quadro de Metas

Objetivo: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia	60,00	%	98,30	
Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade	1,00	Observatório de Justiça de Transição	2,00	
Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país	10,00	Monumentos	9,00	
Julgar 6.605 processos de anistia política	6.605,00	Processos de anistia política	8.265,00	
Realizar 20 Caravanas da Anistia	20,00	Caravanas da Anistia	39,00	

Objetivo: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos	37.280,00	Alunos	10.380,00	A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores. Realizou 7 cursos presenciais durante o período de janeiro a dezembro de 2015 (cursos de formação), além de 03 ciclos de educação à distância. Durante o ano de 2015, foram capacitadas 1.564 pessoas. Ao longo de todo o período monitorado foram capacitadas 10.380 pessoas.

Objetivo: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantação do laboratório de detecção, análise e investigações de cartéis do Cade, provido de corpo técnico e estrutura apropriados	5,00	Laboratórios de análise e investigação de cartéis	3,00	Até o momento, foram implementados laboratórios em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), e resta pendente a criação de laboratórios nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa estratégia teve de ser revista em razão da necessidade de se garantir que a estrutura implementada seja efetivamente empregada pelos convenientes no combate a cartéis. Assim, o Cade optou por uma estratégia de centralização, com o investimento em seu próprio laboratório de análise localizado na sede da Autarquia.
Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ	50,00	%	150,00	

Objetivo: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ	120,00	Reuniões técnicas	152,00	
140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas	140.000,00	Registros publicados	29.857,00	Em 2012 - inserção de 22.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros). Em 2013 - inserção de 4.263 registros, o que representa o cumprimento de 12% da meta estabelecida para 2013 (35.000 registros). Em 2014 - inserção de 835 registros, o que representa o cumprimento de 2 % da meta estabelecida para 2014 (35.000 registros). Em 2015 - inserção de 2.759 registros, 8 % da meta estabelecida para o ano (35.000 registros).
1.534.852 documentos arquivísticos preservados	1.534.852,00	Documentos arquivísticos	2.407.082,00	
217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)	217,00	Instituições e entidades	149,00	No exercício de 2012 foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ). Em 2013, foram cadastradas 40 instituições. Em 2014, foram cadastradas 42 instituições. Em 2015 foram cadastradas 33 instituições, alcançando aproximadamente 69% da meta para o período 2012-2015.
230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos	230,00	Ações culturais	300,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015	2,00	Conferências nacionais de arquivos	0,00	A 1ª Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ foi realizada em Brasília de 14 a 17 de dezembro de 2011, com a previsão de periodicidade bienal. Tendo em vista restrições orçamentárias e, ainda, a não implementação das principais deliberações da 1ª CNARQ, não foram realizadas as duas conferências previstas para 2013 e 2015, sem o cumprimento da meta.
2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento	2.000.000,00	Usuários	4.234.407,00	
50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas	50,00	Unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal	0,00	Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão desta meta em razão do conflito de competências existente entre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal e o Sistema de Serviços Gerais da Administração Pública Federal – SISG, em relação às atividades de protocolo (comunicações administrativas), atividade típica e específica do SIGA, que é o sistema estruturador que responde pela gestão de documentos nos órgãos.
8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados	8,00	Pontos de acesso	0,00	Essa iniciativa busca facilitar, especificamente, o acesso ao portal e ao Banco de Dados Memórias Reveladas, disponíveis no endereço www.memoriasreveladas.gov.br , com a instalação de pontos de acesso informatizados em 8 (oito) estados, contemplando todas as regiões do Brasil. Em virtude de contingenciamento de recursos, não foram alocados recursos para a execução do projeto.
Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais	100,00	Tbyte/ano	500,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos	2.236,00	Equipamentos	1.075,00	Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda. Em 2013, o Arquivo Nacional adquiriu 30 novos equipamentos de preservação. No ano de 2014, o Arquivo Nacional adquiriu 150 módulos de estantes deslizantes. No ano de 2015, o Arquivo Nacional adquiriu 211 módulos de estantes deslizantes.
Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes	10,00	%	311,00	
Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização	53.573,00	Registros	501.134,00	
Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas	20,00	Órgãos e entidades	72,00	
Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas	15,00	Acervos do período militar	10,00	Em 2013, foram preservados, no Arquivo Nacional, 3 acervos de período do regime militar Em 2014, foram preservados mais 3 acervos. Em 2015, foram preservados mais 4 acervos, no Arquivo Nacional e em outras instituições.

Objetivo: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça	20,00	Casas de Direito	2,00	Entre 2012 e 2015, duas Casas de Direitos – uma no Rio de Janeiro (RJ) e outra em Maceió (AL) – foram inauguradas e estão em funcionamento. Embora as Casas sejam um importante passo na garantia de direitos dos cidadãos, a sua implementação demanda intrincado arranjo institucional e complexa articulação política com os diferentes parceiros do sistema de justiça, dos estados e dos municípios, o que impossibilitou que a meta de 20 Casas fosse atingida.
Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça	20,00	Núcleos de Justiça Comunitária	16,00	
Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça	7,00	Centros de acompanhamento do sistema de justiça	3,00	Foram instaladas Câmaras de Monitoramento, conforme cronograma pactuado no âmbito do programa Brasil Mais Seguro, em três estados participantes do Programa: Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe. Não foi possível implementar as demais quatro Câmaras necessárias ao cumprimento da meta em decorrência, principalmente, de mudanças institucionais na composição da Secretaria de Reforma do Judiciário, em 2015, que ocasionaram atrasos nas negociações com os estados.
Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos	30,00	Pesquisas, relatórios ou projetos normativos	30,00	
Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores	5,00	Indicadores	6,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação	50,00	Unidades especializadas	36,00	Considerando os 33 convênios e os três projetos, o resultado final desta meta é 36.
Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação	21.000,00	Alunos	21.000,00	Em anexo, quadro com cursos, quantidade de vagas ofertadas, quantidade de inscritos e período de realização.

Objetivo: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Advocacia-Geral da União

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Advocacia-Geral da União

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução

extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão

Defensoria Pública da União

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor"	5,00	Edições	144,00	
Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional	59,00	Órgãos de atendimento	55,00	
Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva	100,00	Jovens	90,00	
Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social	100,00	Ações itinerantes	144,00	
Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH	200,00	Municípios	421,00	

Objetivo: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações										
16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados.	16,00	Tratados/acordos internacionais	8,00	<table border="0" style="width: 100%; text-align: center;"> <tr> <td></td> <td>2012</td> <td>2013</td> <td>2014</td> <td>2015</td> </tr> <tr> <td>Acordos assinados</td> <td>2</td> <td>1</td> <td>4</td> <td>1</td> </tr> </table> <p>Quanto ao motivo para o cumprimento parcial da meta, é indubitável que foi devido ao desinteresse das contrapartes. Ressalta-se que o Departamento trabalhou sobre mais de cem acordos, o que cobre a grande maioria dos países e constitui um número bem elevado para cumprir uma meta de assinatura de 16 acordos.</p>		2012	2013	2014	2015	Acordos assinados	2	1	4	1
	2012	2013	2014	2015										
Acordos assinados	2	1	4	1										

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	789.294	815.634	456.631	1.723.307	1.204.889
Despesas Correntes	576.226	613.073	435.703	1.331.070	1.096.938
Despesas de Capital	213.068	202.561	20.928	392.237	107.950
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	789.294	815.634	456.631	1.723.307	1.204.889

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2021 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Visão Geral do Programa

No Plano Plurianual 2012-2015, Plano Mais Brasil, o governo atribuiu prioridade para políticas públicas que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais e reconheceu o papel protagonista do Estado como indutor dessas políticas, construídas por meio do diálogo social e do pacto federativo. O desafio enfrentado consistia em utilizar as potencialidades brasileiras (indústria, agropecuária, recursos renováveis, população, entre outros) para alcançar progresso técnico e reduzir as desigualdades.

Para a Ciência e Tecnologia, destacou-se a importância econômica e social das transformações tecnológicas, especialmente nas áreas de tecnologia da informação, nanotecnologia e biotecnologia. Foi reconhecida a necessidade de intensificar os esforços nacionais em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); criar um Sistema Nacional de Inovação com capacidade de articular empresas, universidades e agentes financiadores; promover a desconcentração regional das atividades científica e tecnológica; e fomentar a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e inovação. Assim, dentre os grandes objetivos do governo estavam a redução da defasagem tecnológica; contribuir para a inserção internacional soberana do Brasil; fomentar a economia verde e criativa; e contribuir para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais.

O cenário econômico do Plano Plurianual 2012-2015 foi construído tendo em vista a manutenção e intensificação do modelo de desenvolvimento da última década. Buscou-se conciliar crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e redução da desigualdade e da pobreza. Entretanto, o crescimento econômico que era previsto não se concretizou. Como consequência, houve contingenciamento de recursos, sobretudo nos últimos dois anos, que impactou na gestão e na execução de algumas metas.

Nos últimos anos, houve uma ampliação significativa do investimento em atividades de Ciência e Tecnologia (C&T). No período de 2000 a 2013, o dispêndio nacional em C&T, a preços de 2013, passou de R\$ 43,7 bilhões para quase R\$ 85,6 bilhões. Esse esforço representou um crescimento do gasto em C&T em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 1,32%, em 2000, para 1,66% do PIB em 2013. Esforço importante, entretanto, ele não foi suficiente para reduzir a defasagem em relação aos países desenvolvidos. Se o país mantiver a mesma taxa de crescimento, precisará de aproximadamente 20 anos para alcançar o patamar tecnológico observado nos países europeus. Atualmente, as economias desenvolvidas investem aproximadamente 2% do PIB em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que é diferente do investimento em C&T.

A instituição de eixos estruturantes de atuação, considerando que o Brasil é um país em estágio intermediário de desenvolvimento tecnológico, busca reduzir a distância que nos

separa dos países desenvolvidos. Para tanto, o esforço para a consolidação do sistema nacional de ciência e tecnologia deve ser superior ao observado nos países líderes em termos tecnológicos, da mesma forma que a constituição de um quadro de recursos humanos qualificadas para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento e da inovação.

Na última década, sob diferentes aspectos, o quadro da formação de recursos humanos no Brasil foi de expansão. Trata-se de uma política pública de Estado, voltada para a formação de recursos humanos de alto nível. De 2000 a 2010, o número de pesquisadores em P&D passou de aproximadamente 126 mil para quase 232 mil e o pessoal de apoio mais do que duplicou, passando de 105 mil para mais de 234 mil pessoas. No entanto, apesar dos avanços obtidos, o número de pessoas envolvidas em P&D ou inseridas em ocupações técnico-científicas, ainda é relativamente baixo se comparado com a realidade dos países desenvolvidos. Um dos desafios do Programa é alcançar um patamar mais elevado, inclusive com a ampliação de perfis de atuação para as mais diversas áreas.

A despeito da expansão observada no período recente, o número de pesquisadores e técnicos ocupados em P&D no Brasil ainda é muito pequeno, indicando a necessidade de se dar continuidade às políticas de formação de cientistas, engenheiros e técnicos nas diversas áreas do conhecimento, especialmente em áreas estratégicas, relacionadas com o desenvolvimento de novas tecnologias, e estimular sua inserção nos ambientes empresariais.

Nos últimos 30 anos, a matriz de C&T mundial se tornou mais densa e complexa. Isso significa que houve um forte estreitamento entre a produção científica dos países e o desenvolvimento de novas tecnologias. Não por acaso, os países mais inovadores e competitivos são justamente aqueles que obtiveram maior avanço na produção do conhecimento científico e que apresentam matrizes de C&T cada vez mais complexas. Nesse período, enquanto outras economias de industrialização recente modificaram sua participação na matriz mundial, como a China e a Coreia do Sul, o Brasil manteve sua posição relativa na matriz, demonstrando que apesar de ter ampliado sua participação na produção científica mundial, o país não avançou da mesma maneira com sua produção tecnológica.

Nos últimos 20 anos, o Brasil ampliou cerca de seis vezes a sua participação na produção científica mundial. Em 2009, os pesquisadores brasileiros foram responsáveis por mais de 32 mil artigos publicados em periódicos indexados pela Thomson/ISI, o que equivale a 2,69% do total mundial e coloca o Brasil na 13ª posição entre os países com maior produção científica. Entretanto, quando desagregamos os dados por áreas do conhecimento, verificamos que a participação brasileira na ciência mundial é bastante desigual. A nossa participação é maior em áreas como ciências agrárias (9,9%), ciências dos animais/plantas (7%), farmacologia e toxicologia (4%) e microbiologia (3,3%); e menor em áreas como física (2%), ciência dos materiais (1,8%), engenharia (1,5%) e ciência da computação (1,2%). Segundo outra fonte de informações, a Scopus, a produção científica brasileira saiu de 2,2% da produção mundial em 2010, para 2,43% em 2013, fato que também comprova o aumento na participação brasileira, entretanto, ainda distante das áreas de investimento dos países líderes como TI, Biotecnologia e Eletrônica.

Embora a taxa de inovação das empresas industriais brasileiras (em relação à própria empresa) tenha aumentado no período recente, ela ainda é bastante inferior à observada nos países desenvolvidos. A Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), revela que, quando o referencial da inovação é o mercado nacional ou internacional, as nossas taxas de inovação são extremamente reduzidas.

Por isso, um dos principais propósitos do programa temático CT&I foi ampliar fortemente os investimentos empresariais em P&D. No âmbito do PPA e do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia & Inovação (PACTI), foram priorizados setores com potencial para alavancar os investimentos em P&D, entre eles: tecnologias da informação e da comunicação; aeroespacial e defesa; e complexo econômico-industrial da saúde. Além disso, também foram priorizadas tecnologias transversais, como biotecnologia e nanotecnologia, que possuem aplicações nos mais diversos setores.

Para a economia brasileira dar o salto tecnológico necessário, é fundamental fortalecer e ampliar os instrumentos públicos de fomento à inovação. Nos países desenvolvidos, grande parte dos investimentos empresariais em P&D é financiada com recursos públicos, por meio de subvenção direta ou com juros altamente subsidiados. Evidências recentes corroboram que as políticas de apoio à inovação têm impactos positivos na ampliação dos esforços tecnológicos das empresas⁴.

Por outro lado, o fomento público deve ser direcionado às empresas líderes em P&D, que possuem capacidade para alavancar uma grande rede de pequenas e médias empresas, conferindo dinamismo para o conjunto da economia. Finalmente, fortalecer os instrumentos de apoio à inovação significa, também, ampliar o volume de recursos públicos direcionados para a CT&I. Outro ponto importante e que não poderia deixar de ser considerado na estruturação do Programa diz respeito à inclusão social e à redução das desigualdades existentes no país.

A ciência e a tecnologia podem contribuir decisivamente com soluções criativas para melhorar a qualidade de vida da população. Isso pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo: por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais, que melhorem as condições de moradia das populações que vivem em áreas de risco; e por meio do desenvolvimento e da disseminação de novas tecnologias assistivas, que podem contribuir para a inclusão de pessoas com dificuldades de locomoção ou com deficiência.

A massificação das novas tecnologias, especialmente das tecnologias da comunicação, é fundamental para os processos de inclusão e desenvolvimento social. Dessa forma, algumas diretrizes devem orientar a política de CT&I, entre elas: i) apoio aos esforços nacionais de erradicação da pobreza; ii) popularização da CT&I, inclusão digital e extensionismo tecnológico; iii) desenvolvimento de tecnologias assistivas; e iv) promoção da P&D e da inovação voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável.

⁴ Araújo, B. C., Pianto, D., De Negri, F., Cavalcante, L. R., e Alves, P. "Impactos dos Fundos Setoriais nas Empresas". Artigo integrante do projeto "FNDCT, Sistema Nacional de Inovação e a Presença das Empresas".

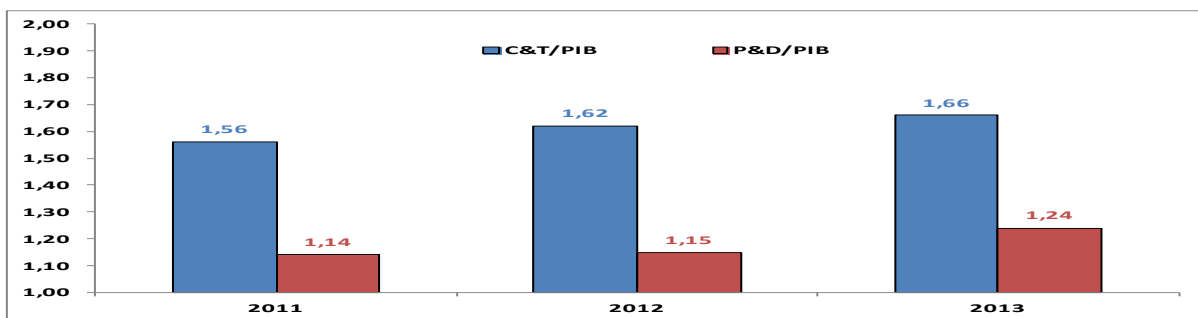
Com relação ao desenvolvimento de tecnologias para uma economia mais verde e sustentável, cabe destacar que o Brasil já é um país de destaque na produção de energia a partir de fontes renováveis e de combustíveis alternativos. Ademais, é um dos países com a matriz energética mais limpa do mundo e tem, portanto, capacitações científicas e tecnológicas que o credencia a se tornar um líder mundial no fomento à economia verde.

Para que a política de CT&I possa contribuir nesse sentido, algumas diretrizes são fundamentais: i) desenvolvimento de tecnologias voltadas ao monitoramento e recuperação de áreas degradadas; ii) desenvolvimento de tecnologias para a redução de riscos e adaptação às mudanças climáticas; iii) apoio da CT&I ao desenvolvimento de cadeias produtivas da economia verde e de processos produtivos de baixo carbono; iv) utilização sustentável e agregação de valor à biodiversidade; e v) desenvolvimento de novas tecnologias que contribuam para a transformação da matriz de transportes.

2. Indicadores

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015, observou-se um aumento da importância da agenda de CT&I no País. O dispêndio nacional em Ciência e Tecnologia (C&T) passou de 1,56% do PIB em 2011 para 1,66% em 2013, ao passo que o gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) avançou de 1,14% para 1,24% na mesma base de comparação⁵.

Dispêndio nacional em Ciência e Tecnologia (C&T) e em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - em %

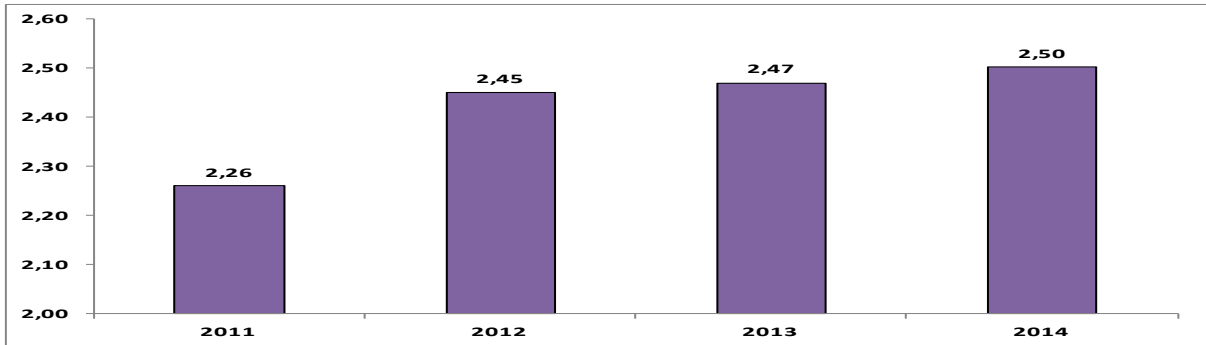


Fonte: MCTI

No âmbito científico, a trajetória crescente do gasto se viu refletida na maior geração de conhecimento científico e na relevância da ciência brasileira no cenário acadêmico mundial. A publicação de artigos científicos nacionais nos periódicos de maior relevância avançou de 2,26% do total de artigos publicados em 2011 para 2,50% em 2014.

⁵ Dados para os dois últimos anos do PPA ainda estão em apuração. O cenário econômico menos favorável pode ter interrompido ou mesmo revertido o bom desempenho deste indicador em 2014 e 2015.

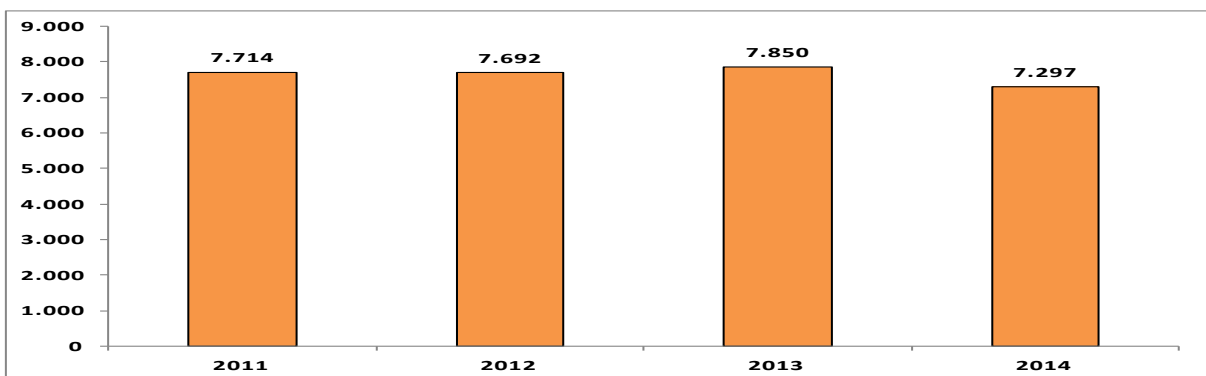
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus - em %



Fonte: MCTI

A etapa seguinte da conexão entre o desenvolvimento científico e tecnológico e o crescimento econômico envolve a transformação do conhecimento científico em inovação tecnológica na produção, como um novo processo ou produto. Quando o ciclo de conhecimento-inovação é nacional, ele envolve o registro de uma nova patente por residente. No ciclo do PPA 2012-2015, observou-se relativa estabilidade do número de pedidos de novas patentes por residentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em 2011, foram depositados 7.714 pedidos de novas patentes, mantendo-se nessa faixa pelos dois anos seguintes e recuando para 7.297 em 2014.

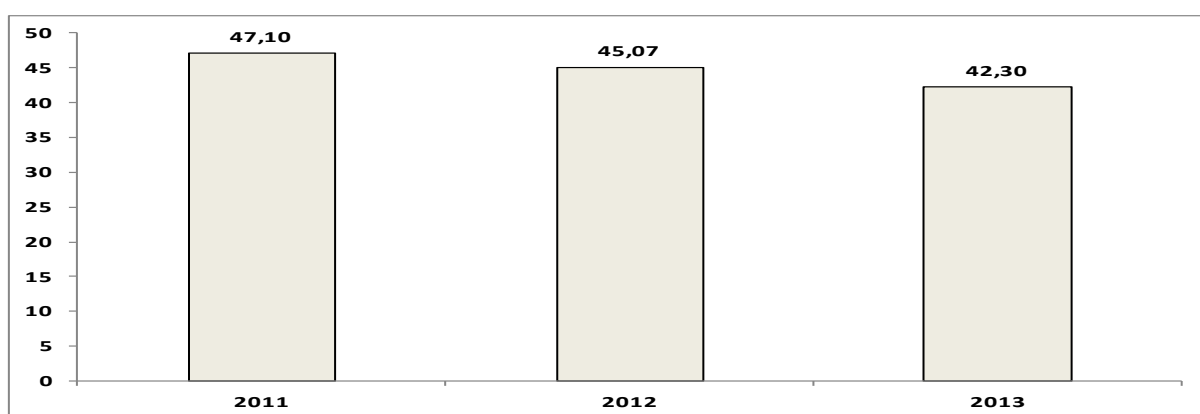
Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país



Fonte: INPI

Quanto ao investimento empresarial em P&D, de 2011 a 2013 observou-se recuo de sua participação no investimento total do País em P&D. Isto aponta para a persistência da pouca cultura inovadora das empresas nacionais, mas também indica maior estabilidade e prazos de maturação mais longos dos projetos de P&D fomentados por instituições públicas. Assim, a participação do setor empresarial no total de investimento nacional em P&D recuou de 47,1% para 42,3% entre 2011 e 2013.

Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)



Fonte: MCTI

3. Principais desafios, Objetivos, Metas e resultados mais relevantes

O planejamento da agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) para os anos de 2012 a 2015 teve como premissa a ideia de que o desenvolvimento econômico e sustentável cada vez mais se apoia na inovação e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Nesse sentido, procurou-se adotar estratégias que possibilitassem a redução da defasagem tecnológica do país em relação à fronteira tecnológica mundial.

Entre 2012 e 2015, a ação governamental para fazer frente aos desafios da área buscou fortalecer três eixos estruturantes da política de CT&I: (i) formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; (ii) suporte, fomento à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica; e (iii) fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro. O Programa Temático de Ciência, Tecnologia e Inovação do PPA 2012-2015 se baseia nesses três eixos, considerando sempre e fortemente a questão da inclusão social, que passou a configurar como um eixo. O Programa foi composto por 14 Indicadores, 13 Objetivos, 40 Metas e 53 Iniciativas.

Dentre os Objetivos, fomentar o processo de geração, difusão e aplicação dos conhecimentos científicos exige, sobretudo o apoio ao desenvolvimento de projetos de P&D. Neste particular, para o ciclo do PPA 2012-2015, houve a preocupação de estimular metas

que pudessem aumentar os investimentos, a regionalização desses investimentos e viabilizar parcerias que integrassem o governo federal, o governo estadual, a iniciativa privada, entre outros, visando à geração de conhecimentos e sua aplicação. Tal esforço pode ser comprovado pelo número alcançado de cooperações firmadas com entidades estaduais, cerca de 80 no período, vindo a espelhar os esforços relativos à regionalização, à ampliação de apoio a projetos de P&D e da integração nos esforços entre os atores que atuam em CT&I. No apoio à pesquisa, a meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq foi ultrapassada em razão da racionalização de processos no CNPq e da melhoria da interação com outras agências de fomento e instituições privadas.

O Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) conta hoje com 125 INCT, distribuídos nas cinco regiões do país, e evidencia não apenas o envolvimento de universidades e centros de pesquisa (com a integração de cerca de 2 mil instituições), mas também a forte interação da academia com o setor produtivo e com a sociedade. O trabalho produzido nos institutos contribui para a inserção do Brasil no que há de mais avançado em ciência e tecnologia ao aprofundar, por exemplo, a investigação sobre doenças como dengue, tuberculose, obesidade e diabetes; ao desenvolver vacinas moleculares para a leishmaniose; ao criar um curso de graduação em segurança pública; e ao aprimorar técnicas aplicadas à exploração de fontes não convencionais de petróleo e gás.

O programa mobiliza e agrega os melhores grupos de pesquisa nacionais, impulsiona a pesquisa básica e fundamental, estimula a pesquisa científica e tecnológica de ponta, promove a inovação e o espírito empreendedor, estabelecendo programas que possam contribuir para a melhoria do ensino de ciências e a difusão do conhecimento científico para a sociedade. Desde o seu lançamento, o Programa contou com três Chamadas Públicas, realizadas em 2008, 2010 e 2014, sendo esta última integralmente implementada em 2015, contando com recursos iniciais da ordem de R\$ 641 milhões, dedicando à análise de mérito de 345 propostas, envolvendo cerca de 32 mil indivíduos, entre pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação e técnicos de laboratório (considerando as indicações feitas para cada rede das propostas dos INCT) todo o processo de *peer review* foi desenvolvido por assessores *ad hoc* estrangeiros. Cerca de 5 mil especialistas, de praticamente todas as áreas do conhecimento e de todos os continentes foram convidados a emitir pareceres acerca do mérito das propostas submetidas - cada proposta foi analisada por pelo menos três desses especialistas.

Dentro da perspectiva de descentralização do apoio a projetos de P&D, destaca-se o aumento alcançado na contribuição das ICT da Região Amazônica em relação do número de publicações brasileiras no *Essential Science Indicators* da Thomson Reuters, que superou o previsto. Verifica-se que de 2013 para 2014, a participação nas publicações, considerando particularmente o INPA, saltou de 3,55 para 3,98, sendo que a meta era de se alcançar 4%. Note-se que os números referem-se somente à participação de uma das instituições da Região.

Entre os desafios identificados para a consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, estão a necessidade de recuperação da infraestrutura física e laboratorial; a recomposição de seus orçamentos; a implantação de sistemas de gestão; e a

desconcentração das pesquisas realizadas da região Sudeste para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul.

Na Estratégia Nacional de CT&I (ENCTI) 2012-2015, foram selecionadas sete áreas estruturantes: Astronomia, Biotecnologia, Fármacos e Complexos da Saúde, Nanotecnologia, Tecnologias da Informação e Comunicação, Tecnologias Sociais e Tecnologias Industriais.

As metas alcançadas em resposta aos desafios relacionados aos Institutos de Pesquisas e Organizações Sociais vinculados ao MCTI também demonstram os avanços alcançados no período do ciclo do PPA. Nesse sentido, destacam-se os índices obtidos no que se refere a processos e técnicas desenvolvidos, depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de propriedade intelectual das criações desenvolvidas, a constituição de 10 novos laboratórios multiusuários no país, a expansão da rede da RNP para 288 novos pontos e o lançamento da pedra fundamental do Projeto Sirius, a nova fonte de Luz Síncrotron brasileira, cujos investimentos são da ordem de R\$ 1,3 bilhão.

A criação do Laboratório de Energia Fotovoltaica do CTI Renato Archer, do Laboratório de Modelagem Molecular, do Laboratório de Pesquisas Gemológicas (LAPEGE), do Núcleo Regional de Cachoeiro do Itapemirim, voltado para pesquisa e desenvolvimento em rochas ornamentais do CETEM, e do Centro de Estudos de Quelônios da Amazônia (Cequa), finalizado em 2014 e inaugurado em janeiro de 2015, no INPA, estão relacionados aos desafios do objetivo. Esforços estes que se somam à abertura de cinco novas instalações aos usuários externos no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM): uma linha de luz, a IR – Espectroscopia de Infravermelho; um equipamento de simulação termomecânica (XTMS), que opera acoplado a linha XRD1 (Difração de Raios X); o Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP); o Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN); e a Planta Piloto de Desenvolvimento de Processos (PPDP), incluída no Portal de Usuários a partir de janeiro de 2014.

Em termos de parcerias internacionais, está sendo negociado o engajamento do Brasil no projeto *Large Synoptic Survey Telescope (LSST)*. Outros importantes marcos foram a inauguração da Torre Alta da Amazônia, no INPA, uma torre com cerca de 350 metros de altura, que possibilitará a realização de pesquisas de fronteira em climatologia e mudanças climáticas globais; o experimento *Large Hadron Collider beauty (LHCb)*, com participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); e o Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (LIneA), constituição de um grande banco de dados de astronomia, dentro de um Programa Internacional, com a participação do CBPF, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e do Observatório Nacional (ON), todas Unidades de Pesquisa do MCTI.

Houve, também, significativo avanço no Programa de Capacitação Institucional (PCI), o programa de bolsas das unidades de pesquisa do MCTI. O orçamento aumentou em 30%, tendo sido incrementados tanto o número de bolsas quanto o valor de cada bolsa.

Dentre os desafios superados, estão a criação de quatro novas unidades de pesquisa em 2014: o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto

Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA). Desses, o CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, passou a integrar a estrutura do MCTI em 2015. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi.

Em relação ao Objetivo de expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos, o Programa Ciência sem Fronteiras buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional, buscando formar estudantes brasileiros no exterior. Além disso, buscou atrair pesquisadores estrangeiros que quisessem se fixar no Brasil ou cooperar com pesquisadores brasileiros em áreas prioritárias (Engenharias e demais áreas tecnológicas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e da Saúde). O programa representa o êxito no estabelecimento de parcerias entre governo, setor produtivo e instituições de ensino superior e pesquisas públicas e privadas.

Em 2015, o Programa Ciência sem Fronteiras concedeu, no âmbito do CNPq, 5,5 mil bolsas de graduação sanduíche, implementadas com financiamento de empresas, tais como: Eletrobrás, Petrobrás, Natura, Shell, POSCO e Hyundai, resultado do lançamento das chamadas públicas para diferentes países como a Polônia, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Finlândia, Holanda, Nova Zelândia, e Reino Unido. Somadas às bolsas concedidas entre 2011 e 2014, em 2015, o CNPq concedeu 26,8 mil bolsas de graduação, atingindo a meta prevista de participação. Na primeira fase do Programa, desenvolvida em conjunto com a CAPES, foram concedidas, no período 2011-2015, 101,4 mil bolsas, sendo 78,9 mil na modalidade graduação-sanduíche, envolvendo 30 países. Do total de bolsas concedidas, 81% foi na modalidade graduação sanduíche e 19% nas modalidades de doutorado pleno, doutorado sanduíche e pós-doutorado. As modalidades Pesquisador Visitante Especial e Bolsa Jovem Talento, instrumentos de atração de pesquisadores estrangeiros, superaram as metas estabelecidas, concedendo, respectivamente, 1,3 mil e 674 bolsas.

Desde a sua criação, o Programa Ciência sem Fronteiras destacou-se como propulsor do tema internacionalização da Ciência, Tecnologia e Inovação no país. A revisão do programa teve início com o objetivo de adaptar o esforço de internacionalização às recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, às possibilidades e à missão do órgão, dando ênfase àquelas propostas que melhor justifiquem sua intervenção.

As ações da agenda de CT&I voltadas para o fomento à inovação no setor produtivo também registraram avanços. Nesse sentido, há a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (EMBRAPII), que avançou com suas atividades mediante a integração das três unidades piloto, o lançamento de chamadas públicas para seleção de novas unidades e sua contratação, e o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Há, ainda, os esforços empreendidos pela FINEP com a finalidade de intensificar e ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as

condições de financiamento com o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio à CT&I e facilitar o acesso das empresas aos instrumentos de financiamento não-reembolsável à realização de PD&I em setores estratégicos. O aumento da eficiência operacional proporcionado pelo FINEP 30 Dias permitiu elevar a escala das operações de crédito da Finep, com impactos positivos sobre o objetivo de promover PD&I. O portal do Finep 30 Dias registrou mais de 4 mil cadastros de empresas, dos quais 1.247 estavam concluídos. Das empresas com cadastro concluído, 680 apresentaram projetos de inovação à Finep, totalizando uma demanda de R\$ 31 bilhões.

A FINEP vem gerindo recursos em operações de crédito, subvenções econômicas, apoio não-reembolsável e investimento direto e em fundos, com a missão de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições público ou privadas. Tais recursos foram aplicados segundo as diretrizes estabelecidas no PPA 2012-2015, no Plano Brasil Maior (PBM), na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e no Plano Inova Empresa.

O Plano Inova Empresa tem o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira e constitui a principal iniciativa em curso para a promoção da inovação e pesquisa em setores estratégicos. Além de contar com R\$ 32,9 bilhões em recursos, o Plano envolve a articulação entre diferentes instituições governamentais, disponibiliza formas de financiamentos diversificadas e integradas, estimula a criação de parcerias entre empresas e ICT e descentraliza o crédito para micro, pequenas e médias empresas.

No âmbito do Plano Inova Empresa, houve o lançamento do Inova Petro, uma iniciativa conjunta da FINEP e do BNDES, com o apoio técnico da Petrobras. Seu objetivo é fomentar projetos que contemplem pesquisa, desenvolvimento, engenharia, absorção tecnológica, produção e comercialização de produtos, processos e/ou serviços inovadores, visando ao desenvolvimento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural.

Também foi dada continuidade à implementação do Plano Conjunto BNDES-Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS), cujo objetivo é apoiar e estimular projetos que visem o desenvolvimento, a produção e a comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa proveniente da cana-de-açúcar.

Ademais, houve o lançamento do Programa de Investimento Direto em Empresas Inovadoras, que contará com aporte inicial de R\$ 200 milhões por meio do Fundo de Investimento em Participações (FIP Inova Empresa), que passará a investir direto em empresas com elevado risco tecnológico.

Esse conjunto de fatores contribui para o aumento da acessibilidade, da agilidade e do impacto do fomento público à inovação. No âmbito do Plano Inova Empresa, 12 editais foram lançados: Inova Petro I e II, Inova Energia, Inova Agro, Inova Aerodefesa, Inova Telecom, Inova Sustentabilidade, PAISS Etanol 2ª geração, PAISS Agrícola, Infraestrutura e Inova Saúde - Fármacos e Equipamentos Médicos.

A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R\$ 98,7 bilhões, envolvendo 2.787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R\$ 35,4 bilhões, sendo R\$ 17,8 bilhões via BNDES e R\$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R\$ 15,91 bilhões, divididos entre Finep (R\$ 7,1 bi) e BNDES (R\$ 8,82 bi).

No que tange à descentralização, estão em operação os programas TECNOVA (subvenção econômica) e INOVACRED (operações de crédito).

Entre as diversas iniciativas do MCTI para promoção da inovação, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) constitui um dos principais instrumentos de integração das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Nesse sentido, foram empreendidos esforços para consolidar o SIBRATEC, com a finalidade de apoiar o desenvolvimento tecnológico das empresas brasileiras e contribuir para o aumento do valor agregado de seu faturamento, produtividade e competitividade nos mercados interno e externo.

Ao longo do período, foram criadas 13 redes temáticas de Centros de Inovação, que estão em diferentes estágios de implementação, constituídas por 208 instituições de ciência e tecnologia de todas as regiões geográficas. Além disto, em relação às redes temáticas de Serviços Tecnológicos, foram estruturadas 19 redes em temas de interesse empresarial, que também estão em diferentes estágios de implementação, integradas por 216 laboratórios, pertencentes a 53 diferentes instituições científicas e tecnológicas, sendo que há laboratórios com participação em mais de uma rede.

As redes SIBRATEC conseguiram implantar plenamente nove Redes aptas a atender às demandas empresariais das 14 articuladas. Ademais, 91 empresas (78 MPE, sete médias e seis grandes empresas) articularam projetos cooperativos com as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação, sendo que 21 projetos foram recomendados à FINEP, resultando em sete projetos contratados. Já as redes estaduais de Extensão Tecnológica, 22 redes no total, foram estruturadas em 22 Estados e são constituídas por 92 instituições de ciência e tecnologia.

A fim de se atingir a meta estabelecida, pretende-se articular, implementar e fortalecer 40 novas Redes SIBRATEC em segmentos estratégicos e fortalecer as 56 Redes já existentes em seus três componentes: Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica.

Cabe mencionar, ainda, que, para promover a difusão do conhecimento e contribuir para o processo de transferência de tecnologia, o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), estruturado em forma de rede e conectado às ações do SIBRATEC, é um serviço de informação tecnológica online com o objetivo de facilitar o rápido acesso das MPE às soluções tecnológicas de baixa complexidade. Algumas das metas ainda serão atingidas por meio do fortalecimento do SIBRATEC.

Como o foco do Sistema são as demandas empresarias, utilizou-se como base para taxa de crescimento anual da capacidade de atendimento do SIBRATEC a taxa de crescimento dos investimentos privados em P&D (que registrou uma média de 17,5% a.a. desde 2004). Porém, como o SIBRATEC utiliza significativo fomento governamental, considerou-se uma taxa maior que a média nacional, de 25%, chegando às metas para 2015 de 2,4 mil projetos cooperativos, 300 mil serviços tecnológicos prestados, 35 mil atendimentos de extensão tecnológica e 500 mil informações tecnológicas de baixa complexidade fornecidas pelo SBRT. Convém notar que, mesmo assim, esses valores ainda são insuficientes para atender toda a demanda reprimida do país.

Com relação às Redes de Serviços Tecnológicos, a rede realiza mais de 1,5 milhão de ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das redes, beneficiando mais de 380 mil empresas brasileiras. O apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial para ensaios de produtos com nanotecnologia, o MODERNIT – Sisnano, permaneceu em execução. No período, houve um novo workshop das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos no 14º Congresso Enqualab – RESAG, a implantação da rede de Desempenho em Edificações Habitacionais, a consolidação da implantação do sistema de informações estratégicas e o apoio à infraestrutura laboratorial do CETEM, unidade de Pesquisa do MCTI, para suporte ao setor de Gemas e Joias.

Com relação às Redes de Extensão Tecnológica, o número de atendimentos para micro, pequenas e médias empresas foi ampliado para 3,3 mil. As empresas atendidas foram principalmente as micro e pequenas, beneficiadas com 91% dos atendimentos. Em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Workshop Internacional de Boas Práticas em Extensão Tecnológica. Também foram finalizados o processo de avaliação dos componentes SIBRATEC, por consultores UNESCO, e a proposta de sistema de monitoramento e indicadores do Programa.

Quanto ao Objetivo de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior) tem contribuído para o fomento à indústria de software e serviços de tecnologia da informação no Brasil, com destaque para o Programa Start-Up Brasil. Durante os quase três anos de realização, o programa recebeu 2,8 mil inscrições para quatro turmas, sendo que 183 empresas provenientes de 17 estados da federação e de 13 países foram apoiadas com até R\$ 200 mil em bolsas do CNPq. Os resultados provenientes das duas primeiras turmas de Startups selecionadas receberam investimentos externos relativos a R\$ 45,5 milhões, o que equivale a 2,6 vezes o valor investido pelo governo.

Outra iniciativa no âmbito do TI Maior foi o Programa Brasil Mais TI, que fornece formação gratuita de mão de obra especializada por meio de plataforma tecnológica e disponibiliza 1,5 mil horas distribuídas em 30 cursos de capacitação. Há nessa plataforma 188 mil estudantes e 200 empresas cadastrados. Ao todo, 230 mil cursos foram concluídos até 2015.

Cabe também destacar o programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa e Desenvolvimento, que investiu R\$ 8 milhões no apoio à instalação de dez centros de pesquisa de TI no País e o programa Certificação de Tecnologia Nacional de Software e Serviços Correlatos (Certics), que concede benefícios a empresas brasileiras nas compras governamentais e já conta com 27 softwares certificados.

Já o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Display (PADIS) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Televisão Digital (PATVD) terminaram o ano de 2014 com um total de 14 empresas incentivadas, que realizaram um faturamento da ordem de R\$ 1,2 bilhão, com geração de 1,5 mil empregos diretos, e aplicaram em atividades de P&D em tecnologia da informação e comunicação cerca de R\$ 34 milhões. Atualmente são 25 empresas incentivadas.

Em 2015, foi aprovado o primeiro projeto PADIS para fabricação de células e módulos fotovoltaicos e foi estabelecido um novo prazo para apresentação de projetos PADIS até 31 de julho de 2020. Adicionalmente, foram realizadas ações nas áreas de manufatura avançada, defesa cibernética, Internet das coisas (IoT), smart cities/smart grid e TV Digital.

Na área de circuitos integrados, o Programa CI-Brasil, complementado pelo Programa Multiusuário Brasileiro (PMUB), promove a competitividade na área de projeto de circuitos integrados (CI) em apoio à indústria microeletrônica nacional. O PMUB garante o acesso das universidades e empresas nacionais às ferramentas de prototipagem de CI visando à redução no déficit comercial na importação de produtos eletroeletrônicos. Em 2015, duas rodadas de prototipagem, com mais de 10 blocos de circuitos integrados, foram produzidas. Para 2016, pretende-se expandir a oferta de tecnologias em projeto e encapsulamento, visando ao mercado da Internet das Coisas.

Quanto ao Objetivo de promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal, como biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, o governo brasileiro vem implementando iniciativas no sentido de fortalecer a base científica e tecnológica, investindo na formação e capacitação de pessoas e na implantação e modernização da infraestrutura de P&D. Esses investimentos resultaram na formação e consolidação de grupos que atuam em pesquisas em áreas relacionadas diretamente com a Biotecnologia como, por exemplo, genômica e proteômica, proteínas recombinantes, biomateriais, clonagem, terapia gênica, desenvolvimento de vacinas ou de fármacos, kits diagnósticos, biotecnologia vegetal, biocombustíveis, biossegurança.

Já a Nanotecnologia é considerada uma tecnologia disruptiva, permitindo o desenvolvimento de produtos com características inteiramente inovadoras. O seu caráter transversal e multidisciplinar faz com que a nanotecnologia atue na fronteira do conhecimento de diferentes ciências, em especial na área de novos materiais, o que proporciona a geração de produtos e processos inovadores, de alto valor agregado, com usos crescentes nas mais diferentes áreas. Fomentar a geração de conhecimentos na área via financiamento de projetos de pesquisa em nível nacional e internacional é o desafio que se coloca para o país.

Da mesma forma, faz-se necessário ampliar a infraestrutura laboratorial de modo a permitir amplo acesso às instalações por pesquisadores tanto do setor público quanto do setor

privado. Nesse sentido, diversos esforços foram envidados no período 2012-2015 com o intuito de aumentar o número de empresas com atuação em nanotecnologia. Imperativo também tem sido apoiar a transformação desses conhecimentos em produtos, em que o desenvolvimento de protótipos semi-industriais é uma etapa essencial.

Assim, destacam-se, no período, o apoio a projetos de pesquisa por meio de chamadas públicas voltadas a PD&I em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira; a conclusão da primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides no Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); o apoio à gestão da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio), com vistas ao crescimento da área de biotecnologia na região Nordeste; e a constituição do Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN) visando a melhor distribuição de recursos destinados à nanotecnologia nos Ministérios e a revisão e reestruturação do programa de nanotecnologia do MCTI.

Essas medidas culminaram na elaboração da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), que, de forma estratégica, prioriza o fomento nas áreas definidas no Plano Brasil Maior, sem deixar de considerar eventuais desenvolvimentos nanotecnológicos que passarem a ter importante papel na competitividade da indústria brasileira, a médio e curto prazo. A maioria das ações que compõe a IBN apresenta um viés tecnológico que estimula e induz empresas em atividades de P&D.

O mais importante pilar da IBN é a criação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), sistema de laboratórios multiusuários direcionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanociências e nanotecnologias. O SisNANO permite que empresas e laboratórios interajam, estimulando o uso e produção com base nanotecnológica pela indústria nacional. Atualmente, 26 laboratórios do SisNANO recebem financiamento do MCTI para darem suporte à convergência entre a academia e as empresas, visando o aumento da competitividade industrial, melhoria da infraestrutura, formação de recursos humanos e suporte ao processo de regulação da nanotecnologia.

Além disso, a IBN incorporou ações visando à regulação da nanotecnologia, tendo colaborado, nesse sentido, com a Comissão Europeia no projeto NANoREG. Em 2015, foram criadas duas novas Redes de Inovação em Nanotecnologia, no âmbito da IBN, uma relacionada a nanopartículas e nanocompósitos e outra de nanodispositivos e nanossensores, tendo como protagonistas, 24 dos 26 laboratórios integrantes do SisNANO.

Com o Objetivo de promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica, buscou-se atingir a meta de mil municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano. Entre 2012 e 2015, houve uma evolução do crescimento da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT): de 742 cidades brasileiras atendidas em 2013, passou-se a 1.055 em 2015. Como resultado, percebe-se uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. A terceira edição da Pesquisa de Percepção Pública de C&T indica que a participação em atividades da SNCT aumentou 37,5% em relação a 2010 (3% em 2006, 4,8% em 2010 e 6,6% em 2014).

A visitação a museus e centros de ciência e tecnologia cresceu de 8,3% em 2010 para 10,9% em 2014. As atividades de popularização da ciência já são reconhecidas e valorizadas no currículo e o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos dez anos vem aumentando constantemente. Como ação estratégica para a promoção da divulgação e popularização da ciência no Brasil, desde 2010, os esforços realizados deram ênfase às chamadas públicas para realização de Feiras ou Mostras Científicas de âmbitos nacional, estadual e municipal. Nos últimos quatro anos, foram apoiadas, por intermédio dessas chamadas, 510 feiras e 51 Olimpíadas Científicas, tendo sido apresentados nesses espaços mais de 30 mil trabalhos científicos.

Em que pese aos resultados alcançados na popularização da ciência, é necessário empregar esforços para atingir todo o território nacional, principalmente diante das grandes desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no país. Um dos maiores desafios é a ampliação e modernização dos espaços científico-culturais, que demandam grande quantidade de recursos financeiros.

Visando à promoção da ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social, foram apoiados, mediante chamadas públicas, cerca de 700 empreendimentos econômicos solidários; 99 projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica; 25 Núcleos que coordenarão a Rede-SANS Brasil UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável; e 121 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT). Destaca-se, também, a articulação para a criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NPDTA), estratégia no âmbito do Plano Viver sem Limite para a promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação, composta por 52 instituições.

Associado aos Objetivos que tratam de promover a colaboração para a inclusão social, houve o apoio à modernização ou implantação dos CVT, que pode ser considerado exitoso, bem como o apoio a projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica. No período, foi articulado o Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA), com aprovação de diversos projetos e a criação da Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país. Também foram apoiados projetos de inovações tecnológicas voltados para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia, além de projetos de incubadoras com apoio a empreendimentos econômicos solidários.

Considerações Finais

O novo programa temático de CT&I no PPA 2016-2019 teve sua estrutura racionalizada para fortalecer os atuais eixos estruturantes da agenda, focalizando um conjunto menor de indicadores, objetivos, metas e iniciativas. O programa será composto por 7 Indicadores, 7 Objetivos, 27 Metas e 50 Iniciativas.

Com isso, dar-se-á prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase em aprofundar o fomento à inovação produtiva e de incentivo à atividade inovadora pelas empresas.

Cabe mencionar, que grande parte dos projetos de inovação apoiados ainda se encontra em processo de execução e deve atingir sua maturação ao longo do PPA 2016-2019. Espera-se, portanto, que o desenvolvimento científico e tecnológico e o desenvolvimento econômico e sustentável, bem como seu impacto sobre o tecido produtivo, com ganhos de produtividade e competitividade, possa ser visto com maior clareza nos próximos anos.

Ressalta-se, ainda, que o novo ciclo do Programa se mantém fiel às Diretrizes da ENCTI 2012-2015, cuja atualização (ENCTI 2016-2019) está em processo de elaboração, e na qual se priorizará a inovação e o fomento a áreas estratégicas como água, alimentos, energia, bioeconomia, saúde, entre outras.

Percebe-se que, mesmo diante de algumas dificuldades enfrentadas no ciclo do PPA 2012-2015, o seu desenvolvimento pode ser considerado exitoso e seus reflexos, como a recente aprovação pelo Congresso Nacional do Marco Regulatório para CT&I, aprovado em 2016, só poderão ser observados com mais clareza nos próximos anos, considerando, inclusive, ser esta uma das características da área de CT&I.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2010	656	31/12/2011	712	31/12/2012	644	31/12/2013	723	31/12/2014	726
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,57	31/12/2010	0,57	31/12/2011	0,54	31/12/2012	0,52	31/12/2013	0,52
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,54	31/12/2010	1,6	31/12/2011	1,56	31/12/2012	1,62	31/12/2013	1,66
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,12	31/12/2010	1,16	31/12/2011	1,14	31/12/2012	1,15	31/12/2013	1,24
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R\$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2010	800	31/12/2012	1.242,01	31/12/2013	1.500	31/12/2015	1.050
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus	unidade por ano	31/12/2011	51.060	31/12/2011	51.060	31/12/2012	56.195	31/12/2013	58.391	31/12/2014	56.368
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2010	1.502	31/12/2011	1.605	31/12/2012	1.717	31/12/2013	1.953	31/12/2014	1.954
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2010	2.791	31/12/2011	3.076	31/12/2012	3.289	31/12/2013	3.472	31/12/2014	3.620
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2008	3.425	31/12/2011	5.609	31/12/2011	5.609	31/12/2011	5.609
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2008	58.046	31/12/2011	94.646	31/12/2011	94.646	31/12/2011	94.646
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2011	2,24	31/12/2011	2,24	31/12/2012	2,45	31/12/2013	2,47	31/12/2014	2,5
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2009	47,71	31/12/2010	48,88	31/12/2011	47,1	31/12/2012	45,07	31/12/2013	42,3
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2011	7.714	31/12/2012	7.692	31/12/2013	7.850	31/12/2014	7.297	31/12/2015	7.247
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2012	32,1	31/12/2013	30,3	31/12/2014	34,95	31/12/2015	27,1

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Quadro de Metas

Objetivo: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	10.000,00	Projetos de pesquisa apoiados/ano	3.201,00	
Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015	42,00	Convênios de cooperação	81,00	A superação da meta deu-se em razão do sucesso de uma estratégia de atuação mais pró-ativa na busca de parcerias. Ao se prever a meta optou-se por uma projeção mais conservadora.

Objetivo: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)	200,00	Bolsas especializadas	33,00	
Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters	4,00	%	17,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)	50,00	Bolsas especializadas em tecnologia e inovação	0,00	Até o momento, o responsável pela execução da ação não enviou as informações para preenchimento. Reiteramos a solicitação a fim de obter as informações necessárias.

Objetivo: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu USO.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95	0,95	Índices de Processos e Técnicas	1,74	Meta alcançada.
Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI	117,00	Depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos	68,00	A meta não foi atingida, principalmente em função dos cortes orçamentários, que foram frequentes desde 2012 e impactaram diretamente as iniciativas de inovação nas UP. Mesmo assim, houve um aumento significativo no depósito de patentes e outros ativos de TI. Considerando o ano de 2002, quando iniciou o acompanhamento mais sistemático, saltou-se de uma média anual de dois depósitos por ano (em todas as unidades de pesquisa do MCTI) em 2002 para 58,3 em 2015.
Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20	2,20	Índice Geral de Publicações (IGPUB)	2,72	Meta alcançada

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps	722,00	Campi	350,00	A meta de conexão de 41 campi em municípios médios foi atendida. Já a de conexão em municípios pequenos sofreu impacto com a restrição orçamentária/financeira: não houve a liberação de todo orçamento previsto no Contrato de Gestão e nos orçamentos anuais. Não houve repasse à RNP de recursos financeiros do orçamento de 2015. Em 2015, havia também 183 instituições com conexões de velocidade entre 50 e 100 Mbps, além de um número considerável de instituições com conexões inferiores a 50 Mbps.
Criar 5 laboratórios multiusuários no país	5,00	Laboratórios multiusuários	19,00	Quando da elaboração do PPA, podem não ter sido considerados como multiusuários uma série de laboratórios que estavam sendo construídos ou planejados nas unidades de pesquisa. O fato é que estes foram construídos e atualmente desempenham função de laboratório multiusuário.

Objetivo: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos	150.000,00	Serviços anuais de ensaios ou calibração	2.200.000,00	A meta foi plenamente atendida. As experiências anteriores dos laboratórios contribuíram para a obtenção de rápidos e expressivos resultados nas Redes SIBRATEC.
Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica	1.500,00	Atendimentos anuais	416,00	41% das Redes apoiadas apresentaram dificuldades de gestão ou de aporte de contrapartidas financeiras. Ademais, houve atrasos nos desembolsos de recursos para Redes de alto desempenho (SP e SC), que causaram grande impacto nos resultados. Nos anos anteriores, a meta de atendimentos foi alcançada e superada.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas	80,00	Projetos	33,00	Em janeiro de 2015, a interrupção temporária das ações de fomento, condicionada à disponibilidade de novos recursos, possibilitou a contratação de apenas dois projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas. O modelo operacional utilizado pelas Redes provocou grande atraso na aprovação dos projetos. Adicionalmente, o contingenciamento de recursos paralisou as atividades das Redes desde o final de 2014.

Objetivo: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados	2,00	Laboratórios-fábrica	2,00	Meta alcançada.
Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total	4,00	Design Houses nacionais	5,00	Meta alcançada.
Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais	35.000,00	Profissionais de TIC	180.000,00	Os resultados alcançados superaram significativamente a meta. Parte deste sucesso deve-se à atratividade dos conteúdos e atividades disponíveis na plataforma de educação à distância (EAD) e à gestão da comunicação do Programa por meio das mídias sociais. Além disso, a parceria firmada em 2013 entre o MEC e o MCTI permitiu uma ampla divulgação da plataforma nos Institutos Federais de Tecnologia espalhados pelo Brasil.

Objetivo: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos	120,00	Empresas	219,00	Em 2013, foi lançado pelo MCTI o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), cujo objetivo é disponibilizar uma estrutura laboratorial de referência em nanotecnologias, de maneira aberta a usuários públicos e privados, incluindo empresas. A prestação de serviços a empresas e o desenvolvimento de projetos em parceria são realizados e estimulados no âmbito do SisNANO, o que contribuiu para superação da meta.

Objetivo: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq	26.000,00	Bolsas-ano de produtividade	18.327,00	Restrições orçamentárias que fugiram à governança da instituição não permitiram a completa execução da meta, o que foi informado também no exercício anterior.
Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq	30.000,00	Bolsas-ano de pós-graduação	28.363,00	Restrições orçamentárias e financeiras impediram o alcance da meta em sua integralidade. Houve, entretanto, acréscimo na execução de 2015 em relação a 2014.
Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq	35.000,00	Bolsas de intercâmbio internacional	36.241,00	
Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq	49.500,00	Bolsas-ano de iniciação à pesquisa	45.054,00	O não alcance de 100% deveu-se a questões ligadas a restrições orçamentárias que acometeram todo o governo, no exercício de 2015, em especial o CNPq. Ressaltamos que o alcance de 91% da meta frente a atual conjuntura pode ser avaliado como um resultado extremamente satisfatório.

Objetivo: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAЕ	500,00	Empresas/ano	263,00	Ao final do exercício de 2015, como não houve lançamento de edital para apoio a novas empresas pelo Programa RHAЕ, o número de 263 empresas apoiadas em 2014 não foi alterado. A meta não foi atingida pelos motivos recorrentes apresentados desde o início do PPA (não destinação de ação orçamentária para a execução do Objetivo e metas relacionadas).

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias	16.000,00	Bolsas de iniciação tecnológica	5.442,00	Houve decréscimo no número de bolsas de iniciação tecnológica, concedidas também no biênio 2014/15, voltadas para as Engenharias. Embora já previsto o não atingimento da meta, havia uma tendência de acréscimo, que não se concretizou. Não estão computadas aqui as bolsas no exterior. As razões para o não atingimento da meta ratificam o afirmado em anos anteriores, ou seja, a não destinação de ação orçamentária para a execução objetivo e suas respectivas metas.
Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%	30,00	%	14,67	O percentual de execução da meta apresentou queda em relação aos exercícios anteriores. Embora o percentual de apoio às engenharias em detrimento às outras grandes áreas tenha decaído bastante, em números absolutos esse decréscimo se apresentou menos significativo. O não atingimento da meta já era previsto, tendo em vista a não destinação de ação orçamentária específica para a execução do objetivo e suas respectivas metas.

Objetivo: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros	300,00	Espaços científico-culturais	268,00	Estima-se que haja aproximadamente 83 novos espaços científico-culturais em processo de implantação, não contabilizados na edição atual do livro "Centros e Museus de Ciência do Brasil 2015". Motivo pelo qual acreditamos ter alcançado a meta em tela.
Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano	1.000,00	Municípios/ano	1.052,00	Meta alcançada.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%	95,00	%	83,70	A análise da evolução da meta ao longo dos quatro anos demonstra que o não alcance da meta no exercício de 2015 não compromete o alcance da meta para o período. Pois, houve alcance de 99,35% da participação do público elegível da OBMEP já em 2012.

Objetivo: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica	15,00	Projetos de tecnologia social, assistiva e extensão tecnológica	99,00	A meta foi superada em virtude do sucesso da parceria entre o MCTI, MTE e CNPq no lançamento da Chamada Pública MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013. Somente por meio dessa iniciativa 86 projetos foram aprovados.
Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional	20,00	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar	26,00	Meta alcançada.
Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015	25,00	Projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos	2,00	Essa meta não foi alcançada em função do novo Documento de Referência 2013 para implantação dos Centros Vocacionais, que incorporou os Arranjos Produtivos Locais como base das capacitações.
Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015	120,00	Centros Vocacionais Tecnológicos	128,00	Meta alcançada.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva	40,00	Núcleos interdisciplinares	91,00	A meta foi superada em virtude do sucesso da parceria entre o MCTI e o CNPq no lançamento da Chamada Pública MCTI-SECIS-CNPq nº 84. Somente por meio dessa iniciativa, 62 projetos foram aprovados.

Objetivo: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia	12,00	Projetos de inovação tecnológicas	12,00	Meta alcançada.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.771.311	5.841.767	2.785.549	23.025.298	15.873.761
Despesas Correntes	5.198.632	5.179.758	2.602.641	18.748.325	13.897.662
Despesas de Capital	572.679	662.009	182.907	4.276.973	1.976.099
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	5.771.311	5.841.767	2.785.549	23.025.298	15.873.761

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2022 – COMBUSTÍVEIS

Visão consolidada do Programa

O Programa 2022 - Combustíveis - tem como objeto implementar a Política Nacional de Combustíveis assegurando o atendimento da demanda e a segurança energética, com sustentabilidade, ao longo do período do PPA 2012-2015.

O desenho do programa foi elaborado a partir da política de governo definida para o setor, que é, principalmente, conduzida pelo Ministério de Minas e Energia e entidades vinculadas, como a Agência Nacional do Petróleo - ANP e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Numa visão ampla, verifica-se que o Programa foi estruturado segundo três vertentes principais: infraestrutura, biocombustíveis e sustentabilidade.

Na vertente infraestrutura elaborou-se três Objetivos voltados para atender ao mercado interno de combustíveis com o parque de refino (implantação, ampliação e modernização), otimizar a logística de combustíveis (armazenamento, transporte, transferência, entre outros), e para a Política Nacional de Combustíveis (suprimento, estudos e projetos e defesa dos consumidores).

Quanto aos biocombustíveis, foram definidos Objetivos para tratar da implantação e ampliação de unidades produtoras, da comoditização de biocombustíveis (certificação, promoção de cultivos, cooperação, padronização da produção), e, ainda, para fomento da agricultura familiar na cadeia produtiva de biocombustíveis.

No que se refere à vertente da sustentabilidade, dois objetivos contemplam as questões relativas a eficiência energética como o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular, medidas para aumentar eficiência energética, e outras referentes ao fomento e uso sustentável de biomassa vegetal como a conscientização, divulgação de práticas, auditorias de conformidade, entre outras.

Para acompanhamento do setor, definiu-se 27 indicadores de programa, os quais contemplam consumo de combustíveis (gasolina, etanol, diesel, querosene de aviação - QAV, gás liquefeito de petróleo - GLP), importação e exportação (diesel, QAV, biocombustíveis, GLP), capacidade de infraestrutura (transporte, armazenamento, processamento e transferência), a produção de biocombustíveis e participação na matriz energética, participação da agricultura familiar na produção de biodiesel e indicadores de qualidade dos biocombustíveis.

Visão dos principais atributos do Programa

O Planejamento Energético para o setor de combustíveis, a cargo do Ministério de Minas e Energia - MME, é pautado por estudos encomendados pelo Governo, tais como o Balanço Energético Nacional (BEN), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e o Plano Nacional de Energia (PNE). Em paralelo, o acompanhamento das condições e da evolução do mercado de combustíveis se baseia na análise de dados e de informações monitorados pela ANP e pela EPE, possibilitando a identificação de eventuais problemas, a correção de desvios e a formulação de estratégias de implementação da política nacional de combustíveis.

À época da elaboração do PPA 2012-2015, destacava-se a projeção de aumento de excedentes de petróleo nacional, do consumo interno de derivados médios e leves e de biocombustíveis, além do crescente movimento ambiental em torno de ações contra o efeito estufa. No Brasil, os limites de emissões veiculares definidos no Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) levaram a exigências mais rígidas para as especificações da gasolina e do óleo diesel, como, por exemplo, significativas reduções de teores de enxofre. Havia, portanto, a necessidade de expansão e modernização do parque de refino nacional.

Frente a esse cenário, interessava, ao setor, que o País processasse, principalmente, o petróleo pesado nacional, dando, assim, preferência às exportações dos excedentes de derivados, produtos de maior valor agregado. Também se buscava a autossuficiência no abastecimento nacional de combustíveis e de derivados, com especial atenção para o gás liquefeito de petróleo (GLP), de grande impacto social, para o óleo diesel e para o querosene de aviação (QAV), combustíveis que apresentam forte relação com o desenvolvimento econômico do País.

As refinarias brasileiras passaram por obras de modernização e de elevação da qualidade, as quais resultaram no aumento da capacidade de processamento de petróleo pesado nacional e de produção de derivados, bem como na melhoria da qualidade dos combustíveis.

Uma nova refinaria foi acrescentada ao parque de refino nacional. Em 2014, entrou em operação o primeiro trem da Refinaria do Nordeste (RNEST), com capacidade projetada de processamento de 115 mil barris de petróleo por dia – bpd.

Não obstante a evolução da capacidade nacional de produção de derivados, o volume processado de petróleo no período ficou cerca de 10% abaixo da meta planejada, que foi estabelecida em 2.205 mil barris de petróleo dia. No período, houve desaceleração da demanda interna por combustíveis. Influenciada pelo novo cenário econômico mundial, a Petrobras alterou seu Plano de Negócios e, dessa forma, alguns projetos foram postergados ou retirados de sua carteira de investimentos, com destaque para a descontinuação dos projetos da Premium I e da Premium II, refinarias de petróleo pesado que gerariam diesel de alta qualidade com baixo teor de enxofre. Consequentemente, as produções de óleo diesel, de GLP, sem incluir a parcela de contribuição das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs), e de QAV também ficaram abaixo das metas propostas, que eram, respectivamente, 152 mil m³/dia, 30 mil m³/dia e 21 mil m³/dia. Somente a produção de gasolina ultrapassou em 13,19% a meta projetada no período do PPA que era de 62 mil m³/dia.

No que tange aos combustíveis com baixo teor de enxofre, as metas de produção de óleo diesel S-500 (18 mil m³/dia) e de gasolina S-50 (66 mil m³/dia) foram atingidas. Já a produção de óleo diesel S-10 não alcançou sua meta, estabelecida em 68 mil m³/dia, porém, em que pese algumas metas de produção não terem sido atingidas, cabe ressaltar que o suprimento do mercado vem sendo garantido com segurança.

Entre 2010 e 2014, ocorreram de forma adequada as substituições do óleo diesel rodoviário com 1800 ppm (partes por milhão) de enxofre (S-1800) pelo óleo diesel com 500 ppm (S-500) e a do óleo diesel com 50 ppm (S-50) pelo óleo diesel com 10 ppm (S-10). Também a gasolina com 800 ppm de enxofre foi totalmente substituída pela gasolina com 50 ppm. Nesse sentido, a meta de garantia de abastecimento desses produtos foi cumprida adequadamente.

Para o sucesso dessas substituições de combustíveis, foram essenciais as reuniões coordenadas pelo MME para tratar das questões relativas à fabricação de veículos com tecnologia adequada, produção e distribuição dos novos combustíveis e, inclusive, da introdução no mercado nacional do Agente Redutor Líquido de NOx Automotivo (Arla 32). Participaram, entre outras, as seguintes instituições: ANP, Petrobras, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores (Fenabrave), EPE, Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis (Brasilcom), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

As instalações para armazenamento e movimentação dos combustíveis também tiveram de se adequar à expansão do parque nacional de refino, ao aumento da demanda interna e às exigências ambientais e regulatórias relativas à qualidade dos combustíveis menos poluentes. Foi o caso da introdução do óleo diesel S-50, do óleo diesel S-10 e da gasolina com 50 ppm de enxofre, cujas necessidades de escoamentos sem contaminações implicaram em investimentos na infraestrutura e logística para sua segregação no transporte e no armazenamento.

As metas de ampliação da capacidade armazenamento de petróleo e de derivados em terminais e de ampliação da malha dutoviária de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis foram cumpridas satisfatoriamente. Já a meta de ampliação da capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre refinarias e terminais foi realizada em 90%.

Quanto ao GLP, a comercialização de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg) foi estendida a todos os estados brasileiros, conforme era a pretensão da meta. Contudo, o aumento da quantidade desses botijões no mercado ficou 17% abaixo do previsto, uma vez que houve menor interesse da população por esse tipo de vasilhame. Em contrapartida, o consumidor preferiu adquirir os botijões P13 (13kg), cujo acréscimo superou a meta em mais de cinco vezes.

No setor de transporte de petróleo e combustíveis, entre os investimentos em curso, destaca-se o Programa de Modernização e Expansão da Frota (PROMEF). Em que pese o Programa ter sido projetado para a construção de 49 navios em estaleiros nacionais, atualmente está em fase de revisão de seus objetivos, o que deverá resultar na diminuição do número de navios a serem adquiridos, em decorrência da revisão do Plano de Negócios da Petrobras. No período entre 2012 e 2015, o PROMEF entregou doze navios e dois comboios hidroviários, resultando em um acréscimo de 1.338.053 toneladas de porte bruto (tpb) à frota da Transpetro, valor que corresponde a 46,3% da meta originalmente projetada.

No que se refere à promoção de ações da política nacional de combustíveis, com ênfase na garantia de seu suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, foi desenvolvido planejamento de médio e longo prazo, bem como monitoramento das condições e da evolução desse mercado.

Buscou-se defender a concorrência e coibir abusos, tanto de natureza econômica quanto fiscal, com destaque para a atuação da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP em conjunto com as secretarias estaduais de fazenda, visando ao combate à adulteração de combustíveis e à sonegação no setor. Além disso, a Agência

fiscaliza periodicamente a segurança operacional das instalações, e as condições de comercialização dos combustíveis nos postos revendedores.

Em outra frente, com monitoramento da ANP, acompanhou-se a coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado, em percentuais mínimos estabelecidos pelo Governo. O MME, com participação do MMA e da ANP, coordenou o trabalho de atualização e revisão da portaria interministerial que estabelece os percentuais de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) junto aos agentes de mercado. O trabalho tem conclusão prevista para o primeiro semestre de 2016.

Também merece destaque o cumprimento da meta de manutenção do Índice de Conformidade de Combustíveis, a qual se manteve durante todo o período do Plano Plurianual acima do percentual projetado, de 96% (97,8% em 2012; 98,0%, em 2013; 98,1% em 2014; e 97,6% em 2015).

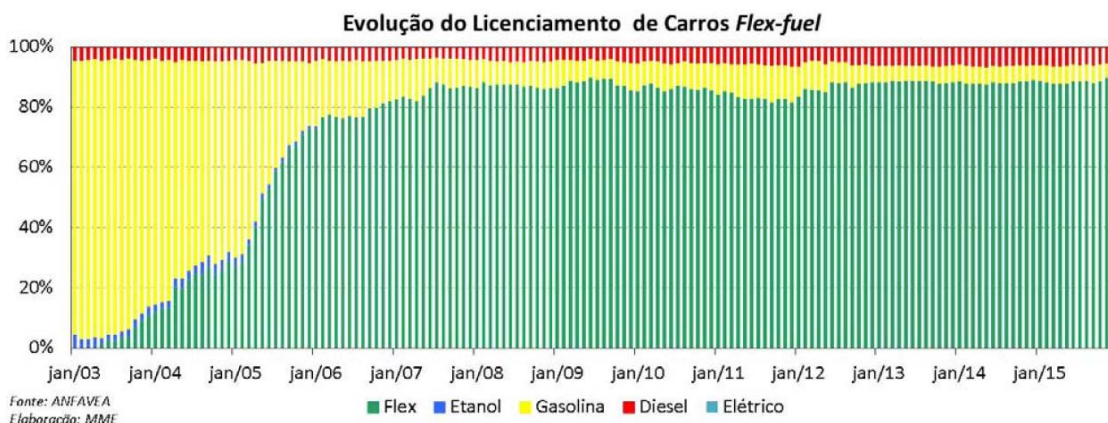
No que se refere aos biocombustíveis, continua crescente o movimento de proteção do planeta contra o efeito estufa. É nítido o aumento do esforço mundial no sentido de se desenvolverem tecnologias que viabilizem o uso de fontes alternativas, mais limpas e sustentáveis. O Brasil, pioneiro no emprego de biomassa como fonte de combustível, iniciou a produção e uso de etanol como combustível alternativo à gasolina em 1975, com a criação do Programa Nacional do Álcool (ProÁlcool). Desde então, o País busca o equilíbrio entre as diversas fontes energéticas existentes, de modo que, no futuro, os hidrocarbonetos tenham menor participação entre os combustíveis ofertados e sirvam como importantes matérias-primas industriais. Nos últimos anos, é crescente a participação dos combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, alavancada, inclusive, pela obrigatoriedade de adição de etanol anidro à gasolina C e de biodiesel ao óleo diesel em todo território nacional.

Com relação ao etanol, a produção na safra 2015/2016 (iniciada em abril de 2015 e prevista para encerrar em março de 2016) deverá atingir a marca de 30 bilhões de litros, volume 3,8% superior em relação à temporada anterior, o qual representa um crescimento de cerca de 31% relação à produção registrada na safra 2011/2012. Esse incremento se deve a ações do governo aliadas a políticas de incentivo.

Quanto à exportação de etanol, foram exportados uma média de 2,4 bilhões de litros por ano ao longo dos quatro anos do PPA 2012-2015. Entretanto, cumpre registrar que, em 2011, havia a projeção do Plano Decenal de Energia 2020 (PDE 2020) de que, em 2015, o Brasil exportaria cerca de 3,9 bilhões de litros de etanol, o que acabou não se concretizando, haja vista as condições de oferta que comprometeram a realização de parte do que foi previsto.

Em 2015, o consumo doméstico de etanol foi de 28,8 bilhões de litros, pouco abaixo da projeção de demanda doméstica apresentada no PDE 2024 (PDE vigente), a qual foi de 29,8 bilhões de litros. Em 2011, foram consumidos 20,6 bilhões de litros de etanol, o que resultou em um aumento de 40% no consumo no período compreendido pelo PPA 2012-2015. Nesse período, considera-se que a produção nacional foi suficiente para atender a demanda interna, já que houve superávit nas exportações líquidas realizadas nos quatro anos.

Atualmente, cerca de 88,6% dos veículos leves licenciados no Brasil utilizam a tecnologia flex-fuel, tendo sido registrado um crescimento de aproximadamente 7% no período compreendido pelo PPA 2012-2015. Com relação à participação estimada na frota total de veículos leves, os veículos flex representam cerca de 65%, aumento de 17% no período do PPA analisado.



Com relação ao biodiesel, os primeiros estudos concretos para a criação de uma política para o biodiesel no Brasil tiveram início em 2003, e, em dezembro de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB). O objetivo, na etapa inicial, foi introduzir o biodiesel na matriz energética brasileira, com enfoque na inclusão social e redução das desigualdades regionais, levando em conta as diretrizes de aproveitamento das oleaginosas de acordo com as diversidades regionais; a segurança de abastecimento para o novo combustível; a garantia de qualidade para o consumidor; e a busca da competitividade frente ao diesel de petróleo.

A mistura do biodiesel ao diesel fóssil teve início em 2005, em caráter autorizativo. Em janeiro de 2008, entrou em vigor a mistura legalmente obrigatória de 2% (B2). Com o perceptível amadurecimento do mercado brasileiro, esse percentual foi ampliado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sucessivamente até atingir 5% (B5) em janeiro de 2010, antecipando em três anos a meta estabelecida pela Lei nº 11.097/2005. Recentemente, a Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, determinou o aumento da mistura obrigatória para 6% a partir de julho de 2014 e para 7% a partir de novembro desse ano. Além disso, em 2015, foi editada a Resolução CNPE n.º 3, de 21 de setembro de 2015, que estabeleceu as diretrizes para a comercialização e o uso de biodiesel, em caráter autorizativo, em quantidades superiores ao percentual de adição obrigatória. Estima-se que a medida tem o potencial de incorporar até 1 bilhão de litros à produção anual desse biocombustível.

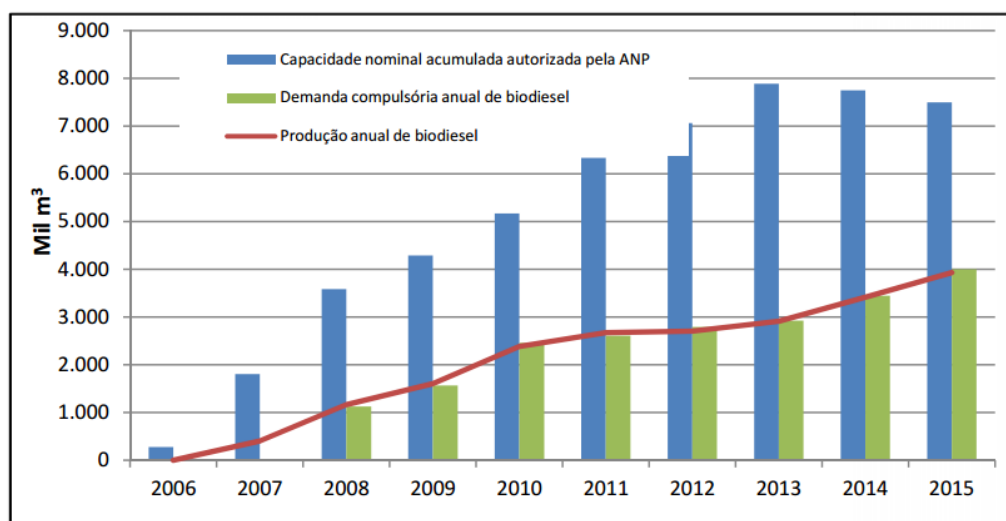
Os princípios orientadores básicos do PNPB de promover a inclusão social e o desenvolvimento regional vêm sendo perseguidos continuamente pelo Governo Federal. Uma das ferramentas utilizadas para isso é o Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao produtor de biodiesel que celebre contratos de aquisição de matérias-primas dos agricultores familiares e que preste serviços de assistência técnica ao pequeno agricultor. Em 2014, último dado disponível, mais de 73 mil famílias estão incluídas no programa, fornecendo matérias-

primas às usinas produtoras de biodiesel. O Governo Federal tem atuado sistematicamente na busca pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

No médio prazo, a soja continuará sendo a principal matéria-prima utilizada na produção de biodiesel (cerca de 76%). Outras matérias-primas, como a gordura animal e o algodão, continuarão possuindo uma participação menor (cerca de 22% somadas). No entanto, algumas instituições de pesquisa e universidades vêm desenvolvendo outras matérias-primas que, no longo prazo, poderão aumentar sua participação no mix. Um exemplo é a palma de óleo (dendê), que possui um grande potencial. Olhando para o período do PPA 2012-2015, vê-se que a produção de biodiesel saltou de 2,7 bilhões de litros em 2011 para 3,9 bilhões de litros em 2015, aumento de mais de 44% no período. Esse resultado credenciou o Brasil a subir uma posição no ranking de produtores mundiais no período do PPA analisado, passando a ocupar o segundo lugar, superado apenas pelos Estados Unidos.

Destaca-se, também, a rápida evolução da capacidade industrial de produção de biodiesel. Em janeiro de 2012, 65 plantas produtoras de biodiesel estavam autorizadas pela ANP para operar no País, correspondendo a uma capacidade total autorizada de 18.977,95 m³/dia. O último dado disponibilizado pela ANP da conta de que, em janeiro de 2016, existiam 53 plantas autorizadas a operar, correspondendo a uma capacidade total autorizada de 20.366,11 m³/dia, o que representa um aumento de 7% na capacidade instalada nacional, atualmente estimada em cerca de 7,3 bilhões de litros/anos. Capacidade, portanto, avaliada como robusta para atender o mercado doméstico.

Biodiesel: Evolução Anual da Produção, da Demanda Compulsória e da Capacidade Nominal Acumulada Autorizada Pela ANP no País.



Fonte: ANP (2016)

Consonante com os esforços de garantia de suprimento do mercado interno com biocombustíveis que atendam às especificações de qualidade e que possuam modicidade de preços, além do objetivo de aumentar as exportações de

biocombustíveis, deve existir uma infraestrutura que incentive e viabilize o fluxo dos biocombustíveis dentro do território nacional.

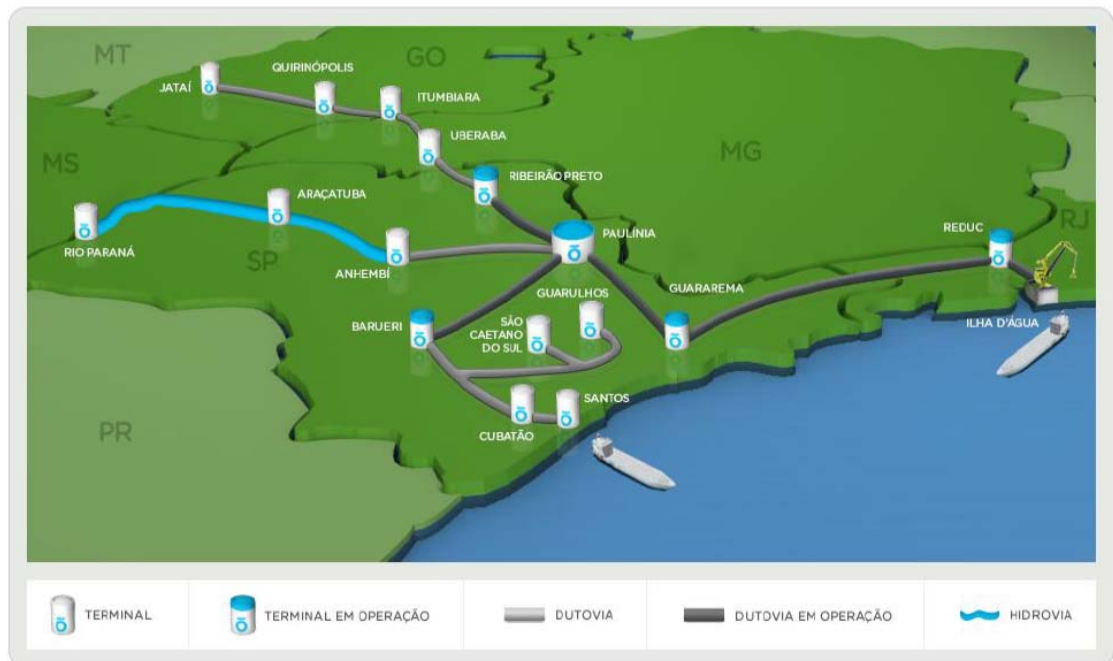
Com relação ao etanol, a maior parte da movimentação desse biocombustível no Brasil é realizada pelo modal rodoviário. Os investimentos na logística do etanol são considerados vitais para garantir o escoamento da produção do país, que cresce a cada ano devido ao aumento da demanda gerada pelo aumento da frota de veículos flex-fuel.

A logística de transporte e distribuição do etanol influi em grande parte no seu preço final. Uma maneira de se reduzir os custos do seu transporte é a movimentação desse biocombustível por meio de dutos. Esses são considerados essenciais no transporte de etanol, a valores competitivos, desde o Centro-Oeste, nova fronteira da cana-de-açúcar, até os principais centros consumidores do país e portos exportadores da região Sudeste.

A Logum Logística S.A., cuja composição acionária é integrada por grandes produtores de etanol, Petrobras e outras empresas, foi criada em março de 2011 com o objetivo de transportar etanol por polidutos e hidrovias para o mercado interno e externo. Apesar de prever a construção de uma longa extensão de dutos, o projeto utiliza-se também de uma infraestrutura de dutos já existente e operada pela Transpetro. Há ainda a possibilidade de integração desse sistema com ferrovias também existentes. O projeto atual, que se encontra em revisão, prevê instalação de infraestrutura em cinco estados e 45 municípios, com a finalidade de escoar a produção do combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o centro metropolitano de São Paulo e o porto de Santos (vide figura abaixo).

O primeiro trecho do etanolduto, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Paulínia, no estado de São Paulo, foi concluído no primeiro semestre de 2013, tendo iniciado sua operação em agosto de 2013. Um segundo trecho, que interliga as cidades de Ribeirão Preto e Uberaba, entrou em operação em de abril de 2015. O etanolduto, composto por estes dois trechos, possui 353 km de extensão e capacidade para movimentar 12 bilhões de litros de etanol. Entre polidutos e hidrovias, o projeto atual possui extensão de 1.132 km, capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m³ de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhões de m³.

Sistema Integrado de Logística de Etanol



Fonte: EPE

Esses esforços estão em sintonia com os objetivos da Política Energética Nacional de garantir o fornecimento de combustíveis em todo o território nacional e proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Para alcançar esses objetivos, são atividades essenciais o planejamento e a proposição de medidas que permitam manter o equilíbrio entre oferta e demanda dos combustíveis, no curto, médio e longo prazos, assim como a fiscalização e o controle da qualidade dos produtos. No âmbito do MME, destacam-se as seguintes ações ao longo do período do PPA 2012-2015 no que se refere a biocombustíveis:

- Com relação ao etanol, o MME tem coordenado as Reuniões Tripartites - com representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucreenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras, cujo objetivo é monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da oferta de produto e da demanda;
- Merece destaque a Medida Provisória nº 554, convertida na Lei nº 12.666/2012, que autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto;
- O MME estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As

novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012;

- Foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque baseado na modalidade de “opção de compra”, definido pela Portaria MME nº 116/2013. Nesse modelo, em vez de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até as suas instalações, o adquirente tem um contrato comercial em que o biodiesel continuará no estoque regular do produtor, mas estará disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção a qualquer tempo, dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, espera-se haver melhoria da logística e conseguinte redução de custos no setor; e

- A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da Comissão de Estudos do Biodiesel, está concluindo os trabalhos de publicação da Norma Técnica ABNT NBR 15.512 - Biodiesel - Armazenamento, transporte, abastecimento e controle de qualidade de biodiesel ou óleo diesel BX.

Avalia-se que essas iniciativas contribuíram significativamente para a ampliação da produção sustentável de biocombustíveis no Brasil no período compreendido pelo PPA 2012-2015, o que reforça seu papel estratégico para a segurança energética nacional.

Considerações Finais

Por fim, considerando-se o Programa de Combustíveis como um todo, avalia-se que os principais desafios da política nacional de energia no segmento de combustíveis e as prioridades estabelecidas pelo Governo Federal foram atendidos, uma vez que se garantiu o atendimento da demanda em quantidade suficiente, com qualidade adequada, em tempo hábil e com custos favoráveis, dando-se ênfase aos produtos renováveis, à produção sustentável e à inclusão social.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2012	2.909.617	31/12/2013	2.925.055,81	31/12/2014	2.935.200	31/12/2015	2.945.000
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	153.542	31/12/2012	147.686	31/12/2013	151.505,83	31/12/2014	153.100	31/12/2015	155.100
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961	31/12/2010	325.961	31/12/2013	369.407,4	31/12/2014	369.642	31/12/2015	412.416
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2010	11.860.032	31/12/2013	12.706.836,924	31/12/2014	12.939.461	31/12/2015	13.085.060
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	31/05/2011	544.835	30/04/2014	671.042	31/12/2014	671.042	31/12/2015	714.191
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	31/05/2011	40.171	30/04/2014	40.171	31/12/2014	40.171	31/12/2015	40.677
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	31/05/2011	1.449.843	30/04/2014	3.321.801	31/12/2014	3.552.401	31/12/2015	3.700.609
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2012	2,1	31/12/2013	2,2	31/12/2014	2,35	31/12/2015	2,4
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2012	2,762	31/12/2013	2,917	31/12/2014	3,414	31/12/2015	3,94
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2012	9,85	31/12/2013	10,817	31/12/2014	12,9941	31/12/2015	17,86
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2012	12,926	31/12/2013	13,276	31/12/2014	13,4439	31/12/2015	13,25
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2012	39,698	31/12/2013	41,365	31/12/2014	44,364	31/12/2015	41,14
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2012	55,9	31/12/2013	58,5	31/12/2014	60,032	31/12/2015	57,21
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2012	7,284	31/12/2013	7,224	31/12/2014	7,47	31/12/2015	7,35
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2012	3,05	31/12/2013	2,9	31/12/2014	1,398	31/12/2015	1,867
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	11/07/2011	7.179	31/12/2013	7.894	31/12/2014	7.936	31/12/2015	7.936
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2012	41,67	31/12/2013	66,67	31/12/2014	25	31/12/2015	27
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2012	2,52	31/12/2013	3,324	31/12/2014	3,8269	31/12/2015	3,19
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2012	7,97	31/12/2013	10,283	31/12/2014	11,2751	31/12/2015	6,94

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2012	1,663	31/12/2013	1,961	31/12/2014	1,5036	31/12/2015	1,37
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2012	97,8	31/12/2013	97,99	31/12/2014	98,16	31/12/2015	97,58
Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371	31/01/2013	90.164	05/09/2013	92.673	31/12/2013	83.754	31/12/2014	73.479
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2012	12,6	31/12/2013	21,1	31/12/2014	23,42	31/12/2015	33,29
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	30/11/2012	2,5	31/12/2013	2,93	31/12/2014	3,4141	31/12/2015	3,94
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2012	23,54	31/12/2013	27,8	31/12/2014	28,571	01/01/2016	28,99
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2012	46,7	31/12/2013	63,7	31/12/2014	31,53	31/12/2015	23,97

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Quadro de Metas

Objetivo: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd	2.205.000,00	Barris por dia (bpd)	1.983.971,00	A menor demanda do mercado interno resultou na redução no processamento nacional de petróleo.
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152 mil m ³ /dia de óleo diesel	152,00	10 ³ m ³ /dia de óleo diesel	135,49	
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21 mil m ³ /dia de Querosene de Aviação (QAV)	21,00	10 ³ m ³ /dia de Querosene de Aviação (QAV)	15,58	
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30 mil m ³ /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	30,00	10 ³ m ³ /dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)	20,35	No período abrangido pelo PPA, houve desaceleração da demanda interna por combustíveis. Além disso, a Petrobras ajustou seu Plano de Negócios e descontinuou alguns projetos, o que contribuiu para que a produção de GLP ficasse abaixo da meta projetada.
Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62 mil m ³ /dia de gasolina	62,00	10 ³ m ³ /dia de gasolina	70,48	

Objetivo: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m ³	630,00	mil m ³	944,35	
Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km	341,00	Km	906,30	
Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)	2.994.496,00	Toneladas de porte bruto (tpb)	1.386.053,00	Em virtude de alterações do cenário econômico mundial e da revisão das previsões de investimento da Petrobras, o Promef alterou sua meta original, de construir 49 navios em estaleiros nacionais, bem como seu cronograma de entrega de navios. Isso resultou em menor acréscimo de toneladas de porte bruto à frota durante o período.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)	1.148.865,00	Botijões P13 (13kg)	6.356.408,00	
Aumentar em 305 mil m ³ /dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos	305,00	mil m ³ /dia	276,31	

Objetivo: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel	160.000,00	Agricultores familiares	73.479,00	A queda verificada no número de famílias de 2013 (83.754) para 2014 (73.479) ocorreu principalmente pela redução no número de famílias do Nordeste (12.949 para 4.757) por uma reorientação estratégica das empresas atuantes na Região que vem realizando uma seleção de famílias mais aptas aos contratos por filtragem de aptidão agrícola.

Objetivo: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%	96,00	%	97,58	

Objetivo: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%	50,00	%	60,00	
Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética	650,00	milhões de litros	76,00	Resultado obtido em 2012. Não houve meios de aferição para os anos seguintes.

Objetivo: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga	300,00	Empresas	310,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga	300,00	Empresas	310,00	

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	113.716	113.716	82.200	394.720	272.542
Despesas Correntes	109.816	109.816	81.692	362.210	252.062
Despesas de Capital	3.900	3.900	508	32.510	20.481
Orçamento de Investimento das Empresas	17.622.525	11.410.924	9.121.444	98.323.711	48.177.868
Totais	17.736.241	11.524.641	9.203.644	98.718.431	48.450.410

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2023 – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Visão Geral do Setor de Comércio e Serviços

O setor terciário mostra crescente relevância na economia brasileira ao evoluir junto com o aumento da renda e o desenvolvimento econômico e social verificados nos últimos anos, bem como ao constituir setor fundamental de expansão das atividades empresariais. Nesse contexto, a formulação de políticas públicas para as atividades de comércio e serviços adquire crescente importância nos programas governamentais e nas agendas públicas e privadas.

Esse setor experimentou significativo crescimento nos últimos anos e, mesmo com a desaceleração recente, deve continuar representando grande relevância na dinâmica da economia brasileira. A representatividade do setor terciário, de 2003 a 2015 (pelo acumulado em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2015), passou de 65,8% para 71,9% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor de serviço representou 73,4% do emprego formal em 2014, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), sendo que apenas comércio e serviços privados (excluindo a administração pública) constituíram 54,6% do emprego formal total no período.

O mercado de consumo nacional e o crescimento da renda foram importantes para o setor terciário em geral e devem continuar sendo relevantes para a expansão do setor, em especial para o comércio. O rendimento médio real recebido no trabalho em setembro de 2015, embora tenha caído 4,3% frente a setembro do ano passado, é 29,8% maior do que igual mês de 2003, conforme o IBGE. Com efeito, a trajetória recente tem contribuído para a diminuição na desigualdade de renda e o crescimento da classe média no País. No contexto de desenvolvimento recente também, se verifica o crescimento e aprofundamento do sistema financeiro, com a inclusão de milhões de pessoas, o que propicia a elevação do consumo e do financiamento na economia.

Essas transformações também impactaram o setor de serviços e estes, assim como o comércio, estão cada vez mais presentes no centro dos debates sobre desenvolvimento produtivo, competitividade e inovação. Trata-se de insumos cada vez mais determinantes para acelerar o crescimento econômico e a produtividade, pois são indispensáveis para melhorar a intermediação financeira, a infraestrutura, a logística, o acesso e o uso das tecnologias da informação e comunicação, a educação, a competitividade do setor de bens e manufaturas e a própria qualidade das políticas públicas. As empresas do setor terciário, conseqüentemente, ganham destaque no cenário brasileiro, assim como o encadeamento produtivo dos setores de serviços na economia é significativo para a indústria e a agricultura. As empresas dos setores primário e secundário utilizam-se de serviços especializados para a produção e, portanto, dependem também da eficiência das empresas

do setor terciário, que conferem fluidez e agregam valor às cadeias de produção, distribuição e vendas.

No que concerne ao comércio exterior, os serviços tornaram-se centrais no novo paradigma do comércio internacional, sendo, por exemplo, pauta fundamental nas negociações internacionais em curso. Estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indicam que o comércio de serviços diretos (serviços finalísticos) e serviços indiretos (serviços insumos) representam entre 50% e 60% do valor total do comércio exterior nos países desenvolvidos. Em 2013 (OMC, 2015), a corrente de comércio de serviços no mundo atingiu o patamar de US\$ 9,02 trilhões. A participação do setor deverá continuar a crescer no comércio internacional, sendo premente que o Brasil atue de modo contundente para ampliar a competitividade das empresas que atuam no setor, uma vez que o setor de serviços possui capacidade para prover agregação de valor ao setor industrial, agropecuário e mineral, sendo fundamental para ampliar a participação do país no comércio internacional de modo virtuoso, colhendo os benefícios de uma inserção qualificada na economia global.

Ao analisarmos a evolução do comércio exterior de serviços brasileiro, observamos um crescimento acumulado da corrente de comércio, entre 2011 e 2014, de 16%. Entretanto, observa-se também o aprofundamento do déficit brasileiro nessa conta, tendo as importações, no mesmo período, crescido 19,3% enquanto que as exportações registraram crescimento de apenas 9,2%. Como consequência, em 2014, as importações, ao totalizar US\$ 87,05 bilhões, representaram 68,6% da corrente de comércio brasileira em serviços. Quando restringimos a nossa análise à evolução das exportações brasileiras entre 2013 e 2014, notamos um crescimento de 6,27% totalizando US\$ 39,81 bilhões. Tal montante representou apenas 18% do total das exportações em bens. Os dados de exportação em serviços de 2014 ainda não se encontram disponíveis para todos os países; mas, ao se analisar os dados de 2013 dos países da OCDE, percebe-se que as exportações em serviços diretos correspondem a cerca de 32% das exportações em bens e conclui-se, portanto, que há bastante espaço para o crescimento das exportações em serviços no Brasil.

Para explorar o potencial de crescimento das exportações brasileiras de serviços, será fundamental a internacionalização das nossas empresas, em virtude da existência de forte correlação entre investimentos e exportações, na medida em que os fluxos de investimento estrangeiro direto são comumente acompanhados de exportações, que dinamizam a pauta comercial do país e aumentam sua integração com os parceiros destinatários.

A magnitude e importância do setor terciário trazem ainda mais complexidade para a elaboração de políticas públicas considerando sua heterogeneidade e dispersão sobre as definições e informações setoriais. Considerando esse contexto e a inexistência até então de um programa específico no Plano Plurianual (PPA), para o período de 2012 a 2015, elaborou-se o Programa Temático de Comércio e Serviços, que dentre seus objetivos buscava: o desenvolvimento de políticas voltadas ao fomento da competitividade desses segmentos; desenvolvendo e aprimorando ferramentas fundamentais para o conhecimento mais aprofundado; promoção da articulação entre os setores público e privado para a construção e desenvolvimento das políticas para o setor.

1. Objetivos e resultados do Programa de Comércio e Serviços (PPA 2012-2015).

Assim como a criação de programa específico para Comércio e Serviços no âmbito do PPA foi realizado, de forma inédita, a inclusão desses setores na estrutura da Política Industrial, o Plano Brasil Maior (PBM - 2011-2014). A atuação convergente entre os temas constantes no PBM e PPA permitiram uma interação ainda mais forte entre os setores público e privado na construção das iniciativas do Programa.

O PBM estabeleceu como um de seus eixos de atuação o Plano Nacional de Comércio e Serviços (PNCS), que, com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento do setor terciário, privilegiou ações voltadas para a melhoria do ambiente de negócios, mediante simplificação de procedimentos para registro e legalização de empresas; o aumento da satisfação do consumidor, por meio da crescente melhoria da qualidade e da oferta dos serviços prestados, da capacitação de mão de obra e da inovação, entre outras.

Uma das metas traçadas para o período do PBM relaciona-se ao prazo para concessão de registro empresarial de micro e pequenas empresas na Junta Comercial. Dada a importância da diminuição de barreiras administrativas e burocráticas no relacionamento com a empresa e com o cidadão, no sentido de melhorar a prestação de serviços públicos e o ambiente de negócios no país, o plano abriu caminho para a possibilidade de alinhamento da agenda governamental para desburocratizar processos e facilitar a vida das empresas e dos brasileiros.

Nesse sentido, o objetivo **“Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócio”** teve como principal desafio promover a integração dos serviços de registro com os dos demais órgãos responsáveis pelo processo de legalização de empresas para implantação efetiva da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), de forma que a abertura, alteração e encerramento de empresas pudesse ser um processo bastante acessível, ágil e fácil para os empreendedores.

Com a finalidade de viabilizar a implantação dos serviços de registro e legalização de empresas, em 2014, iniciou-se a execução pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) dos serviços para o desenvolvimento, operação, treinamento e atendimento aos usuários de portal de prestação de serviços públicos eletrônicos, o Portal Empresa Simples. Após a transição de bases cadastrais e aplicativos informatizados relativos ao atendimento de Juntas Comerciais brasileiras, foram dadas as premissas necessárias para a conclusão da primeira etapa do desenvolvimento e implantação dos novos sistemas.

Em outubro de 2014, foi lançado o Portal Empresa Simples (PES)⁶, que contempla o Registro e Legalização de Empresas e a Praça Eletrônica de Negócios para ofertar, por meio da internet, mecanismos simplificados e integrados para abertura e legalização de empresas, melhora da competitividade e acesso a mercados.

⁶ <https://www.empresasimples.gov.br/>

O Registro e Licenciamento de Empresa (RLE), o primeiro serviço disponibilizado no portal foi concebido com o propósito de integrar a Administração Pública da União, dos Estados e dos Municípios, de forma que as empresas possam ter, num processo único, simplificado, previsível e uniforme em todo o país, a abertura, alterações do cadastro, licenças de funcionamento e, se for necessário, a baixa.

Para atingir esse propósito, o sistema iniciou sua operação pela baixa simplificada de empresas, permitindo o empresário, pessoalmente, baixar a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil (RFB) num único processo. O módulo foi aprovado pela Instrução Normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração, da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas (DREI/SMPE-PR), de 07 de outubro de 2014, a partir da aplicação das medidas simplificadoras trazidas pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

Além da baixa, as certidões negativas de débito deixaram de ser condicionantes às operações de extinção, redução de capital, cisão total ou parcial, incorporação, fusão transformação, transferência do controle de cotas e desmembramento. Como benefício da dispensa, as empresas passaram a pedir a baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas operações. Percebeu-se o reflexo da aplicação da referida Lei já a partir dos números do mês de novembro de 2014, com aumento de 31,10% no número de baixas de empresas no país em 2014, com relação ao ano de 2013. Em 2015, manteve-se a perspectiva de aumento no número de baixas de empresas com 28,26%, em relação ao ano de 2014.

Em 2015, destaca-se também o lançamento do módulo “Abertura”, do RLE, que permitirá a redução do tempo gasto para constituição de um novo negócio de 83 dias para menos de uma semana.

Nos outros estados, o governo federal vem apoiando a adequação dos sistemas das juntas comerciais para redução das etapas do processo de legalização para os usuários e prepara as equipes técnicas para a execução dos novos processos do RLE. Nesse sentido, seguiram ações para possibilitar a implementação do sistema Integrar nas Juntas Comerciais do Estado do Acre e Piauí, bem como promover a integração de Municípios, num total de três, no Estado do Acre; cinco, no Ceará; nove, em Goiás; 11, no Mato Grosso do Sul; nove, no Piauí; 28, no Rio Grande do Sul; um, em Roraima; 16, em Sergipe; e 20, em Tocantins.

A SMPE-PR é responsável pela gestão do Portal do Empreendedor, que viabiliza os serviços públicos de abertura, alteração e baixa do Microempreendedor Individual (MEI), que desde sua implantação, em 1º de julho de 2007, até 31 de dezembro de 2015, atingiu 5.680.614 de registros de microempreendedores formalizados no Portal do Empreendedor quanto empresários individuais que optaram pelo sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (SIMEI) no início do exercício fiscal.

No período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015, o Portal do Empreendedor recebeu 4.023.661 registros de MEI, sendo que, em 2012, foram 1.008.652 registros com crescimento de 13,94% em relação ao ano anterior; em 2013, 994.176

registros com queda de 1,44%; em 2014, 993.299 registros com queda de 0,09%; e em 2015, 1.027.534 registros, com crescimento de 3,45%.

No que se refere ao marco regulatório de registro mercantil, em 2012 e 2013, foi atualizado o normativo vigente, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas, publicadas em dezembro de 2013; cinco manuais de registro; e revogação de 39 atos, alguns superados há muitos anos. Essas iniciativas trouxeram mais segurança e previsibilidade aos usuários e permitiu a adaptação aos novos processos de trabalho mais simples e dinâmicos.

Como um dos objetivos do Programa, o “**Mapeamento e diagnóstico dos setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no País**”, foi debatido e construído em conjunto por órgãos do Governo e também entidades representativas dos setores de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos.

À época, sabia-se que informações oficiais confiáveis sobre o setor não estavam organizadas e eram indispensáveis para avaliar as oportunidades dispersas pelo País. Logo, a construção de informações fidedignas seria um dos principais requisitos para a formulação de políticas públicas e para ajudar a estimular a realização de bons negócios no setor privado. A assimetria de informações poderia prejudicar investimentos regionais e comprometer o desenvolvimento econômico e social locais.

Visando suprir tal lacuna, do ponto de vista do mercado doméstico, o Atlas Nacional de Comércio e Serviços foi planejado e publicado em 2013, com objetivo de satisfazer a demanda por informações atualizadas e fidedignas dos setores público e privado sobre os setores de comércio e serviços na economia brasileira.

A saber, o desenvolvimento do Atlas constituiu iniciativa alinhada ao PBM e ao PPA 2012-2015, em que se objetivava a criação de um referencial público de informações econômicas sobre o setor terciário no País, a fim de orientar as políticas públicas e os investimentos privados.

Para elaborar esse referencial, foi constituído Grupo de Trabalho composto por representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

Também houve apoio decisivo da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) com o intuito de disseminar as informações coletadas tanto por meio da inclusão de dados na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)⁷, quanto pela viabilização da publicação impressa⁸; além da participação efetiva de diversas entidades dos setores representados que forneceram informações para composição do Atlas.

⁷ <http://visualizador.inde.gov.br>

⁸ http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1414414334.pdf

No Atlas, há uma descrição de como o setor de comércio e serviços está organizado no Brasil. Evidenciam-se dados e análises significativas para compreender a estrutura atual e a dinâmica dos setores de comércio, serviços logísticos e demais serviços na economia brasileira. Além da versão impressa, foi criado link específico no âmbito da INDE para a consulta eletrônica de algumas bases que deram origem ao Atlas. Além da consulta, é possível realizar cruzamentos de informações presentes no Atlas com todo o universo de informações já disponíveis na INDE, multiplicando e potencializando a utilização dos dados desenvolvidos na construção do Atlas.

Na primeira edição do Atlas, são apresentados alguns aspectos considerados fundamentais para a compreensão das atividades de comércio e serviços. O Atlas contém mapas e textos de análises e contextualização das informações mostradas. Também é exposto um suplemento setorial com informações disponibilizadas por instituições representativas do setor privado.

No âmbito do Objetivo de **“Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor”**, o desafio era traçar uma agenda de ações para promover uma inserção econômica competitiva nos ambientes doméstico e internacional do setor terciário nacional.

Nesse sentido e visando suprir a ausência de ferramentas para o suporte das ações desenvolvidas nas atividades de formulação e acompanhamento de políticas públicas, nas negociações internacionais e no acompanhamento das atividades inerentes a melhoria da competitividade internacional das empresas brasileiras, MDIC implementou e mantém, em parceria com a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv) e a Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS). O Siscoserv registra as operações comerciais realizadas entre residentes ou domiciliados no País e residentes ou domiciliados no exterior, permitindo, a partir da visibilidade dessas operações, o aprimoramento das atividades de formulação, fiscalização, acompanhamento e aferição das políticas públicas relacionadas ao setor de comércio e serviços. O sistema possibilita, ainda, a extração e a coleta de dados e estatísticas, os quais foram divulgados em 2015, em quatro formatos distintos: por meio do relançamento do Panorama do Comércio Internacional de Serviços, publicação tradicional que, na atual edição, trouxe como inovação as estatísticas extraídas do Siscoserv; por um Encarte, lançado no segundo semestre de 2015, com os dados do comércio exterior de serviços relativos ao primeiro semestre do mesmo ano; pelos Perfis Bilaterais de Comércio Exterior de Serviços que oferecem uma visão dos serviços e intangíveis que estão sendo comercializados pelo Brasil com os parceiros comerciais mais estratégicos do país; e pelos dados consolidados em forma de tabelas, que descrevem detalhadamente os aspectos mais relevantes do comércio exterior de serviços brasileiro no ano calendário de 2014 e o primeiro semestre de 2015. Finalmente, foram também disponibilizados os dados brutos, descrevendo cada operação registrada desde o início do funcionamento do Sistema, em agosto de 2012.

A NBS e suas respectivas Notas Explicativas (NEBS), elemento subsidiário para a interpretação da Nomenclatura, foram elaboradas em um esforço conjunto do MDIC, da

RFB, e com o apoio do IBGE e do Banco Central (BACEN), além de consulta às demais instituições públicas e ao setor privado. A Nomenclatura é o classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis como produtos e viabiliza a adequada elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas de forma integrada. Visando à competitividade do setor, propicia a harmonização de ações voltadas ao fomento empreendedor, à tributação, às compras públicas, ao comércio exterior, entre outras. É ainda utilizada para a classificação dos serviços e intangíveis registrados no Siscoserv.

Cabe destacar também as ações desenvolvidas para a promoção da articulação do setor, bem como capacitação e disseminação de sua relevância durante esse período. Em 2012 e 2013, foram organizadas duas edições do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs). O Simbracs integrou o PBM e se propôs a congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais para discutir ações que fortalecessem a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor. As duas edições do Simbracs contaram com a presença de centenas de participantes e, em seus inúmeros painéis e reuniões, debateram temas fundamentais para o crescimento e fortalecimento do setor terciário, além da apresentação de instrumentos voltados para a melhoria no ambiente de negócios do País, da competitividade e estímulo à inovação. Todo o conteúdo também foi disponibilizado em forma de revistas informativas que estão disponíveis no site do MDIC⁹.

Igualmente, desde 2012, o MDIC, em parceria com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), tem organizado anualmente o Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (ENAServ), com o objetivo de ampliar o conhecimento e o debate de propostas relacionadas ao comércio exterior de serviços. Os resultados desses eventos podem ser acessados no seguinte *link*: <http://www.enaserv.com.br/2016/caderno.asp?id=1>.

Durante o Enaserv de 2014, foi publicado o Guia Básico para Exportação de Serviços, realizado em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o objetivo de disponibilizar informações essenciais àqueles que almejam exportar serviços e/ou internacionalizar empresas desse setor.

Outro resultado relevante, no período 2012-2015, foi a articulação desenvolvida com empresas e órgãos do governo, que, inclusive, contou com a realização de estudos, seminário e oficinas, para o desenvolvimento de inteligência estratégica a respeito da tecnologia de “etiquetas inteligentes” visando ao aumento da competitividade e a redução dos custos na produção, logística e comércio. No âmbito dessa iniciativa, foi publicado, em parceria com a ABDI, o Estudo para o fomento do uso de Etiquetas Inteligentes nos Setores de Comércio e Serviços Logísticos¹⁰. O estudo, em seu Volume 1, analisa comparativamente as experiências no uso de etiqueta inteligente na Alemanha, Coreia do Sul, Estados Unidos da América, Japão e Reino Unido. Já o Volume 2 apresenta informações sobre o uso de etiquetas inteligentes no Brasil, voltado para os setores de comércio e serviços logísticos.

No âmbito dos Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia, em 2014 e 2015, foram elaborados e publicados os estudos sobre “Apoio a Internacionalização do Empreendedorismo Jovem” e “Atração transfronteiriça de recursos humanos altamente

⁹ <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4590>

¹⁰ É possível acessar as publicações no seguinte endereço: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=5191>

qualificados: um estudo comparativo de relevância para o Brasil”. Ambos estão disponíveis na página eletrônica do MDIC:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4963>.

Considerando a relevância do debate contínuo com o setor privado, dois Fóruns foram estruturados: o Fórum de Competitividade do Varejo e o Fórum de Alavancagem do Comércio Exterior de Serviços.

O Fórum de Competitividade do Varejo é composto por algumas das mais representativas entidades do varejo nacional, tendo como objetivo construir e encaminhar uma agenda convergente com as principais demandas do setor, denominada “Agenda de Competitividade do Varejo”. Ao longo do ano de 2015, foram realizadas cinco reuniões com as principais entidades representativas do comércio para o encaminhamento de temas prioritários definidos em conjunto com o setor como, por exemplo, a desburocratização e simplificação de normas para melhoria do ambiente de negócios; modernização das relações trabalhistas; desenvolvimento de programas de qualificação da gestão e capacitação de mão de obra; fortalecimento do comércio eletrônico; promoção de políticas de crédito/financiamento; promoção de meios de pagamento, entre outras ações definidas a partir da interação entre o setor público e privado na busca de uma agenda convergente e efetiva.

O Fórum de Alavancagem do Comércio Exterior de Serviços foi criado com vistas a estreitar o diálogo com o setor privado e debater propostas e iniciativas para aumentar a competitividade, estimular as exportações e abrir novos mercados para o setor. A partir dos dados do Siscoserv, foram identificados os setores mais competitivos e representativos no comércio exterior de serviços e temas de maior interesse desses setores e se iniciou um debate com as entidades setoriais representativas. Como resultado, foram realizadas, em 2015, reuniões com as Associações dos Setores de Economia Criativa (Arquitetura, *Design*, Audiovisual, Games, Publicidade e Propaganda), Tecnologia da Informação, Engenharia e Construção e as Confederações representativas do setor; com as principais Câmaras de Comércio bilaterais; e com os órgãos governamentais responsáveis pelas negociações internacionais.

Destaca-se, também, a inclusão do setor de serviços no portal Vitrine do Exportador (VE), iniciativa do Governo Federal, que tem por objetivo divulgar internacionalmente as empresas brasileiras. A partir dos dados do Siscoserv, foram incluídas 10.250 empresas de serviços que atuam no comércio exterior e iniciou-se imediatamente o contato com todas essas empresas para que complementem e atualizem as respectivas páginas criadas no portal VE.

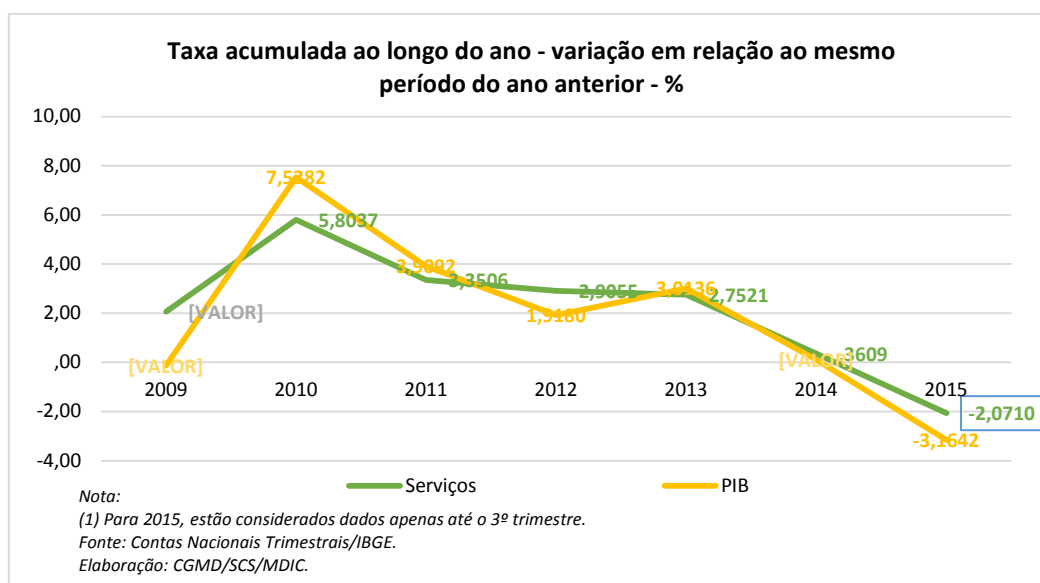
Em 2015, foi desenvolvida metodologia com capacidade de mapear oportunidades de negócios para empresas brasileiras do setor em mercados estrangeiros, como subsídio para conhecer melhor os mercados e contribuir para ampliar as exportações e a internacionalização das empresas brasileiras de serviços. Como estudo piloto foi eleito o mercado da Colômbia e foram identificadas as oportunidades de negócio em serviços naquele país, a partir de cruzamento de dados do Siscoserv e da pauta importadora daquele país. Para elaborar os estudos, foi desenvolvida uma metodologia de análise para o setor de serviços, adequando diversos indicadores tradicionalmente utilizados para estudos de

oportunidade de bens e mercadorias para os dados existentes do setor de serviços. O estudo, bem como a metodologia, foi apresentado aos órgãos que podem contribuir com a sua melhoria e o desenvolvimento de novas iniciativas, como o MRE, IPEA, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC), e divulgado para o setor privado de serviços.

2. Evolução dos indicadores de Comércio e Serviços

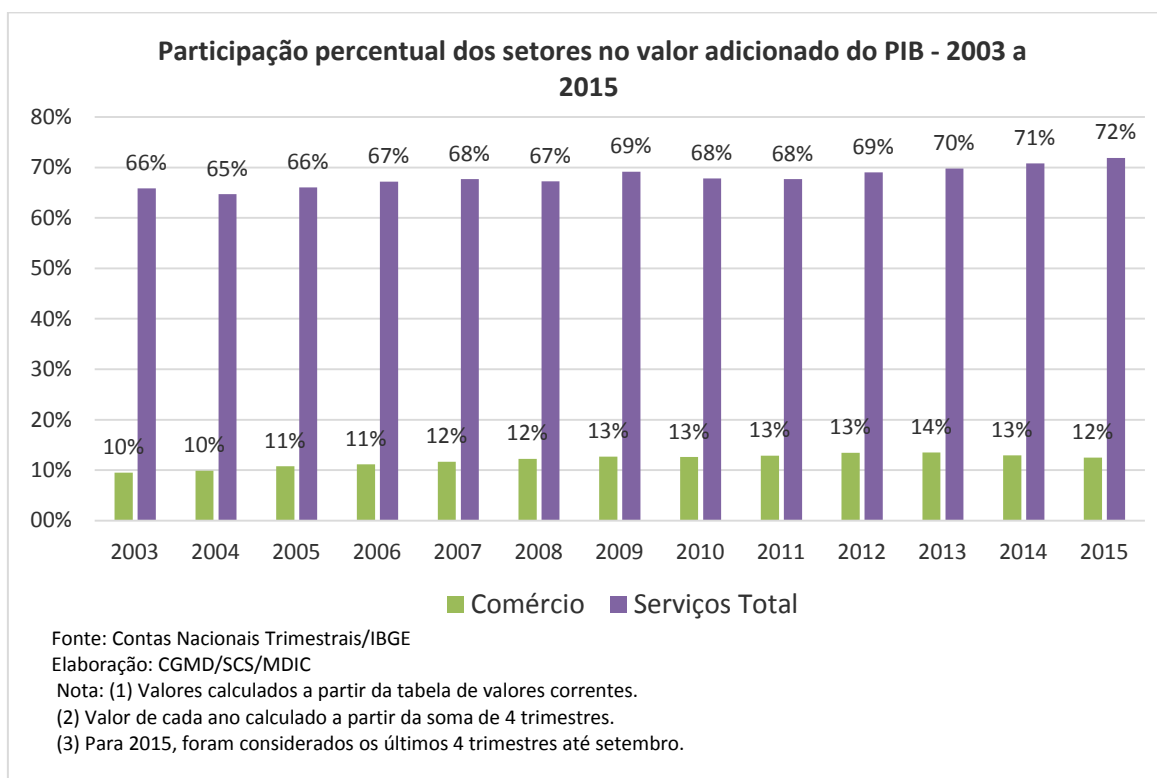
Nos últimos anos, a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi influenciada significativamente pelo setor terciário. Mesmo com a desaceleração recente, esse setor continuará sendo fundamental na economia brasileira.

Essa associação entre o desempenho da economia e o desempenho do setor terciário pode ser evidenciada ao se observar o crescimento anual dos serviços, que geralmente mostra-se em linha com o do PIB. Em determinados períodos, a expansão dos serviços foi fundamental para mitigar ou amenizar uma queda brusca da economia. Foi o que aconteceu em 2009, quando os serviços cresceram 2,1% frente a um resultado de -0,1% do PIB. Em 2014, enquanto os serviços variaram 0,4%, o PIB ficou praticamente inalterado (0,1%).



A representatividade do setor terciário, de 2003 a 2015 (pelo acumulado em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2015), passou de 65,8% para 71,9% do valor adicionado do PIB, segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE¹¹. O comércio contribuiu significativamente para esse avanço, elevando-se de 9,5% para 12,5%, no valor adicionado do PIB no período de 2003 a 2015 (até setembro), embora mostre certo recuo na participação no PIB recentemente, já que em 2013 o setor atingiu 13,5% e diminuiu para 12,5% em 2015.

¹¹ Fonte: Contas Nacionais Trimestrais – CNT. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtml>



A Pesquisa Anual de Comércio (PAC) 2013 estimou que o Setor possuía 1,6 milhão de empresas, que geraram R\$ 2,7 trilhões de receita operacional líquida e gastaram R\$ 168,2 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações pagas a 10,4 milhões de pessoas ocupadas¹².

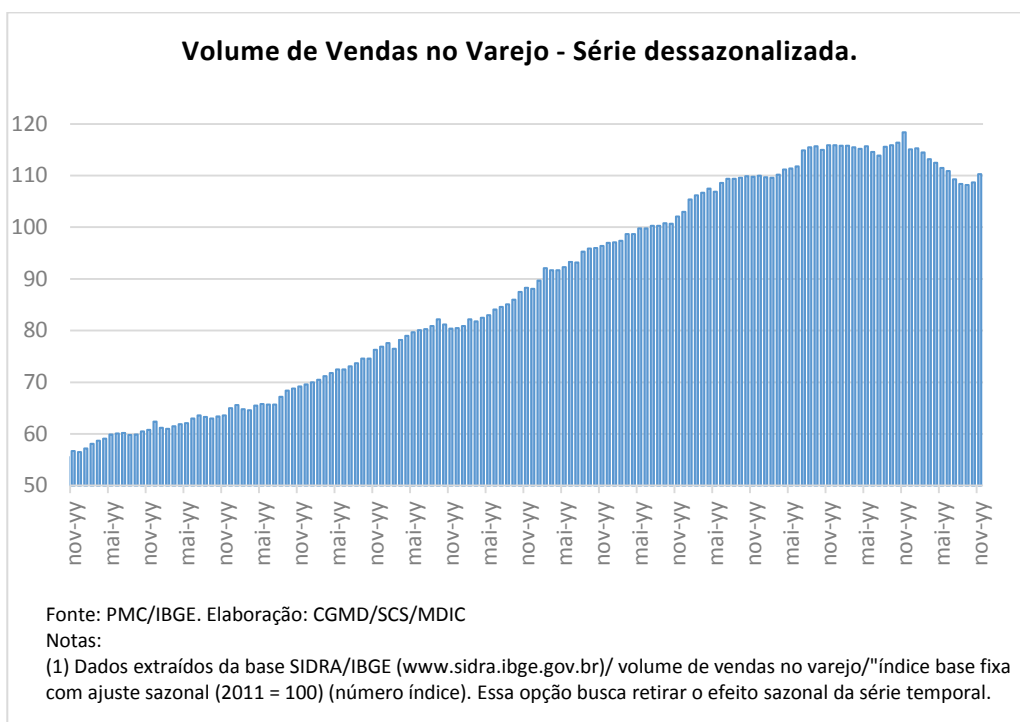
A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), do IBGE, contribui para revelar a heterogeneidade do setor de serviços no País, a relevância e o peso das micro e pequenas empresas, bem como a capacidade de novos serviços de agregar valor à economia (e, em inúmeras situações, diminuir custos). A PAS 2013 estimou a existência de 1.236.187 empresas cuja atividade principal era serviços não financeiros, que totalizaram aproximadamente R\$ 1,3 trilhão de receita operacional líquida e cerca de R\$ 745,2 bilhões de valor adicionado do PIB. Essas empresas ocuparam 12,5 milhões de pessoas e pagaram R\$ 254,0 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações¹³.

Logo, somados os postos de trabalhos pesquisados na PAC 2013 e na PAS 2013, estima-se que o setor terciário emprega um total de 22,9 milhões de pessoas.

Na condição de ramo fundamental para o setor terciário, o comércio acompanhou a conjuntura de expansão da demanda verificada nos últimos anos. A evolução mensal do índice de volume de vendas, com ajuste sazonal, medida pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), sinalizou significativa expansão entre os anos de 2000 e 2014, período de altas consecutivas.

¹² PAC 2013. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/55/pac_2013_v25.pdf

¹³ A PAC 2013, do IBGE, pode ser consultada em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2013_v15.pdf



Em 2015, o comércio foi impactado pela redução do ritmo da economia. Assim, até novembro, o volume de vendas do comércio varejista acumulado no ano recuou 4% frente a igual período do ano anterior (e, em doze meses, -3,5% até novembro)¹⁴.

Por sua vez, a partir da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, é possível monitorar o crescimento significativo da receita nominal (total) dos serviços nos últimos anos: 10% em 2012; 8,5% em 2013; 6% em 2014 (considerando-se a comparação com o ano imediatamente anterior). Já em 2015, devido à desaceleração da economia, o setor de serviços registrou uma variação da receita nominal acumulada no ano, até novembro, de -3,4%, tendo por base igual período do ano anterior (e -3,1% em doze meses até dezembro)¹⁵.

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015, observou-se a importância da simplificação, modernização e gerência da governança dos procedimentos do registro, com vistas a melhorar o ambiente de negócios, simplificando os procedimentos para o registro de empresas nas Juntas Comerciais. As ações adotadas pelo governo federal nesse sentido contribuíram para o crescimento do número de registro de abertura de empresas de 2,72%, em relação a 2011. Além disso, tendo como fonte números do IBGE, observou-se, uma maior expressão do setor de comércio e serviços, que teve um crescimento, em números de estabelecimento de comércios e serviços, de 4,78% em relação a 2011.

¹⁴ Conferir em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>

¹⁵ É possível conferir os dados em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=16>

Considerações Finais

No período de vigência do PPA 2012-2015, o setor de comércio e serviços consolidou sua participação na economia brasileira, em cerca de 70% do PIB, contribuindo, portanto, com grande parte dos empregos, geração de renda e, inclusive, com o dinamismo da indústria nacional, haja vista que parte substancial do valor agregado da indústria é atribuída à utilização de serviços na sua cadeia produtiva, influenciando em sua produtividade e competitividade.

Essa sinergia entre os serviços e a indústria tende a crescer com a inclusão de novas tecnologias e de automação dos processos, sendo fundamental para a inclusão da indústria nacional nas cadeias globais de valor. Dessa forma, é fundamental considerar a importância do setor de serviços no crescimento competitivo da indústria, na geração de empregos de qualidade e na capacidade de desenvolvimento, difusão e absorção de novas tecnologias em todos os segmentos da economia, sobretudo a indústria nacional, quando elaborar as estratégias de desenvolvimento do País.

Nesse sentido, e considerando a perspectiva de elaboração de programas estruturantes no novo ciclo do Plano Plurianual (PPA) 2016-2109, o setor de comércio e serviços será abordado do ponto de vista das políticas e ações que promovam a competitividade do setor no mercado doméstico de forma conjunta com a indústria. E do ponto de vista do mercado externo, todas as ações e políticas públicas voltadas ao Comércio Exterior estarão unificadas em um único programa que tem como diretriz o Plano Nacional de Exportações.

A diminuição de barreiras administrativas burocráticas no relacionamento com as empresas e com os cidadãos constitui uma das prioridades das políticas públicas federais, no sentido de melhorar a prestação de serviços públicos e o ambiente de negócios no país. Nesse sentido, o Governo Federal criou em 2013 a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), que promove a articulação de toda a Administração Pública com as demais esferas de governo, estadual e municipal, e entidades parceiras, em busca da redução do peso da burocracia sobre as empresas e cidadãos, em particular sobre as micro e pequenas empresas (MPE), como forma de facilitar a vida dos brasileiros e estimular a lucratividade e a competitividade da atividade empreendedora, com geração de empregos e renda.

O Programa Bem Mais Simples Brasil, instituído pelo Decreto nº 8.414/2015, alinha a agenda governamental para desburocratizar processos e facilitar a vida das empresas e dos brasileiros. Conta com cinco eixos de atuação: eliminar exigências que se tornaram obsoletas com a tecnologia; unificar o cadastro e identificação do cidadão; dar acesso aos serviços públicos em um só lugar; guardar informações do cidadão para consultas; além de resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

Com relação às principais adequações e aperfeiçoamentos para o PPA 2016-2109, o objetivo é fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços e a interlocução entre os diversos atores envolvidos, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais e inovação. Nesse sentido, medidas de desburocratização e de modernização da legislação no âmbito governamental também são consideradas fundamentais para a melhoria do ambiente de negócios para as micro, pequenas, médias e

grandes empresas, para as quais se busca atuação com o setor privado e atores governamentais.

Nesse sentido e buscando o alinhamento do PPA com as políticas públicas, o Programa “Comércio e Serviços” foi desmembrado para o próximo ciclo, passando a compor o Programa “Comércio Exterior”; o Programa “Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços”; e o novo Programa “Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil”.

O Programa de Comércio Exterior do PPA/2016-2019 foi elaborado tendo por base o Plano Nacional de Exportações 2015-2018. Ambos os instrumentos integram a política comercial brasileira, com vistas a estimular a retomada do crescimento econômico, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica nas exportações brasileiras. Em um contexto mais amplo, serão desenvolvidas um conjunto de políticas estruturais de desenvolvimento produtivo, coordenadas pelo Governo Federal, que objetivam alavancar o crescimento econômico. A ênfase na expansão do comércio exterior se soma às iniciativas governamentais de ampliação de investimentos em infraestrutura, focada no modelo de concessões, de melhorias dos ambientes tributário e regulatório, e de desburocratização e simplificação.

Serão implementados sete objetivos estruturantes, dentre os quais 05 contribuirão para o fortalecimento e diversificação do comércio exterior de serviços do país: Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações; Consolidar e ampliar a base exportadora em todas as regiões do Brasil; Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros; Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e de investimentos produtivos brasileiros em mercados prioritários; Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	19.591.282	31/12/2010	19.480.334	31/12/2011	21.000.142	31/12/2012	21.944.885	31/12/2013	22.917.157
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	31/12/2010	1.540.430	31/12/2011	1.630.558	31/12/2012	1.615.726	31/12/2013	1.596.483
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	31/12/2010	969.204	31/12/2011	1.109.208	31/12/2012	1.176.522	31/12/2013	1.236.187
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	65,44	30/12/2012	69,02	31/12/2013	69,77	31/12/2014	70,81	31/12/2015	72,05
Varição do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	5,8	31/12/2012	2,91	31/12/2013	2,75	31/12/2014	0,36	31/12/2015	-2,66

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Quadro de Metas

Objetivo: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei	5,00	Dias úteis	4,50	A meta foi superada, com 112,5% de atingimento. O prazo para conceder o registro baixou de 9,0 dias para 4,5 dias ao longo do PPA
Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei	2,00	Dias úteis	2,50	A meta ficou próxima do atingimento, com cumprimento de 87,5%, reduzindo de 6,0 para 2,5 dias. Faltou reduzir em 0,5 dias (12,5%) para atingi-la.
Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais	18,50	%	3,10	A meta não foi atingida, com resultado acumulado de redução de 3,1% no período de quatro anos desse PPA. Acumulado (2012 a 2014): 5% Prazo da concessão em 2014: 14 horas Prazo da concessão em 2015: 14,6 horas Taxa de Redução em 2015: -4,0% Acumulado (4 anos): 3,1%

Objetivo: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar o Atlas Nacional de Serviços	100,00	%	100,00	A primeira edição do Atlas contempla e alcança o resultado de 100% das meta 02R7 e 02R8, pois trata do assuntos de ambas, de comércio e de serviços, em um único documento.
Elaborar o Atlas Nacional do Comércio	100,00	%	100,00	A primeira edição do Atlas contempla e alcança o resultado de 100% das meta 02R7 e 02R8, pois trata do assuntos de ambas, de comércio e de serviços, em um único documento.

Objetivo: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)	1,00	Unidade	1,00	O Sistema teve implantação gradual, por capítulos da NBS, e, em outubro de 2013, concluiu-se essa implantação. Em 2014, o submódulo de Presença Comercial no Exterior, parte integrante do Módulo Venda do Siscoserv, foi implantado.
Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis	100,00	%	100,00	O DW do Siscoserv, ferramenta que possibilita a disponibilização de dados acurados e de forma ágil e segura, foi desenvolvido e homologado em 2014. Em 2015, o MDIC divulgou oficialmente os dados e estatísticas extraídos do Siscoserv.
Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio	4,00	Encontros Nacionais de Comércio	7,00	Meta superada, com atingimento de 175% do previsto durante o período do PPA 2012 -2015: 2012 – 1 encontro; 2013 – 1 encontro; 2015 – 5 encontros.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços	4,00	Encontros Nacionais de Serviços	10,00	Meta superada, com atingimento de 250% do previsto durante o período do PPA 2012 -2015: 2012 – 2 encontros; 2013 – 2 encontros; 2014 - 1 encontro; 2015 – 5 encontros.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	35.788	35.648	20.844	177.996	87.188
Despesas Correntes	32.058	32.058	19.852	145.001	71.597
Despesas de Capital	3.730	3.590	992	32.995	15.591
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	35.788	35.648	20.844	177.996	87.188

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2024 – COMÉRCIO EXTERIOR

Visão Consolidada do Programa

O Programa Temático de Comércio Exterior do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) foi concebido em um contexto de contínua expansão do comércio exterior brasileiro, e buscava enfrentar alguns desafios para que essa expansão se desse de forma sustentada. O primeiro deles era incrementar as exportações de bens e serviços, de forma a aumentar sua contribuição à economia nacional, bem como aumentar a participação brasileira no comércio mundial, ainda pequena, se comparada ao tamanho da economia do País. Ao mesmo tempo, era necessário o incremento qualitativo da pauta de exportações, aumentando as vendas externas de produtos de maior valor agregado - manufaturados e semimanufaturados, da indústria de alta e média intensidade tecnológica. Por fim, era importante aumentar o número de empresas exportadoras, inserindo-as cada vez mais no mercado internacional, principalmente as pequenas e médias.

Assim, os objetivos do Programa foram estabelecidos de forma a proporcionar melhores condições de competitividade às empresas brasileiras no mercado internacional, com foco em ações que proporcionassem, de forma prioritária: a simplificação e a modernização de normas e sistemas de gestão de comércio exterior; a divulgação de produtos e marcas brasileiros no mercado internacional; a ampliação do acesso a mercados internacionais aos produtos brasileiros, através de acordos e de eliminação de barreiras; e o fortalecimento dos sistemas de combate a práticas desleais e ilegais de comércio.

Um dos objetivos do PPA 2012-2015 era o de garantir a simplificação, a modernização e a harmonização de normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior. A principal iniciativa levada a cabo nesse âmbito foi o lançamento, pelo Governo Federal, no dia 23 de abril de 2014, do Programa “Portal Único de Comércio Exterior”, que é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. Com essa reformulação, busca-se estabelecer processos mais eficientes, harmonizados e integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Além da reformulação dos processos, o Programa Portal Único se ocupa do redesenho e integração dos fluxos de informações e do desenvolvimento dos sistemas informatizados encarregados de gerenciá-los.

Importantes avanços já foram realizados no âmbito do Programa Portal Único, entre os quais se destacam: a) a publicação do Decreto nº 8.229, de 22 de abril de 2014, que dispõe especificamente sobre o desenvolvimento do Portal Único no âmbito do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e atualiza a composição e as competências da Comissão Gestora do Siscomex; b) o lançamento do Sistema Visão Integrada de Comércio Exterior, que garante acesso e visão integrados de todas as operações de comércio exterior de um determinado operador; e c) o lançamento da ferramenta de Anexação Eletrônica de Documentos.

Durante o ano de 2015, os principais desafios enfrentados foram de eliminar o uso do papel nas operações de comércio exterior, e concluir e validar o desenho do novo

processo de exportação. O primeiro desafio foi enfrentado por meio da evolução faseada da ferramenta de Anexação Eletrônica de Documentos, adotada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) e pelos demais órgãos anuentes. A construção da proposta do novo processo de exportação, por sua vez, ocorreu em estreita parceria com o setor privado e os órgãos de governo envolvidos. O novo processo de exportação resolve os principais gargalos identificados no mapeamento do processo atual, além de buscar a máxima eficiência para todos os atores (público e privados), por meio da eliminação de etapas e exigências redundantes ou desnecessárias.

Os principais desafios para os próximos anos incluem o desenvolvimento dos módulos do sistema de exportação, bem como a elaboração e validação da proposta de novo processo de importação, com o posterior desenvolvimento dos módulos desse novo sistema. A conclusão da implantação do Portal Único está prevista para 2017, sendo uma das metas do PPA 2016-2019.

Além do Portal Único, ao longo do período 2012-2015, os outros sistemas de informação e gestão do comércio exterior sofreram diversos aprimoramentos para oferecer mais serviços e funcionalidades aos cidadãos e aos operadores. Uma inovação que merece destaque é a conclusão do processo de implantação do Exportação WEB (NOVOEX), finalizado em 2012, que assumiu a totalidade das operações de exportação. Além disso, com a introdução do módulo *Drawback* Isenção Web, em dezembro de 2014, foi possível facilitar o acesso das empresas ao regime aduaneiro especial de *Drawback* na modalidade Isenção.

Os seguintes avanços também foram relevantes no período de vigência do PPA: conversão do Siscomex Importação para plataforma Web, permitindo ao importador e demais intervenientes transmitir suas declarações e consultar o sistema mediante a utilização da *internet*; desenvolvimento do APP Importador, aplicativo que possibilita a consulta pública à situação atual e ao andamento do despacho das cargas e declarações de importação a partir de celulares ou *tablets*; desenvolvimento de uma nova versão Web da Declaração de Exportação, com possibilidade de *upload* de arquivo e acesso via certificação digital; implementação de diversas alterações no Sistema Mercante, para absorção pela Receita Federal da fiscalização e controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); integração entre os sistemas Mercante e Porto Sem Papel (PSP) para a disponibilização de entrada única de dados relativos a Cargas a partir do Sistema Mercante; e implementação de novas funcionalidades e melhorias relativas ao Controle de Carga no Siscomex Carga, como o Boletim de Carga e Descarga e o termo de constatação eletrônico.

Outro desenvolvimento foi o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), implantado a partir de 1º de agosto de 2012. Em janeiro de 2013, foram implantados os relatórios gerenciais do Sistema e o MDIC passou a subsidiar os órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior sobre a vinculação de suas operações a tais mecanismos.

Além disso, houve o fortalecimento do acesso à informação por meio do sistema Comex Responde, que, no ano de 2013, com a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) nº 78/2013, passou a ser o canal de comunicação brasileiro para dirimir dúvidas e acatar sugestões de comércio exterior, integrando 23 órgãos intervenientes no tema. O sistema integrou os 23 órgãos em junho de 2014 e atingiu a média de 2,99 dias para a resposta.

Outra importante inovação do período foi o lançamento do Guia de Comércio Exterior e Investimento - Invest & Export Brasil, em 2014, que permitiu a migração e a integração do Portal Brasileiro de Comércio Exterior, do MDIC, e do Brasil Global Net, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), bem como de seus produtos.

No que tange à promoção e à difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, o principal instrumento do Governo Federal foi o lançamento, em 2012, do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), com o propósito de mapear a oferta e a demanda anual por iniciativas voltadas para a difusão da cultura exportadora e contribuir para a melhoria do desempenho e diversificação das exportações, mediante uma oferta mais organizada das atividades então oferecidas pelas instituições participantes do Plano.

O PNCE representa a soma de esforços de importantes atores: MDIC, governos estaduais, entidades de classe e diversos outros parceiros, entre eles o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Agência Brasileira de Promoções e Investimentos (Apex-Brasil), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF). Essa estreita coordenação visa o aumento, a divulgação e a consolidação das exportações brasileiras de todas as regiões do País. Ao longo da vigência do PPA, o PNCE promoveu diversas iniciativas de mobilização e capacitação de gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Em 2015, o PNCE foi inserido no contexto do Plano Nacional de Exportações (PNE), como uma de suas vertentes de atuação, e recebeu uma série de ajustes e aperfeiçoamentos com o objetivo de proporcionar uma melhor definição das atividades necessárias às empresas e, também, com o propósito de encadear e organizar estas atividades de acordo com o conceito de “trilha de internacionalização”. Essa metodologia possibilitará um melhor rendimento do PNCE como um todo, na medida em que as empresas terão acesso a atividades adequadas ao estágio em que se encontram no momento em que ingressarem na referida “trilha de internacionalização” e, também, permitirá por parte da instituição gestora do PNCE, dos estados e instituições participantes, um melhor acompanhamento e interação com as empresas e respectivos setores. Paralelamente, está sendo elaborado pelo MDIC um sistema informatizado que possibilitará a gestão e o acompanhamento do PNCE de acordo com esta nova metodologia.

Além disso, também se destacam, no âmbito da Promoção da Cultura Exportadora, as ações realizadas pela Apex-Brasil no âmbito do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), para qualificação de empresas para a exportação, por meio de 38 Núcleos Operacionais em funcionamento em 14 Unidades da Federação, para o atendimento de

aproximadamente 3.000 empresas não-exportadoras e iniciantes no processo de acessar mercados internacionais.

O novo PPA 2016-2019 também traz como um de seus objetivos consolidar e ampliar a base exportadora em todas as regiões do Brasil. Para isso, continuará a usar como base o Plano Nacional da Cultura Exportadora, que atuará como braço regional do Plano Nacional de Exportações, no objetivo de aumentar o número de empresas que operam no comércio exterior e, conseqüentemente, aumentar as exportações de produtos e serviços dos estados brasileiros.

O regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) também se configura como um importante instrumento para o maior desenvolvimento econômico e social do País, uma vez que, por intermédio do incremento das exportações nacionais, contribui não apenas para a geração de emprego e renda, a inovação tecnológica, mas também para a redução dos desequilíbrios regionais. Ademais, cumpre-se ressaltar, também, a relevância do regime no sentido de viabilizar a realização de importantes investimentos produtivos nacionais e estrangeiros no País, com sua maior integração ao comércio internacional.

Atualmente, existem 23 ZPEs em implantação no Brasil. Durante a execução do PPA 2012-2015, foram criadas duas ZPEs – Uberaba/MG e Porto Velho/RO. Além disso, cinco ZPEs comprovaram início de obras de infraestrutura; duas ZPEs comprovaram conclusão de obras de infraestrutura; e duas ZPEs concluíram seu processo de alfandegamento.

Registre-se ainda que, no período de 2012 a 2015, foram aprovados 11 projetos industriais a serem instalados nas ZPEs do Ceará, Acre e Parnaíba/PI, os quais representaram uma expectativa de investimento na ordem de R\$ 825 milhões.

Situada no município de São Gonçalo do Amarante/CE, a ZPE do Ceará já se encontra em efetiva operação, haja vista os trabalhos de implantação do projeto industrial da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), para construção e operação de usina siderúrgica no referido empreendimento, cujo início das operações de exportação encontra-se previsto para o primeiro semestre de 2016. Em seu estágio de operação mais avançado, tal projeto industrial, aprovado por meio da Resolução CZPE nº 04, de 28 de setembro de 2011, já obteve, isoladamente, mais de US\$ 5 bilhões em investimento, e gerará aproximadamente 14.000 empregos diretos e indiretos quando em plena operação.

A ZPE do Acre, localizada no município de Senador Guiomard/AC, por sua vez, já se encontra alfandegada perante a Autoridade Aduaneira e conta com cinco projetos industriais aprovados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE). Já a ZPE da Parnaíba/PI encontra-se em fase final de processo de alfandegamento e já conta com três projetos industriais aprovados pelo CZPE, dos quais se destaca projeto industrial destinado à fabricação e exportação de cera de carnaúba, cuja empresa aguarda apenas a conclusão do referido processo de alfandegamento para início de suas vendas externas a partir da referida ZPE.

Assim, conclui-se que, não obstante as dificuldades observadas efetiva implantação da infraestrutura demandada pelas ZPEs, sobretudo com base em investimentos de estados

e/ou municípios ante ao contexto de maior restrição orçamentária dos governos locais, entende-se que os resultados ora apresentados evidenciam a recente evolução do processo de implantação das ZPEs no País. Ademais, tendo em vista o efetivo início das operações de exportação dos projetos industriais instalados em ZPEs, bem como considerando o cenário atual de maior atratividade da atividade exportadora perante o setor produtivo nacional e estrangeiro, estima-se que, para o período do próximo PPA, novas ZPEs entrem na fase operacional no País, inclusive com a ampliação do número de projetos industriais abrangidos pelo regime.

Outro fenômeno observado no período de 2012 a 2015 foi o acirramento da competição por mercados e uma retração dos financiamentos privados ao comércio exterior, em decorrência dos efeitos da crise financeira registrada no final da década anterior. Em resposta a esse fenômeno, diversos governos ampliaram e facilitaram a concessão de apoio creditício oficial a exportações.

Nesse contexto, o apoio público a exportações cresceu substancialmente no Brasil, como forma de se evitar uma redução ainda maior do volume de exportações e, dessa forma, contribuir com a manutenção do emprego e da renda no País. Nesse sentido, o volume de exportações amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), na modalidade equalização de taxas de juros, por exemplo, cresceu aproximadamente 46% em quatro anos, partindo de cerca de US\$ 3,5 bilhões em 2011 para atingir US\$ 5,1 bilhões em 2015. O Fundo de Garantia às Exportações (FGE), por sua vez, teve sua exposição ampliada em 27% no mesmo período, atingindo US\$ 29 bilhões.

Esses resultados foram motivados por uma série de medidas implementadas entre 2011 e 2015, entre as quais se destacam: a) aumento da dotação orçamentária do PROEX; b) ampliação da alçada do Banco do Brasil e da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda para aprovar operações, respectivamente, do PROEX e do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do FGE; c) mudanças nos parâmetros de alavancagem do FGE, que possibilitaram o aumento de sua exposição total sem comprometer sua solvência; d) implementação do SCE/FGE para micro, pequenas e médias empresas, inclusive com ampliação do limite de exportações anuais definido como critério de elegibilidade ao programa.

Destacam-se, também, as medidas implementadas com a finalidade de aperfeiçoar a gestão dos programas, como a adoção do planejamento estratégico e a revisão das práticas atuariais do SCE/FGE e o aprimoramento dos procedimentos de combate à corrupção na concessão de apoio público a exportações, inclusive com a adesão do Brasil às recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o tema.

No quadriênio em tela, o Programa Mais Alimentos Internacional foi efetivamente implementado, com a concessão de financiamentos a exportações de máquinas e equipamentos agrícolas atrelada à execução de projetos de cooperação técnica em quatro países parceiros: Senegal, Zimbábue, Cuba e Moçambique. Somente nos últimos dois anos, o referido programa foi responsável por mais de US\$ 90 milhões em exportações brasileiras. Além desses quatro países, Quênia e Gana também contam com financiamentos enquadrados pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG), que

dependem apenas da conclusão de etapas operacionais para serem concretizados. Conforme consta no novo Plano Plurianual, pretende-se ainda atingir quatro novos países até 2019.

No entanto, alguns desafios se colocam para os próximos anos. Primeiramente, é necessário ampliar o acesso de micro, pequenas e médias empresas aos instrumentos de apoio creditício a exportações. Sobre esse tema, destaca-se que o número de empresas beneficiadas anualmente pelo PROEX-financiamento, cujo foco são empresas com faturamento abaixo de R\$ 600 milhões, reduziu-se, partindo de 312 em 2011 para atingir apenas 147 empresas em 2015, o que se refletiu na queda das exportações alavancadas pelo programa, de US\$ 644,3 milhões para US\$ 360,8 milhões em 2015. Planeja-se reverter essa situação no próximo quadriênio, razão pela qual foi incluída no PPA 2016-2019 a ambiciosa meta de se atender 550 empresas em quatro anos. Para tanto, será fundamental, por exemplo, a implementação da iniciativa, também prevista no PPA 2016-2019, de se efetivar a oferta do SCE/FGE para micro, pequenas e médias empresas.

Além disso, no período em análise, o apoio público a exportações ficou concentrado em poucas empresas, como fica evidenciado no caso do SCE/FGE, com 55 empresas apoiadas e no caso do PROEX-equalização, com 56 empresas apoiadas. Ampliar esses quantitativos, portanto, é uma meta fundamental para o período vindouro.

No que tange à ampliação do acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais, merece destaque a retomada das negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia (EU). A partir de novembro de 2013, iniciou-se, no âmbito do Mercosul, um processo de convergência das ofertas nacionais, com o objetivo de consolidar uma oferta comum do bloco. Em 2014, foram realizadas quatro reuniões técnicas de convergência no âmbito do Mercosul. Além das reuniões internas, foi realizada, em março de 2014, reunião em Bruxelas, entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia para troca de informações sobre os parâmetros da negociação. No Comunicado da Cúpula de Caracas, realizada em julho de 2014, o Mercosul anunciou oficialmente o acordo alcançado na preparação de uma oferta comum do bloco. Além de bens, estão sendo negociados serviços, investimentos e compras governamentais. Em reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, em maio de 2015, aprovou-se orientação de avançar nas negociações. Uma reunião entre os negociadores-chefe do Mercosul e da UE, realizada em outubro de 2015, em Assunção, encerrou de maneira muito construtiva o processo de troca de informações no plano técnico. Em novembro de 2015, o Conselho da UE deu aval para o avanço das negociações de livre comércio. A troca de ofertas deve ocorrer em 2016.

O governo brasileiro desenvolveu também uma nova abordagem para acordos de investimentos, focada no conceito de facilitação do fluxo de capitais, mitigação de riscos e na prevenção das controvérsias. O Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) tem como objetivo apoiar a internacionalização de empresas brasileiras e a atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, impulsionando os fluxos de investimento, promovendo o crescimento econômico, integrando mercados e dinamizando a pauta comercial. Tal modelo de acordo foi assinado em 2015, com Angola, Chile, Colômbia, Malawi, México e Moçambique.

Com vistas a ampliar o acesso das exportações brasileiras ao mercado dos Estados Unidos, incluiu-se, em março de 2015, o tema de cooperação regulatória no âmbito do Diálogo Comercial MDIC-DoC (*Department of Commerce*). Ainda em março de 2015, assinou-se um memorando de entendimento entre os setores de cerâmica de ambos os países, mediante o qual as partes se comprometeram a avaliar o interesse e a viabilidade de convergir respectivas normas e métodos de avaliação da conformidade. Em junho de 2015, no âmbito da visita da Presidente da República aos EUA, MDIC e DoC assinaram o Memorando de Intenções sobre Normas Técnicas e Avaliação da Conformidade, que tem servido de acordo “guarda-chuva” para diversas iniciativas setoriais destinadas a eliminar ou reduzir entraves ao comércio bilateral resultantes da divergência entre normas, regulamentos e sistemas de avaliação da conformidade. Entre tais iniciativas, destacam-se ações de cooperação regulatória no setor têxtil, no setor de refrigeração, com foco em eficiência energética, e a recente habilitação de laboratórios no Brasil a fim de que sejam realizados, no País, testes e ensaios atualmente feitos nos Estados Unidos, o que gerará redução significativa de custos e prazos para os exportadores nacionais.

No que diz respeito ao fortalecimento do Sistema de Defesa Comercial brasileiro, no período de vigência do PPA, foram iniciadas 215 investigações de defesa comercial, sendo 210 investigações de *dumping*, quatro de subsídios e uma de salvaguardas. Nesses anos, foram recebidas 239 petições de investigação de *dumping*, quatro de subsídios e dois de salvaguardas. Ademais, no período considerado, foram aplicadas 138 medidas *antidumping* definitivas, uma vez que 133 investigações resultaram na aplicação de direitos *antidumping*, uma na homologação de compromisso de preços e quatro na aplicação de direito *antidumping* em conjunto com homologação de compromisso de preços.

No que se refere à evolução da legislação, foram publicados diversos atos normativos relacionados à defesa comercial, sendo o mais relevante deles o Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, que regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas *antidumping*. Com a publicação e a entrada em vigor do Decreto nº 8.058, bem como com o contínuo treinamento da equipe de investigadores, a partir do final de 2013, quando as primeiras petições protocoladas sob o âmbito do referido decreto se tornaram processos, houve redução dos prazos em todas as etapas das investigações. Em média, a análise das petições de investigação original ocorreu em 48 dias, as determinações preliminares ocorreram em 118 dias e as determinações finais em 361 dias.

Foi desenvolvido, ao longo do período analisado, o Sistema DECOM Digital (SDD), cuja finalidade é a formação de autos digitais, nos quais as partes interessadas em investigações de defesa comercial deverão enviar apenas versões eletrônicas dos documentos e terão acesso online aos autos, garantindo maior celeridade e transparência aos procedimentos. O SDD entrou em vigor por meio da Portaria SECEX/MDIC nº 58, de 29 de julho de 2015, a qual o regulamenta.

As iniciativas de aprimoramento do Sistema de Defesa Comercial terão continuidade no PPA 2016-2019, tendo em vista que, para continuar atendendo a alta demanda do setor privado com relação ao Sistema de Defesa Comercial brasileiro (capacidade de prover proteção célere e efetiva contra práticas comerciais desleais e ilegais) faz-se necessário aperfeiçoar o sistema brasileiro de defesa comercial da indústria. As principais ações

previstas estão relacionadas ao desenvolvimento evolutivo do Sistema DECOM Digital, que permitirá a informatização dos processos administrativos de defesa comercial, e à elaboração de novo decreto de medidas compensatórias e de salvaguardas, visando reduzir custos, bem como garantir maior celeridade, transparência e ampla defesa nos procedimentos de defesa comercial.

Em relação aos instrumentos para o combate às práticas ilegais no comércio exterior, a RFB aprimorou as técnicas de gestão de riscos, o que possibilitou a redução do número de declarações direcionadas para canal de conferência diferente do verde. Associada a esta estratégia, investiu-se na fiscalização aduaneira de zona secundária, após a entrega dos bens ao contribuinte.

Além disso, a realização de ações de repressão em vias de ligação entre a fronteira terrestre e os grandes centros de consumo, em centros de comércio varejista e em operadores logísticos que atuam no comércio exterior tem se mostrado cada vez mais eficiente. Prova disso, são os significativos incrementos nos valores das apreensões, o que impele aqueles que executam tais ações à realização de operações regularmente declaradas. Faz-se relevante destacar que o volume de apreensões atingiu o montante de 1,88 bilhões de reais no ano de 2015, 27% a mais do que o montante de 1,48 bilhões de reais registrado no ano de 2011.

Para a consecução desses objetivos, foi de grande relevância a implementação do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, o CERAD, no final do ano de 2012. As principais atribuições do CERAD consistem na coordenação e realização de estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária, à determinação de áreas de risco aduaneiro e à identificação de fraudes no comércio exterior. O CERAD também é responsável pela inserção de parâmetros de seleção fiscal aduaneira nos sistemas informatizados de controle de carga, trânsito e despacho aduaneiro e pela avaliação da efetividade desses parâmetros.

Outra importante meta atingida foi a redução dos tempos médios dos despachos aduaneiros de importação e de exportação. O tempo médio do despacho aduaneiro de importação foi reduzido de 2,22 dias, ao final de 2011, para 1,68 dia, ao final de 2015, enquanto que o tempo médio do despacho aduaneiro de exportação foi reduzido de 0,51 dia, ao final de 2011, para 0,13 dia, ao final de 2015.

Durante toda a vigência do PPA 2012-2015, o Governo Brasileiro evidenciou inúmeros esforços para fortalecer iniciativas de fomento das exportações brasileiras. O principal produto desses esforços foi consubstanciado com o lançamento, em 2015, do Plano Nacional de Exportações, que tem como objetivo primordial fomentar as vendas de bens e serviços brasileiros ao exterior, com foco na sua ampliação, diversificação, consolidação e agregação de valor e de intensidade tecnológica. Esses esforços incidem sobre três dimensões das vendas externas: a) a composição da pauta exportadora; b) os mercados de destino; e c) a origem das exportações brasileiras (maior diversificação regional da base exportadora).

Construído em estreita coordenação com o setor privado, o Plano está estruturado em cinco pilares: acesso a mercados; promoção comercial; facilitação de comércio;

financiamento e garantia às exportações; e aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários de apoio às exportações. Em cada um desses pilares, são definidas metas qualitativas para cada ano de vigência do Plano. Anualmente, até 2018, os compromissos serão reavaliados e redefinidos, sendo anunciadas metas atualizadas no início de cada ano. Em complemento, o Plano também define indicadores de desempenho, que servirão para acompanhar os resultados almejados e assegurar maior eficácia a suas diretrizes. Em relação à Governança, está prevista também a participação direta do setor privado, a fim de orientar os esforços do governo, apontando correções de rumo e o que precisa ser aperfeiçoado.

Considerações Finais

O Programa Temático desenvolvido para o quadriênio 2016-2019 mantém as premissas do programa anterior, principalmente quanto ao intuito de aumentar as exportações brasileiras, quantitativa e qualitativamente, e de trazer um número maior de empresas, principalmente pequenas e médias, para a atuação no mercado internacional. No entanto, a partir da experiência adquirida ao longo dos anos de monitoramento do PPA 2012-2015, foi possível elaborar um novo Programa mais conciso e mais objetivo, que dá continuidade ao planejamento e à ação governamental dentro da política de comércio exterior, e busca aprimorar e aperfeiçoar as diversas iniciativas já iniciadas no ciclo anterior, levando a cabo os objetivos da política para o setor. É importante observar que a construção do Programa Temático de Comércio Exterior no PPA 2016-2019 foi feita de forma a preservar a coerência e o alinhamento com o Plano Nacional de Exportações, que é a atual política setorial da área de comércio exterior.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	31/12/2010	10,43	31/12/2012	11,36	31/12/2013	11,29	31/12/2014	10,89	31/12/2015	12,6122
Corrente de comércio de bens	US\$ bilhão	31/12/2010	383,6837	31/12/2012	465,7615	31/12/2013	481,7811	31/12/2014	454,2553	31/12/2015	362,5833
Exportação total de bens	US\$ bilhão	31/12/2010	201,3241	31/12/2012	242,2832	31/12/2013	241,5773	31/12/2014	224,0978	31/12/2015	190,0921
Exportação total de serviços	US\$ bilhão	31/12/2010	29,1444	31/12/2012	37,0737	31/12/2013	36,3422	31/12/2014	39,0467	31/12/2015	32,9889
Participação brasileira no comércio mundial	%	31/12/2010	1,3196	31/12/2012	1,3115	31/12/2013	1,2769	31/12/2014	1,1846	31/12/2014	1,1846
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	31/12/2010	23,093	31/12/2012	21,3669	31/12/2013	20,873	31/12/2014	20,3134	31/12/2015	22,166
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	31/12/2010	22,6775	31/12/2012	-3,56	31/12/2013	-0,2251	31/12/2014	-11,4961	31/12/2015	-9,1715
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	31/12/2010	18,4568	31/12/2012	5,2991	31/12/2013	-1,9731	31/12/2014	7,4418	31/12/2015	-15,5142
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	31/12/2010	25,5	31/12/2012	22,33	31/12/2013	21,1	31/12/2014	23,8	31/12/2015	25,2

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Quadro de Metas

Objetivo: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco	13,00	%	11,02	A meta para o quadriênio de 13% foi suplantada em 2 pontos residuais. O bom resultado é fruto de ações como o aperfeiçoamento da seleção automática do Siscomex garantida por rotinas de gerenciamento de risco nacional e local mais robustas. Vemos espaço para novas melhoras, alinhando a posição do país com as métricas observadas em economias mais maduras.

Objetivo: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras	40,00	%	27,73	Como motivos pelo não atingimento da meta, elencamos, principalmente: o decréscimo de servidores (-8,78%), incluindo Auditores Fiscais (-12,25%), Analistas Tributários (-2,17%) e Administrativos (-9,92%); a diminuição do fluxo do comércio exterior (exportação: -25,35%; importação: -24,22%); os movimentos paretistas das categorias funcionais da RFB, a despeito dos esforços da Administração da RFB junto às demais esferas governamentais para buscar solução satisfatória para o fim do movimento.

Objetivo: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação	6,00	Meses	4,00	Contribuíram para a superação da meta a nova legislação, o aumento do número de investigadores e o seu contínuo treinamento.
Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses	12,00	Meses	12,00	O novo Decreto nº 8.058/2013 contribuiu para o alcance da meta.

Objetivo: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal	100,00	%	0,00	A previsão da consolidação das normas no âmbito de competência de cada interveniente no comércio exterior foi incorporada no Plano Nacional de Exportações.
Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos	100,00	%	0,00	Com a priorização de implantação do Portal Único do Comércio Exterior, optou-se pelo não desenvolvimento do Sistema de Desempenho Logístico no período.
Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital	100,00	%	40,00	O Governo conferiu prioridade estratégica ao Programa Portal Único de Comércio Exterior. A previsão de conclusão do Projeto é para 2017.

Objetivo: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização	89,00	Empresas	56,00	A aprovação de novas operações do PROEX-equalização ficou suspensa entre outubro de 2014 e julho de 2015, o que dificultou o alcance da meta.
Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	100,00	Empresas	55,00	O número de empresas beneficiadas antes do período do PPA cresceu muito acima da média, o que possivelmente distorceu a definição da meta. Vale esclarecer que, no cômputo desse quantitativo, consideraram-se apenas empresas com operações aprovadas pelo COFIG, que delibera sobre operações superiores a US\$ 20 milhões. O universo de empresas com vendas desse volume é restrito, concentrado nos setores aeronáutico e infraestrutura, o que explica a dificuldade de ampliação do quantitativo em questão.
Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento	1.060,00	Empresas	401,00	O fato de a meta estar superestimada e as dificuldades que as MPME encontram para obter as garantias necessárias para acessarem o PROEX-financiamento impossibilitaram o alcance da meta. Deve-se acrescentar, ainda, que o não cumprimento da meta está relacionado com uma queda geral das exportações brasileiras, de 25% entre 2014 e 2015, e do número de exportadores, de 5% no mesmo período.

Objetivo: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)	50,00	Núcleos operacionais do PEIEX	38,00	Diante da disponibilidade orçamentária, foram priorizadas a Renovação dos Convênios Vigentes e a abertura de um novo Núcleo Operacional em Ilhéus, na Bahia.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior	27,00	Unidades	25,00	Com a reformulação do PNCE e a nova metodologia incorporada ao Plano em 2015 o planejamento e a condução das atividades passou a ser realizado de outro modo. Não foi possível concluir a articulação com os estados restantes a tempo.
Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros	27,00	Unidades	25,00	Foram realizados seis estudos em 2012, 10 em 2013, quatro em 2014 e cinco em 2015, totalizando o número de 25 estudos ao longo do PPA 2012-2015. Não foi possível concluir os estudos remanescentes dentro da vigência do Plano.
Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora	100,00	%	92,60	O PNCE foi inserido no contexto do Plano Nacional de Exportações.
Lançar 6 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação	100,00	%	0,00	A inviabilização de recursos financeiros e logísticos impossibilitaram o alcance da meta.
Lançar o Aprendendo a Exportar para a África	100,00	%	0,00	Apesar de concluído, não foi possível completar a articulação política para o lançamento do produto.
Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3	100,00	%	60,00	Desde 2014 não houve disponibilidade operacional para desenvolvimento e implementação do produto multimídia.
Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior	24,00	Treinamentos/ano	18,00	A meta foi atingida em termos globais (101 treinamentos vs 96 planejados para o quadriênio). Em 2015, não foi possível atingir a meta anual em função das restrições orçamentárias enfrentadas.

Objetivo: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 12.403 para 14.023 o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil	14.023,00	Empresas	12.351,00	Com a redução da atividade econômica, há menos empresas engajadas na atividade exportadora do que o previsto à época de elaboração do Plano.
Aumentar de 14,76% para 16,67% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira	16,67	%	18,10	Para fins de apuração da meta, foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora.
Aumentar de US\$ 39,58 bilhões para US\$ 57,8 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil	57,80	US\$ Bilhões/ano	61,50	Apurada pelos dados oficiais encaminhados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e pela Secretaria de Comércio e Serviços (SCS), do MDIC.

Objetivo: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas	23,00	Unidades	11,00	Problemas financeiros, dificuldades na obtenção de licenças, no cumprimento das exigências de autoridades aduaneiras e de prazos legais na condução das obras impossibilitaram o alcance da meta.

Objetivo: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback	20,00	%	-12,40	O aumento no número de empresas usuárias do regime consiste de um indicador atrelado a diversas variáveis, sendo algumas dessas variáveis de difícil ou impossível controle. A retração econômica, bem como a utilização de incentivos fiscais semelhantes, podem explicar a redução no número de empresas.
Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações	100,00	%	100,00	Em apenas um ano de funcionamento do novo módulo, 364 CNPJ diferentes de 337 empresas distintas utilizaram-se do sistema para registro e acompanhamento de seus atos concessórios.
Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação	100,00	%	100,00	O sistema encontra-se em fase de ajustes pós-implantação e tem se mostrado estável e confiável, fruto do trabalho de especificação, desenvolvimento e homologação desempenhados pelo MDIC junto ao Serpro.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras	100,00	%	10,00	O desenvolvimento do Sistema Gerencial foi suspenso. A maior parte dos recursos foi alocada para o Programa Portal Único do Comércio Exterior.
Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras	100,00	%	80,00	Após a suspensão da meta em 2013 por problemas de solução tecnológica, em 2015, o uso da ferramenta "Quartzo" tem se mostrado versátil para atender as necessidades do sistema.
Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos	48,00	Seminários	29,00	A dificuldade em consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias em 2012, bem como a indisponibilidade de equipe e de recursos financeiros em 2013, dificultaram o alcance da meta.
Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb	5,00	dias	4,00	A infraestrutura de informática disponibilizada pela SPOA/CGMI contribuiu para o alcance da meta.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.707.240	3.707.240	895.731	14.610.056	6.413.608
Despesas Correntes	1.670.757	1.670.757	375.608	6.058.290	2.637.920
Despesas de Capital	2.036.483	2.036.483	520.123	8.551.766	3.775.688
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.707.240	3.707.240	895.731	14.610.056	6.413.608

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2025 – COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

Visão consolidada do Programa

A área de comunicações tem adquirido uma relevância estratégica para a sociedade contemporânea na medida em que provê serviços e conteúdos capazes de empreender significativas transformações sociais e avanços tecnológicos que não só impulsionam o crescimento econômico, mas também alteram os padrões de desenvolvimento e inclusão social. Esta dimensão estratégica foi plenamente contemplada no PPA 2012-2015, onde as ações voltadas para a implementação da infraestrutura de comunicações foram consideradas como base para o processo de inclusão digital. A premissa de construção do Programa foi que a inclusão digital, elemento central na sociedade da informação, é condição para a concretização de direitos fundamentais como a comunicação, a educação e a cultura, e se coloca como passo necessário à efetiva inclusão social.

Desde 2011, o crescimento do PIB do setor de serviços de informação e comunicação¹⁶, que reflete o desempenho do setor de comunicações, tem se mostrado significativamente superior ao desempenho do PIB total do país, conforme demonstra a tabela abaixo:

Ano	PIB do Setor de Serviços de Informação e Comunicação	PIB Total
2011	6,5 %	3,9 %
2012	7,0 %	1,9 %
2013	4,0 %	3,0 %
2014	4,7 %	0,1 %
2015	0,6 %	-3,2 %

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Serviços, dezembro de 2015

Premissa central do Programa foi a explícita consideração de que, no século XXI, o conhecimento não pode ser separado da tecnologia. Os rápidos avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC fazem o mundo ser cada vez mais complexo e interconectado. Assim, o desenvolvimento de longo prazo do Brasil também depende da ampliação da infraestrutura de telecomunicações, provendo qualidade à prestação dos serviços vinculados aos sistemas de educação, saúde e cultura. Neste sentido, as escolas

¹⁶ O PIB do Setor de Serviços de Informação e Comunicação inclui: edição e impressão; atividades cinematográficas; produção de vídeo, televisão e gravação de som; serviços de rádio e televisão; serviços de Tecnologia da Informação; prestação de serviços de informação.

públicas e as unidades de saúde foram priorizadas por políticas públicas de ampliação e melhoria do acesso à internet.

Além disso, o Programa também criou as condições para aumento da competitividade de tal modo que o País seja atuante na produção de conteúdos digitais criativos e na provisão de serviços de TIC.

Outro pilar deste Programa foram as ações de estímulo à inovação e aumento da competitividade do setor da indústria de telecomunicações.

A abordagem acima descrita decorre do entendimento que as transformações observadas no setor de telecomunicações no século XXI, caracterizadas pelos processos de convergência digital, impõem novos comportamentos para o setor. No novo modelo, o consumidor final não demanda apenas os tradicionais serviços de voz e transmissão de dados. Nessa nova configuração, os usuários procuram serviços e aplicações como comércio eletrônico, interação na assim chamada Web 2.0, especialmente em redes sociais, o compartilhamento de mídias como música e vídeo, entre outras possibilidades de atuação interativa.

O mesmo processo de evolução pode ser percebido no setor de radiodifusão, com a continuidade da implantação da TV Digital no Brasil. No período do plano foi ajustado o cronograma de transição para a nova tecnologia e iniciado o processo de desligamento do sinal de TV analógico, bem como foi intensificada a atuação do poder público nos processos de fiscalização quanto aos cumprimentos de normas e regulamentos vigentes em prol do acesso à TV digital.

Finalmente, mas não menos importante, foi contemplado o esforço pela democratização do acesso aos meios de comunicação mediante a ampliação da radiodifusão pública, especialmente as emissoras educativas e comunitárias.

1.2. Visão dos Principais Atributos do Programa

1.2.1. Infraestrutura e Massificação dos Serviços de Comunicação Digital

1.2.1.1. Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

O PNBL, criado pelo Decreto nº 7.175/2010, estabeleceu dentre seus objetivos:

I - massificar o acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga;

II - acelerar o desenvolvimento econômico e social;

III - promover a inclusão digital;

IV - reduzir as desigualdades social e regional;

V - promover a geração de emprego e renda;

VI - ampliar os serviços de Governo Eletrônico e facilitar aos cidadãos o uso dos serviços do Estado;

VII - promover a capacitação da população para o uso das tecnologias de informação; e

VIII - aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

Além dos objetivos gerais listados acima, o PNBL é composto de uma série de ações, em diversas dimensões – regulatória, política produtiva e tecnológica, incentivos fiscais e normas de infraestrutura. Pode-se destacar:

- i. A reativação da Telebrás, que no fim de 2015 dispunha de 25 mil km de fibras ópticas em operação. Essa infraestrutura é ofertada no atacado para pequenos provedores de Internet que oferecem o serviço no varejo. Além disso, destaca-se o papel da Telebras na viabilização da infraestrutura de dados usada nos estádios da Copa do Mundo 2014, que garantiu a transmissão em alta definição e a comunicação da imprensa e dos torcedores com todo o mundo;
- ii. A Banda Larga popular, que oferece 1 Mbps ao custo de R\$ 35,00 e foi disponibilizada em duas formas: a) por pequenos e médios provedores que firmaram acordo com a Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebrás; e b) concessionárias de serviços de telefonia que assinaram os termos de compromisso com o Ministério das Comunicações.
- iii. O Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga – REPNBL, que incentiva investimentos em infraestrutura de telecomunicações e a expansão do acesso ao serviço de banda larga (tanto fixa quanto móvel);
- iv. A política de desoneração de terminais móveis do tipo *smartphones* e *tablets*, incluídos na Lei do Bem. Essa política incluiu ações de promoção de aplicativos nacionais, que estavam disponíveis com destaque nesses terminais.
- v. No campo da inovação tecnológica, convém destacar contratação dos projetos aprovados pelo edital Inova Telecom, por meio de chamamento público conjunto, entre o Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão no período de 2014 a 2018.
- vi. Na política regulatória, merecem destaque as ações em prol dos usuários dos serviços de telecomunicações, tais como a aprovação, pela Anatel, do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, que estabeleceu regras sobre atendimento, cobrança e oferta dos serviços de telefonia fixa, móvel, de comunicação multimídia e de televisão por assinatura;
- vii. Os incentivos à competição no mercado, com o surgimento de regras assimétricas que favorecem novos prestadores de serviço, bem como as diminuições de preços e simplificações dos processos de outorgas de telecomunicações.

- viii. As ações visando a redução de preços, como a redução das tarifas de interconexão entre prestadoras e a redução da tarifa básica do serviço de telefonia fixa; e
- ix. Medidas voltadas à qualidade dos serviços, como acompanhamento dos Planos Nacionais de Ação de Melhoria do Serviço Móvel Pessoal e a edição de regulamentos estabelecendo metas de qualidade em serviços fixos e móveis.

Em termos de infraestrutura, destaca-se a licitação das radiofrequências de 2,5 Ghz, ocorrida em 2012, que permitiu a implementação da telefonia celular 4G, possibilitando uma maior velocidade de transmissão de dados. Esse leilão gerou a obrigação que as operadoras vencedoras ofereçam serviços de voz e dados nas áreas rurais em um raio de 30 km dos limites da sede de cada município do país até o fim de 2015.

Nos termos definidos no Edital, as operadoras ficaram obrigadas também a cumprir um cronograma de implantação, destacando-se a disponibilização da infraestrutura necessária para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Calendário de implantação da tecnologia 4G no país

Prazo	Cobertura	Municípios	% Pop.
Abril de 2013	TODAS as sedes da Copa das Confederações 2013	Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Recife (PE).	9,4%
Dezembro de 2013	TODAS as SEDES e SUBSEDES* da Copa do Mundo 2014	Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Salvador (BA), São Paulo (SP), Porto Alegre (RS).	25,2%
Maio de 2014	TODAS as Capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes	45	30,6%
Dezembro de 2015	Demais municípios com mais de 200 mil habitantes.	+ 91	+14,0%
Dezembro de 2016	Demais municípios com mais de 100 mil habitantes.	+ 152	+10,5%
Dezembro de 2017	Demais municípios entre 30 e 100 mil habitantes	+ 791	+20,7%

Fonte: Anatel.

Ficou estabelecido no Edital que as concessionárias deverão atender até dezembro de 2019 aos municípios com menos de 30 mil habitantes.

Segundo dados da Anatel, ao final de 2015 a telefonia 4G já alcançou 469 municípios (todas as capitais de estados e o Distrito Federal), o que corresponde a uma cobertura de 55% da população brasileira. No tocante à tecnologia 3G, o número de municípios com cobertura do serviço alcançou 4.290 em dezembro de 2015, o que equivale a um percentual da população de 95%. Cabe destacar que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro já alcançam cobertura de 100%. Minas Gerais alcançou 96,5%, Paraná e Santa Catarina 97,1%, e Rio Grande do Sul 98%. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a cobertura já alcança 90% da população. Cabe ainda ressaltar que as redes 4G funcionaram adequadamente durante os períodos das Copas das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de 2014, atendendo à demanda da população local e dos turistas apesar dos altos volumes de dados trafegados.

No processo de expansão da telefonia 4G, foi leiloadada em setembro de 2014 a faixa de radiofrequência de 700 MHz. Essa faixa tem a característica de permitir maiores alcance do sinal e penetração em edificações, se comparada com frequências mais altas como a de 2,5 GHz. Assim, esta faixa é fundamental para a expansão da tecnologia 4G no Brasil com qualidade e menores custos.

Merece destaque também a publicação da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, conhecida como “Lei das Antenas”, que harmoniza o rito de autorização para a implantação de infraestrutura de telecomunicações em todos os municípios brasileiros e veda a cobrança de direito de passagem pela implantação de infraestrutura de telecomunicações às margens de rodovias e ferrovias da União. Com a vedação, os obstáculos burocráticos e custos associados à implantação de redes de banda larga serão significativamente reduzidos.

Dentre as iniciativas relevantes do Programa 2025 destaca-se ainda o compromisso do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC até o final de 2016. O SGDC viabilizará a comunicação entre os órgãos e as entidades da administração pública federal. O satélite visa garantir segurança nas transmissões de informações estratégicas e expansão da banda larga em localidades remotas. Seu controle será realizado no Brasil em estações localizadas em áreas militares, sob a coordenação da Telebrás e do Ministério da Defesa. Com o lançamento do satélite, poderão ser atendidos mais de dois mil municípios hoje carentes de acesso à Internet de qualidade, em especial na região Norte do País.

1.2.1.2. Massificação do acesso à Internet

Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2015, a quantidade de assinaturas do serviço de banda larga fixa aumentou 70%, passando de 15,0 milhões para 25,6 milhões – fato refletido no indicador do PPA “Percentual de domicílios com acesso à Internet”, que passou de 27% em 2010 para 50% em 2015. No mesmo período, a quantidade de assinaturas de banda larga móvel – acessos com tecnologias 3G ou 4G – cresceu 855%, passando de 18,9 milhões para 180,5 milhões.

Evolução da quantidade de assinaturas de Internet em banda larga – fixa e móvel

Em milhões de acessos

	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
1. Banda larga	33,90	55,60	79,00	125,30	181,90	206,1
1.1. Banda larga fixa	15,0	17,0	19,8	22,2	24,0	25,6
1.2. Banda larga móvel	18,9	38,6	59,2	103,1	157,9	180,5
1.2.1. Banda larga móvel (3G)	18,9	38,6	59,2	101,8	151,1	155,0
1.2.2. Banda larga móvel (4G)	0,0	0,0	0,0	1,3	6,8	25,4
M2M (*)	1,7	2,5	6,8	8,3	10,0	11,3

Fonte: Anatel; Elaboração: Ministério das Comunicações.

(*) - os acessos máquina a máquina – M2M não são classificados como banda larga.

A pesquisa “TIC Domicílios” do Cetic.br, aponta a existência de 32,3 milhões de domicílios com acesso à Internet em 2014, incluindo domicílios cujo acesso se dá por microcomputador e também aqueles em que o acesso é exclusivamente por *tablets* e *smartphones*.

Os indicadores de uso da Internet revelam a ampliação de seu acesso desde o ano de 2008. O percentual de usuários (indivíduos que declaram ter acessado a Internet pelo menos uma vez nos últimos 3 meses) cresceu persistentemente passando do percentual de 41% da população em 2010 para 55% de acordo com os dados divulgados na pesquisa TIC domicílios de novembro de 2015.

Quanto à penetração do uso da Internet por usuários de menor renda, a avaliação da sua evolução pode ser efetuada a partir dos dados divulgados na pesquisa TIC domicílios de 2014. Segundo o levantamento, o percentual da população das classes D e E que declarou ser usuários de internet nos últimos 3 meses foi de 21%. O percentual que declara nunca ter acessado a internet é de 72%. Quando se considera a população da classe C, o percentual declarado de uso é de 54%, enquanto que para essa faixa de renda 39% dos indivíduos declararam nunca ter acessado a internet e 61% informaram que em pelo menos uma ocasião na vida fizeram uso da internet. Tal fato é influenciado pelo custo decrescente do acesso à Internet, apontado pelo indicador do PPA “Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média do país”, que caiu de 5% em 2010 para 1,3% em 2015.

1.2.1.3. Inclusão Digital

No período de 2012 a 2015, várias ações foram desenvolvidas para contribuir com a inclusão social e digital de populações em situação de vulnerabilidade social e à margem do direito à comunicação. O objetivo principal das mesmas foi garantir que a expansão do acesso à banda larga beneficie uma ampla parcela da população.

Dentre as ações de inclusão digital destacam-se o Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) e o Programa Cidades Digitais. Para que tais ações fossem desenvolvidas, foi essencial o apoio de redes colaborativas articuladas entre os entes federativos e a sociedade civil organizada.

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), criado em 2002, objetiva levar conexão, via satélite, para espaços públicos localizados em áreas com dificuldade de acesso à Internet, como telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira, para atender cidadãos em todo o Brasil. A partir de agosto de 2014, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Saúde contrataram, respectivamente, 6.898 e 11.474 pontos de presença, por meio de licitação, expandindo em 37% esse número.

No âmbito do Projeto “Cidades Digitais”, iniciado em 2012, foram selecionados inicialmente 80 municípios. Destes, até o final de dezembro de 2015, 47 municípios já haviam sido beneficiados com a instalação de infraestrutura de rede e capacitação de servidores para utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC. No ano de 2016 (até fevereiro) este número já havia subido para 55 municípios e, até o final do ano, espera-se que os restantes estejam instalados também. Com a inclusão do Programa no PAC 2, no início de 2013, foi realizada a segunda chamada pública na qual foram selecionados 262 municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga. Desse processo, oito cidades já estão com obras em andamento e 158 projetos executivos já foram elaborados. A expectativa é de que até o final de 2016, 65 dessas cidades estejam implantadas, com a totalidade de implantações sendo atingida em 2018.

Além dos programas citados acima, cabe citar iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Comunicações), que ofereceu, em 2015, 7.769 vagas, com 3.962 matrículas efetivadas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, sobretudo para a qualificação de Agentes de Inclusão Digital, Montadores e Reparadores de Computador e Operadores de Computador.

1.2.2. Radiodifusão

1.2.2.1. Implantação da TV Digital

A transição ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD-T) é uma das principais políticas do setor de comunicações nacionais dos últimos anos. O Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, criou o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – o SBTVD-T –, que proporciona uma maior qualidade da imagem e som, além de trazer importantes inovações como a recepção móvel, multiprogramação e interatividade. A nova plataforma de TV digital possibilitará o recebimento da imagem em alta resolução, sem os chuviscos e sombras comuns na tecnologia analógica. Mais do que isso, a transmissão digital possibilita a interatividade, que permite o acesso a conteúdos e serviços disponibilizados pelas emissoras de televisão e o acesso por dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. Outra vantagem do sistema é que o Brasil e o Japão oferecem capacitação tecnológica e transferência de tecnologia aos países que optam pelo sistema, possibilitando ganhos de escala na economia, além de firmar o papel do Brasil como líder no processo de transição digital na América Latina.

Além de criar condições para acelerar a digitalização da televisão, o Governo Federal investiu no Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira – Programa Ginga Brasil, que objetiva a criação de ações, ferramentas e serviços para facilitar a produção, desenvolvimento, armazenamento, compartilhamento e disseminação do uso de Conteúdo e Aplicações Interativas multimídia por intermédio do middleware brasileiro de TV Digital (Ginga). Uma importante ação do programa foi a seleção de dez emissoras públicas que receberam laboratórios de testes de conteúdos e aplicações interativas para TV Digital (LAB-TVDi).

Inicialmente, por força do Decreto nº 5.820/2006, o desligamento do sinal analógico ocorreria de uma só vez, em meados do ano de 2016. No entanto, em função das características do Brasil, com sua grande extensão territorial, concentração populacional e baixo acesso a tecnologias, notou-se que a realização do desligamento de forma escalonada minimizaria os riscos e o impacto sobre a experiência televisiva da população. Assim, foi publicado o Decreto nº 8.061, de 2013, que alterou o Decreto nº 5.820, de 2006, estabelecendo que o processo do desligamento do sinal analógico de TV, anteriormente fixado para 30 de junho de 2016, passaria a ser viável a partir de 1º de janeiro de 2015, com encerramento previsto em 31 de dezembro de 2018.

Por sua vez, o edital de licitação da faixa de 700 MHz, expedido pela Anatel, determinou, como condição para o desligamento analógico em cada município, a distribuição de um conversor de TV Digital Terrestre com interatividade e com desempenho otimizado, ou com filtro 700 MHz, bem como uma antena de recepção de TV Digital, para cada família

cadastrada no Programa Bolsa Família do Governo Federal. Além disso, determinou a promoção de campanha publicitária, inclusive em TV aberta, para informar toda a população sobre o processo de desligamento do sinal analógico de TV, pelo menos 360 dias antes da data prevista para o evento.

Antes de dar início ao chamado *switch off*, termo em inglês que significa o desligamento do sistema analógico, foi realizado o desligamento-piloto na cidade de Rio Verde, em Goiás, programado para 29 de fevereiro de 2016, cuja experiência servirá de valioso insumo para o desligamento das maiores cidades do País. A migração do sistema analógico para o digital continua em outubro de 2016 com o desligamento das televisões analógicas do Distrito Federal e outras cidades próximas. No decorrer de 2017, será a vez de todas as capitais da Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória), além de Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza, incluindo, também, outras importantes cidades do estado de São Paulo e do Nordeste. Já em 2018, a transição será realizada nas capitais Regiões Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, além de outras importantes cidades destas regiões.

Entre 2011 e 2015, o número de emissoras de TV digital no Brasil aumentou de 211, no início de 2011, para cerca de 4.940, no fim de 2015. Tal resultado decorreu da desburocratização do procedimento de digitalização e da melhoria dos processos de gestão governamental. Dessa forma, a cobertura do sinal digital de televisão já atinge 68% da população. Em termos de cobertura territorial, estas autorizações significam que do total de 5.570 municípios no país, o número de municípios em condições de transmitir em tecnologia digital é de 1.776.

Quanto à política de implantação da TV digital e expansão da radiodifusão pública no âmbito de Estados e Municípios do Brasil, as metas definidas no PPA 2012-2015 obtiveram os seguintes resultados:

Em termos da ampliação da oferta de cobertura das Rádios Comunitárias (Radcom), no período de 2011 a 2015 o Ministério das Comunicações publicou o Plano Nacional de Outorga (PNO) 2011, 2012/2013 e 2015/2016, resultando em um total de 1.890 municípios contemplados, atendendo a demanda reprimida e também os municípios brasileiros que ainda não possuíam outorga. Como resultado dessas ações, ao final de 2015, 70,73% dos municípios brasileiros estavam cobertos pelo serviço, havendo 4.727 emissoras de RadCom devidamente autorizadas no Brasil. A ampliação da radiodifusão educativa também foi uma das metas do PPA 2012–2015. Ao final de 2015, 8,34% dos municípios brasileiros já possuem pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Embora este número esteja aquém da meta estabelecida no início do plano, o ministério tem tomado medidas de simplificação regulatória de modo a facilitar a entrada de novos atores e, assim, aumentar significativamente o número de rádios educativas no próximo período do plano.

No intuito de alcançar a meta prevista de fiscalizar 100% das emissoras autorizadas a executar os serviços de radiodifusão, o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel realizaram durante o período de vigência do PPA, 8.457 ações fiscalizatórias, atingindo 99,72% da meta. Os critérios da meta foram de fiscalizar as emissoras autorizadas a executar os serviços de radiodifusão: sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); radiodifusão de sons e imagens e radiodifusão

comunitária. As fiscalizações foram de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) ou de legalidade (competência exclusiva do MC).

1.2.2.2. Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão

O ciclo do PPA 2012-2015 encerra-se disponibilizando conteúdos para mais de 140 milhões de pessoas, que representam 76% da população do Brasil, distribuídas em 3.474 municípios, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e Rádio (exceto os municípios de interseção)

A Rede de Televisão é formada por sete geradoras próprias (quatro analógicas e três digitais), 13 retransmissoras próprias (sendo duas retransmissoras digitais, Belo Horizonte e Porto Alegre), 48 geradoras de parceiros e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre (1.294 municípios), enquanto a Rede de Rádios é formada por sete emissoras e duas retransmissoras de rádio, além de 40 emissoras parceiras (3.103 municípios).

Os avanços na disponibilidade de acesso ao sinal de transmissão de Televisão e Rádios foram ampliados nas regiões brasileiras, em função da redefinição da estratégia de distribuição para a TV Brasil, com o fortalecimento da rede parceira, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão – RNCP/TV e da inclusão da rede de transmissão das Rádios da EBC.

Outra ação de grande relevância para a qualidade da distribuição do sinal da TV Brasil foi a transferência da emissora geradora de Rede (cabeça de rede) do Rio de Janeiro para Brasília, ocorrida em 2014. Pela primeira vez, uma emissora geradora de Rede de TV aberta com emissoras espalhadas por todo o país deixou o eixo Rio-São Paulo. A programação da TV Brasil passou a ser distribuída a partir de Brasília, sede da Empresa, com ganhos de qualidade e controle técnico.

A programação da TV Brasil foi assistida por 32 milhões de pessoas via televisão aberta em 2015, de acordo com as pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras. Também foi disponibilizada para 19 milhões de assinantes nos canais de televisão fechada e para, aproximadamente 20 milhões de domicílios que recebem sinal por antena parabólica. No âmbito internacional a TV Brasil disponibilizou conteúdos para 66 países de quatro continentes – América, Europa, África e Ásia.

Para ampliar o acesso às pessoas com deficiência, desde 2012 a EBC vem aperfeiçoando a disponibilidade de recursos para esse público. Em 2015, a programação da TV Brasil foi disponibilizada com 100% de legendagem oculta e com média de 10 horas semanais de audiodescrição – recurso direcionado às pessoas com deficiência visual –, quase o dobro da média oferecida em 2014.

A EBC ampliou a participação na web, intensificando a presença das Agências de Notícias – Agência Brasil e Radioagência - e, em outubro de 2012, lançou o Portal EBC e sites da TV Brasil e Rádios. O acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania vem

sendo ampliado cada vez mais, por meio da plataforma web, que obteve um grande destaque em 2015.

Neste ano, o Portal EBC e os sites da TV Brasil e das Rádios alcançaram mais de 29 milhões de visitantes únicos. Por outro lado, a Agência Brasil e a Radioagência alcançaram mais de 8,7 milhões de visitantes únicos no ano. O Portal EBC trabalhou na perspectiva de convergência de conteúdos, integrando a produção das plataformas – TV, rádio e web - e possibilitando o aproveitamento do potencial de difusão do conteúdo pela internet para mais pessoas.

De 2012 a 2015, o novo modelo de produção e distribuição de conteúdos de rádio, televisão e web foi responsável pela difusão de mais de 560 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, produzidos com o propósito de contribuir com a formação crítica do cidadão brasileiro.

1.2.3. Conteúdos Digitais Criativos

De 2012 a 2015 o Ministério das Comunicações atuou no sentido de construir uma Política Nacional para Conteúdos Digitais objetivando integrar e estimular o potencial econômico das cadeias produtivas dos setores de audiovisual, visualização, aplicativos de tecnologia da informação, jogos eletrônicos, música e som como forma de desenvolver e fortalecer os segmentos produtores de conteúdos digitais criativos no Brasil. Entre os projetos vinculados a essa iniciativa podemos destacar o “Usinas Digitais”, iniciado em 2012, em parceria com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, visando estruturar centros de produção e pós-produção de conteúdos digitais para uso compartilhado por empresas da região. Os projetos, instalados em parques tecnológicos ou arranjos produtivos locais (APLs) incluem a estruturação de laboratórios e estúdios de 1ª geração de simulação, computação gráfica, efeitos especiais, interatividade e realidade virtual, todos subjacentes à produção de conteúdos digitais direcionados para o cinema, televisão, softwares e aplicativos, dispositivos interativos e jogos digitais.

O Concurso INOVApps é outra ação que merece destaque, por se tratar de iniciativa que concede recursos, na modalidade de premiação, a projetos de aplicativos de interesse público para dispositivos móveis e TVs digitais conectadas para disponibilização gratuita aos cidadãos. Foram realizadas duas edições do concurso nos anos de 2014 e 2015. O INOVApps 2014 contou com a inscrição de 2.464 projetos, dentre os quais 865 foram habilitados e 50 premiados. O valor total em premiação foi de 4,5 milhões. Na edição do concurso de 2015, o MC ampliou os temas de interesse e ofereceu 100 prêmios no valor de R\$ 50 mil cada, totalizando R\$ 5 milhões em premiação. Os vencedores firmaram termo de compromisso com o MC e receberam a primeira parcela dos recursos para o desenvolvimento dos projetos. Essa ação fomentou a criação de 150 novos aplicativos de utilidade pública que podem ser usados gratuitamente pela população brasileira. Os aplicativos devem estar enquadrados em temas como educação, saúde, mobilidade urbana, segurança pública, entre outros.

O Programa Ginga Brasil é o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira. Ele é executado por meio de capacitação de profissionais, além da criação e difusão de ferramentas para interatividade

na TV digital. A TV Digital com interatividade oferece ao Estado a possibilidade de oferta de serviços públicos por meio da televisão, em especial aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que receberão um conversor interativo no processo de desligamento do sinal analógico. O presente programa incentiva o desenvolvimento de aplicações interativas de utilidade pública para TV Digital em coordenação com órgãos e entidades do poder público, que serão disponibilizados em um repositório de aplicativos para TV Digital. A primeira etapa desse projeto foi concluída no mês 06/2014, com a implementação das seguintes plataformas: a) LABTVDI: Laboratórios instalados e em funcionamento em 10 emissoras públicas de TV Digital ligadas para testes de aplicações interativas no padrão Ginga. Adicionalmente, foram capacitados 40 profissionais para desenvolvimento de aplicativos e operação da plataforma; b) ICDi: Plataforma de intercâmbio de conteúdo digital interativo implementada e em funcionamento, possibilitando o armazenamento, intercâmbio, recuperação via streaming de dados sob demanda, assim como a execução de aplicações de TV Digital Interativa em conformidade com o middleware Ginga; d) CDN: O protótipo de um serviço experimental de uma rede distribuição de conteúdos digitais implementado e em funcionamento, com a instalação dos servidores em 10 PoPs da RNP, e um software de gerenciamento centralizado no PoP da RNP de Brasília/DF. Com a utilização dessas plataformas, foi identificada a possibilidade de expansão dos serviços instalados, bem como a conveniência na introdução das novas funcionalidades. Sendo assim, atualmente a equipe trabalha na continuidade das atividades já implementadas.

1.2.4. Serviço Postal

A expansão do uso da internet tem impactado positivamente o serviço postal, como por exemplo, o aumento do envio de encomendas por conta da disseminação do comércio eletrônico. Os Correios têm um papel fundamental nesse processo evolutivo, em razão da capilaridade de sua rede de atendimento e de distribuição postal. No período do PPA 2012-2015, destaca-se o alcance da meta de atendimento de 85% da população com distribuição postal (85,51% atendidos no final de 2015). A última pesquisa realizada pelos Correios, para aferir o grau de satisfação com os serviços junto aos clientes, apontou um índice de 93,2% de opiniões positivas (Indicador do PPA “Satisfação com os serviços postais”).

1.2.5. Inovação Tecnológica

Durante a vigência do Plano Plurianual – PPA 2012-2015 foram aprovados 1.172 projetos no âmbito do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga - REPABL, somando R\$ 15,5 bilhões em investimentos de implantação, ampliação e modernização de redes de telecomunicações que suportam comunicação de dados em banda larga. Essas redes contemplam 3.830 municípios brasileiros, com potencial de atender 184 milhões de habitantes e 52 milhões de domicílios. A execução dos projetos continua até 31 de dezembro de 2016.

Além dessa ação, o Ministério das Comunicações trabalhou na inclusão dos terminais móveis do tipo *smartphones* e *tablets* na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). Por meio dessa ação, a venda a varejo de equipamentos que se enquadravam nas características técnicas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, ficou desonerada das contribuições para o PIS/COFINS. A redução no preço final desses dispositivos chegou a 30%, considerando a sinergia com os outros instrumentos vigentes (a exemplo da Lei de

Informática) e a competição acirrada entre as empresas (produção e varejo). A Portaria MC nº 87/2013 definiu a obrigação que cada marca de equipamentos beneficiados disponibilizasse nos *smartphones* um pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no país, como pré-condição para usufruir da isenção fiscal. Foram aprovados 472 aplicativos nacionais diferentes, distribuídos em 35 categorias, desenvolvidos por 151 pessoas jurídicas e 53 pessoas físicas estabelecidas em 59 municípios brasileiros de 18 Unidades da Federação. Os fabricantes declararam que 393 modelos de *smartphones* cumpriam as características técnicas mínimas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, sendo que 86 possuíam tecnologia 4G.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel objetiva estimular o processo de inovação tecnológica, capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Para atingir seus objetivos, o fundo aplica recursos de fomento e financiamento em projetos de pesquisa e inovação alinhados ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL dentro das áreas definidas pelo Conselho Gestor do Funttel em seu Documento de Gestão Estratégica, atuando nas seguintes áreas: Comunicações ópticas; Comunicações digitais sem fio; Redes de transportes de dados e Comunicações Estratégicas.

No período de 2012 a 2015 o Funttel buscou a consecução de seus objetivos aplicando recursos da seguinte maneira:

Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações nas Instituições Nacionais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Foram investidos R\$ 202,7 milhões na contratação de novos projetos e no pagamento de parcelas dos projetos em andamento. Dentre os projetos contratados no período, destacam-se o desenvolvimento de banda larga rural utilizando tecnologia LTE 450 Mhz, o desenvolvimento circuitos integrados para sistemas ópticos de alta velocidade, um laboratório de testes e homologação de equipamentos sem fio (quarta geração - 4G) e a criação de um Centro de Referência em Radiocomunicações – CRR.

Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações

Foi disponibilizado à Finep, por meio de contratos de longa duração, o valor de R\$ 776,3 milhões em recursos reembolsáveis. Desse valor, R\$ 466,3 milhões foram para financiamentos, R\$ 110 milhões para investimentos em Fundos de Participação (FIP) e R\$ 200 milhões para ambas as modalidades. Dentre os financiamentos contratados destaca-se o realizado à Telebrás S/A, no valor de R\$ 240 milhões para o desenvolvimento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC. Em 2013 foi criado o Programa Inova Telecom que coordenou ações de fomento e financiamento e aprimorou a integração dos instrumentos de apoio disponíveis entre os Ministérios, os órgãos de fomento e os agentes financeiros. Em 2015, deu-se continuidade à contratação dos projetos aprovados pelo edital Inova Telecom, chamamento público conjunto realizado pelo Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Capacitação de Recursos Humanos em Tecnologias e Pesquisa Aplicada às Telecomunicações

A principal linha de atuação do Funttel, no que tange a capacitação de recursos humanos, aconteceu por meio de parceria com o CNPq para apoio ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Foram investidos cerca de R\$ 4,3 milhões no período em tela por meio de Termo de Cooperação/Termos de Execução Descentralizada TC/TED, com o CNPq na disponibilização de mais de 1.321 bolsas de estudo na área de Telecomunicações no PIBITI.

Considerações Finais

O PPA 2016-2019 busca avançar nas frentes já atacadas no período anterior. Destaca-se a busca pela ampliação da disponibilidade de banda larga (fixa e móvel) para uma parcela cada vez maior da população, a transição para a TV digital conforme o cronograma preestabelecido, o fomento à radiodifusão pública e educativa, o estímulo à produção de conteúdos interativos e o continuado apoio à cadeia produtiva do setor de telecomunicações. Dentre as principais estratégias do programa para o ciclo de 2016 a 2019, destacam-se a desburocratização dos procedimentos de licenciamento para a radiodifusão; o fomento à produção de conteúdos por meio do apoio a arranjos produtivos locais; o estímulo à chamada “internet das coisas”; a distribuição de conversores digitais para 100% dos domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família; e a adoção de medidas de fomento para aumentar a velocidade média da banda larga fixa.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US\$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2012	1.970	31/12/2013	2.443,4	31/12/2014	2.589	31/12/2015	1.731
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	30/06/2012	199	31/12/2013	217,55	31/12/2014	200,6	30/09/2015	182,32
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	31/12/2012	16.188.957	31/12/2013	18.019.700	31/12/2014	19.756.156	31/10/2015	19.238.417
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	31/01/2012	100.250.000	31/07/2013	98.506.029,86	22/12/2014	103.852.931	31/12/2015	111.755.050
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2012	24.375	31/12/2013	37.158,33	31/12/2014	38.988	31/12/2015	36.450
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2012	92.926	31/12/2013	113.350	31/12/2014	106.074	31/12/2015	96.845,45
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2012	56.953,8	31/12/2013	82.400	31/12/2014	79.261	31/12/2015	74.641,67
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2012	14.728	31/12/2013	22.350	31/12/2014	30.243	31/12/2015	26.766,67
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2012	66,27	31/12/2013	85,52	31/12/2014	85,69	31/12/2015	76
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	31/12/2012	76	20/06/2013	80	26/06/2014	82	31/12/2015	84
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	31/01/2012	38	20/06/2013	40	26/06/2014	43	31/12/2015	50
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	31/01/2012	25	20/06/2013	10	26/06/2014	15	31/12/2015	22
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,4	31/12/2012	58	20/06/2013	44	26/06/2014	48	31/12/2015	54
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	31/12/2012	40,01	30/09/2013	39,9	26/06/2014	35	31/12/2015	37,13
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	31/12/2011	37,24	31/12/2012	40,58	31/12/2013	40,83	31/12/2014	42,86	31/12/2014	42,86
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	30/11/2012	14,3	31/12/2013	26,95	31/12/2014	37,61	31/12/2015	31,91
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	30/11/2012	47,8	31/12/2013	50,04	31/12/2014	51,39	31/12/2015	56,42
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	30/11/2012	67,9	31/12/2013	69	31/12/2014	69,83	31/12/2015	70,73
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2012	80,7	31/12/2013	83	31/12/2014	84,77	31/12/2015	85,51
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	30/12/2012	6,121	31/03/2011	5	31/12/2014	1,42	31/12/2015	1,3

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	31/01/2012	86	20/06/2013	88	26/06/2014	88	31/12/2015	92
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	31/01/2012	45	20/06/2013	46	26/06/2014	49	31/12/2015	50
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	30/12/2012	52,87	31/12/2009	80	22/12/2014	46,88	31/12/2015	40,34
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2012	90	31/12/2012	90	31/12/2014	93,2	31/12/2015	93,2
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2012	69,8	31/12/2013	80,1	31/12/2014	86,25	31/12/2015	100,32

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Quadro de Metas

Objetivo: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Ministério das Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)	90,00	%	44,53	Ressalta-se que, inicialmente, o desligamento do sinal analógico ocorreria de uma só vez, em meados do ano de 2016, por força do Decreto nº 5.820, de 2006. Entretanto, em virtude de alteração no Decreto citado, por intermédio do Decreto nº 8.061, de 2013, o desligamento ocorrerá em um período de transição mais suave. Cidades menores e em maior quantidade só serão desligadas em 2017 e 2018, corroborando para não evolução da meta.
Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais	100,00	%	93,20	
Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel	190,00	Minutos por mês	182,32	
Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico	100,00	%	100,32	
Atender 85% da população com distribuição postal	85,00	%	85,51	
Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil	32,00	Assinaturas de televisão por 100 domicílios	28,78	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)	42.000.000,00	Domicílios	32.300.000,00	O número apresentado advém da pesquisa anual "TIC Domicílios 2014", realizada pelo Cetic.br. Espera-se que, com a divulgação dos números de 2015 (somente disponíveis após a publicação desse texto), o resultado alcançado chegará bem próximo à meta originalmente estabelecida.
Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel	91,50	%	84,00	
Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil	75,00	%	77,02	
Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos	100,00	%	100,00	
Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios	95,00	%	91,35	

Objetivo: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Ministério das Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
40% das populações das classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)	40,00	%	21,00	O número apresentado advém da pesquisa anual "TIC Domicílios 2014", realizada pelo Cetic.br. Espera-se que, com a divulgação dos números de 2015 (somente disponíveis após a publicação desse texto), o resultado alcançado chegará bem próximo à meta originalmente estabelecida.
70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas	70,00	%	55,00	
70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)	70,00	%	54,00	O número apresentado advém da pesquisa anual "TIC Domicílios", realizada pelo Cetic.br. Espera-se que, com a divulgação dos números de 2015 (somente disponíveis após a publicação desse texto), o resultado alcançado chegará bem próximo à meta originalmente estabelecida.
Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital	3.700,00	Municípios	4.131,00	

Objetivo: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão

Ministério das Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos	100,00	%	99,72	
20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos	20,00	%	8,34	O não atingimento da meta se deve a alguns fatores como: (i) a falta de governabilidade em relação aos atores externos como as instituições de ensino; (ii) a publicação de Avisos de Habilitação do PNO 2011/2012 ter sido interrompida em 2012, tendo em vista a reduzida força de trabalho disponível no Ministério para atender a crescente demanda; e (iii) com o advento do Decreto nº 8.061/13, desde 31 de agosto de 2013, a outorga de televisão em tecnologia analógica não era mais permitida.
4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos	4,50	%	3,07	Devido à complexidade do processo seletivo do serviço em questão, que prevê diversas possibilidades e instâncias recursais, a maioria dos Avisos de Habilitação ainda encontra-se em andamento, fazendo com que o percentual de atingimento da meta restasse prejudicado devido a este quesito. A não publicação de avisos de habilitação previstos para o PNO 2011-12, em face da reduzida força de trabalho disponível no Ministério para atender a crescente demanda, também prejudicou o atingimento da meta.
48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários	48,00	%	40,45	
51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	51,00	%	56,42	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)	60,00	%	31,91	A meta não foi alcançada pelos seguintes motivos: 1. ainda está em andamento na Anatel o processo de pareamento de canais analógicos com digitais, passo necessário no processo de digitalização; 2. algumas retransmissoras só poderão operar em digital quando for realizado o desligamento do sinal analógico; e 3. algumas entidades não têm conseguido cumprir com as exigências das normas, apesar das medidas de desburocratização e simplificação realizadas pelo Ministério.
65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)	65,00	%	64,71	
80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	80,00	%	70,73	
Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação	1,00	Canal de cidadania	1,00	

Objetivo: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão

Ministério das Comunicações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R\$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas	50,00	%	0,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação	40,00	%	-63,00	O período registrou uma sensível retração do mercado, com queda nas importações e exportações de eletroeletrônicos de telecomunicações. Como fatores, podemos citar a crise internacional e a valorização do câmbio por boa parte do período.
Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga	2,00	Terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga	2,00	
Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação	70,00	%	74,00	

Objetivo: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão

Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	642.967	659.497	377.343	3.286.398	2.099.896
Despesas Correntes	304.263	303.494	170.174	1.592.384	1.061.665
Despesas de Capital	338.705	356.003	207.169	1.694.015	1.038.231
Orçamento de Investimento das Empresas	1.324.080	965.283	596.558	2.758.016	672.341
Totais	1.967.047	1.624.780	973.901	6.044.414	2.772.237

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Visão Consolidada do Programa

A Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, instituída pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, baseia-se nos fundamentos de que a água é um bem de domínio público, dotado de valor econômico e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, e deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas, sendo priorizado o abastecimento humano e a dessedentação animal em situações de escassez. E ainda que a unidade territorial para implementação da Política e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh é a bacia hidrográfica.

A implementação da Política, sobretudo desses fundamentos, é complexa e tem enfrentado desafios relacionados à dominialidades dos recursos hídricos, que numa mesma bacia hidrográfica podem ser da União, Estados ou Municípios, dependendo do curso d'água; aos diferentes estágios da implementação da PNRH nos Estados e suas respectivas capacidades institucionais; e a integração intersetorial, fundamental, para proporcionar o uso múltiplo das águas. Acrescenta-se a esses desafios estruturais, as recentes crises de disponibilidade hídrica, que afetaram diferentes regiões e setores usuários de água e revelaram limitações que precisam ser superadas.

Nesse cenário, o Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos buscou atuar em cinco eixos, representados por seus Objetivos que tratam dos seguintes temas: Ação integrada com os Estados para formulação, planejamento e avaliação da Política; Aprimoramento e integração dos instrumentos de Regulação e Gestão da Política, quais sejam: Planos de Recursos Hídricos, Enquadramento, Outorga dos direitos de uso, Cobrança e o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH; Fortalecimento dos entes do Singreh, em especial dos comitês de bacia e dos órgãos gestores estaduais; Promoção da integração do planejamento e da gestão de recursos hídricos com a formulação e implementação das políticas setoriais relacionadas; e Promoção da revitalização de bacias hidrográficas.

O detalhamento dos Objetivos em Metas e Iniciativas buscou ainda refletir a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, um dos instrumentos da PNRH, para o período 2012-2015 e que foi aprovada pela Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011. O rebatimento das 22 prioridades nos atributos do Programa foi incorporado ao Capítulo 5 do documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015” e os mesmos atributos também foram usados para monitoramento da implementação do Plano e constam no informe produzido pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH e apresentada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH em sua 33ª Reunião Ordinária, realizada em junho de 2015.

As instituições responsáveis pela implementação dos Objetivos, Metas e Iniciativas do Programa foram o Ministério do Meio Ambiente, com a participação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU e da Agência Nacional de Águas – ANA, e o Ministério da Integração Nacional, por meio de suas unidades vinculadas Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf.

Os indicadores do Programa têm como fonte a publicação Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, elaborada pela Agência Nacional de Águas há cada quatro anos. O primeiro Relatório foi publicado em 2010, consolidando dados até 2009, e a sua atualização se deu em 2014, com dados referentes a 2013. Anualmente são divulgados Informes relacionados à Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresentam atualizações de parte das informações e indicadores dos relatórios quadrienais e tratam de temas específicos, como a Crise Hídrica. Desse modo, alguns índices foram atualizados apenas uma vez e outros com frequência maior.

A respeito do indicador que trata do percentual do território com comitês interestaduais instalados, em 2012 seu índice passou de 13 para 15,4%, em função da instalação do CBH do Rio Grande, que abarca parte dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, com população estimada de 8,6 milhões de pessoas, e do CBH do Rio Paranapanema, localizado nos Estados do Paraná e São Paulo, com população estimada de 4,3 milhões de pessoas.

O indicador percentual do território com planos interestaduais instalados também sofreu acréscimo em seu índice, de 51 para 54%, pois o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba foi concluído em 2012 e sua área de abrangência cobre parte do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O indicador de qualidade das águas não foi apurado no período, pois a Agência contratou agentes externos para coleta de dados e apuração do índice, o que deve acontecer em 2016. O indicador de regulação, definido pela relação percentual entre a vazão total outorgada e a vazão total para atendimento aos usos consuntivos em rios de domínio da União, passou de 89 para 94% entre 2011 e 2013, justificado pelo crescimento espontâneo da média anual de pedidos autuados, que era de 572 entre 2008-2011 e passou para 977 entre 2012-2015, bem como pelo aprimoramento processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo.

Por fim, o indicador de uso dos recursos hídricos, representado pela razão entre vazão de retirada para os usos consuntivos e a disponibilidade hídrica, sofreu acréscimo de 18 para 20% ao longo do período. Esse indicador reflete a situação real de utilização de recursos hídricos e permite avaliar quão relevante é a estrutura de gestão requerida na bacia, quanto mais alto o índice, maior a complexidade da gestão requerida. O índice nacional de 20%, segundo a classificação adotada pelas Nações Unidas e pela Agência Ambiental Europeia, representa uma situação preocupante, em que atividade de gerenciamento é indispensável.

Visão dos principais atributos

Na implementação do Objetivo 0646 – Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade, a meta “Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos” alcançou como resultado o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH do Rio Grande do Sul, finalizado em 2014 pelo Estado, por meio de convênio com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA e acompanhamento técnico da SRHU; e o PERH de Goiás, finalizado em 2015 pela SRHU no âmbito do Programa Interáguas, que é um acordo de empréstimo com Banco Mundial. Encontram-se ainda em andamento a elaboração, pelos próprios Estados, os Planos do Amazonas, Maranhão e Rondônia, por meio de convênios com o FNMA e acompanhamento técnico da SRHU, assim como o PERH do Pará, que está previsto para contratação no âmbito do Programa Interáguas, mas que ainda não ocorreu em função do contingenciamento dos recursos orçamentários para tal finalidade.

Em relação ao Objetivo 0650 – Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável, no período de 2012-2015 foram observados relevantes avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão de recursos hídricos no país, merecendo destaque o incremento na regularização de usuários outorgados; os ganhos de eficiência nas atividades de fiscalização; a consolidação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em quatro comitês de bacias interestaduais; o desenvolvimento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações; a instalação de 27 salas de situação estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos; o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens – SNISB e a modernização da rede hidrometeorológica.

A meta de ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados foi superada, tendo sido atingido o quantitativo de 16.097 usuários regularizados até 2015. Esse avanço na regularização de usuários também pode ser demonstrado pelo incremento do indicador de Regulação, definido pela relação percentual entre a vazão total outorgada e a vazão total para atendimento aos usos consuntivos em rios de domínio da União, que passou de 89 para 94% entre 2011 e 2013. A superação da meta ocorreu pelo crescimento espontâneo da média anual de pedidos autuados, que era de 572 entre 2008-2011 e passou para 977 entre 2012-2015, bem como pelo aprimoramento processo de análise e emissão de outorgas a partir de procedimentos para padronização, acompanhamento e automatização do mesmo. Paralelamente, está em desenvolvimento o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, uma nova ferramenta para tornar mais fácil e ágil a solicitação e a emissão de outorgas, cujos pedidos de regularização serão realizados via internet.

No período 2012-2015 observou-se intensa escassez hídrica no Seminário e na Região Sudeste, que requereram intensa atuação da Agência Nacional de Águas. Buscou-se compatibilizar os diversos usos em situação de escassez, priorizando o abastecimento público e a dessedentação animal, conforme preconizado nos fundamentos Política. Estabeleceram-se marcos regulatórios e regras de restrição de uso que demandaram

averguiação em campo quanto ao cumprimento. Desta forma, para proporcionar maior eficiência às atividades de fiscalização foram utilizados recursos técnicos-científicos, tais como: aquisição de imagens de satélite, cadastramento georreferenciado, mapeamento de áreas agrícolas, além da utilização de sobrevoos para identificação mais eficaz de usuários irregulares.

Em relação à cobrança em rios de domínio da União, até o momento, foi implementada na Bacia do Rio Paraíba do Sul, nas Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Doce. Em 2015, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R\$ 60 milhões e durante o período 2012-2015, foram arrecadados cerca de R\$ 232 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia. A implantação da cobrança na bacia do rio Verde Grande (Região Hidrográfica do São Francisco) será iniciada em 2016 e no rio Paranaíba (Região Hidrográfica do Paraná) está em fase final do processo de implementação, dependendo da aprovação do Comitê e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, o que deve ocorrer em 2016.

A meta de construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações dos principais rios brasileiros foi finalizada em 2014 e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as unidades da federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura e de medidas não estruturais, como sistemas de alerta e mapeamento de riscos. No ano de 2015, foi feita uma adequação dos trechos de cursos d'água inundáveis da escala ao milionésimo para escala de melhor detalhe para as bacias hidrográficas do rio Doce (parte para a escala 1:100.000 e parte para a escala 1:50.000), Paraíba do Sul (para a escala 1:250.000) e Piracicaba, Capivari e Jundiáí - PCJ (para a escala 1:50.000), com a publicação dos resultados no Portal SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.

Além disso, foram instaladas, por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a ANA e os órgãos gestores estaduais, e se encontram em operação 27 Salas de Situação Estaduais para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos, que é outra meta do Objetivo 0650. As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, Instituto Nacional de Meteorologia e Defesa Civil estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As ações relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente.

O Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens - SNISB, que é outra relevante ferramenta tanto para a gestão, quanto para a regulação dos recursos hídricos, está sendo implementado. A estrutura do sistema foi definida, garantindo o alcance da respectiva meta proposta, e baseia-se num conceito modular e com desenvolvimento faseado, sendo composto pelos seguintes módulos: Cadastro; Classificação; Plano de Segurança da Barragem (PSB); Relatório de Segurança de Barragem (RSB); Eventos Adversos; Entidades Fiscalizadoras; Registros Pendentes; Documentação; Consultas; e Administração. Em 2015 foi iniciado seu desenvolvimento pelos módulos de Administração, Entidades Fiscalizadoras, Cadastro e Registros Pendentes. O sistema permitirá a comunicação com a sociedade civil e pretende-se proporcionar a todos os usuários, o acesso a um conjunto de funcionalidades, que permitam satisfazer não apenas os requisitos legais, mas também propiciar uma plataforma de apoio às entidades fiscalizadoras no exercício da sua atividade.

Por fim, destaca-se o alcance e superação da meta de modernização de 990 estações hidrometeorológicas do Objetivo 0650, em que 1096 estações foram modernizadas no período, contribuindo para melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional - RHN, que é fundamental para o conhecimento da quantidade e qualidade dos recursos hídricos no País. A ANA é responsável pela coordenação da RHN composta por cerca de 21.000 estações hidrometeorológicas, sendo que coordena diretamente a operação de 4.500 estações, investindo na modernização tecnológica da estrutura operacional. Estão sendo ampliados os equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados.

Outro eixo estruturante do Programa é o Objetivo 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais, que buscou promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh, com foco nas instâncias de representação colegiadas e órgãos gestores estaduais. No período do PPA 2012-2015 foram empreendidas diversas ações para o fortalecimento do Singreh, se destacando as ações de capacitação, os progressos na gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos realizada pelos comitês de bacia hidrográfica, e a implementação de um programa para fortalecimento da gestão estadual de recursos hídricos, o Progestão.

A meta de capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos apresentou demanda crescente atendida pela Agência ao longo do período, em que foram capacitadas mais de 75 mil pessoas, sendo esse público composto por participantes dos 9 comitês de bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais, conselhos e usuários de todos os estados da federação. Em 2015, foram realizadas 450 turmas de 53 cursos nas modalidades à distância com ou sem tutoria, presenciais ou semipresenciais em diversos temas, tais como: Hidrologia/Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto.

Em relação à meta de consolidação do funcionamento de cinco comitês em rios de domínio da União, considera-se alcançada, pois os comitês de bacia hidrográfica – CBH dos rios São Francisco, Doce, Paranaíba, Piancó-Piranhas-Açu, e Grande encontram-se instalados com a realização de ao menos duas reuniões plenárias por ano, com o funcionamento de câmaras técnicas e grupos de trabalho, com pauta de discussão relevante contendo temas referentes à implementação de instrumentos de gestão. Além desses cinco, a ANA ainda tem provido apoio a mais quatro comitês instalados: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ; Verde Grande; e Paranapanema.

Os CBH São Francisco, Doce, Paraíba do Sul e PCJ, que são os comitês com a cobrança pelo uso de recursos hídricos implementada, adotaram a utilização de Plano de Aplicação Plurianual – PAP para dispêndio dos recursos advindos da cobrança. A utilização desses PAP proporcionou o aprimoramento da aplicação dos recursos e aumento do índice de desembolso das respectivas entidades delegatárias.

No caso do CBH São Francisco dentre as ações e projetos do PAP desenvolvidos, destacam-se projetos relacionados a recuperação hidroambiental e planos municipais de saneamento básico, além de uma grande campanha de comunicação “Eu viro carranca para defender o Velho Chico”. Esse comitê está em fase de revisão do plano de recursos hídricos. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No CBH Doce, dentre as ações e projetos desenvolvidos do PAP, destacam-se a elaboração de planos municipais de saneamento básico, práticas de conservação e uso racional da água, e recomposição de matas ciliares. Cabe destacar que em 2015, em função do desastre de Mariana, foram incluídas ações para o enfrentamento da situação no âmbito do contrato de gestão celebrado entre a ANA e o Instituto Bioatlântica-IBIO, que é a entidade delegatária das funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce. Em 2012 foi elaborado o PAP 2013/2015, e em 2015 foi elaborado o PAP 2016/2018.

No Plano de Aplicação Plurianual do CBH Paraíba do Sul, identificam-se ações do comitê e entidade delegatária para o enfrentamento da crise hídrica, podendo-se citar contratações para viabilizar a retirada do volume morto do reservatório de Paraibuna (para garantir abastecimento durante as olimpíadas) e apoio à Superintendência de Regulação da ANA – SRE/ANA na remoção do capim capitiva, a elaboração de planos municipais de gestão de resíduos sólidos e a seleção de projetos de pagamento por serviços ambientais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016, e está em fase de revisão o plano de recursos hídricos.

No caso do PAP do CBH PCJ, dentre as ações e projetos desenvolvidos, destacam-se os relacionados a monitoramento hidrológico, elaboração de plano diretor de combate às perdas em sistemas de abastecimento público e produção de vídeos educacionais. O PAP foi aprovado em 2013 e será novamente revisto em 2016.

Os CBH Verde Grande e Paranaíba realizaram entre 2014-2015 discussões para a definição e aprovação da cobrança. O CBH Verde Grande aprovou a cobrança e indicou para atuar como agência de bacia a mesma entidade delegatária do comitê do São Francisco, a Agência de Bacia Peixe Vivo. Essa indicação ainda necessita ratificação do CNRH. O CBH

Paranaíba dedicou-se a elaboração do plano de recursos hídricos e após a conclusão do plano, foi intensificada a discussão acerca da cobrança e seleção da entidade delegatária.

Os CBH Grande e o Paranapanema foram instalados em 2012, e iniciaram a elaboração de seus planos de recursos hídricos em 2015. Pode-se destacar o apoio da ANA para elaboração desses planos, e para que seja garantida a devida participação social nesses processos. No caso do CBH Piancó-Piranhas-Açu, em 2015 foi encerrada a vigência do Termo de Parceria celebrado em 2011, e, por meio de novo chamamento público, foi selecionada a mesma ADESE (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó) para firmar novo Termo de Parceria e dar continuidade ao serviço de apoio ao comitê. Portanto, considerando essas diferentes realidades, o acompanhamento e apoio provido pela Agência abrange diferentes ações e formas de envolvimento, que são determinadas em função das demandas e atividades desempenhadas pelos comitês.

E em relação à última meta do Objetivo 0662 que propunha a pactuação de metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação, apesar de não ter havido alteração formal na Lei do PPA, houve alteração do seu escopo para implementação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão. O Pacto Nacional pela Gestão das Águas, que se configura como uma extensa estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos sistemas e órgãos estaduais de recursos hídricos, teve origem com a assinatura da Carta de Brasília, em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MA, MT, MS, PA, PI, PB, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP e TO).

Em 2013, de forma a materializar o Pacto, foi construído o Progestão. Nesse Programa, a partir da adesão dos governos estaduais por meio da publicação de um decreto, o Estado indica a instituição interlocutora para coordenar as ações de gerenciamento de recursos hídricos no seu território. A ANA inicia, assim, em conjunto com os Estados, um processo de negociação das metas, que são pactuadas e submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH. Caso aprovado, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando o compromisso do cumprimento das metas e os valores a serem repassados mediante a comprovação da execução das mesmas, com previsão de repasse de até cinco parcelas anuais de R\$ 750 mil, para cada Estado. Em 2015, após quase três anos de seu lançamento, o Progestão alcançou todas as unidades da federação, sendo que somente o contrato com o Distrito Federal ainda está em fase de tramitação.

As metas foram divididas em metas de cooperação federativa, ou de compartilhamento de informações, e metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual selecionadas pelos órgãos gestores e aprovadas pelos respectivos CERH, a partir da tipologia de gestão escolhida pelo estado. Coube aos estados a definição da tipologia de gestão que melhor refletia sua visão de futuro, observada sua realidade e suas aspirações. Para tanto, foi feita uma associação entre a complexidade exigida no processo de gestão de recursos hídricos e a estrutura institucional necessária para enfrentar os desafios estabelecidos.

Até 2015, o Progestão transferiu um total de R\$ 39,4 milhões aos Estados participantes, devendo-se destacar que esses recursos devem ser aplicados exclusivamente em ações de

gerenciamento de recursos hídricos e de fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

E finalmente, em relação ao Objetivo 0665 – “Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade”, devem ser destacados os resultados obtidos com as ações dos Programas Produtor de Água e de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES no período.

O Programa Produtor de Água apoia, orienta e certifica projetos que visam a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural, propiciando a melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água. Os projetos são conduzidos pelos estados e municípios e têm como característica comum a proteção dos mananciais de abastecimento de cidades e regiões metropolitanas, isso porque os arranjos locais para o efetivo pagamento pelos serviços ambientais só se materializam onde a água tem valor econômico, como é o caso desses mananciais. Isto também pode ser observado naquelas bacias hidrográficas onde a demanda pela água é ou tende a ser superior a oferta, o que muitas vezes leva a sérios conflitos entre usuários e/ou setores usuários.

Os pagamentos são feitos pelos agentes participantes aos produtores rurais que, através de práticas e manejos conservacionistas, inclusive de manutenção e recomposição da vegetação natural e agropecuária sustentável, venham a contribuir para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e para o aumento da infiltração de água. Estes agentes podem ser entidades federais, estaduais, prefeituras municipais, organizações não governamentais, comitês e agências de bacias, etc.

Durante o período do PPA 2012-2015, o Produtor de Água promoveu atividades de recuperação e conservação de solo, matas ciliares e nascentes em 7.754 ha, superando a meta proposta de recuperação de 6.000 ha, e impactando cerca de 35 milhões de habitantes de sete regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Palmas, Rio Branco, Campo Grande, Goiânia e Brasília).

Já o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro pela ANA, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investem na implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETE, desde que cumpram as condições estabelecidas em contrato. São elegíveis os projetos de estações ainda não implantadas, ou em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e ampliações ou melhorias de estações que signifiquem aumento da capacidade e/ou da eficiência de tratamento. No período compreendido entre 2012 e 2015, 20 ETEs contribuíram para abater cerca de 40.600 toneladas de DBO, com uma média anual de 27.807,39 kg DBO/dia.

Considerações finais

O Programa 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos alcançou resultados relevantes para a implementação da Política e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, sobretudo em relação aos objetivos de aprimoramento e integração dos instrumentos de

regulação e gestão da Política, e do fortalecimento dos entes do Singreh, em especial dos comitês de bacia e dos órgãos gestores– estaduais. No entanto, além dos desafios já colocados, há novos para o próximo período que estão retratadas no Programa 2084 – Recursos Hídricos do PPA 2016-2019.

No próximo PPA, o Programa Recursos Hídricos visa organizar a ação de governo, de forma a “assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos”, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). As linhas de ação propostas, expressas nos Objetivos do Programa, compreendem a implementação dos instrumentos da PNRH; o apoio aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; a conservação, recuperação e uso racional dos recursos hídricos; o planejamento, a implantação e a gestão de novas infraestruturas hídricas destinadas aos usos múltiplos da água, assim como a recuperação e manutenção das existentes; e a ampliação do conhecimento sobre as águas subterrâneas e suas interações com as superficiais.

A estratégia de implementação do Programa Recursos Hídricos no PPA 2016-2019 integrará a gestão dos recursos hídricos à organização e implementação da infraestrutura hídrica. As atividades de gestão dos recursos hídricos, com suas instituições e regras de governança, relacionam-se à necessidade de regular e gerir de modo adequado como serão utilizados os recursos hídricos disponíveis, sejam os existentes na natureza, sejam os estocados em reservatórios artificiais. A infraestrutura hídrica cumpre um papel relevante ao permitir transformar fluxos de água, sujeitos a condições naturais nem sempre favoráveis, em estoques, que buscarão regularizar o atendimento aos diversos usos, assim como ao viabilizar a transferência de água de locais em que há disponibilidade para locais em que há demanda não atendida pelo uso.

Dessa forma buscar-se-á superar os desafios relacionados a gestão dos recursos hídricos, em especial a implementação de regras de uso da água em 5 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa; a execução das ações previstas nos planos de recursos hídricos; a disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do SNIRH, no âmbito do Programa Qualiágua; o avanço nos estudos para implementação do enquadramento de rios de domínio da União; a publicação do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas e a atualização do Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água; e o avanço na implementação do Progestão e a construção do Procomitês.

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2011	13	31/12/2012	15,4	31/12/2013	15,4	31/12/2015	15,4
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2011	51	31/12/2012	54	31/12/2013	54	31/12/2015	54
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8	31/12/2010	8
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	89	31/12/2011	89	31/12/2012	84	31/12/2013	94	31/12/2013	94
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2010	18	31/12/2010	18	31/12/2013	20	31/12/2013	20

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Quadro de Metas

Objetivo: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos	6,00	Planos Estaduais de Recursos Híbridos	6,00	
Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos	30.000,00	Pessoas	76.724,00	

Objetivo: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados	10.700,00	Usuários	16.097,00	
Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)	3,00	Bacias hidrográficas	3,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros	1,00	Atlas	1,00	
Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional	990,00	Estações da Rede Hidrometeorológica Nacional	1.096,00	

Objetivo: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos	100,00	%	100,00	
Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União	5,00	Comitês	5,00	
Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação	5,00	Estados da Federação	26,00	

Objetivo: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias	5,00	Bacias hidrográficas	1,00	Em razão do aprofundamento do tema a meta foi parcialmente alcançada a partir de edição da Portaria ANA nº 62/2013 na qual, no âmbito de atuação da ANA, definiu trechos de rio com balanço crítico como de especial atenção para a gestão. Há em curso estudo com escala menor para dar maior precisão e aplicação ao estudo.
Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)	3,00	Setores usuários de água	0,00	O alcance da meta ficou prejudicado em razão da forte necessidade de articulação horizontal institucional, a qual precisa ser ampliada. Houve uma mudança na estratégia de implementação para elaboração das Contas Econômicas Ambientais da Água.
Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos	2,00	Programas	0,00	O alcance da meta ficou prejudicado em razão da forte necessidade de articulação horizontal institucional, a qual precisa ser ampliada. No último exercício vem sendo desenvolvido um projeto piloto do âmbito da Bacia do Piranhas-Açu.

Objetivo: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes	6.000,00	Hectares	7.578,00	
Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual	28.000,00	Kg DBO/Dia - média anual	27.807,39	
Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas	60,00	unidade	17,00	A implementação da meta foi ajustada a disponibilidade dos recursos orçamentários

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	354.965	350.657	178.502	1.300.928	932.218
Despesas Correntes	284.235	282.972	167.357	1.024.011	780.749
Despesas de Capital	70.730	67.685	11.145	276.917	151.469
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	354.965	350.657	178.502	1.300.928	932.218

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2027 – CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO

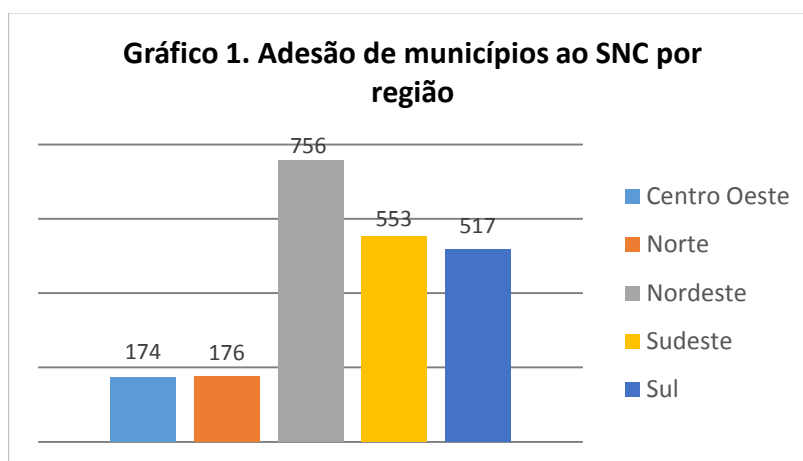
Visão Consolidada do Programa

O Ministério da Cultura – MinC, pautado pelas grandes diretrizes de governo, implementou a Política de Cultura no âmbito do Programa Temático do PPA 2012-2015 Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, orientada pelo Plano Nacional de Cultura - PNC como elemento estruturante da política. Da mesma forma, o Sistema Nacional de Cultura e a Participação Social foram as principais estratégias da ação política em articulação com estados e municípios.

Do ponto de vista geral da implementação do Programa Temático, a institucionalidade é uma dimensão essencial para o desenvolvimento da Cultura como Política Pública, no contexto das estratégias de governo para os direitos sociais. Nessa direção, no período 2012-2015 foram determinantes, a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura – SNC pela emenda constitucional 416, que cria o Artigo 216-A da Constituição Federal, e a Lei Nº 13.018, que institucionaliza a Política Nacional Cultura Viva e dá outras providências. Em relação à legislação do Direito Intelectual, o Ministério da Cultura obteve avanços importantes na implementação de uma nova política de direitos autorais com a Regulamentação da Lei n.º 12.853/2013, por meio do Decreto n.º 8.469/2015 e da publicação das Instruções Normativas n.º 3 e n.º 4, além da publicação da Portaria MinC n.º 53/2015.

Dentre os principais avanços, destaca-se o Sistema Nacional de Cultura - SNC, criado por Emenda Constitucional que acrescenta o artigo 216-A a Constituição Federal, um dos maiores ganhos para a Gestão Cultural neste país, resultado de um intenso esforço que vinha sendo empreendido desde 2005. Seu principal objetivo é fortalecer as políticas culturais da União, estados, Distrito Federal e municípios por meio de institucionalização e ampliação da participação social para promover desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e amplo acesso aos bens e serviços culturais.

A integração de estados e municípios ao Sistema Nacional de Cultura - SNC é um processo que requer adesão por Acordo de Cooperação firmado entre o ente e a União, por intermédio do MinC, a institucionalização de Leis próprias e a implementação dos elementos constitutivos do SNC. Foi alcançado, no período 2012-2015, o percentual de 100% de adesão dos estados, que representa o número de acordos de cooperação firmados e não necessariamente sistemas institucionalizados e implementados. Ao longo dos quatro últimos anos, 2.176 municípios, representando 39,1% do total, aderiram ao Sistema. (Gráfico1). Esse dado demonstra a superação da meta de 30% de municípios, estabelecida no Plano Plurianual 2012-2015. Por outro lado, é necessário considerar os limites institucionais existentes, pois embora desde 2013 a meta de 100% de adesão dos estados ao SNC tenha sido alcançada, sua maioria ainda carece da implementação de leis próprias de regulamentação de seus Sistemas e de estruturação para a plena gestão da política.



Fonte: www.cultura.gov.br/snc. Atualizado em 26/01/2016

Nessa direção, foram aportados investimentos do Governo Federal, para impulsionar a estruturação local em parceria com universidades públicas e governos estaduais, com oferta de oportunidades para formação e capacitações, tendo mais de 1.000 municípios brasileiros com gestores e conselheiros culturais capacitados no período 2012/2015. Esse esforço terá prosseguimento no programa temático Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento – 2016-2019.

Segundo dados do IBGE, a participação social e a gestão pública da cultura também foram reforçadas no decorrer do período do programa temático PPA 2012-2015. Em 2006, 17% dos municípios tinham conselhos ligados à cultura, ante 36,6% registrados em 2014. Neste mesmo ano, 54,6% dos municípios afirmaram ter uma política local de cultura, apesar de apenas 5,9% deles terem um plano já desenvolvido para a área. Em 2006, 4,3% das prefeituras tinham uma secretaria exclusiva para a cultura, índice que saltou para 20,4% em 2014.

No âmbito da gestão participativa, o MinC priorizou intensificar o diálogo e a participação social com a comunidade cultural no processo de eleição da representação da sociedade civil para a nova gestão do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, com ampla mobilização em um processo que se estendeu por seis meses e resultou na participação de mais de 70 mil pessoas.

O desafio foi desenvolver um processo de mobilização e Participação Social que pudesse agregar toda a diversidade de canais e possibilidades de interferência da cidadania na gestão cultural em âmbito federal, inovando e colocando o diálogo no centro de uma nova estratégia de relacionamento entre Estado e Sociedade, com realização de etapas estaduais em todos os estados e Distrito Federal, Fóruns Nacionais descentralizados, eleição presencial e por meios digitais, além da facilitação do acesso ao voto.

Ainda relacionada à agenda de participação social, a III Conferência Nacional de Cultura (CNC) ocorreu no período de 27/11 a 01/12/2013, tendo contado com 1.745 participantes, sendo 953 deles delegados dos 26 estados e do Distrito Federal. Os delegados com direito a voto (70% representantes da sociedade civil), elegeram 64

diretrizes para os próximos anos, entre 614 propostas pelas Conferências Municipais, Estaduais e Livres.

O Programa Cultura Viva (PCV) merece destaque na implementação da Política de Cultura, pois ampliou sua capacidade institucional com a Lei 13.018/2014. Essa lei apresenta o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como instrumento de monitoramento pelo qual será realizado o levantamento e publicação de todos os pontos de cultura já fomentados pelo Programa, bem como dos novos pontos fomentados em 2015 e exercícios seguintes. O PCV possui forte apelo à gestão participativa dos segmentos da sociedade e das expressões da diversidade cultural, por intermédio do fomento a grupos culturais que, via de regra, perduravam na invisibilidade, sem qualquer incentivo ou estímulo do Estado. O Programa possui ampla capilaridade no território brasileiro, possibilidade de diálogo e articulação da ação interministerial, assim como com outras políticas de governo que potencializam os investimentos públicos. Ademais, proporciona grande capacidade mobilizadora, cuja maior expressão pode ser evidenciada pela “Teia Nacional da Diversidade Cultural”, que reuniu em 2014 cerca de 3000 pessoas, entre representantes de Pontos de Cultura, segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, bem como o evento denominado “Emergências”, realizado em 2015, que reuniu 10.000 pessoas.

No que diz respeito à gestão do Plano Nacional de Cultura – PNC, instituído pela lei 12.343/2010, o período compreendido entre 2012 e 2015 foi dedicado à formulação das metas, elaboração do plano de ação, desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, acompanhamento dos planos estaduais e municipais de cultura, adequação e elaboração de planos setoriais de cultura: Artes Visuais, Circo, Dança, Música, Teatro, Culturas Populares, Culturas Indígenas, Livro e leitura, Museus, Monitoramentos das metas do Plano, realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura e a revisão das metas do Plano que está em curso.

A revisão, realizada mediante consulta pública, tem a finalidade de atualizar os horizontes programáticos do PNC, possibilitar uma análise crítica em relação à sua execução ao mesmo tempo que poderá apontar um caminho possível de prioridades, repactuar com a sociedade os objetivos a serem concretamente alcançados até 2020 e redefinir os indicadores que permitirão o monitoramento da política e a aferição de seus resultados.

O MinC leva em consideração, para o processo de revisão, a execução do Plano nos quatro primeiros anos, o relatório de monitoramento das metas que foi realizado ao longo do ciclo do PPA, as condições orçamentárias atuais do país e as prioridades apresentadas pela sociedade em três Conferências Nacionais de Cultura e nos demais espaços de participação social. Esse processo envolve todo o sistema MinC, todas as Secretarias e entidades vinculadas e deverá ser finalizado no primeiro semestre de 2016.

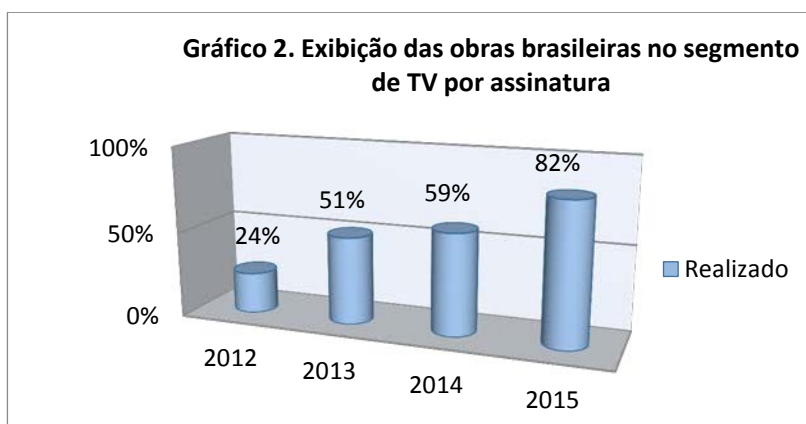
O SNIIC, principal mecanismo de monitoramento e de sistematização das informações culturais, passou por um processo de reestruturação, para que a partir dele qualquer pessoa possa buscar, em um mesmo ambiente, conteúdos sobre a cultura brasileira originários de diversas bases de conhecimento. Uma delas é o Mapa da Cultura, que substituiu o antigo cadastro do SNIIC.

O aperfeiçoamento do sistema resultou em uma ferramenta mais fácil de usar, com maiores possibilidades de filtros de busca e a integração a outras bases de dados do MinC, como o Rede Cultura Viva, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Cadastro Nacional de Museus. O Ministério lançou em 2015 o novo site do SNIIC (www.sniic.cultura.gov.br), que reúne dados de georreferenciamento sobre os Pontos de Cultura e pretende ser ampliado para as demais áreas de atuação do MinC.

De maneira transversal à política implementada, merece destaque a implantação do Plano Diretor de Internacionalização da Cultura, que visa estabelecer diretrizes e linhas de ação para a promoção e consolidação da imagem do país no plano internacional, aprofundando o diálogo bilateral com países como Angola, Colômbia, Chile, Espanha, França, México, Moçambique, Paraguai e Portugal. Foram realizadas missões oficiais, visitas técnicas, participações em feiras, seminários, prêmios, congressos, exposições e assinatura de acordos e protocolos de cooperação.

Ainda no âmbito do desenvolvimento da política pública, com vistas a atualizar e renovar a Lei n.º 8.313/1991, também conhecida como Lei Federal de Incentivo à Cultura ou Lei Rouanet, o MinC intensificou o diálogo com parlamentares do Congresso Nacional sobre o Projeto de Lei que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura. O objetivo é modernizar os mecanismos de financiamento à cultura, corrigindo as distorções do atual modelo, que por sua defasagem, acentua a concentração territorial e setorial dos investimentos e limita o alcance das políticas públicas para o setor cultural, contribuindo para a manutenção do histórico desequilíbrio regional e social no País.

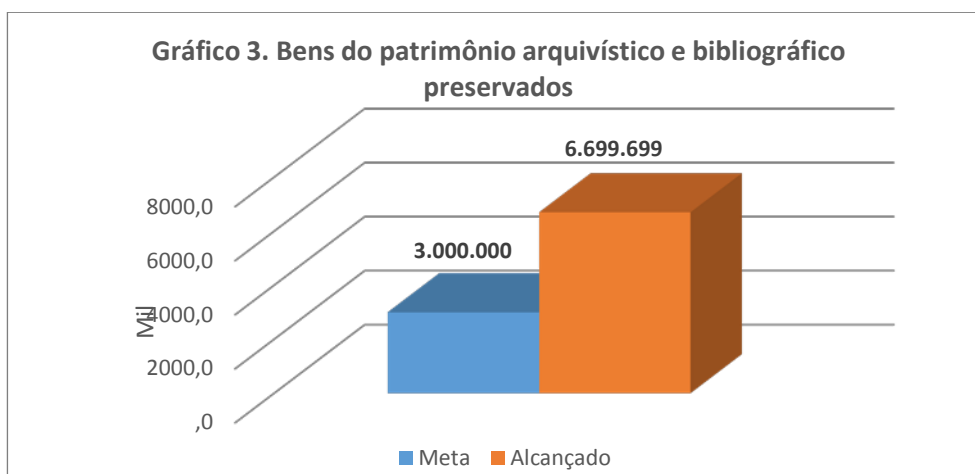
A institucionalização da política para o audiovisual brasileiro é exemplar do ponto de vista do desenvolvimento da política pública de cultura. A Lei nº 12.485, de 2011, e sua posterior regulamentação, instituíram um novo cenário na política pública para a TV por assinatura no Brasil, com a criação das obrigações de veiculação de conteúdo brasileiro e de novas fontes de recursos para aplicação no segmento. A progressiva operacionalização desses mecanismos instituídos pela lei impactou no aumento gradual das horas de conteúdo brasileiro na TV paga, principalmente a partir de 2012. Com a base de 16 canais de TV Paga monitorados, apurou-se que em 2011 houve 9.042 veiculações de obras brasileiras. Em 2012 foram 11.245 exibições; em 2013, 13.653; em 2014, 14.381; e em 2015, 16.507, um aumento de aproximadamente 82% em relação ao número de 2011, o que representa larga superação da meta prevista no Plano Plurianual 2012-2015. (Gráfico 2).



Fonte: SIOP

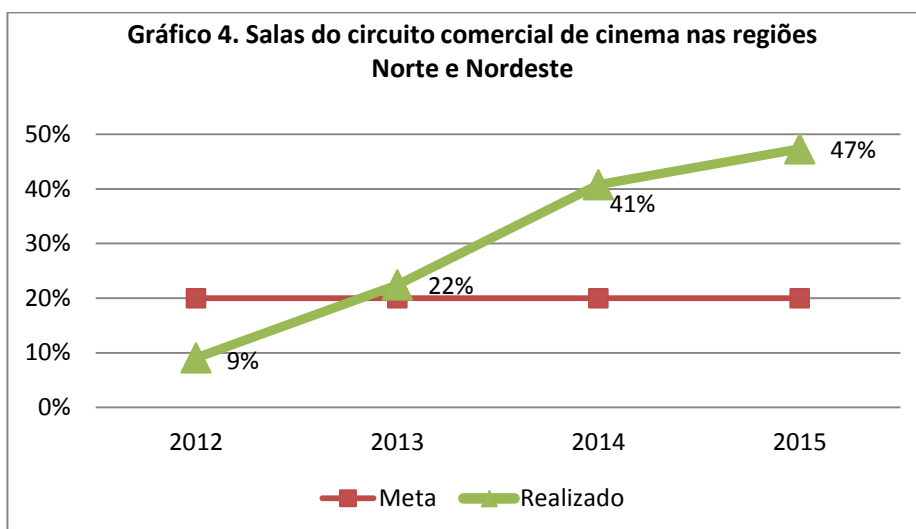
Visão dos principais atributos do Programa

Em relação às ações empreendidas pelo MinC correspondentes aos atributos do Programa Temático 2027 – Cultura: Preservação, Promoção e Acesso, no âmbito do objetivo “preservar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade”, cabe destaque para a marca alcançada no período, de 6.699.699 bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico preservado (Gráfico 3), a produção e distribuição de 435.501 exemplares de material sobre o patrimônio cultural, as 202 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial, as 346 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial, a capacitação de 4.682 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural com alcance para todas as regiões do país. Em todas essas ações as metas estabelecidas para o quadriênio 2012-2015 foram superadas, conforme demonstrado graficamente.



Fonte: SIOF

Merece destaque também a elevação da participação da produção nacional na exibição em salas de cinema de todo o território nacional. Em 2014, com receita bruta de R\$ 2,3 bilhões e crescimento de 17,7%, os filmes brasileiros atraíram 21,5 milhões de espectadores, que correspondem a 12,7 % do total de ingressos vendidos. Concomitantemente, houve a expansão da rede de salas de exibição de cinema no Norte e Nordeste, regiões com ausências identificadas neste tipo de equipamento cultural. Em 2011, existiam 284 salas de exibição na região Nordeste e 113 na Norte, perfazendo um total de 397 salas no somatório destas regiões. Em 2012, o número chegou a 432 (aumento de 8,82%). Em 2013, o total alcançou 487. Em 2014, alcançaram-se 559 salas. Em 2015, o parque exibidor alcançado foi de 585 nas regiões Norte e Nordeste, o que representa um aumento de 47,36% em relação a 2011, superando meta prevista no Plano Plurianual 2012-2015. (Gráfico 4).



Fonte: SIOOP

Durante o ano de 2012, foram lançadas 83 obras brasileiras no circuito comercial de salas de exibição. Em 2013, foram lançadas 129 obras brasileiras. Em 2014 e 2015 114 e 128 obras brasileiras, respectivamente, foram lançadas comercialmente nas salas de exibição. Dessas, em 2014, 5 ultrapassaram a marca de um milhão de espectadores: O candidato honesto; Os Homens são de Marte e é para lá que eu vou; S. O. S. Mulheres ao Mar; Muita calma nessa hora 2; e Vestido pra Casar. Ao todo, as produções nacionais geraram a venda de 19.030.900 ingressos. Em comparação com anos anteriores, esse dado anualizado indica o período mais profícuo para o cinema brasileiro em todos os tempos.

Outro avanço importante diz respeito à implantação do Canal de Cultura. Em 2015, foi instituído, por meio da Portaria GM/MinC nº 63, de 23 de julho de 2015, Grupo de Trabalho com o objetivo de estabelecer as diretrizes e os encaminhamentos para viabilizar a implantação do Canal da Cultura. O Ministério das Comunicações (MiniCom), por meio da Portaria Interministerial MinC/MiniCom nº 4074, de 26 de agosto de 2015, autorizou o Ministério da Cultura a operar a faixa de radiofrequência específica, conforme previsto no Decreto nº 5.820/2006. Encontra-se em elaboração o projeto técnico de implantação do canal, por meio de parceria entre o Ministério da Cultura, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério das Comunicações, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e produtores audiovisuais independentes. O canal será implantado inicialmente em modelo *webtv* a partir de junho de 2016.

Investimento que merece destaque ainda no setor audiovisual, diz respeito à implantação de estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual em 100% dos estados e no Distrito Federal. Os Núcleos de Produção Digital (NPDs) visam apoiar a produção audiovisual independente, através do fornecimento de equipamentos adequados, bem como de serviços técnicos especializados, promovendo a formação e o aprimoramento profissional e artístico de técnicos e realizadores audiovisuais nas mais diversas funções. São espaços democráticos, gratuitos e acessíveis a todas as classes da sociedade, voltados para a produção e difusão do conteúdo audiovisual brasileiro, com estrutura humana, física, tecnológica e metodológica. A ação tem o objetivo de formar e consolidar parcerias com os estados para o desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do país.

O objetivo “Fomentar a criação, produção difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior” dialoga com o conjunto de fazeres no âmbito das iniciativas da política de cultura. Nesse sentido, a estratégia no período em destaque foi dirigida para o apoio a projetos na área de leitura, literatura e bibliotecas, a difusão de projetos artísticos e culturais, o apoio à produção audiovisual e aos pontos de cultura para promoção da participação qualificada na formulação e acompanhamento da política cultural em instâncias e colegiados, pelo público prioritário do Programa Cultura Viva.

A estratégia implementada gerou resultados expressivos que trarão impactos positivos a médio prazo e pode ser traduzida nas seguintes realizações: o apoio a 1.326 bibliotecas comunitárias e pontos de leitura, oferecendo espaços fundamentais para o desenvolvimento do hábito da leitura; a qualificação de 13.370 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura, que impactarão positivamente a qualidade e a quantidade da produção nacional; o apoio concedido à produção audiovisual, com a implementação de Núcleos de Produção Digital (NPD's), em todos os estados brasileiros e DF; o fomento e incentivo ao funcionamento de 4.662 pontos de cultura; o apoio e difusão das expressões artísticas e culturais das mais diversas matizes e segmentos populacionais participantes dos 89 seminários ou oficinas realizadas com foco no Programa Cultura Viva; a concessão de 925 bolsas de fomento à literatura e o apoio a 176 projetos sociais de leitura; o fomento a 3.901 mil projetos de produção, difusão e circulação de atividades e eventos artísticos, nas áreas do circo, dança, teatro, música e artes visuais, proporcionando a fruição e o acesso da população a estas produções que contribuem para a formação de público para eventos dessa natureza.

O Programa Cultura do Trabalhador, implementado em 2013, é a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Por meio do cartão Vale-Cultura, o programa tem o potencial de injetar mais de R\$ 25 bilhões ao ano na cadeia produtiva cultural, potencializando o acesso e a fruição de produtos e serviços culturais. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil receptoras, estabelecimentos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais.

Em 2015, o Programa alcançou a marca de 457.162 beneficiários. O consumo com o Vale Cultura já supera a marca de R\$ 48 milhões, que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídas em todo o território nacional. Convém registrar que o Programa de Cultura do Trabalhador somente entrou em operação após sua regulamentação, que ocorreu em setembro de 2013. Ademais, a meta para o quadriênio foi superestimada, pois não considerou fatores que só poderiam ser identificados após a implementação do Programa, além do fato de que é um benefício de adesão espontânea, que depende das condições econômicas e do comportamento do mercado para se desenvolver.

Quanto à gestão e uso de espaços destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer, merecem destaque as ações de implantação ou modernização de espaços museais e de bibliotecas públicas, o acesso aos Espaços Culturais da União, a implantação de Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU's, além da Digitalização e disponibilização de acervos audiovisuais que contribuem para o acesso à cultura.

No período de vigência deste PPA foram implantadas e/ou modernizadas 167 unidades museais, proporcionando condições adequadas de conservação, uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museais e do seu acervo. A implementação destas ações foi possível graças aos recursos próprios do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ao aporte financeiro oriundo de programas como o Fundo Nacional de Cultura, o PAC – Cidades Históricas, a Lei Rouanet e o patrocínio de empresas parceiras (*Mango Tree Foundation*, Petrobrás).

No que se refere às bibliotecas públicas, foram modernizadas e/ou implantadas um total de 747 unidades, com vistas ao fortalecimento, o estímulo e o fomento à leitura no Brasil, à promoção da acessibilidade junto a pessoas com deficiência e à ampliação do acesso da população em geral. As execuções dessas ações foram realizadas através de convênios com os órgãos responsáveis pelos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas; incentivos oriundos da Lei Rouanet; do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); de contratos de comodatos estabelecidos com municípios brasileiros; termo de cooperação com Universidade, programa Iberbibliotecas e parceria com *Bill & Melinda Gates Foundation*.

Para produzir e difundir as diferentes formas de expressão artística, como as artes visuais, as artes cênicas, a música, a dança e o circo, o MinC mantém equipamentos culturais como teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e Espaços para Projetos de Residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Esses equipamentos realizaram e acolheram projetos de artistas reconhecidos e de novos artistas, promovendo uma maior interação entre a produção cultural. Contribuíram ainda para fomentar a arte, apresentando ao público um retrato das expressões artísticas e culturais, com a possibilidade de contato direto com artistas. Além disso, asseguraram a preservação da memória cultural.

A localização destes espaços, o horário dos espetáculos, e o acesso da população a atrações artísticas a preços reduzidos e populares facilitaram a grande circulação de pessoas. Ademais, o palco público facilita a experimentação das linguagens, exibição de novos talentos e a presença de público jovem, hoje ainda distante dessas manifestações.

A Escola Nacional de Circo, centro de referência na formação circense na América Latina, teve sua sede totalmente reformada e reequipada e ampliou seu número de vagas, de forma a oferecer ainda mais oportunidades a artistas para construir uma carreira no circo.

No âmbito do projeto Programadora Brasil foram digitalizados e disponibilizados 145 novos títulos. A Cinemateca Brasileira lançou em 2013 o projeto Banco de Conteúdos Culturais, realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), que digitalizou e disponibilizou por meio de plataforma na internet aproximadamente 6.000 títulos. Nesse caso, a meta foi atingida do ponto de vista do acesso da população ao conteúdo digitalizado e disponibilizado por meio do referido Banco de Conteúdos Culturais.

Por fim, foram construídos 92 Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs), cujos espaços sociais levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, de atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado

de trabalho, serviços sócios assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, funcionando com um espaço de convergência das políticas públicas oferecidas à população nos territórios onde estão implantados. Cumpre destacar que é de responsabilidade dos municípios a contratação e execução das obras, bem como da aquisição dos equipamentos, mobiliários e acervo que compõem os CEUs; das 360 operações contratadas, 341 continuam ativas, tendo as demais sido canceladas pelo não cumprimento de prazos previstos no cronograma e/ou às obrigações do Programa.

Outro campo do fomento como estratégia de consecução dos objetivos está voltado para a pesquisa e o conhecimento constitutivo da cultura brasileira. O MinC fomentou atividades de produção e difusão de conhecimento sobre cultura, o fornecimento de apoio tecnológico às cadeias produtivas da economia criativa, a formação e qualificação de profissionais que lidam com atividades culturais e ainda o apoio a projetos envolvendo a integração do binômio educação-cultura.

O destaque para essas iniciativas estão no âmbito da pesquisa, produção e publicação de estudos, em que Fundação Casa de Rui Barbosa tem papel relevante pela sua capacidade institucional e corpo técnico qualificado para produção de conteúdo sobre a diversidade da cultura brasileira.

Outro destaque na aproximação estratégica das dimensões da cultura e da educação é o Programa Mais Cultura, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), para o fortalecimento das artes e da cultura na educação integral. Foram atendidas 5.000 escolas públicas com repasses de recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo a maioria dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família; realizadas iniciativas para a formação de professores de Arte de escolas públicas envolvendo 3.225 professores; atividades voltadas à capacitação de artistas e profissionais da cultura, com ações do Pronatec Cultura, que envolveram cerca de 65 cursos relacionados ao Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design. Foram pactuadas ao todo 133.363 vagas e homologadas 50.341 para cursos de Formação Inicial e Continuada- FIC de cultura e artes, no âmbito do Pronatec Cultura.

Cabe ressaltar que a formação cidadã por intermédio da cultura foi marcante nas diferentes áreas e segmentos e tem caráter transversal na atuação do MinC: no escopo da economia criativa, foram qualificados 20.242 profissionais criativos através de capacitações, consultorias e assessorias. Foram fomentadas as participações em eventos de mercado, para ampliar os espaços de difusão dos bens e serviços culturais brasileiros, fortalecendo bases de sustentabilidade de médio e longo prazo. Também foram estimulados empreendimentos criativos de maior potencial de internacionalização de produtos culturais brasileiros. Na linha de formação e qualificação em gestão cultural, linguagens artísticas e patrimônio cultural, foram capacitadas 5.764 pessoas. Em projetos de formação e práticas de comunicação, o MinC contemplou 60 projetos. Na área de museus, foram ofertadas 468 oficinas e cursos aos públicos dos museus do Ibram e de pontos de memória na área museológica, além de oficinas no âmbito do Programa Gestão de Riscos para o Patrimônio Museológico Brasileiro.

Ainda na área de formação, capacitação e qualificação em audiovisual, foram realizadas 60 atividades de acordo com os potenciais macrorregionais, contempladas as 5 regiões geográficas brasileiras, com capacitação de 2.375 pessoas.

Considerações Finais

Durante o PPA 2012-2015, foram muitas as conquistas no campo da política cultural, especialmente no âmbito das dimensões cidadã e econômica. Para tanto, foi determinante a formulação do Plano Nacional de Cultura (PNC) 2010-2020, bem como a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), com a adesão de 100% dos estados e 2176 municípios (39,1% do total). Podem ser destacados ainda a Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), com o fomento aos pontos de cultura até 2015, e o Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura), sendo esta a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Ressalta-se que todas essas políticas terão continuidade no PPA 2016-2019, por meio do Programa 2027 – Cultura: dimensão essencial do desenvolvimento.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por habitante/ano	unidade	31/12/2008	4,7	31/12/2008	4,7	03/07/2011	4	03/07/2011	4	03/07/2011	4
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19	31/12/2009	3,19	31/12/2012	3,39	31/12/2012	3,39
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Quadro de Metas

Objetivo: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Órgão Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura	100,00	%	100,00	
30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura	30,00	%	39,10	

Objetivo: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural	883,00	Profissionais	4.682,00	
Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras	40,00	%	38,00	
Identificar e premiar 155 novos Pontos de Memória	155,00	Pontos de Memória	141,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro	50,00	%	0,00	As dificuldades para o alcance da meta até 2015 continuam sendo, basicamente: indisponibilidade de recursos orçamentários e mão de obra especializada em desenvolvimento da plataforma. Em 2015, na primeira fase, o termo de referência retornou à área técnica para ajustes. Uma vez finalizado o termo foi encaminhado à área administrativa responsável pela licitação. Por questões de contingenciamento orçamentário a aquisição não pode ser realizada.
Preservar 3 milhões de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro	3.000.000,00	Bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico	6.699.699,00	
Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural	111.383,00	Exemplares	435.501,00	
Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial	168,00	Ações	202,00	
Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial	321,00	Ações	346,00	
Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos	450,00	Obras e serviços	430,00	
Realizar 52.000 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural	52.000,00	Procedimentos de fiscalização e monitoramento	44.578,00	

Objetivo: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão

Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil	11,00	%	12,70	
Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura	20,00	%	82,56	
Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste	20,00	%	47,36	
Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição	300,00	Filmes brasileiros	454,00	

Objetivo: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Órgão

Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
100% dos Estados e Distrito Federal com estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual	100,00	%	100,00	
Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional	1.000,00	Unidades	67,00	A partir de 2011, com a instituição do Decreto nº 7.568/2011, que impôs uma série de restrições ao convênio com entidades privadas sem fins lucrativos, essa estratégia de parceria com a sociedade civil tornou-se inviável, tendo em vista a impossibilidade de formalização de parceria direta.
Apoiar 130 projetos sociais de leitura	130,00	Projetos	176,00	
Apoiar 400 bibliotecas comunitárias	400,00	Bibliotecas comunitárias	1.326,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Chancelar 30 cidades criativas distribuídas nas 5 regiões do país	30,00	Cidades criativas	0,00	A SEC e a SPC estão passando por um processo de reformulação de suas políticas. No exercício de 2015 pretendia-se lançar um processo de seleção pública para que os territórios brasileiros se credenciem a receber a chancela de "Cidade Criativa", processo esse que não ocorreu. Estão sendo construídas formas de como serão feitas chancelas e projeta-se que no ano de 2016 já seja possível lançar o processo de seleção pública.
Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário	400,00	Bolsas	540,00	
Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros	6.000.000,00	Pessoas	457.162,00	O Programa de Cultura do Trabalhador somente entrou em operação após sua regulamentação, que ocorreu em setembro de 2013. Ademais, a meta para o quadriênio foi superestimada, pois não considerou fatores que só poderiam ser identificados após a implementação do Programa, além do fato de que é um benefício de adesão espontânea que depende das condições econômicas e do comportamento do mercado para se desenvolver.
Emitir certidão de autodefinição de comunidades remanescentes de quilombo e implementar projetos culturais de fomento, qualificação e capacitação para 300 comunidades quilombolas e de terreiros.	300,00	Comunidades quilombolas e de terreiros	635,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.	36,00	Seminários ou oficinas	89,00	
Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos	1.200,00	Projetos, Atividades e Eventos	3.901,00	
Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.	120,00	Pontões de Cultura	63,00	A partir do redesenho e do planejamento estratégico para a PNCV, o Ministério da Cultura considera que, em função das áreas temáticas identificadas, não se faz necessária uma grande quantidade de pontões instalados, mas uma atuação destes por área temática, desenvolvendo atividades em macrorregiões. Com este aperfeiçoamento, a PNCV terá maior efetividade com o apoio a um menor número de Pontões que irão integrar as áreas temáticas de atuação dos pontos de cultura instalados.
Promoção de 208 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais	208,00	Eventos de Intercâmbio	666,00	
Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios	5.000,00	Redes de Pontos de Cultura	4.662,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura	10.500,00	Artistas, técnicos e produtores de arte e cultura	13.370,00	
Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro	1,00	Circuito de feiras	2,00	
Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 300 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros	300,00	Comunidades quilombolas, tradicionais e de terreiros	204,00	As intervenções do Ministério da Cultura para o desenvolvimento de comunidades quilombolas são de naturezas diversas, envolvendo desde o apoio jurídico necessário em casos específicos até a proteção destas comunidades durante a implementação de empreendimentos econômicos diversos. No exercício de 2015, não foram realizadas ações para o desenvolvimento sustentável de comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros.

Objetivo: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Órgão

Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União	1.200.000,00	Visitantes	1.400.809,00	
Digitalizar e disponibilizar 4.000 títulos da produção audiovisual nacional, por meio do projeto Programadora Brasil	4.000,00	Títulos	6.145,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU	360,00	Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU	92,00	Principais dificuldades para o não cumprimento da meta: - dificuldades operacionais e técnicas dos entes na construção e execução das obras; e - grande número de distratos dos contratos entre os entes municipais e empreiteiras, ocasionando a necessidade de reprogramar o plano de trabalho e realizar nova licitação para conclusão das obras.
Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.	60,00	Unidades museais	167,00	
Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas	241,00	Bibliotecas públicas	747,00	

Objetivo: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Órgão

Ministério da Cultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados	5,00	Elos	5,00	
Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura	12.000,00	Agentes de leitura	8.725,00	Principais dificuldades: pouca articulação interdisciplinar e precário domínio do SICONV, licitações, editais do Conveniente; mudanças de gestores dos entes federados e do Sistema MinC; suspensão de operações públicas característica do defeso eleitoral.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 150 grupos, comunidades ou coletivos com projetos de formação e práticas de comunicação	150,00	Grupos, comunidades ou coletivos	60,00	A meta é atendida pelo Edital "Comunica Diversidade", o qual foi lançado em 2014 e realizado em parceria com a UFRJ e a Fundação José Bonifácio. Contemplou 60 projetos que contemplem ações ligadas a um dos seguintes eixos: "educar para comunicar"; "produção de conteúdos culturais"; "distribuição de conteúdos culturais"; meios /infraestrutura para a comunicação"; "comunicação e protagonismo social"; e "comunicação e renda".
Atender 3.000 professores de Arte de escolas públicas, em parceria com o MEC, por programa de aperfeiçoamento	3.000,00	Professores	3.225,00	
Atender 5.000 escolas pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, em parceria com o MEC	5.000,00	Escolas	5.000,00	
Formar e qualificar 30.000 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura	30.000,00	Pessoas	5.764,00	
Implementar 27 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos	27,00	Birôs de serviço	10,00	Apesar de 10 birôs inaugurados, 14 já estão prestando atendimentos, mas sem seu local definitivamente pronto ou inaugurado oficialmente. Para o exercício de 2015 constava do planejamento a publicação de novo edital, com recursos do Fundo Nacional de Cultura, objetivando a implantação de novos birôs. Contudo, em decorrência da indisponibilidade orçamentária, esta iniciativa foi prejudicada e não houve possibilidade de publicação de novo edital.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos	30,00	Incubadoras de empreendimentos criativos	1,00	Para o exercício de 2015 constava do planejamento a publicação de novo edital, com recursos do Fundo Nacional de Cultura. Contudo, em decorrência do contingenciamento de recursos imposto ao FNC, esta iniciativa foi prejudicada e não houve possibilidade de publicação de novo edital. Apesar de todos esses esforços empreendidos, diante da diretriz orçamentária estabelecida e do moroso retorno frente às diligências enviadas, foi implantada apenas 01 (uma) incubadora.
Institucionalizar 30 arranjos produtivos locais criativos distribuídos nas 5 regiões do país	30,00	APLs	30,00	
Ofertar 60.000 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes no campo da arte e cultura, em parceria com o MEC, por meio do PRONATEC	60.000,00	Vagas	50.341,00	Foram pactuados com os ofertantes dos cursos 133.363 vagas para os anos de 2013, 2014 e 2015. No então, o MEC homologou apenas. 50.341 vagas.
Ofertar 8.300 vagas para capacitação de agentes culturais em elaboração e gestão de projetos culturais	8.300,00	Vagas	19.434,00	
Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil	316,00	Estudos, pesquisas e eventos	719,00	
Qualificar 20.000 profissionais criativos	20.000,00	Profissionais criativos	20.242,00	
Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais, com 2.000 pessoas capacitadas	10,00	Atividades	60,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico	10,00	Pesquisas, estudos e levantamentos	34,00	
Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal	300,00	Oficinas	468,00	
Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais	160.000,00	Obras intelectuais	158.077,00	
Viabilizar a participação de 5.158 artistas, estudantes, técnicos e agentes culturais em atividades com aderência ao Plano de Trabalho Anual do FNC	5.158,00	Artistas, estudantes, técnicos e agentes culturais	3.858,00	

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.040.760	2.023.040	242.545	9.510.822	3.518.771
Despesas Correntes	710.749	706.812	186.127	3.230.576	1.444.856
Despesas de Capital	1.330.011	1.316.227	56.418	6.280.246	2.073.915
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	2.040.760	2.023.040	242.545	9.510.822	3.518.771

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2028 – DEFESA AGROPECUÁRIA

Visão geral do Programa

a. Principais desafios da política e considerações sobre os resultados de indicadores, objetivos e metas.

O Agronegócio vem, a cada ano, ganhando importância na economia brasileira. Atualmente corresponde a aproximadamente 22,5% do PIB, e a 42,98% do valor das exportações, além de responder por 15,5% dos empregos do país. A posição desses indicadores tende a se elevar por conta do crescimento mundial da demanda de alimentos, fibras e de matéria prima para a produção de energia renovável já que análises de cenário apontam o Brasil como um dos grandes fornecedores dessa demanda.

O crescimento das cadeias produtivas brasileiras traz novos desafios à Defesa Agropecuária. Os consumidores e os agentes econômicos das cadeias nacionais de produção de alimentos demandam políticas públicas e serviços de defesa agropecuária eficientes, providos em tempo hábil e nos locais necessários. O alimento seguro, a sanidade dos animais e vegetais e a idoneidade dos insumos e dos serviços usados na agropecuária são as razões de ser da Defesa agropecuária brasileira.

Os desafios ou objetivos da defesa agropecuária são definidos na Lei 8.171/1991, a saber: assegurar a sanidade das populações vegetais; a saúde dos rebanhos animais; a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores.

Para tanto, o Poder Público desenvolve, permanentemente, atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e a fiscalização dos insumos usados nas atividades agropecuárias.

A defesa agropecuária precisa estar atenta aos diversos fatores inerentes a saúde dos animais, dada a sua importância no abastecimento alimentar no mercado interno e também para os mercados importadores de carnes e derivados que estão cada vez mais exigentes com relação à qualidade e origem dos produtos.

No comércio internacional de alimentos, os critérios e requisitos de qualidade e sanidade determinam em grande parte os níveis de comércio e os volumes de transações de produtos agropecuários. O Brasil tem buscado constantemente a transparência nas suas relações de comércio e a oferta de alimentos seguros e de qualidade, o que o credenciou a ser hoje um dos principais fornecedores de produtos de origem animal e vegetal em âmbito mundial. O aumento da produção de alimentos para mercado interno, gerando também excedentes

exportáveis, é o resultado do investimento crescente em pesquisa, genética, nutrição e manejo, bem como do controle de doenças animais e pragas dos vegetais e da qualidade dos insumos agropecuários ofertados.

O desafio da defesa agropecuária brasileira é desenvolver e aperfeiçoar seus serviços a partir dos recursos humanos, financeiros e materiais efetivamente disponíveis. Isso significa organizar, aperfeiçoar e fortalecer os seus serviços de forma a: ser proativo ao invés de reativo; assegurar o respaldo legal e político imprescindível; ser capaz de antecipar crises eventuais, em função de sua capacidade de análise e disponibilidade de informações confiáveis; ser capaz de enfrentar e superá-las rapidamente as emergências sanitárias de natureza animal, vegetal ou de acesso a mercados que surgirem; estabelecer parcerias com a iniciativa privada na definição das responsabilidades; funcionar como um verdadeiro sistema, com responsabilidades compartilhadas entre os três níveis de governo e destes com seus principais clientes e beneficiários; usar métodos e procedimentos de ponta em seus serviços e produtos; acompanhar o crescimento do agronegócio brasileiro, antecipando suas necessidades; e obter reconhecimento internacional como mecanismo acreditador, em virtude de sua competência.

Em função das oportunidades do Brasil em termos do mercado mundial de produtos agrícolas e do papel da Defesa Agropecuária de proteger o potencial produtivo dos seus recursos, quando da elaboração do PPA 2012-2015, foram instituídos seis objetivos para a política de defesa agropecuária brasileira, a saber: 0364 – Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle; 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional; 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária; 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental; 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

b) Análise dos Indicadores

Para o PPA 2012-2015 foram definidos 16 indicadores, cujo desempenho é analisado a seguir:

Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa evoluiu de 58% em 2010 para 77% do território nacional em 2015, o que abrange 99% dos rebanhos das espécies susceptíveis.

A Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves) apresentou leve

acréscimo de 82,41% em 2010 para 84,07% em 2015 devido a melhoras nos serviços veterinários oficiais.

Quanto à implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) a Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA variou de 11% (3 Estados) em 2011 para 30% (8 estados) em 2015. A Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA saiu de zero em 2011 para 0,07 (21 municípios) em 2015.

Quanto às atividades de fiscalização o índice de conformidade de insumos agropecuários permaneceu estável ao longo do PPA em torno de 90%. O índice de conformidade de produtos de origem vegetal apresentou melhora evoluindo de 73% em 2010 para 82% em 2015. O Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários começou a ser apurado somente em 2014 quando atingiu 100% e em 2015 ficou em 97,5%. A Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa) evoluiu de 73% em 2010 para 89% em 2015. O índice de fitossanidade permaneceu com o valor 6 de 2010 a 2015. É um número índice que considera as principais pragas de importância econômica que atingem as populações vegetais e o número de municípios que apresentam foco da praga.

Quanto à rede de laboratórios oficiais e credenciados (Lanagro) a Taxa de monitoramento da rede credenciada acumulou decréscimo no período variando de 62,34% em 2011 para 56,33% em 2015. A Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais permaneceu praticamente estável de 85% em 2011 a 84,4% em 2015. A Taxa de atendimento à demanda por validação de método apresentou melhora de 46% em 2011 para 51,8% em 2015. A implementação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB) para o registro e o controle dos ensaios realizados pela rede oficial e credenciada permitirá conhecer volume de ensaios segundo as áreas demandadas e as necessidades de adequação da capacidade laboratorial.

No âmbito do Plano Nacional de controle de resíduos e contaminantes (PNCRC) a Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal apresentou decréscimo de 99,83% em 2010 para 90,5% em 2015. Segundo as últimas portarias publicadas em 2015, o índice de conformidade de produtos de origem animal manteve-se superior a 99% em todo o período do PPA, de 99,83% em 2011 para 99,41% em 2014, enquanto o índice de conformidade de produtos de origem vegetal também se manteve acima de 90% no período, variando de 93,12% na Safra 2010/2011 para 93,61% na Safra 2013/2014.

Quanto à sanidade pesqueira e aquícola o indicador Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) atingiu 100% ainda em 2014, quando foram implantados métodos de diagnóstico para todas as doenças de animais aquáticos de notificação obrigatória à OIE. A Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola atingiu 33% (9 Estados) com parceira formadas entre 2012 e 2015. Quanto ao Programa de monitoramento de resíduos e contaminantes em moluscos bivalves, lançado em 2012, a Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves evoluiu de 35,71% em 2012 para 71,43% em 2015.

Visão dos principais atributos do Programa

A fim de proteger a produção agropecuária da introdução e disseminação de pragas e doenças no território nacional são realizadas as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças e pragas, a vigilância e a fiscalização do trânsito nacional e internacional de animais e vegetais e seus produtos. As atividades desenvolvidas envolvem a instituição de áreas livres, quarentena, análise de risco e programas de controle e erradicação de pragas e doenças. Além disso, o Brasil se compromete a cumprir normas zoofitossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos internacionais.

Para o alcance das metas relacionadas ao Objetivo 0364 - Promoção da Sanidade Agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecer as atividades de prevenção e controle, foram desenvolvidas, no período 2012/2015, inúmeras ações de ordem sanitária no País, com a participação dos governos federal, estaduais, municipais e iniciativa privada, dentre os quais sobressaem-se os Programas Nacionais: a) Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa; b) Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal; c) Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis; d) Sanidade dos Suídeos; e) Sanidade Avícola; f) Sanidade dos Equídeos, Caprinos, Ovinos e Abelhas; g) Erradicação da *Cydia Pomonella*; h) Prevenção e Controle da Vassoura de Bruxa e da Monilíase do Cacau; i) Erradicação das Moscas das Frutas, dentre outros. A seguir são apresentadas informações sobre as principais ações de promoção da sanidade agropecuária.

Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA: é fundamental obter o reconhecimento internacional do país livre de febre aftosa devido à grande importância econômica do rebanho bovino nacional, que já conta com 208,5 milhões de cabeças. Não há registro de ocorrência de febre aftosa desde abril de 2006. Em 2011, a área livre de febre aftosa com reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) abrangia 60% do Território Nacional em 16 Estados do Centro-Sul do País, sendo que as regiões Norte e Nordeste eram consideradas áreas de risco para a Febre Aftosa. Já em 2015, a área reconhecida pela OIE como livre de febre aftosa abrange 23 Unidades da Federação, com 77,2% do território nacional e 99% dos rebanhos das espécies domésticas susceptíveis à doença. Apenas os Estados do Amazonas, Roraima, Amapá e parte do Pará ainda são considerados áreas de risco médio para a febre aftosa. Além disso, o Estado de Santa Catarina possui o *status* de área livre de febre aftosa sem vacinação.

Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal- PNCEBT: no período foi intensificada a certificação oficial de propriedades livres de brucelose e tuberculose. Atualmente são mais de 1.100 propriedades certificadas e ainda existem inúmeras outras em processo de certificação. Foi realizada uma revisão do Regulamento técnico do PNCEBT, com a participação de toda a cadeia produtiva, com vistas a incentivar o aumento da cobertura vacinal de fêmeas bovinas/bubalinas contra brucelose e difundir as ações de controle e erradicação da doença.

Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB (Doença da Vaca Louca): o Brasil recuperou o *status* de área de risco insignificante para a EEB junto à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) após a detecção de um único caso em 2010. As medidas sanitárias adotadas visam a mitigação do risco de introdução e disseminação desta zoonose no País. A doença da vaca louca é zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos.

Programa da Peste Suína Clássica – PSC: o Brasil conta com um rebanho suíno de 30,8 milhões de cabeças. Em 2011 eram 15 Unidades Federativas reconhecidas apenas nacionalmente como livres da PSC o que representava 87% das matrizes alojadas e 93% das indústrias frigoríficas de suínos. Atualmente o território de 16 UF são áreas reconhecidas internacionalmente como livres da doença. A OIE reconheceu o território dos estados do RS e SC como áreas livres, o que favorece o incremento das exportações. Foi apresentado o pleito para o reconhecimento pela OIE de mais 14 Unidades da Federação: PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, TO, RO, AC, MT, MS, GO e o DF, cujo reconhecimento internacional como livres de PSC ocorrerá ainda em 2016. Esta área representa 50% do território nacional, além de concorrer com 100% das exportações brasileiras do produto.

Influenza Aviária e Doença de Newcastle (DNC): O Brasil conta hoje com mais de 1,3 bilhão de galináceos e tem se mantido livre da Influenza Aviária e da DNC, o que permitiu a manutenção das exportações, inclusive com a expansão para novos mercados. Está sendo realizado inquérito soropidemiológico para a Influenza Aviária e a DNC em 25 Unidades da Federação, com o objetivo de dar suporte à certificação do plantel avícola nacional. Está em implantação a certificação sanitária por compartimentação na cadeia produtiva avícola, que visa reconhecer o *status* sanitário diferenciado de uma subpopulação de aves (compartimento) em relação à infecção pelos vírus da influenza aviária e da DNC, por meio da adoção de procedimentos específicos de biossegurança e vigilância epidemiológica no compartimento.

Além das ações específicas de controle das doenças nos animais, destaca-se ainda a publicação da Instrução Normativa do MAPA que aprova os requisitos sanitários para participação de cavalos nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Foram editadas normas aprovando o Regulamento de Defesa Sanitária Animal, bem como normas internalizando, no arcabouço legal brasileiro, as Resoluções Mercosul que aprovam os requisitos do Bloco para a importação de embriões de ovinos caprinos e bovinos, bem como de sêmen bovino e bubalino congelado, assim como de requisitos atualizados para a importação de material genético de ruminantes com respeito à Doença de Schmallenberg.

No período do PPA 2012-2015 destaca-se a implantação do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária (SISBRAVET), visando ampliar a capacidade de detecção, controle e erradicação de zoonoses, especialmente em caso de emergência veterinária, mediante a integração da defesa agropecuária federal com os serviços veterinários estaduais e com o Sistema Nacional de Defesa Civil. Planeja-se, também, incluir os surtos de doenças de maior impacto econômico e social na classificação de “desastres” no Sistema Nacional de Defesa Civil, para que os casos de emergências veterinárias possam ser declarados como estado de emergência ou de calamidade pública.

A melhoria constante das ações em prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais tem garantido o abastecimento interno da população com produtos de qualidade e

tem possibilitado a conquista e manutenção de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros.

Foi lançado o Programa de Reestruturação da Vigilância Agropecuária na faixa de Fronteira cujo objetivo é fortalecer a estrutura e a capacidade de coleta, processamento e transmissão de dados dos órgãos estaduais de defesa agropecuária, das Superintendências Federais de Agricultura e das unidades do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro).

Na área vegetal, entre as ameaças à condição do Brasil de grande fornecedor de alimentos para o mercado mundial estão as pragas que afetam as plantações, seja pela entrada no país de novas pragas ou disseminação daquelas já existentes. As atividades desenvolvidas ao longo do período permitiram a manutenção da produção agrícola para uso doméstico e a exportação, sendo estas realizadas por meio de diferentes mecanismos de proteção fitossanitária, tais como: estabelecimento e manutenção de áreas livres de pragas, quarentena vegetal, tratamento fitossanitário, análise de risco de pragas e programas de controle e erradicação de pragas específicas.

Programa de Erradicação da *Cydia pomonella*: A partir de um esforço conjunto envolvendo os Governos Federal e Estaduais, e a iniciativa privada, o Brasil conseguiu erradicar a traça-da-maçã (*Cydia pomonella*) dos pomares brasileiros em 2014. Trata-se de um marco para sanidade vegetal do país, uma vez que O Brasil é o primeiro país no mundo a erradicar totalmente a *Cydia pomonella* e a conquistar o *status* fitossanitário de área livre desta praga, o que facilita o acesso aos mercados mais exigentes. A partir desse novo status fitossanitário, ações de prevenção e vigilância, como a revisão dos requisitos de importação de potenciais hospedeiros dessa praga foram implementadas e a intensificação dos controles nas fronteiras, bem como de vigilância e monitoramento de pomares em áreas críticas, para evitar a reintrodução da praga.

Programa de Erradicação da Mosca da Carambola: A praga denominada *Bactrocera carambolae*, comumente chamada de Mosca da Carambola, é mantida sob controle oficial nos estados do Amapá, Pará e Roraima, sendo nestes dois últimos restrita a poucas localidades. No Estado do Amapá, por ser fronteiro com a Guiana, a pressão da praga é muito maior. . Apesar do número de Municípios com foco da praga ter aumentado de 14 para 21 no período 2012/2015 foi observada uma redução de 91,25% da densidade populacional da praga em 2015. Foram implementadas ações de monitoramento e fiscalização do trânsito de partes vegetais e frutos na região transfronteiriça, bem como desenvolvidas ações de educação sanitária nas áreas de alto risco de dispersão da praga.

Monilíase do Cacaueiro. A vigilância voltada à prevenção de introdução da praga *Moniliophthora roreri* no Brasil, as quais envolvem ações de vigilância na fronteira e monitoramento de áreas de produção, foi realizada pelas diferentes instâncias, restando a praga ainda ausente no território brasileiro. O Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária teve a sua composição atualizada em 2015 com o objetivo específico de garantir uma resposta tempestiva a um eventual surto.

Controle integrado da praga Vassoura-de-Bruxa: em 2015 o controle integrado atingiu 550 mil hectares assistidos nas regiões produtoras de cacau dos biomas Floresta Amazônica e Mata Atlântica. O controle integrado envolve pesquisas laboratoriais e de

campo, assistência técnica, campanhas educativas e demais medidas de monitoramento, com cobertura de toda área de cacauzeiros nos estados de AM, BA, ES, MT, PA e RO. Destaca-se, em 2012, a obtenção do registro do Biofungicida Tricovab, para o controle da praga, desenvolvido a partir de técnicas que usam um fungo natural e antagonico ao fungo *Moniliophthora perniciosa*, causador da vassoura-de-bruxa. Destaca-se também o Projeto Renorbruxa da Rede Nordeste de Biotecnologia - Renorbio, implementado ao longo do PPA 2012/2015, que visa a revitalização e dinamização da cacauicultura nacional, por meio do desenvolvimento de novas variedades resistentes ao fungo causador da vassoura-de-bruxa, com adequada qualidade de produto, boas características gerais e maior durabilidade de resistência. Dentre os resultados obtidos, pode-se citar o sequenciamento dos genomas do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*. Além disso, foi operacionalizado o plano de contingenciamento da Monilíase do cacauzeiro, visando proteger a cacauicultura nacional contra o risco de introdução e disseminação dessa praga, ainda ausente, porém já instalada em países limítrofes ao Norte do país.

Helicoverpaa armigera: a introdução e disseminação da praga *Helicoverpa Armigera* em 2013 causou grandes prejuízos às nossas principais culturas de soja, milho e algodão. O controle do surto exigiu um esforço significativo e coordenado dos governos federal e estaduais para que as ações de contingência fossem executadas com êxito e a praga encontra-se controlada. Foram editados comandos legais que autorizam o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária. Foi declarado estado de emergência fitossanitária nos estados: Bahia, Goiás, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Alagoas. Essa condição permitiu àqueles entes federativos o emprego de produtos específicos para o combate da praga Foi desenvolvido o Plano de Manejo Integrado da *Helicoverpa Armigera*, indicando medidas de convivência e supressão da praga segundo a metodologia de Manejo Integrado de Pragas (MIP), mantendo o equilíbrio ecológico do ambiente agrícola com a preservação dos inimigos naturais.

Plataforma de Gestão Agropecuária – PGA: Foi instituída em 2015 a Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA). A PGA é um sistema informatizado que disponibiliza módulos de gestão de informações de interesse da defesa agropecuária e do agronegócio brasileiro em um uma base de dados única – BDU. A base de dados única é universalizada para todo o território nacional e integra as informações dos diferentes sistemas informatizados de todas as unidades da federação. Os estados que ainda não dispunham de sistema informatizado podem utilizar a própria PGA (AM, RR, AP, MA e PI). A PGA possibilita o acesso direto de produtores rurais, técnicos e demais estabelecimentos a produtos e serviços, permitindo o registro e cadastro de produtores e estabelecimentos. A PGA é composta, inicialmente, pelos seguintes módulos de gestão: Guias de Trânsito Animal eletrônica (e-GTA); Sistema brasileiro de Identificação e certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), que permite a rastreabilidade animal, e o Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF).

Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro: De fundamental importância para a defesa agropecuária é o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO), responsável pelos controles oficiais na exportação, importação e trânsito internacional de animais, vegetais e seus produtos e de insumos agropecuários. O Vigiagro visa

salvaguardar o Brasil quanto à introdução no território nacional de doenças e pragas que afetam os animais e os vegetais e impedir o ingresso de mercadorias de interesse agropecuário que não atendam aos requisitos de sanidade, de identidade e de qualidade, além de evitar a exportação de produtos agropecuários que não atendam às exigências internacionais e do país importador. Atualmente, o Sistema executa suas atividades em 111 Unidades, sendo 30 localizadas em portos, 27 em aeroportos internacionais, 28 em postos de fronteiras e 26 em aduanas especiais.

No âmbito do Vigiagro foi lançado, em 2015, o sistema Canal Azul, um processo de exportação e importação de mercadorias agropecuárias que utiliza um lacre eletrônico (chip) instalado no contêiner para o armazenamento de informações, eliminando documentos em papel e reduzindo em até 72 horas o tempo médio de liberação de cargas. O Canal Azul foi incorporado ao Sistema de Informações Gerenciais de Trânsito Internacional (SIGVIG 3.0) e está sendo testado, em caráter piloto, por empresas voluntárias exportadoras de carnes, nos portos de Paranaguá (PR), Itajaí (SC) e Santos (SP). Foi definido um cronograma de implementação do Canal Azul para todas as cadeias do agronegócio. Além disso, foi introduzida a sistemática de anexação dos documentos exigidos pelo Vigiagro no Portal Único de Comércio Exterior em formato digital, de acordo com as diretrizes de modernização do comércio exterior.

Em relação ao Objetivo 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional, destaca-se que a adesão dos estados e municípios ao SUASA ocorre de forma voluntária, e implica no atendimento dos requisitos para o reconhecimento da equivalência dos serviços de inspeção estaduais ou municipais ao Sistema de inspeção Federal (SIF). Com o reconhecimento da equivalência, os produtos inspecionados pelos serviços de inspeção estaduais ou municipais poderão ser comercializados em todo o território nacional sem a necessidade de os produtos passarem pela inspeção federal.

Quanto à meta de implementação do SUASA, 8 estados e 21 municípios obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal, e, assim, concluíram o processo de adesão ao SUASA. São eles: BA, PR, MG, DF, RS, SC, ES e GO. Os Estados de MS, CE, PE, AL, RJ, RO, MA e PA solicitaram a realização de auditoria prévia para fins de orientação do serviço de inspeção estadual visando a adesão ao SISBIPOA. Também firmaram convênios no âmbito do SUASA os estados do MT, RN, PB, SP, PI, RR e TO.

Considerando as peculiaridades dos diferentes sistemas tratados no âmbito do SUASA e os desafios inerentes à articulação nacional dos diversos atores que compõem o sistema, no período de 2012 a 2015 foram realizados esforços no sentido de se construir as bases institucionais para a sua efetiva implantação, por meio de uma estrutura ágil, eficiente, transparente e permeável, que atue de forma participativa, integrada e corresponsável entre todos os atores que o compõem.

Nesse sentido, destacam-se os ajustes no marco regulatório envolvido, tais como:

- O Decreto Nº 8.492/2015, que permitiu a criação de um ambiente institucional específico para tratar da gestão e governança do SUASA no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária;
- O Decreto 8.613/2015, que estabelece que as pendências financeiras de estados e municípios junto ao Setor Público Federal não mais impedirão o repasse de recursos para as ações de fiscalização e inspeção de alimentos, água e bebidas e insumos que integrem sua cadeia produtiva, que são consideradas ações voltadas à proteção da saúde e da segurança dos alimentos;
- O Decreto 8.445/2015, que delegou aos estados que já estão no Suasa a competência para a realização da verificação documental e auditoria em seus municípios, cabendo ao MAPA somente a aprovação final do processo; e
- A Instrução Normativa Nº 20/2014, estabelecendo os requisitos e os procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal - SUASA-Vegetal.

No âmbito das ações de promoção da qualidade de insumos agropecuários são executadas as atividades de inspeção, fiscalização e registro de produtos de uso veterinário, de agroquímicos e fertilizantes, de material genético animal, de sementes e mudas, de produtos para alimentação animal e das atividades com organismos geneticamente modificados. Para garantir os padrões uniformes de qualidade e inocuidade dos insumos agropecuários, faz-se necessária uma ação permanente do poder público sobre os estabelecimentos e produtos, por meio das atividades de fiscalização e inspeção garantindo sua abrangência e penetração em todo o território nacional, bem como do combate constante à clandestinidade e à pirataria.

As ações desenvolvidas foram direcionadas para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização, com ênfase na busca de soluções operacionais para suprir a necessidade da sociedade. No período de vigência do PPA, foram editadas novas legislações (Leis, Decretos e Instruções Normativas), que permitiram uma melhor atuação da fiscalização do MAPA, na busca da melhoria da qualidade dos insumos ofertados, tais como: produtos veterinários, produtos para alimentação animal, agrotóxicos, e demais insumos agrícolas.

O aprimoramento dos controles de produtos e processos agroindustriais visa garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária dos alimentos e bebidas para o consumidor final e o alinhamento das cadeias produtivas do agronegócio às exigências internacionais. Para tanto, são necessárias ações de modernização de processos, capacitação em segurança dos alimentos e adequação normativa, além da incorporação dos princípios de análise de risco nos processos de inspeção e fiscalização e da implementação de programas de autocontrole nos estabelecimentos agroindustriais.

Quanto à modernização de processos, destaca-se o lançamento, em 2015, do Sistema Eletrônico Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários – Sipeagro, que tem por finalidade o registro de estabelecimentos e produtos agropecuários. Com a

implementação do Sipeagro o prazo entre o cadastro e a emissão do certificado de registro deverá ser reduzido de seis para apenas um mês.

Quanto às adequações normativas, destaca-se a alteração, por meio do Decreto 8.444/2015, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal-RIISPOA a fim de restringir a exigência de Inspeção Federal em caráter permanente apenas nos estabelecimentos de carnes e derivados que realizam o abate de animais e para os que realizam o comércio internacional de produtos agropecuários. Os demais estabelecimentos permanecem sujeitos à Inspeção Federal apenas em caráter periódico.

Por meio do Decreto 8.471/2015, foi determinada a edição normas específicas para os estabelecimentos familiares agroindustriais de pequeno porte de produtos de origem animal. Além disso, foi dispensado o registro, inspeção e fiscalização na venda direta de pequenas quantidades de produtos de origem agropecuária pela agricultura familiar. Também foi publicado o Decreto nº 8.198/2014, que regulamenta a produção e circulação de vinhos e derivados da uva e vinho,

Houve intensificação das ações no âmbito do Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes, sendo que o índice de conformidade de produtos de origem animal é superior a 99,7%. Na área vegetal deu-se ênfase à fruticultura e aos grãos (feijão, soja, milho e trigo) e o índice de conformidade de produtos de origem vegetal também manteve-se acima de 90% no período do PPA 2012-2015.

A Defesa Agropecuária tem como parte integrante da sua estrutura seis laboratórios oficiais, os Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS), que integram a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários juntamente com outros 257 laboratórios credenciados. A Rede Lanagro, é responsável por executar os serviços laboratoriais em atendimento as demandas da Defesa Agropecuária nacional, dando suporte às ações de fiscalização, inspeção e defesa sanitária relacionadas à saúde animal, à sanidade vegetal, à qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal e dos insumos agrícolas e pecuários.

A qualidade dos serviços da rede Lanagro recebeu investimentos na área de qualidade, com a ampliação do escopo de acreditação dos ensaios junto ao Inmetro, tomando como parâmetro a principal norma de qualidade laboratorial internacional, a ABNT NBR ISO/IEC 17.025. Ao final de 2015, a Rede Lanagro contabiliza um total 2.347 ensaios acreditados. Esse resultado, relativo à acreditação de ensaios junto ao INMETRO, segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17.025, superou consideravelmente a meta de 610 ensaios acreditados estabelecida para o período. Tal resultado se deve à concentração de esforços de diferentes áreas dos Lanagros em investir na organização de seus processos laboratoriais, condição básica para a submissão do pleito de acreditação junto ao INMETRO.

A Rede Lanagro foi modernizada com a aquisição de novos equipamentos laboratoriais e a contratação de servidores mediante a realização de concurso público. Os serviços laboratoriais foram ampliados e modernizados, o que permitiu o aumento do número de validações e comprovações de desempenho de métodos.

Foram concluídas diversas obras nos Lanagros, como, por exemplo, Unidade de Recepção de amostras no Lanagro/SP, reforma na Unidade de Virologia e Bacteriologia do Lanagro/PE, construção de guarita e alambrado para salvaguardar o campus do Lanagro/GO, dentre outras. Além destas obras, foram adquiridos equipamentos como microscópios de imunofluorescência e invertido para o diagnóstico da raiva no Lanagro/PA, equipamento de razão isotópica para fiscalização de fraudes em bebidas no Lanagro/RS e aquisição de servidores de informática (equipamentos de TI – tecnologia da informação) para a modernização da rede lógica do Lanagro/MG. As análises de amostras coletadas pela fiscalização foram executadas pela Rede Lanagro, e a término do PPA, alcançou o montante anual de 33,51 milhões de análises efetuadas. Os Lanagros também participam de ações conjuntas com Ministério Público, Polícia Federal, IBAMA e outras autarquias da esfera pública.

Um dos principais desafios à pesca e aquicultura é o controle das enfermidades dos animais aquáticos, pois estas são capazes de prejudicar ou inviabilizar a atividade e o controle de resíduos e contaminantes nos recursos pesqueiros. No âmbito do Objetivo 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros, foram implementadas ações que visaram proteger a condição zoossanitária dos animais aquáticos nacionais, como o estabelecimento de programas de controle e erradicação de enfermidades, a certificação de compartimentos ou áreas livres, o controle de trânsito nacional e internacional de animais aquáticos, a identificação molecular de pescado, o credenciamento de estabelecimentos quarentenários para animais aquáticos importados, a realização de análises de risco para a importação de animais aquáticos e seus produtos, e o monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros.

No período do PPA 2012-2015, destaca-se a instituição, em 2012, a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura – Renaqua. A Renaqua é responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como pelo desenvolvimento de novas metodologias analíticas. São integrantes da Renaqua os laboratórios oficiais centrais de referência Aquacen - Saúde Animal e Aquacen – Resíduos e Contaminantes, pertencentes à instituições públicas de pesquisa, ensino e extensão; os Laboratórios Oficiais (Laquas), capacitados em áreas de atuação específicas, e os Laboratórios Credenciados públicos ou privados capacitados para execução de ensaios laboratoriais de rotina. Atualmente a Renaqua está estruturada como uma rede composta por um laboratório oficial central, o AQUACEN - Saúde Animal, localizado na UFMG em Belo Horizonte, ao qual se vinculam três outros laboratórios oficiais de caráter regional, os LAQUAs (Itajaí/SC, Joinville/SC e São Luís/MA).

Em 2013, foi implementada a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), constituída por instituições públicas de ensino superior e pesquisa. A AQUAEPI realiza estudos epidemiológicos e projetos de pesquisa e é responsável pelo suporte técnico e científico a políticas públicas em sanidade aquícola e pesqueira.

Outro destaque foi o credenciamento de 17 estações quarentenárias para a importação e exportação de animais aquáticos superando a meta do PPA 2012-2015 que previa o

credenciamento de 12 quarentenários. Ainda, foram estabelecidos métodos oficiais para diagnóstico para 40 enfermidades de animais aquáticos, superando a meta de 20 métodos no período 2012/2015. Esses métodos auxiliarão na implantação de programas de certificação sanitária no país. Assim, foram validadas e implementadas na rede oficial de laboratórios Renaua metodologias de diagnóstico para todas as doenças de animais aquáticos de notificação obrigatória à Organização Mundial de saúde Animal (OIE).

Além das medidas estruturantes e dos programas sanitários, foi elaborada a base legal para estruturação dos serviços de sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola com os instrumentos regulatórios essenciais para que haja coerência sistêmica nas ações relativas à sanidade dos animais aquáticos.

Conclusão: perspectivas para o PPA 2016-2019

Para o PPA 2016-2019, o Programa Defesa Agropecuária está alicerçado no Plano Nacional de Defesa Agropecuária – PDA 2015/2020, cujos objetivos são promover e implantar programas e ações de defesa agropecuária contribuindo para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, possibilitando as garantias para a preservação da vida e da saúde das pessoas e dos animais, além da segurança alimentar e o acesso a mercados. Dentre os principais desafios incorporados no PPA 2016-2019, destacam-se:

- Retratar o Plano de Defesa Agropecuária – PDA 2015/2020, pretendendo introduzir um novo modelo de gestão que garanta eficiência e eficácia aos serviços prestados pela Defesa Agropecuária, propondo o fortalecimento da ação conjunta em nível federal, estadual e local, de forma coordenada e com a participação do setor privado;
- Simplificar e informatizar processos/procedimentos críticos relacionados aos serviços prestados pela Defesa Agropecuária, a fim de reduzir os custos e o tempo de análise de processos/demandas internalizadas no Ministério;
- Regulamentar o Fundo Federal Agropecuário, e garantir recursos para o financiamento das ações de defesa agropecuária;
- Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (Suasa), por meio de iniciativas visando sua modernização, desburocratização de procedimentos, revisão do marco regulatório e do estabelecimento de instrumentos que garantam sua sustentabilidade;
- A modernização do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – Vigiagro, por meio da edição de legislação específica, a implantação de modernas ferramentas tecnológicas de gerenciamento de risco, para propiciar, por exemplo, a redução do tempo de liberação das cargas na fiscalização regular do comércio exterior de produtos e insumos agropecuários e a elevação da taxa de fiscalização das operações de trânsito internacional irregular de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2012	59,6	31/12/2013	60	31/12/2014	77	31/12/2014	77
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2012	0,93	31/12/2013	0,9153	31/12/2014	0,9025	31/12/2015	0,917
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,83	31/12/2013	0,81	31/12/2014	0,81	31/12/2015	0,8183
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0	31/12/2012	97	31/12/2013	100	31/12/2014	100	31/12/2015	97,05
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2012	5	31/12/2013	5,56	31/12/2014	6	31/12/2015	6
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2012	94,29	31/12/2013	89,5	31/12/2014	80,34	31/12/2015	84,07
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2012	18,5	31/12/2013	26	31/12/2014	30	31/12/2015	30
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0,3	31/12/2013	0,3	31/12/2014	0,3	31/12/2015	0,37
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2012	95	31/12/2013	92,23	31/12/2014	90,9	31/12/2015	84,4
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2012	58,8	31/12/2013	39,9	31/12/2014	50,17	31/12/2015	51,8
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2012	98,64	31/12/2013	98,64	31/12/2014	98,34	31/12/2015	90,55
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2012	0,9	31/12/2013	0,89	31/12/2014	0,88	31/12/2015	0,89
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2012	46,15	31/12/2013	100	31/12/2013	100	31/12/2013	100
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2012	65	31/12/2013	39,2	31/12/2014	45,5	31/12/2015	56,33
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2012	13,79	31/12/2013	16,1	31/12/2014	35,71	31/12/2015	71,43
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola	%	30/06/2011	0	31/12/2012	7,4	31/12/2013	22	31/12/2014	29,63	31/12/2015	29,63

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Quadro de Metas

Objetivo: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais	600.000,00	Hectares	550.000,00	
Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves	100,00	%	84,07	O atendimento a suspeitas da síndrome Hemorrágica dos Suínos é o que apresenta mais baixo índice, evoluiu de 61,2% para 69,8%. Ações junto aos serviços veterinários estaduais visando o reconhecimento internacional de zona livre de Peste suína clássica tendem a melhorar esse indicador.
Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças	100,00	Planos de contingência	1,00	Meta foi reestruturada, de forma que foi elaborado um único plano de contingência nacional, que será apoiado por planos de ação específicos para cada doença.
Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero	0,00	Municípios	21,00	Pressões da praga originadas da Guiana prejudicaram a Meta. Mas a implementação de Planos Emergenciais resultou em expressiva redução da densidade populacional da praga. A praga está sendo contida nos Estados do AP, PA e RR, que sofrem pressão vinda da Guiana.
Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país	100,00	%	100,00	
Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa	100,00	%	77,20	Os Estados do AM, AP e RR ainda não são considerados livres. Estão sendo promovidas melhorias nos serviços veterinários desses estados.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional	235,00	Campanhas	138,00	As campanhas são realizadas regularmente e focadas nos principais aeroportos e pontos de entrada do país ao longo de todo o ano.
Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem	1,00	%	2,00	Não foi possível realizar o controle do índice de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem. Assim, a estratégia adotada foi ampliar em 10% a fiscalização de bagagens de passageiros provenientes do exterior. Esse valor foi alcançado e melhorou o monitoramento de não conformidades.
Reduzir o número de municípios com incidência da praga <i>Cydia pomonella</i> de 3 para 0	0,00	Municípios	0,00	Meta cumprida em 2013.

Objetivo: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA	20.000,00	Profissionais de defesa agropecuária	14.500,00	
Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA	1.110,00	Municípios	21,00	A fim de agilizar a implementação do Suasa nos municípios foi expedido o Decreto 8.445/2015 delegando a competência para a verificação documental e auditoria dos serviços de inspeção municipais aos Estados, cabendo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento somente a aprovação final.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA	27,00	Unidades da Federação	8,00	Os Estados da BA, MG, RS, SC , ES, PR, GO e o DF aderiram ao Suasa. Os Estados de MS, RJ, CE, PE, AL, RO, MA e PA encontram-se em processo de auditoria. A promulgação do Decreto 8.613/15 possibilitou a agilização das transferências voluntárias para ações de defesa agropecuária. Isso facilitará o apoio financeiro aos serviços de sanidade agropecuária estaduais para que possam adequar-se ao Suasa.
Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária	500.000,00	Produtores e famílias rurais	143.000,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos orçamentários.

Objetivo: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	33,00	milhões de ensaios realizados anualmente	33,51	
Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025	610,00	Ensaio	2.347,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados	142,00	Auditorias	80,00	A publicação da IN nº 57/2013, com requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios, impôs a necessidade de atualização de toda a rede credenciada segundo critérios mais rigorosos, o que afetou a realização de auditorias. O treinamento de novos técnicos vem sendo realizado e espera-se, com isso, o aumento no número de auditorias no próximo período.

Objetivo: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário	5.116,00	Fiscalizações	15.732,00	
Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal	5.345,00	Fiscalizações	2.861,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos humanos e financeiros.
Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal	1.049,00	Fiscalizações	621,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados	1.484,00	Fiscalizações	1.074,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação	440,00	Estabelecimentos	0,00	A construção do modelo de auditoria contemplando a definição dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação depende da revisão da legislação sobre fertilizantes e agrotóxicos que se encontra em andamento.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas	100,00	%	0,00	A implementação da Meta precisou ser ajustada à disponibilidade de recursos. Entretanto, o desenvolvimento do sistema de auditoria interna dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas já foi concluído.

Objetivo: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal	80,00	%	60,54	A implementação da Meta envolve um grande volume de análises laboratoriais. A fim de melhorar o desempenho da Meta, decidiu-se licitar parte do trabalho junto a laboratórios credenciados.
Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal	90,00	%	88,50	
Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal	90,00	%	74,89	O prazo de análise das amostras tem provocado sua deterioração, prejudicando a Meta. Assim, decidiu-se implantar acondicionamento resfriado ou congelado das amostras, treinar os responsáveis pelas coletas e atualizar e divulgar o Manual de Coleta de Amostras.

Objetivo: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Órgão Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos	12,00	Estações quarentenárias	17,00	
Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	5,00	Kits de diagnóstico molecular do pescado	0,00	Encontram-se em processo de definição as espécies e tecnologias mais apropriadas para o desenvolvimento dos kits.
Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos	20,00	Enfermidades em animais aquáticos	40,00	
Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos nas 27 unidades federativas	27,00	Unidades federativas	9,00	A inadimplência de alguns estados junto ao poder Público Federal impede as transferências voluntárias de recursos da União. Mas o Decreto 8.613/2015 corrige a questão em termos do repasse de recursos para as ações de fiscalização e inspeção de alimentos, consideradas ações de proteção da saúde e da segurança dos alimentos. Com isso, a partir do PPA 2016/2019 serão viabilizados os repasses de recursos para os Estados inadimplentes.
Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção	27,00	Unidades federativas	9,00	A inadimplência de alguns estados junto ao poder Público Federal impede as transferências voluntárias de recursos da União. Mas o Decreto 8.613/2015 corrige a questão em termos do repasse de recursos para as ações de fiscalização e inspeção de alimentos, consideradas ações de proteção da saúde e da segurança dos alimentos. Com isso, a partir do PPA 2016/2019 serão viabilizados os repasses de recursos para os Estados inadimplentes.
Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	1,00	Centro de referência da RENIMP	0,00	Foi formalizado o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Rio de Janeiro-(UFRJ) para a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular do Pescado (CENIMP), que será executado no próximo PPA.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas	40,00	Áreas	15,00	O monitoramento é realizado pelo órgão de defesa agropecuária do estado de Santa Catarina (CIDASC). Essa instituição está realizando tal atividade e vem se estruturando para ampliar as áreas monitoradas.
Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados	10,00	Análises de Risco	3,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos orçamentários. Foi celebrado convênio com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP) para auxiliar na elaboração e validação das análises de risco de importação junto à Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária– AQUAEPI.
Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos	8,00	Planos de Contingência	0,00	Foram elaborados 5 planos de contingência para doenças de animais aquáticos. Entretanto, esses planos ainda não foram publicados, pois ainda necessitam da revisão final e validação por especialistas na área. A publicação dos planos está prevista para 2016.
Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos	4,00	Compartimentos ou áreas	1,00	O reconhecimento de novos compartimentos depende do repasse dos recursos do convênio já assinado com a Fundação Universidade de São Paulo (FUSP) para a execução das atividades da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária - Aquaepi.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	451.987	446.773	131.183	1.611.988	789.028
Despesas Correntes	337.090	322.725	121.539	1.051.593	598.720
Despesas de Capital	114.898	124.048	9.644	560.395	190.308
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	451.987	446.773	131.183	1.611.988	789.028

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2029 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Visão Consolidada do Programa

O Brasil é um território continental privilegiado por expressiva diversidade ambiental, social e econômica. Nesse contexto, o Estado tem papel fundamental no apoio à dinamização do território sem agredir suas identidades e estimular ações articuladas a partir de uma visão estratégica em escala nacional com vistas à redução das desigualdades regionais.

No contexto da pluralidade dos processos de desenvolvimento, além da territorialidade e da sustentabilidade, a economia solidária se constitui como estratégia de dinamização socioeconômica no âmbito do desenvolvimento local ou territorial sustentável, promovendo a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

A Amazônia Ocidental apresenta desafios de ordem econômica, social e ambiental que requerem a adoção de políticas públicas adequadas à sua realidade, objetivando a redução das desigualdades intra e inter-regionais. Essas desigualdades resultam da existência de uma série de elementos, tais como: insuficiente infraestrutura econômica; dificuldades logísticas; baixo nível de escolaridade e de transformação industrial; produção econômica centrada em atividades primárias e exclusão social.

Uma visão estratégica do território nacional é essencial para a articulação política e para objetivar metas de desenvolvimento econômico e de combate à desigualdade social, aliada à conservação dos recursos naturais. A elaboração e execução de planos territoriais em diversas escalas devem estar articuladas à atuação dos entes federados na proteção do meio ambiente e na promoção do desenvolvimento e da integração social.

Visão dos principais atributos do Programa

Desde 2004, o governo federal tem como premissa para a agenda de desenvolvimento sustentável do meio rural os desafios de abordar de forma sistêmica os elementos sociais, ambientais e produtivos e, ao mesmo tempo, fomentar a gestão social das políticas públicas voltadas para a realidade local. Ambas premissas são imprescindíveis para a promoção da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida no campo. Para fazer face a esses desafios, tem sido adotada desde então a abordagem territorial como instrumento para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em particular no que se refere à agricultura familiar. A proposta vem sendo implementada a partir de três eixos: o reconhecimento de territórios rurais a partir de determinados elementos que conferem identidade unificadora a uma certa área territorial; a promoção da gestão social dos territórios, em particular na busca pela integração das políticas públicas; e, por fim, o apoio a

iniciativas de fomento à produção familiar que sejam articuladas com a gestão social. Esses três eixos se desdobram nas metas e iniciativas dos quatro objetivos voltados para este tema (0977, 0978, 0979, 0980), presentes no PPA 2012-2015; além do objetivo 0981, voltado para ampliar os direitos sociais das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial.

No que se refere ao reconhecimento de territórios rurais, o processo se conclui com a homologação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, a partir de critérios objetivos tais como tamanho e densidade populacional, tendo como ponto de partida a demanda feita pelo próprio território. No período 2012-2015, foram homologados 74 novos territórios, que se somaram aos 165 existentes anteriormente, perfazendo 241 territórios rurais abrangidos pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Pronat. Os 241 territórios rurais abarcam 3.638 municípios e cerca de 10 milhões de trabalhadoras e trabalhadores nos estabelecimentos da agricultura familiar. A demanda por novas homologações é um importante indício da pertinência da estratégia adotada, na perspectiva dos interessados.

Por sua vez, o apoio à gestão social entendida como iniciativas de mobilização de pessoas, de consultas, de planejamento, de negociação e de elaboração e acompanhamento de políticas públicas se concretiza no fomento à constituição e atuação dos Colegiados Territoriais, um dos principais instrumentos da abordagem territorial, congregando atores sociais e governamentais da esfera local. Esse fomento é operacionalizado por intermédio de contratos e convênios com diversas entidades, às quais vieram se somar os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedets) em universidades públicas, importante iniciativa de aproximação com a academia, fruto de acordo de cooperação técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e que hoje assessoram 186 Colegiados Territoriais. Os Colegiados funcionam de forma autônoma na elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), na constituição de Câmaras e Comitês que auxiliem no processo de concertação. Atualmente, 155 territórios rurais possuem Planos elaborados; e 171, possuem Câmaras.

No aspecto relacionado à articulação de políticas públicas, a principal iniciativa, iniciada em 2008, é o Programa Territórios da Cidadania – PTC, que organiza ações governamentais de diversos ministérios para serem executadas em territórios rurais eleitos por sua condição de ruralidade e pobreza. De 2012 a 2014, foram cerca de 30 bilhões de reais executados em 120 dos 239 territórios rurais, incluindo os recursos de outros ministérios. O PTC tem promovido a integração de políticas públicas, a articulação interfederativa, a ampliação da participação social por meio da oferta dos programas básicos de cidadania e direitos, apoio a atividades produtivas e a serviços de infraestrutura nos Territórios da Cidadania. Para além da população rural, o PTC tem ações que visam a participação e a inclusão produtiva das Mulheres, e, desde 2013, iniciativas que visaram contemplar as especificidades das Comunidades Quilombolas e Tradicionais e a inserção da perspectiva étnico-racial nas políticas realizadas nos territórios rurais.

Em 2013, as ações que compuseram a Matriz foram ofertadas por 14 órgãos setoriais: MDA, MEC, MS, MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MCTI, MinC, MPA, MTE, SPM e SEPPIR. Em 2014, participaram da Matriz ações de 13 órgãos setoriais – MDA, MEC, MS,

MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MinC, MPA, MTE, SPM e MME. As duas matrizes foram organizadas em 3 eixos: Apoio a Atividades Produtivas; Acesso a Direitos e Cidadania; e Infraestrutura.

No eixo do Apoio a Atividades Produtivas, entre 2011 a 2014, destacam-se os seguintes avanços: implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) com cerca de 900 milhões investidos e da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na ordem de 700 milhões aplicados, contemplando diversos públicos: Mulheres, Indígenas, Quilombolas, Pescadores e Assentados da Reforma Agrária.

No eixo Acesso a Direitos e Cidadania, destacaram-se investimentos no Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Pró-infância), para a construção de creches/pré-escolas e a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, que, só em 2013, representou mais de 3 bilhões investidos. Na saúde, o governo federal fez transferências de recursos aos municípios para serviços de Atenção Básica que, de 2011 a 2014, ultrapassaram 2,8 bilhões. E também, no caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), 79 Territórios da Cidadania efetivaram aproximadamente 44 mil matrículas. Com relação à gestão social, em 2014 foram realizadas 92 plenárias para debate da Matriz de Ações que reuniram mais de 1.600 entidades e 3.000 pessoas presentes nos Colegiados Territoriais, em sua maioria representantes da sociedade civil, e com presença de mais de um terço de Mulheres.

No eixo de Infraestrutura, entre outros resultados, temos: a atuação dos Colegiados Territoriais levantou 6 mil demandas de ligações elétricas em 33 Territórios a serem atendidas pelo Programa Luz para Todos; a efetivação do Minha Casa Minha Vida Rural tem se dado a partir do levantamento de informações sobre o estágio dos empreendimentos junto a mais de 500 entidades organizadoras, abrangendo 38 mil unidades, em 85 Territórios.

Em 2015, apesar de não ter sido publicada Matriz Anual de Ações em 2015, os 120 territórios integrantes do programa continuaram a ser atendidos prioritariamente por meio de ações territorializadas ofertadas pelos órgãos setoriais. Além disso, 2015 foi um ano em que a implementação da estratégia de assessoramento dos territórios rurais foi aprofundada com o fortalecimento da articulação com os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nedet. Assim, instrumentos, orientações, processos formativos foram realizados de forma a consolidar junto aos Núcleos as diretrizes e formas de implementação das ações prioritárias para garantir o adequado funcionamento dos Colegiados Territoriais, em especial os vinculados aos Territórios da Cidadania.

Há que se destacar que o PTC vem sendo um importante orientador das escolhas realizadas pelo Governo na política de investimentos. Os recursos aplicados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2: 2011-2014) nos Territórios da Cidadania equivalem a R\$ 35 bilhões, envolvendo programas como o Minha Casa Minha Vida, Estradas Vicinais (Máquinas e Equipamentos) e eixos selecionados do PAC, como os de apoio às atividades produtivas e de acesso a direitos e cidadania, que levam a esses territórios creches, quadras, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS),

Cidades Digitais, Prevenção em áreas de risco, Saneamento e Infraestrutura, incluindo o “Água e Luz para Todos”, conforme detalhado a seguir:

PAC II em Território da Cidadania	Empreendimentos	Investimento
MCMV*	467.300	20.789.353.045,56
Estradas Vicinais**	5.947	1.567.963.273,77
PAC II - Eixos Selecionados	18.107	12.698.986.174,58
TOTAL		R\$ 35.056.302.493,91

* MCMV – Minha Casa Minha Vida

Elaboração SPI/MP

Fonte: MCMV/CEF - Base de 31-01/2014

Obs.: Foram consideradas as contratações de Pessoa Jurídica feitas via CEF e BB, somente para a Faixa 1 do Programa (renda domiciliar mensal de até R\$1.600,00). Os balanços oficiais do PAC utilizam o número de unidades habitacionais contratadas.

** Estradas de caráter secundário

Elaboração SPI/MP

Fonte: Balanço MDA/11-04-2014

Obs.: Foram considerados todos os equipamentos entregues em Territórios da Cidadania desde o início da ação

Durante o período de 2012-2015, um marco da gestão social na política de desenvolvimento territorial foi a realização da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, ocorrida em 2013, com o envolvimento de mais de 40 mil pessoas dos Territórios Rurais. A Conferência produziu a base para elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS). Além disso, houve a realização do I Encontro Nacional de Colegiados Territoriais, em 2014, com o objetivo de fortalecer as atuações baseadas na abordagem territorial e contribuir para a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais. Em 2015, foram realizadas 21 Conferências Territoriais de Mulheres, 100 Conferências Territoriais de Juventude, 41 Conferências de ATER (Assessor Técnico de Extensão Rural) e formados 598 assessores em todo país.

Finalmente, no que diz respeito ao apoio de fomento à produção familiar, destacam-se as iniciativas da Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços – PROINF, que dispõe de financiamento próprio em infraestrutura rural para estruturação produtiva, comercialização, armazenamento e logística em 239 territórios rurais. No exercício de 2015, adotou-se dispositivo que permitiu a ampliação do recurso disponível para o território baseados em pleitos apresentados com registro de Comitês Temáticos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais constituídos no território. Esse dispositivo resultou em 26% dos 159 projetos empenhados com recursos do PROINF 2015 aprovados em territórios com registro de Comitê Temático e, do volume de R\$ 49.023.787,43 investidos em 2015, 32% estão aplicados em territórios com Comitês instalados.

Outro desafio a se destacar diz respeito à ampliação e ao fortalecimento da participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, tendo em vista as persistentes desigualdades de renda e acesso a direitos entre mulheres e homens nesse segmento. Nesse sentido, tem-se buscado promover, por intermédio da estruturação dos territórios rurais e do PTC, a inclusão socioprodutiva, o acesso às políticas públicas, os

direitos sociais e a cidadania das mulheres. Para tanto, a atuação do governo federal tem se destacado na emissão gratuita de documentos trabalhistas, jurídicos e fiscais em territórios, e no fomento à participação de organizações de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual.

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, tem o propósito de fornecer condições para o exercício da cidadania às mulheres indocumentadas da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, por intermédio da emissão gratuita de documentos civis, previdenciários e trabalhistas. Com isto, criou-se também as condições para o acesso dessas mulheres aos programas federais. Por meio da realização de mutirões itinerantes em comunidades rurais, em 11 anos de atividades, foram atendidas mais de 1,5 milhão de mulheres e emitidos cerca de 3 milhões de documentos. No período 2012-2015, foram realizados 3.765 mutirões, com atendimento a 576.777 mulheres e emissão de 1.205.182 documentos.

No âmbito da política de inclusão produtiva, foram executados convênios em territórios do PTC para promover o desenvolvimento territorial e o fortalecimento da participação das mulheres, com chamadas realizadas em 2013 e 2014, atuando nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com investimento total de R\$ 1.542.496,68 e beneficiando 8.415 mulheres.

Além disso, os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) permitiram a contratação de Assessoras Técnicas de Gênero (ATGe), via Edital de Chamada em 2014, para atuação em 22 estados e Distrito Federal. As assessorias de gênero estão presentes em 56 Territórios da Cidadania e 28 Territórios Rurais. O retrato regional por ATGe se configura em 50 na região Nordeste, 10 na região Norte, 09 na região Centro-Oeste e Distrito Federal, 08 na região Sudeste e 07 na região Sul.

Segundo os dados emitidos do Sistema de Gestão Territorial (SGE), até 2014, existiam 61 Comitês Territoriais de Mulheres. Após a contratação das Assessoras Técnicas foram constituídos mais 29 Comitês, um acréscimo de 48%, totalizando 90 Comitês Territoriais de Mulheres. As assessorias impulsionaram 29 territórios a receberem recursos do PROINF/2015, para demandas específicas para mulheres. Esses projetos foram construídos por meio de instâncias dos colegiados nos territórios.

Ainda, com intuito de apoiar a formação e articulação das mulheres nas instâncias colegiadas e no Comitê de Mulheres, houve a contratação de 05 consultoras regionais e 01 nacional, prevendo o acompanhamento, apoio, articulação e realização de atividades para ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais as políticas públicas no território.

O Programa apresentou, ainda, avanços institucionais importantes nas políticas públicas de redução de desigualdades intra e inter-regionais no território brasileiro. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047/2007, alcançou maior grau de maturidade a partir da realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), em 2012, que teve como objetivo geral colher subsídios para a revisão da PNDR. A CNDR reconheceu o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento de referência para a definição de estratégias, ações e projetos afetos ao

desenvolvimento das regiões brasileiras; e subsidiou a elaboração do Projeto de Lei encaminhado à Casa Civil da Presidência da República em 2014.

Além disso, do ponto de vista da implementação de ações estratégicas orientadas pela PNDR, outro avanço institucional importante foi o desenvolvimento do Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR). A ferramenta constitui-se no principal instrumento de monitoramento e avaliação de programas e projetos relacionados à PNDR e passa a compor o Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional, conforme prevê o art. 8º do Decreto nº 6.047/2007. Como solução de tecnologia da informação, o ODR está em constante evolução. Em 2015, por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica pactuado com a Universidade de Brasília, avançou-se na montagem de uma nova versão do Sistema, com o aprimoramento das funcionalidades, a atualização das bases de dados e a integração do ODR à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

No período do PPA 2012-2015, concluiu-se um total de 18 planos de desenvolvimento territorial em escalas regional e estadual, frutos de parcerias do Governo Federal com governos subnacionais e instituições de ensino e pesquisa, com participação da sociedade civil em suas respectivas metodologias de elaboração. Tais instrumentos têm como objetivo a apresentação de respostas aos problemas socioeconômicos que atingem cada território/região/estado de abrangência desses estudos, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

O escopo do Programa 2029 também contempla o desenvolvimento de sistemas locais e regionais de inovação, bem como o de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias. A estratégia de viabilização desses sistemas e projetos foi alicerçada em parcerias entre órgãos do Governo Federal com o Instituto Euvaldo Lodi, ligado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foram firmados convênios de apoio à inovação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e à ampliação e ao fortalecimento das estruturas produtivas, além de projetos na área de difusão de tecnologias, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regionais.

O fortalecimento de APLs provoca impactos diretos e indiretos no desenvolvimento regional e territorial. Isso devido à capacidade dos empreendimentos organizados em APLs gerarem emprego e renda nas regiões onde estão concentrados. Além disso, as políticas voltadas para um conjunto de empresas apresentam externalidades que transbordam os resultados que seriam atingidos se as políticas fossem direcionadas para empresas ou empreendedores individualmente.

As ações do Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL) e dos Núcleos Estaduais de APLs (NEs) de cada uma das 27 unidades da federação foram relevantes para organizar as demandas locais dos APLs, para elaborar instrumentos de apoio diretos aos arranjos, assim como para disseminar informações sobre ferramentas, editais e chamadas públicas existentes. A proximidade, principalmente, dos gestores estaduais com os atores locais, sejam eles públicos ou privados, facilitaram a propagação da informação e o protagonismo local, critérios relevantes para a promoção do desenvolvimento das regiões atendidas.

Além das ações pontuais direcionadas a um número específico de APLs, as ações macroestruturantes do GTP APL, tais como a estruturação do Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL) e a elaboração do Plano Nacional de Capacitação de Gestores de APLs (PNC), beneficiam um número ilimitado de APLs e de instituições de apoio: nacionais, estaduais e locais. No caso do OBAPL, ele proporciona a reunião e a disseminação de informações e dados antes dispersos e pouco acessíveis para o público interessado no tema, tais como acadêmicos, formuladores de políticas públicas, gestores de APLs e os próprios empresários/empreendedores.

No sentido de se aperfeiçoar a aplicação dos instrumentos de desenvolvimento regional, entre eles os Fundos Regionais, de forma a permitir que os recursos alcançassem um maior número de empreendimentos nos diversos municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foram adotadas medidas para a consolidação do processo de financeirização dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (FDA e FDNE) e a aprovação do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Nesse período foram aplicados R\$ 16,9 bilhões pelos Fundos de Desenvolvimento e R\$ 86,5 bilhões pelos Fundos Constitucionais de Financiamento, totalizando o valor de R\$ 103,4 bilhões. Esse investimento contribuiu para a geração de novos postos de trabalho, para o incremento das produções regionais e da arrecadação de tributos.

Foram aplicados, ainda, mais R\$ 5,5 milhões e apoiadas 137 iniciativas de finanças solidárias por meio dos bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito. Dessa forma, ao longo do PPA 2012-2015 foram apoiadas 843 iniciativas, as quais se consolidaram em importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial com superação da pobreza extrema.

Com relação à sustentabilidade econômica, o Programa 2029 promove ações que assegurem a continuidade do processo de desenvolvimento com vistas a atrair novos projetos para a geração de emprego e renda e mitigação das desigualdades regionais. Destacam-se o fortalecimento do Polo Industrial de Manaus (PIM) e a Interiorização do Desenvolvimento na área de jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) como os principais vetores de promoção do desenvolvimento econômico na região. O PIM irradia seus efeitos para as demais áreas de jurisdição da Suframa, que compreendem 153 municípios que possuem uma infraestrutura industrial insuficiente e são atendidos por meio de financiamento de projetos sustentáveis voltados ao apoio da infraestrutura, ampliação da produção e promoção de investimentos vinculados às potencialidades regionais.

O carro-chefe na produção/faturamento do PIM são os setores Eletroeletrônico (incluindo Bens de Informática) e o setor de veículo de duas rodas - motocicletas e bicicletas, cuja cadeia produtiva é a mais integrada do PIM, maximizando sua capacidade de geração de empregos.

As exportações, no mesmo período, se mantiveram em níveis considerados estáveis com média de US\$ 0,76 bilhão/ano. Esse indicador expressa ainda as dificuldades de escoamento dos produtos do PIM ao mercado internacional. Como principal fator inibidor do melhor desempenho nesse item desponta a questão logística agravada pela taxa de câmbio,

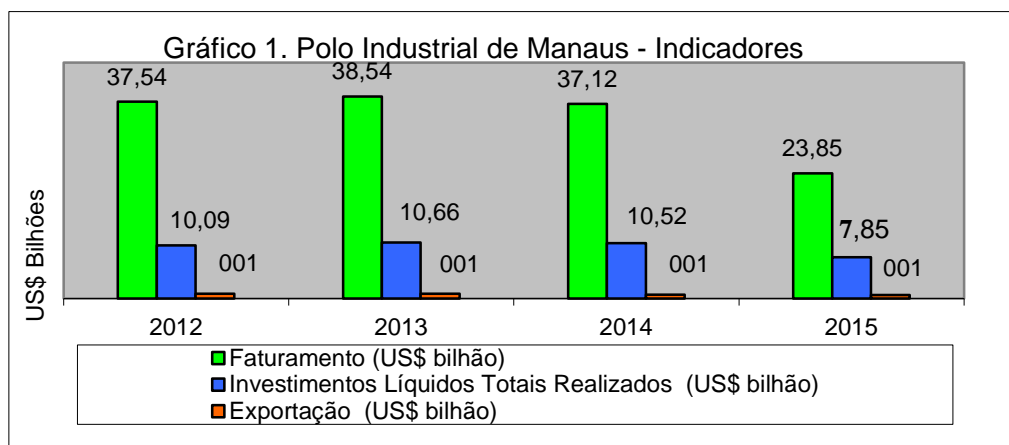
medidas protecionistas dos principais mercados (especialmente Argentina), além da concorrência dos produtos chineses.

Quadro 1. Pólo industrial de Manaus - evolução dos indicadores

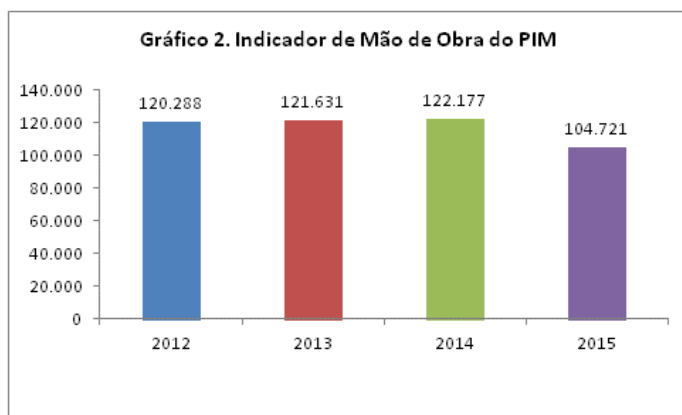
Indicadores	2012	%	2013	%	2014	%	2015
Faturamento (US\$ bilhão)	37,54	2,66	38,54	(-3,66)	37,12	(-35,75)	23,85
Exportação (US\$ milhão)	868,38	0,65	862,73	(-16,75)	718,18	(-14,48)	614,19
Empregos no PIM (Média Mensal)	120.288	1,12	121.631	0,45	122.177	(-14,28)	104.721
Investimentos Líquidos Totais Realizados (US\$ bilhões)	10,09	5,64	10,66	(-1,39)	10,52	(-25,39)	7,85

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) - Indicadores Socioeconômicos do PIM

O gráfico 1 demonstra a evolução dos indicadores de faturamento, investimento e exportação do PIM no período de 2012 a 2015. Esses indicadores refletem de forma positiva a dinâmica da economia do PIM, que resistiu às dificuldades da economia brasileira no período.



O gráfico 2 mostra a evolução da mão de obra no PIM no mesmo período, com o registro de 117.205 postos de trabalho (média anual) e cerca de 470 empresas instaladas e em operação.



Inobstante aos resultados favoráveis apresentados no período de 2012 a 2014, a crise econômica mundial iniciada em 2008 causou efeitos no Brasil, em 2015, que resultou numa queda acentuada em praticamente todos os indicadores. Percentualmente, o faturamento caiu na ordem de (35,75%), seguidos do investimento (25,39%), mão de obra (14,28%) e de exportação (14,48%).

Ainda como desdobramento de uma atuação integrada entre órgãos do Governo Federal e outras instituições parceiras pode-se destacar, no último quadriênio do Programa, o suporte logístico, material (infraestrutura e insumos) e de capacitação a produtores em projetos de inclusão produtiva. Entre 2012 e 2015, as ações e recursos disponibilizados através do Programa 2029 alcançaram mais de 114 mil beneficiários, em diversos Arranjos Produtivos Locais que compõem a Rota do Cordeiro, a Rota do Mel e a Rota do Leite, dentre outras iniciativas que se desenvolvem em áreas de tratamento prioritário da PNDR, como o Semiárido, a Faixa de Fronteira e as Mesorregiões Diferenciadas.

Nesse sentido, foi desenvolvido um amplo estudo, em parceria com a Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, do Instituto de Economia da UFRJ (REDESIST), para identificação das potenciais Rotas de Integração em cada uma das macrorregiões brasileiras. No âmbito do estudo, foram realizadas seis oficinas regionais, uma em cada região do Brasil, à exceção da Região Nordeste, na qual foram realizadas duas oficinas. Os resultados foram apresentados na Conferência Nacional de Arranjos Produtivos Locais.

Além disso, trabalhou-se para a promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários, com investimento de R\$ 8,2 milhões para apoio a 3,2 mil trabalhadores em 286 empreendimentos, com destaque para as Redes de Cultura Viva e Economia Solidária (cinco redes nacionais e cinco regionais) em parceria com órgão do Governo Federal. Para promover a comercialização, a principal estratégia da economia solidária é a promoção do comércio justo e solidário. Como resultado, constata-se a crescente consolidação de redes territoriais, de setores econômicos, de segmentos populacionais em todo o território nacional com a organização articulada de estratégias e espaços de comercialização e do consumo.

No que se refere à organização da comercialização, foi dada continuidade à implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio

Justo e Solidário. O principal avanço foi a entrada em funcionamento do sistema eletrônico de Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários, ofertando à sociedade uma ferramenta de cadastramento e validação participativa dos empreendimentos econômicos solidários com a instalação de 22 Comissões Estaduais de Cadastramento, Informação e Comércio Justo. Com a implantação do sistema eletrônico, foi possível iniciar a inclusão dos empreendimentos no Sistema Nacional de Comércio Justo.

No apoio à incubação, teve continuidade o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que se constitui num arranjo interinstitucional para o desenvolvimento das incubadoras, levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. Em sua fase atual, o Proninc é operacionalizado principalmente pelo repasse de recursos, realizado por meio de parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Proninc apoiou 111 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária, nas quais estão sendo incubados pelo menos 650 empreendimentos solidários em todo o país. No apoio à organização da produção, à comercialização e ao consumo, em 2015 foi dada continuidade à estratégia de fomento à articulação de redes de economia solidária.

Apesar dos avanços incipientes no que diz respeito ao estabelecimento de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial, a agenda relacionada ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) teve como premissa, nos anos de 2012 a 2015, o fato de que as especificidades econômicas, sociais, ambientais e culturais do Brasil configuram um quadro de vulnerabilidades e potencialidades que demanda soluções específicas para os conflitos relacionados à ocupação do território e ao uso de seus recursos nas diferentes regiões do País.

Sobre os reflexos diretos dos instrumentos de planejamento territorial e, mais especificamente, sobre o ZEE, destaca-se a lei complementar nº 140/2011, que disciplinou as competências relativas ao ZEE entre os entes da federação, constituindo ação administrativa da União à elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional. Cabe aos estados elaborar o ZEE na esfera de suas competências em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e regional. Por sua vez, cabe aos municípios a elaboração do plano diretor. Em ambos os casos, deve-se observar os ZEEs existentes e a sanção do “novo” Código Florestal, lei nº 12.651/2012. Essa nova lei estabeleceu a obrigatoriedade de todas as unidades da federação elaborarem e aprovarem seus ZEEs segundo a metodologia estabelecida pelo Governo Federal e respeitando um prazo máximo de cinco anos.

A partir dessas referências e dos aprendizados obtidos ao longo dos últimos anos, a atuação do Governo Federal em torno do ZEE passou a se organizar em linhas estratégicas voltadas às diferentes etapas do zoneamento, com grandes avanços observados entre 2012 a 2015.

Em relação à revisão e difusão das diretrizes metodológicas do ZEE, foram desenvolvidos estudos específicos sobre a incorporação dos serviços ecossistêmicos no instrumento e sobre a contribuição da elaboração de cenários prospectivos para o processo de planejamento territorial. De fato, passaram quase dez anos da publicação da última

versão das diretrizes metodológicas do ZEE, a constatação é que novas temáticas afetas ao planejamento territorial precisam ser incorporadas ao roteiro metodológico do zoneamento, respeitando-se, também, as especificidades das diferentes porções do território nacional.

Os maiores progressos, no entanto, foram feitos nas linhas de atuação voltadas à execução dos ZEEs nacional e macrorregionais e no fomento à elaboração dos ZEEs estaduais. Apesar da interrupção do processo inicialmente previsto de elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado, decorrência de deliberação da própria Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), o alinhamento entre as instituições dos colegiados responsáveis pelo ZEE permitiu avançar na retomada, em 2015, do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, de forma integrada e complementar ao plano decenal de recursos hídricos da bacia.

Ademais, como reflexo dos próprios dispositivos sobre o zoneamento presentes na Lei nº 12.651/2012, diversas unidades da federação avançaram na elaboração, detalhamento e revisão de seus ZEEs, com amplo apoio institucional, técnico e financeiro das instituições do Consórcio ZEE Brasil.

Como é possível verificar nas figuras abaixo, cerca de 72% do território nacional conta, atualmente, com diretrizes de ocupação e uso racional dos recursos naturais brasileiros provenientes de iniciativas de ZEE, federais ou estaduais, em suas diferentes escalas, instituídas por algum ato normativo.

Iniciativas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) instituídas por atos normativos no Brasil



Apesar desses avanços, ainda é marcante a diferença na cobertura dos biomas brasileiros com projetos de ZEE institucionalizados (um dos indicadores do Programa 2029), com baixos registros observados, em especial, na Caatinga, na Mata Atlântica e no Pampa. Contudo, cabe mencionar os progressos feitos nesse período, principalmente, pelo Distrito Federal e pelos estados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Tocantins, com perspectivas concretas de conclusão de seus ZEEs no ciclo 2016-2019.

Cobertura dos biomas brasileiros com projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) instituídos por atos normativos



Por fim, no que tange ao desenvolvimento de estratégias e mecanismos para o monitoramento, avaliação e implementação do ZEE, merece menção o lançamento, em 2015, do Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal - SIAGEO Amazônia. Com efeito, ainda não há no Brasil uma base de informações territoriais integradas que subsidie de forma adequada a tomada de decisões, contribuindo para a desarticulação e sobreposição de diversas ações governamentais sobre um mesmo território. O SIAGEO Amazônia, ao reunir centenas de informações geradas pelas diferentes iniciativas de ZEE da região, permite um maior conhecimento do território amazônico, orientando a formulação e a espacialização de planos, programas e políticas públicas e privadas.

Considerações finais

O fechamento do ciclo do Programa no contexto do PPA 2012-2015 não implica a cessação de esforços no sentido de redução das desigualdades regionais que ainda persistem no Brasil. Ao contrário, demarca o encerramento de uma etapa em que

importantes avanços institucionais foram alcançados, com contribuições e entregas que ajudarão o país a promover maior equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento para as populações dos diferentes territórios. As ações desenvolvidas sobre o ZEE, por exemplo, contribuíram para a promoção do planejamento integrado do território nacional.

Outro ponto a destacar é a prorrogação dos benefícios tributários do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos, até 2073, de grande importância para a promoção do desenvolvimento da região. Além disso, foram prorrogados, até 2050, os incentivos fiscais concedidos às áreas de Livre Comércio (ALCs) que objetivam compensar as desvantagens locacionais e integrar essas localidades ao restante do Brasil, permitindo que o desenvolvimento se efetive com a atração de investimentos para essas localidades.

Outro acontecimento importante foi a publicação do Decreto nº 8.597/2015, denominado de Zona Franca Verde, que regulamentou as condições da industrialização nas áreas de livre comércio com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, em cuja composição final haja preponderância de matéria-prima regional.

Com relação ao ZEE, no período se buscou enfatizar a importância da atuação conjunta e coordenada dos colegiados responsáveis pelo ZEE na esfera federal, contribuindo para a própria valorização da temática territorial. O aporte de recursos da Superintendência do Nordeste para a retomada do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e o maior envolvimento do Consórcio ZEE Brasil no apoio aos zoneamentos estaduais constituem avanços nesse sentido.

Contudo, a conciliação dos objetivos do desenvolvimento socioeconômico com os da conservação ambiental requer um aprimoramento dos mecanismos de tomada de decisão dos agentes públicos e privados. É necessário o fortalecimento de condições institucionais que contribuam para o planejamento conjunto das ações dos diversos agentes que atuam num dado território.

Um passo importante nessa direção foi a decisão do Conselho Monetário Nacional que vinculou a concessão de crédito rural no bioma amazônico à observância do ZEE. Na mesma linha, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem adotando a prática de somente realizar o zoneamento agrícola de risco climático das culturas nas áreas indicadas pelo ZEE para fins agrícolas. Trata-se de medidas importantes, mas que nestes próximos anos precisam ser aprofundadas, considerando-se também outros instrumentos de planejamento ambiental e territorial, como o licenciamento ambiental e o cadastro ambiental rural.

Com o intuito de potencializar o trabalho a ser desenvolvido no PPA 2016-2019 em relação a esta temática, os objetivos, metas e iniciativas que compuseram o Programa no PPA 2012-2015 foram reestruturados em dois novos programas: *Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (2071)* e *Desenvolvimento Regional e Territorial (2029)*.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100	31/12/2011	100	10/02/2012	100	31/12/2011	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	13/02/2013	2,2	31/12/2011	1,86	10/02/2012	2,2	31/12/2011	1,8
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	13/02/2013	62,77	31/12/2011	66,93	10/02/2012	62,77	31/12/2011	67
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	13/02/2013	26,36	31/12/2011	27,2	10/02/2012	26,36	31/12/2011	27
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	13/02/2013	0	31/12/2011	0	10/02/2012	0	31/12/2011	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	13/02/2013	100	31/12/2011	100	10/02/2012	100	31/12/2011	100
Maior PIB per capita Estadual/Menor PIB per capita Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2010	8,49	09/11/2011	8,0426	31/12/2012	7,945	31/12/2013	6,41
Maior PIB per capita Mesorregional/Menor PIB per capita Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84	31/12/2010	17,84	31/12/2010	17,84	31/12/2013	19,7
Maior PIB per capita Microrregional/Menor PIB per capita Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84	31/12/2010	22,84	31/12/2010	22,84	31/12/2013	53,7
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2012	156	16/01/2014	191	31/12/2014	225	31/12/2015	227
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2011	2.100.000	31/12/2013	1.423.631	31/12/2014	1.687.044	31/12/2015	2.389.169
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2010	9,3	31/12/2011	9,5681	31/12/2012	9,8008	31/12/2013	9,12
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2010	13,46	31/12/2011	13,4038	31/12/2012	13,5557	31/12/2013	13,6
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2010	5,34	31/12/2011	5,3955	31/12/2012	5,2681	31/12/2013	5,5
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2010	55,39	31/12/2011	55,4111	31/12/2012	55,1901	31/12/2013	55,27
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2010	16,51	31/12/2011	16,2212	31/12/2012	16,1849	31/12/2013	16,52

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Quadro de Metas

Objetivo: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR	27,00	comitês estaduais de desenvolvimento regional	27,00	
Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional	19,00	Planos de desenvolvimento regional	18,00	

Objetivo: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aplicar 100% dos recursos programados no exercício.	100,00	% ao ano	71,00	Destaca-se que no exercício de 2015 não foi possível analisar o atingimento da meta, tendo em vista que os números apresentados terão data base: novembro de 2015, mas observa-se que já foram realizados 71% da meta estabelecida.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional.	100,00	% ao ano	99,00	Destaca-se que o percentual realizado foi próximo do previsto, desta forma, estamos em fase de averiguação junto as Superintendências do Desenvolvimento.

Objetivo: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais	10,00	Arranjos Produtivos Locais	10,00	
Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia	1,00	Unidade	0,00	Não houve liberação de recursos para execução do projeto, prejudicando o atingimento da meta.
Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste	1,00	Unidade	0,00	Não houve liberação de recursos para execução do projeto, prejudicando o atingimento da meta. No entanto, existe um projeto de elaboração de diagnóstico de viabilidade técnica e econômica da implantação do Parque Tecnológico Internacional (PTIN) em Pontaporã/MS, fronteira Brasil Paraguai.
Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste	4,00	Unidade	4,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste	8,00	Projetos	0,00	A SUDENE informa que os projetos relacionados a esta meta foram viabilizados por meio da ação 8918. Entretanto, a SUDENE não teve orçamento aprovado na referida ação desde 2013.

Objetivo: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado	100,00	%	0,00	A meta prevista, ao final do PPA 2012-2015, era de 100%, uma vez que tínhamos em perspectiva, e estávamos caminhando bem nesse sentido, concluir a elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado. No entanto, apesar dos avanços feitos, a Comissão Coordenadora do ZEE (composta por 13 ministérios) deliberou, em outubro de 2014, pela interrupção do processo, decidindo pela elaboração, em seu lugar, do MacroZEE da Região Centro-Oeste. Daí, por conseguinte, a apuração de 0% registrada no SIOP.
Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal	10,00	Municípios	0,00	A não disponibilização de recursos para a ação orçamentária 20NL (Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico nos municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal), ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015 comprometeu o alcance da meta estabelecida. A Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e da Coordenação de Meio Ambiente e de Ciência, Tecnologia e Inovação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) é responsável por essa ação.

Objetivo: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão

Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados	106.770,00	Postos de trabalho nos APLs	114.491,00	A SDR/MI sugere que a meta seja alterada de "postos de trabalho" para "famílias atendidas", a exemplo do indicador já adotado nas ações do Plano Brasil sem Miséria.

Objetivo: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.	120,00	Territórios rurais	120,00	

Objetivo: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento.	80.000,00	Agentes de desenvolvimento	22.002,00	As ações relativas à capacitação de agentes de desenvolvimento no período 2013 a 2015 sofreu uma grande redução na quantidade de agentes capacitados, tendo em vista o disposto no Acórdão nº 3874/2008 do TCU quanto à fiscalização de cada evento, o que prejudicou a implementação de projetos com esta finalidade. Outro fator foi a redução do orçamento da SDT nos últimos anos, acarretando a necessidade de priorização de outras metas em detrimento das metas de capacitação.
Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.	280,00	Planos Territoriais	158,00	A meta prevista ao final do PPA 2012-2015 de apoiar 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável foi baseada na metodologia feita em 2010. Em 2013, na 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, definiu-se que novas diretrizes para elaborar planos territoriais seriam aprovadas pelo CONDRAF para direcionar contratações de planos. Ao estabelecer a meta inicial, previu-se ampliar o número de territórios apoiados, o que também não se concretizou.
Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.	165,00	unidade	159,00	O número de territórios apoiados em seu funcionamento (159) diminuiu com relação à meta prevista (165) porque houve o cancelamento de contratos de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), por solicitação de seus coordenadores, e houve o término de vigência de convênios antes em execução. Em 2015, estava prevista a realização de Chamada Pública pra contratação de Nedet para os territórios não apoiados. Porém, pela redução de recursos orçamentários, impossibilitou realizá-la.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.	115,00	Territórios	76,00	A meta prevista ao final do PPA 2012-2015 de ter 115 territórios reconhecidos e incorporados à política de desenvolvimento territorial foi proposta com base no total de pré-territórios existentes em 2011. A incorporação de territórios ocorre por apresentação voluntária de candidaturas pelos pré-territórios existentes e sua análise se faz mediante critérios aprovados pelo CONDRAF. Assim, 76 territórios atenderam aos critérios e procedimentos estabelecidos, não sendo possível alcançar a meta.

Objetivo: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva.	3.000,00	Agentes	4.614,00	É necessário corrigir a meta alcançada no ano de 2012, que foi de 2.240 agentes capacitados no total.
Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva.	210,00	Estudos estratégicos	211,00	
Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.	200,00	Redes socioprodutivas territoriais	221,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.	5.000,00	Empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos	728,00	A partir de 2014, não foram feitas novas contratações, em virtude do redirecionamento dado a esta política que deixou de apoiar diretamente empreendimentos produtivos para apoiá-los indiretamente por meio de ações da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra, as quais têm o suporte dos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva – ATIPs, ligados aos Nedets, para facilitar o acesso às políticas públicas de comercialização e assistência técnica. Assim, não foi alcançada a meta prevista.
Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos.	150,00	Bases de Serviços Técnicos	321,00	
Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária	3.200,00	Bibliotecas rurais	2.270,00	

Objetivo: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais	3.135,00	Projetos	812,00	Destaca-se que o não atingimento da meta do período ocorreu devido à redução orçamentária durante o quadriênio 2012-2015, e, desta forma, visando a viabilidade econômica dos projetos contratados e sua sustentabilidade após a implantação, priorizou-se a aprovação de apenas um projeto por território, sendo este com valores individuais mais significativos e com isso contemplando um maior quantidade de beneficiários. Com isso, a quantidade prevista de projetos apoiados ficou inferior ao previsto.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais	2.155,00	Municípios	5.071,00	
Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres	30.600,00	Trabalhadoras rurais	100.606,00	

Objetivo: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais	1.200.000,00	Documentos	1.205.182,00	
Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais	4.000,00	Mutirões	3.765,00	

Objetivo: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão

Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária	30.000,00	Organizações de economia solidária	33.522,00	
Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento	100,00	Processos territoriais de desenvolvimento	136,00	

Objetivo: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão

Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário	9.000,00	Empreendimentos econômicos solidários	3.007,00	O não atendimento da meta proposta decorre de dois fatores: o longo processo de elaboração participativa das metodologias de avaliação de conformidade por um período de mais de três anos após publicação do Decreto; o sistema eletrônico somente foi disponibilizado em 2015 e a adesão ao sistema implica numa metodologia participativa envolvendo auto-declaração e validação da adesão resultado na necessidade de ampla divulgação e mobilização dos empreendimentos.
Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias	200,00	Comunidades	843,00	
Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra	10.000,00	Trabalhadores	10.758,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização	5.000,00	Empreendimentos e redes de produção e comercialização	5.204,00	

Objetivo: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a estruturação de até 5 (cinco) cadeias produtivas nos Estados que compõem a área de atuação da SUFRAMA	5,00	Cadeias produtivas	0,00	A razão principal para o não atendimento ao apoio de cadeias produtivas foi a limitação de recursos orçamentários, no período, para esse fim.
Contribuir para ampliar em 6% o número de empresas instaladas nas Áreas de Livre Comércio sob a administração da SUFRAMA	6,00	%	6,37	
Incentivar a implantação de 60 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus, em especial empresas que utilizem produtos regionais como insumos de produção.	60,00	Empresas	83,00	

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.168.701	6.335.618	42.743	31.816.088	10.317.984
Despesas Correntes	217.370	218.598	35.007	1.393.317	498.776
Despesas de Capital	5.951.331	6.117.019	7.736	30.422.771	9.819.208
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	6.168.701	6.335.618	42.743	31.816.088	10.317.984

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2030 – EDUCAÇÃO BÁSICA

Visão consolidada do Programa

Uma educação básica de qualidade deve contribuir para a redução das desigualdades sociais e dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e para a permanência do educando na escola, independentemente de seu gênero, etnia, raça/cor, local de domicílio ou condição de deficiência.

A educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a Constituição Federal de 1988, a União organiza o sistema federal de ensino, financia as instituições de ensino públicas federais e exerce, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos entes federados. Cabe aos Estados e ao Distrito Federal atuarem prioritariamente no ensino fundamental e médio e, aos Municípios, compete atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. Tal divisão de competências estabelece atribuições concorrentes e descentralizadas, objetivando uma cooperação recíproca entre os entes federados, cada qual em sua área de atuação. Ao Ministério da Educação (MEC) cabe a coordenação da política nacional de educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

O número crescente de políticas e programas destinados à educação básica ao longo dos anos, bem como o incremento de recursos investidos, demonstra o reconhecimento, pelo Governo Federal, do caráter estruturante e estratégico desse nível de ensino para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Os principais desafios envolvem acesso, permanência, igualdade de oportunidades e qualidade da oferta.

Nesse sentido, o MEC vem implementando diversas ações com o objetivo de enfrentar os principais desafios da educação básica brasileira: conclusão de todas as etapas de ensino na idade adequada e com qualidade na aprendizagem, propiciando a todos que percorram seus itinerários formativos.

Nesse contexto, insere-se o Programa Educação Básica (2030) do PPA 2012-2015, que contemplou quatro Objetivos, 31 Metas e 24 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas

conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em um fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

As ações do MEC para a educação básica, explicitadas nos atributos (Objetivos, Metas e Iniciativas) do Programa 2030, podem ser divididas em quatro eixos de atuação: i) apoio aos educandos, às escolas e aos entes federados com ações de desenvolvimento da educação; ii) apoio à infraestrutura física; iii) formação e valorização de professores e profissionais; e iv) gestão e avaliação. Nos quatro eixos perpassam temáticas transversais como a educação especial na perspectiva inclusiva, a educação em direitos humanos, a educação para as relações étnico-raciais, as políticas para a juventude, a educação do campo, indígena e quilombola, e a alfabetização e a educação de jovens e adultos.

Quanto ao apoio financeiro aos entes federados, para manutenção e desenvolvimento do ensino, destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência estabelecida para o período de 2007-2020. O Fundeb foi criado como mecanismo de redistribuição de recursos, visando garantir o acesso à educação, promovendo, assim, a inclusão socioeducacional em toda a educação básica pública (da creche ao ensino médio) e assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano (R\$ 2.545,31 em 2015) a unidade da Federação em que esse limite mínimo não for alcançado com recursos próprios. Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2015, foram consideradas 40,5 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino, apuradas no Censo Escolar de 2014. A estimativa de recursos do Fundo foi na ordem de R\$ 130,5 bilhões, sendo R\$ 119,7 bilhões originários da contribuição dos entes federados subnacionais e R\$ 10,8 bilhões de recursos federais. Considerando o período de 2009 (ano em que o Fundo passou a considerar todos os alunos da educação básica) a 2015, o crescimento real verificado no total de recursos que compõem o Fundo foi de 33%.

O investimento público total em educação evoluiu de 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2000 para 6,2% em 2013, enquanto o investimento público direto em educação em percentual do PIB *per capita* ampliou de 14,1%, em 2000, para 25,8%, em 2013, um crescimento de 83,1% no período, conforme revisão metodológica do cálculo do PIB ocorrida em 2015. Nesse ínterim, os investimentos públicos diretos na educação básica cresceram em termos reais 164,5%, o que significa uma média anual de 12,6%, acima da média anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mesmo período. Com o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação, os recursos para a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino da União estiveram acima do mínimo constitucional de 18% da arrecadação de impostos, sendo que, de 2012 até 2014, os valores aplicados foram superiores a 20% ao ano.

Nos últimos anos, houve um grande crescimento dos investimentos diretos na educação básica, ensejando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino, que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante se reduzisse de 8,1, em 2002, para 3,4, em 2013, relação mais próxima dos padrões internacionais. Os gastos diretos por estudante na educação básica cresceram, entre 2002 e 2013, de R\$ 2.253 para R\$ 6.203.

O MEC vem implementando, ao longo dos anos, iniciativas que visam à prestação de assistência técnica e financeira às escolas e aos entes federados para o desenvolvimento da educação básica; ao apoio financeiro aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino; ao acesso a tecnologias de informação; e ao uso de tecnologias educacionais. Entre elas, merecem destaque o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Caminho da Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); o Programa Nacional da Biblioteca na Escola (PNBE); e Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

O PDDE visa à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos. O programa transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar (PDDE Básico), para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação, bem como para o desenvolvimento de diversas atividades educacionais. No período de 2012-2015, foram destinados, no âmbito do PDDE Básico, mais de R\$ 3 bilhões para atender a uma média de 131 mil escolas da educação básica e uma média de 5.078 entes federados por ano. Apenas em 2015, o PDDE Básico atendeu a 123 mil escolas referentes ao exercício de 2015, com o valor de R\$ 823,7 milhões.

O Pnae tem como objetivo atender às necessidades nutricionais dos estudantes da educação básica durante sua permanência em sala de aula, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos educandos. Por meio de transferência de recursos em caráter suplementar aos entes federados, no período de 2012-2015, foram destinados R\$ 14,3 bilhões para atender, em média, 42,7 milhões de alunos da educação básica a cada ano. Em 2015, foram transferidos R\$ 3,7 bilhões para atender a 41,8 milhões de estudantes. Destaca-se que, em 2015, foram formados 4.381 atores sociais, entre nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, gestores e agricultores familiares, por meio de parcerias estabelecidas com 16 instituições federais de ensino superior para atuação dos centros colaboradores em alimentação e nutrição escolar, que executam ações de apoio ao Pnae, além de fomentar a participação da comunidade no controle social do programa.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. No exercício de 2015, a execução do Programa Caminho da Escola ocorreu apenas por meio de emendas, sendo destinados R\$ 11,3 milhões para a aquisição de 74 veículos escolares. No período de 2012-2015, foram adquiridos 43.746 veículos com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo: 18.279 ônibus, divididos em 15.797 rurais e 2.482 urbanos acessíveis; 480 embarcações; e 24.987 bicicletas, com recurso total de, aproximadamente, R\$ 3,2 bilhões. Além disso, os entes federados adquiriram, com recursos oriundos de financiamento do BNDES, 785 ônibus, sendo 776 rurais e nove urbanos acessíveis. Ainda nesse período, foram adquiridos, com recursos próprios dos entes, 56.663 veículos, sendo 5.505 ônibus, divididos em 4.204 rurais e 1.301 urbanos acessíveis, 13 embarcações e 51.145 bicicletas.

O Pnate visa promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênera, para custear despesas principalmente com manutenção do veículo ou da embarcação. No período de 2012-2015, foram destinados R\$ 2,3 bilhões para apoiar, em média, 5.218 entes federados a cada ano. Em 2015, um total de 5.256 municípios foram atendidos, com um valor empenhado de R\$ 573,9 milhões.

As ações dos programas do livro envolvem a aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade da educação, encaminhando material de apoio didático e pedagógico acessível a todos os alunos e professores do ensino público. O acesso aos livros permite aos professores enriquecer o trabalho desenvolvido em sala de aula e, aos alunos, obter conhecimento e cultura.

Executado em ciclos trienais alternados, o PNLD tem como objetivo prover as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura. No período de 2012-2015, foram destinados aproximadamente R\$ 5,9 bilhões para a aquisição e distribuição de mais de 616 milhões de livros, incluídos os títulos da educação de jovens e adultos e destinados à população do campo, além de dicionários e obras pedagógicas complementares, atendendo a mais de 30 milhões de estudantes ao ano, em cerca de 135 mil escolas e entidades parceiras. Em 2015, foi destinado R\$ 1,4 bilhão para aquisição e distribuição de livros didáticos a estudantes dos ensinos fundamental e médio. No programa, os estudantes de EJA e de escolas do campo receberam livros adequados ao seu contexto sociocultural e de acordo com sua realidade. Foram atendidos mais de 32,6 milhões de alunos de 121,5 mil escolas, totalizando cerca de 128 milhões de livros distribuídos.

Foram distribuídas, ainda, obras literárias e de apoio à prática da educação básica para a formação dos acervos das bibliotecas escolares por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). Nele são avaliados, selecionados e distribuídos acervos de literatura, obras teórico-metodológicas de apoio à prática pedagógica do professor e periódicos de cunho pedagógico às bibliotecas das escolas públicas de educação básica. Para a execução do PNBE, foram alocados R\$ 562 milhões para a aquisição e distribuição de 72 milhões de títulos. Em 2015, para beneficiar aproximadamente 60 mil escolas, foram destinados R\$ 24,7 milhões para a aquisição de obras do PNBE-Temático, que abordam temáticas de valorização da diversidade humana.

Considerando a importância ao acesso à educação digital, destaca-se o ProInfo, que tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Assim, no período de 2012-2015, foram destinados R\$ 394,32 milhões para entregar mais de 9 mil laboratórios de informática para as escolas públicas; distribuir 92.209 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas municipais e estaduais; e adquirir 526.268 *tablets* para esses professores. Além disso, foram adquiridos 107.169 computadores interativos (projetores interativos/lousas eletrônicas) com recursos de R\$ 220,9 milhões. No mesmo período, foram alocados R\$ 54,7 milhões para atender a 324.360 profissionais matriculados no âmbito da

formação continuada. Em 2015, foram entregues 1.606 laboratórios de informática para escolas públicas e distribuídos 17.646 notebooks para professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Além disso, estados e municípios adquiriram 44.645 computadores interativos com recursos federais, promovendo a diversidade nas estratégias aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem em sala de aula. Ainda nesse ano, foram adquiridos 36.869 *tablets* para os professores do ensino básico de escolas públicas. Ao longo de 2015, também foram formados 7.466 professores no uso das tecnologias educacionais.

Um dos principais instrumentos de apoio técnico e financeiro para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica dos estados, Distrito Federal e municípios é o Plano de Ações Articuladas (PAR). Criado em 2007, o PAR tem a finalidade de auxiliar estados e municípios no planejamento de suas políticas de educação, além de proporcionar um canal de comunicação permanente desses entes com o MEC. Sendo um instrumento de planejamento plurianual, o primeiro ciclo do PAR abrangeu o período de 2007 a 2010, e o segundo ciclo abrangeu 2011 a 2014. Em 2015, foi estruturado o novo ciclo do PAR em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE). Também foram implementadas diversas melhorias, tanto de interface, na utilização do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec) – Módulo PAR, visando aperfeiçoar a interatividade com os usuários e o conteúdo, com a disponibilização de dados a partir da integração com outros sistemas do MEC, oferecendo aos gestores elementos úteis ao diagnóstico das redes. No âmbito do PAR, são desenvolvidas ações de construção, ampliação e reforma de escolas da educação básica, bem como a aquisição de mobiliário e equipamentos. Merecem destaque as ações de infraestrutura escolar, que têm como objetivo ampliar e qualificar a estrutura física de escolas da rede pública de educação básica.

Quanto à infraestrutura, no período 2012-2015 foi apoiada a construção de 131 escolas em comunidades quilombolas, em 73 municípios, com investimento de aproximadamente R\$ 88,7 milhões, totalizando 438 salas de aula. Desse total, em 2012, houve apoio à construção de 29 escolas atendendo a 12 municípios, com investimento superior a R\$ 21,2 milhões. Em 2013, foram 46 escolas que receberam apoio para construção com valor aproximado de R\$ 26,5 milhões, beneficiando 27 municípios. No exercício de 2014, com investimento de cerca de R\$41 milhões, foram apoiados 56 projetos, em 41 municípios.

Cabe registrar o reconhecimento social da relevância da educação infantil, expresso na Constituição Federal de 1988, afirmando o direito das crianças à educação em creches e pré-escolas. A educação infantil, se oferecida com padrão de qualidade adequado, propicia a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança em uma fase identificada pelas ciências como de fundamental importância para toda a vida. Além disso, o acesso a essa etapa educacional contribui para o bem estar das famílias, especialmente daquelas das classes mais pobres, possibilitando às mães maior inserção no mercado de trabalho e, às crianças, acesso ao desenvolvimento em todas as dimensões.

Para a etapa da educação infantil, são fundamentais, portanto, iniciativas como a implantação de creches e pré-escolas nas localidades de maior déficit de atendimento, formação de profissionais do magistério, repasses suplementares para a alimentação

escolar e definição de materiais pedagógicos específicos, considerando as especificidades locais e as necessidades de cada público, promovendo a igualdade de oportunidades.

De acordo com dados da Pnad, o percentual da população de 0 a 3 anos de idade que frequentava a escola/creche em 2009 era de 18,4%. Em 2012, esse percentual passou para 21,2%. Em 2013 foi para 23,2%, atingindo 24,6%, em 2014. Com relação à taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, em 2009, a Pnad revelou que 74,8% das crianças dessa faixa etária frequentavam a escola. Em 2012, esse percentual passou para 78,1%. Já em 2013 foi para 81,4%, alcançando 82,7%, em 2014. Verifica-se, por meio desses dois indicadores, que o atendimento das crianças na educação infantil vem crescendo ao longo dos últimos quatro anos.

Contribuiu para o alcance desse resultado a política de construção de creches e pré-escolas além da aquisição de equipamentos e mobiliário, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com recursos oriundos do Programa Aceleração do Crescimento (PAC 2), cujos investimentos visam ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado a crianças de 0 a 5 anos. De 2011 a 2015, foi apoiada a construção de 6.187 unidades de educação infantil, beneficiando 2.736 municípios nos 26 estados, além do Distrito Federal, e cujas obras superaram o valor de R\$ 8,5 bilhões.

Ressalta-se, também, o investimento do Governo Federal na manutenção de novos estabelecimentos de educação infantil, construídos com recursos federais, e de novas turmas dessa etapa de ensino cujas matrículas ainda não tenham sido computadas na distribuição dos recursos do Fundeb. De 2012 a 2015, foram destinados R\$ 125,4 milhões para financiar 783 novos estabelecimentos de educação infantil além de R\$ 54,1 milhões para atender a 3.429 novas turmas de educação infantil.

Outra importante estratégia a fim de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil é a ação Brasil Carinhoso. Lançada em 2012, prevê o repasse de recurso suplementar para matrículas de crianças de até 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família em creches públicas ou conveniadas. Essa estratégia de apoio financeiro, no âmbito do Programa Brasil Carinhoso, teve início em 2014, tendo sido destinados aos municípios beneficiados e ao Distrito Federal, entre 2012-2015, R\$ 1,2 bilhão para atender a mais de 580 mil crianças.

A etapa seguinte da educação básica, o ensino fundamental de 9 anos, está praticamente universalizada. De acordo com os dados da Pnad, a taxa de escolarização bruta do ensino fundamental, que abrange o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, independentemente da etapa, era de 97,6% em 2009 e alcançou 98,5% em 2014. Ainda de acordo com dados da Pnad, a taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos, que mensura o percentual de estudantes de 6 a 14 anos que frequentam o ensino fundamental de 9 anos, etapa adequada para essa faixa etária, era de 52,7% em 2009, passando para 91,7%, em 2014.

Não basta, contudo, garantir o acesso: é necessário expandir a educação integral e enfrentar questões como a distorção idade-série, o atraso no início da escolarização, a repetência e a evasão. Entre as principais estratégias para vencer esses desafios, destaca-

se o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Lançado em 2012, visa assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. É integrado por um conjunto de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas que contribuem para a alfabetização e o letramento, possuindo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Em 2015, participaram como cursistas 301.388 professores alfabetizadores e 14.686 orientadores de estudo em 39 IES participantes, atendendo aproximadamente 6,3 milhões de alunos. Foram investidos no programa mais de R\$ 350 milhões para custeio das IES e pagamento de bolsas.

Os resultados do Ideb 2013, divulgados em 2014, mostram que o País segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental, alcançando o índice de 5,2, superior à meta de 4,9 para aquele ano. Já em relação ao Ideb dos anos finais, em 2013, o índice foi 4,2, superando o de 2011, que foi 4,1. Ressalta-se que o resultado do Ideb 2015 está sendo apurado e será divulgado em 2016.

Entre os esforços para a melhoria da qualidade do ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem dos alunos matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante ampliação da jornada escolar, dos tempos, espaços e das oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da educação integral em tempo integral. Em 2012, o programa contou com a adesão 32.074 escolas. Em 2013, o número de adesões saltou para 49 mil escolas, incluindo o atendimento a 32 mil escolas com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Na abertura a adesão do ciclo 2014/2015, foi aprovada a adesão de 58 mil escolas. Em 2015, as escolas que aderiram ao programa em 2014 receberam a segunda parcela do plano aprovado, de acordo com a sua execução, tendo sido investidos R\$ 1,26 bilhão.

A Meta 4 do PNE prioriza o atendimento na educação básica à população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino e/ou EJA, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Assim, a implementação de políticas públicas de inclusão escolar tem resultado em importante ampliação do acesso das pessoas com deficiência tanto na educação básica quanto na educação superior. De acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2011, foram identificadas 752.305 matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, sendo 74% em classes comuns do ensino regular. Considerando somente as matrículas de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em idade escolar obrigatória, observa-se que, em 2011, havia 576.309 matrículas, sendo 82% em inclusão escolar. Em 2014, esse número subiu para 691.665, com 87% de inclusão.

O desafio maior é no ensino médio. A Meta 3 do PNE prevê a universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, com pelo menos 85% desses jovens cursando o ensino médio. Porém, segundo os dados da Pnad de 2014, apenas 84,3% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentavam a escola, e entre os que frequentavam, 56,5% cursavam o ensino médio. O baixo percentual de frequência de jovens nessa etapa de ensino pode estar relacionado a dois fatores principais: primeiro, ao grande número de

jovens que ainda está cursando o ensino fundamental, o que significa um problema de fluxo; e, segundo, ao elevado grau de evasão, ocasionado, sobretudo, pela falta de atratividade do ensino ofertado.

Em 2013, o Ideb do ensino médio foi 3,7, mesmo valor de 2011, porém inferior à meta de 3,9 estipulada para aquele ano, o que reflete a necessidade de se intensificarem as políticas voltadas para essa etapa de ensino de forma compartilhada com os entes federados, a fim de reverter o grande desafio de melhoria da qualidade do ensino médio. A meta prevista para 2015 era de elevar o Ideb do ensino médio para 4,3.

Com vistas a melhoria desses índices, o MEC tem desenvolvido programas específicos para o ensino médio, tais como: o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), o Programa Ensino Médio Inovador e, ainda, a Base Nacional Comum, que apresentará uma proposta curricular para o ensino médio.

O PNEM, executado em 2014 e 2015, consiste na oferta de curso de formação continuada a professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio na rede pública de educação básica, visando proporcionar a esses profissionais maior compreensão das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, bem como subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, interdisciplinares e contextualizadas que promovam a aprendizagem dos alunos. Participaram como cursistas 240.978 professores do ensino médio e 7.276 coordenadores pedagógicos. O Programa também contou com 46 IES participantes e com 24 Estados e o Distrito Federal atendidos, totalizando mais de 14 mil escolas beneficiadas.

Já o Programa Ensino Médio Inovador apoia e fortalece o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, contribuindo com as secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino, enfatizando projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. Em 2015, receberam recursos do programa 5.575 escolas, totalizando um investimento superior a R\$ 109 milhões.

A elevação da escolaridade também envolve o desafio da alfabetização e educação de jovens e adultos. Segundo os dados da Pnad de 2014, a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais está na casa dos 91,7%, e a taxa de analfabetismo funcional em 17,6%. Verifica-se, assim, que o analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido gradualmente, passando, de 9,7% em 2009 para 8,7% em 2012, 8,5% em 2013 e 8,3% em 2014. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, passando para 8,4% em 2012 e, em 2013, o valor apurado foi de 8,2%. A taxa de analfabetismo da população rural apresenta os maiores percentuais, mas vem demonstrando queda: em 2009, o índice era de 22,6%, passando para 21,1% em 2012 e 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,8% em 2012 e 11,5% em 2013. A taxa de analfabetismo funcional também vem apresentando queda gradual: em 2009 era de 20,4%, passando para 18,3% em 2012, alcançando 18,1% em 2013 e 17,65% em 2014, ainda conforme dados da Pnad.

A melhora nos indicadores reflete a atuação do governo no combate ao analfabetismo por meio do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos em todo território nacional, em parceria com os entes federados, com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. É uma porta de acesso à cidadania, uma vez que contribui para a promoção do interesse pela elevação da escolaridade e pode ser considerado uma forma de acesso à educação de jovens e adultos (EJA). Só em 2015, foram destinados R\$ 210,4 milhões para o pagamento de bolsas a 103 mil voluntários. De 2012 a 2014, o programa atendeu 3 milhões de alfabetizandos e contou com a adesão de 25 estados, do Distrito Federal e de 1.346 Municípios. Em 2015 (referente ao Ciclo 2013, anos exercício 2014 e 2015), contou com a adesão de 25 estados, do Distrito Federal e de 1.070 municípios, tendo sido atendidos 1,2 milhão de jovens, adultos e idosos. Assim, de 2012 a 2015, o PBA teve a adesão de 1.372 entes executores, sendo 25 estados, o Distrito Federal e 1.346 municípios brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 1,1 bilhão.

A escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, em 2009, era 7,4 anos de estudo, passando para 8,0 em 2012 e 8,3 em 2013, mantendo-se esse mesmo índice em 2014. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,3 anos de estudo na região Nordeste. Em 2012 a região brasileira de menor escolaridade foi a Norte, atingindo 8,9 anos de estudo. Em 2013 e 2014, a região de menor escolaridade foi a Nordeste, que registrou 9,1 anos de estudos nesses dois anos. Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009, o valor era de 7,3 anos, passando para 8,0 em 2012, e para 8,1 anos em 2013. Em 2014, esse índice chegou a 8,2 anos de estudos para essa população.

Objetivando a elevação da escolaridade da população, faz-se necessário promover iniciativas que atraiam os jovens, como o estreitamento do ensino médio com o técnico-profissionalizante e boas perspectivas de continuidade nos estudos, com possibilidade de acesso ao ensino superior. Além disso, é preciso avançar nos esforços considerando também as especificidades de grupos historicamente excluídos.

Assim, faz-se necessária a implementação de medidas que resultem no retorno de jovens e adultos à escola. Além de promover a alfabetização desse público, é importante possibilitar que ele prossiga nas etapas subsequentes da educação básica. Para isso, a União deve atuar em parceria com os outros entes federados no fortalecimento da articulação entre a educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica, além de prover outros recursos necessários para criar condições de acesso à educação de qualidade e de permanência desses alunos na escola.

Voltado a ampliar o número de matrículas na EJA presencial, nas etapas do ensino fundamental e médio, o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos destinou, em 2015, o total de R\$ 49,9 milhões a entes federados que solicitaram apoio. No período 2012-2015, foram destinados R\$ 564 milhões para a abertura e manutenção de novas turmas de EJA, que proporcionaram a abertura de mais de 249 mil turmas de educação de jovens e adultos, considerando também o atendimento de 60 mil alunos em estabelecimentos prisionais.

O Projovem Urbano contribui para a promoção de ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos por meio de apoio técnico e financeiro aos entes federados e pagamento de auxílio a estudantes da EJA. De 2012 a 2014, já foram beneficiados 332.158 jovens. Também está em execução a edição 2014 do Projovem Campo, em 14 estados, 302 municípios e DF, com meta de atendimento de 42.845 jovens da agricultura familiar. No período do PPA 2012-2015 foram destinados R\$ 115 milhões para que entes federados executassem o Projovem Campo. No âmbito das duas modalidades do Projovem, é desenvolvida formação continuada para gestores, formadores e educadores, sendo que, em 2015, foram beneficiados 826 gestores e 922 formadores.

Com vistas a elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica, foi implementado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da educação escolar indígena. De 2012 a 2015, foram pactuados 25 territórios. Já o Saberes Indígenas na Escola realiza formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em cursos de aperfeiçoamento nas áreas de letramento e numeramento indígena, Língua Portuguesa e Língua Indígena como primeiras ou segundas línguas e concede bolsas para professores indígenas cursistas e para professores formadores. Até 2014, a ação contemplou 2.656 professores indígenas, envolvendo 309 escolas indígenas, 89 povos, em 293 aldeias, falantes de 81 línguas, em 13 TEEs. Em 2015, foram constituídas sete Redes de Instituições de Ensino Superior que congregam 23 Núcleos Adjuntos das IES.

Nos dados levantados pela Pnad, houve significativo avanço para o alcance da meta de equiparar a escolaridade média entre negros e não negros durante a vigência do PPA 2012-2015. Enquanto a escolaridade média da população de 18 a 24 anos passou de 9,4 anos em 2009 para 9,8 em 2014, representando um aumento de 4,2%, a escolaridade média da população negra na mesma faixa etária cresceu de 8,6 anos em 2009 para 9,3 em 2014, representando um aumento de 8,13%. A diferença de escolaridade entre negros e a população em geral caiu de 0,8 anos de estudo para 0,5 anos no mesmo período.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilita a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais. No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que procura oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Em 2015, participaram da Prova Brasil e da Aneb mais de 2,3 milhões de estudantes do 5º ano do ensino fundamental, mais de 2,2 milhões de estudantes do 9º ano do ensino fundamental e aproximadamente 107 mil estudantes do 3º ano do ensino médio, matriculados em 57.744 escolas distribuídas nas 27 unidades da Federação. Esses

estudantes responderam a testes de Língua Portuguesa e de Matemática, bem como a questionários contextuais. A partir dos resultados dessas avaliações, o Ideb de 2015 será apurado, com previsão para divulgação em 2016. Como o cálculo do Ideb é feito bianualmente, não existem valores para 2012 e 2014.

Para contribuir com as políticas de alfabetização de crianças até os oito anos de idade, bem como com a gestão dos sistemas de ensino do País, o Inep realizou em 2014 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujos resultados foram divulgados em 2015, os quais possibilitaram o acesso e a análise pedagógica por meio de boletins eletrônicos, que apresentam os percentuais de estudantes posicionados em cada nível das escalas de proficiência de leitura, de escrita e de matemática. A aferição dos níveis de alfabetização dos estudantes do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, realizada pela ANA em 2014, indica que, atualmente, 22,2% de estudantes possuem proficiência insuficiente em leitura, 34,4% proficiência insuficiente em escrita e 57,1% proficiência insuficiente em matemática. A divulgação dos dados da ANA apresentou informações agregadas sobre o cenário educacional, de modo a colaborar para o monitoramento do direito à educação e possibilitar, de forma objetiva, que governantes, gestores e sociedade civil acompanhem e monitorem o desenvolvimento da alfabetização de crianças até oito anos de idade a partir da análise dessas dimensões, fortalecendo o controle social e a cooperação federativa.

Além dessas avaliações, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que permite aos alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores se candidatem a vagas em instituições públicas de ensino superior e a programas do Governo como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Observa-se o aumento de cerca de 33% no número de inscritos no Enem no período 2012-2015. Ao mesmo tempo, houve processo de fortalecimento da qualidade do exame, com melhorias no processo de gestão, da qualidade pedagógica e do processo de correção de redação. A edição 2015 do Enem contou com 7,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Mais de 5 milhões de redações foram corrigidas por 10 mil avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 120 horas. Atualmente, 131 instituições públicas de educação superior brasileiras utilizam o exame em seus processos seletivos.

Destaca-se, ainda, que o edital 2015 do Enem assegurou atendimento especializado, específico e pelo nome social aos participantes que deles comprovadamente necessitaram. A demanda por inscrição pelo nome social triplicou (278 solicitações), o que significa avanços no reconhecimento da identidade das pessoas, combatendo a discriminação e promovendo a igualdade de oportunidades. Nessa edição, também foram adotadas medidas para redução dos custos com a aplicação do exame, como a divulgação, exclusivamente pela internet, do cartão de confirmação da inscrição e o aumento do número de participantes por sala para a realização das provas. As medidas representaram uma economia de R\$ 46 milhões.

A qualidade do ensino pressupõe a valorização dos profissionais do magistério. Para tanto, o MEC desenvolve políticas a fim de articular a formação inicial e a formação continuada de professores e profissionais da educação. O PNE destaca, entre suas dez diretrizes, a valorização dos profissionais da educação. Em sua meta 15, prevê, em regime de colaboração entre os entes federados, a instituição da política nacional de formação dos

profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. A formação acadêmica do professor é condição essencial e requisito indispensável ao exercício profissional docente com qualidade.

O programa de formação continuada Escola de Gestores forma, em nível de especialização (*lato sensu*), diretores, vice-diretores e coordenadores pedagógicos, em efetivo exercício nas escolas públicas da educação básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional. Em 2012, foram ofertadas 4.350 vagas. Em 2013, foram pactuados 13 cursos de gestão escolar e 15 de coordenação pedagógica, totalizando 28 projetos, que ofertaram 11.640 vagas, sendo formados 2.247 participantes e estando, ainda, em processo de formação 7.815 participantes. Em 2014, foram ofertadas 9.170 vagas e os participantes encontram-se em formação em 2015. Ressalta-se que o curso tem previsão de aproximadamente 24 meses. Assim, no período 2012-2015, foram ofertadas ao todo 25.160 vagas para essa formação continuada.

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Em 2014, foram efetivadas 3.138 vagas com investimento de R\$ 17,8 milhões e, em 2015, foram efetivadas 13.770 com investimento de R\$ 18,4 milhões.

Destaca-se, ainda, o Programa de Licenciaturas Interculturais (Prolind), que fomenta a oferta de cursos de formação inicial superior de professores indígenas em programas específicos voltados para a valorização da interculturalidade e o estudo e promoção das línguas indígenas. Em 2012, apoiou a oferta de 2.248 vagas em cursos oferecidos em 19 IES. Já em 2013, foram ofertadas 2.796 vagas em 19 IES e, em 2014, apoiou a oferta de 2.657 vagas em 19 IES. Em 2015, foram ofertadas 2.580 vagas em 20 IES no valor de R\$ 13,4 milhões.

Com o objetivo de subsidiar e promover a capacitação dos profissionais do magistério da educação básica na modalidade a distância, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) contou, no ano de 2015, com 104 instituições e 645 polos ativos e 785 cursos ativos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Desde seu início, em 2006, ofertou mais de 730 mil vagas, contando atualmente com 173 mil alunos em curso e mais de 130 mil formados, sendo 71% em cursos de formação inicial e continuada de professores e 16% em cursos de graduação e especialização destinados a servidores públicos, incluindo dirigentes, gestores e trabalhadores da educação básica.

No que se refere à formação inicial de professores, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, induz e fomenta a oferta de turmas especiais, em cursos de licenciatura, para professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuam grau em licenciatura na área, disciplina ou etapa em que exercem docência. Entre 2009 e 2015, foram implantadas 2.463 turmas, em 497 municípios, localizados em 24 unidades da Federação. Nesse período, o Parfor atendeu professores oriundos de 2.611 municípios. Em 2015, frequentaram os cursos 44.124 professores da educação básica e 18.673 professores os concluíram. Nesse mesmo

ano, foram investidos mais de R\$ 114,8 milhões em bolsas no programa.

Outra importante política pública para a formação de professores é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), destinado a alunos de cursos de licenciatura e que alcança todas as etapas e modalidades da educação básica. A iniciação à docência ocorre em escolas da rede pública e é feita com orientação de professores das IES e da própria escola. Em 2013, concedeu 49.321 bolsas passando para 90.247 bolsas em 2014, mantidas em 2015, sendo beneficiados 72.840 alunos de licenciaturas e 11.716 professores da educação básica da rede pública. Participam do programa 283 IES, distribuídas em 854 campus e organizadas em 2.997 subprojetos em 6.055 escolas. No ano de 2015, foram investidos R\$ 506 milhões em bolsas.

Com vistas a formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e *stricto sensu*, o MEC fomenta a oferta de mestrados profissionais. Foram recomendados no período de 2012-2015, programas de mestrado profissional para formação de professores nas áreas Português (ProfLetras), Artes (ProfArtes), Educação Física (Prof Educação Física), Física (ProFísica), Química (ProfQuímica), História (ProfHistória) e Ciências Ambientais (ProfCiamb). O programa para formação de professores de matemática (ProfMat), foi recomendado em 2011 e ampliou suas atividades nesse período, contando, no ano de 2014, com cerca de 2,6 mil alunos matriculados. Os programas Prof Educação Física, ProfCiamb e ProfQuímica tiveram sua autorização para funcionamento em 2015, com início das atividades previsto para 2016. Nos mestrados profissionais, já foram formados mais de mil alunos. Em 2015, foram investidos R\$ 73,5 milhões em bolsas, registrando 5.853 bolsistas.

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação, o MEC busca aperfeiçoar as relações federativas no campo da política educacional e estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados, a fim de viabilizar o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao PNE. Destaca-se também a promoção de espaços de diálogo e formulação que possam subsidiar a instituição do Sistema Nacional de Educação.

No período do PPA 2012-2015, o MEC prestou assistência técnica aos municípios para a elaboração de planos de carreira que tomem como referência o Piso Salarial Profissional Nacional, especialmente através de oficinas e encontros com secretários de educação e suas equipes técnicas. O cumprimento da Lei do Piso (Lei nº 1.738/2008) é fundamental para aproximar o rendimento do magistério com o dos demais profissionais, como indica a Meta 17 do PNE.

Ressalta-se a criação, em 2014, do sítio Planejando a Próxima Década (<http://pne.mec.gov.br>), que fortalece a assistência técnica para elaboração e adequação dos planos estaduais e municipais de educação em consonância com o PNE, conforme estabelece a Lei. O sítio oferece um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o MEC já dispõe para apoiar os entes federados no cumprimento das metas nacionais.

Destaca-se, também, a conclusão do Sistema de Apoio à Gestão dos Planos de Carreira (SisPCR), que auxiliará estados, o Distrito Federal e municípios no processo de elaboração, reelaboração e simulação dos planos de carreira dos profissionais da educação. Esse sistema, acompanhado de um manual de apoio operacional, constitui-se em um instrumento fundamental para os gestores municipais de educação na simulação e monitoramento dos planos de carreira.

Os debates conceituais sobre o Sistema Nacional de Educação culminaram na elaboração do documento “O Sistema Nacional de Educação” e do livro “O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto”. Ambos ofereceram referenciais importantes para a etapa nacional da CONAE 2014. O MEC também assumiu a coordenação do “Estudo Comparado dos Sistemas Educacionais”, aprovado pelo Conselho Sul Americano de Educação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), que resultou no “Seminário Internacional Sistemas Educacionais dos Países da Unasul”.

O diálogo construído pelo MEC com as secretarias, conselhos e fóruns de educação, aliado à capilaridade do trabalho da rede de assistência técnica, à dinâmica de atualização diária das informações no site e à mobilização de setores estratégicos (como o Ministério Público e os tribunais de contas), permitiu que um expressivo resultado fosse observado: 19 estados e o Distrito Federal e 5.441 municípios elaboraram ou adequaram seus planos de educação em leis sancionadas até dezembro de 2015, num movimento inédito e histórico para a educação nacional. Os esforços, a partir de agora, serão dirigidos ao acompanhamento sistemático dos planos em vigor, com material técnico adequado e formação das equipes locais para o monitoramento contínuo e avaliações periódicas, com ampla mobilização e participação social.

Considerações Finais

Nos últimos anos, o Brasil avançou na área da educação. No âmbito da educação básica, o MEC implementou importantes mudanças para elevar o atendimento escolar com qualidade, introduzidas em especial pela Emenda Constitucional nº 53/2006, que trata, dentre outros temas, da garantia de educação infantil em creches e pré-escolas e piso salarial profissional nacional, e pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que ampliou a educação básica obrigatória para 4 a 17 anos de idade. Dentre essas mudanças, destacam-se: matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos; duração do ensino fundamental ampliada para 9 anos e obrigatoriedade de matrícula/frequência na escola dos 4 aos 17 anos. Aliadas a tais mudanças, entre 2012 e 2015, foram implementadas diversas ações de apoio à elevação e qualificação da oferta nas redes estaduais e municipais, assim como de apoio à valorização dos profissionais da educação, o que têm contribuído para a melhoria dos indicadores educacionais no período.

Apesar da evolução consistente, há um longo caminho a percorrer. Os desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos envolvem, entre outros, a ampliação do atendimento escolar; a qualificação da oferta e da gestão em todas as etapas e modalidades da educação básica; a correção da defasagem escolar; e a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, considerando as especificidades da diversidade e inclusão.

Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades. O MEC implementa ações da creche à pós-graduação, cujos resultados registrados revelam uma significativa e constante melhoria da situação educacional do país.

Nesse sentido, o principal aperfeiçoamento para o PPA 2016-2019 está na incorporação dos três Programas Temáticos constantes no PPA 2012-2015 – Educação Básica (2030); Educação Profissional e Tecnológica (2031) e Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (2032) – em um único Programa Temático: Educação de Qualidade para Todos (2080), o que reflete a perspectiva sistêmica da educação.

Assim, o Programa Temático 2080 apresenta cinco Objetivos que visam, em cooperação federativa, à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e em consonância com o disposto no PNE.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o PNE, após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil nos próximos dez anos, na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação. O PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias para o alcance de cada meta, as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

Considerando a importância estratégica do PNE no fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, contribuindo para a constituição do Sistema Nacional de Educação, o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos foi construído e será executado em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional. Assim, as entregas resultantes da execução do PPA estarão alinhadas às metas estabelecidas pelo PNE e contribuirão para o objetivo comum de melhorar a qualidade da educação brasileira.

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	30/09/2011	9,5	31/12/2012	9,6	31/12/2013	9,8	31/12/2014	9,8
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	30/09/2011	8,7	31/12/2012	8,9	31/12/2013	9,1	31/12/2014	9,1
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	30/09/2011	7,7	31/12/2012	8	31/12/2013	8,1	31/12/2014	8,2
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	30/09/2011	7,7	31/12/2012	8	31/12/2013	8,3	31/12/2014	8,3
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	30/09/2011	7,8	31/12/2012	7,9	31/12/2013	7,8	31/12/2014	7,9
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	30/09/2011	8,9	31/12/2012	9	31/12/2013	9,2	31/12/2014	9,3
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2011	3,7	31/12/2011	3,7	31/12/2013	3,7	31/12/2013	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2011	4,1	31/12/2011	4,1	31/12/2013	4,2	31/12/2013	4,2
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2011	5	31/12/2011	5	31/12/2013	5,2	31/12/2013	5,2
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	30/09/2011	46	31/12/2012	46,7	31/12/2013	48,3	31/12/2014	48,7
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	30/09/2011	80,9	31/12/2012	81,5	31/12/2013	82,4	31/12/2014	82,7
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	30/09/2011	80,1	31/12/2012	81,2	31/12/2013	83,3	31/12/2014	82,1
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1			31/12/2012	6	31/12/2013	6,2	31/12/2013	6,2
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	30/09/2011	48,9	31/12/2012	49,7	31/12/2013	51,3	31/12/2014	53,7
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	30/09/2011	61,3	31/12/2012	62	31/12/2013	64,6	31/12/2014	63,3
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	30/09/2011	8,6	31/12/2012	8,7	31/12/2013	8,5	31/12/2014	8,3
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	30/09/2011	20,4	31/12/2012	18,3	31/12/2013	18,1	31/12/2014	17,6475
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	30/09/2011	72,4	31/12/2012	81,4	31/12/2013	89,4	31/12/2014	91,7
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	30/09/2011	51,6	31/12/2012	54	31/12/2013	55,1	31/12/2014	56,5
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	20,8	31/12/2012	21,2	31/12/2013	23,2	31/12/2014	24,6

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	30/09/2011	83,7	31/12/2012	84,2	31/12/2013	84,2	31/12/2014	84,3
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	30/09/2011	77,4	31/12/2012	78,2	31/12/2013	81,4	31/12/2014	82,7
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	30/09/2011	98,2	31/12/2012	98,2	31/12/2013	98,4	31/12/2014	98,5
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	30/09/2011	81,7	31/12/2012	84,3	31/12/2013	85,3	31/12/2014	86,93

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Quadro de Metas

Objetivo: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares	5.000,00	Cobertura de quadras esportivas escolares	3.346,00	Em 2015 não houve assistência financeira para novas ações de cobertura de quadras esportivas escolares.
Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares	7.116,00	Quadras esportivas escolares	6.842,00	
Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas	7.000,00	Creches e pré-escolas	6.187,00	
Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.	200,00	Comunidades quilombolas	131,00	Em 2015 não houve assistência financeira para novas construções de escolas em comunidades quilombolas.

Objetivo: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão

Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3	4,30	IDEB do ensino médio	3,70	
Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7	4,70	IDEB dos anos finais do ensino fundamental	4,20	
Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2	5,20	IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	5,20	

Objetivo: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão

Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	34.515.526	33.953.394	20.566.395	130.993.213	99.218.547
Despesas Correntes	26.139.350	26.400.378	20.025.864	98.482.805	85.685.290
Despesas de Capital	8.376.175	7.553.015	540.530	32.510.408	13.533.257
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	34.515.526	33.953.394	20.566.395	130.993.213	99.218.547

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2031 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Visão consolidada do Programa

A Constituição Federal de 1988 inclui entre os direitos sociais a educação e o trabalho. Nesse sentido, uma educação profissional e tecnológica de qualidade, voltada para a pesquisa e para o desenvolvimento científico e alinhada com as necessidades do mercado de trabalho, é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. É na educação profissional e tecnológica que se tornam ainda mais evidentes os vínculos entre educação, território e desenvolvimento, elementos cuja articulação é indispensável.

Nesse contexto, insere-se o Programa Temático Educação Profissional e Tecnológica (2031) do PPA 2012-2015, que contemplou dois Objetivos, nove Metas e sete Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual e capaz de superar os desafios que ela representa. A contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria prática devem incentivar a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve incorporar ainda elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da inclusão, da equidade e da cidadania.

É necessário, portanto, esforços conjuntos, envolvendo governos, setor produtivo e sociedade em geral, priorizando o desenvolvimento territorial e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Assim, as instituições de ensino profissional e tecnológico devem fortalecer a sua articulação com o setor produtivo e estabelecer itinerários formativos que possibilitem ao jovem ou trabalhador iniciar a sua formação profissional em cursos de qualificação profissional e avançar até a graduação tecnológica ou mestrado profissional.

O Governo Federal tem fomentado, nos últimos anos, ações com vistas a expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, como preconizam os objetivos do Programa Temático 2031.

Atualmente, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) é a principal estratégia do Governo Federal voltada para a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no País, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Busca, também, ampliar as

oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Para fazer frente a esse desafio de ofertar educação profissional em escala nacional, em cursos com perspectivas para a inserção laboral e de forma a fortalecer a inclusão produtiva, o Pronatec conta com os seguintes ofertantes: as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível médio. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Bolsa- Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado.

De 2011 a 2015, o Pronatec já atendeu 9,4 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e cursos de qualificação profissional, sendo 8,6 milhões relativas ao período do PPA 2012-2015. Em 2015, por meio das cinco iniciativas do Programa, foram realizadas 1,3 milhão de matrículas, perfazendo um orçamento de R\$ 4,7 bilhões e atendendo cerca de 3 mil municípios. Participaram desse esforço, como parceiros demandantes, 15 ministérios e as 27 secretarias estaduais e distrital de educação e, como parceiros ofertantes, todas as redes de educação profissional do País.

A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é uma iniciativa de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. A Rede cobre todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento: com a expansão, o País passa a ter 562 escolas em atividade, sendo 61 unidades na região Norte, 184 na região Nordeste, 57 na região Centro-Oeste, 147 na região Sudeste e 113 na região Sul.

Para dar continuidade à consolidação das unidades criadas até o final de 2014, bem como à modernização das demais unidades da Rede Federal, em 2015, foram investidos R\$ 825 milhões no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal. Somente com o orçamento próprio, destinado às instituições na Lei Orçamentária Anual, em 2015, a Rede Federal ofertou 773 mil matrículas regulares, sendo 228 mil de estudantes ingressantes. Além disso, as instituições da Rede Federal atuaram fortemente como ofertantes da Rede e-Tec Brasil e da Bolsa-Formação do Pronatec, com cerca de 130 mil matrículas realizadas na rede federal. A Rede Federal passou a ofertar, em 2015, mais 243 cursos, alcançando 4.489 cursos, de todos os tipos e níveis, ofertados, sendo 334 cursos de bacharelado, 370 licenciaturas, 413 cursos tecnológicos, 104 cursos de especialização, 25 de mestrado, 27 de mestrado profissional, quatro de doutorado, 1.170 cursos de formação inicial e continuada e 2.032 cursos técnicos.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia. A atualização do Catálogo resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior e no acréscimo de 32 novas denominações, totalizando 145

denominações de cursos superiores de tecnologia a integrem a terceira edição do Catálogo.

Nos institutos federais também foram realizados investimentos em políticas de desenvolvimento científico e tecnológico e em inovação. Em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o MEC atuou na qualificação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) como Organização Social, na qualidade de interveniente do Contrato de Gestão. A Embrapii tem por objetivo promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para setores industriais, constituindo uma de suas ações a promoção do desenvolvimento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais. Como resultado dessa parceria destaca-se o funcionamento, em 2015, dos primeiros cinco Polos de Inovação dos Institutos Federais, selecionados a partir de chamada pública. Os polos integram as estruturas organizacionais dos institutos federais e são unidades compostas por laboratórios de pesquisa aplicada, atuando em uma área de competência específica. Alunos e professores do próprio instituto, profissionais das indústrias e pesquisadores do Brasil e até do exterior são responsáveis pela execução dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Os Polos Embrapii de Inovação criados em 2015 foram: IF Ceará – Fortaleza (sistemas embarcados e mobilidade digital); IF Espírito Santo – Vitória (metalmecânica); IF Bahia – Salvador (equipamentos médicos e hospitalares); IF Fluminense – Campos dos Goytacazes (monitoramento e instrumentação para o ambiente); e IF Minas Gerais – Formiga (sistemas automotivos inteligentes).

No âmbito da qualificação de servidores da Rede Federal, têm destaque os programas para qualificação de docentes em países com relevada atuação na educação profissional. O programa Professores para o Futuro, por exemplo, enviou docentes dos institutos federais para capacitação, por cinco meses, em universidades de ciências aplicadas da Finlândia. Nesse modelo de formação, 104 professores já foram capacitados no Canadá e na Finlândia. Além disso, 317 servidores foram capacitados em Tecnologia da Informação e 200 gestores participaram de cursos de capacitação em gestão, realizados em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Foram ofertadas ainda, para o biênio 2015/2016, mil vagas para o curso Pós-Graduação lato sensu em Formação Pedagógica para Docência na Educação Profissional e Tecnológica, 268 vagas para mestrado e 101 vagas no Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e, aproximadamente, 6 mil vagas em cursos financiados pela Bolsa-Formação, na modalidade de demanda Pronatec Serviços Públicos, para os servidores da Rede.

Entre as iniciativas do Pronatec está a Bolsa-Formação, que oferece vagas gratuitas em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, referente a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); e a Bolsa-Formação Estudante, referente a cursos técnicos de nível médio. Em função da alteração da Lei nº 12.513/2011, que institui o Pronatec, e da Lei nº 12.816/2013, a partir de 2013, passaram a ser ofertados, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio. Também foram incorporadas à rede ofertante instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica de nível médio, devidamente habilitadas, o que possibilitou a ampliação da oferta de cursos. Ainda no âmbito do Bolsa-Formação, foram criadas diversas modalidades para atender aos públicos prioritários: Pronatec Brasil sem Miséria, Pronatec

Mulheres Mil, Pronatec Viver sem Limites, Pronatec Seguro-Desemprego e Pronatec Campo, entre outras modalidades.

Por meio da iniciativa Bolsa-Formação, no período de 2012 a 2015, foram realizadas 4,6 milhões de matrículas de jovens e trabalhadores, sendo cerca de 3,6 milhões em cursos de formação inicial e continuada e cerca de 1 milhão em cursos técnicos. Para aprimoramento do Programa, em 2015, foram publicadas novas regulamentações para a iniciativa Bolsa-Formação, com destaque para a exigência de utilização do CPF de cada estudante para confirmação de frequência para todos os cursos e o repasse integral de recursos a partir de índice institucional de conclusão maior que 85%. Além disso, foi regulamentado o financiamento de cursos a distância por meio das iniciativas Bolsa-Formação e Rede e-Tec Brasil.

Ainda com o intuito de ampliar e democratizar o acesso, o sistema Rede e-Tec Brasil oferece cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, a distância em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. De 2011-2015 realizou 346 mil matrículas, sendo 325 mil referentes ao período 2012-2015. A partir de 2014, o MEC passou a exigir o registro, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) o cadastro dos alunos e dos polos de apoio presencial, conferindo maior controle do número de matrículas que, até 2013, era fornecido por ato declaratório das instituições.

A oferta de educação profissional e tecnológica a distância, de qualidade, num país com as características do Brasil, representa uma estratégia de democratização do acesso aos cursos nessa modalidade. Ela permite mais alternativas de cursos e locais e deve ser pautada pelo desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, programa de expansão de polos de apoio presencial e formação de professores. Deve englobar, ainda, cursos de formação em serviço e reconhecimento de saberes e competências profissionais e a utilização das plataformas abertas não necessariamente vinculadas à atividade de tutoria. Nesse contexto, a Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, abriu a possibilidade de financiamento de cursos a distância por meio do Pronatec.

Ainda entre as iniciativas do Pronatec, o Acordo de Gratuidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes, alcançou, em 2014, a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Em 2009, quando da celebração do Acordo, o percentual de oferta gratuita era de 50% no Senai e 20% no Senac.

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica com investimento em obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, desenvolvimento da gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2015, no âmbito do Brasil Profissionalizado, 49 obras foram concluídas, sendo 15 ampliações, 22 construções e 12 reformas. Com isso, desde 2012, foram concluídas 341 obras no âmbito do Programa. Outro destaque na expansão da oferta é a alteração da lógica da oferta de educação profissional, que foi

sempre definida pelas instituições de ensino e não pela demanda do mundo do trabalho, o que foi modificado pela relação entre ofertantes e demandantes do Pronatec.

As metas 11 e 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecem, por meio de estratégias, o atingimento da relação de 20 alunos por professor para a educação profissional técnica de nível médio e 18 alunos por professor para a educação superior. O acompanhamento de tal relação tem contribuído para o desenvolvimento das ações de consolidação das unidades, de forma a garantir o adequado desenvolvimento das atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga. A relação aluno/professor das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, calculada pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições, atingiu o valor de 20,4 estudantes por professor, no exercício 2013 e 22,25 em 2014. Em 2015, a Relação Aluno por Professor (RAP) da Rede Federal passou por atualização na forma de cálculo, considerando a regulamentação do conceito de Aluno-Equivalente. O conceito é aplicado a todos os cursos, desde a qualificação profissional até a pós-graduação. São considerados a carga horária, o número de docentes e o grau de complexidade dos cursos, especialmente a exigência de aulas práticas com divisão de turmas. A medida contribuiu para o aprimoramento dos instrumentos de gestão, indicadores e desenvolvimento das instituições, além de promover maior transparência dos resultados apresentados pelas instituições para a sociedade. Com a nova metodologia, que considera Aluno-Equivalente, em 2015, a RAP da Rede Federal atingiu o valor preliminar de 18,5 estudantes por professor.

Entre os desafios para expansão da oferta, está a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que, cada vez mais, refletem a demanda por formação profissional e o incentivo à progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos e reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências. Ambas as frentes têm sido priorizadas pelo Pronatec, seja pela articulação entre os parceiros ofertantes e demandantes, seja pela priorização de vagas de cursos que componham itinerários, bem como pela garantia de continuidade de matrícula para o estudante que se matriculou em cursos dessa natureza.

Importante ressaltar que cerca de 30% da oferta do Pronatec se deu em cursos técnicos e essa expansão, viabilizada pelo esforço de todas as redes de educação profissional e tecnológica, refletiu-se nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2014, que registrou um aumento de matrículas em cursos técnicos de nível médio. A Linha de Base do PNE, elaborada pelo Inep/MEC e divulgada em 2015, considera, para acompanhamento da Meta 11, as seguintes etapas: cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes, ensino médio integrado à educação profissional e EJA articulada à educação profissional, já acompanhadas nos Monitoramentos do PPA anteriores e, ainda, ensino médio normal/magistério. Assim, segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2014, estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio 1.885.604 estudantes. Considerando as mesmas etapas e modalidades, em 2011, eram 1.457.623 matrículas, o que reflete os esforços envidados nessa frente. Esse aumento significativo também é registrado nos cursos superiores de tecnologia, que passaram de 870.534 matrículas em 2011 para 1.029.767 matrículas em 2014, conforme os dados do Censo de Educação Superior.

Uma das formas de acesso de estudantes que concluíram o ensino médio aos cursos técnicos subsequentes é o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), criado em 2013, que utiliza notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para seleção dos estudantes. As instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica participantes passaram por um processo de habilitação perante o MEC, que leva em conta índices de qualidade acadêmica e a experiência da instituição em áreas de conhecimento correlatas à do curso técnico a ser ofertado ou aos eixos tecnológicos previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, inclusive com possibilidade de avaliação in loco. Em 2015, participaram da seleção 196.855 estudantes e foram realizadas 62.163 matrículas. Além disso, estudantes de escolas públicas podem ser atendidos por cursos técnicos concomitantes demandados pelas Secretarias Estaduais de Educação e, após a conclusão do ensino médio, podem utilizar a nota do Enem para concorrer a vagas gratuitas de cursos técnicos subsequentes por meio do Sisutec. São reservadas, ainda, vagas para estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que optem por vagas em instituições federais de ensino e que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral.

A meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que 25% dos cursos de educação de jovens e adultos (EJA) sejam integrados à educação profissional e tecnológica. Os indicadores de acesso e permanência em relação à EJA evidenciam que é preciso integrar a formação geral oferecida nessa modalidade com a formação profissional, nas etapas do ensino fundamental e médio. Além disso, é preciso implantar a prática do reconhecimento de saberes e competências nas instituições de ensino, tornando mais atrativo o acesso e a permanência de jovens e adultos que não terão que estudar novamente conhecimentos que já possuem, evitando que o curso tenha duração mais longa que o necessário. A EJA articulada à educação profissional e tecnológica abre novas oportunidades de continuidade dos estudos para jovens e adultos que, por meio dos itinerários formativos, poderão concluir a EJA e seguir a sua formação em cursos técnicos e posteriormente cursos tecnológicos.

As matrículas em cursos técnicos na modalidade EJA registradas pelo Censo Escolar da Educação Básica partiram de 35.993, em 2012, para 42.875, em 2014, o que representa 1,67% do total de matrículas em EJA. Dadas as dificuldades, nos últimos anos, de implementação das políticas de ampliação da quantidade de vagas em cursos de EJA na forma articulada à educação profissional pelas redes de educação profissional, o MEC desenvolveu uma agenda de ações estratégicas, visando à articulação das redes de educação profissional e tecnológica com as redes de EJA, bem como com outros agentes sociais e, especialmente, os ministérios que tratam de políticas de cunho social e aquelas voltadas ao desenvolvimento econômico.

A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde

sua implantação, foram atendidos mais de 3,5 mil trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes, sendo cerca de 3 mil no período do PPA 2012 a 2015. De modo a possibilitar uma ampliação das ações de reconhecimento de saberes, em 2014, as ações foram concentradas na reestruturação da Rede Certific, elaborada conjuntamente entre MEC e Ministério do Trabalho e Emprego. Entre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se as ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, para reforçar a valorização social pelos empregadores e empregados; a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos serviços nacionais e aprendizagem como instituições certificadoras; a garantia de gratuidade na oferta; a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja); e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

Nesse sentido, o MEC está construindo, junto aos ministérios do Trabalho (MT), da Pesca e Aquicultura (MPA), da Cultura (MinC), do Turismo (MTur) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estratégias para identificação de demandas e mobilização dos trabalhadores para os processos de certificação. A partir do trabalho realizado junto aos ministérios citados, as ações serão estendidas para outros ministérios e agentes sociais, tendo em vista a consolidação da Rede Certific em 2016. Considerando a atuação dos institutos federais e a incorporação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica e dos serviços nacionais e aprendizagem como instituições certificadoras, foram definidas estratégias para a participação dessas instituições, sobretudo, visando à garantia de gratuidade na oferta e à utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e formação inicial e continuada (FIC), inclusive com elevação de escolaridade para o público da EJA.

Com a participação desses diversos interlocutores, busca-se a ampliação da oferta em consonância com as demandas sociais e econômicas, para que o acesso a cursos técnicos e de qualificação profissional repercuta na elevação de escolaridade e na inserção no mundo do trabalho. Ainda com o objetivo de realizar o alinhamento de ações, está em construção um documento referência para a educação profissional articulada à EJA, que define diretrizes operacionais para a atuação das redes públicas e mecanismos para fortalecimento e ampliação da oferta e mobilização do público para acesso às vagas.

O empenho em torno do Pronatec e o fortalecimento da educação profissional brasileira pode ser observado na evolução do Brasil na WorldSkills. O País foi o campeão da 43ª edição da WorldSkills Competition, a maior prova prática para estudantes da educação profissional e tecnológica do mundo, realizada em São Paulo em 2015. Após quatro dias de competição, a equipe brasileira foi premiada com 11 medalhas de ouro, dez de prata e seis de bronze. O País ainda contou com 18 certificados de excelência. Os números deram 99 pontos ao Brasil, o melhor resultado da história do País. O empenho em torno do Pronatec e da educação profissional pode ser observado na evolução do Brasil na WorldSkills. Na edição de 2011, realizada em Londres, o País ficou em oitavo lugar na classificação geral. Em 2013, em Leipzig, Alemanha, subiu para a quinta colocação. O número de competidores subiu de 28 em 2011 para 56 em 2015, com destaque para os estudantes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Industrial e Comercial (SENAI e SENAC).

Considerações Finais

Muitos avanços puderam ser observados no período 2012-2015 no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, inclusive com incremento importante no volume de investimentos.

A ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constituiu um grande desafio que teve como oportunidades a expansão das redes públicas de educação profissional e tecnológica, viabilizada, entre outros, pela Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelo Programa Brasil Profissionalizado. A expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica foi uma ação importante no âmbito do Pronatec, pois contribuiu para ampliação da estrutura permanente para a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, inclusive de cursos técnicos integrados ao ensino médio.

No entanto, o momento atual requer que essa modalidade de educação aprimore a sua qualidade e amplie a sua atratividade e valorização junto aos jovens. Dessa forma, será possível aumentar mais rapidamente a produtividade do trabalho e a cultura da inovação, o que contribuirá para o desenvolvimento econômico e social do país.

No atual contexto econômico, o MEC tem envidado esforços para a ampliação da oferta de cursos a distância, para o desenvolvimento e o compartilhamento de tecnologias educacionais e objetos de aprendizagem, expansão de polos de apoio presencial, formação de professores e utilização de plataformas abertas, estruturação de cursos em itinerários formativos, incluídos aqueles voltados para o jovem aprendiz, além de ações voltadas para o fortalecimento das iniciativas de reconhecimento de saberes, conhecimentos e competências profissionais desenvolvidos em processos formais e não formais de aprendizagem, em articulação com os demais sistemas de ensino.

Esse contexto, aliado às rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos, exige um forte investimento na formação dos trabalhadores, de forma a garantir a ampliação qualitativa e quantitativa dessa oferta. O momento traz consigo a exigência de uma educação profissional e tecnológica que incorpore elementos inseridos no âmbito das relações sociais, na perspectiva da promoção da equidade, da igualdade entre os sexos, do combate à violência contra os jovens e as mulheres, do acesso à educação e ao trabalho e da preservação da vida humana e do meio ambiente. Nesse contexto, aponta-se para uma perspectiva de formação de um trabalhador qualificado, capaz de se tornar um agente político, de compreender a realidade que o cerca, de ultrapassar obstáculos e de pensar e agir em prol das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo.

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o PNE, após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil nos próximos dez anos, na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação. O PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias para o alcance de cada meta, as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades

envolvidos com educação e de toda a sociedade. Dentre as metas do PNE, destacam-se duas que se referem mais especificamente à educação profissional e tecnológica. São elas:

- Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;
- Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público.

Tais metas requerem mudanças no valor social da formação técnica e profissional, pois ainda há questões culturais que impactam a atratividade dos jovens do ensino médio pela formação técnica. Deve-se ressaltar, ainda, que as metas e estratégias propostas no PNE dependem do esforço conjunto da União, estados e municípios.

Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades. O MEC implementa ações da creche à pós-graduação, cujos resultados registrados revelam uma significativa e constante melhoria da situação educacional do país.

Nesse sentido, o principal aperfeiçoamento para o PPA 2016-2019 está na incorporação dos três Programas Temáticos constantes no PPA 2012-2015 – Educação Básica (2030); Educação Profissional e Tecnológica (2031) e Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (2032) – em um único Programa Temático: Educação de Qualidade para Todos (2080), o que reflete a perspectiva sistêmica da educação.

Assim, o Programa Temático 2080 apresenta cinco Objetivos que visam, em cooperação federativa, à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e em consonância com o disposto no PNE.

Considerando a importância estratégica do PNE no fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, contribuindo para a constituição do Sistema Nacional de Educação, o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos foi construído e será executado em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional. Assim, as entregas resultantes da execução do PPA estarão alinhadas às metas estabelecidas pelo PNE e contribuirão para o objetivo comum de melhorar a qualidade da educação brasileira.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2011	1.457,623	31/12/2012	1.531,759	31/12/2013	1.602,538	31/12/2014	1.885,604
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação	milhar	31/12/2011	870,5			31/12/2012	944,904	31/12/2013	995,746	31/12/2014	1.029,767
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	milhar	31/12/2012	1.298,768			31/12/2012	1.173,873	31/12/2013	2.034,549	31/12/2014	2.113,662
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2011	335,98	31/12/2012	335,978	31/12/2013	303,193	31/12/2014	314,795
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	unidade	31/12/2010	354			31/12/2013	470	31/12/2014	562	31/12/2014	562
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1			31/12/2012	6	31/12/2013	6,2	31/12/2013	6,2
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2010	1,3			31/12/2013	3	31/12/2013	1,85	31/12/2014	1,67

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Quadro de Metas

Objetivo: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão

Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres	100.000,00	Mulheres	82.358,00	
Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562	562,00	Escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica	562,00	
Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes	8.000.000,00	Vagas	9.233.410,00	

Objetivo: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão

Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.059.879	8.000.756	4.391.958	29.048.459	20.590.900
Despesas Correntes	6.351.903	6.262.553	4.071.005	20.071.806	16.164.289
Despesas de Capital	1.707.976	1.738.203	320.953	8.976.653	4.426.611
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	8.059.879	8.000.756	4.391.958	29.048.459	20.590.900

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2032 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

Visão consolidada do Programa

A educação superior passou por um significativo processo de expansão na última década, com especial participação das instituições federais de ensino superior (Ifes), que contribuem ativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. A expansão das universidades federais está alicerçada nos princípios da democratização e inclusão, cujo objetivo é ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com vistas à contribuição para o desenvolvimento e à diminuição das assimetrias regionais existentes no país. A ampliação e a democratização do acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país são os principais objetivos do Governo Federal nesse eixo de atuação. Proporcionar esse nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, insere-se o Programa Temático Educação Superior: graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (2032) do PPA 2012-2015, que contemplou três Objetivos, 12 Metas e 11 Indicadores em consonância com os compromissos enunciados na versão inicial do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), à época, em discussão no Congresso Nacional. O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, estados, Distrito Federal e municípios, constituindo-se em fundamental norteador das políticas públicas educacionais.

São notórias as transformações vivenciadas na educação superior nos últimos anos, refletindo o esforço do Governo Federal no empreendimento de programas e ações que buscaram ampliar as oportunidades de acesso a esse nível de ensino. Na última década, além da ampliação do número de instituições federais de ensino superior (Ifes), ocorreu um grande investimento no processo de interiorização da oferta de vagas em universidades federais, por meio da criação de novos câmpus com foco na integração regional e internacional. Tais ações vêm contribuindo para a permanência e a diplomação dos estudantes e para a democratização do acesso às universidades, públicas e privadas.

As ações implementadas pelo MEC vêm possibilitando uma expansão significativa da Educação Superior pública federal, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso. Em 2014, segundo dados do Censo da Educação Superior, foram ofertadas, aproximadamente, 251 mil vagas de graduação presencial nos processos seletivos de ingresso e registradas 958.796 matrículas. Destaca-se também o número de matrículas de educação a distância nas Ifes, que, em 2014, atingiu a marca de 87,8 mil, totalizando 1.046.467 matrículas em graduação nas universidades federais. Para fins de comparação, em 2009, o Censo da Educação Superior registrou 769,6 mil matrículas, já no período desse PPA, os índices atingiram 974,2 mil em 2012 e 1 milhão em 2013.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia. A atualização do Catálogo resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior e no acréscimo de 32 novas denominações, totalizando 145 denominações de cursos superiores de tecnologia a integrarem a terceira edição do Catálogo.

O MEC é responsável pela regulação, supervisão e avaliação do sistema federal de educação, do qual fazem parte as instituições de ensino superior públicas federais e as instituições privadas. O sistema federal representa 91% das instituições de ensino superior, 84% dos cursos superiores ofertados e 89% das matrículas da educação superior do País. Ressalta-se que a supervisão e regulação têm como objetivo acompanhar constantemente a situação da oferta da educação nos cursos e IES no Sistema Federal de Ensino a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior com a legislação aplicável; resguardar os interesses dos alunos, da comunidade acadêmica e da sociedade; e induzir a elevação da qualidade da educação superior ofertada pelas IES. Diante desse universo de instituições e cursos de educação superior, o Governo Federal tem buscado novas estratégias de regulação e supervisão, com a edição de atos normativos e a publicação de manuais, resultando em maior capacidade logística e agilidade no tratamento dos processos regulatórios e demandas por expansão da educação superior. Foram editados cerca de 10.620 atos regulatórios em 2012, 10.040 em 2013, 7.152 em 2014 e 9260 em 2015, entre elas 1.796 autorizações de cursos, 5.906 reconhecimentos e renovações de reconhecimento de cursos e 1.372 aditamentos. Além disso, foram editados 590 atos de supervisão que visam ao cumprimento da legislação educacional e à indução de melhorias dos padrões de qualidade da educação superior.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) objetivou, além do aumento de vagas, medidas como ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução dos custos por aluno, flexibilização de currículos, elevação da taxa de conclusão das graduações presenciais e combate à evasão. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, como uma das estratégias da Meta 12 (ampliação das taxas bruta e líquida na educação superior), a oferta de, no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos em instituições federais de educação superior (Ifes). Com as ações do Governo Federal voltadas para a expansão da Rede Federal de Educação Superior, o número de vagas ofertadas nesses cursos vem aumentando. Conforme Censo da Educação Superior 2014, a oferta de vagas foi da ordem de 75.563 em cursos noturnos, o que corresponde a 30% do total de vagas ofertadas.

Houve investimentos na consolidação das Ifes, na implantação de novos câmpus e de novas universidades. A interiorização foi uma das principais diretrizes norteadoras da expansão, com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Nesse sentido, a meta de implantação de 56 novos câmpus, prevista para o período 2011-2015, foi atingida, sendo que todos já iniciaram suas atividades, totalizando 331 câmpus. Destaca-se, nesse universo, a criação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), e Universidade Federal do Cariri (UFCA); e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas:

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). A educação superior passou por um processo de expansão atingindo a meta de 63 universidades federais: 10 instituições no Norte, 18 no Nordeste, 19 no Sudeste, 11 no Sul e 5 no Centro-Oeste.

Com a finalidade de estender a uma parcela maior da população a possibilidade de alcançar os mais altos níveis de ensino com qualidade, o MEC tomou diversas iniciativas, como a instituição do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O Sisu é um processo unificado que seleciona estudantes para a educação superior pública, com base nas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por meio de um sistema informatizado. A unificação do processo seletivo com a oferta de vagas em âmbito nacional permitiu que os estudantes concorressem a várias instituições públicas de ensino superior do país sem ter que arcar com os custos de deslocamento e taxas de inscrição. Proporcionou ainda a mobilidade estudantil, ampliando suas experiências acadêmicas. No total, 131 instituições públicas e gratuitas de educação superior ofertaram 261.085 vagas pelo Sisu no ano de 2015.

Também em consonância com a política de expansão da educação superior, o ProUni, instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda selecionados a partir das notas obtidas no Enem em instituições privadas, em contrapartida à isenção de impostos. Já o Fies possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Entre 2010 e 2015, o Fies registrou a assinatura de 2,18 milhões de novos contratos. Em 2015, o Fies passou por algumas reformulações para garantir melhor distribuição dos recursos públicos disponibilizados para o financiamento de estudantes da educação superior, entre as quais se destacam: (i) a priorização de cursos com melhores indicadores pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de áreas prioritárias (Engenharias, Licenciaturas e Área da Saúde); (ii) realinhamento das condições de financiamento (nova taxa de juros, redução do prazo de amortização do contrato e modificação na taxa de juros trimestrais devida durante os prazos de utilização e de carência do financiamento); (iii) novo modelo de coparticipação, com a limitação do público-alvo do programa para estudantes com renda familiar per capita de até 2,5 salários mínimos; e (iv) definição plurianual de vagas, com realização de processo seletivo de estudantes para acessarem o financiamento pelo Fies, utilizando como critério de seleção a nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O êxito desses programas pode ser observado em alguns indicadores. De acordo com o Censo da Educação Superior, o número de matrículas em graduação aumentou de 3,94 milhões em 2003 para 7,8 milhões em 2014. Além disso, observa-se também crescimento na oferta de vagas em graduação presencial nas universidades federais de 109 mil em 2003 para 251 mil em 2014. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a taxa bruta de matrículas dos cursos de graduação no Brasil era de 26,7% em 2009, passou para 28,7% em 2012 e 30,3% em 2013, alcançando a marca de 32,1% em 2014. Trata-se de um indicador da capacidade de absorção do sistema educacional e é definido conceitualmente pelo total de matriculados na educação superior

(independentemente da idade) em relação ao total populacional em idade considerada adequada para cursar esse nível, ou seja, entre 18 e 24 anos. Já a taxa líquida de escolarização ajustada na educação superior, que aponta para o percentual da população brasileira de 18 a 24 anos que frequenta ou já concluiu a educação superior, apresentou um crescimento constante entre 2009 e 2014, partindo do patamar de 14,4% em 2009, registrando 18,8% em 2012 e 20,2% em 2013, chegando a 21,2% em 2014.

Além dos esforços com a expansão, o MEC realiza diversas ações para reduzir a desigualdade ainda existente no acesso à educação superior entre as diferentes regiões brasileiras, entre os grupos populacionais e entre os diferentes estratos socioeconômicos, incluindo não só ações que ampliam o acesso de grupos historicamente excluídos à educação superior, mas também ações que promovem a permanência e conclusão dos estudos. Segundo os dados da Pnad, o indicador de taxa bruta de matrícula da educação superior demonstra a aproximação dos índices de grupos historicamente excluídos frente à população em geral. Em 2009, a taxa bruta da educação superior para a população em geral era 26,7% e alcançou 32,1% em 2014, representando um aumento de 20,2% no período. Entre a população negra, a taxa bruta de matrícula saltou de 17,7% em 2009 para 23,9% em 2014, um aumento de 35%. Também é significativo o avanço para o alcance da meta quando analisamos o crescimento da taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país. Em 2009, a região de menor escolaridade era a Nordeste e registrou uma taxa de 18,4%; já em 2014, a mesma região registrou a taxa de 25,7%. O avanço é mais evidente quando se analisa a população composta pelos 25% mais pobres, cuja taxa bruta de matrícula da educação superior saltou de 3,7% em 2009 para 8,5% em 2014, um crescimento de 130%.

Também com vistas à ampliação da participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior nas instituições privadas de ensino superior, Sisu e ProUni se destacam. O Sisu reserva vagas para estudantes do ensino médio público. Em 2014, por exemplo, reservou 37% de suas vagas, percentual superior àquele definido pela Lei de Cotas, que para esse ano, estipulou a reserva de, no mínimo, 25% das vagas nas instituições públicas de ensino superior. O Prouni, por sua vez, destina uma parcela de sua oferta de bolsas a estudantes pretos, pardos e indígenas. Desde sua instituição em 2005, mais de 51% das bolsas concedidas pelo ProUni foram ocupadas por esse público, totalizando 904.018 bolsas das 1.749.893 ocupadas no programa. Ainda no âmbito do ProUni, há concessão do benefício da bolsa permanência aos estudantes dos cursos que atendem seus critérios legais. Em 2015, do orçamento da União destinado ao Programa Bolsa Permanência, R\$ 30,2 milhões foram destinados ao pagamento de bolsas permanência no ProUni, beneficiando uma média mensal de 6.302 bolsistas do programa.

O Programa Bolsa Permanência concede auxílio financeiro buscando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em Ifes. Um valor maior é garantido aos estudantes indígenas e quilombolas, devido às suas especificidades. Estes estudantes, quando matriculados em cursos de licenciaturas interculturais, continuam fazendo jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes até o limite máximo de seis meses. No período de 2013-2015, foram concedidas 336.583 bolsas com recursos de aproximadamente R\$ 177 milhões. Em 2013, o programa

beneficiou 6.581 estudantes e 15.422 em 2014. Em 2015, o Programa Bolsa Permanência concedeu bolsas para mais de 20 mil estudantes, dentre eles 4.167 indígenas e 1.345 quilombolas, totalizando um investimento de R\$ 106,6 milhões.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento visa propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, notadamente aqueles compreendidos em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, o ProUni e o Fies. O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação destes estudantes. Outros pontos importantes são a promoção da igualdade racial, a valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, além da acessibilidade e da inclusão no Brasil. Em 2014, foi lançado o primeiro edital do programa e selecionadas 24 propostas de cursos de formação preparatória, ofertadas em 2015 e a serem ofertadas em 2016, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior (IES) federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e consolidação de experiências de ação afirmativa.

No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2015, disponibilizou recursos na ordem de R\$ 11,3 milhões para universidades federais executarem ações no âmbito do programa, de acordo com a quantidade de alunos matriculados na graduação presencial. No período de 2012 a 2015, foram investidos mais de R\$ 36 milhões em universidades federais distribuídas em todas as unidades federativas do País. As ações de promoção do acesso das pessoas com deficiência à educação superior, tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas de educação superior, têm resultado no crescimento das matrículas dos estudantes com deficiência. Na Educação Superior, em 2011, foram registradas 23.250 matrículas de estudantes com deficiência, sendo 6.531 em instituições públicas e 16.719 em instituições privadas, conforme os dados do Censo da Educação Superior. Em 2014, foram registradas 33.475 matrículas, sendo 13.234 em instituições públicas e 20.241 em instituições privadas, significando um crescimento de 44%.

Em virtude da preocupação com a qualidade da oferta, com a permanência e com o sucesso dos estudantes, a expansão vem sendo implementada com um conjunto de programas associados, como o Programa de Extensão Universitária (Proext), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Proext, abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando incentivar ações de extensão universitária voltadas à promoção de políticas públicas e à institucionalização da extensão no âmbito das IES. Em 2015 apoiou, em todo o território nacional, 656 propostas de extensão universitária, com um orçamento total de R\$ 85 milhões. No período de 2012 a 2015 foram investidos mais de R\$ 320 milhões em 2.973 propostas apoiadas no Programa.

O PET, criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão e desenvolvido por grupos de estudantes bolsistas sob a orientação de um professor tutor, é uma importante ação para a formação acadêmica ampla do estudante de graduação. As atividades extracurriculares complementam a formação acadêmica do estudante e atendem às necessidades do próprio curso de graduação. No período de 2012 a 2015, o valor do investimento e beneficiados se manteve invariável: R\$ 78,8 milhões para 842 grupos de PET, beneficiando 10.104 estudantes e 842 professores, a cada ano.

Já o PNAES, criado em 2007, é outro importante instrumento de democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. O programa apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES oferece assistência para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte e apoio pedagógico. De 2012 a 2015, foram investidos mais de R\$ 2,7 bilhões, sendo que, em 2015, esse valor foi de R\$ 895 milhões.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) proporciona apoio financeiro para que instituições estaduais públicas de ensino superior participantes do Sisu possam desenvolver ações de assistência estudantil que atendam aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. O programa atende prioritariamente estudantes matriculados em cursos de graduação presencial dessas instituições, em especial aqueles oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, ou selecionados considerando requisitos adicionais fixados pelas instituições em ato próprio. No período de 2012 a 2015, foram apoiadas 27 instituições totalizando um investimento de R\$ 43,9 milhões. Em 2015, o programa apoiou 9 instituições, totalizando um repasse em ações de assistência estudantil no valor de R\$ 16,5 milhões.

Associado à expansão de vagas e cursos na educação superior, tem-se investido na ampliação do quadro de recursos humanos para atender ao processo de expansão. No período de 2012-2015, o quadro de pessoal teve um acréscimo de 12.586 docentes, totalizando 79.280 professores em 2015. Esforços também são investidos para a ampliação do corpo de técnico-administrativos das Ifes, que contava, em 2015, com um quadro autorizado de 105.936 cargos. Destaca-se, ainda, o investimento na qualificação do pessoal docente das universidades federais. O percentual de mestres ou doutores no corpo docente das instituições de ensino superior aumentou de 68,3% em 2011, para 73%, em 2015, com 58.758 doutores e 17.168 mestres.

A evolução do percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas IES está associada ao aumento e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Com intuito de contribuir para elevar esse percentual, o MEC vem apoiando a qualificação do corpo docente das Ifes. Especificamente para o nível de doutorado, no período do PPA 2012-2015, o MEC fortaleceu o Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral) e o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter). O Prodoutoral caracteriza-se por favorecer a mobilidade dos bolsistas das Ifes de origem para as IES de destino durante o tempo de duração da capacitação docente, bem como a dos professores

orientadores, como forma de integração entre as instituições participantes. Em 2013, o Prodoutoral foi reformulado. As propostas institucionais encaminhadas pelas IFES totalizaram uma demanda de cerca de 3 mil docentes a serem apoiados com bolsas de doutorado e auxílios moradia. A concessão de bolsas no âmbito do novo regulamento iniciou-se em 2014, tendo sido concedidas 250 novas bolsas de doutorado, das quais foram implementadas 233 em 2014. A distribuição percentual das bolsas concedidas norteou-se pelo combate às assimetrias regionais, pois cerca de 85% das bolsas foram destinadas a instituições sediadas nas regiões Norte (43%), Nordeste (31%) e Centro-Oeste (11%). Em 2015, o número de bolsistas beneficiados pelo programa elevou-se para 322, com investimentos de R\$ 9,2 milhões.

O Dinter, por sua vez, viabiliza a formação de turmas de professores doutorandos, desenvolvendo as atividades do projeto em suas IES de origem. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um programa de pós-graduação já consolidado. O programa concede bolsas de doutorado para o estágio dos professores durante a sua permanência no programa promotor e recursos para o custeio de atividades acadêmicas e despesas com os deslocamentos de docentes e orientadores entre as instituições participantes. Entre os objetivos do Dinter está também a redução das assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Assim, prioriza-se a formação de docentes das instituições localizadas em regiões em desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). No período de 2012 e 2014, foi aprovado o financiamento de 96 projetos Dinter. Em 2015, foram investidos R\$ 11,2 milhões para o pagamento das bolsas de estudo e dos recursos de custeio desses projetos. No período do PPA 2012-2015 foram investidos R\$ 41,9 milhões para o pagamento das bolsas de estudo e dos recursos de custeio vinculados aos projetos Dinter.

Visando à solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, o Governo Federal desenvolve diversas ações para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação com o objetivo de elevar o número de mestres e doutores e formar pessoal de alto nível no país e no exterior, bem como desenvolver a produção do conhecimento científico e tecnológico. Nesse sentido, a expansão do SNPG apoiada pelo MEC também amplia a concessão e manutenção de bolsas de estudo para pós-graduação no país, de modo a elevar, conforme meta do PNE, o número de mestres e doutores titulados por ano. O Governo Federal também vem expandindo suas ações de apoio e fomento à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015 os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado tiveram expansão da ordem de 22%. Em 2012, eram 1.717 cursos de doutorado e 3.289 cursos de mestrado (acadêmico e profissional), totalizando 5.006 cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2015, esse número passou para 6.100 cursos, sendo 4 mil de mestrado e 2.100 de doutorado. No período 2012-2015, o total de doutores titulados apresentou crescimento da ordem de 24%, enquanto os mestres titulados tiveram uma expansão da ordem de 18%. Em 2012 foram titulados 13.912 doutores e 47.138 mestres, passando, em 2014, para 16.745 doutores e 50.229 mestres titulados.

Nesse período, o MEC deu continuidade à política de expansão da concessão de bolsas aos programas de pós-graduação de instituições de ensino superior e de pesquisa brasileiras, como importante estratégia para fortalecimento da pós-graduação e buscando atender ao crescimento do SNPG. O apoio saltou de 77.582 bolsas concedidas em 2012, para 104.389 bolsas em 2015, das quais, 48.960 de mestrado, 42.113 de doutorado, 7.498 de pós-doutorado, 169 de Professor Visitante Sênior, 258 de supervisão, 4.891 de iniciação científica e 500 de formação em idiomas pelo Programa Idioma sem Fronteiras. Houve, ainda, a concessão de 87,7 mil bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e Professor Visitante Sênior, por meio do Programa de Demanda Social, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares, do Programa de Excelência Acadêmica, do Programa Nacional de Pós-Doutorado e do Programa Professor Visitante Nacional Sênior. Além disso, nas áreas estratégicas foram concedidas mais de 11,5 mil bolsas no País, das quais se destacam as áreas de Saúde, Defesa Nacional, Ciências do Mar, Biologia Computacional, Toxinologia, Parasitologia, Ciências Forenses (Pró-Forenses), Desastres Naturais (Pró-Alertas), Pesquisa em Mar Profundo e Ciências Agrárias. Em conjunto, os programas tradicionais e estratégicos totalizaram, em 2015, um investimento de R\$ 2,1 bilhões na concessão de bolsas no País. No período do PPA 2012-2015 foram investidos R\$ 7,5 bilhões para o pagamento das bolsas de estudo no país e recursos de custeio no âmbito dos programas tradicionais e estratégicos.

A Cooperação Internacional é desenvolvida por meio de tratados e acordos culturais, educacionais e científicos que determinam o surgimento de programas de intercâmbio internacional. A concessão e manutenção de bolsas de estudos no exterior objetiva apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Além disso, com o objetivo de fortalecer políticas de qualificação da mão-de-obra que incrementem a produtividade do trabalho e propiciem o aumento da mobilidade de trabalhadores altamente qualificados para setores produtivos, o MEC avançou na expansão do número de bolsas no exterior nas modalidades: graduação sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, pós-doutorado e estágio sênior.

Um dos principais programas de intercâmbio e mobilidade internacional é o Ciência sem Fronteiras, criado em 2011, para promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras. O programa oferece bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação, beneficiando também as áreas das Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas, Artes e Letras e Linguística. No período de 2012 a 2015 foram concedidas, pelo MEC, 62.286 bolsas de estudos.

Para auxiliar a integração dos estudantes e propiciar maior oportunidade de aprendizagem de idioma estrangeiro pelo público-alvo do Ciência sem Fronteiras, foi lançado, em 2012, o programa Inglês sem Fronteiras. Foram desenvolvidas ações relativas ao credenciamento das instituições de educação superior para aplicação dos testes de nivelamento de proficiência exigidos para o intercâmbio e o fortalecimento do ensino de línguas nas

universidades. Com o sucesso do programa e o crescente processo de internacionalização da comunidade acadêmica brasileira, o MEC lançou, em 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras, que incorpora outras línguas e tem como objetivo a formação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de IES e de professores de idiomas da rede pública de educação básica. Com essa ampliação, o programa complementa o Ciências sem Fronteiras e as demais políticas públicas de internacionalização com a oferta, além da língua inglesa, dos idiomas francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim, alemão e português para estrangeiros.

Ainda na cooperação internacional, em 2015, houve a implementação de 8.550 bolsas de graduação sanduíche em diversos países, como Alemanha, Canadá, China, Estados Unidos, concedidas em 2014 e relativas à primeira etapa do Ciências sem Fronteiras, e a continuidade na concessão de bolsas individuais e de bolsas vinculadas a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias no âmbito dos acordos de cooperações internacional. Além das bolsas vinculadas ao Ciências sem Fronteiras, destacaram-se, também, a concessão de 1.336 bolsas de doutorado pleno, 2.140 bolsas de doutorado-sanduíche e 1.255 bolsas de pós-doutorado nos programas regulares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), totalizando 42.772 estudantes, pesquisadores e professores com bolsas de estudo no exterior. Também foram apoiados 1.097 projetos conjuntos de pesquisa, com recursos da ordem de R\$ 21 milhões.

Como ferramenta para promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil, o Portal de Periódicos desempenha um papel fundamental na democratização do acesso *online* à informação científica internacional de alto nível para professores, alunos e pesquisadores brasileiros. O Portal reúne e disponibiliza um dos mais completos conteúdos científicos da produção internacional a 424 instituições de ensino e pesquisa no Brasil. O Portal de Periódicos conta com um acervo de 37.882 títulos com textos completos, 126 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de 266.704 e-books e 182 bases de dados contendo enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdos audiovisuais.

Na área de educação em saúde, destaca-se a edição da Lei nº 12.871/2013, instituindo o Programa Mais Médicos, que visa à melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A iniciativa prevê também a expansão do número de vagas em cursos de Medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação desses profissionais no Brasil. Os Ministérios da Educação e da Saúde executam ações compartilhadas visando ao aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante a integração ensino-serviço. Essas ações contam, ainda, com intercâmbio internacional.

No âmbito da Expansão das Escolas Médicas das Ifes, em 2015, foram autorizados sete novos cursos de graduação em Medicina, totalizando 456 vagas. Três desses novos cursos já tiveram suas atividades iniciadas em 2015, e os demais iniciarão suas atividades no primeiro semestre de 2016. Adicionalmente, em 2015, foram autorizadas 275 novas vagas em 13 cursos já existentes. Com relação à contratação de docentes para esses cursos, foram autorizadas, em 2015, nas 63 Ifes, 880 vagas. O Programa Mais Médicos prevê a criação de 11.500 novas vagas de graduação em Medicina até 2017 em instituições públicas e privadas, sendo que 5.849 (51%) já foram autorizadas em 88 municípios (2.100 vagas

públicas e 3.749 vagas privadas), das quais 65% em cursos novos. Estão em andamento editais de chamada pública para autorizar mais 4.347 novas vagas em IES privadas em 63 municípios que não possuem graduação em Medicina. Assim, no âmbito das Ifes, foram criadas 2.100 novas vagas por meio do Programa Mais Médicos, totalizando a oferta de 6.603 vagas de graduação em Medicina em 2015 em universidades federais. Também no escopo do Programa Mais Médicos para o Brasil, foram executadas quatro edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação, aprovando 979 médicos intercambistas. Vale ressaltar que, em 2015, atuaram 14.977 médicos no programa, que tiveram o apoio de 208 tutores e 1.960 supervisores acadêmicos ativos financiados pelo MEC.

Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos e demais profissionais de saúde do País. Observa-se uma ampliação quanto ao número de programas de residência e ao quantitativo de vagas autorizadas. Em 2015, foi aprovada a abertura de 1.908 novas vagas, considerando de R1 a R6 (1º ao 6º ano de residência médica), em Programas de Residência Médica para diversas especialidades e áreas de atuação profissional nas Ifes, totalizando 10.960 vagas de residência médica nessas instituições. No tocante aos Programas de Residências em Área Profissional da Saúde, destinados aos demais profissionais da saúde, em 2015 foram aprovadas 494 novas vagas nos programas ofertados pelas Ifes, totalizando 3.715 vagas. Ainda em relação à residência para outros profissionais da saúde, foram aprovados 208 novos programas, totalizando 1.250 programas com 7.420 vagas preenchidas. No período de 2012 a 2015, com recursos do MEC, o investimento em bolsas para residências em área profissional da saúde totalizou R\$ 1,5 bilhão. Somente em 2015, o MEC financiou 11.680 bolsas por mês, sendo 8.053 para residência médica e 3.627 para residência em área profissional da saúde com investimentos de R\$ 483,8 milhões.

Além disso, o Governo Federal, por meio da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), atua na gestão de hospitais universitários federais em conjunto com as universidades federais. Seu foco de atuação são os serviços de atenção à saúde e de apoio ao ensino, à pesquisa, à inovação tecnológica e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, visando à criação de condições materiais e institucionais para que essas entidades possam desempenhar plenamente suas funções. Atualmente, a Empresa administra 37 hospitais universitários de 29 Ifes. Em 2015, foram alocados pelo MEC cerca de R\$ 7,7 bilhões na rede de hospitais universitários federais. A Ebserh também atua como órgão responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria com o Ministério da Saúde, contemplando ações em 50 hospitais. No período de 2012 a 2015, no âmbito do Rehuf, foram investidos R\$ 3 bilhões no apoio ao custeio das atividades assistenciais e na realização de obras de manutenção para reestruturação física e aquisição de equipamentos hospitalares, sendo que só em 2015, o investimento foi de R\$ 656,3 milhões.

O levantamento nacional de dados educacionais e a realização de avaliações sistemáticas para a educação superior, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos existentes, constitui ferramenta imprescindível para a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão. Ao apurar periodicamente a trajetória de todos os alunos e docentes, o Censo

da Educação Superior fornece subsídios relevantes sobre a abrangência e eficiência do sistema em suas diferentes dimensões, sendo ferramenta indispensável ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação de políticas para esse nível de ensino. Destaca-se o sistema de consultas a informações estatísticas produzidas pelo Inep, tais como número de matrículas, número de estabelecimento de ensino, funções docentes segundo a abrangência geográfica, categoria administrativa, modalidade de ensino, dentre outros. Esse sistema tem como público beneficiado os gestores, pesquisadores, servidores e demais interessados em informações educacionais produzidas pelos Censos.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) abrange o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da educação superior. As avaliações sob a égide do Sinaes são de grande importância ao servirem de insumos para as políticas públicas de regulação e de financiamento, dentre as quais se encontram o ProUni e o FIES, que permitem a participação de instituições que apresentem cursos com avaliação positiva no Sinaes, bem como subsidia a construção da matriz orçamentária das IES públicas, sinalizando um impacto externo e social do trabalho realizado pelo Inep. Em 2015, o Sinaes realizou 6.312 avaliações *in loco*. Para fins de comparação, em 2012, foram realizadas 4.560 avaliações *in loco*; em 2013, foram 4.709; e, em 2014, foram 5.647 avaliações.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é um dos instrumentos de avaliação do Sinaes e visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação oferecidos por instituições públicas e privadas. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. Sua realização subsidia a construção e o cálculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, como Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC), e também possibilita a realização de estudos, diagnósticos e pesquisas, contribuindo para o acompanhamento da qualidade da oferta do curso e do desempenho acadêmico dos estudantes. Em 2012, foram avaliados 587.351 estudantes concluintes de 17 áreas do conhecimento de cursos superiores de tecnologia. A edição de 2013 avaliou o desempenho de 196.855 concluintes de 17 áreas de conhecimento. Em 2014 foram avaliados 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, e a edição de 2015 avaliou o desempenho de 449.830 concluintes de 26 áreas de conhecimento.

No que se refere à qualificação de recursos humanos e à definição da correspondente aptidão para o exercício profissional da Medicina no Brasil, o Inep realizou o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida), com o intuito de revalidar diplomas estrangeiros compatíveis com as exigências de formação correspondentes aos diplomas médicos expedidos por universidades brasileiras, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. O número de diplomados em Medicina inscritos para o Revalida aumenta a cada ano. Em 2012, foram 884 inscritos e, em 2015, participaram da fase objetiva do exame, 3.988 candidatos. Aderiram ao exame 44 IES

públicas que, com base do resultado do exame, fazem a revalidação dos diplomas de Medicina dos candidatos aprovados.

A avaliação, nas últimas décadas, se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e como instrumento fundamental para indução e expansão do SNPG. As atividades de avaliação da pós-graduação referem-se à análise de propostas de cursos novos e à certificação periódica da qualidade dos programas (avaliação quadrienal). Em 2015, foram realizadas um total de 408 reuniões e visitas, com a participação de cerca de 1.700 consultores *ad hoc* reunidos em comissões por área de avaliação (48 áreas). Desse total, foram realizadas 265 reuniões de área, 48 seminários de acompanhamento e 95 visitas.

Em relação ao aprimoramento dos instrumentos da avaliação, em 2015, o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) passou a utilizar a Plataforma Sucupira como importante ferramenta de acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação. A Plataforma Sucupira disponibiliza, junto a toda comunidade acadêmica, em tempo real e com mais transparência, as informações, os processos e os procedimentos de coleta de informações para análise e avaliações dos cursos de pós-graduação ofertados, no âmbito do SNPG. No ano de 2015, foram submetidas, com destaque, no período, para a submissão de 778 propostas de novos cursos, das quais 210 foram aprovadas para a oferta. Além disso, foram realizados dois ciclos de coleta de dados referentes aos anos-base de 2013 e 2014, o que permitiu disponibilizar em tempo real e com mais transparência as informações, processos e procedimentos, por meio da Plataforma Sucupira, junto à toda comunidade acadêmica.

Como resultados das ações avaliativas e de indução, verifica-se a tendência de redução das assimetrias regionais em quatro frentes: (a) aumento percentual, de 2010 a 2014, do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (44,9%; 34,6% e 39,1%, respectivamente); (b) valorização da estratégia de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* fora dos grandes centros de ensino e pesquisa por meio da análise de mérito e aprovação de projetos de mestrados e doutorados interinstitucionais; (c) busca de maior articulação da pós-graduação com a formação de professores da educação básica e com o incremento de atividades voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino, concretizada na avaliação e recomendação para entrada em funcionamento de cursos de mestrado profissional; e (d) indução de programas para o atendimento de demandas específicas de formação, como programas de mestrado profissional em Gestão e Avaliação de Desastres Naturais, em Saúde Coletiva e em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, para profissionais que atuam com os temas.

Considerações Finais

No período de 2012 a 2015 o Brasil avançou na área da educação. No âmbito da educação superior, A atuação do MEC se concretiza em dimensões que visam à garantia da qualidade do ensino; à expansão e manutenção das universidades federais; ao desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; à supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e ao desenvolvimento

científico e tecnológico do país. Tais mudanças têm contribuído para a melhoria dos indicadores educacionais.

Apesar da evolução consistente, há um longo caminho a percorrer. Os desafios a serem enfrentados nos próximos quatro anos envolvem, entre outros, a ampliação da oferta de vagas, a democratização do acesso e a interiorização da educação superior, com inclusão e qualidade. A superação desses desafios depende do esforço conjunto de instituições públicas e privadas. Fortalecer esse nível de ensino é decisivo na diminuição das desigualdades sociais e regionais, fomentando a inclusão social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Nos últimos anos, a política educacional vem sendo orientada sob uma perspectiva sistêmica, considerando o ciclo educacional como um todo, sem fragmentar ou priorizar isoladamente determinados níveis, etapas ou modalidades. O MEC implementa ações da creche à pós-graduação, cujos resultados registrados revelam uma significativa e constante melhoria da situação educacional do País.

Nesse sentido, o principal aperfeiçoamento para o PPA 2016-2019 está na incorporação dos três Programas Temáticos constantes no PPA 2012-2015 – Educação Básica (2030); Educação Profissional e Tecnológica (2031) e Educação Superior: Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (2032) – em um único Programa Temático: Educação de Qualidade para Todos (2080), o que reflete a perspectiva sistêmica da educação.

Assim, o Programa Temático 2080 apresenta cinco Objetivos que visam, em cooperação federativa, à ampliação do acesso à educação básica de qualidade; ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação; à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade; e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino. Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e em consonância com o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE).

A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o PNE, após amplo debate com a sociedade, constitui um importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil nos próximos dez anos, na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação. O PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias para o alcance de cada meta, as quais demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

Considerando a importância estratégica do PNE no fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas de ensino federal, estaduais, distrital e municipais, contribuindo para a constituição do Sistema Nacional de Educação, o Programa Temático Educação de Qualidade para Todos foi construído e será executado em consonância com as metas estabelecidas no Plano Nacional. Assim, as entregas resultantes da execução do PPA

estarão alinhadas às metas estabelecidas pelo PNE e contribuirão para o objetivo comum de melhorar a qualidade da educação brasileira.

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2011	6,47	31/12/2012	7,17	31/12/2013	7,2	31/12/2014	8,26
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2011	22,47	31/12/2012	24,3	31/12/2013	25,06	31/12/2014	24,77
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1			31/12/2012	6	31/12/2013	6,2	31/12/2013	6,2
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	30/09/2011	27,8	31/12/2012	28,7	31/12/2013	30,3	31/12/2014	32,1
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	30/09/2011	6,7	31/12/2012	6,4	31/12/2013	7,3	31/12/2014	8,5
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	30/09/2011	21,4	31/12/2012	22,4	31/12/2013	24,5	31/12/2014	25,7
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	30/09/2011	19,5	31/12/2012	22,2	31/12/2013	22,1	31/12/2014	23,9
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2011	29,9	31/12/2012	31,7	31/12/2013	32,8	31/12/2014	34,68
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2011	38,4	31/12/2012	38,9	31/12/2013	39,8	31/12/2014	39,26
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	30/09/2011	14,6	31/12/2012	15,1	31/12/2013	16,3	31/12/2014	17,4015
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	30/09/2011	17,8	31/12/2012	18,8	31/12/2013	20,2	31/12/2014	21,2

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Quadro de Metas

Objetivo: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Ministério da Educação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324	324,00	Campi da Rede Federal de Educação Superior	331,00	
Elevar o número de universidades federais para 63	63,00	Universidades federais	63,00	

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.941.056	17.875.183	13.215.806	62.778.456	47.533.753
Despesas Correntes	11.883.558	14.066.340	12.479.861	45.258.187	39.551.290
Despesas de Capital	4.057.497	3.808.844	735.944	17.520.269	7.982.463
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	15.941.056	17.875.183	13.215.806	62.778.456	47.533.753

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2033 – ENERGIA ELÉTRICA

Visão consolidada do Programa

O Programa 2033- Energia Elétrica – do PPA 2012 – 2015 foi desenhado de forma a refletir a política pública e os principais processos estabelecidos para o setor, que se constitui elemento estratégico para o desenvolvimento nacional. O Programa contempla objetivos e metas em consonância com as perspectivas previstas nos planos setoriais como o Plano Nacional de Energia (PNE), de longo prazo, e o Plano Decenal de Energia (PDE), com horizonte de médio prazo. Na essência, a política setorial é voltada ao atendimento da demanda por meio da expansão da oferta ao Sistema Interligado Nacional - SIN nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia, observadas as diretrizes que constam da política nacional e do planejamento de médio e longo prazo para o setor de energia.

O Programa possui ao todo 18 Indicadores, 13 Objetivos, 29 Metas, 20 Iniciativas individualizadas, 30 Iniciativas não individualizadas, 140 Ações Orçamentárias e 33 Financiamentos Extraorçamentários. O Ministério de Minas e Energia – MME - é o principal órgão implementador das políticas públicas do setor, com participação importante da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, responsável pelo planejamento do setor de Energia Elétrica, e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, agência reguladora do setor, além de outros agentes públicos e privados.

Os Objetivos definidos para o Programa versam sobre o planejamento, monitoramento e a expansão do sistema (geração, transmissão e distribuição), a qualidade do serviço – refletida na regulação do setor, na política de universalização do acesso e na modicidade tarifária -, a pesquisa e desenvolvimento tecnológico e, ainda, sobre o aumento da eficiência energética.

No que se refere ao Planejamento do setor, nesse estágio são programados e realizados os inventários de capacidade de geração de energia e os estudos de viabilidade de empreendimentos, os quais definirão a ampliação futura do sistema no intuito de atender à demanda. Aqui foram definidas Metas para inventários de capacidade hídrica, viabilização de usinas hidrelétricas e de geração a partir de fontes a biomassa, eólica e nuclear.

A função monitoramento cumpre um importante papel no setor de energia elétrica. Tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. Três Metas específicas, em um Objetivo, dão conta do monitoramento dos principais projetos de geração e transmissão que estão em andamento.

Quanto à expansão do parque nacional de geração de energia elétrica, estabeleceu-se Objetivos e Metas para ampliar o uso das principais fontes de energia disponíveis no País – geração hídrica, fontes alternativas e renováveis e fontes térmicas, de acordo com o planejamento estabelecido e com a previsão de entrada em operação no período do Plano Plurianual.

Da mesma forma, definiu-se um Objetivo para expansão do Sistema Interligado Nacional, tanto das linhas de transmissão quanto da capacidade de transformação do sistema. Tais medidas se revestem de fundamental importância para a segurança e

confiabilidade da rede nacional e, por conseguinte, da qualidade do serviço de energia elétrica oferecido à sociedade.

Nessa mesma linha, dois Objetivos contemplam a implementação de reforços e revitalização dos sistemas de geração e transmissão existentes no sistema nacional, bem como da distribuição e dos sistemas isolados. Em paralelo, priorizou-se em um Objetivo um conjunto de Metas para manutenção dos sistemas de geração e de transmissão, a cargo da Eletrobras.

O Programa versou também sobre a política de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para o setor, principalmente sobre a realização de pesquisa nas áreas de geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica, conduzidas pela Eletrobras, por meio do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Um dos principais pontos deste Programa aborda a universalização do acesso ao serviço de energia elétrica – política de destaque pelo seu impacto social e resultado para as populações mais distantes dos grandes centros - contribuindo para a redução da pobreza e ampliando o acesso a bens e serviços. Destaca-se, aqui, o Programa Luz para Todos, implementado pelo MME em conjunto com a ANEEL e concessionárias de distribuição de energia, e sua articulação com o Programa Brasil Sem Miséria, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.

Também sob a coordenação do MME, elaborou-se um conjunto de ações com a finalidade de estimular medidas de eficiência energética, que contribuíssem para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica. Uma Meta foi definida para conservação de energia no período do PPA.

E finalmente, a cargo da ANEEL, e sob a coordenação do MME, um Objetivo retrata a política de regulação aplicada pela Agência e que resulta na oferta do serviço de energia elétrica com qualidade e a preços módicos (modicidade tarifária). Nesse Objetivo, duas Metas refletem diretamente a qualidade do serviço quanto à duração e à frequência de interrupções de serviço.

Visão dos principais atributos do Programa

Planejamento do Setor Elétrico

No quadriênio do PPA 2012-2015, os Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva viabilizaram a implantação de 8.415,6 MW em novas centrais eólicas. O potencial total viabilizado superou mais do que o dobro no montante previsto da meta.

Em menos de uma década, o Brasil passou de um país nulo em energia eólica para se tornar o 10º maior produtor do mundo. De acordo com o Conselho Global de Energia Eólica, em 2014, o País foi o quarto que mais ampliou potencial de energia eólica no mundo, atrás apenas da China, Alemanha e Estados Unidos. No centro desta mudança, a região Nordeste é protagonista da expansão.

Essa transformação fez do Nordeste, pelas condições de disponibilidade abundante e de qualidade dos ventos, sendo estes os mais favoráveis para aproveitamento de energia eólica dentre todas as macrorregiões do País, conforme os mapas de ocorrência dos ventos mostrado na seção “Geração”, abaixo, o polo da energia eólica no Brasil: a região responde por 75% da capacidade de produção nacional (o restante se concentra no Sul) e 85% da energia gerada de fato no País por essa fonte. Dos cinco maiores Estados produtores,

quatro são da região: Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia e Piauí – o Rio Grande do Sul completa a lista.

Somente em 2014, este setor gerou 40 mil empregos diretos e indiretos. Em apenas cinco anos, foram construídos 285 parques eólicos no Brasil, a maioria no Nordeste. Só o Rio Grande do Norte responde por 34% de toda a capacidade instalada no País.

O crescimento da energia eólica também ajuda na economia da região. Atualmente, milhares de famílias, na maioria dos casos de baixa renda, possuem uma melhor qualidade de vida graças aos aluguéis pagos para a instalação dos aerogeradores, que geram a energia eólica, nas propriedades dessas famílias..

Já no quesito eficiência, o Brasil está liderando a corrida mundial, conseguindo um fator de capacidade¹⁷ de 37% em 2014, uma vez e meia o indicador mundial. Nos próximos anos, o resultado deverá ser ainda melhor, pois empreendimentos iniciados em 2015 estão obtendo fatores de capacidade cada vez melhores. Esse indicador vem aumentando significativamente em razão dos avanços tecnológicos em materiais, e do porte das instalações das usinas geradoras de energia eólica.

Até 2015 o Brasil já contratou 16,6 GW de energia eólica em leilões, aí incluídos 1,4 GW do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa). Desse montante, 6,9 GW já estavam em operação em novembro de 2015; 3,6 GW estavam em construção; e 6,2 GW em preparação.

No mundo, a Dinamarca apresenta a maior proporção de geração eólica em relação à geração total do país, de 41,4%. Em Portugal a proporção é de 23,3%; na Irlanda é de 20% e na Espanha, de 19,1%. Nos demais países, a proporção fica abaixo de 10%. No Brasil, em 2014 o Ceará estava à frente, apresentando a maior proporção na geração eólica brasileira, de 30,9%, seguido pelo Rio Grande do Norte (30,8%) e Bahia (15,4%). Destaca-se o expressivo fator de capacidade instalada de geração do Ceará em 2014: 43,5%.

A capacidade instalada eólica brasileira deverá alcançar 24 GW em 2024, conforme o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2024). Prevê-se que o Nordeste terá 45% da sua energia gerada pelos ventos em 2024 (21 GW de fonte eólica). Considerando-se também a energia solar, o indicador deverá chegar a 50%. A perspectiva é de que as fontes solar e eólica tornarão a região Nordeste exportadora de energia elétrica em dez anos, frente à situação de equilíbrio, verificada em 2014.

No quadriênio do PPA 2012-2015 foram viabilizados 3.386,8 MW em empreendimentos de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. O montante alcançado mais do que triplicou a meta prevista. As térmicas de biomassa têm um preço mais competitivo que as térmicas convencionais, com isso, pode haver ganhos tanto para a biomassa de cana, quanto para outros tipos de biomassa, como cavaco de madeira, gerando dessa forma, mais segurança para a matriz energética do Brasil.

A título de exemplo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) recebeu o cadastro de 570 projetos para o leilão de fontes alternativas de 2015. Esses novos projetos significarão mais 14.962 megawatts (MW) de potência instalada para o país nos próximos anos. Do total de projetos apresentados pelos agentes de geração (empresas estatais, estaduais e privadas), 530 são usinas eólicas, somando quase 13 mil MW de potência instalada, e 40

¹⁷ O fator de capacidade de uma estação de geração de energia elétrica é a proporção entre a produção efetiva da usina em um período de tempo e a capacidade total máxima neste mesmo período.

usinas termelétricas a biomassa (2.067 MW). Em relação a termelétricas a biomassa, o estado que mais atraiu projetos foi São Paulo - 23 usinas, num total de 1.152 MW.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015, foram revisados e aprovados pela ANEEL 147 Estudos de Inventário, totalizando 10.165 MW. Nesse mesmo período foram concluídos pelos empreendedores e entregues 15 Estudos de Viabilidade, que totalizam 12.722 MW. Desse total, 1.582 MW já foram aprovados e 11.1140 MW se encontram em processo de análise pela ANEEL.

Quanto à viabilidade de quatro usinas term nucleares, os projetos não foram iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2, ambas em operação, e Angra 3 (em construção). É necessário que se estude alternativas para o esgotamento da fonte hídrica para geração de energia elétrica, sendo que a energia nuclear aparece como uma alternativa que é levada em conta no planejamento energético brasileiro, devendo haver uma análise de seus benefícios e possíveis efeitos deletérios desse tipo de fonte energética, conforme considerações, abaixo.

Monitoramento do Setor

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica.

O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

No âmbito da comercialização, o acompanhamento dos processos de contratação e comercialização entre agentes setoriais e a avaliação da evolução das tarifas dos serviços de energia elétrica devem servir de base para a formulação e a implementação de políticas tarifárias que assegurem o acesso ao uso para consumidores de baixa renda. Para isso, é necessário o desenvolvimento de estudos para definição de tarifas diferenciadas para classes especiais de consumo.

Desde janeiro de 2015, o setor elétrico passou a praticar a chamada Bandeira Tarifária para os consumidores atendidos por distribuidoras do Sistema Interligado Nacional (SIN), mecanismo que favorece o consumidor, uma vez que sinaliza a variação do custo de geração, incentivando o consumo eficiente, alertando o usuário de energia elétrica quanto ao ajuste de sua necessidade de consumo à realidade do custo da energia.

Houve, ainda, a consolidação de dados de 56 processos de reajuste tarifário, 7 processos de revisão tarifária periódica e 58 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras de energia elétrica. Essa tarefa permite a análise da evolução das tarifas, possibilitando que tomadas de decisão sobre o tema sejam mais bem embasadas.

No âmbito das ações de integração elétrica com os países vizinhos, foram realizadas negociações para efetivar intercâmbio de energia elétrica com Argentina e, em especial,

tratativas de operacionalização da UTE Uruguaiana, em conformidade com o Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina.

Também foram realizadas negociações acerca da interligação eletroenergética intercâmbio de energia elétrica interruptível entre o Brasil e o Uruguai, em conformidade com o Memorando de Entendimento celebrado entre o MME e o Ministério da Indústria, Energia e Mineração da República Oriental do Uruguai. No ano de 2015, foram publicadas duas Portarias que estimulam o intercâmbio de energia elétrica, de forma excepcional e temporária, entre os dois países: a Portaria MME nº 82, de 25 de março de 2015; e a Portaria MME nº 556, de 28 de dezembro de 2015.

Geração

A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da disponibilidade e das características dos rios do país, que resultam em um grande potencial hidroenergético. Em 2011, a capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica era de 82.458 MW, representando 32,8% de um potencial total de 251.490 MW, de acordo com o Atlas de Energia do Brasil, 3ª edição.

As Usinas Hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. Contudo, vários desafios cercam a construção de novas UHEs devido a seus impactos socioambientais locais e sobre os usos múltiplos dos recursos hídricos, a exemplo da navegação e da irrigação. Nesse sentido, os empreendimentos hidrelétricos devem zelar pela maximização de seus benefícios e pela minimização de seus impactos no território.

Já as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores, porém com impactos ambientais também reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em pontas do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

No segmento de geração, foi definida no PPA a meta de adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. Nesse período, entraram em operação 9.309,6 MW de geração a partir de fonte hídrica, resultando no alcance de 90% da meta. Em 2012 entraram em operação as máquinas da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Estreito, situada entre o Maranhão e o Tocantins. Em 2013, destacou-se o início da operação da primeira turbina da UHE Jirau, além das referentes à UHE Santo Antônio. Em 2014, entraram em operação novas unidades nas UHEs Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Em 2015 o destaque foi para a operação comercial da UHE Teles Pires, além de novas unidades nas usinas do Rio Madeira.

Ressalta-se que o parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas estão entre as alternativas de diversificação da matriz elétrica e de segurança do sistema. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo e o menor risco para o setor privado. Do ponto de vista do Sistema Interligado Nacional

(SIN), as termelétricas contribuem para o aumento da confiabilidade do sistema, compensando possíveis déficits hídricos.

As usinas termonucleares também constituem uma boa alternativa para a geração de energia elétrica, uma vez que apresentam elevado fator de capacidade e avanços tecnológicos recentes, trazendo maior segurança aos reatores. Deve-se destacar ainda a evolução nas pesquisas referentes à destinação dos resíduos radioativos e a redução do custo de capital em sua implantação. Há também necessidade de desenvolvimento das atuais reservas de urânio e de ganho de escala em seu processo de enriquecimento. Merece destaque o papel que a energia nuclear pode ter em um cenário de longo prazo, quando o potencial hidráulico estiver completamente aproveitado.

Na elaboração deste PPA estabeleceu-se como Meta adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas. No entanto, a realização acumulada no PPA 2012-2015 ficou em apenas 3.792 MW, representando 40,6% da meta estabelecida. Isso se deu, principalmente, pelo fato de que boa parte das usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, foi frustrada pela desistência de diversos grupos empresariais, alguns em dificuldades financeiras ou extintos e outros que não conseguiram viabilizar seus empreendimentos no momento de buscar financiamentos. Como resultado positivo, destaca-se, no período, a Implantação da Usina Termelétrica Porto de Pecém II, no estado do Ceará, com capacidade de 360 MW.

Assim, a participação da fonte térmica na matriz de energia elétrica brasileira caiu de 20,8%, em dezembro de 2011, para 20,0 %, dezembro de 2015. A fonte térmica que mais declinou de participação na matriz foi o gás natural, de 10,6% em 2010 para 8,4% em 2015. Essa redução se deu principalmente pelo crescimento das outras fontes, como eólica, biomassa e hidráulica, e a estabilização na evolução do parque térmico a gás.

A geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica devem zelar pela garantia da segurança do suprimento, pela universalização do acesso, pela modicidade tarifária, pela baixa emissão dos gases de efeito estufa e pelo equilíbrio da matriz elétrica. Dessa forma, a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, como a eólica e a

biomassa, além de limpas e renováveis, é uma das alternativas de diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e, como pode ser verificado nas figuras que seguem, merecem destaque os potenciais das regiões dos litorais Sul e Nordeste e do semiárido.

A biomassa é outra fonte renovável que tem sido muito desenvolvida no País, principalmente com a utilização do bagaço de cana como combustível, nas regiões produtoras de álcool e açúcar, como São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 2011 o País contava com um total de 391 usinas geradoras em operação, numa participação de aproximadamente 7% da matriz de energia elétrica nacional.

A expectativa no PPA 2012-2015 em relação ao aumento dessas fontes foi de adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir de fonte eólica. No final de 2015, as fontes a biomassa registraram acréscimo nos quatro anos de 3.803 MW, o que representou crescimento próximo a 50% no período deste PPA, demonstrando novamente a pujança do potencial desse energético, fazendo com que a sua participação na matriz de energia elétrica já seja a maior de todas as fontes térmicas no Brasil, segundo o Boletim Mensal de Monitoramento, de dezembro de 2015.

Já para a fonte eólica, foi adicionada uma capacidade de geração de 6.294,5 MW nessa fonte, valor equivalente a quase o dobro da meta estabelecida para o período. A fonte eólica representa, segundo o Boletim Mensal de Monitoramento, de dezembro de 2015, cerca de 5% da capacidade total instalada no Brasil. Em dezembro de 2011, essa participação era de apenas 0,75%. Como foi dito anteriormente, a fonte eólica é bastante promissora no País e deverá continuar apresentando significativo crescimento nos próximos anos.

Transmissão

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um conjunto de usinas, linhas de transmissão e de subestações elétricas interconectadas entre si, cuja principal função é de transportar a energia para os grandes centros de consumo, integrando os diversos componentes, otimizando os recursos energéticos disponíveis, considerando a operação com a máxima confiabilidade e estabilidade, aproveitando as características hidrológicas das bacias hidrográficas nas diferentes regiões geográficas do nosso país.

No caso do sistema de transmissão, estava prevista a entrada em operação 17.650 km de novas linhas de transmissão para o período do PPA 2012-2015. De fato, foram implantados no período 23.467,8 km de novas linhas no SIN, superando em 33% o valor estabelecido para essa meta. A média anual de expansão de linhas de transmissão nesse PPA foi de 5.800 km, enquanto que no PPA 2008-2011 foi de 3.600 km.

Contribuíram com destaque para essa alta realização do PPA 2012-2015 a conclusão e entrada em operação do sistema de transmissão para integração dos estados do Amazonas e Amapá (LT Tucuruí – Macapá – Manaus), com cerca de 3.400 km, e principalmente dos dois bipolos de integração das usinas do Rio Madeira (Santo Antônio e Girau), com cerca de 9.300 km de extensão.

A transformação de tensão em transmissão de energia elétrica é fundamental para se vencer as longas distâncias entre os pontos emissor e receptor de energia. Vencer as grandes distâncias somente é possível em se convertendo a energia produzida para tensões mais elevadas. Já a produção e o consumo só se viabilizam em tensões mais baixas. Assim, se produz energia em tensões mais baixas, transforma-se para tensões mais elevadas, transmite-se para os centros consumidores, transforma-se novamente para tensões mais baixas para se viabilizar a distribuição e para entregar ao consumidor final. As ações implementadas se referem às novas instalações de transformação que passam a ser integradas ao SIN, e normalmente também são objeto de licitação pública, onde participam agentes públicos (empresas do Grupo Eletrobras ou de controle acionário estadual) e privados.

No caso de novas subestações foi adicionada uma capacidade de transformação de 37.313,3 MVA no PPA 2012-2015, o que representa uma superação de 70% em relação à meta inicialmente estabelecida. Os principais empreendimentos de subestações transformadoras de energia nesse período foram as do sistema de transmissão do Madeira (7.500 MVA), Complexo Termelétrico Pecém (3.600 MVA) e do sistema Tucuruí – Manaus (2.600 MVA).

No caso de linhas de transmissão, a Meta relativa a reforços e melhorias no sistema apresentou baixo índice de realização, principalmente pelo atraso no processo de autorizações em andamento na ANEEL para essas atividades, uma vez que as ações das empresas devem ser feitas somente após autorização. A realização de apenas 46% do inicialmente previsto para o PPA 2012-2015 deve-se também à maior urgência e priorização de investimentos de expansão do sistema elétrico para suportar o crescimento da capacidade do parque gerador de energia e da solicitação da carga de consumo pela população.

No caso do reforço na transformação, o grande volume realizado no período de 2012 a 2015 deveu-se principalmente à dispensa de licenciamento ambiental da maioria dos empreendimentos, dado o baixo impacto no meio ambiente, bem como pelas ações do CMSE, como medida de ajustamento no sistema em resposta aos blecautes de 2009 e 2010. Assim, aliado a esses fatores a priorização de investimentos nesse segmento, reuniram-se então as condições para que o alcance da Meta atingisse esse desempenho de cerca de 400% de realização, sendo adicionados 20.295,2 MVA de reforço na capacidade de transformação às subestações existentes no SIN.

Distribuição

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A regulação e fiscalização desses serviços são consideradas num contexto global da concessão, e controladas por indicadores de desempenho que devem ser cumpridos pelos concessionários.

No caso das concessionárias de distribuição federalizadas, localizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil, o perfil dos consumidores apresentam algumas peculiaridades, como a necessidade de um intenso programa de redução de perdas, principalmente comerciais, e a melhoria nos indicadores de qualidade dos serviços. O processo de

universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geológicas.

Em relação à Região Norte do País, a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobrás nas empresas distribuidoras da Região é uma importante ação estratégica implementada no período. Deve-se destacar que os estados do Acre e Rondônia já se encontram interligados ao Sistema Nacional, desde novembro de 2009, e os estados do Amazonas e Amapá foram interligados em 2014 e 2015.

Com relação aos investimentos do Programa de Obras de Expansão, apesar da extinção de algumas fontes de financiamento (como, por exemplo, do Fundo RGR), houve no ano de 2015 um acréscimo de 273 km de linhas e redes de distribuição em alta tensão (138 Kv – 69 Kv) nas Empresas de Distribuição da Eletrobras. Com isso, no período dos quatro anos deste PPA 2012-2015, obteve-se um aumento de 2.704 km nas redes de distribuição em alta tensão, o que representou uma realização de 257% da Meta estipulada, que foi de 1.050 km. No caso das perdas, a meta estabelecida no PPA também foi plenamente alcançada e superada em quase o dobro (de 34,6%, em 2011, para 31,81% em 2015). Dessa forma, considera-se que a Eletrobras teve sucesso na aplicação dos investimentos realizados no período no Programa de redução de perdas.

Quanto à agregação de capacidade adicional de geração de energia térmica nos sistemas isolados das empresas do Grupo Eletrobras, o total acumulado até 2015, foi de 129,1 MW de capacidade adicional, principalmente em função do atendimento emergencial ao Sistema Boa Vista, em Roraima.

Universalização do Serviço de Energia Elétrica

A Universalização do acesso à energia elétrica é um processo regulado e fiscalizado pela ANEEL, com base nos planos de universalização de cada distribuidora de energia elétrica. Os atendimentos aos pedidos de ligação de energia elétrica atendem ao disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/2012, com utilização de recursos da própria distribuidora ou do Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto nº 7.520/2011.

O aporte de recursos do Programa Luz para Todos é destinado às distribuidoras ainda não universalizadas e com comunidades ainda sem acesso à energia elétrica que atendam às prioridades do Manual de Operacionalização.

Cabe lembrar que, criado em novembro de 2003 para ser uma política pública atuando como vetor de desenvolvimento econômico e social e contribuindo para a redução da pobreza e promovendo a inserção social, o Programa Luz para Todos tinha como meta retirar da escuridão dois milhões de famílias identificadas pelo Censo 2000 do IBGE. Cerca de 90% dessas famílias moravam em regiões abaixo da linha de pobreza vivendo com renda inferior a três salários-mínimos. Doze anos após o seu lançamento, é inquestionável como a vida melhorou para as famílias atendidas após a chegada da energia elétrica. Nesse período, 3,2 milhões de famílias foram atendidas, beneficiando 15,6 milhões de brasileiros moradores da zona rural brasileira.

Durante a execução do Programa, número significativo de novas famílias sem energia elétrica foi identificado, levando o Programa a ser prorrogado para que fosse possível o atendimento também a elas. A última prorrogação ocorreu em dezembro de 2014, por meio do Decreto 8.387/2014, que irá possibilitar o atendimento a 239,8 mil famílias, mais

de um milhão de pessoas até dezembro de 2018. Cerca de 100 mil dessas pessoas encontram-se na Amazônia e serão atendidas com sistemas de energia solar fotovoltaicos.

Nesses 12 anos de atuação, foram investidos R\$ 22,9 bilhões nas obras do Programa Luz para Todos. Desses, R\$ 16,9 bilhões são recursos do Governo Federal e o restante foi provido pelos Governos Estaduais e pelas Distribuidoras de Energia de cada estado.

No Programa são prioritários os atendimentos a escolas rurais, às populações localizadas em áreas da extrema pobreza, quilombolas, indígenas, assentamentos, ribeirinhos, pequenos agricultores, famílias em reservas extrativistas e as afetadas por empreendimentos do Setor Elétrico, além de poços de água comunitários.

Em 2015 foram atendidas mais 57.676 famílias totalizando 355.688 famílias no período de 2012 a 2015, cumprindo assim 72% da meta prevista. No que se refere ao atendimento da população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização, em 2015 foram atendidas mais 11.534 famílias, num total de 216.734 famílias no período deste PPA. No mesmo período, pelo Plano de Universalização das distribuidoras de energia elétrica foram realizadas mais 40.868 ligações nos domicílios de famílias em situação de extrema pobreza, totalizando 257.602 famílias. Portanto, a meta de atender 257.000 famílias identificadas pelo Censo do IBGE como em situação de extrema pobreza, e sem energia elétrica, foi cumprida em sua totalidade.

Pesquisa e Desenvolvimento

No âmbito do projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias (Projeto LongDist), realizado pelo CEPEL, destaca-se a construção do Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu/RJ. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento, e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e ± 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região, atendendo em primeiro momento, o empreendimento de Belo Monte.

Na fase inicial do LabUAT Externo, já concluída em 2014, composta pelo pórtico central da instalação, foi disponibilizada capacitada para realizar pesquisa experimental em UAT, em condições de tempo bom, abrangendo diversos tipos de ensaios, tais como ensaios de tensão suportável em cadeias de isoladores, ensaios de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em cadeias de isoladores, medição da tensão de rádio interferência em cadeias de isoladores, entre outras.

Eficiência Energética

O Plano Plurianual (PPA 2012-2015), por meio de objetivo relacionado à Conservação de Energia Elétrica, promoveu a utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, visando a redução de custo aos usuários, e da pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade. Para a consecução das metas de conservação de energia elétrica, o PPA se valeu, essencialmente, do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), criado em 1985 pelos Ministérios de Minas e Energia e da Indústria e Comércio, e gerido pela Eletrobrás.

Em 2012, o País economizou 9.000 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito. Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Em 2013, o país economizou 9.700 GWh de energia elétrica. No âmbito da Lei de Eficiência Energética, foram regulamentados os Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante, gerando uma expectativa de redução de cerca de 12.000 GWh de economia de energia por esta medida até 2030.

Em 2014, dando continuidade ao processo de retirada das lâmpadas incandescentes do mercado, iniciado em junho de 2012, foram excluídos os modelos de 60W. O PROCEL auferiu uma economia de aproximadamente 10.500 GWh, equivalente ao consumo anual de 5,37 milhões de residências. Evitou-se ainda a emissão de 1.280 mil tCO₂ equivalentes, que corresponde à emissão de 482 mil veículos em um ano. Os resultados de 2015 ainda não foram consolidados em relatório oficial do Programa, mas estudos preliminares apontam para uma economia de aproximadamente 11.000 GWh. Desta maneira, ao longo do período de vigência do PPA, o País terá economizado mais de 40 bilhões de KWh, o que daria para abastecer mais de 20 milhões de residências pelo período de um ano.

Considerações Finais

Ao final dos quatro anos deste PPA, pode-se concluir que o Programa de Energia Elétrica apresentou execução satisfatória e proporcionou importantes resultados para a política energética nacional. No período, a planta instalada de geração de energia elétrica saiu de 114 GW no início de 2012 para 140 GW em 2015, crescimento de 22% - pouco mais de 5% a.a., acima do crescimento do PIB. Por sua vez, a ampliação das linhas de transmissão e da capacidade de transformação foi suficiente para pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a integração das diversas regiões brasileiras. Apesar de não plenamente atendida a Meta, é de se reconhecer os esforços para a continuidade da expansão no atendimento do programa Luz Para Todos, incluindo a priorização do alcance dos beneficiários do Brasil Sem Miséria, importante medida para redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Os números da matriz elétrica brasileira demonstram a diretriz da política em priorizar as fontes renováveis, nelas incluída a fonte hídrica, fontes essas que no final de 2015 já respondiam por cerca de 75% do total de geração de energia elétrica. A fonte eólica vem alcançando patamares significativos na composição da matriz e demonstra ser cada vez mais competitiva nos leilões de energia. Em paralelo, a fonte solar vem ganhando espaço na matriz e, em que pese ainda não ser expressiva, já demonstra grande potencial para expansão nos próximos anos, como ficou demonstrado no primeiro leilão destinado a essa fonte realizado em 2014.

Por fim, é importante ressaltar o trabalho realizado pelos principais órgãos do Governo Federal que fazem a gestão e implementam a política de energia elétrica no País, e ainda salientar os desafios do setor, em especial os relacionados à segurança energética, qualidade do serviço, ampliação da participação das fontes alternativas e renováveis, contribuindo para as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa, sempre tendo em perspectiva a segurança energética e a modicidade tarifária.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	30/01/2013	129.400,194	09/05/2014	136.460,14	23/01/2015	133.913	31/12/2015	140.858
Capacidade instalada de geração - Hidráulica	MW	31/12/2011	82.458			09/05/2014	86.699,27	23/01/2015	89.193	31/12/2015	91.650
Capacidade instalada de geração - Renováveis (exceto Hidráulica)	MW	31/12/2011	10.301			09/05/2014	14.312,58	23/01/2015	17.295	31/12/2015	20.911
Capacidade instalada de geração - Termelétricas	MW	31/12/2011	24.375			09/05/2014	27.273,94	23/01/2015	27.269	31/12/2015	28.144
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	31/12/2011	18,4	08/04/2014	18,27	31/12/2014	17,58	31/12/2015	18,1
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	31/12/2011	11,15	08/04/2014	10,49	31/12/2014	9,88	31/12/2015	9,74
Rede Básica do SIN - linhas de transmissão	km	31/12/2011	103.401			08/04/2014	116.846	31/12/2014	125.149	31/12/2015	129.258
Rede Básica do SIN - transformação	MVA	31/12/2011	244.918			08/04/2014	278.310	31/12/2014	292.829	31/12/2015	310.475
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R\$/MWh	30/04/2011	272,41	31/12/2012	298,39	25/04/2014	255,89	23/01/2015	276,89	31/12/2015	388,86
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	30/01/2013	6,31	08/04/2014	6,06	23/01/2015	5,74	05/01/2016	5,49
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	30/01/2013	7,82	28/04/2014	8,37	23/01/2015	9,3	05/01/2016	8,9
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	30/01/2013	1,78	28/04/2014	2,48	23/01/2015	2,52	05/01/2016	2,43
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	30/01/2013	1,46	28/04/2014	2,11	23/01/2015	3,6	05/01/2016	5,13
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	30/01/2013	10,18	28/04/2014	10,47	23/01/2015	9,4	05/01/2016	8,35
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	30/01/2013	65,23	28/04/2014	63,54	23/01/2015	66,6	05/01/2016	61,56
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	30/01/2013	5,66	28/04/2014	5,58	23/01/2015	6,8	05/01/2016	6,69
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	30/01/2013	1,55	28/04/2014	1,46	23/01/2015	1,5	05/01/2016	1,34
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	31/12/2011	99,7	30/09/2012	99,5	31/12/2013	99,6	31/12/2014	99,7

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Quadro de Metas

Objetivo: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)	10.326,00	Megawatt (MW)	9.309,60	

Objetivo: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas	9.338,00	Megawatt (MW)	3.792,00	Boa parte das usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, foi frustrada pela desistência de diversos grupos empresariais, alguns em dificuldades financeiras ou extintos, como o Grupo Multiner, Bertin e MPX, e outros que não conseguiram viabilizar seus empreendimentos no momento de buscar financiamentos.

Objetivo: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa	1.395,00	Megawatt (MW)	3.802,80	
Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica	3.680,00	Megawatt (MW)	6.294,50	

Objetivo: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País	250,00	Empreendimentos de geração de energia elétrica	591,00	
Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País	270,00	Empreendimentos de transmissão de energia elétrica	409,00	
Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção	180,00	Usinas	145,00	

Objetivo: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica	8.240,00	Megawatt (MW)	10.165,06	
Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW	15.365,00	Megawatt (MW)	12.722,00	
Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa	1.100,00	Megawatt (MW)	3.386,81	
Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica	4.000,00	Megawatt (MW)	8.415,55	
Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares	4,00	Usinas termonucleares	0,00	Projetos não iniciados. A depender do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, que definirá a implantação de novas usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

Objetivo: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País	17.650,00	Km	23.467,80	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN	22.000,00	Megavolt Ampére (MVA)	42.750,70	Acumulado nos quatro anos.

Objetivo: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional	5.100,00	Megavolt Ampére (MVA)	19.524,50	Acumulado nos quatro anos.
Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional	600,00	Megawatt (MW)	0,00	Não houve incremento na capacidade efetiva de geração com as autorizações emitidas pela ANEEL nos quatro anos de acompanhamento do PPA 2012-2015. Esse aumento de capacidade depende efetivamente das ações que as empresas solicitam nos seus parques geradores e que, na sequência, são analisadas e autorizadas pela ANEEL.
Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional	2.400,00	KM	1.103,00	A baixa realização se deve principalmente pelo atraso no processo de autorizações em andamento na ANEEL para essas atividades, uma vez que as ações das empresas devem ser feitas somente após autorização. A realização de apenas 45% do inicialmente previsto para o PPA 2012-2015 deve-se também à maior urgência e priorização dos investimentos de expansão do sistema elétrico para suportar o crescimento da capacidade do parque gerador de energia e da solicitação da carga de consumo pela população.

Objetivo: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos	495.000,00	Domicílios rurais	355.688,00	
Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização	257.000,00	Famílias	257.602,00	

Objetivo: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano	14,00	Horas/ano	18,10	
Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano	10,00	Vezez/ano	9,74	

Objetivo: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação	20.000,00	Gigawatt-hora (GWh)	40.200,00	

Objetivo: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica	1.050,00	Km	2.704,00	
Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados	150,00	Megawatt (MW)	185,10	
Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos	1,25	Pontos absolutos	2,45	

Objetivo: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro	7.100,00	Megawatt (MW)	45.412,00	
Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro	8.000,00	KM	70.463,00	

Objetivo: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.202.819	1.193.561	776.590	2.614.379	1.141.230
Despesas Correntes	1.161.271	1.153.144	772.856	2.516.315	1.136.027
Despesas de Capital	41.549	40.417	3.734	98.063	5.203
Orçamento de Investimento das Empresas	10.233.198	8.888.570	6.226.208	34.327.668	11.785.767
Totais	11.436.017	10.082.131	7.002.798	36.942.047	12.926.997

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2034 – ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Visão consolidada do Programa

Segundo o Censo 2010, a população negra, composta pelo conjunto dos cidadãos que se declaram pretos ou pardos, corresponde a aproximadamente 51% da população brasileira. Pesquisas do IBGE apontam que este grupo está crescendo a velocidades maiores do que a população não negra. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD – realizada em 2011, os rendimentos médios mensais dos trabalhadores negros eram de R\$ 984,06 ao passo que o dos trabalhadores brancos era de R\$ 1.691,42. A mesma pesquisa mostra que a taxa de escolaridade líquida da população negra é inferior à da população branca, em especial a partir do ensino médio e nos cursos superiores. Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/MS, em 2011 a taxa de homicídios de jovens negros de 15 a 29 anos de idade era de 73,59 por 100 mil habitantes enquanto entre os jovens brancos era de 28,36 por 100 mil habitantes. Ademais, os dados mostram que o número de homicídios entre os jovens brancos vem diminuindo nos últimos 10 anos, ao passo que entre os jovens negros vem aumentando. A mortalidade infantil da população negra também é superior. Estes são apenas alguns exemplos da desigualdade existente no Brasil no campo étnico-racial. O Programa 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial teve como objetivo propor medidas que reduzissem estas desigualdades, inclusive em articulação com outros Programas do PPA.

No período 2012-2015, a implementação da política de igualdade racial foi marcada por novos desafios decorrentes das possibilidades abertas pelo Estatuto da Igualdade Racial (Lei N° 12.288, de 20 de julho de 2010). Isso exigiu um esforço de reflexão coletiva, organizado a partir de um processo de planejamento, no qual a experiência desenvolvida anteriormente foi ponto de partida para novas abordagens.

Visão dos principais atributos do Programa

O Programa 2034 é composto por 19 Indicadores, 10 Objetivos, 28 Metas e 36 Iniciativas. Para a efetivação deste Programa, a SEPPIR relacionou os seus objetivos com os quatro macroprocessos finalísticos da Secretaria, a saber: Articulação Federativa para a Promoção da Igualdade Racial – Consolidação do SINAPIR; Ações Afirmativas; Redução de Homicídios entre a Juventude Negra; e Políticas para Povos Tradicionais. O quadro abaixo mostra a vinculação entre os objetivos do Programa 2034 e os Macroprocessos Finalísticos da SEPPIR.

Quadro 1 Relação entre os Objetivos do Programa 2034 e os Macroprocessos Finalísticos da SEPPIR

Objetivos do Programa 2034	Macroprocesso Finalístico Relacionado ao Objetivo
0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios	Articulação Federativa para a Promoção da Igualdade Racial
0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades	Ações Afirmativas
0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial	
0776 – Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.	
0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.	
0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e inter-institucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.	
0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.	Políticas para Comunidades Tradicionais
0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.	
0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais	
0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.	

Fonte: SEPPPIR

Articulação Federativa para a Promoção de Igualdade Racial

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), elemento estruturante da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, é uma iniciativa do Governo Federal, em parceria com Estados, Distrito Federal e Municípios, voltada para a organização e a

articulação das políticas destinadas a superar as desigualdades raciais no País e a assegurar os direitos da população negra. Foi instituído em cumprimento ao estabelecido no artigo 47 do Estatuto da Igualdade Racial com vistas à descentralização das políticas de promoção da igualdade racial de forma articulada entre as esferas de governo, e foi regulamentado pelo Decreto Nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, e pela Portaria SEPP/PR Nº 08, de 11 de fevereiro de 2014.

Com a regulamentação, estabeleceram-se os requisitos para a adesão e as formas de participação no Sistema. São requisitos: o pleno funcionamento de conselho e a existência de órgão de promoção da igualdade racial na estrutura administrativa dos entes federados. Já as formas de participação variam quanto à capacidade de gestão dos órgãos em questão e à execução de planos de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade racial.

Em 2015, mais três estados e 17 municípios aderiram ao SINAPIR, totalizando 34 entes federados participantes.

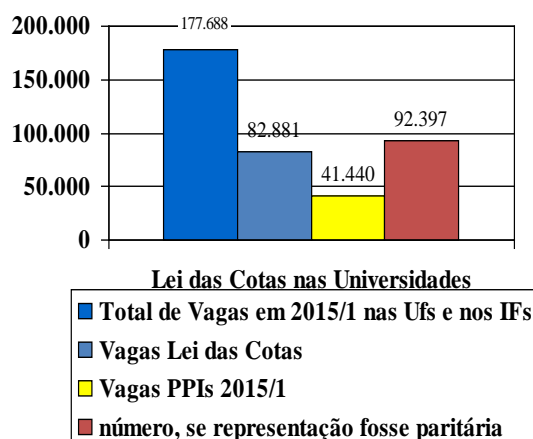
Ações Afirmativas

O Estatuto da Igualdade Racial – Lei Nº 12.288/2010 – prevê em seu artigo 4º, inciso VII, a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores da sociedade. O Estatuto define que “os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país.”

A execução de Ações Afirmativas vem se concretizando por meio de uma série de ações significativas implementadas em vários ministérios e instituições públicas e privadas. Cabe salientar a instituição de importantes marcos regulatórios, a começar pela decisão unânime do Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade das ações afirmativas. Por sua vez, o Congresso Nacional aprovou leis que preveem a reserva de vagas com base em critérios étnico-raciais para o ingresso no serviço público. Nesse sentido, deve-se destacar a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológicas – Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e a Lei de Cotas no serviço público – Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

A Lei Nº 12.711/2012 vem apresentando resultados significativos desde sua implantação, de forma que 67% das Universidades e Institutos Federais já atingiram a meta prevista para 2016. Segundo informações do Ministério da Educação, nas Universidades e Institutos Federais, as vagas para estudantes das escolas públicas cresceram de 33% em 2013 para 43% em 2014 e para 47% em 2015. Em 2015, do total de 177.688 vagas ofertadas em Universidades e Institutos Federais, 41.440 destinaram-se a pretos, pardos e indígenas, conforme gráfico abaixo.

Figura 1 – Vagas oferecidas em Universidades e Institutos Federais de Ensino em 2015



Fonte: Ministério da Educação, 2015.

A Lei 12.990/2014 destina 20% das vagas em concursos públicos para cargos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal com base em critérios étnico-raciais (cabe lembrar que mesmo antes da promulgação desta lei, vários governos estaduais e municipais já haviam criado cotas para negros em seus concursos). Embora ainda não exista um sistema de acompanhamento, o levantamento dos concursos está sendo realizado da seguinte forma: i) identificação dos concursos e provimentos autorizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio de documento produzido pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal disponível no sítio do Ministério; ii) coleta de editais dos concursos com inscrições abertas e que reservam vagas a candidatos negros, por meio de pesquisa na internet; e iii) compilação do número de vagas ofertadas segundo o nível do cargo, registrando-se as vagas para formação do cadastro de reserva, quando for o caso. Em decorrência desse trabalho, até 23/12/2015, foram identificados e cadastrados 97 editais, com oferta de 14.233 vagas, das quais 2.265 reservadas para pretos e pardos, equivalente a 15,91% do total de vagas ofertadas. O percentual de reserva para negros abaixo dos 20% previstos na lei se justifica pelo fato de que só se aplica o percentual para concursos com três ou mais vagas.

Além destes instrumentos, no período 2012-2015 foram celebradas parcerias por meio de protocolo de intenções, para enfrentamento ao racismo institucional e promoção da igualdade racial, com instituições de grande porte como a Caixa, os Correios, a Petrobras, a Casa da Moeda, o Ministério Público Federal e o SEBRAE.

Redução de Homicídios entre a Juventude Negra

Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, o Plano Juventude Viva, fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

O Juventude Viva pactuou, junto a 11 ministérios, ações de prevenção à violência contra a juventude negra em territórios considerados de vulnerabilidade. O diálogo intersetorial promovido pelo Plano procurou romper com a fragmentação de ações e possibilitou a implementação de estratégias conjuntas de gestão. Também houve reorientação de políticas, inclusive com o desenvolvimento de ações focalizadas que atendessem as especificidades da condição juvenil. Buscou-se dar mais atenção às vulnerabilidades inerentes a este público, bem como às desigualdades geradas pela existência do racismo institucional. Nesse sentido, a realização de campanhas de divulgação e as atividades de sensibilização e mobilização de servidores públicos sobre a temática do Plano foram capazes de amplificar os efeitos das ações em desenvolvimento.

A primeira fase do Plano priorizou 142 Municípios que, em 2011, concentravam 70% dos homicídios contra jovens no País. Desses Municípios, 47 fizeram adesão pactuada, outros 53, adesão voluntária, totalizando 100 Municípios com o Plano Juventude Viva. Em 2015, o Plano passou por uma reformulação, que buscou relacionar as macrocausas de homicídios, focalizar as ações e integrar-se mais à pauta de segurança pública.

Políticas para Comunidades Tradicionais

Nos últimos quatro anos, registraram-se avanços expressivos nas iniciativas de universalizar o acesso a políticas públicas, com respeito às diferenças culturais. Para tanto, foram institucionalizadas e consolidadas estratégias e instrumentos para a garantia dos direitos e acesso a serviços de três povos e comunidades tradicionais que se destacam quanto ao racismo do qual são vítimas: as comunidades quilombolas, as comunidades de matriz africana e os povos ciganos.

O Programa Brasil Quilombola teve início em março de 2004, com o objetivo de integrar ações para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das comunidades quilombolas no Brasil. As ações são articuladas por 11 ministérios que compõem o Comitê Gestor da Agenda Social Quilombola e sua execução envolve uma gama mais ampla de órgãos federais. O programa está estruturado em quatro eixos: Acesso à Terra; Infraestrutura e Qualidade de Vida; Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e Direito e Cidadania.

Em relação ao eixo Acesso à Terra, cabe informar que a certificação de comunidades quilombolas é emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e é o documento que reconhece a comunidade como remanescente de quilombos, processo este que ocorre após a auto-atribuição pela comunidade. Em 2015, foram certificadas 97 comunidades, totalizando 2.648 comunidades certificadas atualmente.

Já a titulação é o processo que confere à comunidade a propriedade da terra que habita e é emitida pelo INCRA e pelos Institutos de Terra (ITERRAs) estaduais. A regularização fundiária dos territórios quilombolas é um processo complexo, envolvendo as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID),

emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, decretação do território como de Interesse Social, desintração dos ocupantes não-quilombolas e titulação do território. No PPA, esta questão é tratada no Objetivo 0987 (Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintração e Titulação dos Territórios Quilombolas), deste Programa, mas sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Durante a vigência do PPA 2012-2015, foram publicados 64 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, identificando uma área superior a 150 mil hectares. Com relação à etapa de reconhecimento, foram publicadas 40 portarias, totalizando aproximadamente 72,5 mil hectares reconhecidos. Foram publicados 35 decretos como área de interesse social, representando 76,3 mil hectares. Por fim, no que tange à etapa final de titulação, foram entregues 58 títulos, no período. Os títulos beneficiaram 20 comunidades, totalizando 11.405 hectares repassados às comunidades, em prol de 3.570 famílias. Também foram assinados 11 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), com área total de 17.774ha e 779 famílias quilombolas beneficiadas, permitindo que a comunidade já usufrua do território antes da homologação da sentença judicial de desapropriação e da titulação definitiva. Atualmente, existem 238 comunidades quilombolas tituladas.

As comunidades com territórios titulados obtiveram importante conquista com a aprovação da Lei Nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, que isenta as terras quilombolas do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Para a consecução dos resultados alcançados durante a vigência do PPA 2012-2015, foram necessários alguns avanços de gestão. Destaca-se a criação da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, através da Portaria Nº 397 de julho de 2014, que representou uma importante iniciativa para a política de regularização de territórios quilombolas. Esta importante ferramenta de interlocução entre os entes públicos e os movimentos sociais permite o aprofundamento do controle social das ações de regularização fundiária quilombola e maior articulação do executivo federal no desempenho de suas ações, sobretudo nos casos mais complexos de titulação. Foram criadas também 20 Mesas Estaduais, facilitando a interlocução entre as comunidades quilombolas e os outros entes públicos estaduais. Outro avanço foi a edição da Portaria Conjunta MPOG-MDA 210/2014 que, visando dar maior celeridade ao acesso às terras públicas em benefício das comunidades quilombolas, garantindo a manutenção em seu território, delegou competências da SPU ao INCRA.

Embora os resultados alcançados tenham sido bastante satisfatórios, não foram suficientes para o alcance das metas. Isso se explica, em grande medida, porque no momento em que as metas foram estabelecidas, considerou-se um implemento futuro de capacidade operacional e orçamentária que não se efetivou na prática, dificultando o seu alcance pleno. Destaca-se, também, a complexidade do procedimento de titulação cujas etapas não estão integralmente sob a governabilidade de um único órgão. Sendo assim, são vários os desafios na condução da política de regularização fundiária de territórios quilombolas, dentre os quais: reduzir o tempo processual entre a expedição do decreto desapropriatório e o ajuizamento das ações dos imóveis a serem desintrusados, reduzindo o passivo de imóveis a serem avaliados; e finalizar e colocar em operação o módulo do Sistema de Titulação

Quilombolas, permitindo maior agilidade e qualidade nos procedimentos de titulação quilombola.

O eixo Infraestrutura e Qualidade de Vida trata de mecanismos de acesso das comunidades quilombolas aos serviços de infraestrutura social, com atendimento pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) - Programa Água para Todos (ApT), Programa Luz para Todos (LpT), Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Vias de Acesso (estradas, pontes e passarelas). A partir de 2012, o PBQ constituiu a Câmara Técnica de Infraestrutura, com a participação da CAIXA, INCRA, Funasa, Ministério das Cidades (MCidades), Banco do Brasil (BB), Ministério de Integração (MI), MDS e Ministério das Minas e Energia (MME), de modo a integrar as ações.

No eixo Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local buscou-se o apoio ao desenvolvimento produtivo local das comunidades e à sua autonomia, com base na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades. Para acessar uma gama de políticas de inclusão produtiva rural, as famílias têm que ter a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). Esta identifica agricultores(as) familiares, e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, e viabiliza o acesso não só ao PRONAF, mas também à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Minha Casa Minha Vida, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros. Em 2015, em função da alteração na metodologia de apresentação dos dados que passou a considerar somente as DAPs válidas, existem 41.238 declarações ativas para produtores oriundos de comunidades quilombolas.

Em 2011 foi criado, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que prevê a prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural e recebimento de R\$ 2.400,00 por família para investimento em projetos produtivos elaborados com auxílio de técnicos. Nesse sentido, foram lançadas duas chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (2011/2012 e 2013) com o objetivo de selecionar entidades para atender famílias quilombolas em situação de extrema pobreza.

Cabe registrar a articulação entre o “Selo Quilombos do Brasil” com o “Selo de Agricultura Familiar” para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola. Ao agregar valor étnico à produção quilombola, o Selo contribui para a sustentabilidade dos empreendimentos e abre novas possibilidades de comercialização, como feiras, compras públicas e redes de mercados. O Manual de Orientação de Uso do Selo Quilombos do Brasil teve versão impressa distribuída e se encontra disponível no endereço <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Até dezembro de 2015, 33 Selos foram emitidos para 250 produtos, beneficiando 411 agricultores familiares quilombolas em cinco estados brasileiros.

No eixo Direito e Cidadania destaca-se, na área de Educação, além da inclusão diferenciada de estudantes de graduação quilombolas no Programa Bolsa Permanência, a ampliação e a melhoria da educação básica. Também é importante mencionar a aprovação, em 2012, da Resolução Nº. 08, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola e o significativo avanço na formação de professores.

Na área de Saúde, destaca-se a Estratégia Saúde da Família, pelo expressivo crescimento no número de equipes para o atendimento de comunidades quilombolas. Em 2015, 1.733 equipes atuaram em 849 municípios, sendo que, em 1.176 delas, houve a presença de Equipes de Saúde Bucal e de 739 profissionais do Programa Mais Médicos.

Além do fortalecimento do Programa Brasil Quilombola, foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013-2015) e organizadas ações para povos ciganos. Os esforços de ampliar estes planos e ações para os estados e municípios se realizaram por meio das *Oficinas de Trabalho Intermunicipais sobre Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais*, que permitem pactuar metas e ações em atendimento as comunidades quilombolas, de matriz africana e aos povos ciganos, no âmbito do SINAPIR.

Durante o processo de elaboração do referido Plano, o diálogo entre a sociedade civil e o poder público respeitou sempre o contraditório, nas mais diversas situações, e a diversidade das formas como as tradições africanas se reorganizaram no país. Foram envolvidas as 27 unidades da federação e aproximadamente 1,8 mil lideranças, de 135 entidades representativas de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Ocorreram 12 encontros em Brasília, e outras 35 atividades organizadas pela Sociedade Civil e/ou pelo poder público, nos Estados SP, RJ, AL, AC, PA, GO, MA, RN, PB, BA, PE, MG, MT, ES, DF, RS, PA. O Plano foi lançado em cerimônia oficial em Brasília, no Palácio da Justiça, em janeiro de 2013. Seu conteúdo estrutura-se em três grandes eixos: garantia de direitos; territorialidade e cultura; inclusão social e desenvolvimento sustentável.

No que se refere à garantia de direitos, foram feitas duas chamadas públicas para apoio a projetos de fortalecimento institucional em comunidades de matriz africana. Foram investidos R\$ 1,46 milhão, em 12 iniciativas nos estados: ES, MA, MG, PE, PR, RJ, RS e SE; foi constituído um Comitê de Combate à Intolerância Religiosa, com 20 integrantes, entre sociedade civil e governo; e houve a inclusão das comunidades tradicionais entre os públicos prioritários da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Na área de territorialidade e cultura foi criado, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), um grupo de trabalho para definir critérios diferenciados de reconhecimento de bens culturais de matriz africana. Quanto ao apoio a projetos culturais, destacam-se: a implementação de dez *Pontos de Leitura da Ancestralidade Africana*, que objetivou a valorização e difusão do conhecimento tradicional; o Prêmio de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e o Prêmio Culturas Afro-brasileiras.

No que tange à inclusão social e desenvolvimento sustentável, destaca-se a distribuição de cestas básicas para quase 17.100 famílias, em 2014. Desde 2012, foram introduzidas mudanças significativas nesta iniciativa, com a constituição de Comitês Gestores, nos estados, composto por lideranças tradicionais de matriz africana, com o papel de monitorar o atendimento as famílias beneficiárias. Além disso, o convênio com a CONAB permitiu maior organização logística, com confecção de adesivos de identificação, a embalagem e o

transporte das cestas. Paralelamente, foram articuladas ações estruturantes de segurança alimentar, como o projeto na área de agroecologia, que integra saberes tradicionais de matriz africana para gerar segurança alimentar para as comunidades. A primeira experiência está sendo realizada no Distrito Federal, com o apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Um dos grandes desafios no período do PPA 2012-2015 foi a ampliação do diálogo e das ações para os povos ciganos, considerando o histórico de invisibilidade e a fragilidade dos dados à disposição dos gestores, quanto ao seu modo de vida e as suas necessidades. Estima-se que haja mais de meio milhão de pessoas, pertencentes a pelo menos três etnias - Calon, Rom e Sinti - com diversos subgrupos, presentes em 21 estados, sendo grande parte em situação de vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

Em maio de 2012, foi realizada a plenária *Políticas Públicas e Povos de Cultura Cigana*, no Rio de Janeiro, com a participação de 34 lideranças ciganas das Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, pertencentes aos subgrupos étnicos Matchuaia, Rorarrane, Kalderash e Sibiaia. O resultado da Plenária gerou um quadro lógico de demandas por temas e por regiões – o que auxiliou o Governo Federal a definir prioridades e iniciar uma atuação mais estruturada para este segmento. A partir deste evento, os esforços para dar continuidade à articulação de políticas públicas no âmbito do Governo Federal foram intensificados, de forma a atender as especificidades dos povos ciganos.

Neste processo, foi fundamental o diálogo e o envolvimento da sociedade civil, especialmente das entidades ciganas, o que resultou no *Brasil Cigano – I Encontro Nacional dos Povos Ciganos*, realizado de 20 a 24 de maio de 2013, em Brasília. O encontro reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas, de diferentes etnias e subgrupos, oriundas de 19 unidades da federação, sendo organizado em plenárias e oficinas temáticas sobre acesso diferenciado às políticas públicas.

Durante o evento, foi lançado o *Guia de Políticas Públicas para Ciganos*, que traz informações para gestores públicos e lideranças ciganas sobre as políticas federais existentes, bem como orienta sobre a forma de acessá-las. Assim, o Encontro Brasil Cigano criou um novo marco na história da população cigana no Brasil, propiciando o fortalecimento do segmento para o diálogo com o Estado.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012–2015, o Programa Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial apresentou avanços que contribuíram significativamente para o fortalecimento da política de igualdade racial no país. A incorporação de novas pautas e novos atores no âmbito das políticas públicas é um desafio contínuo. Uma das dimensões mais consistentes desse desafio é inserir o tema da igualdade racial nos sistemas estruturantes de gestão do Poder Executivo Federal. Portanto, incorporar a referida temática nos mais diversos âmbitos do Plano Plurianual cumpre papel fundamental. Nesse sentido, cabe registrar a alteração do título do Programa 2034, no PPA 2016-2019, para Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo, assinalando que o momento agora não é mais de enfrentamento, mas de superação.

No contexto do processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial e de superação do racismo, o quadriênio de vigência do PPA 2016-2019 coincide com dois momentos fundamentais das políticas de promoção da igualdade racial no plano internacional: a “Década Internacional dos Afrodescendentes” instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2015 a 2024, com Programa de Atividade adotado pela Assembleia Geral da ONU; e a “Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos”, de 2014 a 2023, no âmbito da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). A instituição da Década dos Afrodescendentes nesses dois órgãos oferece uma oportunidade singular para a implementação e o fortalecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta temática.

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	02/01/2013	994.351,4	31/12/2013	1.007.827,87	02/12/2014	1.032.300	31/12/2015	1.040.506,77
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2011	1,63	30/09/2012	1,66	30/09/2013	1,64	30/09/2014	1,61
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	31/12/2012	2.024	31/12/2013	2.007	29/01/2015	2.414	31/12/2015	2.648
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	02/01/2013	206	31/12/2013	217	02/12/2014	233	31/12/2015	238
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	14/02/2013	11	31/01/2014	11	30/01/2015	11	31/01/2016	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/12/2012	80.621	31/01/2014	113.067	31/12/2014	131.787	14/11/2015	143.968
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	13/02/2013	201	31/01/2014	166	08/12/2014	145	30/04/2015	169
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	02/01/2013	1.229	31/12/2013	1.281	14/09/2014	1.513	31/12/2015	1.533
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2011	51,3	30/09/2012	53	30/09/2013	53	30/09/2014	53,6
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2011	0,54	30/09/2012	0,52	30/09/2013	0,54	30/09/2014	0,549
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	01/08/2010	2,56	31/12/2011	2,59	30/09/2013	2,64	30/09/2014	2,66
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2011	0,98	30/09/2012	0,93	30/09/2013	0,93	30/09/2014	0,94
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2011	0,78	30/09/2012	0,79	30/09/2013	0,79	30/09/2014	0,8
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	01/08/2010	1,55	31/12/2011	1,61	30/09/2013	1,72	30/09/2014	1,66
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76	26/09/2009	1,76	30/09/2013	1,95	30/09/2013	1,95
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2011	0,98	30/09/2012	0,98	30/09/2013	0,98	30/09/2014	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2011	0,43	30/09/2012	0,43	30/09/2013	0,46	30/09/2014	0,47

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87	31/12/2000	0,87
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2011	0,58	30/09/2012	0,56	30/09/2013	0,57	30/09/2014	0,58

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Quadro de Metas

Objetivo: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade étnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas	120,00	Territórios quilombolas	35,00	
Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.	140,00	Portarias	40,00	
Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias	190,00	RTIDs	63,00	
Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.	520.000,00	Hectares	14.856,00	

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	86.965	86.965	9.357	332.718	146.821
Despesas Correntes	48.354	48.354	5.533	143.877	42.041
Despesas de Capital	38.611	38.611	3.824	188.841	104.780
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	86.965	86.965	9.357	332.718	146.821

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

Visão geral do programa e seus principais atributos

O Programa Temático 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos foi o vetor principal das políticas públicas executadas pelo Ministério do Esporte no período do PPA 2012-2015.

De maneira geral, o programa 2035 congregou as prioridades do Ministério do Esporte no horizonte 2012-2015 em seus objetivos e metas, e identificou como mecanismos de aferição dos resultados um grupo de 6 indicadores. Por problemas relacionados à fonte das informações, apenas 2 dos 6 indicadores chegaram a 2015 abastecidos com dados que permitem o acompanhamento da evolução dos resultados do programa. São eles:

- Indicador: Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC
- Indicador: Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE

Com relação ao primeiro indicador, o acesso ao esporte nas escolas públicas é um exemplo da transversalidade da temática esportiva. A parceria institucional com o MEC nas escolas de educação básica participantes do Programa Mais Educação é considerada fundamental e chegou a alcançar 85% das escolas participantes em 2012. A partir desse ano, os números caíram em virtude de diversos fatores, como redução da disponibilidade orçamentária e também o menor número de adesões de novas escolas, assim como a inadimplência de escolas participantes do programa, resultando em uma taxa de 35,43% em 2015.

A Lei de Incentivo ao Esporte - LIE, tema do segundo indicador, é um importante mecanismo para a diversificação dos recursos em prol do fomento ao esporte no país. A lei permite que empresas abatam do cálculo de seus impostos devidos à fazenda pública recursos para aplicação em projetos esportivos que atendam aos critérios estabelecidos. No tocante a esse indicador, observou-se um crescimento constante no PPA, iniciando 2012 com um volume apurado de R\$ 211,9 milhões até alcançar o patamar de R\$ 247,6 em 2015.

1.1 Visão dos Principais Atributos do Programa

1.1.1 Ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer - cidadania, inclusão social e qualidade de vida

Com relação aos objetivos e metas do PPA 2012-2015, o seu conjunto reflete o tratamento dos temas de maior relevância para o Ministério do Esporte. Nesse sentido, a ampliação e qualificação do acesso da população ao esporte e ao lazer, temas do objetivo 0669, foram traduzidas em uma série de resultados significativos para a inserção da prática

esportiva como elemento integrante da melhoria das condições de cidadania brasileira ao longo desse período.

Como exemplo de políticas públicas dedicadas a esse desafio temos os Programas Segundo Tempo – PST; o Esporte e Lazer da Cidade – PELC e o Vida Saudável.

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens o acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Nesse sentido, o programa promove a democratização da atividade esportiva educacional, incentivando o acesso de crianças, adolescentes e jovens às práticas de esporte e lazer, sem qualquer distinção ou discriminação de cor, raça, gênero ou religião, contribuindo para a tolerância às diferenças culturais e sociais.

Apesar do alcance de um número expressivo de beneficiários do PST, alguns fatores afetaram o atingimento da meta original de 7,4 milhões de crianças, adolescentes e jovens: 1) houve um redirecionamento da gestão para maior concentração dos recursos do Programa para a ampliação da parceria com o Mais Educação (MEC), por entender ser mais estruturante a democratização do Esporte na composição da política de educação integral; 2) não houve disponibilidade orçamentária compatível com a ampliação de beneficiados de 50% ao ano a partir do exercício de 2012, o que comprometeu o seu cumprimento integral até o final do PPA – ano 2015.

Ainda com relação ao objetivo de ampliação e qualificação do acesso, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportunizou o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

O Programa Vida Saudável, por sua vez, promoveu o acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer. Até o exercício de 2012 o programa Vida Saudável era um núcleo do PELC. Somente a partir de 2013 é que foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer.

Da mesma forma que o PST, o PELC e o Vida Saudável alcançaram números expressivos, embora tenham tido suas metas originais impactadas pela queda no volume de recursos disponíveis no período 2012-2015. Em todas as metas ainda é possível perceber um desequilíbrio regional. De maneira geral, observa-se as regiões norte e centro-oeste com atendimento inferior, o que pode ser explicado pela menor capacidade técnica dos setores ligados ao esporte e ao lazer nessas regiões, bem como a difusão e o fomento do setor.

O desenvolvimento desses Programas Sociais (PST, PELC e Vida Saudável) também produziu como resultado um fortalecimento das parcerias interministeriais. A experiência angariada contribuirá para a evolução dessas políticas no próximo período, como, por exemplo, o estabelecimento de novas diretrizes que contemplem formatos de

celebração para atender às diferentes realidades locais, na perspectiva do aprimoramento e da ampliação de atendimento, transformando esses programas em tecnologias sociais que possam ser desenvolvidas por gestores governamentais de forma contínua.

1.1.2 COPA DO MUNDO FIFA 2014

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil de acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. O resultado dos investimentos da Copa do Mundo em receitas foi na ordem de USD 7.2 bilhões, abrangendo a criação de 14 milhões de postos de trabalho nos últimos quatro anos de preparação para o evento, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público e pela mídia.

A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste País em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, tema do objetivo 0686, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado.

A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 mais modernas arenas do Brasil – sete das quais ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores, o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia com a ausência de problemas de mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento recorde nos aeroportos da Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação dos Centros Integrados de Comando e Controle, que unificou os esforços das polícias e da Defesa e garantiram a paz e a tranquilidade do evento.

Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, devendo-se ainda considerar as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo.

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento, execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014.

A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, intervindo, quando necessário, junto ao órgão participante do GECOPA que detivesse a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bilhão de divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades. As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014, tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

1.1.3 FUTEBOL PROFISSIONAL E DEFESA DO DIREITO DO TORCEDOR

Com o encerramento da Copa do Mundo, apesar do resultado dentro de campo não ter atendido ao desejo de nossos torcedores, ainda podemos afirmar que o futebol é, sem dúvidas, a grande paixão dos brasileiros. O Brasil se destaca, sobretudo, por ser um grande celeiro de novos talentos e o ME atuou para tornar o esporte cada vez mais acessível, democrático e igualitário em todo o país. Mais do que ser popular, o futebol - enquanto oportunidade de vida, saúde e inclusão social - deve ser para todos.

Na Promoção da Defesa dos Direitos do Torcedor, o Ministério do Esporte tem como uma de suas prioridades a implantação de uma política nacional de segurança e prevenção da violência nos espetáculos de futebol, por intermédio da criação de mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de um sistema integrado de segurança do torcedor nos estádios. Dessa forma, foram promovidos diálogos e debates com todos os setores, entidades e órgãos ligados direta ou indiretamente ao futebol, em nível regional e nacional ao longo do período 2012-2015. Entre os objetivos centrais dos encontros está a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

A campanha #GritoDePaz foi lançada com grande apelo entre as torcidas, os clubes, atletas e *on line*; teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para a construção de uma política e cultura de paz nos espetáculos esportivos.

Foram lançados novos modelos de laudos técnicos para estádios e arenas com melhorias importantes na aplicabilidade do instrumento, o que é uma exigência do Estatuto do Torcedor. Do mesmo modo, foram consolidadas ações para inauguração do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios - SISBRACE, e ainda o aplicativo OLHEIROS, que possibilitará a interação do público com os gestores e autoridades responsáveis pelas condições de segurança, acessibilidade e conforto dessas instalações. Assim, o torcedor poderá opinar e expressar todas as suas necessidades na utilização dos estádios, em tempo real.

A temática da Qualificação da Gestão do Futebol teve como marco a implementação em 2015 do PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, após a promoção de discussões desde 2012. A Medida Provisória se transformou na Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, que estabelece princípios e práticas

de responsabilidade fiscal e financeira e de gestão transparente e democrática para entidades desportivas profissionais de futebol e dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das referidas entidades.

O Art. 19 da Lei do PROFUT criou, ainda, no âmbito do Ministério do Esporte, a APFUT – Autoridade Pública de Governança do Futebol, composta por representantes do Poder Executivo federal e da sociedade civil, garantida a participação paritária de atletas, dirigentes, treinadores e árbitros, na forma do regulamento. Em cumprimento ao parágrafo 4º do artigo Art. 19, que delibera a disposição sobre a organização e o funcionamento da APFUT ser realizada por meio de Decreto do Poder Executivo federal, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016.

No exercício de 2015 foram publicados 4 (quatro) Editais voltados ao fomento do Futebol como ação de Política Pública, sendo o desenvolvimento do futebol feminino o maior beneficiário em volume de recursos. Outros projetos, como o apoio à realização do campeonato Taça das Favelas, no Rio de Janeiro, e o edital de chamamento público para implantação do programa piloto Futebol para Todos, são destaques, também, dessas políticas públicas em desenvolvimento, que tem grande apelo e potencial. Planejado para atender mais de 100 mil pessoas diretamente até 2018, com forte atuação na base - futebol amador, no futebol feminino, e nos campeonatos inclusivos, atendendo todos os estados do Brasil, e diversos municípios, especialmente, com IDH baixo -, o Futebol para Todos teve sua primeira atuação em 2015 como projeto piloto, e rapidamente se consolidou como um programa oficial do Ministério.

1.1.4 APOIO À PREPARAÇÃO DE ATLETAS, DA BASE À EXCELÊNCIA ESPORTIVA, COM QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO, MELHORIA E ARTICULAÇÃO DAS ESTRUTURAS

Visando o melhor desempenho nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, foram intensificadas as ações voltadas à preparação dos atletas brasileiros – tema do objetivo 0676 - através de parcerias com as entidades nacionais da administração do esporte (confederações, comitês, clubes), universidades, entes públicos federais, estaduais e municipais por meio de convênios e projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais da área esportiva. Cabe ressaltar que através das parcerias firmadas foram apoiados diretamente 98% das modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Merece destaque nesse período o crescimento do Programa Bolsa Atleta, que completou em 2015 dez anos e é considerado o maior programa de patrocínio individual do mundo. Criado com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais de 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R\$ 600 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paraolímpico, além da categoria Atleta Pódio que foi lançado através do Plano Brasil Medalhas com a finalidade de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos

Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos “Rio 2016”. Desde 2013 quando entrou em vigor, a categoria Atleta Pódio já contemplou a aproximadamente 311 atletas, no período de 2013 a 2015. Destaca-se que o programa apoiou anualmente 100% dos atletas que se inscreveram e atenderam todos os requisitos estipulados nos editais durante a vigência do PPA 2012-2015. Em 2012 foram 5.742 contemplados, sendo que em 2015 esse número chegou a 7.132.

Uma boa medida do impacto do programa Bolsa Atleta ocorreu nos Jogos de Toronto 2015, principal competição multiesportiva de 2015 para as equipes que vão disputar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Dos 862 atletas convocados para o Pan-Americano e Parapan-Americano de Toronto, 675 são apoiados pelo programa do governo federal, o que correspondeu a 78,4% das delegações.

Das 141 medalhas conquistadas pelo Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, 121, ou 85,8%, vieram de atletas e equipes que recebem bolsas do governo federal. Ao todo, 243 medalhistas são bolsistas, entre os 303 atletas brasileiros que subiram ao pódio na competição.

Já nos Jogos Parapan-Americanos, o Brasil se consolidou como a primeira potência das Américas e fortaleceu os planos rumo à classificação entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio em 2016. Pela terceira vez seguida, os brasileiros ficaram em 1º lugar no quadro geral de medalhas. Das 257 medalhas no Parapan, 254 foram conquistadas por bolsistas do governo federal, o que corresponde a 98,8% do total. Dos 215 atletas medalhistas, 199, ou 92,5%, são bolsistas.

Os dados do programa Bolsa Atleta demonstram uma constante evolução, tanto no volume de recurso investido quanto no processo de contemplação, consolidando a efetiva contribuição do programa para a elevação do padrão de qualidade do desporto de alto rendimento desenvolvido no país.

Contribuiu ainda para a ampliação do legado esportivo no país a Rede Nacional de Treinamento. Esta foi estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais. Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, a outras que estão com obras em andamento e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas. Até 2015, foram concluídas quatorze instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo. A Rede Nacional conta com 31 universidades, três clubes, três instalações militares, três complexos multiesportivos, cinco instalações estaduais, sete instalações municipais e uma instalação federal, além da previsão de 254 Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).

O Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) também foi uma importante ação – iniciada em 2012. O Programa concebido no âmbito do PAC 2 integra num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis

paraolímpicas e uma não olímpica. No exercício de 2013, foram selecionados 285 projetos que resultaram em 269 Termos de Compromisso assinados, distribuídos em 253 municípios das cinco regiões brasileiras: 18 no Centro-Oeste; 75 no Nordeste; 26 no Norte; 99 no Sudeste; e 35 no Sul. Atualmente são 254 operações ativas, sendo que 95% já concluíram a primeira etapa do projeto. Essa etapa contempla a execução da Sondagem, do Projeto de Fundação e de Implantação e é primordial para a licitação da obra. Em Outubro/2015, o Ministério do Esporte divulgou a lista dos 39 CIE's autorizados ao início da obra. No período do próximo PPA, diversos CIEs estarão atendendo a população e impulsionando o esporte nacional.

1.1.5 PREPARAÇÃO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016

Outro grande desafio instituído pelo Ministério do Esporte foi o de coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como a implantação da infraestrutura esportiva necessária, entre os anos de 2012 a 2015 – foco do objetivo 0687.

No decorrer dos quatro anos do PPA 2012-2015, o Ministério do Esporte, por meio das ações de Apoio à Implantação de Infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, atingiu seus objetivos de construir as instalações olímpicas, ampliar o legado destes jogos, e promover melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos e de competição. Para tanto, foram desenvolvidas parcerias com alguns órgãos federais (como Universidades e Ministérios), estaduais, municipais e distritais.

As instalações dos Jogos Olímpicos foram divididas em quatro áreas. São elas: Barra da Tijuca, Deodoro, Copacabana e Maracanã. O Ministério do Esporte é responsável pelo orçamento do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro.

No Parque Olímpico da Barra serão disputados os jogos de dezesseis modalidades olímpicas e dez modalidades paraolímpicas. A área da Barra é composta por nove instalações, dentre elas o Velódromo e o Centro Olímpico de Esportes Aquáticos. Foi investido nos quatro anos do PPA um total de R\$ 722.905.313,69 no Parque Olímpico da Barra em quatro instalações. Os investimentos federais ano a ano foram de R\$ 261.405.538,00 em 2013, R\$ 226.622.419,26 em 2014 e de R\$ 203.891.404,27 em 2015. O Parque Olímpico da Barra teve 88,45% de execução física em 2015.

O Complexo de Deodoro é formado por doze instalações olímpicas divididas em Área Norte, Área Sul e Domínio Urbano. Entre as instalações olímpicas podemos citar o Centro Olímpico de Hóquei e o Estádio Olímpico de Canoagem Slalom. O complexo irá receber atletas de onze modalidades olímpicas e quatro paraolímpicas durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O Complexo de Deodoro teve em 2015 85,09% de sua execução física concluída. Durante o PPA 2012-2015, o governo federal investiu R\$ 659.656.939,39 na Área Norte, R\$ 177.440.742,71 na Área Sul e R\$ 101.034.710,87 no Domínio Urbano, totalizando um investimento federal de R\$ 938.132.392,97.

Considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, foi criado o Plano de Políticas Públicas - um conjunto de obras de infraestrutura (incluindo esportiva) e políticas públicas nas áreas de mobilidade, meio ambiente, urbanização, educação e cultura. O documento foi divulgado em 16 de abril de 2014 e atualizado em 24 de abril de 2015. No Plano de Políticas da União estão incluídas as obras do Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD/LADETC) e dos Centros de Treinamento. No LBCD/LADETEC foram investidos R\$ 160.582.428,23 entre os anos de 2012 e 2015. Este se encontra em funcionamento no novo prédio desde agosto de 2014. As obras do LBCD/LADETEC foram concluídas em julho de 2014. Quanto às obras de renovação em instalações de treinamento para o período dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, estas consistem em projetos financiados pelo Governo Federal especialmente como legado no Plano de Políticas Públicas.

Para a complementação da infraestrutura esportiva, o Ministério do Esporte está construindo e/ou reformando Centros de Treinamento Oficiais, entre eles o CCFEx, com 94% de execução física concluída e R\$ 20.464.681,99 de investimento. No total serão dez instalações de treinamento, sendo sete delas parte do escopo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com um investimento total de R\$ 188.408.619,52.

Destaca-se ainda que no ano de 2014 ocorreu a conclusão da parceria com o Ministério da Defesa para obras de construção, ampliação, reformas, adequações, aquisição de equipamentos e melhoria de toda a infraestrutura e logística de centros de treinamento olímpicos que estão sob a gestão das Forças Armadas. Foi realizada também parceria com o Ministério de Minas e Energia - MME para a geração, transmissão e distribuição das linhas de energia do Parque Olímpico da Barra, com um investimento do ME de R\$ 167.031.264,54. Em 31/12/2015, as obras relacionadas diretamente aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 alcançaram uma média geral de 95% de execução física

Considerações finais

Ao longo do PPA 2012-2015 foram muitas as conquistas no campo do esporte. No tocante aos grandes eventos esportivos, a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 foi bem sucedida. Para tanto, foi decisiva a liderança do governo federal na gestão integrada de atores públicos, coordenando esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado. Quanto aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, o Governo Federal atingiu seus objetivos de construir as instalações olímpicas, ampliar o legado destes jogos, e promover melhorias e/ou construções de novos centros de treinamentos e de competição. Ao lado dessas conquistas, um importante desafio que fica para o PPA 2016-2019 é ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos estudantes da educação básica.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45	31/12/2009	89,45
Proporção de Municípios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91	31/12/2009	65,91
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2	31/12/2009	11,2
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22	31/12/2009	83,22
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2012	85,4	31/12/2013	54,08	31/12/2014	45,76	31/12/2015	35,43
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R\$ milhão	31/12/2010	193,22	31/12/2012	211,92	31/12/2013	229,156	31/12/2014	246,48	15/02/2016	247,6225

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Quadro de Metas

Objetivo: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação	7.432.960,00	Crianças, adolescentes e jovens escolares	3.747.035,00	Não houve crescimento orçamentário compatível com a ampliação do acesso de beneficiados perseguida de 50% ao ano, além do grande corte orçamentário ocorrido no exercício de 2012. No ano de 2015, não houve nova adesão das escolas. O MEC manteve as mesmas escolas que aderiram ao programa em 2014. O número foi menor devido ao fato de algumas escolas estarem inadimplentes e dessa forma não terem possibilidade de receber o recurso financeiro para desenvolver o programa.
Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.	228,00	Projetos esportivos	233,00	
Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios	553,00	Municípios	90,00	Com a fusão das Secretarias SNEED e SNDEL, a SNELIS passou a contar com um orçamento muito reduzido para fazer face ao crescimento exponencial que se esperava para todos os programas que passaram a integrar esta pasta, não sendo, portanto, compatível o orçamento destinado aos Programas PELC e Vida Saudável com a meta estabelecida por município.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.	553,00	Municípios	291,00	Com a fusão das Secretarias SNEED e SNDEL, a SNELIS passou a contar com um orçamento muito reduzido para fazer face ao crescimento exponencial que se esperava para todos os programas que passaram a integrar esta pasta, não sendo, portanto, compatível o orçamento destinado aos Programas PELC e Vida Saudável com a meta estabelecida por município.

Objetivo: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão

Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.	100,00	%	98,30	
Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.	475,00	Torcidas organizadas	200,00	Tendo por finalidade a elaboração de estudo e medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o Ministério do Esporte deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos – CONSEGUE, dando andamento e avançando com a criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da CONSEGUE na tomada de decisões.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.	100,00	%	100,00	

Objetivo: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Ministério do Esporte

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários	30.000,00	Voluntários	6.156,00	Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários. Contudo, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi concretizado o apoio de 6.156 voluntariados, os quais aderiram ao Programa Brasil Voluntário e foram convocados após o cumprimento de documentação e seguro de vida. Porém, cabe ressaltar que pela FIFA foram mobilizados 152.100 voluntários.

Objetivo: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Ministério do Esporte

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.066.819	3.250.924	548.334	13.604.763	4.174.542
Despesas Correntes	719.736	683.017	283.983	3.774.692	1.477.377
Despesas de Capital	2.347.083	2.567.907	264.351	9.830.071	2.697.166
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.066.819	3.250.924	548.334	13.604.763	4.174.542

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2036 – FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS

Visão geral do Programa

A agenda de florestas prevista no plano plurianual para o período 2012 a 2015 teve como principal objetivo a real valorização das florestas brasileiras, com seus componentes, bens e serviços. A estratégia adotada centrava-se na promoção de ações voltadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos florestais, à viabilização de uma economia florestal robusta e fortemente inclusiva e à adequação da legislação ambiental aos desafios postos. Ademais, a estrutura proposta previu o enfrentamento aos principais problemas relacionados à perda de florestas: o desmatamento ilegal e os incêndios florestais. Cabe esclarecer que o este Programa Temático não agrega todas as ações e iniciativas dos planos de redução do desmatamento, haja vista que determinados componentes da sua prevenção e controle integram outros programas do PPA 2012-2015.

Assim, de forma sucinta, o Programa Temático 2036, composto por 8 Indicadores, 8 Objetivos e 60 Metas, implementou ações e iniciativas voltadas para a) o desenvolvimento de uma economia florestal baseada no uso sustentável das florestas; b) a prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais; c) a recuperação da cobertura florestal em áreas degradadas ou desmatadas, sobretudo garantindo a adequação dos imóveis rurais à legislação ambiental, por meio dos componentes da política de regularização ambiental; e d) a promoção da gestão florestal compartilhada.

A fim de combater os focos de queima, foram planejadas ao longo da implementação do programa medidas que permitissem minimizar os efeitos dos incêndios florestais, entre elas: brigadas pronto-emprego (brigadas de elite para atuar em grandes operações de combate), brigadas especializadas em biomas, brigadas indígenas e brigadas de assentamentos e quilombolas. Essas iniciativas possibilitaram evitar, em média, a queima de 82% das áreas monitoradas. Outra importante iniciativa para a prevenção refere-se às melhorias implementadas no INPE ao CIMAN Virtual, sistema de monitoramento e apoio ao Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (<http://sirc.dgi.inpe.br/ciman/>). O portal, implantado em 2014, passou por melhorias e permite obter informações georreferenciadas da localização das brigadas federais, visualizar os recursos disponíveis para combate aos incêndios florestais e obter informações sobre as operações em andamento e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais. Assim, é possível, em tempo real, acompanhar as ações de controle desenvolvidas, tornando-se ferramenta fundamental para o monitoramento e a tomada de decisão pelo governo.

Os esforços para o combate ao desmatamento contam com uma estratégia estruturada, que envolve operações de fiscalização ambiental realizadas pelo Ibama, em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança, apoio a

projetos por meio do Fundo Amazônia, Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), além das demais linhas de ação desenhadas no Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), como também o desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas de monitoramento, com uso de imagens de alta resolução para desmatamento, prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais da Amazônia e demais biomas brasileiros a cargo do INPE.

As políticas públicas para o setor foram focadas na prevenção e no combate ao desmatamento da Amazônia Legal, na ampliação do processo de regularização ambiental rural, no fomento ao manejo florestal sustentável, na concessão de florestas para a produção sustentável, na prevenção e combate aos incêndios florestais e na recuperação de áreas degradadas.

Visão dos principais atributos do Programa

Em relação aos resultados produzidos no quadriênio, cabe destacar o apoio a projetos de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Atualmente, enquanto instrumento de fomento florestal, o Fundo possui cerca de 155 projetos apoiados em sua carteira, tendo ampliado sua escala de atuação a partir da parceria firmada com o FNMC, que disponibilizou R\$ 7,4 milhões em 2012 para apoio ao manejo florestal na Caatinga. Além disso, foram também apoiadas iniciativas para capacitação de extensionistas e multiplicadores e para assistência técnica ao fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar. Em 2015, o FNDF incluiu em seu escopo a linha de apoio ao Cadastro Ambiental Rural para agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais (edital FNDF 1/2015), tendo contratado cinco projetos para realização de 55 mil cadastros na região do Semiárido.

Já o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) selecionou, no último trimestre de 2015, 18 projetos em parceria com o FNDF, o FNMC, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD/MJ), a Agência Nacional de Águas e o Fundo Socioambiental (FSA, da Caixa Econômica Federal), no montante de R\$ 45 milhões para a recuperação produtiva de áreas de preservação permanente com espécies nativas, em regiões de recarga hídrica e regiões metropolitanas que apresentam déficit hídrico. Os projetos contemplam a inscrição e o plano de manutenção do imóvel rural atendido pelo projeto em programas de pagamento por serviços ambientais.

Ainda na agenda relacionada ao manejo florestal, é importante citar a existência de 10 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (PMFS) autorizados e em execução em Reservas Extrativistas (Resex) e Florestas Nacionais (Flonas) federais, totalizando uma área manejada de 129 mil hectares.

No âmbito do Inventário Florestal Nacional (IFN), foram assinados nove acordos de cooperação com governos estaduais (CE, RJ, PR, SE, BA, RS, RO, AM e PA) para a realização das atividades de campo e cinco acordos com instituições de pesquisa e universidades (UFC, UFS, UFSM, UFPR e INPA) para apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos. Além disso, firmou-se acordo com o Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para torná-lo o fiel depositário das amostras

botânicas coletadas em todo o país. Entre 2012 e 2015, foram realizados 20 cursos para habilitação de 351 profissionais a fim de atuarem junto ao IFN. Os trabalhos de campo culminaram na coleta de dados nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. Além desses, encontra-se em execução a coleta de campo em outros seis estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pará, Rondônia e Mato Grosso. Até 2015, nestes treze estados, foram medidos mais de 4 mil pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 148 milhões de hectares (17% do território nacional). Assim, foram coletadas 6.600 amostras de solo, das quais 2.461 já foram analisadas; foram realizadas ainda coletas de amostras botânicas de 40 mil árvores, tendo já sido identificadas cerca de 35.300.

Instituído pelo novo Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural, obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional. O cadastro contém informações sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) ou de Reserva Legal. A fim de regulamentar a política florestal, foram editados dois Decretos e duas Instruções Normativas: os Decretos 7.830/2012 e 8.235/2014 e as INs MMA 2/2014 e 3/2014. Por meio do SiCAR, Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, no qual os proprietários e produtores rurais requerem o Cadastro, foram registrados, até novembro de 2015, 2.175.810 imóveis rurais, o equivalente a 398 milhões de hectares e a 42% da estimativa de imóveis rurais existentes no país (5.175.636 estabelecimentos agropecuários informados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2006). Vale ressaltar que a implantação do CAR e do SiCAR demandou um amplo processo de articulação, uma vez que foram firmados 27 acordos de cooperação técnica com os estados e o Distrito Federal, além de outros 14 acordos com instituições da cadeia agropecuária e representativa dos produtores rurais para mobilização e divulgação do cadastro. Atualmente, 21 unidades da federação utilizam as aplicações do SiCAR, sendo 6 estados com sistemas próprios de CAR, dos quais três estão totalmente integrados ao sistema nacional e três estão em fase de ajuste do banco de dados para possibilitar a integração.

Foi estabelecida parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) para o desenvolvimento do SiCAR e para elaborar e executar cursos de capacitação a distância para inscrição no CAR, que atenderam 31 mil pessoas que atuam em campo no apoio à inscrição no cadastro. Além disso, cerca de 9.000 usuários do SiCAR foram capacitados presencialmente entre 2012 e 2015.

Em 2013, em parceria com outras instituições, iniciou-se a elaboração do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e à proposta de decreto que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg). As linhas de ação retratadas no plano abrangem estudos e programas de capacitação para a produção de sementes e mudas nativas; atualização do marco regulatório (manejo florestal, compras públicas, pagamento por serviços ambientais, mecanismos financeiros inovadores); aprimoramento de linhas de crédito e desoneração fiscal; estudos sobre produtos e serviços gerados pela recuperação da vegetação nativa; desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores, por meio da elaboração de estudos, da capacitação dos agentes financeiros; expansão dos serviços de assistência técnica e extensão rural; implementação de um sistema nacional de

planejamento e monitoramento espacial, mediante a realização de oficinas, estudos, programas de capacitação e aquisição de imagens, softwares e equipamentos; fomento para pesquisa e desenvolvimento, por intermédio da promoção de eventos científicos e redes de pesquisa, da ampliação de programas de pesquisa e de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. De dezembro de 2014 a agosto de 2015, a minuta de Planaveg foi submetida a consulta pública. As considerações e propostas foram avaliadas e incorporadas ao documento, estando a proposta atualmente em tramitação nos órgãos públicos envolvidos.

Uma das estratégias adotadas para o controle do desmatamento refere-se à integração das políticas públicas de maneira a se ter uma mudança no modelo produtivo. Essa iniciativa vem sendo implementada por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do PPCDAm. Foi definido como estratégia de monitoramento o acompanhamento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades. Além disso, o Novo Código Florestal definiu, em seu artigo 41, que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente, que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. Assim, os Decretos editados (7.830/2012 e 8.235/2014) foram essenciais para a efetiva regulamentação do pagamento por serviços ambientais (PSA). Encontra-se em consulta aos órgãos do governo federal (já avaliada pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) a minuta de Decreto que trata das Cotas de Reserva Ambiental (CRA), outro instrumento de PSA a ser regulamentado.

Outro importante resultado no âmbito do programa se refere à assistência técnica e extensão rural (ATER) voltada ao manejo florestal comunitário e familiar, ação desenvolvida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No período 2012-2015, foram beneficiadas 26.977 famílias, em sua grande maioria famílias beneficiárias do Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Bolsa Verde). O público atendido está localizado nas áreas de projetos de assentamento e de unidades de conservação de uso sustentável nos estados do Acre, Amazonas e Pará. Para os demais biomas, as ações de promoção de ATER para o Manejo Florestal Comunitário vêm sendo executadas pelo SFB em parceria com o FNMC, beneficiando cerca de 3.500 produtores no Cerrado, Amazônia e na Caatinga.

Destaca-se, ainda, que atualmente existem 16 linhas de crédito disponíveis ao pequeno produtor rural para o fomento a empreendimentos florestais. Dentre as linhas de crédito elencadas, em 2013, agricultores familiares acessaram mais de dois milhões de contratos pelo Pronaf para financiar sua produção, o que corresponde a mais de R\$ 20 bilhões em empréstimos concedidos em operações de custeio e investimento.

Durante o PPA 2012-2015, 9 novos contratos de concessão florestal foram assinados, expandindo a produção florestal sustentável em 728 mil hectares, totalizando no acumulado 842 mil hectares em regime de concessão florestal federal; outros 452 mil hectares estão concedidos em florestas estaduais no Pará.

O Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo/Ibama) intensificou suas ações, a fim de que a capacidade de resposta do Ibama fosse ampliada em relação às questões relacionadas ao controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais. Foram desenvolvidas atividades de capacitação de multiplicadores acerca das melhores práticas de se trabalhar a terra sem o uso do fogo. Tendo em vista o fortalecimento da proteção dos remanescentes dos biomas brasileiros e a necessidade de proteção das áreas federais no âmbito nacional (LC nº140/2012), o programa de brigadas passou por uma reformulação em 2012 e passou a atuar principalmente em apoio às unidades de conservação, parceria com o ICMBio, e em terras indígenas, parceria com a Funai. O Programa de Ação Interagências, que conta com a participação de diversas instituições de governo e da iniciativa privada, intensificou suas ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no quadriênio, tendo em média 100 iniciativas anuais desenvolvidas. Em relação à equipe formada para o combate a incêndios, foram contratados pelo ICMBio milhares de brigadistas, sendo 1.729 em 2012, 1.743 em 2013, 1.589 em 2014 e 1.442 em 2015; e outras pelo Ibama, sendo 2.212 em 2012, 1.545 em 2013, 1.679 em 2014 e 1.413 em 2015. As várias ações implementadas resultaram em uma redução de 34% dos incêndios florestais em unidades de conservação federais entre 2012 e 2015.

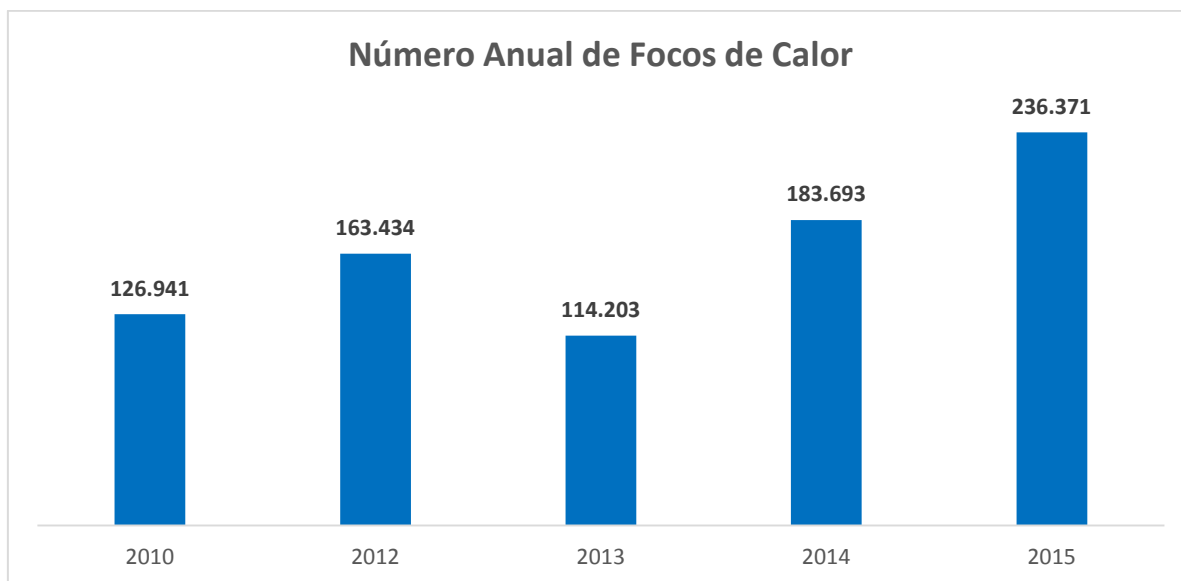
As operações de fiscalização ambiental, coordenadas pelo Ibama em conjunto com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança, demonstram o esforço conjunto das instituições governamentais no combate ao desmatamento ilegal. Operações importantes, como a Onda Verde e a Malha Verde, desarticulam não apenas o crime organizado relacionado ao desmatamento, mas também outros crimes correlatos (comércio ilegal de terras, violência, assassinatos, sonegação fiscal, entre outros). Esse esforço de fiscalização culminou na redução da taxa de desmatamento da Amazônia no período 2012-2015, atingindo a segunda menor marca, de 5.012 km², em 2014. Na área das unidades de conservação federais, em que a fiscalização ambiental é coordenada pelo ICMBio, foram realizadas operações em 249 UCs, focadas na diminuição do desmatamento da Amazônia, em especial no Mosaico de 16 UCs Federais ao longo da BR-163 (no Pará).

Considerações Finais

A averiguação dos indicadores do Programa Temático 2036 permite considerar que os resultados alcançados significaram um importante avanço na agenda ambiental do Brasil no período do PPA 2012-2015.

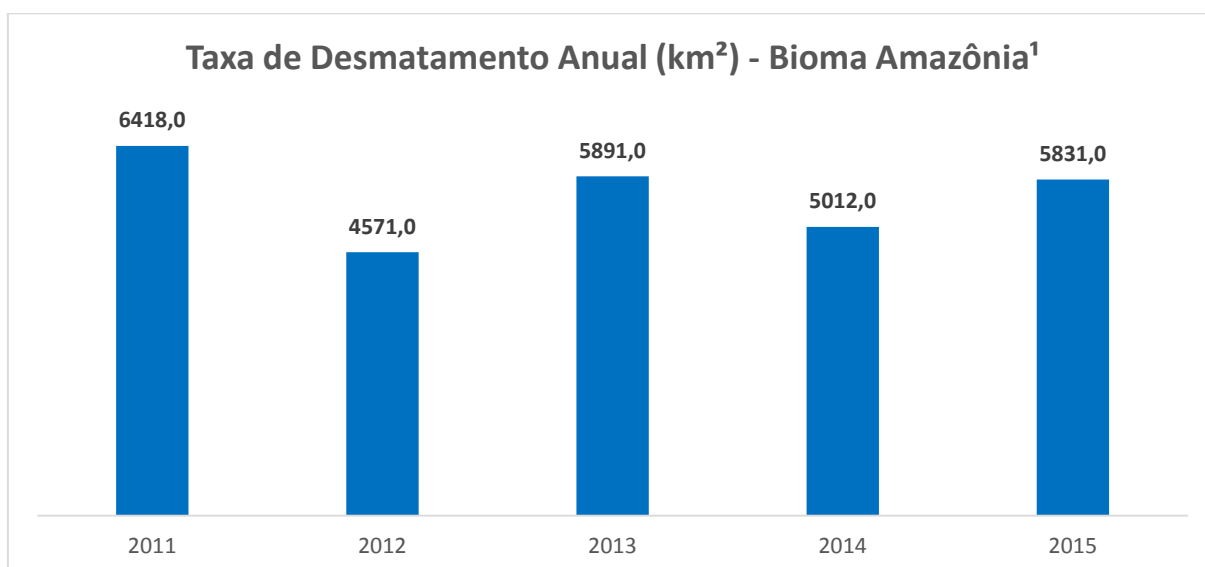
Em relação ao indicador do número de focos de queima de vegetação detectados por satélites, verifica-se que, ao longo do PPA 2012-2015, houve uma oscilação em sua tendência. Essas variações se devem, principalmente, a fatores climáticos, razão pela qual se justifica a redução significativa dos incêndios em 2013, ano considerado atípico pela elevada precipitação. Já nos anos de 2014 e 2015, em especial entre janeiro e outubro de 2015, foi registrado um aumento expressivo do número de focos no país, em consequência

do período de seca severa registrada, o que facilitou o uso e propagação do fogo na vegetação, ampliando expressivamente o número de incêndios florestais.



Fonte: CPTEC/INPE.

Já no que se refere ao indicador da taxa de desmatamento anual, em especial no Bioma Amazônia, cabe destacar que a área desmatada na Amazônia, entre agosto de 2012 e julho de 2013, correspondeu a 5.891 km², segunda menor taxa da série histórica medida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desde 1988 (<http://www.obt.inpe.br/prodes>). Em 2015, o resultado preliminar calculado pelo INPE foi de 5.831 km², apontando um aumento de 16% em relação ao ano anterior. No entanto, os avanços no combate ao desmatamento ao longo dos anos fizeram com que o Brasil reduzisse cerca de 70% do desmatamento na Amazônia em relação à média de 19.625 km² observada entre os anos de 1996 e 2005, o que deixa o país próximo de atingir os compromissos assumidos na Conferência de Copenhague, em 2009, e na Política Nacional de Mudança do Clima (reduzir até 2020, 80% do desmatamento na Amazônia).



¹ Valor para 2015 referente a apuração preliminar disponível até o segundo semestre.
Fonte: Prodes/Inpe/MCTI – 2015.

Os desafios remanescentes são imensos e permanecem retratados nos novos programas do PPA 2016-2019. Assim, prevalece uma continuidade na implementação da agenda estratégica na busca da conservação e no uso sustentável da biodiversidade, fortalecendo a economia e o desenvolvimento sustentável do país.

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	20/11/2012	163.434	25/12/2013	114.203	31/12/2014	183.693	31/12/2015	236.371
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5	31/12/2009	1,5	31/12/2009	1,5	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	01/08/2012	4.656	11/12/2013	5.843	31/07/2014	4.848	31/07/2015	5.831
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921	31/12/2009	1.921
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469	31/12/2010	6.469	31/12/2010	6.469	31/12/2011	7.248
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248	31/12/2009	248	31/12/2009	248	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188	31/12/2009	188	31/12/2009	188	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331	31/12/2009	331	31/12/2009	331	31/12/2009	331

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Quadro de Metas

Objetivo: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação	27,00	Unidades da Federação	0,00	O Governo Federal apoia os Estados com diversas ações. Entretanto, não é possível quantificar quantos estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio exclusivo do MMA.
Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável	400,00	Atividades produtivas	159,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes.
Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares	400.000,00	Hectares	31.215,20	A meta realizada ficou abaixo da meta prevista, pois, com a publicação da Lei Complementar nº 140/2011, parte da competência de autorizar manejo sustentável de uso múltiplo passou para os Estados.
Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação	27,00	Unidades da federação	27,00	
Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação	27,00	Unidades da federação	15,00	A implementação da meta depende de acordos com governos estaduais e instituições de apoio. Em 2015, foram firmados acordos para finalização do Inventário Florestal Nacional.

Objetivo: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros	12,00	Centros de Referência	3,00	A implementação da meta foi ajustada à disponibilidade de recursos existentes e às restrições operacionais

Objetivo: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental	5,00	Cadeias produtivas	0,00	Houve alteração no foco da meta, inicialmente definido para cadeias produtivas indutoras da mudança do modelo produtivo, para uma análise das principais políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento rural desses municípios, o que permitiu identificar as principais dificuldades e necessidades de fomento às atividades produtivas sustentáveis.

Objetivo: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros	200,00	Técnicos	300,00	
Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar	6.000,00	Famílias	26.977,00	
Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)	4,00	Planos	4,00	
Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais	10,00	Produtos da sociobiodiversidade	15,00	
Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros	27,00	unidade	23,00	
Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais	180.000,00	Hectares	128.987,53	
Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares	340.000,00	Hectares	30.035,00	O INCRA avançou nas discussões sobre metodologias e busca de financiamentos para apoiar as ações de manejo florestal nos assentamentos. Entretanto, por se tratar de uma ação que exige grande soma de recursos e organização social a meta vem avançando lentamente. A expectativa é que nos próximos 4 anos os elementos estruturantes desenvolvidos durante o PPA 12-15 possam se materializar em Planos de Manejo em execução nos assentamentos.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável	5.000.000,00	Hectares	0,00	Com a Edição da Lei Federal Complementar No 140/2011 (LC140/2011), a competência da União para aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS se restringe às florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em APAs. Os Estados receberam a competência de aprovação dos PMFS em todas as demais áreas. A falta de integração entre os sistemas de informação florestal do país uma verificação satisfatória da meta.

Objetivo: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia	3.000.000,00	Hectares	875.000,00	A implementação da meta foi afetada pelos processos de concessão. Os editais em consulta pública e em fase de ajustes possibilitarão a concessão de cerca de 937 mil hectares de florestas públicas.

Objetivo: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares	6.000.000,00	Hectares	636.815,15	Os incentivos e ações governamentais permitiram um acréscimo de quase 637 mil hectares de florestas plantadas. A meta prevista foi dimensionada acima da expectativa de implementação.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial	1.000.000,00	Hectares	148.312,16	
Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas	600.000,00	Hectares	43.313,00	Os esforços realizados contribuíram para um resultado aquém do esperado. Entretanto, os novos dispositivos legais que dispensam de autorização o plantio e colheita de espécies nativas deverão proiciar um efeito positivo sobre a ampliação da área de florestas plantadas
Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais	250.000,00	Contratos	13.546,00	A meta foi dimensionada acima da capacidade de execução. Em média, foram realizados cerca de 22 mil contratos por ano.

Objetivo: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interações na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010	50,00	% ao ano	23,60	Em 2015 foram realizadas 110 ações o que representa 23,6% de aumento em relação a base de referência (89 ações). Entretanto nos anos anteriores, 2012, 2013 e 2014, a meta foi superada. Em 2012 houve aumento de 66,3%, em 2013, 137% e em 2014, 106,7%.
Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais	4.500,00	Brigadistas	13.352,00	
Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais	50,00	%	34,00	

Objetivo: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais	248,00	Unidades de Conservações federais	249,00	

Objetivo: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional	8.514.887,00	Km ²	4.196.943,00	Com relação ao bioma Amazônia a meta foi cumprida. Para os demais biomas foi realizado o mapeamento do uso e cobertura da terra do bioma Cerrado. Em relação a ampliação da área de monitoramento de desmatamento, cabe salientar que o INPE, junto com o MCTI e o MMA está formulando uma composição de recursos extra-orçamentários para iniciar o monitoramento dos demais biomas. O monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas.

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	291.038	290.270	149.739	1.128.250	722.368
Despesas Correntes	271.687	268.570	148.428	1.039.959	705.150
Despesas de Capital	19.351	21.700	1.311	88.291	17.217
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	291.038	290.270	149.739	1.128.250	722.368

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2037: FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Visão Consolidada do Programa

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi implantado em 2005, constituindo-se desde então como um dos instrumentos que marcamram o esforço do país para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população. Com o Suas, a Assistência Social passou a se constituir efetivamente como uma política pública de caráter universal, visando o enfrentamento da pobreza, das vulnerabilidades e riscos sociais.

Apesar da melhoria observada em inúmeros indicadores em períodos recentes, a magnitude e dispersão territorial do contingente populacional, que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco social, constituem grandes desafios que exigiam do Suas, simultaneamente, a ampliação da cobertura, a integração das ações e a qualificação da gestão nas três esferas federativas.

Em 2010, o Cadastro Único para Programas Sociais registrava 63,2 milhões de pessoas. Nas famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 70 existiam mais de 12,5 milhões de crianças e adolescentes (06-15 anos) e 3,2 milhões de jovens (16-18 anos), público este particularmente vulnerável à violação de direitos por situações de trabalho infantil, evasão ou baixo desempenho escolar, exploração sexual, gravidez precoce e drogadição, dentre outras situações que comprometem a saúde, educação, segurança e acesso a oportunidades no mercado de trabalho.

Nessa faixa de renda também existiam 11,8 milhões de jovens (15-29 anos) e mais de 700 mil pessoas idosas (60 ou mais anos). Os jovens desse grupo etário representam aproximadamente metade dos óbitos por agressões, enquanto os idosos têm aumentados os riscos de isolamento e exclusão da convivência familiar e comunitária.

Esse cenário apresentava para o Suas uma série de desafios, tais como: a ampliação do nível de cobertura das ações; a qualificação dos serviços e aprimoramento da gestão; a estruturação da vigilância socioassistencial; a qualificação dos recursos humanos; o reordenamento dos serviços de acolhimento; o desenvolvimento de novas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil; melhorias na gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dentre outros.

Nesse sentido, o Programa 2037 – Fortalecimento do Suas foi estruturado em objetivos relacionados à proteção social básica, proteção social especial, benefícios socioassistenciais, apoio à gestão do Suas nas demais esferas e fortalecimento do controle social. Para os resultados alcançados, merece destaque a priorização obtida em razão da inclusão da maioria das ações no Plano Brasil sem Miséria (BSM).

Visão dos principais atributos do Programa

Proteção Social Básica

A proteção social básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias em situação de vulnerabilidade. Para tanto, articula um conjunto de ações visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Os serviços da proteção básica são ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), em outras unidades públicas ou entidades e organizações sem fins lucrativos, referenciadas aos Cras, sendo que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) é ofertado exclusivamente no Cras.

O Censo Suas 2015 apontou a existência de 8.155 Cras, distribuídos em praticamente todos os municípios brasileiros, responsáveis pela cobertura de aproximadamente 27,5 milhões de famílias. Desses, 7.466 Cras são cofinanciados pelo Governo Federal, o que representa um significativo incremento em relação à rede existente em 2010 (7.038 unidades). Para acompanhar o desenvolvimento dessa rede, foi criado o Índice de Desenvolvimento dos Cras (IDCras), calculado a partir de dados do Censo Suas, realizado anualmente. Verificou-se uma evolução do percentual de Cras operando segundo padrões nacionais de funcionamento, que passou de 59%, em 2011, para 75,7%, em 2014, o que demonstra uma elevação na qualidade da rede. Os dados do RMA (Registro Mensal de Atendimentos – RMA/MDS) registram no período de 2012 a 2015 (com dados preliminares referentes a 2015), a realização de mais de 65 milhões de atendimentos e a inserção de 5,9 milhões de famílias em acompanhamento no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (Paif/Cras).

Também foram definidas e implementadas estratégias diferenciadas para ampliar e viabilizar o acesso dos usuários às ações socioassistenciais. A exemplo da busca ativa, que visa identificar as situações de vulnerabilidade e risco e deste modo possibilitar a inclusão das famílias e indivíduos no Cadastro Único, visa sua inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento a ações e serviços de outras políticas públicas. Para tanto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) cofinanciou a implantação de serviços ofertados por equipes volantes, vinculadas a unidades Cras em funcionamento, para atuarem junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso, bem como a doação e a manutenção de lanchas de assistência social, para o transporte hidroviário dessas equipes a comunidades ribeirinhas de municípios da região amazônica e pantanal. Ao final de 2015, o MDS cofinanciava a oferta de serviços por 1.254 equipes volantes, em 1.083 municípios, e havia doado 123 lanchas, cofinanciando sua manutenção a partir da entrega. Além disso, segundo o Censo Suas/Cras-2014, quase a totalidade dos Cras (99%) realizavam ações de busca ativa.

Em 2013 foi implementado o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com o objetivo de uniformizar a oferta do serviço para todas as faixas etárias tipificadas, inclusive em relação às normas e financiamento, superando assim a fragmentação até então existente. O reordenamento foi aceito por 5.038 municípios, que informaram o atendimento, no último trimestre de 2015, de 1,41 milhão de usuários, dos quais 740 mil identificados em uma ou mais situações prioritárias.

Proteção Social Especial

A proteção social especial se organiza em dois níveis (média e alta complexidades), conforme a gravidade das situações, natureza e especificidade dos serviços ofertados. A principal marca do período 2012-2015 é a expansão do cofinanciamento federal dessas ações, permitindo a ampliação da cobertura do público alvo, a criação de unidades e serviços para segmentos específicos e o redesenho de ofertas da rede de acolhimento (alta complexidade).

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) são as principais unidades de prestação de serviços de média complexidade. Para ampliar a cobertura dessa rede, o cofinanciamento federal foi expandido de 2.083 (2012) para 2.518 Creas (2015), considerando as unidades municipais (2.202 implantadas e 34 em implantação) e regionais (45 implantadas e 237 em implantação). Vale lembrar que existem outras 200 unidades não cofinanciadas. Com isso, o cofinanciamento federal atingiu 95% dos municípios com mais de 20 mil habitantes, tendo sido adotada a estratégia de oferta regionalizada para os municípios de pequeno porte, em razão da ausência de escala para a oferta local dos serviços. Com base no RMA (Registro Mensal de Atendimentos – RMA/MDS), no período de 2012 a 2015 (com dados preliminares referentes a 2015), foram inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi/Creas) mais de 870.000 famílias.

Também foram significativamente ampliadas a cobertura e o cofinanciamento da rede de Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centros Pop), passando de 101 unidades, em 88 municípios (2011), para 233 unidades, em 207 municípios (2015). De acordo com o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), em 2014 essas unidades realizaram mais de 988 mil atendimentos no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Essas duas unidades (Creas e Centro Pop) podem ofertar o serviço de abordagem social, estratégia proativa por meio da qual busca-se identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando à resolução de necessidades imediatas e à inserção dos indivíduos e famílias na rede de serviços socioassistenciais e em outras políticas públicas. Em 2013, foi ofertado cofinanciamento a municípios de grande porte (de 100 mil a 900 mil habitantes) e municípios com 50 mil habitantes ou mais de regiões metropolitanas. Ao final de 2015, o cofinanciamento federal cobria 503 equipes, em 265 municípios. Em 2014, 70% dos Creas e 77% dos Centros Pop que responderam ao Censo Suas informaram ofertar o serviço de abordagem social, além de reforçar uma tendência de diversificação dos públicos atendidos (crianças e adolescentes, jovens, população adulta e pessoas idosas). Naquele ano, aproximadamente 380 mil pessoas em situações diversas foram abordadas pelo serviço.

Os Creas também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade), cuja cobertura também vem sendo ampliada (de 1.431 unidades, segundo o Censo Suas 2011, para 1.847, em 2014). Em 2014, o MDS implementou ajustes no desenho do serviço, ampliando o cofinanciamento para 158 novos municípios e viabilizando melhores condições de oferta para os 894 municípios já cofinanciados. De

acordo com os dados do RMA (Registro Mensal de Atendimentos – RMA/MDS), em 2014, mais de 67 mil adolescentes foram acompanhados pelo Serviço.

Em 2013, também foi implantado o redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que passou a fortalecer o papel de gestão e de articulação da rede de proteção, prevendo a realização de ações estratégicas para enfrentar o trabalho infantil, além de aprimorar as ações de transferência de renda e o trabalho social com as crianças, adolescentes e suas famílias. O atendimento às crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil passou a ser ofertado diretamente pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), resultando no aumento da cobertura, passando de 3,6 mil para pouco mais de 5 mil municípios.

Os serviços de acolhimento (abrigos, casas-lares, famílias acolhedoras e repúblicas) formam a rede de serviços de alta complexidade, incluída no Censo Suas em 2012. O Censo realizado em 2014 apontou o registro de 5.184 unidades de acolhimento, que possuem uma capacidade de atender a 153,7 mil usuários. Em 2012, teve início o processo de reordenamento desses serviços, visando adequar a rede histórica aos parâmetros vigentes e expandir o cofinanciamento para entes ainda não cobertos.

Foram ampliadas também as vagas específicas para adultos e famílias em situação de rua, que atingiram em 2015 um total de 22.225 vagas (eram 13.900, em 2011), ofertadas sob gestão de 196 municípios e 10 estados. Também foi iniciado o cofinanciamento de residências inclusivas, destinadas a pessoas com deficiência e idosas, que ao final de 2015 já representavam mil vagas (119 unidades). O acolhimento de crianças e adolescentes passou por um reordenamento, que está sendo implantado por 1.123 municípios, responsáveis pela oferta de 31.350 vagas. Por fim, também estão sendo implantados serviços de acolhimento regionalizados, sob a responsabilidade de 11 gestões estaduais.

Benefícios Assistenciais

Na esfera federal, o Suas também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário-mínimo mensal a pessoas com deficiência ou idosas que não dispõem de meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Durante a vigência deste PPA, foram concedidos 1,3 milhão de benefícios. Ao final de 2015, o BPC atendia aproximadamente 4,2 milhões de beneficiários, sendo 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de pessoas idosas.

Vale destacar que o Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011, alterou a regulamentação do BPC, passando a prever a possibilidade de acumulação do benefício com a remuneração advinda de contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação ao período máximo de 2 anos.

O MDS também coordena ações intersetoriais destinadas a ampliar a proteção e inclusão social das pessoas com deficiência e beneficiárias do BPC. A principal delas é o BPC na Escola, que visa ampliar o acesso e a permanência dos beneficiários com até 18 anos de idade ao sistema educacional. De 2012 para 2015, a cobertura do programa elevou-se de

291 mil beneficiários, residentes em 2.351 municípios, para 459 mil beneficiários, residentes em 4.795 municípios.

Também foi instituído o Programa BPC Trabalho, cujo objetivo é promover o acesso das pessoas com deficiência e beneficiárias do BPC (prioritariamente aqueles entre 16 e 45 anos), à qualificação profissional e ao trabalho, com vistas à superação de barreiras, ao fortalecimento da autonomia, do protagonismo e da participação social. O BPC Trabalho é executado pela União, por meio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), envolvendo compromissos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo sido implantado nas 27 capitais e em 1.356 municípios.

Apoio à gestão do Suas nas demais esferas e fortalecimento do controle social

Em 2012, foi criado o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (Capacita Suas), pelo qual o MDS apoia os estados e Distrito Federal na implementação de seus planos de capacitação de técnicos, gestores e conselheiros do Suas. Até o final de 2015, mais de 20,4 mil pessoas já tinham sido capacitadas pelo programa.

Para apoiar a gestão do Suas nas demais esferas federadas, foi criado o Índice de Gestão Descentralizada do Suas (IGD Suas), instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada no âmbito dos Municípios, DF e Estados. Com base nos resultados alcançados pelos demais entes nesse índice, a União transfere um incentivo financeiro para o aprimoramento da gestão. Dos 5.560 municípios habilitados no Suas em dezembro de 2015, 5.063 municípios (91%) possuíam um índice considerado satisfatório (maior que 0,5).

Segundo dados do Censo Suas 2015, 25 estados e o DF e 477 municípios (79%) com população igual ou superior a 50 mil habitantes já contam em suas estruturas organizacionais com áreas que realizam atividades de Vigilância Socioassistencial (diagnóstico, monitoramento e avaliação de demandas e ofertas da assistência social).

Após a realização da X Conferência Nacional de Assistência Social (Brasília, dezembro de 2015), está sendo elaborado o II Plano Decenal da Assistência Social, para o período 2016-2026. Concluído o plano decenal, serão empreendidos esforços para alinhar os pactos de aprimoramentos da gestão estadual e municipal do Suas, firmados em 2011 e 2013, respectivamente.

Por fim, merece destaque a implantação pelo MDS do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), onde estão sendo armazenados dados fornecidos pelos gestores municipais de assistência social sobre os serviços socioassistenciais prestados pelas entidades. A partir do mecanismo de financiamento indireto dessas entidades, o MDS é responsável pela concessão e renovação da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas). Em dezembro de 2015, usufruíam dessa certificação um

conjunto de 5,8 mil entidades e o volume de processos pendentes de decisão do MDS foi reduzido em 70% no decorrer do ano (de 7,3 mil para 2,2 mil processos), como resultado de aperfeiçoamento do processo de gestão.

Considerações Finais

Em síntese, a implementação da política de assistência social no período 2012-2015 foi marcada pela decisão de fortalecer a rede de proteção social, o que demandou significativos esforços e aportes de recursos, visando a ampliação da cobertura das ações e a capilaridade da rede de serviços. Passada essa etapa, no quadriênio que se inicia, os esforços deverão ser redirecionados à consolidação e qualificação dessa rede, visando ampliar sua efetividade no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

Para enfrentar os desafios vivenciados pelo público alvo da assistência social, no período do PPA 2016-2019, a implementação do Suas deverá articular três objetivos: manter, ampliar e qualificar os serviços de proteção social básica e especial; qualificar a gestão do BPC e fortalecer as estratégias de inclusão social de seus beneficiários; e fortalecer e qualificar a gestão do Suas e os mecanismos de controle social.

Nessa direção, os principais desafios a serem enfrentados pelo Suas neste quadriênio referem-se: à qualificação dos serviços já existentes; à ampliação da cobertura das unidades Cras nas metrópoles e municípios de grande porte; à ampliação da cobertura dos serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes) e dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; à ampliação do acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e a outras políticas públicas; e à qualificação da gestão das demais esferas, inclusive por meio da educação permanente de técnicos e gestores.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2011	58,48	31/12/2012	66,75	31/12/2013	68,07	31/12/2014	75,74
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2011	67,82	31/12/2013	73,27	31/12/2013	73,27	31/12/2014	77,8
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2011	79	31/12/2013	73,85	31/12/2013	73,85	31/12/2014	84,82
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2011	61	31/12/2013	51,84	31/12/2013	51,84	31/12/2014	70,3
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2012	42,05	31/12/2013	80,56	31/12/2013	80,56	31/12/2015	85,5
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2012	62,99	31/12/2013	75	31/12/2013	75	31/12/2015	88,3
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2011	41,38	31/12/2013	43	31/12/2013	43	31/12/2014	44,2
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2012	5,99	31/12/2013	5,94	31/12/2014	5,23	31/12/2015	3,1
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2012	3,69	31/12/2013	4,13	31/12/2014	2,98	31/12/2015	2,25
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2011	53,32	31/12/2013	51,13	31/12/2013	51,13	31/12/2014	49,31
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2011	4,7	30/09/2012	4,06	30/09/2013	3,7327	30/09/2014	4,12
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2012	-4,17	31/12/2013	8,55	31/12/2014	-3,21	31/12/2015	-19,12

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Quadro de Metas

Objetivo: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015	100,00	%	38,50	Essa meta depende do esforço conjunto do ente federal com as gestões municipais do CadÚnico. As principais iniciativas empreendidas foram a inclusão de mensagem no comprovante bancário dos beneficiários do BPC orientando-os que procurassem o responsável pelo Cadastro Único em sua cidade e a busca ativa. O último cruzamento realizado entre a base do BPC e do CadÚnico impactou negativamente a meta em decorrência da exclusão de muitos cadastros da base, por inconsistências nesses registros.
Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015	144.715,00	Pessoas Idosas	187.589,00	

Objetivo: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal	27,00	Unidades da federação	26,00	
Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais	604,00	Municípios	477,00	

Objetivo: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	44.366.728	44.619.041	43.278.627	154.536.627	151.295.654
Despesas Correntes	44.230.322	44.481.395	43.277.793	153.642.204	150.993.139
Despesas de Capital	136.407	137.647	834	894.423	302.515
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	44.366.728	44.619.041	43.278.627	154.536.627	151.295.654

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2038 – DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Visão geral do programa

A – Principais desafios - Contextualização do Programa

O Governo Federal assumiu como compromisso, para o período de 2012 a 2015, a busca pela erradicação da extrema pobreza e a implementação de ações estruturais, para que o Brasil alcançasse seu lugar entre as nações com desenvolvimento pleno e ampla justiça social. Para tal, o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública tornam-se grandes desafios à Administração Pública Federal.

Este aperfeiçoamento e inovação da gestão pública se relacionam com a adoção de novas tecnologias e práticas de gestão, a ampliação do uso de tecnologias de informação, a valorização dos servidores públicos federais, o desenvolvimento de novas habilidades da força de trabalho, de novas culturas organizacionais, dentre outras estratégias, no intuito de avançar na simplificação da relação com a sociedade, tornando os serviços públicos cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, desburocratizando procedimentos e aperfeiçoando a qualidade do serviço público.

Diante desses desafios, foi proposto para o PPA 2012-2015 o programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, que contém sete áreas de atuação:

- 1) **Governança** – Objetivo 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado;
- 2) **Serviços públicos** – Objetivo 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação;
- 3) **Recursos humanos** – Objetivo 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas;
- 4) **Recursos Públicos** – Objetivo 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas;
- 5) **Relação Federativa** – Objetivo 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade;

- 6) **Transparência** – Objetivo 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade; e
- 7) **Segurança Jurídica** - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

B – Evolução dos Indicadores

Indicador	Unid. Med.	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	31/10/12	38,5	-	-	31/12/13	82,3	12/12/14	96,2	12/12/14	96,2 (1)
% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC	%	31/10/12	2,43	-	-	31/10/13	0,01	5/2/15	0,01	31/12/15	0,0108 (1)
% de servidores públicos com curso superior	%	31/10/12	66	-	-	30/11/13	68,33	30/11/13	68,33	4/1/16	73,20 (2)
% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB	%	1/10/12	4,6	-	-	29/9/13	4,6	5/2/15	4,6	18/2/16	4,25
Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)	%	31/12/12	77	-	-	31/12/13	77	5/2/15	84	15/2/16	73,9 (3)

Fontes:

(1) Conforme MP/SEPAC – 16/2/2015

(2) Posição MP/SIAPE/SEGES – 31/12/2015

(3) SIOF – janeiro 2016

Análise

Os indicadores fixados para o Programa 2038, no período 2012-2015, foram apurados periodicamente, exceto em 2012, quando foram redefinidos. De maneira geral, os índices dos indicadores apresentaram desempenho satisfatório.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, percebe-se incremento no percentual de conclusão de obras no ano de 2014, conforme pode ser demonstrado no 11º Balanço PAC, divulgado em dezembro de 2014. O mesmo percentual foi informado em 2015, tendo em vista não haver, no ano, índice consolidado de execução das obras do Programa. Quanto ao indicador % de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC, de um total de aproximadamente 40.000 empreendimentos, apenas 61 apresentaram indícios de irregularidades.

Quanto aos indicadores da área de pessoal, o percentual de servidores com curso superior, em 2015, superou os anos anteriores e se mantém com trajetória ascendente.

Com relação à despesa de pessoal, os gastos realizados atendem ao somatório previsto no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Visão dos principais atributos do programa

Objetivos e Metas mais Relevantes

O Programa 2038 – Fortalecimento e Aperfeiçoamento da Gestão Pública concentra-se um rol de atributos que busca o aprimoramento das políticas públicas, por meio da otimização dos recursos de tecnologia da informação; planejamento, gestão do patrimônio imobiliário da União; gestão de pessoal; aperfeiçoamento do processo de alocação e de gestão dos recursos públicos; articulação federativa; e participação social na administração pública.

Dentre os objetivos que integram o Programa, destaca-se o **“0579 – Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando à melhor organização e funcionamento do Estado”**, cujo propósito é fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública. Nesse aspecto, a gestão dos imóveis da União se apresentou como recurso estratégico para o apoio às políticas públicas, em especial, àquelas voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional da Administração Pública, funcionamento do Estado, inclusão social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável.

Vinculada a este objetivo, importa ressaltar o alcance da meta **“Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União”**, que, ao longo do PPA 2012-2015, contribuiu com ações de regularização fundiária de interesse social e destinação de imóveis da União para projetos de habitação de 56 imóveis, com total de 28,2 milhões de m² e atendimento de mais de 69,8 mil famílias, em 19 estados, além da regularização direta de 776 famílias em 15 Estados.

No campo de provisão habitacional, foram destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida, nos últimos quatro anos, 59 imóveis, totalizando, cerca de 6,08 milhões de m², em benefício de 43,5 mil famílias em 19 estados. Também foram apoiados Programas de Inclusão Social, em especial os voltados para projetos de inserção territorial de comunidades tradicionais, por meio do reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais, tendo sido destinados 126,7 milhões de m², com cerca de 2.366 beneficiários em 7 estados.

No que se refere à ampliação da capacidade de gestão das receitas patrimoniais, ressalta-se a modernização dos processos de arrecadação e cobrança, de procedimentos, a implementação de novas melhorias de Sistemas de Tecnologia de Informação que resultaram em aumento da arrecadação. O montante das receitas patrimoniais, no período 2012 a 2015, foi da ordem de R\$ 3,7 bilhões.

Em relação a outras iniciativas desse objetivo, destacam-se aquelas relacionadas à disseminação de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais, visando ao conhecimento da realidade brasileira. Nesse contexto, em 2015 foram divulgados, por unidades da Federação, indicadores sobre força de trabalho, produzidos com base na

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), e informações da renda domiciliar per capita referentes a 2014, que servirão de base para o rateio do Fundo de Participação dos Estados, conforme a Lei Complementar nº 143/2013, que entra em vigor em 2016.

Também foram relevantes, no período, a reformulação das Contas Nacionais, nos termos do Manual das Nações Unidas (*System of National Accounts, 2008*), a correção de distorções na metodologia de apuração do Produto Interno Bruto – PIB, o aprimoramento da Pesquisa Mensal de Produção Industrial (PIM-PF), com a inclusão de novos produtos, e a criação da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) e do Índice de Preços ao Produtor – IPP.

No âmbito do controle, foi realizado o acompanhamento, em 2015, de 52 políticas públicas, com destaque para aquelas relativas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica; Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública; e Compensação Previdenciária. Foram fiscalizados 60 Municípios, escolhidos por meio de sorteio público, com valores fiscalizados na ordem de R\$ 1,3 bilhão, e 45 Municípios selecionados por meio de matriz de vulnerabilidade, envolvendo aproximadamente o valor fiscalizado de R\$ 2,8 bilhões.

Ainda como atividade de controle, foram realizadas, no ano passado, 84 auditorias em operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional; 2.438 em processos de tomadas de contas especiais, com potencial de retorno aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 2,7 bilhões; e foi efetuada análise de mais de 39 mil atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal. Como resultado das auditorias, destaca-se, também, o registro de benefícios não financeiros, sendo que 56,5% desses, referem-se ao aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e à implementação de melhorias nos controles internos.

O objetivo **“0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação”**, cuja proposta é direcionar as ações públicas para as necessidades do cidadão, apresentou resultados relevantes, dentre eles: lançamento de Portal de Dados Públicos (www.dados.gov.br) e a melhoria dos seguintes sistemas: Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV); Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG); Compras Net; Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP); Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Destaca-se o SICONV, que é o Portal utilizado para as transferências voluntárias do Governo Federal aos Estados, Municípios e Organizações da Sociedade Civil (OSC). O instrumento melhora a cooperação entre os entes da federação e as organizações, ao mesmo tempo em que amplia a transparência sobre a aplicação de recursos públicos. Entre os anos 2008 – 2014, as transferências voluntárias, destinadas a Municípios, Estados e OSC, chegaram a R\$ 64 bilhões.

Outras realizações importantes foram: a reestruturação e a atualização do Portal de Serviços do Governo Brasileiro - Guia de Serviços (www.servicos.gov.br), o Portal do

Servidor (www.servidor.gov.br), o Guia de Aplicativos (www.aplicativos.gov.br) e o Participa.Br, que é um ambiente organizado em comunidades temáticas para que a sociedade debata e colabore com as políticas públicas (www.participa.br). Em relação ao Guia de Serviços, o Portal alcançou, ao final de 2015, 612 serviços cadastrados por quinze órgãos.

Também foram disponibilizadas, na Internet, a integração e a visualização de dados georreferenciados existentes nas diversas instituições do Governo Federal, por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) - www.inde.gov.br.

Adicionalmente, destacam-se também no Programa os resultados alcançados pelo Objetivo **“0606 – Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas”**, pautado pela democratização das relações de trabalho, valorização dos servidores públicos federais e fortalecimento das carreiras do Poder Executivo Federal. Suas principais realizações estão relacionadas às autorizações de concursos públicos, de reposição de vacâncias, de contratações temporárias, bem como as reestruturações e criações de órgãos e entidades, além do desenvolvimento do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), que provê os órgãos e entidades de mecanismos para o manejo dos cargos comissionados e funções gratificadas na Administração Direta, Autárquica e Fundacional.

Com relação às metas do objetivo, destaca-se a meta **“Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal”**, em que foram autorizados concursos para o preenchimento de 76.576 cargos, sendo: 18.299 em 2012; 41.735 em 2013; 12.263 em 2014; e 4.279 em 2015, e autorizado o provimento de 87.729 cargos efetivos, sendo: 17.456 em 2012; 42.911 em 2013; 21.103 em 2014; e 6.259 em 2015.

Ressalta-se, ainda, a implementação do novo modelo de gestão da folha de pagamento, que propiciou R\$ 855,87 milhões de economia por meio de ações corretivas, no período de janeiro a dezembro de 2014, e R\$ 455,23 milhões de economia efetiva, pela atuação preventiva, no período de janeiro a dezembro de 2015.

Outro destaque, a edição da Lei nº 13.183, de 2015, que introduz a adesão automática aos planos de previdência complementar do servidor público dos Poderes Executivo e Legislativo Federal, registrou 18.596 participantes homologados, ao final de 2015, e 185 patrocinadores com recolhimento de contribuições.

No âmbito de outra meta que contribuiu para o alcance do objetivo, **“Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas”**, foram realizados vários programas de capacitação, tais como: Programa de Avaliação Socioeconômica de Projetos; Desenvolvimento de Competências para Consultoria no Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP); Uso das Tecnologias na Educação; Fortalecimento para a Capacidade de Gestão em Regulação (PROREG) e o de Aperfeiçoamento para Carreiras que totalizaram cerca de 8.000 servidores capacitados, no período de 2012 a 2015.

Vale destacar, ainda, a meta **“Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da APF”**, que em 2015 iniciou a Reforma Administrativa no Governo Federal, com o objetivo de promover uma maior racionalização da estrutura administrativa, buscando evitar sobreposição de atribuições entre ministérios ou mesmo entre órgãos de um mesmo ministério. Destaca-se a redução dos gastos com as estruturas de apoio (área administrativa, assessorias de comunicação, jurídica e parlamentar, etc.) e a unificação de áreas que desenvolvem políticas públicas afins em um mesmo ministério. Com essas ações, foram extintos oito ministérios, e estima-se, que até o final do processo de reforma, serão reduzidos em 30 o número de secretarias e, em 3.000, o de cargos em comissão, com economia de cerca de R\$ 200 milhões por ano.

No que se refere ao objetivo de **“0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas”**, buscou-se qualificar o processo decisório, desenvolvendo capacidades e instrumentos para acompanhar e supervisionar melhor a utilização dos recursos.

Como medida para o aperfeiçoamento da função planejamento, o Governo Federal formulou e encaminhou ao Congresso Nacional, em 2015, o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019, cuja elaboração foi marcada por intenso trabalho de coordenação entre os diversos órgãos públicos federais e sociedade civil.

Dois destaques marcaram o PPA 2012-2015: a instituição do Fórum Interconselhos, que é uma instância de participação social presente na elaboração e monitoramento do Plano. Por seu importante papel na promoção da participação social nas políticas públicas, esta iniciativa foi vencedora do prêmio *Public Service Awards* da ONU. Outro destaque foi à construção das Agendas Transversais, que, permitiu o monitoramento, no PPA, das políticas destinadas a públicos vulneráveis. Estas agendas tiveram seus conteúdos validados no Fórum Interconselhos e, anualmente, o Ministério do Planejamento apresentou a evolução da implementação dos Objetivos, Metas e Iniciativas presentes em cada Agenda.

Em relação ao PAC, a carteira de investimentos conta com aproximadamente 40 mil empreendimentos, sendo que o alcance da conclusão das obras previstas para 2011-2014 foi de 96,2%. Uma das inovações incorporadas ao PAC foi o Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Esta modalidade amplia o uso de licitações eletrônicas, põe fim ao formalismo desnecessário e ao papelório na habilitação dos concorrentes, amplia a competição e unifica a fase de recursos.

Outro destaque é o Programa de Investimentos e Logísticas (PIL), lançado em agosto de 2012. O objetivo do programa é aumentar a escala dos investimentos em infraestrutura de transportes e promover a integração de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Os resultados da primeira etapa já estão em execução, com a concessão de seis aeroportos e 5.350 km em sete rodovias. Já no setor de portos, foram aprovados investimentos em Terminais de Uso Privativo e renovados contratos de arrendamentos.

No que se refere ao aperfeiçoamento da gestão orçamentária, em 2015, o processo transcorreu sob três vertentes: (i) a busca pela eficiência do gasto público, no âmbito do Projeto Esplanada Sustentável, que estabeleceu boas práticas de gestão e uso de energia

elétrica e água e dispôs sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços; (ii) a comunicação dos principais instrumentos orçamentários e a inserção da variável de participação social no processo, como se exemplifica a reformulação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que contou com participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução, valendo-se do portal “Participa.Br” e do SIOF; e (iii) o apoio na articulação federativa, por meio da realização de seis encontros da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP), destacando-se, a análise da implementação de uma nova metodologia de interação entre os participantes, o que aumentou a integração e a articulação com os Estados.

Visando ainda a melhor alocação e uso de recursos públicos, merece destaque a criação da Central de Compras e Contratações de objetos de uso comum, que objetiva aumentar a agilidade nas compras governamentais e reduzir seus custos. A Central atua desde 2013, e mais de 320 órgãos estão habilitados. Como exemplo, a Central proporcionou uma economia de 49,5% com a contratação compartilhada de telefonia fixa para 70 órgãos, em outubro de 2013. Também se destaca a emissão de 112 mil bilhetes de viagens, com um desconto médio de 20% em relação àqueles emitidos pelas agências de viagens.

Teve expressão no objetivo a meta **“Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015”**. Ainda que a meta tenha atingido 43,3% da execução prevista, a conclusão de três processos de licitação conjunta, em 2015, gerou uma economia de aproximadamente R\$ 39,5 milhões para o governo. A contratação conjunta para serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, com o objetivo de ampliar a capilaridade da rede ótica metropolitana de comunicações INFOVIA Brasília, teve a participação de quatro órgãos e obteve uma redução de 17,9 milhões, 40% em relação ao preço de referência - R\$ 44,6 milhões. Também se destacou, no período 2012-2015, o crescimento do serviço de telefonia VoIP, que alcançou um crescimento de 24%, evoluindo de 25 para 31 órgãos conectados.

No âmbito do objetivo **“0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade”**, buscaram-se condições para que a administração pública propicie transparência dos seus atos e ações e implemente mecanismos de participação social. Como principais resultados, destacam-se os processos de diálogo com vista a manter canais de interação sobre grandes temas demandados pelos movimentos sociais brasileiros. Nesse sentido, foram constituídas e continuadas mesas de diálogo e negociação que reúnem os diversos movimentos sociais.

Destaca-se, neste objetivo, a meta **“Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas”**. As atividades voltadas à orientação e capacitação de gestores públicos sobre temas relacionados à Lei de Acesso a Informação (LAI) têm tido uma atuação intensa por parte do Governo Federal. As ações do Programa Brasil Transparente alcançaram, por meio de capacitações presenciais, aproximadamente 10.000 servidores estaduais e municipais, no período de 2013 a 2015.

Com o objetivo de apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI e do Decreto 7.724/2012, foi lançada a RedeSIC, espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao

intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) do Poder Executivo Federal. Pode-se destacar que foram registrados mais de 300 mil pedidos de acesso com pedidos vindos de mais de 80% dos municípios brasileiros, no período de 2013 a 2015.

Relativamente ao objetivo **“0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade”**, cujo princípio é assegurar base jurídica na formulação das políticas públicas, contribuíram para o alcance do objetivo a realização do III Ciclo de Reuniões Técnicas, em que os Advogados Públicos ministram cursos sobre os temas recorrentes da atuação consultivas, destinados a todos os servidores públicos federais, a partir da sala de aula da Escola da Advocacia Geral da União, em Brasília, sendo o evento transmitido a todo o País, via TV Escola.

Merece destaque, ainda, a centralização da cobrança e recuperação de créditos de todas as autarquias e fundações públicas federais e o desenvolvimento, pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), do Sistema de Dívida Ativa (SISDAT), para a gestão informatizada desses créditos inscritos em dívida ativa.

A Procuradoria Geral da União (PGU) atua em áreas estratégicas, como recuperação de ativos, através de acordos, obtendo uma importante vitória, em 2015, ao garantir o ingresso aos cofres da União de R\$ 805.525.379,12, em decorrência de acordo celebrado com o Município de São Paulo, no caso que trata dos parâmetros de revisão dos contratos de refinanciamento de dívidas públicas.

Na administração pública, em 2015, duas atuações jurídicas trouxeram novos entendimentos para Administração Pública. Uma delas foi a garantia, na justiça, da compra direta de passagens áreas pelos órgãos públicos e que trouxe uma economia estimada de R\$ 96 milhões aos cofres públicos; outra é a determinação de que os novos servidores, oriundos do serviço público estadual ou municipal, ingressem na FUNPRESP (Previdência dos Servidores Públicos) e não no antigo sistema de previdência do serviço público federal.

Considerações finais

Em que pese os avanços obtidos durante o PPA 2012-2015, ainda há muitos desafios a serem superados com vistas ao fortalecimento da democracia e aperfeiçoamento da gestão pública.

Para o PPA 2016-2019 o Programa reforça o compromisso da administração pública de continuar avançando na simplificação da relação com a sociedade, tornando os serviços cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, aperfeiçoando procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade do serviço público.

Desta forma, os Objetivos para o próximo quadriênio focam na ampliação do conhecimento da realidade brasileira e da eficiência da gestão, tanto de recursos e processos, incluindo o uso integrado de tecnologia de informação, quanto da força de trabalho, por meio da capacitação e das políticas de diversidade do quadro de servidores.

Também há Objetivos que reforçam a estratégia de participação social como fundamental para o fortalecimento da democracia, o que abrange a transparência, o acesso à informação e os espaços institucionais de interlocução e legitimação com os cidadãos e setores da sociedade.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	31/10/2012	38,5			31/12/2013	82,3	05/02/2015	92	05/02/2015	92
% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC	%	31/10/2012	2,43			31/10/2013	0,01	05/02/2015	0,01	05/11/2015	0,0015
% de servidores públicos com curso superior	%	31/10/2012	66			30/11/2013	68,33	30/11/2013	68,33	30/09/2015	72,11
% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB	%	01/10/2012	4,6			29/09/2013	4,6	05/02/2015	4,6	31/08/2015	4,43
Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)	%	31/12/2012	77			31/12/2013	77	05/02/2015	84	30/11/2015	93,11

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Quadro de Metas

Objetivo: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos	100,00	%	98,30	

Objetivo: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015	60,00	Serviços	63,00	

Objetivo: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Presidência da República

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Advocacia-Geral da União

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados	10,00	%	112,50	Inserida na parte final da Análise situacional da meta.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	674.446	738.945	529.389	3.281.538	2.032.141
Despesas Correntes	649.770	714.240	526.797	2.783.873	1.965.022
Despesas de Capital	24.676	24.705	2.592	497.665	67.119
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	674.446	738.945	529.389	3.281.538	2.032.141

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2039 – GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Visão Geral do Programa

Inserido no contexto de expansão do mercado interno, particularmente do mercado de consumo de massa, o Programa foi concebido no intuito de dar continuidade e promover o crescimento sustentado, com inclusão social e redução das disparidades sociais e regionais, bem como garantir a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, a partir de fundamentos macroeconômicos sólidos. Porém, devido a diversos fatores externos e internos, o quadro macroeconômico entre 2012 e 2015 mostrou-se bastante desafiador. Tais fatos trouxeram impactos significativos para o alcance dos desafios inicialmente estabelecidos.

Diante deste cenário, entre 2012 e 2014, a política macroeconômica absorveu esses impactos parcialmente com a expansão dos programas de investimento público¹⁸ e do aumento dos subsídios ao setor privado com vistas a criar incentivos ao investimento privado com financiamento público. A política fiscal administrou parte do aumento dos custos de energia e também financiou ações específicas de combate à seca para a população diretamente atingida.

Desempenho do Programa no quadriênio 2012-2015

O Governo Federal implementou diversas medidas de incentivo à produção e melhoria da competitividade da economia. As medidas foram fundamentadas na redução de custos produtivos, com destaque para as ações de desoneração tributária. A propósito, destaca-se a desoneração da folha de pagamentos e a definição de condições tributárias diferenciadas para a incidência de tributos federais sobre determinados bens e atividades, a exemplo dos regimes especiais de tributação e da alteração do arcabouço de tributação do PIS/COFINS e do IPI, com o intuito de estimular a atividade produtiva. As diretrizes de política industrial e de mercado de capitais, implementadas no âmbito da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, convertida na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, ratificam a orientação estratégica do governo quanto a definição de condições para dinamizar a atividade produtiva, o ambiente de negócios e as relações de mercado e, por conseguinte, para aumentar o potencial de crescimento de longo prazo da economia doméstica.

O Brasil encerrou o ano de 2011 com o seu principal indicador de solvência, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), em 34,5% do PIB. Nos anos subsequentes, o crescimento econômico esteve abaixo do considerado ideal, o que prejudicou o desempenho da

¹⁸ Tais como a 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, Programa de Investimentos e Logística - PIL, Minha Casa, Minha Vida - MCMV.

arrecadação, e o avanço dos resultados fiscais, principalmente devido ao elevado percentual de obrigatoriedade da despesa pública. Apesar disso, com cortes de despesas discricionárias, alguma reformulação de despesas obrigatórias e esforços de arrecadação, o Brasil conseguiu cumprir as metas fiscais estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de 2012 a 2015. Estes esforços, aliados à composição da dívida pública, permitiram chegar ao final deste período do Plano Plurianual com a DLSP nos mesmos patamares de 2011: 34,3% do PIB em novembro de 2015, um patamar considerado baixo para o padrão histórico do País.

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2015, foi de R\$ 111,2 bilhões para o Setor Público e de R\$ 116,7 bilhões para o Governo Central. Esses resultados estão em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2015, considerando a possibilidade de abatimento e a de compensação entre as metas do Governo Central, das Estatais Federais e dos Governos Regionais, conforme estabelece o seu art. 2º. Já o resultado do Governo Central pelo método acima-da-linha, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN apresentou, até 31/12/2015, o déficit de R\$ 115,0 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

A taxa de inflação medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2015, alcançou 10,67%, ultrapassando, assim, o limite superior do intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais (p.p.) acima da meta de 4,5% ao ano (a.a.), estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) por meio da Resolução nº 4.237, de 28 de junho de 2013. Para garantir que pressões detectadas em horizontes mais curtos não se propaguem para horizontes mais longos, mantendo a política monetária especialmente vigilante, o Banco Central iniciou, ainda no segundo trimestre de 2013, ciclo de aperto monetário que alcançou 450 pontos base até o final de 2014. Essa postura de política monetária continuou em 2015, totalizando 700 pontos base (p.b.).

O processo de recuperação da economia global manteve-se heterogêneo no ano de 2015. A atividade econômica seguiu em expansão, embora com menor dinamismo, nos Estados Unidos, Reino Unido e na Área do Euro, contrastando com o processo recessivo observado no Japão. O ritmo de expansão econômica da China mostrou acomodação, mas em patamar significativamente superior à média da economia mundial, e o crescimento da maior parte das demais economias emergentes manteve-se em patamar inferior ao esperado. Apesar dessa heterogeneidade, a atividade econômica global mostrou moderação em 2015.

No Brasil, o PIB retraiu 1,7% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao segundo, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A análise sob a ótica da oferta revela variações respectivas de -2,4%, -1,3% e -1,0% na agropecuária, na indústria e no setor de serviços. O desempenho do setor industrial repercutiu, em especial, as retrações de 3,1% na indústria de transformação e de 0,5% na construção civil. Sob a ótica da demanda, destacou-se a redução de 4,0% na formação bruta de capital fixo (FBCF), resultado compatível com o impacto da crise de confiança observada no país sobre decisões de investimento. O consumo governamental avançou

0,3% e o das famílias recuou 1,5% (terceira retração trimestral consecutiva). As exportações e as importações decresceram 1,8% e 6,9%, respectivamente, no trimestre.

Nesse contexto, as operações de crédito mantiveram tendência de desaceleração ao longo de 2015. Esse comportamento repercutiu elevações das taxas de juros e o cenário de retração da atividade econômica e deterioração tanto dos indicadores de confiança quanto de emprego e renda. A perda de dinamismo no mercado de crédito foi mitigada parcialmente pelo desempenho das carteiras com recursos direcionados, em particular nas modalidades financiamentos imobiliários e rurais.

Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

O risco de liquidez de curto prazo permaneceu em nível confortável para o Sistema Financeiro Nacional (SFN) em todo período do quadriênio, apesar do cenário de maior estresse de mercado, com volatilidade nas taxas de juros e câmbio, que pressionou a necessidade de liquidez dos bancos. Nos primeiros anos do período, foi observada pressão por aumento da rentabilidade com operações de crédito em detrimento da manutenção de ativos de alta liquidez, com leve aumento do risco de liquidez. Em 2015, em face à retração da atividade econômica, retorna-se a preferência por ativos mais líquidos com consequente redução desse risco. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continuou baixo e as operações de longo prazo foram suportadas em todo período por fontes de recursos estáveis.

Quanto ao risco de crédito, o expressivo crescimento do crédito em 2012 e 2013 iniciou um processo de reversão em 2014. Tal movimento intensificou-se em 2015, ano em que o desaquecimento econômico, o aumento das taxas de juros, as condições menos favoráveis no nível de emprego e a redução da confiança dos consumidores e dos empresários influenciaram a redução da demanda por crédito e a adoção de critérios de concessão mais conservadores pelas instituições financeiras. Mesmo nesse ambiente, a inadimplência não apresentou aumento significativo, contida parcialmente por cessões e renegociações. Por sua vez, o montante de provisões continua superior à inadimplência, o que evidencia a resiliência do sistema de crédito ante o cenário acima descrito.

A rentabilidade do sistema bancário apresentou alta consistente desde 2012, influenciada por maiores margens de intermediação, com destaque para ajustes nas taxas de concessão e para resultados com tesouraria. As despesas com provisões caíram seguindo a migração das carteiras de crédito para operações de menor risco e rentabilidade, porém a tendência de queda nas provisões se inverteu em 2015 impactando as margens líquidas. Os bancos direcionaram esforços para ganhos de eficiência e buscaram fontes diversas de receita, com incremento de rendas advindas do segmento de seguros, meios de pagamento e ampliação de outros resultados de participação societária, mantendo a rentabilidade em 2015 mesmo em ambiente adverso.

A solvência do sistema bancário se mostrou em patamar elevado durante o período e continua em situação confortável. Em outubro de 2013 foi introduzido o arcabouço regulatório de Basileia III no Brasil. Desde então, os processos de retenção de resultados e emissão de novos instrumentos pelas instituições financeiras têm sido suficientes para fazer frente ao cronograma de implementação e à expansão da base de ativos ponderados pelo

risco, mantendo os índices regulamentares estáveis e em patamares elevados. Com os níveis atuais de capitalização, a maior parte das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos em Basileia III para 2019.

Atuação do Brasil nos Fóruns Econômicos Mundiais

Em relação à participação do Brasil na economia global, no período 2012-2015, houve avanços significativos no sentido de aumentar a participação relativa do Brasil nas instituições de Bretton Woods (FMI e Grupo Banco Mundial), bem como para desenvolver e negociar regras e modelos alternativos de governança econômica internacional, nos bancos multilaterais de desenvolvimento e nas demais instituições financeiras internacionais. A Reforma do FMI de 2010 foi finalmente aprovada em 2015, devendo ser implementada em 2016. No Grupo Banco Mundial, o Governo se empenhou ativamente na integralização de mais capital, embora os resultados dessas medidas ainda estejam em processo de definição. Além disso, o Governo teve atuação relevante nos bancos internacionais nascentes, auxiliando na constituição de um novo paradigma de governança econômica. Protagonizou, em conjunto com outros órgãos do governo federal, e com os demais países do bloco BRICS, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Analogamente, o MF tem participado das negociações do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), cujas atividades foram iniciadas no final do ano de 2015. Caso ratifique o tratado internacional que criou o AIIB, o Brasil poderá ingressar nesse segundo banco na condição de membro fundador.

No âmbito do G-20 e do Conselho de Estabilidade Financeiro, houve evolução em várias matérias de regulação financeira, restando finalizar para o período seguinte detalhes da reforma do quadro de capital de Basileia III, medidas para eliminar a possibilidade de haver bancos grandes demais para falir e iniciativas para tornar os mercados de derivativos mais seguros. No que tange à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram assinados, em 2015, o Acordo Marco para Cooperação entre o Brasil e a Organização e o Programa de Trabalho Brasil-OCDE para 2015 e 2016, dando um caráter institucional ao relacionamento com o Brasil. Essas atribuições se somaram ao planejamento e à realização de encontros entre o Ministério da Fazenda e a entidade correspondente em vários governos estrangeiros, consolidando os encontros como canal privilegiado para troca de informações. Foram também executados estudos e assessoramento técnico em assuntos atinentes à conjuntura econômica internacional e em política econômica externa, com foco nos países que compõem o G20.

Aperfeiçoamento de Medidas Regulatórias das Atividades Econômicas

No que tange ao aperfeiçoamento de medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular, os resultados de 2015 concernentes às metas estipuladas mostram-se favoráveis. Tanto no campo do acompanhamento de eventos promocionais quanto no da realização de manifestações sobre atividades econômicas os resultados alcançados superam as estimativas feitas inicialmente.

No que tange à homologação e ao acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais, o resultado de 2015 (625 eventos acompanhados) superou em 4% a

previsão para o ano (600 eventos). Ao mesmo tempo, o resultado acumulado ao longo do quadriênio 2012-2015, que foi de 3.719, contra uma previsão de 2.400 eventos, representa uma superação de 55% da meta estipulada.

Foram apuradas, em 2015, 432 manifestações sobre regulação de atividades econômicas, contra uma estimativa inicial de 75. O resultado acumulado no quadriênio foi de 1.541 manifestações realizadas, enquanto a meta estipulada era de 300 manifestações para o período. A grande variação entre os valores efetivamente apurados e aqueles previstos quando da formulação da meta são explicados por alteração na competência do MF, enquanto autoridade concorrencial. Neste íterim, ainda que tenha deixado de atuar na análise de atos de concentração, o MF fortaleceu o seu papel na promoção da concorrência, vindo a intensificar sensivelmente as suas manifestações sobre regras regulatórias. Tal fato contribuiu para a projeção de um cenário, ainda em 2011, que se difere do atual momento da instituição em termos de competência legal para atuar em questões concorrenciais.

Educação Financeira e Inclusão Bancária

Logo no primeiro ano do quadriênio, a CVM inaugurou o seu ambiente virtual de aprendizagem, oferecendo ao público quatro cursos, sendo três inteiramente novos (Investindo em valores mobiliários, Educação Financeira e Direitos e Deveres dos Acionistas Minoritários). Pelo interesse anteriormente despertado, foi mantido o curso de matemática financeira, que já estava disponível no Portal do Investidor (www.portaldoinvestidor.gov.br). A CVM também ampliou a sua presença educacional nas redes sociais, com o lançamento do canal CVM Educacional (que já estava presente no Twitter desde 2010), no YouTube e no Facebook.

Para auxiliar as pessoas de baixa renda na compreensão do funcionamento do sistema financeiro, do bom uso dos recursos disponíveis em conta, do crédito e dos serviços financeiros decorrentes dessa relação, foi feita a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13. Outra ação realizada foi a confecção dos vídeos “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”, o que reforçou de maneira significativa os esforços da CAIXA na capacitação desse público-alvo no tema em questão.

No que se refere à disponibilização de um portfólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados a essa camada da população brasileira, a participação da CAIXA correspondeu às expectativas traçadas no PPA para atuação do banco nesse tipo de negócio. O cumprimento da meta financeira prevista para essa iniciativa ao final do ciclo 2012-2015 evidencia a contribuição positiva da CAIXA para viabilizar ao cidadão de baixa renda o acesso a produtos que complementam seu consumo, dão segurança e estabilidade a sua família.

No que diz respeito à iniciativa de viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda, inicialmente a CAIXA operou com a conta CAIXA-Fácil, uma modalidade simplificada de conta corrente com o propósito de permitir a inclusão financeira das pessoas de baixa renda. Todavia, após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência desse nicho de cliente para essa nova

modalidade, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto.

Supervisão e Regulação do Mercado de Capitais

Dentre as iniciativas direcionadas ao fortalecimento da sua capacidade institucional para a gestão das atividades de supervisão do mercado de valores mobiliários, no quadriênio 2012-2015, a CVM conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Entre os anos de 2012 e 2014, as ações preventivas de supervisão foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos nos Planos Bienais 2011-2012 e 2013-2014. O Plano para o biênio 2015-2016 refletiu a experiência obtida nos anos anteriores, notadamente em decorrência do amadurecimento do processo interno de compreensão e avaliação de riscos emergentes, seja no âmbito da supervisão baseada em risco ou dos demais comitês internos de gestão de riscos, como o Comitê de Identificação de Riscos (CIR) e o Comitê de Governança de Riscos Institucionais (CGRI).

A meta estabelecida no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, quanto a ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários, foi alcançada em sua integralidade, mediante a divulgação de dois Planos Bienais e de oito Relatórios Semestrais¹⁹. A respeito das atividades de regulamentação, merece destaque a edição de mais de 50 normativos destinados à modernização do arcabouço regulatório do mercado de valores mobiliários, incluindo aqueles relacionados a assuntos contábeis, que dispuseram, dentre outros assuntos, sobre a aprovação de pronunciamentos e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No quadriênio, merece registro o crescimento das ofertas de títulos do agronegócio. Em 2015, o volume de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) registrados na CVM alcançou R\$ 2,7 bilhões, quase duas vezes o total de 2014 (R\$ 1,4 bilhão). Tal evolução demonstra a importância do mercado de capitais para o financiamento desse relevante setor da economia brasileira.

No período 2012-2015, ressalta-se também o fato de que a CVM aprofundou significativamente sua atuação relacionada à promoção da educação financeira, em consonância com as metas estabelecidas no PPA, como instrumento para proteção dos consumidores financeiros, fomentando o desenvolvimento de uma necessária cultura de poupança e investimento na população.

Em termos de relações internacionais, neste quadriênio, a CVM participou ativamente do Financial Stability Board (FSB), órgão criado pelo G20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira, e dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) em seus diversos Comitês.

¹⁹ Disponíveis na página www.cvm.gov.br.

Supervisão e Regulação do Mercado de Seguros e Previdência

Os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta colaboram com o desenvolvimento econômico do país, desonerando o Estado e promovendo progressos sociais. Os segmentos desses mercados apresentaram um bom desempenho ao longo do período. A expectativa do mercado supervisionado pela Susep aponta para uma receita total superando R\$ 215 bilhões e ativos totais superando R\$ 780 bilhões no período. Estão em atividade 113 sociedades seguradoras, 125 resseguradores, 18 sociedades de capitalização, 23 entidades abertas de previdência complementar, 26 corretores de resseguros e mais de 96 mil corretores de seguros.

Descontada a inflação medida pelo IPCA, o crescimento real acumulado, no período compreendido entre 01/01/2012 e 30/11/2015, foi de 44.79%, foi bem acima da meta estabelecida de 30%. Isso quer dizer que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trouxeram problemas para o atendimento da meta estabelecida.

Quanto à regulamentação, em relação às medidas voltadas para o mercado interno, encontram-se em processo de reformulação os normativos que regem as operações de títulos de capitalização e, em fase de conclusão, os normativos referentes aos seguros de riscos de engenharia, de responsabilidade civil hangar e o popular de automóvel, estando este último já em consulta pública. Merece destaque também a aprovação dos produtos de seguro para atender ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e para o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

Foram publicadas normas sobre Elementos da Apólice, Seguro DPVAT, Tábuas Biométricas, Resseguro, Cobertura de Risco em Seguro de Pessoas. Em destaque, 2 normas sobre solvência sofreram significativo aperfeiçoamento, facilitando a consulta e o próprio processo de regulação do mercado. A Susep também criou uma nova regra obrigando as companhias a implantar uma política de gestão de riscos, estimulando a adoção de boas práticas de governança dentro das empresas. Todos esses normativos contribuíram para fomentar os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta.

Objetivando atender à iniciativa de desenvolver e aperfeiçoar produtos destinados à inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, durante o ano de 2012 foi editado um conjunto de normativos que regulamentou as atividades de microsseguros, imprescindível para a sustentabilidade do processo de inclusão social e financeira no País. Foram regulamentados, também, novos canais de distribuição para o produto, como: corretor de microsseguros, correspondentes de microsseguros, representantes de seguros e a contratação por meios remotos. Em 2013, foi iniciada a operação dos microsseguros. Em 2014, foi feita revisão das normas que regem os planos de microsseguros, bem como foram publicados normativos regulando novos canais de distribuição. Desde 2013, ano em que se iniciou a operação desses planos, até 2015, observou-se considerável crescimento nesse segmento. O principal ramo de microsseguros comercializado foi o ramo de microsseguro de pessoas.

Em relação à prevenção de riscos e à manutenção da solvência das entidades, foram adotadas diversas medidas. Entre elas a conclusão e consolidação das normas de solvência e uma norma que tornou obrigatória às supervisionadas a apresentação de percentual mínimo de liquidez de ativos em relação aos capitais de risco, o que certamente traz mais solidez ao mercado supervisionado. A Susep elaborou e publicou minuta de Circular estabelecendo a obrigatoriedade de as companhias implantarem uma política de gestão de riscos (ERM). A Susep, também, aprovou a exigência às empresas supervisionadas de auditoria atuarial independente, que passa a ser feita por auditores contratados e de fora da empresa, o que deverá conferir mais transparência, confiabilidade e, conseqüentemente, mais solidez ao setor.

Houve, em 2015, aumento das ações de fiscalização presenciais com foco na prevenção de riscos e na manutenção da solvência das entidades. Essas fiscalizações são realizadas através dos módulos contábeis, consumidor, controles internos, governança e tecnologia da informação. As fiscalizações contábeis em conjunto com demais procedimentos de supervisão da Susep, objetivam fornecer maior segurança quanto a fidedignidade das demonstrações contábeis publicadas. Foram realizadas em 2015, 65 ações de fiscalização direta presencial no módulo de solvência (módulo contábil), 53 no módulo consumidor e ouvidoria, 26 ações em Controles internos, uma ação em governança corporativa e 5 ações em Tecnologia da Informação, num total de 202 ações de fiscalização do mercado.

Apoio e Garantia à Atividade Exportadora

No que diz respeito ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), no quadriênio 2012-2015, foram aprovados US\$ 29,9 bilhões em garantias no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE). Foi promovida a contratação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) para a execução de todos os serviços relacionados ao SCE, substituindo a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE) nesse papel. Com a publicação do Decreto nº 8.301/14, foi facilitada a obtenção do SCE pelas indústrias do setor de defesa com a redução das exigências de contragarantias, retirada da limitação do prazo máximo de financiamento e ampliação da possibilidade dessas exportações serem financiadas também por bancos privados. Foi feita alteração nas alçadas de aprovação para conferir mais agilidade a operações com Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), tendo as primeiras operações envolvendo essa categoria de exportador ocorrido em 2015. Também foram concluídas as primeiras operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE com sindicalização bancária, aumentando assim o número de bancos privados financiando operações de exportação cobertas pelo SCE/FGE de um, em 31/12/2012, para quatro, em 31/12/2015.

No período houve a promulgação da Lei nº 12.995/14, que passou a autorizar a contratação de advogados já engajados nas operações para realizar a recuperação de créditos, algo que confere maior agilidade e efetividade à recuperação, bem como alterações legais com o objetivo ampliar o rol de beneficiários do SCE, de forma a favorecer as exportações brasileiras, alinhar às práticas das Agências de Crédito à Exportação estrangeiras, ampliar a cobertura da União para as operações com produtos agrícolas destinadas ao preenchimento das cotas tarifárias para mercados preferenciais,

dispensar a União de recuperar créditos, pela via judicial, quando isso se mostrar jurídica e economicamente inviável - evitando despender ainda mais recursos, entre outras.

A recuperação de créditos em face de pessoas jurídicas de direito privado no exterior teve importantes avanços. Foi estabelecida parceria com a AGU para realizar a contratação de escritórios de advocacia no México, que serão responsáveis por cobrar localmente devedores do FGE. Além disso, em 2015 foram concluídas com sucesso os primeiros acordos de reestruturação e renegociação de dívida com empresas privadas na Argentina.

Considerações Finais

Para o próximo ciclo, é primordial a retomada do crescimento econômico de forma gradual e sustentável. Neste intuito, o programa 2039 foi reestruturado para o ciclo 2016-2019 com ações voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria do ambiente de negócios, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.

Para criar as condições sistêmicas adequadas à manutenção da estabilidade econômica, serão continuadas as ações de supervisão do Sistema Financeiro Nacional, em termos da organização, regulamentação, saneamento e fiscalização. O controle de inflação é outro fator tratado como prioridade. Para a arrecadação tributária, a modernização é um fator essencial para atingir a arrecadação prevista, envolvendo, principalmente, a fiscalização do Estado e a simplificação de procedimentos legais, burocráticos e tecnológicos.

Ainda neste novo contexto, é importante para o país aprimorar as contas públicas, bem como otimizar os gastos de modo que sejam cada vez mais efetivos. A revisão das desonerações e a política de realinhamento de preços públicos e da taxa de câmbio gerarão os incentivos corretos para o setor privado alocar seus recursos de modo mais eficiente. A promoção de investimentos em infraestrutura será priorizada a partir da ampliação e redesenho do programa de concessões para estimular o aumento da taxa de investimento. Isto contribuirá para eliminar gargalos ao crescimento. O estímulo à participação do setor privado e a coordenação entre público e privado são medidas a serem intensificadas.

O foco na melhoria do ambiente de negócios também será uma prioridade com a proposição de políticas regulatórias e concorrenciais que propiciem o desenvolvimento e a promoção da concorrência com as práticas internacionais, no vislumbre de aperfeiçoar continuamente o modelo concorrencial brasileiro. As diretrizes da política econômica consignam para ações que aperfeiçoem e assegurem a continuidade dos avanços obtidos com as políticas e programas sociais e permitam estabelecer as condições para a inserção da população em melhores condições no ambiente produtivo.

Para o mercado de seguros é essencial manter o atual crescimento. Destaca-se também a evolução da previdência complementar, o marco para o desenvolvimento do microsseguro, a privatização do mercado de resseguros e a implementação do modelo de supervisão baseado em riscos. É preciso assegurar a continuidade desse crescimento e mais do que nunca se torna uma necessidade a atualização do arcabouço legal que regulamenta esses mercados.

Finalmente, percebe-se a necessidade de continuar ampliando a presença do Brasil no cenário econômico internacional, de modo a apoiar a transformação das estruturas de governança, adequando-as à nova realidade da economia mundial e refletindo o peso econômico relativo das economias emergentes, incluindo o Brasil, bem como de aumentar os fluxos de investimentos entre o Brasil e o resto do mundo.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	37,98	31/12/2012	32,25	31/12/2013	30,59	31/12/2014	33,11	31/12/2015	36,04
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	31/10/2012	94,7	30/11/2013	92	31/12/2014	94,8	30/11/2015	92,9
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	%	31/12/2010	20,53	31/12/2012	20,72	31/12/2013	20,95	31/12/2014	20,18	31/12/2015	18,16
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,53	31/12/2012	1,92	31/12/2013	3,02	31/12/2014	0,1	31/12/2015	-3,85
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2012	60	31/12/2013	44	31/12/2014	13	31/12/2015	22
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	15/01/2013	64,8	31/12/2013	58,15	31/12/2014	53,33	31/12/2015	64,31
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	15/01/2013	59,18	31/12/2013	58,15	31/12/2014	55,82	31/12/2015	55,54
Resultado Primário anual do Governo Central	R\$ bilhão	31/12/2010	101,7	31/12/2012	104,95	31/12/2013	91,31	31/12/2014	-32,54	31/12/2015	-111,25
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2012	9,08	31/12/2013	15	31/12/2014	14	31/12/2015	11,123
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2012	57,34	31/12/2013	51	31/12/2014	43,69	31/12/2015	32,1876
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	31/12/2012	3,66	30/11/2013	3,63	31/12/2014	3,88	30/11/2015	3,59
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2012	5,84	31/12/2013	5,91	31/12/2014	6,41	31/12/2015	10,67

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Quadro de Metas

Objetivo: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias			-116,70	Meta alcançada. O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2015, foi de R\$ 116,7 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2015, (Lei nº 13.080, de 02/01/2015, alterada pela Lei nº 13.199, de 03/12/2015) considerando a possibilidade de abatimento e a de compensação entre as metas do Governo Central, das Estatais Federais e dos Governos Regionais, conforme estabelece o seu art. 2º.
Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN	6,50	%	10,67	Entre 2012 e 2015, a meta só não foi cumprida no último ano. Em 2015, a inflação de 10,67%, refletiu os efeitos de dois importantes processos de ajustes de preços relativos na economia: o realinhamento dos preços administrados em relação aos chamados preços livres e o realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais. Esses ajustes fizeram com que a inflação ultrapassasse o limite superior do intervalo de tolerância de 2,0 p.p. acima da meta de 4,5% a.a., estabelecida pelo CMN.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização	100,00	%	99,87	Entre 2012 e 2015, a média mensal de instituições desenquadradas no SFN foi de 23 totalizando patrimônio inferior a R\$ 247 milhões e valor médio de R\$ 242 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível consolidado. O segmento bancário teve média mensal de 2 instituições desenquadradas, enquanto o não-bancário de 21. Conclui-se, assim, que ainda que não se tenha garantido o enquadramento de 100% das instituições, o SFN se mostra bastante sólido quanto ao nível de capitalização de suas instituições.

Objetivo: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais	2.400,00	Eventos	3.719,00	Meta alcançada, superada em 55%.
Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas	300,00	Manifestações	1.541,00	Meta alcançada, superada em 414%.

Objetivo: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015	30,00	%	44,79	Meta alcançada. Observou-se uma expansão real de 44,79%, quando considerado o IPCA acumulado de 30,75%, significando que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trarão problemas para o atendimento da meta de aumento de 30%, no valor das provisões entre 2012 e 2015.

Objetivo: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	592.757	583.094	415.570	2.101.218	1.634.531
Despesas Correntes	431.867	438.409	308.600	1.729.807	1.386.143
Despesas de Capital	160.891	144.686	106.970	371.411	248.388
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	592.757	583.094	415.570	2.101.218	1.634.531

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA TEMÁTICO 2040 – GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES

Visão consolidada do Programa

A intensificação da ação humana no meio ambiente, potencializado pelo crescimento demográfico e pela falta de planejamento urbano acumulado ao longo de décadas, culminou em situações recorrentes de população de regiões vulneráveis suscetíveis aos riscos de desastres naturais.

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a grande maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.

Para a consecução de diversas ações do Programa, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres. O conjunto representa 88% dos desabrigados e desalojados e 94% das mortes registradas entre os anos de 1991 e 2010 no universo de 3.792 municípios que apresentaram registros de desastres naturais. Deste conjunto de municípios, pode-se identificar um subconjunto de maior criticidade composto por 286 municípios, responsáveis por 89% das mortes registradas no período de análise e por 55% da população afetada.

Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, que abrange parte substancial dos objetivos, metas e iniciativas deste Programa, além de atributos de outros programas das áreas de saúde, defesa e recursos hídricos. O Plano Nacional é composto por quatro eixos: Prevenção, Monitoramento e alerta, Mapeamento das áreas de risco e Resposta e reconstrução.

Figura 01 – Municípios críticos a inundações, enxurradas e deslizamentos



Dentre os indicadores do Programa estão o número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC e a porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres.

Visão dos principais atributos do programa

No eixo prevenção, as intervenções estruturais de drenagem urbana, que concentraram grande parte do montante de recursos destinados ao programa, consistiram em obras de implantação, complementação ou adequação dos sistemas de macrodrenagem urbana, com vistas à contenção e ao controle de vazões de pico, privilegiando, preferencialmente, a redução, o retardamento e o amortecimento do escoamento das águas pluviais, e proporcionando o reassentamento de comunidades implantadas no interior de planícies de inundações, cujas soluções devem estar embasadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais. Ainda, para atingir o Objetivo, o Governo realizou ações de apoio ao planejamento e à execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos, executou intervenções de controle de cheias, além do apoio ao planejamento e o monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos.

A meta relativa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável, cuja carteira integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que era a de contratar R\$ 9 bilhões, foi atingida ainda em 2013 e, em 2015, totalizou R\$ 9,27 bilhões em valores de repasse da União (orçamentários e extra orçamentários), relativos a 124 empreendimentos, beneficiando diretamente 77 municípios. Assim, houve uma superação da meta estipulada em 3,0%. Desse valor contratado, R\$ 7,47 bilhões correspondem a empreendimentos contratados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), e R\$ 1,80 bilhão àqueles contratados com recursos de financiamentos (empréstimos públicos). Dentre as obras concluídas no ano de 2015, destaca-se o empreendimento Controle de Enchentes na Bacia do Rio Acari na cidade do Rio de Janeiro (RJ), com investimentos de R\$ 101,7 milhões, gerando benefícios diretos para 40 mil famílias.

Entre 2012 e 2015, foram concluídas dez obras relativas ao controle de cheias e de erosões fluviais, também integrantes da carteira do PAC, quais sejam: obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota (SC), no Município de Luís Alves (SC), Contenção de erosão fluvial na orla do município de Boca do Acre (AM); Contenção de erosão fluvial na orla do município de Carauari (AM); Macrodrenagem, dragagem, desassoreamento, construção de canais, no município de Navegantes (SC). A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 121 mil habitantes. Também foram concluídas as obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode (SC); obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins (TO), a implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ) e as obras de Macrodrenagem em Salvador (BA). A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 470 mil habitantes, sendo 400 mil em Salvador (BA).

Na meta relativa às obras de contenção de encostas, a carteira (PAC) de empreendimentos contabiliza um valor de repasse de R\$ 2,27 bilhões, referente a 136 empreendimentos contratados, beneficiando 82 Municípios em 9 Estados. Até dezembro de 2015, 96% dos termos de compromisso desta carteira foram iniciados, sendo que o restante encontra-se na fase de elaboração de projetos ou de preparação de processos licitatórios. Destacam-se as obras executadas em Salvador (BA), com investimentos de R\$ 178 milhões, em diversos bairros da cidade, como Retiro, São Caetano, Lobato, Cajazeiras e Pau da Lima. Já foram concluídas obras em 20 setores de risco alto ou muito alto a deslizamento de encostas.

No aspecto de apoio ao planejamento urbano, até dezembro de 2015, foram iniciados os trabalhos de elaboração de 66 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em municípios críticos a esses desastres naturais, das quais 20 estão concluídas, a exemplo dos Municípios de Ipojuca/PE, Igrejinha/RS, Florianópolis/SC e São Bernardo do Campo/SP. Tais cartas consistem em um instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, áreas aptas ou impróprias para a ocupação permanente. No eixo de resposta aos desastres, no período de 2012 – 2015, destacaram-se as seguintes ações: execução do Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID – e a ampliação da Operação Carro Pipa. Destacaram-se, ainda, as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres.

O Auxílio Emergencial Financeiro – AEF é destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas pela seca com renda mensal média de até dois salários mínimos. Para que as famílias recebessem o auxílio, o Município deve ter o estado de calamidade pública ou a situação de emergência reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional. Dado o avanço da grave seca iniciada em 2012, o benefício foi mantido durante o ano de 2013 e estendido até dezembro de 2014. O AEF chegou a atender mensalmente a mais de um milhão de famílias vítimas da estiagem, contribuindo para minimizar os efeitos ocasionados pela seca, especialmente no Nordeste brasileiro. Os Estados com maior número de beneficiários foram Ceará, Piauí e Pernambuco.

Nas ações de resposta, destaca-se o Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC, que é um meio de pagamento específico para ações de socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais. Ele foi instituído em 2011 e a partir de 2012 tornou-se forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O CPDC tem proporcionado mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública no auxílio à resposta. Até o final de 2015, 2.293 municípios aderiram ao Cartão. Dos 821 municípios prioritários, 805 adotaram, totalizando 98% de cobertura do instrumento. Quanto aos governos estaduais, 25 estados já usam a sistemática do CPDC. Entre 2012 e 2015, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R\$ 964 milhões. O Governo Federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta, 21 estados e 303 municípios em diversas situações de desastres.

Por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, cujo uso é obrigatório desde o início de 2013 para a solicitação do reconhecimento federal da

situação de emergência ou estado de calamidade pública, tem se obtido significativos ganhos em agilidade e transparência na gestão de riscos de desastres a partir da informatização desse processo.

Um dos indicadores do Programa refere-se à intersecção entre o número de órgãos municipais de defesa civil cadastrados no S2ID e o número de órgãos municipais adeptos ao CPDC, em uma tentativa de mensurar a integração desses órgãos ao SINPDEC. Esse indicador teve evolução expressiva em 2013 e 2014, devido aos esforços de indução do Governo Federal. Ao final de 2015, o indicador apresentou 1.865 órgãos integrados ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Houve avanços na direção de agilizar o atendimento à população e minimizar o sofrimento dos afetados: a alteração da Lei nº 12.340/2010, pela Lei nº 12.983/2014, possibilita o atendimento do Governo Federal em ações de socorro e assistência às vítimas previamente ao reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública. Além disso, a implementação do sistema de registro de preço agilizou as ações de resposta, no que tange à assistência humanitária, sobretudo porque o prazo para a entrega no local do desastre é de no máximo 96 horas. O êxito nos acionamentos das Atas de Registro de Preço (ARPs) também pode ser averiguado pelos poucos casos de inexecução contratual por parte das empresas registradas.

Para que a Defesa Civil trate adequadamente o risco de ocorrência de desastres, é necessário que se conheça o grau de vulnerabilidade social e ambiental das áreas de risco. Para tanto, é importante que o Governo induza a elaboração de estudos técnicos, que resultarão na definição ou mapeamento dessas áreas.

No eixo mapeamento, expandiu-se e difundiu-se o mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos. O objetivo foi alcançado com sucesso por meio de duas frentes, a saber: mapeamentos de setorização de riscos e mapeamento de suscetibilidade (disponíveis para download no site: <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Apresentacao-37>).

No período 2012-2015 foram realizados mapeamentos de setorização de riscos a movimentos de massa e inundações em 1.113 municípios, superando em 35,6% a meta prevista para o período, igual a 821 municípios. Agregando os dados, esse levantamento aponta que estão em situação de risco a deslizamentos e inundações aproximadamente 894 mil moradias, onde habitam 3,7 milhões de pessoas. Esses mapeamentos compõem um dos indicadores do Programa, formulado para explicitar a porcentagem alcançada dos produtos ofertados pelo Governo Federal para mapeamento do risco de desastre em relação à quantidade de municípios críticos identificados.

Quanto aos mapeamentos de suscetibilidade a deslizamentos e enchentes, destinados à orientação da ocupação do solo, foram atendidos 291 municípios no período 2012-2015, superando em 1,7% a meta, de 286, prevista para este período.

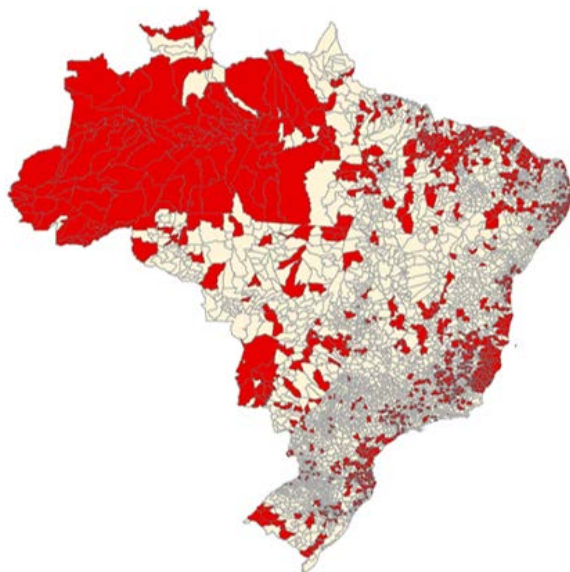
Elaborou-se, ainda, mapeamentos de áreas de risco orientados às ações de defesa civil. Para o período do PPA 2012-2015, pretendia-se realizá-los em 821 municípios em situação crítica a desastres naturais, porém, em função do novo arranjo proposto para

esse projeto, foram efetivamente mapeados 238 municípios. O novo arranjo para o mapeamento em áreas de risco está voltado à complementação das informações de cenários, visando incorporar esses conteúdos a um sistema georreferenciado de Planos de Contingência. O sistema que integra informações de cenários de riscos e que permite aos municípios elaborarem Planos de Contingência para esses cenários encontra-se em fase de testes.

O referido sistema será integrado ao sistema S2ID, de reconhecimento federal de situação de emergência, e utilizará dados dos mapeamentos de setorização de riscos. Adicionalmente, será possível a complementação de informações de cenários de risco pelos próprios municípios, permitindo uma ampliação da base de cadastro de áreas de risco. Espera-se que o sistema entre em operação no primeiro semestre de 2016, a partir do qual atividades de apoio aos municípios poderão ser realizadas, tendo como base os mapeamentos incorporados no sistema, as complementações municipais, e o apoio do Governo Federal à elaboração de Planos de Contingência municipais. No eixo monitoramento e alerta, investiu-se na estruturação de um sistema de suporte a decisões e alerta de desastres naturais, principalmente por meio da modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres – CENAD e da criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais – CEMADEN, em 2011.

Para modernização do CENAD foi disponibilizada nova estrutura física e seu funcionamento tornou-se disponível 24 horas por dia, sete dias por semana. A modernização foi realizada em quatro fases, sendo que a primeira refere-se às mudanças estruturais do Centro, e a segunda esteve relacionada ao reforço do quadro de pessoal e preparações normativas para o Sistema de Gestão, ambas concluídas. As próximas duas fases, em andamento, logrou concluir a contratação de link de internet redundante, atualmente já está disponível para atender ao CENAD quando houver qualquer indisponibilidade de comunicação pela Infovia (SERPRO). Ainda abrangem a

Figura 2 – Municípios com Setorização de Riscos Geológicos – Ação emergencial do Governo Federal



disponibilização no S2ID de plataforma para confecção do plano de contingência pelas defesas civis municipais e estaduais, em processo de homologação e com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2016. Outros itens passam por reavaliação, como as contratações da solução integrada georreferenciada e do suporte técnico do sistema de monitoramento e operações.

A criação do CEMADEN, pelo Decreto nº 7.513 de 1º de julho de 2011, adveio da necessidade de se desenvolver um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade. Desde então, o Centro vem estruturando

uma rede observacional com vistas a criar um sistema robusto de suporte a decisões e alertas de desastres naturais que permita o monitoramento de áreas de risco em tempo real. A implantação do Centro ocorreu por meio da instalação de uma ampla rede observacional e pela estruturação do centro em termos de recursos humanos. A consolidação da rede observacional de monitoramento de desastres vem ocorrendo por meio da instalação contínua, em áreas vulneráveis, de equipamentos emissores de dados sobre chuva, umidade do solo, movimentação de encostas, nível dos rios, entre outros.

Atualmente o sistema de monitoramento e alerta conta com sensores instalados em todas as regiões do Brasil, sendo 3.653 mil pluviômetros, dos quais 2.619 são pluviômetros automáticos e 1.044 pluviômetros semiautomáticos operados pelas próprias comunidades. Além dos pluviômetros, a rede conta com 9 radares meteorológicos, 114 plataformas de coletas de dados hidrológicos para monitoramento de bacias hidrográficas de respostas rápidas, que se somarão a novas 150 já contratados, 499 plataformas para monitoramento de chuva e água no solo e 92 plataformas de coletas de dados agrometeorológicos para monitoramento da seca no semiárido brasileiro. Por último, cabe destacar a instalação de estações totais robotizadas que detectam movimentações em encostas de morros, permitindo, em médio prazo, a melhoria do sistema de monitoramento e alertas para áreas de alto risco a deslizamentos. A visualização da localização desses equipamentos está disponível no site: <http://www.cemaden.gov.br/mapainterativo/>.

Em relação ao objetivo de fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil -SINPDEC, destaca-se o avanço na atuação integrada dos órgãos que compõem o sistema. Seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608 de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do SINPDEC.

Para uma adequada atuação em rede dos órgãos de defesa civil nos três níveis federativos foi necessário fortalecê-los. Um importante passo nessa direção foi à realização da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC), em novembro de 2014 que resultou em Princípios e Diretrizes distribuídas em quatro eixos: Gestão Integrada de Riscos e Resposta a Desastres; Integração de Políticas Públicas Relacionadas à Proteção e Defesa Civil; Gestão do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil; e Mobilização e Promoção de uma Cultura de Proteção e Defesa Civil na Busca de Cidades Resilientes e, a partir destes, foram elencados 10 princípios e 30 diretrizes prioritários. A conferência envolveu um volume expressivo de pessoas, mobilizando mais de 40.900 participantes nas diversas etapas, proporcionando uma ampla discussão do tema. Uma valiosa oportunidade para que a sociedade civil e representantes das diversas áreas de atuação na Proteção e Defesa Civil, estabelecessem o diálogo e a troca de experiências e, acima de tudo, trabalhassem na elaboração de propostas para contribuir com o fortalecimento do SINPDEC.

As realizações no período de 2012 a 2015 também destacaram-se pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil cujas metas (planejada para 4500 pessoas no quadriênio) têm sido superadas devido, em grande parte, à implantação da modalidade de cursos à distância. Assim, ao longo deste quadriênio foram

capacitados um total de 31.589 agentes e gestores de proteção e defesa civil, além de representantes da sociedade civil e de outros órgãos que atuam na área e da comunidade.

No nível estadual, o Governo Federal tem apoiado o fortalecimento federativo a partir da troca de experiências e de conhecimento técnico, de capacitações, de simulados e do fomento à instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPED. O fortalecimento de tais Centros tem como objetivo a disseminação do conhecimento gerado nas universidades brasileiras para contribuir na prevenção, redução e mitigação de desastres em âmbito regional e nacional. Os CEPEDs desenvolvem pesquisas e projetos de extensão que podem vir a subsidiar a gestão de políticas públicas relacionadas à gestão de riscos e redução de desastres. Um dos principais objetivos é que a informação produzida nas universidades seja dirigida e apropriada à gestão pública e que se garanta a transferência desses conhecimentos para a sua aplicação efetiva pelos gestores públicos nas três esferas de governo. Ao longo dos quatro anos, foram implantados CEPEDs nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

Em 2015, houve mudança na estratégia e o objetivo será, para os próximos anos, possibilitar a celebração de acordos de cooperação direcionados diretamente à estruturação de órgãos estaduais.

No nível municipal, pelo quadro de insuficiência de estrutura para atuação da defesa civil, consomem-se mais esforços. Para estruturação dos órgãos municipais, foram feitos investimentos por meio da doação de kits de equipamentos básicos de defesa civil tendo como contrapartida municipal compromissos visando ao fortalecimento e à estruturação do órgão local, além de elaboração e entrega de material didático específico sobre implantação e estruturação das coordenadorias municipais. Ressalte-se que tais municípios foram selecionados a partir da lista de 286 municípios prioritários para o governo federal. Dentre esses, os municípios passíveis de serem contemplados pela distribuição de equipamentos para a estruturação das defesas civis municipais foram aqueles com população até 80.000 habitantes e receita per capita menor que 3 salários mínimos.

Foram também selecionados 106 municípios pelo Chamamento Público nº 1, de 8 de agosto de 2012, que receberam o kit contendo um veículo de tração 4x4, aparelhos de GPS e máquinas fotográficas digitais, dentre outros equipamentos de apoio.

A atuação do Governo Federal abrangeu também o cenário internacional, com a participação na III Conferência Mundial em Redução do Risco de Desastres, realizada em março de 2015 no Japão, e dos fóruns regionais intergovernamentais como o Mercosul e a Unasul. Ressalta-se a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. O intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países fortalece a capacidade de análise de risco, o aperfeiçoamento do planejamento, o aprimoramento do protocolo de aviso prévio e pode contribuir com melhorias para o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

Considerações Finais

Para o próximo período do Plano Plurianual, pretende-se seguir orientando a atuação do Governo Federal para as ações de prevenção, ao mesmo tempo em que são aperfeiçoadas as ações de resposta aos desastres.

Permanece a estrutura de intervenção governamental nos eixos de identificação de áreas de risco, intervenções estruturais junto ao planejamento urbano, consolidação do desenvolvimento do sistema de monitoramento e alerta, aperfeiçoamento da resposta ao desastre e das ações de reconstrução, bem como um objetivo específico para a gestão do Sistema de Proteção e Defesa Civil – na expectativa de fortalecer a integração, alcançada nos últimos anos, dos diversos órgãos federais atuantes na gestão de riscos de desastres.

Em relação ao sistema de monitoramento e alerta, prevê-se a continuidade da ampliação da rede observacional por meio de serviços e instalação de equipamentos já contratados em 2015 e que serão concluídos em 2016. Também há a expectativa da contratação de serviços de instalação de outras plataformas de coleta de dados em vários municípios, incluindo 81 prioritários para se alcançar 100% da meta proposta em relação aos 821 municípios críticos.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	21/03/2013	237			31/12/2013	1.151	31/01/2015	1.847	31/12/2016	1.865
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	31/12/2012	0			26/03/2014	0,4	31/12/2014	1,83	31/12/2015	2,4
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	31/12/2012	35			29/01/2014	68	18/12/2014	104,4	17/12/2015	135,6
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	31/12/2012	0			31/01/2014	11,3	28/02/2015	33,4	21/12/2015	35,4
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	31/12/2012	0			30/01/2014	7,9	21/08/2014	14,13	31/12/2015	29

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Quadro de Metas

Objetivo: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratar R\$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas	9,00	R\$ Bilhões	9,27	
Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos	106,00	Municípios	20,00	A meta não foi alcançada plenamente devido, inicialmente, ao tempo gasto na consolidação de uma metodologia. Houve, ainda, dificuldades internas no MCid para autorização de empenho, levando ao atraso das contratações. Um terceiro obstáculo foi o não empenho pela CPRM dos recursos descentralizados para execução de 40 cartas.
Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas	7,00	Municípios	10,00	

Objetivo: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil	4.500,00	Pessoas	31.589,00	
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil	27,00	estado	5,00	Até 2014, a estratégia para estruturação dos órgãos estaduais de defesa civil foi a implantação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres, o que avançou lentamente. Em 2015, a estratégia de estruturação passou a ser o apoio direto aos órgãos estaduais e, assim, não houve mais avanço nesta meta.
Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.	821,00	município	106,00	Embora a distribuição dos kits, ação resultante do 1o Chamamento Público em 2012, tenha promovido a estruturação das defesas, devido à quantidade de problemas apresentados na aquisição e distribuição dos materiais, optou-se por não dar continuidade na ação.

Objetivo: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas	50,00	Áreas críticas	118,00	
Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa	821,00	município	709,00	
Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas	821,00	município	653,00	

Objetivo: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios	2.856,00	Municípios	2.293,00	

Objetivo: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios	821,00	Municípios	238,00	Em função dos esforços realizados em 2015, uma nova abordagem para as atividades de mapeamento vem sendo aplicada no sentido de produzir mais efetividade das ações. Desse modo, o projeto inicial de mapeamento foi descontinuado e foca-se para o momento em complementar com informações de cenários de risco produzidos pela CPRM e no que já foi produzido pelo CENAD, visando incorporar esses conteúdos a um sistema georreferenciado de Planos de Contingência.

Objetivo: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.	821,00	município	1.113,00	
Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.	286,00	município	291,00	

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.720.995	2.928.435	1.176.564	19.139.875	9.368.432
Despesas Correntes	102.124	1.359.246	933.629	8.296.807	5.659.748
Despesas de Capital	1.618.871	1.569.189	242.935	10.843.068	3.708.684
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	1.720.995	2.928.435	1.176.564	19.139.875	9.368.432

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2041 – GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Visão Consolidada do Programa

O Programa de Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral foi desenhado de forma a refletir as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Mineração 2030 – PNM 2030: i) governança pública eficaz para promover o uso dos bens minerais extraídos no País, no interesse nacional; ii) agregação de valor e adensamento de conhecimento em todas as etapas do setor mineral; e iii) sustentabilidade em todas as etapas da cadeia produtiva mineral.

Para o período do PPA 2012-2015, foram priorizados os seguintes objetivos estratégicos definidos a partir dos desdobramentos das diretrizes do PNM 2030: i) assegurar a governança pública eficaz do setor mineral; ii) garantir a ampliação do conhecimento geológico do território nacional; iii) estabelecer diretrizes para minerais estratégicos; iv) ampliar os programas de formalização e fortalecimento de MPEs; v) ampliar o conteúdo de PD&I nas atividades de geologia, mineração e transformação mineral; vi) Promover a produção sustentável do setor mineral; vii) estimular a agregação de valor na cadeia produtiva de bens minerais com competitividade; e viii) promover o desenvolvimento sustentável em regiões de base mineradora.

Neste sentido, os Objetivos do Programa foram alinhados aos objetivos estratégicos do PNM 2030 e as metas foram associadas ao conjunto de ações propostas para os respectivos objetivos estratégicos. O Programa estruturou-se em 16 Indicadores, 9 Objetivos, 44 Metas, 37 Iniciativas e 17 Ações Orçamentárias vinculadas.

Ao longo do PPA 2012-2015, priorizou-se a execução das atividades relacionadas com as seguintes linhas de atuação: i) ampliar o conhecimento geológico do território nacional; ii) definir zonas especiais de aproveitamento mineral; iii) estimular a produção mineral, em especial de minerais considerados estratégicos; e iv) apoiar a mineração de pequeno porte e estimular a formalização da atividade minerária.

Visão dos Principais Atributos do Programa

A análise dos indicadores do Programa demonstra dois momentos distintos no período do PPA 2012-2015: um ápice do crescimento do setor em 2012, e o início no declínio em 2013, 2014 e 2015. Apenas os indicadores de conhecimento geológico do território mantiveram o crescimento em função dos constantes investimentos governamentais. Os indicadores de geração de empregos alcançaram valores máximos históricos no período, porém decresceram em 2015. O indicador do valor da produção mineral foi crescente no período, possivelmente em função dos sucessivos recordes de produção de minério de ferro

produzido no país. Os indicadores de comércio exterior decresceram no período em função da queda do preço das *commodities* minerais no mercado internacional. Os indicadores de Produto Interno Bruto – PIB do Setor Mineral decresceram até 2013 e aumentaram em 2015 em função da alteração na metodologia do cálculo pelo IBGE.

Com relação ao objetivo de ampliação do conhecimento geológico, o Governo Federal, vem realizando desde 2003 um amplo programa de levantamentos geológicos básicos, com a execução de projetos de cartografia em todo o território nacional e a produção de novos mapas geológicos nas escalas 1:250.000, em territórios amazônicos, e 1:100.000, em territórios não amazônicos por meio do Serviço Geológico Brasileiro - CPRM. No período de 2012-2015 foram mapeados 808,6 mil km² de áreas emersas, equivalente a **9,5%** do território brasileiro, sendo 53% mapeados na escala 1:100.000 e 47% mapeados na escala 1:250.000. Este programa contribuiu de forma relevante para o aumento dos indicadores de conhecimento geológico do território nacional, amazônico e não amazônico, nas escalas 1:100.000 e 1:250.000, com crescimento médio anual de 5,4% e 1,7%, respectivamente. Os benefícios diretos a sociedade são os subsídios para as políticas de aproveitamento mineral sustentável de médio e longo prazo, a ampliação e diversificação da produção mineral brasileira e o fornecimento de insumos para o ordenamento da atividade minerária no território.

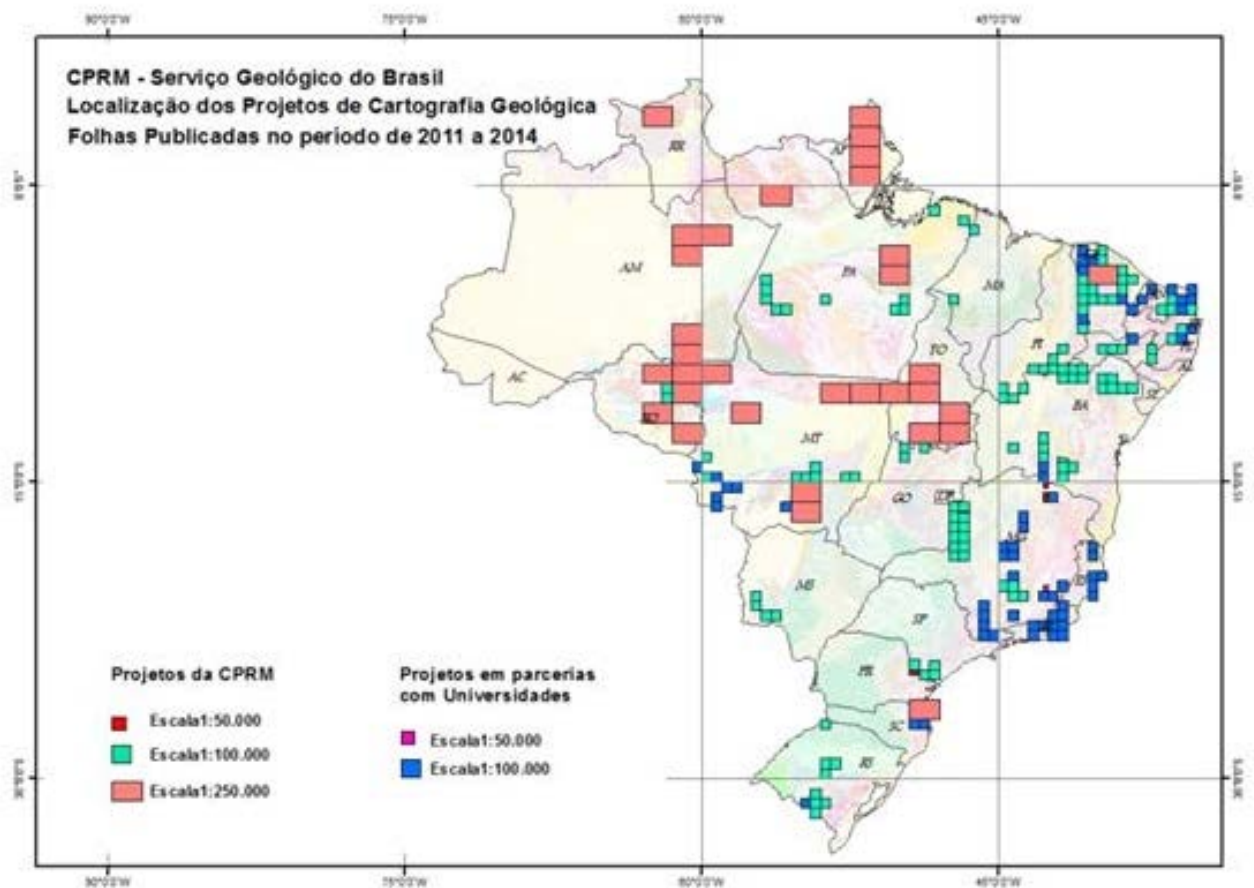


Figura 1: Localização dos mapeamentos geológicos concluídos no período 2011 a 2014.

Os levantamentos geofísicos e geoquímicos também acrescentam informações importantes aos mapas geológicos. Nos últimos quatro anos foram realizados levantamentos

aerogeofísicos de magnetometria, gamaespectrometria e gravimetria em 977 mil km², representando 92% da meta para o período, atingindo-se uma cobertura de mais de 90% da área dos terrenos cristalinos do Brasil, o que significa um grande avanço para o conhecimento geológico nacional. Destaca-se ainda a importância dos levantamentos geofísicos para o mapeamento do território, especialmente no tocante a mapeamentos litológicos e estruturais e para revisão de mapas geológicos pré-existentes, bem como da hidrogeologia, a fim de aprofundar e expandir o conhecimento da dinâmica das águas superficiais e subterrâneas brasileiras.

No que se refere aos levantamentos geoquímicos multiuso, que servem para indicar áreas com potencial para metais nobres, bases, raros e fertilizantes, bem como áreas com solos carentes de micro e macronutrientes, fundamentais para o crescimento das plantas e saúde da população, a CPRM coletou amostras e executou análises em uma área equivalente a 813,6 mil km² no período compreendido entre 2012 e 2015.

No que se refere aos levantamentos da geodiversidade, que integram as diversas informações sobre o meio físico (rochas, águas, geomorfologia, solos, beleza cênica, áreas degradadas e potencialidades naturais) e culminam na elaboração de Mapas de Geodiversidade²⁰, a CPRM elaborou, no período 2012-2015, 19 mapas de geodiversidade (<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade-162>).

Com relação aos levantamentos hidrogeológicos, a CPRM vem implantando, desde 2009, o monitoramento das águas subterrâneas no País. A Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS) está sendo estruturada com foco na implantação de poços dedicados, para conformação de uma rede de monitoramento das águas subterrâneas de âmbito nacional e de caráter quantitativo, mas provida de um sistema de controle e alerta qualitativo. No período 2012-2015, a RIMAS atingiu o quantitativo de 369 poços monitorados, cobrindo 31 aquíferos em 19 Estados brasileiros. A meta alcançou 36,9% de execução. O não cumprimento da meta foi devido aos seguintes fatores: i) dificuldades para concretização das licitações para contratação dos serviços de perfuração e para a formalização de contratos de perfuração de poços; ii) atrasos na execução dos serviços de perfuração; iii) dificuldades para obtenção de poços cedidos; iv) entraves nos processos de aquisição de equipamentos; v) não preenchimento das vagas do último concurso; vi) dificuldades de natureza orçamentária.

O sistema de informações de águas subterrâneas é desenvolvido e mantido pela CPRM e é alimentado continuamente a partir de programas de cadastramento de poços, da realização de estudos e pesquisas hidrogeológicas e, principalmente, da transferência de informações dos órgãos gestores estaduais. No período 2012-2015 foram cadastrados 60,5 mil novos poços no SIAGAS, que totaliza atualmente 272,5 mil poços cadastrados. A meta alcançou 54,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades em garantir a efetividade nos acordos de cooperação técnica com os demais órgãos (Companhias de Saneamento Municipais e Estaduais) para transferência de dados de poços para o SIAGAS.

²⁰ Os Mapas de Geodiversidade são úteis ao planejamento e à gestão do território, contribuindo para a adequada ocupação urbana e rural, o ordenamento territorial e o desenvolvimento sustentável.

Ainda, no período 2012-2015 foram implantadas Redes de Monitoramento Hidrológico em Bacias Experimentais e Representativas e estão em operação em cinco bacias: Região Serrana do Rio de Janeiro, Ribeirão Teixeira e Juatuba (cerrado mineiro) Bacia do Catu (Bahia) e Urucuia (noroeste de Minas Gerais).

Já os estudos e mapeamentos hidrogeológicos servem para ampliar o conhecimento dos principais aquíferos brasileiros e identificam as potencialidades e vulnerabilidades dos mananciais subterrâneos, orientando ações estratégicas no campo da geociência para o adequado aproveitamento deste recurso. No período 2012-2015 foram concluídos 27 estudos e mapeamentos desta natureza.

É inegável o caráter estratégico das informações geocientíficas para o desenvolvimento econômico e social sustentável do País, devendo o gestor gerenciar tais informações nos mais variados aspectos, desde a sua geração até a sua difusão. Neste sentido, foi cumprida a meta para a implantação de 13 (treze) Centros de Informações Geocientíficas – CIG, abrangendo a instalação de equipamentos, softwares e soluções tecnológicas que permitem o armazenamento de todos os dados em forma digital e segura, para serem disponibilizados ao público em geral.

A implantação da Rede de Litotecas consiste na implementação de estruturas físicas para a preservação de todo o acervo litológico²¹ coletado e a coleta pelo Serviço Geológico do Brasil. No período 2012-2015, foram concluídas 8 Litotecas Regionais: Porto Velho (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO), Araraquara (SP), Caeté (MG), Teresina (PI) e Mossoró (RN).

Dos sete laboratórios analíticos previstos para serem implantados no PPA 2012-2015 **três** foram totalmente implantados até 31/12/2015, sendo dois na região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e um na região Norte (Manaus). O Laboratório de Caeté – MG teve suas obras civis concluídas, porém resta a instalação da infraestrutura (estufas, coifas, e bancadas) e a aquisição de equipamentos, não tendo sido adquiridos ou implantados em função da restrição orçamentária nos anos de 2014 e 2015.

Quanto ao objetivo “Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos”, ressalta-se que teve início o processo de contratação para a realização do estudo “Diagnóstico socioeconômico e ambiental da mineração em pequena escala no Brasil”, o qual contribuirá para a realização do zoneamento mineral.

Também contribuiu para o alcance deste objetivo a definição das Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs), a partir da caracterização e avaliação do potencial econômico de ocorrências, depósitos, distritos e províncias minerais do Brasil. No período 2012-2014, foram desenvolvidos 15 projetos de definição de ARIMs, (totalizando uma cobertura de 305,5 mil km²) visando atrair novos investimentos para o setor mineral, priorizando os minerais essenciais para a economia e o desenvolvimento do País.

²¹ Amostras geoquímicas, amostras de rochas, testemunhos de furos de sondagem, etc.

No que se refere à ampliação de reservas e de produção de minerais, com foco nos minerais estratégicos, vale mencionar que este objetivo tem sido considerado prioritário também no Plano Nacional de Mineração (PNM 2030); no Plano CT&I (Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - ENCTI 2012-2015); e no Plano Brasil Maior 2011-2014 (Plano de Desenvolvimento Industrial). No período do PPA 2012-2015, foram executadas atividades relacionadas aos três enfoques do objetivo: i) levantamentos geológicos temáticos em 524.025 km² do território nacional; ii) elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais de Elementos Terras Raras (ETR), fosfato e potássio; e iii) realização do estudo "Usos e Aplicações de Terras-Raras no Brasil: 2012-2030".

Dentre as ações de promoção do desenvolvimento integral das cadeias produtivas de minerais estratégicos e da articulação com o setor privado da mineração, destacam-se: i) instituição do Regime Especial de Incentivo à Indústria de Fertilizantes – REIF, pela Lei nº 12.794, de 2 de abril de 2013; ii) ampliação das reservas de minerais de ETR de 40 mil toneladas para 22 milhões de toneladas óxidos de ETR; iii) início da produção em escala piloto de óxidos de cério, lantânio, dídimo e terras-raras pesadas; iv) início do projeto de desenvolvimento tecnológico para produção de neodímio metálico, etapa necessária para implantação da cadeia produtiva de ETR no Brasil.

Quanto à elaboração de estudos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs), há que se registrar que a conclusão dos mesmos, com a elaboração dos seis produtos e o sumário executivo do projeto no período compreendido entre outubro de 2014 e outubro de 2015. Tais produtos envolveram a avaliação de parâmetros técnicos, econômicos, socioambientais e demográficos de geração de renda e riqueza a partir dos bens minerais e de seus impactos em outros setores econômicos; a indicação da viabilidade de implantação de ZPTM nas áreas estudadas; e a proposição de modelo conceitual e de implantação de ZPTM em caráter preliminar. O passo a seguir será analisar os resultados dos estudos e projetos realizados com o objetivo de avaliar a viabilidade de sua implantação e inserção em política governamental de desenvolvimento territorial de caráter multisetorial e interinstitucional.

Visando estimular a indústria nacional, foi possível desenvolver, em parceria com a ABDI, o estudo "Projeto de Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços da Indústria da Mineração", que objetivava disponibilizar catálogos de peças, bens e serviços para indústria da mineração em forma de portal eletrônico, com previsão de conclusão no 2º trimestre de 2016. Destaca-se também a participação do MME em Grupo de Trabalho constituído pela FINEP/MCTI, BNDES, SGM/MME, CETEM/MCTI, SETEC/MCTI, SPI/MPOG, SDP/MDIC, ABDI/MDIC para formulação e Construção de "Programa de Inovação Mineral – Inova Mineral", programa de financiamento de planos de negócios de empreendimentos de mineração e transformação mineral baseados em PD&I com um prazo inicial de 5 anos e estimado em R\$ 1,2 bilhões.

A execução das atividades previstas no PPA 2012-2015 relacionadas à otimização do aproveitamento dos recursos minerais priorizou as ações de fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral. Destacou-se a realização de estudos que focaram em distintos aspectos da atividade minerária, particularmente naqueles temas que permitiam a agregação de valor à produção, a utilização de rejeitos da mineração, a

identificação e avaliação de potencial mineral, como forma de oferta adicional de produtos para mercados específicos (construção civil, por exemplo). O resultado destas ações foi o melhor conhecimento sobre a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais. Foi firmado, também, Termo de Cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o propósito de realizar estudos técnicos sobre segurança técnica em minas subterrâneas, e também com o objetivo de capacitar tecnicamente para assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visou o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil.

Para assegurar a governança pública eficaz do setor mineral, ao longo do período de 2012 a 2015, o Governo Federal emvidou esforços para elaborar um projeto de lei que estabelecesse um novo marco legal para o setor mineral. O texto foi encaminhado ao Congresso Nacional em 2013 (Projeto de Lei nº 5.807/13) e recebeu 372 emendas parlamentares. O projeto encontra-se atualmente em discussão na Câmara dos Deputados. Considerando que muitas metas vinculadas ao Objetivo 0478 estavam associadas a eventual aprovação do PL 5.807/2013, tais como a meta referente ao Decreto sobre Recursos e Reservas, ao Projeto de Lei sobre Garantia para Financiamento por Direitos, à revisão da política de participação governamental – “royalties”, à criação e reestruturação das instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao MME, à realização de estudo para implementação e reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e transformação Mineral – SGM/MME, não foi possível avançar em direção ao atingimento deste objetivo de forma satisfatória até o final do ano de 2015.

Com relação às discussões envolvendo a elaboração de Projeto de Lei sobre Mineração em Faixa de Fronteira e o Projeto de Lei sobre Mineração em Terras Indígenas (Projeto de Lei do Senado nº 1.610/1996) no Congresso Nacional, não é possível relatar avanços na tramitação dos mesmos.

A segunda linha de atuação do Governo Federal para assegurar a governança pública eficaz do setor mineral foi o fomento ao desenvolvimento de planos estaduais de mineração. Para esta finalidade, no período compreendido entre os anos 2013 e 2015, o Governo Federal viabilizou convênios com o Estado do Pará e com o Estado do Maranhão.

Quanto ao objetivo “Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral”, destacaram-se as atividades executadas com o propósito de apoiar cooperativas de garimpeiros, distritos mineiros e arranjos produtivos locais de base mineral nas diversas regiões do País.

A atividade mineral em pequena escala subdivide-se em dois grupos: a de extração de bens minerais de alto valor econômico unitário, onde se distinguem as gemas, ouro, diamante, cassiterita e columbita e os trabalhadores são comumente chamados de garimpeiros; e o de produção de bens minerais de baixo valor econômico unitário, representados, principalmente, pela areia, cascalho, saibro, rochas para brita, argilas, calcários, caulim, talco e feldspato.

Diversas ações vêm sendo desenvolvidas pelo Governo Federal com o objetivo de regularizar essas atividades e promover a capacitação técnica, gerencial e disseminação de informações. Visando estimular o fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor

mineral, foi assinado, em 2014, um acordo de cooperação técnica com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Este acordo de cooperação técnica visou o aprimoramento da relação com as cooperativas atuantes na área mineral e representa um estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva em várias regiões do País, relacionadas ou não com Aglomerados Produtivos e Arranjos Produtivos Locais – APL.

Ainda, a contratação de uma consultoria técnica para o desenvolvimento do Projeto META – “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil” (TR-30) contribuirá com dados atualizados e informações necessárias para o direcionamento de políticas públicas relativas ao setor mineral. Os resultados advindos desse estudo devem proporcionar maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala, melhor governabilidade do setor, melhorias no desempenho ambiental e técnico da atividade, desenvolvimento socioeconômico, estabelecimento de parcerias mais eficazes e desenvolvimento de melhores práticas a partir do conhecimento dos impactos gerados pelas práticas inadequadas da mineração.

Com relação à Meta “Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros”, informa-se que 26 (vinte e seis) projetos e ações foram implementados visando apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas implicações no ordenamento territorial das regiões, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

A Meta “Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral, de responsabilidade do MME e do MCT” foi atingida parcialmente em razão, principalmente, da insuficiência de recursos orçamentários para atender as demandas decorrentes das metas estabelecidas. O resultado parcial foi possível em virtude da coordenação e execução integrada de ações e programas para a consolidação, expansão e desenvolvimento sustentável dos APL de base mineral por meio de parceria com a SETEC/MCTI, CETEM/MCTI e IBICT/MCTI na Coordenação-Geral da Rede Brasileira de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral – RedeAPLmineral, com o Grupo de Trabalho Permanente para APL – GTP APL.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015, o Programa Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral contribuiu de maneira importante para a implementação dos objetivos estratégicos delineados no Plano Nacional de Mineração 2030, sobretudo no que se refere à ampliação do conhecimento geológico do território nacional.

Em um cenário de crise para o setor, observado a partir do segundo semestre de 2013, e provocado especialmente pela queda do preço das commodities no mercado mundial, a manutenção dos investimentos em levantamentos geológicos e aerogeofísicos é fundamental na medida em que a descoberta de novas ocorrências minerais eleva a atratividade da indústria mineral nacional, propiciando condições que estimulam o seu desenvolvimento. Ressalta-se que no Plano Plurianual 2016-2019, as atividades da CPRM que envolvem estudos e mapeamentos hidrológicos e hidrogeológicos farão parte de um objetivo específico no Programa Temático de Oferta de Água.

Espera-se que no período do PPA 2016-2019 ocorra a aprovação do Novo Marco Regulatório da Mineração de forma a promover novo impulso ao desenvolvimento do setor mineral com impactos relevantes para a geração de empregos e renda no País.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2012	2.632.728	31/12/2013	2.794.728	31/12/2014	2.811.673	31/12/2015	2.860.103
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2012	1.525.321	31/12/2013	1.660.321	31/12/2014	1.794.651	31/12/2015	1.853.327
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2012	2.246.700	31/12/2013	2.246.700	31/12/2014	2.297.535	31/12/2015	2.297.535
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	182.000	31/12/2012	214.000	31/12/2012	226.000	31/12/2013	227.000	31/12/2014	226.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	872.000	31/12/2012	910.000	31/12/2012	922.000	31/12/2013	938.000	31/12/2014	919.000
Exportações da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	31,6	31/12/2012	34,1	25/03/2014	35,9	31/12/2014	30,2	31/12/2015	18,4
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	50,8	31/12/2012	57	25/03/2014	56,9	31/12/2014	51,5	31/12/2015	39
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2012	-14,1	31/12/2013	3,56	31/12/2014	-5,1	31/12/2015	-21,9
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US\$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2011	20,12	31/12/2012	17,52	31/12/2013	16,3	31/12/2014	41,1
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US\$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2011	58,7	31/12/2012	51,5	31/12/2013	50	31/12/2014	34,3
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US\$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2011	20,3	31/12/2012	19	31/12/2013	20,3	31/12/2014	16,8
PIB M&TM	US\$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2011	99,1	31/12/2012	88	31/12/2013	85,6	31/12/2014	92
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	31/12/2012	159,4	10/04/2014	162,46	31/10/2014	104,3	31/10/2015	85,5
Saldo Comercial da Mineração	US\$ bilhão	31/12/2010	23,9	31/12/2012	25,2	25/03/2014	27,5	31/12/2014	22,6	31/12/2015	11,5
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	26	31/12/2012	27,4	25/03/2014	27,4	31/12/2014	23,4	31/12/2015	15,4
Valor da Produção Mineral	US\$ bilhão	31/12/2010	39	31/12/2012	42	25/03/2014	39,4	25/03/2014	39,4	31/12/2014	42,2

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Quadro de Metas

Objetivo: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS	112.000,00	unidade	60.500,00	A meta alcançou 54,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido ao sensível decréscimo de recursos orçamentários para a ação "Levantamentos Hidrogeológicos" no período de 2014 a 2015, afetando, sobremaneira, a atividade de cadastramento de novos poços na base SIAGAS. Outro aspecto relevante é que, devido a problemas estruturais dos órgãos gestores, não foi possível garantir a efetividade nos acordos de cooperação técnica para transferência de dados de poços para o SIAGAS.
Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN	7,00	Unidades	3,00	A meta alcançou 42,9% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária nos anos de 2014 e 2015.
Concluir a implantação da Rede de Litotecas	10,00	Unidades	8,00	
Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG	13,00	Unidades	13,00	
Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos	21,00	Unidades	19,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro	21,00	Unidades	35,00	
Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros	1.000,00	Poços	369,00	A meta alcançou 36,9% de execução. O não cumprimento da meta foi devido aos seguintes fatores: 1) Dificuldades para concretização das licitações para contratação dos serviços de perfuração e para a formalização de contratos de perfuração de poços; 2) Atrasos na execução dos serviços de perfuração; 3) Dificuldades para obtenção de poços cedidos; 4) Entraves nos processos de aquisição de equipamentos; 5) Não preenchimento das vagas do último concurso; 6) Dificuldades de natureza orçamentária.
Implantar a Rede de Sismologia	5,00	Unidades	0,00	A meta alcançou 0,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido ao fato de que o escopo da Rede de Sismologia está em reavaliação na CPRM, em virtude da existência de um projeto de observação sísmológica semelhante, desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o Observatório Nacional (ON), com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e com a Universidade de Brasília (UnB).
Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas	9,00	unidade	5,00	A meta alcançou 55,6% de execução. O não cumprimento da meta foi devido ao subdimensionamento da equipe de hidrogeologia, devido ao não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnicos e 37% das vagas de pesquisadores em geociências.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos	27,00	Unidades	27,00	
Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas	1.062.000,00	Km ²	976.977,00	
Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade	3.809.000,00	Km ²	813.579,00	A meta alcançou 21,4% de execução. O não cumprimento da meta foi devido à relocação de pesquisadores para outros empreendimentos atribuídos à CPRM para serem realizados em regime de urgência, particularmente o "Mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos", bem como ao contingenciamento orçamentário nos anos de 2014 e 2015.
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000	594.000,00	Km ²	425.105,00	
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000	378.000,00	Km ²	376.681,00	
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000	55.500,00	Km ²	6.840,00	A meta alcançou 12,3% de execução. O não cumprimento da meta foi devido à despriorização, a partir de 2014, dos mapeamentos geológicos na escala 1:50.000 como forma de mapeamento sistemático, por tratar-se de uma escala de detalhe, mais apropriada para estudos específicos de Avaliação de Recursos Minerais.

Objetivo: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio	250.000,00	Km ²	524.026,00	
Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos	5,00	Estudos	1,00	A meta alcançou 20,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.

Objetivo: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão

Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica	36,00	Projetos	36,00	

Objetivo: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)	100,00	%	70,37	
Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais	60,00	Estudos	13,00	A meta alcançou 21,7% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.
Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários	258,00	dia	582,00	A meta foi parcialmente executada. O não cumprimento da meta foi devido aos seguintes fatores: 1) carência de pessoal; 2) defasagem nos sistemas de outorga; 3) dificuldades de ordem orçamentária; 4) dificuldade na realização de forças tarefas; e 5) a dependência de outros órgãos por parte dos mineradores.

Objetivo: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração	25,00	Unidades	2,00	A meta alcançou 8,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.

Objetivo: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral	56,00	Unidades	28,00	A meta alcançou 50,0% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.
Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros	60,00	Unidades	26,00	A meta alcançou 43,3% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.
Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral	42,00	Unidades	5,00	A meta alcançou 11,9% de execução. O não cumprimento da meta foi devido às dificuldades de ordem orçamentária.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.142	94.100	33.708	487.700	353.145
Despesas Correntes	87.164	81.121	32.294	417.636	310.276
Despesas de Capital	12.978	12.978	1.414	70.063	42.869
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	100.142	94.100	33.708	487.700	353.145

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2042 – INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

Visão geral do programa

a. Principais desafios da política e considerações sobre os resultados de indicadores, objetivos e metas.

O programa temático Inovações para a Agropecuária foi criado no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, no intuito de fomentar, desenvolver e incorporar conhecimento por meio da pesquisa agropecuária e da inovação tecnológica e organizacional, bem como disseminar a cultura e ampliar o processo de inovação na agropecuária brasileira, de forma a aumentar a produtividade, competitividade e sustentabilidade nos mercados nacional e global.

Dessa forma, os desafios enfrentados por essa política são os relacionados à produtividade do setor; à sustentabilidade ambiental da produção, com destaque para a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e alternativas tecnológicas sustentáveis; à inclusão social dos agricultores de base familiar; à incorporação de novos processos e arranjos para a consolidação da estrutura de pesquisa agropecuária brasileira; à melhoria da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I; e à inovação no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária –SNPA.

Como forma de fazer frente a esses desafios, buscou-se fortalecer os quatro eixos: i) desenvolvimento e transferência de tecnologias com foco no aumento da competitividade e produtividade da agricultura, na inclusão social de produtores familiares, na sustentabilidade ambiental; ii) pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacauceiras da Mata Atlântica e Amazônia; iii) modernização e infraestrutura organizacional visando a consolidação da atuação em P,D&I agropecuária; e iv) fomento à inovação tecnológica, com ênfase na propriedade intelectual, proteção de cultivares, biotecnologia, agricultura de precisão, indicação geográfica e recursos genéticos.

b. Indicadores

Uma robusta carteira de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias é elemento essencial para uma constante geração de novos conhecimentos e inovações tecnológicas. Para isso a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) manteve, nos quatro anos do PPA 2012-2015, uma média de 1000 projetos em execução por ano. A disponibilização de novas tecnologias, produtos e serviços à sociedade também demonstra o empenho e a eficácia da atividade de pesquisa e desenvolvimento. De forma agregada, foram obtidos neste PPA 1.449 novas tecnologias, produtos e serviços em 2012, 1.313 em 2013, 1.224 em 2014 e 1.223 em 2015 (valor de 2015 foi estimado).

Além da manutenção da carteira de projetos e da geração de novos produtos, este conjunto de esforços, ao longo dos anos, gerou impactos positivos no setor agropecuário e ainda ajudou na preservação do ambiente em que atua. Desta forma o compromisso da pesquisa agropecuária desenvolvida na Embrapa cumpriu seu papel nos aspectos de meio ambiente, sociedade, geração de emprego e retorno dos investimentos realizados, de acordo com os Gráficos 1, 2 e 3. Especificamente quanto aos impactos das tecnologias lançadas pela Embrapa em termos de empregos no meio rural, foram verificados 70.539 novos postos de trabalho em 2012, 74.544 em 2013, 66.255 em 2014 e o mesmo valor (66.255) para 2015. Outro indicador importante dos impactos dos resultados da pesquisa desenvolvida pela Embrapa é o valor do retorno dos investimentos para cada real aplicado. Foram obtidos, em média 8,5 reais por real aplicado durante o período do PPA. Informamos que os dados do ano de 2015 ainda são estimados, com fechamento previsto para março de 2016.

Gráfico 1 – Índices de Impacto Ambiental e Social de 2012-2015

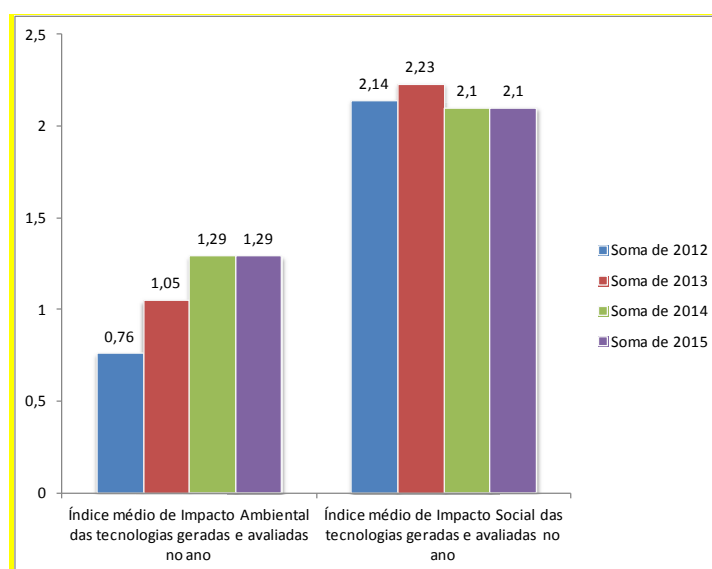


Gráfico 2 – Evolução do número de empregos gerados

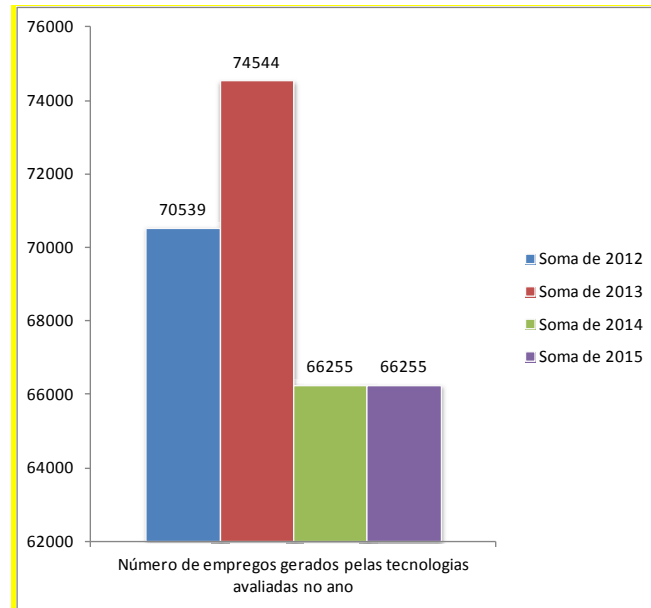
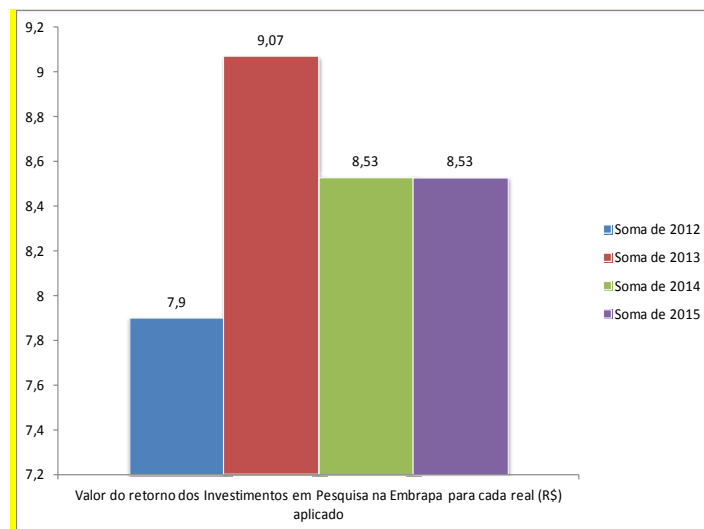


Gráfico 3 – Evolução do valor sobre o retorno dos investimentos



Visão dos principais atributos

As iniciativas de fomento à inovação tecnológica, desenvolvidas no âmbito do Objetivo 0969, “Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários”, obtiveram resultados que superaram, em sua maioria, as metas do PPA.

Houve um aumento de 1.150 cultivares protegidas e de 67 novas espécies no regime de proteção de cultivares em todo o período do PPA. Isso representa uma extrapolação das metas em torno de 55% e 92%, respectivamente. Esse resultado é um

reflexo das ações de divulgação da proteção de cultivares, bem como da capacitação de fiscais federais e obtentores, que permitiram o incremento no número de solicitações de pedidos de proteção, já que o Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC) atua por demanda dos obtentores nacionais e internacionais. Ressalta-se que o estímulo à inovação no campo do melhoramento vegetal proporcionado pela proteção de cultivares favorece a competição pelo lançamento de variedades que beneficiam os agricultores e atendem às necessidades dos consumidores. Dessa forma destaca-se os seguintes ganhos para a sociedade: (i) econômicos, com o aumento de produtividade, o que pode levar à diminuição de preços dos alimentos aos consumidores, ao aumento de qualidade dos produtos e possível agregação de maior valor comercial aos mesmos; (ii) para a saúde, no desenvolvimento de produtos com melhoria de propriedades nutricionais; e (iii) para o meio ambiente, pois, considerando que um dos principais focos do melhoramento de plantas é a obtenção de cultivares resistentes a pragas, a adoção dessas novas variedades pode levar a um menor uso de defensivos agrícolas.

Em relação às ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação (RGAA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) promoveu articulações com os setores da sociedade que promovem o uso sustentável em condição de agricultura tradicional desses Recursos Genéticos, as chamadas variedades crioulas, por meio da realização de parcerias com instituições públicas e privadas visando o apoio à manutenção de coleções de germoplasma, à realização de eventos e publicações de materiais técnicos relativos ao tema.

Um tema relevante que tem sido amplamente discutido desde 2012 é a ratificação ou não do Protocolo de Nagoya pelos países membros do TIRFAA e o potencial impacto econômico decorrente disso. Em 2014, o MAPA promoveu uma oficina com o fim de debater o assunto, onde houve participação de vários setores envolvidos, do governo e da iniciativa privada. Além disso, foi iniciado um estudo, via Projeto de Cooperação Técnica com o IICA, sobre o impacto econômico das possíveis decisões e cenários quanto à ratificação do Protocolo pelo Brasil. O estudo, que se utiliza de simulações econométricas e fornecerá uma boa base de informações ao MAPA, está previsto para ser concluído em 2016.

Outra ação importante realizada foi a forte atuação, ao longo dos últimos anos, no processo de promulgação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, revogando a Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Após a publicação da Lei, o MAPA atuou ativamente para a sua regulamentação, realizando reuniões com grupos interessados, participando de reuniões na Casa Civil e articulando com o Congresso Nacional. Esta é uma ação contínua que visa criar condições para que o Sistema Brasileiro de Recursos Genéticos seja implementado dentro do período do PPA 2016-2019 e seja possível o alcance das metas e iniciativas estabelecidas neste documento.

Em relação à tecnologia agropecuária, houve também apoio à capacitação em Inovação Tecnológica e Agricultura de Precisão, mediante a realização de cursos, simpósios, congressos e workshops que visavam difundir e promover a tecnologia agropecuária, permitindo a atualização profissional dos técnicos e agricultores atuantes no

setor. Também foram apoiados projetos voltados à conservação de bancos de germoplasma, à publicação de material técnico informativo sobre os temas de recursos genéticos e tecnologia agropecuária, e à realização de pesquisas com foco em desenvolvimento tecnológico para recursos genéticos. Ao longo dos quatro anos do PPA houve o apoio a 34 projetos para essas finalidades.

No ramo da Agricultura de Precisão (AP) houve direcionamento de esforços para a realização de um mapeamento das instituições atuantes no tema e interlocução entre elas. Nesse sentido, foi criada em 2012 a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), que possui participação de representantes dos principais setores/entidades envolvidos com AP e promove o debate e levantamento de questões relevantes sobre o tema. Com o apoio dessa Comissão, foi realizado um cadastro das empresas prestadoras de serviços de AP, que conta hoje com 153 registros, feitos durante todo o período do PPA, e com contínua e constante atualização.

Também em 2012, foi inaugurado o Laboratório de Referência Nacional em Agricultura de Precisão (LANAPRE/Embrapa), com o apoio do MAPA e CBAP, que engloba o Núcleo Avançado em Agricultura de Precisão, previsto no PPA. O laboratório visa incorporar as várias dimensões da Agricultura de Precisão, oferecendo uma área de integração para desenvolver padrões, realizar testes, validações e certificações de sistemas.

Além disso, iniciou-se um levantamento estatístico com o fim de mapear as principais empresas e instituições atuantes em AP e, principalmente, o uso das ferramentas de AP pelos produtores rurais do Brasil. Esse trabalho se iniciou em 2015 e foi incluído no PPA 2016-2019, tendo em vista a sua relevância para o setor e para o MAPA, que terá mais subsídios para a realização e direcionamento de políticas públicas.

Em relação ao fomento à Indicação Geográfica (IG) e Marcas Coletivas, no período de 2012 a 2015, foram realizadas ações nos Estados visando o fortalecimento e apoio a cadeias produtivas com potencial de IG e marcas coletivas, totalizando no período 102 cadeias, 68% da meta, com 68% do orçamento previsto. Essas ações foram realizadas por meio de reuniões, estudos, visitas técnicas, capacitações de produtores, diagnósticos e orientações para fortalecimento dos projetos. Considerando a necessidade de recursos humanos e financeiros, e a característica de que os projetos de IG são de longo prazo (em média 7 anos), buscou-se realizar articulações com órgãos e instituições por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias. Exemplo disso são os projetos apoiados com recursos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); do Banco Mundial; da União Europeia, via Diálogos Setoriais; da França, via protocolo técnico assinado entre os Ministérios da Agricultura de ambos países; ou realizados diretamente por Universidades parceiras e Secretarias de Estado da Agricultura.

Desde 2012, a Embrapa deflagrou diversas ações de modernização da infraestrutura e da gestão organizacional no âmbito do objetivo 0846, “Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária”. As ações foram voltadas ao desenvolvimento de competências, à melhoria na estrutura e na gestão organizacional e à adequação da infraestrutura organizacional de instituições de pesquisa pública na agropecuária.

Merecem destaque nesta atuação a conclusão das obras do Banco Genético da Embrapa (Brasília, DF), instalação moderna e segura com mais de 2.000 m² destinados ao abrigo de uma das maiores coleções mundiais de recursos genéticos; finalização da construção da Embrapa Pesca e Aquicultura; implantação da Embrapa Quarentena Vegetal, que alcançou 75% ao final de 2015, mas já entrou em operação; capacitação de 184 profissionais da Embrapa e OEPAS em cursos de pós-graduação; e formação de 15.889 profissionais da Embrapa e OEPAS em cursos de curta duração.

Para o desenvolvimento e transferência de tecnologias com foco no aumento da competitividade e produtividade da agricultura, na inclusão social de produtores familiares e na sustentabilidade ambiental, uma das frentes de atuação da Embrapa foi a organização e articulação dos esforços e recursos em genômica voltada às necessidades da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), particularmente bem sucedida com a estruturação da unidade mista de pesquisa UMIP GenClima (em parceria com a Unicamp), necessária para execução de pesquisas em novas tecnologias de resistência à seca. A partir desta plataforma, já foram obtidos resultados significativos como a identificação de genes com potencial de resistência a estresse térmico.

Com relação à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), foram estabelecidas duas unidades de referência tecnológica que servem de base para configuração de novas explorações de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e de Recuperação de Pastagens Degradadas.

As ações realizadas pela Embrapa dentro do Programa 2042 levaram a um grande número de soluções para a agropecuária, incluindo tecnologias, produtos e serviços, além de ações de apoio a políticas públicas que dão suporte ao desenvolvimento rural sustentável e à promoção da inovação na agropecuária.

Alguns exemplos desses resultados: novas cultivares de fruteiras, soja, feijão, trigo, milho, sorgo, algodão, arroz, entre outras, com diferenciais de adaptação a novas regiões, resistência a suas principais doenças, biofortificação, melhor produtividade, como a primeira soja transgênica totalmente brasileira (Cultivance®); cultivares de trigo irrigado no Cerrado; uva preta BRS Vitória, cultivar de uva preta sem semente com ciclo de produção precoce que pode ser cultivada com sucesso nas regiões Noroeste de São Paulo e Minas Gerais, Norte do Paraná e no Vale do Submédio São Francisco; tomate BRS Sena, primeiro híbrido nacional para processamento e com tolerância ao geminivírus e à mancha-bacteriana (sua entrada no mercado dinamiza a cadeia de produção e de oferta de sementes, hoje dependentes exclusivamente de material importado); plástico biodegradável; Software Aplicativo Suplementa Certo; além da Caravana Embrapa de Alerta às Ameaças Fitossanitárias.

No âmbito da difusão e adaptação de tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacauíferas dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia, visando o desenvolvimento territorial sustentável e de promoção da sucessão rural nas regiões produtoras de cacau do Brasil, a Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacauífera (CEPLAC) desenvolveu assistência técnica e extensão rural (ATER) visando: i) o monitoramento e controle da doença vassoura de bruxa em 550 mil hectares nos seis estados produtores de cacau; ii) apoio técnico aos cultivos das cadeias produtivas do cacau,

dendê e seringueira, em sistema único e sistemas agroflorestais (SAFs), em uma área de 742 mil hectares, cobrindo uma área total de 3,2 milhões de hectares, incluindo a área de outros cultivos e pecuária; iii) atendimento a 59 mil famílias de produtores rurais, com capacitação profissional de 30 mil trabalhadores e agricultores familiares; iv) manutenção do programa de sucessão rural com formação acumulada de 750 jovens rurais, realizadas em cinco territórios rurais da Bahia, com vistas à promoção do protagonismo juvenil no campo; v) produção e distribuição anual de propágulos de espécies diversas, com destaque para 16 milhões de sementes de cacau e essências florestais destinadas aos sistemas agro sustentáveis; vi) consolidação de parcerias e fortalecimento do plano de contingenciamento da doença “monilíase do cacau”, ainda não ocorrente em território brasileiro; vii) definição de modelo e consolidação das práticas de manejo agrícola, visando à conservação produtiva e adequação ambiental dos imóveis rurais estabelecidos nas regiões cacauceiras, tendo como referência o Sistema Agroflorestal “Cabruca”- cultivo de cacau sob a mata nativa.

No que se refere às inovações tecnológicas, visando o desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, a CEPLAC está desenvolvendo 118 projetos, sendo 74 destes na cadeia do cacau. Destaca-se o Projeto Renorbio (Rede Nordeste de Biotecnologia do Cacau), que tem como objetivo revitalizar a cacauicultura nacional por meio do controle da doença vassoura de bruxa do cacau. Como resultado desse esforço registrou-se: i) avanços no sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, o que poderá permitir novas estratégias de controle de pragas do cacau; ii) seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional; e iii) identificação de 18 novas fontes de resistência à doença vassoura de bruxa, enriquecendo desta forma a base genética do programa de melhoramento. Destacam-se nesse contexto a validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência à série de clones já disponibilizados aos produtores. Atualmente, 55 cultivares e 9 linhagens de cacau estão registradas e mantém-se o maior banco de germoplasma de cacau do mundo, dispostos em estações experimentais localizadas nos estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 5.538 acessos, sendo 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares.

As ações do processo de incubação industrial disponibilizado pela Ceplac elevaram o número de produtores que estão processando chocolate, com avanços na melhoria da qualidade do cacau e sua inserção no mercado internacional de cacau fino. Registra-se atualmente 26 unidades de processamento, com cerca de 400 toneladas processadas por ano, a partir de iniciativas associativas nas regiões produtoras de cacau que são exemplos de integração dos agricultores familiares ao mercado.

Conclusão: perspectivas para o PPA 2016-2019

O Programa 2042, Pesquisa e Inovações para a Agropecuária, promoveu resultados relevantes para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que propiciaram ao agricultor brasileiro uma plataforma de soluções tecnológicas para o desenvolvimento da agropecuária brasileira.

No Brasil, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias nas últimas décadas têm sido fundamentais para ampliação da competitividade de agropecuária. Esses ganhos exigem esforços permanentes para prevenir retrocessos tecnológicos, obter novos avanços, manter a competitividade da pesquisa agrícola brasileira e, também, tratar de desafios contemporâneos como: evitar erosão genética dos materiais em produção e avanços de pragas e doenças; aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais, especialmente a gestão e uso racional e sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade e a preservação e uso sustentável dos biomas e dos recursos genéticos; e melhorar desempenhos de sistemas de produção.

Associam-se a isso outros compromissos relacionados à agregação de valor, ao aumento da produção e produtividade de insumos e recursos, ao desenvolvimento de insumos alternativos e de novos produtos, ao aproveitamento de novos nichos de mercado, à gestão dos impactos ambientais dos sistemas produtivos e agroindustriais e das mudanças climáticas sobre estes sistemas, dentre outros. Para isso é necessário incorporar continuamente inovações, na forma de conhecimentos científicos e tecnológicos, de instrumentos e metodologias de pesquisa, de novos arranjos institucionais e métodos de transferência de tecnologia.

No PPA 2016-2019, o Programa 2042, Pesquisa e Inovações para a Agropecuária, foi estruturado para atender desafios relacionados à produtividade e competitividade dos setores agropecuário, florestal e aquícola; à segurança alimentar da sociedade; à sustentabilidade produtiva e ambiental, com destaque para a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e à inclusão social dos pequenos agricultores e daqueles de base familiar. O programa se dedicará a inovações organizacionais por meio da incorporação de novos processos e arranjos para o aprimoramento da estrutura da pesquisa agropecuária brasileira, fortalecimento e consolidação da atuação internacional da pesquisa e da gestão da inovação no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA.

O Programa tem também em seu escopo a incumbência de normatizar, ordenar e fomentar o desenvolvimento, o aprimoramento e a utilização das tecnologias agropecuárias para democratizar seu acesso pelo produtor rural.

Nesse contexto, a ampliação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) como instrumento de difusão de tecnologia é de fundamental importância para a efetivação da transferência e apropriação das tecnologias disponibilizadas pelo Sistema de Pesquisa Agropecuário brasileiro (SNPA) ao produtor rural, em todas as etapas da produção agropecuária.

As intervenções previstas de ATER englobam a capacitação de produtores e de técnicos de nível médio e superior, com vistas a identificar e qualificar as demandas específicas do pequeno e médio agricultor (aquele com renda bruta anual de até R\$ 1,6 milhão e enquadrado no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - PRONAMP) e implementar os serviços de assistência técnica e extensão rural associados com monitoramento, avaliação e quantificação dos resultados obtidos.

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/01/2013	884	31/01/2014	1.166	08/01/2015	1.303	13/01/2016	1.123
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transferência de tecnologia nas regiões cacauceiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2012	296	31/12/2013	297	31/12/2014	304	31/12/2015	298
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacauceiras	%	31/12/2010	56	31/12/2012	61,4	31/12/2013	62,47	31/12/2014	62	31/12/2015	61,5
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/03/2013	0,76	31/03/2014	1,05	31/03/2015	1,29	13/01/2016	1,29
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/03/2013	2,14	31/03/2014	2,23	31/03/2015	2,1	13/01/2016	2,1
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/03/2013	70.539	31/03/2014	74.544	31/03/2015	66.255	13/01/2016	66.255
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/05/2013	1.449	31/05/2014	1.313	31/05/2015	1.224	13/01/2016	1.224
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	01/01/2011	17,64	31/12/2013	17,64	31/12/2013	17,64	31/12/2013	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2012	3.265,3	31/12/2013	3.508	31/12/2014	3.394	31/12/2015	3.586
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado	R\$	30/04/2011	9,35	31/03/2013	7,9	31/03/2014	9,07	31/03/2015	8,53	13/01/2016	8,53
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacauceiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2012	0,0542	31/12/2013	0,12	31/12/2014	0,13	31/12/2015	0,1538

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Quadro de Metas

Objetivo: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	2,00	Cenários de referência nacionais	2,00	
Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano	750,00	Projetos ao ano	1.123,00	

Objetivo: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacauceiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacauceiras	334.000,00	Toneladas	255.329,00	
Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia	480,00	Quilograma por hectare (Kg/ha)	410,61	

Objetivo: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa	88,00	Profissionais	184,00	O valor da meta realizada 2015 refere-se ao acumulado 2012-2015.
Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa	5.550,00	Profissionais	15.889,00	O valor da meta realizada 2015 refere-se ao acumulado 2012-2015.

Objetivo: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacauceiras	7.000,00	Produtores	16.622,00	
Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacauceiras	70.000,00	Produtores	63.637,00	
Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira	696.400,00	Hectares	742.000,00	

Objetivo: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas	2.400,00	Cultivares protegidas	2.808,00	
Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas	150,00	Cadeias produtivas	102,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares	170,00	Espécies	177,00	
Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP	100,00	Empresas	153,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA	200,00	Profissionais	600,00	
Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)	12,00	Projetos	34,00	

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	549.617	549.617	224.906	2.518.906	1.556.978
Despesas Correntes	358.889	358.889	217.221	1.466.120	1.032.844
Despesas de Capital	190.728	190.728	7.684	1.052.786	524.134
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	549.617	549.617	224.906	2.518.906	1.556.978

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2043 – INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Apresentação

A América do Sul é o espaço privilegiado de atuação da diplomacia brasileira. Essa ênfase no nosso entorno imediato não exclui outras dimensões relevantes para nossa inserção internacional. Apenas reconhece que, no espaço sul-americano, as circunstâncias geográficas e a densidade dos contatos econômicos, culturais e humanos impõem uma prioridade natural à política externa para a região. A integração sul-americana é, portanto, um vetor fundamental da política externa brasileira. Temos incentivado os mecanismos de diálogo e concertação regionais, bem como promovido a formação de importante rede de acordos econômicos e comerciais e mecanismos de cooperação, no entendimento de que a integração regional e o progresso socioeconômico de nossos vizinhos também criam condições favoráveis para o bem-estar do cidadão brasileiro.

O Brasil visa à ampliação e ao fortalecimento do espaço integrado sul-americano, processo que se traduz na construção da UNASUL, aprofundamento e na ampliação dos acordos econômicos de alcance parcial e regional no âmbito da ALADI, no revigoramento do MERCOSUL e na exploração de ampla gama de ações bilaterais, constituindo requisito estratégico fundamental para uma inserção bem-sucedida de nossa economia e a melhoria das condições de vida do cidadão brasileiro, em um ambiente internacional crescentemente competitivo e globalizado.

A construção da UNASUL e o Banco do Sul

No quadriênio 2012-2015, acrescentaram-se novas instâncias temáticas à estrutura da UNASUL. Na Cúpula de Lima, em 2012, foram criados: Conselho Sul-Americano de Cultura; Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação; Conselho Sul-Americano de Educação; Conselho Sul-Americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional; Conselho Eleitoral da UNASUL; Foro de Participação Cidadã; e Grupo de Trabalho de Cidadania Sul-Americana. Na Cúpula de Paramaribo, em 2013, foram instituídos o Grupo de Trabalho de Alto Nível de Cooperação e Coordenação em Direitos Humanos e o Grupo de Trabalho para a Gestão Integral do Risco de Desastres. Na Cúpula de Quito, em 2014, estabeleceram-se a Escola Sul-Americana de Defesa e a Unidade Técnica de Coordenação Eleitoral. Em 2015, foi criado o Grupo de Altas Autoridades de Cooperação Sul-Sul e aprovou-se a estrutura de pessoal da Secretaria-Geral da UNASUL, que deu início a seus trabalhos em 2016.

No que se refere à atuação da UNASUL na área social, o Fundo de Iniciativas Comuns (FIC) é utilizado para financiar projetos como o "UNASUL Social em Ação", aprovado em 2015, com o objetivo de fortalecer as instituições da América do Sul dedicadas às políticas sociais. O FIC também financia projetos na área de saúde, que, de 2012 a 2015, incluíram o mapeamento das capacidades regionais de produção de medicamentos, o

banco de preços de medicamentos da UNASUL, a rede sul-americana de pesquisa sobre doenças transmitidas por vetores, a plataforma de intercâmbio de experiências e a assistência técnica para prevenção e controle do câncer de colo do útero.

Dentre os Conselhos setoriais, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) da UNASUL coordena esforços e promove ações coletivas em áreas diversas de transporte e infraestrutura, cujo grande desafio é a expansão e a melhoria da infraestrutura atual. Os investimentos têm sido insuficientes para atender às necessidades do produtor e do cidadão, em particular nas grandes áreas urbanas. Essa carência impacta nosso cotidiano, limita a expansão do turismo e do intercâmbio comercial regional e obriga o indivíduo a longos deslocamentos diários, além de retirar competitividade dos produtos intensivos em transporte. Diante da fragilidade da infraestrutura, a logística fica igualmente comprometida. Como resultado, não se exploram todas as sinergias e se desperdiçam oportunidades comerciais, o que abre espaço para que fornecedores de fora ganhem mercado na região. Para avançar com a agenda sul-americana de infraestrutura, o Secretário Geral, Ernesto Samper, priorizou oito projetos de infraestrutura estruturantes, com o objetivo de identificar os impedimentos e propor soluções técnicas e financeiras que permitam a conclusão das obras.

Destaca-se, ainda, o Programa de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). A primeira fase do projeto, com duração de 2012 a 2016, vem sendo desenvolvida pelo MCTI, no âmbito do Conselho Sul-Americano de Ciência, Tecnologia e Inovação. No período, o CNPq aprovou, por meio de dois editais abertos em 2013, 25 projetos de P&D com a participação de universidades, instituições de pesquisa e pesquisadores dos países da UNASUL. Encontra-se consolidada a Rede de SSAN da UNASUL, que conta com mais de cem instituições conectadas, além de um canal de TV e uma revista, ambos apoiados pela UNESP.

No Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, foi lançada, em 2012, a Matriz de Cooperação Horizontal da UNASUL, sistema virtual vinculado à página eletrônica da Secretaria-Geral, para disseminar informações sobre políticas sociais. A ferramenta permite que os Estados insiram dados sobre suas iniciativas no sistema, de forma a intensificar as atividades de cooperação na região e também a produção de estudos comparados. Em março de 2013, foi realizado, no Brasil, curso de capacitação para os coordenadores nacionais da Matriz.

De 2012 a 2015, também no âmbito do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, foi negociado o Marco Conceitual de Políticas Sociais da UNASUL. O documento contém conceitos, prioridades e desafios compartilhados pelos países do bloco, tendo sido concebido com o intuito de embasar a visão estratégica do Conselho. O Marco Conceitual adota uma perspectiva de desenvolvimento social com base nos direitos humanos, na igualdade e no princípio da não discriminação, colocando o Estado como protagonista na garantia do acesso a bens e serviços e articulador das políticas sociais, entendidas como parte indissociável da política econômica.

No que diz respeito ao Banco do Sul, no período 2012 a 2015, as diretrizes estratégicas para a gestão e atuação do banco foram definidas e aprovadas pelo Conselho de Ministros. Estão, porém, ainda em discussão o Acordo de Sede, que regerá a relação do

Banco do Sul com a Venezuela (país-sede), e o cronograma de aportes de capital. Ademais, aguarda-se a instalação da Diretoria Executiva para aprofundamento e consolidação das normas e políticas operacionais. Quanto à participação brasileira, o Convênio Constitutivo do banco encontra-se em tramitação no Congresso Nacional para análise e aprovação (Projeto de Decreto Legislativo nº 548/2012). Enquanto isso não ocorrer, o Brasil estará impedido de realizar a integralização do capital referente à parte que lhe compete nos termos do Convênio.

Negociações econômico-comerciais no âmbito da ALADI

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL e a Bolívia assinou seu Protocolo de Adesão. Em 2013, foram firmados os Acordos-Quadro de Associação MERCOSUL-Guiana e MERCOSUL-Suriname, que deverão ensejar futuras negociações de acordos comerciais entre o bloco e os novos Estados Associados, ao amparo do art. 25 do Tratado de Montevideu de 1980.

Em 2014, iniciou-se diálogo entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico, com a realização de dois encontros ministeriais. Em 2015, durante a Presidência "Pro Tempore" Brasileira, o MERCOSUL encaminhou aos países daquele bloco proposta de um Plano de Ação para o seguimento do diálogo. O Plano contém medidas de apoio ao aprofundamento dos acordos comerciais existentes, de promoção da facilitação do comércio e intercâmbio entre pequenas e médias empresas. Essas iniciativas complementam ações em andamento no âmbito bilateral e multilateral com os países da Aliança do Pacífico.

No tocante aos Acordos de Complementação Econômica (ACE), que têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), mediante negociação tarifária e de outros temas, de modo a estimular a complementaridade dos sistemas produtivos nacionais, houve aprofundamento das preferências tarifárias, entre 2012 e 2015, no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru), tendo alcançado a liberalização de 83,6% dos produtos brasileiros exportados para o Peru.

No âmbito do ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), o cronograma de desgravação também foi aprofundado, atingindo o patamar de 80% dos produtos brasileiros exportados à Colômbia e 83% dos itens vendidos ao Equador. Em outubro de 2015, o Brasil celebrou um Entendimento no Setor Automotivo com a Colômbia, que entrará em vigor após aprovado pela Comissão Administradora do ACE-59 e protocolizado junto à ALADI. Esse Entendimento concederá preferência de 100% no período de 10 anos do acordo e quotas bilaterais que poderão alcançar, a partir do terceiro ano, 50.000 veículos.

A negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia esteve suspensa para reavaliação da posição brasileira desde 2011. Em 2013, o Brasil apresentou à contraparte colombiana nova proposta de tratamento tributário. Em 2014, iniciou-se a negociação do instrumento, concluída em Assunção, no dia 27 de novembro de 2015. No momento, aguarda-se a entrada em vigor.

Em 2015, a CAMEX elaborou modelo de acordo sobre compras governamentais para negociação com parceiros da região latino-americana. No segundo semestre desse ano, o Brasil iniciou negociações bilaterais sobre o tema com México e Peru e empreendeu diálogos exploratórios com Chile e Colômbia. O assunto segue em pauta no MERCOSUL.

No que tange ao tema de investimentos, em agosto de 2014, o Brasil iniciou conversações com a Colômbia e o Peru e, em 2015, celebrou Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos com México, Chile e Colômbia. Além disso, foram realizadas uma missão negociadora a Lima, em dezembro de 2015, e dez videoconferências com o Peru. Nesse ano, o Brasil também apresentou proposta de acordo sobre investimentos aos sócios do MERCOSUL.

Com o Peru, ademais, o Governo brasileiro lançou, em 2015, uma agenda renovada e ampliada para as relações econômico-comerciais, com negociações para a aceleração do cronograma de desgravação tarifária do ACE-58, em especial no setor automotivo, compras governamentais, serviços, investimentos e facilitação do comércio. Para tanto, realizaram-se missão negociadora a Lima em dezembro de 2015, duas videoconferências sobre negociação de serviços, uma acerca de compras governamentais e outra sobre facilitação de comércio.

Por fim, a incorporação do Certificado de Origem Digital nos contextos dos ACEs e de acordos bilaterais também marcaram, no quadriênio 2012-2015, as negociações da ALADI. Com o objetivo de proporcionar maior facilidade e segurança, além de redução de custos nas operações comerciais envolvendo origem, o Brasil, em conjunto com os demais países membros dessa Associação, participa do Projeto de Certificação de Origem Digital (COD), que possibilita, ao país exportador, a emissão de certificados de origem em formatos eletrônicos, e, ao país importador, sua recepção.

No âmbito da ALADI, entre 2012 e 2015, realizaram-se três reuniões entre os Coordenadores Nacionais do projeto COD e criou-se um foro virtual para a discussão de suas especificações técnicas. Em 2014, foram aprovados protocolos adicionais que conferem respaldo jurídico à Certificação de Origem Digital no âmbito dos ACEs 18, 35 e 59.

O Brasil, nesse último quadriênio, concluiu o desenvolvimento das plataformas de emissão e de recepção do COD e realizou o registro oficial no Sistema Informático do Certificado de Origem Digital de produção da ALADI (SCOD). Em 2015, o País participou da III Reunião de Coordenadores Nacionais em Matéria de Certificação de Origem Digital, na sede da ALADI e iniciou com a Argentina processo de homologação externa.

Aprofundamento do MERCOSUL

No âmbito do MERCOSUL, foram logrados avanços tanto no aperfeiçoamento dos aspectos econômico-comerciais do bloco, (integração de cadeias produtivas e redução das assimetrias, por exemplo), quanto no fortalecimento institucional e implementação das iniciativas previstas no Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), assim como nas iniciativas relativas ao Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania.

O MERCOSUL tornou-se, ao longo dos seus 25 anos de existência, um exercício de integração regional profundo e de grande complexidade. Trata-se de uma experiência com países em desenvolvimento que, apesar das assimetrias, compartilham desafios semelhantes. Em 2012, o bloco passou por sua primeira expansão, com o ingresso definitivo da Venezuela, culminando esforço iniciado em 2006. A Bolívia encontra-se em processo de adesão para se tornar o sexto Estado Parte do MERCOSUL, o que deverá ocorrer após a aprovação pelos parlamentos dos Estados Partes.

No aspecto econômico, deve-se trabalhar para recuperar o comércio intrabloco, cujo potencial pode ser expandido. No período de 2012-2014, houve retração de US\$ 62,4 bilhões para US\$ 51,1 bilhões. Vale ressaltar, entretanto, que, desde o Tratado de Assunção, o comércio intra-MERCOSUL cresceu mais de 11 vezes, de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 51,1 bilhões, enquanto o comércio mundial aumentou pouco mais de cinco vezes.

No processo de redução das assimetrias entre os Estados-Partes, aspecto fundamental do processo de integração, destaca-se o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Com relação à conclusão da avaliação do Fundo em julho de 2015, os Estados Partes decidiram renová-lo por mais dez anos. A Decisão CMC 22/15, que definiu a continuidade do Fundo, estabeleceu dois mandatos: a) determinou que os Estados Partes aprimorem sua gestão institucional e fortaleçam a complementação com os demais instrumentos regionais de financiamento ao desenvolvimento; criou o Grupo de Trabalho Ad Hoc, vinculado ao GMC, para estudar a questão e apresentar relatório até a 50ª reunião ordinária do CMC, prevista para meados de 2016; e b) instruiu o Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO) a formular, até a última reunião ordinária do GMC de 2016, proposta de orçamento único aplicável a todos os Fundos existentes na estrutura institucional do MERCOSUL. Em 2015, os 43 projetos do Fundo (8 dos quais aprovados no período 2012-15) ultrapassaram, em valor, US\$ 1,5 bilhão. As iniciativas do Fundo contemplaram projetos em infraestrutura, energia, habitação, transporte, integração produtiva, capacitação tecnológica, educação e apoio a pequenas e médias empresas, entre outras. Reconhecendo a importância do FOCEM como instrumento de integração regional, de promoção da estabilidade regional e redução das assimetrias, em julho de 2015, os Estados Partes prorrogaram sua vigência por mais dez anos.

Na agenda do SGT Nº14 também cabem destaque: os Projetos de Adensamento e Complementação Automotiva do Mercosul (Focem Auto) e de Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás (Focem P&G), executado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), envolvendo cerca de 200 empresas de pequeno e médio porte da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, cuja meta é promover a integração produtiva fortalecendo os setores produtivos do bloco a partir de qualificação, integração e complementação das atividades das empresas, em alinhamento com as demandas e necessidades das empresas-âncora dos países membros. O Focem Auto está na fase final com 80% do cronograma executado e, segundo avaliação, as empresas envolvidas apresentaram, em média, 30% de aumento de produtividade. O Focem P&G encontra-se, atualmente, na fase de seleção das 100 empresas que irão participar do programa, com término previsto para 2017.

Em 2014, foi, também, criado o Programa de Integração Produtiva para o Setor de Brinquedos, que pretende dar caráter orgânico a iniciativas na área, por meio de plano de

ação quinquenal, em três eixos de trabalho: articulação empresarial; melhora da competitividade e promoção comercial. Segundo dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos – ABRINQ, desde o início dos trabalhos de integração do setor no MERCOSUL, em 2010, os fabricantes de brinquedos do bloco aumentaram de 30% para 50% sua participação no mercado regional.

O Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, criado pelo Mercosul em 2008, teve seu novo Regulamento aprovado no Mercosul em dezembro de 2012 e atualmente seu Conselho de Administração trabalha com vistas às definições normativas adicionais necessárias à sua efetiva implementação. No âmbito do governo brasileiro, estão em curso os trabalhos para a internalização do Regulamento, especialmente os aportes de capital assumidos pelo país.

Também cabe destaque o Projeto de Harmonização do Modelo de Dados das Declarações Aduaneiras no Mercosul, assinado pelos Diretores de Aduana do Mercosul, em Bruxelas, no dia 13 de junho de 2015, às margens da Sessão do Conselho da OMA. Este projeto, construído de acordo com o modelo de dados da Organização Mundial das Aduanas (OMA), tem por objetivo padronizar e harmonizar os dados de intercâmbio entre as administrações aduaneiras do Mercosul, permitindo a interoperabilidade e facilitando a interpretação das informações intercambiadas.

Na vertente social, com a criação do Plano Estratégico de Ação Social, os países do bloco definiram eixos comuns de políticas sociais e comprometeram-se com a erradicação da miséria, fome, pobreza e analfabetismo, além da universalização dos serviços de saúde pública. As metas regionais de desenvolvimento social são mais ambiciosas do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.

Na vertente da cidadania, por sua vez, o Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL prevê a implementação e o aprofundamento de iniciativas de impacto direto no cotidiano dos cidadãos, em áreas como trabalho e emprego, previdência social, educação e reconhecimento de estudos e títulos, circulação de pessoas e defesa do consumidor, entre outras. O Governo brasileiro pretende consolidar tais iniciativas, que deverão estar integralmente implementadas no 30º aniversário do bloco, em um documento que irá incorporar o conceito de "Cidadão do MERCOSUL".

Com relação à definição de cronogramas para a implementação de ações concretas nos eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS) e de definição das medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dentre os objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, pode-se destacar que em 2015 iniciou-se processo de avaliação e sistematização do PEAS e do Plano de Ação sobre o Estatuto da Cidadania, a fim de revisar o quadro de iniciativas, identificar novas propostas de projetos e formular sugestões de atualização dos objetivos previstos. A partir desse diagnóstico, serão traçadas as próximas etapas de execução dos Planos.

A evolução da agenda do MERCOSUL em temas sociais e de cidadania permitiu que a integração alcançasse os mais diversos âmbitos de políticas públicas, trazendo benefícios concretos para os cidadãos do bloco. Dos esforços empreendidos resultaram, dentre outros: a possibilidade de circulação na região com apenas cédulas de identidade; o

reconhecimento mútuo de diplomas de nível básico e médio não técnico, emitidos por instituições de ensino de países da região; o reconhecimento mútuo do tempo de contribuição previdenciária; a criação de um sistema de mobilidade acadêmica (o Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL); o estabelecimento de controles integrados de fronteira; e o direito à residência e ao trabalho para os cidadãos sem outro requisito que não a nacionalidade, além de iniciativas para garantir a inserção formal dos trabalhadores nos mercados de trabalho dos Estados Partes e ações para melhorar a qualidade do emprego na região. Destaca-se, em 2015, a assinatura da nova Declaração Sociolaboral pelos Presidentes do MERCOSUL, que reforçou o compromisso dos países do MERCOSUL de colocar o "trabalho decente" no centro do processo de integração regional.

Em relação ao fortalecimento da institucionalidade do MERCOSUL, aspecto relevante para a cidadania do bloco é o funcionamento do Parlamento do MERCOSUL, bem como o papel desempenhado pelo Alto Representante-Geral do MERCOSUL, que, entre outras funções, atua como formulador de propostas para políticas regionais e coordenador dos trabalhos para a implementação do Estatuto da Cidadania. Outro avanço importante é a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), responsável pelo suporte à participação de representantes da sociedade civil em reuniões do bloco e à organização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, grandes encontros da sociedade civil realizados, semestralmente, em paralelo às reuniões de Presidentes do MERCOSUL. Ressalte-se, a esse respeito, que estão em andamento, no âmbito técnico, negociações para a criação de um Fundo de Apoio à Participação Social.

Ações bilaterais

A atuação do Governo brasileiro no âmbito da UNASUL, da ALADI e do MERCOSUL avança em paralelo a intenso trabalho diplomático empreendido em benefício do desenvolvimento socioeconômico das regiões de fronteira, áreas onde o cidadão brasileiro reclama por mais integração. Algumas populações fronteiriças vivem em condições de vulnerabilidade, para as quais devem ser elaboradas políticas especiais em matéria de saúde e de educação. Com esse objetivo, realizaram-se, entre outros eventos, reuniões dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina e Brasil-Bolívia, bem como dos Comitês de Fronteira Brasil-Uruguai, da Comissão Mista de Infraestrutura Brasil-Guiana, da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia e da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru. Os temas fronteiriços foram igualmente tratados na Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Argentina (CODEFRO), no âmbito da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, na Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-São Tomé (COMAB), na Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí (CRQ) e na Secretaria Técnica da Hidrovia Uruguai-Brasil.

A área aduaneira também contempla algumas iniciativas dignas de nota, tais como os **Programas Nacionais de Operador Econômico Autorizado (OEA)**.

Desde novembro de 2012, já se encontra em discussão o Programa Intra-MERCOSUL de Segurança Aduaneira sobre a Cadeia de Suprimento de Bens, com abrangência limitada a determinadas cadeias de operações de comércio entre Brasil,

Argentina e Uruguai. Com base na experiência adquirida e na validação das definições estabelecidas para o Programa, pôde-se avançar para o reconhecimento mútuo.

Concluiu-se que seria mais vantajoso e mais prático que cada país, de forma bilateral, envidasse esforços no desenvolvimento de um Plano de Trabalho Conjunto, com o objetivo de buscar o reconhecimento mútuo de seus Programas Nacionais de Operador Econômico Autorizado (OEA), de modo a fortalecer o comércio bilateral, promover a agilização, simplificação e racionalização dos procedimentos aduaneiros de importação e exportação. Assim, em 18/11/2015, Brasil e Argentina assinaram um Memorando de Entendimento para buscar o reconhecimento mútuo de seus programas OEA.

Além dos Programas Nacionais de Operador Autorizado da OEA, realizaram-se outras ações bilaterais: em 2012, os Presidentes do Brasil e do Uruguai determinaram a criação de um “Grupo de Alto Nível Brasil-Uruguai (GAN)”, encarregado de consolidar um “Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Brasil-Uruguai” (Plano de Ação), englobando as áreas prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral, em particular, a livre circulação de bens e serviços.

Nos anos 2014 e 2015, foram realizadas três reuniões presenciais (Porto Alegre/RS, Chuí/RS e Brasília/DF), 04 videoconferências e 3 reuniões telefônicas, que permitiram avançar significativamente na concepção do Programa. Por outro lado, algumas dificuldades para operacionalização foram detectadas, principalmente no que tange à concessão de benefícios de agilidade nas fronteiras para empresas, em tese, não certificadas como de baixo risco, bem como problemas de infraestrutura logística, principalmente na fronteira Chuí-BR/Chuy-UY.

Em 18 de novembro de 2015, na cidade fronteiriça argentina de Porto Iguazú, assinou-se o Acordo Bilateral das Aduanas do Brasil e da Argentina para o reconhecimento mútuo de lacre eletrônico. Este acordo possibilita o monitoramento do trânsito aduaneiro internacional sem necessidade de mudança física do Lacre Eletrônico na fronteira, dando prioridade de passagem a esse fluxo. Este acordo estabelece procedimentos aduaneiros que promovem a segurança da cadeia de suprimentos e a facilitação do comércio internacional de produtos, aumentando a fluidez e a rastreabilidade do transporte de cargas, além de reforçar a rede de comunicação entre as administrações aduaneiras para o combate a ilícitos aduaneiros.

A criação das Áreas de Controle Integrado (ACI) foi fator importante no processo de integração das áreas de fronteira do Brasil com os demais Estados-Partes do Mercosul e a Bolívia, uma vez que houve ganho de tempo para os operadores, agilização dos controles dos órgãos intervenientes e maior diálogo entre as Aduanas. Apesar das dificuldades de ordem financeira e recursos humanos, a implantação dos ACIs representa avanço significativo no tratamento das questões aduaneiras e na agilização dos trâmites de fronteira. No momento, estão plenamente integradas as seguintes ACIs: São Borja (Brasil) - Santo Tomé (Argentina); Santa Helena (Brasil) - Puerto Indio (Paraguai); Corumbá (Brasil) - Puerto Suarez (Bolívia); e Cáceres (Brasil) - San Martín (Bolívia).

Conclusão

O relatório do PPA 2012-2015 reflete avanços realizados em várias áreas do Programa de Integração Sul-Americano, bem como dificuldades e entraves inerentes a todo e qualquer processo negociador multilateral e bilateral. Os progressos registrados não se esgotam com o término do ciclo de planejamento 2012-2015, mas se desdobram no aprofundamento dos objetivos e metas estabelecidos para o quadriênio 2015-2018.

Essas iniciativas darão maior amplitude e impacto ao esforço brasileiro de promover a integração do continente sul-americano nas vertentes econômico-comercial, social e cidadã, assim como nas áreas de fronteira, buscando superar, na medida do possível, os obstáculos que se apresentarem.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2012	1.671.604	31/12/2012	1.671.604	31/12/2013	1.711.491	31/12/2014	1.743.930
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2012	112.639	31/12/2012	112.639	31/12/2013	95.028	31/12/2014	95.300
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2012	100.324	31/12/2012	100.324	31/12/2013	116.461	31/12/2014	158.886
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2012	3.400	31/12/2012	3.400	31/12/2013	4.286	31/12/2014	4.973
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2012	51.106	31/12/2012	51.106	31/12/2013	68.309	31/12/2014	108.170
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2012	250.586	31/12/2012	250.586	31/12/2013	268.203	31/12/2014	336.950
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2012	26.462	31/12/2012	26.462	31/12/2013	29.324	31/12/2014	42.349
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2012	246.401	31/12/2012	246.401	31/12/2013	268.932	31/12/2014	293.841
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2012	91.996	31/12/2012	91.996	31/12/2013	98.602	31/12/2014	117.230
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2012	4.859	31/12/2012	4.859	31/12/2013	3.430	31/12/2014	3.379
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	peessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2012	253.864	31/12/2012	253.864	31/12/2013	262.512	31/12/2014	223.508
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US\$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2012	34.441,8067	31/12/2013	36.078	31/12/2014	28.425	31/12/2015	23.084,6045
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2012	4.904,0059	31/12/2013	5.472	31/12/2014	5.428	31/12/2015	3.988,2888
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US\$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2012	8.766,8116	31/12/2013	8.812	31/12/2014	9.008	31/12/2015	7.389,2973
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2012	4.101,6181	31/12/2013	4.165	31/12/2014	4.099	31/12/2015	3.304,5171
Corrente de Comércio Brasil-Ecuador	US\$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2012	1.031,618	31/12/2013	961	31/12/2014	964,953	31/12/2015	783,2274
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US\$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2012	33,7416	31/12/2013	30	31/12/2014	27,364	31/12/2015	29,665
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US\$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2012	70.712,1645	31/12/2013	73.407	31/12/2014	66.611	31/12/2015	52.664,4917
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US\$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2012	42.052,1201	31/12/2013	49.983	31/12/2014	43.498	31/12/2015	34.052,1784
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US\$ milhão por	31/12/2010	3.159	31/12/2012	3.605,0735	31/12/2013	4.036	31/12/2014	4.403	31/12/2015	3.357,5884

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	ano	31/12/2010	3.159	31/12/2012	3.605,0735						
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US\$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2012	3.702,708	31/12/2013	3.919	31/12/2014	3.531	31/12/2015	3.071,9775
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US\$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2012	62,1205	31/12/2013	63	31/12/2014	47,088	31/12/2015	39,5494
Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US\$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2012	4.005,2398	31/12/2013	3.838	31/12/2014	4.863	31/12/2015	3.943,4911
Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US\$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2012	6.052,8171	31/12/2013	6.030	31/12/2014	5.806	31/12/2015	3.666,4943

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Quadro de Metas

Objetivo: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Ministério da Defesa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região	15,00	Unidades	8,00	Meta sendo tratada no programa 2029. No período de vigência do PPPA, a SUFRAMA apoiou a estruturação de 7 cadeias produtivas na sua área de jurisdição (Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima e Municípios de Macapá e Santana no estado do Amapá).

Objetivo: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs	10,00	Áreas de Controle Integrado (ACIs)	1,00	A criação e a operacionalização das ACIs não decorrem exclusivamente da vontade da RFB, mas dependem também dos demais órgãos necessários a seu funcionamento, os quais enfrentam dificuldades na alocação de servidores nas localidades de fronteira. Sem o foco comum nesse problema o alcance da meta pretendida é prejudicado. Sem evolução durante os anos de 2014 e 2015.

Objetivo: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL	2,00	Unidades	3,00	
Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas	1,00	Fundo	1,00	

Objetivo: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0941 - Promover o aperfeiçoamento do MERCOSUL, com vistas à consolidação da União Aduaneira, à integração de cadeias produtivas, à redução das assimetrias regionais e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Ministério da Fazenda

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 1006 - Promover a ampliação do MERCOSUL, por meio da incorporação de novos Estados Partes e Associados.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	0	0	0	5.750	300
Despesas Correntes	0	0	0	1.200	300
Despesas de Capital	0	0	0	4.550	0
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	5.750	300

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2044 – AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Visão consolidada do Programa

O reconhecimento da juventude por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida - para além de uma mera fase de transição ou formação - que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social.

Essa condição, perseguida a partir do desenvolvimento de sua autonomia pessoal e independência, se dá num ambiente de acentuado conflito entre tais anseios e as múltiplas desigualdades vividas pelos jovens, segundo recortes diferenciados de classe, gênero, etnia, renda familiar, região de moradia, orientação afetivossexual, presença ou não de deficiência, etc.

Dada esta realidade, o Programa Temático Autonomia e Emancipação da Juventude busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens trajetórias de emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros e brasileiras ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país.

Nesse sentido, grande passo foi dado em 2013 com a sanção do Estatuto da Juventude. Com a sua entrada em vigor, em fevereiro de 2014, uma série de 11 (onze) direitos foi assegurada aos cidadãos jovens de acordo com as suas especificidades, como os direitos 1) à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; 2) à Educação; 3) à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; 4) à Diversidade e à Igualdade; 5) à Saúde; 6) à Cultura; 7) à Comunicação e à Liberdade de Expressão; 8) ao Desporto e ao Lazer; 9) ao Território e à Mobilidade; 10) à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; e 11) à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

Ante os direitos garantidos pelo Estatuto da Juventude, merecem destaque dois benefícios diretos fixados pelo texto: a meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda; e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda, sendo duas gratuitas e duas com desconto de 50% em cada veículo.

Sendo assim, o Programa Temático foi estruturado de modo a expressar os principais programas voltados especificamente para a juventude, os públicos juvenis vulneráveis e os problemas mais relevantes para esta parcela da população.

Os principais resultados são a maior institucionalização da política de juventude, notadamente por meio da sanção do Estatuto da Juventude, e a ampliação de programas

governamentais voltados especificamente para os jovens, como o Estação Juventude, a Aprendizagem Profissional, o Projovem Urbano, o Pajur - Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural e o Plano Juventude Viva.

Nesse sentido, o Programa está estrutura no PPA por meio do Objetivo 0276, que tem como intuito a institucionalização da política de juventude; do Objetivo 0960, relacionado a implementação ao enfrentamento da mortalidade da juventude, principalmente dos jovens negros, por meio do Plano Juventude Viva; do Objetivo 0967, que visa a ampliação do acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda por meio da aprendizagem profissional; do Objetivo 0988, direcionado a implementação do programa Estação Juventude, com importância da dimensão territorial do desenvolvimento das políticas para juventude; do Objetivo 0989, que visa a promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem rural; e do Objetivo 0996, que prevê a elevação da escolaridade de jovens, por meio do ProJovem Urbano e Rural.

A seguir se demonstra de forma mais detalhada alguns resultados relevantes do Programa.

Visão dos principais atributos do Programa

Institucionalização da Política

Com a sanção do Estatuto da Juventude, aprovado em agosto de 2013 com a Lei nº 12.852, em que foram fixados os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, foi estabelecida a necessidade de criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), que delimitará competências para cada ente federado e delineará a coordenação intra e intergovernamental com vistas à maior efetividade das ações para a juventude; e do Plano Nacional de Políticas de Juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.

Ainda em 2013 foi instituído o Coijuv - Comitê Interministerial da Política de Juventude, que se constitui como facilitador do diálogo e da ação interministerial no âmbito das políticas que tratam de juventude, tendo como propósito ser um espaço de articulação, acompanhamento e monitoramento dessas políticas.

Além disso, em 2015, foram regulamentados, por meio do Decreto nº 8.537/2015, os direitos sociais previstos no Estatuto da Juventude (benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual) e na Lei nº 12.933/2013, conhecida como Lei da meia-entrada.

Cabe ressaltar que o benefício da meia-entrada para estudantes de qualquer idade sempre foi prática no país, apesar de não regulamentada por lei federal. O Estatuto da Juventude assegura este benefício em lei e, além disso, o estende para jovens de baixa renda que não sejam estudantes.

Os estudantes de qualquer idade acessam o benefício por meio da Carteira de Identificação Estudantil - CIE, emitida pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), pela União Nacional dos Estudantes (UNE), pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), pelas entidades estaduais e municipais filiadas àquelas, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) e pelos Centros e Diretórios Acadêmicos.

Já os jovens de baixa renda acessarão tanto a meia-entrada quanto as vagas em transporte interestaduais por meio da Identidade Jovem, que será fornecida pelo Governo Federal.

A identidade Jovem encontra-se em fase de implementação e deve ser disponibilizada em 2016.

Plano Juventude Viva

Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, a maioria negros. Segundo dados do Sistema de Informações sobre a Mortalidade - SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, em 2.012, dos 30.072 jovens assassinados, 71,53% eram negros e 93,3% do sexo masculino.

Em resposta a esse desafio, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, a primeira fase do Plano Juventude Viva-PJV, com ações inicialmente no estado de Alagoas, estado que ocupava a primeira posição em taxas de homicídios e em taxas de homicídios contra negros no Brasil, de acordo com o Mapa da Violência 2012.

O PJV é uma iniciativa do Governo Federal voltada à ampliação de direitos e prevenção da violência que atinge a juventude brasileira, especialmente negra. Envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídios; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

O Plano, que tem o objetivo de ofertar ações nos 142 municípios brasileiros que concentraram, em 2011, 70% dos homicídios contra jovens, é executado de forma coordenada com diferentes ministérios, governos estaduais e municipais. Paraíba, DF e região metropolitana, São Paulo capital, Bahia e Espírito Santo também já formalizaram a pactuação com o Governo Federal.

No quadriênio 2012-2015 o Plano reuniu 44 programas e ações pactuados pelos 11 Ministérios envolvidos, fruto do trabalho de articulação e integração, sendo eles: Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Na modalidade de adesão pactuada, o Juventude Viva está presente em 47 municípios de sete (07) estados brasileiros (AL, PB, DF, GO (entorno DF), BA, SP e ES).

Além dos lançamentos pactuados, houve 215 pedidos de adesões voluntárias. Um total de 100 (70,4%) dos 142 municípios prioritários já solicitou adesão ao Plano Juventude Viva, dos quais 47 foram pactuados e 53 foram voluntários. Essas cidades abarcam aproximadamente 35% da população brasileira e quase metade dos homicídios no país.

Para os próximos anos, um dos principais desafios do Juventude Viva é avançar do atual objetivo de prevenção da violência e redução de vulnerabilidade, para aliar-se com ações efetivas de acesso à justiça e aprimoramento de instituições de segurança pública que possam impactar diretamente na redução do número de homicídios de jovens negros no país.

Estação Juventude

Ao longo da última década, com a colaboração de inúmeros atores e com o decisivo protagonismo do Governo Federal, o Brasil vem avançando na construção da política nacional de juventude por meio não só da ampliação da rede de atendimento das políticas universais, mas também da execução de uma série de programas de inclusão e de ações afirmativas. Nesse sentido, é necessário estender o acesso dos jovens a essas políticas, ainda não distribuídas igualmente a todos os territórios e ainda não acionadas por todos os segmentos.

Desse modo, o Governo Federal desenvolve o Programa Estação Juventude, instrumento para fazer chegar ao jovem no território o avanço das políticas e programas de juventude e, simultaneamente, disponibilizar para os gestores locais tecnologia social de desenvolvimento de políticas públicas na perspectiva de garantia dos direitos dos jovens.

O Programa se concretiza por meio do desenvolvimento de ações ancoradas em um equipamento público, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e equipamentos que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social.

Com o advento do edital 2013/2014 do Programa Estação Juventude, foram analisados cerca de 640 projetos. Somados a novas parcerias e emendas parlamentares, foram assinados 74 convênios desde 2012.

Em 2015 são 51 convênios em execução; 1 encerrado e outros 20 em fase de prestação de contas.

Foram inauguradas 23 Estações Juventude: Anápolis e Valparaíso de Goiás (GO); Bataguassu e Dourados (MS); Belo Horizonte e Sete Lagoas (MG); Curitiba, Foz do Iguaçu e Toledo (PR); Delmiro Gouveia (AL); Patos (PB); Vitória (ES); Horizonte e Maracanaú (CE); Imperatriz (MA); Jundiá (SP); Nova Boa Vista, Porto Alegre, Cachoeira do Sul e Cristal (RS); Paulo Afonso e Vitória da Conquista (BA) e Valença do Piauí (PI).

Juventude Rural

O Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur) tem como finalidade aportar um conjunto de projetos e ações prioritárias e

pragmáticas de intervenção na realidade socioeconômica de grupos de jovens rurais em diversos territórios, por meio da articulação de políticas públicas do Governo Federal que perpassam a realidade da juventude brasileira.

Lançado em julho de 2014, em parceria com outros órgãos e entidades federais, o Programa tem o foco em geração de renda, fortalecendo as condições necessárias de permanência dos jovens rurais e da floresta em seu território, articulando: i) formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos; ii) estímulo ao intercâmbio de experiências entre a juventude rural e o governo; iii) acesso a tecnologias sociais; iv) integração e ampliação de políticas públicas que atendam a juventude rural; v) ampliação do acesso a informações sobre os direitos da juventude rural.

O Pajur conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Cultura (MinC), Ministério das Comunicações (MC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Nos últimos anos, foram firmadas parcerias com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) para capacitação de jovens rurais em ações de geração de renda. Outra parceria, desta vez com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), apoiou projetos para fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Além disso, o CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ lançaram a chamada pública para apresentação de projetos de formação de jovens que estão cursando ou já cursaram o ensino médio, provindos de assentamentos da Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais e extrativistas, com vistas a ampliar o processo de formação e qualificação profissional por meio do ensino e da pesquisa. No total, estão sendo investidos mais de R\$ 8 milhões. Todo o processo está sendo desenvolvido em articulação com instituições de ensino superior. Dos 188 projetos apresentados, foram aprovados 34, proporcionando uma alternativa de formação e inserção da juventude no campo, com oportunidades de ampliar seus estudos e formação.

Aprendizagem Profissional

A Aprendizagem Profissional, instituída pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, constitui o eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de maneira qualificada e protegida. Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, essa política proporciona aos maiores de 14 e menores de 24 anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial: ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. Verifica-se que, desde a publicação do Decreto nº 5.598, de 1 de dezembro de 2005, que regulamenta a

contratação de aprendizes, até 2015, foram admitidos 2,2 milhões de aprendizes nessa modalidade de contratação.

O período do PPA 2012-2015 totaliza 1,46 milhão de contratações na modalidade de Aprendizagem Profissional, superando a meta pactuada de 1,2 milhão de adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem. Os resultados atingidos devem-se ao fato de haver uma integração de ações construídas em conjunto com todos os atores envolvidos.

ProJovem

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo – Saberes da Terra, objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época.

É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo assim para a geração de renda e promoção de direitos.

O Projovem Urbano é uma das ações do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios e transfere um valor per capita diferenciado para as localidades que fazem parte do Mapa da Violência. Além disso, é desenvolvido nas unidades prisionais. A edição de 2013, executada até o primeiro semestre de 2015, contou com a adesão de 94 Municípios e nove Estados, para atendimento a 100.823 jovens. Já a edição 2014, iniciada em 2015, contou com a adesão de 115 Municípios, 12 Estados e Distrito Federal, para atendimento a 102.610 jovens. Para a execução das atividades da modalidade Projovem Urbano, foram transferidos cerca de R\$ 75 milhões.

Também está em execução a edição 2014 do Projovem Campo em 14 Estados, 302 Municípios e no Distrito Federal, com meta de atendimento de 42.845 jovens da agricultura familiar. Para o desenvolvimento dessa modalidade do Projovem, foram transferidos mais de R\$ 34,5 milhões.

Nas modalidades, é desenvolvida formação continuada, beneficiando 826 gestores e 922 formadores em 2015. Houve, também, pagamento de auxílio financeiro a 83.437 estudantes que, no ano de 2015, participaram dos cursos de ambas as modalidades do Programa, totalizando R\$ 18,8 milhões. Para 2016, há previsão de atendimento a 100 mil jovens no Projovem Urbano e 40 mil jovens de agricultura familiar no Projovem Campo.

Considerações finais

De forma geral, a política de juventude obteve grande evolução no período 2012-2015, acarretando melhorias sociais expressivas para o público jovem.

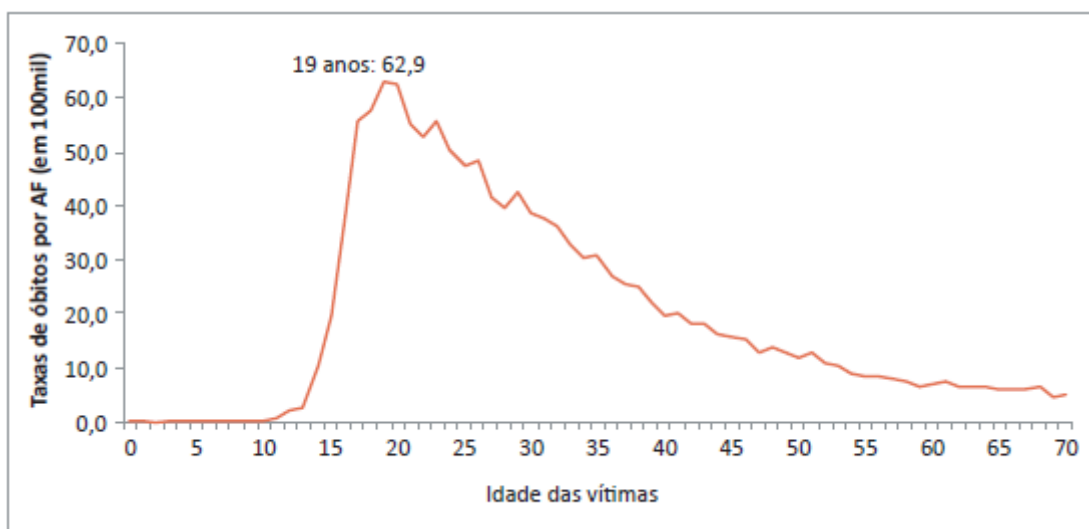
A institucionalização da política por meio do Estatuto da Juventude e a criação de benefícios sociais específicos oferecem aos jovens mecanismos eficientes de acessar seus direitos, notadamente na área da cultura, do desporto, do lazer e do território e mobilidade.

Como inovação, merece destaque o grande número de jovens de baixa renda que, por diversos motivos, não se encontram estudando, mas que terão seus direitos ampliados por meio da Identidade Jovem (estima-se 18,4 milhões de jovens sejam beneficiados).

A partir de sua devida regulamentação, o Sistema e o Plano devem organizar, em todo o país, de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude.

O problema da mortalidade acentuada da juventude, especialmente a juventude negra, persiste com número cada vez mais graves, o que indica que o Plano Juventude Viva deve ser aprofundado e procurar ainda mais apoio tanto dentro da própria estrutura governamental quanto da sociedade civil. Os jovens continuam como o grupo social mais afetado pelos homicídios e outras formas de violência letal, conforme gráfico abaixo, o que representa grande desafio para a política.

Taxas de mortalidade por Armas de Fogo e idades simples. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS. Publicação "Mapa da Violência – 2015" <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>

A recente reforma administrativa, empreendida pela Medida Provisória nº 696/2015, insere o tema da juventude em novo Ministério, qual seja, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, onde diversas outras áreas que também trabalham o tema da violência estarão reunidas. Espera-se que a soma de esforços com este foco possa dar novas perspectivas para a luta contra a violência aos jovens e outros grupos vulneráveis.

Para o PPA 2016-2019 o programa passa por profundas reformulações, passando-se de um modelo focado nas políticas (Estação Juventude, Projovem, Aprendizagem

Profissional, etc.) para um modelo em que os direitos (saúde, cultura, sustentabilidade e meio ambiente, etc.) se tornam eixos. Além disso, foi elaborado um programa mais transversal, com participação de novas políticas públicas em relação ao período anterior.

No programa do PPA 2012-2015 apenas 4 Ministérios participavam efetivamente: Secretaria Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; e Ministério da Integração, por meio da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Já no próximo PPA, essa relação cresce para 10 Ministérios.

Ademais, cerca de 80% das metas e das iniciativas eram de responsabilidade da SNJ. No próximo período, 11 das 27 metas (ou seja, 40% do total) serão desenvolvidas pela SNJ. As demais são de responsabilidade de outros órgãos, o que evidencia o esforço em ampliar a transversalidade do programa e a crescente consciência das outras políticas com relação ao público jovem.

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201,097	31/12/2012	286,287	31/12/2013	335,809	31/12/2014	386,931	01/11/2015	388,454
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2011	25	30/09/2012	24,4	30/09/2013	24,2	30/09/2014	24,83
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2011	58	30/09/2012	60,2	30/09/2013	57,7	30/09/2014	59,73
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2011	2	30/09/2012	1,8	30/09/2013	1,6	30/09/2014	1,46
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44	31/12/2009	5,44	01/09/2015	10,9
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2012	23,21	31/12/2012	14,99	31/12/2013	18,3	31/12/2014	37,72
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2011	21,79	30/09/2012	20,87	30/09/2013	22,25	30/09/2014	25,1
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2011	13,81	30/09/2012	13,23	30/09/2013	13,56	30/09/2014	15,22
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2011	8,07	30/09/2012	7,12	30/09/2013	8,05	30/09/2014	8,35
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	31/12/2010	54,75	30/09/2012	54,75	30/09/2013	59,66	30/09/2014	65,58
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30	31/12/2012	30	31/12/2013	30	31/12/2014	63,4	30/10/2015	38
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2012	47,26	31/12/2013	47,36	31/12/2014	47,56	01/12/2015	47,37
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	31/12/2010	28,01	30/09/2012	28,01	30/09/2013	25,86	30/09/2014	27,45
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2011	47,2	31/12/2012	50,03	31/12/2013	46,03	31/12/2014	40,9

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Quadro de Metas

Objetivo: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude	3,00	Grupos de trabalho temáticos	3,00	
Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos	100,00	Órgãos estaduais e municipais de juventude	4,00	Em 2013 foi realizada uma avaliação com objetivo de encontrar a melhor maneira de apoiar os órgãos estaduais e municipais. Em 2014, devido às restrições impostas pelo período eleitoral e ao tempo demandado na construção de projeto pedagógico que contemplasse as expectativas de gestores, conselheiros e demais atores sociais, não foi possível implementar os cursos previstos, mas já há Projeto Pedagógico, plano de trabalho e termo de referência para convenio com a instituição de ensino.
Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude	200,00	Microprojetos	560,00	

Objetivo: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra	8,00	Estados da Federação	7,00	

Objetivo: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Órgão Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer tempo, admitidos em contratos de aprendizagem	1.220.628,00	Jovens e adolescentes	1.463.836,00	

Objetivo: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude	150,00	Unidades do programa Estação Juventude	74,00	Em função da ainda significativa fragilidade do ponto de vista da capacidade institucional e operacional das estruturas voltadas à execução de políticas públicas de juventude entre os entes federados, o Governo Federal encontrou dificuldade para habilitar os projetos enviados, além da dificuldade que os entes federados tem encontrado na contratação das equipes de profissionais e, no caso das unidades de modalidade itinerante, para a licitação de compra dos veículos.

Objetivo: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Presidência da República

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo	2.000,00	Jovens moradores de áreas rurais	6.100,00	
Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais	3.000,00	Jovens rurais e de comunidades tradicionais	3.524,00	

Objetivo: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Ministério da Educação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	59.482	55.684	10.573	752.311	300.298
Despesas Correntes	50.441	47.643	10.573	713.902	292.751
Despesas de Capital	9.041	8.041	0	38.409	7.547
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	59.482	55.684	10.573	752.311	300.298

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2045 – LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL

Visão geral do programa

Principais Desafios da Política

A sensibilização da sociedade quanto à dinâmica das alterações adversas ao meio ambiente e a conscientização sobre a importância de buscar um modelo de desenvolvimento sustentável frente ao potencial crescimento da economia brasileira observado nos últimos anos, demandaram respostas rápidas, modernas e qualificadas da administração pública. Desta forma, entre os principais desafios impostos ao poder público na gestão do meio ambiente, destaca-se a necessidade de articulação e convergência de ações entre os diferentes setores do governo e da sociedade, visando garantir a sustentabilidade ambiental.

Entre os principais desafios do Licenciamento Ambiental está o fortalecimento da transversalidade das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do país, propostos pelos setores públicos e privados. Este desafio torna-se maior considerando o constante aumento do número dos projetos de infraestrutura planejados e em implantação no país, requerendo que a componente ambiental seja mais fortemente inserida no planejamento desses projetos e exigindo maior especificação e clareza de normativos técnicos, de modo a diminuir inseguranças jurídicas que podem representar dificuldades para o Licenciamento Ambiental dentro dos prazos legais estabelecidos.

Para garantir a qualidade ambiental, um dos principais desafios diz respeito à promoção de mecanismos que garantam a adequada gestão dos produtos e substâncias químicas durante seu ciclo de vida, o que requer articulação interinstitucional e intersetorial, internalização, implementação concreta e atendimento às obrigações derivadas dos acordos internacionais ratificados pelo País, harmonização da legislação, geração e disponibilização qualificada de dados e informações ambientais; aperfeiçoamento da capacidade operacional dos órgãos ambientais, avaliação, monitoramento e fiscalização de modo a garantir a incorporação de avanços sob a ótica de proteção e preservação do meio ambiente.

Considerando que os empreendimentos podem impactar a qualidade ambiental e de vida da população, as metodologias de planejamento participativo e ações educativas são estratégias essenciais para potencializar e ampliar as ações de inclusão, fortalecer e complementar as políticas públicas e favorecer um maior controle social. Essas metodologias visam mitigar tais impactos com vista ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, busca-se ampliar as ações e processo formativos de Educação Ambiental, continuados, presenciais e à distância. Para incrementar essa proposta, foi efetuada uma aproximação e o envolvimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), considerando sua competência e apoiar projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

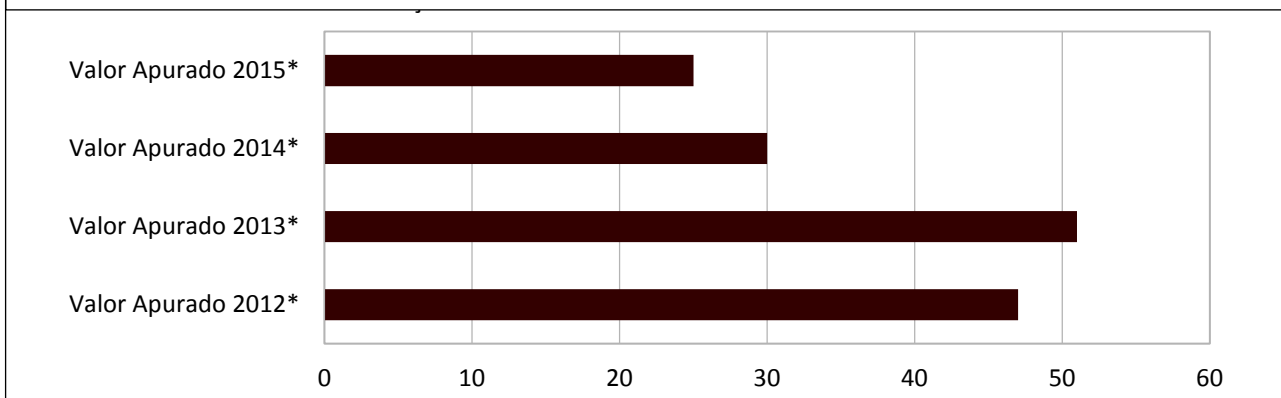
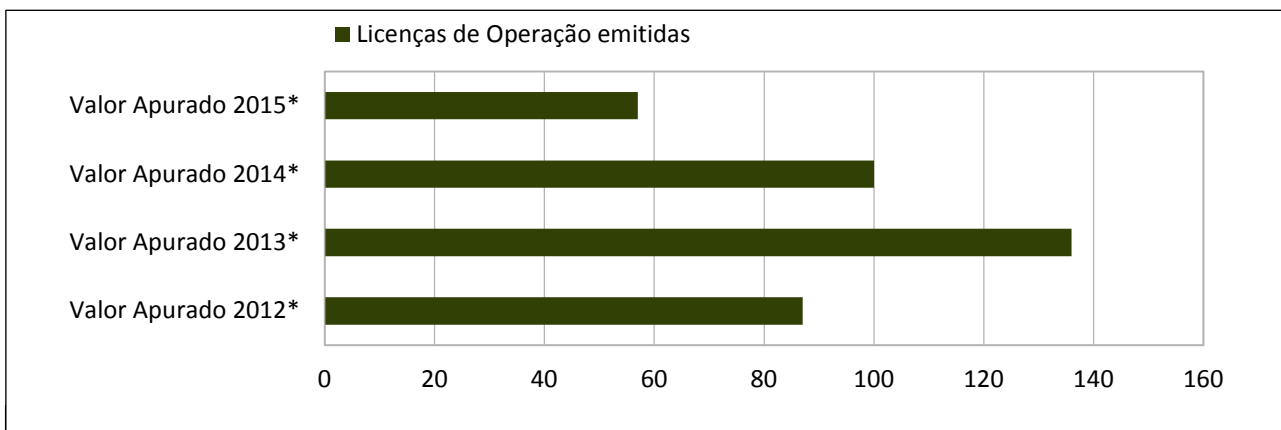
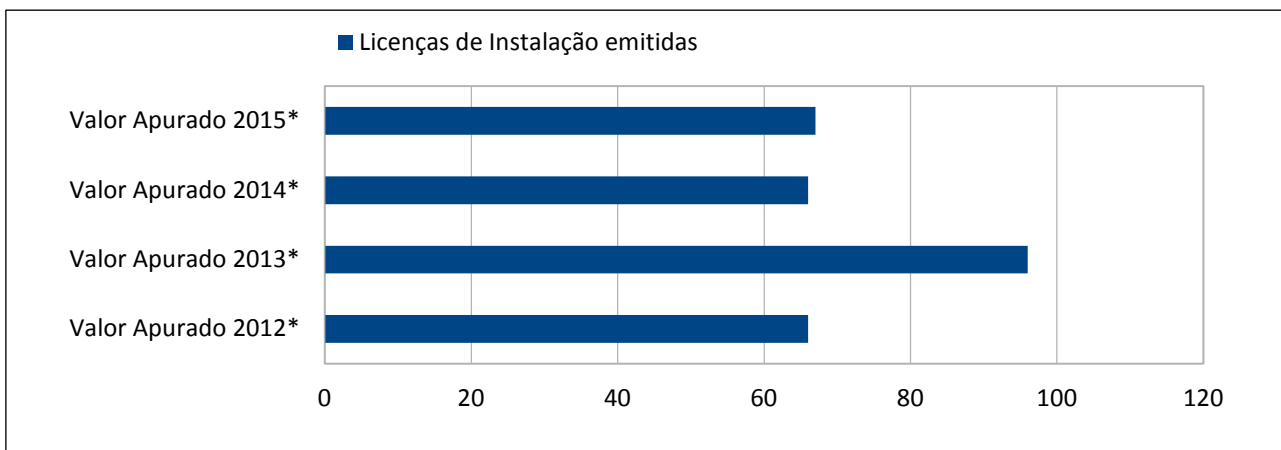
Para enfrentar esses desafios o Programa é composto por objetivos que tratam das seguintes temáticas: aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental; promoção da Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos; aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental; elaboração e implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável e promoção da educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais.

A prioridade relacionada à gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais é apoiar a formalização das Comissões Técnicas Estaduais do Plano P2R2 e a elaboração do mapeamento de áreas de risco de acidentes com produtos perigosos, com o objetivo de estruturar e fortalecer os estados na implementação de ações de prevenção, preparação e resposta às emergências, com o planejamento de suas ações; o estabelecimento de estratégias e prioridades; a identificação de competências e a definição de responsabilidades institucionais; a comunicação e divulgação de resultados; e a manutenção de recursos suficientes para essa implementação.

Quanto à prevenção da contaminação e da poluição ambiental, a prioridade é a construção de uma base que vai orientar a ação pública e privada para a eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), por meio da elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, que sistematiza as medidas planejadas para atender os compromissos internacionais assumidos pelo país quando da ratificação da Convenção e que representará uma contribuição fundamental para o alcance da meta do Plano de Johannesburgo, que estabelece o ano de 2020 como prazo para que as substâncias químicas sejam geridas adequadamente de modo a minimizar os riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

O aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental passa pela revisão normativa, capacitação das equipes técnicas e principalmente pelo desenvolvimento de ferramenta de informatização para a gestão geoespacial das informações ambientais resultantes do processo AIA – avaliação de impacto ambiental, por meio do desenvolvimento do Sistema de Gestão de Informação Ambiental (SIGA).

Indicadores



Os indicadores apresentados são considerados inapropriados para aferir a qualidade do licenciamento ambiental, motivo pelo qual está em fase de conclusão o Sistema de Gestão de Informação Ambiental – SIGA, que permitirá apresentar dados precisos sobre o atendimento dos prazos legais na emissão das licenças ambientais e sobre a qualidade das análises e resultados ambientais.

Com relação à evolução dos indicadores definidos, ressalta-se que a emissão de licenças é uma atividade sujeita à demanda não condicionada somente a iniciativa do órgão. As

licenças são faseadas, sendo a primeira, a licença prévia, seguida das licenças de instalação e operação. O Ibama em grandes projetos de infraestrutura, cujo tempo de instalação pode durar de 1 (uma) semana a 7 (sete) anos, muitas vezes não consegue avançar para que a licença de operação seja emitida imediatamente.

O Programa foi estruturado em cinco grandes objetivos, de modo a melhor estabelecer as metas correspondentes, associadas ao arranjo institucional responsável pela coordenação e/ou execução das respectivas iniciativas / ações.

Visão dos principais atributos do programa

Objetivos e Metas mais relevantes

No que se refere à prevenção da contaminação e da poluição ambiental e ao gerenciamento de substâncias perigosas, foi construída uma base que orienta a ação pública e privada na eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)²², por meio da elaboração de um Plano Nacional de Implementação (NIP), que se constitui em um documento que sistematiza e reflete as estratégias e as medidas planejadas para atender aos compromissos internacionais assumidos pelo país quando da ratificação da Convenção de Estocolmo, em 2004. Para subsidiar a formulação do Plano Nacional, vários inventários e estudos referente aos POPs foram elaborados, dentre eles um estudo para determinar as concentrações de POPs em leite humano (2014), levando em consideração os protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e o protocolo nacional de estudo realizado em 2002. Outro importante estudo realizado foi a “Avaliação socioeconômica de ações para implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs” (2015), que contém uma análise de risco social à exposição de POPs, análise de impacto das ações de gerenciamento de POPs, com avaliação do custo benefício de cada atividade prevista no NIP para a redução da emissão de POPs e classificação das prioridades. O “Plano de Ação para eliminação de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs” compõe o Plano Nacional de Implementação (NIP) da Convenção de Estocolmo, que inicia sua implementação a partir de 2016.

O Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA), documento previsto pela Política Nacional de Meio Ambiente, que visa apresentar o panorama do estado da qualidade ambiental no Brasil, foi apresentado e validado pelo Ministério do Meio Ambiente e disponibilizado para conhecimento da população.

O Perfil Nacional sobre a Gestão das Substâncias Químicas ainda não foi integralmente atualizado e revisto, mas vários estudos, projetos e informações essenciais foram obtidas (como as informações do Cadastro Nacional de Substâncias Químicas) e, após implementados, contribuirão para a elaboração do Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas.

No que tange à promoção da gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais com produtos perigosos, foi priorizada a estruturação de ferramentas que perpassam o ciclo de decisões de planejamento, desenvolvimento e monitoramento ambiental, por meio da elaboração de planos e programas que possam subsidiar as ações estratégicas

²² Os POPs são substâncias químicas de alta periculosidade, que persistem, bioacumulam e transportam-se a longas distâncias.

governamental e privada, em âmbito nacional e estadual.

Para tanto, nesse ciclo do PPA foram desenvolvidos e aprovados três Planos de Área que contemplam as informações e medidas a serem tomadas em caso de acidentes com derramamento de óleo na área de abrangência dos portos, sendo dois na região Sudeste (Plano de Área do Porto Organizado de São Sebastião e Plano de Área do Porto de Santos) e um na região Nordeste (Plano de Área do Porto de Aratu).

Com o objetivo de fortalecer os esforços para a delimitação das áreas marinhas ecologicamente sensíveis a óleo e completar o “Plano Cartográfico para o Mapeamento da sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas”, foram integralmente concluídos os mapeamentos de duas bacias marítimas: Mapeamento da Foz do Amazonas e o Mapeamento da Bacia do Pará – Maranhão/Barreirinhas (ambas na região norte). Além dessas, completando as 9 Bacias sedimentares marítimas, as duas últimas bacias encontram-se em fase de finalização nas regiões sul e sudeste: Bacia de Pelotas e Bacia de Campos, respectivamente.

Ainda dentro dessa estratégia de estruturação de instrumentos de planejamento para a gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais com produtos perigosos, foi elaborado o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para o transporte ferroviário, possibilitando a priorização de vistorias com base no risco dos trechos ferroviários.

No que tange a melhoria na padronização de procedimentos e sua normatização voltada para o licenciamento ambiental, foram editados diversos normativos para conferir maior clareza dos prazos e procedimentos aplicados às diferentes tipologias de empreendimento, tais como, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás e portos. As novas normas contemplam de forma clara as diferenças existentes entre empreendimentos de baixo e alto impacto ambiental, consideram a sensibilidade ambiental dos locais previstos para sua implantação e atendem características especiais de cada tipologia. Foram editadas Portarias do Ministério do Meio Ambiente em parceria com os Ministérios de Minas e Energia, Transportes, Justiça e Secretaria Especial de Portos. Do conjunto de Portarias normativas, destaca-se a organização da participação dos órgãos federais envolvidos no processo de licenciamento – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Ministério da Saúde (MS) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com delimitação do conteúdo de análise, previsibilidade dos termos de referência e prazos para manifestação.

O IBAMA alcançou 100% de formação de seus servidores no tema avaliação de impactos ambientais entre os anos de 2012 e 2014, contribuindo para a qualidade das análises e aperfeiçoamento de seu corpo técnico. Como resultado desses esforços, em 2014, o órgão recebeu o prêmio internacional de Destaque Regional pelos avanços obtidos na avaliação de impacto ambiental, no âmbito do licenciamento. O prêmio foi entregue pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA) em seu 34^a Congresso Anual, em Viña del Mar, no Chile.

Em 2012 e 2013, foram lançados editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA para apoio a projetos socioambientais. O edital FNMA 2012 selecionou projetos de elaboração de

Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal, os quais abrangem 331 municípios dos estados de Rondônia, Maranhão e Amazonas. O edital FNMA 2013 apoiou 19 projetos para formação de agentes populares de educação ambiental para a agricultura familiar, dentre os quais, 12 receberam recursos, contemplando 81 municípios e beneficiados 1980 jovens rurais que participam do processo de formação em educação ambiental e da implementação de projetos comunitários. Em 2015 foram celebrados dois convênios da Demanda Espontânea, um no município de Itanhaém/BA e outro no município de Garanhuns/PE. Portanto, os projetos apoiados pelo Fundo no período de 2012 a 2015 contemplaram 413 municípios ao todo, superando em mais de 100% a meta proposta.

Em 2015 foi iniciada uma primeira análise institucional e técnica sobre as possibilidades metodológicas de se fazer uma articulação entre os resultados das Agendas 21, incluindo os Planos de Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A exemplo da Agenda 21, o processo de elaboração dos ODS partiu do pressuposto da ampla participação de segmentos sociais no planejamento do desenvolvimento, e envolveu todo sistema ONU, governos, empresários, associações, movimentos sociais, cidadãos. E assim como a Agenda 21, o sucesso dessa nova agenda, Pós-2015, dependerá da sua capacidade de inspirar e mobilizar esses agentes.

Nesse quesito a articulação ODS – Agenda 21 se apresenta ainda mais estratégica e contributiva, isso porque é indiscutível a quantidade e qualidade dos agentes sociais mobilizados em torno da proposta da Agenda 21 no Brasil e no mundo desde a sua criação. E muitos destes agentes participaram do processo dos ODM e tem dialogado de forma direta ou indireta com a proposição dos ODS, sendo possível vislumbrar continuidades entre esses diferentes processos.

Quanto ao processo educativo ambiental, foram desenvolvidas ações e práticas formativas e mobilizadoras para os mais diversos públicos, voltadas à sensibilização e problematização sobre as questões socioambientais, e orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente. Essas ações atenderam, neste sentido, à necessidade de inserir a coletividade na discussão da agenda pública ambiental através dos programas e projetos desenvolvidos pela pasta.

Dentre as iniciativas destaca-se a elaboração, customização e implementação da nova Plataforma Moodle de Educação a Distância (AVA), que conta com mais de 30 mil inscritos e com cursos disponibilizados nas diversas políticas e agendas prioritárias.

Também foi estruturada uma plataforma virtual de práticas de referência em Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos (EDUCARES) para apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Além disso, foi elaborado conteúdo para formação de catadores de materiais recicláveis, buscando a inserção social desse público de forma mais qualificada na gestão dos resíduos sólidos.

Já o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) incentiva ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. No âmbito

do Edital FNMA 01/2013 “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental”, foram assinados 12 convênios, priorizando a formação de mulheres e agentes jovens. Foram estruturados e produzidos conteúdos, materiais e cursos voltados para Educação Ambiental e Agricultura Familiar. Também foram realizadas oficinas de planejamento em diversos estados e territórios para implementação do programa, além da realização de seminários nacionais para troca de experiências.

Ainda na intenção de incentivar a formação da população para a questão socioambiental, foram implementadas também as ações do Projeto Salas Verdes e do Circuito Tela Verde. O Projeto Salas Verdes conta com uma rede de cerca de 350 espaços que desenvolvem e articulam atividades de educação ambiental nos diversos estados e territórios do País. Já o Circuito Tela Verde selecionou neste período 122 vídeos de temática socioambiental e realizou 3 Mostras Nacionais de Produção Audiovisual Independente, exibidas em mais de 4.841 espaços exibidores em todo o País, promovendo uma discussão participativa e dialogada sobre o cenário ambiental contemporâneo.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) através do Projeto Conhecendo Nosso Jardim e da reabertura do Laboratório Didático com o tema “Plantas Ameaçadas no Jardim”, e participação em programas institucionais tais como o Jardim Virtual e Programa de Treinamento para Excelência no Atendimento ao Público, recebeu professores, alunos e outros visitantes interessados em educação ambiental, realizou oficinas, palestras e cursos junto a instituições parceiras (LIEAS/UFRJ, PROJETO CORAL VIVO e REDE A3P) em universidades, eventos regionais, entre outros, disseminando a informação ambiental para os mais diversos públicos.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou eventos estruturados para gestão ou educação ambiental em parques nacionais, áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas em todo o território nacional. O Instituto realizou ações de educação ambiental além da produção de material para gestores. Foram capacitadas educadores ambientais, gestores, lideranças comunitárias, jovens e populações tradicionais de Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa sob gestão do Instituto. Os temas trabalhados nessas ações incluem: formação de jovens, comunitários e educadores ambientais para a gestão participativa de UCs; o fortalecimento da participação social nos instrumentos de gestão; educação ambiental em comunidades escolares no interior e/ou entorno de UCs; o uso público em UCs; o uso e manejo sustentável de recursos ambientais; a conservação de espécie ameaçada de extinção; manejo florestal comunitário e manejo integrado do fogo.

O programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) completou, em 2015, dezesseis (16) anos de existência. Trata-se de ação referencial para a implantação da gestão socioambiental em órgãos e entidades de todo o país. As estratégias para ampliação do programa basearam-se na realização de estudos regionais e locais com vistas à municipalização da A3P, avaliação do impacto da metodologia de implantação, com vistas ao aperfeiçoamento, implantação do programa em consórcios do Estado de São Paulo e desenvolvimento de agendas estaduais da A3P. Essa estratégia contou também com a

elaboração de metodologia específica para implantação da A3P nas escolas. Para fortalecer o trabalho dos parceiros foram expedidos 59 certificados de Selo Verde e 24 certificados Selo Prata. O programa A3P também é responsável pela realização de capacitações nos órgãos parceiros para elaboração dos Planos de Logística Sustentável e no âmbito do MMA elabora os relatórios de monitoramento e avaliação do Plano. Foram realizados 25 cursos de capacitação, e capacitados de forma presencial cerca de 1.500 gestores públicos. Em relação aos materiais gráficos utilizados nas capacitações, foi elaborada, em parceria com a Inmetro e a ABNT a Cartilha Compreendendo a Responsabilidade Social. A expectativa é que em 2016 o tema seja incluindo nas novas turmas de capacitação do programa A3P. No ano de 2015 foi criado o sistema de monitoramento socioambiental – Ressoa e o Banco de Boas Práticas. Também foi disponibilizado o tutorial e realizada capacitação dos usuários no novo sistema. As ações para organização da sexta edição do Prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade, que será realizada em 2016, foram iniciadas e inscritos um total de 90 projetos. Finalmente, foi iniciado o desenvolvimento de uma metodologia específica para Certificação Pública da Agenda Ambiental da Administração Pública nas instituições públicas parceiras do programa.

Considerações finais

Principais aspectos observados no período de vigência

Durante o período do PPA 2012-2015 o Programa Licenciamento e Qualidade Ambiental contribuiu para a promoção da segurança química promovendo mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental e para o gerenciamento de substâncias perigosas. A estratégia de longo prazo envolve a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Química, que trace objetivos, diretrizes, instrumentos e demais componentes.

O Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, construído com participação e envolvimento de diversos atores (governo, sociedade civil, indústria e academia), materializou um compromisso internacional, ao mesmo tempo em que representa um instrumento essencial para que o país possa mobilizar os recursos para eliminar os POPs em território nacional e uma importante contribuição para o alcance da meta do Plano de Johannesburgo, que estabelece o ano de 2020 como prazo para que as substâncias químicas sejam geridas adequadamente de modo a minimizar os riscos ao meio ambiente e à saúde humana.

Ocorreram avanços, também, na promoção e aperfeiçoamento do licenciamento da avaliação ambiental. Em especial, esses avanços se deram na regulamentação de novas normas e no aumento e capacitação da força operacional do Ibama para realizar o licenciamento.

Principais adequações incorporadas ao PPA/2016-2019

Em continuidade à gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos ao longo de todo o seu ciclo de vida, o novo PPA 2016-2019 está estruturado de forma a

implementar as atividades nos Planos de Ação definidos ao longo do PPA 2012-2015 e que compõem o Plano Nacional, além da elaboração de instrumentos normativos, fortalecimento das capacidades nacionais para a gestão de químicos e elaboração de inventário de fontes e de emissões e liberações de mercúrio, no âmbito da Convenção de Minamata.

As metas estabelecidas para o período de 2016-2019 determinam o esforço nacional necessário para promover a eliminação dos estoques de agrotóxicos obsoletos já inventariados nos Estados e à promoção da eliminação das Bifenilas Policloradas (PCB) em empresas do setor elétrico que tenham seus estoques inventariados

Os desafios para o próximo ciclo do PPA incluem a finalização do desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Informação Ambiental – SIGA, e a continuidade da padronização dos procedimentos de licenciamento ambiental.

A temática educação ambiental apresenta-se de forma transversal nos diversos programas de forma integrada às políticas e programas socioambientais contemplados pelo PPA 2016-2019. O FNMA pretende investir R\$ 3 milhões em projetos de educação ambiental, tanto na modalidade de Demanda Espontânea (até R\$ 300 mil), quanto por meio de editais.

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	127	31/12/2012	66	05/11/2013	96	31/12/2014	66	31/12/2015	67
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	104	31/12/2012	87	05/11/2013	136	31/12/2014	100	31/12/2015	57
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	83	31/12/2012	47	05/11/2013	51	31/12/2014	30	31/12/2015	25
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	01/01/2009	11,03	04/07/2013	5,3	31/07/2013	5,06	31/07/2013	5,06
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	01/01/2009	4,49	04/07/2013	3,2	31/07/2013	5,15	31/07/2013	5,15

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Quadro de Metas

Objetivo: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente	5,00	%	150,00	O IBAMA possui duas estratégias de atuação, sendo uma as operações de fiscalização e a outra as ações de fiscalização. As operações compreendem um conjunto de ações. Na metodologia da contagem foram computadas as OPERAÇÕES.

Objetivo: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras	2,00	Planos de Área	3,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais	5,00	Planos Elaborados	3,00	70% do Plano Nacional foi executado e 3 Planos Estaduais foram apoiados no período 2012-2015 (Em São Paulo, Paraná e Minas Gerais), o que pode ser considerado um bom resultado devido às restrições de recursos financeiros e orçamentários impostos ao Ministério do Meio Ambiente no período.
Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo	1,00	Plano Elaborado	0,00	Considerando as etapas de elaboração do plano já realizadas, estima-se que 68,75% do processo de construção do Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo foi realizado.
Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias	1,00	Programa Elaborado	1,00	
Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas	2,00	Bacias Sedimentares	2,00	

Objetivo: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal	50,00	%	32,00	
Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal	300,00	Técnicos	0,00	Foram elaborados o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Avaliação de Impacto Ambiental e o Projeto Básico para a contratação da pessoa jurídica. A contratação ainda não foi realizada.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente	20,00	Órgãos estaduais de meio ambiente	0,00	Face às modificações trazidas pela lei complementar nº 140, de 2011, as ações ligadas à qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais tiveram seu escopo revisto e estão em desenvolvimento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente.

Objetivo: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21	100,00	Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável	0,00	Em razão de realinhamento estratégico, a implementação da meta não foi priorizada.
Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros	200,00	Municípios	412,00	

Objetivo: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental	2.000,00	Instituições	5.397,00	
Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental	20.000,00	Pessoas	40.317,00	
Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo	80,00	Adesões	137,00	

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	23.685	21.292	7.733	137.677	70.743
Despesas Correntes	21.545	17.198	7.733	111.550	65.600
Despesas de Capital	2.139	4.094	0	26.127	5.143
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	23.685	21.292	7.733	137.677	70.743

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2046 – MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Visão Geral do Programa

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para o Desenvolvimento Nacional, nos aspectos econômico, científico, social e de segurança, dada a maritimidade do País, suas rotas de navegação, assim como os recursos vivos e não-vivos presentes nas águas de interesse nacional. Esses recursos estão, também, relacionados com o sistema de circulação oceânica do Atlântico, o que os torna vulneráveis às mudanças climáticas em escala regional e global. Não obstante a evidente relevância do Oceano Atlântico e da Zona Costeira, o conhecimento científico disponível sobre os mesmos é insuficiente para a sua preservação e utilização sustentável.

No que se refere à integridade do patrimônio nacional, como objetivo fundamental que orienta a Ação Governamental, é imprescindível o conhecimento, a preservação e a vigilância da Zona Costeira, do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km², conhecida como “Amazônia Azul”.

Neste contexto, foi incluído no PPA 2012-2015 programa temático sobre “Mar, a Zona Costeira e a Antártica”, fato inédito neste País, por envolver áreas estratégicas e imprescindíveis para o desenvolvimento da Nação e por congregar interesses de diversos Órgãos representantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Este programa permitiu a incorporação de uma nova dimensão territorial à atuação de políticas públicas nacionais, assim como evidenciou o caráter estratégico dessas áreas, dentro do macrodesafio de “preservar a integridade e a soberania nacional”. O Programa, em sua dimensão geográfica, não se limita a Amazônia Azul, mas abrange todos os espaços marítimos além de sua jurisdição nacional que sejam de interesse do País, incluindo o Continente Antártico.

Desempenho do Programa no quadriênio 2012-2015

Os principais desafios no período do PPA 2012-2015 foram a manutenção da presença estratégica brasileira na Amazônia Azul, nas ilhas oceânicas e na Antártica, bem

como a demonstração do interesse nacional nos recursos naturais do Oceano Atlântico Sul e Tropical.

Entre 2012 e 2015, o Programa procurou orientar a formação de recursos humanos, as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento e ao uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica, assim como o desenvolvimento das ações que possibilitaram a implementação da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), aprovada pelo Decreto nº 5.377 de 2005, e da Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), aprovada pelo Decreto nº 94.401, de 3 de junho de 1987. Os objetivos deste Programa estavam em consonância com essas políticas e com as orientações emanadas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), um colegiado composto por 18 órgãos federais, coordenado pelo Comandante da Marinha, como Autoridade Marítima Brasileira. A CIRM, para levar a cabo as suas atribuições, desdobrou as mencionadas Políticas em Planos, a saber: o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), instituído pelo Decreto nº 98.145/1989; o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), de execução quadrienal; e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661 de 1988.

Assim, as iniciativas e metas dos objetivos do Programa foram conduzidas de modo a aumentar a pesquisa científica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e o gerenciamento costeiro. Além disso, ressalta-se a posição do Governo Brasileiro em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, no seu enfoque jurídico, perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, em colocar o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo, através da assinatura entre o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) do contrato para exploração de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto na Elevação do Rio Grande e a manutenção da presença brasileira no Continente Antártico, com a decisão de reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz.

Ao longo do quadriênio 2012-2015, dos cinco Indicadores do Programa destacam-se três referentes à formação de recursos humanos. A formação de recursos humanos para as ciências do mar é um dos principais desafios da PNRM, sendo o ponto de partida para a consecução e alcance dos objetivos do Programa “Mar, Zona Costeira e Antártica”.

A meta proposta para a formação de recursos humanos implicava em dobrar o número de pós-graduados em Ciências do Mar, que deveriam passar de 280 em 2011 para 560 em 2015. Ao final do período, estima-se que o número de titulados seja de 410, apontando o cumprimento de cerca de 70% da meta por parte dos 35 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar, sendo 35 cursos de

mestrado e 24 de doutorado. Com relação ao número de graduados em Ciências do Mar, a meta também era dobrar o número de graduados em Ciências do Mar, que deveriam passar de 700 em 2011 para 1.400 em 2015. Ao final do período, o número estimado de formados é 1.100, apontando o cumprimento de cerca de 80% da meta por parte dos 44 cursos de graduação que integram a área de Ciências do Mar²³. Deve ser destacado, no entanto, que neste mesmo período a taxa de formados, ou seja, a relação entre o número de ingressantes e o número de concluintes, chegou a 42%, percentual próximo dos valores observados para a maioria das áreas de conhecimento, de 45%.

O Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos – PPG-Mar, instituído no âmbito do Plano Setorial para os Recursos do Mar – PSRM, sob a coordenação do Ministério da Educação - MEC, tem por objetivo consolidar e ampliar a formação neste domínio do conhecimento. Para facilitar o alcance da meta estabelecida no PPA 2012-2015, o PPG-Mar incluiu em seu Plano Nacional de Trabalho 2012-2015, entre outras de interesse da graduação, ações voltadas à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada, a introdução da cultura do empreendedorismo e o aumento da inserção no mercado de trabalho. Nos exercícios de 2012 e 2013, período em que os repasses financeiros por parte do MEC atenderam as necessidades, a atuação do PPG-Mar foi intensa, com a promoção de encontros nacionais de coordenadores de cursos, tanto coletivos como por modalidade de formação, o que facilitou a adoção de estratégias conjuntas para qualificar e ampliar o número de profissionais capacitados a cada ano.

A ação de grupos de trabalho temáticos²⁴ deram considerável impulso para a discussão e implementação de iniciativas voltadas para qualificar a formação dos estudantes e para ampliar a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Entretanto, nos exercícios de 2014 e 2015, o apoio financeiro do MEC foi reduzido de forma substantiva, chegando a 25% do valor esperado, o que, além de desmobilizar os integrantes do PPG-Mar, impossibilitou a continuidade de várias ações que estavam em andamento e com excelentes resultados. A retomada do apoio financeiro por parte do MEC é o principal desafio para os próximos exercícios, sem o que o PPG-Mar deixará de dar continuidade ao trabalho que vem desenvolvendo, que tem como resultado final a disponibilização de profissionais de excelência para atender as necessidades da sociedade brasileira.

²³ Inclui as modalidades de Ciências Biológicas com enfoque em temas relacionados às Ciências do Mar, Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura, Oceanografia e Ciências do Mar. Dados disponíveis em: <http://www.cdmb.furg.br>.

²⁴ GT Periódicos; GT Experiência Embarcada; GT Material Didático; GT Empreendedorismo; GT Inovação; GT Qualificação Docente; GT Mercado de Trabalho; GT Descobrimo os Oceanos; GT Mergulho Científico; e GT Ensino Técnico.

No que se refere à experiência embarcada, a meta proposta implicava em atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada. Ao final do período, o resultado ficou muito aquém da expectativa, com atendimento de menos de 10% dos estudantes graduados pelos 44 cursos de graduação que integram a área de Ciências do Mar.

Ciente de que a experiência embarcada é a principal lacuna na formação dos estudantes, o Comitê Executivo do PPG-Mar realizou, em 2012, por meio do Grupo de Trabalho Experiência Embarcada, um diagnóstico das embarcações potencialmente capazes de uso para esta finalidade, concluindo pela inviabilidade de utilização das mesmas, especialmente porque se tratava de meios flutuantes dedicados primariamente à pesquisa. Ao final de 2013, o MEC, após tomar conhecimento do diagnóstico elaborado, destinou recursos financeiros para a construção de quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF). Designada para viabilizar o processo, a Universidade Federal do Rio Grande–FURG, por meio de concorrência pública, contratou a empresa Indústria Naval do Ceará S.A. – INACE para elaborar o projeto executivo e construir os LEF. Em agosto de 2014 foi iniciada a fase de construção, que teve continuidade em 2015 e vem sendo acompanhada por Comissão de Fiscalização designada pela FURG. Construídos em série, os quatro LEF estão com o cronograma físico dentro do previsto em contrato, com previsão inicial de entrega do primeiro em julho de 2016 e os demais em intervalos sucessivos de dois meses. Sem sombra de dúvidas, este foi o resultado mais importante alcançado pelo PPG-Mar no período 2012-2015. Com as novas embarcações, a partir de 2017, será possível cobrir integralmente as demandas por práticas de experiência embarcada (100 horas) dos estudantes de graduação da área de Ciências do Mar, superando integralmente, ainda que fora do período, a meta estabelecida no PPA 2012-2015.

O Programa é constituído por 8 Objetivos que abrangem diversas ações do PSRM, LEPLAC, Gerenciamento Costeiro, Potencial Mineral de Fundos Marinhos, Definição de diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com foco na pesquisa, desenvolvimento sustentável, preservação e gestão ambiental, monitoramento oceanográfico e climatológico, formação de Recursos Humanos, presença do Estado e na mentalidade marítima, expressadas nas 20 Iniciativas e 28 Metas, distribuídas nos respectivos Objetivos.

No âmbito do PSRM, que tem como propósitos conhecer as potencialidades do mar e das Ilhas Oceânicas Brasileiras e promover a pesquisa e o monitoramento oceanográfico e climatológico, dos oceanos e dos recursos marinhos, com vistas à manutenção das funcionalidades dos ecossistemas e à garantia da sustentabilidade do uso desses recursos, ressalta-se os Programas de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR); de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico

Sul e Equatorial (PROAREA); Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPELAGO), Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE); e o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil).

No que tange ao PPG-Mar, ao final do ciclo do PPA, é possível observar resultados gerais bastante positivos, com as principais metas propostas em 2011 sendo alcançadas, a despeito do cenário orçamentário e financeiro mais restritivo característico de 2015, à exceção da meta referente à experiência embarcada, conforme apontado anteriormente.

Com relação à pesquisa do Potencial Mineral de Fundos Marinhos, a maior conquista foi em meados de 2015, quando o Brasil tornou-se o primeiro país do Hemisfério Sul a ter autorização internacional para explorar minérios no leito marinho em águas internacionais dos oceanos, considerada patrimônio comum da humanidade pela ONU. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) aprovou, em julho de 2014, a proposta brasileira, fruto do trabalho desenvolvido no PROAREA, e assinou, em novembro de 2015, o contrato concedendo licença ao nosso país para a exploração de cobalto, níquel, platina, manganês, tálio e telúrio no Atlântico Sul. Durante 15 anos, o Brasil poderá estudar e explorar economicamente os recursos minerais existentes em uma área de 3 mil km² – repartida por 150 blocos de 20 km² cada, numa região conhecida como Elevação do Rio Grande, que é uma elevação submarina, localizada em águas internacionais. Desse modo, o Brasil passa a integrar o seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais nos oceanos, entre eles, Rússia, Noruega, França, China, Alemanha, Japão e Coreia do Sul.

Na área de pesquisas científicas nas Ilhas Oceânicas Brasileiras, tanto no PROARQUIPÉLAGO como no PROTRINDADE, o grande desafio foi a manutenção ininterrupta da operacionalidade das respectivas Estações Científicas, ocupadas permanentemente por pesquisadores e militares da Marinha do Brasil. Ao longo de 17 anos e meio, cerca de 2.000 pesquisadores já tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas em Ilhas Oceânicas, apoiados pela Marinha do Brasil. A cada ano, 250 pesquisadores são apoiados pelos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas, que são consideradas verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano. Na área da Biologia, cita-se o prosseguimento das atividades de monitoramento de tartarugas por pesquisadores do Projeto TAMAR, por ser a Ilha da Trindade o maior sítio reprodutivo desses animais no Atlântico Sul. Outro desafio está relacionado com a criação de um Programa de Pesquisas Científicas em Fernando de Noronha, no âmbito da CIRM, com a previsão de instalação de uma estação científica naquele arquipélago, nas proximidades do porto, incluído no PPA 2016-2019.

No que refere ao GOOS-Brasil, coordenado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação-DHN, registra-se a efetiva contribuição das previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007 e Copa das Confederações em 2013 e Copa de Mundo de Futebol de 2014, e será para os Jogos Olímpicos de 2016. Os dados gerados pelo GOOS-Brasil foram analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão meteorológica e à comunidade científica a fim de subsidiar estudos, previsões e ações que contribuam para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima que afetam o Brasil, assim como auxiliar as operações de Defesa Civil.

No âmbito do LEPLAC, sua importância estratégica para o país cresceu tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE). O LEPLAC tem como propósito estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira, além da ZEE. Atualmente, o LEPLAC está revisando a proposta inicial, apresentada na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU em 2004, de forma parcial, já tendo sido apresentada à CLPC, em agosto de 2015, a proposta parcial da área Sul. As demais propostas parciais (Equatorial e Leste) estão sendo elaboradas e serão apresentadas à CLPC no período de 2016 a 2019.

Outro desafio refere-se à Zona Costeira, região que apresenta alta densidade populacional e que concentra grande parte dos investimentos, das infraestruturas e dos fluxos econômicos preponderantes no país, encontra-se em processo de degradação ambiental acentuado. A Zona Costeira Brasileira pode ser vista um traço de união entre o oceano Atlântico Sul e a sociedade brasileira, com quase 9 mil km de extensão, onde vivem, aproximadamente, 75% da população brasileira, concentrando 73% do PIB nacional. O Governo Brasileiro tem dado especial atenção ao uso sustentável dos recursos costeiros. Tal atenção se expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando ao ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos.

Nesse contexto, registra-se as ações do projeto Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha (2010-2014), para aumentar o conhecimento e qualificação da gestão costeira no Brasil, nos três níveis de governo, que promoveu 3 seminários Internacionais sobre o SMC Brasil (2011, 2013 e 2014) visando divulgar os objetivos do Projeto e ampliar as parcerias institucionais. Os principais resultados alcançados foram: i) SMC Brasil: software + base de dados (batimetria/ondas/nível); ii) Conjunto de Manuais e documentos temáticos; iii) Estudo sobre áreas de inundação costeira; iv) Material didático para formação; v) Cursos de formação do SMC Brasil; e vi) Estudos de caso desenvolvidos. O projeto do acordo de cooperação Brasil-

Espanha encerrou em 2014, atendendo plenamente os seus objetivos, com importantes aprendizados e recomendações para o gerenciamento costeiro brasileiro. O Comitê Executivo do SMC-Brasil, instituído por meio da Resolução 3/2013/CIRM, ficou responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira. O desenvolvimento do SMC-Brasil e os debates sobre mudanças climáticas e riscos costeiros confirmam que um dos grandes desafios no Brasil está relacionado à necessidade de um monitoramento contínuo e sistemático do ambiente costeiro e marinho, com a disponibilização dos dados para a sociedade, para pesquisa e apoio à gestão.

Com relação ao mapeamento de vulnerabilidades da zona costeira a efeitos das mudanças climáticas, foi realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) o Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira (2013), que reuniu gestores e especialistas nacionais e internacionais para nivelar o conhecimento e avançar na proposição de métodos adequados à realidade brasileira. Neste Simpósio foram apresentados os estudos de vulnerabilidade costeira apoiados pelo Fundo Clima e outras experiências internacionais, como o estudo elaborado pela CEPAL para determinação de vulnerabilidades na zona costeira as mudanças climáticas na América Latina e Caribe. A partir deste evento o MMA, em parceria com a CEPAL, desenvolveu o estudo de geração e integração dos bancos de dados de séries climáticas históricas e projeção de mudanças do clima para gestão de riscos costeiros no estado de Santa Catarina, que identificou a cota de inundação, a partir da análise da dinâmica costeira, topografia e representações de eventos extremos, com possíveis impactos de erosão e inundação decorrentes das variações de cenários de mudanças do clima para os próximos 50 e 100 anos. Os resultados do estudo foram apresentados num formato de curso, realizado em novembro de 2015, que capacitou gestores e pesquisadores no Brasil para o uso de uma metodologia de análise de riscos e vulnerabilidade às mudanças climáticas como subsídio para melhoria da gestão costeira.

Na área das mudanças climáticas, em 2013, foi constituída no Grupo de Trabalho para construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), a Força Tarefa Zona Costeira com objetivo de subsidiar a elaboração deste tema no plano. O capítulo da Zona Costeira foi entregue em abril de 2015. O PNA passou por consulta pública, sendo que a versão final deverá ser entregue no primeiro semestre de 2016.

Em comemoração aos 25 anos da Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), o Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco) elaborou a publicação, coordenada pelo MMA, com contribuições dos setores e segmentos que o integram, com objetivo de apresentar um panorama da implementação do PNGC. A publicação já está disponível no sitio eletrônico do MMA e de outras instituições

representantes do Gi-Gerco. Ainda no escopo dos 25 anos do PNGC, a USP realizou o evento Oceanos & Sociedade 2013 sobre o tema. Do ponto de vista institucional, as recomendações foram: fortalecer do Gi-Gerco, criar uma Frente Parlamentar para Oceanos e Costas no âmbito do Legislativo e de um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente para o Gerenciamento Costeiro e Oceânico. Em relação às ações de planejamento da ocupação da zona costeira foi recomendada a elaboração do Plano de Uso Compartilhado do Espaço Costeiro e Oceânico, a integração entre a gestão de Bacias Hidrográficas e a Gestão Costeira e Oceânica, e a criação de Unidades de Conservação marinhas para atendimento às metas de Aichi²⁵, no escopo da Convenção da Biodiversidade. Destaca-se, também, a realização, em 2014, da Jornada de Eventos do Gerenciamento Costeiro e Planejamento Marinho, organizada na forma de seminários temáticos com assuntos relacionados com a gestão da Zona Costeira e Marinha, com base no intercâmbio de experiências nacionais e internacionais.

No escopo do Gi-Gerco, na sua 45ª Sessão, em abril/2013, foi aprovada a atualização do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), instrumento do PNGC, cuja última versão era de 2005. O 3º PAF-ZC foi aprovado na 53ª Sessão e priorizou 16 ações interinstitucionais a partir dos seguintes direcionadores: i) melhoria da qualidade ambiental costeira e estuarina, ii) melhor articulação institucional para elaborar e efetivar ações e iii) hierarquização e priorização de ações na Zona Costeira. O novo PAF tem um caráter mais operativo, com vigência de 2 anos, cujas ações deverão dispor de recursos, meios e compromisso de execução. O PAF (2015-2016) foi instituído por meio da Resolução n.º 01/2015 - CIRM, sendo que sua execução já está em operação.

Sobre o Projeto Orla, em 2012 foram formados 150 instrutores, em 3 cursos regionais no RJ, PE e CE. Para a expansão do Projeto Orla mantém-se o desafio de construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial, e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor. Em 2014 foi elaborada proposta de integração metodológica do Projeto Orla com o Plano Diretor, que está sendo apreciado pelo Ministério das Cidades, mais cujos diálogos permitiram que esta ação fosse incluída como uma das prioridades do PAF (2015-2016).

Com relação ao Lixo Marinho, tema priorizado na Rio+20, foi desenvolvido um esforço federativo de divulgação do assunto nas etapas locais e estaduais da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, que tratou de resíduos sólidos. O tema teve reflexo na etapa nacional, tendo sido elencado nas deliberações finais. Em 2015 o Brasil fez a

²⁵ Reunidas em cinco objetivos estratégicos, as 20 Metas de Aichi fazem referência à conservação da biodiversidade e são a base do planejamento vigente relacionado à implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.

adesão a “Global Partnership on Marine Litter” e acompanha o “Advisory Group on Marine Litter”, que deverá contribuir com informações relevantes para o Estudo “Marine plastic debris and microplastic”, que vem sendo elaborado no âmbito da UNEP.

No âmbito da POLANTAR, cujo propósito é orientar a execução dos objetivos do Brasil na Antártica, a fim de cumprir os compromissos assumidos no âmbito do Tratado da Antártica, a CIRM coordena o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) há mais de 34 anos. Nesse período, o País consolidou sua posição no seleto grupo de países que decidem o destino da Antártica. Para obter esse direito, foram assumidos responsabilidades e compromissos internacionais de contribuir para o conhecimento científico daquela região e de preservar o meio ambiente antártico – maior área protegida do Planeta.

No período de 2012 a 2015, O PROANTAR ultrapassou suas Metas estabelecidas, de forma excepcional, fomentando o aumento das pesquisas antárticas, de forma sustentável, por meio da formação de recursos humanos qualificados, da produção de artigos científicos especializados, da manutenção da capacidade logística e, como grande desafio, a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz até 2019, destruída por um incêndio em FEV/2012, imprescindível para o desenvolvimento das pesquisas científicas e a permanência do pavilhão nacional naquele continente. Ressalta-se que este desafio está sendo suplantado sem a paralisação das atividades de pesquisa, logística e presença naquele continente, estendendo-se para o PPA 2016-2019.

No que se refere a ações no âmbito do MCTI, ressalta-se a criação, em 2013, da Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH), como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011. Entretanto, o INPOH encontra-se em fase de qualificação como organização social perante o poder público. Seu estatuto, discutido pelo seu Conselho de Administração e aprovado quando da criação da Associação Civil INPOH, aborda os elementos do planejamento estratégico de sua criação, como se dará sua estrutura, organização e áreas de atuação.

Considerações Finais

Desta forma, fica evidenciado que as Políticas que orientam as atividades da CIRM, bem como os Planos que as implementam, têm caráter transversal e multissetorial, principalmente no que se refere a formalização de parcerias entre órgãos federais, universidades, empresas e institutos de pesquisa nacionais e internacionais, adequando-se plenamente aos princípios que norteiam o Planejamento Plurianual do Governo Federal, evidenciando os desafios estratégicos a serem suplantados.

No PPA 2016-2019, o Programa foi renomeado para “Oceanos, Zona Costeira e Antártica”, e teve sua estrutura racionalizada para priorizar as áreas de maior relevância

dentro das políticas que o apoiam, focalizando num conjunto menor de indicadores, objetivos, metas e iniciativas. Assim, o programa está estruturado com 4 Indicadores, 5 Objetivos, 15 Metas e 28 Iniciativas, distribuídos por diversos órgãos integrantes da CIRM. Da agenda do atual Programa foram preservados os focos na promoção da pesquisa científica e tecnológica em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas, na ampliação do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira, no uso e gerenciamento da zona costeira, nos programas da região Antártica, e na prospecção do potencial mineral e biológico nas áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2012	1	31/12/2013	1	31/12/2014	1	31/12/2015	1
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0	31/12/2012	222.000	31/12/2013	222.000	31/12/2014	222.000	31/12/2015	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	07/02/2013	321	10/02/2014	321	28/01/2015	505	15/01/2016	410
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	07/02/2013	920	10/02/2014	818	28/01/2015	900	15/01/2016	1.100
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	5	01/06/2011	5	10/02/2014	8,7	28/01/2015	8,89	15/01/2016	4,27

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Quadro de Metas

Objetivo: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas	60,00	Projetos de pesquisa	56,00	Embora tenha havido restrições orçamentárias que limitaram a ampliação dos Editais de Pesquisa do CNPq, a ampliação do nº de projetos de pesquisa nas Ilhas Oceânicas Brasileiras teve uma evolução bastante significativa, alcançando 94% da meta proposta.
Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano	100,00	%	100,00	A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições e ocupada, permanentemente, por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil.

Objetivo: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar	1.400,00	Graduados	1.100,00	Nos exercícios de 2014 e 2015, o apoio financeiro do MEC foi reduzido de forma substantiva (25% do valor esperado), o que impossibilitou a continuidade de várias ações que estavam em andamento e com excelentes resultados. Com isso, o número de formados chegou a 1.100 (estimado), apontando o cumprimento de cerca de 80% da meta prevista.
Ampliar para 40 o número de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha	40,00	Projetos	70,00	Meta cumprida, superada em 75%.
Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	560,00	Alunos	410,00	Nos exercícios de 2014 e 2015, o apoio financeiro do MEC foi reduzido de forma substantiva (25% do valor esperado), o que impossibilitou a continuidade de várias ações que estavam em andamento e com excelentes resultados. Com isso, o número de formados chegou a 410,00 (estimado), apontando o cumprimento de cerca de 70% da meta prevista.
Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)	70,00	%	4,27	A meta teve um baixo desempenho devido à falta de embarcações especializadas. Este fato está sendo contornado com a construção de quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF), com recursos do MEC, que deverão ficar prontos a partir de julho de 2016.

Objetivo: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil	40,00	Dispositivos Fixos	33,00	A meta não foi atingida na totalidade em face, principalmente, das restrições orçamentárias impostas ao longo do período de 2012 a 2015, e de outros fatores como vandalismo, falta de pessoal qualificado, baixa disponibilidade de navios da MB para lançamento e manutenção dos equipamentos.
Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação	60,00	Dispositivos Derivantes	45,00	A meta não foi atingida na totalidade em face, principalmente, das restrições orçamentárias impostas ao longo do período de 2012 a 2015, e de o outros fatores como vandalismo, falta de pessoal qualificado, baixa disponibilidade de navios da MB para lançamento e manutenção dos equipamentos.
Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil	90,00	%	94,00	Meta cumprida, superada em 4%.

Objetivo: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Delimitar a Plataforma Continental Brasileira	100,00	%	50,00	

Objetivo: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla	17,00	Estados costeiros	17,00	Meta cumprida.

Objetivo: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema	100,00	%	0,00	A meta foi postergada para o PPA 2016-2019 e será implementada por meio da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), assim que a nova Estação Antártica Comte Ferraz estiver operacional, com o propósito de se alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.
Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas nacionais ou internacionais indexadas, no período 2012-2015	50,00	Trabalhos científicos	242,00	Meta cumprida, superada em 142%.
Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.	30,00	Doutores	52,00	Meta cumprida, superada em 73%.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.	60,00	Mestres	96,00	Meta cumprida, superada em 60%.
Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%	80,00	%	80,82	Meta cumprida, superada em 1%.
Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%	70,00	%	70,75	Meta cumprida, superada em 1%.

Objetivo: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais	10.000,00	Km ²	3.000,00	Em novembro de 2015, o Brasil, por intermédio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), e a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos celebraram em conjunto contrato que propiciará ao país 15 anos de direito exclusivo à exploração de crostas ferromanganesíferas ricas em cobalto, na Elevação do Rio Grande.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande	90.000,00	Km ²	132.000,00	Em 2015, foi aprovado o projeto "A Elevação do Alto Rio Grande e as montanhas submarinas Jean Charcot - microcontinentes ou a trilha de pontos quentes Tristão-Gough", parceria da CPRM e universidades nacionais com previsão de campanha com o Navio Cruzeiro do Sul da MB. Entretanto, a demora na aprovação da previsão orçamentária do governo federal e consequentemente a liberação tardia e reduzida dos recursos financeiros para os projetos, forçaram o replanejamento destas atividades para 2016.
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA	520.000,00	Km ²	222.000,00	Na avaliação de 2012, foi informada uma execução física de 220.000 km ² para esta meta, que correspondia ao somatório dos trabalhos efetuados naquele ano no PROERG e no PROCORDILHEIRA, que fazem parte do PROAREA, execução esta que se mantém estacionada desde 2014, visto que os trabalhos feitos no PROCORDILHEIRA foram na mesma área trabalhada em 2012, e no PROERG não foram realizados trabalhos de campo.
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA	110.000,00	Km ²	90.000,00	Por razões técnicas, jurídicas e orçamentárias, as atividades do PROCORDILHEIRA foram replanejadas para o período de 2016-2017.
Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira	280.000,00	Km ²	35.000,00	Em função de restrições orçamentárias foi paralisado o processo licitatório para contratação do Levantamento a Laser na Plataforma Continental Rasa e Zona Costeira Adjacente de Pernambuco. Os produtos ora disponibilizados, por terem sido realizados em áreas já contabilizadas em outros levantamentos, não representaram aumento na área trabalhada.

Objetivo: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes	100,00	%	45,00	Desde 2013, tem-se aventado o cumprimento da meta sem sucesso. O MCTI optou por remover a meta do novo PPA 2016-2019 e continuar os trabalhos de tal política em face à aprovação de outros instrumento legais relevantes, como o novo Marco de CT&I.
Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).	100,00	%	100,00	Meta cumprida em 2014.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	129.590	129.470	14.881	466.371	169.331
Despesas Correntes	41.095	41.075	13.789	276.606	132.664
Despesas de Capital	88.495	88.395	1.093	189.765	36.667
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	129.590	129.470	14.881	466.371	169.331

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2047 – MPE

Visão geral do Programa

a. Principais desafios da política

Para fins de estabelecimento de políticas públicas no País, MPE (MPE) são definidas com base em seu faturamento anual. Atualmente, microempresas são definidas como as que faturam até R\$ 360 mil por ano e pequenas empresas as que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano. Empresas nesta condição representam 98% dos estabelecimentos em operação no País. Por sua representatividade, são determinantes na geração de emprego e renda, diversificação da atividade produtiva e promoção do desenvolvimento tecnológico. Estão presentes em todo o território nacional, exercendo ainda papel importante na desconcentração espacial da atividade produtiva e na inclusão socioeconômica de parcela expressa da população brasileira.

Dada a relevância econômica e social do segmento de MPE, as políticas de desenvolvimento econômico, especialmente a política industrial, tem desde a década de 1970 dada relativa importância à construção de uma agenda de políticas públicas que promovam o desenvolvimento destas empresas em bases sustentáveis e duradouras. Este esforço tem se caracterizado especialmente por enfrentar distorções que dificultam o crescimento econômico, mas também, em determinados casos, miram estratégias que focam desafios do futuro.

Em linha com as políticas públicas anteriores e em particular com o Plano Brasil Maior, a política de desenvolvimento produtivo para o período 2011-2014, o Plano Plurianual 2012-2015 definiu como uma de suas prioridades estratégicas corrigir algumas das distorções enfrentadas por MPE no acesso a mercados, especialmente os de compras públicas e exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito.

A definição deste desafio como estratégia principal do Plano partiu do reconhecimento de que as distorções enfrentadas pelas MPE estão associadas em grande medida à conjunção dos seguintes fatores: i) custos de transação proporcionalmente maiores que os enfrentados por empresas de maior porte econômico relativo; ii) inexistência de instrumentos providos pelo mercado que promovam uma alocação de recursos capaz de anular ou pelo menos suavizar os efeitos distorcivos dos custos de transação proporcionalmente maiores; e iii) a tradução destes custos de transação em baixa competitividade e alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio.

Portanto, era necessário combater estas distorções promovendo instrumentos capazes de contribuir para a melhoria do ambiente de negócios, reduzindo custos sistêmicos, especialmente os de tributação e regulação, e eliminando barreiras à entrada em mercados específicos. Tais instrumentos deveriam contribuir também para a elevação da taxa de investimento no setor e deveriam orientar o desenvolvimento da capacidade produtiva na direção de fortalecer atividades baseadas em tecnologias intensivas em

conhecimento. Em outras palavras, o desafio do Plano era corrigir distorções, preparando MPE para um mercado em constante evolução.

A adoção de uma agenda desta natureza, cujos instrumentos alcançam eficácia apenas no médio e longo prazo, se tornou viável em grande medida pela estabilidade econômica experimentada desde 2003. Com um longo período de crescimento econômico, a ampliação do consumo e do investimento possibilitaram uma ampla diversificação da atividade produtiva nacional. O forte adensamento produtivo experimentado neste período e a ausência de efeitos cíclicos relevantes fizeram com que o número de empresas no País desse um salto em 10 anos, chegando a 8 milhões em 2012 (incluindo microempreendedores individuais).

Conforme previa o Plano, o período de 2012 a 2015 era o momento de consolidar o papel das MPE na agenda de desenvolvimento nacional, como agentes catalizadores de crescimento inclusivo e distributivo. Com uma base de empresas cada vez mais ampla, este papel deveria ser potencializado. Para tanto, o Plano deveria buscar a expansão e aperfeiçoamento dos mecanismos fiscais, creditícios, regulatórios, do uso do poder de compra do setor público, o apoio continuado à inovação e evolução tecnológica, bem como o fortalecimento e o aproveitamento das vocações regionais e locais.

Em termos programáticos, o aprimoramento do marco normativo do setor, a Lei Complementar 123, de 2006, era um dos desafios centrais do Programa. A Lei Complementar nº 123/2006 foi pensada e criada a partir da necessidade de se fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para os micro e pequenos negócios, frente, principalmente, à sua importância para o desenvolvimento econômico, especialmente na solução de aspectos como o combate à pobreza pela geração de trabalho, emprego e melhor distribuição da renda, redução da informalidade na contratação de mão-de-obra e fortalecimento do tecido social e econômico, interiorização do desenvolvimento pela promoção de iniciativas locais e dos arranjos produtivos, incremento da atividade produtiva nacional, com conseqüente ampliação de oportunidades e da base de arrecadação de impostos e simplificação e desburocratização do sistema tributário.

Em face destes pilares norteadores de sua concepção, a Lei Complementar nº 123/2006 avançou nas questões de simplificação do processo tributário (Simples Nacional), acesso a mercados, crédito e capitalização, inovação, relações de trabalho, cadastro unificado e desburocratização na abertura e fechamento de empresas, estratégias de incentivo ao associativismo e regras de acesso diferenciado à justiça. No entanto, como resultado dos avanços econômicos e sociais obtidos pelo Brasil a partir da estabilização econômica, somados à crescente participação brasileira nos fluxos internacionais de renda, investimento e produção, a LC 123/2006 já em 2012 demandava aperfeiçoamentos, especialmente quanto à ampliação de limites de enquadramento, à simplificação de regras de tratamento diferenciado e à regulamentação de dispositivos.

No que se refere ao acesso a mercados, o foco do Plano era incrementar de maneira substancial a participação das MPE nos fluxos nacionais e internacionais de bens e serviços, especialmente nas cadeias de alto valor agregado e no mercado de compras públicas. Apesar de responderem por 98% das empresas em operação, MPE geram apenas 27% da renda nacional (PIB) e somam 30% do valor vendido para o governo. No caso

específico do acesso à exportação, a participação é ainda menos expressiva. Dados da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC indicam que as MPE representavam em 2011 cerca de 45% das empresas exportadoras, mas respondiam por apenas 1% do valor total exportado. Em países como a Itália, Coreia do Sul e Taiwan, as MPE representam 50% do volume total exportado (Sebrae, 2005).

A superação deste desafio compunha o bloco de iniciativas de indução à competitividade e visava, além de corrigir as distorções identificadas, aproveitar as oportunidades em curso. O forte crescimento do mercado interno brasileiro nos últimos anos, puxado essencialmente pela consolidação macro e microeconômica do País, colocava o País diante de um processo continuado de ampliação das oportunidades de negócios, com criação de novos mercados, fortalecimento de outros e melhoria das interfaces produtivas entre setores, bem como de acirramento da competitividade. A própria fronteira tecnológica de produção tem evoluído em dinâmica surpreendente, exigindo um comportamento cada vez mais competitivo para as MPE.

As distorções no mercado de crédito, que afetavam a capacidade de financiamento à atividade produtiva das MPE, sofreu atenção especial do Plano. Apesar do aumento da oferta de crédito no Brasil nos anos recentes, a forte concentração bancária que eleva o custo do crédito, a ausência de produtos financeiros específicos para MPE e o excesso de burocracia para acesso ao sistema financeiro foram diagnosticados como os principais entraves à ampliação do acesso ao crédito.

Promover iniciativas para a capacitação técnica e gerencial dos empresários de MPE foi estabelecido como outro desafio central no contexto das estratégias de expansão da competitividade. Num cenário econômico caracterizado por constantes transformações na atividade empresarial, com inovações em tecnologia, telecomunicações, informática e na gestão de negócios, a capacitação gerencial é um dos principais ativos à disposição das micro e pequenas, ao funcionar como indutor de sobrevivência e de um melhor aproveitamento das oportunidades de negócios nos mercados altamente competitivos.

Em linha com o fomento à capacitação, a ampliação do acesso à inovação requeria atenção especial do Plano. Entre os principais desafios a serem vencidos nessa área está justamente o desconhecimento dos empresários de micro e pequeno porte sobre inovação, sua importância e oportunidades. Poucos empreendedores sabem que a inovação pode ser um instrumento a favor dos seus negócios. Além disso, é necessário simplificar os mecanismos de acesso, reduzindo a burocracia e simplificando o tratamento.

Por fim, há que se destacar que ao longo da execução do Programa novos desafios foram incorporados a agenda de ações, especialmente para atuar em coordenação com a estratégia anticíclica posta em prática pelo governo para combater a baixa do ciclo econômico iniciada em 2014 e em virtude da criação em 2013 da Secretaria Especial da Micro e Pequena, órgão vinculado à Presidência da República, que passou a responder pela política pública de apoio a MPE, assumindo competências anteriormente exercidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

b. Indicadores

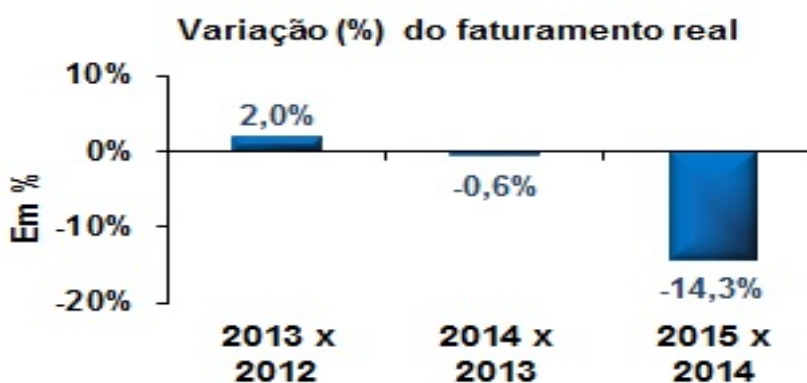
A expressiva representatividade das MPE no cenário nacional está associada diretamente à taxa de empreendedorismo de nossa população, uma das mais altas no planeta. Dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor - GEM 2015 apontam para uma tendência contínua de crescimento nas taxas de empreendedorismo no País. A taxa total de empreendedorismo saltou de 21% em 2002 para 39,3% em 2015, o que indica que neste ano 52 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio.

Ainda que em 2015 a elevação da taxa de empreendedorismo esteja fortemente associada ao empreendedorismo por necessidade, motivado pelo momento de adversidade econômica, o comportamento de crescimento contínuo da taxa de empreendedorismo desde o início da série histórica e sua manutenção em patamares superiores aos verificados em outros países é um indicador consistente do potencial cultural que possuímos para a alavancagem de novos negócios.

Em virtude do êxito de políticas recentes de formalização da atividade empreendedora, especialmente o Programa de Formalização de Microempreendedores Individuais, o número de empresas formais em operação evoluiu consideravelmente ao longo dos últimos anos.

Os indicadores de renda e emprego evoluíram conforme a dinâmica cíclica recente. O Gráfico 1 apresenta os dados relativos à taxa de variação do faturamento real das MPE paulistas no período 2012-2015. A tendência de queda observada reflete a baixa cíclica pela qual passa a economia brasileira no período recente.

Gráfico 1. Faturamento real de MPE.

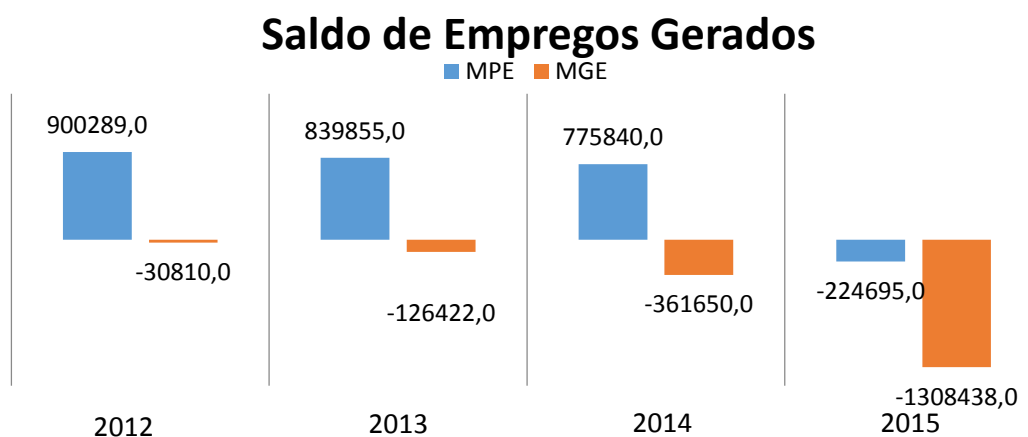


Fonte: SEBRAE/SP

Em relação aos indicadores de emprego formal, o comportamento geral do mercado de trabalho ao longo do ciclo do PPA respondeu à variação negativa do ciclo econômico, com redução no ritmo de contratações frente ao desempenho de anos anteriores. Todavia, a despeito do cenário de redução no número de contratações, as MPE foram responsáveis por manter saldo positivo de empregos gerados até julho/2015, quando se intensificou o cenário de crise.

O gráfico 2 apresenta o saldo anual líquido de postos de trabalho gerados (contratações menos demissões) entre 2012 a 2015. Neste período, as MPE responderam pela geração de um saldo líquido positivo de 2.291.289 empregos, enquanto MGE responderam por um saldo líquido negativo de 1.827.320. Assim, as MPE exerceram papel fundamental quanto à manutenção do emprego, ao longo de período de recessão econômica.

Gráfico 2. Saldo de empregos formais gerados entre 2012 e 2015.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do CAGED/TEM.

Visão dos principais atributos do Programa

Frente aos desafios apresentados na Parte I deste Capítulo, o PPA 2012-2015 definiu uma estrutura programática de apoio à MPE baseada em 3 pilares: aprimorar o marco normativo do setor, promover mecanismos indutores de maior competitividade empresarial e aprender com as melhores práticas internacionais.

No contexto do aprimoramento do marco normativo, foi iniciada em 2012 a regulamentação e implantação da Lei Complementar nº 139, de novembro de 2011, que estendeu o sistema simplificado de tributação (Simples Nacional) para um número maior de empresas, com expansão do limite de faturamento aceito para enquadramento no regime de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

A mesma Lei Complementar ampliou o limite anual de faturamento do Microempreendedor Individual, passando de R\$ 36 mil para até R\$ 60 mil. Estimulando a formalização de trabalhadores que atuam por conta própria e que possuem até um empregado contratado pelo salário mínimo ou pelo piso de sua categoria profissional, a Lei Complementar nº 139 inclui, entre as suas vantagens, isenção de taxas para registro da empresa, simplificação de tributos, facilidades creditícias e redução da burocracia. Desse modo, exerce impactos positivos sobre a ampliação da cobertura previdenciária e de outras vantagens associadas à formalização.

A extensão desses benefícios para um maior número de empreendedores, portanto, é uma iniciativa fundamental não apenas para o surgimento de novos negócios, mas também para expandir o acesso a mecanismos de proteção social.

Além da ampliação das faixas de faturamento do Simples Nacional e do MEI, a Lei Complementar nº 139 permitiu que as receitas de produtos exportados fossem excluídas para fins de enquadramento. Esse procedimento, em linha com prioridades estabelecidas no Plano Brasil Maior, representa um estímulo às exportações de micro e pequenos negócios.

Ainda em 2012, foi iniciada a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 221, de 2012, que propunha novos avanços na Lei Complementar 123/2006. A aprovação do projeto foi tratada pelo Governo como agenda prioritária, por aprimorar a política pública de tratamento diferenciado e favorecido para a MPE, criando novos benefícios e dando eficácia a outros já previstos.

A mobilização social para aprovação da proposta foi intensa. Audiências públicas sobre o tema foram promovidas pelo Congresso Nacional em diversos estados. A Caravana da Simplificação promovida pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa percorreu 20 estados e reuniu 7.200 lideranças sociais, empresariais e políticas nacionais e regionais vinculadas ao Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

A partir do desenvolvimento de esforços de diálogo e construção de consenso no âmbito do Governo Federal, do Confaz, da Abrasf e instâncias de representação empresarial, o projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e sancionado sem vetos essenciais pela Presidência da República no dia 07 de agosto de 2014, vindo a transformar-se na Lei Complementar 147.

O novo marco normativo da MPE representa uma nova e importante conquista, pois universaliza o Simples Nacional e traz inovações em praticamente todos os capítulos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com a universalização, mais de 450 mil empresas serão beneficiadas e 142 novas atividades poderão, a partir de 2015, optar pelo regime simplificado.

A importância desse passo é gigantesca para aumentar o potencial de geração de trabalho e renda na sociedade, incentivar o empreendedorismo e a transição dos negócios para a formalidade. O regime tornou-se mais atrativo e justo, incentivando a melhora no ambiente de negócios das MPE.

Dentre os mais de oitenta pontos de inovação da nova lei, que cuida, entre outros aspectos, dos direitos fundamentais da MPE, de mecanismos para a facilitação da obtenção de licenciamento de atividade, dispensa de certidão negativa de débitos em atos da vida empresarial, ampliação da fiscalização orientadora e do mercado de compras públicas, inovações na recuperação judicial e na falência, merecem destaque os mecanismos que induzem a redução da burocracia.

A simplificação tributária, com a diminuição dos encargos, aponta para a formalização dos empreendimentos, gerando milhares de empregos e ampliando a renda.

Proporciona o aumento a base de contribuintes e estimula o crescimento econômico com justiça social.

Na esfera da simplificação, a nova lei criou o cadastro nacional único de empresas, abrindo espaço para a implementação de um sistema informatizado nacional que garanta a execução de processo único e sequencial de registro e legalização, o Portal Empresa Simples, portal de serviços do governo federal destinado ao setor empresarial.

Dessa forma, as empresas de qualquer porte poderão obter, em prazo reduzido e por meio eletrônico, a permissão da Prefeitura para exercício de suas atividades no endereço indicado, o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ e nos fiscos estadual e municipal, assim como as licenças de funcionamento. A entrada única permitirá o uso de contratos e declarações eletrônicos, isto é, com o processo todo realizado pela internet.

A obtenção da licença ou do alvará será simplificada para empresas que exerçam atividades de baixo risco nos aspectos sanitários, ambientais e de segurança contra incêndio e pânico, mediante o simples fornecimento de dados e declarações sobre o cumprimento de exigências em substituição da comprovação prévia mediante vistoria. Para que tal avanço seja possível, estados, municípios e órgãos federais devem estabelecer as listas de classificação de risco. Na ausência de normas estaduais ou municipais sobre a classificação de risco, será aplicada norma nacional.

As inovações legislativas permitiram também desburocratizar a vida das empresas em seus processos de registro empresarial. Norma regulamentadora da SMPE dispensou os empreendedores da apresentação de certidões negativas tributárias, trabalhistas e previdenciárias em todos os atos levados a registro nas Juntas Comerciais brasileiras, reduzindo custos e agilizando o atendimento de suas demandas.

Em outubro de 2014, foi inaugurado o módulo do Portal Empresa Simples para baixa de empresas no Distrito Federal, já que a Junta Comercial do Distrito Federal é a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal. O novo sistema de Registro e Licenciamento de Empresa – RLE foi desenvolvido e homologado, o que viabilizou a baixa automática de empresas e permitirá, a partir da implantação do módulo abertura, iniciada em 2015 como piloto no Distrito Federal, a redução do tempo gasto para constituição de um novo negócio de 83 dias para menos de uma semana.

Além dos serviços relacionados ao registro e legalização de empresas (RLE), o Portal Empresa Simples (PES) conta também com um conjunto de soluções voltadas à melhoria da competitividade e expansão da lucratividade. Essas soluções compõem o serviço denominado Praça Eletrônica de Negócios (PEN), ponto de encontro entre a MPE e seus parceiros de negócio no mercado interno e externo. Em 2015, foi iniciado o desenvolvimento do serviço, que previsão de lançamento em 2017.

Em matéria de compras públicas, a edição do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, regulamentou o tratamento diferenciado às MPE, o qual passa a valer independente de previsão no instrumento convocatório. Além disso, no caso de não regulamentação ou regulamentação desfavorável governos subnacionais, será aplicada automaticamente a legislação federal mais favorável; o limite de R\$ 80 mil para licitações exclusivas para MPE,

passa a valer por item licitado; o prazo para regularizar pendências fiscais foi ampliado; e estabelecida a preferência às MPE nas licitações de pequeno valor ou quando o fornecedor for empresa local ou regional.

Em matéria de comércio exterior, resultado refere-se a à adição pela Lei Complementar 147 dos parágrafos 14 e 15 ao artigo 3º da Lei Complementar 123. Por estes dispositivos, desde 2015, as MPE podem faturar até R\$ 7,2 milhões, sendo R\$ 3,6 milhões em exportação de mercadorias e serviços e o restante em faturamento no mercado interno. A partir de 2016, as alíquotas e suas majorações serão definidas em bases de cálculo distintas, considerando isoladamente cada limite (mercado interno e externo). O limite extra de exportação terá apenas a finalidade de evitar a exclusão do sistema. A inovação deixará de onerar a exportadora que calculava a alíquota mediante a receita total em base única. Em outras palavras, a partir da nova lei complementar, a receita obtida com a exportação de empresas optantes do Simples nacional tem uma redução importante da carga tributária.

Outro resultado importante no que tange ao aumento da participação de MPE no comércio exterior refere-se à criação do Simples Internacional, mecanismo em que as MPE beneficiárias do SIMPLES usufruirão de regime de exportação que contemplará procedimentos simplificados de habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio, na forma do regulamento, conforme artigo 49-A da LC 123/2006. Por esse mecanismo foi criada a figura do Operador Logístico Simples Internacional, que cumprirá todos os requerimentos administrativos e de logística envolvidos em uma operação de comércio exterior, tornado uma venda para o exterior tão simples quanto uma venda no próprio país. Em 2015, foi proposta regulamentação para a instituição do regime. A solução tecnológica para viabilizar a implantação do sistema encontra-se em desenvolvimento pelo SERPRO.

Em matéria de crédito, foi assinada em 2014 parceria para oferta do Fundo de Aval às MPE – FAMPE, por meio do Bradesco e Santander. O objetivo é facilitar o acesso dos pequenos negócios a financiamentos, por intermédio de garantias complementares, em operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras conveniadas. No âmbito do Programa Crescer sem Medo, foi criada a Empresa Simples de Crédito – ESC, com o objetivo de criar melhores condições para a ampliação da oferta de crédito para as MPE. As participações nas discussões a respeito da reformulação do marco legal aplicável ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO tem por fim possibilitar que o atendimento do público torne-se ainda mais efetivo, adequando-o à nova realidade do mercado de crédito brasileiro. Esse programa é destinado a atender microempreendedores populares, formais ou informais, com o intuito de gerar emprego e renda, utilizando metodologia de relacionamento direto entre o agente de crédito e o empreendedor, de forma a identificar o potencial do negócio, a necessidade de financiamento e a capacidade de pagamento do tomador do crédito.

Lançado em 14 de março de 2013, o Plano de Apoio à Inovação Empresarial (Inova Empresa) representa uma mudança no paradigma de políticas públicas de incentivo à inovação tecnológica no Brasil e inaugura um novo modelo de fomento ao desenvolvimento tecnológico no país, que apresenta, simultaneamente, cinco atributos fundamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias: (i) foco nos setores e empresas aceleradoras e em tecnologias críticas; (ii) sinergia com programas de inovação baseados em projetos integrados envolvendo empresas e instituições de pesquisa; (iii) acessibilidade por meio da

“porta única” de entrada, integrando em um só edital vários instrumentos (crédito, subvenção, não-reembolsável e participação de capital), (iv) capilaridade, com descentralização institucional do agente financeiro para MPE; (v) escala, uma vez que representa mais de 0,7% do PIB, condição crítica para seus efeitos tecnológicos. Dos R\$ 28,5 bilhões reservados para o biênio 2013/2014, R\$ 5,0 foram destinados ao apoio às MPE, à infraestrutura de inovação e aos projetos de inovação e engenharia de outros setores econômicos.

Ainda em matéria de inovação, a Lei Complementar 147 criou o programa Inova Fácil, solução tecnológica que permitirá às MPE o acesso simplificado, por meio da internet, a diversas soluções de inovação e aos serviços das entidades de apoio no processo de implantação destas soluções. Esta solução integrará o serviço Praça Eletrônica de Negócios e tem previsão de lançamento em 2017.

Em face do viés estratégico do componente capacitação para a promoção da competitividade nas MPE, foi lançado em 2014 o PRONATEC Aprendiz MPE, que permitirá aos pequenos negócios com um empregado a contratação de ao menos um aprendiz, o que aumenta o potencial do segmento para contribuir com a introdução do jovem no mundo do trabalho. O programa custeará o curso de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. Outra iniciativa importante refere-se ao financiamento de atividades de capacitação. Com recursos do OGU, foram atendidos 6474 empreendedores entre 2012 e 2015. No âmbito do Portal Empresa Simples, está em desenvolvimento a solução Gestão Progressiva, que facilitará o acesso do empresário aos instrumentos de capacitação e de melhoria de gestão empresarial. A previsão de lançamento é julho de 2017.

O Programa do Artesanato Brasileiro é outra iniciativa na área de promoção à competitividade que recebeu investimentos importantes ao longo do ciclo plurianual. O Programa tem como finalidade coordenar e desenvolver atividades que visam valorizar o artesanato brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como, desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal, no entendimento de que artesanato é empreendedorismo. Os principais resultados alcançados neste período foram: i) apoio logístico às Coordenações Estaduais: a SMPE-PR doou um caminhão baú a cada uma das 27 unidades da federação; ii) Acordo de Cooperação com a Marinha brasileira: o navio-escola da Marinha levou várias peças do artesanato brasileiro para apresentar a população de vários países da Europa e da América, percorrerá 12 países (Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Alemanha, EUA, México e Colômbia) até dezembro de 2014.; iii) apoio em oportunidades de negócios: apoio à participação de artesãos em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas 235 mil peças, com faturamento aproximado de R\$ 5,5 milhões; iv) Plano Nacional de Capacitação de Artesãos: realização de três turmas para artesãos em três unidades da federação, que promoveram a formação de oitenta multiplicadores da metodologia; v) apoio aos estados para utilização do SICAB: aquisição e doação aos estados de 27 impressoras da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual no âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB); vi) cooperação técnica com Secretaria de Promoção da Igualdade Racial: assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e a Secretaria de

Política para Promoção da Igualdade Racial com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola, durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida em Brasília; vii) Projeto Vitrines Culturais: parceria com o Ministério da Cultura que viabilizou espaços de comercialização nas doze cidades-sede da Copa do Mundo – FIFA 2014, que contaram com a participação de artesãos de todos os estados; viii) Promoção da Feira de Natal Mãos Brasileiras – Capital – SP: realizou-se no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo-SP, entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2014, com representação de 24 estados, ocupando 9.044 m² de área para comercialização. Foram vendidas cerca de 93 mil peças artesanais, totalizando a comercialização em aproximadamente R\$ 1.800.000,00; ix) realização de 4 eventos de oportunidades de negócio em 2015, onde foram comercializadas cerca de 173.722 mil peças, com faturamento aproximado de R\$ 3.80 milhões; e x) SICAB: cadastramento de 114.054 Artesãos e Trabalhadores Manuais, que vem sendo beneficiados com a isenção ou redução do ICMS nas 27 unidades federativas, assim como a participação nos eventos do PAB.

Por fim, a estratégia de aprendizado com as melhores práticas internacionais também geraram resultados importantes para o processo de formulação de políticas públicas mais aderentes à realidade da MPE.

Entre 2012 e 2013, foram realizadas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil sobre o tema pequenas empresas. No âmbito destas ações foram produzidos três estudos sobre capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e anjos de investimento, que buscam identificar boas práticas sobre o tema encontradas na União Europeia que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas para os temas. Ainda no âmbito do Projeto foram lançados em junho livros correspondentes que compilam os resultados da ação empreendedorismo e competitividade para pequenas empresas. Em 2015, o projeto foi retomado, com a execução de 2 iniciativas relacionadas aos serviços do Portal Empresa Simples.

Em outubro de 2013, foi realizado o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos - OEA e com o SEBRAE, evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para MPE. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, de autoria da SMPE-PR, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de MPE.

Considerações Finais

O PPA 2012-2015 se mostrou uma grande oportunidade de consolidação do papel das MPE como base de um desenvolvimento duradouro, sustentável e inclusivo. Resultados importantes foram obtidos em matéria de simplificação de normas e procedimentos, aperfeiçoamento da legislação aplicada ao setor e consolidação de mecanismos de promoção a competitividade.

A partir desta experiência bem sucedida, particularmente no que se refere ao processo de registro e legalização de empresas, foi criado o programa Bem Mais Simples Brasil, por meio do Decreto nº 8.414, em 26 de fevereiro de 2015.

O programa, incorporado ao PPA 2016-2019, tem como premissa a diminuição de barreiras administrativas burocráticas no relacionamento com a empresa e com o cidadão, no sentido de melhorar a prestação de serviços públicos e o ambiente de negócios no país. Conta com cinco eixos de atuação: eliminar exigências que se tornaram obsoletas com a tecnologia; unificar o cadastro e identificação do cidadão; dar acesso aos serviços públicos em um só lugar; guardar informações do cidadão para consultas; além de resgatar a fé na palavra do cidadão, substituindo documentos por declarações pessoais.

No eixo empresa, o Bem Mais Simples Brasil veio fortalecer as ações já iniciadas de simplificação das obrigações empresariais. Além da implantação do serviço de baixa automática de empresas, foi dada ênfase à implantação de sistema integrador dos processos de registro e legalização de empresas no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), de que trata a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, de acordo com os aperfeiçoamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

No eixo cidadão, o Bem Mais Simples Brasil apresenta como projetos estruturantes a Base Nacional Biográfica, a Base Nacional Biométrica e a Base Nacional de Informações Integradas do Cidadão.

A redução do peso da burocracia sobre as empresas e cidadãos, especialmente sobre as MPE, como forma de facilitar a vida dos brasileiros e o aumento da lucratividade e da competitividade das MPE, como forma de aumentar a geração de empregos e renda na economia brasileira serão as diretrizes de condução do programa em alinhamento a agenda governamental pró-desenvolvimento do país.

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	31/12/2011	104,4	31/12/2012	108,1	31/12/2013	102	31/12/2014	99,4	31/12/2015	85,7
Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	31/12/2008	37.100	31/12/2008	37.100	31/12/2011	43.620	31/12/2011	43.620
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2009	52,4	31/12/2010	51,7	31/12/2011	51,7	31/12/2012	51,9	31/12/2013	52,11
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2011	0,7938	31/12/2012	0,7637	31/12/2013	0,729	31/12/2014	0,8713	31/12/2015	1,0801
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	0	31/12/2012	15,3	31/12/2013	29,3	31/12/2014	43,5	31/12/2015	54,3
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/10/2011	73,1	31/07/2013	75,6	31/07/2013	75,6	31/07/2013	75,6

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Quadro de Metas

Objetivo: 0836 - Regularizar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 3 milhões de micro e pequenos empresários por meio de portal de serviços disponível na internet	3.000.000,00	Unidades	9.234,00	A meta não foi atingida, com 0,004% de atingimento. O resultado se deve a complexidade de implementação do sistema informatizado Portal Empresa Simples, que está sendo implementado em módulos. Até o final do PPA, apenas o módulo de abertura de empresas da Junta Comercial do DF está em fase de pré-operação.
Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs	100.000,00	unidade	6.474,00	As ações de capacitação consideradas para fins de cálculo da meta são financiadas com recursos de emenda parlamentar. Ao longo de 2014 e 2015, houve expressiva redução no momento de recursos autorizados, o que o contribuiu para o desempenho.
Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R\$ 5 bilhões em 2010 para R\$ 21,2 bilhões.	21,20	R\$ Bilhões	11,74	

Objetivo: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	41.447	42.760	14.029	192.671	60.175
Despesas Correntes	27.592	28.905	12.635	142.764	51.159
Despesas de Capital	13.855	13.855	1.394	49.907	9.016
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	41.447	42.760	14.029	192.671	60.175

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2048 – MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Visão Consolidada do Programa

As carências do país em termos de políticas públicas para melhoria da mobilidade urbana vêm fazendo com que seja ampliada a atuação do Governo Federal de forma a consolidar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Neste sentido, o Governo Federal tem adotado um conjunto de medidas para melhorar as condicionantes da área de mobilidade urbana no País. Assim, tem-se o Programa de Mobilidade Urbana e Trânsito que advém de um conjunto de políticas atinentes à circulação de pessoas e cargas, infraestrutura de transporte, acessibilidade e trânsito que visa proporcionar o acesso amplo e equânime ao espaço urbano.

O desafio deste programa é mitigar os efeitos da segregação espacial, propondo ações socialmente inclusivas e ambientalmente sustentáveis que restem por viabilizar convivência urbana coletiva, bem como o acesso a serviços básicos e a fruição dos direitos sociais positivados na Constituição Federal.

Visão dos principais atributos do Programa

Destaca-se como a principal realização do período a retomada em larga escala dos investimentos no setor, incluindo a mobilidade urbana no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No período deste Plano Plurianual deu-se continuidade ao incentivo a financiamento do setor público para a área de mobilidade urbana, iniciado em 2010, para empreendimentos associados à Copa do Mundo, com a autorização para contratação de R\$ 8 bilhões, exclusivamente de recursos de financiamento, visando melhorias dos deslocamentos nas cidades-sede.

Em 2012 houve a seleção de empreendimentos do PAC Mobilidade Grandes Cidades em cidades com população maior que 700 mil hab, numa previsão total de R\$ 22,4bi – sendo recursos de OGU de R\$ 10,2bi e de FIN de R\$ 12,2bi, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Logo após, a seleção do PAC Mobilidade Médias Cidades elegeu propostas de mobilidade urbana em municípios com população entre 250 a 700mil habitantes, no valor total previsto de R\$ 7,2bi – exclusivamente com recursos onerosos – de financiamento, para investimentos em sistemas de transporte público coletivo para atender demandas estruturantes nas cidades médias do país.

Complementando, em 2014 ocorreu a seleção do Pacto pela Mobilidade, visando implantação de sistemas de mobilidade urbana no país, resultando na seleção de 209 empreendimentos, com valor de recursos novos total de R\$ 32bi, sendo 50% de OGU e 50% de FIN.

As seleções vêm a atender as demandas sociais cada vez mais elevadas da sociedade brasileira com relação à mobilidade urbana.

Evolução das Metas de Investimentos

O objetivo de “Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível” possui estratificação de suas principais metas em função da população.

PAC Grandes Cidades:

A Meta destinada a investir R\$ 22,4 bi em mobilidade urbana nas cidades com população superior a 700 mil habitantes e regiões metropolitanas, atingiu **91,8%** de execução em 31/12/2015. São **R\$ 20,58 bilhões**, considerando o somatório das contratações formalizadas, com valores de repasse e de empréstimo, de forma cumulativa de 2012 a 2015, incluindo OGU e FIN (FGTS e BNDES), PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e seleções pontuais (extra-pauta).

A consecução desta meta teve início com a seleção pública de propostas inscritas no PAC Mobilidade Grandes Cidades, concluída em abril de 2012, quando começaram as contratações. , Em 2013, mais de 31% do total selecionado havia sido contratado, ampliado para quase 50% em 2014 e atingindo 50,29% no final de 2015. O total selecionado em 2012 foi de R\$ 22,431 bilhões (OGU 10,208 e FIN 12,163).

O recorte populacional desta seleção considerou cidades com população superior a 700 mil habitantes, bem como municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Com vistas a suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou no PAC Mobilidade Grandes Cidades recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos.

A seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as regiões metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

Visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto pela Mobilidade colocando mais recursos para investimentos em transporte público coletivo urbano, com estimativa inicial de R\$ 50 bilhões, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico- Econômica – EVTE e projetos.

Estes empreendimentos serão denominados aqui como pertencentes ao Pacto pela Mobilidade.

Assim, foram destinados recursos novos a partir de 2014 que totalizaram R\$ 32 bilhões para atendimento de demandas de mobilidade urbana provenientes de municípios e estados, de fontes de recurso de financiamento e do OGU. No total, a pactuação incluiu propostas de municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

Estas contratações abrangem, principalmente, elaboração de estudos, projetos e obras de Terminais, Corredores de Ônibus, *Bus Rapid Transit* (BRTs), Corredores fluviais, Veículos Leve sobre Trilhos (VLT), Trens Urbanos e Metrô.

Os desembolsos no período de 2012 a 2015 de recursos do FGTS, relativos à Meta de R\$ 22,4 bi, dirigidos a cidades com mais de 700 mil hab, foi de R\$ 1.230.772.660,03 (FGTS PAC Grandes Cidades e Pacto pela Mobilidade, incluindo extra pauta).

PAC Cidades Médias:

A meta de investir R\$ 7 bilhões em mobilidade urbana nas cidades com população inferior a 700 mil habitantes atingiu até 31 de dezembro de 2015, o total de **R\$ 6,107 bilhões em** valores de repasse e de financiamento, considerando os totais de FIN do PAC Mobilidade Médias Cidades, seleção de empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, Pró-Transporte, um contrato do BNDES, OGU, FIN do Pacto pela Mobilidade e outras seleções pontuais (extra pauta), atingindo **87,24%** de execução com relação aos R\$ 7 bilhões previstos na meta.

Em função de redução de valores contratados e cancelamentos/distratos de contratos, houve ligeiro decréscimo em 2015 no atingimento da meta com relação à 2014, que foi de 6,17 bilhões.

Esta meta iniciou seu cômputo pelo PAC Mobilidade Médias Cidades no qual foram selecionados projetos, em 2013, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento, com previsão de contratações no valor total de R\$ 7,032 bilhões, sem considerar os valores de contrapartidas. As contratações iniciaram em 2014 e, em 2015, foi dada continuidade à assinatura dos contratos de financiamento desta seleção.

Os desembolsos no período de 2012 a 2015 de recursos do FGTS relativo à Meta de R\$ 7 bi, cidades menores do que 700 mil hab foi de R\$ 559.402.603,29 (FGTS PAC Médias Cidades mais Pacto pela Mobilidade (incluindo extra pauta).

CBTU e Trensurb:

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) são empresas vinculadas ao Ministério das Cidades e operam os sistemas sob gestão do Governo Federal. A Trensurb opera o sistema de trens urbanos e do

aeromóvel em Porto Alegre e a CBTU opera os sistemas de trens urbanos existentes de Belo Horizonte, Recife, Natal, João Pessoa e Maceió e atua na gestão do convênio com o Estado do Ceará para implantação de sistema em Fortaleza. Essas empresas executam diretamente melhorias nas infraestruturas metroviárias existentes.

No período do PPA 2012-2015, essas empresas investiram recursos federais na expansão, recuperação e modernização dos sistemas, propiciando melhorias na eficiência e qualidade dos serviços, bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

Com o PAC Equipamentos em 2012 e, em 2014, com o ingresso de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC Grandes Cidades, iniciou-se o processo de Modernização dos sistemas de trens federais. Em 2015, deu-se continuidade à elaboração dos projetos executivos para a implantação dos sistemas de VLTs. Em Natal: entraram em operação três unidades e continuam sendo fabricadas mais nove; em João Pessoa, concluiu-se a montagem e testes da terceira unidade e iniciou-se a operação de duas unidades das oito previstas. Para Maceió: a elaboração do Projeto Executivo de Expansão de Maceió até Mangabeiras, a construção de duas estações, a remodelação da infra e superestrutura da via e a aquisição de materiais de via, em execução. Em Fortaleza: Linha Sul, dos 25 TUEs entregues até 2014, quatro concluíram a montagem e testes em 2015 e toda frota encontra-se operacional comercialmente. Os projetos e a montagem dos equipamentos dos sistemas de Telecomunicações e Sinalização iniciaram; foram concluídos os sistemas de energia do CCO e da Estação São Benedito, além das pontes rolantes no Centro de Manutenção e o eixo principal do viaduto Padre Cícero no emboque do túnel. Em Recife: concluiu-se a implantação do Sistema de Bilhetagem Automática, os Terminais de Integração Joana Bezerra e Prazeres e o projeto para Construção da Estação Nova Cabo. Para Belo Horizonte: foram entregues em 2015 os nove TUEs restantes, integralizando os 10 contratados para a Linha 1, encontrando-se nove em fase operacional.

Com relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, operada pela Trensurb, as melhorias ocorreram pela expansão do sistema de trens urbanos de passageiros até o município de Novo Hamburgo, e a implantação do sistema Aeromóvel, que liga a estação Aeroporto da Trensurb ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Em 2015 o investimento na nova frota exigiu adequar o pátio para receber os novos trens e modernizar a sinalização do sistema de controle de tráfego e energia (SCTE). Foram concluídos os trabalhos para prolongamento da via de estacionamento VP-20, com implantação de rede aérea de tração. Também foi concluída a atualização tecnológica do centro de controle operacional (CCO), item do escopo do contrato de expansão norte da linha 1.

PAC Copa do Mundo FIFA 2014:

No período foram selecionados 32 empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos tiveram contratos de financiamento assinados entre o Tomador do Recurso (Estados, Município e Distrito Federal) e os Agentes Financeiros (Caixa Econômica Federal e BNDES). Com o distrato de contrato realizado pela Prefeitura de Natal, passou-se a ter 31 contratos vigentes. Treze obras de mobilidade urbana encontram-se concluídas até o final de 2015, incluindo a obra do BNDES no Rio de Janeiro, e outras três atingiram percentual de execução superior a 90%.

Em 31/12/2015, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R\$ 3,5 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da Copa, mantendo o legado e o benefício à população.

Resumidamente, as 31 obras de mobilidade urbana são:

Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,41 bilhões

Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 54,22 milhões

Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,63 bilhões

Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 506,82 milhões

Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 664,14 milhões

Natal: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 443,9 milhões

Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 859,0 milhões

Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1,97 bilhões

No período de 2012 a 2015 o PRÓ-TRANSPORTE teve desembolsos totais no valor de R\$ 6.743.093.926,36, incluindo todos os eixos do PAC e não PAC.

Pavimentação e qualificação de vias urbanas:

O Governo Federal, desde 2010, vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa de via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Espera-se, assim, melhorar as condições de salubridade e segurança viária local, sobretudo nos deslocamentos a pé e por bicicleta, além de melhorar o acesso dos moradores às vias por onde trafegam as linhas de ônibus que atendem à região beneficiada.

Como resultado da 1ª e 2ª etapas de seleção, até 31/12/2015 **2.084,70 Km** de vias foram pavimentadas com recursos de financiamento do Pró-transporte (FGTS), no âmbito do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, representando **41,7 %** da meta total do PPA 2012-2015.

Estes empreendimentos também contribuíram com o transporte não motorizado, visto que até 31 de dezembro de 2015 foram executadas **2.382,86 km** de calçadas e **60,37 km** de ciclovias.

Regulação - Política Nacional de Mobilidade Urbana:

Em 3 de janeiro de 2012, com a promulgação da Lei nº 12.587, foi instituída a Política Nacional de Mobilidade Urbana, meta estratégica do PPA 2012-2015, estabelecendo o marco regulatório da mobilidade urbana.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana estabelecida na referida legislação tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

Elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana.

Por outro lado, no que se refere à regulamentação, em 2015 foi concluída a edição revisada do Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob), devidamente atualizado com relação à Lei nº 12.587/2012, ficando disponível para os entes federados e demais interessados este importante instrumento técnico para auxiliar na elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana.

O conteúdo abordado pelo Caderno de Referência PlanMob são os temas da Mobilidade Urbana que devem ser desenvolvidos nos Planos, conceitos e fundamentos gerais e os procedimentos e metodologia que devem ser seguidos para sua elaboração. Diferencia a questão de municípios menores que não possuem sistemas de transporte público coletivo cujo foco do planejamento deverá ser centrado em modos não motorizados e outros tipos de inserções. Traz diretrizes para o planejamento da mobilidade urbana, os conteúdos mínimos que os planos devem conter, as consultas públicas, as pesquisas, o diagnóstico e as avaliações necessárias. E ainda, mostra um modelo de Termo de Referência para contratação de Planos de Mobilidade Urbana. O PlanMob está disponível em <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSE/planmob.pdf>.

Foi desenvolvido um programa de capacitação para apoio aos entes federados, considerando a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes e a atribuição da União de prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados. Para tanto, de 2013 a 2015 foram capacitados 3.340 agentes para a elaboração de planos, em 300 municípios brasileiros.

Trânsito

Concernente ao aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito, no horizonte do PPA 2012-2015 as principais metas alcançadas foram a capacitação de 75.000 agentes de trânsito através de cursos de educação a distância, a fiscalização de 174 órgãos de trânsito, melhorando o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no

sistema Renainf, e a publicação da Política Nacional de Trânsito (PNT), por meio da Resolução CONTRAN nº. 514, de 18 de dezembro de 2014.

Além disso, foram realizadas melhorias e manutenções nos principais sistemas, destaque para o FUNSETNET, que está em operação e sua utilização será obrigatória para prestação de informações a partir de 1º de março de 2016, e para o Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos – SINIAV, que foi instituído em todo território nacional, conforme Resolução Nº 537, de 17 de junho de 2015.

No período de 2012 a 2015 foram realizadas diversas ações com o intuito de promover a educação, a cidadania, os princípios e atitudes favoráveis à vida e a democratização do Trânsito. Dentre elas, destacam-se a realização do Prêmio DENATRAN de Educação no Trânsito, nos anos de 2012, 2013 e 2015. Esse prêmio buscou incentivar a produção técnica, científica e artística voltadas ao tema trânsito e premiou os melhores trabalhos.

Considerações Finais

Nos investimentos, o passo inicial está dado com as contratações efetivadas, porém, longo percurso ainda será percorrido para a implantação de sistemas de mobilidade urbana estruturantes.

A complexidade destas implantações, cujos ciclos de execução são plurianuais, a exemplo de obras de expansão de metrô necessitam de arranjos e de parcerias, que envolvem diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas.

No que se refere ao trânsito foram encontradas dificuldades relacionadas ao contingenciamento dos limites orçamentários e financeiros, carência de pessoal, e ausência de contratos administrativos por parte do Ministério das Cidades, o que inviabilizou o atingimento de todas as metas propostas.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	01/01/2010	28,96	31/12/2010	28,96	31/12/2010	28,96	31/12/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	01/01/2010	6,07	31/12/2010	6,07	31/12/2010	6,07	31/12/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	01/01/2010	64,98	31/12/2010	64,98	31/12/2010	64,98	31/12/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	01/01/2010	38,93	31/12/2010	38,93	31/12/2010	38,93	31/12/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	01/01/2010	25,17	31/12/2010	25,17	31/12/2010	25,17	31/12/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	01/01/2010	35,89	31/12/2010	35,89	31/12/2010	35,89	31/12/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2011	1,65	31/12/2011	1,67	31/12/2012	1,76	31/12/2013	1,74
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1	31/12/2008	333,1
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2010	22,46	31/12/2011	22,48	31/12/2013	20,12	31/12/2014	21,62
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2012	15	31/12/2013	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2011	16	31/12/2011	16	31/12/2012	16	31/12/2013	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2011	36	31/12/2011	36	31/12/2012	36	31/12/2013	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	15	31/12/2011	16	31/12/2011	16	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21	31/12/2011	21	31/12/2011	21	31/12/2011	21

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Quadro de Metas

Objetivo: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Investir R\$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	22,40	R\$ Bilhões	20,58	
Investir R\$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível	7,00	R\$ Bilhões	6,10	

Objetivo: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão

Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente	5.000,00	quilômetro	2.084,70	A meta de pavimentação e qualificação de vias urbanas é quantificada a partir da execução do produto do objeto de contratos de financiamento do Pró-Transporte pelos entes federados. O avanço deu-se com a efetivação das contratações e atingiu-se mais de 2.000 Km de vias pavimentadas no período, porém a execução efetiva até os 5.000 Km está ocorrendo de forma paulatina. Não atingiu a meta prevista mas os contratos estão em vigor e serão continuadas as obras.

Objetivo: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária	2.000,00	Km	60,37	Os recursos anuais por seu exíguo valor não possibilitaram seleção pública de propostas em caráter nacional. Há expectativa de execução de infraestrutura cicloviária associada aos sistemas de transporte coletivo em implantação, porém os contratos foram assinados nos últimos anos e são empreendimentos complexos que ultrapassam os quatro anos para gerarem produtos efetivos e as entregas à sociedade se dão de forma paulatina.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas	8.000,00	quilômetro	2.382,86	A meta de calçadas é quantificada a partir da execução do produto do objeto de contratos de financiamento do Pró-Transporte pelos entes federados. O avanço deu-se com a efetivação das contratações e atingiu-se mais de 2.300 Km de calçadas construídas no período, porém a execução efetiva até os 8.000 Km está ocorrendo de forma paulatina.

Objetivo: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego	50,00	Municípios	0,00	Os recursos disponibilizados para a Ação específica de moderação de tráfego não permitiram seleção de caráter nacional por serem de valor muito pequeno. Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Porém, a implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas.

Objetivo: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão

Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT	10,00	%	5,95	Os municípios de grande e médio porte já estavam integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte não cumpriram as exigências para integração até dezembro de 2015. A baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização e educação de trânsito, controle e análise de estatística.
Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT	50.000,00	Profissionais do SNT	75.000,00	
Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação	2.000,00	Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos	279,00	O cumprimento da meta ficou prejudicado pela promulgação da Resolução CONTRAN nº 466, de 11 de dezembro de 2013. Por meio dela, a partir de primeiro de julho de 2014, o credenciamento das Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos-ECVs passou a ser realizado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal. O DENATRAN, desde então, realiza ações de fiscalização em ECVs apenas quando motivado.
Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação	400,00	Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs	56,00	Em razão da redução da equipe de servidores da Coordenação-Geral de Infraestrutura de Trânsito e dos cortes orçamentários que ocorreram no período de 2012 a 2015, não foi possível concluir a meta prevista.
Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran	96,00	Órgãos de Trânsito e Entidades	174,00	

Objetivo: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)	1.000,00	Professores multiplicadores	0,00	A capacitação dos professores ocorreria por meio do Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade de Brasília-UNB. No entanto, em 2015, o referido Termo foi encerrado, por motivo do contingenciamento orçamentários.
Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica	10.000,00	Professores da Educação Básica	0,00	O Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília - UNB para a execução do objetivo de capacitação desses agentes foi encerrado no exercício de 2015, devido ao contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros.
Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.	5,00	%	0,00	O contingenciamento do orçamento do Departamento Nacional de Trânsito culminou na interrupção do projeto no ano de 2015.
Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis	40.000,00	Alunos	0,00	A implementação do Programa Jovem Consciente não pode ser realizada no horizonte do PPA 2012-2015, sendo o contingenciamento orçamentário, o déficit de pessoal, e a ausência de contratos administrativos por parte do Ministério das Cidades os principais responsáveis pelo não cumprimento da referida meta.
Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas	60,00	Encontros	0,00	O Ministério das Cidades não possui contrato com empresa prestadora de serviços para eventos, o que inviabilizou a realização dos encontros nacionais de educadores.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito	4,00	Prêmios	3,00	
Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas	100,00	Pessoas	0,00	Diversas universidades já oferecem cursos de pós-graduações na área de educação e gestão de trânsito. Diante desse cenário, este Departamento estudou a possibilidade de criar um selo de qualidade para certificar os cursos já existentes. No entanto, os limites orçamentários reduzidos deste Departamento Nacional de Trânsito inviabilizaram o desenvolvimento dessa ação.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.323.306	3.306.283	152.736	10.093.382	2.570.028
Despesas Correntes	141.600	152.540	81.535	737.273	502.631
Despesas de Capital	4.181.706	3.153.743	71.200	9.356.109	2.067.397
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	4.323.306	3.306.283	152.736	10.093.382	2.570.028

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2049 – MORADIA DIGNA

Visão consolidada do Programa

A política habitacional é norteada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, necessidade básica e indispensável para a sobrevivência e dignidade dos cidadãos e um direito social assegurado pela Constituição em seu artigo 6º. Ao definir a habitação como moradia, a Constituição amplia seu escopo, incluindo além da edificação da unidade habitacional, os serviços básicos inerentes a ela. Dessa forma, a moradia digna associa-se à garantia de condições de habitabilidade, envolvendo aspectos como a qualidade da casa em termos de material de construção, área construída, divisões internas e instalações, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem, sistema viário, a estrutura do bairro e disponibilidade de equipamentos urbanos e serviços públicos, transporte, segurança, áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

Uma das expressões da carência de moradia é o déficit habitacional quantitativo – referente à necessidade de novas unidades habitacionais por motivo da constatação de domicílios improvisados, de domicílios rústicos, de coabitação familiar, de ônus excessivo com aluguel e de adensamento excessivo em domicílios alugados. Em 2008, o déficit alcançava 5,6 milhões de domicílios (9,7% do total de domicílios do país), com grande concentração nas áreas urbanas, que respondiam por 83% do déficit. Em relação ao território, as regiões Sudeste e Nordeste respondiam pela maior parcela do déficit habitacional - 2,1 milhões de moradias (36,9% do total) e 2 milhões de moradias (35,1% do total) respectivamente – ao passo que a Região Norte apresentava o maior percentual do déficit em termos relativos – 600 mil moradias (13,9% dos domicílios da região). A carência habitacional também guarda estreita relação com o custo da moradia e com a distribuição de renda da população, verificando-se sua concentração na faixa de renda de até três salários mínimos (89,6%) e entre três a cinco salários mínimos (7,0%), faixas que somam juntas 96,6% do déficit.

Para a universalização do acesso à moradia digna, são desafios das políticas habitacionais tanto a tradicional construção de moradias - buscando-se a redução do custo da habitação, a diversificação dos produtos e adequação às características da rede urbana brasileira, especialmente para as famílias de baixa renda – como outros meios de facilitar o acesso à moradia pronta, como urbanizar/regularizar áreas ocupadas precariamente e/ou irregularmente, melhorando suas condições de habitabilidade mediante a provisão dos serviços básicos essenciais. Além disso, sendo um bem essencial e que está sujeito a falhas de mercado, a intervenção do Estado no mercado habitacional deve procurar orientar os processos de regulação, financiamento, promoção e produção da moradia.

Visão dos principais atributos do Programa:

PAC Urbanização

A política pública nacional de urbanização de assentamentos precários possibilita a aplicação dos recursos em diversas obras e serviços necessários à superação das precariedades existentes nas áreas beneficiadas, que caracterizam por serem irregulares,

ambientalmente frágeis e com riscos, habitadas por população de baixa renda. Sua relevância confirmou-se com a inclusão da ação no rol do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual garantiu a alocação de recursos às favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários (873 operações que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do PAC) é de R\$ 25 bilhões, sendo R\$ 20,3 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 4,7 bilhões de contratos de financiamento oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Desse total, R\$ 16,7 bilhões (528 operações) foram selecionados no PAC 1 e R\$ 13,3 bilhões (incluso o valor PMCMV) foram selecionados no PAC 2 (345 operações). Do total contratado no PAC 2, 72% estão em obras, que beneficiarão 716 mil famílias, em 347 municípios.

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 foram iniciadas 389 obras de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 6,4 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 631 mil famílias.

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 foram concluídos 144 empreendimentos de urbanização, perfazendo investimento de R\$ 1,9 bilhão e beneficiando 179 mil famílias. Ressalta-se que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto, como a entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes federados, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os desafios colocados.

Minha Casa Minha Vida e Financiamento Habitacional

Principal integrante da política habitacional do Governo Federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida iniciou sua segunda fase em 2011. Originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Em 2012 essa meta foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões. Assim como em sua primeira etapa – 2009/2010 - o Programa Minha Casa, Minha Vida superou a meta estabelecida para o período 2011-2014. Em 2015, foi superada a marca de 4 milhões de unidades contratadas. Ao todo, o programa já está presente em 5.346 municípios. Como consequência, são aproximadamente 16 milhões de pessoas beneficiadas em mais de 95% dos municípios brasileiros. Em 2015, o ritmo de contratação foi ajustado à disponibilidade orçamentária e financeira estabelecida para o PMCMV no ano, consoante com a desaceleração econômica experimentada no país. Assim, em 2015, pela primeira vez desde

que o programa foi criado, a quantidade de unidades entregues no ano superou a de contratadas. Ao todo, já são mais de 2,5 milhões de unidades entregues até 31/12/2015. Isso significa que aproximadamente 10 milhões de pessoas já residem em uma moradia proveniente do programa.

Durante o ano de 2015, os agentes financeiros do SFH contrataram 72.451 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa quantidade apresenta-se quase 17% inferior ao total contratado em 2014, quando 87.197 operações foram formalizadas. Já os valores de financiamento reduziram quase 10% em relação ao ano anterior, caindo para R\$ 6,99 bilhões, revertendo a tendência de crescimento que vinha sendo observada desde 2012. Os valores de subsídio recuaram dos R\$ 944,9 milhões concedidos em 2014 para R\$ 717,5 milhões em 2015, apontando para uma tendência de queda no período 2013-2015. O resultado acumulado no período 2012-2015, de 340.709 operações, representa pouco mais de 68% da meta plurianual de 500 mil operações de crédito.

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), foi interrompida a tendência de crescimento observada no período de 2011 a 2014. Em todo o ano de 2015, foram financiados R\$ 70,2 bilhões em crédito imobiliário habitacional, o que representa redução de quase 34% em relação ao ano de 2014, quando os financiamentos alcançaram R\$ 105,8 bilhões. Quanto à quantidade de contratos realizados, observou-se comportamento semelhante, com redução superior a 37%, atingindo mais de 321 mil unidades financiadas. Confirmou-se, desse modo, sinalização percebida ao longo do 2º semestre de 2014, quando comparado a período análogo do ano anterior, em que foi constatado crescimento de 0,64% no valor financiado, significativamente inferior ao dos períodos anteriores, e decréscimo de quase 2% na quantidade de operações de financiamento. O resultado acumulado no período 2012-2015, de R\$ 354,7 bilhões, representa mais que o dobro da meta plurianual de R\$ 176 bilhões.

O resultado observado no ano de 2015 apresenta-se como consequência da reversão da combinação de fatores que interferiu positivamente no desempenho observado no período de 2012 a 2014, no que concerne aos tomadores de crédito: contribuíram para a queda na demanda por crédito imobiliário a diminuição da renda real, o crescimento do índice de desemprego e Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - INEC - com tendência de queda ao longo do ano de 2015, refletindo os índices de confiança da indústria, comércio e serviços.

Fortalecimento da Capacidade Institucional dos entes federados

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, desde 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social – PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social.

Os Planos Locais de Habitação com repasses do FNHIS chegaram a uma carteira ativa de 1.459 contratos. Destes 93,01% do total foram concluídos até 31.12.2015, e a média de execução foi de 88,75% . A média de execução na modalidade simplificada, no entanto,

chegou a apenas 36,74%%. Buscando-se acelerar essa execução, além dos contatos diretos com os municípios, tem-se buscado contatos mais próximos com os municípios, contando inclusive com a parceria das Secretarias Estaduais de Habitação e dos Ministérios Públicos nos Estados.

Os níveis de adesão ao Sistema Nacional de Habitação atualmente são bastante altos, chegando a 97,61 %, onde a maior parte dos municípios fez sua adesão entre os anos 2006 e 2008, reduzindo-se a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes. Destaca-se ainda, a conclusão de um conjunto de 38 pesquisas contratadas que poderão ser utilizadas pelos setores executores da política habitacional.

Qualidade da Construção Civil.

De um modo geral, os resultados alcançados no período de 2012 a 2015, revelam um ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Nesse período houve aceitação, por parte das construtoras, do monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos – SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores – SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H.

Em 2014, a Comissão Nacional do SiAC iniciou uma discussão para propor uma nova revisão do Regimento, com vistas a atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho"). No ano de 2015, o número de empresas certificadas no âmbito do SiAC alcançou a marca de 2.958 empresas (aumento de 3% em relação à 2014), nos diferentes Níveis: a) etapa de Adesão - 451 empresas certificadas (15%); b) Nível "B" - 237 empresas certificadas (8%); e c) Nível "A" - 2.270 empresas certificadas (77%).

Enquanto houve a publicação de 7 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) no ano de 2013, representando um número 40% maior do que aquele alcançado em 2012, em 2014, foram publicados 4 DATec's e 2 Diretrizes SiNAT, contribuindo para o processo de inovação no âmbito dos empreendimentos habitacionais do PMCMV. Em 2015, embora o número de Diretrizes SiNAT não ter sido alterado, foram concedidos quatro novos DATec's para empresas que utilizam produtos inovadores no âmbito do PMCMV por meio do SiNAT, representando um acréscimo de 16,7% em relação ao ano de 2014.

Ao final do ano de 2014, 9 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs atingiram a meta de 90% de conformidade e 15 PSQs ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais. No ano de 2015 manteve-se o número de 9 PSQs atingindo a meta prevista de 90% de conformidade, além do aumento do percentual médio do Indicador de Conformidade em relação a 2014, alcançando um valor de 76,10%, mesmo com a entrada de mais dois PSQs (Geotêxteis Nãotecidos e Esquadrias de PVC), o que normalmente influencia negativamente no valor desse percentual.

Considerações Finais

Considerando seus indicadores, o Programa Moradia Digna, obteve êxito na redução do déficit habitacional absoluto. Quando analisamos a meta de contratação de moradias em áreas rurais, a meta foi alcançada em mais de 200%. As operações de financiamento habitacional via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo atingiram a marca de R\$ 354 bilhões de reais, dobrando a meta inicial.

Ao final de 2015, quase 100% dos municípios brasileiros já haviam realizado sua adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Todas as empresas que operam obras e serviços em empreendimentos habitacionais de interesse social receberam certificação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), que possibilita maior eficiência na construção e maior qualidade dos empreendimentos.

Evidentemente, há ainda muitos desafios e batalhas a conquistar. O Brasil, um país de dimensões continentais, demanda grandes esforços, especialmente no que diz respeito ao acesso à moradia. Essas demandas estão sob o olhar fixo e ativo do Governo Federal e são contempladas na Política e no Plano Nacional de Habitação.

O programa temático de Moradia Digna no PPA 2016-2019 deve dar seguimento à estratégia de universalização do acesso à moradia digna, contribuindo para a redução do déficit habitacional, a melhoria a qualidade das construções e a ampliação da sustentabilidade dos empreendimentos. Além da continuidade e aprimoramento das ações em andamento, destaca-se a meta de disponibilização de mais 3 milhões de novas moradias, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Assentamentos subnormais	unidade	31/12/2010	3.224.529			31/12/2010	3.224.529	31/12/2010	3.224.530	31/12/2010	3.224.530
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	30/09/2008	5.572.313	31/12/2010	6.490.000	31/12/2010	6.940.691	31/12/2012	5.430.562
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	30/09/2008	942.481	31/12/2010	1.055.163	31/12/2010	1.055.163	31/12/2012	766.449
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	30/09/2008	4.629.832	31/12/2010	5.885.528	31/12/2010	5.885.528	31/12/2012	4.664.113
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	30/09/2007	1.500.709	31/12/2010	1.583.763	31/12/2010	1.583.763	31/12/2012	1.073.720
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	30/09/2007	543.066	30/09/2007	543.066	30/09/2007	543.066	31/12/2012	848.218
Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional	unidade	30/09/2007	10.454.974			31/12/2010	13.007.952	31/12/2010	13.007.952	31/12/2012	10.323.559
Oferta de moradias	%	31/12/2011	1			31/12/2011	1	31/12/2011	1	31/12/2011	1

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Quadro de Metas

Objetivo: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Disponibilizar R\$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários	30,50	R\$ Bilhões	13,30	Durante a vigência do PPA 2012-2015 e, no âmbito desse objetivo, somente foram realizadas seleções de caráter extraordinário, no ano de 2013, da ordem de 4,3 bilhões. Verifica-se que a diferença entre os recursos efetivamente disponibilizados (meta atingida) e aqueles previstos na vigência do PPA, ou seja, o remanescente de recursos não selecionado (R\$ 17,2 bilhões), dependia da necessária autorização do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC), a qual não ocorreu.

Objetivo: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R\$ 5 mil mensais na área urbana e até R\$ 60 mil anuais na área rural	200.000,00	Moradias	347.678,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R\$ 3,1 mil mensais na área urbana e R\$ 30 mil por ano na área rural	600.000,00	Moradias	1.458.416,00	
Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R\$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R\$ 15 mil anuais na área rural	1.600.000,00	Moradias	1.354.522,00	

Objetivo: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS	500.000,00	Operações de financiamento imobiliário	341.212,00	
Contratar R\$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo	176,00	R\$ Bilhões	354,70	

Objetivo: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
100% dos municípios com adesão ao SNHIS	100,00	%	97,61	

Objetivo: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social	90,00	%	76,10	
Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)	100,00	%	100,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)	100,00	%	100,00	

Objetivo: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda	100,00	%	100,00	

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	20.597.330	25.158.866	15.400.500	74.686.860	54.403.595
Despesas Correntes	5.960.533	14.108.189	10.954.847	24.541.627	16.318.106
Despesas de Capital	14.636.796	11.050.677	4.445.652	50.145.233	38.085.489
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	20.597.330	25.158.866	15.400.500	74.686.860	54.403.595

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2050 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Visão geral do Programa

Diante do compromisso nacional voluntário apresentado pela então recém promulgada Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e por sua regulamentação (Decreto 7.390/2010), o planejamento realizado para o período 2012-2015 propôs ações e metas alinhadas às diretrizes desses novos normativos. A PNMC visa, entre outros pontos: à compatibilização do desenvolvimento econômico e social com a proteção do sistema climático; à redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação a suas diferentes fontes; ao fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional; e à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas três esferas federativas, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.

Para que as ações e metas propostas sejam alcançadas, a gestão da PNMC envolve, de forma coordenada, agências federais e entidades da sociedade civil brasileira. Uma premissa da política é seu caráter multilateral e transversal, como legalmente estabelecido, baseado principalmente no desempenho de agências de setores específicos e órgãos governamentais relevantes.

Assim, uma das principais estratégias de ação para o alcance do compromisso disposto na PNMC foi a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima e a implementação dos Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento nos Biomas, que foram incorporados ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima).

A PNMC ainda prevê que ações de mitigação poderão ser implementadas por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). As atividades de projetos ou programas de atividades desenvolvidos no Brasil no âmbito desse mecanismo são uma oportunidade para o país se engajar aos esforços globais contra a mudança do clima, recebendo financiamento internacional e tecnologia para a implementação de projetos de redução de emissões. O país ocupa uma posição de destaque na estrutura global de MDL, tanto em termos de número de projetos como em potencial de redução das emissões de GEE, com grande potencial de crescimento.

Até 2012, as discussões relativas à mudança do clima tinham como foco as ações voltadas à mitigação dos gases de efeito estufa, causadores de tais alterações climáticas, como forma de evitar suas consequências. Com o entendimento de que alguns dos efeitos dessas mudanças já são irreversíveis, e com os quais a sociedade terá que lidar num futuro próximo, voltou-se a atenção para a área de adaptação, para que fossem identificadas soluções e adotadas ações adequadas e tempestivas, com vistas a aumentar a capacidade adaptativa da população e de suas atividades.

Assim, além de promover o desenvolvimento de pesquisas, e a difusão de tecnologias, processos e práticas que visem à mitigação da mudança do clima, tornou-se essencial fomentar atividades científico-tecnológicas que visem à redução das incertezas nas projeções nacionais e regionais futuras da mudança do clima e à identificação de vulnerabilidades e medidas de adaptação adequadas. São fatores que destacam a importância do apoio à Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima) e do investimento no desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistemas de observação e monitoramento dos impactos da mudança do clima.

A Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês) é outra importante ferramenta para o processo decisório. Trata-se de documento que apresenta informações acerca de inventários das emissões antrópicas por fontes e das remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como descrições gerais das providências tomadas ou previstas para a implementação da convenção pelo Brasil.

Por fim, outro importante instrumento da PNMC é o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, cuja meta no PPA foi a de fomentar a execução de projetos e empreendimentos que promovam a mitigação e adaptação à mudança do clima.

O aumento da concentração dos gases de efeito estufa devido a ações humanas, tais como queima de combustíveis fósseis e de alterações no uso da terra, é um grande determinante de variação climática, especialmente em relação ao aumento da temperatura média global. Os gases metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O) e carbônico (CO₂) são considerados os principais GEE, responsáveis pela maior participação nas emissões. Portanto, contabilizar as emissões desses gases levando em consideração diferentes setores da economia (Energia, Processos Industriais, Agropecuária, Tratamento de Resíduos e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas) permite avaliar o progresso das diferentes ações de mitigação previstas nos Planos Setoriais contemplados no âmbito da PNMC.

A PNMC define o compromisso nacional voluntário de adoção de ações de mitigação com vistas a reduzir suas emissões de GEE entre 36,1% e 38,9% em relação às emissões projetadas até 2020.

Visão dos principais atributos do Programa

Ao final do ciclo do PPA, é possível observar resultados gerais bastante positivos, com as principais metas propostas em 2011 sendo alcançadas, a despeito do cenário orçamentário e financeiro mais restritivo característico de 2015.

Os novos planos setoriais, que abrangem as principais fontes de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, foram elaborados conforme previsto no Decreto 7.390/2010 e passaram para a etapa de implementação, junto àqueles que já haviam sido elaborados previamente, entre eles o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

O delineamento da estratégia de monitoramento das reduções de emissões setoriais de gases de efeito estufa (GEE) foi elaborado por meio do detalhamento dos procedimentos e metodologias necessários para monitorar as reduções de emissões de GEE, alcançadas pelas diversas ações dos planos setoriais. Assim, foram definidas as bases metodológicas do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SMMARE). O sistema foi concebido em um processo de diálogo intenso e contínuo com os ministérios coordenadores dos planos setoriais. Em 2014, foi produzido um piloto voltado para o monitoramento do PPCDAm, que apresentou os primeiros resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa associados à redução do desmatamento na Amazônia.

Os resultados iniciais do SMMARE para o PPCDAm mostram que a redução média de emissões no período entre 2010 e 2015 foi de aproximadamente 650 milhões de toneladas de CO₂ por ano. Apenas no ano de 2010, a redução de emissão de gases de efeito estufa realizada pelo Brasil, em relação aos níveis de 1995, equivale ao dobro das reduções de emissões feitas pelo conjunto dos países desenvolvidos. A redução de emissões de gases de efeito estufa alcançada pelo Brasil em 2012 foi de cerca de 41% em relação ao nível de emissões de 2005.

No âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, no período de 2012 a 2015, foram recebidas e analisadas 157 novas propostas de projetos de MDL, e a Autoridade Nacional Designada, a Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima (CIMGC) emitiu 164 Cartas de Aprovação, pré-requisito obrigatório para submissão dos projetos a registro junto à UNFCCC. Até 31 de dezembro de 2015, o Brasil possuía 339 atividades de projeto e oito programas de atividades registrados no Conselho Executivo do MDL, ocupando a terceira posição no ranking mundial de projetos registrados. Em termos de estimativa de redução de emissões de gases de efeito estufa para o primeiro período de obtenção de créditos – até 10 anos para projetos de período fixo ou até 7 anos para projetos de período renovável (no máximo três períodos) – os projetos brasileiros de MDL registrados até 31 de dezembro de 2015 são responsáveis pela redução potencial de cerca de 375 milhões de toneladas de CO₂eq, valor correspondente a 4,9% do total mundial de redução potencial de emissões dos projetos de MDL.

Outro importante resultado foi o estabelecimento da Estratégia Nacional de REDD+ – sigla usada na UNFCCC para políticas e incentivos a países em desenvolvimento para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O sinal de mais contempla a conservação florestal, o manejo florestal sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal. A estratégia é o documento que formaliza à sociedade brasileira e aos países signatários da UNFCCC como o governo brasileiro estrutura os seus esforços e pretende aprimorá-los até 2020 para receber pagamentos por resultados de mitigação de emissões no setor de florestas, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento.

Já no processo de estruturação de um programa nacional de adaptação à mudança do clima, foi construída a proposta do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) no âmbito do Grupo Executivo da PNMC, com a cooperação de 15 instituições do governo federal e por meio de um processo amplamente participativo. As etapas de construção deste

documento ocorreram de forma incremental ao longo do período do PPA e tiveram como principais marcos: a pactuação da estrutura do plano, a divisão de responsabilidades sobre elaboração de minutas entre diversos ministérios e órgãos setoriais, a elaboração da minuta da parte geral do plano e construção das estratégias temáticas.

Após a conclusão da minuta do PNA, foi realizado um amplo processo de consulta à sociedade resultando no recebimento de quase 600 sugestões ao documento. O alto número de contribuições foi considerado reflexo dos esforços em ampliar os canais de diálogo e engajamento de novos atores. Com o objetivo de ampliar o debate e acessar novos públicos, foram realizadas oficinas regionais de apoio à consulta no Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste.

Importante contribuição para o processo de elaboração do PNA adveio dos avanços científicos alcançados em relação à modelagem regional da mudança do clima, à elaboração de cenários futuros da mudança do clima e aos estudos de vulnerabilidade e adaptação a setores estratégicos vulneráveis aos impactos associados à mudança do clima no Brasil. Estes estudos foram conduzidos por pesquisadores ligados à Rede Clima.

A Rede Clima foi instituída em 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras. Durante o PPA, foram apoiadas a implantação e a consolidação das 15 sub-redes de pesquisa da Rede Clima. Seus esforços resultaram em trabalhos que contribuíram para: a elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas; a contribuição inédita do país ao quinto relatório do IPCC; a publicação de diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros; a formação e capacitação de recursos humanos; e a participação em eventos de disseminação do conhecimento relacionado ao tema.

Os pesquisadores da Rede Clima também estiveram envolvidos nas discussões promovidas para a definição do Sistema de Observação e Monitoramento dos Impactos da Mudança do Clima (Sismo). Previsto para ser uma plataforma de acesso público que fornecerá informações sobre impactos das mudanças climáticas nos sistemas biológicos, físicos e socioeconômicos, o desenvolvimento do Sismo mostrou-se um desafio meandroso pela complexidade da análise de dados e pela necessidade de envolvimento de um grande número de atores. Por outro lado, as discussões evidenciaram as grandes expectativas tanto do setor público quanto da academia sobre as funcionalidades e produtos do futuro sistema. Apesar do atraso da meta de desenvolvimento do Sismo, foi dado apoio a projetos que visaram ao fornecimento e à geração de informações sobre os impactos ambientais da mudança do clima, especialmente as relevantes para o planejamento e a tomada de decisão para adoção de medidas de mitigação e adaptação, tais como: o Observatório Nacional de Clima e Saúde, o Simulador de Cenários Agrícolas, o Projeto Pirata (monitoramento do Oceano Atlântico Sul) e o SiMCosta (Sistema de Monitoramento da Zona Costeira).

Tão importante quanto a modelagem da mudança do clima e a elaboração de cenários futuros é o desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada em meteorologia e climatologia e

a disponibilização de previsões de clima e tempo, bem como previsões ambientais correlatas, como hidrológicas e de qualidade do ar. Nesse aspecto, o apoio dado permitiu a ampliação da resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil; o aprimoramento do índice de acerto nas previsões de tempo para 4 a 5 dias; e o aumento do índice de acertos das previsões de precipitação.

Contudo, ressalta-se que a infraestrutura computacional utilizada para pesquisas e desenvolvimentos relacionados à mudança do clima enfrenta desafios relacionados à obsolescência, principalmente do supercomputador CRAY-XE6 do INPE, o Tupã, que necessita ser substituído.

Para atender ao compromisso do Brasil, como integrante da UNFCCC, de elaborar, atualizar e prover a Conferência das Partes com inventários nacionais de emissões antrópicas por fontes e remoções por sumidouros de todos os gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal para os setores Tratamento de Resíduos, Agropecuária, Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Floresta, Energia e Processos Industriais, foi elaborada a Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima. Este documento também apresenta os avanços científicos sobre a modelagem regional da mudança do clima e o atual estágio das políticas públicas voltadas para a mitigação das emissões de GEE e a adaptação às mudanças climáticas.

Com o objetivo de disponibilizar os resultados do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, assim como as informações relacionadas a outras iniciativas de contabilização de emissões, tais como as estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa e o inventário do Relatório de Atualização Bienal, foi desenvolvido o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). Trata-se de sistema computacional que tem por missão não só conferir segurança e transparência ao processo de confecção de inventários de emissões de gases de efeito estufa, mas também ser suporte à tomada de decisão no âmbito de políticas, planos, programas e projetos na área de mudanças climáticas – no que tange à geração de conhecimento científico e à adoção de medidas de mitigação.

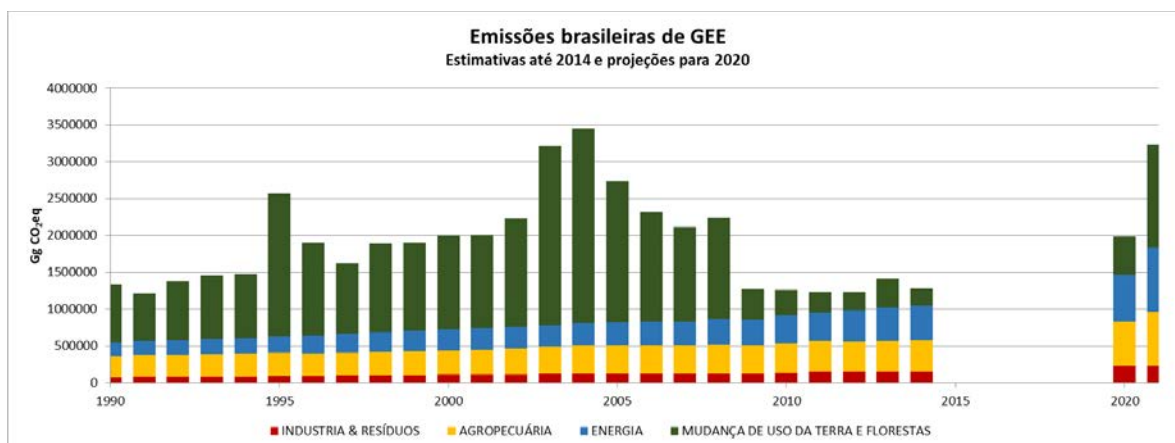
No âmbito do Fundo Clima, entre 2012 e 2015, foram apoiados 176 projetos (167 projetos não reembolsáveis e 9 empreendimentos reembolsáveis), abrangendo as áreas de combate à desertificação, manejo florestal, adaptação, gerenciamento costeiro, apoio aos planos setoriais, desenvolvimento de tecnologias para mitigação, sistemas e centros de monitoramento. O montante investido em recursos não reembolsáveis superou os R\$ 95 milhões.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015, o Programa Temático Mudanças Climáticas contribuiu com o fortalecimento e a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima. A estruturação e implementação dos principais instrumentos da PNMC foi fundamental para o alcance dos resultados expressivos aqui apresentados e para a

consecução do compromisso nacional voluntário de redução de emissão de gases de efeito estufa.

Os indicadores utilizados no PPA foram calculados tomando-se por base a metodologia empregada nos Inventários Nacionais de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal. Portanto, como diretriz técnica básica, foram utilizados os documentos elaborados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*).



Conforme se pode perceber pelas informações acima, o Brasil caminha para o cumprimento do compromisso nacional voluntário (definido inclusive na legislação), principalmente pelas reduções alcançadas no setor Mudança de Uso da Terra e Florestas, por meio de suas ações de controle de desmatamento.

No entanto, ainda há muito a ser feito. Em outubro de 2015, o Brasil apresentou sua pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC, na sigla do original em inglês) para a consecução do objetivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em sua iNDC, o Brasil se compromete a reduzir em 2025 as emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005, e apresenta o indicativo de redução de 43% das emissões de GEE em 2030 com relação aos níveis de 2005.

A iNDC também compreende os esforços nacionais de adaptação à mudança do clima, apontando o Plano Nacional de Adaptação (PNA) como o instrumento de desdobramento doméstico das ações de adaptação. Com a finalização do PNA, resta o desafio de promover sua implementação e monitoramento de forma coordenada e articulada entre esferas da federação, sociedade civil e setor privado.

É digno de nota que a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima aprovou um novo acordo global – contemplando as metas voluntárias de redução de emissões de GEE – com o objetivo de manter o aquecimento do planeta neste século muito abaixo de 2°C e de conduzir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

Todos os países participantes reforçaram a necessidade de valorização do conhecimento técnico-científico como um elemento crucial a ser considerado em todas as etapas do processo de negociação, e principalmente ao longo do processo de implementação do novo acordo. As metas apresentadas pelo Brasil em sua iNDC implicam desafios científicos e tecnológicos consideráveis para o seu cumprimento. Nesse cenário, estão em desenvolvimento estudos para avaliar o real potencial e a estimativa de custo da redução de emissões de GEE no Brasil, por meio de uma análise integrada das opções de mitigação para a economia como um todo, evitando a dupla contagem de medidas de mitigação, e considerando, também, os potenciais impactos econômico-sociais da adoção de atividades de baixo carbono.

Todas as políticas, medidas e ações para implementar a futura NDC do Brasil serão conduzidas no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), da Lei de Proteção das Florestas Nativas (Lei 12.651/2012, o chamado Código Florestal), da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985/2000) e da legislação, instrumentos e processos de planejamento a elas relacionados. Nesse sentido, o novo Programa Temático de Mudança do Clima no PPA 2016-2019 teve sua estrutura racionalizada para fortalecer os atuais eixos estruturantes da PNMC, contribuindo assim para o processo de implementação da futura NDC brasileira.

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	2.156,607	31/12/2012	699,631	31/12/2013	858,638	31/12/2014	731,345	31/12/2014	731,345
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.401,6	31/12/2012	16.808,4	31/12/2013	17.193,8	31/12/2014	17.149,4	31/12/2014	17.149,4
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	610,06	31/12/2012	582,21	31/12/2013	601,27	31/12/2014	607,25	31/12/2014	607,25

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Quadro de Metas

Objetivo: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo	100,00	%	80,00	O estágio atual de desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre conta com o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera, Oceano, Gelo Marinho e Superfície. Na fase atual, somente o componente oceânico conta com modelo de ciclo de carbono. Futuramente serão implantados modelos de ciclo de carbono nos modelos atmosférico e de superfície. Quanto ao componente de química e aerossóis ainda encontra-se em desenvolvimento.

Objetivo: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas	100,00	%	60,00	As bases de dados necessitam de estrutura de TI para serem integradas em uma única plataforma. Tal estrutura não pode ser contratada devido ao contingenciamento de recursos que gerou atrasos de repasses.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas	100,00	%	75,00	A Rede CLIMA teve seu primeiro plano de ação concluído em 2014 com o término do projeto Fomento à Rede Brasileiro de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas, apoiado pela FINEP. Para esta nova fase, o novo plano de ação foi concluído recentemente e será apresentado para aprovação ao Conselho Científico da Rede.

Objetivo: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas	60,00	Projetos e empreendimentos	176,00	

Objetivo: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Ministério do Meio Ambiente

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras	100,00	%	60,00	Devido ao redirecionamento de atividades prioritárias da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – SEPED, foram contratados estudos que visaram à implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – CEMADEN e do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias – INPOH. Dessa forma, a meta não pode ser plenamente atendida.

Objetivo: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões	10,00	Regiões	10,00	A meta foi cumprida no final de 2012 com o desenvolvimento de uma ferramenta que permite definir uma área conforme a necessidade do usuário. Desta forma, não há limite para o número de regiões que podem ser analisadas de forma independente.
Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias	75,00	%	83,00	Esta meta foi cumprida superando o desafio de atingir um índice de acerto superior ao esperado (75%) nas previsões de tempo para 4 a 5 dias de antecedência. No caso, o critério de avaliação foi a taxa de acerto das previsões numéricas de pressão atmosférica na superfície e na altitude de 500 mb (milibares).
Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação	50,00	%	50,00	O desafio de aumentar o índice de acerto da previsão de precipitação foi alcançado. Para mensurar essa melhoria, durante o período 2012-2015 o CPTEC/INPE implementou novos sistemas para avaliar e monitorar a acurácia das previsões numéricas. O acesso aos resultados se dá através do endereço (http://avaliacaodemodelos.cptec.inpe.br/).

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	413.537	413.071	20.408	1.833.180	508.262
Despesas Correntes	38.250	37.784	19.856	193.429	118.019
Despesas de Capital	375.287	375.287	552	1.639.750	390.244
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	413.537	413.071	20.408	1.833.180	508.262

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2051 – OFERTA DE ÁGUA

Visão consolidada do Programa

O desenho do programa Oferta de Água baseou-se em três eixos para o incremento da oferta hídrica nacional, considerando as necessidades de ampliar o acesso à água e de erradicar a miséria, promovendo oportunidades de desenvolvimento: 1) a execução de obras de captação, adução e reservação nas regiões com déficit hídrico elevado; 2) a recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas; e 3) o reforço do planejamento do setor, de forma a avançar no provimento de segurança hídrica. Cabe destacar a necessidade de estruturação do planejamento da oferta de água de forma articulada com outras políticas como a de gestão de recursos hídricos e a de saneamento.

Nesse sentido, o programa 2051 – Oferta de Água do PPA 2012-2015 contempla Objetivos e Metas em consonância com as perspectivas previstas na implementação de uma política de integração nacional que busque dirimir disparidades regionais, sejam elas sociais e econômicas ou de disponibilidade hídrica.

Dado o cenário de escassez hídrica no semiárido e a demanda por água para abastecimento humano, foram consideradas as crescentes demandas industriais, de turismo e de agricultura irrigada da região, impulsionadas pelo desenvolvimento socioeconômico. Outro importante parâmetro a ser utilizado no direcionamento do investimento em oferta de água é o mapeamento das ocorrências de seca no país.

O programa está estruturado com 2 Indicadores, 3 Objetivos, 6 Metas, 27 Iniciativas e 78 ações orçamentárias vinculadas.

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015 o indicador “Capacidade de Reservação de Água”, que afere o potencial de acumulação em barragens construídas a partir de atuação do Ministério da Integração Nacional – MI e suas entidades vinculadas, variou de 29.300 milhões de m³ para 29.865,5 milhões de m³. Destaca-se a Barragem Figueiredo, no Ceará, com acumulação de 520 hm³ de água. Já o indicador “Quilometragem de Adução de Água”, que mede a extensão da rede adutora implantada a partir da atuação do MI e suas entidades vinculadas, variou de 2.039 km para 3.273,76 km. Contribuíram significativamente para a variação desse indicador a conclusão, em 2014, da Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE), com 197 km, e sua 2ª Etapa, em 2015, com 110 km.

Vale apontar que os indicadores do Programa Oferta de Água foram inseridos no Programa em 2013, em substituição aos indicadores anteriores (“Municípios com ocorrência de racionamento devido à insuficiência de água no manancial” e “Municípios com ocorrência de racionamento devido à deficiência na produção”). Por isso, não há valor para o ano de 2012. Os indicadores anteriores tinham como fonte a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, do IBGE, a qual teve sua última edição em 2008, sem previsão atualização.

Em termos de resultados, isso significa o aumento da oferta de água em sistemas integrados com prioridade nas regiões com déficit e a contribuição para a indução

ao desenvolvimento econômico e social por meio de intervenções de infraestrutura hídrica - em que iniciativas voltadas à implantação e à ampliação de barragens, canais, sistemas adutores e sistemas de abastecimento contribuem para seu alcance.

Visão dos principais atributos do Programa

No que tange ao Objetivo principal do Programa, que é o aumento da oferta de água, buscando atingir a meta de regularizar essa oferta para os sistemas de abastecimento em 297 municípios, o Governo Federal atingiu 23% do planejamento inicial. Foram beneficiados 69 municípios do nordeste brasileiro, em regiões com déficit hídrico por meio de obras estruturantes para a oferta de água, planejadas para resolver por longo período os problemas associados a esse déficit. A partir da revisão dos dados de anos anteriores, verificou-se que não haviam sido computados os municípios beneficiados pela “Implantação da Subadutora do SAA em Governador Dixsept Dix-Sept Rosado (RN)” (concluída em 2014) e pelo “Canal do Sertão Alagoano – Trechos I e II (AL)” (concluído em 2013). Promoveu-se o ajuste em 2015.

De maneira geral, o não-atingimento da meta deveu-se a dificuldades: 1) de ordem ambiental, 2) quanto à titularidade das terras onde se localizam as intervenções, 3) relacionadas a processos de desapropriação, e 4) de natureza orçamentária

Foram concluídas no ciclo deste PPA as seguintes obras para o aumento da oferta de água:

Em 2012:

- Adutora do Oeste (PE): Com 292 km, beneficia os municípios Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito.
- Sistema Adutor Cafarnaum (BA): Com 168 km, beneficia os municípios Cafarnaum, Barro Alto e Canarana.
- Sistema Adutor do Seridó (RN): Com 31 km, beneficia os municípios Currais Novos e Acari.
- Adutora do Algodão (Sistema Adutor de Guanambi) – 1ª Etapa (BA): Com 270 km, beneficia os municípios de Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Candiba, Pindaí, Matina e Caetité;

Em 2013:

- Sistema Adutor Piau (PI): Com 111 km, beneficia os municípios São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX e Vila Nova do Piauí.
- Barragem Figueiredo (CE): No Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm³ de água, beneficia os municípios Alto Santo, Iracema e Potiretama.
- Canal do Sertão Alagoano – Trechos I e II (AL), com 64,7 km, esses primeiros dois trechos da obra fornecem água para os municípios de Delmiro Gouveia, Pariconha, Água Branca e Olho d’Água do Casado.

Em 2014:

- Sistema Siriji - 1ª Etapa (PE): Com 44 km, beneficia os municípios de Aliança, Buenos Aires e Vicência.
- Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE): Com 197 km, beneficia os municípios de Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira.
- Implantação de Nova Captação para o Sistema Cabrobó (PE): Instalação de conjuntos de motobombas e adutora de água bruta, interligado à estação de tratamento de água, visando o abastecimento humano. Abrange o município Cabrobó, em Pernambuco.
- Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II (CE): 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém, abrangendo os municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante.
- Implantação de Subadutora em Governador Dixsept Rosado (RN) - A adutora é uma derivação da adutora Apodi/Mossoró a partir da BR-405, no município de Governador Dix-Sept Rosado, e possui como objetivo o reforço do abastecimento de água local.

Em 2015:

- Implantação da SIAA Pocinhos (PB): Com 25 km de adutoras, captação em reservatório de Campina Grande, beneficia o Distrito de São José da Mata em Campina Grande e o município de Pocinhos, na Paraíba.
- Implantação da Barragem de Pitombeiras (PB): Com capacidade de reservação de 9,3 milhões de m³, beneficia o município de Alagoa Grande.
- Implantação da Adutora Aroeiras (PB): Com 18 km, beneficia o município de Aroeiras e as comunidades de Novo Pedro Velho, Boa Vista e Riachão.
- Ampliação do Sistema Integrado Sertaneja (SE): Com 24 km, beneficia os municípios de Nossa Senhora de Lourdes, Gararu e Aquidabã.
- Adutora Pajeú – 2ª Etapa/PE (conclusão parcial): Em 2015 foram concluídos 110 km, correspondentes ao trecho entre Afogados da Ingazeira até São José do Egito. Esse trecho disponibilizará água para os municípios de Carnaubeira da Penha, Tabira, São José do Egito e Tuparetama. Quando concluída em sua integralidade, a 2ª etapa da Adutora Pajeú beneficiará um total de 14 municípios, e 112 mil habitantes.
- Adutora Araras-Crateús e Nova Russas (CE): Adutora com 153 km, deverá beneficiar os municípios de Crateús e Nova Russas, no Ceará.

- Adutora Manoel Balbino-Caririáçu (CE): Adutora com 13 km, deverá reforçar o abastecimento do município de Caririáçu, no Ceará;
- Adutora Flor do Campo-Quiterianópolis (CE): Com 39 km, deverá beneficiar o município cearense de Quiterianópolis.
- Canal do Sertão - Trecho III (AL): Se encontram concluídos os trechos I, II e III do Canal do Sertão Alagoano, o qual, após a conclusão dos quatro trechos presentes no PAC, abarcará 42 municípios e beneficiará mais de um milhão de pessoas. A conclusão do Trecho III, em 2015, permitirá levar água a mais de 60 mil pessoas.

Além das obras para ampliação da oferta hídrica concluídas no período, destacam-se:

- Adutora João Leite (GO): Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e 2 km de adutora de água bruta. Abrange a Região Metropolitana de Goiânia e beneficiará 1,9 milhão de habitantes. Encerrou 2015 com 99% de execução e previsão de término em 2016.
- Sistema Alto Oeste (RN): Implantação do sistema adutor composto por 2 captações, 2 ETAs, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e beneficiará 137 mil habitantes. Encerrou 2015 com 98% de execução, chegou a 100% no início de 2016 e está em fase de teste no momento (primeiro semestre de 2016).

Ademais, cabe destaque em particular para o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte (260 km) e Leste (217 km) que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados.

Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no país, e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru e João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

O Governo tem dado prioridade à execução do PISF, pois trata-se do empreendimento que garantirá segurança hídrica aos estados beneficiados.

O empreendimento encontra-se 82,7% concluído até dezembro de 2015, tendo sido entregues alguns trechos que já recebem águas do Rio São Francisco, garantindo o enchimento de canais e reservatórios que compõem o PISF.

No Eixo Norte, foi apurado 83,8% das obras executadas, havendo sido concluído o canal de captação, a concretagem de 145 km de canal, os Reservatórios Tucutu, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Morros, Boa Vista e Caiçara, a montagem civil e mecânica da 1ª Estação de bombeamento, todos os 8 aquedutos (Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova, Salgueiro, Boi, Pinga e Catingueira), o Túnel Cuncas II com 4 km e as escavações do Túnel Cuncas I, com 15 km.

No Eixo Leste, foi apurado que 81,0% das obras foram executadas. Foram concluídos o canal de captação, concretagem de 155 km de canal principal, a 1ª e 2ª Estação Bombeamento, 3 dos 5 aquedutos (sobre a BR-316, Branco e Barreiro) os Reservatórios Areais, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além de 1,4 km do total de 3,0 km do Túnel Giancarlo.

Conforme o planejamento da obra, os trechos serão concluídos considerando o caminho das águas, portanto estão previstas algumas entregas parciais. Este foi o caso do primeiro trecho que entrou em fase de testes e comissionamento em outubro de 2014, iniciando o enchimento do Reservatório Areias no Eixo Leste, por meio da operação da 1ª Estação de Bombeamento, EBV-1.

A pré-operação da 2ª Estação de Bombeamento do Eixo Leste, EBV-2, foi iniciada em outubro de 2015, permitindo a passagem da água do Reservatório Areias, para os Reservatórios Braúnas e Mandantes, garantindo água ao longo de 36 km do Eixo Leste.

No Eixo Norte foi iniciado em agosto de 2015 a pré-operação da 1ª Estação de Bombeamento, EBI-1, garantindo o enchimento dos canais e reservatórios Tucutu e Terra Nova, totalizando 49 km do eixo com água.

Estão ainda em execução pelo Governo Federal, ou em estágio de planejamento, uma série de obras que deverão captar água nos canais ou reservatórios abastecidos pelo PISF, e realizar a adução até localidades adjacentes. Devem ser entendidas como obras complementares às do PISF, importantes para que o projeto possa ampliar o alcance à população beneficiada. É o caso do Ramal do Entremontes, em Pernambuco, e do Cinturão das Águas, no Ceará.

Outro Objetivo relevante do Programa é o de Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais. As atividades de revitalização e manutenção das infraestruturas hídricas visam contemplar a recuperação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais e a segurança de seus usuários.

O propósito principal das atividades de manutenção é prolongar a vida útil das estruturas, por meio de serviços periódicos de conservação e identificação de problemas, que com o passar do tempo possam se traduzir em riscos para a população. A revitalização prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação, a sua modernização e ampliação, bem como sua regularização documental e ambiental.

Este objetivo buscou dar cumprimento ao comando legal, instituído pela Lei nº 12.334/2010 da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), que objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens através da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências junto à população potencialmente afetada. Buscou-se também e principalmente garantir a segurança do abastecimento de água à população.

No período do PPA 2012-2015 foram realizadas 16 recuperações de infraestruturas hídricas. Em 2012, foram concluídas recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina (PE) e Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE). Em 2013, destaca-se a conclusão da recuperação da barragem de Barreiro Grande, na zona rural do município de Afrânio (PE), beneficiando quase 12 mil pessoas na região. Em 2014, foram concluídas recuperações em oito barragens no Estado de Pernambuco: Volta do Riacho, Soledade, Água Branca, Deserto, Bom Jardim, Murici, Caiçara e Poço da Onça, bem como a as obras de adequação e recuperação do Açude Poço da Cruz (PE), e de trecho da Adução do Garrincho (PI). Já em 2015, foi concluída a restauração de três barragens no Estado de Alagoas: Mercado Grande, Mercado dos Pereiras e Itapecuru. A partir da revisão dos dados de anos anteriores, verificamos que não havia sido computada a conclusão da recuperação do Açude Poço da Cruz (PE), e nem tampouco a recuperação de trecho da Adução do Garrincho (PI). Promoveu-se o ajuste em 2015.

Estão em andamento ações para a recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco, empreendimento que faz parte do PAC. Trata-se da recuperação de 23 barragens sob gestão do Governo Federal e que serão necessárias à operacionalização do PISF. São intervenções complementares às obras do PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Neste sentido, foi celebrado o Contrato que tem como objeto a “Elaboração de estudos técnicos e projetos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional” – PISF. Os serviços foram iniciados em 2014 com previsão de término em 2016. Tramita no DNOCS processo de solicitação de termo aditivo para inclusão no escopo do contrato, de estudos e projetos de mais três reservatórios existentes no Estado da Paraíba. As obras de recuperação e atualização dos reservatórios ainda não foram iniciadas. Foram concluídos os estudos e os projetos básicos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. Os projetos executivos encontram-se em execução.

O Objetivo de Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado, busca dar sinergia às ações do Estado e permitir eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Dentre suas principais metas, está a de elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH.

Os trabalhos para elaboração do PNSH iniciaram-se em agosto de 2014, tendo sido apresentado o Plano de Trabalho em setembro, conforme indicado pelo Termo de Referência (TR). Esse Plano estabeleceu que serão seis as regiões para as quais serão produzidos os estudos. Ele será constituído por três fases: Inventário, Estudo Integrado e Detalhamento, além do Relatório Final consolidando essas fases.

Com o objetivo de identificar a infraestrutura existente e a planejada, para produção dos relatórios de Inventário, foram iniciadas visitas aos Estados. Elas se desenvolveram, numa primeira fase, abrangendo as regiões III (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), IV (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), V (Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe) e parte da região II (sendo visitados Espírito Santo e Minas Gerais), até meados de 2015.

Foram produzidos os relatórios de inventário da infraestrutura (Relatório 1A) para as Regiões III e IV. Para a Região IV, também foram produzidos o Relatório de Obras Complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e o Relatório de Detalhamento da Região IV e do Projeto de Integração do Rio São Francisco, ambos ainda em análise. A previsão de conclusão para o PNSH é final de 2016.

Ainda nesse Objetivo, com relação à meta de diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas, foram realizados 85 diagnósticos, ante a uma meta de 48. Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), em 2013, foram realizados Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança de novas barragens, que contém o diagnóstico de 85 reservatórios, sendo 74 na Região Nordeste e onze na Região Sudeste. Dentre elas, foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. Ao mesmo tempo, 12 barragens foram inspecionadas novamente devido à periodicidade regular exigida na Lei nº 12.334/10.

Quanto à meta de implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco, Em 2015 houve intensificação das ações do Conselho Gestor e criado, por meio da Portaria Interministerial nº 3 de 14/08/2015, Grupo de Trabalho Interinstitucional com a finalidade de elaborar proposta jurídica para o modelo de operacionalização e manutenção da infraestrutura decorrente do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015 o Programa Oferta de Água contribuiu com a implementação da política de integração nacional buscando dirimir disparidades regionais, sejam elas sociais e econômicas ou de disponibilidade hídrica. No entanto ainda há muito a ser feito.

No PPA 2016-2019, a infraestrutura hídrica será tratada em conjunto com a recuperação e a gestão de recursos hídricos (resultado da fusão dos Programas Oferta de Água, Conservação e Gestão de Recursos Hídricos, e de parte do Programa Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e Transformação Mineral, referente às águas subterrâneas), em uma tentativa de refletir no PPA mais adequadamente as inter-relações e complementaridades existentes nesse tema de política pública. Essas atuações serão contempladas todas em um novo Programa, denominado “Recursos Hídricos”, que terá Objetivos e Metas com responsabilidades compartilhadas entre o Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia e o Ministério da Integração Nacional, reforçando o caráter integrador da política de recursos hídricos.

Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase em promoção da segurança hídrica e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água. Vale dizer que parte das iniciativas do período 2012/2015 ainda se encontram em processo de execução e devem atingir sua maturação ao longo do ciclo 2016-2019 do PPA.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água	milhão de m³	28/05/2013	29.300			31/01/2014	29.300	19/12/2014	29.820	31/12/2015	29.865,5
Quilometragem de Adução de Água	km	28/05/2013	2.039			31/01/2014	2.343,84	19/12/2014	2.768,79	31/12/2015	3.273,76

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Quadro de Metas

Objetivo: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	297,00	Municípios	69,00	A meta alcançou 23,23% do planejamento inicial. De maneira geral, o não-atingimento da meta deveu-se a dificuldades: 1) de ordem ambiental, 2) quanto à titularidade das terras, 3) relacionadas a processos de desapropriação, e 4) de natureza orçamentária.

Objetivo: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Revitalizar infraestruturas hídricas	18,00	Unidades	16,00	

Objetivo: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Ministério da Integração Nacional

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas	48,00	unidade	85,00	As metas propostas foram alcançadas.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.050.884	3.935.711	1.006.212	14.286.198	7.652.578
Despesas Correntes	92.280	66.320	16.596	99.822	17.123
Despesas de Capital	2.958.604	3.869.391	989.615	14.186.376	7.635.455
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.050.884	3.935.711	1.006.212	14.286.198	7.652.578

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2052 – PESCA E AQUICULTURA

Visão geral do Programa

a. Principais desafios da política

Os principais desafios relacionados ao Programa Pesca e Aquicultura estão vinculados à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca definida na Lei nº 11.959/2009, que tem como premissas: o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura; o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira; a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos; e o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades.

O Programa Pesca e Aquicultura no PPA 2012/2015 está alicerçado no Plano Safra da Pesca e Aquicultura (PSPA), lançado em 2012, tendo como objetivo principal o aumento da produção pesqueira e aquícola brasileira com a implementação de um conjunto de ações apoiadas na disponibilização de linhas de crédito. O Plano representa um avanço na adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, por meio de incentivos e investimentos na cadeia produtiva, promovendo o incremento da oferta de pescado com o aumento da produção, da produtividade, da geração de emprego e renda. Para tanto o PSPA adotou as seguintes estratégias: disponibilizar linhas de crédito adequadas e acessíveis para apoiar o financiamento das atividades pesqueira e aquícola; oferecer serviços de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; implantar infraestrutura necessária ao processo de produção, desembarque, armazenagem e comercialização do pescado; promover a gestão sustentável dos recursos pesqueiros em conjunto com o MMA; apoiar a produção ambientalmente sustentável da aquicultura em águas da União e nos estabelecimentos rurais; promover a adequação da frota pesqueira aos requerimentos ambientais, sanitários e trabalhistas; promover a comercialização e o consumo do pescado brasileiro nos mercados nacional, institucional e externo; e valorizar pescadores e aquicultores por meio de alfabetização e capacitação profissional.

O Programa Pesca e Aquicultura contempla objetivos e metas em consonância com as perspectivas de crescimento da produção, notadamente da aquicultura, do desenvolvimento e transferência de tecnologias e da implantação de infraestruturas para suporte ao produtor. No total são 4 Objetivos, 16 Indicadores, 63 Metas e 32 iniciativas.

São os seguintes os objetivos do Programa pesca e aquicultura no PPA 2012/2015:

- Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos subexplorados e inexplorados;

- Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais;
- Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura;
- Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

b. Indicadores

Em 2014 a produção da pesca extrativa foi de 767.024,53 toneladas. O valor da produção da pesca extrativa esteve constante no período do PPA, o que vai ao encontro das diretrizes da sustentabilidade consagradas mundialmente, ou seja, a necessidade de se manter estáveis os índices de captura a fim de evitar a sobreexploração dos estoques pesqueiros. Assim, não se objetiva promover o aumento considerável da produção oriunda da pesca extrativa, contudo vislumbra-se a possibilidade do aumento da produção através da aquicultura.

Houve aumento da produção aquícola de 2013 (476.521,1 ton) para 2014 (561.439,43 ton), variação de aproximadamente 85 mil toneladas. A partir de 2013 a aquicultura faz parte da Pesquisa Pecuária Municipal realizada pelo IBGE. A metodologia de levantamento dos dados desenvolvida pelo IBGE trará maior precisão aos valores totais da produção aquícola.

O consumo interno de pescado *per capita* evoluiu de 9,75 kg/hab/ano em 2010 para 10,75 kg/hab/ano em 2015, abaixo do valor recomendado pela Organização mundial da Saúde (OMS) que é de 12 kg/hab/ano e ainda inferior à média mundial que é de 19,2 kg/hab/ano (FAO/2015). As ações relativas à promoção do consumo de pescado no mercado nacional envolvem, principalmente, a realização da já consagrada Semana do Peixe em todo Brasil. Além disso, a fim de incentivar novos hábitos alimentares a inserção cada vez maior do pescado na alimentação escolar, desde 2013, já atinge mais de 50% dos municípios brasileiros.

Os indicadores referentes à sustentabilidade das pescarias, baseados nas listas de espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação não sofreram variações bruscas entre 2012 e 2015. O percentual do número de espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação manteve-se constante em 23%. Já a produção pesqueira nacional composta por espécies sobre-explotadas ou ameaçadas de sobre-explotação vem decrescendo modestamente de 32% em 2012 para 30% em 2015. Esse declínio gradual pode estar relacionado à reduzida disponibilidade dos recursos pesqueiros, face ao elevado esforço de pesca, ou pode sinalizar o efeito da adoção de medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros.

Quanto ao desempenho da balança comercial do pescado, as exportações brasileiras no ano de 2012 alcançaram o montante de US\$ 248,6 milhões, correspondendo a 46 mil

toneladas. Já em 2015, atingiu US\$ 248,7 milhões, sendo equivalente a 40 mil toneladas de pescado, um aumento de 0,07% em valores e queda de 13,5% volume, no período. Já no que se refere às importações, em 2012, o país importou US\$ 1,249 bilhões, valor relativo a 370 mil toneladas de pescado, enquanto em 2015 o valor do pescado importado foi de US\$ 1,208 bilhões, relativos a 339 mil toneladas, o que corresponde a uma queda percentual de 3,29% em valor e 2,79% em volume.

Tabela 3 – Saldo da Balança Comercial de Pescados brasileira 2012-2015.

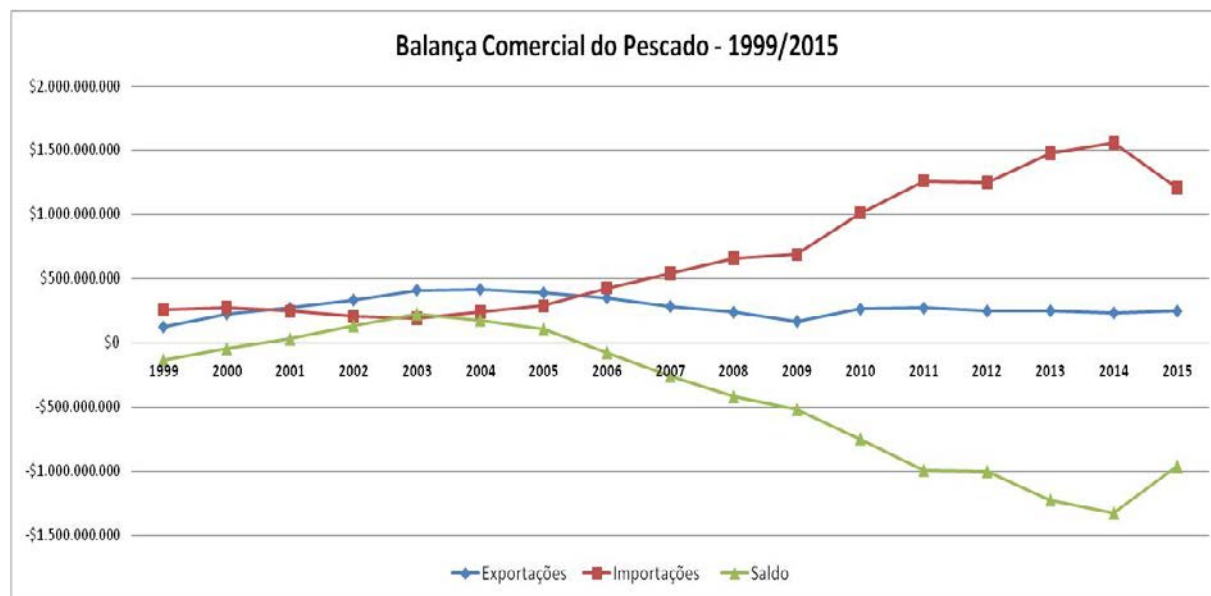
Período	Exportações		Importações		Saldo	
	US\$	Kg	US\$	Kg	US\$	Kg
2012	248.612.943	46.680.902	1.249.316.649	370.630.955	-1.000.703.706	-323.950.053
2013	250.792.522	42.621.134	1.473.185.085	426.723.188	-1.222.392.563	-384.102.054
2014	234.356.242	34.931.573	1.560.649.813	411.582.360	- 1.326.293.571	- 376.650.787
2015	248.780.782	40.383.748	1.208.223.167	339.792.830	- 959.442.385	- 299.409.082

Fonte MDIC e elaboração MPA.

O saldo da balança comercial do pescado vem apresentando déficits desde 2006, causados principalmente pela alta demanda de produtos importados, seja de espécies marinhas não encontradas no Brasil como o Salmão, o Bacalhau e a Merluza, ou de espécies de baixo preço importadas da Ásia, como o Pangasus e a Polaca do Alaska; aliada ao baixo volume das exportações e às flutuações cambiais.

O Gráfico a seguir mostra o comportamento da balança comercial de pescado no período de 1999 a 2015.

Evolução da Balança Comercial de Pescados



Fonte MDIC e Elaboração MPA

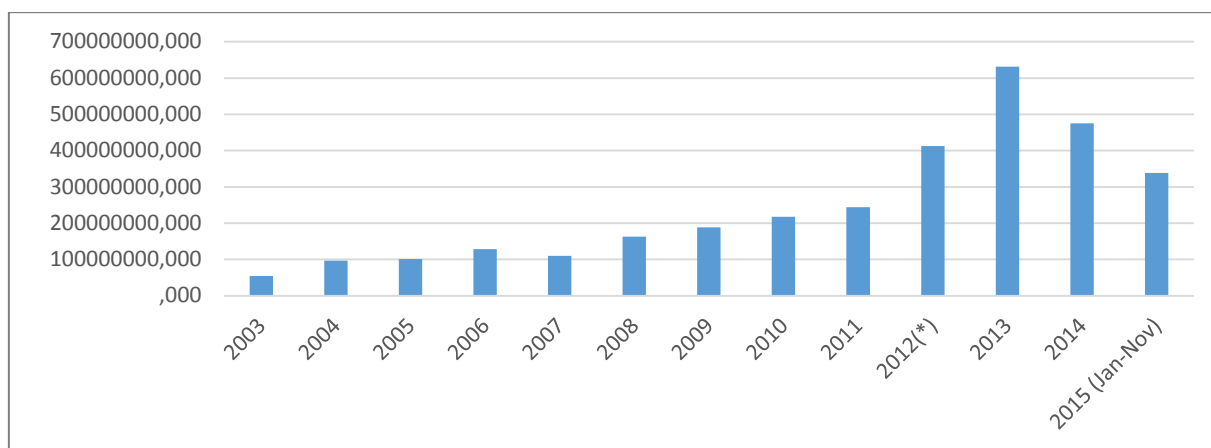
Visão dos principais atributos do programa

O Objetivo “Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos subexplotados e inexplotados” visa o alcance do desafio de tornar o país um grande produtor de pescado sem causar sobreexploração das espécies.

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) atuou de forma a melhorar os níveis de apoio financeiro concedidos à aquicultura e pesca. De 2013 a 2015, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura – PSPA concedeu crédito da ordem de R\$ 1,4 bilhão, para a modernização da pesca e a expansão da aquicultura. Ao todo, foram registradas 47.765 operações de financiamento na rede bancária oficial. Foram promovidas atualizações do Manual de Crédito Rural (MCR), com o objetivo a adequação das linhas de crédito existentes às necessidades do setor pesqueiro e aquícola. Além das ações decorrentes do PSPA, foram inseridos 57 máquinas e equipamentos utilizados pelo setor pesqueiro e aquícola com descontos de até 15% no âmbito do Pronaf Mais Alimentos. Foram realizadas ações de apoio à implementação do Plano Safra, como a criação da Caravana do Crédito e a realização de treinamentos para a capacitação em educação financeira nas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA). Ainda é importante destacar ações como a normatização da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no âmbito das Superintendências e a reformulação do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro – SICOR, ampliando o leque de informações das contratações de financiamento do setor pesqueiro e aquícola.

Abaixo, segue o gráfico da evolução do crédito aplicado no setor de pesca e aquicultura na última década, o que demonstra a importância do Plano Safra para o fomento da atividade pesqueira e aquícola nacional:

Valores de crédito contratados para a pesca e aquicultura de 2003 a novembro de 2015:



Fonte: Bacen e BNDES

*Em 2012, o número de contratos e valores refere-se ao período de outubro a dezembro.

O Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal – Revitaliza visa financiar a construção, a aquisição, a reforma e a modernização da frota pesqueira artesanal de embarcações de pequeno porte (com arqueação bruta - AB até 20), por meio da linha de crédito Pronaf Mais Alimentos. Pelo Programa Revitaliza, foram emitidas 4.998 anuências pelo MPA no período 2012-2015.

O Programa Profrota Pesqueira encontra-se em regulamentação e compreende financiamentos para a aquisição, construção, conversão, modernização, substituição, adaptação e equipagem de embarcações pesqueiras com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre os estoques sobre-explotados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil. O Profrota Pesqueira será financiado com recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM e dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO e do Nordeste - FNE. São beneficiárias do Profrota Pesqueira as pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações.

Em 2015 foram aprimorados os mecanismos de controle de financiamentos para aquisição de novas embarcações, visando o controle do esforço de pesca, onde foi definido que a partir do novo sistema serão emitidas Permissões Prévias de Pesca em substituição às anuências.

Para além do crédito, a Lei 12.715/2012 estabeleceu a desoneração fiscal da folha de pagamento para o pescado, a partir de janeiro de 2013. Em lugar da contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de salários, a indústria do pescado passou a recolher a alíquota de 1% sobre o faturamento bruto.

O Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel a embarcações pesqueiras nacionais, estabelecido pela lei 9.445/97, visa equalizar a diferença entre os valores pagos pelo óleo diesel por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras (que não pagam impostos). Por meio da subvenção, os pescadores profissionais e industriais e os armadores de pesca têm direito a comprar o óleo diesel mais barato nos postos habilitados. Em 2015, o Programa habilitou 2.441 embarcações, de 15 unidades da Federação. Na Região Norte, a subvenção cobre os estados do Amapá e Pará. No Nordeste, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. No Sudeste, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No Sul, Rio Grande do Sul.

O estabelecimento de modelo de desenvolvimento sustentável para a pesca e a aquicultura passa pela pesquisa, que no período de 2012 a 2015, priorizou o apoio a projetos de pesquisa em aquicultura e pesca por meio de chamadas públicas lançadas em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Dos 101 projetos apoiado no período, 84 foram viabilizados por meio desta modalidade de apoio.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico da pesca e aquicultura, destaca-se o Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) envolvendo o MPA, a Embrapa Pesca e Aquicultura e o MCTI. Esse Consórcio deverá propor políticas e diretrizes estratégicas para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia e definir prioridades para compor uma programação nacional de Pesquisa e Desenvolvimento, consolidada em uma agenda de P&D em Pesca e Aquicultura.

A Embrapa Pesca e Aquicultura possui a missão institucional de gerar conhecimento e tecnologias para toda a cadeia produtiva da pesca e aquicultura, além de promover cursos de capacitação. Para isso, conta com uma equipe multidisciplinar na área de aquicultura, com expertise nas áreas de nutrição, genética, sanidade, processamento de pescado,

economia, sistemas de produção, reprodução e conservação de recursos pesqueiros. A atuação em rede possibilita também a identificação e a proposição de parcerias dentro e fora da Embrapa, aumentando a sinergia entre as unidades e as instituições parceiras. Destaca-se, em 2013, a criação, no âmbito da Embrapa, do Portfólio de Projetos de Pesquisa em Aquicultura, que tem como finalidade gerar conhecimentos e tecnologias que promovam o avanço do setor aquícola. Para tanto, coordena pesquisas realizadas na cadeia produtiva do pescado como um todo, com foco nas espécies: tilápia (*Oreochromis niloticus*), tambaqui (*Colossoma macropomum*), pirarucu (*Arapaima gigas*), cachara (*Pseudoplatystoma reticulatum*), camarão cinza (*Litopenaeus vannamei*), bijupirá (*Rachycentron canadus*), jundiá (*Rhamdia quelen*), peixes ornamentais e outras espécies. Além disso, prioriza a transferência de tecnologia com objetivo de contribuir para a solução de problemas e a transformação de sistemas produtivos, por meio de ganhos sociais, econômicos e ambientais.

Foi celebrado, em 2013, Termo de Cooperação entre o MPA e a Universidade Federal de Santa Catarina com o objetivo de apoiar o Projeto de Desenvolvimento e Implantação de Novas Tecnologias de Produção de Microalgas e de Espécies Nativas de Moluscos Bivalves no Laboratório de Moluscos Marinhos da UFSC, que se encontra em execução.

A Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola – ATEPA, de caráter continuado, tem sido o elo entre a pesquisa e o aquicultor/pescador e, também, articula a geração/adaptação de conhecimentos adequados a cada realidade. No período 2012/2015 foram celebrados convênios e acordos de cooperação relativos à ATEPA envolvendo parcerias com governos estaduais e as chamadas públicas em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Entre 2012 e 2015 foram atendidas 37.421 famílias com ATEPA e 3.500 famílias de pescadores artesanais com ATEPA e recursos de fomento não reembolsáveis no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, nos Territórios da Cidadania Sertão do São Francisco (BA) e Transamazônica (PA).

Também foram celebrados Acordos de Cooperação e Convênios visando a capacitação de agentes de Ater em pesca e aquicultura. Pode-se citar a capacitação continuada de Agentes de Ater em piscicultura no Estado de Mato Grosso e os cursos realizados em parceria com a EMBRAPA e o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. Ao longo do período 2012/2015 foram capacitados 642 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura.

Ainda na área de difusão de tecnologias foram apoiadas 4 unidades de ensino viabilizando eventos científicos e de difusão do conhecimento entre pesquisadores, estudantes, sociedade e produtores/pescadores.

Quanto às atividades de Associativismo e Cooperativismo, foi celebrado um Acordo de Cooperação entre o MPA e o MTE, com o objetivo de atender a pescadores e aquicultores por meio de três projetos regionais de apoio ao cooperativismo e à economia solidária. Em 2014, foi realizado um Chamamento Público – Fomento ao Associativismo e Cooperativismo Pesqueiro e Aquícola, em parceria com o MAPA.

O MPA apoiou o projeto de Disseminação do uso das Boas Práticas de Manejo (BPMs) e Biossegurança na carcinicultura (camarão cultivado) nacional, mediante a realização de um amplo Plano Regional de Capacitação dos atores envolvidos nos diversos segmentos da cadeia produtiva do camarão cultivado. Desde 2014 foram realizados 25 cursos e treinamentos em 24 municípios nos principais estados do Nordeste Brasileiro, com um total de 755 participantes.

No tocante a pesca amadora, no quadriênio, foram apoiados eventos de fomento, com destaque para o Campeonato Nacional de Pesca Esportiva. Merece atenção a evolução do número de torneios de pesca amadora autorizados no período, que em 2012 foram 27 e em 2015 foram 148 torneios.

No âmbito do Projeto Rotas de Integração Nacional – Rota do Peixe, está sendo desenvolvida a Cadeia Produtiva da Piscicultura, com previsão de aplicação de recursos no valor de R\$ 5 milhões, visando a geração de emprego e renda nos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal do Complexo Nascentes do Pantanal no Mato Grosso. O Projeto Rotas de Integração Nacional tem o objetivo de estimular a inclusão socioeconômica por meio da estruturação produtiva e da integração econômica das regiões menos desenvolvidas do País, com mercados nacionais e internacionais de produção, de consumo e investimento.

Em 2015 foi realizada em Brasília a VIII reunião do Subcomitê de Aquicultura do Comitê de Pesca e Aquicultura da FAO, que ocorre a cada dois anos, visando a discussão das políticas públicas internacionais para a aquicultura. A reunião contou com participação de 55 países membros, além de organizações internacionais governamentais e não-governamentais.

Foi firmado Acordo de Cooperação entre o MPA e a FAO visando a elaboração dos seguintes documentos: Plano de Negócios para implantação de projetos comunitários/empresariais de produtos de algas marinhas no nordeste brasileiro; Plano de Articulação com centros de pesquisa, órgãos gestores e órgãos de fomento da cadeia produtiva da carcinicultura do Estado do Piauí, a fim de subsidiar a introdução, organização e legislação da carcinicultura de interior no Estado; Diagnóstico da carcinicultura na região do litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte; e Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTE e Viabilidade Ambiental/Plano de Controle e Monitoramento Ambiental EVA/PCMA para a implantação de projetos de carcinicultura do camarão marinho *Litopenaeus vannamei* em águas interiores de baixa salinidade nos Estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Cabe citar, ainda, o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Aquicultura PDA 2015/2020, que objetiva aumentar a produção aquícola brasileira, visando a execução de políticas públicas de planejamento e ordenamento da aquicultura. O PDA está orçado em R\$ 500 milhões a serem aplicados até 2020, e está alicerçado em programas específicos dentro da cadeia produtiva da aquicultura. O PDA irá incentivar o desenvolvimento da aquicultura em águas marinhas de domínio da União, a piscicultura em tanques/viveiros escavados e o desenvolvimento da carcinicultura. Serão criados Distritos Industriais Aquícolas (DIA) a fim de verticalizar a produção nos locais de maior potencial de produção.

As ações relativas à promoção do pescado brasileiro no mercado nacional envolvem, principalmente, a realização da Semana do Peixe em todo Brasil, que teve sua XII edição em 2015. O evento tem foco no incentivo ao consumo de pescado e é realizado com o apoio de parcerias locais em todas as Unidades da Federação, por meio da distribuição e divulgação de material gráfico junto aos pontos de venda de pescado, da promoção de feiras do peixe e da realização de palestras sobre os benefícios do consumo de pescado junto às redes estaduais e municipais de ensino, visando sensibilizar o público consumidor.

Quanto à inserção do pescado na merenda escolar foi firmado, em 2013, Acordo de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que vem permitindo a inserção cada vez maior do pescado na alimentação escolar, atingindo mais de 50% dos municípios brasileiros. Em 2015 foi firmado o Acordo de Cooperação entre o MPA e o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI/CN, para capacitar manipuladores de alimentos de escolas públicas (merendeiras) e entidades filantrópicas, visando aumentar a variedade de formas de preparo e melhorar as técnicas de manipulação e conservação de pescado nas cozinhas escolares em regiões metropolitanas do país.

No cenário internacional, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores - MRE, vem sendo organizado o Pavilhão Brasileiro na Feira de Boston (*Seafood Expo North America*) e na Feira de Bruxelas (*Seafood Expo Global*), onde é promovida a participação de empresas brasileiras como expositoras a fim de estimular novos negócios para a exportação de pescado.

Quanto ao Objetivo “Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais”, o Governo Federal vem realizando esforços com vistas à modernização da infraestrutura e logística do setor pesqueiro e aquícola, de modo a promover a redução de custos da respectiva cadeia produtiva e garantir a qualidade higiênico-sanitária do pescado.

Desde a sua criação o MPA visou o planejamento, implantação, aparelhamento e acompanhamento da operação de 20 Terminais Pesqueiros Públicos, localizados conforme o mapa a seguir:



Fonte: MPA

Foram concluídas as obras de três terminais: TPP/Manaus-AM TPP/Salvador -BA, TPP/Ilhéus-BA. Foram concluídos o Projeto Básico e a concepção do Projeto Executivo das obras de dragagem do acesso hidroviário do TPP/Niterói pelo Canal de São Lourenço, o Projeto Básico e a Licença Ambiental para implantação do TPP/Belém-PA; as obras civis e a Licença Ambiental de Operação do TPP/Cabedelo-PB; o aparelhamento do TPP/Niterói-RJ; e elaboração do Projeto Básico de adequação às normas sanitárias ao SIF do TPP/ Santos-SP. Outros seis terminais tiveram continuidade das obras de sua implantação: TPP/Santana-AP, TPP/Belém-PA, TPP/Camocim-CE, TPP/Natal-RN, TPP/Cabedelo-PB, e TPP/Niterói-RJ. Além disso, seis terminais pesqueiros públicos foram objeto de novos termos de referência para contratação de empresa projetista, com vistas à sua adequação para atenderem aos critérios de segurança de navegação, às exigências do Sistema de Inspeção Federal (SIF) e a devida Regularização Ambiental, a saber: TPP/Jacundá-Goianésia-PA, TPP/Cabedelo-PB, TPP/Vitória-ES, TPP/Niterói-RJ, TPP/Santos-SP e TPP/Cananéia-SP.

No que concerne ao funcionamento e à gestão dos TPPs, foi consolidado o funcionamento de dois empreendimentos: o TPP/Santos-SP e o TPP/Laguna-SC. O TPP/Santos-SP contribui significativamente para o atendimento das expectativas dos armadores e demais agentes pesqueiros de sua área de influência, haja vista a disponibilidade de gelo, aguada e combustível. Quanto ao TPP/Laguna-SC, administrado pela Cia. Docas do Estado de São Paulo S.A - Codesp, foram contratadas entidades para seleção, classificação,

beneficiamento e produção de produtos de maior valor agregado. Ambas as iniciativas, fomentam a participação de empreendedores privados na gestão dos TPPs e demonstram a viabilidade da delegação da administração dos mesmos à iniciativa privada por meio de concorrência, ou da transferência de sua dominialidade para estados e município interessados em recebê-los.

As ações para a constituição de uma rede nacional de TPPs podem ser consideradas como fomentadoras da eficiência na cadeia produtiva pesqueira, na medida em que contribuem para ganhos de qualidade e sanidade dos produtos pesqueiros.

Tiveram continuidade em 2015 projetos complementares de estruturação da cadeia produtiva pós-pesca/despesca, no que concerne aos investimentos em unidades containerizadas de fabricação de gelo escamado, caminhões frigoríficos e caminhões feira, os quais foram permissionados por meio de chamamentos públicos a entidades governamentais e não-governamentais (secretarias estaduais, prefeituras, associações, cooperativas, colônias de pescadores). Ainda, em 2015, iniciaram-se as obras civis da construção da Unidade de Comercialização de Pescado de Rio Branco/AC.

Com relação ao atendimento dos Territórios da Cidadania, foram executados convênios com objetivo de: i) aquisição de caminhões frigoríficos utilizados no escoamento e comercialização da produção para os municípios de Itutinga (MG) e Petrolina (PE); ii) aparelhamento de empreendimentos pesqueiros/aquícolas para os municípios de Itauçu (GO), Balsas (MA), Três Marias (MG), Nortelândia (MT), Suzanópolis (SP) e Formosa da Serra Negra (MA); e iii) aquisição de horas-máquina e de retroescavadeiras para escavação de tanques para piscicultura destinados aos municípios de Abelardo Luz (SC), Descanso (SC) Rio Fortuna (SC) e Pacajá (PA).

No período 2012/2015 foram atendidas 22.253 famílias em 21 Estados da Federação com a construção de viveiros e tanques escavados mediante a contratação de horas-máquina o que amplia a capacidade de produção da aquicultura estimada em 104.200 t/ano de pescado.

Foi celebrado o Acordo entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o MPA, a fim de realizar estudos técnicos de viabilidade para a implantação de viveiros e prestação de assistência técnica em assentamentos da reforma agrária e quilombos nos Estados de AL, BA, PE e SE, objetivando o fortalecimento da aquicultura familiar nessas comunidades.

Quanto à utilização de águas da União para aquicultura, no quadriênio 2012-2015, foram realizados estudos e zoneamentos em 42 reservatórios, que levaram a demarcação de parques em 25 reservatórios. Contudo, após as avaliações, decidiu-se por não demarcar parques em alguns reservatórios (Moxotó, Coremas, Samuel, Estreito, Coaracy Nunes, Emborcação, Estreito - Luiz Carlos Barreto Carvalho, Itá e Machadinho) a fim de priorizar a implantação de áreas aquícolas nesses reservatórios. Os motivos que levaram a essa decisão foram: a crescente demanda pela regularização de áreas aquícolas e a maior agilidade na regularização por tratarem-se de empreendimentos de menor porte; baixa disponibilidade de áreas ou baixa capacidade de suporte para a demarcação de parques indicada pelos levantamentos realizados; ou por falta de viabilidade técnica devido à alta

concentração de coliformes. No período 2012-2015 foram implantados parques aquícolas em 10 reservatórios: Serra da Mesa (GO), Cana Brava (GO), Manso (MT), Ilha Solteira (MS/SP/MG), Castanhão (CE), Lajeado (TO), Tucuruí (PA), Três Marias (MG), Furnas (MG) e Itaipu (PR). No Paraná, foram licenciados quinze Parques Aquícolas situados em toda a calha do Rio Paranapanema, localizados em sete reservatórios.

Quanto aos parques aquícolas marinhos, foram concluídos estudos para demarcação em seis Estados costeiros (PA, MA, CE, RN, SE e PR). Foram regularizados Parques Aquícolas marinhos nos Estados do Pará, Ceará, Santa Catarina e Sergipe. Nos estados de Santa Catarina, Paraná, Maranhão, Sergipe e Pará existem 23 parques disponíveis para o processo seletivo público. Foi contratada empresa para elaboração de estudos técnicos com vistas à seleção e indicação de áreas tecnicamente aptas à implantação de parques ou empreendimentos aquícolas em regiões costeiras dos Estados de Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, Alagoas, Amapá, Piauí e Rio Grande do Sul.

Para a regularização de parques aquícolas está previsto na legislação o posicionamento dos órgãos vinculados ao Decreto Nº 4.895/2003 (ANA, IBAMA, Marinha, SPU e OEMA), mas a obtenção dos documentos é complexa, principalmente em relação à Licença Ambiental. O MPA atuou fortemente junto aos governos estaduais para a adoção da Resolução Conama nº 413/2009, que estabelece normas e critérios para o licenciamento ambiental da aquicultura. Conforme esta resolução os empreendimentos aquícolas de pequeno porte, independentemente do potencial de severidade das espécies e os de médio porte com baixo potencial de severidade das espécies, a critério do órgão ambiental licenciador, podem ser licenciados por meio de procedimento simplificado de licenciamento ambiental. No caso dos empreendimentos aquícolas de pequeno porte e baixo potencial de severidade da espécie, o licenciamento ambiental poderá ser efetuado mediante licença única. A Resolução Conama nº 459/2013 estabeleceu o licenciamento ambiental simplificado em etapa única para os parques aquícolas sendo que a respectiva licença ambiental englobará todas as áreas aquícolas. Nesse sentido, foi publicado o Guia de Orientação para a regularização da aquicultura em águas da União. A adoção dessas normas pelos órgãos estaduais de meio ambiente facilitará sobremaneira o licenciamento ambiental das atividades produtivas da aquicultura. Atualmente 27 reservatórios possuem parques em alguma fase de regularização ambiental.

Foram implantadas duas estações de piscicultura pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e outras três pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Foi reestruturada uma unidade de produção de formas jovens em Santarém/PA e implantadas 11 unidades no Amazonas.

No Estado do Rio de Janeiro, foi apoiada a operação do Laboratório de Produção de Formas Jovens do Peixe Bijupirá da Ilha Grande/RJ que atua como Unidade de Demonstração e Capacitação, e no fornecimento de formas jovens de bijupirá para as Unidades Demonstrativas e outros projetos.

A Codevasf opera e mantém Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura (CIRPA), sendo dois em Minas Gerais, nos municípios de Três Marias e Nova Porteirinha e cinco na Região Nordeste: dois na Bahia nos municípios de Guanambi e Xique-Xique, um em Petrolina/PE, um em Neópolis/SE e outro em Porto Real do Colégio/AL. A Codevasf

mantém ainda o Centro de Referência em Aquicultura e Pesca – Ceraqua, no município de Parnaíba/PI, que passou por reestruturação física e operacional para entrar em operação. Nesses Centros, são produzidos alevinos para a realização de peixamentos de corpos d'água e são apoiadas cerca de 50 unidades demonstrativas de piscicultura em tanques-rede ou viveiros escavados, tendo como objetivo a capacitação e a formação de mão de obra qualificada. São realizadas atividades de capacitação em piscicultura em tanques-rede e viveiros escavados para cerca de 700 pequenos produtores por ano, além do fornecimento de tanques-rede, rações e alevinos provenientes dos Centros Integrados para os primeiros ciclos de produção; assistência técnica aos produtores e incentivo ao associativismo e ao cooperativismo. A Codevasf mantém 31 unidades demonstrativas nos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco, e Alagoas, e em Minas Gerais.

Além disso, o DNOCS promove ações de produção de formas jovens de espécies nativas e exóticas e realiza povoamento de peixes em corpos d'água, capacitação de técnicos e produtores em técnicas de propagação artificial e criação de peixes em tanques-rede e viveiros escavados, limnologia e qualidade de água.

Quanto ao Objetivo de orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros, o Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (SGP) define o compartilhamento de responsabilidades e atribuições entre o Governo e a sociedade civil organizada na gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

O Decreto 6.981/2009 regulamentava a competência conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente para, com base nos melhores dados científicos e existentes, fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O Sistema de Gestão Compartilhada (SGP) para o uso sustentável dos recursos pesqueiros será composto por Comitês Permanentes de Gestão (CPG), Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, sendo a Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTPG) o órgão consultivo e coordenador das atividades do Sistema. O Comitê Permanente de Gestão (CPG) é a instância consultiva e de assessoramento para a definição de normas, critérios e padrões relativos ao ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, nas respectivas unidades de gestão (espécie, ecossistema, bacia-hidrográfica, etc.). Os CPGs são assessorados por subcomitês científicos e subcomitês de acompanhamento. Os Grupos de trabalho e Câmaras Técnicas analisam proposições sobre temas específicos.

Por meio da Portaria Interministerial MMA/MPA nº 5/2015, o SGP foi reestruturado, ficando superado o principal entrave para a implantação dos Comitês Permanentes de Gestão - CPGs, que era a falta de acordo sobre a composição dos CPGs. Ficou definido que os CPGs deverão ser compostos por representantes de Estado, inclusive, de outros entes da federação e da sociedade civil, de forma paritária, e definidos conjuntamente pelos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente. A sociedade civil será representada por até dez organizações do setor pesqueiro, incluindo até cinco organizações, entidades ou associações de atuação dos pescadores artesanais, com participação majoritária de entidades membros do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca do MPA, e duas organizações ambientalistas.

Na área marinha, foram constituídos os Comitês Permanentes de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros - CPGs dos Camarões N/NE; dos Recursos Demersais e Pelágicos N/NE; dos Recursos Pelágicos SE/S; dos Recursos Demersais SE/S; além da operacionalização dos CPGs da lagosta e dos Atuns e Afins, anteriormente constituídos. Na área continental, foram constituídos os Comitês Permanentes de Gestão das bacias hidrográficas Amazônica e Araguaia/ Tocantins - CPG Norte, das bacias hidrográficas do Nordeste - CPG Nordeste, e das bacias hidrográficas do centro-oeste, sudeste e sul- CPG Centro-sul, além de concluir a minuta de Portaria Interministerial para a criação do CPG de Espécies Ornamentais e a proposta para a criação da Câmara Técnica dos Recursos Pesqueiros Estuarinos e Lagunares.

O plano de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros é o documento que estabelece as diretrizes, para uso dos recursos pesqueiros, em uma unidade de gestão (espécie, ecossistema, bacia-hidrográfica etc.). Foi Publicado o Plano de Gestão da Tainha, e das normas, critérios e padrões para o exercício da pesca da espécie no litoral das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Para viabilização das atividades de pesquisa necessárias para subsidiar o processo de ordenamento da pesca, foram descentralizados para o MCTI/CNPq R\$ 6 milhões, relativos à primeira parcela, de um total de R\$ 12 milhões.

Foi publicada a Portaria MMA nº 45/2014 com a lista de espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção, conforme Anexo I àquela Portaria. A portaria estabeleceu a proteção integral das espécies classificadas nas categorias Extintas na Natureza, Criticamente em Perigo e Em Perigo, incluindo, entre outras medidas, a proibição de captura, transporte, armazenamento, guarda, manejo, beneficiamento e comercialização. Para as espécies ameaçadas classificadas na categoria Vulnerável, poderá ser permitido o uso sustentável, mediante regulamentação e autorização pelos órgãos federais competentes, desde que não seja objeto de proibição em normas específicas, esteja em conformidade com a avaliação de risco de extinção, haja monitoramento sobre o uso e conservação da espécie na área a ser autorizada e sejam adotadas medidas de preservação das espécies e de mitigação de ameaças, incluindo aquelas decorrentes de recomendações internacionais. Em 2015, além disso, foi dado início ao processo de elaboração dos Planos de Gestão referentes às espécies constantes da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos, a serem conduzidos pelos respectivos Comitês Permanentes de Gestão - CPGs e seus Subcomitês Científicos.

Foi alterada a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10/2011, pela IN MPA/MMA nº 1/2015, definindo que a Fauna Acompanhante Previsível é composta por espécies cuja captura ocorra naturalmente durante a pesca da Espécie Alvo, incluindo outras espécies as quais coexistem na mesma área de ocorrência, substrato ou profundidade, cuja captura não pode ser evitada, observando o ordenamento definido em norma específica.

Para o correto dimensionamento e fortalecimento das ações de Governo em relação às políticas de ordenamento da pesca e aquicultura, o levantamento de informações estatísticas, bem como o registro, monitoramento e controle da atividade pesqueira são fundamentais. Neste sentido, encontra-se em implantação o Sistema Nacional de

Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, instituído pelo Decreto 1.694/1995 sob a coordenação do IBGE. Pelo acordo de cooperação com o IBGE no âmbito do Sinpesq, firmado em 2013, foi incluída a aquicultura na Pesquisa Pecuária Municipal sendo que a partir de daquele ano o levantamento da produção aquícola nacional vem sendo realizada pelo IBGE.

Foi concluída a elaboração do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisMB), do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC) exigido para exportação para a União Européia, e do Sistema Nacional de Registro da Pesca Amadora (PNDPA), que permitirão maior celeridade e segurança na recepção, análise e disponibilização das informações sobre as pescarias e certificação dos produtos da pesca.

O Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), instituído pela IN Interministerial nº 2/2006, tem por finalidade o monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada, além do potencial em melhorar a segurança dos pescadores embarcados. O Programa é coordenado pelo MPA e operacionalizado pelo MPA, Ibama e Marinha do Brasil. O rastreamento visa dar apoio à fiscalização da atividade pesqueira e permite aos órgãos coordenadores do programa verificar o uso das permissões de pesca concedidas. É obrigatória a participação no PREPS de toda a embarcação de pesca estrangeira permissionada, de todas as embarcações pertencentes às frotas e modalidades relacionadas em ato específico (que pescam polvo, lagosta, caranguejo de profundidade, sardinha etc.), bem como de todas as embarcações pesqueiras com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 ou com comprimento total igual ou superior a 15 metros, incluindo as embarcações de pesquisa pesqueira. Em 2015 foram instalados, gratuitamente, aproximadamente 350 equipamentos de rastreamento nas embarcações da frota de lagosta com comprimento médio entre 10 e 15 metros.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP foi instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e ratificado pela Lei nº 11.959/2009 – Lei da Pesca. O RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades. Assim, cabe ao MPA organizar e manter o Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP e, por conseguinte, conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da pesca comercial, artesanal, amadora e da aquicultura, para a captura de espécies altamente migratórias, espécies subexploradas ou inexploradas e espécies sobreexploradas ou ameaçadas de sobreexploração, para a realização de competições de pesca amadora, assim como autorizar o arrendamento e a operação de embarcações estrangeiras de pesca onde a lei permitir. O número de registros da pesca artesanal no RGP chegou a 1.075.839 ao final de 2015 e o número de registros da pesca industrial no RGP evoluiu de 8.843 em 2012 para 9.860 em 2015.

Destaca-se a regulamentação do RGP por meio do Decreto 8.425/2015 que dispõe sobre os critérios para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de autorização, permissão ou licença para o exercício da atividade pesqueira. Anteriormente o RGP era regulamentado somente por instruções Normativas no âmbito do MPA. Registra-se ainda a publicação do Decreto 8.424, de 31 de março de 2015,

que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional artesanal que exerce sua atividade exclusiva e ininterruptamente, permitindo que se identifique com mais clareza aquele que faz jus aos benefícios previdenciários e ao Seguro Defeso.

Destaca-se que o aprimoramento do registro de pescador profissional artesanal no RGP tem sido priorizado pelo Governo Federal, principalmente, por ser condicionante para o requerimento do benefício do seguro desemprego durante o período de reprodução das espécies conhecido como piracema ou defeso - Seguro Defeso. Para tanto, foi publicado o Decreto 8.425, de 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para a inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), permitindo que se identifique com mais clareza aquele que faz jus aos benefícios previdenciários e ao Seguro Defeso.

Também foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o MPA, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para melhoria do Sistema do RGP – SISRGP, visando integração dos bancos de dados existentes no MPA e MPS/INSS, por meio do cruzamento de informações acerca dos pescadores artesanais, para mitigação de fraudes.

Quanto ao objetivo de promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura, foram executadas ações em parceria com o Ministério da Educação, na área de alfabetização e elevação da escolaridade visando mudar a realidade dos pescadores brasileiros que apresentam grande contingente de analfabetos e baixa escolaridade.

De 2012 a 2015 foram matriculados 58.303 pescadores artesanais e trabalhadores da pesca em turmas do Programa Brasil Alfabetizado. Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica com o MEC que tem como objetivo a elevação de escolaridade das comunidades pesqueiras e aquícolas por meio da modalidade Educação de Jovens e Adultos com diferentes ofertas tais como PROEJA, Rede Certific, Projovem, Pronatec EJA, para proporcionar a formação contínua e gradual dos pescadores e aquicultores respeitando suas especificidades.

No âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) destaca-se a criação da modalidade Pronatec Pesca e Aquicultura. Os cursos são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e também das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica e instituições do Sistema S, como o SENAR. São oferecidos inúmeros cursos, tais como os de Pescador Profissional - POP, Aquicultor, Piscicultor, Condutor de Turismo de Pesca, dentre outros.

Considerações Finais:

Na mesma linha do PPA anterior, o Programa Temático Pesca e Aquicultura no PPA 2016-2019 teve sua estrutura otimizada em eixos estruturantes expressos em 4 Objetivos:

- Promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas;
- Promover a inclusão social das populações envolvidas nas atividades de pesca e aquicultura;
- Promover o ordenamento, o monitoramento e o controle da atividade pesqueira; e
- Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva.

Foi definido um conjunto mais compacto de sete indicadores focalizados nos resultados da política, diferente do PPA anterior que definia 16 indicadores contemplando também indicadores de processo. O número de metas também foi reduzido de 63 para 16 metas estratégicas, sendo as demais atividades expressas em 59 iniciativas.

Com isso, dá-se prosseguimento à agenda de transformar o Brasil em um grande produtor de pescado, uma vez que os elementos essenciais para esta realidade estão disponíveis: água em abundância, área potencial, espécies promissoras, clima adequado e capacidade técnica.

Por fim, em virtude de reforma administrativa em 2015, o MPA foi extinto pela Medida Provisória Nº 696, de 05/10/2015. Assim as competências atribuídas ao MPA passaram a ser desempenhadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, reduzindo cargos e o impacto orçamentário da manutenção da máquina administrativa, mas assegurando, ao mesmo tempo, instrumentos institucionais adequados à realização das ações governamentais.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2011	3.785,83	31/12/2013	4.060,93	31/12/2014	3.179	31/12/2014	3.179
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,6	31/12/2011	0,6	31/12/2011	0,6	31/12/2011	0,6
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2010	9,75	31/12/2012	10,63	31/12/2013	10,75	31/12/2013	10,75	31/12/2013	10,75
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2012	76	31/12/2013	93	31/12/2014	96	31/12/2015	101
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2012	1.033.124	31/12/2012	1.033.124	31/12/2014	1.015.771	31/12/2015	1.075.839
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2012	8.843	31/12/2012	8.843	31/12/2014	9.822	31/12/2015	9.860
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexploração	%	31/12/2009	40	31/12/2012	32	31/12/2013	32	31/12/2014	30	31/12/2014	30
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	%	31/12/2010	6,29	31/12/2012	5,99	31/12/2013	5,31	31/12/2014	5,9	31/12/2014	5,9
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39	31/12/2010	53,39
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexploração	%	31/12/2009	23	31/12/2009	23	31/12/2009	23	31/12/2009	23	31/12/2009	23
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2012	483.509,8	31/12/2013	476.521,1	31/12/2013	561.439,4	31/12/2014	561.439,4
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2012	820.114,27	31/12/2013	765.286,7	31/12/2013	767.024,53	31/12/2014	767.024,53
Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor	US\$					31/12/2013	-1.209.163.000	31/12/2014	-1.326.269.090	31/12/2015	-959.442.385
Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume	tonelada					31/12/2013	-381.618	31/12/2014	-376.649	31/12/2015	-299.409
Valor exportado	US\$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2012	248.613.243	31/12/2013	243.309.000	31/12/2014	234.356.242	31/12/2015	248.780.782
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2012	46.680,01	31/12/2013	37.019	31/12/2014	34.931	31/12/2015	40.384

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Quadro de Metas

Objetivo: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados

Órgão

Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar a frota pesqueira artesanal com a aquisição, substituição, importação, construção e/ou modernização de 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza	12.500,00	Embarcações	4.998,00	A implementação da meta foi influenciada pelos mecanismos de controle de financiamentos para aquisição de novas embarcações, visando o controle do esforço de pesca.
Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton	20.000,00	Toneladas	630,32	A Rede Nacional de Bancos de Alimentos públicos e privados se tornará a principal forma de comercialização do PAA. Para tanto, estão sendo coletadas informações sobre a comercialização de pescado nos bancos de alimentos para, em 2016, iniciar ações de apoio à organização dos produtores e a suas articulações locais com os bancos de alimentos e prefeituras.
Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura	6,00	Unidades de ensino e escolas profissionalizantes	4,00	
Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional	9,00	Eventos	14,00	
Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola	116.500,00	Famílias	37.421,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional	30,00	Polos de produção	17,00	Ao longo de 2014 e 2015, a estratégia de implementação da meta foi revista e firmado um Acordo de Cooperação com o Conselho Nacional do SESI para ampliação do projeto para polos de produção em 7 regiões metropolitanas a partir de 2016.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria	3.500,00	Famílias	3.500,00	
Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura	12.750,00	Trabalhadores	29.688,00	
Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado	2.500,00	Merendeiras	0,00	Foi necessário a realização de ajustes no plano de trabalho e planejamento da execução da meta junto aos convenentes, o que impossibilitou a implementação da meta.
Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica	5.000,00	Pescadores artesanais	0,00	Os cursos de informática básica serão realizados através do Pronatec.
Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios	39,00	Reservatórios	25,00	Após as avaliações optou-se por não demarcar parques nos reservatórios de Moxotó, Coremas, Samuel, Estreito, Coaracy Nunes, Emborcação, Estreito - Luiz Carlos Barreto Carvalho, Itá e Machadinho onde serão priorizadas áreas aquícolas, que são empreendimentos de menor porte, pois os levantamentos realizados indicaram disponibilidade insuficiente de áreas ou baixa estimativa de capacidade de suporte para demarcação de parques nesses reservatórios.
Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	7,00	Estados costeiros	6,00	
Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura	100,00	Projetos	0,00	Foram realizadas tratativas junto à Embrapa para consolidação e operacionalização do CBPA. No entanto, o consórcio ainda não foi oficialmente instituído.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais	200,00	Projetos	101,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira	20,00	Embarcações	0,00	O Programa encontra-se suspenso para a regulamentação de seus normativos face à edição da Lei n.º 12.712, de 30 de agosto de 2012.
Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	2,00	Centros	2,00	
Implantar 05 Estações de Piscicultura	5,00	Estações de Piscicultura	5,00	
Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura	50,00	Polos	0,00	O atendimento ao público desta ação foi realizado através do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).
Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	31,00	Unidades	31,00	
Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios	21,00	Reservatórios	10,00	A implantação da meta foi influenciada pelo processo de regularização dos parques aquícolas. Esse processo é complexo e envolve o posicionamento dos órgãos vinculados ao Decreto Nº 4.895/2003 (ANA, IBAMA, Marinha).
Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	7,00	Estados Costeiros	2,00	Encontram-se regularizados, aguardando apenas processo de licitação para serem implantados: 3 parques em Santa Catarina, 3 parques no Paraná, 3 parques no Pará, 8 parques em Sergipe e 4 parques no Maranhão.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atradoras)	140,00	Dispositivos de Agregação de Peixes	120,00	
Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	6,00	Centros	7,00	
Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"	21,00	Centros	8,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado	3,00	Estudos	2,00	
Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura	750,00	Técnicos	640,00	
Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca	28,00	Projetos	0,00	A meta não foi priorizada. A diversificação e readequação da frota deva ser buscada por meio de projetos demonstrativos em barcos de pesca que já estejam em operação, uma vez que a mera construção de embarcações protótipos, além de onerosa, tem um alcance limitado na efetiva readequação da frota.
Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora	5,00	Estudos	0,00	A readequação de prioridades no MPA não contemplou esta meta, apesar do reconhecimento de seu potencial para o desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, e do turismo em regiões potencialmente muito carentes.
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros	14,00	Estados costeiros	10,00	
Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios	42,00	Reservatórios	42,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens	9,00	Unidades	12,00	
Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios	27,00	Reservatórios	27,00	
Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros	6,00	Estados costeiros	5,00	
Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura	18,00	Projetos	13,00	

Objetivo: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Órgão

Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 6 terminais pesqueiros públicos	6,00	Terminais pesqueiros	0,00	Questões operacionais impossibilitaram o alcance da meta. Encontram-se em processo de adequação os terminais de Niterói (RJ), Angra dos Reis (RJ), Cananeia (SP), Jacunda (PA), Vitória (ES), Aracajú (SE) e Laguan(SC).
Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola	65,00	Territórios	8,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos. Em 2015 foram firmados convênios para o atendimento de mais 11 municípios.
Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	11,00	Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	0,00	O projeto CIPAR foi reavaliado e optou-se pela sua descontinuidade.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos	15,00	Conselhos de Terminais Pesqueiros	4,00	O grande número de órgãos e entidades envolvidos no processo de constituição dos CTPs retardaram a implantação plena dos CTPs.
Implantar 9 terminais pesqueiros públicos	9,00	Terminais pesqueiros	3,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos. Outros 4 TPPS encontram-se em implantação: Niterói (RJ), Cabedelo (PB), Camocim (CE) e Belém (PA).
Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização	15,00	Mercados públicos	4,00	Encontram-se em andamento convênios para implantação de mais 4 Mercados de Peixe nos Municípios de Rio Branco (AC), Jaguaruana (CE), Imperatriz (MA) e Itajaí (SC), e os convênios para adequação/revitalização de outros dois, os Mercados de Peixe dos Municípios de Bragança (BA) e Soure (PA). A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.
Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado	15,00	Unidades de recepção de pescado	0,00	A implementação da Meta precisou ser ajustada à disponibilidade de recursos. Encontram-se em execução convênios relacionados à implantação/adequação de 4 Unidades de Recepção de Pescado.
Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf)	58,00	Unidades de Beneficiamento de Pescado	2,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos. Encontram-se em execução convênios relacionados a outras 9 UBPs.
Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias	30.000,00	Famílias	23.253,00	
Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	13,00	Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	0,00	O projeto de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) foi descontinuado pelo MPA.

Objetivo: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Órgão

Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação	80.000,00	Pescadores	58.303,00	
Capacitar 2.000 pescadoras e aqüicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação	2.000,00	Pescadores e aqüicultoras	300,00	O programa passou a ser executado no âmbito do Pronatec.
Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação	20.000,00	Pescadores	3.067,00	O Programa será executado no âmbito do PROEJA, Rede Certific, Projovem, Pronatec EJA.
Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aqüicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações	187,00	Telecentros	72,00	A estratégia de implementação de telecentros encontra-se em revisão.
Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras	15,00	Áreas	0,00	Foi elaborada minuta de portaria interministerial para a transferência ao MPA de áreas sob domínio da União com fins de cessão para comunidades pesqueiras, mas com assunção das competências do MPA pelo MAPA será necessário revisão do processo.

Objetivo: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão

Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle	2,00	Sistemas	3,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão	21,00	Comitês Permanentes de Gestão	9,00	A Portaria Interministerial nº 5/2015 reestruturou o Sistema de gestão Compartilhada e redefiniu os recortes dos Comitês Permanentes de Gestão, decidindo pela implantação e operacionalização de 10 CPGs e 2 Câmaras técnicas, a fim de otimizar os recursos humanos e financeiros necessários ao seu funcionamento.
Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros	15,00	Planos de gestão	1,00	A implementação da Meta foi ajustada à disponibilidade de recursos.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	653.274	655.639	18.943	1.712.618	237.704
Despesas Correntes	217.947	222.216	18.220	632.716	155.853
Despesas de Capital	435.327	433.423	723	1.079.902	81.852
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	653.274	655.639	18.943	1.712.618	237.704

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2053 – PETRÓLEO E GÁS

Visão consolidada do Programa

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazos e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento, que é o principal desafio do setor.

Nesse sentido, o Programa 2053 – Petróleo e Gás do PPA 2012-2015 apresenta um desenho voltado às políticas públicas para as fases de exploração, produção, processamento e transporte de petróleo e gás natural, no segmento de *upstream* que contempla as duas primeiras fases, e para o segmento *midstream* de gás natural, que contempla as duas últimas fases. Esse desenho engloba 14 indicadores, 8 Objetivos e 22 metas. Os ministérios diretamente relacionados ao Programa são o Ministério de Minas e Energia - MME, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, o Ministério do Planejamento - MP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, com participação ativa da Empresa de Pesquisa Energética - EPE e da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - ANP no plano.

Os oito Objetivos foram elaborados segundo áreas dessa política que foram priorizados no Programa, a saber: governança, desenvolvimento industrial, exploração & produção e sustentabilidade.

Na área da governança definiu-se três Objetivos voltados para o planejamento: Plano Plurianual de Rodadas de Licitações; Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás; e elaboração do PEMAT - Plano de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário. Para a gestão e governança do setor: Estudos geológicos; instituição da Pré-sal Petróleo S.A - PPSA; e fortalecimento da EPE no setor de P&G. Já para o desenvolvimento industrial, estruturou-se dois Objetivos que contemplam os aspectos relacionados a Conteúdo Local, Polos Industriais, Ampliação da Produção de Pequenas e Médias Empresas, Recursos Humanos e Pesquisa e Desenvolvimento. No que se refere à exploração e produção, formatou-se dois Objetivos que contemplam uma série de iniciativas relacionadas às fases de Exploração, com a identificação de novas áreas, e de Produção na ampliação de infraestrutura, agregação de valor e atuação internacional. Quanto à sustentabilidade, um Objetivo procurou dar conta dos aspectos relativos à distribuição da renda petrolífera e dos instrumentos de gestão ambiental no setor de Petróleo e Gás.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes do Programa de petróleo e gás no âmbito do PPA 2012-2015.

Visão dos principais atributos do Programa

PLANEJAMENTO DO SETOR

O Governo Federal trabalha em prol do estabelecimento de diretrizes para um planejamento energético mais amplo, levando em consideração a manutenção da autossuficiência, a capacidade da indústria, a continuidade operacional das empresas operadoras e prestadoras de serviços e as metas de produção para exportação. A definição

de tais diretrizes objetiva contribuir para o aumento da previsibilidade na realização de rodadas de licitações de blocos exploratórios no País.

Nesse sentido, foi publicada em 2015 a Portaria MME nº 451, de 24 de setembro, que instituiu o Grupo de Trabalho - GT com a finalidade de propor ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE diretrizes gerais relativas à política energética para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Tal GT, coordenado pelo MME, e que teve participação de outras instituições, elaborou minuta de resolução CNPE com propostas para disciplinar o assunto, incluindo nota técnica com justificativa para as proposições, tendo sido submetidas à Secretaria Executiva do Conselho.

Consta da citada minuta de resolução, ainda em análise pela Secretaria Executiva do CNPE, uma diretriz para que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) forneça subsídios atualizados, com base nos estudos integrantes do Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, para o planejamento de exploração e produção das áreas da União ainda não contratadas, incluindo a avaliação de perspectivas volumétricas para petróleo e gás natural nos diferentes horizontes geológicos das bacias sedimentares.

O referido trabalho considerou fundamental que a política nacional para oferta de áreas objetive a maximização da produção de petróleo e gás natural, buscando atender às seguintes diretrizes:

- a) manter a autossuficiência de petróleo no horizonte de 25 anos, considerando as áreas contratadas e a contratar com a União;
- b) ampliar a participação da produção nacional na oferta total de gás natural;
- c) estimular a exploração e produção de gás natural em bacias terrestres;
- d) intensificar a exploração de áreas com pouco conhecimento geológico e áreas em fronteira tecnológica;
- e) continuar a exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas maduras, estimulando a participação de empresas de pequeno e médio porte;
- f) estimular a participação competitiva da indústria nacional no esforço de fornecimento dos bens e serviços necessários para a expansão do setor de petróleo e gás natural;
- g) considerar as questões socioambientais na decisão de oferta de blocos;
- h) mitigar riscos de descontinuidade das atividades exploratórias;
- i) incentivar o desenvolvimento regional contribuindo para a redução do desequilíbrio socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assim, o planejamento das rodadas obedece às diretrizes governamentais para o setor e leva em conta as informações do Zoneamento de Recursos de Óleo e Gás, sendo enviado para a ANP para que essa, com base em seus levantamentos de dados técnicos e estudos por ela promovidos, juntamente com informações oriundas das empresas concessionárias, possa detalhar as informações dos blocos a serem ofertados nas rodadas. Futuramente, deverão se juntar a esse processo as informações dos estudos associados às Avaliações Ambientais de Área Sedimentar – AAAS, estabelecidas pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198/2012 e que disciplinarão a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades.

Já, em relação ao Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, no período de 2012 a 2015 o MME, a EPE e a ANP conduziram os trabalhos de atualização necessários à publicação de duas versões. A primeira atualização prevista foi publicada em outubro de 2013 e a segunda teve a atualização concluída já em 2015 e a sua versão digital estará disponível no sítio eletrônico do MME até o final de abril de 2016.

O resultado da aplicação dessa metodologia gera uma base de informações georreferenciadas que dão sustentação a perspectiva econômica, a qual, por sua vez, mapeia zonas de importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico do setor de petróleo.

O trabalho é atualizado a cada dois anos e fornece informações de qualidade a fim de tornar-se um instrumento para o planejamento energético do País, também apoiando questões de ordenamento territorial e socioambientais que envolvam as atividades de exploração de petróleo e gás. Também serve de base ao planejamento de áreas a serem incluídas nas rodadas de licitação para atividades de exploração, bem como dá suporte à tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos. Auxilia ainda na definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

Em paralelo, e de forma complementar, foram realizados pela ANP estudos geológicos e geofísicos das principais bacias sedimentares brasileiras, com o intuito de aumentar o conhecimento geológico do País e subsidiar decisões quanto às rodadas de licitações.

Os levantamentos conduzidos pela ANP englobaram a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos realizados nas doze bacias previstas sofreram alguns ajustes para adequar a questões técnicas, fruto de processamento de outros dados, indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias. Por tais razões, realizou-se 60% da meta prevista para o período deste PPA (realizados levantamentos em 514.013 km² para 849.168 km² previstos). A Tabela 01 traz o resumo dos resultados alcançados por bacia sedimentar.

Tabela 01: Resultados alcançados das metas para os estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250000	km ²	79.733,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50000	km ²	39.278,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16667	km ²	64.685,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49167	km ²	0	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46667	km ²	67	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82500	km ²	42.233,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125000	km ²	126.367,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42500	km ²	63.725,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52500	km ²	38.767,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91667	km ²	56.292,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km ²	1.216,00	31/12/2015
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41667	km ²	1.650,00	31/12/2015

Como pode ser visto, as informações que servem de insumo para o processo de planejamento do setor passam por atualizações constantes e, a partir dos levantamentos geológicos, das revisões do Zoneamento e das Avaliações Ambientais, o MME revisa periodicamente o planejamento das rodadas para a oferta de áreas com vistas à exploração e produção de petróleo e gás natural.

Quanto ao plano plurianual de rodadas de licitações - meta que consta no PPA -, entende-se que a sua elaboração tem um caráter estratégico, considerado positivo para o País. No entanto, questões relativas à atratividade das áreas em oferta, resultados das atividades de E&P em curso, viabilidade ambiental e social e cenários para preços do petróleo e serviços da indústria petrolífera, além da política energética para o setor, dificultam o estabelecimento de tal plano. Cabe ainda destaque para a situação financeira da Petrobras, que é obrigada a participar com o mínimo de 30% dos empreendimentos no regime de partilha de produção. Essas questões mostram-se críticas até mesmo na elaboração de uma única rodada anual.

Mas, da análise dos resultados obtidos no período deste PPA, verifica-se que houve avanços no processo de retomada das rodadas de licitações de blocos para a exploração. Como se sabe, o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás possui correlação direta com a disponibilidade de áreas para realização de pesquisa e produção de petróleo e gás natural. Por se tratar de bem estratégico e não renovável, faz-se necessária a busca constante da descoberta de novas reservas, com vistas à manutenção dessas atividades, o que ocorre por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Assim, em termos de resultados do Programa de Petróleo e Gás, destacam-se oito rodadas de licitações realizadas no período de 2012 a 2015, sendo sete no regime de concessão e uma no regime de partilha, conforme Tabela 02, sendo as metas estabelecidas no PPA das bacias maduras e campos/acumulações marginais (meta: sete rodadas; realizadas quatro rodadas), para bacias de fronteira tecnológica (meta: três rodadas; realizadas três rodadas) e para o pré-sal na modalidade de partilha (meta: duas rodadas; realizada uma rodada). Essas rodadas foram realizadas com os subsídios dos resultados dos estudos do Programa de Geologia e Geofísica, da Agência Nacional ANP, e também do Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás.

Tabela 02: Resumo dos resultados das rodadas de licitações realizadas no período de 2012 a 2015

Ano	Rodada	Blocos concedidos	Bônus de Assinatura (milhões R\$)	Investimentos Previstos (milhões R\$)
2013	11ª Rodada - bacias maduras/campos marginais	44	82,70	271,90
	12º Rodada - bacias maduras/campos marginais	54	132,20	255,20
	12º Rodada - fronteira tecnológica	18	154,30	388,50
	11ª Rodada - fronteira tecnológica	76	2.400,00	5.530,00
	1ª Licitação de Partilha	Libra	15.000,00	610,90
2015	13ª Rodada - bacias maduras/áreas inativas	24	6,10	61,00
	13º Rodada - Acumulações Marginais	9	4,20	7,90
	13º Rodada - fronteira tecnológica	13	115,00	155,00

Segundo os contratos firmados nessas rodadas, foram devidos mais de R\$ 17 bilhões em bônus de assinatura e definidos compromissos de investimentos mínimos de cerca de R\$ 7 bilhões para a fase de exploração.

Em relação ao planejamento da malha de transporte por meio de dutos, a sanção da Lei nº 11.909, ocorrida em 4 de março de 2009, e a publicação do Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Lei, trouxeram avanços importantes para a consolidação da indústria do gás natural no Brasil. Pode-se destacar, entre outras melhorias constantes do novo marco legal, a introdução do regime de concessão para novos gasodutos e a atribuição de competência ao MME para proposição dos gasodutos de transporte de gás natural a serem construídos ou ampliados, e para a elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT. Introduzido pelo Decreto nº 7.382/2010, o Plano é o instrumento de planejamento, de médio e longo prazos, da expansão da infraestrutura de transporte.

A elaboração do PEMAT é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, subsidiado por estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Os estudos de expansão levam em conta a expectativa de crescimento da demanda existente, os mercados potenciais ainda não atendidos pelo gás natural, a expectativa de oferta desse energético, tanto nacional quanto internacional, bem como a infraestrutura de transporte existente e as alternativas para sua ampliação, sempre levando em conta os aspectos socioambientais.

A primeira versão do Plano foi o PEMAT 2022, aprovado por meio da Portaria MME nº 128, de 27 de março de 2014 e publicado ainda em 2014. A nova versão, o PEMAT 2024, encontra-se em fase final de elaboração, e deverá ser submetido a Consulta Pública no primeiro semestre de 2016.

EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO

Os projetos de desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural em andamento no País são de grande importância estratégica, econômica e social, tendo gerado uma produção média diária, em 2015, de 2,527 milhões de barris/dia (MMbbl/d), o que corresponde a um aumento de 18% da produção média em relação à média de produção diária no ano de 2010, que foi de 2,137 MMbbl/d. O Plano Decenal de Energia

(PDE) 2015-2024 projeta uma produção média diária de 4,03 milhões de barris de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em 2020, o que representa um aumento substancial para o período.

Em dezembro de 2015, 52 poços produziram a média diária de 875,0 mil barris nos reservatórios do pré-sal, valor esse 6,6% superior ao mês anterior e correspondente a 33,4% da produção nacional no mês de dezembro, que foi de 2.619 mil barris/dia. O Campo de Lula, na Bacia de Santos, foi o maior produtor nos reservatórios do pré-sal, com média diária de 442,3 mil de barris, sendo também o campo que mais produziu gás natural, com média diária de 20,6 milhões de m³. O Campo de Marlim, na Bacia de Campos, foi o campo marítimo com maior número de poços produtores, totalizando 61 poços. Em 2015, foram concluídas as perfurações de 607 poços exploratórios e de desenvolvimento, executados pela média mensal de 97 sondas atuando no País.

No que concerne aos blocos exploratórios de petróleo e gás natural em atividade, a ANP registrou, em 2015, o total de 75 notificações de descobertas de hidrocarbonetos, sendo 50 em terra e 25 em mar, os quais, somados aos registrados nos anos de 2012 até 2014, perfazem os totais de 130 e 69, respectivamente, em terra e mar. No mesmo período de 2015, a Agência recebeu doze declarações de comercialidade, ou seja, notificações escritas do concessionário à ANP declarando a jazida como descoberta comercial na área de concessão. Dessas declarações, seis foram na Bacia de Parnaíba, quatro na Bacia do Recôncavo, uma na Bacia do Espírito Santo e uma na Bacia de Santos. Essas declarações, somadas às do período de 2012 até 2014, totalizam 25 no período do PPA.

REGIMES ESPECIAIS

Com o intuito de fomentar o investimento no setor, o MME publicou Portarias em consonância com o estabelecido no Decreto nº 7.603/2011, que regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura para efeito de incidência de imposto sobre a renda em operações de captação de recursos por meio da emissão de debêntures. Esses documentos aprovaram como prioritários dois projetos de investimento: i) o Programa de Exploração e Desenvolvimento da Produção dos Campos da Cessão Onerosa, da Petrobras, na área de infraestrutura de petróleo e gás natural, e ii) o Projeto de Expansão e Suporte à Infraestrutura de Distribuição de Gás Natural na Área de Concessão da Comgás (2015-2017), da Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), na área de serviços locais de gás canalizado.

ESCOAMENTO, PROCESSAMENTO, TRANSPORTE E OFERTA DE GÁS NATURAL

No que diz respeito ao escoamento de gás natural, merece registro o andamento da construção do gasoduto de escoamento de gás natural Rota 2, que possui 402,2 quilômetros de extensão. O projeto foi concluído no início de 2016 e deverá ser utilizado para escoar o gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos para o Terminal de Cabiúnas – Tecab, no Estado do Rio de Janeiro.

Sobre capacidade de processamento de gás natural, releva destacar que, em junho de 2014, foi concluída a adequação da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA, preparada para receber o gás natural do pré-sal da bacia de Santos. A capacidade de processamento da unidade passou a ser de 20 milhões de metros cúbicos por dia. Cabe destacar, ainda no período em análise, o andamento das obras do projeto de ampliação da capacidade de processamento do Terminal de Cabiúnas, que recebe gás natural das bacias

de Campos e de Santos (dessa última a partir da entrada em operação do gasoduto Rota 2) e cujas obras foram concluídas no início de 2016. Também tiveram andamento as obras da construção da Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN Comperj, no Estado do Rio de Janeiro, que não possuem previsão de conclusão.

Importante destacar que o projeto do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro, objeto da primeira proposição de construção de um gasoduto de transporte com previsão no PEMAT, foi proposto em 2013 e, em 2015, teve publicada a minuta de edital para licitação. O processo terá continuidade após serem atendidas as questões apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Ainda sobre transporte de gás natural, merece registro que, no período em análise, foram concluídos dois novos pontos de entrega - PE de gás natural na malha Nordeste e onze outros na malha Sudeste.

No que tange à oferta interna de gás natural, a oferta de gás nacional ao mercado, excluindo reinjeção, queimas, perdas, consumo próprio na produção e transporte e absorção em Unidade de Processamento do Gás Natural - UPGN, até dezembro de 2015, foi de 52,15 milhões m³ por dia. Em dezembro de 2010 essa oferta era de 34,53 milhões m³ por dia, o que representa um acréscimo de 51,0% no período.

Além dos empreendimentos destinados ao aumento da produção nacional, outras ações contribuem para a elevação da oferta interna de gás nacional. Nesse sentido, a redução da queima de gás natural é de fundamental importância para o aumento do aproveitamento de gás natural, que tem apresentado elevação gradativa nos últimos anos. Tomando por base o histórico dos últimos seis anos, o aproveitamento do gás natural produzido foi de 83,8% em 2009 contra 95,9% em 2015.

Algumas ações foram de fundamental importância para a melhora do índice de aproveitamento, entre elas a assinatura de Termo de Compromisso entre a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP -, e as novas exigências para realização de queima de gás. Como exemplo cita-se a Documentação para Autorização de Queima Extraordinária – DAQ, publicado em 2013.

No que diz respeito ao aumento de oferta de gás natural importado, o Ministério de Minas e Energia passou a autorizar o exercício da atividade de importação de gás natural, nos termos da Lei nº 11.909, de 2009. Anteriormente a essa Lei, a competência para tal era atribuída à ANP.

Importante destacar que o aumento da oferta importada possibilitou a ampliação da segurança no abastecimento interno. Nesse sentido, a ampliação da capacidade de importação de gás natural liquefeito foi possibilitada por meio da construção do Terminal de Regaseificação da Bahia (TR Bahia), com capacidade para regaseificar até 14 milhões de m³ por dia de gás natural, e cujas operações comerciais se iniciaram em janeiro de 2014. Adicionalmente, merece destaque a expansão da capacidade de regaseificação do Terminal de Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, de 14 para 21 milhões de m³ de gás natural por dia, e implantação de dez novos pontos de entrega de gás natural no País.

CONTEÚDO LOCAL

No âmbito da estratégia de desenvolvimento industrial, destaca-se a política de conteúdo local que tem como objetivo ampliar, em bases competitivas, a participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, incrementar a capacitação e o

desenvolvimento tecnológico nacional, promover a qualificação profissional gerando emprego e renda para o país. Os Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, firmados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) com as empresas vencedoras nas Rodadas de Licitações, incluem a Cláusula de Conteúdo Local, que estabelece um valor percentual mínimo de valor agregado no país para cada tipo de equipamento ou sistema. Essa política é materializada, em especial, por meio do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – PROMINP, que sintetiza e coordena um conjunto de iniciativas para viabilizar tais objetivos.

Em 2015, o MME trabalhou no Grupo de Trabalho (GT) com a participação do MDIC, MCTI, ANP, BNDES, ABDI e IBP, que elaborou proposta para aprimoramento da Política de Conteúdo Local, com vistas a valorar os ganhos advindos com o desenvolvimento de fornecedores, pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D&I) e competitividade.

O produto dos trabalhos desse GT foi uma minuta de decreto presidencial sobre o tema, que foi analisado pela Casa Civil/PR e culminou com a publicação do Decreto nº 8.637, de 15 de janeiro de 2015, que instituiu o “Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural – PEDEFOR”. O Programa contém medidas de aprimoramento para a citada Política e será coordenado por um Comitê Diretivo e implementado por um Comitê Técnico-Operativo.

Considerações Finais

O setor de Petróleo e Gás exige uma forte atuação da função planejamento, a qual procurou-se priorizar ao longo do PPA 2012-2015. Daí derivou uma série de medidas voltadas para aprimorar as ferramentas, instrumentos e procedimentos relacionados ao planejamento e à gestão do setor.

Adicionalmente, a estratégia de desenvolvimento do setor de petróleo e gás, conforme vista neste PPA, desenhou um amplo programa de investimentos para implantação de infraestrutura para Exploração e Produção (E&P) e processamento dos bens energéticos extraídos. Tais investimentos tiveram como principais objetivos o atendimento do mercado interno e, numa perspectiva de futuro, a produção de excedentes exportáveis que venham a contribuir para o resultado das contas externas do País.

Tais investimentos, aliados aos esforços em P&D, permitiram avançar na exploração do pré-sal, que já representa mais de um terço da produção nacional de petróleo.

Como perspectiva e concluindo tem-se, de forma geral, que a política nacional para o setor de Petróleo e Gás, estabelecida pela legislação em vigor, está direcionada para a expansão da produção desses recursos de forma a atingir e manter a autossuficiência do País e, também, para a intensificação da atividade exploratória objetivando incrementar as reservas nacionais. Essas, portanto, devem ser a linha de base na qual o próximo PPA 2016-2019 deverá se apoiar.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,7	30/11/2012	73,68	31/12/2013	89,63	31/12/2014	100	31/12/2015	98,63
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2012	39,65	31/12/2013	40,45	31/12/2014	77,03	31/12/2015	96,24
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2012	0,8726	31/12/2013	1,43	31/12/2014	13,51	31/12/2015	11,61
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2012	11.696	31/12/2013	11.696	31/12/2014	11.696	31/12/2015	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,57	31/12/2012	35,83	31/12/2013	46,47	31/12/2014	52,93	31/12/2015	50,43
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R\$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2012	0	31/12/2013	17.480.172,55	31/12/2014	0	31/12/2015	920,6
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2012	15,8551	31/12/2013	13,27	31/12/2014	16,83	31/12/2015	10,68
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R\$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2012	15,636	31/12/2013	16,31	31/12/2014	18,53	31/12/2015	13,86
Produção de Gás Natural (excluído reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2012	46,51	31/12/2013	52,13	31/12/2014	55,76	31/12/2015	55,92
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2012	2.149,02	31/12/2013	2.114	31/12/2014	2.255	31/12/2015	2.527
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2011	459.259	31/12/2013	434.028,37	31/12/2014	471.153,29	31/12/2015	429.958
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2012	15.314	31/12/2013	14.731,6	31/12/2014	16.154,45	31/12/2015	13.000
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2012	200,528	31/12/2013	139	31/12/2014	189	31/12/2015	268,91
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2012	113,9478	31/12/2013	148	31/12/2014	144	31/12/2015	119,42

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Quadro de Metas

Objetivo: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação	849.168,00	Km²	514.013,00	Os estudos realizados nas doze bacias previstas sofreram alguns ajustes para se adequarem a questões técnicas, como o processamento de outros dados existentes, a indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias.

Objetivo: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados	3,07	Milhões de barris por dia	2,53	O aumento da produção no período 2012-2015 não atingiu ao planejado inicialmente em função do rápido decaimento dos principais campos produtores, acima do previsto, e também pela postergação de investimentos em projetos ao encargo dos agentes de mercado, que se associou à baixa dos preços das commodities iniciada em 2015.

Objetivo: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha	2,00	Rodadas de licitações	1,00	A realização de novas rodadas de licitações sob o regime de partilha de produção pela ANP depende de autorização do CNPE.
Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais	7,00	Rodadas de licitações	4,00	A realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias maduras ou de áreas inativas contendo acumulações marginais pela ANP depende de autorização do CNPE.
Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial	3,00	Rodadas de licitações	3,00	A realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias de novas fronteiras e de elevado potencial pela ANP depende de autorização do CNPE.

Objetivo: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão

Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o benefício das gerações presente e futura.

Órgão

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Ministério de Minas e Energia

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Consolidar 2 polos empresariais regionais	2,00	Polos empresariais	2,00	
Formar 3 novos polos empresariais	3,00	Polos empresariais	2,00	

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	178.400	178.400	44.750	747.103	387.410
Despesas Correntes	173.370	173.370	44.500	724.038	371.735
Despesas de Capital	5.030	5.030	250	23.066	15.675
Orçamento de Investimento das Empresas	62.282.633	69.451.902	57.425.429	246.602.126	121.072.225
Totais	62.461.033	69.630.302	57.470.180	247.349.229	121.459.635

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2054 – PLANEJAMENTO URBANO

Visão Consolidada do Programa

O Brasil é, em 2015, um país essencialmente urbano. De acordo com o último Censo, dos cerca de 190 milhões de brasileiros, quase 170 milhões moram em cidades. O processo de urbanização do Brasil, no entanto, foi marcado pela desigualdade social e territorial, pelo crescimento desordenado, pela degradação ambiental e pela priorização do uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo, onde bairros abastados que dispõem de áreas de lazer e equipamentos urbanos modernos coexistem com imensos bairros periféricos e favelas marcadas pela precariedade ou total ausência de infraestrutura, irregularidade fundiária, riscos de inundações e escorregamentos de encostas, vulnerabilidade das edificações e degradação de áreas de interesse ambiental.

Nesse contexto, um dos maiores desafios encarados pelo governo é reverter a segregação socioespacial das cidades, visando estabelecer uma nova prática de planejamento e gestão, voltada a reduzir as desigualdades, promover a inclusão urbana e o bem-estar dos cidadãos e retomar o equilíbrio ambiental nas cidades.

Há 15 anos foi aprovada a Lei Federal nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade. A lei estabeleceu diretrizes gerais e instrumentos para a política urbana no Brasil de forma a possibilitar aos municípios (responsáveis constitucionais pela execução da política de desenvolvimento urbano) a definição de regras consistentes para orientar a ocupação e utilização do solo e a alocação de investimentos, tendo em vista o direito à cidade para todos e a gestão democrática.

Diante dessas questões, compreendeu-se que um programa do Governo Federal voltado ao planejamento urbano deve ter como premissa fazer valer o Estatuto da Cidade. Nesse sentido, procurou-se adotar estratégias que possibilitassem o fortalecimento das capacidades locais e regionais para: o planejamento e a gestão urbana integrada e participativa, a reabilitação de áreas urbanas consolidadas em situação de degradação e/ou ociosidade, a regularização fundiária urbana em ampla dimensão territorial e a promoção da acessibilidade nas cidades.

Assim, entre 2012 e 2015 a ação governamental buscou fortalecer cinco eixos estruturantes da política urbana: (i) a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo; (ii) a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana; (iii) o fomento a projetos urbanos integrados capazes de promover transformações urbanísticas estruturais; (iv) o fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social; e (v) a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações. O Programa Temático Planejamento Urbano do PPA 2012-2015 se assenta sobre esses 5 objetivos e é composto por 9 Indicadores, 21 Metas e 8 Iniciativas.

Indicadores

Ao longo do quadriênio do PPA 2012-2015, observou-se um aumento do número de municípios com Plano Diretor no País. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic 2013/26, elaborada pelo IBGE, o percentual de municípios com Planos Diretores (elaborados ou em elaboração) é de 63%²⁷, o que representa um incremento de 13 pontos percentuais em relação ao índice de referência do início do PPA (MUNIC 2009). Dentre os municípios com obrigatoriedade (com mais de 20 mil habitantes), o percentual cresceu de 87% em 2008 para 89% em 2013.

Em relação aos demais instrumentos, houve um aumento no número de municípios que regulamentaram ou previram zonas de especial interesse social (ZEIS) - em lei específica ou na lei do plano diretor - e também Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Já em relação aos instrumentos de gestão da valorização, não houve variação significativa do percentual, no entanto, cabe ressaltar que houve um incremento qualitativo nas regulamentações existentes. Diversos municípios passaram pela revisão de suas legislações durante o período, introduzindo, nos processos de revisão, metodologias mais adequadas de definição de coeficientes de aproveitamento e cálculo de contrapartidas (introdução do coeficiente de aproveitamento básico = 1 e uso de métodos de cálculo relacionados ao valor do terreno adicional).

INDICADORES Denominação e Fonte	Unid.	Referência		Atual	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de Municípios com Plano Diretor (MUNIC)	%	2009	41,60	2013	63
Taxa de Municípios com instrumentos de acesso a terra instituídos ¹ (MUNIC)	%	2009	40,50	2013	44,50
Taxa de Municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos ² (MUNIC)	%	2009	61,22	2013	61,68
Taxa de Municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos ³ (MUNIC)	%	2009	22,18	2013	26,84
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária (SNAPU)	famílias	2010	243.268	2015	398.329

¹ O percentual aferido refere-se somente a zonas de especial interesse social (ZEIS) instituídas em lei específica ou na lei do plano diretor e lei específica de regularização fundiária;

² O percentual aferido refere-se a municípios que afirmaram possuir pelo menos um dos seguintes instrumentos: solo criado (outorga onerosa do direito de construir), contribuição de melhoria ou operações urbanas consorciadas.

³ O percentual aferido refere-se somente a estudo de impacto de vizinhança (EIV) regulamentado por lei específica ou na lei do plano diretor.

Em relação ao indicador “número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária”, o valor desse indicador refere-se às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado desde 2004, que implicam na regularização jurídica do parcelamento do solo ou na entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Somente em 2014, 60.353 famílias foram contempladas por contratos de repasse do Programa Papel Passado.

²⁶ A pesquisa MUNIC mais recente sobre os instrumentos de política urbana foi elaborada no ano de 2013 e publicada em 2014. A última pesquisa realizada pelo IBGE (MUNIC 2014, publicada em 2015) não incluiu perguntas relativas a essa dimensão.

²⁷ Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.785 declararam que possuem Plano Diretor aprovado. Outros 762 declararam que o Plano encontra-se em elaboração.

Visão dos principais atributos do Programa

Para o objetivo relacionado à implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo, o grande desafio colocado foi aproveitar o início do período de revisão da primeira leva de planos diretores elaborados pós-Estatuto da Cidade para qualificar os aspectos relativos à efetividade e real aplicação dos Planos, em especial através da implementação dos instrumentos de política urbana nos municípios. Pesquisa realizada em 2011 pelo Ministério das Cidades, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontou as fragilidades da regulamentação dos instrumentos para implementação do Plano Diretor.

Nesse sentido, como forma de apoio aos municípios, o Governo Federal investiu, no quadriênio 2012-2015, na construção e disseminação de conhecimento e em atividades de capacitação dos entes federados sobre os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e sobre as formas de implementação destes.

A principal atividade nesse aspecto foi a estruturação de um projeto estratégico (que terá continuidade no quadriênio 2016-2019) destinado a elaborar recomendações e capacitar os municípios para uso dos principais instrumentos do Estatuto da Cidade, a saber: Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC); IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação com Pagamento em Títulos; Transferência do Direito de Construir (TDC); Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU); Contribuição de Melhoria, Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC); Operações Urbanas Consorciadas (OUC); e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

No período do Plano, foi iniciada uma discussão, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU), tendo sido criados dois grupos de trabalho – um interno ao Ministério das Cidades e um interministerial – para discutir e elaborar proposta normativa sobre o tema.

Em relação à questão metropolitana, foram realizadas atividades no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, para debate e aprofundamento de temas metropolitanos para a instituição de marco jurídico sobre a questão (Estatuto da Metrópole) e também junto ao Ministério da Integração, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. A questão metropolitana foi finalmente normatizada através da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que instituiu o Estatuto da Metrópole.

Atualmente, o Estatuto é objeto de novas discussões visando sua regulamentação em nível federal. Para subsidiar o governo federal nesse aspecto, foi instituída parceria com o Programa das Nações Unidas para o Habitat, com o objetivo de gerar subsídios para a regulamentação dos dispositivos do Estatuto da Metrópole e desenvolvimento de metodologia de plano de desenvolvimento urbano integrado. Tais atividades envolveram Municípios integrantes de todas as regiões metropolitanas do Brasil, além das entidades metropolitanas e governos estaduais.

Em relação à agenda ambiental urbana, foram concluídos 3 estudos sobre “metodologia de integração de instrumentos de gestão e planejamento urbano e ambiental”, além de estudo sobre “Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana” e sobre “Diretrizes Ambientais para áreas urbanas” e concluída a revisão no conteúdo e impressão da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos.

No âmbito do objetivo de fortalecimento da gestão municipal e interfederativa destaca-se o apoio permanente para o funcionamento do Conselho das Cidades e a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades, em 2013, que teve como tema o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. No ano de 2015 foi dado início ao processo da 6ª Conferência Nacional das Cidades, cujo tema é a função social da cidade e propriedade.

Destacam-se, ainda, as ações do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, sobretudo a partir da implementação em 2012 do Portal Capacidades www.capacidades.gov.br, ambiente virtual que congrega informações sobre as atividades de capacitação desenvolvidas no âmbito de todos os órgãos do Ministério das Cidades, aplicativos pedagógicos, como uma plataforma de educação a distância, além de biblioteca, videoteca, blogs e fóruns de discussão sobre temas ligados ao desenvolvimento urbano. As ações do Portal permitiram uma maior interação entre o Ministério das Cidades com o público-alvo, formado por técnicos, gestores e agentes sociais dos municípios, estados, Distrito Federal e instituições da federação, responsáveis pela elaboração, implementação e avaliação da política urbana. Em 2015, o Programa Nacional de Capacitação das Cidades superou a marca de 100.000 pessoas capacitadas.

No âmbito do objetivo de promoção da regularização fundiária urbana, no período compreendido entre 2012 e 2015, buscou-se, por meio da coleta de subsídios junto aos agentes implementadores de processos de regularização fundiária urbana, o aprimoramento dos dispositivos legais atualmente utilizados, bem como a adequação das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana a estes dispositivos.

Em relação à ampliação do Programa Papel Passado, cabe ressaltar que, desde que começou a operar, o Programa vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2015, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Destaca-se o processo de seleção de propostas para o Programa Papel Passado ocorrido em 2013, no qual foram cadastrados 1.384 municípios, dos quais 425 tiveram suas propostas habilitadas, conforme os critérios estabelecidos para o processo seletivo. Como resultado final do processo de seleção, 66 propostas foram escolhidas, totalizando o valor de repasse de R\$ 21,80 milhões, destinados à regularização fundiária de 111 assentamentos irregulares em 65 municípios do país, em benefício de cerca de 28 mil famílias. Neste processo, a demanda cadastrada foi muito superior à historicamente apresentada nos anos anteriores. Ao lado do aumento pontual no orçamento, avalia-se que esse incremento na demanda é reflexo da presença do tema da regularização fundiária urbana nas políticas de gestão pública dos municípios e estados, bem como da apropriação dos aperfeiçoamentos de legislação obtidos por meio da ação do Governo Federal (destacam-se, entre outras, as Leis Federais 11.977/2009, 12.424/2012, 12.651/2012).

Em relação às ações nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal, destacam-se as atividades do Termo de Cooperação celebrado com a Universidade Federal do Pará – UFPA, cujo objetivo é desenvolver ações de regularização fundiária e urbanística em ocupações existentes sobre terras federais transferidas aos municípios e que podem subsidiar futuros programas municipais de regularização fundiária urbana.

Destaca-se, ainda que o Governo Federal atuou, no período de 2012-2015, em ações de regularização fundiária urbana em imóveis de seu próprio domínio, seja por meio de ações indiretas, com a destinação de imóveis da União a entes federativos visando este fim, seja por meio de ações diretas de regularização fundiária, com foco nos assentamentos ocupados por populações de baixa renda, visando o reconhecimento do direito à moradia e, contribuindo para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais. Nessa atuação direta, o Governo Federal integra ações articuladas com entes federativos

parceiros nos diferentes níveis administrativos, contando com a participação da sociedade civil beneficiária, por meio da realização de oficinas, seminários, audiências públicas, reuniões na comunidade, reuniões de grupos de trabalho e comitês gestores instituídos, entre outras atividades inerentes ao processo de regularização fundiária. Destaca-se nessa atividade a destinação de áreas, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, a entidades civis sem fins lucrativos cadastradas junto ao Ministério das Cidades.

Com relação ao projetos integrados de reabilitação urbana, destaca-se a consolidação da estratégia de fomento à utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, por meio da publicação, em dezembro de 2014, da Instrução Normativa nº 33, que regulamenta a aquisição, pelo agente operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. A operação contratada e em andamento nessa linha é o Projeto de Requalificação Urbana da área portuária do Rio de Janeiro (Operação Urbana Porto Maravilha).

Em relação à promoção da acessibilidade, destaca-se que a ideia de efetivar o acesso à cidade em condições isonômicas a todas as pessoas vem sendo construída ao longo desse último PPA com ações voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras, seminários e parcerias. Ao longo de 2013 e 2014, foram apoiados oito projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis municípios. Também foram contratados 64 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015 o Programa Planejamento Urbano contribuiu para uma utilização mais qualificada dos instrumentos de política urbana, por meio de pesquisas, estudos, consolidação de metodologias, sistematização de procedimentos e elaboração normativa nas escalas regional/interfederativa, municipal e intraurbana. Também contribuiu com a ampliação das capacidades municipais na utilização desses instrumentos e na gestão do território e dos investimentos na política de desenvolvimento urbano. Destaca-se, ainda, um importante avanço no fortalecimento da cooperação horizontal entre os órgãos federais formuladores e executores de políticas territoriais e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de abordagens integradas de políticas urbanas.

O novo programa temático de Planejamento Urbano no PPA 2016-2019 teve sua estrutura racionalizada para fortalecer os atuais eixos estruturantes da agenda, focalizando num conjunto menor de objetivos, metas e iniciativas. Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase em aprofundar a relação com os executores da política urbana – os municípios. Vale dizer que grande parte dos projetos iniciados no quadriênio 2012-2015 ainda se encontram em processo de execução e devem ser concluídos ao longo do ciclo 2016-2019 do PPA.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	28/12/2012	337.976	28/12/2012	337.976	12/12/2014	398.329	12/12/2014	398.329
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2009	61,4	31/12/2012	60,8	31/12/2012	60,8	31/12/2012	60,8
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2009	17,6	31/12/2012	22,12	31/12/2012	22,12	31/12/2012	22,12
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5	31/12/2009	40,5
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2009	61,22	31/12/2013	54,6	31/12/2013	54,6	31/12/2013	54,6
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45	31/12/2009	48,45
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2009	41,6	31/12/2013	50	31/12/2013	50	31/12/2013	50
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88	31/12/2009	55,88
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2008	10,6	31/12/2010	10,56	31/12/2010	10,56	31/12/2010	10,56

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Quadro de Metas

Objetivo: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a implantação de 8000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.	8.000,00	Km	867,00	Durante o período de vigência do PPA 2012-2015, a principal dificuldade encontrada para o alcance da meta foi a insuficiência dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual. Tal situação, somada aos cortes resultantes do contingenciamento, restringiu quase completamente as possibilidades de atuação efetiva por meio de transferência de recursos ou apoio direto a Estados e municípios.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.527.358	4.002.099	9.605	13.993.343	1.307.013
Despesas Correntes	20.831	22.054	1.637	281.682	25.167
Despesas de Capital	3.506.527	3.980.045	7.967	13.711.662	1.281.846
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.527.358	4.002.099	9.605	13.993.343	1.307.013

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2055 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Visão Geral do Programa

Nos últimos 12 anos, o Brasil viveu três períodos de política industrial. Em 2004, ocorreu reativação do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento industrial, por meio da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Dessa iniciativa decorrem a Lei do Bem, a Lei de Inovação e a Lei de Biossegurança, bem como a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). A PITCE definia setores estratégicos (TICs, Bens de Capital, Fármacos, Biotecnologia e Nanotecnologia), além de linhas horizontais de ação (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa, modernização industrial, entre outras).

Em 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que constituiu-se, sobretudo, como uma política setorial, destinada a ajudar a estrutura produtiva do País. Destacou-se a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), no âmbito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Maior (PBM), que continuou a abordagem setorial da política industrial, tendo foco em ações como a desoneração fiscal, a constituição de regimes tributários especiais, e em programas setoriais de grande envergadura, como o Inovar-Auto. Dentre as iniciativas mais exitosas, destacam-se o Inova Empresa, os decretos de margens de preferência, as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) na Saúde, e o retorno do debate sobre conteúdo local.

Nesses 12 anos, o País passou pela experiência de ampla distribuição de renda, acompanhada de crescimento econômico estável. A expansão da demanda interna sustentou o mercado interno (aumento da renda), impulsionou o mercado de trabalho e abriu oportunidades para o setor industrial, tanto no Brasil quanto no exterior. Nesse contexto, a elaboração do Programa Temático “Desenvolvimento Produtivo”, no PPA 2012-2015, deu-se em um momento em que havia grande preocupação com a necessidade de se direcionar a política pública de desenvolvimento econômico para viabilizar a aceleração ou a manutenção da taxa de crescimento futura, de maneira sustentável. A noção básica seguida à época foi a de que, em termos agregados, a principal condição de viabilidade de taxas de crescimento econômico relativamente altas, a médio e longo prazos, seria a existência de um nível de investimento produtivo relativamente alto. Naquele período, a realidade brasileira era outra dentro da dinâmica mundial: as economias desenvolvidas enfrentavam ainda consequências da crise internacional de 2008/2009, não havia no Brasil crise fiscal e política, a indústria nacional não enfrentava níveis tão baixos de empregabilidade, demanda e produtividade, e, em especial, as expectativas gerais para a economia brasileira eram bastante positivas.

Além disso, o PPA 2012-2015 foi desenhado em momento anterior ao lançamento e divulgação do PBM. Por esse motivo, principalmente, os Objetivos definidos para o

Programa não refletem exatamente todas as principais características do PBM e, conseqüentemente, o andamento do Programa, bem como de seus Objetivos, refletiu apenas parcialmente o que se desenvolvia no âmbito do Plano Brasil Maior. Diante do exposto, algumas explicações sobre o PBM se fazem relevantes para essa avaliação final a respeito do Programa Desenvolvimento Produtivo.

O PBM tinha como orientações estratégicas: (i) promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico; (ii) criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; (iii) aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; (iv) ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras; e (v) garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

Levando em consideração as orientações estratégicas do PBM e o cenário central de estímulo ao investimento produtivo com incrementos de intensidade tecnológica no País, à expansão da oferta de conhecimento científico, à preparação da mão de obra para atividades tecnologicamente mais complexas, e à expansão da participação dos setores integrados aos sistemas setoriais de inovação, foram desenhados 17 Objetivos para o Programa em análise.

1. Ampliação do investimento fixo

Um dos Objetivos com significativo peso para o desenvolvimento produtivo foi o de *“Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação”*. Muitas ações desenvolvidas nesse âmbito estiveram em linha com o PBM, significando relevantes estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas nacionais, com destaque para:

Inovar-Auto

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto), instituído pela Lei nº 12.715/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.819/2012, voltado ao apoio para o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças registrou bom desempenho. Como resultados das ações provenientes das 56 habilitações realizadas até dezembro de 2015 (24 fabricantes, 15 importadoras e 17 projetos de investimento), houve evolução nos produtos comercializados no País, especialmente no sentido de melhoria da eficiência energética, com diminuição de poluentes e menor consumo de combustível, e também em relação à segurança veicular. Quanto à instalação de novas fábricas em território nacional, já estão aprovados 17 projetos de investimento no âmbito do Programa. Até outubro de 2015, os investimentos já realizados ultrapassaram R\$ 4,6 bilhões, com aumento da capacidade produtiva em 374 mil automóveis por ano e potencial de geração de sete mil empregos diretos. Até o final da vigência do Programa (dezembro de 2017), ainda há previsão de investimentos adicionais na ordem de R\$ 2,7 bilhões para 110 mil unidades adicionais e possibilidade de geração de mais 3.160 postos de trabalho diretos.

Ex-tarifário

O Regime de Ex-Tarifário permite, exclusivamente em produtos sem produção nacional, a redução temporária do Imposto de Importação para o patamar de 2% sobre Bens de Capital (BK), cuja taxa modal na Tarifa Externa Comum (TEC) é de 14%; e sobre Bens de Informática e Telecomunicações (BIT), cuja taxa modal na TEC é de 25%. Tal instrumento possibilita o acesso do setor privado nacional a bens disponíveis no exterior com tecnologia de ponta, facilitando e incentivando os investimentos produtivos no Brasil. Entre 2012 e 2015, foram aprovados pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) 12.946 pleitos de Ex-Tarifários, com previsão de importações que chegavam a US\$ 44 bilhões em BK e BIT, associados a projetos de investimentos estimados em US\$ 157 bilhões. Ou seja, no período do PPA 2012-2015, o Regime de Ex-Tarifário viabilizou projetos que visavam investir US\$ 113 bilhões em bens e serviços locais.

Processo Produtivo Básico - PPB

A Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, Lei de Informática, é uma política pública de concessão de benefícios que visa promover a capacitação e a competitividade do setor de informática e automação. Podem usufruir dos benefícios dessa Lei empresas que se dediquem ao desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática, telecomunicações e automação, desde que, em contrapartida, após previamente habilitadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), cumpram o Processo Produtivo Básico do produto, invistam em pesquisa e desenvolvimento (P&D) (nos termos do Decreto nº 5.906/06; modal 4%), instituem política de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e obtenham Certificação de Qualidade. Os benefícios diretos são a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os produtos incentivados (modal 80%), redução do Imposto sobre Circulação sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) e direito à margem de preferência na comercialização para a Administração Pública. No período 2012-2015, foram analisados cerca de 250 pleitos de PPB; 70% deles foram pedidos para alteração de processos vigentes, e os demais para fixação de processos produtivos para novos produtos. No quadriênio, foram publicadas 350 Portarias Interministeriais, alterando ou fixando Processos Produtivos Básicos.

Margem de Preferência nas Compras Governamentais

O marco inicial de estabelecimento de margem de preferência no Brasil se deu com o Decreto nº 7.601, de 07 de novembro de 2011, que previa a aplicação de margem de 8% em compras públicas de produtos têxteis. Após isso, outros Decretos foram publicados para regular a situação de mais 15 setores como fármacos e medicamentos, veículos para vias férreas, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, entre outros, instituindo margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que

atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação. Com exceção do Decreto que aborda o setor de produtos médicos (materiais e equipamentos hospitalares), com vencimento em 31 de dezembro de 2017, todos os demais tinham previsão de vencimento em 31 de dezembro de 2015; com isso, sob a incumbência de se pronunciar a respeito dessa política, a Comissão Interministerial de Compras Governamentais definiu que a avaliação sobre os resultados obtidos nas licitações realizadas com aplicação de margens de preferência entre 2012 e 2015 ainda deverá ser aprofundada e deliberou, portanto, favoravelmente à extensão dos prazos de validade dos normativos até 31 de dezembro de 2016, antes que qualquer alteração em relação às margens seja publicada.

Custos do Fator Trabalho

A Lei nº 12.546/2011 instituiu a sistemática de eliminação da contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos para 15 setores econômicos intensivos em trabalho, sensíveis ao câmbio e à concorrência internacional. Na sequência, as Leis nº 12.715/2012, nº 12.794/2013 e nº 12.844/2013 ampliaram o número de setores beneficiados chegando a um total de 56. A desoneração da folha de pagamento para todos os setores contemplados tornou-se permanente com a Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014. A renúncia fiscal estimada para o período 2012-2015 se aproxima a R\$ 65 bilhões, de acordo com o Ministério da Fazenda.

2. Indústria Eletrônica

No âmbito do Objetivo de *“Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor”*, pode ser destacado o que segue.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) é um conjunto de incentivos fiscais federais estabelecido com o objetivo de contribuir para a atração de investimentos e ampliação dos já existentes nas áreas de semicondutores e determinados *displays* (mostradores de informação), usados como insumo para produtos eletrônicos. As células solares e os painéis solares estão incluídos, entre outros produtos dessa cadeia produtiva, observadas determinadas condições. O Programa possibilita às empresas interessadas a desoneração de determinados tributos federais incidentes na implantação industrial, na produção e comercialização dos dispositivos semicondutores e *displays*. Em contrapartida, as empresas estão obrigadas a realizar anualmente investimentos em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). São concedidas reduções a 0% nas alíquotas do II, IPI, do PIS-

COFINS e do PIS-COFINS-Importação para máquinas/equipamentos/insumos/*software* destinados à produção daqueles produtos, conforme regulamento. O IPI e o PIS-COFINS são desonerados também na comercialização dos produtos beneficiados, com alguma restrição para os *displays*. Há ainda incentivo do IRPJ e da CIDE. As reduções valem até 22/01/2022 ou por 12 ou 16 anos a contar da aprovação do projeto, conforme o tributo e o nível de agregação local.

O PADIS é destinado às empresas que realizem exclusivamente atividades relacionadas à produção de semicondutores e *displays* no País (necessidade de CNPJ exclusivo). Embora criado em 2007, o Programa está operacional desde 2011. Atualmente, 17 empresas estão habilitadas, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Pernambuco. Há mais de uma dezena de projetos em análise por parte do MCTI e do MDIC, para produção de semicondutores nos Estados do Amazonas, de São Paulo e de Minas Gerais, principalmente nas áreas de *displays* e de energia solar fotovoltaica.

O MCTI e o MDIC elaboraram os Relatórios Trienais do PADIS referentes aos períodos de 2007/2009 e 2010/2012. Basicamente, o primeiro triênio foi dedicado a completar a regulamentação do programa. Os primeiros resultados começaram a aparecer apenas em 2012, com ampliação da produção local de memórias para computadores (*desktops* e *notebooks*) e *tablets*, entre outros produtos. Não obstante, o País continua bastante dependente da importação de semicondutores e *displays*. Ambos os componentes representam importações anuais de cerca de US\$ 10 bilhões desde 2010. A produção local, contudo, vem crescendo e vem se consolidando como um instrumento importante em determinados Processos Produtivos Básicos (PPBs) de produtos incentivados pela Lei de Informática e no Polo Industrial de Manaus. Destacam-se os *notebooks*, os *tablets* e, mais recentemente, os *smartphones*. Estima-se que o faturamento anual das empresas incentivadas pelo PADIS seja em torno de R\$ 500 milhões (2013) e de R\$ 1 bilhão (2014). Para 2015 e 2016, considerando a implementação dos novos projetos como os da Unitec Semicondutores, da Multilaser e de energia solar fotovoltaica, projetam-se faturamentos de R\$ 1,5 bilhão e R\$ 3 bilhões, respectivamente. Para a área de *displays*, por exemplo, a implementação de um grande projeto já em 2016 poderá representar redução de importação em torno de US\$ 1 bilhão.

3. Adensamento da Indústria

Outro Objetivo que reflete o esforço do governo no âmbito do fortalecimento industrial é o de “*Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes*”.

Apoio a Arranjos Produtivos Locais

Nesse sentido, vale destacar o pleno atingimento da meta sobre apoio a 80 Arranjos Produtivos Locais (APLs) no país, sendo que já em 2013 foram apoiados 273 APLs. O apoio aos APLs é uma atribuição do MDIC, que possui a Secretaria do Desenvolvimento da Produção como Secretária-Executiva do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), a qual coordena a atuação dos 35 membros que o compõe, busca integrar as políticas de apoio a APLs dessas instituições, fornece assessoria técnica a 27 Núcleos Estaduais e Gestores dos 677 APLs registrados no banco de dados do Observatório Brasileiro de APLs. Medidas importantes relacionadas à centralização e à disseminação de informações sobre instrumentos de apoio a APLs são executadas nessas parcerias; o MDIC é o canal facilitador para as empresas organizadas em arranjos obterem acesso a produtos bancários, treinamentos, eventos de interação entre arranjos, elaboração de planos de desenvolvimento, internacionalização de *clusters*, desenvolvimento e capacitação de fornecedores, gestores e multiplicadores de APLs.

Cabe mencionar a influência positiva que o bom desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito dos APLs teve sobre o próximo ciclo de política industrial. Os resultados na promoção de competitividade dessas empresas, fortalecimento e desenvolvimento produtivo regional, e agregação de valor à produção desses locais estimulou o MDIC a avançar em propostas de ações de extensionismo industrial focadas em pequenas e médias empresas organizadas em APLs, em todo o território nacional.

4. Complexo Industrial da Saúde

O Objetivo “*Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde*” foi considerado de grande relevância por elencar metas visando o desenvolvimento produtivo e a inovação de insumos e produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Em consonância com o Plano Brasil Maior (PBM), a Agenda Setorial da Saúde consolidou-se na necessidade de fortalecer o alinhamento das medidas e ações advindas das diversas políticas setoriais que perpassam a questão do Complexo Produtivo-Industrial da Saúde, com a garantia e o aumento do acesso aos produtos estratégicos para a população brasileira de acordo com as prioridades do Sistema Único da Saúde (SUS) e consolidando o Complexo Produtivo-Industrial da Saúde como vetor estruturante da Agenda Nacional de Desenvolvimento do País.

Dessa forma, o Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) visa dar maior autonomia ao País em relação à produção de tecnologias estratégicas ao SUS por meio do fortalecimento do parque produtivo em saúde. Para o ano de 2015, foi disponibilizada para o PROCIS dotação orçamentária da ordem de R\$ 121,8 milhões destinados a projetos plurianuais voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão de 09 parques produtivos e 12 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT). Ainda, foram formalizados 29 novos projetos em 2015. Com essas medidas, a expectativa é ampliar o acesso à saúde, ofertando produtos com qualidade por meio de tecnologias inovadoras.

Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) visam à ampliação do acesso da população a produtos estratégicos e à diminuição da vulnerabilidade do SUS buscando o desenvolvimento, a transferência e a absorção de tecnologia, a produção e a capacitação produtiva e tecnológica do País. Considerando as 89 PDP vigentes, em 2015, foram realizadas aquisições de 19 produtos, que totalizaram o montante de R\$ 2,75 bilhões, o que corresponde a 28% das compras totais do Ministério da Saúde. Essa porcentagem é relativa ao cumprimento de 81% da meta estabelecida para 2015.

Até dezembro de 2015, foram executados 66 contratos, sendo 46 com laboratórios privados, dez contratos com laboratórios públicos estaduais e dez termos de execução descentralizada com a Fiocruz. Além disso, foram destinados aos laboratórios da rede oficial cerca de R\$ 1,3 bilhão, equivalente à aquisição aproximada de 321 milhões de unidades de medicamentos do componente especializado, adquiridos no âmbito de PDP.

As PDP têm contribuído, no âmbito do PROCIS, para o atendimento da demanda nacional dos Programas Nacionais de Controle da Tuberculose, de Prevenção e Controle das Hepatites Virais, e de Prevenção e Controle das DST/Aids, com o fornecimento de medicamentos por FUNED, LAFEPE e Farmanguinhos. Como exemplo, têm-se os antivirais tenofovir e 2 em 1 (tenofovir + lamivudina), produzidos nacionalmente por entidades privadas parceiras, o atazanavir; e o tuberculostático 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida). Outras PDP com FUNED, LAFEPE, Farmanguinhos e Biomanguinhos têm a previsão de iniciar o fornecimento de Entecavir, ritonavir termoestável, tenofovir + lamivudina + efavirenz (3 em 1) e Filgrastim nos próximos anos. Todos esses produtos encontram-se em processo de transferência de tecnologia para as instituições públicas e com desenvolvimento ou produção nacional dos insumos farmacêuticos ativos (IFA).

As PDP apoiam também o Programa Nacional de Imunização (PNI) com o desenvolvimento das parcerias para a produção das seguintes vacinas: Hepatite A, Tetraviral, contra HPV, Difteria, Tétano e Pertussis acelular (DTPa), além de apoiar a realização dos projetos tecnológicos das vacinas Pneumocócica e Meningocócica. Cabe destacar que, após concluídos os processos de transferência de tecnologia (internalização de tecnologia), as vacinas serão produzidas pelas instituições públicas. O projeto tecnológico da vacina Influenza já atingiu essa fase em 2014 pelo Instituto Butantan.

Uso do Poder de Compra

Com referência ao fortalecimento do uso do poder de compra, é importante destacar a implantação do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, que envolve a instalação de 80 soluções de radioterapia (“casa mata ou *bunker*” construído e aceleradores lineares em operação) com previsão de operação até junho de 2018. Foram iniciadas 10 obras até o momento. Cabe destacar ainda, a utilização do Acordo de Compensação Tecnológica que

marca o início do processo de inserção do País na cadeia global de produção de aceleradores lineares e componentes. Como resultado dessa iniciativa, está previsto para fevereiro de 2016 o lançamento da pedra fundamental da obra de construção da fábrica da Varian em Jundiaí/SP, e, logo em seguida, em março de 2016, ocorrerá a publicação das chamadas públicas de ICTs para recebimento de novas tecnologias e qualificação em tecnologias Varian, bem como a identificação e início da qualificação de potenciais fornecedores.

5. Complexo Industrial da Defesa

A indústria de defesa é estratégica para o País, pois promove pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias nacionais, grande parte delas de emprego dual (civil e militar), com a geração de produtos de alto valor agregado e potencial para exportação, além de redução da dependência de tecnologia externa. Daí a importância do Objetivo *“Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.”*

Marco Legal e Normativo da Indústria de Defesa

Nesse sentido, passos importantes foram dados ao longo do quadriênio 2012-2015, com destaque para a publicação da Lei nº 12.598, em 22 de março de 2012 (regulamentada pelos Decretos nº 7.970/2013 e nº 8.122/2013), que instituiu um regime especial de tributação para o setor, o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), ato que desonerou empresas de encargos diversos, diminuindo, dessa forma, o custo de produção de companhias legalmente classificadas como estratégicas e estabeleceu incentivos ao desenvolvimento de tecnologias indispensáveis ao Brasil. Em 2014, por meio da Lei nº 13.043, o prazo para o gozo dos benefícios estabelecidos pela Lei 12.598/2012 foi prorrogado para até 20 anos.

Outra medida importante foi a criação da Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), com a finalidade de assessorar o Ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa, como por exemplo, o credenciamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), a classificação de Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e o mapeamento das cadeias produtivas do setor. A partir da criação da CMID, o Ministério da Defesa avaliou e credenciou 63 empresas como EED.

Foram elaborados e encontram-se em fase final de tramitação os seguintes marcos legais: Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que visa capacitar, de forma competitiva, a indústria nacional de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa nacional; a Política Nacional de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (PNAC) e a Política Nacional de Exportações de Produtos de Defesa (PNEPRODE).

Catologação

Na área de Catologação, destacam-se as seguintes atividades: especificação da arquitetura do ambiente conceitual e tecnológico do Sistema Militar de Catologação (SISMICAT); elaboração de subsídios para a proposta da Política Nacional de Catologação (PNC); elaboração das Normas de Governança Operacional do SISMICAT (NORCAT) e, principalmente, a elaboração da estratégia e do projeto básico (requisitos conceituais e tecnológicos) da modernização do SISMICAT e a contratação da EMGEPRON, com o objetivo de disponibilizar, no âmbito do SISMICAT, uma solução tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catologação.

Fabricação do Fuzil Brasileiro

Em 2009 foi iniciado o processo de desenvolvimento de projetos de armamentos genuinamente brasileiros: o Fuzil de Assalto 5,56 IA2, a Carabina 5,56 IA2, o Fuzil de Assalto 7,62 IA2 e a Carabina 7,62 IA2. O citado desenvolvimento visou substituir o Fuzil Automático Leve 7,62, que tinha seu ciclo de vida exaurido, pois não atendia mais as especificidades das demandas de mercado. Daí surgiu a necessidade da Indústria de Material Bélico (IMBEL) de manter o mercado de armas longas, e iniciar o ciclo de vida da nova linha de Produtos IA2, em especial os Fuzis de Assalto 5,56 e 7,62.

As armas da nova Linha de Produtos IA2 apresentam regimes de tiro automático e semiautomático, incorporando novas tecnologias, melhor ergonomia, componentes em aço e poliméricos, o que possibilita alta confiabilidade, maior leveza e melhor operacionalidade, e aumento das funcionalidades. Além das inovações já apresentadas, no quadriênio 2012-2015 foram obtidos significativos resultados, com melhorias em diversos mecanismos do armamento, como sistema de trancamento; reforço estrutural; sistemas de fixação, de gases, e de pontaria; e substituição da baioneta por faca baioneta. Tudo isso permite confirmar o alto grau de tecnologia aplicado ao novo armamento. Em 2015 também foram desenvolvidas novas funcionalidades que permitem que o armamento seja mais ergonômico e mais resistente, além da adoção de medidas de rastreabilidade, por meio de gravação dos números de série a laser.

Todo o esforço de desenvolvimento resultou em uma arma de tamanho reduzido, leve, bem maneável, capaz de ser equipada com diversos dispositivos ópticos/optrônicos ou táticos, que transformam o novo fuzil em um verdadeiro sistema de armas, características que o permitem competir em igualdade de condições com os melhores e mais avançados armamentos congêneres disponíveis no mercado mundial.

Ao todo, foram entregues ao Exército Brasileiro (EB) um lote piloto inicial de 190 armas e um lote de cabeça de série de 1310 armas, totalizando 1500 unidades do Fuzil de Assalto 5,56 IA2, finalizados no mês de março de 2013. Desde então, o EB já adquiriu milhares de unidades e vem equipando seletivamente as suas organizações com o armamento, dentro de um programa de substituição de seu antigo fuzil, o FAL. O investimento aproximado de R\$ 15 milhões realizado pela IMBEL no período de 2012-2015

na produção do novo fuzil proporcionou impacto positivo na economia brasileira, como demonstra o quadro a seguir.

Tipo de Impacto	Valor Bruto da Produção	PIB	Emprego Tipo I (Direto e Indireto)	Salários & Autônomos	Tributos
Tipo I (Efeito Direto e Indireto)	28,9 Milhões	14,55 Milhões	208,6 Homens/Ano	5,4 Milhões	4,9 Milhões
Tipo II (Efeito Induzido) ²³	49,6 Milhões	26,8 Milhões	457,2 Homens/Ano	9,9 Milhões	8,1 Milhões

Fonte: Ministério da Defesa; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), "Cadeia de Valor e Importância Socioeconômica do Complexo de Defesa e Segurança no Brasil".

6. Inovação

No que se refere à inovação no setor produtivo, o esforço de governo nesses quatro anos foi dirigido à formulação e à implementação de políticas capazes de, ao mesmo tempo, aumentar o investimento produtivo e direcioná-lo para atividades tecnologicamente mais intensivas e mais capazes de gerar acumulação de conhecimento.

As ações, no âmbito do Objetivo “*Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas*”, foram priorizadas pelo Governo Federal durante o período 2012-2015, em especial pelo MDIC e pelo MCTI, que buscam sempre uma maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

InovAtiva Brasil

Nesse contexto, destaca-se a implementação do programa InovAtiva Brasil. O objetivo do programa é capacitar em larga escala empreendedores de negócios de alto impacto (*startups*). Além disso, o programa oferece oportunidades e fomenta o *networking* entre os empreendedores.

A receptividade desse programa surpreendeu já no seu primeiro momento, em 2013, quando foram apresentadas candidaturas de 1.600 projetos de negócio para obtenção dos seus benefícios (bem acima da expectativa de 300 projetos). O programa conseguiu contabilizar, nesses três anos de atividade, mais de 10.000 empreendimentos cadastrados, na plataforma do programa na internet, para acesso gratuito a vídeos com conteúdo de capacitação empreendedora de classe mundial; 305 projetos com acesso à aceleração de *startups* por intermédio de *workshops* e uma rede de mentores dos parceiros privados da iniciativa; 187 negócios com acompanhamento de mentores especializados; 20 empreendedores apresentados a universidades, incubadoras de empresas e investidores no

²³ efeito induzido é o decorrente dos resultados positivos que o emprego e a renda trazem ao sistema econômico, favorecendo a outros setores (comércio, serviços, etc).

Vale do Silício (EUA); mais de 2.000 horas de mentoria realizadas; 400 mentores voluntários na rede; e mais de 250 vídeos abertos e gratuitos de capacitação produzidos.

O InovAtiva Brasil é hoje o maior programa de fomento ao empreendedorismo inovador no País. Fez parte significativa do propósito de expansão, diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação. As pequenas empresas inovadoras, com o advento do InovAtiva Brasil, passaram a contar com um programa gratuito e em larga escala de capacitação, mentoria e conexão com investidores e mercado, algo que não existia nem no governo e nem no setor privado.

Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

Além dos pontos supracitados, destaca-se que foi promovido também o aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação através da sanção da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o novo “marco legal da ciência, tecnologia e inovação”, processo que contou com a ativa participação do Governo desde 2011.

A Lei nº 13.243/2016 trouxe maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas, que agora, podem acessar novos instrumentos, atuar com maior facilidade no âmbito do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação e entregar produtos e serviços inovadores e mais competitivos no mercado global.

No Objetivo “*Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias*”, duas iniciativas merecem destaque.

Innovate in Brazil

Uma delas é o programa *Innovate in Brazil*, um conjunto de ações conduzidas pelo MDIC, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), com o propósito de atrair centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. Em um primeiro momento, procurou-se mapear o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos, levantar informações sobre o panorama do ambiente de inovação no Brasil e as tendências de investimentos assim como um *benchmarking* internacional e recomendações de políticas públicas.

Esses estudos geraram conteúdos que foram utilizados para traçar a estratégia a ser utilizada e também apontaram, entre outras questões, a necessidade de: a) o aprimoramento da legislação federal voltada à P&D, o que levou à elaboração da Lei nº 13.243/2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação; b) estabelecimento da Apex-Brasil como ponto-focal no Governo Federal para gerir o relacionamento com as empresas estrangeiras interessadas em investir em P&D no País atuando de forma articulada com o MDIC, MCTI, BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre outros, no atendimento aos investidores.

A estratégia orientou o desenvolvimento de um esforço de difusão do Brasil como potencial destinatário dos centros e projetos de P&D de empresas estrangeiras. Foram elaborados materiais de comunicação sobre o ambiente de P&D no Brasil. Entre os materiais produzidos estão vídeos, relatórios e o *website* www.innovateinbrasil.com, criado pela Apex-Brasil. Com o mesmo propósito, foram realizados eventos no exterior que envolveram mais de 200 representantes de empresas multinacionais, levando o posicionamento do Governo Federal a respeito do estímulo ao investimento em P&D no Brasil.

Centros Globais de P&D

Em adição, merece destaque, no âmbito do MCTI, o programa “Centros Globais de P&D – Programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação”. Em 2013, foi lançado edital do CNPq, destinado a instituições privadas do setor de tecnologia de informação e comunicação, e 37 proposições foram enviadas ao CNPq. Desse total, 14 propostas foram enquadradas e avaliadas pela banca, resultando num total de cinco propostas recomendadas. O valor aprovado em bolsas foi de R\$ 7,7 milhões e essas empresas darão uma contrapartida no valor de R\$ 21,8 milhões em infraestrutura e custeio. Em setembro de 2014, foi organizado o Seminário “Centros Globais de P&D em TIC”, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a presença de 75 participantes. Além das cinco empresas beneficiadas pelo edital, a ação contabiliza mais seis centros que estão instalados, ou em instalação no país.

Como resultado dos esforços empreendidos, identificou-se a instalação no Brasil, no período 2012-2015, de 39 novos centros de P&D de empresas multinacionais, apenas um a menos do que a meta definida para este Objetivo.

7. Qualificação e Formação de Mão de Obra

Em relação ao Objetivo “*Orientar junto às entidades competentes o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas*”, percebeu-se que a carência de qualificação da mão de obra tem prejudicado sobremaneira a competitividade nacional, dificultando a efetivação de novos investimentos e a modernização do parque industrial nacional em diversos setores produtivos.

PRONATEC MDIC

Assim, o MDIC e o Ministério da Educação (MEC) estabeleceram parceria para criar, no âmbito da Coordenação de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior, o PRONATEC MDIC, cujos principais objetivos foram: 1) criar o Mapa Dinâmico da Demanda por Recursos Humanos (RH) Qualificado, detalhado por setor, ocupação, tipo de curso, município onde deve acontecer e cronograma de execução. Tudo isso feito diretamente pelos departamentos de RH das empresas, com atualizações dinâmicas, buscando maior sintonia com as mudanças de padrão produtivo e de busca pela inovação e competitividade nas empresas brasileiras; 2) Reorientar as políticas públicas de formação e qualificação profissional, em específico o PRONATEC, para o atendimento das demandas identificadas no Mapa, garantindo a qualificação profissional necessária para atender às demandas melhores qualificadas, mais urgentes e estratégicas dos setores produtivos nas localidades onde os grandes investimentos e a modernização do parque industrial estão acontecendo e, ao mesmo tempo, integrando as políticas de competitividade do setor produtivo com as de inclusão social e produtiva de públicos vulneráveis no mercado de trabalho formal, na economia.

O PRONATEC MDIC foi lançado oficialmente em setembro de 2013. Para executar seu objetivo foram assinados diversos acordos com entidades de representação nacional dos setores produtivos, com destaque para a Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que, por meio de suas federações afiliadas, garante capilaridade ao Programa em todas as unidades da Federação. Tendo em vista a estratégia adotada de integração das ações de vários órgãos do Governo Federal, com a formalização da parceria entre MDIC e MEC, e a entrada de novos setores produtivos no PRONATEC MDIC, só em 2015 foram disponibilizadas ao setor produtivo 41.685 vagas, sendo que no período 2012-2015 a quantidade foi de 413.549 vagas.

No ciclo 2012-2015, a atuação do governo foi fundamental por estabelecer um canal direto das demandas do setor produtivo ao PRONATEC, o que ajudou a diminuir o gargalo de mão de obra qualificada do país. Com o amadurecimento do programa e com o atendimento de parte das necessidades básicas de treinamento no ciclo 2012-2015, a atuação em 2016-2019 se voltará para o apoio a novos investimentos, setores estratégicos, cadeias inovadoras, vagas com garantias de emprego e aumento da produtividade do setor produtivo. Dessa forma, a perspectiva é de maiores resultados quanto à empregabilidade e ao aumento da produtividade para as vagas a serem oferecidas.

No que concerne ao Objetivo de “*Estimular a produção de máquinas equipamentos e serviços especializados*”, seu alcance apoiou-se em iniciativas que, em sua maioria, estão sob a responsabilidade da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep), que produziu um total de 14.498 toneladas de equipamentos no período 2012-2015.

Os principais beneficiários desses equipamentos foram as áreas nuclear, de defesa e de petróleo e gás. Na área nuclear, destaca-se o fornecimento de equipamentos para as Usinas Nucleares de Angra I e Angra III e para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Na área de petróleo e gás, houve fornecimento de diversos equipamentos para plataformas da

Petrobrás. Quanto à área de defesa, ocorreu a fabricação de equipamentos para o Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP), a continuidade da construção de quatro cascos de submarinos convencionais e o início das atividades de engenharia para a fabricação de equipamentos do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro. Além disso, a Nuclep também forneceu um pré-distribuidor para a Hidroelétrica de Tocolma, na Venezuela.

Considerações Finais

As principais adequações e aperfeiçoamentos incorporados ao PLPPA 2016-2019, no tocante às medidas diretamente associadas à indústria, referem-se aos cuidados para se adequar ao máximo possível os Objetivos propostos ao conteúdo que se pretende abordar em um novo ciclo de política industrial. Por mais que o novo pacote de medidas de política industrial ainda não tenha sido lançado oficialmente pelo Governo Federal, algumas linhas gerais já estavam se definindo no momento de elaboração do PPA 2016-2019, e essa harmonização foi extremamente priorizada na proposta técnica. Buscou-se a formação de Objetivos bastante diferentes daqueles do PPA 2012-2015, menos específicos e mais robustos, no sentido de abarcarem ações para o desenvolvimento produtivo como um todo, mas sempre seguindo o foco em aumentos de produtividade e competitividade que se almeja para a indústria nacional nos anos futuros.

No que se refere especificamente à inovação nas empresas, à melhoria do ambiente de inovação, ao desenvolvimento de negócios nascentes associados a novas tecnologias, ao intercâmbio com o exterior para o desenvolvimento de projetos que viabilizem absorção e atualização de tecnologia, à qualificação técnica profissional e à inserção do setor produtivo nas novas fronteiras tecnológicas, constitui-se em um conjunto sinérgico que pretende trazer robustez para o sistema nacional de inovação e a competitividade das empresas nos próximos quatro anos. Esses elementos se constituem nos principais pontos orientadores do elenco de iniciativas do próximo PPA relacionadas ao Objetivo “Promover a Inovação nas Empresas, o Estímulo à P&D e a Qualificação Profissional”.

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Dispendios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,57	31/12/2010	0,57	31/12/2011	0,54	31/12/2012	0,52	31/12/2013	0,52
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2011	13,12	31/12/2013	12,78	31/12/2013	12,78	31/12/2014	11,97
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2011	17,93	31/12/2013	17,76	31/12/2013	17,76	31/12/2014	16,77
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2011	17,43	31/12/2013	15,3	31/12/2013	15,3	31/12/2014	14,69
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2011	18	31/12/2013	18	31/12/2013	18	31/12/2014	14,99
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R\$ milhão	31/12/2010	94,64	31/12/2011	87,76	31/12/2012	83,3	31/12/2013	78,01	31/12/2014	74,84
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,295	31/12/2010	45,756	31/12/2011	46,189	31/12/2012	45,492	31/12/2013	45,016
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2010	33,8	31/12/2011	31,7	31/12/2011	31,7	31/12/2013	28,5
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	31/12/2010	20,5347	31/12/2012	20,717	31/12/2013	20,9495	30/09/2014	20,1751	31/12/2015	18,1639

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Quadro de Metas

Objetivo: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015	35,00	%	28,00	Considerando as 89 PDP vigentes, em 2015, foram realizadas aquisições de 19 produtos, que totalizaram o montante de R\$ 2,75 bilhões, o que corresponde a 28% das compras totais do Ministério da Saúde. Esta porcentagem é relativa ao cumprimento aproximado de 80% da meta estabelecida para 2015.
Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015	60,00	%	30,00	A participação dos produtos genéricos no mercado brasileiro quadruplicou nos últimos 10 anos. Este desempenho é reconhecido nas políticas de saúde, permitindo a ampliação do portfólio de produtos disponibilizados pelo SUS. Apesar do progressivo aumento da participação destes medicamentos, a meta prevista extrapola o desempenho do setor para todo o período do Plano.
Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ	40,00	Projetos de pesquisa clínica	52,00	Os ensaios clínicos desenvolvidos pela Fiocruz chegaram, em 2013, a um total de 52 e se mantiveram nesse nível em 2014 e 2015.
Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015	73,00	Medicamentos	80,00	Em 2015 foram criados mais 5 produtos novos, sejam de absorção de tecnologia ou desenvolvimento, submetidos a registro, que somados aos 75 existentes, somam um total de 80. Conforme previsto no processo das PDPs, embora não estejamos na fase de produção em Far, estamos disponíveis para fornecimento (aquisição com os respectivos parceiros e embalagem de Far). Esta etapa faz parte do processo de transferência de tecnologia.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos	8,00	Produtores públicos	54,00	Para o ano de 2015, foi disponibilizada para o PROCIS dotação orçamentária da ordem de 121,8 milhões destinados a projetos plurianuais voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão de 09 parques produtivos e 12 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT). Ainda, foram formalizados 29 novos projetos em 2015. De 2012 a 2015 foram apoiados a modernização produtiva de 54 produtores públicos.
Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015	10,00	Produtos	0,00	O CDTS encontra-se em fase final de construção no campus da Fiocruz em Manguinhos e compreenderá um total de 20.000 m2 de área construída. Entretanto, devido à paralisação das obras e as previsões para sua retomada, apenas em final de 2017, a unidade só entrará em operação após 2017. Desta forma, sem a estrutura física concluída, chegar ao produto final não foi possível. O CDTS, porém, possui projetos em desenvolvimento e a Fiocruz possui plataformas em produção.
Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia	2,00	Produtos	1,00	A realização do quantitativo programado para a meta depende de capacidade produtiva e de investimentos que não foi alcançada no período. Aliado a estes fatores, trata-se de um campo da pesquisa e desenvolvimento tecnológico ainda em plena expansão na Fiocruz. A fase de desenvolvimento tecnológico por vezes é prolongada e, aliado às dificuldades de financiamento, principalmente as vivenciadas nestes últimos dois anos, mostrou ter sido uma meta superestimada para a instituição.
Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados	300.000,00	Litros	441.967,00	Em 2014 foram recebidas e armazenadas 552.157 bolsas de plasma, que compõem um volume estimado de 121.475 litros. Em 2015, foram coletadas pela Hemobrás 583.742 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume de 128.423,24 litros de plasma, resultando em um acumulado de 441.967 litros desde 2012.

Objetivo: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Ministério da Defesa

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do FMM	12,00	Estaleiros	8,00	Houve indefinições sobre a continuidade de projetos de alguns estaleiros, impendendo ressaltar que são motivadas pelo interesse privado. Dessa forma, foi suprimido um projeto e acrescentado outro, com outra regionalização, mas mantendo-se a meta em 12 estaleiros. Todavia devido a imprevistos diversos, foi necessário o reescalonamento do cronograma das obras. Todos os projetos estão iniciados sendo 3 previstos para serem entregues em 2016 e 1 em 2017.
Fomentar a contratação de 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	24,50	R\$ Bilhões	23,75	Com o setor aquecido, o FMM fomentou a contratação de quase 97% da meta estabelecida. Em parte isso se deu pelo estreitamento de relações com os agentes financeiros e postulantes, além do estabelecimento de regularidade e aumento da quantidade das reuniões ordinárias do CDFMM. Outros fatores que contribuíram para o alcance da meta foram o aprimoramento dos controles e dos processos internos.

Objetivo: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país	80,00	APLs	273,00	Atividade contínua do MDIC. Atingimento da meta ocorreu em 2013.
Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs	100,00	%	90,00	O Sistema entrará em fase de produção em 2016 com a disponibilização em ambiente externo, para uso do público.

Objetivo: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atrair 40 centros de P&D	40,00	Centros de P&D	39,00	O Governo Federal atuou, por meio de diversas medidas fiscais, de crédito e de regulação, na atração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

Objetivo: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.	5.328,00	Empresas	5.299,00	A referida pesquisa conta com os dados de 128.699 empresas. Os dados apresentados até o momento são da pesquisa de 2013, referente ao período de 2009–2011. A previsão de divulgação da próxima pesquisa é para 2016.
Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários	100,00	Produtos brasileiros	100,00	A meta foi alcançada em 2012. A ação ocorreu em parceria com Centro de Design do Paraná, A participação de 100 produtos brasileiros ocorreu no "iF Product Design Award".
Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design	2,00	Canais de comercialização	2,00	A meta foi concretizada, por meio da abertura de dois canais com redes japonesas: Rede Muji – bens domésticos e bens de consumo; Rede Isetan – produtos diversos.
Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior	5,00	Exposições de design	4,00	Os eventos contribuíram para incrementar a visibilidade internacional do design brasileiro, bem como divulgar a cultura e indústria nacional.
Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014	100,00	%	100,00	A IV Bienal aconteceu em 2012, na cidade de Belo Horizonte, e teve como tema a Diversidade Brasileira e a V Bienal foi transferida para 2015, e ocorreu em Florianópolis, e teve como tema "Design for All".

Objetivo: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos	500,00	Vagas	413.549,00	As demandas por qualificação foram mapeadas nos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior. A meta foi ultrapassada com ampla margem, tendo em vista a estratégia adotada de integração das ações de vários órgãos do Governo Federal.

Objetivo: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia	2.048,00	Profissionais	1.473,00	A principal razão para o não cumprimento da Meta foi a não aprovação do Plano Anual de Treinamento pela Nuclep.
Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários	100,00	%	90,00	Problemas na renovação do contrato atrasaram o desenvolvimento do sistema informatizado para concessão de ex-tarifários.
Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia	12.000,00	Toneladas	14.498,30	Meta alcançada em 2014.

Objetivo: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo	2,00	Rodadas/ano	1,00	Meta anual. Ao longo do período foram realizadas 7 rodadas de negócios. 2012 – 3 rodadas de negócios; 2013 – 2 rodadas de negócios; 2014 – 1 rodada de negócio; e 2015 - 1 rodada de negócio.

Objetivo: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano	700.000,00	Toneladas/ano	700.000,00	Início da produção de PTA em Ipojuca (PE) em 2013. Unidade tem condições de disponibilizar 700 mil t/ano, a depender da demanda. Meta alcançada em 2013.
Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano	124.000,00	Toneladas/ano	0,00	Unidade Três Lagoas: 80% concluído, cronograma para retomada em reavaliação. Unidade Uberaba: em terraplanagem (físico de 39%), houve rescisão contratual (aguarda formalização de contrato, sem previsão.)
Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano	250.000,00	Toneladas/ano	0,00	Com a efetiva privatização da empresa INNOVA no ano de 2014, o monitoramento dessa meta deixou de ser uma tarefa relacionada ao governo, entretanto, a oferta de estireno de 250 mil toneladas/ano não foi concretizada.
Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano	240.000,00	Toneladas/ano	0,00	A unidade de produção de poliéster e resina têxtil ainda não entrou em operação. A Petroquímica de Suape, em Ipojuca (PE) deverá estar em plena atividade no segundo trimestre de 2016.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano	450.000,00	Toneladas/ano	225.000,00	A 1ª etapa de produção de PET (capacidade de produção 225 mil toneladas) entrou em operação em 2014, em Ipojuca (PE). A produção de PET no Complexo Petroquímica de Suape/Ipojuca/PE atingiu plena capacidade em 2015.
Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano	1.210.000,00	Toneladas/ano	0,00	A meta deve ser atingida após conclusão do projeto de Três Lagoas (MS) (cerca de 80% concluído). Obra está paralisada desde de 2015 por decisão da Petrobras em razão de investigações sobre possíveis irregularidades.

Objetivo: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono	1,00	Unidade	0,00	A meta foi parcialmente alcançada com a produção de estudos técnicos setoriais. Em 2016, o MDIC pretende viabilizar com o MMA e o MCTI uma plataforma eletrônica para que o banco de dados seja finalizado e livremente acessado.

Objetivo: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa	10,00	Laboratórios	2,00	Foram implantados um laboratório Nanoespectroscopia, e um de Materiais Cerâmicos. O não alcance da meta deve-se ao fato do primeiro edital de qualificação de laboratórios associados ter sido publicado no final de 2014 e a dificuldade orçamentária e financeira enfrentada em 2015.
Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO	1.180,00	Organismos de avaliação	1.682,00	A meta foi superada devido a: a) novas organizações têm solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, b) publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas; e c) maior interação com órgãos regulamentadores.

Objetivo: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação	30,00	Empresas	195,00	Meta superada devido à atuação dinâmica dos escritórios da Apex-Brasil e ao aporte financeiro disponibilizado pelo BNDES.

Objetivo: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Objetivo: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI	5.000,00	Pessoas/ano	3.605,00	Meta Anual. O não atingimento da meta deve-se à falta de recursos das instituições parceiras para mandar seus funcionários para os cursos que estão sendo ministrados na Sede do INPI, e ainda, devido a severa restrição orçamentária para diárias e passagens. Ao longo do período foram capacitadas 13.910 pessoas.
Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual	60,00	Publicações/ano	24,00	Meta Anual. O total de publicações sofreu impacto na sua execução devido a dificuldades internas enfrentadas pela unidade ao longo do ano, principalmente, no tocante a quantidade de professores da Academia. Ao longo do PPA, foram realizadas 208 publicações sobre PI.
Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial	6.250,00	Registros/ano	3.285,00	Meta Anual. A produção em 2015 foi mais baixa que em 2014 (4.339,00 registros), pois a Divisão de Desenho Industrial não contou com o reforço produtivo do Grupo de Trabalho de exame de primeira instância atuante em 2014.
Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem	150,00	Unidades	35,00	A concessão é condicionada ao número de pedidos de registro depositados e ao cumprimento à legislação vigente.
Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras	123,00	Instituições públicas de educação superior	130,00	A meta foi atingida com o esforço realizado durante todo ciclo do PPA. Foram: 39 instituições em 2012; 35 instituições em 2013; 26 instituições em 2014; e 30 instituições em 2015.
Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame	9,00	Meses	31,00	O não atingimento da meta teve como fator determinante a não contratação de novos examinadores de marcas. Mesmo com essa realidade, houve uma queda no prazo de 74,42 meses em 2013 para 31 meses em 2015. Este resultado deveu-se a aperfeiçoamentos implantados no Sistema IPAS e na melhora dos procedimentos adotados pelo INPI.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.	57,00	Meses	95,80	O não atingimento da meta deve-se a fatores considerados fundamentais: atraso na retomada e normalização do serviço de digitalização e ao não preenchimento de vagas para a função de examinador de patentes.

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.942.760	7.849.831	5.839.799	28.229.903	22.565.529
Despesas Correntes	948.098	928.427	664.851	4.029.688	3.194.930
Despesas de Capital	6.994.662	6.921.404	5.174.948	24.200.215	19.370.599
Orçamento de Investimento das Empresas	1.939.181	865.845	579.071	11.627.834	6.089.890
Totais	9.881.941	8.715.677	6.418.871	39.857.737	28.655.419

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2056 – POLÍTICA ESPACIAL

Visão consolidada do programa

Contextualização dos desafios

O planejamento do Programa 2056 - Política Espacial, para o período do PPA 2012-2015, como uma política pública governamental, parte do seu reconhecimento como importante setor da economia nacional, quer pelo seu elevado conteúdo científico-tecnológico e de inovação, quer pelo aspecto geopolítico e estratégico que ocupa na política governamental, contribuindo de maneira decisiva para a soberania do país.

Dadas as características territoriais e geopolíticas do Brasil, como a grande extensão territorial, as vastas regiões de florestas tropicais, as amplas áreas de difícil acesso e baixa ocupação, as extensas fronteiras e costa marítima, e o significativo volume de recursos naturais, as potencialidades e oportunidades no país de aplicação da tecnologia espacial no atendimento a um rol numeroso de necessidades nacionais são expressivas.

Estas necessidades cobrem as áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância das fronteiras e costas marítimas, previsão do clima e tempo, combate a desastres naturais, meteorologia, redução das desigualdades regionais e até mesmo de promoção da inclusão social, tornando-se necessário ao país dispor de dados e informações transmitidas por satélites para atender a essas necessidades.

Neste contexto, o principal desafio da Política Espacial, estabelecido no PPA 2012-2015 e na Política de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) aprovada pelo Decreto nº 1.332/1994, continua sendo o de capacitar o país para utilizar e aplicar as tecnologias espaciais na solução de problemas do Estado brasileiro e em benefício da sua Sociedade, envolvendo: pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, visando à criação e fabricação de sistemas espaciais completos de satélites e foguetes; desenvolvimento de aplicações que exploram as tecnologias e os dados espaciais nas áreas de observação da Terra, meteorologia, comunicações e navegação; participação contínua e crescente da indústria nacional nos programas e projetos espaciais; implantação e atualização da infraestrutura espacial básica (laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, centros de lançamentos e centros de operação e controle de satélites); formação e desenvolvimento de novas competências humanas, e integração do setor acadêmico nas atividades espaciais.

A infraestrutura espacial desejada e buscada não deve ser entendida só como de centros de lançamento e de operação e controle de satélites ou de laboratórios, mas sim como um conjunto de bens de capital e apoio logístico e de serviços, tão relevante quanto à infraestrutura nos segmentos econômicos de transporte, energia, recursos hídricos ou comunicações, dentro das estratégias nacionais de desenvolvimento do país.

No desenvolvimento da capacitação e na construção da necessária autonomia nacional, a política espacial deve se orientar também pela redução da dependência do país com relação aos acessos de dados e informações providos por sistemas espaciais ou às decisões tomadas em outros países.

Nesse contexto, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos passa a ter grande relevância e constitui em outro importante desafio da política espacial, que reside na necessidade de ampliação e organização da sua cadeia de valores e de fornecedores de bens e serviços espaciais, ainda em estágio nascente.

Por fim, diante da nítida percepção de oportunidade para a exploração comercial de serviços de lançamento de satélites, dada a localização estratégica do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), um desafio se impõe para a adequada manutenção e plena utilização de sua infraestrutura, de modo a permitir a inserção sustentável do Brasil no restrito mercado internacional de lançamento de satélites. Um desafio adicional reside na contribuição do programa espacial para a promoção do maior desenvolvimento econômico-social da região de Alcântara e do seu entorno, o que será possível após a implantação dessa infraestrutura e a atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos, promovendo a geração de empregos qualificados e uma melhor distribuição de renda na Região.

Evolução dos indicadores

No período do PPA 2012-2015, foram definidos três indicadores para o Programa de Política Espacial: Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN); Número de Imagens de Satélites Distribuídas Anualmente; e Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI), cujas evoluções estão apresentadas no Anexo I.

Na apuração do Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN), pode-se verificar que as restrições orçamentárias e financeiras progressivas anuais levaram a uma redução nas contratações, sobretudo para novos projetos do PNAE, o que contribuiu para a redução do índice, impactando principalmente o ano de 2015, com um índice de 13,95%. Reconhece-se que a insuficiência da programação financeira impactou negativamente na apuração do índice, visto que cerca de R\$ 20 milhões deixaram de ser pagos à indústria referentes a eventos entregues e aceitos de contratos industriais. Pode ser observado ainda, conforme tabela abaixo, que essas reduções orçamentárias, agravadas com os limites de contingenciamento orçamentários e financeiros estabelecidos anualmente, acarretaram uma redução progressiva nos valores efetivamente pagos no exercício, em relação aos valores efetivamente empenhados ou liquidados, e uma elevação progressiva nos valores de Restos a Pagar Pagos, o que deixa evidenciado que os pagamentos realizados nos últimos anos relacionam-se, em grande parte, apenas a contratados assinados no passado.

Ano	Autorizado	Empenhado	Liquidado	Pago	RP Pago
2012	496.870.199,00	356.179.041,53	215.442.251,87	213.760.226,00	120.880.269,65

2013	479.467.323,00	367.513.909,97	176.484.710,34	175.530.150,16	69.492.645,81
2014	345.467.323,00	231.258.796,98	88.769.048,06	86.314.208,05	97.049.535,65
2015	226.369.762,00	199.228.230,95	50.143.864,31	43.917.287,49	133.235.684,36

Particularmente em 2015, a redução do índice de 51,7% em relação a 2014 (28,89%), pode ser explicada não só pela redução dos investimentos, mas também por restrições tecnológicas e operacionais verificadas em vários projetos estruturantes e mobilizadores do PNAE, descritas a seguir.

No Programa CBERS, os contratos industriais entraram em fase final com o lançamento do satélite CBERS-4 e os contratos necessários para o desenvolvimento do satélite seguinte da série, o CBERS- 4A, ainda dependem de aprovação de acordo pelo Congresso Nacional para serem firmados.

No Projeto PMM/Satélite Amazonia-1, o contrato para o desenvolvimento da Plataforma Multimissão (PMM) foi encerrado em meados de 2015, cessando os dispêndios industriais para esse projeto, que já se encontra em sua fase final. Novos dispêndios industriais relevantes só ocorrerão após a efetiva integração do satélite, que deverá ocorrer no biênio 2016-2017. Assim, o programa de satélites baseados na PMM voltará a contribuir para o indicador, mas somente após a conclusão de seu primeiro satélite.

No Projeto VLM há recursos disponíveis, mas por dificuldades administrativas não foram firmados os contratos industriais para o desenvolvimento de seus motores, a meta mais importante da fase atual. A expectativa é que as dificuldades sejam superadas em 2016, para que então o projeto seja retomado, passando a contribuir para o indicador.

No Projeto VLS, o mais importante contrato industrial, o de sua rede elétrica, foi encerrado sem que seu objetivo fosse alcançado. Sua interrupção impactou negativamente o indicador, pois cessaram os pagamentos associados aos eventos previstos para 2015.

Na evolução do Número de Imagens de Satélites distribuídas anualmente, observou-se uma redução progressiva ao longo dos anos, justificada pelas dificuldades na atualização do acervo de imagens de sensoriamento remoto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Os satélites CBERS-1, 2 e 2B pararam de operar e o CBERS-3 perdeu-se por falha no seu lançamento, em 2013. O satélite CBERS-4, lançado com sucesso em dezembro de 2014, só pôde ter parte de suas imagens disponibilizadas em dezembro de 2015.

Os satélites americanos Landsat pararam a produção de imagens com o encerramento das operações do Landsat-5, em 2011, e do satélite indiano Resourcesat-1, que teve a transmissão de suas imagens interrompida para o Brasil em 2013. Os novos satélites Landsat-8 e Resourcesat-2 já estão operando, mas por dificuldades na celebração de acordos para baixar as imagens destes satélites para o acervo do INPE, e diante da necessidade de configuração e calibração dos sistemas de recepção e processamento, só foi possível ao INPE voltar a receber as imagens do Resourcesat e do Landsat em 2014 e 2015, respectivamente.

O indicador aponta para o quanto o Brasil ainda é dependente de imagens de observação da Terra de satélites estrangeiros. São necessários maiores esforços para impulsionar e concluir os projetos nacionais de desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto, em particular do Amazonia-1 e CBERS-4A, bem como de outros novos satélites, tais como de sensoriamento remoto por radar (SAR), que ampliarão a capacidade brasileira na produção de imagens por meios próprios e aprimorarão as atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, desastres ambientais e outras aplicações necessárias, em resposta às demandas do governo e da sociedade.

Na evolução do indicador sobre a Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI), dentro do período do PPA 2012-2015, o Brasil se manteve na 11ª posição, com a observação de que no ano de 2015 não houve a publicação da Futron Corporation, responsável pelo Índice de Competitividade Espacial, que foi adquirida em 2014 pela empresa Ascent, o que levou a uma repetição da mesma posição de 2014. Quando da elaboração do indicador, o Brasil situava-se em 10º lugar, visto que o estudo da Futron compreendia apenas 10 países. Quando da alteração, em 2012, para ampliar o grupo de países analisados para um total de 15, o Brasil caiu para 11ª posição e a Austrália passou a ocupar a posição brasileira. De acordo com a publicação de 2014, o Brasil insere-se ainda no grupo de países emergentes, e a classificação em 2014 foi a seguinte:

2014 Rank	Country	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
1	U.S.	95.31	94.33	92.49	91.78	91.36	91.09	90.60	← First Tier
2	Europe	50.18	48.81	50.39	49.15	50.36	49.30	50.34	
3	Russia	36.34	34.29	37.99	39.55	39.29	40.55	43.76	
4	China	18.14	19.35	19.11	23.00	25.66	25.14	24.39	← Second Tier
5	Japan	14.89	21.57	19.68	21.15	20.07	22.06	21.45	
6	India	17.59	15.30	18.07	18.69	19.49	20.33	20.49	
7	Canada	17.64	18.66	18.33	16.09	15.11	15.85	16.75	← Third Tier
8	South Korea	9.81	12.73	9.10	9.42	9.03	9.57	10.80	
9	Israel	8.52	8.81	8.87	8.52	9.02	10.03	10.30	
10	Australia					8.42	8.42	7.73	← Fourth Tier ("Emerging Actors")
11	Brazil	5.04	7.14	7.37	7.73	7.26	7.71	7.42	
12	Ukraine					6.07	5.96	6.05	
13	Argentina					6.29	6.46	5.87	
14	Iran					3.52	4.79	4.46	
15	South Africa					3.24	3.17	3.50	

Fonte: FUTRON'S 2014 SPACE COMPETITIVENESS INDEX – A Comparative Analysis of How Countries Invest in and Benefit from Space Industry. Futron Corporation, USA, 2014.

O indicador mostra o quanto o Brasil precisa ainda se esforçar para poder sair do grupo de países emergentes e passar a ter um maior protagonismo, junto a um grupo imediatamente superior, compreendendo países como Canadá, Coreia do Sul, Israel e Austrália.

Nesse sentido, na dimensão Governo, que compõe o índice, cabe uma elevação no volume dos investimentos governamentais, maior apoio a uma política espacial

nacional, com suporte à inovação por meio de compras/encomendas governamentais e estímulo a ações de cooperação internacional.

Na dimensão Indústria, as empresas devem se capacitar e dominar as tecnologias para fabricação de sistemas espaciais completos, bem como prover serviços de lançamento espaciais.

Já na dimensão Capital Humano, devem ser estimulados na academia mais cursos e atividades na área aeroespacial, bem como despertar o maior interesse e apoio da sociedade ao programa espacial do país.

Resultados mais relevantes

Para fazer frente aos desafios estabelecidos, o Programa Temático concebeu para o PPA 2012-2015 um conjunto de cinco Objetivos, 33 Metas, 20 Iniciativas e três Indicadores.

Os Objetivos estabelecidos para o Programa foram: Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço; Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS); Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa; Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais; e Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, por meio do desenvolvimento de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, continua sendo um dos principais objetivos estratégicos perseguidos pela política espacial brasileira.

Nos esforços e avanços dos trabalhos de preparação e lançamento do VLS XVT-01 (VSISNAV), foi possível concluir a fabricação de todos os itens mecânicos; os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemidas, Telecomando e Responder Radar do quarto estágio do VSISNAV; o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios; e dar continuidade aos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão da maquete de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 81% do estágio de desenvolvimento físico do projeto.

Para completar a fabricação do foguete e viabilizar o voo do VSISNAV, ainda está pendente a integração de suas redes elétricas, que foram contratadas junto à indústria nacional, mas que, por motivos técnicos, não conseguiu cumprir o contrato original, obrigando os gestores do projeto a efetuar a rescisão contratual. Para superar esta dificuldade estão sendo estudadas possíveis alternativas para o desenvolvimento dessas redes, ou até a eventual descontinuidade do projeto.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1) houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, no desenvolvimento de novo propelente, no carregamento do envelope motor com propelente e no desenvolvimento da eletrônica de bordo. Os principais obstáculos para evolução do VLM-1, que residiam no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo, foram amenizados com a celebração de um novo convênio, estabelecido no final de 2014 entre o IAE e uma fundação de apoio (FUNCATE). A nova agenda do desenvolvimento tecnológico do VLM-1 prevê a realização, em 2018, de um voo com carga útil nacional a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

A promoção da inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), embora de alta relevância para o Programa, infelizmente não logrou êxito. Ao longo da execução do Tratado, firmado em 21 de outubro de 2003, entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no CLA, foi verificada a ocorrência de um desequilíbrio na equação tecnológico-comercial que não mais justificava a constituição da parceria estabelecida. Como consequência, o Governo Brasileiro editou, em 24 de julho de 2015, o Decreto Nº 8.494, denunciando o mencionado Tratado, que interrompeu todas as ações em curso.

Não obstante este fato, o propósito de promover a exploração comercial de produtos e serviços espaciais ainda persiste, com as Iniciativas *“Estímulo à organização da base industrial e à comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em veículos lançadores e serviços de lançamento”* e *“Estímulo à organização da base industrial e a comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em satélites e aplicações”*, estabelecidas no PPA para o período de 2016-2019.

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos.

Neste contexto, destaca-se a excelente execução da meta relativa à capacitação de especialistas nas áreas de interesse do Programa Nacional de Atividades Espaciais - PNAE, que ultrapassou o desempenho originalmente planejado. Esse sucesso foi obtido devido ao incentivo que se deu ao crescente interesse das instituições de ensino em promover a fabricação, integração, testes e operação de microsatélite com aplicações tecnológicas e, também, a uma suplementação dos recursos destinados à *“Formação, Qualificação e Capacitação de RH em Áreas Estratégicas do Setor Espacial”*.

Destaca-se também a capacitação de técnicos e engenheiros brasileiros integrantes do Plano de Absorção de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) na França. Estes profissionais, após receberem treinamento básico na forma de cursos introdutórios e avançados para familiarização com o projeto do SGDC e seus respectivos requisitos de missão, iniciaram atividades especializadas envolvendo questões práticas (*“On-Job training”*) nos diferentes sistemas e

subsistemas do satélite. O grupo deverá ao final estar capacitado para conduzir atividades técnicas e gerenciais de projeto, fabricação, testes e operação deste tipo de satélite.

Deu-se ainda continuidade ao Programa Ciência sem Fronteiras Espacial, que concedeu mais de 50 bolsas de estudo no exterior. Foi possível ainda a formalização de acordo entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Americana (NASA) para selecionar estudantes que possam fazer estágios na NASA no período do próximo PPA(2016-2019).

Importante iniciativa ocorreu também ao final de 2015, quanto foi estabelecida nova parceria entre a AEB e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a implementação de um Programa de Qualificação de Recursos Humanos para o Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), compreendendo a capacitação e agregação de recursos humanos para o desenvolvimento de missões espaciais no período de 2016 a 2021, nas áreas de Gerenciamento de Missões, Segmento de Controle Solo, Segmento Espacial, Módulos de Serviço e Carga Útil, Montagem, Integração e Testes (AIT) e Garantia do Produto. O Programa será iniciado em 2016 com o engajamento inicial de 50 profissionais, notadamente nas missões Amazonia-1 e Pequenos Satélites.

Por fim, destacam-se também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial.

Além dos eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, no período do PPA 2012-2015, capacitar mais de 700 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial.

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial.

No âmbito das metas deste Objetivo, cabe destacar como importante marco de realização, a conclusão da formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), conforme o Decreto nº 7.769/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do satélite SGDC. O PATT foi formulado e aprovado em 2013 pelo Comitê Diretor do Projeto SGDC. Os requisitos para a Absorção de Tecnologia foram incluídos no contrato de fornecimento do satélite, enquanto que os da Transferência de Tecnologia foram incluídos no âmbito de um Memorando de Entendimento (MoU), que viria a ser o Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, firmado entre a AEB e a empresa Thales Alenia Space, fornecedora do satélite. A importância do Plano está na estratégia estabelecida para elevar a capacitação do país e o domínio das tecnologias críticas espaciais de satélites, envolvendo sobretudo a indústria nacional, para que

obtenha maior qualificação e participação no desenvolvimento dos futuros satélites geostacionários de comunicação do país.

Neste esforço, destacam-se ainda os projetos de transferência de tecnologia assinados no final de 2015, abrangendo as áreas tecnológicas de propulsão monopropelente para satélites; painéis solares; materiais de interface térmica; painéis de fibra de carbono de alta estabilidade; e tecnologias FPGA e ASIC para aplicações em satélites. Esses projetos envolvem cinco empresas brasileiras, que, além de contar com o apoio tecnológico da empresa Thales Alenia Space, contarão também com recursos de subvenção da FINEP.

Nos esforços de ampliar o domínio das tecnologias críticas, cabe citar ainda o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75. Dentre eles, a produção e o recebimento da Câmara Capacitiva Curta (CTC) produzida pela indústria nacional, importante componente do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido, capaz de gerar 75kN de empuxo. Ensaio a frio foram realizados com esta CTC e a continuidade dos ensaios a quente ocorrerá na Alemanha em 2016. Também foram concluídos o Banco de Ensaio de Bombas Hidráulicas (BTBH) e a adequação do Banco de 20kN para realização dos ensaios à quente do gerador de gás. Também foram realizados os primeiros ensaios de qualificação do Modelo de Desenvolvimento do Sistema de Ignição e os ensaios hidráulicos de desenvolvimento da válvula BVO (Oxidante).

As demais metas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual.

Quanto ao objetivo que trata das missões de satélites, é altamente estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Nesse contexto, devem ser destacados os importantes esforços de cooperação com a China, no âmbito do Programa CBERS (“China-Brazil Earth Resources Satellite”) para o desenvolvimento e lançamento dos satélites CBERS-3 e 4, bem como o desenvolvimento e fabricação do primeiro satélite da série Amazonia.

Tendo em vista a falha ocorrida, em dezembro de 2013, com o veículo lançador chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite CBERS-3 em sua órbita correta, provocando sua reentrada na atmosfera da Terra, foi estabelecido um cronograma extremamente desafiador, antecipando o lançamento do satélite CBERS-4, de dezembro de 2015 para dezembro de 2014. Todos os esforços foram envidados para superar etapas críticas de montagem, integração e testes do satélite, o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da base de lançamento de Taiyuan/China. A fase de comissionamento, para que o satélite entre em operação de rotina, está prevista para ser concluída até maio de 2016, o que deve assegurar a qualidade das imagens e cumprir com

a expectativa planejada de aprimoramento das atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura e outras aplicações.

Os projetos de satélites da família CBERS são importantes meios para a capacitação e consolidação da base industrial espacial brasileira para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites. Entre esses subsistemas, a indústria nacional já domina: suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites, e estruturas em matérias aeronáuticas. Essa capacitação industrial inclui competências tecnológicas, infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais aplicáveis a outros setores em que estas empresas também atuam.

Destacam-se ainda os esforços para a continuidade do programa de cooperação com a China, prosseguindo com o desenvolvimento do satélite CBERS-4A, cujo início ocorrerá após a aprovação pelo Congresso Nacional de Protocolo Complementar firmado pelos dois países para a execução deste projeto de cooperação espacial. Não obstante este fato, foi possível avançar em 2015 com a Revisão Crítica de Projeto (CDR) do CBERS-4A, com previsão de lançamento no segundo semestre de 2018.

Nos esforços para o desenvolvimento dos satélites da série Amazonia, importantes avanços foram obtidos na execução do projeto do Satélite Amazonia-1, relativos a sua agenda de desenvolvimento e Plano de Trabalho. Os principais obstáculos deste projeto quanto aos limites orçamentários e financeiros, bem como quanto à contratação dos equipamentos remanescentes, foram superados com recomposição orçamentária ocorrida em fins de 2015, bem como com a celebração de convênio com fundação de apoio para tornar mais céleres os processos administrativos e operacionais de contratações e compras. Com a superação desses obstáculos, sobretudo pelo lado financeiro, espera-se ser possível realizar o lançamento do satélite Amazonia-1 em 2018.

Por fim, cabe destacar ainda a Iniciativa que trata da “Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)”.

Nesse contexto, a Iniciativa tem como objetivo a implantação da infraestrutura geral e específica para os Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI), visando apoio aos lançamentos governamentais e comerciais, bem como à implementação de medidas sociais e ambientais compensatórias, estabelecidas pelos órgãos de licenciamento ambiental.

Com as demandas decorrentes do empreendimento de comercialização de serviços de lançamento, levados a cabo pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), houve necessidade de expansão da infraestrutura geral do CLA e do CLBI, de modo a capacitá-los para prestar serviços de lançamentos comerciais nos padrões estabelecidos internacionalmente.

Desde 2009, os recursos orçamentários aplicados tanto no CLA quanto no CLBI, contribuíram em muito para a atualização e modernização dos seus Sistemas Operacionais.

A Iniciativa cobriu também a infraestrutura geral de responsabilidade da parte brasileira, como estabelecida no Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no CLA, firmado em Brasília em 21 de outubro de 2003, até a interrupção do projeto ACS, e compreendeu a execução de infraestrutura de redes elétricas; telecomunicações e estradas; desmatamentos; programas ambientais; terraplanagem; abastecimento de água; e abertura de estradas internas.

As principais restrições para o avanço da Iniciativa residem na questão dos recursos orçamentário-financeiros e no atendimento às questões de licenças ambientais, que colaboraram para o atraso do Projeto, previsto inicialmente para ser concluído no final de 2016. Como consequência, houve a necessidade de reprogramação do seu término para o final de 2019.

Cabe ressaltar que, apesar do encerramento do projeto da ACS, a iniciativa, apoiada na Ação Orçamentária 7F40, terá continuidade no próximo PPA 2016-2019 para dar continuidade à implantação da infraestrutura necessária para o funcionamento dos centros CLA e CLBI, em apoio aos lançamentos governamentais previstos no PNAE.

Encontram-se ainda em andamento a construção e implantação do Prédio do Posto Médico do CLA, com conclusão prevista para janeiro de 2016, e a construção da Escola de Ensino Fundamental Caminho das Estrelas, com conclusão prevista para junho de 2016. Esta escola, assim como o Posto Médico do CLA, quando concluídos, contribuirão para minimizar os problemas educacionais e sociais da população do município de Alcântara.

Considerações finais

Na avaliação da execução do PPA no período de 2012 a 2015, pode-se constatar a importância e necessidade da implementação de um conjunto de ações governamentais, de modo a remover os principais obstáculos que se antepõem ao maior desenvolvimento do presente Programa Temático, impedindo maiores ganhos do ponto de vista de eficiência, eficácia e efetividade dos resultados buscados.

Uma das principais limitações do programa espacial brasileiro está nos investimentos, que precisariam ser elevados, contínuos e estáveis, tendo em vista a natureza dos projetos espaciais, que têm características de longo prazo de desenvolvimento. Comparado com países do grupo dos BRICS, o Brasil investe recursos da ordem de U\$ 150 milhões anuais, enquanto que outros investem cifras na casa de bilhões de dólares, tais como a Rússia (U\$ 5,4 bi), China (U\$ 3,4 bi) e Índia (U\$ 1,1 bi).

Associada à questão dos investimentos, há necessidade também de recomposição dos quadros de especialistas das duas principais instituições de pesquisas espaciais no país (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/MCTI, e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA/MD), que têm sofrido importantes perdas de pessoal ao longo dos últimos anos, bem como da AEB, que carece ainda de quadro próprio de pessoal.

Também se faz necessária uma revisão do marco legal para o setor, em especial a legislação que trata de licitações e contratos governamentais, que não é a mais adequada para a contratação de projetos que envolvam desenvolvimentos tecnológicos.

Por fim, faz-se necessário também rever o sistema de governança da Política Espacial, elevando-a à condição de política de Estado, pela sua importância geopolítica e estratégica para o País.

Considerando que no PPA 2012-2015 um elevado número de metas não foi alcançado, por estarem ou muito pulverizadas ou sem foco estratégico, foi feito um grande esforço para redução dessas metas, focando apenas naquelas que fossem absolutamente estratégicas e exequíveis, o que trouxe para um total de apenas sete metas no PPA 2016-2019.

Sem perder de vista as questões estratégicas e os principais desafios do Programa Temático, houve também um esforço de redefinição e fusão de Objetivos, para dar maior integração e alinhamento da sua execução com as ações orçamentárias finalísticas que dão suporte à realização dos Objetivos e Metas estabelecidos.

Para não perder de vista a importância dos esforços de comercialização de produtos e serviços espaciais, como preconizado na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), o Objetivo que tratava da comercialização de serviços de lançamento de satélites foi transformado, no PPA 2016-2019, em duas iniciativas associadas a veículos lançadores e a satélites e aplicações. No que diz respeito às ações orçamentárias finalísticas, a ação “Desenvolvimento, Manutenção e Atualização da Infraestrutura Espacial” foi também suprimida e suas atividades foram redistribuídas para outras ações finalísticas do Programa, para conferir melhor alinhamento com os Objetivos estabelecidos e facilitar a execução orçamentária, minimizando a necessidade de remanejamento de recursos entre ações.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	31/12/2012	23	20/02/2014	25,9	31/12/2014	28,89	31/12/2015	13,95
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2012	360.582	31/12/2013	293.877	31/12/2014	199.195	28/12/2015	199.081
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	02/08/2012	11	02/08/2012	11	30/01/2015	11	30/01/2015	11

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Quadro de Metas

Objetivo: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento	40,00	Foguetes suborbitais	45,00	Meta alcançada.

Objetivo: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa	1.000,00	Professores	760,00	Restrições de natureza orçamentário-financeira limitaram o maior deslocamento da equipe e colaboradores do Programa AEB-Escola para outros Estados do País.
Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa	100,00	Especialistas	191,00	A meta foi superada graças ao Edital AEB/MCTI/CNPq nº 33/2010, ao Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do satélite SGDC e ao projeto ITASAT

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais	300,00	Bolsas	63,00	O baixo número de bolsas implementadas decorreu, por um lado, pela não implementação das bolsas nas modalidades Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, e por outro, pela demanda reduzida nas modalidades Pós-Doutorado no Exterior e Doutorado Sanduíche. Adicionalmente, apesar da elevada demanda existente para as bolsas nas modalidades Pesquisador Visitante Especial e Atração de Jovens Talentos, a oferta de bolsas nos Editais lançados, no entanto, foi bastante reduzida.
Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais	6,00	Eventos/ano	14,00	Meta superada. Até o final de 2015, foram apoiados um total de 35 eventos, o que perfaz uma média superior a 8 eventos por ano.

Objetivo: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários	50,00	%	3,70	A insuficiência de recursos, associada com os sucessivos atrasos na liberação dos recursos, comprometeram o avanço da Meta, possibilitando, para o exercício de 2015, o cumprimento de apenas 1,7% do planejado.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	294.758	226.370	50.144	1.548.175	856.103
Despesas Correntes	92.006	86.018	39.366	401.185	300.471
Despesas de Capital	202.751	140.351	10.778	1.146.990	555.633
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	294.758	226.370	50.144	1.548.175	856.103

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2057 – "POLÍTICA EXTERNA"

Visão consolidada do Programa

O programa "Política Externa" (2057) do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 teve como objetivos principais o fortalecimento das relações diplomáticas bilaterais do Brasil; a continuidade de seu engajamento ativo nos debates sobre os principais temas globais; a ampliação de sua rede de acordos em diversos campos; e a difusão e a projeção de sua imagem no mundo. A esses eixos temáticos subjaz o propósito de fazer da política externa sempre e cada vez mais um instrumento para o desenvolvimento do País, à luz das diretrizes estratégicas do Plano: trabalhar para que o Brasil seja reconhecido como um modelo de desenvolvimento sustentável e uma nação democrática e soberana, que defende os direitos humanos, a paz e o desenvolvimento do mundo.

No quadriênio 2012-2015 o Brasil buscou colaborar com a construção de uma ordem internacional mais justa e dotada de instituições de governança mais representativas; com o fortalecimento do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias; com a promoção do desenvolvimento sustentável; com a abertura de novos mercados e com avanços equilibrados nas negociações econômico-comerciais nos foros multilaterais; com a promoção e a proteção dos direitos humanos; e com a ampliação do acesso do País a novos conhecimentos no campo da educação e da ciência, tecnologia e inovação. Soma-se a esses objetivos o fortalecimento do apoio a cidadãos e empresas brasileiras no exterior, uma das prioridades da política externa brasileira.

Quinze objetivos integraram o programa "Política Externa" do PPA 2012-2015. Houve avanços na consecução das metas e das iniciativas vinculadas a cada um deles, especialmente naquelas que dizem respeito ao fortalecimento das relações bilaterais do Brasil e de sua atuação em foros internacionais, como as previstas nos objetivos "participação nos esforços de reforma da governança global", "participação nos debates sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais" e "participação nas negociações nos organismos comerciais multilaterais". Em todos esses casos, como se verá, o Brasil logrou manter perfil ativo e consolidar-se como um importante ator do sistema multilateral.

As principais dificuldades enfrentadas disseram respeito aos objetivos que previam ações cuja execução dependia de adequada disponibilidade orçamentária. A meta relativa à construção de Embaixadas, Delegações Permanentes ou Consulados, bem como as iniciativas individualizadas para a aquisição de imóveis ou construção de Chancelarias, não foram integralmente cumpridas em razão de restrições orçamentárias supervenientes. Desafios similares caracterizaram, por exemplo, a expansão do número de missões ou de eventos de promoção comercial. Em um contexto de limitações orçamentárias no período em análise, o Ministério das Relações Exteriores pautou sua atuação pela busca de maiores eficiência e racionalidade de seus gastos, de modo a seguir cumprindo adequadamente suas atribuições.

Relações bilaterais

O Brasil logrou, no quadriênio 2012-2015, aprofundar e diversificar sua rede de relações diplomáticas.

O País é uma das onze nações com relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. As ações de seus 226 Postos no exterior (139 Embaixadas, 71 Repartições Consulares, 13 Missões ou Delegações junto a Organismos Internacionais e 3 Escritórios) têm permitido a identificação de novas oportunidades comerciais e de investimento; de cooperação em setores estratégicos tais como educação, ciência, tecnologia e inovação, defesa, entre outros; e de defesa ativa dos interesses brasileiros nas negociações em curso nos principais foros multilaterais. No intuito de manter interlocução regular com países de todos os continentes, foram estabelecidas, em 2015, relações diplomáticas com as Ilhas Cook, elevando o número total de Estados com os quais o Brasil mantém relações para 195.

O Governo deu prosseguimento à estratégia de aproximação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, tendo como propósitos a ampliação dos fluxos de comércio e de investimentos e o fortalecimento da cooperação em diversos domínios.

A chamada "diplomacia presidencial" desempenhou papel importante no aprofundamento das relações bilaterais, na diversificação das relações exteriores do Brasil e na consolidação de sua imagem como ator global. A Senhora Presidenta da República realizou 55 viagens ao exterior no quadriênio em tela, das quais 37 de natureza bilateral. Nas visitas de caráter exclusivamente bilateral, nota-se a diversidade de destinos: 16 a países da América Latina e Caribe; 13 a países da Europa; 3 à América do Norte; 3 à África; 1 à Ásia; e 1 ao Oriente Médio. Apenas em 2015 foram realizadas visitas bilaterais da Senhora Presidenta da República aos Estados Unidos, ao México, à Itália, à Suécia, à Finlândia, à Colômbia e ao Uruguai. Em todas essas oportunidades foram assinados acordos relevantes de cooperação em diversos setores.

A Senhora Presidenta da República recebeu 54 visitas bilaterais de Chefes de Estado e de Governo no período 2012-2015. Apenas em 2015, além dos encontros mantidos por ocasião das cerimônias de posse no segundo mandato, foram recebidos, em Brasília, o Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang; a Chanceler da República Federal da Alemanha, Angela Merkel; a Presidenta da Coreia do Sul, Park Geun-Hye; e os Presidentes do Uruguai José Mujica e Tabaré Vázquez.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, por sua vez, realizou 112 viagens ao exterior, excluídas do cômputo aquelas em que acompanhou a Senhora Presidenta da República. Em 2015, foram realizadas viagens a todos os continentes, com destaque para a realização de visita bilateral a 9 países africanos e 5 países asiáticos.

Reforma da governança global e diplomacia multilateral

Uma das principais vertentes da atuação externa do Brasil no período em tela foi seu contínuo engajamento nos debates sobre a reforma das instituições de governança global.

O G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) deu continuidade a seus esforços para fazer avançar, na Organização das Nações Unidas, os debates sobre a reforma do Conselho de Segurança. Em 2015 foi realizada, pela primeira vez desde 2004, Cúpula de Chefes de Estado e Governo do grupo. Entre 2014 e 2015, ao longo da 69ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, houve avanço em direção a negociações mais concretas e baseadas em texto, havendo a expectativa de que debates substantivos sobre a reforma sejam iniciados ainda em 2016.

Da mesma forma, o Brasil continuou, em diversos foros – notadamente no G-20 econômico-financeiro e no BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) – a propugnar uma reforma efetiva das instituições de governança econômico-financeira. A Senhora Presidenta da República participou de todas as Cúpulas desses dois foros no período 2012-2015. Em dezembro de 2015 entrou em vigor o novo sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que permitirá maior poder de votos aos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil.

Nos últimos quatro anos, tanto o G-20 econômico-financeiro quanto o BRICS consolidaram-se como novos e importantes atores no processo de atualização da arquitetura de governança global. No caso específico do BRICS, o período 2012-2015 foi caracterizado pela crescente institucionalização do bloco. Em 2014, durante a Cúpula de Fortaleza, seus membros decidiram criar o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Esses dois mecanismos entraram em vigor em 2015: o primeiro constitui importante instrumento para o financiamento de ações em países em desenvolvimento, especialmente no campo da infraestrutura, e o segundo representa importante rede de proteção financeira aos países membros.

O Brasil também deu passos importantes na diversificação de sua participação na arquitetura econômico-financeira internacional ao aderir, em 2015, ao Acordo Constitutivo do Banco de Investimentos e Infraestrutura da Ásia (AIIB). Todos os membros do BRICS são também membros fundadores do AIIB.

Não foi realizada, no quadriênio, Cúpula do Foro IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Concluiu-se, porém, a negociação do acordo que formaliza o "Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza".

No contexto do fortalecimento dos mecanismos de diálogo e cooperação inter-regionais, a Presidenta da República participou da III Cúpula da ASPA (América do Sul-Países Árabes) em 2012, em Lima, e da III Cúpula da ASA (América do Sul-África), em Malabo, em 2013. Esses dois mecanismos têm permitido maior aproximação do Brasil com países árabes e africanos.

A Senhora Presidenta da República participou da abertura do debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas em todos os anos entre 2012 e 2015. Em junho de 2012, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, a maior conferência da história das Nações Unidas, a Conferência Rio+20, que deu novo impulso ao compromisso político da comunidade

internacional com o desenvolvimento sustentável. Foi lançado, na ocasião, o processo intergovernamental para o estabelecimento dos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS). Os esforços nesse sentido foram bem-sucedidos e resultaram na aprovação da "Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030" durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Nova York em setembro de 2015, que também contou com a participação da Presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil também participou da III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Adis Abeba em julho de 2015. Na ocasião, defendeu o apoio da comunidade internacional no financiamento a ações em apoio à Agenda 2030.

Outro avanço relevante no plano multilateral foi a adoção do Acordo de Paris ao amparo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), aprovado em dezembro de 2015 na 21ª Conferência das Partes (COP-21). O Brasil teve papel de relevo na apresentação de propostas e na negociação dos dispositivos do novo acordo, tal como o mecanismo que incentiva os países detentores de florestas a combater o desmatamento, conhecido como "Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal", REDD+. Em setembro de 2015, o Brasil apresentou sua "pretendida contribuição nacionalmente determinada" (iNDC, na sigla em inglês) ao novo acordo, que incluiu metas ambiciosas para mitigação e ações robustas de adaptação.

No campo da paz e da segurança internacionais, a atuação do Brasil foi pautada pela defesa da solução pacífica de conflitos, do desarmamento e da não proliferação.

O Brasil manteve, no quadriênio ora em análise, presença militar e policial em 10 das 16 operações de manutenção da paz das Nações Unidas. O País encerrou 2015 como o 24º maior contribuinte de tropas, com cerca de 1.300 militares e policiais desdobrados. Desde 2004 o Brasil tem dado relevante contribuição para a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), contribuindo hoje com um batalhão e com o comando militar da missão. É também responsável pela nau capitânia e pelo comando naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Entre 2013 e 2015 o General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz exerceu o comando militar da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO).

Em 2015, o Brasil participou ativamente da IX Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, durante a qual voltou a defender maior equilíbrio no cumprimento dos objetivos estabelecidos nesse instrumento, especialmente nos pilares do desarmamento e da não proliferação. Complementarmente, o País seguiu participando das Conferências e reuniões de peritos dos instrumentos internacionais voltados para o desarmamento e para a proibição de armas químicas e biológicas. Além disso, assumiu, por aclamação, a Presidência da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), para o biênio 2015-2016. Trata-se do mais importante órgão político da Agência.

O Governo brasileiro, ademais, tem exercido papel relevante na defesa do estabelecimento de quadro normativo sobre a conduta dos Estados em matéria cibernética.

Cabe mencionar, ainda, que o Brasil manteve seu compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos no plano internacional, com grande engajamento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (tendo sido eleito em novembro de 2012 para mandato no período 2013-2015). O País tem mantido periodicamente diálogos bilaterais sobre direitos humanos com China, Rússia, União Europeia e Estados Unidos da América (EUA). Além disso, foi, junto com a Alemanha, protagonista na aprovação de resolução sobre direito à privacidade na era digital e na criação da Relatoria Especial sobre o Direito à Privacidade, um dos avanços centrais do Conselho de Direitos Humanos em 2015.

Igualmente importantes foram a eleição de diversos candidatos brasileiros a órgãos regionais e internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos: Roberto de Figueiredo Caldas, eleito em junho de 2012 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Maria Margarida Pressburger, eleita em outubro de 2012 para o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU; Wanderlino Nogueira Neto, eleito em dezembro de 2012 para o Comitê de Direitos da Criança da ONU; José Augusto Lindgren Alves, eleito em junho de 2013 para o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU; Paulo de Tarso Vannuchi, eleito em junho de 2013 para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e Renato Zerbini Ribeiro Leão ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em abril de 2014.

Destaca-se, por fim, a exitosa organização, em Brasília, da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em outubro de 2013; do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013; e do XXI Congresso Panamericano da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2014.

Diplomacia econômico-comercial

O Brasil manteve o seu perfil de participante ativo nos debates dos organismos comerciais multilaterais, evidenciado pela eleição do Embaixador Roberto Azevedo, em maio de 2013, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como pelo papel de destaque do País nas negociações realizadas no âmbito da X Conferência Ministerial da OMC, realizadas em Nairóbi em dezembro de 2015. Nessa ocasião, foi adotado o compromisso de proibir subsídios à exportação de produtos agrícolas e de disciplinar medidas equivalentes. Trata-se de avanço importante para países em desenvolvimento, especialmente para os grandes exportadores agrícolas.

Com vistas a seguir expandindo a rede de relacionamento econômico-comercial do País, uma das prioridades atuais do Governo brasileiro é a ampliação da rede de acordos do MERCOSUL com outros países e grupos de países. O Brasil tem buscado impulsionar os esforços no âmbito do MERCOSUL para assegurar que as negociações com a União Europeia avancem para a etapa de troca de ofertas de acesso a mercados. Em 2015 o MERCOSUL concluiu suas tratativas internas e anunciou estar pronto para a troca de ofertas, aguardando definição do lado europeu.

O bloco também tem dado continuidade à política de promover e expandir acordos comerciais com países em desenvolvimento. Em dezembro de 2014, foram assinados o Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a República do Líbano e o Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica com a República da Tunísia. Ao longo dos últimos quatro anos também foram organizados diversos diálogos entre o MERCOSUL e outros parceiros extrarregionais, com vistas à celebração futura de acordos comerciais. É o caso do Canadá, da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, agrupamento integrado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), da Coreia do Sul e do Japão. Encontra-se em discussão, além disso, a ampliação do acordo de preferências tarifárias fixas com a Índia.

No campo específico da diplomacia econômico-comercial, o Brasil seguiu trabalhando em prol da abertura de mercados, da prospecção de oportunidades de investimentos e do apoio à internacionalização de empresas brasileiras. O País continuou a trabalhar pela redução das barreiras sanitárias e fitossanitárias que vinham impedindo ou criando obstáculos a suas exportações, assim gerando crescimento no número de estabelecimentos autorizados a exportar carnes para grandes mercados, como a Rússia e a China. Em 2015 logrou, ademais, firmar acordo para a exportação de carne bovina "in natura" para os Estados Unidos.

A despeito de restrições orçamentárias, o Governo brasileiro, em parceria com entidades privadas, continuou empenhado em ações de inteligência e promoção comercial, por meio da realização de missões e da participação em feiras, exposições e eventos voltados à promoção do turismo no Brasil, com ênfase na realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.

No período em análise o Brasil intensificou a cooperação e o diálogo junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em junho de 2015, foi assinado Acordo de Cooperação que institucionaliza a participação brasileira em diversos foros da OCDE e estabelece os mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras, com ênfase em projetos conjuntos em temas econômicos, de governança pública, combate à corrupção, ciência, tecnologia e inovação, entre outros.

Outro avanço relevante no quadriênio foi a negociação dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), cujo modelo foi desenvolvido pelo Brasil. A partir de 2015 já foram assinados acordos desse tipo com Angola, Colômbia, Maláui, México e Moçambique, bem como iniciadas negociações com Chile e Peru.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), energia e educação

No campo da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil obteve o compromisso da China com a continuidade do projeto do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS); intensificou a cooperação com a Alemanha para o desenvolvimento conjunto de Veículo Lançador de Microssatélites (VLM) brasileiro; e, em parceria com o Japão, logrou lançar, em 2015, os primeiros nanosatélites brasileiros.

Em São Paulo, em 2014, o Governo brasileiro realizou a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – "NETmundial", a qual foi um desdobramento da proposta de debate sobre um "Marco Civil Internacional" para a Internet apresentada pela Presidenta Dilma Rousseff na abertura da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2013.

Em novembro de 2015 foi realizada, em João Pessoa, sob a organização do Comitê Gestor da Internet no Brasil, a X edição do Fórum de Governança da Internet (IGF). O Brasil tem assumido papel de destaque no processo de elaboração de proposta para a transferência, do governo norte-americano para a comunidade global internacional, do controle sobre a gestão dos recursos críticos da Internet, defendendo uma Governança da Internet multissetorial, multilateral, democrática e transparente.

Tiveram continuidade também os esforços na cooperação em TV Digital nos âmbitos bilateral e multilateral. Destaca-se a adoção, pela Nicarágua, do padrão ISDB-T, o que elevou para 18, em 2015, o número de países que já optaram pelo sistema nipo-brasileiro. O Brasil manteve ainda esforço de aproximação com países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro.

O Brasil deverá, nos próximos anos, continuar a desenvolver estratégia internacional na área de ciência, tecnologia e inovação, mediante a aproximação entre interlocutores brasileiros e internacionais das áreas governamental, acadêmica e do setor privado e a colaboração com instituições de ponta no exterior.

O País, ademais, tem-se apresentado como interlocutor importante nas discussões internacionais sobre o setor energético, em razão do variado leque de energias limpas e renováveis em sua matriz energética e de seu grande potencial nos setores de gás e de petróleo. No quadriênio em análise, buscou-se priorizar a atração de investimentos e o intercâmbio de experiências e tecnologias com atores internacionais relevantes, em especial Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e os países dos BRICS. O Brasil seguirá trabalhando para ampliar o reconhecimento do etanol como solução sustentável para a redução das emissões de carbono.

Na seara educacional, o Brasil deu continuidade aos seus programas de cooperação acadêmica internacional Sul-Sul: Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Programa de Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG), pelos quais são selecionados para vir estudar no Brasil, a cada ano, cerca de 600 estudantes de graduação e 250 estudantes de pós-graduação, todos provenientes de países em desenvolvimento.

No que tange à capacitação dos quadros da carreira diplomática, deu-se prosseguimento ao trabalho de formação de diplomatas no Instituto Rio Branco. Foram realizados concursos anualmente e deu-se prosseguimento ao Programa de Ação Afirmativa (que já concedeu, entre 2003 e 2015, 406 bolsas) e do Programa de Bolsas de Estudo para Jovens Diplomatas Estrangeiros. Um dos desafios pendentes é o aumento da taxa de afrodescendentes aprovados do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Em 2015 o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática foi realizado já sob a vigência da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no

âmbito da administração pública federal. Integram a turma aprovada no concurso de 2015 seis alunos afrodescendentes, de um total de trinta servidores admitidos.

Comunidade brasileira no exterior

Um dos principais aspectos da atuação do Ministério das Relações Exteriores no quadriênio 2012-2015 foi o fortalecimento do apoio prestado à comunidade brasileira no exterior.

Os números de atendimento a cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito no exterior têm crescido ano a ano, tendo totalizado, apenas em 2015, mais de 2,7 milhões. Mesmo em conjuntura de escassez de recursos, tem-se buscado manter a prática de realização de consulados itinerantes. Fortaleceu-se, também, a coordenação entre o Itamaraty, por meio de sua rede de Postos, e o Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior, que acompanha e coordena os trabalhos dos 53 Conselhos de Cidadãos e Cidadania espalhados pelo mundo.

Vale salientar, igualmente, a importância dos acordos de previdência social, nos níveis bilateral e multilateral, que beneficiam diretamente os cidadãos brasileiros que trabalham no exterior. Até o final de 2015, o Brasil contava com 13 acordos de previdência social (bilaterais e multilaterais) em vigor. Em 2015, foi assinado Acordo de Previdência Social com os Estados Unidos.

Ao longo do período em tela entrou em funcionamento nova versão do Sistema Consular Integrado – Nova Geração, com o intuito de modernizar os métodos de trabalho do serviço consular brasileiro. Atualmente, a Rede Consular Brasileira é responsável pela produção de mais de 1,6 milhão de documentos por ano. Mais de 10 milhões de pessoas – brasileiros que vivem no exterior ou que viajam, além de estrangeiros – são usuárias potenciais dos sistemas de processamento de dados do Itamaraty.

No quadriênio 2012-2015 um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil foi o de lidar com o fluxo de migrantes haitianos que chegavam ao País. O Brasil reforçou sua atuação com os países vizinhos, especialmente Peru e Equador, para proteger os direitos dos migrantes e para coibir a atuação de redes criminosas. O Brasil é o único país do continente que adota política migratória especial, de caráter humanitário, para nacionais do Haiti. Desde 2012, já foram concedidos em torno de 30 mil vistos permanentes de caráter humanitário a nacionais haitianos.

O Brasil também estabeleceu política especial para concessão de vistos humanitários a cidadãos afetados pelo conflito na Síria. Desde 2013, foram concedidos mais de 8 mil vistos dessa natureza e mais de 2 mil sírios já foram oficialmente reconhecidos como refugiados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

Diplomacia cultural e promoção da língua portuguesa

No cumprimento do objetivo de ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, foram realizados diretamente ou em parceria com outras instituições 100 debates, publicadas 243 obras e realizados 10 cursos para diplomatas estrangeiros no período de 2012 a 2015. Em janeiro de 2015, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) foi classificada, por estudo da Universidade da Pensilvânia, na 42ª posição entre os melhores centros governamentais e intergovernamentais do mundo.

Cumprir também os bons resultados na difusão do conhecimento sobre a variedade brasileira da língua portuguesa, elemento importante na difusão da imagem do Brasil e na manutenção de vínculos da comunidade brasileira com o País. No período 2012-2015, foram realizados 36 cursos para capacitação de professores no exterior (superando a meta de 25), expandiu-se a rede de centros culturais brasileiros (de 22 para 24) e foram realizados, no exterior, 55 cursos de português como língua de herança (superando-se a meta original de 40 cursos).

Cooperação técnica e humanitária

Deu-se seguimento, no quadriênio 2012-2015, ao objetivo de diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil. Foram realizadas, em 2015, 132 ações de cooperação técnica em benefício de 33 países, nos setores de agropecuária, defesa, desenvolvimento social, educação, meio ambiente, saúde, segurança pública, trabalho e emprego.

No campo da cooperação técnica multilateral, as iniciativas envolveram mais de uma centena de instituições executoras brasileiras e duas dezenas de organismos internacionais. Em 2015, executaram-se cerca de 230 projetos na área multilateral, com volume de execução financeira de aproximadamente R\$ 440 milhões. Já no âmbito dos programas bilaterais, a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou resultados relevantes, de 2012 a 2015.

No campo da cooperação humanitária, o Governo brasileiro empreendeu em 2015, mesmo num cenário de restrições orçamentárias, 39 ações de cooperação humanitária, nas vertentes emergencial e estruturante, totalizando aproximadamente 10,7 milhões de dólares, em benefício de cerca de 30 países na América Latina, África e Ásia e Oriente Médio. O Brasil respondeu a apelos de emergências em saúde de diversos países, por meio da doação de 940 toneladas de medicamentos, avaliados em mais de 490 mil dólares, e do envio de mais 16,5 mil toneladas de alimentos (arroz e feijão), avaliados em mais de 7,3 milhões de dólares.

Na vertente estruturante da cooperação humanitária brasileira, o Programa PAA África ("Purchase from Africans for Africa"), inspirado no programa brasileiro de compra da agricultura familiar para programas de alimentação escolar, logrou beneficiar mais de 120 mil estudantes em cinco países africanos (Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger, Senegal).

Na vertente emergencial, em parceria com o Ministério da Justiça, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) recebeu do Brasil 1,3 milhão de dólares para projetos voltados à proteção, assistência e reintegração de refugiados, principalmente aqueles de origem síria, a serem executados em 2016. Além disso, em 2015 o Governo brasileiro participou ativamente da 39ª Conferência da FAO, ocasião em que o brasileiro José Graziano da Silva foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral, tendo recebido 177 votos de um total de 182 delegações nacionais votantes.

Considerações finais

No âmbito do PPA 2016-2019, os temas afetos à política externa brasileira são caracterizados por mudanças qualitativas importantes com relação ao Plano recém-concluído. A primeira delas é a fusão dos programas "Política Externa" e "Integração Sul-Americana", o que propiciará uma visão integrada dos principais projetos e desafios no campo da atuação externa do Brasil. O sentido ou visão de futuro estabelecido no PPA 2016-2019 foi o de projetar a imagem do Brasil como um País democrático, soberano, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Modificação importante realizada no PPA 2016-2019 foi a delimitação mais precisa dos principais objetivos da política externa brasileira. Optou-se, dessa forma, por uma ênfase em aspectos estratégicos, consubstanciados em oito objetivos centrais: a) fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul; b) reforçar a atuação da diplomacia econômico-comercial; c) consolidar o papel do Brasil como ator global; d) atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global; e) estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades; f) zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares; g) fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais; e h) projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

A redução no número de objetivos, de 27 (se somados os programas "Política Externa" e "Integração Sul-Americana" do PPA 2012-2015) para oito, contribuirá para facilitar a compreensão das prioridades da atuação externa do Brasil pelo público em geral. Esse sentido mais estratégico que se imprimiu ao PPA 2016-2019 facilitará, ao final do quadriênio, uma avaliação qualitativa que tome em conta não apenas metas ou iniciativas específicas, mas também as diretrizes fundamentais da política externa brasileira e sua contribuição efetiva para a promoção do desenvolvimento do País.

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35	12/03/2012	35	12/03/2012	35	12/03/2012	35

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Quadro de Metas

Objetivo: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados	22,00	Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados	2,00	A aquisição e a construção de novos imóveis para sediar as dependências de representações brasileiras no exterior precisaram ser adiadas em razão não apenas do ajuste orçamentário por que passou o Itamaraty, no intuito de reduzir despesas e maximizar a utilidade dos recursos para manutenção das atividades-fim, mas também da expressiva variação cambial em desfavor da moeda brasileira, o que encareceu o preço dos imóveis no exterior quando calculado em Real.

Objetivo: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.	15,00	Atividades de treinamento e capacitação	74,00	
Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.	25,00	Participação institucional	7,00	O resultado refletiu reorientação de prioridades, com vistas a focalizar mercados estratégicos no exterior.
Ampliar em 20% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet.	20,00	%	40,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior.	190,00	Eventos Anuais	410,00	
Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação.	25,00	Roadshows	41,00	
Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos.	100,00	Contratações Anuais	591,00	
Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).	6,00	Cidades sul-americanas	0,00	No quadriênio 2012-2015 foram realizados seminários do PSCI na Argentina, Colômbia, Equador, Peru e Suriname. Não houve demanda por seminários em 2015.
Melhorar a qualidade dos serviços prestados em 78 dos 100 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) já em operação, em termos de disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura.	78,00	Setores de Promoção Comercial	66,00	Parte dos SECOMs previstos na meta original de 2015 logrou antecipar o treinamento programado para o exercício de 2014.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema.	2,00	Reuniões/ano	8,00	Em 2015, houve quatro encontros com o governo do Goiás e reuniões individuais com os governos de Minas Gerais, de Santa Catarina, de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que perfaz um total de oito reuniões.

Objetivo: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir de 12 para 15 o número de países com Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) brasileiros.	15,00	Países	13,00	Embora sem constituir formalmente um Setor de Ciência e Tecnologia (SECTEC), a maioria das Embaixadas conta com diplomata responsável, entre outros assuntos, pelo tema Ciência, Tecnologia e Inovação. A abertura de SECTEC depende, via de regra, da possibilidade de contar com funcionário com dedicação exclusiva, o que, sobretudo nos Postos menores, não é viável. As principais iniciativas de cooperação em C,T&I, salvo poucas exceções, foram realizadas com países onde já existem Postos com SECTEC.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir de 14 para 19 unidades o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior.	19,00	Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC)	15,00	Embora sem constituir formalmente um SECTEC, a maioria Postos nos exterior conta com diplomata responsável, entre outros assuntos, pelo tema Ciência, Tecnologia e Inovação. A abertura de SECTEC depende, via de regra, de funcionário com dedicação exclusiva, o que, sobretudo aos Postos menores, não é viável. Cabe mencionar que foi aberto mais um SECTEC pelo Consulado-Geral do Brasil em Atlanta, em fevereiro de 2016, diante da crescente atração de instituições de C,T&I para aquela região.

Objetivo: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%	89,41	%	93,32	

Objetivo: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma	10,00	% ao ano	13,63	A meta foi superada durante todos os anos do PPA.
Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%	7,00	% ao ano	20,00	A meta só foi superada no ano de 2015, graças à lei de quotas.

Objetivo: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão

Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir de 5 para 25 os cursos de capacitação de professores no exterior.	25,00	Cursos	36,00	Foi possível realizar cursos de capacitação de professores em cerca de 20 países, muitos dos quais em colaboração com instituições parceiras locais.
Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior.	100,00	Leitorados brasileiros no exterior	28,00	Entre 2012-15, 139 Leitores foram enviados ao exterior. Ao final do período, 28 Leitores permaneciam em exercício, máximo possível dentro do orçamento disponível para a iniciativa.
Realizar 40 cursos de português como língua de herança no exterior.	40,00	Cursos	55,00	Atividades de promoção do português como língua de herança foram realizadas na jurisdição de cerca de 30 Postos do Brasil no exterior.
Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 24 a Rede de Centros Culturais Brasileiros.	24,00	Rede de Centros Culturais	24,00	Foram inaugurados os Centros Culturais Brasileiros na Argentina e em Israel. O Centro Cultural Brasil-Angola mudou-se para nova sede. Todos os Centros Culturais receberam novos equipamentos no período.

Objetivo: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão

Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira	120,00	Obras	243,00	Foram publicadas 243 (duzentas e quarenta e três) obras em todo o período 2012-2015, superando em 102,5% (cento e dois e meio por cento) a meta de 120 (cento e vinte) publicações previstas no PPA sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira.
Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros	10,00	Cursos	10,00	Atingiu o cumprimento de 100% (cem por cento) da meta no PPA, que previa 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros para o período 2012-2015.
Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional	60,00	Debates	100,00	De 2012 a 2015, foram realizados diretamente ou em parceria com outras instituições 100 (cem) debates, superando em 67% (sessenta e sete por cento) a meta de realização de 60 (sessenta) debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional para todo o período do PPA 2012-2015.
Realizar dois concursos acadêmicos sobre temas de relações internacionais, com enfoque nos temas da política externa.	2,00	Concursos acadêmicos	2,00	Publicou, no contexto das obras editadas pela FUNAG, as teses que obtiveram as melhores recomendações das bancas do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Ao longo do período 2012 a 2015, em consonância com a meta de realização de concursos anuais de dissertações em relações internacionais e ciências políticas, cumpriu em 100% (cem por cento) a meta prevista no PPA.

Objetivo: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão

Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 10% em relação a 2010 o quantitativo de projetos concluídos na Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.	1.482,00	Projetos concluídos	458,00	Os projetos da ABC são negociados e executados em dólar e seu orçamento é autorizado em reais, assim a alta da moeda estrangeira provocou redução significativa na sua capacidade de ação, gerando queda de mais de 50% no total da meta prevista.

Objetivo: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres	120,00	Operações internacionais humanitárias	54,00	O não cumprimento da meta se justifica pela indisponibilidade de recursos orçamentários correspondentes ao previsto na LOA 2015.

Objetivo: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Ministério das Relações Exteriores

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.152.141	1.515.321	1.339.340	5.203.207	4.765.367
Despesas Correntes	1.080.182	1.428.362	1.308.583	4.891.353	4.575.356
Despesas de Capital	71.959	86.959	30.757	311.855	190.011
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	1.152.141	1.515.321	1.339.340	5.203.207	4.765.367

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2058 – POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

O Brasil é um país de grandes dimensões continentais, com uma população de quase 191 milhões de habitantes, por isso, tem a quinta maior população do planeta. Possui a maior costa atlântica do mundo, é grande produtor de energia renovável e não renovável, detém extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais. Além disso, as recentes descobertas do pré-sal levaram o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural. Esse patrimônio exige proteção, por isso, o Brasil não pode prescindir da capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra eventuais ameaças.

Nos últimos anos, vem gradativamente alcançando um papel de destaque no cenário mundial, razão pela qual crescem, também, os desafios relacionados à defesa e à preservação de uma postura soberana e independente frente à comunidade internacional. Nesse sentido, cabe ao governo propiciar e garantir condições para que o País não corra risco de agressões externas, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas.

Por todas essas razões, a Defesa está cada vez mais presente na agenda nacional e possui um papel indispensável, por isso, a inclusão do Tema “Defesa Nacional” no rol das políticas de Estado e, conseqüentemente, no Plano Plurianual 2012-2015, como um dos Programas Temáticos.

O Programa Política de Defesa Nacional é composto por 20 objetivos, relacionados às áreas de Defesa Terrestre, Aérea e Naval; Proteção da Amazônia; Atuação Combinada e Conjunta das Forças Armadas; Logística e Mobilização; Cooperação internacional na Área de Defesa e Atuação Subsidiária das Forças Armadas.

Defesas Aérea, Naval e Terrestre

Os objetivos 0464; Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira; 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha e 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre são os mais expressivos, em termos de relevância e materialidade, visto que contemplam os grandes projetos de adequação e reaparelhamento das Forças Armadas.

O objetivo 0464 é composto de metas e iniciativas relacionadas à aquisição, revitalização e modernização de aeronaves e ao desenvolvimento de novos equipamentos e sistemas. O governo vem promovendo, sistematicamente, a adequação da frota de aeronaves e dos meios empregados na área de segurança de voo e de controle do espaço aéreo, de modo a

ampliar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira (FAB) e possibilitar o atendimento às demandas de defesa aérea e segurança de voo da sociedade brasileira.

Estão inseridos nesse objetivo os principais projetos e atividades de aquisição, desenvolvimento e modernização de aeronaves, tais como: a aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR), cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (KC-390), aeronaves de caça e sistemas afins – (FX-2), modernização e revitalização de aeronaves e sistemas embarcados (AM-X) e outros.

O objeto contratado do Projeto H-X BR é a aquisição de 50 helicópteros EC-725 para atender as demandas das Forças Armadas. O contrato prevê a transferência de tecnologia, a fim de fomentar a indústria aeronáutica no Brasil e possibilitar o desenvolvimento completo de um helicóptero nacional, a partir de 2020.

O KC-390 é um projeto desenvolvido para a produção de uma aeronave de transporte militar, capaz de realizar operação de evacuação, busca, resgate e combate a incêndio florestal. Esse cargueiro também pode ser usado para o reabastecimento de helicópteros e caças de alto desempenho.

O Projeto FX-2 é um programa de reequipamento e modernização da frota de aeronaves militares supersônicas da Força Aérea Brasileira - FAB, que vai produzir caças de última geração. Além da grande importância da incorporação dessas aeronaves à frota brasileira, para a atuação da FAB na sua missão de monitoramento do espaço aéreo brasileiro, também traz boas perspectivas no sentido de alavancar as oportunidades de negócios para a indústria aeronáutica nacional e intensificar a cooperação técnica e comercial entre o Brasil e a Suécia.

O Projeto AM-X visa à modernização da aeronave de ataque ar-superfície usado para missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo da Força Aérea Brasileira. Com essa modernização, a FAB ampliará a capacidade operacional e de sobrevivência dessa aeronave em ambientes hostis.

As principais metas do objetivo 0464 para o período de 2012 a 2015 são: Adquirir 45 aeronaves, modernizar 20 aeronaves e Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.

No que diz respeito à aquisição de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram incorporados à frota da FAB um total de 20 unidades, sendo: quatro caças de ataque leve, modelo AL-X Super Tucano, um helicóptero CH-60 - Black Hawk; duas aeronaves de transporte leve modelo C-98 Caravan; três veículos não tripulados (Vant); três helicópteros AH-2 Sabre (MI-35); e sete helicópteros EC-725. No ano de 2015, foram incorporados dois helicópteros EC-725, do Projeto H-XBR, dos sete recebidos no exercício.

Deve-se ressaltar que a meta prevista não foi alcançada devido às restrições orçamentárias ocorridas no período, que culminaram em renegociações contratuais e reprogramação de cronogramas dos projetos em andamento e, também, devido ao fato de o processo de escolha da empresa fornecedora das 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2) ter sido concluído somente em 2015.

No tocante à modernização de aeronaves, no período de 2012 a 2015, foram modernizadas 47 unidades, sendo 31 do modelo C-95; três do P-95; três de combate, do tipo A-1M (Projeto AM-X); uma de combate, modelo F-5FM biposto e nove aeronaves-patrolha P-3BR.

A meta prevista para o período atingiu o percentual de 235% devido à inclusão posterior, no rol das unidades modernizadas, das aeronaves C-95 e P-95. Entretanto, foram necessárias sucessivas repriorizações e renegociações de projetos contratados, que tiveram sua cadência de execução significativamente reduzida, em virtude de restrições orçamentárias.

Quanto à meta de implantação de 70% dos novos sistemas bélicos, inicialmente, estava prevista a adequação de oito, ao longo do PPA 2012-2015, contudo, só foi possível a continuidade da implantação dos Sistemas de Armamento do P-3AM; da Bomba Guiada a Laser e de Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening. Ao final do plano, a meta atingiu o patamar de 37,50%, ou seja, 53,57% do percentual previsto. Esse baixo desempenho justifica-se, em parte, por restrições orçamentárias e também por dificuldades de ordem técnica, decorrentes do desenvolvimento e domínio de novas tecnologias.

Outra vertente importante da defesa aérea é a vigilância e controle do espaço aéreo. Ao longo dos exercícios de 2012 a 2015, foram adotadas medidas para aperfeiçoamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), tais como: a implantação de estações meteorológicas; a modernização e a construção de torres de controle; a substituição de equipamentos e a modernização dos equipamentos de telecomunicação aeronáutica.

Quanto aos acidentes aeronáuticos, contribuíram para a redução dos índices, as ações adotadas pelo Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), com o propósito de prevenir novas ocorrências e; a manutenção da estrutura de estudos e análise de acidentes aeronáuticos.

Assegurar a capacidade de defesa naval e de segurança marítima é o objetivo 0519, do Programa Política Nacional de Defesa. Ao longo de 2012 a 2015, foi dado prosseguimento aos programas estruturantes do Poder Naval, a exemplo do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), Programa Nuclear de Marinha e do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz), com o objetivo de obter meios para assegurar capacidade de defesa e segurança marítima.

As principais metas e iniciativas desse objetivo são relacionadas ao Prosub e ao Sisgaaz, projetos de responsabilidade da Marinha do Brasil.

O Prosub abrange a implantação dos estaleiros de construção e de manutenção e uma base naval; a construção de quatro submarinos convencionais (S-BR) e o desenvolvimento do projeto e a construção de um submarino com propulsão nuclear (SN-BR).

O Sisgaaz compreende um sistema de defesa estratégico para a soberania nacional, que permitirá o monitoramento da área representada pela zona econômica exclusiva e a plataforma continental, abrangendo aproximadamente 4,5 milhões de km², as águas jurisdicionais brasileiras e as áreas de responsabilidade do país, para operações de socorro e salvamento.

No período de vigência do PPA 2012-2015, as principais metas estabelecidas para o Objetivo 0519 foram: conclusão do Estaleiro e da Base Naval do Prosub; conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1); execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1) e obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação Anual da Marinha.

O Submarino de propulsão nuclear brasileiro, que está sendo construído em parceria com a França, tem como fonte de energia um reator nuclear. Além do emprego militar, a propulsão nuclear tem aplicação dual, possibilitando o uso do reator em usinas nucleares em terra, para a produção de energia elétrica. Sendo uma tecnologia de arrasto, trará também benefícios para outros setores.

A meta de conclusão do Projeto do 1º Submarino de Propulsão Nuclear (SN-BR1) abrange o estaleiro e a base naval, com toda a infraestrutura para construção, manutenção e apoio de submarinos convencionais e nucleares, além de outras organizações de suporte logístico.

Em 2012, foi iniciada a primeira fase de implantação do programa, com a conclusão das instalações da unidade de fabricação das estruturas metálicas, onde serão pré-montadas as seções e os cascos dos submarinos e iniciadas as obras de construção do estaleiro e da base naval, no Município de Itaguaí/RJ, atividades que tiveram continuidade nos exercícios de 2013 a 2015.

Entre as realizações do período, destaca-se a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigados os profissionais das atividades relativas à construção dos submarinos e as obras de construção do pátio de manobra.

A descontinuidade dos investimentos esperados ensejou a reprogramação das atividades do projeto de conclusão do estaleiro e da base naval do Prosub, o que, conseqüentemente, influenciou no não atingimento da meta prevista, que ao final de 2015, alcançou 55% de execução.

Quanto à meta de execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (S-BR1), no exercício de 2012, foi iniciada a fabricação do casco resistente e a instalação das estruturas leves das seções, etapas que tiveram continuidade nos anos seguintes. Em 2014, foram produzidas as primeiras seções na França e trazidas ao Brasil, onde sua construção teve andamento.

Em 2015, foram finalizadas as obras do casco resistente e o início da instalação das estruturas leves nas seções já prontificadas. Com essas realizações, ao final do exercício, a meta atingiu 43,81% de execução, o que corresponde a 54,76% do percentual de 80% previsto para o final do Plano.

Com relação à meta de obtenção de 100% dos meios operativos, ao longo do período de 2012 a 2015, novas unidades vêm sendo incorporados aos setores operativos da Marinha, conforme a disponibilidade de recursos e as condições técnicas por parte de empresas contratadas. Dentre esses meios, destaca-se a incorporação do navio de pesquisa hidroceanográfico Vital de Oliveira, adquirido em parceria com Petrobras e Vale S/A. Esse navio é dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, com

capacidade para acomodar 50 pesquisadores. Constituirá, assim, uma importante plataforma científica e tecnológica para a realização de levantamentos geológicos do fundo do mar, permitindo ao Brasil desvendar novas fronteiras do conhecimento científico sobre os oceanos. Apesar de sua significativa relevância, não se trata de meio operativo.

A evolução da meta no período do PPA 2012-2015 atingiu 35%, em virtude de restrições orçamentárias e também de problemas contratuais, a exemplo do ocorrido com o Estaleiro Eisa, que deixou de entregar os navios-patrolha de 500 toneladas, referentes ao segundo lote contratado.

No que se refere ao objetivo de prover a segurança da navegação aquaviária nas águas jurisdicionais brasileiras, houve também avanços no período, tendo em vista a diminuição da taxa de acidentes náuticos, que se deu, em grande parte, pelas atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e da formação de operadores e usuários do sistema, realizadas pela Marinha do Brasil, em todo o País.

Na área de tecnologia, o Projeto do Ciclo do Combustível Nuclear constitui-se no conjunto de etapas do processo industrial que transformam o mineral urânio bruto em combustível para sua utilização dentro de uma usina nuclear ou num reator de um submarino. Dentro desse Ciclo, a unidade piloto de conversão (Usex) permitirá que o País atue em todas as etapas do beneficiamento do mineral radioativo, desde a extração até a fabricação do combustível nuclear.

A Marinha do Brasil domina essa tecnologia sensível e estratégica de enriquecimento de urânio. Nesse sentido, no período de 2013 a 2015, tiveram prosseguimento as etapas de comissionamento, na Usex, das unidades de produção de Nitrato de Urânio (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO₃), avanços relevantes para que o Brasil se torne independente de outros países nesse processo, garantindo o fornecimento para as usinas nucleares e também para o futuro submarino com propulsão nuclear.

No que concerne à defesa terrestre, nos exercícios de 2012 a 2015, os principais esforços do governo foram no adestramento e no preparo do efetivo da Força Terrestre, na adequação de organizações militares e na execução de projetos estratégicos, a exemplo dos Proteger, Defesa Antiaérea, Guarani, Defesa Cibernética, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e Astros 2020.

O objetivo 0532 tem como principais metas: Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger), Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea e Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do estado de resguardar as suas estruturas terrestres estratégicas, com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência; na proteção da sociedade; no apoio à defesa civil e; na realização de ações de garantia da lei e da ordem.

No período de 2012 a 2015, a meta de implantação do Proteger atingiu 3,0 %, sendo que as principais realizações do período foram: a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos e de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando

e controle; a elaboração dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências e; a contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações.

Em 2015, foi dada a continuidade da aquisição de equipamentos para o desenvolvimento do projeto piloto do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel, a ser implantado na área do Comando Militar do Leste no decorrer das Olimpíadas 2016, e ajustados os requisitos para o desenvolvimento do Sistema Protetor, software integrador e de apoio à decisão.

O Projeto Defesa Antiaérea tem por objetivos recuperar e adquirir novos meios de artilharia de baixa altura e obter capacidade de média altura. A meta de implantação de 40% desse projeto ficou no percentual de 9,45%, ao final de 2015.

Nos exercícios de 2012 a 2015 foram adquiridos oito centros de operações de artilharia antiaérea; cinco radares de busca Saber M60; 19 viaturas de transporte 34 toneladas; sete conjuntos de material de comunicações; 68 equipamentos de rádio das viaturas de combate do Sistema de Artilharia Antiaérea. Além disso, também foram estruturadas as salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70 e adequadas as instalações da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea.

O Projeto Guarani tem como finalidade substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos. A meta de obtenção de 16% nova família de blindados contempla a aquisição de viaturas e também a adequação da infraestrutura de organizações militares.

Até 2015, foi adquirido um total de 184 viaturas blindadas, do tipo VBTP-MR Guarani. Além disso, foram concluídas as obras de adequação do Centro de Instrução de Blindados e do 33º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Com essas realizações, a meta atingiu 13,54% ao final do Plano, tendo sido executado 84,62% do percentual de 16%, previsto inicialmente.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um sistema de sensoriamento, de apoio à decisão e à atuação operacional integrada, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira, sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença.

Para o período de 2012 a 2015 foi iniciada a implantação do projeto piloto do Sisfron, na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados (MS). O piloto se destinou, entre outras finalidades, a avaliar, reajustar e refinar as definições preliminares do sistema, possibilitando a sua implementação, de forma efetiva e adequada, no restante do país.

O Projeto Estratégico de Defesa Cibernética tem por finalidade incluir as Forças Armadas no restrito grupo de organizações, nacionais e internacionais, que possuem a capacidade de desenvolver medidas de proteção e evitar ataques no espaço cibernético.

Esse projeto foi de grande relevância para a manutenção da segurança durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e será utilizado nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Destacam-se, entre as entregas de 2015, a implantação do supercomputador no Instituto Militar de

Engenharia e o uso de nova sistemática, mais dinâmica e eficiente, para simulações na área de defesa cibernética.

O Projeto Astros 2020 tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força dispor de um sistema de artilharia, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km.

Ao longo do período de 2012 a 2015, foi iniciado o desenvolvimento do projeto do sistema de simulação integrada, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o desenvolvimento tecnológico do míssil tático de cruzeiro e do foguete guiado, bem como entregue o primeiro lote de viaturas do Sistema Astros modernizadas com tecnologia nacional, que tem a capacidade de lançar mísseis e toda a família de foguetes Astros.

Proteção da Amazônia

A proteção da Amazônia é mais uma área de atuação do Programa Política Nacional de Defesa, tendo em vista a importância estratégica daquela região. Destacam-se, nesse tema, os objetivos de fortalecimento do Programa Calha Norte e o do Sistema de Proteção da Amazônia.

O Programa Calha Norte atua em duas frentes: soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três Forças nas áreas de abrangência do Programa e; desenvolvimento regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa.

As ações da vertente civil buscam atender às necessidades dos brasileiros que vivem em comunidades ribeirinhas de difícil acesso, levando infraestrutura para a produção econômica, energia elétrica, escolas, unidades de saúde, creches, centro de convivência para jovens e idosos, entre outros, a uma população caracterizada pelo baixo índice de desenvolvimento humano e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços.

No período de 2012 a 2015 o Programa atuou no apoio à melhoria da infraestrutura de organizações militares, situadas na região de atuação do Programa, bem como no desenvolvimento de ações em benefício da população local, por meio de convênios firmados com prefeituras estaduais e municipais, visando à realização de obras de infraestrutura básica complementar e à aquisição de equipamentos.

O PCN realizou ações que contribuíram, sobremaneira, com a melhoria da qualidade de vida da população residente nas localidades de atuação do programa, nas áreas de educação, esporte, saúde, segurança e defesa, transporte, econômica e social.

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) é o responsável pela geração, integração, disponibilização e utilização do conhecimento aplicado ao ambiente amazônico. Esse sistema é formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregada de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e

coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, à inclusão e ao desenvolvimento sustentável da região.

O Projeto de Cartografia da Amazônia teve como principais produtos, no período de 2012-2015, a produção de cartas que facilitaram a navegabilidade dos rios, estudos sobre a densidade da floresta, o mapeamento de recursos minerais e a pesquisa cartográfica e científica aplicada à região.

Atuação combinada e conjunta das Forças Armadas

A atuação combinada e conjunta das Forças Armadas proporciona ganho de produtividade e efetividade às atividades militares. A prática de exercícios e operações conjuntas visa ao adestramento das Forças, a fim de que essas estejam preparadas para promover a defesa da pátria, a qualquer tempo e sob quaisquer circunstâncias.

Nesse sentido, as operações Ágata podem ser citadas como uma experiência exitosa da atuação conjunta das Forças Armadas e de diversos órgãos das esferas federal e estadual. Instituídas em 2011, no âmbito do Plano Estratégico de Fronteira do Governo Federal, têm como um de seus objetivos intensificar a presença do Estado brasileiro na faixa de fronteira, a fim de combater o contrabando, o tráfico de drogas, pessoas, armas e munições, exploração sexual, evasão de divisas, crimes ambientais, roubo de veículos, garimpo ilegal, entre outros.

Até o exercício de 2015 já foram realizadas dez edições dessas operações, cujos principais resultados foram as apreensões de armas, drogas e explosivos; bloqueio e controle de estradas, rodovias e vias urbanas; patrulhamento terrestre ostensivo; fiscalização de produtos controlados; apoio à repressão de crimes ambientais e à repressão ao tráfico de pessoas.

No que tange às comunicações militares, o Sistema de Comunicação Militar por Satélite (Siscomis) e o Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) são as principais ferramentas de suporte ao comando e controle. O Siscomis foi concebido com o propósito de prover as Forças Armadas de um sistema de comunicações estratégicas de alta capacidade, confiabilidade e segurança. O Sisted tem por finalidade a padronização e a parametrização das diversas plataformas de comunicação (navais, terrestres e aéreas) das Forças Armadas.

No período de 2012 a 2015, tanto o Sisted quanto o Siscomis passaram por atualizações e modernizações, tendo sido priorizada a outorga do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que vai trazer mais segurança para às comunicações estratégicas do governo e às comunicações militares.

Logística e Mobilização

Também são de grande importância para a defesa de um país, a manutenção do nível adequado de adestramento das tropas e a disponibilidade de meios materiais, assim como a prontidão logística e o poder de mobilização, que são condições essenciais para a elevação da capacidade operativa das Forças Armadas.

A logística trata da previsão de necessidades e da provisão dos recursos para emprego das forças militares, sendo o seu maior propósito o de manter a máxima eficiência em situações de combate. O aspecto logístico é fundamental em todas as fases de conflito e de paz, sendo que nenhum plano estratégico pode ser considerado válido enquanto não se comprove sua capacidade de suporte logístico.

A mobilização militar é parte integrante do Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob), prevista na Constituição Federal (art. 22, inciso XXVIII e art. 84, inciso XIX). O ato de mobilizar significa reunir todos os recursos humanos, financeiros e materiais do país e canalizá-los para atender rapidamente aos esforços militares contra a agressão estrangeira.

Na vigência do PPA 2012-2015, foram realizadas diversas atividades com a finalidade de aperfeiçoar a doutrina de mobilização nacional e de estruturação do Sinamob, em especial do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, ferramenta que viabilizará o processo de tomada de decisão, das atividades de logística e mobilização.

Cooperação internacional na área de defesa

Outro objetivo do Programa Política Nacional de Defesa é o de promover a multilateralidade, que se dá por meio da cooperação e do intercâmbio na área de Defesa, com países e organismos multilaterais. Essa cooperação ocorre por meio de parcerias estratégicas entre as Forças Armadas Brasileiras e de países amigos.

A participação brasileira no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS) permite que o país busque soluções mais efetivas, em conjunto com os países-membros, para questões relacionadas à área de Segurança e Defesa e ao mesmo tempo, fortalece a discussão de temas como o narcotráfico, atritos políticos e a atuação de grupos paramilitares, no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Em fevereiro de 2014, na V reunião ordinária do CDS, realizada no Suriname, foi aprovada a criação da Escola Sul-Americana de Defesa (Esude), sediada em Quito. A Esude é um centro de altos estudos, com o objetivo de capacitar militares e civis nas áreas de defesa e segurança regional, a partir de cursos presenciais e à distância. Quatro importantes eixos de ação conduzirão os estudos: 1) geração de estratégias focadas na construção da *ciberpaz* sobre a base de uma *ciberdefesa* de proteção contra espionagem; 2) consolidação de políticas de defesa; 3) cooperação militar, ações humanitárias e operações de paz; 4) desenvolvimento da indústria de defesa na região, bem como a capacitação para garanti-la.

Atuação subsidiária das Forças Armadas

Constam também do Programa Política Nacional de Defesa, as atividades desenvolvidas de forma subsidiária pelas Forças Armadas, a exemplo daquelas realizadas no âmbito do Projeto Rondon, Soldado Cidadão e Forças no Esporte (Profesp). Essas ações estão inseridas no escopo do objetivo de contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

O Projeto Rondon busca o estímulo da participação de universitários em ações de assistência social, desenvolvidas em comunidades carentes, a fim de promover a melhoria de vida social da população local e ao mesmo tempo despertar a consciência cidadã nos estudantes que participam do Projeto. Durante o período de 2012 a 2015, foram realizadas 16 operações, com a participação de 5.733 estudantes universitários oriundos de 560 instituições de ensino superior, em 278 municípios.

Também de grande relevância social, o Projeto Soldado Cidadão oferece oportunidades de formação profissional complementar aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, a fim de facilitar-lhes o ingresso no mercado de trabalho, após concluírem a prestação do serviço militar. Nos exercícios de 2012 a 2015 foram formados cerca de 48,8 mil jovens, em todo o território nacional.

Por fim, o Programa Forças no Esporte (Profesp) objetiva melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social de crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 17 anos, que estejam em situação de vulnerabilidade. O Profesp oferece ao seu público-alvo atividades esportivas, de reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. De 2012 a 2015, cerca de 58,5 mil crianças e adolescentes foram assistidos por esse projeto.

Indicadores

Indicador	Unidade de Medida	Referência			Valor apurado 2015			Variação % do período de: 2012-2015 em relação ao índice de referência
		Data	Índice	Fonte de Informação	Data	Índice	Fonte de Informação	
Adequação da Força Aérea	Percentual	31/12/2010	20	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	31/12/2015	42,61	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	113,05
Adequação da Força Naval	Percentual	01/07/2011	20	Estado-Maior da Armada / Comando da Marinha.	31/12/2015	40,53	Estado-Maior da Armada / Comando da Marinha.	102,65
Adequação da Força Terrestre	Percentual	31/12/2010	32	Estado-Maior do Exército / Comando do Exército	08/01/2016	20,06	Estado-Maior do Exército / Comando do Exército	-37,31
Índice de Acidentes Aeronáuticos	Percentual	31/12/2010	0,7	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	13/01/2016	0,74	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	5,71
Monitoramento do espaço aéreo	Percentual	31/12/2010	89	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	13/01/2016	93,13	Estado-Maior da Aeronáutica / Comando Aeronáutica	4,64
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	Estado-Maior da Armada / Marinha do Brasil / Diretoria de Portos e Costas	31/12/2015	1,08	Estado-Maior da Armada / Marinha do Brasil / Diretoria de Portos e Costas	-17,56

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e orçamento (SIOP)

Quanto ao desempenho do Programa, de forma geral, os indicadores apurados permitem constatar uma tendência de melhoria na adequação dos meios das Forças Armadas, embora os patamares alcançados não tenham sido os esperados para o final do plano.

Os indicadores de acidentes navais e a taxa de vigilância do espaço aéreo apresentaram resultados positivos, tendo em vista a diminuição dos acidentes navais e ampliação da cobertura de monitoramento do espaço aéreo, na altitude de 20.000 pés. Em relação à referência adotada, ano 2010, o indicador de acidentes aeronáuticos se elevou em 2012 para 1,72, voltando a cair nos anos seguintes, atingindo 0,74 em 2015.

O Índice de Adequação da Força Aérea Brasileira (FAB), que era de 20% em 2010, atingiu 44,88% em 2012 e retrocedeu nos últimos dois anos, atingindo em 2014 e 2015 40,11% e 42,61% respectivamente. Esse retrocesso foi causado pela redução do aporte de recursos aos projetos de aquisição e modernização de meios operativos da FAB, o que impactou, de forma negativa, na disponibilidade de aeronaves.

O indicador Adequação da Força Naval, apurado em 2015 foi de 40,53% , percentual muito superior ao índice de referência de 20%. Apesar da evolução dos índices ao longo do ciclo, os novos meios navais (navios e submarinos) acrescidos ao inventário não foram suficientes para repor as baixas ocorridas no período.

O indicador Adequação da Força Terrestre apresentou uma tendência decrescente ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015. Em 2010 o índice era 32%, em 2012 o índice apurado foi de 27,7%, tendo sido reduzido para 23,5% em 2013 e para 17,64% em 2014. Em 2015 ocorreu uma pequena melhora do percentual, que ficou em 20,06%, contudo, bem inferior aos 32% esperados para o final do plano, patamar considerado necessário para a manutenção da capacidade operacional da Força Terrestre em nível adequado.

O Índice de Acidentes Aeronáuticos (IAA) apresentou resultados positivos ao longo do PPA 2012-2015, apresentando números decrescentes no período. Partiu de 1,72 em 2012 e em 2015, o IAA de 0,74 foi o menor de todo o quadriênio. Esse patamar, considerado normal, de acordo com os parâmetros do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) demonstrou que todos os segmentos da aviação apresentaram redução no número de acidentes, em especial a aviação regular, na qual não houve acidente em 2015.

Quanto ao indicador de Monitoramento do Espaço Aéreo, que tem por referência a altitude de 20.000 pés, observou-se um avanço significativo no índice, ao longo do PPA 2012-2015, em relação ao percentual de referência de 89%, apurado em 2012. O auge do crescimento aconteceu no exercício de 2014, quando foi atingido o patamar de 93,13%, mantido em 2015.

No que se refere à Taxa de Acidentes Náuticos, houve redução na quantidade de acidentes no período. O índice apurado em 2015 foi de 1,08, com redução de 3,57% em relação à taxa de 1,12, obtida em 2012. A melhora do indicador, observada ao longo do período, ocorreu em virtude da intensificação das atividades de controle e fiscalização de embarcações; do preparo e instrução de aquaviários e portuários e da realização de ações educativas, destinadas a navegantes, condutores e passageiros de embarcações.

Prevê-se para o período do PPA 2016-2019 a continuidade das ações e projetos das Forças Armadas em linha com o as prioridades do Plano Nacional de Defesa - PND e com a diretriz estratégica do PPA de “garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações”.

As prioridades do Programa de Defesa Nacional abrangem a formação e capacitação dos efetivos das Forças Armadas, a elevação da capacidade operativa por meio do adestramento e prontidão logística, a adequação de estruturas e instalações militares, o desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial e na evolução dos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

São também prioritários e intrínsecos à condução da política de defesa o planejamento, preparo e condução de operações militares, o monitoramento, controle e defesa dos espaços terrestre, aéreo e marinhos, bem como a promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Destacam-se ainda os projetos estratégicos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos modernos, eficientes e adequados ao trinômio 'Controle, Mobilidade e Presença' previsto na Estratégia Nacional de Defesa que possuem estreita conexão com o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional. O desenvolvimento de uma estrutura produtiva voltado à produção dos equipamentos de defesa do país e ao domínio de tecnologias sensíveis, além do seu caráter estratégico, tem potencial de produzir importantes impactos econômicos ligados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação. Desta maneira, a estruturação e o fortalecimento de uma Base Industrial de Defesa no Brasil constitui o elo de ligação entre, de um lado, a Política Nacional de Defesa e, de outro lado, as políticas de desenvolvimento produtivo e de ciência, tecnologia e inovação do País. Neste sentido destaca-se das 45 Metas estipuladas no Programa as de atingir 44% do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2); concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no MS; implantar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020; integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas e construir os submarinos do PROSUB.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	10/01/2013	44,32	31/12/2013	44,75	31/12/2014	40,11	31/12/2015	42,61
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2012	35,91	31/12/2013	38,9	31/12/2014	40,8	31/12/2015	40,53
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	10/01/2013	27,75	31/12/2013	23,25	31/12/2014	17,64	31/12/2015	20,06
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	10/01/2013	1,72	31/12/2013	1,03	07/01/2015	0,89	31/12/2015	0,74
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	10/01/2013	90,69	31/12/2013	92,86	06/01/2015	93,13	31/12/2015	93,13
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2012	1,12	31/12/2013	1,02	31/12/2014	1,03	31/12/2015	1,08

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Quadro de Metas

Objetivo: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015.	90,00	%	76,50	A redução da PLOA e o contingenciamento orçamentário foram prejudiciais ao atingimento da meta motivando a reprogramação das ações planejadas. O não alcance dessa meta no ano de 2015 impacta diretamente na excelência do cumprimento da missão de Defesa Antiaérea nos Jogos Olímpicos de 2016, uma vez que por causa dos cortes e contingenciamentos seguidos desde o início do projeto não foram adquiridos todos os materiais previstos para comporem os Grupos de Defesa Antiaérea.
Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	7,00	Radares	15,00	Meta atingida.
Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro	15,00	Radares	16,00	Meta atingida.
Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos	488,00	Ações	488,00	A meta foi plenamente atingida, apesar dos cortes orçamentários verificados ao longo do quadriênio. O alcance da meta se deve, em grande parte, ao apoio de Organizações estranhas à estrutura da UJ do CENIPA.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016.	90,00	%	90,00	Meta atingida.

Objetivo: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adestrar 28.000 militares	55.040,00	Pessoas	28.761,00	O não atingimento da meta se deve a mudança de critério a partir de 2013 que passou a considerar apenas militares diretamente adestrados, ou seja, que participaram presencialmente de cursos, treinamentos ou manobras operacionais.
Capacitar anualmente 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio.	20,00	%	80,15	Resultados atingidos anualmente: 2012 - 14,61%; 2013- 22,25%; 2014 - 24,56%; 2015 - 18,87%.
Realizar 32 operações aéreas	32,00	Operações aéreas	60,00	Meta atingida.

Objetivo: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos	4,00	Projetos	1,00	A meta previa o desenvolvimento de 04 (quatro) sistemas bélicos: os mísseis MAR-1, MAA-1B e A-Darter e a bomba de penetração (BPEN), porém não foram recebidos os recursos para os mísseis. Este fator, aliado aos atrasos decorrentes dos riscos associados ao desenvolvimento de sistemas de alta complexidade, comprometem o cronograma proposto nos contratos firmados, exigindo a negociação de termos aditivos, que adiam os prazos de conclusão e majoram os custos iniciais
Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)	100,00	%	85,69	A dotação insuficiente de recursos na LOA 2015, devido à alta da moeda norte-americana, em relação aos compromissos originalmente autorizados e assumidos por meio dos contratos, e a indisponibilidade de limite financeiro, implicaram na realização de apenas 20% do contrato de fornecimento de equipamentos de categoria estratégica. Além disso, foram necessárias renegociações de alguns contratos, causando prorrogação dos prazos de vigência dos mesmos.
Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial	4,00	Pesquisas	4,00	Meta atingida.

Objetivo: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adquirir 45 aeronaves	45,00	Aeronaves	20,00	A meta estabelecida para o período do PPA não foi atingida devido às postergações da escolha da empresa vencedora para o fornecimento de 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2). Soma-se ao fato os constantes cortes orçamentários impostos ao Ministério da Defesa no período 2012-2015. Dentre os impactos decorrentes dos contingenciamentos e cortes cita-se o atraso na entrega das aeronaves, a diminuição da capacidade de defesa do espaço aéreo com a sobrecarga dos meios existentes.
Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.	70,00	%	37,50	Planejou-se, inicialmente, a implantação de 8 sistemas bélicos, contudo, por restrições orçamentárias, foram contemplados somente 3 desses sistemas, que corresponde a 37,5% dos projetos. Os projetos atendidos foram Armamento do P-3, Bomba Guiada a Laser e Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening
Modernizar 20 aeronaves	20,00	Aeronaves	47,00	Meta atingida.

Objetivo: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semi-permanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para 1.000m até 2015.	1.000,00	Metros	1.260,00	Meta atingida.
Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira.	190,00	Unidades/ano	132,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.
Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia.	50,00	%	51,00	Meta atingida.
Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto.	60,00	%	60,00	Meta atingida.
Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).	80,00	%	80,00	Meta atingida.
Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.	80,00	%	75,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.
Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.	20,00	%	7,07	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP	100,00	%	100,00	Meta atingida.
Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais	100,00	%	95,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.
Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve	75,00	%	70,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.

Objetivo: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais	5.000,00	Atletas Militares	2.100,00	A razão do não atingimento das metas propostas foi motivada pelos vários cortes e contingenciamentos por que passou a Ação 20IG, ao longo dos anos de 2012 a 2015.
Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"	9.500,00	Rondonistas	5.733,00	Com o aporte constante de R\$ 4 milhões ao ano até 2014 e a redução em 69% deste limite em 2015 não foi possível o atingimento da meta estabelecida.
Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"	80.000,00	Crianças	58.500,00	Ao Longo do PPA 2012/2015 foi solicitada a Redução da Meta de 80.000 para 60.000 crianças, porém não foi alterada no PPA. A razão do não atingimento das metas propostas foi motivada pelos vários cortes e contingenciamentos na vigência do plano.
Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"	56.000,00	Jovens	48.849,00	O crescente aumento do custo hora/aula de qualificação, por militar atendido desde 2012 até 2015, foi o fator que mais dificultou a realização de um número maior de cursos de qualificação profissional .

Objetivo: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB	1,00	Unidade	0,55	Os recursos orçamentários, na vigência do PPA, foram abaixo do previsto o que ensejou a necessidade de reprogramação das atividades, impactando no atingimento das metas previstas. As obras da BNS e do Cais e Dique, após a conclusão de etapas que estavam em andamento, foram paralisadas, em função de restrições orçamentárias e financeiras.
Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)	100,00	%	33,00	A Fase B (Projeto Preliminar) do SN-BR, devido às dificuldades técnicas e gerenciais deverá ter seu prazo estendido por um ano, passando a sua conclusão de JAN2016 para JAN2017.
Construção de 27 Navios-Patrolha de 500 t	27,00	Navios-Patrolha	2,00	Em virtude do patamar orçamentário insuficiente nos sucessivos exercícios desde a vigência do atual PPA e, também, devido a dificuldades técnicas e financeiras do estaleiro EISA SA, contratado para a construção do segundo lote composto de cinco NPa, a meta de 27 navios construídos até 2015 não foi alcançada. Devido ao descumprimento do objeto contratado, apesar de sucessivas renegociações com a empresa, em setembro, a Marinha instaurou processo de rescisão contratual.
Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)	20,00	%	1,39	Essa meta foi estabelecida por ocasião da montagem do PPA, com base em dados disponíveis em 2010, balizados em estimativas de planejamento de um inédito empreendimento de grande vulto, para cujas características inexistiam referenciais de experiências anteriores. As restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, especialmente nos últimos três anos, causaram significativo impacto na evolução dos índices das Metas.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)	50,00	%	11,17	Essa meta foi estabelecida por ocasião da montagem do PPA, com base em dados disponíveis em 2010, balizados em estimativas de planejamento de um inédito empreendimento de grande vulto, para cujas características inexistiam referenciais de experiências anteriores. As restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, especialmente nos últimos três anos, causaram significativo impacto na evolução dos índices das Metas.
Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)	80,00	%	43,81	Essa meta foi estabelecida por ocasião da montagem do PPA, com base em dados disponíveis em 2010, balizados em estimativas de planejamento de um inédito empreendimento de grande vulto, para cujas características inexistiam referenciais de experiências anteriores. As restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, especialmente nos últimos três anos, causaram significativo impacto na evolução dos índices das Metas.
Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015	100,00	%	35,00	O projeto de construção dos NPa 500t Classe Macaé não evoluiu conforme o planejado, em face das dificuldades enfrentadas pelo estaleiro contratado, que deixou de adimplir com o objeto acordado, não dando continuidade à construção do segundo lote, composto de cinco NPa. Este fato representa indesejado revés ao empreendimento que, associado ao cenário de restrições orçamentárias, provocará substancial alongamento no prazo para o alcance da meta inicialmente estabelecida.

Objetivo: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequação da infraestrutura de 30 Pelotões Especiais de Fronteira	30,00	Pelotões Especiais de Fronteira	25,00	Cabe destacar que, por ocasião da revisão do PPA 2012-2015 - Ano base 2014, foi encaminhado à SPI, a proposição de alteração da meta para: "Adequação de infraestrutura de 26 Pelotões Especiais de Fronteira".
Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares	110,00	Unidades militares	86,00	A meta não foi atingida em função de restrições orçamentárias.
Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas	150,00	Embarcações	82,00	A meta não foi atingida em função de restrições orçamentárias.
Adequação de 40 aeródromos	40,00	Aeródromos	4,00	Cabe destacar que, por ocasião da revisão do PPA 2012-2015 - Ano base 2014, foi encaminhado à SPI, a proposição de alteração da meta para: " Adequação de quatro Aeródromos."
Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes	194,00	Municípios	152,00	Os recursos para essa meta, são exclusivamente de Emendas Parlamentares (EP), ficando os municípios remanescentes, num total de 42, sem a contemplação recursos pelos parlamentares.
Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)	720,00	Horas	740,00	Meta atingida.

Objetivo: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética.	40,00	%	58,28	Meta atingida.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o centro de defesa cibernética	100,00	%	85,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.

Objetivo: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha.	100,00	%	85,00	As restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, impactaram no planejamento na execução das obras de adequação/revitalização de várias Organizações Terrestres da MB.
Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição "Disponível" de 43% para 80%".	80,00	%	38,00	Os desafios de implementação foram de ordem técnica, devido à complexidade das tarefas executadas e as restrições orçamentárias-financeiras.
Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015.	12.100,00	Militares e servidores civis	21.073,00	Meta atingida.

Objetivo: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas	80,00	%	72,00	As restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, especialmente nos últimos três anos, causaram significativo impacto na evolução do índice da Meta.
Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos	58.000,00	Marítimos	119.334,00	Meta atingida.

Objetivo: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio	1,00	Unidade	0,35	Meta superestimada, em virtude de ter sido estabelecida com base em dados disponíveis em 2010 e em estimativas de planejamento de um projeto inédito para cujas características inexistiam referenciais de experiências anteriores. Além disso as restrições orçamentárias ao longo do Plano também afetaram o cumprimento da meta.
Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval	1,00	Unidade	0,29	Essa meta foi superestimada, visto que à época em que foi estabelecida não havia parâmetros de experiências anteriores que pudessem direcionar uma estimativa mais precisa. O contingenciamento ocorrido ao longo do Plano também afetou o cumprimento da meta.

Objetivo: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Objetivo: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 10% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).	10,00	%	3,00	O não atingimento da meta estabelecida no início do PPA se deu através das restrições e limitações orçamentárias decorrentes de contingenciamentos no orçamento da Força ao longo dos 4 anos, com impacto no planejamento e execução do projeto.
Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.	40,00	%	9,45	A meta não foi atingida em decorrência das restrições e limitações orçamentárias ocasionadas pelos contingenciamentos impostos ao longo dos quatro anos, com impacto no planejamento e na execução do projeto.
Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados	16,00	%	13,54	A meta não foi atingida em decorrência das restrições e limitações orçamentárias ocasionadas pelos contingenciamentos impostos ao longo dos quatro anos, com impacto no planejamento e na execução do projeto.

Objetivo: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.	90,00	%	86,00	A insuficiência de recursos humanos foi o que mais comprometeu o alcance da meta, pois apesar do concurso realizado e as vagas disponibilizadas, as mesmas não foram suficientes para fazer frente ao esvaziamento que ocorreu ao longo dos 6 anos que precederam o concurso. A evasão continua acontecendo e a área técnica pode ser comprometida em sua capacidade de manter operacional e de modernizar a infraestrutura tecnológica.
Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal	90,00	%	91,30	Meta atingida.
Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.	112,00	Produtos cartográficos náuticos	74,00	Foram investidos recursos para dotar a Marinha do Brasil (órgão parceiro) de cinco navios especializados nesta tarefa. Porém a entrega dos navios sofreu atraso, pois os estaleiros não os concluiu a tempo. A execução das 74 cartas foi possível com auxílio de dois navios já existentes.
Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)	1.300,00	Técnicos	223,00	A meta planejada no PPA foi atingida em 17,15% devido às restrições orçamentárias envolvendo diárias e passagens, um dos principais recursos para atingimento da meta, considerando que a capacitação planejada era presencial.
Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras	1.000,00	Antenas	504,00	A meta de 1.000 terminais foi estipulada em um cenário onde se esperava ter acesso à banda satélite suficiente para todos esses terminais. Ocorre que ao longo dos 4 anos do PPA, com a oferta reduzida de segmento espacial, aliada ao alto custo dos mesmos e à disponibilidade limitada de recursos financeiros, houve impossibilidade de aquisição de banda suficiente.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).	4.924,00	Ortoimagens	1.565,00	Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.
Editar e imprimir 610 cartas topográficas.	610,00	Cartas topográficas	292,00	O não cumprimento pleno da meta se justifica pelo fato que a elaboração de cartas topográficas terrestre é a última etapa do processo de produção do Projeto Cartografia da Amazônia, pois é antecedida pelo aerolevanteamento, processamento, geração de modelos digitais do terreno e de superfície, elaboração de ortoimagens e arquivos de estratificação vegetal. O saldo faltante está reprogramado para o próximo PPA.
Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.	6.354,00	Arquivos	1.520,00	Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.
Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal	39.312,00	Boletins	268.711,00	Meta atingida.
Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência	300,00	Produtos	2.429,00	Meta subestimada, pois a quantidade de produto inclui, também alguns itens não considerados à época da elaboração da Meta. Isso justifica a variação de mais de 800% na execução.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Executar o imageamento de 160.000 Km ² em áreas de não floresta.	160.000,00	Km ²	131.697,00	Devido a algumas correções técnicas nos produtos gerados em 2014, não foi realizado o aerolevanteamento complementar em 2015 sendo apenas reprocessados para melhoria dos dados coletados. O saldo de aerolevanteamento foi reprogramado para o próximo PPA.
Executar o imageamento de 571.046 Km ² em áreas de floresta.	571.046,00	Km ²	0,00	Não houve execução da meta em 2015, haja vista que não foram alocados recursos para aerolevanteamentos adicionais em 2015. Assim sendo, não houve aerolevanteamento em 2015.
Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)	130,00	Telecentros	38,00	As dificuldades encontradas para atingimento de operacionalização de 80 telecentros foi decorrente principalmente da não instalação, pelo Ministério das Comunicações, das antenas GSAC nos locais pactuados.
Monitorar 6 milhões de Km ² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)	6.000.000,00	Km ²	10.552.409,52	Com a implantação do Projeto Amazônia SAR, a área monitorada aumentou, consideravelmente, ao longo do PPA, com isso, a meta ficou subestimada. Esse fato justificou o expressivo aumento na área monitorando durante o período.
Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km ² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)	470.000,00	Km ²	0,00	Para os anos de 2013 e 2014 foi solicitado a exclusão da meta do PPA, no entanto as solicitações não foram acolhidas pelo Ministério do Planejamento. Entretanto, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) tendo participado de diversas ações junto à Polícia Federal, ICMBio, Ibama e demais órgãos de repressão ao desmatamento ilegal.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).	4.924,00	Modelos Digitais de Superfície (MDS)	1.755,00	Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.
Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).	4.924,00	Ortoimagens	2.228,00	Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.
Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).	6.354,00	Modelos Digitais do Terreno (MDT)	1.693,00	Além das dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros, enfatizamos que os recursos iniciais empregados foram prioritariamente direcionados para a aquisição de infraestrutura necessária para produção cartográfica final.
Produzir 189 cartas geológicas.	189,00	Cartas geológicas	78,00	Devido à restrição de recursos, foi priorizado a infraestrutura dedicada às cartas náuticas e cartas terrestres. O que levou o parceiro executor Serviço Geológico Brasileiro a captar recursos junto ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), fora da região Amazônica
Produzir 82 cartas aerogeofísicas.	82,00	Cartas aerogeofísicas	149,00	Meta atingida.

Objetivo: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)	16,00	%	15,00	Em 2015, devido a restrições orçamentárias, houve um comprometimento no atingimento da meta final estabelecida para o período do PPA, de 16%, mas foi possível realizar melhorias no Sistema Rádio Digital Troncalizado (SRDT), utilizado na integração das comunicações táticas. Para o próximo PPA, existe a necessidade de incremento de recursos, a fim de possibilitar a continuidade da evolução no desenvolvimento e aplicação de soluções de integração entre os sistemas táticos das Forças Armadas.
Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)	39,00	%	35,00	Para o próximo PPA, existe a necessidade de incremento de recursos, a fim de possibilitar a continuidade da evolução do SISCOMIS.
Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas	80,00	%	80,00	A meta de implantação dos centros terá continuidade nos próximos exercícios.
Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira	62,00	Operações	62,00	Meta atingida.
Realizar cinco exercícios de simulação de combate	5,00	Exercícios	5,00	Meta alcançada.
Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas	8,00	Operações conjuntas	8,00	Meta atingida.
Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras	4,00	Operações multinacionais	3,00	Em 2012, apesar de não ocorrer a operação programada, por fatores externos ao Brasil, foram realizadas três (3) outras atividades de cunho militar.

Objetivo: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto.	18,00	%	18,00	Meta atingida.

Objetivo: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório	7.198.400,00	Pessoas	1.790,74	Meta atingida de 7.762.979 pessoas em 4 anos (média de 1.799.600 pessoas ano)
Implantar 24% do sistema nacional de mobilização	24,00	%	24,00	As metas previstas para o Plano Plurianual (PPA) - 2012-2105 para o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) foram alcançadas.
Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)	70,00	%	70,00	A meta de Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD) foi alcançada em 2014.
Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional	12,00	Exercícios	2,00	A meta prevista não foi alcançada por conta da restrição orçamentária.
Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres	2,00	Unidades	0,00	A meta foi descontinuada desde 2013.

Objetivo: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão

Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a capacidade de formação de Engenheiros militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais, Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 vagas para 20 vagas.	20,00	Vagas	26,00	Meta atingida.
Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército	30,00	%	27,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.
Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).	20,00	%	7,00	O contingenciamento a que foi submetido o orçamento gerou impacto no atingimento desta meta.

Objetivo: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras	32,00	Reuniões	43,00	Meta atingida.

Objetivo: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Ministério da Defesa

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais	530,00	Próprios Nacionais Residenciais	410,00	Podemos citar como fator que dificultou a realização da meta ao longo do PPA 2012-2015, as restrições orçamentárias ocorridas, as quais tiveram como impacto a postergação da entrega das obras planejadas no âmbito do COMAER.
Construir 5 instalações militares	5,00	Instalações militares	30,00	Meta atingida.
Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG	1,00	Unidade	0,80	A empreiteira responsável pelas obras tem apresentado uma performance abaixo da esperada, o que provocou atrasos no cronograma e consequente dilatação dos prazos contratuais. Atualmente, o projeto está paralisado.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.092.516	16.514.443	7.783.151	64.344.290	47.540.645
Despesas Correntes	5.247.821	5.573.173	3.749.881	21.582.321	17.658.830
Despesas de Capital	10.844.695	10.941.270	4.033.270	42.761.969	29.881.815
Orçamento de Investimento das Empresas	7.300	0	0	257.281	59.555
Totais	16.099.816	16.514.443	7.783.151	64.601.571	47.600.199

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2059 – POLÍTICA NUCLEAR

Visão geral do programa

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Conforme o inciso V do art. 177 da Constituição Federal, constitui monopólio da União a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 da Constituição Federal.

Esta exceção é bem restrita, visto que a atividade de produção de radioisótopos e de fontes radioativas de meia vida acima de 120 minutos consiste em monopólio da União estabelecido no inciso XXIII, do art. 21 e no inciso V, do art. 177, da Constituição Federal, exercido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN/MCTI).

Em termos estratégicos, o país registra a sétima maior reserva geológica de urânio conhecida no mundo, com cerca de 309 mil toneladas de U_3O_8 nos estados da Bahia, Ceará e Minas Gerais, entre outras ocorrências. Certamente, esta reserva pode vir a ser maior se novos trabalhos de prospecção e pesquisa mineral forem realizados, uma vez que os levantamentos disponíveis cobriram apenas entre 25% e 30% do território nacional.

O país possui também ocorrências uraníferas associadas a outros minerais, como as encontradas nos depósitos de Pitinga, no estado do Amazonas, além de áreas extremamente promissoras como a de Carajás, no estado do Pará. Nesses, estima-se uma nova frente de reservas que demonstra que o Brasil – face à sua extensão territorial, reservas asseguradas e domínio da tecnologia das diversas etapas do ciclo do combustível – poderá ocupar uma posição estratégica em relação à oferta de fontes energéticas.

O domínio completo do ciclo do combustível é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos, em diferentes características e graus de enriquecimento, são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica, e nos reatores de pesquisa, para produção de radiofármacos.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, nas etapas de conversão e enriquecimento, não há capacidade instalada, em todo o ciclo, suficiente para atendimento da atual demanda de Angra I e Angra II.

Com a entrada em operação da Usina de Angra III, não haverá também capacidade instalada na etapa de produção de urânio para atendimento da demanda. Desta forma, ganha ainda mais relevância a necessidade de expansão da capacidade industrial do ciclo do combustível nuclear, uma vez que se acentuará a atual dependência de serviços e insumos externos.

A primeira etapa do ciclo do combustível nuclear é realizada no município de Caetité/BA, onde situa-se a planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio - URA da INB, com capacidade nominal instalada de 400t de U_3O_8 /ano, suficientes para o pleno atendimento das Usinas Nucleares de Angra I e Angra II, mas insuficiente para atender Angra III.

A etapa de conversão é integralmente realizada no exterior, por meio de contratação de serviço, com dispêndio de divisas da ordem de US\$ 8 milhões/ano, para as Usinas de Angra I, II e III.

A etapa de enriquecimento é parcialmente realizada no país, na cidade de Resende/RJ, com capacidade instalada atual de 34% das necessidades da Usina de Angra I ou 11,7% das necessidades totais de Angra I e Angra II, considerada como 103.000 kg UTS (Unidade de Trabalho de Separação) cada recarga de Angra I e 195.000 Kg UTS para cada recarga de Angra II. Atualmente, a maior parte dos serviços de enriquecimento são contratados no exterior para Angra I, Angra II e Angra III, com gastos da ordem de € 48 milhões por ano. Concluída a primeira etapa do projeto de enriquecimento, estarão atendidas a totalidade da demanda de Angra I e 20% da demanda de Angra II. Portanto, o país ainda não está apto a atender todas as necessidades de enriquecimento de urânio para suas usinas, o que somente ocorrerá com a conclusão da segunda etapa.

As etapas de reconversão e fabricação de pastilhas são totalmente nacionalizadas. As fábricas possuem capacidade nominal instalada de 120t de UO_2 /ano, suficiente para o atendimento das usinas atuais em operação e de Angra III.

A etapa de montagem também é totalmente realizada no país, com a aquisição no exterior de alguns materiais e componentes (grades espaçadoras e tubos de ligas de zircônio, principalmente).

A principal vantagem de uma Central Térmica Nuclear é a capacidade de geração de energia em grande quantidade com baixo consumo de combustível. Considerando-se, por exemplo, a geração de 1000 MWe por ano, uma central nucleoeletrica consome cerca de 21 toneladas de urânio enriquecido a 4% (cerca de 200t de urânio natural), enquanto que uma central térmica a carvão de mesma capacidade consome cerca de 3 milhões de toneladas de carvão. Em relação ao meio ambiente, o uso da energia nuclear, no mundo, evita a emissão anual de 2,5 bilhões de toneladas de dióxido de carbono que seriam lançados na atmosfera caso fossem oriundos de fontes térmicas convencionais.

Sob esse enfoque, é imprescindível que o Brasil preserve e também amplie a capacidade que hoje dispõe para a fabricação de componentes pesados para a indústria nuclear, atividade esta que se encontra concentrada na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (NUCLEP). O Plano Nacional de Energia 2030 prevê a construção de quatro a oito novas usinas nucleares para atender à demanda energética do país, o que implicará na necessidade de atualização tecnológica do parque industrial hoje disponível, para o fornecimento desses componentes, usando-se como exemplo, os novos geradores de vapor da usina de Angra 1, que foram totalmente fabricados na fábrica da NUCLEP, em Itaguaí/RJ.

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

A Medicina Nuclear é a área de aplicações da energia nuclear onde são utilizados os radioisótopos, tanto em diagnósticos como em terapias, para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Atualmente, mais de 300 clínicas e hospitais de diversos locais do país realizam procedimentos de medicina nuclear. O Brasil apresenta uma demanda crescente por este tipo de serviço, em torno de 10% ao ano. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no país não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que traz para o país uma forte dependência em relação aos fornecedores estrangeiros. Nesse sentido, está sendo desenvolvido o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) que possibilitará o atendimento integral da demanda nacional por esses insumos. O RMB será uma instalação única na América Latina e possibilitará o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em vários campos da ciência, além do intercâmbio e da cooperação técnica junto a diversos países.

Outro setor que será beneficiado com a implantação do RMB é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país.

É importante ressaltar que todas estas atividades e projetos só poderão ser realizados e alcançados se a questão dos recursos humanos for enfrentada. Ao longo dos últimos anos, o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas existentes no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como por exemplo, energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente. Atualmente, o país conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear. Entretanto, este grupo não está dimensionado para atender ao crescimento da demanda, sendo necessário incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes, de tal forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente. Desde 2006, o setor nuclear conta com um programa que oferece bolsas de mestrado e doutorado direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do país. No entanto, esse esforço é insuficiente para atender às demandas do setor, sendo necessário duplicar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos.

Dentre as organizações do MCTI que executam a política nuclear merecem destaque três instituições. A CNEN, autarquia vinculada ao MCT, sendo a autoridade máxima do governo no setor, tem a atribuição legal de garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, visando proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente. É responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos gerados nestas atividades. Responde, ainda, pela orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica na área nuclear. Também, compete a CNEN garantir a aplicação da tecnologia e o uso dos materiais nucleares para fins exclusivamente pacíficos e devidamente autorizados em todas as atividades nucleares executadas no país, em cumprimento as normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil, como também assegurar que as instalações, que utilizam materiais nucleares e radioativos, operem de acordo com a norma nacional de proteção física que estabelece mecanismos contra atos de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas.

A INB é uma sociedade de economia mista parcialmente dependente de Recursos do Tesouro e tem por missão garantir o fornecimento do combustível nuclear para geração de energia elétrica. A NUCLEP também é uma empresa pública de capital dependente do Tesouro Nacional, que tem como missão fornecer equipamentos pesados para indústria nuclear, já tendo fornecido diversos componentes pesados para as usinas Angra I e Angra II. E no momento, encontra-se fabricando novos componentes para a usina Angra III e desenvolvendo o projeto de fabricação do vaso de pressão do reator e dos geradores de vapor da planta de propulsão do primeiro submarino nuclear brasileiro.

Em termos de distribuição territorial, as unidades empresariais/estatais, excetuando-se os da mineração que, pela própria natureza, são localizadas onde o minério está disponível, estão concentradas na Região Sudeste, notadamente no Estado do Rio de Janeiro.

Como principais desafios para a política nuclear, destacam-se: (i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrônica; (ii) ter autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; (iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e (iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance desses desafios, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio da matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para a soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

Para o quadriênio 2012-2015, foram definidos três indicadores do programa: número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente; oferta de molibdênio-99; e taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional.

O indicador de número de criações intelectuais, que compreende a totalidade de patentes, softwares, desenhos industriais, modelos de utilidade e cultivares, tinha o índice de referência em de 85 criações acumuladas em 2011. No final do PPA 2012-2015 foi alcançado o índice de 101 criações, com crescimento de 19%.

O indicador de oferta de molibdênio tinha como índice de referência, em 2011, o quantitativo de 14.330 ci. No final do PPA 2012-2015, o total de ci fornecido foi de 23.442, com um aumento expressivo de 64%.

O terceiro indicador do Programa Política Nuclear, Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, evoluiu de 63,6%, ao final de 2011, para 69,9%, ao final de 2015. Esse incremento se deve ao aumento da capacidade instalada e comissionada da Usina de Enriquecimento de Urânio de 13.000 kg UTS, em 2011, para 35.300 kg UTS em 2015.

A continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio é estratégica para o país, sendo a etapa mais relevante para a evolução desse indicador (35% da taxa), juntamente com a Usina de Conversão (5% da taxa), uma vez que a INB já possui as demais etapas do ciclo do combustível em operação (60%).

Visão dos principais atributos do programa

O Programa de Política Nuclear no PPA 2012-2015 foi estruturado em sete Objetivos que englobavam o conjunto de ações necessárias para o atendimento das atividades nucleares no país.

O Objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, é fundamental para a política, pois, apesar da oferta de molibdênio 99 (Mo-99) no país ser da ordem de 4% da demanda mundial, o número per capita de exames de medicina nuclear executados no Brasil é ainda 2,5 vezes menor do que na Argentina e seis vezes menor do que nos EUA. Portanto, o segmento apresenta uma demanda potencial ainda a ser atendida, o que requer uma ampliação na capacidade de produção da CNEN.

Para isso foram definidas duas metas: a primeira de ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 ci por semana, que foi plenamente atingida, com a produção, em 2015, de 446 ci, que significa um aumento de 27% em relação ao fornecimento em 2011, que era de 350 ci. Entretanto, em função das dificuldades existentes, principalmente a instabilidade do fornecimento de Mo-99 pelo mercado internacional, a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do RMB, prevista para 2021.

A segunda meta é justamente a implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais, as respectivas análises pós-irradiação e para realizar pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento. O RMB é um empreendimento de arraste tecnológico e de organização para o setor nuclear, de importância fundamental para viabilizar políticas ministeriais e objetivos estratégicos do país.

A não disponibilização dos recursos orçamentários previstos no PPA 2012-2015 tornou inviável o alcance da meta programada para o período (50% da implantação do empreendimento) e evidenciou a dificuldade de se implementar uma gestão eficiente na implantação do empreendimento RMB. Na falta dos recursos orçamentários previstos no PPA, a coordenação do projeto precisou buscar recursos extra-orçamentários, o que implica em incerteza na condução das ações e atraso na execução do cronograma físico do empreendimento. Essa situação exige um esforço e uma habilidade de se implantar uma gestão reversa, ou seja, que se vê obrigada a adaptar o cronograma físico aos valores de recursos obtidos, causando assim atrasos sistêmicos na obtenção das metas planejadas e consequentemente na conclusão da implantação do empreendimento, agora estimada para 2021. Apesar destas dificuldades orçamentárias, no quadriênio 2012-2015, foi possível atingir 13,5% da implantação do empreendimento.

O Objetivo de implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear, se dá por meio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós-graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear. A meta de alcançar 164 profissionais no quadriênio foi alcançada em 96%, com a formação de 157 profissionais.

Fortalecer o sistema de regulação nuclear, para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país é outro Objetivo, cujas principais ações

estão relacionadas ao controle da exposição das pessoas à radiação, ao controle da liberação de material radioativo para o meio ambiente, à diminuição da probabilidade de ocorrência de eventos que possam levar a perda de controle sobre o núcleo do reator nuclear, da reação em cadeia e de fontes radioativas e, ainda, à mitigação de consequências no caso de ocorrência de eventos.

Para este Objetivo, a meta principal para o quadriênio do PPA foi a criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear (ANSN). Atualmente, a CNEN executa a função de órgão regulador nuclear no país e a função de promoção, pesquisa, desenvolvimento, prestação de serviços e produção. A separação destas funções tem encontrado respaldo nas recomendações e manifestações nacionais e internacionais, sendo a criação da Agência uma ação fundamental para viabilizar este objetivo. Neste período, a CNEN apresentou anteprojeto de lei para criação da ANSN, encaminhando-o para apreciação das diversas instâncias governamentais afetadas. Desde então, a CNEN vem acompanhado a tramitação do anteprojeto.

O Objetivo de desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil, abrange as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nos mais variados campos de aplicação como na geração de energia elétrica, na saúde, na agricultura, meio ambiente e na indústria, de forma a apresentar soluções técnicas (processos, produtos e serviços) demandadas pelos segmentos empresariais. Dentro deste escopo, o Objetivo possuía duas metas importantes: implantar 80% do Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) e realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas.

A implantação do Laboratório de Fusão Nuclear atingiu no final do quadriênio 2012-2015 apenas 3% do total do empreendimento, devido, principalmente, aos poucos recursos orçamentários liberados para esta meta. Como alternativa buscou-se, com sucesso, a celebração de um convênio com a FINEP para contratação dos projetos de engenharia básico e executivo do futuro Laboratório. Além disso, está em andamento o projeto de atualização e adequação do dispositivo experimental de fusão nuclear, Experimento Tokamak Esférico – ETE, atualmente instalado no INPE, para sua futura transferência para o LFN e a prospecção de um dispositivo adequado para ser instalado no LFN após a fase inicial de exploração do ETE.

A meta de alcançar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas foi superada no PPA 2012-2015, atingindo uma média anual, neste período, de aproximadamente 500 pesquisas. Os recursos utilizados para manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura de P&D disponível nos diversos institutos da CNEN, bem como os recursos de custeio e capital para a realização das pesquisas são disponibilizados com o orçamento da União, mas também com uma complementação expressiva de recursos de fomento captados junto a diversas agências financiadoras de projetos de P&D no país, em especial, Finep, CNPq, Fapesp, Fapemig e Faperj, e internacional (Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA). Essa situação demonstra, por um lado, a grande capacidade dos institutos na captação deste tipo de recurso, e por outro lado, a insuficiência dos recursos orçamentários da União para que se possa utilizar melhor a capacidade de desenvolvimento de P&D disponível nas unidades da CNEN.

Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando à proteção da população e do meio ambiente, é outro Objetivo importante para o Programa de Política Nuclear, pois a geração de eletricidade por meio de fonte nuclear, as aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente e o processamento de materiais brutos que contenham

radionuclídeos de ocorrência natural produzem rejeitos radioativos que ocorrem de formas variadas e com características físicas e químicas bastante diferentes. Rejeitos radioativos são fontes de emissão de radiação ionizante e, como tal, constituem agentes de risco devendo, portanto, ser gerenciados de tal forma que a proteção à saúde humana e ao meio ambiente seja garantida no presente e no futuro.

A principal meta para este Objetivo está relacionada com a implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN). O RBMN, durante a vigência do PPA 2012-2015, não recebeu os recursos orçamentários necessários para implantar o cronograma físico previsto. Além disso, o atraso da implantação do empreendimento se deveu a decisões políticas de postergar decisões técnicas. Com isto, o empreendimento alcançou apenas 10% da sua implantação. O ponto crítico do projeto está relacionado com a seleção do local do Repositório, o qual se encontra em fase técnica final, porém, depende ainda de decisões governamentais, uma vez que requer ações políticas e possíveis definições sobre compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. A etapa seguinte à seleção técnica é a negociação com as partes interessadas visando à aceitação pública do local selecionado.

O Objetivo de expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear gerou diversos resultados. Em 2015, a Usina de Enriquecimento teve concluído o comissionamento da Cascata 6 do Módulo 2, com um progresso físico de 4,3% no exercício, alcançando um progresso acumulado no período 2012-2015 de 15,52%, referente à primeira etapa de sua implantação, que envolve 10 cascatas de ultracentrífugas, distribuídas em 4 módulos. Desde o início do projeto, em 2000, a primeira etapa já atingiu 71,48% de progresso físico.

As restrições orçamentárias experimentadas desde o início da implantação e as dificuldades relacionadas à complementação das infraestruturas prediais e eletromecânicas dos módulos já construídos e ao fornecimento de ultracentrífugas em escala ampla são as principais causas para a lenta evolução do empreendimento.

Nesse contexto, encontra-se inserido na Ação de implantação da Usina de Enriquecimento, a necessária construção da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica – UTSI, a qual tem por objetivo ampliar a capacidade de produção de ultracentrífugas, realizar a manutenção das ultracentrífugas existentes e promover sua permanente evolução tecnológica.

A UTSI foi concebida com dois módulos: Aramar e Resende. Para a implantação do Módulo Aramar, o primeiro a ser construído, foram empreendidas ações para a contratação, pela INB, dos serviços do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a elaboração do Projeto Básico destinado a amparar a definição dos escopos de serviços de engenharia, da construção civil e da montagem da infraestrutura eletromecânica. Tal contratação estava diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar – CEA, em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo.

Entretanto, a necessidade de remanejamento dos escassos recursos para atividades mais prioritárias e urgentes do projeto, inviabilizaram as contratações acima indicadas.

Mesmo com as limitações impostas, em 2015, com a entrada em operação da Cascata 6, a capacidade nominal instalada da Usina de Enriquecimento ultrapassou 35.000 kg UTS/ano, equivalente a cerca de 34% de uma recarga da Usina de Angra 1, considerada como 103.000 kg UTS, tendo desta forma praticamente atingido a Meta fixada no PPA 2012-

2015 de atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra 1.

Ao longo de 2015, a produção de Urânio Enriquecido atingiu 3.714 kg, com um estoque acumulado de 12.958 kg de U. Desse estoque, pela primeira vez, um lote de Urânio enriquecido, com massa de 6.795 kg, está sendo utilizado para a produção de parte do combustível nuclear da 22ª Recarga de Angra 1. A continuidade da produção de Urânio Enriquecido permitirá a sua utilização na fabricação das próximas recargas de Angra 1. O atual estágio da Usina de Enriquecimento de Urânio já proporciona a redução do custo final do combustível nuclear.

Ao longo do período de 2012-2015, a meta prevista no PPA, de atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras foi integralmente atendida, inclusive para Angra 3, cuja fabricação de todo o Núcleo, que representa o equivalente a três recargas anuais, precede em um longo período o início da operação da usina.

Em 2015, foram produzidos 103 Elementos Combustíveis para as usinas termonucleares Angra 1 e Angra 2, que foi a demanda do exercício, conforme revisão do cronograma de entrega. Estão estocados 69 EC, referentes à primeira região do Núcleo da Usina de Angra 3, produzidos em exercícios anteriores.

Por outro lado, a exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho, alternativa à lavra subterrânea, ainda está no início do seu desenvolvimento. Essas dificuldades fizeram com que fosse necessário importar Urânio em suas variadas formas, totalizando 881t de U3O8, no período do PPA2012-2015, para atendimento da demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Embora sem um progresso físico acumulado significativo registrado no período do PPA 2012-2015, com um avanço de apenas 1,27%, na Unidade de Concentrado de Urânio - URA, em 2015, se obteve importantes avanços que permitem vislumbrar um cenário favorável para retomada da produção, bem como para ampliação daquela unidade, que passa a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) a partir de 2016.

Foram concedidas, pelo IBAMA, a Licença de Instalação, a Autorização de Supressão Vegetal e a Autorização de Afugentamento da Fauna, necessárias para a etapa inicial do projeto de exploração da nova jazida, a Mina do Engenho, também em Caetité/BA, para atendimento à URA, tendo sido iniciada a execução da construção dos acessos e da infraestrutura. Ainda em relação à Mina do Engenho, indispensável para a duplicação da produção de concentrado de urânio, iniciou-se a execução das sondagens geotécnicas, necessárias à elaboração do projeto de lavra, que, por sua vez, servirá de base para a obtenção da Autorização de Lavra da nova mina, junto à CNEN. Foi também concluído o Projeto Básico da duplicação da capacidade de produção da URA.

As principais causas para o lento desenvolvimento da ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio estão relacionadas a não obtenção de licenças, especialmente as nucleares. Iniciadas em 2008, as atividades de implantação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira estão paralisadas desde 2009, quando foi alcançada a extensão até então licenciada de 500m da rampa de acesso, não tendo havido ainda autorização para continuidade dos trabalhos.

A Província Uranífera de Lagoa Real, localizada no centro sul do estado da Bahia, é uma das regiões mais promissoras do país. Entretanto, ainda não foi totalmente pesquisada e seus recursos em U3O8, na categoria de Recurso Medido mais Recurso Indicado,

correspondendo aos Recursos Razoavelmente Assegurados, segundo a AIEA, ainda não são totalmente conhecidos.

Em razão disso, as pesquisas geológicas, atualmente, estão concentradas naquela região, onde se localiza a URA, tendo sido obtido um aumento, no período do PPA, de 7,42% das reservas de Urânio, correspondendo ao acréscimo de 16.000t de U3O8 em relação à meta de aumento de 30%.

Dentre os obstáculos para um aumento mais significativo das reservas, destacam-se a necessidade de obtenção de licenças ambientais para abertura de picadas e supressão de vegetação nos locais de prospecção e pesquisa e a necessidade de pagamento de indenização por ocupação temporária dos terrenos, amparada nos termos do Decreto – Lei nº 1.865/81.

Outro projeto voltado para a expansão do ciclo completo do combustível nuclear, a implantação da Usina de Conversão atingiu no período do PPA 2012-2015 um progresso físico acumulado de 9%, frente à meta de atingir 40% do cronograma físico de implantação da usina. As dificuldades para um avanço maior do empreendimento estão relacionadas às restrições orçamentárias e financeiras, bem como à elevada complexidade tecnológica para atendimento das normas nucleares, de segurança industrial e de proteção ao meio ambiente, com soluções de engenharia integradas.

Entre 2014 e 2015, foram concluídos os estudos preliminares de viabilidade e iniciados os processos de licenciamento de local da nova unidade. Foi iniciada também a contratação de projetos básicos para as unidades de apoio e de testes de equipamentos e de capacitação de pessoal, bem como serviços de consultoria de engenharia internacional, objetivando que os critérios de projetos de plantas industriais no “estado da arte” possam ser conhecidos e aplicados no projeto da unidade brasileira, na busca de resultados de excelência nos campos da segurança operacional, gestão de riscos e sustentabilidade.

Outro importante ponto em direção à autonomia estratégica do ciclo do combustível refere-se à geração de conhecimento e expertise em tecnologia própria e nacionalização de componentes. A INB vem desenvolvendo projeto de capacitação em engenharia de projeto de combustíveis nucleares e na nacionalização dos componentes importados, efetuando o desenvolvimento e a qualificação da própria INB e de fornecedores nacionais.

Também importante para a autonomia na geração de energia elétrica de fonte nuclear e para geração de excedentes exportáveis, a implantação da Usina de Extração e Beneficiamento de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE apresentou avanço no seu processo de licenciamento, já tendo sido entregues o EIA/RIMA e realizadas as audiências públicas, estando pendente a emissão de Licença Prévia (LP) pelo IBAMA, que depende da Autorização de Local (AL) pela CNEN, a qual depende do atendimento das seguintes condicionantes para sua emissão: revisão do relatório de local para incluir o novo processo industrial; inclusão da análise de risco preliminar do processo; revisão do processo de tratamento de rejeito; revisão do meio físico com dados meteorológicos; complementação do descritivo sísmológico; e verificação de existência de caverna subsuperfície na região da unidade nuclear.

No PPA 2012-2015, a Nuclep, empresa com atividades relevantes na área nuclear, foi inserida no Programa Temático Desenvolvimento Produtivo dentro do Objetivo “Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados”, cujo responsável era o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Neste Objetivo foram definidas para a empresa as seguintes metas: produzir 12 mil toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia; capacitar 2 mil profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia; e obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME).

Para a primeira meta, a NUCLEP produziu nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, 2.657, 3.171, 7.616 e 1.055 toneladas. Totalizando no período dos quatro anos, 14.498 toneladas de equipamentos. Dentre esses, merecem destaque alguns importantes componentes para a área nuclear: fornecimento de um Feixe Tubular para Usina Nuclear de Angra I; fornecimento de Embutidos para Usina Nuclear de Angra III; fornecimento de duas Caixas de Semi-Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III; fornecimento de dois Vasos de Pressão 30B e 48Y, para a INB; fornecimento de Tampas, Coletor e Chapas de Apoio da Caixa do Condensador (MAG 30) para a Usina Nuclear de Angra III; fabricação de quatro Vasos de Pressão 30B para o Centro Tecnológico da Marinha (CTMSP); e fabricação de dois Cilindros (30B e 48Y) para a INB.

Relativo à segunda meta, foram capacitados nos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, respectivamente, 721, 562, 47 e 143 empregados. Totalizando no período dos quatro anos, 1.473 funcionários capacitados. Os principais treinamentos realizados foram: código ASME Seções VIII e IX; tratamento térmico em juntas soldadas; inspetor de soldagem N2; ultrassom N2; líquido penetrante N2; partícula magnética N2; proteção radiológica; e inspetor de Radiografia ER-N2-S-IL.

Em relação à terceira meta, na elaboração do PPA 2012-2015, havia a expectativa da construção de novas usinas nucleares, com a reativação do Programa Nuclear Brasileiro. Desta forma, era importante a obtenção do Selo N (projeto de equipamentos nucleares) do ASME (Associação de Engenheiros Mecânicos dos Estados Unidos). Procurava-se evitar com isso, que o país pudesse se colocar de forma dependente tecnologicamente e a mercê das imposições e conveniências de fornecedores estrangeiros. Mas ao longo do período do PPA, a expectativa de construção de novas usinas não se concretizou. Não sendo mais interessante para a Nuclep a obtenção deste Selo, já que há custos relacionados à obtenção e manutenção desta certificação, impostos pelas regras do código ASME. Os Selos que a empresa já possui para fabricação e montagem são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

Cabe destacar, também, que neste PPA houve o início das atividades de engenharia para a fabricação de um Vaso de Pressão do Reator (VPR) e dois Geradores de Vapor (GV) do sistema de propulsão do primeiro Submarino Nuclear Brasileiro. Outra obra de extrema importância para país, apesar de não ser uma obra nuclear, foi a continuidade da construção de quatro Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil.

Relativo às Iniciativas do Objetivo, é importante destacar a Iniciativa modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, de forma competitiva, para atender ao programa nuclear brasileiro. Com relação a esta Iniciativa, a Nuclep modernizou 55 equipamentos do seu parque fabril.

Considerações finais

Considerando a experiência do PPA 2012-2015, o qual introduziu uma nova metodologia para o Plano Plurianual, o Programa de Política Nuclear para o PPA 2016-2019 foi aperfeiçoado com a redução de alguns Objetivos e com a criação apenas de Metas e Iniciativas que refletissem a evolução do indicador do Programa e também de cada Objetivo.

Na elaboração do PPA 2016-2019, também houve a preocupação de retornar a Nuclep ao Programa Política Nuclear, com o Objetivo de manter a capacidade brasileira na área de equipamentos nucleares e de alta tecnologia, tendo em vista a necessidade de melhorar a governança das atividades nucleares e também por ser esta função estratégica para o país, enquanto a construção de novas usinas nucleares não se concretiza.

Em função das restrições orçamentárias durante o período de vigência do PPA 2012-2015 e considerando a importância para a implementação da política nuclear no país, os grandes projetos foram novamente incluídos no novo PPA, inclusive com a inclusão de dois deles no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): a ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité e o Reator Multipropósito Brasileiro.

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria).

Neste sentido, a concepção de um plano de médio e longo prazo, como também a racionalidade na alocação de recursos financeiros, humanos e materiais são fundamentais para a superação dos desafios que estão apresentados e para o fortalecimento da Política Nuclear, como ação indutora do desenvolvimento nacional e da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	06/02/2013	24	31/12/2013	57	15/12/2014	74	31/12/2015	101
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCTI	ci/ano	31/12/2010	14.330	04/04/2013	17.656	31/12/2013	20.360	15/12/2014	20.304	31/12/2015	23.442
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	31/12/2012	64,9	31/12/2013	64,9	17/12/2014	67,4	31/12/2015	69,9

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Quadro de Metas

Objetivo: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana	404,00	Ci	449,60	Meta alcançada
Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro	50,00	%	13,50	A meta foi estabelecida tendo como premissa a correspondente previsão de recursos, que totalizavam R\$ 407 milhões. Entretanto, ao longo do período 2012-2015, foi alocado apenas 1,7% deste valor, o que tornou inviável o alcance da meta estabelecida.

Objetivo: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras	100,00	% da demanda anual	100,00	Meta alcançada

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I	35,00	%	34,00	Esta meta depende da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, nesta etapa com quatro módulos e 10 cascatas de ultracentrífugas. As seis cascatas dos Módulos 1 e 2 já estão produzindo. Os Módulos 3 e 4 já têm prédios construídos, aguardando a complementação de suas infraestruturas para permitir a instalação de suas cascatas. O andamento da Meta vem sendo prejudicado pelo montante dos recursos que vêm sendo alocados à Ação, historicamente bem abaixo das necessidades previstas.
Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica	100,00	%	0,00	Alocação insuficiente de recursos para a Ação 1393, fazendo com que os recursos disponíveis tenham que ser utilizados em prol das atividades da outra meta associada à ação, mais prioritária e imediata. Dificuldades para assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar – CEA, em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo. Busca-se um novo rumo para a consecução da meta.
Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais	30,00	%	0,00	Não alocação de recursos provenientes do Tesouro Nacional (FR 100) previstos quando da inclusão do projeto no PPA 2012-2015, associado à complexidade do processo de produção e a não existência em território nacional de instalações industriais que utilizem esse processo.
Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão	40,00	%	9,00	A complexidade da tecnologia dificultou o desenvolvimento do projeto, pois não há empresas nacionais com conhecimento suficiente, ou que produzam todos os insumos e materiais especiais necessários a sua operação. A não alocação, desde o primeiro momento de recursos do tesouro previstos, e a alocação insuficiente, posteriormente (LOA 2015), foram os obstáculos decisivos ao desenvolvimento do projeto no ritmo originalmente previsto.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear	40,00	%	0,00	São três unidades da INB em descomissionamento. Em Caldas, a melhoria no sistema de drenagem das águas pluviais continua suspensa, devido a problemas com licenças ambientais e a restrições orçamentárias e financeiras. Em Buena, a lavra já está paralisada e a unidade trabalha com um estoque de minério que ainda precisa passar por beneficiamento para produção e venda. Em São Paulo ocorrem a descontaminação do terreno e o armazenamento de rejeitos das antigas Usinas de Santo Amaro e de Interlagos.
Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ	60,00	%	3,00	A principal restrição foi o não recebimento dos recursos da Fonte 100 previstos. Foram utilizados recursos próprios da INB (FR 250), mas em montante inferior ao planejado, o que alongou os prazos de execução. A complexidade e especificidade dos projetos dos equipamentos envolvidos, as etapas de especificação, contratação, fabricação do equipamento pelo fornecedor (em geral no exterior) e fases de implantação e comissionamento, representam grandes desafios em curto e médio prazos.
Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015	800,00	Toneladas	400,00	As dificuldades de licenciamento ambiental e, principalmente, nuclear são os principais entraves ao desenvolvimento do projeto. Como está estruturado em três frentes, lavra subterrânea, lavra a céu aberto e duplicação da planta química, propriamente dita, diversas licenças são necessárias para cada uma das citadas frentes.
Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral	30,00	%	7,42	As pesquisas geológicas estão concentradas na Província Uranífera de Lagoa Real/BA, uma das mais promissoras do País, que ainda não foi totalmente pesquisada, e onde se localiza a Planta de Produção de Concentrado de Urânio. Dificuldades com o licenciamento ambiental, como Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) e com o acesso às propriedades privadas onde se encontram as anomalias, foram os obstáculos ao alcance da meta.

Objetivo: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear	164,00	Profissionais	168,00	Meta alcançada

Objetivo: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão	80,00	%	4,00	O percentual de execução alcançado no ano e o acumulado ao fim do ciclo PPA 2012-2015 até 2015 estão muito abaixo do originalmente previsto, devido aos escassos recursos orçamentários liberados para a esta Ação.
Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas	450,00	Pesquisas	492,00	Meta alcançada

Objetivo: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015	45,00	%	12,00	Do valor previsto para o período 2012-2015, apenas um percentual de 1,7% foi efetivamente liberado, Com tal ritmo de liberação, a CNEN não tem conseguido manter o cronograma de execução do projeto.

Objetivo: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	625.240	689.184	374.782	2.812.301	2.053.525
Despesas Correntes	502.095	605.545	353.562	2.261.986	1.795.025
Despesas de Capital	123.145	83.640	21.220	550.315	258.500
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	625.240	689.184	374.782	2.812.301	2.053.525

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2060 – COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da política

O planejamento do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 foi desenvolvido em um contexto de consolidação do caráter intersetorial da política sobre drogas em âmbito federal. No ano de 2010, havia sido publicado o decreto 7.179/2010 que instituía o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, bem como o Comitê Gestor e o Grupo Executivo responsáveis por formular e executar a política sobre drogas do governo federal. Esses colegiados reúnem os principais ministérios responsáveis pela execução da política: Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, além do Ministério da Justiça. Durante o ano de 2011, paralelamente ao planejamento do PPA, também estava sendo planejado de forma intersetorial o programa "Crack, é Possível Vencer", que consolidou as principais ações da política sobre drogas no quadriênio passado.

Os diagnósticos formulados à época de planejamento do PPA apontaram o álcool como a droga de maior incidência e impacto negativo sobre a sociedade brasileira, mas identificavam também o crack como fator crescente de atenção social em relação aos problemas decorrentes do seu uso. O programa 2060 – “Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Drogas” reuniu o conjunto de ações que a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas propôs realizar entre os anos de 2012 e 2015 no contexto do programa intersetorial “Crack, é possível vencer”. Essas ações têm caráter de articulação, inovação ou execução direta da política pela secretaria e podem ser agrupadas em ações de prevenção, formação, cuidado e ações de gestão da política sobre drogas.

Visão dos principais atributos do Programa

Objetivos e metas mais relevantes

Em relação à prevenção, foi planejado um conjunto de ações, dentre as quais destacaram-se: a continuidade e intensificação da disponibilização de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, no contexto escolar; e a ampliação e

qualificação do serviço Ligue 132, que é um serviço telefônico para a intervenção sobre uso de drogas e direcionamento a serviços.

Os resultados foram (i) a oferta de mais de 204 mil vagas de formação para educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, incluindo um módulo final de projeto de prevenção a ser implantado na escola do docente, e (ii) o registro de mais de 1 milhão de ligações para o serviço Ligue 132, ofertando intervenção sobre uso de drogas e direcionamentos a serviços.

Além do inicialmente planejado, merecem destaque iniciativas que foram desenvolvidas ao longo desses 4 anos e que já acumulam aprendizados que se refletem no planejamento dos próximos 4 anos. Essas iniciativas são: edital “Viva Jovem”, de 2014, para seleção de iniciativas locais inovadoras para prevenção ao uso nocivo de drogas tendo como instrumentos ações de esporte e cultura (43 projetos que estão sendo implementados e acompanhados); e a seleção, adaptação e implementação experimental, em colaboração à iniciativa da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, de 3 metodologias de prevenção, nas escolas e com famílias, que se destacam como ferramentas promissoras para as ações de prevenção do governo federal no próximo quadriênio.

Em relação às ações de formação de profissionais ou voluntários que atuam em atividades relacionadas a drogas, planejou-se um conjunto de ofertas dentre as quais se destacam: a criação e manutenção de 65 Centros Regionais de Referência, em parceria com instituições de ensino superior públicas, para formação permanente, de forma presencial, dos profissionais que atuam com usuários de drogas e seus familiares na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, para aplicação adequada da Lei 11.343/2006, destinado a juízes, promotores, defensores públicos e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e da Juventude; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas; oferta do curso de extensão universitária “SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento”, na modalidade EAD, para profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de drogas; oferta de curso de extensão universitária, na modalidade EAD, com objetivo de fortalecer rede de prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos membros de conselhos municipais e estaduais e líderes comunitários.

Como resultado desse conjunto de ações foram ofertadas mais de 500 mil vagas de formação na temática de álcool e outras drogas para os diferentes grupos de profissionais ou voluntários que atuam com o tema. Na modalidade EAD foram ofertadas, dentre outras, 45.000 vagas para operadores de direito, 20.000 vagas para agentes atuantes em comunidades terapêuticas, 70.000 vagas do SUPERA, 135.000 vagas para conselheiros e lideranças comunitárias, além da manutenção de uma rede de 63 Centros Regionais de Referência de formação espalhados por todo o território nacional, ofertando mais de 50.000 vagas em formações presenciais articuladas com as necessidades de formação dos municípios da região onde atuam.

Além do planejado, a SENAD/MJ tem ajustado a sua política de formação para atuar em parceria com os ministérios relacionados ao tema e que têm em sua rede de serviços muitos profissionais que demandam formação na temática sobre drogas. Merece destaque a parceria com o Ministério da Educação, que já resultou em descentralização do modelo de formação para os agentes que conduzem toda a política de formação de professores. Nesse sentido, a SENAD projeta para o próximo quadriênio a inauguração de plataforma de educação permanente na temática sobre drogas com ferramentas que permitam a autoinstrução aberta a todos e a formação acompanhada (com tutores) por meio de módulos específicos. Dessa forma, pretende-se intensificar a parceria com os ministérios que atuam na área para ofertar conteúdos a serem disponibilizados nos meios de formação setorial já mantidos por eles em suas políticas de formação.

Quanto ao planejamento das ações classificadas como cuidado a usuários de drogas e suas famílias, destacam-se: a disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios; a disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitem de afastamento do ambiente no qual se desenvolveu a dependência de substância psicoativa; e a avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país.

Como resultado das ações planejadas no âmbito do cuidado, destacam-se: a identificação e avaliação de iniciativas como as dos consultórios de Rua de Salvador/BA, que foi modelo para oferta nacional do Ministério da Saúde para a saúde da população em situação de rua, e a iniciativa da organização Lua Nova de Sorocaba/SP, que atua no acolhimento de jovens mães usuárias de drogas, sendo referência para serviço com foco nesse público e que está sendo implementado na cidade do Rio de Janeiro/RJ; a oferta, por contratação direta da SENAD, de cerca de 8.000 vagas de acolhimento residencial transitório e que já beneficiou mais de 40.000 pessoas; e a avaliação que está sendo realizada, em parceria com o IPEA, dos serviços prestados pelas comunidades terapêuticas atuantes no território nacional e com previsão para ser publicada no ano de 2016.

Outra ação que merece destaque nesses últimos quatro anos foi a iniciativa da Secretaria em fomentar, por meio de convênios, 23 experiências municipais de acompanhamento e inserção social de usuário de drogas em circunstância de alta vulnerabilidade social. Esses projetos têm sido desenvolvidos tendo como exemplo o programa “De Braços Abertos” implantado pela Prefeitura de São Paulo/SP com a colaboração da SENAD/MJ, e que tem como diretrizes as ofertas de moradia e inserção no trabalho como estratégias de garantia de direitos, partindo da da estruturação de projetos de vida desses usuários.

Do conjunto de ações planejadas com o perfil de gestão da política sobre drogas, destacam-se: a realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis; a revisão e atualização dos marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas; e o apoio à instalação e manutenção de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU).

Merece destaque ainda as ações com característica da gestão da política sobre drogas, no campo das pesquisas: a realização, em parceria com a FIOCRUZ, da “Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack” divulgada em 2014, com ampla repercussão sobre a percepção da sociedade e dos gestores da política sobre drogas sobre o tema; a execução do “III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira”, em parceria com a FIOCRUZ, que está em fase de análise de dados e deve ter seus resultados divulgados ao longo de 2016, atualizando o panorama nacional de informações sobre o uso de drogas; a celebração de acordo com a Universidade Federal de São Paulo para a confecção do “II Relatório Brasileiro sobre Drogas”, a ser publicado em 2016; a contratação de 8 projetos de pesquisa na área de tratamento da dependência química mediante o emprego de substâncias, e que serão desenvolvidos até 2018; a elaboração técnica e contratação do que serão o “I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira” e o “I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pelos Adolescentes e Jovens em Restrição e Privação de Liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo”, a ser realizado em parceria com a Faculdade de Medicina de São Paulo - USP.

No campo normativo, destacam-se: a instituição da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp); a instituição da Lei nº 12.683, de 09 de julho de 2012, que trata da indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas; e a edição pelo Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) da Resolução nº 1/2015, que regulamenta as atividades das comunidades terapêuticas no país.

Destaca-se, ainda, o apoio dado à manutenção do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Brasil, que contribui para a implementação de medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas, as convenções que atuam contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção e que oportuniza ambiente de cooperação internacional sobre o tema, contribuindo para a formulação e avaliação de políticas públicas sobre drogas no Brasil.

Além do inicialmente planejado sobre a gestão da política sobre drogas, cabe destacar a iniciativa do “Projeto Redes” de fomento à integração intersetorial dos agentes da política sobre drogas em âmbito local. O projeto consiste em apoio qualificado do governo federal a municípios, na forma de equipe de apoiadores que permanecem nos territórios, buscando ajudar as gestões locais na institucionalização de mecanismos de atuação intersetorial, como comitês gestores da política, fórum de trabalhadores e usuários, e outros mecanismos de construção local. Além desse benefício, o projeto se configurou importante ferramenta de interlocução qualificada entre o governo federal e os governos locais na implementação dos principais projetos da secretaria e do governo federal, como ações de inserção social inovadoras, implantação de metodologias de prevenção, etc. Desta forma, o Projeto Redes coloca-se como importante ferramenta de governança da política sobre drogas no próximo quadriênio.

Considerações finais

Ao avaliarmos o plano formulado no PPA 2012-2015 e a sua execução ao longo dos últimos anos, ficam evidentes os avanços pelos quais passou a política sobre drogas, ainda mais se ampliarmos o nosso foco de análise para o executado no âmbito do programa “Crack, é possível vencer”, programa intersetorial. As ações contemplaram esforço de atuação em prevenção, cuidado, inserção social, pesquisa, articulação e formação, além do aprimoramento dos instrumentos da política e o ajuste no foco das ações a partir das informações produzidas por pesquisas e por avaliação das ações executadas.

Ao planejar a política sobre drogas do próximo quadriênio, o governo federal conseguiu propor plano intersetorial, representado pelo “PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social” do PPA 2016-2019, que faz jus à prática de execução da política sobre drogas dos últimos quatro anos e dessa forma amplia a qualidade do planejamento, identificando ações individuais e conjuntas dos ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3	31/12/2005	12,3
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1	31/12/2005	10,1
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1	31/12/2005	1,1
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6	31/12/2005	5,6
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9	31/12/2005	2,9
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7	31/12/2005	0,7
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1	31/12/2005	6,1
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9	31/12/2005	0,9
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2	31/12/2005	3,2
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09	31/12/2005	0,09
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8	31/12/2005	8,8
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2	31/12/2005	0,2
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3	31/12/2005	1,3
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1	31/12/2005	4,1
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8	31/12/2005	22,8
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9	31/12/2005	1,9

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Quadro de Metas

Objetivo: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada, atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer!	65,00	Centros Regionais de Referência	63,00	Ao final de cada exercício é contabilizado o número de CRR's com convenio ou TC vigente naquele ano, o que justifica, por exemplo, o número de 2014 ser 44, 07 a menos que 2013. Neste caso, houve o incremento/manutenção de CRR's em 2015, alcançando 63.
Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer	120.000,00	Vagas	135.000,00	2012 - 15.000 vagas 2013 - 40.000 vagas 2014 - 40.000 vagas (em 2014 havia a previsão de 80.000 vagas, mas somente 40.000 foram ofertadas) 2015 - 40.000 vagas (já no formato remodelado) TOTAL: 135.000 vagas ofertadas (2012-2015)

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer	30.000,00	Vagas	20.000,00	Foram ofertadas 5.000 vagas em 2012 e 15.000 vagas em 2013. Outras 15.000 vagas, originalmente previstas em 2014, não foram ofertadas, em função da baixa procura nas primeiras edições, sendo transferidas para o curso SUPERA. Assim como em 2014, também não foram ofertadas vagas em 2015 para esse curso, sendo novamente transferidas para o SUPERA.
Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer	30.000,00	Vagas	70.000,00	
Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer	210.000,00	Educadores	204.770,00	2012 – 96.770 2013 – 166.770 (96.770 + 70.000) 2014 – 204.770 (166.770 + 38.000)

Objetivo: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Objetivo: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Órgão

Ministério da Justiça

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	320.999	315.999	16.130	1.249.226	322.311
Despesas Correntes	290.022	284.622	15.842	1.065.948	304.282
Despesas de Capital	30.976	31.376	288	183.278	18.029
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	320.999	315.999	16.130	1.249.226	322.311

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2061 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

Visão consolidada do Programa

A Previdência Social é uma política de longo prazo que garante renda ao trabalhador e a sua família, em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, gravidez, prisão, morte ou idade avançada. Trata-se de um direito social garantido pela Constituição Federal (art. 6º), inserido em um sistema de proteção social mais amplo – Seguridade Social – com objetivo de garantir condições de vida digna a população brasileira. Para tanto, oferece vários benefícios que garantem tranquilidade quanto ao presente e em relação ao futuro, assegurando um rendimento seguro para as famílias.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC).

O Regime Geral de Previdência Social - RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e segurados especiais (trabalhadores rurais, garimpeiros e pescadores artesanais).

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Em dezembro de 2015, foram emitidos 32,7 milhões de benefícios (previdenciários e assistenciais), totalizando R\$ 32,7 bilhões. Os benefícios concentraram-se principalmente nas regiões Sudeste (44,9%) e Nordeste (27,4%).

Os principais desafios do RGPS no período do PPA 2012-2015 foram a ampliação da cobertura previdenciária - com foco na inclusão de trabalhadores mais desfavorecidos, como os trabalhadores sem carteira assinada, que trabalhavam por conta própria e os domésticos – e o aprimoramento das medidas de gestão do sistema previdenciário, que vem facilitando o acesso aos benefícios e melhorando ainda mais a qualidade dos serviços prestados nos últimos anos.

Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS são constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de assegurar a proteção previdenciária dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observados os princípios do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial. As Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003 e as Leis nº 9.717/1998 e nº 10.887/2004 redefiniram o marco institucional dos RPPS, estabelecendo regras de organização e funcionamento que proporcionaram significativos avanços na sua gestão. Atualmente existem 2.079 RPPS, incluindo a União, todos os Estados e o Distrito Federal, todas as Capitais e mais de 2.000 Municípios, nos quais vive em torno de 70% da população brasileira.

Durante o período do Plano, os desafios fundamentais para os RPPS foram a busca pela sustentabilidade e a adequação de medidas de gestão voltadas ao equilíbrio financeiro e atuarial. Os desajustes dos RPPS possuem origens históricas que remontam à forma como foram constituídos e geridos até o ano de 1998, antes do delineamento de seu novo modelo constitucional, pelas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003, e das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas pela Lei nº 9.717/1998.

O Regime de Previdência Complementar (RPC) é composto pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, entidades de direito privado e também conhecidas como fundos de pensão, que são fiscalizadas e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, autarquia de natureza especial vinculada ao Ministério da Previdência Social. Estes fundos operam planos de benefícios de caráter previdenciário, facultativo, contratual e contributivo e que oferecem rendas adicionais, destinados aos empregados de empresa ou grupo de empresas, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de patrocinadores ou instituidores, respectivamente.

Entre os desafios do Regime Complementar para o PPA 2012 – 2015 destacam-se a regulamentação e a implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal e o aperfeiçoamento dos procedimentos de supervisão e fiscalização dos fundos de pensão.

Visão dos Principais Atributos do Programa

O Programa Previdência Social foi estruturado em três grandes temas que se relacionam diretamente com os três regimes previdenciários (Geral, Próprio e Complementar), havendo um objetivo para cada tema. O primeiro tema trata a questão da inclusão e permanência no sistema previdenciário, o segundo tema está focado na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários prestados à população e o terceiro tema aborda a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

O Ministério da Previdência Social – MPS, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, tomou diversas ações visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial, em setores da sociedade que apresentam um histórico de fragilidade, como os pequenos empreendedores, trabalhadores domésticos, trabalhadores facultativos de baixa renda. Cabe destaque a Lei nº 12.470/11, que reduziu a alíquota de contribuição do Micro Empreendedor Individual – MEI de 11% para 5% do salário-mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. Mesmo a lei tendo sido promulgada no ano anterior ao início do PPA 2012 – 2015, ela favoreceu o incremento da formalização no período do Plano.

Houve também outros avanços promovidos na legislação no período do PPA 2012 – 2015 com intuito de fortalecer ainda mais a inclusão previdenciária: a Emenda Constitucional nº 72/13, e a sua posterior regulamentação através da Lei Complementar nº 150/15, que tratam da inclusão do empregado doméstico; e a Lei Complementar nº 142/13, que

regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência, segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com redução do tempo de contribuição.

Com relação ao Microempreendedor Individual – MEI, uma importante alteração legislativa, com vigência a partir de 2012, ampliou o limite de faturamento de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anual. O MEI teve uma expressiva adesão, passando de 770 mil inscritos, em dezembro de 2010, para 5,6 milhões de inscritos, em dezembro de 2015.

Nesse contexto, o indicador Taxa de Cobertura Previdenciária teve um avanço considerável no período do Plano, passando de 67%, em 2009, para 72,6%, em 2014, ou seja, um acréscimo de 5,6 pontos percentuais. Com relação às mulheres o avanço também foi expressivo passando de 64,5%, em 2009, para 72,6%, em 2014. Na questão de gênero, a diferença de cobertura previdenciária entre homens e mulheres, que era de 4,3 pontos percentuais, em 2009, foi eliminada em 2014.

Na esfera dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, no período do PPA 2012-2015, o Ministério da Previdência Social desenvolveu projeto para a formação de um banco de dados nacional dos servidores públicos, com o objetivo de possibilitar o cumprimento do art. 3º da Lei nº 10.887/2004 (aplicação do teto remuneratório do art. 37, XI da Constituição), bem como a verificação da acumulação indevida de cargos, identificação de pagamento indevido de benefícios e a viabilização da compensação financeira entre os RPPS, prevista no art. 8º-A da Lei nº 9.796/1999. Esse projeto estrutura-se por meio do Sistema dos Regimes Próprios de Previdência Social - SRPPS, composto pelo Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social - SIPREV/Gestão, pelo Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS/RPPS e pelo INFORME/CNIS/RPPS. No entanto, devido a dificuldades operacionais, não foi possível chegar ao resultado final almejado e o projeto está sendo reformulado, para buscar sua adequação e convergência com o Sistema de Escrituração Digital das Informações Trabalhistas (eSocial), instituído pelo Decreto nº 8.373/2014.

Em relação à previdência complementar, além de sua instituição para os servidores públicos federais (Lei nº 12.618/12) e da publicação do Decreto nº 7.808/12 e da Resolução STF nº 496/12 criando a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), respectivamente, destaca-se também o aumento no número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, que é composto pela quantidade de participantes ativos, assistidos aposentados e assistidos beneficiários de pensão, passando de 3,02 milhões, em 2011, para 3,22 milhões, em 2014. Entretanto, mesmo com os avanços na área de previdência complementar, o indicador índice de cobertura da previdência complementar apresentou um recuo de 43,46%, em dezembro 2012, para 41,91%, em janeiro 2015.

No que cabe à melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento – PEX empenhou esforços no sentido de expandir a rede de atendimento da previdência social em municípios com mais de 20 mil habitantes. Desde 2009 até dezembro de 2015, foram inauguradas 373 novas. A meta para o PPA 2012 -2015 é de 604 novas agências. Entre 2012 e 2015 foram inauguradas 258 agências, sendo 118, em 2012; 75, em 2013; 51, em 2014; e 14, em 2015.

O INSS investiu na consolidação e modernização de novos sistemas operacionais de benefícios, em especial o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS que é o ponto de partida para uma mudança fundamental de conceitos, com vistas a armazenar e consolidar todas as informações da vida laboral do filiado, permitindo o reconhecimento automático de direitos, minimizando a necessidade de o filiado arcar com o ônus de comprovar tais informações. Entre 2012 e 2014, os principais avanços foram: a realização do módulo centralizador das ações do sistema, para permitir maior agilidade nos processos do cadastro; a finalização da implantação dos processos destinados a validar a contribuição do filiado facultativo de baixa renda; a finalização do módulo de comprovação de atividade de segurado especial; e a continuidade do processo de interoperabilidade das bases governamentais para comprovação da atividade rural.

No período do PPA 2012 – 2015 houve também investimento no Sistema Integrado de Benefícios – Sibe que abrange um conjunto de processos para reconhecimento de direitos previdenciários. Os principais avanços no desenvolvimento do Sibe foram: os ajustes no sistema para permitir a implantação nacional dos benefícios por incapacidade; a integração com outros sistemas para estabelecer um processo único de reconhecimento de direitos, desde o agendamento até o reconhecimento, incluindo o cadastro e o monitoramento operacional e de cobrança; e a revisão do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

A central de teleatendimento 135 teve sua capacidade de atendimento ampliada e a agência eletrônica foi fortalecida como um canal de atendimento, permitindo o acesso simplificado às informações e aos serviços previdenciários por meio do sítio da previdência social.

Apesar dos esforços do INSS com investimentos em sistemas, modernização dos canais de atendimento e ampliação da rede com intuito de reduzir a burocracia, as filas e o tempo de espera de atendimento, dando maior celeridade ao reconhecimento de direito, muitos desafios ainda persistem. As metas e indicadores do PPA 2012-2015 que refletem a melhoria da qualidade dos serviços não apresentaram um bom desempenho. O tempo médio de concessão de benefícios, que contabiliza desde o momento que cidadão protocola o requerimento até o momento em que o benefício é concedido de fato, passou de 26 dias, em janeiro de 2011, para 61 dias, em dezembro de 2015. O tempo médio de espera do atendimento agendado, que se refere à espera entre a data de solicitação do agendamento e a data do atendimento agendado, também não apresentou um bom comportamento, passando de 19 dias, em janeiro de 2011, para 64 dias em dezembro de 2015. O tempo médio de espera da perícia médica agendada teve um desempenho ainda pior, passando de 19 dias, em janeiro de 2011, para 68 dias, em dezembro de 2015.

Como destaque positivo na qualidade dos serviços, o indicador índice de resolatividade, que consiste na relação entre a quantidade de benefícios resolvidos na data de entrada e o total de processos habilitados no período (inclui todos os tipos de benefícios, exceto os que dependem de perícia médica, além de expurgos dos requerimentos de acordos internacionais, desistência automática e desdobramento de pensão alimentícia), passou de 52,26%, em janeiro de 2011, para 58,40, em dezembro de 2015.

Na esfera da sustentabilidade dos regimes previdenciários, no período do PPA 2012-2015 houve a intensificação da fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, com novos processos de trabalho nas auditorias diretas, visando ao seu alinhamento aos

pressupostos de uma supervisão baseada em riscos e à maior integração com as auditorias indiretas. Foram também firmados acordos de cooperação técnica com Tribunais de Contas dos Estados e Municípios para o intercâmbio de informações e conhecimentos, como forma de potencializar a ação fiscalizadora e corretiva.

De igual modo, deu-se continuidade à modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, que dá suporte à supervisão dos RPPS e permite o acompanhamento de sua gestão por parte dos segurados e da sociedade em geral, fortalecendo a transparência das informações e o controle social. Dessa forma, foram aprimorados os módulos para informações relativas às receitas e despesas previdenciárias, ao cadastramento de termos de acordos de parcelamento e aos resultados das avaliações atuariais.

Em 2015, foi publicada a Lei nº 13.135 que alterou dispositivos que regem os benefícios de pensão por morte – no RGPS e no Regime Próprio dos servidores federais – e do auxílio-doença no RGPS. Essas alterações irão contribuir para sustentabilidade dos RGPS e RPPS uma vez que criam novos parâmetros para os pagamentos desses benefícios.

As principais alterações na pensão por morte no RGPS e no Regime Próprio dos servidores federais tratam acerca da exigência de carência para concessão do benefício, introduzindo um tempo mínimo de união ou casamento e de tempo máximo de duração do benefício. No RGPS houve mudança também no cálculo do valor do benefício. Em relação ao auxílio-doença do RGPS, houve alterações no tempo de afastamento do segurado para ter o direito a receber o benefício e no cálculo do valor. Foram emitidas manifestações técnicas e prestadas orientações para que Estados, Distrito Federal e Municípios promovam a adequação das regras de pensão por morte de seus RPPS às inovações trazidas pela Lei nº 13.135/2015.

Ainda no campo das alterações de legislação com intuito de fortalecer a sustentabilidade do RGPS, cabe destaque também para a Lei nº 13.183/15 que estabeleceu uma nova fórmula de cálculo para aposentadoria por tempo de contribuição. O novo cálculo para esse tipo de aposentadoria estabelece a fórmula 85/95 que representam a soma da idade da pessoa e do seu tempo de contribuição para o INSS, sendo 85 para mulheres e 95 para homens, com majoração das somas de idade e de tempo de contribuição em um ponto, a cada dois anos, até o ano de 2026. O segurado que se enquadrar nesse novo parâmetro tem o direito a receber a aposentadoria integral.

No Regime Geral, a reabilitação profissional abrange tanto a dimensão social como a econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, promovendo o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho. No que tange a esfera econômica, a reabilitação profissional contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social. Em 2015, 51,14% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados pelo INSS, por meio do desenvolvimento de ações pelas equipes multidisciplinares, cujo objetivo é tornar o indivíduo apto a retornar às atividades profissionais por meio da sua adaptação a função compatível com suas limitações.

Em relação à previdência complementar, em 2015, entre os fatores que contribuíram para o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização dos fundos de pensão, com o objetivo de zelar pelo cumprimento do contrato previdenciário, destaca-se a implementação dos princípios e métodos da Supervisão Baseada no Risco (SBR), que vem provocando mudanças positivas no comportamento do mercado supervisionado, envolvendo conselheiros, patrocinadores, instituidores, participantes, funcionários e prestadores de serviço. Em relação aos procedimentos internos de fiscalização presencial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas, foram realizadas 193 ações fiscais.

A instituição da previdência complementar para os servidores públicos federais por meio da Lei nº 12.618/12, a qual autoriza a criação de três entidades fechadas de previdência complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, bem como o Decreto nº 7.808/12 e a Resolução STF nº 496/12, que criaram a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), respectivamente, irão contribuir para a sustentabilidade do sistema previdenciário brasileiro no longo prazo uma vez que reduz a pressão sobre os recursos públicos alocados à previdência dos servidores públicos, permitindo a construção de um modelo de previdência sustentável, com a possibilidade de ampliação da capacidade de gasto público em áreas essenciais ao crescimento econômico e em programas sociais.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012–2015, o Programa Previdência Social apresentou grandes avanços que contribuíram de alguma forma para o fortalecimento da política previdenciária no país. Os três objetivos do programa evoluíram no período, apesar de ainda existirem muitos desafios a serem enfrentados no PPA 2016–2019.

Na esfera da inclusão, a cobertura previdenciária teve um crescimento expressivo, com ampliação de 5,6 pontos percentuais entre 2009 e 2014, alcançando 72,6%. Esta expansão ocorreu em virtude das medidas implementadas pelo governo federal e do crescimento econômico que ocorreu no país nos últimos anos possibilitando um bom desempenho do mercado de trabalho. Entretanto, em 2014, praticamente não houve crescimento econômico e em 2015 o PIB recuou 3,8%, o que vem refletindo no mercado de trabalho com um aumento da taxa de desocupação que alcançou 6,9% em dezembro de 2015 (dados da Pesquisa Mensal de Emprego – PME). De fato, a cobertura previdenciária que vinha ampliando consideravelmente desde 2004 (62,9%), teve um acréscimo de somente 0,1 ponto percentual entre os anos de 2013 e 2014. Diante desse novo cenário, os esforços do Ministério da Previdência Social para dar continuidade à inclusão previdenciária deverão ser ainda maiores para os próximos anos.

No que cabe a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, houve um intenso trabalho para ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios previdenciários. Investimentos em sistemas, melhoras nos processos de gestão, modernização dos canais de atendimento e expansão da rede de atendimento do INSS por meio do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento – PEX. Contudo mesmo com essas medidas, os

indicadores e metas do PPA 2012 – 2015 que espelham a facilidade ao acesso e melhoria da qualidade dos serviços previdenciários não alcançaram um bom desempenho no período do Plano, pelo contrário, houve um agravamento da situação das metas e indicadores, ampliando os desafios de equacionar um atendimento com celeridade e qualidade.

Em relação à sustentabilidade dos regimes previdenciários, importantes medidas foram efetivadas para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial dos três regimes (Geral, Próprio e Complementar). Novas leis foram publicadas no período do PPA 2012–2015 com alterações substanciais na concessão de benefícios, em especial, no RGPS.

No campo dos Regimes Próprios, ocorreu no período uma piora nos resultados, conforme se observa na evolução dos indicadores do PPA. Considerando os RPPS do conjunto dos entes da federação, o resultado operacional (financeiro) passou de um déficit de R\$ 53,3 bilhões em 2011 (1,29% do PIB) para R\$ 91,5 bilhões em 2015 (1,60% do PIB); o resultado atuarial, no mesmo período, passou de R\$ 2,39 trilhões (57,66% do PIB) para R\$ 4,92 trilhões (84,87% do PIB). No entanto, é importante considerar que esses números não representam somente um agravamento da situação, resultam também da intensificação dos processos de fiscalização, implantação de novos processos de trabalho nas auditorias diretas e indiretas e modernização dos sistemas de informações, que possibilitaram uma melhor identificação da situação dos RPPS, cuja gestão encontra-se a cargo de cada ente federativo, apresentando-se sob diversas estruturas administrativas e diferentes padrões de governança e controle. Há que se reconhecer também que os RPPS ainda enfrentam desafios de natureza estrutural, cuja solução vai além das atribuições a cargo do Ministério do Trabalho e Previdência Social, demandando alterações legais e constitucionais.

Um dos grandes problemas enfrentados para garantir a sustentabilidade dos Regimes Próprios são os questionamentos judiciais ao Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que é o principal instrumento de atuação de que dispõe o Ministério do Trabalho e Previdência Social, fazendo com que muitos entes federativos beneficiados por decisões judiciais liminares fiquem à margem do processo de alinhamento da gestão de seus RPPS às normas gerais de organização e funcionamento. Para coibir a judicialização, que representa um risco concreto para o sistema, tendo permitido inclusive que nos últimos dois anos alguns entes retrocedessem em relação a medidas adotadas no passado para o equacionamento de seus RPPS, utilizando recursos previdenciários para outras finalidades, torna-se imprescindível o fortalecimento do marco normativo de supervisão e regulação.

Quanto ao PPA 2016–2019, na proposta encaminhada ao Congresso Nacional, o Programa Previdência Social manteve-se estruturado nos mesmos três grandes temas do PPA anterior: inclusão previdenciária, melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e sustentabilidade dos regimes previdenciários. Entretanto, houve uma readequação das metas para garantir que os desafios para o Regime Geral, Regime Próprio e Regime Complementar sejam superados nos próximos anos. Na inclusão previdenciária, o foco será ampliar as ações de educação previdenciária tanto no Regime Geral como no Complementar. Em relação à melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, o cerne não será mais na inauguração de novas unidades, e sim, na adequação das agências já existentes e na continuidade dos investimentos em gestão, infraestrutura organizacional, sistemas e modernização dos canais de atendimento que possibilitem aumentar a capacidade do atendimento com qualidade. Na sustentabilidade dos regimes previdenciários, foram mantidos os indicadores referentes aos ativos totais, ao resultado

financeiro e ao resultado atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social, para se dar continuidade à série histórica de apuração, porém houve um redirecionamento das metas para a periodicidade e intensidade das auditorias diretas e indiretas, ações que se encontram sob a gestão do Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentro de suas atribuições de supervisão e fiscalização dos RPPS. No que tange à previdência complementar, o foco estará em promover a adesão dos entes federados ao Regime Complementar como forma de reduzir a pressão sobre os recursos públicos alocados à previdência dos servidores públicos. O RGPS continuará investindo esforços na reabilitação dos segurados para fortalecer a sustentabilidade do Regime Geral, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho volta a ser contribuinte da Previdência Social.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-26,72			31/12/2013	-26,25	31/03/2014	-21,59	31/12/2014	-20,85
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-33,16			31/12/2013	-48,82	02/01/2015	-53,16	03/01/2016	-52,38
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-7,44			31/12/2013	-9,19	02/01/2015	-10,54	03/01/2016	-11,64
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	31/12/2012	43,46	31/12/2012	43,46	30/01/2014	48,84	20/01/2015	41,91	20/01/2015	41,91
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	10/01/2013	57,87	31/12/2013	56,44	10/01/2015	61,94	08/01/2016	58,4
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	31/12/2012	1,19	30/09/2013	1,12	16/04/2015	1,07	30/09/2015	1
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/12/2012	0,9	31/01/2014	1	31/01/2014	1	31/12/2014	1
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	31/12/2012	14,93	30/09/2013	14,36	16/04/2015	12,75	30/09/2015	16,62
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	31/12/2012	3,17	31/12/2013	3,59	23/01/2015	3,6	03/01/2016	3,1
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2011	70,7	30/09/2012	71,4	30/09/2013	72,5	30/09/2014	72,6
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	31/12/2012	0,63	30/01/2014	3,52	20/01/2015	2,42	20/01/2015	2,42
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,84			31/12/2013	-0,84	23/01/2015	-0,8	03/01/2016	-0,67
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,59			31/12/2013	-1,01	23/01/2015	-0,98	03/01/2016	-1,05
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	0,31			31/12/2013	0,15	23/01/2015	0,21	03/01/2016	0,12
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	10/01/2013	30	10/01/2014	27	31/12/2014	33	07/12/2016	61
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	35	10/01/2014	29	10/01/2015	38	06/01/2016	68

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2013	20	10/01/2014	20	10/01/2015	31	06/01/2016	64

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Quadro de Metas

Objetivo: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Ministério da Previdência Social

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%	75,00	%	72,60	
Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%	77,00	%	72,60	
Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados	3.000.000,00	Microempreendedores individuais	5.680.614,00	

Objetivo: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Ministério da Previdência Social

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 80% da rede de atendimento	80,00	%	77,70	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão	604,00	Unidades de atendimento	258,00	A partir de 2014, houve redução do orçamento do INSS, inclusive o destinado para investimento, como para a instalação de unidades de funcionamento do Instituto, impossibilitando a contratação de novas obras. Como consequência, o PEX foi temporariamente suspenso e o orçamento disponível foi aplicado, prioritariamente, na continuidade das obras iniciadas, bem como das que haviam sido paralisadas.
Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias	15,00	Dias	60,00	O motivo da oscilação da meta, além da transição dos sistemas corporativos, está relacionado às espécies de benefícios que dependem de avaliação de exposição a agentes nocivos e nos casos de avaliação social e médica, quando da avaliação da deficiência. Houve também greve dos servidores entre julho e setembro 2015.
Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias	15,00	Dias	68,00	Entre 2014 e 2015 houve uma redução do número de peritos médicos de 4.810 para 4.351 em decorrência de aposentadorias e exonerações. Acrescente-se a nova demanda da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela Lei Complementar nº 142/13. Atualmente, há 456 Agências da Previdência Social sem perito médico, nas quais o atendimento é feito mediante deslocamento.
Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias	15,00	Dias	64,00	A restrição orçamentária impactou na realização do atendimento itinerante e provocou a descontinuidade das unidades de atendimento móvel flutuante. A incorporação de novos serviços, como o seguro-desemprego ao pescador profissional (Decreto no 8.424, de 31 de março de 2015), bem como a greve de servidores entre julho e setembro de 2015.
Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada	65,00	%	58,40	

Objetivo: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão

Ministério da Previdência Social

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB	5,00	% do PIB	3,10	A meta é fortemente influenciada pela volatilidade do mercado financeiro, pelos preços de ativos atrelados ao petróleo, além da sensível situação econômica que impacta a capacidade financeira e orçamentária dos entes e conduz ao aumento da inadimplência das contribuições a seu cargo.
Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB	0,40	% do PIB	0,12	Entre as principais causas para não alcance da meta está o aumento das despesas com benefícios, além da difícil situação financeira e orçamentária dos entes que tem agravado a inadimplência do repasse das contribuições devidas aos RPPS.
Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional	70,00	%	51,14	
Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB	13,50	%	64,02	Os limites de capacidade financeira, orçamentária e fiscal dos entes impactam na capitalização dos benefícios programáveis dos planos e, tem-se também como limitador para o alcance da meta, além as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime.
Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB	0,80	%	0,67	
Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB	1,00	%	1,05	Os RPPS dos Estados apresentam crescentes despesas com benefícios em virtude de um grande contingente de aposentados e pensionistas mantidos antes da estruturação desses regimes e de servidores em atividade com perfil etário avançado, sem a correspondente constituição das reservas necessárias, além do aumento da longevidade.
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB	30,00	%	20,85	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB	50,00	%	52,38	Os fatores que impactam na meta são os desajustes estruturais dos RPPS dos Estados, com expressivos passivos atuariais, mesmo após as Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 41/03, bem como decisões judiciais a favor de importantes Estados a cerca da emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP independentemente de o Regime Próprio apresentar o equilíbrio financeiro e atuarial.
Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB	10,00	%	11,64	Os fatores que influenciam na meta são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) para os RRPS dos municípios que não apresentam o equilíbrio financeiro e atuarial e às inúmeras ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores e que podem afetar as regras de concessão, cálculo e reajuste dos benefícios.

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	429.063.279	432.370.874	431.915.414	1.493.691.191	1.491.024.399
Despesas Correntes	428.952.932	432.336.196	431.902.797	1.492.997.452	1.490.626.471
Despesas de Capital	110.347	34.678	12.617	693.739	397.928
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	429.063.279	432.370.874	431.915.414	1.493.691.191	1.491.024.399

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2062 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Visão Consolidada do Programa

O advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), juntamente com a instituição do Sistema de Garantias dos Direitos e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990), introduziram o paradigma de concepção da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento bem como sujeitos de direitos específicos. Deste modo, crianças e adolescentes passaram a ser concebidos a partir da proteção integral de seus direitos a fim de proporcionar pleno desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural. A partir dessa nova redefinição conceitual, o Brasil passou a desenvolver políticas públicas de forma a atender as especificidades da infância e adolescência, por meio da formulação e implantação de programas nacionais com alcance regional e local.

O Programa Temático 2062 visa efetivar a garantia de direitos e acesso e qualificação dos serviços e equipamentos destinados a crianças e adolescentes, por meio de objetivos focados na promoção de direitos, formulação de parâmetros e co-financiamento, estruturação de conselhos tutelares, desenvolvimento de políticas com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos, além de proteção e defesa de direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Como instrumento para a execução dos objetivos, metas e iniciativas propostas no PPA 2012-2015, o Governo Federal, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), vinculada à Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República, coordenou a implementação da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Carta é uma pactuação com os órgãos responsáveis pela execução direta de políticas sociais, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, cujos membros são órgãos do Poder Executivo Federal (Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Saúde) e Judiciário (Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais). A Carta se dividiu em quatro estratégias nacionais: Convivência Familiar e Comunitária; Enfrentamento da Violência Sexual e Outras Violências; Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo; e Erradicação do Trabalho Infantil.

Visão dos principais atributos do Programa

O período de 2012 a 2015 foi marcado pela realização de grandes eventos mundiais, como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo e os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Neste quadro, foi concebida e aplicada a metodologia da Agenda de Convergência Proteja Brasil junto aos poderes locais, cujo objetivo foi articular

ações intersetoriais e interfederativas do governo, da sociedade civil e de organismos internacionais, visando à proteção integral de crianças e adolescentes - posteriormente ampliada para alcançar pessoas em situação de rua, com deficiências, idosas e LGBTs - durante a realização destes megaeventos. O Comitê da Agenda de Convergência Proteja Brasil já vem realizando reuniões sistemáticas também na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a realização das Olimpíadas de 2016.

Ao promover direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não-discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação, destaca-se a realização continuada da campanha Proteja Brasil, que estimula a proteção de crianças e adolescentes e a denúncia de crimes contra esse público.

Ainda no eixo de promoção de direitos, o “Programa de Formação para os Núcleos de Preparação para Adoção e Apadrinhamento Afetivo” visou preparar os pretendentes a adoção e crianças ou adolescente a ser adotados, promovendo a redução do número de adotandos regressos (“devolução”) de crianças e adolescentes após a conclusão do processo de adoção. Esta e outras iniciativas de apoio à adoção legal contribuíram para modificar o perfil preferencial dos pretendentes a adoção, que passaram a optar por crianças um pouco maiores (por volta dos cinco anos), além de crianças negras dentro da mesma faixa etária. Os grupos de irmãos pequenos e saudáveis passaram a ser mais bem aceitos.

Avanço significativo também foi alcançado para o público da primeira infância. No período de 2012 a 2015, o Governo Federal contribuiu para a elaboração do PLC 14/2015 junto a movimentos da sociedade civil organizada. A rápida tramitação no Congresso Nacional resultou na aprovação do Marco Legal da Primeira Infância no início de 2016, instrumento que visa criar, ampliar e aperfeiçoar programas, serviços e ações para esse público.

Sobre a segurança na internet, o projeto junto à organização Safernet fortaleceu a promoção do uso seguro e responsável da Internet entre crianças e adolescentes, educadores e conselheiros de direitos para prevenir os crimes contra os Direitos Humanos, potencializando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, no suporte à prevenção à violência sexual *online* e a Educação em Direitos Humanos no Brasil. Ainda, a Safernet e o Portal Humaniza Redes produziram a Cartilha Saferdicas, sobre segurança na internet.

Já na esfera de coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento, encontram-se as ações para o aperfeiçoamento do sistema nacional socioeducativo (Sinase), no enfrentamento da violência sexual e outras violências.

A construção dos projetos de referência para as unidades socioeducativas foi um processo importante visando contribuir para a extinção de unidades de internação impróprias. Os projetos de referência visam auxiliar os estados e assegurar que as unidades socioeducativas estejam adequadas com as normativas do Sinase. Neste sentido, por meio de projeto de cooperação internacional, o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) tem fornecido assessoria técnica para o monitoramento e supervisão de

obras relacionadas ao sistema socioeducativo, assim como realizado transferência de capacidades em termos de condução e gerenciamento de projetos e obras públicas.

Apesar da implantação do Núcleo de Atendimento Inicial a adolescentes em conflito com a lei no Distrito Federal e a formalização do processo de co-financiamento para outras duas unidades federativas (Tocantins e Santa Catarina), ainda é necessário ampliar tal tecnologia para ser aplicada em outras unidades federativas, em especial naquelas em que o número de adolescentes em conflito com a lei é expressivo.

A Escola Nacional de Socioeducação, criada por meio da Portaria 004/2015 SDH/PR, promoveu a formação da rede de atendimento socioeducativo, em um processo que envolveu o debate com redes nacionais entre 2013 e 2015.

Como medida para o enfrentamento da tortura e tratamento desumano e cruel em unidades de internação do Sinase, aponta-se o Relatório de Visitas do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (instituído pela Lei nº 12.847 de 2 de agosto de 2013) a unidades do Ceará, Distrito Federal e São Paulo. Para o próximo ciclo, pretende-se aprimorar as estratégias no combate a violações de direitos humanos de crianças e adolescentes em instituições de atendimento.

No que tange o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, no último quadriênio, implantou-se o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR) em 51 novos municípios, ultrapassando a marca de 500 municípios brasileiros que receberam recursos federais para o desenvolvimento dessa estratégia. Esse quantitativo incluiu, ainda, as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. No período, foram investidos mais de R\$ 6 milhões de reais, entre recursos oriundos do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, voltados para essa ação.

A partir de 2015, iniciou-se um processo de revisão da metodologia do Programa, com vistas a aperfeiçoar os processos e potencializar o alcance das ações no território. Um levantamento dos resultados da implementação do PAIR está sendo desenvolvido, e esse processo estabelecerá uma linha de base que sirva como subsídio para um projeto mais amplo de avaliação externa do PAIR, para início da execução no primeiro semestre de 2016.

Ainda no âmbito do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, manteve-se o apoio ao Projeto MAPEAR, executado em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, que tem por objetivo identificar os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias sob sua jurisdição. Desde 2005, foram resgatadas mais de 4 mil crianças e adolescentes vítimas desse tipo de violência.

Com vistas a expandir e qualificar as estratégias de enfrentamento ao tráfico de crianças e adolescentes e a exploração sexual na região de fronteiras, o Governo Federal participa de articulação tri-nacional com Peru e Colômbia. Os encontros reúnem as instâncias locais de gestão, organizações da sociedade civil, UNICEF e órgãos do governo federal. Em 2015, ficou pactuada a criação de um grupo de trabalho com a presença dos governos nacionais dos três países, para desenho de estratégias e fluxos para enfrentamento desses problemas. No nível local, encontros sistemáticos e articulações com forças de segurança

pública buscam um melhor controle das fronteiras, tendo em vista a proteção das crianças. Em nível federal, está sendo estudada, junto ao Itamaraty, a formalização do grupo e o envolvimento dos postos consulares na fronteira, para um melhor atendimento dos brasileiros que transitam para esses países.

Ainda nesse contexto, está em implementação o PAIR no estado de Roraima, que prevê a articulação nas fronteiras com Venezuela e Guiana, cujo prazo para implementação é fevereiro de 2017.

Com a finalidade de formular protocolo para procedimentos de atuação em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, foi instituído pela Portaria da SDH/PR nº 127/2014, o Grupo de Trabalho para Proteção das Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual. Atualmente, o Protocolo se encontra em fase de finalização do texto e, ao longo do primeiro semestre de 2016, a previsão é validar o conteúdo e formular estratégia piloto de implementação e avaliação dos resultados em nível local.

Também em 2014, por meio da Portaria SDH/PR nº 749/2014, foi criado o Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de política pública de atendimento de crianças e adolescentes em situação de alta vulnerabilidade, com foco no acolhimento desses sujeitos para resgate da autoestima, reforço da escolarização e inserção no mundo do trabalho, cujas atividades estão em andamento e previstas para se encerrar em 2016, com posterior validação e formulação de uma estratégia piloto de disseminação.

Em 2015, o Governo Federal, por meio da SDH, aderiu ao Plano de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes da Petrobrás (Plano EESCA), que prevê ações da empresa voltadas a seus trabalhadores, suas subsidiárias e à rede de proteção local em 06 empreendimentos da companhia, distribuídos em 23 municípios e 06 estados.

Como projeto de atenção a crianças e adolescentes no contexto de grandes empreendimentos, tendo em vista o alto número de obras de logística e infraestrutura previstas no país, deu-se início à Agenda de Convergência de Obras e Empreendimentos, composta de representantes de organizações da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos da infância, de organismos internacionais, de empresas públicas e privadas e órgãos de governo. O grupo vem se reunindo com o objetivo de formular orientações gerais para empresas focadas no respeito aos direitos humanos de crianças e adolescentes, sob a forma de um protocolo.

Ainda na esfera de formulação de parâmetros de qualidade dos programas, destaca-se a elaboração e publicação do Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral em Situação de Riscos e Desastres, que tem como objetivo dar subsídios aos gestores estaduais, municipais e distritais para garantir parâmetros de atuação uniformes de proteção de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de desastres.

Quanto à incidência de preservação de direitos de crianças e adolescentes em instituição de acolhimento, reitera-se que, por meio da articulação da Carta de Estratégias, potencializou-se o reordenamento dos serviços de acolhimento institucional coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, órgão responsável pela incidência na extinção dos grandes abrigos.

A Carta ainda contribuiu para a execução dos mutirões realizados nos estados pelos judiciários locais que permitiram a reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento, bem como a colocação em adoção daqueles cuja reintegração não foi possível. Proporcionou a implementação dos planos estaduais de convivência familiar e comunitária nos estados do AP, MA, MG, MS, PB, SE, PR, e implementação das comissões de elaboração/implementação dos planos nos estados do AC, CE, ES, GO, MT, PA, PE, PI, RJ, RN, RR, RS e SP durante os anos de 2013 a 2015.

Como mecanismos de prevenção da violência letal contra crianças e adolescentes, foi garantida a manutenção do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 11 estados da federação, além do Núcleo Técnico Federal - NTF, e da criação do Programa em mais 02 estados, a Paraíba e o Ceará, tendo em vista, os crescentes índices de violência letal contra crianças e adolescentes. A abrangência do PPCAAM alcança todo território nacional por meio da articulação da Coordenação Geral do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (CGPCAAM), com o assessoramento do NTF.

Em 2013, foi concluída a matriz de análise de risco e segurança do Programa e tiveram continuidade os grupos de trabalho formados desde 2010, com participações de representantes das equipes estaduais, cuja principal proposta é aprofundar questões fundamentais do Programa, tais como: convivência familiar e comunitária, transversalidade da segurança, mídia, saúde mental e metodologia de monitoramento, o que balizou a revisão dos Guias de Procedimentos e instrumentais do PPCAAM.

No tema da subtração internacional de crianças e adolescentes, entre 2012 e 2015 foram tramitados 380 novos pedidos de cooperação jurídica internacional, com base na Convenção de Haia, de 1980, sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças. Desse total, 123 foram pedidos de cooperação ativos (enviados pelo Brasil para o exterior) e 257 pedidos de cooperação passivos (recebidos pelo Brasil do exterior). Nesse mesmo período foram concluídos 192 pedidos, 62 ativos e 130 passivos.

Para estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade, promoveu-se a qualificação da atuação dos conselheiros tutelares fomentando condições adequadas de equipagem física e estruturante, qualificação multidisciplinar aos conselheiros e consolidação do marco legal regulatório de suas atribuições e funcionamento.

No período, foi realizado o Primeiro Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares com o objetivo de mapear e quantificar os Conselhos Tutelares, conhecendo suas formas de comunicação com a rede de Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e sua infraestrutura, além de identificar os municípios em que não existem Conselhos Tutelares.

Por meio do Cadastro, identificaram-se 5.906 Conselhos Tutelares estruturados, em 5.568 municípios, representando sua quase universalização no território nacional. O Governo Federal promoveu a equipagem dos conselhos tutelares, tendo como critérios para a

distribuição da equipagem: a) Capitais, considerando a concentração de denúncias no Disque 100; b) Municípios contemplados por meio de Emendas Parlamentares; c) Municípios de fronteiras prioritários do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfretamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro - PAIR; e d) Municípios da Região do Xingu – PA (PAC ENERGIA). Até dezembro de 2015, 2.164 municípios foram contemplados com 2.452 Conjuntos de Equipagem, sendo 1019 municípios das regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO).

Somado a esse conjunto de equipagem, o Governo Federal trabalhou na implementação do Conselho Tutelar Modelo, a partir de diretrizes para projeto arquitetônico adequado ao trabalho do Conselho Tutelar. Até o momento, foram formalizados e encontram-se em execução o projeto de construção no município de Campo Alegre/AL, Fortaleza/CE, Macapá/AP e Inhumas/GO.

Em relação à qualificação multidisciplinar dos conselheiros, o Governo Federal tem incentivado e apoiado à implantação da Escola para Conselheiros de Direitos e Conselheiros Tutelares. De 2012 a 2015 as Escolas de Conselhos estiveram em funcionamento em 22 estados. No entanto, devido à forma de execução das ações (via convênios ou termos de execução descentralizada), o funcionamento das escolas sofreu interrupções, sendo que 10 estados continuam com parceria vigente com o Governo Federal.

O Governo Federal também apoiou os estados e municípios na realização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros dos Conselhos Tutelares, que ocorreu no dia 04 de outubro de 2015. Em 2012, a Lei 12.696/2012 estabeleceu a necessidade de uma data unificada em todo território brasileiro. Ao longo de 2014 e 2015 foram realizadas 10 oficinas com a participação de cerca de 1.500 gestores com o objetivo de subsidiar os municípios no planejamento e na execução das ações para o Processo de Escolha.

No que diz respeito ao marco legal regulatório de suas atribuições e funcionamento, foi instituído, por meio da Portaria nº 99, de 12 de março de 2015, o Grupo de Trabalho Nacional, destinado a realizar estudos e a elaborar um Manual Orientador de Procedimentos dos Conselhos Tutelares.

No que tange à indução do desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos, há um conjunto de metas voltadas ao fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), com incidências para aprovação de marcos legais e metodologias de implantação de módulos do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência. Também compreende iniciativas voltadas à cooperação internacional e relações multilaterais, formulação e implementação de planos nacionais, além da produção e disseminação de conhecimento.

Em 2012, houve a promulgação da Lei nº 12.594/12, que regulamenta a execução de medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que cumprem ato infracional. Foi possível também aprovar no Conanda o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo. Faz-se necessário ainda aprovar no Conanda os parâmetros pedagógicos, arquitetônicos, de segurança e de gestão do Sinase.

Em 2014, deu-se a aprovação do marco normativo contra os castigos físicos, cruéis e degradantes, Lei nº 13.010/2014 (Lei Menino Bernardo), que foi possível por meio da incidência do Governo Federal e dos movimentos sociais, em especial da Rede Nacional Não Bata, Eduque.

Quanto ao Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, módulo Conselho Tutelar (Sipia CT) e módulo sistema socioeducativo (Sipia Sinase), com o objetivo de ampliar o uso em todo o país e sanar deficiências provenientes da sua obsolescência tecnológica, em 2015 foi iniciado o projeto de atualização desses sistemas. A expectativa é oferecer à rede de conselhos tutelares e de atendimento socioeducativo uma ferramenta adequada às suas condições de trabalho e que permita a produção de dados consistentes sobre o fenômeno da violação de direitos, além de subsídios para o direcionamento da política nacional de direitos da criança e do adolescente.

Outro avanço se deu na consolidação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência, módulo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (Sipia PPCAAM). O *software* do sistema está concluído e foram realizadas duas capacitações nacionais em Brasília, com a presença de 02 profissionais por equipe dos estados que possuem o PPCAAM, além de capacitações *in loco*, realizadas no ano de 2015 nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Bahia. O processo de implantação do sistema está na fase de finalização e liberação efetiva para uso.

Como iniciativas de produção de conhecimento, foram publicados os guias “Prevenção à Violência” e “Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens”. Foram publicadas, ainda, duas atualizações do IHA (Índice de Homicídios na Adolescência), contendo as análises e índices de letalidade esperada referente ao ano de 2009 e 2010, lançado em 2012 e referente ao ano de 2012, lançado em 2015. O documento é fruto de uma parceria entre o Governo Federal, o UNICEF e o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ).

Em relação à participação em instâncias multilaterais na área de infância e adolescência, destaca-se a atuação brasileira no âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, da Organização dos Estados Americanos – OEA e da Organização das Nações Unidas – ONU. No período 2012-2015, o Brasil participou das XXI, XXII, XXIII, XIV, XV, XXVI e XXVII Reuniões de Altas Autoridades em Direitos Humanos do MERCOSUL – RAADH, órgão especializado no processo de integração regional dos Estados membros para análise e definição de políticas públicas em matéria de direitos humanos, o qual abrange a temática de infância e adolescência por meio da Comissão Permanente Iniciativa Niñ@Sur. O Brasil sediou a RAADH em 2012 e em 2015 (XXII e XXVI Reuniões).

O Brasil também participou da 87ª, 88ª e 89ª Reunião Ordinária do Conselho Diretivo do IIN-OEA (Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente), tendo sediado esta última juntamente com o XXI Congresso Pan-americano da Criança e do Adolescente e o II Fórum Pan-americano da Criança e do Adolescente em 2014.

Em relação à participação brasileira na temática da infância e adolescência no âmbito da ONU, destaca-se a entrega do II-IV Relatório periódico à Convenção sobre os Direitos da

Criança e Relatório Inicial ao Protocolo Facultativo relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, bem como a sabatina na 70ª Sessão do Comitê dos Direitos da Criança, em suas 2036ª e 2037ª reuniões, realizadas nos dias 21 e 22 de setembro de 2015, em Genebra.

O Conanda, no período de 2012-2015, aprovou importantes resoluções no sentido de garantir, promover e proteger os direitos da população infanto-juvenil brasileira. Merecem destaque as relativas aos parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Resolução n.º 161, de 04 de dezembro de 2013); à realização da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução N.º 166, de 05 de junho de 2014); ao processo eleitoral de entidades da sociedade civil organizada para compor o Conanda no biênio 2015-2016 (Resolução N.º 167, de 13 de agosto de 2014 e Resolução Nº 174 de 09 de julho de 2015, que dispõe sobre a convocação da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, alteração de prazos dispostos nas Resoluções n.º 166, de 5 de junho de 2014, e n.º 172, de 04 de dezembro de 2014, e dá outras providências.

Entre as atividades do Conanda no período estão a articulação permanente com o Congresso Nacional visando ao enfrentamento das iniciativas de redução da idade penal e aumento do tempo da medida socioeducativa de internação, a agenda de acompanhamento dos sistemas socioeducativos nos estados, os Encontros de Articulação com os Conselhos Estaduais e a preparação para realização da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevista para abril de 2016. O Conanda encaminhou ainda minuta de Projeto de Lei sobre sua reforma política para análise jurídica, o qual dispõe sobre os parâmetros para a criação, institucionalização, funcionamento e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Também o CONANDA e a SDH vêm desenvolvendo um conjunto de ações de fortalecimento de Conselhos Municipais, como o desenvolvimento de um diagnóstico para sua identificação no território nacional, iniciado em novembro de 2014, para que seja posteriormente discutido um Plano de ação para fortalecimento e universalização dos Conselhos de Direitos. Segundo Pesquisa de Informações Básicas Municipais/MUNIC 2014, 5.481 municípios possuem Conselhos de Direitos, representando 98,4% dos municípios.

No que tange o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), o Conanda anualmente dispõe sobre o plano de aplicação do fundo e realiza Chamamento Público para os procedimentos de transferência voluntária de recursos. Em relação ao Imposto de Renda Exercícios 2012 a 2015, o total de doações recebidas pelo Fundo de Direito da Criança e do Adolescente teve a seguinte evolução:

Arrecadação do FNCA – 2012 a 2015 (R\$ milhares)

Ano	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Rendimentos	Tesouro
2012	57,53	10.438,66	2.703,80	11.456,12
2013	41,14	9.277,74	3.242,98	9.792,16
2014	610,03	12.365,25	3.458,18	11.500,00
2015	1.878,93	14.026,48	5.314,15	11.500,00
Total	2.587,63	46.108,13	14.719,11	44.248,28

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Posição em 31/12/2015.

Para elaborar mecanismos de aprimoramento e agilização de repasses dos recursos do FNCA, foi instituído um Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a finalidade de estudar e propor mecanismos para aprimorar e agilizar a execução dos seus recursos (Portaria N.º 624, de 9 de outubro de 2014).

Em relação à ampliação, qualificação e articulação de programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho, buscou-se a redução progressiva da incidência do trabalho infantil por meio da articulação intersetorial na Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), na Agenda Intersetorial das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente.

A Carta de Constituição de Estratégias também foi um instrumento que colaborou com a ampliação, qualificação e articulação de programas, ações e serviços voltados à proteção de crianças em trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador. Em 2013, o Brasil realizou a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, cujo documento final, a Declaração de Brasília, ressalta que “o combate ao trabalho infantil e a Agenda de Trabalho Decente devem receber a devida consideração na agenda de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas”.

Também em 2013, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI iniciou um processo de redesenho concluído em 2014, visando o desenvolvimento de ações estratégicas (AEPETI) nos municípios, com apoio dos estados e governo federal. Essas ações estão estruturadas em cinco eixos: informação e mobilização; identificação; proteção; defesa e responsabilização; e monitoramento. Com o novo desenho do PETI, os estados, o Distrito Federal e os municípios identificados com alta incidência de trabalho infantil passaram a contar com recursos federais para o apoio à sua gestão.

Entre os anos de 2012 e 2015, foram realizadas 32.793 ações de fiscalização, superando a meta do PPA em 31,2%. Essas ações resultaram no afastamento de 26.517 crianças e adolescentes do trabalho infantil, das quais 7.200 no último ano.

Considerações finais

Os anos que compreenderam o período entre 2012 e 2015 foram marcados por importantes conquistas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Nos últimos quatro anos, relevantes marcos legais foram aprovados, como a lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo; a lei nº 13.010/2014, que estabeleceu o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante; e a lei nº 12.978/2014, que tornou hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, de adolescente ou de vulnerável. Destaque-se, também, o avanço no debate sobre a violência letal de crianças e adolescentes, com mais uma publicação do Índice de Homicídios na Adolescência. No campo da defesa de direitos, ainda se pode mencionar o Processo de Escolha em Data Unificada dos Conselheiros Tutelares, que respondeu à lei nº 12.696/2012 e convocou a população a comparecer para eleger o conselheiro tutelar de sua região. No entanto, o mesmo período sofreu tentativas de retrocesso no campo da garantia de direitos, como a discussão pelo Congresso Nacional sobre a redução da maioridade penal e da idade mínima para o trabalho.

A partir de 2016, compreende-se que seja fundamental a consolidação da política nacional da criança e do adolescente, por meio da institucionalização de seu Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção e defesa de direitos e das relações interinstitucionais e interfederativas. Para além disso, propõe-se aperfeiçoar a articulação da rede de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2012	6.363	31/12/2013	7.432	31/12/2014	5.522	31/12/2015	7.200
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2012	442	31/12/2013	443	31/12/2014	884	31/12/2015	1.020
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2011	1.666.750	30/09/2012	1.428.962	30/09/2013	1.312.989	30/09/2014	1.405.100
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	31/12/2012	2,98	31/12/2012	2,98	28/01/2014	3,32	28/01/2014	3,32
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2011	19.595	31/12/2012	20.532	31/12/2014	20.532	30/11/2014	25.377
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35	31/12/2012	35	31/12/2012	35	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2011	3,55	31/12/2013	4,36	31/12/2014	4,28	15/02/2016	3,77
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2011	31,39	30/09/2012	30,81	30/09/2013	33,85	30/09/2014	36,5
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2011	34,72	30/09/2012	33,22	30/09/2013	36,1	30/09/2014	38,1
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2011	90,85	30/09/2012	91,52	30/09/2013	90,76	30/09/2014	93,7
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16	31/12/2011	15,3	31/12/2011	15,3	31/12/2013	14,4

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Quadro de Metas

Objetivo: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais	27,00	Capitais	3,00	Por concentrar diferentes funções em um mesmo local, o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI consiste em um programa complexo e extenso, que envolve a pactuação com todos os agentes que atuam no Núcleo (órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social), obtenção de terrenos adequados, ajustes dos projetos e designação de orçamentos.

Objetivo: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte	1.000,00	Municípios	1.019,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância	27,00	Unidades da Federação	10,00	As Escolas de Conselhos são executadas por meio de Convênios e Termos de Execução Descentralizada - TED, portanto, com prazos determinados. Conseqüentemente durante alguns períodos uns estados que antes mantinha a Escola em funcionamento suspenderam as atividades por não conseguirem mantê-las, uma vez que o convênio ou o TED se encerrou, sendo essa uma das grandes fragilidades dessa ação de governo.
Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios	5.570,00	Municípios	5.568,00	

Objetivo: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão

Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa	100,00	%	0,00	O SIPIA teve seu software desenvolvido, estando em fase de liberação do certificado digital. As tratativas estão sendo realizadas diretamente com o SERPRO, em fase final para disponibilização às Unidades Federativas que executam o PPCAAM. Em 2015, contratou-se um Consultor, em parceria com o PNUD, para a realização das formações dos profissionais in loco, tendo sido realizadas, capacitações em 8 estados.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes	27,00	Unidades da federação	16,00	Existem 08 estados (AC, CE, MG, PR, RJ, SP, ES e MS) que utilizam sistemas próprios de gestão da informação e repassarão os dados, periodicamente, para a base nacional. Continua em andamento o processo de integração e interoperação entre os sistemas, com previsão de conclusão e lançamento de uma versão do sistema para 2016. Além disso, durante o ano de 2015, em 4 estados foi implantado o sistema, restando ainda 3 estados que estão em processo de implantação.
Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios	5.570,00	Municípios	5.481,00	

Objetivo: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão

Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência	3,00	Campanhas	12,00	

Objetivo: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil	25.000,00	Fiscalizações	32.793,00	

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	204.215	215.996	11.498	1.369.818	696.988
Despesas Correntes	31.912	43.693	11.498	865.780	562.452
Despesas de Capital	172.302	172.302	0	504.038	134.535
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	204.215	215.996	11.498	1.369.818	696.988

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Visão consolidada do Programa

O período de 2012-2015 foi especialmente frutífero para a promoção dos direitos de pessoas com deficiência, em especial no que diz respeito à promoção de políticas de garantia destinadas ao segmento. No conjunto destas políticas, destacaram-se aquelas criadas pelo plano **Viver sem Limite**; o expressivo aumento de conselhos municipais; e o aprimoramento do marco legal por meio de avanços históricos, como a aposentadoria para pessoa com deficiência.

A atuação relacionada ao Viver sem Limite orientou-se por quatro eixos: Acesso à Educação, Atenção à Saúde, Acessibilidade e Inclusão Social. Coube ao Governo Federal a articulação e a promoção do plano junto aos demais entes federativos, aos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e à sociedade civil organizada, bem como o monitoramento mensal da execução das ações e metas. Nesse sentido, o Governo Federal realizou, entre 2012 e 2014, ações de adesão ao Plano junto a Estados e municípios, com vistas a estabelecer compromisso público dos prefeitos e governadores com a temática. Mais de 1.400 municípios, 25 estados e o Distrito Federal aderiram ao Plano Viver sem Limite. Todas as ações de divulgação envolveram o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e a rede de conselhos, em observância, portanto, à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que prevê a participação da sociedade nos processos de implementação das políticas. Ainda no capítulo da participação social, foi criado o “Observatório do Viver Sem Limite”, portal que permite o controle social das metas do plano e apresenta dados segregados por município, podendo ser acessado em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio>.

Visão dos principais atributos do Programa

No eixo do **Acesso à Educação**, as ações buscaram garantir às pessoas com deficiência o direito ao acesso à educação com igualdade de oportunidades, com os seguintes resultados: aquisição de 17.500 novas Salas de Recursos Multifuncionais com equipamentos, mobiliário e materiais pedagógicos para atendimento educacional especializado, acompanhados de trinta mil kits de atualização de salas já existentes; recursos para adequação arquitetônica de mais de quarenta mil escolas públicas, tornando-as acessíveis; aquisição de 2.304 ônibus para o Transporte Escolar Acessível de 60 mil alunos com deficiência; prioridade no preenchimento de vagas para pessoas com deficiência nos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), com mais de 19 mil matrículas realizadas; apoio a todas as universidades federais em seus projetos de acessibilidade, com repasse de recursos; autorização para contratação de 606 tradutores e intérpretes de Libras nas instituições federais de ensino; e criação de 20 cursos de Letras/Libras. Dentro do Programa “Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola”, ocorreram seminários de capacitação em todos os estados e DF; além da adesão de 86,09% (4.795) dos municípios brasileiros até novembro de 2015. A

Secretaria de Direitos Humanos integra o Grupo Gestor Interministerial do programa, que prevê ações com caráter interfederativo, foco nos estados e municípios e fortalecimento das ações transversais em 2016.

As iniciativas do eixo **Atenção à Saúde** tiveram como prioridade a identificação precoce de deficiências, a prevenção dos agravos, o tratamento e a reabilitação. Houve avanços na ampliação e qualificação da triagem neonatal, com extensão da Fase IV do “Teste do pezinho” para todos os estados da Federação; 39 maternidades equipadas para triagem auditiva neonatal (“teste da orelhinha”), 25 que finalizaram procedimentos de licitação e aguardam a entrega dos equipamentos, e 11 maternidades nas quais os processos de licitação estão em curso. Outras 162 maternidades aguardam o término do registro de ata de preços. Ainda no capítulo da Atenção à Saúde, registre-se a elaboração de nove Diretrizes Terapêuticas sobre como proceder quanto ao diagnóstico, tratamento, controle e acompanhamento de várias deficiências, como Síndrome de Down e Autismo; a habilitação de 123 Centros Especializados em Reabilitação (CER) e 77 projetos de construção de novos CER; a aquisição de 108 veículos adaptados destinados ao transporte aos CER; a habilitação de 24 oficinas que confeccionam, consertam e aperfeiçoam aparelhos ortopédicos de aplicação terapêutica; a aprovação para construção de 39 novas oficinas; a previsão de entrega de 10 oficinas terrestres e fluviais; a capacitação de 144 técnicos ortesistas, e de mais 39 cujo processo de capacitação ainda segue em curso; os 3.486 profissionais de nível superior em capacitação; os 484 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) qualificados para atender às pessoas com deficiência; os 81 hospitais que receberam equipamentos para implantação dos centros; e os 5.674 profissionais capacitados.

As ações do eixo de **Inclusão Social** preveem a participação social e o combate à desigualdade, à exclusão e às restrições que impedem o exercício de direitos em igualdade de condições. O resultado das iniciativas compreendeu 41.407 visitas realizadas a beneficiários pelo programa BPC Trabalho, com adesão de 1.379 municípios ao Acessuas (integração dos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho); inauguração de 108 Residências Inclusivas, que oferecem proteção integral a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência; e a inauguração de 18 Centros-Dia de Referência para oferta de cuidados durante o dia a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência, em apoio aos cuidados familiares.

As políticas de **Acessibilidade** são aquelas que dão condição para que todos utilizem de forma autônoma os espaços públicos e privados. Nesta direção, 954.005 unidades adaptáveis foram contratadas e 11.627 unidades adaptadas, entregues dentro do programa Minha Casa, Minha Vida 2; houve criação do Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, com oferta de linha de subvenção econômica não reembolsável para inovação em tecnologia assistiva e de financiamento para inovação em equipamentos de esportes paraolímpicos; o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva foi criado, com apoio a 91 núcleos de pesquisa em universidades públicas para o desenvolvimento e inovação com foco em prevenção, reabilitação e acessibilidade; crédito facilitado pelo Banco do Brasil com juros subsidiados para aquisição de produtos de tecnologia assistiva e reforma para acessibilidade, atingindo R\$ 156,4 milhões.

Ainda no capítulo da acessibilidade, destaca-se que dois Centros Tecnológicos Cães-Guia, para formação de instrutores e treinadores, já estão implantados e em funcionamento: o campus de Camboriú, no Instituto Federal Catarinense, e campus de

Alegre, no Instituto Federal do Espírito Santo. Pioneiros na educação pública desta área no país, os Centros Tecnológicos pretendem reduzir o custo e democratizar o acesso à tecnologia dos cães-guia. O campus de Camboriú formará a primeira turma de treinadores e instrutores, em nível de especialização, em meados de 2016, e já está em andamento o programa de treinamento da 2ª turma, composta também por professores de Institutos Federais. O campus de Alegre iniciou a primeira turma em agosto de 2015, constituída por alunos da comunidade. O campus de Urutaí, no Instituto Federal Goiano, está em fase de aquisição e instalação de equipamentos, com previsão de iniciar suas atividades em agosto de 2016. A construção do prédio do campus de Muzambinho, no Instituto Federal Sul de Minas Gerais, foi concluída, restando-lhe apenas a aquisição dos equipamentos para iniciar as suas atividades. Os campi de Manaus Zona Leste (AM) e de Limoeiro do Norte (CE) estão em fase final de construção, ao passo que a construção do campus de São Cristóvão (SE) ainda está na fase inicial.

Os esforços para a promoção dos direitos do segmento envolveram uma série de **Ações Transversais** cujo objetivo é levar o tema à agenda intra e intergovernamental. O Governo Federal instalou duas Câmaras Técnicas com o tema “Empregabilidade da Pessoa com Deficiência” para identificar os principais problemas e construir possíveis soluções para garantir a empregabilidade da pessoa com deficiência com dignidade. Em parceria com o Grupo de Trabalho “Inclusão de Pessoas com Deficiência”, do Ministério Público Federal/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, coordenou a elaboração de um guia de boas práticas relacionadas à acessibilidade nos momentos de inscrição em concursos públicos, realização de provas e ingresso das pessoas aos locais de trabalho após a aprovação no certame, priorizando a remoção de barreiras, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, de informação ou de comunicação. Para que a legislação acerca da reserva de vagas nos concursos públicos e empresas privadas seja garantida, o Governo Federal realizou reuniões técnicas com representações de pessoas com deficiência e com instituições organizadoras para criar subsídios para o aprimoramento dos atos normativos relacionados aos concursos públicos no que tange às pessoas com deficiência.

No governo federal, ainda é um desafio apurar o número de servidores com deficiência que ingressaram no serviço público por meio de reserva de vagas. Por sua vez, no setor privado, a participação dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal estava em 0,70% em 2012. Já em 2014, de acordo com a última publicação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), verificou-se um aumento de 6,57%, representando um acréscimo de 23,5 mil empregos, o que corresponde a um percentual de 0,77% do total dos vínculos empregatícios, sinalizando a continuidade do aumento progressivo da participação ocorrido nos últimos anos.

Ainda no âmbito do mercado de trabalho, no segundo semestre de 2015, foram iniciadas tratativas com a Organização Internacional de Seguridade Social para firmar cooperação técnica envolvendo a Rede Iberoamericana de Empresas Inclusivas, criada com o objetivo de promover a troca de experiências sobre boas práticas para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Outro avanço para a aplicação efetiva da política de garantia dos direitos da pessoa com deficiência é o Modelo Único de Classificação e Valoração da Deficiência. O referencial teórico do “Modelo” já foi construído, e as próximas etapas consistem no teste e na validação de um instrumento geral que avalia a funcionalidade da pessoa com deficiência. Estas etapas serão desenvolvidas por meio de um projeto de cooperação, que está em

construção pela equipe da SDH, com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A adequação dos instrumentos de avaliação de deficiência para cada política será feita de acordo com esse referencial único nacional – o mencionado “Modelo Único de Classificação e Valoração” – respeitadas as especificidades de cada área e com a dissolução de incongruências relativas aos beneficiários das políticas públicas voltadas para o público com deficiência.

No que diz respeito à **Participação Social**, houve avanços do Estado na direção do apoio aos conselhos, que aconteceu por meio do fornecimento de equipamentos e capacitação de conselheiros(as). Em 2012, foram apoiados cinco conselhos de direitos das pessoas com deficiência; em 2013, treze; e em 2014, oito conselhos municipais. Atualmente, quase 600 conselhos municipais estão em funcionamento, além dos 27 conselhos estaduais e distrital. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) tem participado de algumas formações dos conselhos. Um mapa de conselhos foi criado no sítio www.pessoacomdeficiencia.gov.br, contendo dados atualizados de todos os conselhos estaduais e municipais. Estas informações também foram inseridas no Observatório do Plano Viver sem Limite (www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio). Além do apoio com recursos e os encontros regionais, ocorreram atividades formativas para conselhos durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013) e a Reatech - Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação (edições de 2012, 2013, 2014 e 2015).

Com o objetivo de aprimorar marco legal e referenciais para a efetivação da **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, o Governo propôs emendas ao Projeto do Novo Código Penal, participou da regulamentação da LC 142/2013, que dispõe sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (Decreto nº 8.145/2013 e Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU nº 01/2014), e da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368/2014), além de emitir diversos pareceres e posicionamentos sobre Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à temática.

Um marco para o país ocorreu no dia 1º de dezembro de 2015, quando o Brasil ratificou o **Tratado de Marraquexe para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades** para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraquexe, em 28 de junho de 2013. O Estado brasileiro depositou a carta de ratificação do Tratado de Marraquexe na Organização Mundial da Propriedade Intelectual no dia 11 de dezembro de 2015. Importante salientar que, para que entre em vigor, o Tratado deve contar com a ratificação por, pelo menos, 20 países, sendo que, até o momento registram-se 13 ratificações. A diplomacia brasileira tem envidado esforços para que o número mínimo de adesões seja alcançado ainda em 2016.

A acessibilidade foi tema de capacitações por meio de edital de chamada pública para seleção de projetos em 2013 e 2014, totalizando 17 convênios para apoio a capacitações e aprovados outros quatro, sempre dentro dos temas definidos nos editais. Dentro da temática de Orientação e Mobilidade, dois convênios foram apoiados e se encontram em fase de execução. Em 2014, foi firmado termo de execução descentralizada para realização de curso de pós-graduação em orientação e mobilidade, modalidade semipresencial, com o Instituto Federal do Ceará, para turma inicial de 100 alunos. O termo, ainda vigente, passou por ajustes em seu cronograma e vigência, e as atividades da turma

terão início em 2016.

Com vistas a promover a **adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade**, foi realizada Câmara Técnica sobre desenvolvimento e deficiência, em Brasília, durante março e abril de 2013. Nessa mesma linha, a Consulta Regional das Américas, ocorrida em Salvador, nos dias 17 e 18 de maio de 2013, teve como objetivo identificar pontos para assegurar uma agenda para o desenvolvimento que contemple as pessoas com deficiência, a partir dos objetivos e metas do milênio pós 2015, considerando que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão. Como produto do evento foi aprovada a Declaração da Consulta Regional das Américas sobre deficiência e desenvolvimento, de alcance internacional, que recomenda a adoção de 12 diretrizes voltadas para o desenvolvimento sustentável, com foco na inclusão das pessoas com deficiência. Na Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência, ocorrida em Nova York, no dia 23 de setembro de 2013, foi aprovada a Resolução A/68/L.1, da ONU, sobre deficiência e desenvolvimento, que estabeleceu 17 compromissos até e pós-2015, depois ratificada pela 68ª Assembleia Geral da ONU. A SDH participou do diálogo interministerial que definiu a posição brasileira sobre o documento negociador, cuja versão final foi submetida ao plenário da última Assembleia Geral das Nações Unidas. Foram bem-sucedidas as gestões para pautar a inclusão de metas que reflitam a perspectiva da deficiência nos debates do Grupo de Trabalho aberto que negociou a proposta de agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015. Tais tratativas serviram de ponto de partida para as negociações ocorridas na 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2014.

Ainda no âmbito internacional, a ONU editou, em setembro de 2015, novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2030), que deverão ser implementados pelos países-Membros da Organização até 2030. Embora não existam objetivos específicos para as pessoas com deficiência, a perspectiva de inclusão do segmento está contemplada, sobretudo naqueles objetivos que se referem à redução da desigualdade, à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e à promoção do desenvolvimento econômico sustentado e inclusivo. Isso se faz notar, ainda, pela adoção de uma perspectiva de acessibilidade – com efeito, a 11ª meta propõe aos países que tornem as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Assim, pode-se concluir que o tema dos direitos humanos das pessoas com deficiência foi traduzido dentro dos novos Objetivos, na medida em que a referida meta dos ODS 2030 contemplam tanto o tema da inclusão quanto o da acessibilidade.

Em outra linha de atuação, ao longo de 2012 e 2015, foram produzidos diversos materiais – livros, manuais, vídeos, cartilhas e informativos relacionados à temática da pessoa com deficiência, sempre em formatos acessíveis e publicados prioritariamente nos canais de comunicação disponíveis (sítio “sdh.gov.br” e “pessoacomdeficiencia.gov.br”). A página www.pessoacomdeficiencia.gov.br disponibiliza notícias e publicações sobre a temática, informações sobre planos, programas e ações desenvolvidas para esse público, legislação da área, relatórios de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, informações sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), dados sobre o Plano Viver sem Limite, normas da ABNT, Indicadores, informações sobre editais e boletins informativos.

Além disso, de novembro a dezembro de 2015, foram realizadas dez oficinas sobre a

Difusão dos Direitos das Pessoas com Deficiência utilizando a literatura de cordel como linguagem (Salvador/BA, Recife/PE, João Pessoa/PB, Natal/RN, Fortaleza/CE, Teresina/PI, Manaus/AM, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP e Goiânia/GO), de forma criativa e lúdica, ajudando a formar uma sociedade mais consciente e inclusiva. Também está sendo produzida uma série de cinco documentários (10 mil cópias) abordando temas da Convenção: Esporte, Cultura, Criança, Trabalho e Educação Inclusiva.

Com a sanção da Lei Brasileira da Inclusão, o Governo também iniciou preparativos para a implementação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) para “coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos” (art. 92). Nesse sentido, está prevista a constituição do Comitê do Cadastro-Inclusão, uma plataforma institucional com a missão de “estabelecer parâmetros e procedimentos para a padronização, coleta, sistematização, processamento e disseminação de informações” que integrarão o cadastro.

Em outra área de atuação, ao longo de 2012 e 2013, foram realizadas, no Haiti, missões de capacitação para agentes governamentais, sociedade civil e profissionais de mídia, cujo objetivo consistiu no fortalecimento da capacidade de ação do Estado e da sociedade civil organizada daquele país para a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência e de acessibilidade. Outro eixo da capacitação foi o da construção da imagem positiva da pessoa com deficiência no imaginário da sociedade haitiana, por meio da realização de campanhas de divulgação sobre o paradigma da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Considerando essa experiência exitosa no Haiti, o Brasil firmou projeto de cooperação para promover ações de capacitação para os países da CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Desde 2014, os países contemplados pela formação foram Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Ainda estão previstos para receber a formação Timor Leste, Angola e Guiné Bissau.

Com olhar para **a transversalização do tema das pessoas com deficiência** nas políticas de gênero, igualdade racial e povos indígenas, e observada a interface com a área de saúde mental, foi realizado em 2013 o evento “Retratos do Autismo no Brasil”, com discussão entre sociedade civil e governo sobre as políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista-TEA nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e assistência social. Foram criados ainda grupos de trabalho interministeriais com objetivo de tratar da incorporação da saúde mental na agenda de políticas públicas para pessoas com deficiência. Para o tema de gênero, foi realizado o Seminário de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2013. Em 2015, foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial de Saúde da Mulher com Deficiência e Mobilidade Reduzida, cuja missão consiste em elaborar e fazer o acompanhamento de ações estratégicas que qualifiquem o cuidado e o acesso das mulheres com deficiência à atenção integral à saúde junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A transversalização no universo das políticas de promoção da igualdade racial avançou com a decisão pela realização de uma pesquisa sobre quilombolas e deficiência. A pesquisa propõe-se a resgatar o panorama histórico da deficiência no contexto da discriminação racial, além de mapear as formas de acesso dos quilombolas com deficiência

à rede de serviços.

Diante do objetivo de promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência, além das ações já contempladas pelo Plano Viver sem Limite, buscou-se apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Atualmente, o Governo Federal acompanha os fóruns da ABNT sobre a revisão de duas normas sobre tecnologia assistiva: Classificação e terminologia de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ISO 9999) e Cadeira de Rodas (NBR 15655-1). Ademais, a SDH tem acompanhado a avaliação de testes realizados em 2012 para análise da qualidade de cadeiras de rodas no âmbito do Programa de Análise de Produtos do Inmetro. Esse estudo resultou na deflagração de processo coordenado pelo MCTI, no Comitê Interministerial de Tecnologia, com a finalidade de estabelecer norma nacional de certificação compulsória de cadeira de rodas.

Para fomentar a prevenção de deficiências e segurança das pessoas com deficiência em situação de risco, foi elaborado e publicado o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres. A Portaria Interministerial nº 2, de 2012, instituiu o Comitê Gestor Nacional, que tem como objetivo orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações nas fases de preparação, prevenção, resposta e recuperação. A SDH participa do Comitê Gestor Nacional e o representa nas visitas aos estados e municípios com ações de divulgação e mobilização para adesão ao Protocolo. Em setembro de 2013, ocorreu a I Oficina do Protocolo de Proteção em Riscos e Desastres, que contou com a participação de todos os Estados. Naquele mesmo mês, o Protocolo foi apresentado no X Fórum Nacional de Defesa Civil. Em dezembro de 2013, ocorreu o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no qual foi realizada uma oficina sobre o Protocolo. A oficina envolveu vários representantes de estados, municípios, conselhos de direitos e sociedade civil. O ano de 2014 foi de realização da Conferência Livre, modalidade preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que aconteceu em novembro, da qual participaram representantes do Comitê Nacional e membros dos Conselhos Nacionais de Direitos dos públicos referenciados no Protocolo, com destaque para a ampla participação de conselheiros(as) do Conade. O encontro foi uma das primeiras iniciativas realizadas em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Além disso, na área da deficiência, o Protocolo tem sido difundido nas instâncias dos conselhos municipais e estaduais.

Em outra linha de atuação, foram implantadas as Centrais de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – Libras em diversos municípios brasileiros, dentro do esforço de possibilitar o acesso de pessoas surdas aos diversos serviços públicos, em cumprimento aos seus direitos mais fundamentais. Assim, foram doados, até o final de 2015, 53 kits para equipagem de centrais – e iniciada a contratação de outros 16 kits para serem entregues ao longo de 2016.

A acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para

garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia, também é um dos objetivos trabalhados ao longo dos últimos quatro anos. Nesse sentido, foram revistas duas normas de acessibilidade. A norma sobre Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050) foi publicada em 2015; e sobre a Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em veículo de transporte de passageiros (NBR 15646) foi publicada em 2016. A articulação com fabricantes, Inmetro e organismos certificadores foi essencial para a rápida conclusão do texto-base da revisão. Em paralelo, foi realizada consulta pública do regulamento que passará a exigir a certificação compulsória de plataformas elevatórias para ônibus rodoviários, assim como já se faz para os ônibus urbanos, passos importantes para tornar a frota rodoviária mais acessível. A NBR 15320 (Acessibilidade em veículos de características rodoviárias para o transporte coletivo de passageiros) e a NBR 15290 (Acessibilidade em comunicação na televisão) continuam em revisão. Estão em processo de Consulta Nacional o Projeto NBR 15610-3 (Televisão digital terrestre — Acessibilidade Parte 3: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)) e o Projeto NBR 16452 (Acessibilidade na comunicação — Audiodescrição).

Estudos e pesquisas sobre acessibilidade envolveram, em 2013, uma chamada pública voltada para a premiação de projetos de pesquisa; estudo sobre viabilidade do Selo Nacional de Acessibilidade; e pesquisa sobre turista com deficiência. Em parceria com o MCTI e Capes, a SDH possibilitou chamada pública para a criação de cursos de mestrado e doutorado em tecnologias assistivas, além de acompanhar ações de outras pastas, tais como: o desenvolvimento de ferramenta eletrônica de tradução da Língua Portuguesa para Língua Brasileira de Sinais – V-libras, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a participação na execução do edital de premiação de aplicativos móveis lançada pelo Ministério das Comunicações; e participação nos estudos para melhoria de acessibilidade comunicacional de serviços de telecomunicações, de acessibilidade física em edificações públicas federais, de serviços de transporte aéreo e rodoviário.

No âmbito das comunicações, a obrigatoriedade de disponibilizar audiodescrição na programação da TV digital aberta passou de 2h para 6h semanais no período; foi regulamentada a profissão de audiodescritor; e firmado termo de cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para realização de “Curso de Pós-graduação em Audiodescrição”, em andamento.

Quanto à legenda oculta, a obrigatoriedade de disponibilizá-la na programação da TV digital aberta passou de 12h para 20h diárias. Nas eleições de 2014, o TSE passou a exigir a legenda oculta obrigatória nos debates eleitorais televisionados. Em novembro de 2013, uma nota técnica da Anatel reconheceu a obrigatoriedade legal de as TVs por assinatura disponibilizarem no sinal distribuído todos os recursos de acessibilidade disponíveis no sinal de TV digital original, o que já começa a ser verificado na fiscalização.

A Anatel também prepara o lançamento de um Regulamento Geral de Acessibilidade, que unificará o tratamento do assunto, atualmente espalhado em diversos normativos. Em novembro de 2014, foi realizado em São Paulo o evento regional "América Acessível: Informação e Comunicação para Todos" com o tema Acessibilidade das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) para Pessoas com Deficiência, organizado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) em parceria com o Governo e a

UNESCO no Brasil. Na ocasião buscou-se estabelecer um marco no debate para a identificação de princípios para a implementação de práticas na região das Américas sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação que sejam acessíveis, proporcionando igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Diante da relevância dos resultados alcançados, os países das Américas decidiram realizar um segundo encontro regional em 2015, na Colômbia. O tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação de agências como Anatel, Ancine e outros órgãos.

Por força da instrução normativa Ancine nº 116, de 18 de dezembro de 2014, todos os projetos de produção audiovisual, financiados com recursos públicos federais geridos pela agência, devem passar a contemplar nos seus orçamentos serviços de legendagem descritiva, audiodescrição e Libras. A Anatel colocou em Consulta Pública o Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, que tem o objetivo de promover uma análise aprofundada sobre as necessidades de serviços e equipamentos de telecomunicações das pessoas com deficiência de acordo com suas especificidades.

Para viabilizar o acesso de pessoas surdas aos conteúdos de computadores, televisão digital, dispositivos móveis e plataformas Web, foi lançada a versão beta da Suíte Vlibras, ferramenta que traduz conteúdo digital para a Libras, sendo composta pelas ferramentas VLibras-Desktop, VLibras-Plugin, VLibras-Video e WikiLibras. A função deste tradutor é democratizar o acesso aos meios digitais e contribuir para a inclusão das pessoas surdas.

Diante do desafio de articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos, em 2013 e 2014, foram disponibilizados editais sobre a temática. A SDH e o Conade foram parceiros do Ministério do Turismo na campanha institucional visando ao turismo acessível, que se utiliza dos grandes eventos para fomentar os direitos da pessoa com deficiência. Um portal colaborativo sobre a acessibilidade de locais e de serviços turísticos foi disponibilizado em <http://www.turismoacessivel.gov.br>.

Em 2015, dando prosseguimento a ações pactuadas por meio de convênios, a SDH acompanhou cursos de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, como o curso realizado pelo Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro – CVI Rio para a rede hoteleira do Rio de Janeiro, que deu origem à Publicação “RIO - Abrace a Diferença – Recebendo o Turista com Deficiência” e o curso em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM/RJ para “Implementar capacitação a distância, de abrangência nacional, nos temas de inclusão, acessibilidade e formas de atendimento e prestação de serviços a pessoa com deficiência para 500 (quinhentos) profissionais das áreas de turismo (turismólogos, guias de turismo, profissionais de hotelaria, de bares e de restaurantes), do transporte, voluntários de grandes eventos, profissionais da saúde e assistência, lideranças comunitárias e pessoas com deficiência.”

Em preparação para os Jogos Paralímpicos, foram realizados simulados de embarque e desembarque de grande quantidade de pessoas com deficiência nos aeroportos Santos Dumont, Galeão e Guarulhos, com vistas a aperfeiçoar os procedimentos operacionais. Também foi feito o acompanhamento da chegada dos atletas para o evento-teste de bocha paraolímpica. No final de 2014 e início de 2015 foram realizadas vistorias para verificação da acessibilidade em nove aeroportos relacionados com os Jogos Rio 2016,

que culminaram em melhorias da infraestrutura e dos serviços de atendimento às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os aeroportos vistoriados foram: Santos Dumont, Galeão, Congonhas, Guarulhos, Viracopos, Salvador, Brasília, Confins e Manaus. Ainda em 2015, foi lançada uma cartilha onde estão reunidos os principais direitos e orientações ao passageiro com deficiência ou mobilidade reduzida. Foi realizado, em parceria com o Conade, um Seminário sobre Acessibilidade nos Jogos Rio 2016. O evento aconteceu no Rio de Janeiro e contou com a presença de diversas autoridades que apresentaram o planejamento e a execução das questões de acessibilidade nas obras e na dinâmica das competições.

No tocante à acessibilidade a prédios e serviços públicos federais, com vistas ao cumprimento desta importante responsabilidade, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) foi incumbida de realizar atividades de preparação de curso piloto, ministrado para uma turma de pessoas selecionadas e a posterior avaliação dos produtos e formatação final do curso; já ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) coube realizar Projeto de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais. Por fim, a SDH ainda criou um Grupo de Trabalho interno específico sobre o tema, além de contratar consultoria para elaborar consolidação dos trabalhos e servir como subsídio à construção de plano de abrangência nacional, com o objetivo de dotar órgãos e entidades públicas federais de plena acessibilidade a suas dependências e a serviços por eles ofertados.

Considerações finais

Por todo o exposto, verifica-se que muitas iniciativas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência foram fortalecidas ao longo do período de 2012 a 2015, principalmente no que se refere à acessibilidade, à educação inclusiva, ao acesso à saúde das pessoas com deficiência e à inclusão social, sobretudo, devido às ações desenvolvidas por meio do Plano Viver Sem Limite. Entretanto, muitos desafios ainda permanecem para o próximo período, tendo sido observados quando da elaboração do plano plurianual em curso. Tais desafios serão enfrentados, em especial, mediante as políticas públicas desenvolvidas no Programa 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do PPA 2016-2019.

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2012	13,25	31/12/2012	18	31/12/2013	19	31/12/2014	21
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2011	36,71	31/12/2012	45	31/12/2013	49	31/12/2014	49
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2011	74,2	31/12/2012	75,7	31/12/2013	77	31/12/2015	81
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	31/12/2011	0,62	08/01/2014	0,85	31/12/2014	1,03	01/12/2015	1,1
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	31/12/2010	0,76	28/01/2014	0,59	05/01/2015	0,64	31/12/2015	0,7
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2012	70,16	31/12/2012	70,16	31/12/2013	63,4	31/12/2013	63,4
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96	31/12/2012	6,96	31/12/2012	6,96	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2011	39,9	31/12/2012	39,4	31/12/2013	35,89	31/12/2014	37,13
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2011	27,72	31/12/2012	31	31/12/2013	31,54	31/12/2014	32,7

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Quadro de Metas

Objetivo: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase	12.046,00	Unidades	12.008,00	Dos 12.046 processos de requerimentos recebidos, 12.008 tiveram sua análise concluída.

Objetivo: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	23.783	23.783	4.740	117.324	34.852
Despesas Correntes	22.383	21.733	4.731	99.422	29.915
Despesas de Capital	1.400	2.050	9	17.902	4.937
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	23.783	23.783	4.740	117.324	34.852

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2064 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

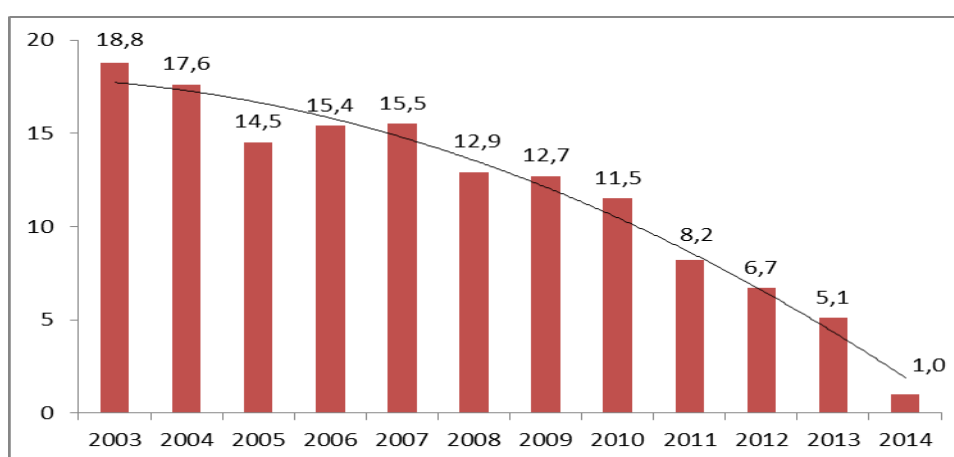
Visão consolidada do Programa

O Programa 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – contempla políticas públicas de amplo espectro como: Registro Civil de Nascimento, LGBT, Pessoa Idosa, População em Situação de Rua, Educação em Direitos Humanos, Diversidade Religiosa, Saúde Mental, Memória e Verdade, Centros de Referência em Direitos Humanos, Ouvidoria/Disque Direitos Humanos, Prevenção e Combate à Tortura, Combate ao Trabalho Escravo, Proteção a Vítimas, Testemunhas, a Defensores de Direitos Humanos e a crianças e adolescentes ameaçados de morte, Segurança e Cidadania, e Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos. No período de 2012 a 2015 muitos avanços foram obtidos em todas as áreas temáticas, mas muitos desafios ainda permanecem no horizonte.

Visão dos principais atributos do Programa

Em relação à política de **promoção do Registro Civil de Nascimento**, estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2015, continuaram indicando o êxito dos esforços empreendidos na Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica. O resultado indica a redução na taxa de sub-registro (estimativa de nascidos vivos não registrados no ano de nascimento ou até os três primeiros meses do ano seguinte) de 8,2% em 2011 para o percentual de apenas 1% em 2014 (Figura 1).

Figura 1: Percentual de sub-registros de nascimentos, Brasil, 2004-2014



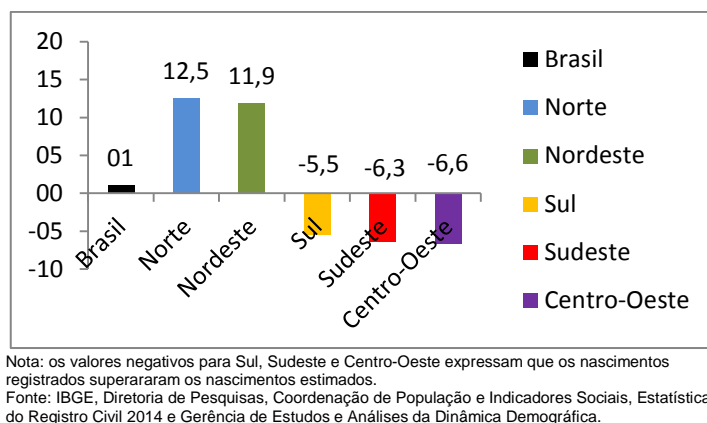
Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil 2004-2014 e Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Nota: Inclusive sem especificação da Unidade da Federação de residência da mãe; exclusive ignorados e estrangeiros.

Muito desse decréscimo é decorrente de ações como a implantação de serviços de registro civil em estabelecimentos de saúde que realizam partos, a instituição de comitês estaduais e municipais para tratar do tema, a formalização do Sistema Nacional de

Informação de Registro Civil – SIRC (Decreto 8.270 de 26 de junho de 2014), além de mutirões, campanhas e demais atividades de sensibilização e esclarecimento.

Ainda assim, as regiões Norte e Nordeste possuem altos percentuais de sub-registro civil de nascimento: no ano de 2014, a região Norte apresentou 12,5% de sub-registro e a Nordeste 11,9%. Nas demais regiões, há evidências de que a cobertura dos registros é praticamente completa (Figura 2)

Figura 2 Percentual de sub-registro, segundo as Grandes Regiões - 2014



Desse modo, permanece o desafio de erradicar o sub-registro com destaque para as regiões Norte e Nordeste, em especial junto às populações indígenas, quilombolas, ciganas, ribeirinhas e demais povos e comunidades tradicionais, além das populações carcerária e de fronteira. Atividades como o fortalecimento de comitês gestores correlatos nos estados e municípios com participação de órgãos de governo e de entidades da sociedade civil organizada além de ações intensivas de sensibilização, orientação e mobilização popular para o registro civil de nascimento e documentação básica permanecem como imprescindíveis tarefas para os próximos anos.

No que concerne à **promoção dos direitos LGBT** debateu-se a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a Violência, que em junho de 2013 foi lançado através de portaria ministerial.

O Sistema Nacional LGBT tem como objetivo combater os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que atinge a população LGBT, efetivando políticas afirmativas, através da ampliação do diálogo e da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos, investindo assim na criação de órgãos executores da política LGBT, Conselhos LGBT e políticas públicas LGBT nos estados, municípios e Distrito Federal, além de criação de uma rede de atendimento e enfrentamento à violência contra a população LGBT.

Juntamente com o Sistema, foi instalado em julho de 2014 o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, que reuniu 36 Gestores e Gestoras LGBT de 18 estados e 18 municípios para pactuação da política LGBT nacional; o colegiado congrega todas as coordenações LGBT existentes em estados e municípios. Como parte do Sistema Nacional LGBT, foi decidido também iniciar relatório periódico que faça o acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT no Brasil.

Em articulação com estados e municípios, na tentativa de fomentar a criação das estruturas componentes no Sistema Nacional LGBT, se conseguiu incentivar e acompanhar a criação de novos conselhos municipais LGBT. São 15 conselhos municipais (Alagoinha/BA, Itapipoca/CE, Cariacica/ES, São Luís/MA, São João Del-Rey/MG, Belém do São Francisco/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Bauru/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP, São Paulo/SP, Piracicaba/SP, Rondonópolis/ MT e Pau d'alho/PE) e 11 Conselhos Estaduais (AL, BA, GO, PE, MS, PA, PB, RJ, RS, RR, SP).

Também foram implementadas ações do Sistema Nacional LGBT com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção e estimulando a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra LGBT. A partir do Termo de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias construído e formalizado em 2011 entre SDH/PR, Ministério da Justiça e 17 estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, PR, PI, RR, RS, SC, SE, TO), foram criados GTs de Segurança Pública LGBT nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também foram implementadas alas específicas para gays, travestis e transexuais nos presídios dos estados de Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais, que já possuía a ala desde 2009. Foram criadas unidades de polícia especializadas em crimes de ódio e delitos de intolerância nos estados do Pará, Pernambuco e Paraíba e capacitados policiais no atendimento à população LGBT nos estados do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Também foram lançados no país onze Comitês de Enfrentamento à Homossexualidade, espaços de controle social e acompanhamento das denúncias de violação dos direitos humanos de LGBT reportadas ao Disque 100, nos estados do AC, AL, AM, AP, BA, MA, PR, PI, RS, e SP.

Apesar dos avanços, verifica-se que o Sistema LGBT ainda mantém pouca adesão de estados e municípios, de modo que seu desenho deve ser revisto e atualizado nos próximos anos visando aumentar a participação dos entes subnacionais.

Especificamente no ano de 2015, ressalta-se a importância da elaboração da Resolução Nº 12, de 16 de Janeiro, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT que trouxe contribuições valiosas para o exercício efetivo dos direitos de travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans. Essa Resolução congrega um conjunto de recomendações que visa sedimentar o reconhecimento do direito à adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado. Com esta recomendação, está sendo possível a ampliação do acesso digno de travestis, das mulheres transexuais e dos homens trans, sobretudo, às instituições de ensino, ao Sistema Único de Saúde (Cartão SUS) e ao CadÚnico (Sistema Único de Assistência Social).

Em relação ao tema da **promoção dos direitos da pessoa idosa**, trabalhou-se de forma transversal, articulando as demais áreas de governo (da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade, da educação, da saúde, assistência social e da renda mínima) para que suas políticas incorporem as especificidades do público.

O Brasil comprometeu-se perante a comunidade internacional, na Carta de São José sobre os Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e Caribe, a traçar diretrizes que

devem guiar as políticas dos países da região, no sentido de melhorar seus sistemas de proteção social, para que respondam efetivamente às necessidades das pessoas idosas, coordenando ações nas áreas de segurança social, de saúde e de serviço social. Como desdobramento da demanda, foram elaboradas, em parceria com o Ministério da Educação, três emendas ao Plano Nacional de Educação - PNE, instituído pela Lei nº 13.005/2014, inserindo ações afirmativas, que contemplam a temática LGBT e o tema do envelhecimento, desde a Educação infantil. Como política de proteção, foi lançada, ainda em 2013, a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, no Encontro Nacional de Promotores, Delegados e Defensores. Ao mesmo tempo foi feito o mapeamento de todas as delegacias especializadas no atendimento a essa população. Em 2015 foi aprovada a Lei nº 13.228, que altera o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer aumento de pena para o caso de estelionato cometido contra pessoas idosas.

Outra iniciativa importante foi a instituição do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, pelo Decreto nº 8.114/2013, criando a Comissão Interministerial do Compromisso, composta por 17 ministérios, que elaborou o Mapa das Políticas, Programas e Projetos do Governo Federal para a População Idosa²⁴, e, em parceria com a UNESCO concluiu o estudo técnico sobre o perfil da população idosa no Brasil. Em 2015, 18 estados firmaram o Termo de Adesão ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

Ainda em relação ao tema, destaca-se que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ampliou a Rede de Proteção Social Básica, com 8.088 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), em 5.485 municípios, o que corresponde à presença deste equipamento em 98,5% dos municípios do país. A rede especializada foi ampliada para 2.372 Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS), 215 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, 17 Centros-Dias cofinanciados e 5.184 Unidades de Acolhimento (Censo SUAS/2014), sendo os tipos mais frequentes os Abrigos Institucionais (3.936 unidades), as Casas Lar (651 unidades) e as Casas de Passagem (286 unidades). Segundo o IPEA, 105 (cento e cinco) mil pessoas idosas vivem em instituições públicas e privadas, sendo a maioria delas mulheres. O estudo do IPEA apontou que mais da metade das instituições brasileiras (65,2%) são filantrópicas, e a contribuição do setor público representa apenas 22% das receitas dessas instituições. A pesquisa concluiu que as Instituições de Longa Permanência são mantidas pelos recursos das pessoas idosas ou de familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público parcial. Outro dado muito importante a ser considerado é o de que mais de 95% da população idosa vive com suas famílias ou moram sozinhas/as.

Além disso, editou, em parceria com o Ministério da Previdência Social, quatro guias, a saber: Guia de Serviços de Atenção a Domicílio; Guia de Centros Residenciais para Pessoa Idosas em Situação de Dependência; Guia sobre Centros Dia; Guia de Teleassistência domiciliar. E em 2015 ampliou-se para 8,5 % a participação de pessoas idosas no Programa Minha Casa, Minha Vida.

²⁴ <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/pessoa-idosa/publicacoes-2015/pdfs/guia-de-politicas-programas-e-projetos-populacao-idosa-1>

No que se refere ao controle social, houve a regulamentação do Fundo Nacional dos Direitos do Idoso. O processo estimulou muitos estados e municípios a criarem os fundos e buscarem a regulamentação. Atualmente há 2.868 conselhos da pessoa idosa, incluídos os 26 estaduais e o distrital.

Em âmbito internacional, em 2012, 2013, 2014 e 2015 o Brasil participou do Grupo de Trabalho da OEA que elaborou o texto da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, concluída em junho de 2015, assinada pelo Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai. Em 2013 e 2014 o Brasil presidiu o Comitê Ibero-Americano de Direitos da Pessoa Idosa, através do qual capacitou 82 especialistas que atuam junto à população idosa.

Em relação à **promoção dos direitos da população em situação de rua**, várias ações foram desenvolvidas com o objetivo de fortalecer as articulações para a implementação da Política Nacional para População em Situação de Rua e aprimorar o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa Política - CIAMP-Rua, com ênfase na construção de transversalidades. Foram mantidos diálogos e parcerias com estados e municípios, entidades da sociedade civil (ex. Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR), universidades e entidades privadas (ex. SENAI).

No CIAMP-Rua uma importante ação realizada é o Projeto REDES, desenvolvido pelo Ministério da Justiça em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, cujo objetivo é articular as políticas públicas nos municípios para prevenção e tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas, com foco na reinserção nos programas sociais.

Quanto às parcerias com estados e municípios foi dada continuidade aos diálogos com vistas a ampliar o número de territórios a aderirem à Política Nacional da População em Situação de Rua. Foram assinados Termos com o município de Uberaba – MG e com o estado de Minas Gerais. Atualmente constam 13 (treze) adesões realizadas por estados, municípios e DF e 25 Comitês Locais foram instituídos.

Visando atender às especificidades da população em situação de rua, no que se refere à qualificação técnica profissional, foi criada, em 2014, pela SDH, em parceria com o Ministério da Educação – MEC, dentro do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, a modalidade PRONATEC Pop Rua, com turmas exclusivas e metodologia adaptada à realidade e necessidades desse público. O MEC repassa o recurso para a realização dos cursos e a SDH é o órgão demandante nacional, que articula com os municípios, estados e DF, para organizarem as demandas locais e realizarem mobilização, seleção, pré-matrícula e acompanhamento dos beneficiários nos cursos da Bolsa-Formação no âmbito do PRONATEC Pop Rua. Para o ano de 2015 foram ofertadas 826 vagas para a modalidade Pop Rua.

Para garantir acesso ao mundo do trabalho, foi construída uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a SDH e o CIAMP-Rua para a execução de projetos de fomento à economia solidária como estratégia de inclusão socioeconômica e de autonomia da população em situação de rua. Foram contempladas 7 (sete) capitais e regiões metropolitanas: Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Distrito Federal.

Um dos principais problemas que atingem a população em situação de rua e impede o acesso aos serviços públicos é o preconceito e a discriminação. Visando contribuir para a mudança de rótulos negativos construídos sobre esse público, o CIAMP-Rua demanda constantemente a realização de campanhas de conscientização. Em 2015 realizou-se em conjunto com o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a campanha “Saúde da População em Situação de Rua: um Direito Humano”, com o objetivo de sensibilizar sobre o preconceito em relação à população em situação de rua no Sistema Único de Saúde - SUS, buscando garantir a essa população o acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado, e incentivar essa parcela da população a procurar atendimento nas unidades de saúde.

Importante também é a qualificação das informações sobre esse público. Em novembro de 2015 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) apresentou dados fundamentais para o norteamento das políticas desenvolvidas ao anunciar que há 46.785 famílias em situação de rua cadastradas no CadÚnico e 37.954 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. As últimas previsões sobre a quantidade de pessoas em situação de rua no Brasil são de cerca de 80 mil, de acordo com os dados de monitoramento dos serviços do MDS. Do total de cadastrados, cerca de 87% é do sexo masculino e 13% do sexo feminino; 47% está na faixa etária entre 36 e 59 anos; 60% das famílias em situação de rua recebem o Bolsa Família; e cerca 2.153 pessoas são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Paralelamente ao aumento do número de pessoas cadastradas, observamos o aumento da estrutura construída para o atendimento dessa população, como é o caso da expansão do número de CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

No que tange ao tema da **educação em direitos humanos**, diversas iniciativas foram desenvolvidas no período de 2012 a 2015. Destaca-se a criação das Caravanas de Educação em Direitos Humanos, em 2014, já tendo percorrido 17 estados com ações de promoção dos direitos humanos que envolvem redes, movimentos, entidades e todas as pessoas que se dedicam à luta pela defesa e promoção dos direitos humanos no Brasil. As Caravanas são espaços de diálogo e formação política, de educação em direitos humanos, voltados à troca de experiências e de saberes entre movimentos sociais, grupos, coletivos, pessoas, entidades, instituições. As Caravanas são promovidas pela SDH em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO, e apoio do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH.

Importante mencionar a reestruturação, em 2015, da composição e a revisão das competências do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), uma instância colegiada de natureza consultiva, que cumpre função relevante no que diz respeito à consolidação da Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). A nova composição se divide em cinco categorias: órgãos públicos (SDH, MEC, MJ, MC e MinC), organismos internacionais (Unesco e OEI), Instituições de Ensino Superior, sociedade civil e especialistas. A revisão do PNEDH e a implementação das Diretrizes Nacionais para a EDH estão entre as principais competências atribuídas ao CNEDH.

A Mostra Cinema e Direitos Humanos foi realizada em edições anuais no período, especificamente a 7ª, 8ª, 9ª e 10ª. A Mostra é uma das ações programáticas previstas no Eixo Orientador V do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) – Educação e Cultura

em Direitos Humanos, e apoia a garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação, por meio do incentivo à produção de filmes e vídeos voltados para a educação em Direitos Humanos. A 10ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo, Edição Comemorativa, foi realizada em 2015, e contou a participação de mais de 22 mil pessoas em todos os estados da federação. Essa edição foi realizada pela SDH em parceria com o Ministério da Cultura e apoio da Empresa Brasil de Comunicação. Teve patrocínio da Petrobras, BNDES e Caixa Econômica Federal e foi produzida nacionalmente pelo Instituto Cultura em Movimento - ICEM.

Outras iniciativas que se mantiveram ao longo do período foram o Prêmio Direitos Humanos e o Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, respectivamente com quatro e duas edições entre 2012 e 2015.

No plano internacional, destaca-se a realização do Seminário Internacional de Educação em Direitos Humanos no âmbito da RAADH (Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL) no Brasil, que teve como objetivo fomentar o debate sobre educação em direitos humanos no Mercosul. Na sequência, foi aprovado pelo Conselho do Mercado Comum a elaboração de uma proposta de Diretrizes Regionais para uma Política de Educação e Cultura em Direitos Humanos no Mercosul.

Sobre o tema da **diversidade religiosa**, destaca-se a atuação da Secretaria de Direitos Humanos na defesa do livre exercício das diversas práticas religiosas, à promoção do respeito às diferentes crenças e convicções, à coibição da intolerância religiosa, ao reconhecimento das diferenças culturais e à afirmação da laicidade do Estado.

Em 2014, foi criado o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR), por meio da Portaria SDH nº18, que visa disseminar uma cultura de paz, justiça e respeito, além de contribuir com sugestões e monitorar as políticas públicas que tratam do tema. Nesse período também se incentivou a criação de comitês nas unidades da federação, numa tentativa de capilarizar a discussão do tema. Atualmente identificam-se 4 comitês estaduais e 1 distrital atuantes nas seguintes localidades: um na região Norte, no Estado do Tocantins; um na região Centro-Oeste, no Distrito Federal; dois região Sudeste, no Estado de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, e um na região Sul no Rio Grande do Sul.

No âmbito da **saúde mental** buscou-se fortalecer a agenda de direitos humanos no diálogo com os atores e instituições do Sistema Único de Saúde. Pautou-se pela busca da concretização dos eixos estratégicos constantes no PNDH-3, com destaque para o fortalecimento da reforma psiquiátrica no País e aprimoramento das interfaces entre direitos humanos, saúde mental e sistemas de justiça. Concretamente, fomentou-se e fortaleceu-se a rede nacional de observatórios de direitos humanos, saúde mental e sistemas de justiça, em 4 estados (Goiás, Espírito Santo, Rondônia e Bahia).

Consideráveis avanços também aconteceram no que se refere ao **Direito à Memória e à Verdade no Brasil**, entre 2011 e 2015, entre eles a criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que entregou seu relatório final em dezembro de 2014. Concomitantemente, foi estimulada a criação de dezenas de comitês de memória e verdade da sociedade civil que, mais tarde, catalisaram o processo de criação das Comissões Municipais e Estaduais da Memória e da Verdade na maioria dos estados da Federação, criando um verdadeiro movimento nacional pela memória, verdade e justiça.

Na mesma linha, por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos realiza-se, desde setembro de 2014, a análise das ossadas oriundas da Vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, conhecida como Vala de Perus. O cemitério foi utilizado como local de despojo de restos mortais de desaparecidos políticos da ditadura. A vala clandestina de Perus tornou-se a materialização dos crimes da ditadura civil-militar brasileira. Tal ação age como fomento para o fortalecimento da antropologia forense no campo dos direitos humanos no Brasil e para a construção de uma metodologia de abordagem a familiares de desaparecidos pautada em parâmetros internacionais e adaptada ao caso brasileiro, com o acompanhamento do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Além de ser parte da garantia do direito à verdade, familiares poderão obter uma resposta sobre a presença ou não dos restos mortais do seu ente querido, e a sociedade brasileira conhecerá como funcionaram alguns dos mecanismos de desaparecimento durante a ditadura.

Em relação à pauta dos **Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH)**, destaca-se que estão em funcionamento 36 unidades, distribuídas em 19 Estados da Federação, 16 capitais e no DF. Região Norte: 01 Tocantins (TO) e 02 Acre (AC). Região Nordeste: 01 Piauí (PI), 02 Rio Grande do Norte (RN), 01 Paraíba (PB), 01 Sergipe (SE), 01 Alagoas (AL) e 03 Bahia (BA). Região Centro-Oeste: 02 Mato Grosso (MT), 01 Mato Grosso do Sul (MS), 01 Goiás (GO) e 01 Distrito Federal (DF). Região Sudeste: 01 São Paulo (SP), 03 Rio de Janeiro (RJ), 01 Espírito Santo (ES) e 04 Minas Gerais (MG). Região Sul: 02 Paraná (PR), 06 Rio Grande do Sul (RS) e 02 Santa Catarina (SC).

O CRDH tem por objetivos: garantir acesso a direitos e serviços por meio da orientação jurídica, social e psicológica; articular redes com o poder público e a sociedade civil visando o fomento de ações sobre as temáticas de direitos humanos; e disseminar ações de educação em direitos humanos para a sensibilização e conscientização de informações em direitos humanos e cidadania.

Referidos serviços são extensíveis a todas às temáticas e públicos que de alguma maneira se encontrem vulnerabilizados em seus direitos humanos. As ações do CRDH também são voltadas àquelas pessoas que queiram registrar denúncia ou que se interessem em participar de atividades de formação sobre direitos humanos e cidadania. Como público temático citam-se: criança e adolescente; pessoa com deficiência; pessoa idosa; população em situação de rua; população LGBT; mulheres; população indígena; comunidades ciganas; imigrantes e refugiados; comunidades quilombolas, dentre outros.

Somente no ano de 2015, verifica-se que as atividades dos Centros beneficiaram direta e indiretamente 2.221 pessoas, sendo 669 orientações jurídicas, 590 orientações sociais e 962 orientações psicológicas. Em vista disso, pode-se afirmar que os CRDH seguem em sua missão de promover à população vulnerável acesso continuado a direitos e serviços, implementando as diretrizes estratégicas em consonância com o PNDH-3.

Outra importante iniciativa que se fortaleceu no período do PPA 2012-2015 foi o **Disque Direitos Humanos**. Trata-se de um serviço de utilidade pública destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, especialmente de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, População LGBT, em Situação de Rua, em privação de liberdade, comunidades tradicionais e outras, que atingem populações

em situação de vulnerabilidade. O serviço funciona 24 horas por dia e é coordenado pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, que tem a competência de receber, analisar e encaminhar manifestações de violações de direitos humanos, assim como disseminar informações e orientações acerca de ações, programas, campanhas, direitos e de serviços da rede de atendimento, promoção e proteção em Direitos Humanos e também de responsabilização, quando houver violação de direitos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Atualmente o Disque conta com um efetivo de 484 pessoas para prestar o atendimento direto aos demandantes. Em paralelo a tais medidas, ainda em 2015, o Disque Direitos Humanos passou a atender denúncias de violações de direitos humanos contra a população negra. Foi lançando também o HumanizaRedes, que abriu um canal de diálogo voltado para as mídias sociais. A meta prevista no Programa para o serviço é de 110.000 denúncias/ano, e foi superada em 19%, quando alcançou, em 2015, um total de 131.201 denúncias. No que diz respeito aos grupos de violações, foram registradas 59% de denúncias relacionadas a crianças e adolescentes; 24% relacionadas à pessoa idosa; 7% da pessoa com deficiência; 3% pessoas em restrição de liberdade; 3,5% outros; 1,5% população LGBT; 0,5% no recente módulo Igualdade Racial (juventude negra, mulheres negras e população negra em geral, bem como comunidades quilombolas, ciganas e de matriz africana); 1% violência ou discriminação contra mulher²⁵ e cerca de 0,5% violência contra população em situação de rua.

Em relação à **prevenção e combate à tortura**, destaca-se a edição da Lei n.º 12.847/2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O Sistema garante uma institucionalidade forte capaz de mobilizar os mais diversos tipos de agentes responsáveis por adotar medidas de prevenção e combate ao crime de tortura.

O Comitê é composto por 23 (vinte e três) membros, escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 (onze) representantes de órgãos do Poder Executivo Federal e 12 (doze) de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil. O órgão foi instalado em julho de 2014, priorizando o acompanhamento de casos emblemáticos de tortura, a manifestação em projetos de lei da temática e a seleção dos peritos do Mecanismo, além de incentivar a criação de instâncias em nível estadual que promovam ações de prevenção e combate a esse tipo de crime.

O Mecanismo é composto por 11 (onze) peritos, escolhidos mediante seleção pública pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O colegiado tem competência para visitar, sem aviso prévio, qualquer espaço de privação de liberdade, como presídios, penitenciárias, delegacias, casas de custódia, instituições socioeducativas, hospitais psiquiátricos e asilos, a fim de apurar violações. Quando constatadas violações, os peritos elaboram relatórios com recomendações aos diretores dessas instituições, que terão um prazo determinado para adotar as devidas providências.

²⁵ Há um canal específico para denúncia de violência ou discriminação contra as mulheres, o Ligue 180, cujo escopo não faz parte do programa 2064. Informações em <http://www.spm.gov.br/ligue-180>

Em 2015, ano da posse dos membros do Mecanismo, foram realizadas visitas a 07 estados (Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará e Amazonas), tendo sido inspecionadas 30 unidades de privação de liberdade, com consequentes recomendações aos órgãos responsáveis por essas unidades.

É importante destacar que o Governo Federal apoia a criação e o fortalecimento de estruturas semelhantes nas unidades federativas. Atualmente, há 16 comitês de prevenção e combate à tortura criados (AC, RO, PA, MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, BA, ES, RJ, PR, RS e GO) e 07 mecanismos de prevenção e combate à tortura criados (RO, MA, PB, PE, AL, RJ e ES).

Adicionalmente, é importante citar a publicação da Resolução nº 213/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta as audiências de custódia. A SDH reconhece as audiências de custódia como uma medida de prevenção e combate à tortura. A Resolução nº 213/2015 indica procedimentos mínimos a serem adotados pelos juízes nos casos de tortura. Ademais, a resolução, por meio de seu Protocolo II, instrumentaliza as diretrizes do Protocolo de Istambul – Manual para a Investigação e Documentação Efetiva da Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes – para a atuação dos juízes.

Sobre o **combate ao trabalho escravo**, destaca-se a aprovação da PEC do Trabalho Escravo em 5 julho de 2014, que permitiu a expropriação de imóveis onde for flagrada mão-de-obra escrava. Trata-se de medida de primeira grandeza para punir esse crime por meio do confisco da propriedade. Outra importante ação executada no período de 2012 a 2015 foi o incentivo à criação de Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae). Em 2012, foi criada a Coetrae no Rio Grande do Sul e, em 2013, nos Estados do Espírito Santo, Goiás e Ceará. Em 2014, foi instalada Comissão Municipal na cidade de São Paulo. Em 2015 foram feitas visitas com vistas ao fortalecimento das Coetraes nos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Amazonas.

Relevantes medidas são as ações de fiscalização empreendidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ao todo, de 2012 a 2015, foram realizadas 640 operações e constatados 7.601 casos de trabalhadores em condições análogas a de escravo.

Outras ações relevantes de defesa dos direitos humanos são os programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas (**PROVITA**), proteção a Defensores de Direitos Humanos (**PPDDH**) e proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (**PPCAM**).

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) ao longo de 2012 a 2015 manteve em funcionamento parcerias em 11 estados da federação (PA, PE, BA, AL, MG, SP, RJ, PR, RS, DF e ES), criou o Programa em mais 02 estados (PB, CE), além de contar com o Núcleo Técnico Federal – NTF, que atende os demais estados que não possuem programa específico. Ações de formação, capacitação e monitoramento dos programas foram uma constante ao longo de todo o período. Como produtos imediatos, destaca-se a finalização da matriz de análise de risco e segurança do Programa, e as publicações “Prevenção à Violência”, “Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens”, e duas atualizações do IHA (Índice de Homicídios na Adolescência) contendo análises e índices de letalidade esperada referente ao ano de 2009 e 2010, lançado em 2012 e referente ao ano de 2012, lançado em 2015. O

documento é fruto de uma parceria entre a SDH, o UNICEF e o Observatório de Favelas, em parceria com o Laboratório de Análise da Violência (LAV-Uerj). Na vertente da gestão da informação, o programa avançou na meta de consolidação do Sistema de Informações SIPIA PPCAAM, de modo a subsidiar as instâncias nacional e estaduais na formulação e gestão da Política de Proteção. O sistema estará liberado para uso em 2016.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), como política de segurança pública e justiça, é uma estratégia de enfrentamento a crimes de alta complexidade e à não-responsabilização dos agentes e autores dos crimes (crime organizado, tráfico de drogas e de pessoas, grupos de extermínio, tortura, pedofilia). Como política de direitos humanos, visa à proteção integral das vítimas, testemunhas e seus familiares, por meio da assistência psicossocial e promoção dos seus direitos humanos, com acesso seguro a políticas públicas sociais. O PROVITA está presente nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) foi criado em 2004 e tem como objetivo a articulação de medidas para a proteção de pessoas que estejam ameaçadas em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos Direitos Humanos. A atuação do Programa não está voltada apenas à proteção da vida e da integridade física dos defensores dos Direitos Humanos, mas também à articulação de medidas e ações que incidam nas causas que geram as ameaças e a situação de risco, assim como na visibilidade e valorização das causas defendidas.

O Programa é referência internacional e é executado por meio de convênios com os governos estaduais. Os estados que não possuem programas são atendidos pela equipe do programa federal. Ao longo de oito anos de existência, o programa realizou aproximadamente 1.100 atendimentos e adotou medidas protetivas para 440 defensores dos Direitos Humanos. Atualmente está presente nos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, sendo que os estados que não possuem convênio são atendidos pela Equipe Federal.

No âmbito da **Segurança, Cidadania e Direitos Humanos** a SDH atuou no sentido de: incluir a temática de Direitos Humanos em cursos e elaboração de materiais de capacitação e orientação aos profissionais de segurança pública; articular para a redução do uso de métodos violentos no enfrentamento à violência; apoiar as iniciativas de controle externo e de ouvidorias nos Estados; e fomentar a participação social e iniciativas de segurança e cidadania.

Em relação à **Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos**, destaca-se o papel do Ministério das Cidades, responsável pelo acolhimento e tramitação de casos que envolvem a temática, fundamentado pela Portaria Interministerial nº 587 de 1º de dezembro de 2008. No período de 2012 a 2015, destaque para a instituição da Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCFUrb, integrada pelos Ministérios das Cidades, da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República e Secretaria de Direitos Humanos. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para

conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e à promoção dos direitos humanos.

Considerações finais

Em breves linhas, verifica-se que ao longo do período de vigência do PPA 2012-2015 foram obtidos avanços significativos em várias temáticas dos direitos humanos. O sub-registro de nascimento reduziu-se expressivamente, saindo de 8,1% em 2011 para 1,0% em 2014. A promoção e a defesa dos direitos LGBT, da pessoa idosa e da população em situação de rua ganhou mais visibilidade e também teve a sua institucionalidade fortalecida, como, por exemplo, a criação de Sistemas Nacionais, Compromissos Interministeriais e Comitês com participação da sociedade civil. As políticas de respeito à diversidade religiosa e saúde mental continuam em busca de uma maior institucionalização, o que não impediu que avançasse em articulações federativas e com a sociedade em ambos os casos. A política de memória e verdade ganhou relevante concretude, em face das ações junto à Vala de Perus. Os Centros de Referência em Direitos Humanos tiveram destaque ao longo do período analisado, o que os possibilitou aumentar os atendimentos no país. De qualquer forma, permanece o desafio de sua formalização como uma efetiva rede que possa trocar boas práticas e experiências. O Disque Direitos Humanos também teve sua capacidade ampliada, chegando a receber mais de 130 mil denúncias, só em 2015. As iniciativas de educação em direitos humanos e segurança e cidadania foram aprimoradas com capacitações via EAD, atividades formativas, além das ações do Prêmio Direitos Humanos e Mostra de Cinema e Direitos Humanos, que se mantiveram em evidência. O tema da prevenção e combate à tortura experimentou grande avanço em sua institucionalidade com a criação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com destaque para o Comitê e o Mecanismo. Os Programas de proteção a vítimas e testemunhas, defensores e crianças e adolescentes ameaçados de morte foram mantidos e aprimorados. As ações de combate ao trabalho escravo também ganharam mais visibilidade, que permite um enfrentamento mais qualificado em um momento de disputa em âmbito legislativo acerca da manutenção do conceito desse crime.

Por todo o exposto, verifica-se que muitas iniciativas de promoção e defesa dos direitos humanos foram fortalecidas ao longo do período de 2012 a 2015, mas muitos desafios ainda permanecem para o próximo período, os quais serão enfrentados, especialmente, pelas políticas públicas reunidas no Programa 2064 (Promoção e Defesa dos Direitos Humanos), do PPA 2016-2019.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	11,5	31/12/2011	8,2	31/12/2012	6,7	31/12/2013	5,1	31/12/2014	1
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2012	21	31/12/2013	21	31/12/2014	22	04/02/2016	22
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2012	14	31/12/2013	14	31/12/2014	14	04/02/2016	13
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2012	7	31/12/2013	7	31/12/2014	6	04/02/2016	5
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2012	18	31/12/2013	17	31/12/2014	16	04/02/2016	16
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2011	12,58	30/09/2012	12,8	30/09/2013	13,3	30/09/2014	13
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2011	24,84	30/09/2012	24,36	30/09/2013	24,31	30/09/2014	23,05
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2010	30,8	31/12/2011	29,35	31/12/2012	26,16	31/12/2014	24,32
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2010	33,03	31/12/2011	33,43	31/12/2012	31,1	31/12/2014	32,61
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2012	2.573	31/12/2012	2.750	31/12/2014	1.398	12/01/2016	712

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Quadro de Metas

Objetivo: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS	1.053,00	Unidades interligadas de registro de nascimento	884,00	
Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional	27,00	Unidades da federação	1,00	O Decreto 8.270, que instituiu o Sistema Nacional de Informação de Registro Civil - SIRC, foi publicado em junho de 2014. Desse modo, o sistema ainda se encontra na fase de implementação, tendo sido iniciado seu carregamento por meio da integração do estado de Santa Catarina.

Objetivo: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos	100,00	Comitês	10,00	Meta que requer recursos financeiros para sua implementação, tendo sido prejudicada pela situação de contingenciamento dos últimos três anos.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos	8,00	Unidades	1,00	A concepção da Revista entrou em processo de revisão, haja vista que o nível de complexidade dos artigos da Revista fazia com que ela atingisse prioritariamente o público acadêmico. Desse modo, desde a última publicação, em 2012, a SDH/PR passou a focar em outras ações que atingisse o público historicamente afastado da garantia de seus direitos fundamentais.
Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã	100,00	Oficinas/ano	5.068,00	A meta inicial era de 100 oficinas por ano. Essa meta foi revista, passando a ser de 5104 atividades de formação para o triênio 2013-2015.
Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos	4,00	Unidades	4,00	
Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos	4,00	Unidades	4,00	

Objetivo: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão

Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros	27,00	Unidades da federação	2,00	A Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) está implantada nos Estados do Ceará e Goiás e em fase de estruturação em MG.

Objetivo: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão

Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros	27,00	Unidades da federação	19,00	

Objetivo: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Ministério das Cidades

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo	945,00	Ações fiscais	765,00	

Objetivo: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)	5,00	Estados	3,00	
Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)	7,00	Estados	0,00	A realização desta Meta depende da reformulação e aprovação de marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas para que sejam aplicadas no âmbito dos estados.

Objetivo: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Secretaria de Direitos Humanos

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	134.260	136.152	31.644	488.676	265.019
Despesas Correntes	125.906	128.159	31.300	457.168	260.089
Despesas de Capital	8.354	7.992	344	31.508	4.930
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	134.260	136.152	31.644	488.676	265.019

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2065 – PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Visão Consolidada do Programa

a. Principais desafios da política

Os desafios na condução da política de atenção aos povos indígenas, para o período do PPA 2012-2015, estiveram centrados na necessidade de o Estado ajustar a abordagem da temática indígena ao contexto social, político e econômico atual. Esses desafios, vinculados ao processo de desenvolvimento do País promovido pela ação dos programas governamentais, dos investimentos privados e da ação da sociedade como um todo no marco da consolidação da democratização, exige do Estado, especialmente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, entidade vinculada ao Ministério da Justiça, postura e dedicação para que, de maneira ágil, moderna e estratégica, possa cumprir com as suas atribuições e atender melhor às necessidades e aspirações das populações indígenas.

Um dos maiores desafios da política indigenista brasileira no período de 2012-2015 foi trabalhar arduamente para melhorar a integração e sinergia das ações do governo federal - pelo trabalho conjunto de seus órgãos e instituições, tais como a própria FUNAI; a Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação – SECADI; o Ministério do Meio Ambiente, dentre outros; e também estabelecer parcerias com Estados, Municípios e sociedade civil, com vistas a alcançar maior eficiência e eficácia das políticas. Passados mais de 20 anos da promulgação da Constituição, ainda persistem situações de conflito que vulnerabilizam os povos indígenas e suas terras, invadidas por madeireiros, garimpeiros, atividades agropecuárias ilegais, dentre outras, decorrentes do processo de expansão econômica do País nos últimos anos, sobretudo na Amazônia Legal.

b. Indicadores

Quanto à regularização de terras indígenas (TIs) e sua posse pelos povos indígenas, houve um acréscimo de 11 TIs no período, tendo em vista as dificuldades e especialmente a complexidade de se prover aos indígenas suas terras sem qualquer embaraço, contestação e posse ou ainda necessidade de desintrusão de ocupantes de boa fé, visto que as negociações e concertações são muitas vezes lentas, sendo o número alcançado fruto de um trabalho incessante de todos os envolvidos (órgãos públicos, povos indígenas, órgãos do sistema de justiça, organizações de apoio, etc.) no sentido de proteger e promover aos povos indígenas todos os seus direitos, especialmente o de posse plena de suas terras.



Fonte: SIOF

As ações de atenção à saúde indígena, especialmente às gestantes e crianças indígenas, constituíram-se em prioridade de atendimento. Foram alcançados 77.005 atendimentos a gestantes e aproximadamente 29.000 atendimentos a crianças menores de um ano de idade. Isto representa a busca de melhoria de condições de nascimento e crescimento a esse público, além de ações de melhoria do saneamento básico.

A propósito, observou-se, entre 2012 e 2014, uma pequena redução na taxa de mortalidade infantil indígena, que passou de 41,8 para 41,3 óbitos de menores de um ano de idade em cada mil nascidos vivos. Os dados relativos a 2015 estarão disponíveis a partir do 2º semestre de 2016.

Visão dos principais atributos do Programa

a. Objetivos e metas mais relevantes

Parcela importante dos trabalhos da FUNAI está voltada para a proteção de terras indígenas (TIs) e à Promoção e Proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural. Nesse sentido, foi possível a estruturação de sete Frentes de Proteção Etnoambiental (FPEs), visando qualificar os trabalhos de fiscalização e monitoramento de Terras Indígenas com referências de povos indígenas isolados, como por exemplo, nas FPEs Vale do Javari (AM) e Awá Guajá (MA).

Foi efetivada a estruturação das FPEs Médio Purus (AM) e Cuminapanema (PA). O fortalecimento estrutural da FPE Médio Purus foi alavancado pelo aporte de recursos oriundos do Plano de Trabalho Emergencial elaborado no âmbito do Termo de Compromisso com a Empresa Santo Antônio Energia, viabilizando expedições na TI Jacareuba/Katauixi e na região de influência do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira.

A meta de realização de estudos e localização de 08 novas referências de povos indígenas isolados foi alcançada. Até 2013, foram confirmadas três referências de índios isolados, duas no Amazonas e outra em Roraima; foram realizados também estudos sobre duas novas referências de povos indígenas isolados, uma no Pará e outra no Acre. Realizou-se, também, a atualização das informações sobre referências não confirmadas de índios

isolados. O trabalho de coordenação dessa ação vem sendo realizado em parceria com o Ministério da Defesa e o Departamento de Polícia Federal.

No período, foram realizadas diversas expedições de localização nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão. Na TI Awá (MA), após a desintrusão de ocupantes não índios, foi detectada a presença de índios isolados até então considerados desaparecidos, sendo realizada expedição para confirmar as informações. Na região dos Escudos das Guianas, norte do Pará, foi realizada expedição que constatou a presença de isolados em um afluente do rio Trombetas. Outras duas expedições de localização de índios isolados foram realizadas na região da volta grande do rio Xingu, área de influência da UHE Belo Monte.

Em relação às ações de constituição de reservas indígenas, delimitação e homologação de terras indígenas, foram constituídas cinco reservas indígenas para uma meta de oito para o período. As maiores dificuldades para a efetivação das reservas advêm de que, em muitos casos, as terras públicas disponíveis possuem embaraços de diversos níveis e dificuldades, compelindo a FUNAI a buscar imóveis particulares passíveis de aquisição pela Administração Pública para destinação aos indígenas, que também apresentam dificuldades como a não concordância dos particulares com os valores ofertados, o que torna necessária a edição de Decreto de Desapropriação pelo governo federal. Todos estes embaraços tornam o processo mais moroso.

Para a delimitação de TIs, a Funai tem trabalhado fortemente para a conclusão de procedimentos iniciados em períodos anteriores, com ênfase nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Foram delimitadas 26 terras indígenas, sendo que somente em 2015 foram analisadas 24 contestações interpostas aos procedimentos de identificação e delimitação de TIs nos estados do Amazonas e Pará e ainda a análise de 3 diligências técnicas em TIs no Maranhão e no Pará.

Para a qualificação dos trabalhos e enfrentamento dos desafios correlatos, como as práticas discriminatórias e, em alguns casos, ações violentas contra os povos indígenas e servidores da FUNAI – além de ações judiciais que suspendem temporariamente a demarcação de terras indígenas, dificultando a consecução das metas da FUNAI – foram empreendidas ações para definição de critérios claros para priorização de procedimentos; qualificação do diálogo com as unidades descentralizadas e com a representação indígena; capacitação de servidores para atuarem de forma qualificada nos procedimentos de identificação e delimitação; e o aperfeiçoamento da instrução dos autos dos processos administrativos de identificação e delimitação de TIs, priorizando-se a autuação de todos os processos de identificação e delimitação em curso.

Há muito ainda a ser realizado, mas no período de 2012 a 2015 foram expedidos 15 Decretos de Homologação de Terra Indígenas, oferecendo a diversos povos indígenas o direitos às suas terras, como as TIs Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM.

Outra importante ação de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas foi a possibilidade de indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 33 TIs. Esse é um processo

longo e bastante complexo, podendo tornar-se ainda mais moroso tendo em vista: a necessidade de apoio de agentes externos; não apresentação de documentação adequada pelos ocupantes não indígenas ou recusa desses em receber apenas a indenização pelas benfeitorias; discordância dos valores avaliados pelos órgãos federais; inexistência do devido reassentamento em outro local; judicialização do procedimento; dificuldade de deslocamento dos técnicos em virtude de peculiaridades das regiões; dificuldade ocasionada por restrições de ordem orçamentária, especialmente no último ano do PPA e, ainda, a insuficiência de corpo técnico qualificado para elaboração dos processos, o que dificulta sua célere conclusão que a necessidade e vulnerabilidade dos povos indígenas requerem.

Quanto à atuação para implantação da política de proteção e promoção de direitos dos povos indígenas, o trabalho em parceria com outros órgãos é substantivo, tendo sido possível à FUNAI firmar Acordo de Cooperação Técnica – ACT com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando implementar o Programa de Brigadas Federais em terras indígenas e realizar ações conjuntas de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais. O Plano de Trabalho vinculado ao ACT começou a ser implementado em 2014, com a formação e contratação de 30 brigadas indígenas para atuação em diversas TIs nos estados do Amazonas, Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Roraima, Tocantins e Pará. ACT com objetivos similares está sendo construído com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

A fiscalização e o monitoramento efetivo e sistemático de TIs é atividade importante para proteção dos povos indígenas. No período do PPA foi possível efetuar esta ação em 170 TIs, abrangendo todo o território Nacional, com ênfase na Amazônia Legal. Dessas, algumas foram executadas no âmbito da Operação Ágata VIII e IX, com operações interinstitucionais de combate a ilícitos ambientais, especialmente nos territórios indígenas de fronteira. O reduzido número de TIs atendidas na região Nordeste justifica-se pelo estabelecimento de áreas prioritárias para atuação, tendo como base os territórios indígenas mais impactados pela extração ilegal de recursos naturais e pelos empreendimentos de infraestrutura, localizados majoritariamente nas regiões da Amazônia legal e Centro-Oeste.

Assim, promover o monitoramento permanente nas TIs é primordial, especialmente naquelas com maior índice de desmatamento. No período de 2012-2015, esse trabalho permanente foi realizado em 16 TIs. Importa destacar a publicação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE acerca do desmatamento do ano de 2014 (publicada em 2015) tendo como referência as 20 Terras Indígenas mais desmatadas no ano de 2013. Os dados de 2014 demonstraram que todas tiveram sensível redução nas taxas de desmatamento, o que vem comprovar a efetividade das ações empreendidas pela FUNAI e Instituições Parceiras.

Além do desmatamento, é importante manter vigilância em terras indígenas visando promover a redução de ilícitos socioambientais, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento. No período de 2012-2015 foram realizadas, em média, por ano, 100 atividades de fiscalização e de etnodesenvolvimento em articulação com outras instituições dos Governos Federal e Estaduais.

A implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato atingiu 12 TIs, superando a meta proposta para o PPA. Foram realizadas atividades continuadas de monitoramento territorial nas 12 terras indígenas jurisdicionadas às FPEs, bem como a fiscalização das ações assistenciais do Mato Grosso do Sul. Foram, ainda, desencadeados três Planos de Contingências de casos de contato com índios isolados, passos iniciais que antecedem a organização da atuação indigenista por programas específicos.

Em atenção a ações destinadas a organizar e viabilizar a ação do Estado brasileiro quanto à política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, importante impulso foi dado a partir da assinatura do Decreto nº 7.747, de 5 junho de 2012, que criou a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI. Esta política representa em si um avanço importante para o cumprimento dos objetivos da FUNAI.

Destaca-se no período a continuidade da implementação do Projeto “Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros”, apoiado pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e identificado como “Projeto GATI”. É um projeto desenvolvido em parceria entre FUNAI, Ministério do Meio Ambiente – MMA, organizações indígenas regionais e organizações não governamentais como iniciativa piloto de implementação de ações de gestão territorial e ambiental em 32 terras indígenas de referência localizadas em todos os biomas brasileiros. O projeto GATI contribuiu com a internalização de ações de gestão ambiental na atuação da FUNAI, tais como a implementação de sistemas agroflorestais com espécies nativas, formação indígena em atividades de uso e manejo sustentável da biodiversidade, entre outras.

Além de alavancar recursos financeiros para a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), o Projeto GATI também ajudou a impulsionar novos arranjos de parceria interinstitucional, potencializando a atuação da FUNAI na gestão territorial e ambiental de terras indígenas. Tivemos também um avanço significativo na implementação do processo de formação continuada em PNGATI, o qual vem contribuindo efetivamente na melhoria do diálogo intercultural, interinstitucional e intersetorial para o desafio da sustentabilidade das terras indígenas brasileiras, na medida em que os cursos incorporam indígenas e não indígenas, contam com o envolvimento de gestores públicos de diferentes órgãos que atuam com as ações previstas na PNGATI e com a participação de instituições indigenistas da sociedade civil, além de setores governamentais e organizações indígenas.

Outro aspecto que deve ser destacado no processo de formação em PNGATI é o olhar indígena sobre gestão ambiental e a possibilidade de transmitir esse olhar diferenciado aos gestores públicos não indígenas, sensibilizando-os e tornando sua atuação mais adequada às expectativas dos povos indígenas.

Cabe ressaltar que a FUNAI avançou nos últimos quatro anos no processo de qualificação da participação indígena em foros e instâncias de elaboração e discussão de políticas que afetam a gestão ambiental em terras indígenas e no debate acerca da gestão de áreas protegidas em interface. Destacamos a qualificação da participação indígena em esforço conjunto com vários órgãos da administração pública na discussão do processo de regulamentação da Lei nº 13.123/15, que trata do acesso e da repartição de benefícios decorrentes do uso comercial do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais

associados, matéria que afeta diretamente os direitos dos povos indígenas e a biodiversidade em suas terras.

Outro avanço relevante foi o desenvolvimento do processo de governança da PNGATI a partir da instalação do Comitê Gestor da política, em dezembro de 2013, cuja Secretaria-Executiva funciona na FUNAI. Foram realizadas sete reuniões ordinárias do Comitê Gestor no período e instaladas três câmaras temáticas. Entre essas câmaras temáticas, destaca-se a elaboração do Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI), o qual contou com a participação de diversos setores governamentais, de organizações indígenas e de organizações da sociedade civil que atuam na área indigenista. O PIIPNGATI está em fase de validação pelas instituições que participaram do processo e deverá ser publicado ainda em 2016. A construção do PIIPNGATI foi fundamental no processo de mobilização interna na FUNAI e junto aos parceiros governamentais para a discussão e elaboração do PPA 2016-2019.

A atuação nos processos de licenciamento ambiental tem como principal objetivo buscar garantir o adequado acompanhamento da FUNAI em processos de empreendimentos passíveis de afetar terras indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial. Um dos pilares dessa meta é a participação dos povos indígenas em todas as fases do licenciamento ambiental. Para tanto, além da regulamentação da participação da FUNAI, têm sido promovidas, no âmbito dos procedimentos da FUNAI nos processos de licenciamento, reuniões de esclarecimento, de apresentação/validação dos estudos, apresentação/validação das análises da FUNAI, dentre outros. Ressalta-se que a garantia da participação indígena nos processos de licenciamento ambiental requer complementarmente que os processos de consulta e de informação sejam como uma rotina, para toda a FUNAI, em suas áreas de competência.

Desde 2012, a FUNAI trabalhou para o pleno cumprimento da Portaria Interministerial nº 419/2011 – que regulamenta a atuação dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos no licenciamento ambiental -, a qual passou por uma revisão, culminando com sua revogação e publicação da Portaria Interministerial nº 060/2015, contendo os procedimentos para a participação da FUNAI em processos de licenciamento conduzidos pelo IBAMA.

Fundamentado na implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, norteia-se o uso sustentável das terras indígenas, tendo como foco a segurança e soberania alimentar e nutricional e a geração de renda para esses povos, com destaque para a regulamentação sobre visitação de terras indígenas para fins turísticos; a estruturação da Certificação Participativa da Terra Indígena Parque do Xingu (produção de mel); as atividades iniciais de estruturação da Certificação do Guaraná Sateré-Mawé; a institucionalização do Selo “Indígenas do Brasil”; a realização de Feiras Nacionais de Produtos indígenas; as Chamadas de Projetos de Fomento e de Assistência Técnica e Extensão Rural; dentre outras iniciativas e parcerias.

Importante destacar ainda a realização de parceria institucional com foco no cultivo *in situ* de milho tradicional Xavante; o fortalecimento das cadeias produtivas do pescado na região do Purus; o apoio a ações de armazenamento de castanha e borracha na região do Corredor Tupi-Mondé; a estruturação da produção de terras indígenas Kaingang com o aporte de

maquinário agrícola; a realização dos diversos eventos de valorização do conhecimento tradicional e da biodiversidade e o fortalecimento do Banco de Sementes do Centro de Formação e da Rede de Sementes dos Povos Indígenas do Lavrado, em Roraima.

Entre os principais avanços desse PPA 2012-2015, no que tange à promoção dos direitos sociais, está a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (primeiro semestre de 2013), a fim de avaliar, com enfoque no acesso, o Programa Bolsa Família, que em junho de 2015 possuía cerca de 140 mil famílias indígenas cadastradas no Cadastro Único, das quais aproximadamente 113 mil recebiam o benefício do Bolsa Família.

Em dezembro de 2014, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, com vistas ao planejamento, monitoramento, execução e avaliação de ações indigenistas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. A FUNAI também assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República visando à realização de Oficinas de Acessibilidade a documentação civil básica nas regiões que apresentam alto índice de sub-registro civil, como também a promoção de mutirões da cidadania, de forma a abarcar o passivo existente entre as populações indígenas do País. Nessa parceria foi lançada a primeira Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento para os Povos Indígenas.

Com participação ativa na Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM), espaço criado em 2014, a FUNAI tem contribuído nos debates relacionados à promoção dos direitos dos povos indígenas, com foco nos direitos territoriais, sociais e de cidadania. Dentre os temas trabalhados, destacam-se as ações voltadas ao acesso dos povos indígenas aos direitos individuais e coletivos, ao enfrentamento do preconceito e do sub-registro civil de indígenas, à promoção de atividades e práticas sustentáveis das comunidades, à valorização da diversidade cultural e à criação de condições para a participação indígena, entre outras.

Importante registrar, ainda, que a promoção dos milhares de acessos à documentação básica – obtenção de Registro Civil de Nascimento, Registro Geral (Carteira de Identidade) e Cadastro de Pessoal Física (CPF) –, benefícios sociais e previdenciários foram proporcionados por meio da descentralização de recursos às Coordenações Regionais da FUNAI para custear essas ações, além da organização de mutirões em parceria com estados e municípios destinados a tal fim, realizados em várias regiões do País.

Em relação à segurança alimentar, em parceria com a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, é desempenhada a Ação de Distribuição de Alimentos (ADA), na qual aproximadamente 50 mil famílias em situação de insegurança alimentar são atendidas com cestas de alimentos. No final de 2014, o Acordo de Cooperação Técnica 001/2010, que orientava a ADA, foi finalizado. Embora a distribuição das cestas ainda continue, mudanças nesta Ação estão previstas para 2016, com foco na execução por meio do Programa de Agricultura Familiar, em parceria com estado e municípios, por meio de compras de alimentos regionais – e sempre que possível, dos próprios indígenas – para serem distribuídos às famílias em situação de insegurança alimentar.

A FUNAI atuou na orientação e qualificação de políticas, programas e projetos de infraestrutura comunitária para comunidades e povos indígenas, observando a necessidade de cumprimento da legislação ambiental e a obtenção de outras autorizações junto aos demais órgãos e instituições quando necessário. Procurou dialogar e articular com os órgãos executores das Políticas e Programas de Infraestrutura a inclusão de um olhar específico para os direitos dos povos indígenas. Como resultado dessa meta/iniciativa, podemos citar a Portaria nº194, de 30.04.13, que regulamenta o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, e a “Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR” que contemplou a questão indígena por meio do item “O que muda para as Comunidades Indígenas?”.

Em relação à saúde indígena, a FUNAI compôs o Comitê de Gestão Integrada das Ações de Atenção à Saúde e de Segurança Alimentar para a População Indígena (Decreto de 05 de junho de 2012), instituído pela Casa Civil da Presidência da República para monitoramento destas ações. Também houve uma maior articulação com o Ministério da Saúde para a discussão de assuntos relacionados à saúde mental dos povos indígenas.

Durante a vigência do PPA 2012-2015, a FUNAI apoiou e acompanhou 577 iniciativas dos povos indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleias, oficinas), através das Coordenações Regionais, que visaram o fortalecimento organizacional e político, com envolvimento de diversos parceiros.

Questões de gênero e de relações entre gerações ganharam destaque como forma de fortalecimento das formas próprias de organização dos povos indígenas, com ênfase na implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM 2013-2015 e em iniciativas de participação política (conferências e consultas). Houve avanço quanto ao direito à convivência familiar e comunitária de crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade social, culminando com a publicação da IN 01/PRES/14.

Entre 2012 e 2015, a FUNAI desenvolveu e apoiou diversos projetos de educação comunitária com interface com ações de etnodesenvolvimento, proteção e gestão territorial, contemplando diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas - PNGATI.

A FUNAI manteve o apoio financeiro a 5.359 estudantes indígenas em Instituições do Ensino Superior com Termo de Cooperação e Convênios assumidos até o ano de 2012. Ao longo dos anos, a FUNAI fez gestões junto ao Ministério da Educação que resultaram na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência (PBP). A proposição da FUNAI é que o programa seja disseminado e que os estudantes das instituições federais que atualmente são atendidos por meio de auxílio financeiro da FUNAI sejam cadastrados e passem a usufruir dos recursos. Em 2015, foram apoiados pela FUNAI cerca de 380 (trezentos e oitenta) estudantes indígenas, com matrículas em Instituições do Ensino Superior (IES).

No âmbito dos trabalhos visando à preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas, o Museu do Índio/FUNAI implementou um conjunto de ações fundamentadas na competência institucional adquirida no campo da conservação e tratamento de acervos, pesquisa, documentação e atividades de valorização e

fortalecimento cultural, visando disponibilizar aos índios o acesso às informações sistematizadas sobre suas línguas e culturas e aos registros documentais a eles referentes. Em especial, foram desenvolvidas atividades com o objetivo de capacitar tecnicamente pesquisadores provenientes de povos indígenas participantes da iniciativa, para assumirem a gestão de seus patrimônios culturais. Destacam-se entre as principais ações desenvolvidas no período: (i) a implementação de amplo projeto de digitalização da documentação textual, visando à sua adequada preservação, abrangendo um total de 869 mil páginas referentes a 180 mil itens documentais, que integram conjuntos arquivísticos de grande relevância para os povos indígenas e para a memória da política indigenista no Brasil – entre os quais os fundos SPI – Serviço de Proteção aos Índios e Comissão Rondon – já tendo sido digitalizados, desde o final de 2013 até o momento, 44,70% do total, correspondendo a 388 mil páginas; (ii) a criação da Biblioteca Multimídia Virtual e de Organização Virtual, nova ferramenta de apoio à pesquisa, com sistema que inclui alto grau de busca integral do conteúdo dos documentos, tornando o acesso mais ágil e eficaz às informações sobre as ações do indigenismo brasileiro a partir do século XIX, propiciando, assim, a disseminação em larga escala do acervo sob a guarda do Museu do Índio e sua disponibilização, sobretudo aos povos indígenas, diante de demanda de informações sobre seus limites territoriais e sua cultura, elementos fundamentais para instrumentalizá-los em seus processos de demarcação de terras; (iii) a captura digital de uma parcela significativa do acervo de cultura material, abrangendo 6.250 objetos, com o tratamento e a incorporação das imagens digitais geradas às planilhas correspondentes na base de dados, totalizando 24.223 arquivos fotográficos; (iv) a prorrogação do Acordo de Cooperação Internacional com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, firmado em dezembro de 2008 (voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos) e a assinatura de novo Acordo, no final de 2015, em ação conjunta com outras Coordenações da FUNAI, com duração inicial de três anos, tendo como objeto a salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural de povos indígenas transfronteiriços e de recente Contato na Região Amazônica; (v) a recuperação do patrimônio arquitetônico tombado, visando principalmente garantir a segurança dos acervos e espaços expositivos; (vi) a revitalização do espaço pertencente à FUNAI, de três mil metros quadrados, com a conclusão de todos os contratos da obra do Centro Audiovisual – Goiânia, unidade descentralizada do Museu do Índio, que contará com área a ser dedicada a exposições e auditório para 150 pessoas, assim como salas para formação de pesquisadores indígenas em técnicas de audiovisual; (vii) o início das obras de modernização do espaço do Centro Ikuipá, em Cuiabá/MT, com foco na questão da acessibilidade, com apoio de recursos do PAC/Cidades Históricas; e (viii) a divulgação do patrimônio cultural, material e imaterial dos povos indígenas, por meio de cursos, seminários, oficinas, mostras, distribuição de publicações e exposições permanentes e temporárias, além das bases de dados e do sítio eletrônico institucional.

Uma ação de especial significado para os povos indígenas, iniciada a partir de 2012, diz respeito à produção de dossiês, constituídos do conjunto de registros resultantes dos trabalhos desenvolvidos até o momento, com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas, no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos. Já foram finalizados 13 dossiês referentes aos projetos de documentação

linguística, estando em preparo os volumes contendo materiais produzidos pelos projetos de documentação cultural.

No quadriênio 2012-2015, apesar das dificuldades enfrentadas, o Museu do Índio conseguiu apresentar resultados acima do previsto para as quatro áreas básicas focalizadas pelo PPA que ora se encerra – preservação, promoção, pesquisa e capacitação, como a preservação de mais de 170 mil bens culturais sob sua guarda e novas coleções contemporâneas de cultura material formadas no período, superando em cerca de 8% a meta prevista.

Foi realizada a promoção de 195 projetos de atividades de valorização das culturas indígenas junto às Coordenações Regionais da FUNAI em todas as regiões do País, o que representa um acréscimo de cerca de 20% em relação ao previsto. Foram desenvolvidos 35 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos em parceria com povos indígenas de todas as regiões do País, vinculados também à capacitação de 160 pesquisadores indígenas, por meio de bolsas de pesquisa, em metodologias e técnicas de documentação linguística, cultural e de acervos, total esse acrescido da participação de outros membros das comunidades, presentes nas oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e também nas instalações do Museu do Índio, além de artesãos e mestres, colaboradores na qualificação das informações produzidas. Essa iniciativa, sem precedentes na área federal, já se estende hoje a 130 aldeias situadas em 45 municípios de treze estados, beneficiando, direta ou indiretamente, uma população de 35 mil pessoas, pertencentes a 37 etnias distintas.

Importante ainda destacar os trabalhos realizados no sentido de preservar, proteger, promover e recuperar a saúde dos povos indígenas no período. A Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, é a responsável pelo exercício da gestão da saúde indígena em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde – SUS, coordenado à implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas mediante gestão democrática e participativa.

A Atenção à Saúde Indígena está organizada em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), que executam ações de atenção básica em saúde para uma população indígena aldeada de aproximadamente 690 mil indígenas, residentes em 5.038 aldeias, além dos indígenas não aldeados que são atendidos pelos DSEIs. Há ainda o desenvolvimento das ações de Atenção Básica nas aldeias, com uma rede de serviços composta por 764 Unidades Básicas de Saúde, 360 Polos Base, 69 Casas de Saúde Indígena (CASAI) e aproximadamente 21 mil profissionais de saúde indígena.

Neste contexto, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em 2015, nos 34 DSEI's, 886.763 atendimentos médicos, 2.029.583 atendimentos de enfermagem, 606.277 atendimentos odontológicos e 3.793.881 atendimentos por técnicos de enfermagem. Além das ações de atenção básica, foram realizadas três expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de mais 772 cirurgias, 7.612 consultas médicas e odontológicas e 10.972 exames e procedimentos. Foi realizada também a imunização de 67.315 crianças menores de sete anos, que completaram o esquema vacinal, 78,5 % da população alvo. Os dados de 2015 ainda são parciais e sujeitos à alteração (31 DSEI).

Na atuação social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 203 reuniões de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 538 reuniões de Conselhos Locais de Saúde Indígena e foram capacitados 2.582 conselheiros de saúde indígena.

Com relação ao saneamento básico, no período de 2012 a 2015, houve 340 novas contratações de obra para implantação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), sendo: 128 em 2012; 134 em 2013; 40 em 2014 e 38 em 2015. No mesmo período foram concluídas 205 novas obras de Sistemas de Abastecimento de Água.

Vale ressaltar que além das implantações, a SESAI acumulou, nesse mesmo período, a contratação de mais de 222 obras de reforma/ ampliação, visando o bom funcionamento dos SAA existentes, das quais 156 já foram concluídas; houve ainda contratações de mais de 142 obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD), com 99 obras entregues.

Com relação às obras de estruturação física para atendimento à saúde indígena, no período de 2012 a 2015, foram entregues 03 novas Casas de Saúde Indígena (CASAI) e foram contratadas 29 obras de reforma/ampliação de CASAI, das quais 24 obras realizadas em 16 CASAI já existentes foram concluídas.

Considerações finais

À luz do que precede, constata-se que muitos esforços foram empreendidos no período em análise para a promoção e proteção de direitos dos povos indígenas, por meio de um grande número de ações, em diversas frentes de trabalho, envolvendo a atuação integrada de vários órgãos estatais, complementada por parcerias com a sociedade civil organizada. Não obstante, resta evidente que ainda há desafios a superar para que se promova a efetiva garantia desses direitos.

Nesse tocante, no contexto do PPA 2016-2019, por meio do Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, destaca-se a necessidade de mitigação de situações de conflito que dificultam os trabalhos de demarcação de terras indígenas; a promoção da saúde indígena; e o aperfeiçoamento da articulação entre as entidades envolvidas com o tema com vistas a conferir maior eficiência e eficácia às políticas voltadas à promoção e proteção de direitos sociais e culturais e do direito à cidadania dos povos indígenas.

Para tanto, estão estabelecidos no Plano Plurianual que abrange os próximos quatro anos os seguintes objetivos: 0962 - Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social; 1013 - Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas; 1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial; e 1012 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	31/10/2011	382	31/10/2011	382	31/12/2014	386	31/12/2015	393
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2011	41,8	31/12/2012	37,78	31/12/2013	41,27	31/12/2014	41,3

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Quadro de Metas

Objetivo: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras	8,00	Reservas indígenas	5,00	
Delimitação de 56 terras indígenas	56,00	Terras indígenas	26,00	Dificultam o procedimento demarcatório das terras indígenas, concorrendo para o não atingimento da meta: a resistência ao reconhecimento de direitos e aos trabalhos da FUNAI, traduzida em tensões entre populações indígenas e não-indígenas; a suspensão judicial de processos de demarcação de terras indígenas; o contingenciamento de recursos; e a insuficiência de recursos humanos na Diretoria de Proteção Territorial.
Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas	45,00	Portarias	9,00	A edição das Portarias Declaratórias é um dos derradeiros passos para a resolução das questões relativas à posse plena das terras indígenas pelos índios. Contudo, o processo necessita responder à uma série de etapas e não raro tais processos encontram dificuldades de ordem administrativa e judicial. Em particular, a frequente judicialização dos processos tem atrasado decisões no âmbito da edição de portarias declaratórias.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas	12,00	Frentes de Proteção Etnoambiental	7,00	Restrições orçamentárias contribuíram para o não cumprimento pleno da meta.
Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela	5,00	Unidades descentralizadas da FUNAI	4,00	
Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas	8,00	Referências de povos indígenas isolados	8,00	
Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente	210,00	Terras indígenas	170,00	
Homologação da demarcação de 40 terras indígenas	40,00	Terras indígenas	15,00	Além da meta alcançada, frise-se que em 31/12/2015 estavam aptos para homologação pela Presidência da República outros 12 processos.
Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas	40,00	Terras indígenas	33,00	
Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento	20,00	Terras indígenas	16,00	

Objetivo: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Objetivo: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas	6,00	Chamadas públicas	0,00	Meta não implementada devido a restrições orçamentárias. Apesar disso, fomentaram-se projetos de etnodesenvolvimento em chamadas junto ao BNDES, Fundo Clima, PNUD e Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS).
Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda	8,00	Arranjos produtivos locais	6,00	
Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas	4,00	Acordos e Planos Participativos	3,00	
Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas	7,00	Eventos de intercâmbio	12,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas	80,00	Projetos	87,00	Além dos projetos ambientais foram desenvolvidas diversas atividades que contribuem para a gestão ambiental das Terras Indígenas. (as metas são computadas por Terra Indígena).
Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas	678,00	Terras indígenas	500,00	
Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	51,00	Planos	114,00	
Implementar 5 Centros de Formação Indígena	5,00	Centros de Formação Indígena	2,00	Foram discutidas duas estratégias distintas: i) construir os centros de formação, com estrutura predial e projeto político pedagógico; ii) construir o projeto político pedagógico em interface com a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, utilizando-se de outras estruturas já dadas (as próprias aldeias, escolas, universidades, etc.).
Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	600,00	Unidades	433,00	
Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros	2,00	Publicações	1,00	O material restante a ser publicado está em fase final de elaboração. A saída de alguns servidores, incluindo os coordenadores da área, prejudicou significativamente o cumprimento dessa meta.

Objetivo: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão

Ministério da Justiça

Objetivo: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas	150,00	Eventos	577,00	
Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas	10.000,00	Obras	221,00	A Funai não possui recursos orçamentários próprios para o desenvolvimento dessa meta e não é o órgão federal responsável por financiar a construção direta de moradias em larga escala ou de outras obras de infraestrutura comunitária. No período 2012-2015, foram emitidas 221 (duzentos e vinte e uma) Autorizações para projetos de infraestrutura, contemplando 77 (setenta e sete) Terras Indígenas, 297 (duzentas e noventa e sete) Aldeias e 61 (sessenta e uma) Etnias.
Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas	36,00	Coordenações Regionais da FUNAI	24,00	A principal dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai. Restrições orçamentárias também dificultaram o cumprimento da meta em sua plenitude.
Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país	1,00	Acordos	1,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena	13,00	Projetos	0,00	A meta não foi realizada, pois houve uma mudança na ação de distribuição de alimentos. Em vez dos 13 projetos, MDS e CONAB estão trabalhando para a referida substituição em todas as regiões do país que recebem as cestas básicas. Sendo assim, não foram necessários os 13 projetos de substituição para alcançar tal meta.
Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas	4,00	Pesquisas	0,00	Não será possível a realização das pesquisas, tendo em vista a impossibilidade de operacionalização desta agenda. Foi considerada a possibilidade dessa questão ser abarcada no âmbito do Comitê das Ações Integradas de Saúde e Segurança Alimentar.

Objetivo: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais	168,00	Projetos	195,00	
Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios	160,00	Pesquisadores indígenas	187,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país	30,00	Línguas, culturas e acervos	35,00	Como já esclarecido anteriormente, trata-se de meta quantitativa, porém não cumulativa, tendo sido estimado o total de 30 projetos para o quadriênio 2012-2015, em virtude da metodologia e natureza científica das pesquisas.
Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas	160.000,00	Itens	170.763,00	

Objetivo: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território	36,00	Planos Regionais Indigenistas	0,00	Em 2015, percebeu-se que o planejamento regionalizado com vista à integração das ações entre diversos Ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas observaram maior eficácia no contexto da implementação das ações inseridas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, implementadas pela Funai, MDA, MDS e MMA, e outros.

Objetivo: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI	11,00	Terra indígenas	12,00	
Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI	11,00	Terras indígenas	12,00	

Objetivo: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Ministério da Justiça

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas	100,00	%	89,00	

Objetivo: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde	80,00	%	78,50	Os índices das metas físicas alcançadas nos anos de 2012 a 2014 devem ser ajustados conforme detalhado na presente análise.
Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015	24,00	Casas de saúde Indígena (CASAI)	3,00	Além das 03 novas CASAI (obras contratadas) no período 2012-2015, foram contratadas também: obras de novos Polos Base; e obras de novas Unidades Básicas de Atenção à Saúde-UBSI. Destacam-se ainda as obras contratadas nesse mesmo período por parceiros. Nesse sentido, totalizou-se 106 contratações de obras para a ampliação das estruturas físicas de edificações.
Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas	700,00	Sistemas de abastecimento de água	340,00	No período foram contratadas 340 novas obras para implantação de SAA. Ademais, foram contratadas 222 obras de reforma/ampliação de SAA; 142 obras de Melhorias Sanitárias e Domiciliares. Destacam-se ainda as obras contratadas nesse mesmo período por parceiros. Assim, as ações voltadas para o saneamento no período de 2012-2015, acumularam um total de 739 contratações de obras.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena	1,00	Unidade	1,00	Esta meta foi alcançada em 2013.
Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	31,00	Casas de Saúde Indígena (CASAI)	29,00	

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.544.424	1.653.424	1.269.021	5.256.412	4.343.150
Despesas Correntes	1.419.070	1.535.600	1.230.449	4.799.562	4.107.208
Despesas de Capital	125.354	117.824	38.572	456.850	235.942
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	1.544.424	1.653.424	1.269.021	5.256.412	4.343.150

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2066 – REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Visão consolidada do Programa

Contextualização

No PPA 2012-2015 foi priorizada a integração de políticas públicas como meio de ampliar o acesso dos assentados a ações que visam à melhoria da qualidade de vida, à produção e geração de renda e ao desenvolvimento rural sustentável. Por meio da ação direta do INCRA e de articulações nos diferentes níveis federativos, foram ampliadas e aprimoradas as ações de infraestrutura, produção, regularização fundiária e ambiental, com destaque para a inclusão do público assentado em programas como o Programa Minha Casa Minha Vida Rural e o Programa Brasil sem Miséria.

Destacam-se as mudanças realizadas na política de Reforma Agrária, com o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios para a vistoria, obtenção de terras e assentamento de famílias, tendo como principais diretrizes a integração da seleção de beneficiários com o Cadastro Único (CadÚnico) e a produção do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) para um novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Existem hoje no Brasil 9.153 projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, sob supervisão direta, com 970 mil famílias vivendo e produzindo em 88 milhões de hectares, 76% deles no norte do País e grande parte em assentamentos ambientalmente diferenciados.

Intensificar a Reforma Agrária, a regularização fundiária e o crédito fundiário para atender as famílias sem-terra e o grande contingente de minifundiários com terra insuficiente para o sustento é fundamental para o combate à pobreza rural. Essas políticas estruturantes, ao se encontrarem com outras voltadas para a renda, alimentação, educação e saúde, podem promover alternativas para tirar da miséria essas populações por meio da massificação da assistência técnica, do crédito instalação e da infraestrutura, com prioridade para o abastecimento de água.

Reforma Agrária

Nos quatro anos do PPA, foram incorporados 1.060.718,757 ha à Reforma Agrária, computando áreas obtidas por desapropriação, compra e venda e incorporação de terras públicas, reconhecimento de projetos estaduais e Unidades de Conservação, o que levou o INCRA a cumprir a meta do quantitativo de hectares incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Somente em 2015 foram criados 81 Projetos de Assentamento, incorporando 206.542 ha, com capacidade para assentar 5.480 famílias. Com isso, desde 2012, foram criados 475 projetos de assentamentos de Reforma Agrária.

A meta do Governo Federal foi assentar 200 mil famílias, no entanto foram assentadas 111.877 o que corresponde a aproximadamente 56% da meta efetivamente alcançada, o que se justifica pela redução dos recursos orçamentários destinados à obtenção e as dificuldades encontradas nos processos judiciais de desapropriação tendo em vista que a legislação atual referente à Reforma Agrária já não atende de forma suficiente as demandas em função do quadro fundiário nacional.

Desenvolvimento de Assentamentos

As principais ações para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento consistem na assistência técnica; apoio à agroindustrialização e comercialização; estocagem e escoamento da produção; acesso aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de Aquisição de Alimentos e Garantia-Safra, além de condições sustentáveis de produção e uso dos recursos naturais.

O Programa Terra Forte, que é uma ação complementar (ao Programa Terra Sol) de organização produtiva dos assentamentos, priorizou a implementação de agroindústrias e a criação de centrais de comercialização. Para tanto, está em andamento o financiamento dos 32 projetos das entidades previamente classificadas no Programa.

O Programa Assentamentos Verdes tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos compreendidos nos Estados que compõem a Amazônia Legal, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. Observa-se, até 2015, um total de 2.575 projetos de assentamento com monitoramento do desmatamento ilegal na região, em uma área reformada de 41,2 milhões de hectares e onde estão cerca de 490 mil famílias assentadas.

Desde 2012, foram beneficiadas com o Programa Bolsa Verde 33.274 famílias assentadas em 376 assentamentos verdes e, somente em 2015, foram atendidas com Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) 159.420 famílias.

Crédito Instalação

Houve 78.207 famílias atendidas nas distintas modalidades de Crédito Instalação, sendo 11.945 beneficiadas com o crédito Apoio Mulher, desde 2012. O novo crédito é operado por meio de cartão bancário, emitido para cada família assentada em nome da mulher e acompanhado de forma eletrônica através do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI).

Governança da Malha Fundiária

No decorrer do PPA 2012-2015 foram desenvolvidas ações estruturantes, com destaque para o georreferenciamento do perímetro de inúmeras glebas públicas federais, de imóveis de ocupantes rurais, de perímetros urbanos e de assentamentos. Promoveu-se também a destinação de terras, o aperfeiçoamento dos normativos, o desenvolvimento de sistemas e ampliou-se a interação com os Estados para regularização fundiária de suas terras devolutas, contribuindo para promoção da governança fundiária.

Até 2015 foram emitidos 12.512.261 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, dos quais 4.849.061 somente em 2015. O desempenho é resultado da modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, contemplando a funcionalidade de emissão do CCIR pela Internet, o que proporcionou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. Com relação ao número de atualizações cadastrais, estas totalizaram 1.539.515 no período de vigência do PPA 2012-2015, ultrapassando a meta prevista para os 4 (quatro) anos em 28%.

Já o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) teve sua especificação finalizada pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo sido constituída demanda de desenvolvimento para integração entre os segmentos gráficos e literal do SNCR, a fim de viabilizar a localização espacial dos polígonos cadastrados.

Além disso, atingiu-se, hoje, um total de 1.075.199 polígonos no Acervo Fundiário, entre informações de imóveis georreferenciados, dados temáticos e dados agregados de outras instituições.

Desde março de 2013, encontra-se em produção o Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, que permite o controle dos processos de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros ou por brasileiros com capital estrangeiro, localizados em áreas consideradas como estratégicas, de alto valor e também naquelas com mais de 20 (vinte) Módulos de Exploração Indefinida.

A partir de 2013, com a entrada do Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, o processo de certificação foi dinamizado com a integração dos bancos de dados regionais da certificação e a padronização dos métodos de análise, resultando no aumento significativo da área certificada. O somatório das áreas dos imóveis certificados nos 4 (quatro) anos de vigência do PPA é de 180.857.574,35 ha, o que equivale a 180,86% da meta prevista para o período. Somente em 2015, foram certificados 48.360.345 ha, sendo: 45.793.877 ha para 83.910 imóveis no âmbito do SIGEF e 2.566.468 ha para 2.267 imóveis pelo SNCI.

Destaca-se, ainda, a criação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal contribuiu para que a meta de georreferenciamento de áreas dessa região alcançasse 167% de execução física estabelecida.

Direitos das Comunidades Tradicionais

Com relação à democratização do acesso à terra com condições simplificadas para imóveis pequenos e médios, destaca-se a entrada em vigor da Lei nº 13.178/15, em 07/12/2015, que trouxe nova dinâmica para a ratificação de títulos e concessões estaduais de terras na faixa de fronteira. Essa Lei promoveu a ratificação de ofício dos imóveis abaixo de 15 (quinze) módulos fiscais.

O Incra auxiliou a Funai a identificar 4.695 ocupantes não índios em terras indígenas, sendo que 717 possuíam perfil para a Reforma Agrária e 537 foram reassentados. Visando o usufruto também, foram avaliados 45 (quarenta e cinco) imóveis que se encontram em processo de indenização para criação de Reserva Indígena.

Capacitação Profissional e Educação No Campo

Ao longo dos anos do PPA 2012-2015, trabalhou-se no processamento e manutenção de aproximadamente 70 parcerias celebradas com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, objetivando-se a realização de cursos de EJA – Ensino de Jovens e Adultos, Nível Médio, Nível Superior e Especialização, com o propósito da elevação da escolarização dos beneficiários da Reforma Agrária.

Com relação ao EJA, de 2012 a 2015 a média anual ficou em torno de 10,8 mil trabalhadores rurais assentados em sala de aula e, nos Níveis Médio e Superior, mantiveram-se estudando no período uma média de 3.674 anualmente educandos beneficiários da Reforma Agrária.

Foi finalizada a II PNERA – Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, com o lançamento em 2015 dos resultados obtidos em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o MEC/INEP e a Cátedra Unesco de Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo. Os resultados mostraram dados referentes aos últimos 15 anos, quais sejam: 320 cursos, 880 Municípios atendidos, 82 instituições de ensino e 164.894 educandos oriundos de assentamentos de Reforma Agrária.

No ano de 2015 foi realizado um Acordo de Cooperação Técnica entre o INCRA e a FIOCRUZ, com o objetivo de fomentar a pesquisa, a cooperação técnico-científica, o desenvolvimento de tecnologias e inovações no uso sustentável da biodiversidade, em especial em plantas medicinais e fitoterápicos, nas diversas fases da cadeia produtiva, buscando a estruturação de arranjos produtivos voltados para a promoção da saúde e à geração de emprego e renda das famílias beneficiárias da Reforma Agrária, visando assim a sustentabilidade ambiental e a implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA).

Programa Terra Legal

O Programa Terra Legal, criado a partir da Lei nº 11.952/2009 para promover a destinação e a regularização fundiária na Amazônia, encontra-se em constante aperfeiçoamento. A Amazônia Legal abrange uma área total de 515 milhões de hectares, dos quais 119 milhões são terras públicas federais que foram arrecadadas pelo INCRA.

Parte dessas áreas já arrecadadas pelo INCRA, equivalente a 62,4 milhões de hectares, foram destinadas antes da Lei nº 11.952/2009 entrar em vigor, restando aproximadamente 56,6 milhões de hectares de terras públicas federais a serem destinadas pelo Programa Terra Legal. A destinação dessas áreas leva em consideração os 9 (nove) Estados integrantes da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins).

O Programa tem implementado um conjunto de iniciativas visando acelerar a execução e qualificar os resultados do georreferenciamento e da destinação de terras públicas. Por meio do georreferenciamento, identificam-se e qualificam-se as áreas que posteriormente serão objeto de destinação, tanto para a regularização fundiária, quanto para a Reforma Agrária, além de outras finalidades, tais como a criação de Unidades de Conservação, terras indígenas, assentamentos e florestas públicas, em tudo contribuindo para a diminuição do desmatamento e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

A meta de georreferenciamento de 28 milhões de hectares foi atingida no ano de 2014. Em 2015, o resultado do georreferenciamento alcançou um total acumulado de 46,7 milhões de hectares. É importante destacar, relativamente a esse resultado, que 34,2 milhões de hectares correspondem ao georreferenciamento do perímetro de glebas públicas federais, enquanto os 12,5 milhões de hectares restantes correspondem às ocupações a serem regularizadas.

No que se refere à destinação de terras públicas, destacam-se 2 (dois) instrumentos que impactaram positivamente no processo de destinação de terras. O primeiro foi a criação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), que atualmente é referência para a certificação de imóveis rurais, e o segundo a criação da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, que permitiu alavancar a destinação de terras públicas em 11,1 milhões de hectares.

Considerações finais

Aperfeiçoamentos Incorporados ao PPA 2016-2019

Diante dos avanços já efetuados durante a vigência do PPA 2012-2015, como a modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e a ampliação da Rede Nacional de Cadastro Rural, no atual PPA foram incluídos novos desafios voltados ao aprimoramento das ações de gestão fundiária, como a criação e implantação do Sistema Nacional de Titulação de Imóveis Rurais e a elaboração e implementação do Plano Nacional de Regularização Fundiária, adequado às diversidades regionais.

Ainda no que diz respeito à gestão da estrutura fundiária, destaca-se no PPA 2016-2019 a incorporação do Índice de Governança da Malha Fundiária, que indicará o percentual da área rural brasileira que se encontra no Acervo Fundiário do INCRA, permitindo assim verificar a evolução anual da gestão efetuada pela Autarquia em relação à malha fundiária nacional.

Na área de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento, destaca-se a consolidação do método da busca ativa a partir da articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para qualificação do cadastro das famílias assentadas e acampadas no CADÚnico, visando à superação da pobreza rural.

Em face da atual realidade demográfica do país, existe também a preocupação com a juventude rural, por meio de metas e iniciativas que tratam do ajuste de normativos sobre sucessão geracional, bem como da destinação de novos lotes da Reforma Agrária para jovens, como forma de viabilizar a permanência da juventude no campo. Destaca-se, ainda, no PPA 2016-2019, a iniciativa de elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em relação ao desenvolvimento de projetos de assentamento, o aprimoramento mais relevante no PPA 2016-2019 é a inclusão de metas e iniciativas que contemplam estratégias e políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica, bem como a ênfase dada ao Programa Assentamentos Verdes, que pretende atender 3.500 projetos de assentamento no período de vigência do Plano, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado.

Por fim, entende-se que o PPA 2016-2019 consolida a abordagem territorial ao defini-la como parâmetro para a gestão social e a articulação de políticas públicas nos projetos de assentamento.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	31/12/2012	0,14	31/12/2013	0,6	30/01/2015	1,38	27/01/2016	0,45
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2012	21,16	31/12/2013	36,46	31/12/2014	70,75	31/12/2015	85,52
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	31/12/2012	26	31/12/2013	31,05	05/02/2015	42,4	27/01/2016	46
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2012	74,78	31/12/2013	49,24	31/12/2013	102,9	27/01/2016	63,4

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Quadro de Metas

Objetivo: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais	50,00	%	57,50	A meta era instalar 40 novos equipamentos, o que corresponde a uma meta prevista de ampliar em 50% o número de estações ativas. Foram instalados 46 ao final do PPA 2012-2015, ampliando a rede em 57,5%, o que corresponde a 115% da meta estabelecida. Além disso, fazendo a correção dos percentuais alcançados nos anos anteriores de 2013 e de 2014: - no exercício de 2012 foi de 2,50%; - no exercício de 2013 foi de 26,25%; - no exercício de 2014 foi de 42,50%; - no exercício de 2015 foi de 57,50%.
Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)	120.000,00	Polígonos	1.075.199,00	Para se contar a meta executada, computa-se todos os imóveis certificados e georreferenciados, além de outros entes, como: municípios, terras indígenas, etc. A meta inicial do PPA pode ter sido subdimensionada, visto que o Incra é responsável indiretamente pela meta, já que os trabalhos em sua maioria são executados por terceiros e repassados ao Incra em sistemas de certificação SIGEF e SNCI. Por isso, a diferença enorme entre a meta estabelecida (120 mil polígonos) e a realizada (1.075.199).

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)	2.000.000,00	Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)	12.512.261,00	Em 2012, foram emitidos 2.127.412 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR), ultrapassando a meta estabelecida de 2 milhões para o período do PPA 2012-2015 já no primeiro ano. O desempenho resulta da modernização pela qual passa o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), com a funcionalidade de emissão do CCIR pela internet, o que propiciou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão.
Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	60,00	%	49,00	Não houve alteração da meta em relação a 2014. Isso se dá tendo em vista que a celebração dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) não depende somente do INCRA, mas também do interesse dos prefeitos municipais, razão pela qual a meta não foi atingida.
Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.	600.000,00	Assentados	365.201,00	Ao se definir a meta inicial do PPA, previu-se cadastrar no CAR 600 mil assentados da Reforma Agrária. Mas o levantamento do CAR do lote é feito por assentado e o do CAR do perímetro por todos os assentados beneficiários. Assim, houve correção na meta para famílias cadastradas. Corrigindo a meta de 2014 em nº de famílias, pois era a única que não estava nessa medida, é: - 2012: meta não existia; - 2013: 7.162; - 2014: 20.096, sendo o acumulado 27.258; - 2015: 337.943, sendo o acumulado 365.201.
Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	1.200.000,00	Atualizações cadastrais	1.539.515,00	

Objetivo: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos

territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha	100.000.000,00	Hectares	180.857.574,35	
Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária	200.000,00	Imóveis rurais	122.146,00	A execução é realizada de forma indireta, por meio de parcerias firmadas entre o INCRA, os estados e as prefeituras, visando regularizar as terras devolutas estaduais, que se concretizam nas formas de convênios, acordos e termos de cooperação técnica. O processo de regularização fundiária é constituído das seguintes etapas: divulgação e mobilização social, geocadastro e titulação. Em razão desta complexidade, 76.019 imóveis foram regularizados pelo INCRA. Tem mais 46.127 contados pela SRA/MDA.
Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	28.000.000,00	Hectares	46.770.298,00	
Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	11.200.000,00	Hectares	11.141.919,00	
Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal	104.000,00	Estabelecimentos agropecuários	101.682,00	Em 2014, a identificação e o cadastramento de estabelecimentos/domicílios passou a ser realizado por meio do georreferenciamento das áreas, implementando a identificação do ocupante por meio da parcela georreferenciada. Esta mudança implicou na revisão dos números informados para os anos de 2012 e 2013, que passaram nesse período para 45.925 estabelecimentos georreferenciados. Em 2014, foram 36.639 e em 2015 foram 19.118, totalizando 101.682 estabelecimentos georreferenciados no período do PPA.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	20.000,00	Títulos de posses	2.716,00	A meta estabelecida foi superestimada quando se analisa a quantidade de requerimentos existentes de regularização fundiária em faixa de fronteira na Amazônia Legal: 12 mil, sendo que, desse total, há processos titulados, indeferidos e em análise. Além disso, a ratificação de títulos em faixa de fronteira não é atribuição da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal. Conclui-se que não houve um problema de não atingimento de meta e sim um problema na definição desta.
Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal	11.200.000,00	Hectares	11.546.960,00	
Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	4.000.000,00	Hectares	9.178.897,00	

Objetivo: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Assentar 200 mil famílias	200.000,00	Famílias	111.877,00	Foram assentadas 111.877 famílias, correspondendo a 55,93% da meta prevista de assentar 200 mil famílias. Isso ocorre devido a entraves ocorridos no processo de obtenção de terras, como: falta de recursos orçamentários para indenização de imóveis decretados, ausência de emissão de Decretos Presidenciais e demora na imissão de posse em ações judiciais de desapropriação. O assentamento de famílias e criação de projetos de assentamento dependem diretamente de se obter terras para Reforma Agrária.
Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher	300.000,00	Famílias	78.207,00	Com a Lei 13.001/2014 e o Decreto de Regulamentação 8256/2014, foram criadas novas modalidades do crédito instalação, previstos apenas nas Modalidades Apoio Inicial I e II, Fomento e Fomento Mulher, tendo sido suprimidas as demais modalidades: Crédito Emergencial; Semiárido; Adicional de Semiárido; Reabilitação de Crédito de Produção; Crédito Ambiental. Assim, essas alterações restringiram a quantidade de modalidades que deveriam compor a meta.
Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água	50.000,00	Famílias	17.980,00	Destaca-se que o não cumprimento da meta do PPA se justifica pela insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, bem como a determinação de priorização ao longo de 2014 e 2015 para a construção e reforma de estradas no sentido de possibilitar o atendimento aos compromissos firmados junto ao Programa Minha Casa Minha Vida.
Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.	50.000,00	Famílias	21.889,00	A alteração da Lei 13.001/2014 e Decreto de Regulamentação 8256/2014, que levou à reformulação da sistemática de aplicação das modalidades Apoio Inicial e Fomento, foi causadora do não alcance da meta proposta, tendo em vista a necessidade de criação de novo "sistema" de aplicação e acompanhamento (SNCCI), capacitação dos servidores quanto a nova ferramenta e fluxo de execução e dos beneficiários quanto aos critérios e quesitos necessários para a obtenção do crédito.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir e/ou reformar 120 mil casas	120.000,00	Casas	44.556,00	Devido ao forte contingenciamento de recursos de 2015, o PNHR foi fortemente afetado. De fato, somente no último trimestre de 2015, houve a possibilidade de análise de novas propostas pelos agentes financeiros operadores do Programa, o que gerou baixíssimo número de contratações, quais sejam 2.921 contratações para construção e reforma de moradias. Houve mudança nas metas cumulativas de anos anteriores no número de casas construídas/reformadas: 2012: 21.407; 2013: 33.017; 2014: 40.893.
Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas	25.000,00	Km	15.744,00	A redução dos limites orçamentários e financeiros, advindos do contingenciamento do Governo Federal, prejudicou o alcance da meta inicialmente estipulada para o período do PPA.
Criar 800 projetos de assentamento	800,00	Projetos	475,00	Alguns fatores contribuíram para o não o cumprimento da meta. No ano de 2015 houve redução dos recursos orçamentários/financeiros destinados à obtenção de terras e não houve expedição de Decreto Presidencial de imóveis para fins de reforma agrária (desapropriação). Além disso, questões judiciais impactaram no atingimento da meta de assentamento, por meio da demora na imissão na posse nas ações judiciais de desapropriação. E processos judiciais que interferiram na homologação das famílias.
Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.	1.000.000,00	Hectares	1.060.718,75	

Objetivo: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas	60,00	%	29,00	Apesar de esforços do Incra e MDA em concluir entendimentos com as instituições financeiras para desagregar informações a fim de identificar as modalidades de contratação dos beneficiários da Reforma Agrária, ainda não se efetivou, prejudicando a informação e conseqüentemente o resultado da meta. No entanto, em 2015 190.217 de DAP encontram-se ativas no Sistema SAF/MDA, ie, cerca de 50% do total de beneficiários da Reforma Agrária estão acessando, ou com acesso anterior, ao crédito produtivo.
Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização	50.000,00	Famílias	31.314,00	Os recursos orçamentários foram recebidos em sua totalidade no fim de 2015, o que prejudicou a contratação dos projetos. Embora tenham sido empenhados, a aferição das metas ocorrerá a partir de 2016. Além disso, outros fatores contribuem para o não atingimento da meta: a defasagem do custo unitário da ação, pois opera-se na média com R\$ 4.000/família, enquanto que o custo médio previsto no PPA é de R\$ 400/família; a quantidade alta de obras em execução e a meta é contabilizada só no término.
Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.	750,00	Assentamentos	2.575,00	O número não difere de 2014, pois o Incra selecionou 2.575 projetos de assentamentos inseridos nos estados que compõem a Amazônia Legal, para serem beneficiados com diversas ações. O que difere de um exercício para o outro são as ações desenvolvidas no âmbito dos projetos de assentamento.
Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.	50.000,00	Títulos	116.693,00	
Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento	1.000,00	Projetos de assentamento	1.098,00	

Objetivo: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente	8.000,00	Jovens e ou adultos/ano	4.251,00	
Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social	3.000,00	Profissionais	4.373,00	
Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente	10.000,00	Alunos	10.703,00	

Objetivo: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário	80.000,00	Famílias	9.546,00	Durante os últimos 4 anos o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) passou por aperfeiçoamentos desde os critérios de acesso à terra até o perfil de renda e patrimônio do público-alvo. Em 2012 o governo realizou um amplo debate sobre o aperfeiçoamento do Crédito Fundiário como política pública de acesso à terra e combate à pobreza rural. Com isso, o processo de financiamento da terra ficou mais criterioso e a qualidade dos imóveis rurais melhorou.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.505.220	2.484.470	313.241	10.877.133	3.436.990
Despesas Correntes	187.487	187.487	67.457	1.032.596	472.001
Despesas de Capital	2.317.733	2.296.983	245.783	9.844.537	2.964.989
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	2.505.220	2.484.470	313.241	10.877.133	3.436.990

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2067 – RESÍDUOS SÓLIDOS

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinada em 2 de agosto de 2010, trouxe em seu texto legal um rol de inovações e desafios, uma ruptura da tradicional relação da sociedade com os resíduos por ela gerados e, assim, representou um dos fatos mais marcantes, um dos grandes divisores de águas para o Brasil na gestão dos resíduos sólidos.

O detalhamento e a implementação da lei representam, entretanto, complexa operacionalização nas dimensões espacial, setorial, econômico-financeira, operacional e temporal com interseções diversas na institucionalidade vigente, um dos maiores desafios do setor ambiental e de saneamento, na medida em que, ela:

- Mobiliza os 5570 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal, conferindo-lhes responsabilidades, exigindo um novo padrão de resposta, criando possibilidades de arranjos intermunicipais, mas ainda não dispõe de todos os mecanismos de articulação necessários;
- Exige mudanças profundas nos padrões de produção, de processos, de consumo e de compartilhamento de responsabilidades da indústria, dos importadores, do comércio (atacado e varejo), da logística de distribuição, dos consumidores e dos padrões de reaproveitamento/reciclagem;
- Afeta os custos de produção, mas traz importantes economias sistêmicas, reduz a pressão sobre recursos naturais, evita desperdícios e promove substancial melhoria da qualidade de vida;
- Incide sobre a distribuição de forças atuantes no mercado com o ingresso de novos atores, inovações, quebra de hegemonias, e redistribuição de papéis;
- Cria novas situações relativamente à legislação tributária e a vários outros procedimentos administrativos;
- Resgata a cidadania dos catadores de materiais recicláveis, estimulando o associativismo e o cooperativismo, a capacitação e facilitando o acesso a créditos para investimento em equipamentos– um processo ainda em curso, com etapas bem marcadas, que representa uma das maiores conquistas da PNRS.
- Melhora as condições gerais de saúde pública e as condições de higiene.

O período entre 2012 e 2015 marcou um primeiro ciclo de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, nesse sentido, prioridades foram estabelecidas no Plano Plurianual sobre as seguintes questões: (i) reciclagem e inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis; (ii) gestão compartilhada e associada de resíduos sólidos por Consórcios Públicos; (iii) Coleta Seletiva e Logística Reversa, (iv) áreas contaminadas.

Visão dos principais atributos do Programa

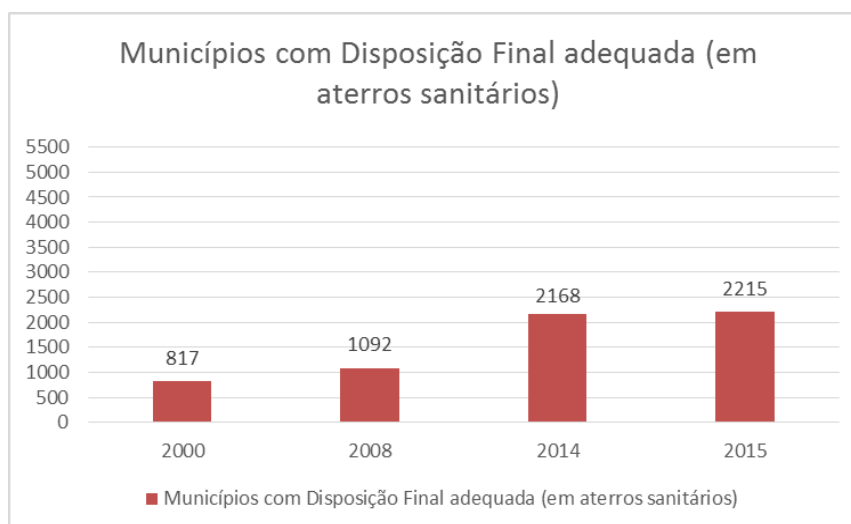
Objetivos e metas mais relevantes

O Programa é composto por dois objetivos, a) *ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis* e; b) *promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.*

Ao considerar que a PNRS foi instituída em 2010 e regulamentada ao final desse mesmo ano, o programa foi estruturado desde então e consolidado em 2012, com o objetivo de estabelecer as bases iniciais para a implementação dessa Política. As metas foram estabelecidas tendo em vista a elaboração dos planos de resíduos sólidos, nas escalas Nacional, estadual e municipal, no estabelecimento dos Acordos Setoriais para os sistemas de logística reversa, na criação de Consórcios Públicos, na reciclagem e coleta seletiva e na inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis. Por ser de natureza integrada, a gestão adequada de resíduos sólidos é alcançada em sua plenitude à medida que todos os elos da cadeia se fortalecem, passando pelas etapas de manejo: coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento, destinação dos resíduos sólidos e disposição final dos rejeitos.

Os indicadores publicados pelos órgãos governamentais e por organismos de representação da sociedade civil apontam para um crescimento na cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. O último Panorama da ABRELPE, publicado em 2015, demonstra que a cobertura do serviço regular de coleta domiciliar já alcança mais de 90% da geração de resíduos. Dados obtidos junto às unidades da federação apontam para a disposição final ambientalmente adequada (aterro sanitário) em cerca de 2,2 mil municípios (Figura 1), ao passo que em 2008, a Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (IBGE) apontou para somente 1.092 municípios dispondendo adequadamente seus resíduos sólidos e rejeitos.

Figura 1 – Municípios com disposição final adequada

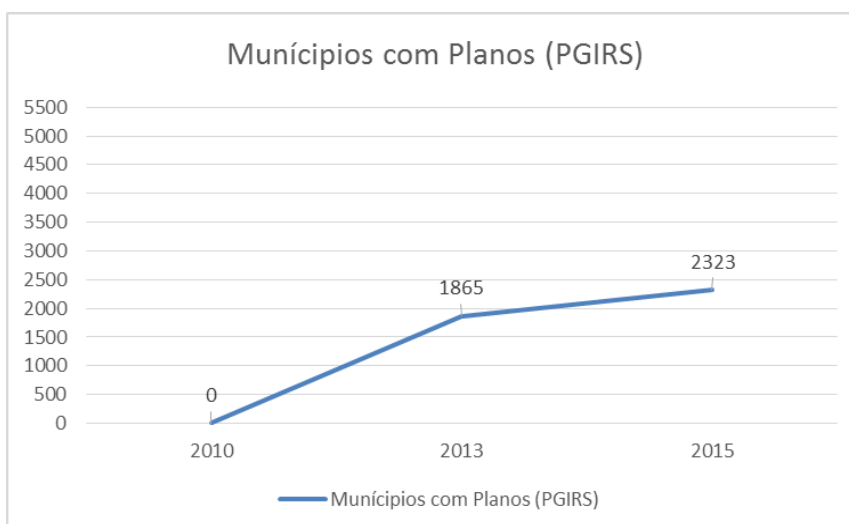


O Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS/MCID - constatou um aumento substancial no número de consórcios públicos intermunicipais, de 81 em 2011 para 130 em 2012 e 166 em 2013. O aumento pôde ser percebido também no tocante à coleta seletiva. Em 2014, segundo a ABRELPE, pouco mais de 64% dos municípios registraram alguma iniciativa de coleta seletiva. Embora seja expressiva a quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva, convém salientar que muitas vezes estas atividades resumem-se à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores, que não abrangem a totalidade do território ou da população do município.

Com relação à inclusão de catadores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou em 2013 o relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Dos programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros em curso em 2008, apenas 43% envolviam a participação de cooperativas de catadores. Essa categoria profissional, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem. Nesse sentido, o projeto Cataforte e o Prêmio Cidade Pró-Catador tem contribuído para superação dos obstáculos para a inclusão do catador na cadeia da reciclagem, apoiando iniciativas relacionadas a incubação, capacitação, assistência técnica às organizações produtivas de catadores. O apoio à inclusão socioproductiva dos catadores de materiais recicláveis superou a meta prevista nesse PPA.

A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos passa pela estruturação de instrumentos de planejamento, seja por meio de planos ou programas para a gestão integrada de resíduos sólidos. Nesse sentido, podemos observar um aumento considerável do número de municípios com planos de resíduos sólidos no país. Segundo dados levantados pelo Ministério do Meio Ambiente, em julho de 2015, junto aos órgãos ambientais estaduais, 2.323 municípios (Figura 2) declararam ter planos, ou seja, 41,7%. Os governos estaduais também devem desempenhar um papel de liderança no contexto da PNRS, por isso, tornam-se importantes os planos estaduais de resíduos sólidos, que foram apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da disponibilização de recursos orçamentários.

Figura 2 – Municípios com PGIRS



Existem nove (9) planos estaduais concluídos: Acre, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo e em outros 15 estados tais Planos encontram-se em diferentes fases de desenvolvimento. No estrato nacional acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, observamos que o plano foi elaborado sob a coordenação do MMA, porém o Conselho Nacional de Políticas Agrícolas (CNPA) até então não o apreciou e, por consequência o mesmo não foi aprovado por Decreto.

O processo de revisão do Plano Nacional já se iniciou e conta com a participação dos representantes do Comitê Interministerial da PNRS e representantes da sociedade civil. Com relação a áreas contaminadas mais 2 estados finalizaram a elaboração e publicação dos valores de referência de qualidade do solo. Desse modo, são 7 os estados que publicaram esses valores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Rio grande do Sul e Paraná). Isso possibilitará o levantamento e a posterior elaboração do inventário nacional de áreas contaminadas do Brasil.

Já sobre a logística reversa, tem-se a seguinte situação: 3 acordos setoriais assinados: embalagens plásticas de óleo lubrificante, lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista e embalagens em geral. Encontra-se em revisão o acordo setorial de embalagens de óleo, e a negociação de alguns pontos com os proponentes de acordo setorial de medicamentos e eletroeletrônicos. A maior parte do processo para elaboração do acordo já foi finalizada (estudo de viabilidade técnica e econômica, edital de chamamento e recebimento das propostas) e encontra-se na fase de ajustes das propostas para posterior publicação em consulta pública e assinatura.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015 o Programa obteve resultados expressivos nos compromissos assumidos pelo setor produtivo por meio da assinatura dos Acordos Setoriais dos Sistemas de Logística Reversa de Embalagens Plásticas de Óleos Lubrificantes, Lâmpadas e Embalagens em Geral, bem como um aumento progressivo na disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, na criação de consórcios públicos, na cobertura dos

serviços de coleta, em iniciativas de coleta seletiva, na elaboração dos planos de resíduos sólidos e, principalmente, no fortalecimento de cooperativas e associações de catadores, com inclusão efetiva desses trabalhadores no setor da reciclagem, gerando emprego, renda, melhoria das condições de vida desses cidadãos, e contribuindo para a redução da desigualdade social no país.

No PPA 2016-2019, o tema gestão dos resíduos sólidos será retratado no programa Qualidade Ambiental, fazendo parte de uma integração de políticas ambientais, além de ser abordado transversalmente com o Programa Saneamento Básico e em vários outros programas temáticos.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390	31/10/2008	30.390
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175	31/10/2008	1.175
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	31/10/2008	8	31/10/2008	8	31/10/2008	8	31/10/2008	8
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8	31/10/2008	17,8
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695	31/10/2008	40.695
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636	31/10/2008	167.636
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710	31/10/2008	45.710
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2010	2,3	31/12/2011	1,81	31/12/2013	1,8	31/12/2014	2

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Quadro de Metas

Objetivo: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão

Ministério do Meio Ambiente

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva	150,00	Municípios	97,00	O contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros (>90%) ao Ministério do Meio Ambiente no âmbito desse programa afetou o desempenho dessa política pública. Além disso, destacamos as dificuldades apresentadas pelos entes federados no acesso aos recursos da União, seja por inadimplência no CAUC, por cadastramento de planos de trabalho e apresentação de Termos de Referência inadequados no SICONV, entre outros aspectos.
Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos	120,00	Consórcios públicos	39,00	O contingenciamento dos recursos orçamentários e financeiros (>90%) ao Ministério do Meio Ambiente no âmbito desse programa afetou o desempenho dessa política pública. Além disso, destacamos as dificuldades apresentadas pelos consórcios públicos e entes federados no acesso aos recursos da União, seja por inadimplência no CAUC, por cadastramento de planos de trabalho e apresentação de Termos de Referência inadequados no SICONV, entre outros aspectos.
Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem	600,00	Cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores	636,00	

Objetivo: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado	20,00	Estados	7,00	Para que o inventário de áreas contaminadas seja finalizado, é necessário que os entes federados estabeleçam os valores de referência de qualidade – VRQ – do solo. Só então o ministério poderá finalizar o inventário de áreas contaminadas. Para tanto, o MMA promoveu, em 2012 e 2013, treinamento presencial e à distância para capacitar 266 técnicos de 26 estados para obtenção dos VQR. Até o presente momento, somente os estados da PB, RJ, RS, MG, PR, PE e SP concluíram a identificação dos seus VRQ.
8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados	8,00	Acordos	3,00	Os acordos setoriais são atos de natureza comercial, ou seja, dependem de consensos e convergências de vontades entre empresas e governo, o que nem sempre se concretiza no tempo inicialmente estimado. Ressalva-se, entretanto, que a adequação das cadeias de logística preexistentes terá um rito mais rápido, pois os atores já estão articulados e já existe um arranjo estabelecido. Assim pretende-se atingir a meta de 8 acordos.
Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal	27,00	Planos de Resíduos Sólidos	24,00	
Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada	20,00	%	64,77	
Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país	35,00	%	41,70	

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	78.683	78.326	3.887	529.901	128.684
Despesas Correntes	55.463	55.106	3.887	374.273	111.103
Despesas de Capital	23.220	23.220	0	155.628	17.581
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	78.683	78.326	3.887	529.901	128.684

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2068 – SANEAMENTO BÁSICO

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da política e o Programa Saneamento Básico

O planejamento para os anos de 2012 a 2015 da agenda de Saneamento Básico teve como referência o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que possui como princípios a universalização, equidade e integralidade, conforme preconiza a Lei nº 11.445/2007. Nesse sentido, procurou-se adotar objetivos, estratégias, metas e iniciativas alinhadas ao planejamento e à política setorial.

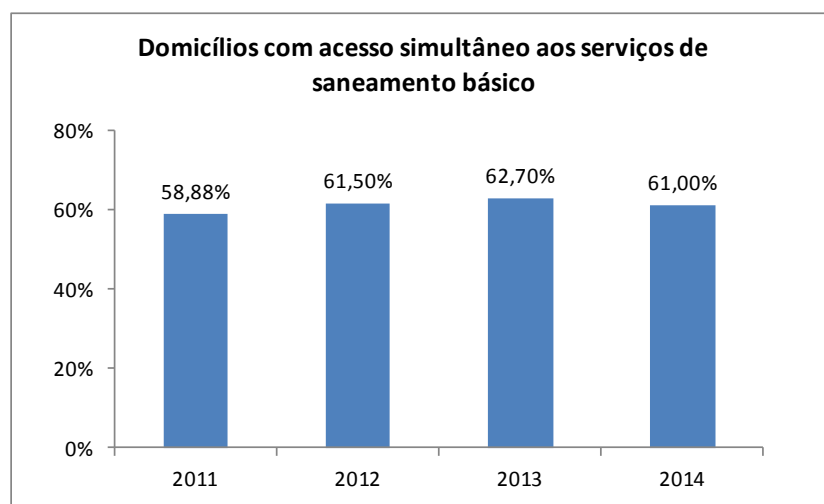
Entre 2012 e 2015 a ação governamental buscou fortalecer três eixos da política de saneamento básico propostos pelo Plansab para a formulação de programas: (i) saneamento básico integrado, voltado para medidas estruturais (intervenções físicas) em áreas urbanas; (ii) saneamento rural; e (iii) saneamento estruturante, com foco em medidas de gestão que visam garantir a sustentabilidade das medidas estruturais. O Programa Saneamento Básico do PPA 2012-2015 se assenta sobre esses três eixos e é composto por 14 Indicadores, 3 Objetivos, 26 Metas e 8 Iniciativas.

1. Indicadores

O conjunto de indicadores avaliados no quadriênio do PPA 2012-2015 no âmbito do saneamento básico apresentaram, de um modo geral, boa evolução em resposta aos esforços em planejamento e gestão dos recursos públicos investidos no setor. Apesar de ter ocorrido redução percentual em alguns indicadores, o número absoluto de domicílios aumentou em todos eles, e além da ampliação de cobertura, diversos investimentos têm focado na melhoria dos sistemas e da qualidade dos serviços prestados.

Os domicílios com o acesso simultâneo aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta e manejo dos resíduos sólidos cresceram em torno de 3,6 milhões, totalizando o atendimento de cerca de 61% da população brasileira.

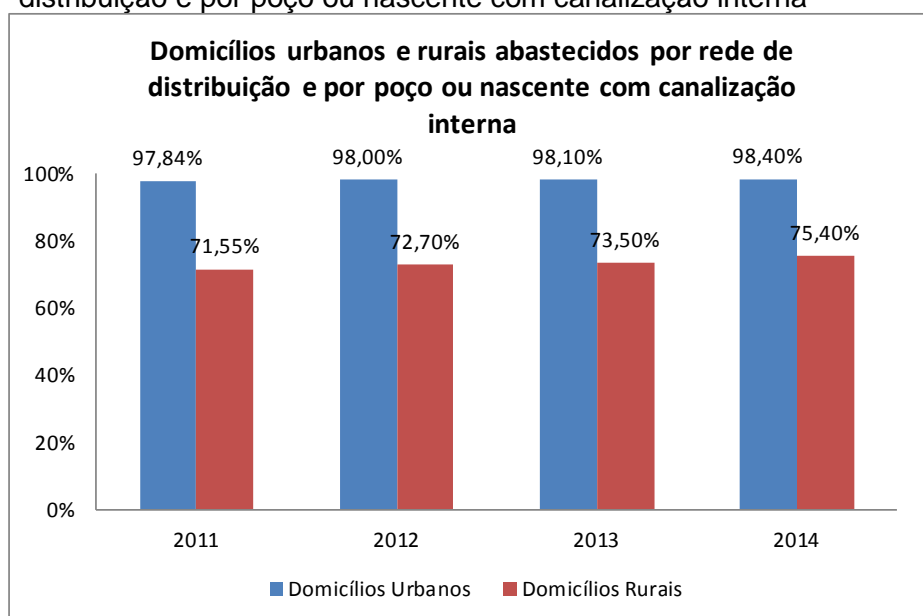
Figura 1 – Proporção dos domicílios com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos



Fonte: PNAD/IBGE

Referente ao serviço de abastecimento de água, o atendimento dos domicílios teve um crescimento de 97,84% para 98,34% nas áreas urbanas, e de 71,55% para 75,40% nas áreas rurais, de 2011 para 2014, o que representou o acesso de mais de 5,4 milhões de novos domicílios.

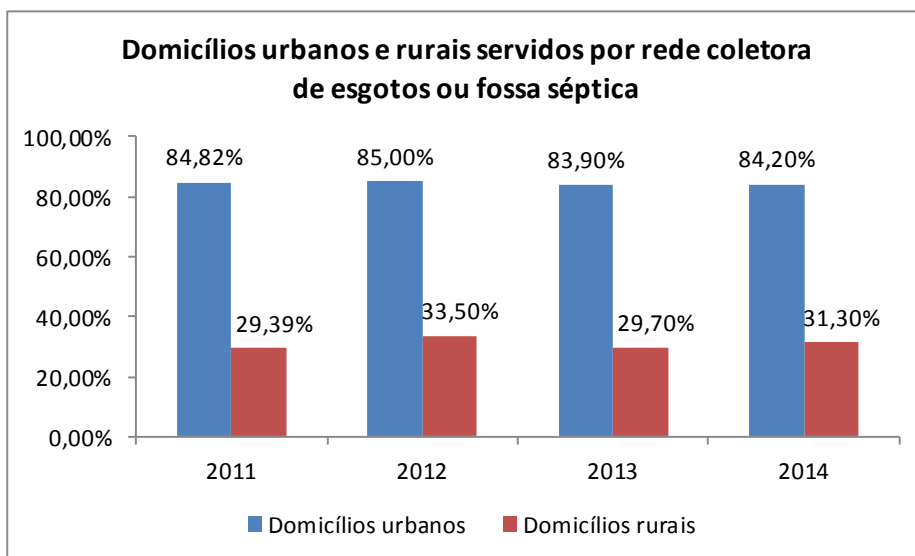
Figura 2 – Proporção dos domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna



Fonte: PNAD/IBGE

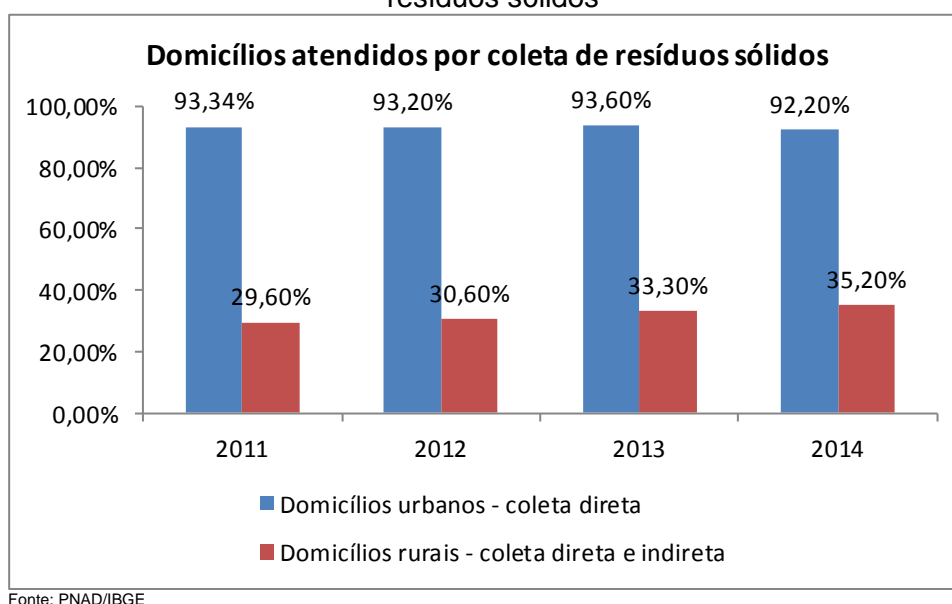
Com relação ao serviço de esgotamento sanitário, o atendimento dos domicílios passou de 84,82% para 84,20% nas áreas urbanas, e de 29,39% para 31,3% nas áreas rurais, de 2011 para 2014. Para o acesso a banheiros ou sanitários, a proporção de domicílios que não possuem o acesso passou de 2,98%, no ano de 2011, para 2,15% em 2014.

Figura 3 - Proporção dos domicílios urbanos e rurais servidos com esgotamento sanitário por rede geral ou por fossa séptica



Já para o serviço de coleta de resíduos sólidos, o atendimento dos domicílios passou de 93,34% para 92,20% nas áreas urbanas e de 29,60% para 35,20% nas áreas rurais, de 2011 para 2014.

Figura 3 - Proporção dos domicílios urbanos e rurais atendidos por coleta de resíduos sólidos



Alguns indicadores possibilitam avaliar a qualidade dos serviços prestados e visam representar a gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Os indicadores qualitativos de abastecimento monitoram o índice de perdas e intermitência na distribuição de água, portanto, influenciam no déficit qualitativo no abastecimento de água. Observa-se o decréscimo no índice de perdas de 38,80% no ano de 2010 para de 36,67% para o ano de 2014. No que tange ao esgotamento sanitário, o índice de esgoto tratado referente ao consumo de água obteve o avanço de 2,1 pontos percentuais, passando de 37,80% em 2010 para 40,78% no ano de 2014, conforme o diagnóstico do SNIS para os serviços de água e esgoto.

Visão dos principais atributos do Programa

Medidas estruturantes:

As ações estruturantes consistem em ações que dão suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. É uma dimensão explorada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

O pressuposto é de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais, através de investimentos realizados com recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/2007, Lei do Saneamento, relacionadas ao planejamento, melhoria da eficiência e efetividade da prestação de serviços, educação ambiental, capacitação, participação, controle social e regulação.

Com relação ao planejamento, um dos pilares da gestão expresso na Lei do Saneamento, além de coordenar a implementação, monitoramento e avaliação do Plansab, o Governo Federal tem atuado na elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) e na capacitação e apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

No que diz respeito aos municípios com menos de 50 mil, foram celebrados 583 convênios diretamente com Prefeituras Municipais ou Consórcios Públicos para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Entretanto, devido à baixa capacidade institucional dos municípios apoiados, muitos não foram concluídos. Por isso, alterou-se a metodologia de apoio, buscando parcerias com Universidades Estaduais e Federais, onde os municípios passam por capacitação técnica e contam com equipe de consultoria para apoiar o desenvolvimento e a elaboração dos planos. Nesse formato, já foram formalizadas 14 parcerias que atenderam 964 municípios. Outras 5 parcerias estão em procedimento de formalização, das quais outros 105 municípios serão apoiados.

Cabe ressaltar que a Lei do Saneamento tornou obrigatória a elaboração da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico pelos titulares dos serviços. Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo IBGE em 2011, apontam que naquele ano existiam 1.458 planos em elaboração no país. A pesquisa identificou também que 609 municípios já tinham o seu plano elaborado, dos quais, entretanto, apenas 261 contemplavam os quatro componentes que integram o saneamento básico, conforme preconiza a Lei 11.445/2007.

No que tange às medidas estruturantes apoiadas pelo Governo Federal relacionadas à gestão e à melhoria da prestação dos serviços de saneamentos, cabe ressaltar as ações desenvolvidas na modalidade de desenvolvimento institucional, tendo sido contratados investimentos, com recursos onerosos, na ordem de R\$ 341.534.453,78.

Importante destacar, que apesar da crescente atenção às medidas estruturantes, em especial no PPA 2012-2015, é necessário ampliar os investimentos nessas ações, de forma a alcançar o patamar de investimentos proposto pelo Plansab, pois como já destacado anteriormente, são elas que poderão assegurar melhores eficiência, eficácia e efetividade dos investimentos em medidas estruturais.

Medidas estruturais:

O reconhecimento da importância do saneamento para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população e das elevadas carências que o Brasil ainda tem a enfrentar nessa área têm ampliado as atenções governamentais dirigidas ao setor nos últimos anos. Após períodos de instabilidade financeira e institucional, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória recente do setor, que se traduz em aportes significativos de investimentos para implantação e ampliação dos sistemas públicos urbanos.

A ampliação dos investimentos foi notável a partir de 2007, quando o Governo Federal incluiu no PAC importante montante de recursos para o desenvolvimento social e urbano, principalmente para grandes obras nos principais aglomerados populacionais. Em 2010, o Governou reafirmou o compromisso de continuar a investir em saneamento, lançando a segunda fase do Programa (PAC 2), com expressivos investimentos destinados aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem para controle de cheias e inundações em áreas urbanas.

O público-alvo desses investimentos inclui entes federados ou prestadores de serviços com baixos índices de acesso aos serviços de saneamento, com prioridade para empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto sustentação econômico-financeira dos serviços, para o caso de recursos do OGU; e para os empreendimentos localizados em áreas com maior capacidade de endividamento, para o caso dos empréstimos.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do MCidades é composta por 1.294 operações incluídas no PAC 2, no valor de R\$ 43,10 bilhões. Desse total, foram contratadas, em 2015, 82 operações, contemplando investimentos de R\$ 4,08 bilhões, sendo 18 operações (R\$ 1,15 bilhões) em abastecimento de água; 33 operações (R\$ 2,26 bilhões) em esgotamento sanitário; 4 operações em manejo de águas pluviais (R\$ 182,5 milhões); 9 operações de saneamento integrado (R\$ 427,7 milhões); 1 operação de redução de perdas R\$ 5,2 milhões); e 17 operações de Estudos e Projetos (R\$ 50,58 milhões).

Com relação a carteira sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde, foram contratados 2.975 empreendimentos, no valor de R\$ 6,03 bilhões no âmbito do PAC 2.

Além dos empreendimentos contratados no âmbito do PAC, referente ao período do PPA 2012-2015, cabe acrescentar informações relativas aos contratos firmados em períodos anteriores que contribuem, em grande medida, para o alcance do objetivo. Entre os anos de 1995 e 2014, segundo informações do Gasto Público em Saneamento Básico, foram firmados 44.276 contratos sob gestão do Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Meio Ambiente, no valor total de R\$ 133,19 bilhões, para investimentos em ações de saneamento básico. Do total de contratos, 43.711 estavam sob gestão do Ministério das Cidades (R\$ 119,22 bilhões); 445 contratos do Ministério da Integração (R\$ 13,00 bilhões); 19 contratos do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (903 milhões); e 101 contratos do Ministério do Meio Ambiente (R\$ 65 milhões). Do montante total, em dezembro de 2014, 33.364 contratos já estavam concluídos (R\$ 38,16 bilhões), 5.592 estavam com obras em andamento (R\$ 65,21 bilhões) e 3.282 ainda não tinham obras iniciadas (R\$ 28,94 bilhões) e outros 2.038 contratos não possuíam situação da obra (R\$ 891 milhões).

Cabe mencionar também a participação do setor privado, em especial nos últimos anos, na consecução de ações de saneamento básico. Tendo em vista o aumento da participação das empresas privadas no setor saneamento, com o conseqüente aporte de recursos onerosos da União, destacam-se os investimentos dos prestadores privados de serviços de saneamento, o que contribuiu, em alguns casos, para um sensível incremento da contribuição do financiamento extra orçamentário para o atingimento das metas do PPA. As Operações de Mercado (OM) realizadas com o setor privado ou as correspondentes a emissão de títulos de debêntures de companhias estaduais corresponderam às seguintes modalidades: Redução e Controle de Perdas (R\$ 25,7 mi, em 2013 e R\$ 5,2 mi em 2015); Desenvolvimento Institucional (R\$ 340,2 mi entre 2011 e 2013 e R\$ 1,3 mi em 2014); Manejo de Resíduos Sólidos (R\$ 630,9 mi entre 2011 e 2013); Saneamento Integrado (R\$108,4 mi entre 2012 e 2013 e R\$ 327,5 mi em 2014); Abastecimento de Água (R\$ 563,9 mi entre 2011 e 2013, R\$ 2,5 bi em 2014 e 26,7 mi em 2015); e Esgotamento Sanitário (R\$ 1,7 bi entre 2011 e 2013, R\$1,2 bi em 2014 e R\$ 917,0 mi em 2015).

Avalia-se que o desempenho do Programa tem sido satisfatório embora ainda ocorram dificuldades para a redução da duração dos ciclos dos projetos, ou seja, ainda há que se reduzir os tempos entre a contratação e a conclusão das obras.

No que diz respeito a estas dificuldades, pode-se sintetizar que estão relacionadas aos atrasos e paralisações nas obras, determinados em geral por fatores múltiplos e complexos, mas o acompanhamento regular das iniciativas empreendido rotineiramente pelos órgãos e entidades responsáveis pelos empreendimentos no setor saneamento revela que a principal causa continua sendo a qualidade dos projetos de engenharia. Neste particular, cumpre salientar que parcela de responsabilidade importante deve ser creditada ao próprio mercado de consultoria e elaboração de projetos que não tem conseguido cumprir tempestivamente o calendário de desenvolvimento das iniciativas contratadas, sem contar problemas de qualidade que, infelizmente, têm sido frequentemente detectados. Entre as demais causas importantes, destacam-se: a) deficiência na gestão da execução dos empreendimentos, motivados pela insuficiência de quadros técnicos nos entes públicos contratantes das iniciativas; b) abandono de obras e contratos pelas empresas executoras, notadamente nos trechos e etapas de obras de maior complexidade técnica e menor atratividade financeira; c)

desaparelhamento dos órgãos ambientais locais e limitada capacidade de resposta dos órgãos públicos contratantes

Entretanto, o Governo Federal tem buscado contornar as dificuldades mencionadas atuando em diversas frentes para resolução ou amenização desses obstáculos. Uma primeira estratégia é a intensificação do monitoramento dos empreendimentos selecionados e contratados no âmbito do Programa. Para as operações com cronograma atrasado ou paralisado são realizadas reuniões presenciais no Ministério, participação, videoconferências e reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI nas dependências da CAIXA localizadas nos estados, nas quais se busca remover os entraves e promover a retomada das obras paralisadas ou melhoria do ritmo de execução. Para tanto são pactuados prazos para a realização de tarefas de diversas atividades pelos proponentes e pela CAIXA. Estes prazos são monitorados e eventuais atrasos discutidos e, assim, têm sido encontradas soluções para melhorar o andamento destes termos de compromisso.

Além disso, foram aperfeiçoados os procedimentos para seleção de propostas, exigindo a necessidade de apresentação e análise expedita do projeto básico de engenharia da intervenção pelo MCidades para a seleção do empreendimento, o que permite a identificação de propostas mais atualizadas, em estágio mais avançado de planejamento e com concepções técnicas adequadas. Quanto às licitações, é oferecido apoio institucional aos agentes do setor, por meio de cursos de capacitação e de ações de desenvolvimento institucional em diversas áreas.

Cumprir salientar ainda que o resultado do ano de 2015 foi fortemente influenciado pela suspensão do início da execução de novos empreendimentos a partir de 30/06/2015. Esta medida foi adotada para fazer frente ao contingenciamento provocado pela crise econômica por que passa o país.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015 o Programa Saneamento Básico contribuiu com o fortalecimento dos eixos da política de saneamento básico destacados pelo Plansab para os programas: saneamento básico integrado, voltado para medidas estruturais em áreas urbanas; saneamento rural, e; saneamento estruturante. No entanto ainda há muito a ser feito.

O novo programa temático de saneamento básico no PPA 2016-2019 teve sua estrutura racionalizada para fortalecer os eixos da agenda, focalizando num conjunto menor de indicadores, objetivos, metas e iniciativas. Com isso, dá-se prosseguimento à atual agenda, com especial ênfase em contribuir para alcançar a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Vale dizer que grande parte dos empreendimentos apoiados no PPA 2012-2015 ainda se encontram em processo de execução e devem atingir sua maturação ao longo do ciclo 2016-2019 do PPA. Espera-se, portanto, que os indicadores de saneamento básico possam apresentar boa evolução no próximo período, contribuindo também para melhorar a saúde, a qualidade de vida e cidadania.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	30/12/2010	31			31/12/2010	31	31/12/2010	31	31/12/2013	36,9
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2010	37,9	31/12/2012	38,7	31/12/2013	39	31/12/2014	40,8
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2010	38,8	31/12/2012	36,9	31/12/2013	37	31/12/2014	36,7
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	65,9	31/12/2011	71,55	31/12/2012	72,7	31/12/2013	73,5	31/12/2014	75,4
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	30,2	31/12/2011	29,6	31/12/2012	30,6	31/12/2013	33,3	31/12/2014	35,2
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	25,1	31/12/2011	29,39	31/12/2012	33,5	31/12/2013	29,7	31/12/2014	31,3
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2008	3,6	31/12/2011	2,97	31/12/2012	2,6	31/12/2013	2,4	31/12/2014	2,1
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	97,1	31/12/2011	97,84	31/12/2012	98	31/12/2013	98,1	31/12/2014	98,4
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	93,6	31/12/2011	93,34	31/12/2012	93,2	31/12/2013	93,6	31/12/2014	92,2
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	81,9	31/12/2011	84,82	31/12/2012	85	31/12/2013	83,9	31/12/2014	84,2
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2011	10,9	31/12/2011	10,9	31/12/2013	39,55	31/12/2013	39,55	31/12/2013	39,55
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	31/12/2008	51	31/12/2008	51	31/12/2008	51	31/12/2008	51
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2008	53			31/12/2008	53	31/12/2008	53	31/12/2008	53
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	57,4	31/12/2011	58,88	31/12/2012	61,5	31/12/2013	62,7	31/12/2014	61

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Quadro de Metas

Objetivo: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano	1.125,00	Comunidades especiais	3.594,00	
Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano	1.500,00	Municípios	3.063,00	
Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento	320,00	Municípios	547,00	
Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico	450,00	Municípios	402,00	
Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento	800,00	Municípios	1.454,00	
Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico	20,00	Estudos e/ou pesquisas	0,00	O Programa Interáguas tem sido o principal incentivador do desenvolvimento de estudos. Ao final de 2015 existiam seis estudos em andamento, e pelo menos outros seis em contratação. Tais estudos não foram concluídos durante a vigência do PPA 2012-2015 devido a dificuldades com a liberação de recursos e a atrasos do Programa Interáguas.
Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento	10,00	Atividades de capacitação	51,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratar R\$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água	2,00	R\$ Bilhões	0,00	Apesar da crescente necessidade de reduzir as perdas nos sistemas de abastecimento de água, não houve seleção de empreendimentos para a execução de intervenções de redução e controle de perdas no período de 2012 a 2015. Entretanto, em 2015 foi lançado edital para contratação de consultoria para o desenvolvimento de ações de apoio à redução de perdas em sistemas de abastecimento de água, no âmbito do Interágua.
Contratar R\$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico	600,00	R\$ Milhões	538,60	
Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)	3,00	Planos Regionais de Saneamento Básico	0,00	No final do ano de 2015 foi formalizado o 2º acordo aditivo de prazo, prorrogando a vigência do TED para 31/12/2016, cujo extrato foi publicado no DOU 249, folha 143, de 30/12/2015. Portanto, os 3 projetos/planos regionais de saneamento básico das RIDES persistem na fase de elaboração, previstos para conclusão em 2016.

Objetivo: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos	375,00	Comunidades quilombolas	200,00	Contínuas dificuldades dos municípios em apresentar projetos de engenharia para a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, especialmente para áreas quilombolas, o que pode ser minimizado com a disponibilização de recursos específicos para contratação de projetos nos próximos anos.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais	750,00	Comunidades rurais, tradicionais e especiais	1.937,00	

Objetivo: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão

Ministério das Cidades

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem	45,00	Municípios	10,00	Não houve novas seleções desde 2012. Os recursos aprovados no orçamento foram utilizados na suplementação de termos de compromissos já celebrados, no sentido de ampliar o alcance dos projetos. Para o ano de 2015, a ação de drenagem não teve orçamento liberado após contingenciamento. Dessa forma não houve seleção de municípios via programação Funasa.
Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos	500,00	Municípios	158,00	Baixa dotação orçamentária e indisponibilidade de limite orçamentário para empenho e celebração dos convênios inviabilizaram o alcance da meta definida.
Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares	650,00	Municípios	623,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratar R\$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória	1,28	R\$ Bilhão	1,95	
Contratar R\$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente	14,50	R\$ Bilhões	16,82	
Contratar R\$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final	1,50	R\$ Bilhão	0,64	Não ocorreram seleções de empreendimentos no período deste PPA e, conseqüentemente, não houve novas contratações com o setor público. Entretanto, foram contratadas 6 operações entre 2011 e 2013 com o setor privado, totalizando R\$ 636,7 milhões, o que representa 42% da meta.
Contratar R\$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento	3,00	R\$ Bilhões	3,06	
Contratar R\$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória	6,50	R\$ Bilhões	12,40	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Contratar R\$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória	960,00	R\$ Milhões	1.599,82	

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.134.719	3.004.895	295.344	14.421.949	4.727.071
Despesas Correntes	98.962	98.904	3.149	255.634	83.106
Despesas de Capital	3.035.757	2.905.991	292.195	14.166.315	4.643.965
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	3.134.719	3.004.895	295.344	14.421.949	4.727.071

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2069 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

Visão Consolidada do Programa

As políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vêm se consolidando nos últimos anos. Entre os marcos institucionais desta agenda no país destacam-se a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan); a inclusão do direito humano à alimentação no rol dos direitos sociais acolhidos pelo artigo 6º da Constituição Federal em 2010; e a edição do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), sob a coordenação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) em articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Neste contexto de construção institucional e de crescimento da execução de políticas públicas no âmbito de SAN, foi elaborado o Programa Temático de Segurança Alimentar e Nutricional para o Plano Plurianual PPA 2012-2015. Foram definidos como os principais desafios a serem enfrentados na vigência desse Plano: avançar na implantação do Sisan nos Estados, Distrito Federal e municípios; elaborar, implementar e monitorar o I Plansan; promover sistemas locais de abastecimento, com destaque, neste caso, para o papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, na medida em que garante a compra de alimentos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, direciona estes alimentos ao público em situação de insegurança alimentar; expandir e dinamizar os equipamentos públicos de alimentação e nutrição capazes de promover o acesso à alimentação adequada e saudável, com parcerias para a integração com outros equipamentos sociais; expandir o acesso à água para consumo humano por meio do Programa Cisternas, ação inovadora que apoia a implementação de tecnologias sociais de acesso à água, especialmente na região do semiárido, que tem se mostrado bastante eficazes para a convivência com a seca na região; promover ações de educação alimentar e nutricional voltadas à promoção da alimentação saudável para, entre outras coisas, combater a expansão da obesidade que já se insinuava como um importante problema de saúde pública; promover ações de fomento à estruturação e à inclusão produtiva, baseadas em uma estratégia de inclusão produtiva rural no contexto do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), dentre outros desafios.

O Sisan, que reúne entes governamentais e setores da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o território nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), se estruturou nos últimos anos para fortalecer sua organização federativa – e, por meio desta, entre outras tarefas, articular, coordenar e monitorar a PNSAN e o Plansan – e sua organização intersetorial, por meio do funcionamento da Caisan Nacional.

Visão dos principais atributos do Programa

Entre os principais resultados alcançados no período, destacamos o cumprimento da meta de adesão ao Sisan de todos os estados e do Distrito Federal, atingida em 2014, contribuindo para a consecução do objetivo de institucionalizar o Sistema no território nacional. Também é evidência dos avanços conquistados, a elaboração e publicação de doze planos estaduais de SAN, por parte dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins e do Distrito Federal. Por outro lado, dado, entre outras razões, o esforço dedicado à adesão estadual, não foi possível alcançar a meta de adesão dos municípios ao Sisan: desde 2013, 89 municípios aderiram ao Sistema. Cabe lembrar que o processo de adesão municipal ao Sisan depende da mobilização, capacitação e sensibilização dos gestores, além do cumprimento por parte dos municípios de pré-requisitos como a publicação de normativos (leis e decretos) que requerem tempo para tramitar nas respectivas instâncias político-administrativas, inclusive no Poder Legislativo, de acordo com o estabelecido pelo Decreto nº 7.272, de 2010. Desta forma, avançar significativamente na adesão de municípios ao Sisan é um dos principais desafios colocados para o período 2016-2019, assim como avançar nas discussões sobre a definição das atribuições federativas de cada ente e na criação do Fórum Tripartite para, entre outros aspectos, organizar o Pacto Nacional pelo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Merece importante destaque o fortalecimento dos mecanismos de participação social, enfatizando-se a organização e a realização de duas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) no período: a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (4ª CNSAN), realizada em 2011; a 4ª CNSAN + 2, que ocorreu em 2014 (para monitorar a realização das deliberações da 4ª CNSAN); e a 5ª CNSAN, em 2015. Para a realização da 5ª CNSAN, foram organizados importantes eventos preparatórios, tais como conferências municipais de SAN, 26 conferências estaduais e a do Distrito Federal, além de quatro encontros específicos com temáticas caras à agenda de SAN: Encontro de SAN na Amazônia, realizado em Belém/PA; Encontro de Mulheres e SAN, em Porto Alegre/RS; Encontro de Água e SAN, em São Paulo/SP; e Encontro da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais e SAN, realizado em São Luís/MA.

A 5ª CNSAN, que ocorreu em Brasília entre os dias 02 e 06 de novembro de 2015, contou com a participação de cerca de duas mil pessoas, representando a sociedade civil em seus diferentes segmentos e os governos federal, estaduais, distrital e municipais. Entre as medidas anunciadas durante a Conferência, destaque para o Decreto nº 8.553, de 3 de novembro de 2015, que instituiu o Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, que prevê a promoção do consumo de alimentos saudáveis e adequados e a ampliação das condições de oferta e disponibilidade desses alimentos para combater o sobrepeso, a obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação da população brasileira.

A Conferência produziu três importantes documentos que, certamente, estarão entre as principais referências que pautarão a agenda de SAN nos próximos anos: (i) o “Manifesto sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar”, que define o que é comida de verdade e possibilita avaliar se as políticas públicas estão

contribuindo para o acesso à alimentação saudável e para o combate das doenças decorrentes da má alimentação; (ii) um elenco de propostas com definição de prioridades, que são subsídios importantes para a elaboração do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2016-2019; e (iii) a Carta Política, documento final da Conferência, na qual são reconhecidos os importantes e significativos avanços obtidos nos últimos anos na área de segurança alimentar e nutricional, destacando-se, entre eles, a saída do Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e a melhoria dos indicadores sociais e nutricionais, bem como são apontados os desafios da agenda futura de SAN.

Ainda no âmbito de atuação do Sisan, também merece destaque: i) a elaboração, monitoramento e revisão do I Plansan 2012-2015, que era uma das principais metas para o período, baseado em diretrizes emanadas pelo Consea. Para tanto, organizaram-se bases de dados e ferramentas informacionais com indicadores de medição da situação de segurança alimentar e nutricional da população brasileira, como o DataSAN, que contém indicadores provenientes de diversas bases de dados (IBGE, Conab, Ministério da Saúde, entre outras), organizados a partir das dimensões da SAN, consolidando um Sistema de Monitoramento da SAN no Brasil; (ii) o Relatório de Informações de SAN – RI SAN, composto por indicadores de SAN desagregados até o nível municipal; (iii) o SisPlansan – Sistema de Monitoramento da Execução do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (iv) o MapaSAN – Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado anualmente, desde 2014, e que tem o objetivo de coletar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e os equipamentos públicos de SAN.

Com o objetivo de contribuir para a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, foi apoiada a expansão e a modernização da rede de equipamentos públicos de comercialização, alimentação e nutrição. Os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional são estruturas físicas e espaços destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia da segurança alimentar e nutricional. Compreendem os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias, os Bancos de Alimentos e as Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar (UDAF). No período do PPA 2012-2015, observa-se que foram atendidos mais de 1.500 municípios com equipamentos de SAN apoiados pelo MDS (implantação e/ou modernização).

Cabe apontar, entretanto, que ao longo do período houve mudanças na execução das ações de equipamentos públicos, deixando de ser apoiada, paulatinamente, a construção física de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Em um contexto de busca de melhoria e qualificação do abastecimento com base na promoção de uma alimentação adequada e saudável e na articulação com outras políticas públicas de SAN, foi dada prioridade à ação de modernização de Unidades de Apoio à Agricultura Familiar (UDAF) ou às Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar, que são espaços destinados à organização da distribuição dos gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar, em especial os adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE), e de apoio à comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais.

Também merecem referências, nesse contexto, as parcerias com o Ministério da Defesa (MD) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), respectivamente, para (i) o Programa Forças no Esporte, que atende milhares de crianças com atividades esportivas e outros serviços, sendo a alimentação responsabilidade do MDS, e para (ii) a modernização das cozinhas nas creches – Ação Brasil Carinhoso, que visa ao desenvolvimento de ações direcionadas à instalação e à modernização de cozinhas em creches públicas conveniadas em âmbito rural e urbano, a fim de promover a oferta de alimentação adequada e saudável. Esta parceria está inserida no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria – Ação Brasil Carinhoso, que objetiva garantir às crianças mais pobres do Brasil o direito à saúde, educação, alimentação de qualidade, atenção e carinho.

Para o próximo período, um dos principais objetivos é a constituição da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, uma importante iniciativa que dá respostas a questões globais, integrando esforços governamentais, do setor privado e das organizações sociais em torno do tema da perda e desperdício de alimentos no país.

Refletindo o esforço integrado e intersetorial do governo que visa o alcance progressivo do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), houve importantes avanços, durante o período de execução do PPA 2012-2015, na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional – EAN.

Nesse sentido, merece destaque a publicação, em 2012, do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas. Nesse contexto, foram elaborados e produzidos, de maneira contínua e permanente, diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN, tais como: os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional para os serviços socioassistenciais, os quais têm por objetivo subsidiar o trabalho dos profissionais no que se refere à abordagem da temática da EAN; a criação da rede Ideias na Mesa, em 2012, que, até 2015, dobrou o número de experiências disponibilizadas, passando de 75 para 184, e teve o número de usuários quase sextuplicado (passando de 1.228 para 7.849).

Outra importante ação refere-se à Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade, com recomendações para estados e municípios. O processo de elaboração, discussão e implementação da Estratégia aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Caisan Nacional, cujo processo se iniciou em 2011 e vem se desenrolando desde então. Cabe lembrar que, se por um lado o Brasil deixou o Mapa da Fome da FAO em 2014 – reconhecimento da exitosa luta contra a fome – por outro, vem apresentando graves prevalências de sobrepeso e de obesidade em toda a população, inclusive entre as crianças.

Nesse sentido, um dos principais avanços a ser destacado na área consistiu na instituição do Pacto Nacional para a Alimentação Saudável, por meio do Decreto n.º 8.553, de 2015, com a finalidade de ampliar as condições de oferta, disponibilidade e consumo de alimentos saudáveis e combater o sobrepeso, obesidade e as doenças decorrentes da má alimentação. A Caisan está liderando o processo de implantação do Pacto, com a

participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Saúde (MS) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo como perspectiva fazer um chamamento público para que os entes federados, sociedade civil organizada, organismos internacionais e o setor privado possam firmar compromissos. Cabe destacar, também, a implementação da Campanha Brasil Saudável e Sustentável, que visa incentivar o consumo de alimentos saudáveis, fortalecer as ações de EAN nas redes públicas de educação, saúde básica e assistência social, promover parcerias entre o setor privado, público e organizações econômicas da agricultura familiar; ampliar e qualificar os canais de comercialização da agricultura familiar e da produção orgânica e agroecológica. Durante a Copa do Mundo de 2014, duas ações tiveram destaque: (i) a distribuição de 20 mil kits-lanche com alimentos orgânicos e sustentáveis aos voluntários do programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte, ação esta que envolveu nove cooperativas de cinco estados que, juntas, beneficiaram 7.831 famílias; (ii) os chamados Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável, montados em 10 cidades sede e que envolveram, aproximadamente, 60 empreendimentos da agricultura familiar de diferentes regiões que realizaram venda direta de seus produtos durante sete dias de funcionamento. Os empreendimentos participantes beneficiaram, ao todo, 17.075 famílias.

O ano de 2015 foi um ano de organização, articulação e preparação de Campanha com a Prefeitura do Rio de Janeiro e capacitação dos demais parceiros. Foi firmada parceria com a Prefeitura, visando promover a alimentação saudável, ampliar as compras da agricultura familiar para alimentação escolar e implantar ações de EAN no ambiente escolar, além de estabelecer e implementar atividades de educação para o consumo saudável junto à sociedade carioca, incluindo os espaços de feiras livre. Em 2016, está previsto o lançamento da “Campanha Brasil Saudável e Sustentável – estratégias de educação alimentar e nutricional e de promoção da alimentação saudável e sustentável para a população na cidade do Rio de Janeiro”.

Durante o período de execução do PPA 2012-2015, foram realizadas diversas ações para ampliar e qualificar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), principal instrumento para promover, de um lado, a inserção socioeconômica da agricultura familiar com prioridade para os mais pobres (conforme as diretrizes do Plano Brasil Sem Miséria), para povos e comunidades tradicionais e mulheres e, de outro, o acesso à alimentação de melhor qualidade para os públicos atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Um dos maiores aprimoramentos da execução do PAA foi realizado em 2012, quando se iniciou a operacionalização da modalidade compra com doação simultânea por meio de termo de adesão, em substituição à execução por meio de convênios. O novo instrumento trouxe muitos benefícios, entre os quais o pagamento direto ao beneficiário fornecedor, por meio de cartão bancário próprio. Além disso, toda a execução por meio daquela modalidade passou a ser feita por meio de sistema eletrônico, o SisPAA, que permite o monitoramento tempestivo de todas as etapas da execução, contribuindo para a maior segurança, eficiência e transparência das informações. Até dezembro de 2015, 1.707 municípios participavam do PAA, sendo que 965 municípios possuíam adesão diretamente com o MDS, e os demais constituíam-se de participantes com o apoio dos estados e do DF.

Também em 2012 foi criada nova modalidade do PAA chamada compra institucional, que permite a estados, municípios e órgãos federais da administração pública direta e indireta a compra de produtos da agricultura familiar nos moldes do PAA, com chamada pública (dispensando-se, dessa forma, a tradicional licitação) e utilizando recursos próprios. A modalidade abre novos canais de comercialização para a agricultura familiar, contribuindo também para a melhoria da qualidade da alimentação fornecida pelos órgãos públicos, ofertando refeições com produtos mais frescos e diversificados, promovendo, assim, a alimentação saudável e a segurança alimentar de consumidores de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, dentre outros.

Nessa mesma linha, outra importante ação para valorizar e incentivar a agricultura familiar e promover a alimentação saudável foi a determinação de que no mínimo 30% das aquisições de alimentos realizadas no âmbito do governo federal devam ser provenientes da agricultura familiar. O Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, que introduziu esta inovação, entrou em vigor em janeiro de 2016, abrindo um novo e forte mercado para a agricultura familiar.

Outra importante iniciativa foi a criação da modalidade aquisição de sementes (regulamentada em 2014), que consiste na aquisição de sementes de agricultores familiares para a doação a outros grupos de agricultores familiares, priorizando o público inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária e mulheres.

Todas estas mudanças e aprimoramentos refletem-se em um conjunto de normas, entre as quais destacam-se a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, atualizado pelos Decretos nº 8.026, de 6 de junho de 2013 e nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Além disso, merece menção a profícua atuação do Grupo Gestor do PAA – GGPA, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, do Desenvolvimento Agrário – MDA, da Educação – MEC, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, da Fazenda – MF e do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, que deu dinâmica e agilidade à gestão do programa. Entre as principais Resoluções do GGPA, destacamos: a Resolução nº 44/2011, que estabelece percentuais mínimos de participação de mulheres no Programa; a de nº 49/2012, que instituiu Comitê Consultivo para fins de assessoramento e acompanhamento das atividades do PAA, contando com a participação de diversos órgãos de governo e de entidades da sociedade civil, especialmente aquelas vinculadas aos Povos e Comunidades Tradicionais (extrativistas, indígenas, quilombolas, entre outros), a mulheres camponesas, dentre outras organizações representativas dos trabalhadores da agricultura familiar e de unidades receptoras de alimentos; e a Resolução de nº 72/2015, que trouxe aprimoramentos quanto à destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa.

Duas importantes metas foram alcançadas no período. Uma refere-se à evolução de participação de mulheres no Programa ao longo do período: 29% (2012), 37% (2013), 41% (2014) e 36,7% (2015), superando, na média, o percentual de 35% proposto no PPA. Também foi alcançada e superada a meta de 45% de agricultores fornecedores enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria, considerando-se, para tanto, aqueles inscritos no Cadastro Único: 45% (2012), 53% (2013), 62% (2014) e 59% (2015).

Além disso, cabe destacar que ao longo do período 2012-2015 mais de 297 mil¹ agricultores familiares acessaram o PAA no mínimo uma vez.

Enfim, o PAA, após mais de 10 anos de existência, vem passando por aprimoramentos para consolidar-se como uma importante ação de qualificação do abastecimento público e de fortalecimento da agricultura familiar. Essas mudanças – concebidas no contexto do conjunto das compras públicas da agricultura familiar – também vêm responder a alguns dos novos desafios da agenda de segurança alimentar e nutricional para o próximo período (o que se refletiu na elaboração do PPA 2016-2019), especialmente aqueles voltados à promoção da alimentação adequada e saudável. Trata-se de um desafio gigantesco, quando se constata que o sobrepeso e a obesidade já são problemas de saúde pública, inclusive entre as crianças.

Na questão do acesso à água, entre os anos de 2012 e 2015, foram entregues, pelo conjunto de parceiros do Programa Água Para Todos, mais de 800 mil cisternas de água para consumo humano e 1,7 mil sistemas coletivos, tecnologias essas concentradas basicamente na região do semiárido brasileiro. Tal atendimento, agregado às entregas de 2011, resultou na superação da meta de atendimento estabelecida no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria de 750 mil tecnologias de água para consumo humano entregues no período 2011-2014.

No entanto, o desafio de garantir o acesso à água para populações rurais ainda persiste, visto que, ao longo do processo de implementação das tecnologias, tem sido identificada uma quantidade significativa de famílias com perfil e que ainda não foram atendidas, o que sinaliza a necessária continuidade da ação para sua efetiva universalização na região.

Destaca-se também que nesse período, mais especificamente no ano de 2013, por meio da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013 e do Decreto nº 8.038, de 4 de julho de 2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, de responsabilidade do MDS. O aprimoramento do marco legal do programa instituiu nova sistemática de execução que visa conferir maior agilidade e efetividade ao processo de implementação de tecnologias sociais de acesso à água no meio rural.

No caso das cisternas escolares, com as mudanças decorrentes do marco legal do programa, foi rearticulada a ação de apoio à implementação dessa tecnologia. Dessa forma, não foi possível cumprir a meta estipulada para o período 2012-2015 de 3 mil cisternas escolares. Na perspectiva de uma ação em todo o semiárido, foi firmado, em 2014, Termo de Parceria com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) para a implementação de 5 mil cisternas em escolas rurais da região até o final de 2016. Até 2015, foram entregues, no âmbito dessa parceria, mais de 1,8 mil cisternas escolares.

Em relação à ampliação do acesso à água para famílias rurais pobres de outras regiões, destacamos o avanço do Programa Cisternas para a região Norte. Em 2012, após Edital de Chamamento Público para implementação de tecnologias testadas para famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o

Instituto de Pesquisa da Amazônia. Já em 2014, foi firmado Termo de Parceria com o Memorial Chico Mendes, OSCIP selecionada a partir de edital de concurso de projetos, para a implementação de 2.800 tecnologias de acesso à água na região, a partir da sistemática de execução instituída pelo novo marco legal do Programa. Até 2015, como resultado dessas parcerias firmadas pelo MDS, foram implementadas mais de 700 tecnologias no Norte, evidenciando o desafio para a expansão do Programa nessa região.

Outro relevante objetivo do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2012-2015 é o que trata do fomento à estruturação da produção familiar e à inclusão produtiva. Duas grandes metas sob a responsabilidade do MDS merecem destaque, relacionadas aos programas de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo.

De 2012 a 2015, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais atendeu 196.682 famílias em situação de extrema pobreza no meio rural, superando, portanto, as metas propostas. O Programa disponibiliza serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), de responsabilidade do MDA, e recursos financeiros não reembolsáveis para realizarem seus investimentos produtivos, de responsabilidade do MDS. Somente em 2015, foram incluídas 49.235 novas famílias no Programa, que receberam os serviços de Ater e a primeira parcela dos recursos financeiros previstos. O Programa, que foi lançado no âmbito das ações do Plano Brasil Sem Miséria, tem por objetivo atender famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que se encontravam em situação de extrema pobreza. Suas ações proporcionaram, entre outros resultados, a implantação e a melhoria da estrutura produtiva dos beneficiários, o acúmulo de patrimônio produtivo (com a aquisição ou a ampliação dos rebanhos e a construção de pocilgas e galinheiros, entre outros), as mudanças em relação à sua forma de produzir, a ampliação e a diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, ao comercializarem o excedente de produtos (com melhor qualidade, inclusive) nos mercados locais e para os programas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Por sua vez, o Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo contratou, entre 2011 e 2015, mais de 155 mil tecnologias sociais, concentradas, principalmente, no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias, sendo 20 mil pela Petrobras e 20 mil via parcerias firmadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Fundação Banco do Brasil. Do total de contratadas desde 2011, foram implementadas 158.052 tecnologias, sendo 152 mil entre os anos de 2012 e 2015 e 113.846 apenas a partir das parcerias firmadas pelo MDS.

Considerações Finais

Enfim, considerando o aprimoramento normativo do Programa de Aquisição de Alimentos, os avanços na institucionalização do Sisan, os expressivos resultados do Programa Cisternas com a implementação de centenas de milhares de tecnologias sociais de baixo custo e eficazes na convivência com a seca, a implementação do Programa de Fomento e o

atendimento de milhares de famílias extremamente pobres no meio rural, no contexto da estratégia de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, entre diversos outros resultados, é possível afirmar que, em seu conjunto, o Programa Temático Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do PPA 2012-2015 cumpriu suas principais metas e atingiu grande parte dos objetivos propostos.

Uma vez que diversos indicadores demonstram melhoria do acesso à alimentação e do poder de compra e de redução da desnutrição, mortalidade infantil e da extrema pobreza no país, e dado o aprendizado dos últimos anos, a elaboração do PPA 2016-2019 foi pautada, por um lado, por desafios que ainda existem, como o da insegurança alimentar que ainda persiste em alguns grupos populacionais específicos, e, por outro lado, por novos desafios pós-superação da fome, como o da promoção da alimentação saudável e o do enfrentamento do sobrepeso e da obesidade.

É preciso, ainda, dar continuidade às ações de acesso à água para consumo humano, buscando a efetiva universalização do atendimento no semiárido e o ganho de escala da execução na região Norte. Também se mostra necessário contribuir para a redução da pobreza no meio rural, refletindo o aprendizado do período que se encerra, ampliando as oportunidades de inserção produtiva e promovendo a convergência de políticas e ações destinadas à inclusão produtiva de famílias pobres no meio rural. Com a integração das ações de Ater e fomento, tecnologias sociais de água para produção e compras públicas da agricultura familiar, pretende-se assegurar um atendimento mais adequado dessas famílias e a ampliação de suas capacidades produtivas.

Consolidar a implementação do Sisan é um desafio permanente, por meio da participação dos estados e municípios no Sistema e na execução da Política Nacional de SAN de forma pactuada, definindo e regulamentando as atribuições federativas no âmbito do Sistema e aperfeiçoando a gestão, a articulação intersetorial e a participação social. Articulado com o PPA 2016-2019, será elaborado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que também será importante instrumento de ação nos próximos anos, consideradas as deliberações da última Conferência Nacional de SAN.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2010	54,2	31/12/2011	43	31/12/2012	45	31/12/2012	45
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2010	49,6	31/12/2012	33	31/12/2012	33	31/12/2012	33
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2010	30,4	31/12/2011	20	31/12/2011	20	31/12/2011	20
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2010	63,4	31/12/2012	59	31/12/2012	59	31/12/2012	59
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2010	91,8	31/12/2011	90	31/12/2011	90	31/12/2011	90
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2010	16,3	31/12/2011	12	31/12/2012	16	31/12/2012	12
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2009	56,4	31/12/2011	27	31/12/2012	29	31/12/2012	29
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	29/02/2012	12.100.000	31/12/2013	12.000.000	31/12/2014	12.000.000	31/12/2014	12.205.900
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	30/04/2012	7.081.400	31/12/2012	7.127.400	31/12/2012	7.127.400	31/12/2013	7.651.700
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2012	3.500.000	31/12/2013	3.400.000	31/12/2014	3.350.000	31/12/2013	2.806.300
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	30/04/2012	9.264.600	31/12/2012	8.727.500	31/12/2012	8.727.500	31/12/2013	8.389.400
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2012	50.610.100	31/12/2013	52.762.600	31/12/2014	53.905.000	31/12/2014	54.645.100
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2012	0,5	30/09/2012	0,5	30/09/2013	0,497	30/09/2014	0,494
Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2011	97,1	31/12/2011	97,1	31/12/2013	93	31/12/2014	92

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4	31/12/2009	19,4
Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5	31/12/2009	21,5
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	31/12/2009	48	31/12/2009	48	31/12/2009	48	27/07/2013	58,2
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	31/12/2009	50,1	31/12/2009	50,1	31/12/2009	50,1	27/07/2013	55,6
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	31/12/2009	16,9	31/12/2009	16,9	31/12/2009	16,9	27/07/2013	24,4
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	31/12/2009	12,5	31/12/2009	12,5	31/12/2009	12,5	27/07/2013	16,8
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2	31/12/2009	59,2
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		17,48	31/12/2009	17,48	30/09/2009	17,48	30/09/2009	17,48	30/09/2013	11,26
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8	31/12/2006	1,8
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7	31/12/2006	6,7
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2	31/12/2006	7,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	31/12/2009	5	30/09/2009	5	30/09/2013	3,2	30/09/2013	3,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	31/12/2009	18,7	30/09/2009	18,7	30/09/2013	14,8	30/09/2013	14,8
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	31/12/2009	6,5	30/09/2009	6,5	30/09/2013	4,6	30/09/2013	4,6
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	31/12/2009	69,8	30/09/2009	69,8	30/09/2013	77,4	30/09/2013	77,4
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2	31/12/2009	2
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8	31/12/2009	19,8
Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7	31/12/2009	28,7
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		18,61	31/12/2009	18,61	30/09/2009	18,61	30/09/2013	12,1	30/09/2013	12,1
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%		41,62	31/12/2009	41,62	30/09/2009	41,62	30/09/2013	29,1	30/09/2013	29,1

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1	31/12/2009	12,1
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8	31/12/2009	0,8
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4	31/12/2006	17,4
Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R\$	31/12/2009	631,27	30/09/2011	753,89	30/09/2012	860,53	30/09/2013	938,1004	30/09/2014	1.031,88
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	89	31/12/2013	96,29	31/07/2014	100	31/12/2015	100
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0	31/12/2013	0,21	31/12/2014	1,6	08/01/2015	1,6
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0	31/12/2012	0	31/12/2012	0	04/02/2016	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2010	16	31/12/2011	15,3	31/12/2011	15,3	31/12/2013	14,4
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0	31/12/2012	17,7	31/12/2012	17,7	04/02/2016	0,1436
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	11	31/12/2013	18,51	31/12/2014	29,6	31/12/2015	44,44

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Quadro de Metas

Objetivo: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adesão de 3339 Municípios ao SISAN	3.339,00	Municípios	89,00	A adesão dos municípios ao SISAN é um processo técnico e político que envolve a mobilização, a sensibilização e a capacitação da sociedade civil, dos gestores públicos e dos legisladores, e que depende, finalmente, de uma aceitação política dos poderes executivo e/ou legislativo municipais. Este processo é mais moroso do que foi inicialmente previsto e planejado, o que justifica a não realização da meta estabelecida durante o período do PPA.
Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN	27,00	Unidades da Federação	27,00	

Objetivo: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio

da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas				
Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas	25.000,00	Agricultores familiares, povos, comunidades tradicionais e indígenas	11.407,00	Entre os fatores que justificam a baixa execução da meta, pode-se mencionar o fato de que ainda persiste a subnotificação de produtos e de produtores orgânicos/agroecológicos, e em especial, produtos da sociobiodiversidade, e a baixa oferta de produtos orgânicos ao PAA, devido a preços mais atrativos em outros mercados. Impactou também a execução de uma operação da Polícia Federal na CONAB em 2013.
Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes	35,00	%	36,70	
Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria	45,00	%	54,70	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria	45.000,00	Agricultores familiares	19.323,00	A execução abaixo da meta se deu, especialmente, pela decisão do Grupo Gestor do PAA de vetar a quitação das Cédulas de Produto Rural – CPRs em produto, permitindo apenas a quitação financeira, o que fez com que as cooperativas rechassem a adesão a esta modalidade. Com o intuito de estabelecer novos procedimentos para o acesso à modalidade, o Manual de Operações da Conab – MOC Título 33 foi atualizado.
Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado	60,00	%	63,00	

Objetivo: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais	3.000,00	Famílias produtoras	0,00	Não houve definição entre a Conab e o Ministério supervisor da Ação (MDS/SESEP), quanto a execução da mesma, o que levou ao remanejamento da dotação orçamentária para outras Ações do PPA da Conab.

Objetivo: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano	3.000,00	Escolas da zona rural e territórios tradicionais	1.833,00	O alcance da meta foi prejudicado devido a dificuldades diversas de operacionalização, associadas principalmente aos ritos burocráticos para o início efetivo dos projetos em âmbito local, e a instituição do novo marco legal do Programa, tais metas foram reprogramadas, optando-se por excluir essas metas com os parceiros estaduais para adotar uma estratégia mais uniforme e abrangente.
Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água	245.000,00	Famílias da zona rural	18.544,00	A atuação inicial, por meio de convênios estaduais, sofreu diversas dificuldades que resultaram em redução na execução da meta. Em 2014 foi padronizada tecnologia social de acesso à água para consumo humano em áreas isoladas da Amazônia, implantada por Termo de Parceria. A atuação em outras regiões, que não o Semiárido, foi prejudicada por dificuldades logísticas, de identificação de parceiros com capacidade técnica/operacional para atuar em maior escala e na forma de implementação diferenciada
Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais	1.200,00	Sistemas coletivos dessalinizadores de água	0,00	Até dezembro de 2013, foram formalizados 9 convênios com estados. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. Até o momento foram realizados diagnósticos técnicos ambientais em 2.789 comunidades difusas em 193 municípios do Semiárido brasileiro.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água	730.000,00	Famílias da zona rural do semiárido	819.798,00	

Objetivo: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas	100,00	Iniciativas	360,00	Registra-se que a superação da meta prevista no PPA deve-se à alteração da forma de operacionalização da meta no ano de 2015.
Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais	142.100,00	Agricultores familiares	196.682,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria	176.000,00	Tecnologias	152.409,00	

Objetivo: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão

Ministério da Saúde

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos	25,00	%	25,00	
Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)	35,00	%	15,50	A meta foi baseada nos avanços alcançados no município de pequeno porte e com maior cobertura da atenção básica à saúde. Contudo houve aumento do peso dos municípios de maior porte, em que a própria cobertura da atenção básica é menor, levando à necessidade de ajuste das metas para níveis menores do que os anteriores. Em 2015 também não houve repasse para compra de equipamentos antropométricos por UBS participantes do PMAQ, o que pode ter corroborado o comprometimento do alcance das metas.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.238.717	1.511.803	529.178	13.113.895	7.879.611
Despesas Correntes	1.405.705	1.025.874	440.579	6.034.030	3.673.174
Despesas de Capital	833.012	485.929	88.599	7.079.865	4.206.437
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	2.238.717	1.511.803	529.178	13.113.895	7.879.611

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2070 – SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Visão Consolidada do Programa

Principais desafios da política e o Programa Segurança Pública com Cidadania

Para o período compreendido entre 2012 e 2015, o programa temático Segurança Pública com Cidadania foi estruturado de modo a conjugar a atuação do Ministério da Justiça com o disposto no art. 144 da Constituição Federal de 1988, que estabelece como dever do Estado “a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

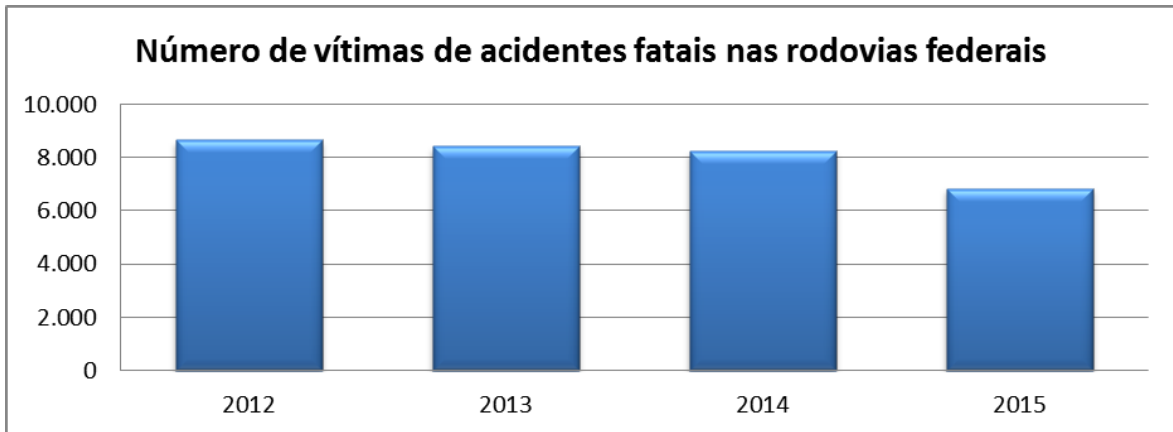
Esta estruturação foi orientada pela garantia do direito fundamental de todo cidadão à segurança, pelos princípios básicos de integração das instituições de segurança pública e pela participação da sociedade nas ações combinadas de promoção da cultura de paz, prevenção à violência e repressão ao crime.

Para tanto, o programa reuniu políticas para o aperfeiçoamento das ações de segurança pública (incluindo segurança para grandes eventos); de garantia de direitos e cidadania a pessoas privadas de liberdade objetivando a reintegração social; de diminuição da violência no trânsito das rodovias federais; de aperfeiçoamento no relacionamento com a comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento de instituições, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico-científicas, dentre outras.

Indicadores

Destacam-se no Programa dois indicadores, a seguir apresentados, relacionados aos esforços para a promoção da segurança nas rodovias federais e para a superação dos problemas do sistema prisional.

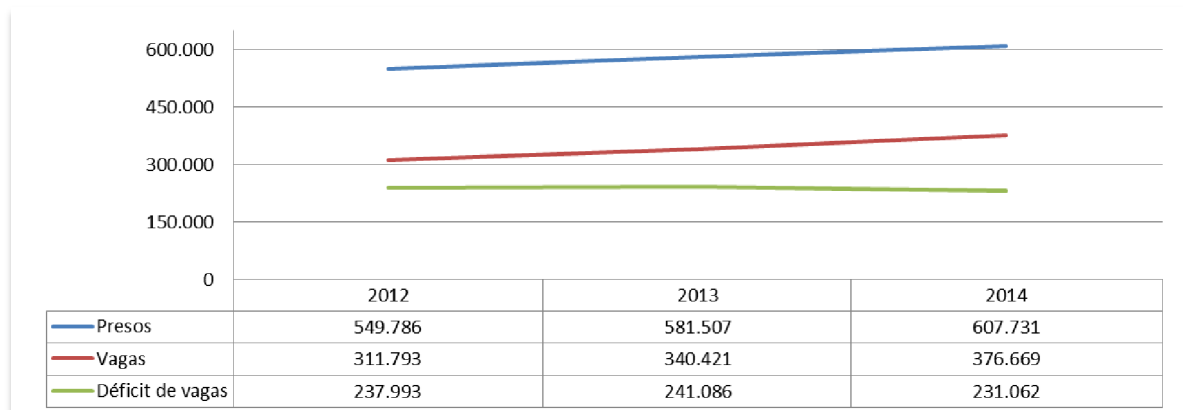
No quadriênio em análise, apesar do aumento de 28,55 % da frota de veículos em circulação no País, que saltou de 70 milhões para 90 milhões, observou-se uma redução de 18,14 % no número absoluto de acidentes graves (aqueles em que há vítimas) e uma redução de 20,88% no número de mortos nas rodovias federais, que em 2012 foi de 8.663 e em 2015 caiu para 6.854, como consequência da atuação dos vários órgãos envolvidos na prevenção de acidentes. Além do aspecto humano, vale também ressaltar que a redução do número de acidentes tem impacto positivo nas contas da previdência social e nos gastos do SUS, por exemplo.



Fonte: DPRF

Nos últimos anos, observou-se um aumento de 22,5% no número de pessoas privadas de liberdade no País, atingindo o patamar de 607.731 pessoas encarceradas em 2014, o que posiciona o Brasil como o quarto país com a maior população prisional no mundo, atrás dos Estados Unidos, da China e da Rússia. Ao mitigarmos o impacto do crescimento populacional na evolução do número de pessoas encarceradas, é possível afirmar que, em junho de 2014, existiam 300 presos para cada 100 mil habitantes no Brasil.

Em que pesem os esforços empregados nos últimos anos com vistas à elevação do número de vagas ofertadas no sistema prisional (o investimento total na geração de vagas prisionais atingiu a monta de 1,4 bilhão de reais, destinada à criação de 45,6 mil vagas, já contratadas), persiste um quadro de superlotação do sistema, expresso pela relação entre o número total de pessoas encarceradas e o número de vagas ofertadas. No período analisado, a situação mais expressiva de superlotação do sistema ocorreu em 2013, quando se observou um déficit total de 241.086 vagas e uma taxa de ocupação equivalente a 170%. Ao final de 2014, constatou-se uma redução nesse déficit, que caiu para 231.062 vagas, persistindo, todavia, uma elevada taxa de ocupação, correspondente a de 161% do sistema.



Fonte: DEPEN / Infopen

Visão dos principais atributos do Programa

Objetivos e metas mais relevantes

Em se tratando de segurança pública, o Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 7.496/2011, direcionou grande parte da atuação do governo federal para a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir, de modo efetivo e em caráter permanente, os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira.

O escopo da atuação do Ministério da Justiça é gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstos no Plano, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, da prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, que vêm sendo implementados através da articulação e envolvimento dos onze Estados (AC, AP, AM, MT, MS, PA, PR, RO, RR, RS e SC) e dos Municípios fronteiriços.

Tal pactuação possibilitou a implementação de vários projetos voltados ao fortalecimento da Segurança Pública na Faixa de Fronteira, tais como: Apoio ao Reparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública; Capacitação; Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras; Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada; Sistema de Radiocomunicação Digital; Caderno de Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira; Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras; Apoio à Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras; Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras; Contratação de seis consultorias sobre o sistema de segurança pública no Brasil e em outros países como Índia, Rússia e China.

Nesse contexto, para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras - ENAFRON, ressalte-se que os estados fronteiriços têm trabalhado de forma intensa, no sentido de alinharem suas políticas de segurança pública às diretrizes centrais sugeridas pelo Ministério da Justiça, que vem desenvolvendo esforços buscando a padronização de processos de coleta, tratamento e análise de dados criminais, com vistas à melhoria da produção do conhecimento na referida área, fato que vem mostrando grandes avanços no que se refere ao enfrentamento à criminalidade por parte das instituições federais e estaduais, por meio da adoção de ações preventivas e intensificação da repressão às organizações criminosas.

Em outra vertente, o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção, desenvolvido por meio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, reforçou-se ao longo do período pela adoção de diversas ações, tais como a instituição de mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; a edição e proposição de regulamentações para a lei 9.613/1998 (Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro); o combate ao suborno transnacional; o cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; e a edição e oferecimento de manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

Por sua vez, em cumprimento ao que estabelece o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), previsto no Decreto nº 7.901/13 e aprovado pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementados por trabalho de campo nos 11 estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos: modalidades de Tráfico de Pessoas; perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas e/ou assistidas; *modus operandi* dos agentes criminosos; modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes; descrição dos fluxos migratórios; identificação da composição de eventuais fluxos mistos; mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e análise do ambiente local nos 11 Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação no futuro de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes.

Quanto à atuação do Departamento de Polícia Federal (DPF), no desempenho das suas atribuições como órgão de segurança pública, conforme estabelecido no art. 144 da Constituição Federal, tal instituição agiu fortemente no combate à criminalidade, notadamente na repressão aos crimes de desvio de recursos públicos, contra o meio ambiente e contra a previdência social; no combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas e de armas; e na fiscalização do fluxo migratório.

Em relação ao efetivo combate aos desvios de recursos públicos, apenas em 2015 foram deflagradas 51 operações que levaram à identificação de prejuízos da ordem de R\$ 132 milhões, e foram instaurados mais de nove mil inquéritos para apurar possíveis ilicitudes em contratos, que envolvem valores próximos a R\$39,3 bilhões de reais em recursos públicos.

Além dos resultados obtidos com as Operações Lava Jato e Zelotes, cabe destacar a realização das análises dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF e a produção de informações que subsidiaram as diferentes investigações criminais.

Quanto aos crimes ambientais, houve a intensificação das investigações contra grandes organizações criminosas, com especial foco na repressão à corrupção de servidores públicos e na quantificação dos danos ambientais. Além disso, foram adotadas medidas de descapitalização dos grupos criminosos como estratégia de combate à impunidade.

No tocante ao combate a delitos contra a Previdência Social, destaca-se que nas ações debeladas pela PF apurou-se um prejuízo ao erário de aproximadamente R\$ 119 milhões. Com o fito de otimizar a recuperação desses recursos, houve o aprofundamento de ações de capacitação de servidores para atuação contra esse tipo de crime.

A atuação em segurança pública depende grandemente do acesso e tratamento de dados e informações qualificadas. Por isso, o fortalecimento das atividades de inteligência é primordial. Assim, a Polícia Federal focou nos trabalhos de inteligência policial, na elaboração das análises de risco na área de inteligência estratégica e no desenvolvimento de operações de inteligência de enfrentamento ao terrorismo e de combate à corrupção, com a execução de operações sensíveis.

Outro ponto que merece destaque se refere à implantação de sistema de acompanhamento das contas vinculadas a repasses de recursos públicos da União, que permite rastrear a sua efetiva aplicação em Saúde, Educação e Assistência Social pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

A estruturação de uma base de investigação centralizada e o aprimoramento das investigações de repressão à falsificação de moedas e às fraudes praticadas mediante o uso de cheques refletiu no aumento de operações de repressão aos crimes fazendários, com destaque para a operação Zelotes, que investiga fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

A atuação em segurança pública cada vez mais impõe ao Estado ações visando treinar e capacitar mais e melhor os agentes responsáveis pela atuação diária na manutenção da ordem, da segurança e no combate à criminalidade em todo o País. Isto tem ocorrido por meio da disseminação de conhecimento, doutrinas e procedimentos operacionais que resultem na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública junto à sociedade, como por exemplo, a incorporação da temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada.

Nesse sentido, o Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, disponibilizou no período do PPA 2012-2015 mais de 1.125.719 vagas para os gestores e operadores de segurança pública, nas diversas modalidades possíveis, como ensino à distância, especializações, valorização pessoal e outras.

Destaca-se que na modalidade à distância foi efetivada a integração da Rede de Ensino a Distância da SENASP às ações de educação das Instituições de Segurança Pública, tendo sido capacitados 1.073.767 profissionais de segurança pública, superando a meta do PPA em 330%. Também foram incluídos 31 novos cursos nessa modalidade, superando a meta em 55%.

Importa ainda apontar que foram realizados estudos e projetos voltados ao aperfeiçoamento de estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional, abrangendo todas as Unidades da Federação, superando as metas em 30%, com 10 estudos e/ou pesquisas realizadas e 52 projetos pactuados.

A despeito das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, ainda foi possível promover a capacitação de 2.838 novos policiais militares (número muito próximo da meta de 3.240) do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) para atuarem nas escolas, no âmbito do Plano Crack, é Possível Vencer.

Também fez parte da atuação do governo federal no quadriênio 2012-2015 disponibilizar recursos objetivando a estruturação dos núcleos de inteligência, de estatística e análise criminal; a implementação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP por meio de 27 pactos federativos firmados com os Estados e o Distrito Federal; e ainda o fomento aos Planos Estaduais de Segurança Pública.

A segurança pública contempla esforços que vão ao encontro dos objetivos dos projetos prioritários desenvolvidos pelo Governo Federal por meio de ações que visam ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal.

Tais ações foram voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nos territórios, por meio do desenvolvimento de iniciativas que visam: à reativação de vínculos comunitários, à promoção do envolvimento, à proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, à ampliação do policiamento comunitário e preventivo, à difusão do modelo de justiça comunitária, à ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, ao fortalecimento dos municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, à ampliação da presença do Estado nas regiões de maior vulnerabilidade criminal, bem como ao fomento da política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional.

Nesse sentido, os projetos voltados a prevenir a violência e a criminalidade dialogaram e continuarão a dialogar com os projetos do Governo Federal voltados à redução de circunstâncias que propiciam a violência e criminalidade, tais como o Programa Crack, É Possível Vencer e o Programa Brasil Mais Seguro.

O Programa de Redução da Criminalidade Violenta, “Brasil Mais Seguro”, foi implementado para induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e de produção de prova, bem como para proporcionar maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.

As ações do Programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes de pacto federativo. As ações empreendidas são construídas juntamente com os governos locais, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o *ranking* da taxa de homicídios e as desigualdades regionais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Enfrentamento à Impunidade, Aumento da Sensação de Segurança e Controle de Armas.

Na experiência piloto, com a implantação do Brasil Mais Seguro em Alagoas, foi possível alcançar a redução de 9% dos crimes violentos em todo o estado e 18% na capital, Maceió. As ações preveem a combinação de projetos voltados a possibilitar melhores condições no trabalho policial, assim como a implementação de ações de prevenção em territórios de maior vulnerabilidade criminal.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na segurança pública, são direcionadas linhas de investimentos para o desenvolvimento de projetos que visam: a estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; a estruturação das Secretarias Municipais de

Segurança e/ou órgãos de gestão da segurança pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para segurança pública; o fortalecimento das guardas municipais nas cidades com elevados índices de homicídios, principalmente nos 400 municípios com maiores taxas de homicídios localizados na faixa de fronteira, assim como os que estão priorizados em políticas do Governo Federal, tal como Juventude Viva, ou que possuam conselho de direitos de criança e adolescente, mulher, negros e população LGBT, entre outros.

Além disso, está em curso o Programa Crack, é possível vencer, em parceria com diversos órgãos, estados, Distrito Federal e municípios. Nesse Programa, as ações de segurança pública estão concentradas em duas vertentes: o combate às organizações criminosas; e a implantação do policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de crack e outras drogas, onde são instaladas bases móveis e câmeras de videomonitoramento fixo.

Essas ações de segurança pública se articulam com as demais previstas no Programa, exigindo uma atuação integrada de forma a possibilitar a formação de uma rede de proteção aos usuários de drogas e seus familiares. Tal implementação de política pública de forma integral beneficia a população em suas necessidades mais básicas de saúde, segurança e inserção social.

Para tal finalidade, aos estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa e manifestarem interesse, são disponibilizados equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso, assim como ampliação no número de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd.

A atuação do Ministério da Justiça no período do PPA 2012-2015 alcançou relevância extra em razão da escolha do Brasil para sediar os seguintes eventos: Conferência Rio +20 (em 2012); Jornada Mundial da Juventude (em 2013); Copa das Confederações (em 2013); Copa do Mundo (em 2014); Jogos Olímpicos (2016); além de outros grandes eventos.

Nesse diapasão, o governo federal, por meio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ, atuou fortemente na construção de um Plano Nacional de Segurança Pública para Grandes Eventos, centrado na atuação integrada das instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais, por meio da instituição e aparelhamento dos Centros Integrados de Comando e Controle.

Estes equipamentos de segurança (Centros Integrados de Comando e Controle – CICC e Centros Integrados de Comando e Controle Móveis – CICCM, além de Plataformas de Observação Elevada – POE e Imageadores Aéreos), foram adquiridos pela SESGE/MJ e doados aos 12 estados sedes da Copa do Mundo 2014, com a premissa de que fossem empregados posteriormente no dia-a-dia nas ações de segurança pública, constituindo, efetivamente, importante legado para a população.

Em 2015, o Centro Integrado de Comando e Controle - CICC Móvel foi utilizado no resgate dos atingidos pelo rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais; e, no bairro

Cidade Nova, no Rio de Janeiro, o CICC serviu como central de monitoramento do zika vírus.

Outra ação de governo cujo sucesso sinaliza a efetividade das ações voltadas aos Grandes Eventos é a Operação Brasil Integrado, que é constituída de ações integradas com entes federados, órgãos de segurança pública e órgãos convidados, de acordo com a temática, para atuação com estratégias compartilhadas em nível operacional e de inteligência na prevenção e enfrentamento à violência e à criminalidade.

Em 2015, mais de 10 toneladas de maconha e 200 quilos de cocaína foram apreendidos ao longo do ano, durante as ações da Operação Brasil Integrado. Foram 10 intervenções em parceria com os estados, tendo como ponto central a utilização dos Centros Integrados de Comando e Controle, criados para a Copa do Mundo e montados em cada uma das 12 cidades-sede do mundial.

Quanto à agenda penitenciária, no período de 2012 a 2015, por meio da Política Nacional de Apoio ao Sistema Prisional (PNASP), objetivou-se diminuir o déficit de vagas no sistema feminino e reduzir o número de presos em delegacias de polícia, transferindo-os para cadeias públicas.

As questões prisionais são complexas, logo, faz-se indispensável a adoção de práticas integradas para o alcance de resultados efetivos por meio de políticas públicas garantidoras de direitos humanos.

No período compreendido pelo PPA 2012-2015, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN promoveu a pactuação de compromissos com os diversos entes, pastas e poderes, o que permitiu consubstanciar um modelo de gestão para que fosse possível ao governo federal enfrentar o déficit carcerário e promover a dignidade da pessoa encarcerada.

O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional - PNASP se desdobra em dois eixos: a criação de vagas; e o fomento de ações nas áreas de saúde, ensino, trabalho e renda, assistência social e jurídica.

Para atacar o déficit carcerário, o investimento total na geração de vagas prisionais atingiu a monta de 1,4 bilhão de reais, destinada à criação de 45,6 mil vagas contratadas. Outra entrega destacada é a implementação do instituto da liberdade vigiada em 13 Estados (AL, BA, GO, DF, ES, MA, MG, MS, PB, PI, RO, SC, TO) e das centrais integradas de alternativas penais em 7 Estados (AM, AL, PB, ES, GO, RO, TO), por intermédio da Monitoração Eletrônica e do Sistema Nacional de Alternativas Penais.

No que diz respeito à oferta da educação básica no sistema prisional, os programas de alfabetização e de turmas de educação de jovens e adultos (EJA) permaneceram disponíveis ao sistema prisional. No período compreendido pelo PPA 2012-2015 foi garantida a alfabetização de 14.054 pessoas presas pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos.

Quanto à capacitação profissional ofertada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, após a assinatura do termo de cooperação entre o

Ministério da Educação e o Ministério da Justiça, ocorrida em 2013, foram ofertadas para as pessoas privadas de liberdade 25.946 vagas em cursos profissionalizantes.

Sob a ótica do fomento ao trabalho no sistema prisional, o Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP foi replicado em estabelecimentos prisionais de 25 Unidades Federadas para a implementação de 254 oficinas, beneficiando 8.698 pessoas presas.

As metas referentes à saúde prisional se condicionam ao Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Sistema Prisional dos Estados e ao fortalecimento das ações conjuntas com o Ministério da Saúde. Foram implementados 29 Centros de Referência Materno-Infantil, voltados ao atendimento e acompanhamento da população feminina privada de liberdade (e seus filhos) que permanecerem na unidade prisional, e de 18 Unidades Básicas de Saúde. Em 2015, a ação de aparelhamento formalizou novos convênios que resultarão em 632 novas Unidades Básicas de Saúde, com repasse de R\$ 41.049.218,56 em recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.

No período compreendido pelo PPA 2012-2015, o Ministério da Justiça e Ministério da Saúde fortaleceram o auxílio aos estados e municípios na adesão da nova Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP. Dados do Ministério da Saúde informam que até setembro de 2014 foram implantadas 119 equipes de saúde nas unidades prisionais, possibilitando o atendimento de 14,6% da população prisional.

No tocante ao efetivo combate ao crime organizado, o Sistema Penitenciário Federal – SPF está alcançando resultados expressivos. Nos últimos anos, mais de 96% das Unidades Federadas foram apoiadas com a custódia de presos de alta periculosidade nas Penitenciárias Federais. Destaca-se entre as ações o Serviço de Inteligência Penitenciária. Num processo de difusão da doutrina de inteligência penitenciária, servidores prisionais e de segurança pública de 23 Estados foram capacitados por agentes penitenciários federais na área de inteligência prisional.

Por meio de parcerias, o direito à educação é garantido nesses estabelecimentos, por intermédio da oferta da educação básica (abrangendo a alfabetização, o ensino fundamental e o ensino médio). Desde 2012, 500 presos receberam formação. Outrossim, em 2013, a assistência educacional foi ampliada ao ensino superior. A iniciativa já computa oito presos inscritos. Além disso, promovendo ações de incentivo ao trabalho, nos dois últimos anos 433 presos receberam educação profissionalizante no Sistema Penitenciário Federal. Por fim, o Projeto Remição Pela Leitura oportuniza educação e remição de pena. Entre os anos de 2012 e 2014 foram contemplados 1.956 internos, dos quais 1.347 obtiveram a média necessária para serem encaminhados à Justiça Federal.

Somando-se a todas as iniciativas acima relatadas, o fortalecimento da segurança viária está atrelado ao tripé condições da via, educação para o trânsito e fiscalização. Nesse sentido, a resolução dos problemas associados a essas questões não está vinculada a um único órgão: trata-se de uma questão interministerial, envolvendo principalmente o Ministério dos Transportes (por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT); o Ministério da Justiça (mediante a Polícia Rodoviária Federal - PRF); o Ministério

das Cidades (por meio do Conselho Nacional de Trânsito – Contran e do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran); e o Ministério da Saúde (mediante o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU).

No que tange à PRF, foram estabelecidas metas desafiadoras de fiscalização de trânsito, focando-se atenção nas causas que mais contribuíam para a ocorrência de acidentes graves, como o excesso de velocidade, a alcoolemia, e as ultrapassagens indevidas.

A PRF adquiriu modernos sistemas de análise de dados, mapeou os pontos críticos, locais mais perigosos e com maior índice de acidentes, focou a fiscalização nesses pontos, adquiriu uma quantidade substancial de radares portáteis de última geração e etilômetros, e focou os seus recursos nos locais mais problemáticos. Paralelamente, expandiu as atividades de Educação para o Trânsito, tendo superado a meta do PPA em pessoas alcançadas com essas atividades, utilizando para isso diversos eventos, com os FETRANS (Festivais estudantis de trânsito), Cinema Rodoviário, Comandos de Saúde, etc.

Considerações finais

A Constituição Federal de 1988 dispõe, no art. 144, sobre a segurança pública como dever estatal, que deve se realizar por meio dos órgãos por ela relacionados.

Nesse sentido, ao se avaliar a implementação do Programa 2070 do PPA 2012-2015 – que buscou refletir as políticas e prioridades para a área no âmbito federal – vislumbra-se que a atuação do governo federal esteve voltada, como dito anteriormente, para a garantia de direitos e cidadania a pessoas privadas de liberdade objetivando a reintegração social; para a diminuição da violência no trânsito das rodovias federais; e para o aperfeiçoamento no relacionamento com a comunidade, por meio de investimentos no modelo de policiamento comunitário, na capacitação e valorização dos agentes, no aparelhamento de instituições, na reestruturação das áreas de inteligência e das polícias técnico-científicas, dentre outras.

Destaca-se ainda que ao longo desses anos se buscou a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de integração entre os órgãos da União, dos Estados e dos Municípios com responsabilidades sobre o tema, de modo a facilitar o compartilhamento de informações para o enfrentamento da violência e da criminalidade, empreendendo, também, conforme relatado, esforços conjuntos que têm alcançado resultados expressivos.

Outrossim, é importante mencionar que os grandes eventos para os quais o País foi designado como sede nos anos recentes, serviram como catalisadores para essas medidas, ensejando ações interinstitucionais bem-sucedidas que criaram o ambiente necessário para o bom desenvolvimento desses eventos, tal qual ocorreu na Copa do Mundo da FIFA em 2014, cuja experiência serve de base para a organização voltada aos Jogos Olímpicos de 2016.

Por derradeiro, é inegável o legado desses eventos tanto em termos de infraestrutura quanto em termos de gestão de segurança pública, sendo que, neste último caso, muitas ações terão continuidade no Programa 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública, do PPA 2016-2019.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197,976	30/06/2012	240,503	31/12/2013	237,316	31/12/2013	216,033	31/12/2015	231,062
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8,623	31/12/2012	7,601	14/12/2013	8,375	31/12/2014	8,227	31/12/2015	6,843
População carcerária	unidade	31/12/2010	496,251	30/06/2012	549,577	31/12/2013	548,003	31/12/2013	581,507	31/12/2015	607,731
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2010	27,4	31/12/2011	27,1	31/12/2013	26,99	31/12/2014	29,07
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2010	133,4	31/12/2011	135,1	31/12/2013	139,36	31/12/2014	153,55
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2010	101,4	31/12/2011	103,5	31/12/2013	110,38	31/12/2014	120,56

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Quadro de Metas

Objetivo: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida	150.717,00	Quilogramas (Kg)	963.911,59	
27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação.	27,00	Unidades da Federação	27,00	
27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante	27,00	Unidades da Federação	16,00	Além da dificuldade orçamentária e de pessoal para atuar na articulação local, a ampliação da rede para as demais unidades da federação não foi possível por ausência de interesse dos estados em estruturar unidades físicas e em disponibilizar pessoal para atuar especificamente com a temática.
325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados	325,00	Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço	35,00	Ainda em 2015 foi instaurado novo processo de aquisição de outros 262 pontos, contudo o processo licitatório encontra-se suspenso por solicitação do TCU.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
52.000 armas de fogo apreendidas	52.000,00	Armas de fogo	36.994,00	Observa-se que o somatório das apreensões considerando o acumulado nos quatro anos registrou o quantitativo de 36.994, portanto, 71% da meta estabelecida inicialmente. Observa-se que dentre as armas recolhidas estão revólveres, pistolas, espingarda e até fuzis. 2012, 7.242 unidades. 2013, 8.152 unidades. 2014, 6.390 unidades. 2015 (janeiro a junho no caso das polícias estaduais), 15.210 unidades.
80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas	80,00	Pessoas	40,00	Apesar de não realizados os 80 (oitenta) indiciamentos estipulados, apenas no ano de 2015 foram instaurados 248 (duzentos e quarenta e oito) inquéritos policiais para apurar a ocorrência e a autoria do respectivo delito. Destaca-se ainda que entre os anos de 2012 e 2015 a Polícia Federal deflagrou 11 operações de combate ao tráfico de pessoas, nas quais foram realizadas 79 buscas, 25 prisões preventivas, 6 prisões temporárias e 76 conduções coercitivas.
Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	24.000.000,00	Procedimentos de fiscalização	26.737.615,00	Alguns ajustes nos cálculos de anos anteriores são feitos à medida que os boletins de ocorrência são totalmente encerrados no sistema. Por isso, podem haver algumas pequenas divergências em valores de um ano para o outro.
Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio	9.000.000,00	Documentos de viagem e identidades	9.017.264,00	
Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio	90.000.000,00	Registros de entrada e saída de pessoas	75.326.618,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778	310.778,00	Investigações concluídas	243.332,00	Em 2015: 69.362 Inquéritos concluídos.
Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras	40,00	Núcleos de Inteligência	96,00	
Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras	15,00	Veículos scanner	5,00	Pregão foi suspenso administrativamente para que o Ministério da Justiça possa prestar informações à Procuradoria Regional da União no Distrito Federal acerca da Ação Ordinária nº 4399.32.2014.4.01.3400 Faltam empresas cadastradas no mercado mundial com tal tecnologia e previsão orçamentária para aquisição de todos os scanners.
Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria	6.800,00	Agentes públicos	1.204,00	Tendo em vista o foco em outras atividades previamente estabelecidas com representantes do Conselho, não houve tempo hábil de realizar mais assinaturas de Acordos de Cooperação Técnica (Cidade Livre de Pirataria) com os Municípios, o que impossibilitou a realização dos cursos de capacitação de mais agentes públicos. Ressaltamos, todavia, que se encontram em tratativas para formalizar a parceria com o CNCP as prefeituras de Caxias do Sul.
Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.	8,00	Operações fronteiriças	13,00	
Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras	11,00	Sistemas de Radiocomunicação	11,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras	350,00	Próprios nacionais residenciais	0,00	A destinação de recursos para contratação de obras visando a construção de residências funcionais foi vedada pela Lei 12.919/2013- LDO 2014 e permaneceu a vedação pela Lei 13.080/2015 - LDO 2015.
Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras	64,00	Municípios de fronteira	77,00	
Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras	11,00	Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F)	11,00	
Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil	66,00	Monitoramentos eletrônicos (OCR)	29,00	O processo de implantação dos novos pontos iniciou-se em janeiro de 2014 e em novembro de 2014 a licitação foi publicada. Entretanto, tivemos alguns pedidos de impugnação que foram acatados e, portanto, o Pregão Eletrônico teve que ser suspenso. Em agosto de 2015 a licitação foi retomada. Entretanto, por uma solicitação do TCU o Pregão foi novamente suspenso e, até a presente data, continua neste status.
Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras	21,00	Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial	27,00	
Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras	512,00	Unidades operacionais	606,00	
Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015	5.314.891,00	Ações de fiscalização	44.055.877,00	

Objetivo: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.	3.240,00	Policiais militares do PROERD	2.838,00	
Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área	250.000,00	Profissionais de segurança pública	1.073.767,00	
Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.	8.400,00	Profissionais de segurança pública	8.468,00	
Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)	20,00	Cursos na Rede EAD	31,00	
Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP	40.000,00	Vagas	40.646,00	
Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação	27,00	Curso da RENAESP	21,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação	40,00	Projetos	52,00	
Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública	4,00	Estudos e/ou pesquisas	10,00	

Objetivo: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL	336.000,00	Acessos	413.319,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)	68.000,00	Documentos	38.519,00	Destaca-se que nos últimos 08 (oito) anos a Polícia Federal produziu, pela metodologia prevista no ciclo de produção do conhecimento, uma média de 5.355 (cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco) documentos. É provável, diante da previsão de meta apresentada, a possível ocorrência de duas hipóteses: A- consideração de documentos que tramitam na área de inteligência, mas que não integram o ciclo de produção do conhecimento de inteligência ou B- superdimensionamento da meta.
Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio	24.000.000,00	Registros	35.400.000,00	
Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)	14,00	Aeronaves não tripuladas	2,00	A meta não foi atingida, pois deixou de integrar o Plano de Metas da Polícia Federal em razão do elevado custo. Fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema foi reativado após a assinatura do contrato de manutenção das aeronaves no segundo semestre de 2013, o que vem possibilitando uma reavaliação mais concreta de seu funcionamento.
Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins	10,00	Unidades	3,00	Principais dificuldades: Entraves burocráticos inerentes à análise técnica do termo de referência e processo licitatório; alta complexidade técnica dos equipamentos, o que demandou análise da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MJ; dificuldade de alguns estados beneficiados em cumprir todos requisitos técnicos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG.
Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg	250,00	Municípios	253,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios	420,00	Projetos	386,00	
Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs.	20,00	Unidades Federativas	6,00	Dificuldades principais referem-se à indisponibilidade dos recursos previstos para a segunda parcela dos convênios firmados.
Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal	8.000,00	Servidores	59.570,00	
Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação	27,00	Unidades da Federação	27,00	
Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes	27,00	Unidades da Federação	5,00	As razões da diferença entre o que foi planejado e o que foi efetivamente realizado, a despeito da limitação de créditos e recursos oriundos do orçamento, deveu-se à impossibilidade técnica de aprovação de muitas das propostas apresentadas ao Edital de Chamada Pública nº 05 de 2014, publicado com essa finalidade. Esse fato não permitiu a celebração de convênios, principal instrumento para implementação da política e por conseguinte impossibilitou o atingimento da meta.
Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil	166,00	Monitoramento eletrônico	6,00	As metas de 66 pontos de OCR do objetivo 0825 e 166 pontos de OCR do Objetivo 0830 se complementam no projeto da PRF, com projeção final de instalação total de 232 pontos. Destes foram instalados 35. Sendo 29 na fronteira e 6 fora da fronteira. O não cumprimento da meta estabelecida ocorreu por problemas no processo licitatório, publicado novembro de 2014. Todavia, por solicitação do TCU, o Pregão encontra-se suspenso.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União	70,00	Unidades policiais da União	29,00	Ocorreram atrasos na análise de projetos pela Assessoria Jurídica, o que inviabilizou uma série de contratações. Além disso, o quadro de profissionais de engenharia, apesar das novas contratações iniciadas em 2014, continua aquém das necessidades. Destaca-se ainda que, no ano de 2015, as reformas foram vedadas pela Portaria 172/2015-MPOG.
Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional	21,00	Encontros	18,00	
Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012	27,00	Pactos Federativos	27,00	

Objetivo: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.	42.500,00	Vagas	0,00	não foram entregues vagas no exercício de 2015 (durante o ciclo do PPA houve apenas contratações de vagas). Todavia, no âmbito de outras ações anteriores ao PNASP, foram criadas 328 (trezentos e vinte e oito) novas vagas com recursos federais

Objetivo: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	34.000,00	Vagas	35.581,00	
Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos	5.000,00	Policiais Rodoviários Federais	7.556,00	

Objetivo: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.	500.000,00	Pessoas	1.993.586,00	
Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.	100,00	Trecho críticos de acidentes	8,00	No período foram instalados 103 pontos de videomonitoramento, dos quais 8 em trechos considerados críticos (no DF e no RS).
Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015	6.000.000,00	Procedimentos de fiscalização	5.694.114,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	24.000.000,00	Veículos	29.209.956,00	
Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico	4,00	Bases de resgate aeromédico	0,00	A implantação de 4 novas bases fica condicionada à compra de novas aeronaves. Não foram adquiridas novas aeronaves até o momento, razão pela qual ainda não foram implantadas novas bases.
Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias	200,00	Pontos críticos de rodovias	103,00	Ajustes foram solicitados em garantia à empresa fornecedora e encontram-se em andamento causando instabilidade no sistema para operação, contudo os relatórios analítico, como os de velocidade e fluxo viário, estão em plena utilização pela área operacional no planejamento das ações. A previsão de conclusão dos ajustes é Março de 2016 com ativação estável em Abril de 2016 para operação, somente então poder-se-á realizar medições quantitativas do efeito operacional da meta.

Objetivo: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada	27,00	Unidades da Federação	27,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz	200,00	Projetos	124,00	Considerando-se as dificuldades vivenciadas na execução de convênios, bem como a reformulação da Política Nacional de Segurança Pública, com o estabelecimento de novas diretrizes, fora decidido pela instância superior a não celebração de novos instrumentos no ano de 2015. Neste sentido, não foram abertos Editais de Chamamento Público, ou Portarias para seleção de projetos, não sendo possível o atingimento da meta estipulada.
Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs	27,00	Unidades da Federação	5,00	Em razão da Copa 2014, não foi possível o desenvolvimento de novas pactuações. Em 2015, não houve novas pactuações, porque priorizou-se a modelagem do Pacto Nacional para a Redução de Homicídios. Constatou-se dificuldades das unidades federadas em cumprirem as contrapartidas não-financeiras, especialmente quanto a recursos humanos para o desenvolvimento das ações previstas no programa. Sobrecarga no âmbito do Ministério da Justiça para expansão do programa para as demais unidades federadas.
Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal	100,00	Gabinetes de Gestão Integral Municipal	154,00	
Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer	27,00	Unidades da Federação	27,00	

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população	90.000,00	Armas de fogo	88.590,00	

Objetivo: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão

Ministério da Justiça

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos	70.000.000,00	Cartões de Registro de Identidade Civil	0,00	Em julho de 2015, todos os estudos e pesquisas em curso para futura emissão do Registro de Identidade Civil – RIC foram suspensos, considerando que em 28 de maio de 2015 o governo federal e a Justiça Eleitoral enviam ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1775 que institui o Registro Civil Nacional (RCN), cujo desenvolvimento ficará sob a responsabilidade do Superior Tribunal Eleitoral – TSE.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.734.501	2.796.102	777.236	13.751.572	6.305.570
Despesas Correntes	1.317.292	1.308.068	713.086	5.391.703	3.277.298
Despesas de Capital	1.417.209	1.488.033	64.149	8.359.869	3.028.272
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	2.734.501	2.796.102	777.236	13.751.572	6.305.570

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2071 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Visão consolidada do Programa

A política do trabalho, emprego e renda foi marcada nos últimos anos pelo fortalecimento do trabalho decente que é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. O trabalho decente está pautado em quatro pilares estratégicos: respeito às normas internacionais do trabalho; promoção do emprego produtivo e de qualidade; extensão da proteção social; e diálogo social.

Desde o início dos anos 2000, a política do trabalho, emprego e renda aliada à política de valorização real do salário mínimo e a execução de programas de investimento em infraestrutura e habitação, possibilitou a ampliação do número de ocupados, sobretudo de empregados com carteira de trabalho assinada. De acordo com dados da PNAD – Contínua, no 3º trimestre de 2015, a população ocupada foi estimada em 56%, ou seja, 92,1 milhões de pessoas ocupadas.

Visão dos Principais Atributos do Programa

Para fortalecer a política do trabalho, emprego e renda, o Programa 2071 foi estruturado em três grandes objetivos: consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho; estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda; e assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente.

O SPETR integra um conjunto de ações em todo território nacional que abrange o Seguro-Desemprego, a concessão do abono salarial e da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, a intermediação de mão de obra - IMO e a qualificação profissional, dentre outras.

A rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego – Sine, que além da intermediação de mão obra, faz o encaminhamento para acessar o benefício do seguro desemprego e para a qualificação profissional, apresentou um significativo crescimento no número de postos de atendimento, no período do PPA, fechando com aproximadamente 1,6 mil unidades, considerando-se apenas a rede conveniada. Ao longo de 2014 e 2015, houve ampla discussão de novo modelo de operacionalização, junto aos executores estaduais e municipais, atores e representações do tripartismo, resultando em proposta de projeto de lei que visa à reestruturação da rede Sine, à melhoria de sua gestão e a adoção de forma mais eficiente de execução financeira do recurso disponibilizado para a rede.

Durante o período do PPA 2012-2015, houve a conclusão da implementação do Portal Mais Emprego e sua consolidação como um portal público, aproximando as ações públicas de emprego à sociedade brasileira, por meio da web, modernizando os serviços e

proporcionando integração, agilidade e transparência na execução das ações de emprego. A rede de atendimento está 100% informatizada com todos os postos de atendimento ligados ao Portal Mais Emprego.

Assim, os trabalhadores podem agora realizar processos de “autointermediação”, através do Portal, realizando a verificação de vagas disponíveis em qualquer parte do país e candidatar-se a processos de seleção. Ele também permite mais segurança na concessão de benefícios uma vez que passou a ser obrigatório aos empregadores o uso do aplicativo SD Web (disponível no Portal Mais Emprego) para preenchimento de requerimento do seguro desemprego e de comunicação de dispensa e transmissão online, exigindo o uso de Certificado Digital. Bem como a obrigação da consulta no Portal (ferramenta Consulta Trabalhador) pelo empregador ao admitir um trabalhador quanto a sua situação empregatícia.

Cabe destaque também para adoção da nova forma de emissão em âmbito nacional da CTPS digital por meio de um sistema informatizado (CTPSweb) que possibilita celeridade, economicidade e batimento de dados, quando da emissão do documento ao trabalhador.

Nos últimos anos, o governo tem se preocupado com a necessidade de fortalecer as políticas ativas, visto que estas têm impacto direto no aumento da produtividade do trabalhador e da economia, o que gera maiores ganhos de bem-estar para toda a população no longo prazo. Dentre outras, integram as políticas ativas, um conjunto de ações voltadas para a IMO e a qualificação social e profissional do trabalhador.

O benefício do seguro-desemprego tem uma importância decisiva no âmbito das políticas passivas, para a manutenção da renda familiar e para a proteção social do trabalhador. Com intuito de aprimorar o acesso ao benefício do seguro-desemprego, os critérios para habilitação do benefício, que já haviam sido revistos em 2014, foram novamente modificados em 2015. Com a Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015, os novos critérios para o acesso ao benefício são: para a primeira solicitação, o trabalhador tem que ter recebido salários por pelo menos 12 meses nos 18 meses anteriores à data da dispensa; para a segunda solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários em pelo menos 9 meses nos 12 meses anteriores à data da dispensa; e a partir da terceira solicitação, o trabalhador deve comprovar o recebimento de salários relativos aos seis meses imediatamente anteriores à data de dispensa.

Com relação ao abono salarial, a Lei nº 13.134/15 fez uma alteração na norma de concessão do benefício, estabelecendo que o seu valor seja calculado na proporção de 1/12 (um doze avos) do valor do salário-mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicado pelo número de meses trabalhados no ano correspondente. Cabe destacar que o acesso ao benefício depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que ao longo do ano são feitas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência aos trabalhadores, informando-os quanto ao direito de receber o benefício.

É importante ressaltar que a partir da publicação do Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012 tornou-se obrigatória a frequência dos beneficiários do seguro desemprego em cursos de qualificação profissional. Assim, o trabalhador dispensado sem justa causa, em condições

de receber o benefício, e que for reincidente no seguro-desemprego nos últimos 10 anos, deverá ser encaminhado aos cursos de qualificação oferecidos pelo Ministério da Educação - MEC.

O Ministério do Trabalho e Emprego – MTE tem se integrado com o MEC, estando o sistema Mais Emprego completamente integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec. Embora tenha ocorrido avanços significativos, a exemplo da integração de sistemas, acredita-se que o arranjo institucional e operacional entre os ministérios envolvidos na implementação do Pronatec possa ser aperfeiçoado de modo a haver maior disponibilidade de cursos aos trabalhadores requerentes do seguro-desemprego.

Em 2013, com a celebração de Acordo de Cooperação com o MEC, com objetivo de que as demandas de qualificação profissional oriundas da pasta Trabalho pudessem também ser atendidas pelas ações do Pronatec, e com a consequente mudança de paradigma daí decorrente, priorizou-se a pactuação de vagas na esfera desse programa, em detrimento da celebração de novos convênios sob a égide do Plano Nacional de Qualificação - PNQ. Assim, o desenvolvimento de ações de qualificação profissional sob gestão do MTE ao longo do período do PPA 2012-2015, também por razões de gestão e por limitações orçamentárias, apresentou um decréscimo no número de vagas ofertadas mediante convênios no âmbito do PNQ.

Outro avanço importante foi a criação de um sistema de monitoramento e avaliação – SMA do Programa Seguro-Desemprego. Nos últimos anos, este sistema implicou no levantamento de dados dos postos da rede, em entrevistas com empregadores e trabalhadores. As ações monitoradas e avaliadas pelo projeto são as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de intermediação de mão de obra no âmbito do Sine e emissão da CTPS. Os resultados colaboram para o aprimoramento das ações e subsídios para as ações de acompanhamento, supervisão e controle.

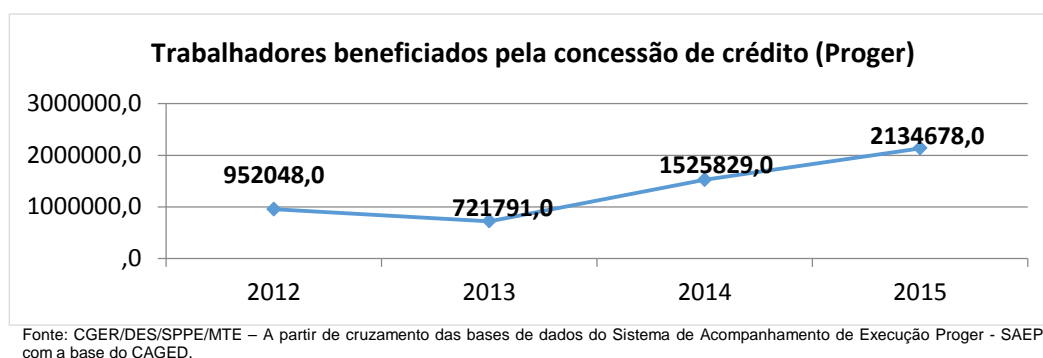
O estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda é executado por meio de dois programas: o Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO . O Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger, alicerçado em recursos dos depósitos especiais remunerados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, forma um conjunto expressivo de linhas de créditos especiais destinado à concessão de financiamentos focados principalmente no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, e ainda para ações voltadas à melhoria da competitividade do País.

Os recursos são alocados nos agentes financeiros mediante autorização do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat, que aprova a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para cada exercício. A aplicação nos diversos programas e linhas de crédito, por sua vez, é regulamentada por resoluções do Conselho e planos de trabalho firmados entre a Secretaria Executiva do Codefat e os agentes financeiros credenciados. Entre 2012 e 2015, o Codefat autorizou a alocação de aproximadamente R\$ 13,7 bilhões.

Especificamente para o ano de 2015, o Codefat autorizou a destinação de novos recursos na ordem de R\$ 3,7 bilhões. Acrescendo-se a esse montante, estimativa de reaplicação face ao retorno de recursos das operações nos agentes financeiros.

Em 2015, foram contratadas mais de 230 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R\$ 7,5 bilhões nos setores produtivos. Há que se destacar que os financiamentos destinados a micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total do número de contratos firmados e que os financiamentos destinam-se, especialmente, ao ramo de comércio e serviços.

O número de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do Proger no período entre 2012 e 2015 foi de 5,3 milhões. Numa análise comparativa entre os exercícios 2014 e 2015 é possível constatar um aumento de 40% entre os exercícios.



A tendência ascendente do número de beneficiados pela concessão do crédito a partir de 2013 vai ao encontro das diretrizes do Codefat que priorizaram a aplicação dos recursos dos depósitos especiais do FAT nas linhas de crédito voltadas às micro e pequenas empresas, responsáveis pela maior parte dos empregos no Brasil.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, instituído pela Lei 11.110, de 25 de abril de 2005, tem o propósito de construir uma política de Estado que universalize o acesso ao microcrédito para milhares de microempreendedores populares.

Por meio da Lei 11.110/95, as organizações de microcrédito foram reconhecidas como operadoras de política pública, devido à expertise adquirida por elas ao longo de duas décadas de atuação, concedendo microcrédito de forma diferenciada, por meio da figura do agente de crédito. Outra singularidade dessas instituições é a preocupação em avaliar a utilidade e adequação do crédito, evitando o superendividamento e a inadimplência dos microempreendedores.

No ciclo de gestão do PPA 2012-2015, as instituições habilitadas no PNMPO aplicaram mais de R\$ 50 bilhões em operações de microcrédito. O maior volume ofertado esteve concentrado nos bancos públicos que foram responsáveis por mais de 70% da execução. Somente no exercício de 2015, estas instituições foram responsáveis por mais de 90% da execução total do PNMPO. Verifica-se assim, que o Programa quase quadruplicou sua execução, quando comparada aos valores concedidos até 2011.

Dentre as ações que contribuíram para a expansão da oferta de microcrédito, destaca-se a subvenção econômica concedida pela União, por meio do Programa Crescer, a partir do ano

de 2012, fato que reduziu consideravelmente as taxas de juros para o segmento, fortalecendo assim a concessão de microcrédito pelas instituições bancárias.

Além disso, a União autorizou as instituições financeiras públicas federais criassem sociedades, na qual participassem direta ou indiretamente, atuando especificamente na metodologia do microcrédito produtivo orientado (Caixa Crescer, vinculada a Caixa Econômica Federal e a Movera, criada pelo Banco do Brasil). Ressalte-se que o Banco do Nordeste opera o Programa Crediamigo e o Banco da Amazônia atua pelo Amazônia Florescer.

No ano de 2015, a União suspendeu a subvenção econômica concedida por meio do Programa Crescer, fato que prejudicou o alcance das metas colimadas para último ano desse ciclo de monitoramento.

Na esfera do objetivo assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente, foi implementada em 2014 a primeira etapa do Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – Plancite. O referido plano tem como objetivo a redução da informalidade e, conseqüentemente, propiciar o acesso aos direitos trabalhistas e aos benefícios previdenciários a um grande contingente de trabalhadores. Dentre as primeiras ações desenvolvidas no âmbito do Plancite, destacam-se: a publicação de normativos específicos, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização; a inclusão do plano no planejamento da fiscalização; o aprimoramento dos sistemas informatizados; a criação de novas ferramentas de fiscalização; a criação de grupos regionais dedicados ao combate à informalidade; e a capacitação de servidores de todas as Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. O Plano possibilitou o direcionamento das ações para municípios que detêm altos índices de informalidade.

Como resultados alcançados pelo Plano, é possível apontar, entre outros: 1) avanços significativos na sistematização dos procedimentos de fiscalização de registro de empregados; 2) intensificação de campanhas de mídia direcionadas à elevação do nível de conscientização social acerca do problema do trabalho informal; 3) aumento da quantidade de autos de infração lavrados pelo descumprimento da obrigação de registrar o trabalhador; 4) reconhecimento e apoio à iniciativa do Ministério por parte da Organização Internacional do Trabalho.

Um bom indicador de que os esforços feitos no âmbito do Plancite tem sido efetivos é a redução da quantidade de trabalhadores informais em relação ao ano de 2014. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE referentes ao trimestre de julho a setembro (2014/2015) confirmam uma queda de 0,79% no número de empregados informais da iniciativa privada no país.

Paralelamente à implementação do Plancite, foram adotadas providências voltadas à redução da inadimplência fundiária, buscando recuperar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS dos empregados. Nesse sentido, uma medida de destaque foi a implantação da fiscalização eletrônica que, através de procedimentos mais eficientes, aumentou a porcentagem de empresas alcançadas pela fiscalização. Durante o PPA 2012 – 2015, o montante de FGTS recolhido ou notificado pela fiscalização do trabalho foi de

aproximadamente de R\$ 9 bilhões, valor quase 62% superior ao atingido entre o período de 2008 a 2011.

Atenção especial foi dada à realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil. A Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT do MTE, em conjunto com as unidades regionais do Órgão que correspondem às 12 cidades-sede de jogos, elaborou Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho durante o evento, objetivando, assim, a criação de legado de promoção do trabalho decente nos grandes eventos no País. Nessa ação, foram realizadas, pelo menos, 1,1 mil ações fiscais em empresas diretamente envolvidas com o evento, tendo sido alcançados mais de 25,7 mil trabalhadores e lavrados mais de 720 autos de infração. Além das empresas diretamente relacionadas ao evento, foram inspecionadas diversas outras empresas atuantes nas atividades de vestuário, alimentação, alojamento e transportes; ocasião em que foram realizadas mais de 10,9 mil ações fiscais, alcançando mais de 1,2 milhões de trabalhadores e formalizando mais de 14 mil vínculos trabalhistas.

Tão importante quanto a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 ensejaram, desde 2012, quando se iniciaram os primeiros canteiros de obra, um grande esforço de fiscalização. O planejamento das ações fiscais contemplou não só a verificação das condições de trabalho na construção das instalações olímpicas, mas também o acompanhamento detalhado de todas as obras de infraestrutura em andamento na cidade do Rio de Janeiro.

Além das ações fiscais, o MTE desenvolve outras ações para a promoção do Trabalho Decente nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro, como a formação do Comitê Local de Trabalho Decente para Grandes Eventos e do Compromisso da Hospitalidade e Turismo para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, bem como esforços para a inclusão de aprendizes e promoção da economia solidária.

Entre 2012 e 2015 foram realizadas 164 operações de auditoria de obras de infraestrutura. Somente em 2015, o Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura alcançou mais de 300 empresas e 150 mil trabalhadores em suas ações, e enfatizou, além da fiscalização em obras relacionadas às Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, a construção de hidrelétricas, totalizando mais de 3,7 mil autos de infração lavrados no período.

Cabe destaque também para as 516 mil ações fiscais de segurança e saúde no trabalho realizadas no período do plano. As ações buscaram focalizar em atividades de maior risco de acidentes e doenças de maior gravidade. Nesse contexto, o Grupo Especial Móvel de Fiscalização em Transportes – GETRAC inicialmente restringiu suas ações ao transporte rodoviário de cargas, posteriormente alcançando também outras modalidades, como o transporte urbano de passageiros e, mais recentemente, empresas de transporte aéreo.

Durante o PPA 2012 – 2015 foram inseridos no mercado de trabalho 622,3 mil aprendizes e mais 160 mil pessoas com deficiência através de ações fiscais. Esses números são relevantes uma vez que durante o período houve greve dos Auditores-Fiscais que impacta diretamente neste tipo de fiscalização. Em 2015, foi estabelecida também uma meta de verificação da legalidade das demissões de pessoas com deficiência, com o objetivo de fomentar a manutenção do preenchimento das vagas criadas por lei. Tal medida foi tomada

diante da constatação de que o grande número de demissões irregulares prejudica a efetividade das ações de inserção, já que o número líquido de contratações anuais tem se mantido baixo.

De 2012-2015, o projeto de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo realizou 644 operações, alcançando 1,1 mil estabelecimentos, onde houve identificação de 8,3 mil trabalhadores submetidos àquelas situações. Em razão das irregularidades constatadas, foram lavrados 14,9 mil autos de infração, e pagos mais de 25 milhões de reais em indenizações, a título de verbas rescisórias, para os trabalhadores que, pela gravidade da situação, foram resgatados e tiveram o contrato de trabalho rescindido.

No âmbito da erradicação do trabalho infantil, foram realizadas mais de 32 mil fiscalizações no período do PPA, resultando no afastamento de mais de 27 mil crianças e adolescentes de situações de trabalho irregular.

Apesar da atividade de inspeção do trabalho ser exclusiva do Estado, há participação ativa de representantes de trabalhadores e de empregadores na revisão e/ou elaboração das normas regulamentadoras - NR dos temas ligados à segurança e à saúde do trabalhador. Ressalte-se que, de 2012 a 2015, 36 normas foram elaboradas ou aperfeiçoadas.

Com relação à taxa de participação das mulheres no mercado formal de trabalho, de acordo com a Pesquisa Mensal de Empregos – PME, média anual, houve um decréscimo entre 2009 e 2015, passando de 48,65% para 48,05%. Já a taxa de ocupação das mulheres teve acréscimo de 2,13 pontos percentuais em relação a 2009, passando de 90,07%, para 92,20%, em 2015.

O período de 2012-2015 mostrou, ainda, uma crescente redução da desigualdade de rendimento entre negros e brancos, mensurada a partir do rendimento médio habitual recebido no trabalho principal, em termos reais, a valores de dezembro de 2015, ano em que o rendimento dos negros e pardos atingiu valor correspondente a 59,16% do rendimento dos brancos.

O mesmo período também registrou elevação 4 pontos percentuais da formalização no mercado de trabalho, alcançando um percentual de 76,46% em 2015, considerando informais os trabalhadores que não contribuem para a previdência em qualquer trabalho.

No âmbito do diálogo social, em 2015, o MTE realizou mediações coletivas e individuais de conflito trabalhista, com acordo firmado entre as partes em 87% dos casos, beneficiando trabalhadores de diversas categorias profissionais. Além disso, reestruturou o Sistema Mediador, acompanhando, assim, a partir de 2014 os pedidos de mediação coletiva de conflitos em relações trabalhistas em todo País e subsidiando as ações para democratização e avanços nas relações de trabalho.

As mesas setoriais nacionais de negociação estabelecidas no período de 2012 a 2015, compostas por governo, trabalhadores e empregadores, foram: Mesa de diálogo para aperfeiçoar as condições de trabalho no setor da cana-de-açúcar; Mesa nacional permanente para aperfeiçoar as condições de trabalho no setor de turismo e hospitalidade; Mesa nacional permanente para aperfeiçoar as condições de trabalho na construção. A

Mesa de turismo e hospitalidade em 2014 e 2015, com vistas à Copa do Mundo 2014 e aos Jogos Olímpicos 2016, pactuou dois Compromissos Nacionais para a garantia de trabalho decente no setor. A Mesa da construção tem desenvolvido importante papel para o diálogo permanente em busca da melhoria nas condições de trabalho e geração de emprego no setor.

No primeiro ano de vigência do PPA foi realizada a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, que contou com participação quatripartite e 17 áreas de governo sob a coordenação do MTE. A Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente - PNETD de 2010. Em 2015, no âmbito da revisão do PNETD, definiu-se com os parceiros governamentais a matriz da nova estrutura do Plano. O documento com as contribuições governamentais será a base para o debate nas oficinas tripartites de revisão que acontecerão em 2016.

Considerações finais

Além dos resultados apresentados, vale mencionar três iniciativas conduzidas na área de trabalho que representam importantes conquistas do ciclo do PPA 2012-2015: (1) o Programa de Proteção do Emprego – PPE; (2) a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015; e (3) lançamento do portal eSocial.

O PPE, instituído pela Lei nº 13.189, de 19 de novembro de 2015, tem atuação direta na manutenção do emprego em momentos de redução temporária da atividade econômica, assegurando a preservação dos direitos trabalhistas, previdenciários e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para os trabalhadores. Para as empresas, representa preservação de investimentos em mão de obra qualificada e aumento de produtividade, além de manter a arrecadação de receitas com contribuições e tributos para o Governo.

Para que o programa seja efetivado é necessário acordo entre empresa e sindicato para posterior análise do Governo. O programa permite que trabalhadores e empregadores celebrem acordo coletivo para redução de até 30% da jornada de trabalho e do salário, sendo que metade da redução salarial é recomposta pelo Governo com recursos do FAT. Em 2015, 40.969 trabalhadores de 39 empresas ingressaram no programa, e outras 64 empresas estão com o processo de adesão em análise.

A Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, regulamentando relações de trabalho até então informais e precárias, representa uma conquista histórica, já que garante segurança e proteção social e estende a esse numeroso grupo de trabalhadores os direitos já assegurados aos demais trabalhadores. O reconhecimento do direito ao fundo de garantia para trabalhadores domésticos foi regulamentado pelo Conselho Curador do FGTS, por meio da Resolução nº 780, de 24 de setembro de 2015, tendo sido estabelecido o recolhimento obrigatório desse e de outros benefícios, a partir de 1º de outubro de 2015.

Já o portal eSocial, foi lançado pelo Governo Federal em 2015, com vistas a unificar a prestação de informações pelo empregador em relação aos seus empregados e o recolhimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, juntamente com o FGTS. O sistema facilita e agiliza a emissão de boleto único para recolhimento dessas obrigações patronais.

Por fim, é importante mencionar que nos últimos cinco anos, 3,96 milhões de empregos formais foram gerados, segundo Rais/Caged, indicando um incremento médio anual de, aproximadamente, 792,2 mil postos de trabalho. Em dezembro do ano passado, registrou-se o terceiro maior estoque de empregos formais da série histórica para aquele mês, com cerca de 48 milhões de empregos. Em 2015, o saldo líquido acumulado foi negativo em 1,542 milhão de empregos formais. Em resposta a isso, estão sendo desenvolvidas políticas para a retomada da geração de empregos formais, intensificando o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611			31/12/2013	7.432	31/12/2014	5.522	31/12/2015	7.200
Número de empresas fiscalizadas	unidade	08/01/2013	273.189			31/12/2013	275.139	31/12/2014	271.429	31/12/2015	257.609
Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas	unidade	31/12/2012	7			31/12/2013	10	31/12/2014	11	31/12/2015	9
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628			31/12/2013	2.063	31/12/2014	1.398	12/01/2016	712
Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias	%	31/12/2012	100			21/12/2013	100	31/12/2014	79,6	31/12/2015	100
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/07/2012	95,08	31/12/2013	95,44	31/12/2014	95,97	31/12/2015	95,34
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	30/11/2012	76,2	31/12/2013	71,3	31/12/2014	72,5	30/11/2015	70,86
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	30/11/2012	3,6	31/12/2013	3,8	31/12/2014	3,28	30/11/2015	2,95
Taxa de formalização	%	31/12/2009	53,58	30/09/2011	57,13	30/09/2012	56,9	30/09/2013	61,95	30/09/2014	61,93
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2011	49,96			31/12/2012	41,99	31/12/2013	41,15	31/12/2013	41,15
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2011	15,58			31/12/2012	14,47	31/12/2013	14,15	31/12/2013	14,15
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29			31/12/2012	31	31/12/2013	31,54	31/12/2014	32,7
Taxa de inserção dos beneficiários de qualificação no mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89	30/11/2012	12,67	31/12/2013	27	31/12/2014	16	15/01/2016	0
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2011	1,83	31/12/2012	1,4	31/12/2013	1,55	31/12/2014	1,23
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44			31/12/2012	50,03	31/12/2013	46,03	31/12/2014	40,9
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2011	26,44			31/12/2012	24,15	31/12/2013	24,56	31/12/2013	24,56
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito (PROGER)	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2012	952.048	31/12/2013	721.791	31/12/2014	1.525.829	31/12/2015	2.134.678
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R\$ milhão	31/12/2010	2.848,4462	31/12/2011	3.755,106	31/12/2013	10.184,4207	31/12/2014	11.646	30/09/2015	8.330

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Quadro de Metas

Objetivo: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo	50,00	%	86,89	
Ampliar para 80% a taxa de cobertura do Seguro-Desemprego sobre os demitidos sem justa causa	80,00	taxa de cobertura do seguro-desemprego (%)	67,56	Meta não cumulativa. No primeiro ano do PPA a meta alcançou um percentual de 74,9%. Em 2013, 72,38% e em 2014 72,55%. A apuração acumulada do período foi de 71,79%
Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial	97,00	taxa de cobertura do abono salarial (%)	95,30	Meta não cumulativa. No primeiro ano do PPA a meta alcançou um percentual de 95,08%. Em 2013, 95,44% e em 2014 95,03%. A apuração acumulada do período foi de 95,21%

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho	5,00	%	2,87	A meta não foi alcançada devido à alta complexidade das ações de intermediação, as quais envolvem vários atores, e pelas limitações de pessoal e orçamento no período. A baixa capacidade de execução dos convenientes também ajudou a refletir o desempenho da meta. Meta não cumulativa. No primeiro ano do PPA a meta alcançou um percentual de 3,32%. Em 2013, 3,74% e em 2014 3,17%. A apuração acumulada do período foi de 3,3%
Capacitar, via PRONATEC, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego	100.000,00	Trabalhadores	197.933,00	
Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho	30,00	%	0,00	Como não houve a celebração de convênios no âmbito do PNQ para execução de metas de qualificação no ano de 2015, o que se deveu à baixa disponibilidade orçamentária e à sistemática adotada pelo MTPS de concentração no Pronatec das demandas recebidas, não há, por isso mesmo, resultados referentes a esse período no programa. Meta não cumulativa. No primeiro ano do PPA a meta alcançou um percentual de 24%. Em 2013, 27% e em 2014 16%. A apuração acumulada do período foi de 22,3%
Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador.	100,00	%	20,70	A pactuação de vagas para o ano de 2015 não discriminou em seu resultado o montante de demandas para o Pronatec Trabalhador, efetivamente foi aprovado um número global de "vagas compartilhadas" - para as quais as ofertas resultantes de todas as demandas ficam disponíveis para pré-matricula por todos os demandantes, independentemente da rede SINE. Meta não cumulativa e inserida no PPA na revisão do ano de 2013. Em 2014 alcançou um resultado de 78,6%. A apuração acumulada do período foi de 20,7%

Objetivo: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Órgão

Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Atingir o número de 4.000.000 de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER	4.000.000,00	Trabalhadores	5.334.346,00	
Aumentar em 15% o volume de microcrédito produtivo orientado concedido	15,00	%	-2,10	Devido as restrições orçamentárias do ano de 2015, não foi possível a ampliação do crédito no âmbito do Programa Crescer. Meta não cumulativa e inserida no PPA na revisão do ano de 2013. Em 2013 alcançou um aumento de volume de 21,30% e em 2014 de 16,19%.

Objetivo: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Órgão

Ministério do Trabalho e Emprego

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Ampliar as mesas setoriais nacionais de negociação para mais 3 atividades econômicas	3,00	Atividades econômicas	4,00	
Analisar 100% dos processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para Equipamento de Proteção Individual - EPI em até 60 dias	100,00	%	92,20	Em 2015, 100% dos processos de emissão, renovação e alteração de CA foram analisados em menos de 60 dias.
Analisar 10.800 acidentes de trabalho	10.800,00	Acidentes de trabalho	8.649,00	
Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho	16,00	Regulamentos de segurança e saúde no trabalho	36,00	Em 2015 foram feitas 09 atualizações de NR, com destaque para as NR 12 (Máquinas e Equipamentos), NR 18 (Indústria da Construção Civil), NR 26 (Sinalização de Segurança), NR 30 (Trabalho Aquaviário) e NR 34 (Indústria da Construção e Reparação Naval).

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Finalizar 85% das mediações coletivas com acordo	85,00	%	87,00	Meta não cumulativa. Em 2013, o percentual alcançado foi de 88% e em 2014, 90%. A apuração acumulada do período foi de 87,75%
Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS	1.183.000,00	Fiscalizações	1.013.360,00	
Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador	500,00	Empresas beneficiárias	647,00	
Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	58.000,00	Fiscalizações	45.503,00	
Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho	160.000,00	Pessoas com deficiência	160.951,00	
Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho	644.160,00	Aprendizes	622.275,00	
Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura	120,00	Operações de auditoria	164,00	
Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho	500.000,00	Ações fiscais de segurança e saúde no trabalho	516.332,00	

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	47.837.547	49.331.010	46.592.912	191.356.200	186.952.972
Despesas Correntes	47.788.170	49.280.633	46.591.366	191.181.909	186.901.939
Despesas de Capital	49.377	50.377	1.546	174.291	51.033
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	47.837.547	49.331.010	46.592.912	191.356.200	186.952.972

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2072 – TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Visão Consolidada do Programa

O Programa 2072 é fundamental para a maior integração do território nacional e está orientado para o aperfeiçoamento de nosso atual cenário logístico de transportes, voltado para a obtenção de uma maior competitividade econômica nacional.

O modo de transporte ferroviário possui como característica marcante sua elevada capacidade para transportar grandes volumes de carga a longas distâncias, com eficiência energética, capaz de agregar vantagens competitivas comprovadas sobre longos percursos, quando comparado ao modo de transporte rodoviário.

Um país como o Brasil, que possui uma dimensão territorial de mais de 8,5 milhões km² e imensos volumes de cargas agrícolas e minerais por serem transportadas, não pode prescindir de uma alternativa estratégica como a ferrovia. O Programa de Transporte Ferroviário busca contribuir para o aumento da competitividade de nossa economia, a partir do potencial que possui para a redução dos custos de transporte, parcela significativa dos custos logísticos nacionais.

O planejamento governamental para o setor tem como instrumento base o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), o qual procura promover a mudança na matriz de transportes por meio de eixos estruturantes como a Ferrovia Norte-Sul, Nova Transnordestina e Integração Oeste-Leste (FIOL), entre outras.

Avanços no setor ferroviário podem conferir ao País ganhos econômicos. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com os outros modos de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Busca-se o desenvolvimento do transporte ferroviário, com maior eficiência energética e menores custos operacionais.

A expansão da malha ferroviária federal prevê a construção de novas ferrovias, conexões e acessos, para tornar o modal ferroviário mais atrativo à movimentação de grandes volumes de cargas a longas distâncias. Com foco em conexões com vias fluviais e rodoviárias, busca-se contribuir para o aumento da capilaridade dos modos de transporte em importantes zonas de processamento, consumo e importação e exportação.

Principais desafios

Os principais desafios do programa de transporte ferroviário estão relacionados à busca do necessário equilíbrio entre as características da malha ferroviária nacional e seu modelo de exploração.

Como principal desafio relacionado às características da atual malha, ressaltam-se os três tipos de bitola, distância entre os trilhos de uma via férrea, existentes no País: a métrica (1,0 m), a larga (1,6 m) e a padrão (1,435 m). Atualmente, nossas ferrovias são planejadas e projetadas para serem construídas em bitola larga, dado que ela permite que vagões de maior capacidade sejam construídos e possam trafegar com maior velocidade.

Com relação ao modelo de exploração o desafio é ser capaz de propiciar um maior acesso à malha ferroviária, de forma que diversos setores da economia possam usufruir da infraestrutura e dos serviços de transporte ferroviário com modicidade tarifária.

Resultados Relevantes

a. Expansão da Malha Ferroviária do País

A ampliação do sistema ferroviário nacional é uma oportunidade para a consolidação da política de investimentos públicos e privados que fortaleça nosso desenvolvimento econômico e socioambiental, apoiado na exploração sustentável de nossas fronteiras minerais e agrícolas. Os investimentos visam ao aumento da competitividade da economia nacional.

Nos quatro anos do PPA 2012-2015 foram construídos 2.602,2 km de ferrovias. Desse total, foram construídos 855,0 km da Ferrovia Norte Sul - Palmas/TO a Anápolis/GO; 251,0 km da Ferrovia Ferronorte – Alto Araguaia/MT a Rondonópolis/MT; 610,0 km da Ferrovia Norte Sul – Ouro Verde/GO a Estrela d' Oeste/SP; 463,2 km da Ferrovia Transnordestina e 423,0 km da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Ilhéus/BA a Barreiras/BA.

Alcançou-se 57,2% da meta, cuja previsão inicial era de expansão da malha ferroviária do país em 4.546 km. As principais dificuldades enfrentadas para o alcance da meta foram: a desapropriação para a liberação de frentes de obra; o processo de obtenção de licenças ambientais; os atrasos na entrega de trilhos e a redução do ritmo de obras em função de restrições orçamentárias e financeiras.

b. Conexões e acessos ferroviários

Trechos ferroviários inoperantes são aqueles em que não há tráfego de trens cargueiros ou de passageiros, e os trechos subutilizados são aqueles em que o tráfego de trens está muito abaixo da real capacidade da via férrea.

Conexões ferroviárias são linhas ferroviárias construídas para a ligação de trechos de ferrovias que antes não se interligavam. Já os acessos ferroviários são pequenos trechos de linhas férreas que visam a expansão de um ramal ferroviário até um polo concentrador de cargas, capaz de integrar ainda mais os demais modos de transporte.

Parte da malha encontra-se inoperante ou subutilizada por falta de conexões e acessos ferroviários com impacto na eficiência.

Nesse contexto, foram construídos 54,0 km de ferrovia, mais especificamente no trecho entre Parnamirim (PE) e Riacho Santa Rosa (PE), o que contribuiu para a conexão de polos concentradores e/ou consumidores de cargas, buscando tornar atrativos trechos ferroviários antes inoperantes ou subutilizados, de modo que eles venham a ser potenciais polos indutivos para os investimentos públicos e privados.

c. Contornos e variantes

A inserção histórica dos aglomerados urbanos ao longo do sistema ferroviário nacional tem impactado a velocidade média comercial²⁷ verificada nas ferrovias brasileiras. O crescimento desordenado tem levado a conflitos entre o fluxo de trens e a movimentação de veículos e pedestres. Congestionamentos, lentidão do tráfego rodoviário e ferroviário, acidentes e problemas de travessias de veículos e pedestres são efeitos esperados, para cuja solução este objetivo procura dar resposta.

A construção de contornos ou anéis ferroviários se apresenta como solução conveniente para a melhoria da distribuição do tráfego em zonas urbanas das cidades.

Consegue-se, assim, retirar o fluxo de trens de carga de dentro das áreas urbanas, aumentando a velocidade das composições, com melhoria da operação ferroviária, significativos ganhos econômicos e redução dos impactos socioambientais. Alternativamente, é possível também o aperfeiçoamento das travessias urbanas, com o rebaixamento de linhas, construção de viadutos ou outras intervenções que eliminem o contato entre o tráfego ferroviário e o de veículos automotores e pedestres.

Ao longo do PPA 2012-2015, foram aprovados 10 projetos de contornos e adequações ferroviárias (Araraquara/SP, Joinville/SC, São Francisco do Sul/SC, Três Lagoas/MS, Divinópolis/MG, Barra Mansa/RJ, Maringá/PR, Mogi das Cruzes/SP, São Carlos/SP e Paverama/RS).

Foram construídos dois contornos e realizadas duas adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara/SP, Contorno de Três Lagoas/MS, Rebaixamento Ferroviário de Maringá/PR e Adequação Ferroviária em Paverama/RS.

d. Adequação de Trechos Ferroviários existentes

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características distintas, o que não favorece a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado, raios de curvatura e principalmente bitolas foram adotados, para que se viabilizassem, à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e

²⁷ Velocidade Comercial do Trem – Velocidade que corresponde à média do tempo gasto para percorrer a distância entre dois pontos, inclusive o tempo de parada nas estações intermediárias.

governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais favorável no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da malha férrea do país em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à maior produtividade que ela proporciona. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista; com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas e com a ampliação de trechos em bitola larga, aumenta-se a eficiência da rede e são fortalecidas as ligações entre as regiões brasileiras.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos, no âmbito das concessões ferroviárias vigentes, o qual visa ao aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho, dentre as quais, o aumento no volume de transporte e a redução no índice de acidentes. Dentre as principais iniciativas nesse sentido, destacam-se as seguintes:

- A duplicação de trecho ferroviário da Estrada de Ferro Carajás - EFC. O projeto de duplicação da linha singela da EFC, entre Parauapebas (PA) e São Luís (MA), abrange 221,0 km dos 891,4 km da ferrovia. Ao longo do quadriênio, foram adequados 169,7km de vias, alcançando 113% da meta inicialmente prevista (adequação de 150,0 km da EFC). A extrapolação da meta se deu em razão da Concessionária impor um ritmo mais acelerado da obra em relação ao inicialmente previsto;
- Duplicação de trechos ferroviários da MRS. Encontram-se concluídas as obras de duplicação entre Valongo (SP) e Perequê (SP) e as obras da Segregação Leste, entre Manoel Feio/SP e Suzano/SP;
- Adequação de trechos ferroviários da ALLMS. A Concessionária desenvolve projetos no Estado do Rio Grande do Sul para a reativação do tráfego ferroviário comercial entre os pátios de: Dilermando de Aguiar e Santiago, Santiago e São Luiz Gonzaga, Cruz Alta e Passo Fundo, Maringá e Cianorte, Santiago e São Borja, Marques dos Reis e Joaquim Murtinho, Mafra e Porto União, Porto União e Passo Fundo, Ramal de Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga e Entroncamento e Livramento;
- Adequação de trechos ferroviários da FCA. O projeto de modernização da ligação ferroviária entre Horto Florestal (Belo Horizonte/MG) e General Carneiro (Sabará/MG) encontra-se concluído;
- Extensão dos trechos da TLISA, que se encontram em diferentes estágios de execução e tem previsão de entrega até dezembro de 2018.

e. Construção de Pátios Intermodais e Intramodais

O transporte intermodal e multimodal é uma atividade básica que trata da movimentação de mercadorias, caracterizada pela utilização de mais de uma modalidade de transporte, da origem até o destino final. A intermodalidade caracteriza-se pela emissão individual de documento de transporte para cada modal, bem como pela divisão de responsabilidade entre os transportadores. Na multimodalidade existe a emissão de apenas um documento

de transporte (conhecimento de transporte) cobrindo o trajeto total da carga. Este documento é emitido pelo Operador de Transporte Multimodal (OTM), que é a pessoa jurídica responsável pela realização do transporte de cargas, da origem até o destino, por meios próprios ou por intermédio de terceiros.

A atividade do Operador de Transporte Multimodal (OTM) de cargas depende de prévia habilitação e registro. Em 2015, foram habilitados 73 OTM, dentre os quais 14 foram amparados pelo Acordo Sobre Facilitação do Transporte Multimodal entre Argentina, Paraguai e Uruguai.

Uma das medidas adotadas para fortalecer a competitividade no sistema ferroviário é a implementação de estruturas intermodais para facilitar a integração, reduzir custos de transportes e agilizar a circulação de mercadorias.

Ao longo do Plano Plurianual 2012-2015 foi realizada a construção das seguintes estruturas:

ESTRUTURAS DE INTEGRAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Pátio de Palmas/Porto Nacional/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Gurupi/TO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2013
Pátio de Anápolis/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2014
Pátio de Uruçu/GO	Trecho Palmas/TO – Anápolis/GO, no Tramo Sul da Ferrovia Norte-Sul	Obra concluída em 2015
Pátio de Tutóia/SP	Araraquara/SP	Obra concluída em 2014
Pátio de Três Lagoas/MS	Três Lagoas/MS	Obra concluída em 2014

Fonte: VALEC e DNIT, janeiro de 2016.

Além da implantação de pátios intermodais, desenvolveu-se no período do PPA um estudo para identificar a localização dos Centros de Integração Logística (CIL). Espera-se, com a implementação de tais centros, incentivar a entrada de novos operadores de transporte multimodal, ao se facilitar a integração entre os vários modais de transporte. Os resultados esperados são a redução de custos de fretes e a racionalização da malha. Entendem-se por CIL os pontos de conexão modal obtidos por meio da construção dos seguintes tipos de estrutura de integração: plataforma logística, terminal intermodal, centro de distribuição e porto seco.

Em 2015, o Ministério dos Transportes publicou o documento intitulado “Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento de Metodologia para a Implementação de Centros de Integração Logística com vistas a subsidiar Políticas Públicas voltadas à Promoção da Intermodalidade no Transporte de Cargas”. A estratégia do projeto CIL foca no desenvolvimento de modelo matemático para a identificação de potenciais locais prioritários

para sua instalação. A implementação dos CILs, conforme as simulações realizadas no estudo, apontam para reduções significativas dos custos da rede de transporte do país.

f. Estudos de Concessões Ferroviárias

Para avançar no processo de modernização da infraestrutura e da logística ferroviárias do país, o Governo Federal, em agosto de 2012, lançou o Programa de Investimentos em Logística (PIL), visando ampliar os investimentos públicos e privados em infraestrutura de transportes. Nesse sentido, foram apresentadas as prioridades do Governo Federal no que se refere ao modo ferroviário, quais sejam: concessão das novas estradas de ferro construídas; indução de novos investimentos no âmbito das concessões já existentes; e fomento e garantia da interoperabilidade do Subsistema Ferroviário Federal (SFF).

A Primeira Etapa do PIL contemplava a construção de novas Estradas de Ferro (EF), perfazendo cerca de 10 mil quilômetros de ferrovia a serem construídas em bitola larga. Os trechos incluídos nesse programa foram objeto de estudos e audiências públicas que permitiram aferir com mais precisão sua viabilidade no curto prazo. A partir de tais conclusões, o Governo Federal, em junho de 2015, anunciou a Segunda Etapa do PIL, a qual considera o aperfeiçoamento do modelo de concessão já existente (Modelo Vertical), permitindo que os OFI adquiram capacidade ociosa diretamente das concessionárias verticais, estimulando, assim, a interoperabilidade do SFF. A Segunda Etapa do PIL inclui a concessão de novas ferrovias e novos investimentos em concessões existentes. Essas ações totalizam R\$ 86,4 bilhões de investimentos projetados.

Até 2015, foram realizados estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) em 10.975,0 km de ferrovias, superando a meta de 10.417 km de ferrovias a serem estudadas. Os estudos concluídos são: Açailândia-Barcarena (457 km); Estrela D'Oeste-Dourados (659 km); Lucas do Rio Verde – Campinorte (883 km); Maracaju-Lapa (989 km); Nova Iguaçu-Vila Velha (572 km); Feira de Santana-Ipojuca (882km); Prudente de Moraes-Campos dos Goytacazes (648 km); Anápolis-Corinto (775 km); Mairinque-Rio Grande (1.653 km); Belo Horizonte-Candeias (1.102 km); Lapa-Paranaguá-Pontal do Paraná (198 km); Feira de Santana - Juazeiro – Parnamirim (621 km) e os trechos da Ferrovia Norte Sul entre Ouro Verde e Estrela D'Oeste e Porto Nacional e Anápolis (1.536 km).

g. Modelo de Concessão Ferroviária

O novo modelo de concessão ferroviária proposto originalmente pelo Governo Federal (Modelo Horizontal) previa, dentre outras premissas, a possibilidade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas por meio dos Operadores Ferroviários Independentes (OFI), serviço esse desvinculado da exploração da infraestrutura ferroviária (vide Lei nº 12.743/2012).

Cumprir dizer que os OFI poderão atuar em regime de competição com as concessionárias ferroviárias verticais no âmbito do Subsistema Ferroviário Federal (SFF).

Para a viabilização da implantação do Modelo Horizontal, seria necessária a aquisição, pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, de capacidade operacional das concessionárias horizontais, bem como aquisição de capacidade ociosa das concessionárias verticais, para posterior oferta pública aos OFI.

Contudo, a implantação do novo modelo de concessões ferroviárias mostrou-se incompatível com o agravamento das condições fiscais e econômicas enfrentadas pelo país, haja vista o grande esforço financeiro que seria exigido da União, caso se optasse pela adoção do modelo horizontal. O modelo horizontal previa alocar a assunção de todos os riscos econômicos dessa operação à VALEC, a quem caberia o ônus de assumir o risco de demanda, garantindo a remuneração do capital investido pelas concessionárias horizontais.

Nesse cenário, optou-se pelo aperfeiçoamento do atual Modelo Vertical de concessão ferroviária, equiparando os Operadores Ferroviários Independentes às atuais concessionárias verticais para fins de aquisição e uso da capacidade ociosa existente no Subsistema Ferroviário Federal. Assim, esses operadores poderão celebrar Contratos Operacionais Específicos (COE) diretamente com as concessionárias verticais, visando ao compartilhamento da infraestrutura ferroviária federal que lhe é concedida, o qual poderá ocorrer na modalidade de Tráfego Mútuo (TM) e de Direito de Passagem (DP). Importante consignar que esses Contratos Operacionais Específicos regularão os direitos e as obrigações das partes referentes aos aspectos técnicos, econômicos, de segurança, de utilização de capacidade, dentre outros.

O aperfeiçoamento do referido modelo de concessão passa, necessariamente, por adequações e revisões: do Decreto nº 8.129/2013, que institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dispôs sobre a atuação da Valec para o desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário; do Decreto nº 8.134/2013, que estruturou a Valec para a execução das atividades de desenvolvimento dos sistemas de transporte ferroviário; da Resolução ANTT nº 3.695/2011, que aprovou o Regulamento das Operações de Direito de Passagem e Tráfego Mútuo no Subsistema Ferroviário Federal; e da Resolução ANTT nº 4.348/2014, que aprovou o Regulamento do Operador Ferroviário Independente para a prestação do serviço de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração da infraestrutura ferroviária.

h. Transporte Ferroviário de Passageiros

Há uma grande oportunidade logística e comercial no desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros com composições de trens de alto e médio desempenho, considerando velocidade, conforto e segurança no deslocamento, garantindo-se agilidade comercial competitiva com o transporte rodoviário. Em função disso, o Ministério dos Transportes desenvolveu o “Projeto de Trens Regionais de Passageiros”, cujo objetivo é resgatar o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto de seus cidadãos, com a reimplantação dos trens de passageiros em várias regiões do País, buscando-se aproveitar linhas férreas existentes em operação de cargas, com capacidade ociosa e possibilidade de compartilhar tais linhas com o transporte de passageiros. Com base em um conjunto de critérios de seleção, consultas aos estados e municípios e estudos preliminares, foram selecionados quinze trechos para possível implantação, conforme lista a seguir:

- Bahia: Conceição da Feira – Salvador – Alagoinhas
- Maranhão/Piauí: Codó – Teresina
- Pernambuco: Recife – Caruaru
- Sergipe: São Cristóvão – Aracaju – Laranjeiras
- Paraná: Londrina – Maringá
- Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande
- Santa Catarina: Itajaí – Blumenau – Rio do Sul
- Rio de Janeiro: Campos – Macaé e Santa Cruz – Mangaratiba
- Minas Gerais: Belo Horizonte – Ouro Preto – Conselheiro Lafaiete e Bocaiúva – Montes Claros – Janaúba
- São Paulo: Campinas – Araraquara e São Paulo – Itapetininga
- Maranhão: São Luís – Bacabeiras – Itapecuru-Mirim

Os estudos de viabilidade, já concluídos, contemplaram os seguintes trechos:

- Bahia: Conceição da Feira – Salvador – Alagoinhas;
- Maranhão/Piauí: Codó (MA) – Teresina (PI) – Altos (PI) e Itapecuru-Mirim (MA) – São Luiz (MA).
- Paraná: Londrina – Maringá;
- Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande.

O Ministério dos Transportes manteve entendimentos com os Ministérios das Cidades e do Planejamento, objetivando criar um ambiente institucional para discussão do assunto, com vistas ao equacionamento técnico e econômico para permitir a implantação e a operacionalização dos Trens Regionais, bem como promover a sua integração com os outros modais. Assim, ao longo de 2015, as diretrizes adotadas foram no sentido de envidar esforços para viabilizar a implementação dos projetos, contanto, para isso, com a participação da iniciativa privada.

Além disso, a ANTT contratou a UFSC para desenvolver estudos relativos ao contexto jurídico e legal necessários para o Marco Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros, cujo trabalho tem prazo de entrega estipulado em 36 meses, dos quais oito meses já são transcorridos.

Quanto ao transporte de passageiros em alta velocidade (TAV), em 2012, foi aprovada a modelagem econômico-financeira da concessão do TAV, foram realizadas audiências públicas e publicada a licitação da fase 1 para seleção da tecnologia e da responsável pela montagem da superestrutura, operação e manutenção do sistema.

Apesar dos procedimentos adotados e da atuação dos agentes econômicos envolvidos no projeto de implantação do TAV, o procedimento estava se encaminhando de forma a haver apenas um consórcio participando do leilão. Para evitar tal situação, foi publicado pela Comissão de Acompanhamento do processo de licitação o Comunicado Relevante nº 12/2013, que postergou “sine die” a realização do leilão, para dar oportunidade a outros grupos interessados de se adaptarem às regras estabelecidas.

Nesse meio tempo, tem-se trabalhado no levantamento de dados espaciais e digitais os quais auxiliarão na definição do traçado do TAV. Para tanto, foi firmado acordo com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) com o propósito de realizar estudos acerca do traçado, com o propósito de modelar as bases de dados em um sistema de informação geográfica e de sensoriamento remoto.

Em relação a outros trechos com potencial para o transporte de passageiros, ressalta-se a contratação, por parte do governo federal, de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) para a implantação de um trem de média velocidade entre Brasília (DF), Anápolis e Goiânia (GO). Além disso, já há estudos em execução para trechos ligando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP), Curitiba (PR) a São Paulo (SP) e Luziânia (GO) a Brasília (DF).

Considerações Finais

A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. Avanços neste setor podem conferir ao País ganhos econômicos com maior eficiência energética e menores custos operacionais, quando comparado ao modal rodoviário.

Almeja-se o resgate do transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio, expansão da oferta de serviços e redução de tarifas praticadas.

A exploração do serviço público de transporte ferroviário e a exploração da infraestrutura ferroviária foram objeto de descentralização estatal, por meio de outorga, que culminou na celebração de contratos de concessão com vigência de até 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada por igual período.

Para o acompanhamento da evolução das concessionárias ferroviárias, o Poder Concedente estabeleceu dois parâmetros: as metas regulamentares de produção e as metas regulamentares de segurança. Objetivando celebrar novos contratos de concessão com os agentes econômicos, o Governo Federal almeja conceder os empreendimentos a seguir, que incluem a construção de ferrovias e a delegação à iniciativa privada da operação de trechos existentes ou em fase final de construção com o PIL.

- Lucas do Rio Verde/MT – Sinop/MT – Miritituba/PA (com estimados 1.100 km – a construir);
- Ouro Verde de Goiás/GO – Estrela d'Oeste/SP (682 km – em obras), integrante da Ferrovia Norte Sul, e trecho Estrela d'Oeste/SP – Três Lagoas/MS (288 km – a construir), totalizando cerca de 970 km;
- Porto Nacional/TO – Anápolis/GO (855 km – concluído) e Açailândia/MA – Barcarena/PA (575 km – a construir), totalizando cerca de 1.430 km, ambos integrantes da Ferrovia Norte Sul;
- Rio de Janeiro – Espírito Santo, com aproximadamente 580 km; e

- Campinorte/GO – Lucas do Rio Verde/MT – Sapezal/MT – Porto Velho/RO – Peru, integrantes da Ferrovia Bioceânica, com aproximadamente 3.500 km, a construir no lado brasileiro, cuja conexão ao litoral peruano permitirá acesso aos mercados asiáticos. Já se encontra concluído o Projeto Básico para o trecho Lucas do Rio Verde/MT - Campinorte/GO (900 km).

A indução de novos investimentos no âmbito das concessões ferroviárias já existentes conta com o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) (Lei nº 11.033/2004) e o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (Lei nº 11.488/2007).

Por fim, a interoperabilidade do Subsistema Ferroviário Federal, assegurada por meio do compartilhamento da infraestrutura ferroviária, na modalidade de Tráfego Mútuo (TM) e de Direito de Passagem (DP), será fomentada aos novos Operadores Ferroviários Independentes na prestação de serviços, mediante autorização, em qualquer ponto do SFF.

Ressalte-se que, no PPA 2016-2019, os programas de Transporte Rodoviário e Ferroviário foram unificados no programa 2087 – Transporte Terrestre. Espera-se com essa iniciativa aumentar o nível de integração do planejamento dos dois modais, de modo a potencializar sinergias e evitar redundâncias na infraestrutura a ser desenvolvida e operada.

Em suma, os resultados obtidos pelo Programa Transporte Ferroviário demonstram os avanços no sistema de transporte de maneira a se permitir a fluidez do tráfego, a segurança e a modernização da malha, de forma a garantir uma logística ferroviária eficiente. Espera-se, no próximo período do PPA, a continuidade na evolução do setor, de modo a aumentar a cobertura, capacidade e eficiência das ferrovias brasileiras.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.tr ens.km)	31/12/2010	15	30/11/2012	12	31/12/2013	11,95	31/12/2014	12	31/12/2015	13,62
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2012	28.692	31/12/2013	29.031	31/12/2014	29.013	31/12/2015	28.958
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2012	5.544	31/12/2013	7.893	31/12/2014	7.048	31/12/2015	10.258
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2012	946	31/12/2013	866	31/12/2014	831	31/12/2015	935
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	30/11/2012	8,64	31/12/2013	8,4	31/12/2014	8,5	31/12/2015	9,01
Produto médio anual do transporte ferroviário	R\$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2012	35,44	31/12/2013	36,2	31/12/2014	42,34	31/12/2014	42,34
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	31/12/2011	100	05/09/2013	103	05/09/2014	95	05/09/2015	95
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	30/11/2012	275	31/12/2013	299	31/12/2014	307	31/12/2015	328
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	30/11/2012	34	31/12/2013	27,3	31/12/2014	30,2	31/12/2015	29
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	30/11/2012	421	31/12/2013	463	31/12/2014	465	31/12/2015	485
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2010	2.484.930	31/12/2013	1.187.773	31/12/2014	2.016.359	31/12/2014	2.016.359
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2012	627.026	31/12/2013	609.000	31/12/2014	463.654,62	31/12/2015	372.037,73
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	30/11/2012	15,63	31/12/2013	16	31/12/2014	16,3	31/12/2015	16,47

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Quadro de Metas

Objetivo: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país	4.546,00	km	2.602,20	As principais dificuldades enfrentadas para o alcance das metas foram: a desapropriação para a liberação de frentes de obra; o processo de obtenção de licenças ambientais; os atrasos na entrega de trilhos e a redução do ritmo de obras em função da restrição financeira.
Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país	9.513,00	Km	9.388,00	

Objetivo: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente	434,00	Km	54,00	Os projetos da EF-116 e da EF-225 (totalizando 404km) ainda não foram aprovados, o que impediu o alcance da meta. No trecho entre Santa Rosa (PE) e Petrolina (PE) da EF-116, o projeto aguarda parecer consolidado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (PE). No projeto da EF-225, além da aprovação, aguarda-se a obtenção da Licença Prévia.
Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária	434,00	Km	0,00	Os projetos da EF-116 e da EF-225 (totalizando 404km) ainda estão em fase de aprovação. No trecho entre Santa Rosa (PE) e Petrolina (PE) da EF-116, o projeto aguarda parecer consolidado da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (PE). O projeto da EF-225, entregue pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Ceará, encontra-se apto para a aprovação.

Objetivo: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 18 km de acessos a portos	18,00	Km	0,00	A ligação entre o pólo petroquímico de Camaçari e o porto de Aratu (BA) (18 km) foi questionada pelo TCU, que determinou a adequação do seu Projeto Executivo (Acórdão TCU1174/2015). A atualização do Projeto Executivo será objeto de nova licitação.

Objetivo: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico	1,00	Unidade	1,00	O estudo, realizado pelo BNDES, foi concluído em outubro de 2011.
Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana	350,00	Km	0,00	A meta não foi realizada, pois são aguardadas diretrizes do Programa de Investimento em Logística que justifiquem e orientem a execução dos estudos.

Objetivo: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade	511,00	Km	0,00	Devido à falta de interesse do mercado e ao consequente adiamento "sine die" do edital de concessão do TAV, novos estudos e projetos deverão ser realizados.

Objetivo: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs	365,00	Km	0,00	A prioridade do governo é a conclusão dos trechos principais das ferrovias Norte-Sul, FIOLE e Transnordestina, de modo que a realização de estudos para a implantação dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

Objetivo: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias	11,00	Projetos	10,00	
Construir 7 contornos ferroviários	7,00	Contornos ferroviários	2,00	A meta não foi atingida no período previsto devido às restrições enfrentadas. Destacam-se as dificuldades de desapropriação para a liberação de frentes de serviço e de obtenção de licenças prévias, de instalação e de operação para a execução das obras.
Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano	5,00	Adequações ferroviárias	2,00	A meta não foi atingida no período previsto devido às restrições enfrentadas. Destacam-se as dificuldades de desapropriação para a liberação de frentes de serviço e a necessidade de atualização de projetos executivos defasados.

Objetivo: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou duplicação de linhas.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 150 km de trechos ferroviários	150,00	Km	169,70	

Objetivo: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construção de 9 integrações intermodal e intramodal	9,00	Integrações intermodal e intramodal	6,00	As obras do pátio de Campo Grande foram paralisadas em 2013 por necessidade de revisão de projeto. Houve rescisão com a empresa executora e uma nova licitação para remanescentes da obra está prevista para 2016. O terminal de Campo Grande está 91% concluído. O pátio de São Simão está com 60% da obra concluída e pátio de Estrela D'Oeste com 50%. Já o polo de Serrana não teve suas obras iniciadas, visto que sua implantação está em discussão técnico-jurídica.

Objetivo: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais	1.536,00	Km	309,00	A manutenção do trecho Palmas-Anápolis foi dividida em três lotes. Apenas no primeiro lote (Palmas/Alvorada - 309 km) os serviços de manutenção foram executados. Nos outros dois lotes (Alvorada/Gurupi - 289 km e Gurupi-Anápolis - 258 km), apesar da licitação já ter sido realizada, os serviços de manutenção só se realizarão em 2016. O trecho Ouro-Verde de Goiás/Estrela D'Oeste está em fase de construção ainda, conseqüentemente nenhum recurso de manutenção foi aplicado.

Objetivo: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Ministério dos Transportes

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

Objetivo: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar estudos para concessão de 10.417km em trechos ferroviários federais.	10.417,00	Km	10.975,00	

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.625.784	2.464.334	1.539.581	11.804.152	7.783.056
Despesas Correntes	33.487	33.487	3.274	267.217	53.304
Despesas de Capital	2.592.298	2.430.847	1.536.307	11.536.936	7.729.752
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	2.625.784	2.464.334	1.539.581	11.804.152	7.783.056

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2073 – TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Visão Consolidada do Programa

O programa 2073 no Plano Plurianual 2012-2015 tem como objetivo principal estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do Transporte Hidroviário interior, da navegação de cabotagem e de longo curso. Está organizado para permitir o contínuo aperfeiçoamento da regulação do setor de transporte hidroviário e se orienta para a busca de melhor atendimento à movimentação de pessoas e bens em padrões adequados de eficiência, com segurança, conforto, regularidade e pontualidade. O Programa busca contribuir para o fortalecimento de corredores hidroviários estratégicos com melhoria das condições de navegabilidade e acesso, principalmente onde seja possível aumentar o potencial de integração do modal do transporte hidroviário com seus modos de transporte complementares: ferroviário e rodoviário.

A rede fluvial nacional, conforme dados do Ministério dos Transportes, possui cerca de 42.000 km de extensão, subdivididos em 28.000 km de vias navegáveis, dos quais cerca de 60% estão localizadas na Bacia Amazônica. É importante destacar que há 14.000 km da rede fluvial nacional que dependem de intervenções para se tornarem plenamente navegáveis.

O Subsistema Aquaviário Federal é composto de vias navegáveis; portos marítimos e fluviais; eclusas e outros dispositivos de transposição de nível; interligações aquaviárias de bacias hidrográficas, instalações e estruturas destinadas à operação e à segurança da navegação aquaviária. A via navegável refere-se aos rios ou superfícies aquáticas que permitem a navegação em condições naturais. A hidrovia, por outro lado, são as vias navegáveis que sofreram implementações e intervenções tornando-as viáveis ao transporte aquaviário em grande escala.

Desta forma, apesar de possuir infraestrutura natural para navegação, a maioria das vias navegáveis precisa de intervenções, como dragagens, para se tornar plenamente navegável durante o ano todo. Além disso, ações como sinalização, balizamento, derrocamento e destocamento são exemplos que podem tornar mais seguras as navegações fluvial e lacustre, garantindo assim, redução na quantidade de acidentes, aumento na velocidade média de deslocamento e redução no tempo de viagem.

A integração do sistema aquaviário com o terrestre é condição necessária para a ocorrência da intermodalidade eficiente. É imprescindível a existência de portos ou terminais fluviais para que a transferência de carga ou de passageiros possa ser realizada. A localização adequada, a qualidade e operacionalidade dessas instalações são fundamentais para promover o transporte hidroviário.

O termo “terminais” é utilizado para mencionar de forma geral as instalações portuárias, sem levar em consideração suas diversas formas jurídicas, a saber: (i) Portos

Organizados, (ii) Terminais de Uso Privado – TUP (exclusivo, misto e turismo), (iii) Estação de Transbordo de Cargas – ETC e (iv) Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4. O **Porto Organizado** é aquele construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária. A **Instalação Portuária de Uso Privado** é a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário. Já a **Estação de Transbordo de Cargas** é a situada fora da área do porto organizado, utilizada, exclusivamente, para operação de transbordo de cargas, destinadas ou provenientes da navegação interior. Por fim, a **Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte** é a utilizada nas operações portuárias de movimentação de passageiros, de mercadorias ou ambas, destinados ou provenientes do transporte de navegação interior.

O transporte de passageiros por hidrovias é uma das principais formas de locomoção na Região Norte do país. Essa região possui, por características naturais, vasta malha hidrográfica interligando diversos municípios em que a malha rodoviária oferece reduzida cobertura. Logo, o transporte fluvial é relevante para as comunidades locais e assume uma importância socioeconômica vital para estas economias. Historicamente, o transporte hidroviário na região amazônica sempre teve como característica a informalidade em suas operações. Hoje, entretanto, como resultado de trabalhos educativos, campanhas e ações que visam à regularização da atividade, o setor vem progressivamente elevando os padrões de operação formal na região.

Levando-se em consideração esses aspectos, a expansão do aproveitamento do potencial hidroviário brasileiro agregaria vantagens ambientais, econômicas e sociais. Além de impactos significativos na redução da emissão de gases poluentes e na redução do custo de frete, o transporte hidroviário também contribui para a redução do fluxo de caminhões nas rodovias, o que diminui os acidentes de trânsito e possibilita menores gastos com a manutenção dos corredores rodoviários. Ademais, o modo hidroviário exige menor aporte de recursos para sua implantação, viabilizando retorno mais rápido do investimento, e menores custos de manutenção. Nos últimos quatro anos houve um incremento de 30% no volume de cargas transportado por navegação interior, incremento este que, em 2015, correspondeu, de acordo com dados da ANTAQ, a cerca de 28,4 milhões de toneladas, com o granel sólido liderando o perfil das cargas transportadas, com 72,8% de participação, seguido por granel líquido e gasoso (11,5%), carga containerizada (8,6%) e carga em geral (7,3%).

1.1. Principais desafios

A participação do modal hidroviário na Matriz de Transportes Brasileira é baixa, particularmente considerando-se a extensão de sua rede hidrográfica. Esse desequilíbrio é desafiador, especialmente em razão do crescimento de setores exportadores de *commodities* como o agronegócio e a mineração, produtos com grande volume e baixo valor agregado. Assim, a ampliação da participação desse modal é uma importante alternativa

para a redução dos custos logísticos, em especial no que se refere aos custos de escoamento da produção agrícola do interior do País. Nesse sentido, o principal instrumento de planejamento de transportes do país, o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), propõe uma mudança de perfil para a matriz de transportes brasileira, com a participação do modal aquaviário sendo ampliada para 29% até 2025.

Os principais desafios do setor têm sido as restrições operacionais à navegabilidade como vãos de pontes inadequados (tanto em relação à largura da embarcação quanto à altura), ausência de alternativas para transposição de trechos não navegáveis e restrições que obrigam o desmembramento de comboios fluviais em algumas eclusas, diminuindo a eficiência na utilização do modo.

A interação com o setor elétrico se dá com a construção de usinas hidrelétricas nas vias navegáveis. Apesar de em alguns casos as usinas permitirem a navegação em trechos antes não navegáveis em função do lago formado pela represa, a hidrelétrica pode se tornar um obstáculo para a continuidade de navegação na hidrovia. Assim, a navegabilidade nos principais corredores hidroviários, em que são transportados os maiores volumes de cargas, deve ser compatibilizada com a construção de novas hidrelétricas, no sentido de serem previstas no projeto das usinas soluções para sua transposição.

Para enfrentar os problemas identificados, o Ministério dos Transportes, em conjunto com a Secretaria de Portos, órgão vinculado à Presidência da República, estabeleceram um grupo de trabalho cujo resultado foi a execução de uma série de estudos e projetos relacionados ao setor. Dentre esses estudos podemos destacar o Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), já entregue, e o Plano Hidroviário Estratégico (PHE), publicado em 2013, que se consolidou como principal instrumento da política de planejamento para o setor. No horizonte de longo prazo definido pelo PHE, a priorização de investimentos foi estabelecida com base em uma análise multicritério apoiada em quatro pilares: sustentabilidade econômica; coesão institucional; sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. O PHE é o documento que destaca temas relevantes para a estratégia governamental de melhoria do modelo de gestão do setor de Transporte Hidroviário.

Atualmente, o PHE está integrado ao Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI) que orienta estratégias e ações voltadas para os corredores hidroviários dos Amazonas, Madeira, São Francisco, Paraguai, Tocantins, Tapajós, Hidrovias do Sul e Tietê - Paraná. No âmbito do PHE são tratadas definições sobre conjunto de intervenções relativas à sinalização náutica, balizamento, dragagem, derrocamento, alargamento de pontes e construção ou melhoramentos em sistemas de transposição e eclusas.

O Plano contribuiu na definição de metas que envolvem a eliminação de pontos críticos em hidrovias, instalações portuárias públicas de pequeno porte e manutenção de corredores hidroviários.

1.1.1. Resultados

a. Manutenção e Melhorias nos Corredores Hidroviários

Com vistas ao atendimento das diretrizes da política de transportes do Governo Federal, permaneceram, em 2015, as ações orientadas para a manutenção das condições de navegabilidade em aproximadamente 6.000 km de hidrovias federais.

Em 2015, foi concluído o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do corredor hidroviário Brasil-Uruguaí (MERCOSUL). Outros cinco estudos encontram-se em fase final de elaboração, com previsão de término para 2016. São eles: Amazonas, Tapajós, Paraguai, São Francisco e Tocantins.

Já em relação aos empreendimentos que estão em fase de execução, podemos destacar as intervenções previstas para a Hidrovia do Tietê-Paraná, as dragagens de manutenção do Rio Taquari e Paraguai e a sinalização de trechos da Hidrovia do Paraná.

Com relação à Hidrovia do Tietê foi repassado ao Governo do Estado de São Paulo um montante de R\$ 96 milhões, de um total previsto de R\$ 923 milhões. As ações implantadas continuam em plena execução e têm como finalidade a adequação e a melhoria de canais, pontes e eclusas. Destaca-se a conclusão da proteção dos pilares de uma ponte na SP-255 e da ampliação do vão de uma ponte na SP-333. Essas intervenções permitirão a passagem de comboios com quatro chatas sem a necessidade de desmembramento. A hidrovia transformou-se em uma alternativa econômica para o transporte de cargas, além de impulsionar o desenvolvimento regional.

Atinente às ações de manutenção dos sistemas de transposição fluviais, é relevante frisar que prosseguem os contratos de operação das eclusas de Tucuruí/PA, no Rio Tocantins, e das eclusas de Três Irmãos/SP, no Rio Tietê. Foi publicado, em 2015, novo Edital de Licitação para a contratação das obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, em uma extensão de 43 km, orçado em cerca de R\$ 560 milhões. O projeto no Rio Tocantins é relevante para a integração logística entre os corredores Norte, Centro-Sul, Sul e Sudeste do País, pois permitirá a navegação, durante todo o ano, entre Marabá/PA e a foz do Rio Tocantins.

Ainda em 2015 foi firmado, com a Marinha do Brasil, Termo de Execução Descentralizada para a revitalização da sinalização náutica da Hidrovia do Rio Madeira. Continuam vigentes o termo para a manutenção da sinalização e balizamento da Hidrovia do Paraguai em toda sua extensão (tramos Sul e Norte) e os contratos para sinalização de toda a Hidrovia do Paraná. Nessa última, os serviços de sinalização já estão com mais de 30% de execução, em média, o que trará maior segurança para a navegação ao longo da hidrovia. Na Hidrovia do Paraguai também estão em execução as ações de sinalização, além da atualização das cartas náuticas, bem como a dragagem de manutenção no trecho de Cáceres até Barra Norte da Ilha do Taimã, que já obteve um volume dragado de 318.493 m³.

b. Instalações Portuárias Públicas

A construção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) na região Norte do Brasil, em que o modal hidroviário é preponderante, representa importante medida

de caráter socioeconômico, visto que os investimentos permitem a circulação regional de pessoas, melhoram o transporte de mercadorias, sendo indispensáveis à promoção de uma melhor qualidade de vida para a população local.

Ressalte-se a construção de 29 instalações portuárias de pequeno porte no período do PPA 2012-2015, destacando-se entre eles:

- **Estado do Amazonas:** foram concluídas as obras das instalações públicas de pequeno porte dos Municípios de Beruri, Boa Vista do Ramos, Canutama, Carauari, Coari, Codajás, Eirunepé, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Novo Aripuanã, Tonantins e Tapauá.

As IP4 dos Municípios de Itacoatiara (novo terminal), Apuí, Borba, e Autazes encontram-se em fase de obras. As IP4 de Apuí, Borba e Autazes têm conclusão prevista para 2016.

- **Estado do Pará:** Em 2015, os projetos executivos das IP4 dos Municípios de São Miguel do Guamá, Augusto Corrêa (Distrito de Pírimirim), Juruti, Abaetetuba, Oriximiná, Viseu, Belém e Cametá foram concluídos e as obras foram iniciadas. Os empreendimentos de Santarém, São Miguel do Guamá, Augusto Corrêa (Distrito de Pírimirim), Juruti, Abaetetuba e Oriximiná têm sua conclusão prevista para 2016. Em relação às IP4 dos Municípios de Conceição do Araguaia, Tucuruí e Altamira, os projetos e as obras serão contratados em 2016.

- **Estado de Roraima:** foi concluída a IP4 no Município de Caracarái.
- **Estado de Rondônia:** foi concluído o terminal fluvial de Cai n'Água, em Porto Velho-RO.

c. Instalações Portuárias de Navegação Interior para o Transporte de Carga considerando a Integração Multimodal

No âmbito deste Programa Temático, o Objetivo de desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal, tem como meta adequar duas Instalações Portuárias Públicas: Porto Velho/RO e Marabá/PA. A adequação do Porto Organizado de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composta pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A SEP/PR celebrou o Termo de Compromisso nº 003/2014 com a Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia (SOPH), com a Interveniência do Governo do Estado de Rondônia. Em 2015, a SOPH encontrou dificuldades em especificar adequadamente os equipamentos e em conduzir os processos licitatórios. Diante disso, foi adquirida apenas parte dos equipamentos necessários. A licitação do projeto executivo ainda não foi concluída. Apesar disso, pode ser destacada a melhoria na operação e movimentação de cargas no Porto com o investimento feito.

Já para a implantação do Terminal Intermodal de Marabá/PA, outra ação relacionada com o transporte hidroviário de cargas visando à integração multimodal, o

Projeto Executivo foi contratado mediante convênio celebrado entre o governo do Estado do Pará e o DNIT. Porém, o referido convênio não foi renovado. A SEP/PR está estudando a conveniência de celebrar Termo de Compromisso com o Estado para contratação de revisão do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA e do Projeto Básico do Terminal. Este empreendimento será um importante passo na consolidação da hidrovia do Tocantins, que interligará os Estado do Tocantins, Maranhão e Pará. Os investimentos em logística naquela região incluem a recuperação e revitalização do Distrito Industrial de Marabá, além da conexão com as eclusas de Tucuruí e com o novo píer do Porto de Vila do Conde.

Considerações Finais

Um dos principais temas que tem permeado a discussão sobre políticas de transportes é o surgimento de novas fronteiras de produção agrícola e extrativismo mineral, com vistas à exportação. Estas têm demandado o surgimento de novas rotas de saída, que não sobrecarreguem os portos da região centro-sul. No entanto, é fundamental que o atendimento de tais necessidades leve em consideração tanto as populações locais afetadas pelos novos empreendimentos como os potenciais gerados pela construção da nova infraestrutura, que podem levar à redução das desigualdades entre as regiões do país. Além disso, o Estado brasileiro deve atender outros públicos usuários de transporte: agricultura familiar, indústria (tanto para exportação como para consumo local) e passageiros.

O Brasil possui grandes bacias hidrográficas. O transporte hidroviário, apesar de difícil implantação, tem apresentado custos baixos e tem promovido o desenvolvimento regional demonstrando a viabilidade de sua integração aos diferentes sistemas de transporte.

A retomada do planejamento já havia se dado a partir da elaboração do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT, 2007). Posteriormente, foram elaborados o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP, 2010) e agora o Plano Hidroviário Estratégico (PHE, 2013), que deverão ser integrados ao PNLI. Esses planos influenciam o programa de investimento federal, principalmente o PIL – Programa de Investimento em Logística.

Conforme já citado, no período do PPA 2012-2015 houve intervenções importantes nas hidrovias brasileiras, tanto para garantir sua trafegabilidade (por meio de medidas como dragagem e sinalização) como para melhorar o acesso à rede (com a implantação de novos terminais hidroviários). Com os subsídios dados pelo PHE e pelos estudos de viabilidade sendo realizados nos principais corredores hidroviários, será possível, no período do PPA 2016-2019, estabelecer uma adequada priorização dos investimentos de modo a avançar significativamente na ampliação de extensão, capacidade e disponibilidade das hidrovias brasileiras.

Em suma, busca-se a consolidação do transporte hidroviário no Brasil como uma das alternativas fundamentais para a redução de custos logísticos e para promoção do desenvolvimento regional brasileiro, principalmente na Região Norte do país.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20.956	31/12/2012	20.956	01/12/2012	20.956	01/12/2012	20.956	31/12/2015	22.037
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2010	22	31/12/2013	11	31/12/2013	11	31/12/2015	29
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2012	29.895	31/12/2013	35.213	31/12/2013	35.213	31/12/2015	28.400
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2012	13.387	31/12/2013	16.170	31/12/2014	18.005	31/12/2015	17.382

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Quadro de Metas

Objetivo: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias	2,00	Pontos críticos	0,00	As intervenções previstas nessa meta são os derrocamentos do Pedral do Lourenço/PA e do Pedral de Nova Avanhandava/SP. Quanto ao primeiro foram realizados estudos visando readequar o anteprojeto e o orçamento existentes em razão do fracasso das licitações anteriores. A nova licitação foi lançada em outubro de 2015 na modalidade RDC-I. Em relação ao segundo derrocamento, foi concluído o projeto executivo e será lançado edital de licitação em 2016.
Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km	9.785,00	Km	6.019,00	Estão em execução as intervenções previstas para a Hidrovia do Tietê, as dragagens de manutenção do rio Taquari e Paraguai e a sinalização de trechos da Hidrovia do Paraná. Os estudos necessários para a contratação das intervenções nas demais hidrovias contempladas nessa meta ainda não foram concluídos.

Objetivo: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana	2,00	Estudos	0,00	O estudo sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná está em fase de elaboração pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. O estudo sobre a transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu não foi realizado pois já havia um estudo anterior sobre o mesmo tema, elaborado pelo BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento em parceria com a ITAIPU Binacional.

Objetivo: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus	100,00	%	30,56	A obra teve seu ritmo de execução reduzido em função de dificuldades relacionadas ao atraso de pagamento de medições, bem como decisões judiciais que atrasaram o andamento dos serviços. Encontra-se atualmente paralisada com um percentual de execução de 30,56%.
Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte	52,00	unidade	29,00	Atraso devido à necessidade de novos processos licitatórios para contratação de remanescentes de diversas obras paralisadas e à não disponibilização da integralidade dos recursos orçamentários.

Objetivo: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão

Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário	7,00	Planos	7,00	

Objetivo: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão

Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas	2,00	Instalações Portuárias Públicas	0,00	Dificuldades na especificação adequada de equipamento e na realização da licitação para as obras de adequação do Porto Organizado de Porto Velho e não a renovação do convênio celebrado entre o Estado do Pará e o DNIT para a implantação do Terminal Intermodal de Marabá. Será necessário contratar a revisão do EVTEA e do Projeto Básico desse terminal.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	376.864	306.350	38.791	1.618.116	410.230
Despesas Correntes	36.888	40.180	22.017	126.285	69.766
Despesas de Capital	339.976	266.170	16.774	1.491.831	340.463
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	376.864	306.350	38.791	1.618.116	410.230

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2074 – TRANSPORTE MARÍTIMO

Visão Consolidada do Programa

O setor marítimo contribui com o processo de internacionalização da economia brasileira, bem como reflete o aprimoramento da logística e as novas lógicas organizacionais e operacionais do setor. Os portos são “nós” do escoamento de mercadorias e fundamentais para a economia nacional. O sistema marítimo assegura a articulação inter-regional, os fluxos e as redes no espaço, a intermediação entre produtor e mercado, assim como a satisfação das demandas econômicas, sociais (consumo) e corporativas. O transporte marítimo apresentou crescimento de 130% nos últimos trinta anos e, atualmente, representa 80% do comércio global.

Um eficiente sistema portuário é fundamental para o desenvolvimento de um país. No Brasil, aproximadamente 95% do volume total das importações e exportações passam pelos portos e terminais portuários marítimos nacionais (Fonte: ANTAQ).

Em 2015, a movimentação de cargas nos portos brasileiros registrou um recorde histórico, superando 1 bilhão de toneladas. O volume de 2015 foi 3,9% acima da movimentação de 2014, que totalizou 968,87 milhões de toneladas. Em relação à indústria dos Cruzeiros Marítimos, esta vem se firmando como importante vetor de desenvolvimento para os destinos turísticos que se encontram ao longo da costa brasileira. Segundo a Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (Abremar), o País hoje ocupa o quinto lugar no ranking mundial da *Cruise Lines International Association* (CLIA).

Os objetivos da Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, expostos no Plano Plurianual 2012-2015, visaram tornar o sistema portuário marítimo brasileiro competitivo frente ao mercado internacional, com sustentabilidade ambiental. Nesse intuito, a SEP/PR vem atuando nas áreas de adequação da infraestrutura dos portos públicos, com elaboração de estudos e execução de obras de engenharia portuária, melhoria dos acessos aquaviários, além de tratar de temas ligados à Inteligência Logística Portuária, envolvendo a gestão e o planejamento portuários.

Atualmente, existem 37 portos organizados dos quais 19 encontram-se delegados, concedidos ou têm sua operação autorizada aos governos estaduais e municipais, e 18 portos marítimos são administrados diretamente por 7 Companhias Docas Federais – sociedades de economia mista que têm como acionista majoritário a União e são diretamente vinculadas à SEP/PR. Em tais Companhias, foram implantados, no período de análise em questão, seu novo estatuto e a primeira fase do Projeto de Modernização da Gestão Portuária.

O diagnóstico do setor portuário indica que muitos portos organizados nacionais apresentam infraestrutura inadequada, com terminais estratégicos e concentradores sofrendo de sobrecarga em sua capacidade. A capacidade de armazenagem se mostra

insuficiente, com superlotação de pátios e galpões, além de cargas depositadas em solo ou a espera nos caminhões. Com relação à atracação, não há berços suficientes com a profundidade adequada, o que também contribui para provocar filas e atrasos nos portos, aumentando os custos operacionais e levando ao pagamento de multas pelo exportador.

1.1. Visão dos Principais Atributos do Programa

Visado promover medidas para ampliar as atividades e adequar capacidades, foram contempladas ações para a melhoria na infraestrutura nos portos delegados e autorizados, tendo sido concluídas as intervenções planejadas para os portos de São Francisco do Sul/SC e Itaqui/MA. Outras intervenções ainda encontram-se em execução nos portos de Itajaí/SC e no Novo Porto do Rio Grande/RS. A infraestrutura dos portos organizados marítimos administrados pelas Companhias Docas também foi ampliada, envolvendo iniciativas de adequação de infraestrutura viária e de infraestrutura de acostagem e de operação de cargas. Merece destaque a conclusão de importantes obras para o setor portuário como a implantação da primeira fase da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, a ampliação do Píer Principal e duplicação da Ponte de Acesso no Porto de Vila do Conde/PA, e a recuperação, alargamento e ampliação do Cais Comercial do Porto de Vitória/ES. Encontram-se em fase de execução as demais obras planejadas para os portos de Fortaleza/CE, Salvador/BA, Vitória/ES e Santos/SP.

Outro aspecto importante das intervenções em infraestrutura visou promover o planejamento conjunto das administrações municipais e administrações portuárias, no intuito de melhorar integração da relação porto-cidade, por meio da melhora dos acessos viários e aumento da eficiência logística. A atuação da União propôs ações para melhoria em situações como: utilização de vias disputadas entre o tráfego urbano e o portuário; estacionamentos irregulares; filas de caminhões no aguardo de embarque/desembarque; degradação de áreas urbanas ocupadas por armazéns, comércio ou indústrias voltados às atividades portuárias; abandono da paisagem marítima na zona do porto; impossibilidade da população usufruir os espaços do porto para atividades de lazer, turismo, esporte e cultura.

Ainda dentro desse contexto de integração porto-cidade, foram realizados investimentos na construção de terminais de passageiros. A escolha do Brasil como país sede da Copa do Mundo de Futebol em 2014, e do Rio de Janeiro para as Olimpíadas em 2016, trouxe a oportunidade de tornar os portos brasileiros preparados para atender a um volume maior de navios cruzeiros. As instalações portuárias e as infraestruturas de acesso existentes eram inadequadas à crescente demanda apresentada pelo turismo marítimo de passageiros.

Sendo assim, de forma a atender à demanda turística da Copa de 2014 e, ao mesmo tempo, atender à crescente demanda nas temporadas turísticas, priorizou-se investimentos na adequação das instalações de atendimento aos turistas nos portos de Santos/SP, Salvador/BA, Natal/RJ, Recife/PE, Fortaleza/CE. Esses investimentos objetivaram não só oferecer leitos para a Copa de 2014, complementando a rede hoteleira nessas cidades, mas também atender à demanda do turismo marítimo, garantindo a implantação ou adaptação de terminal de passageiros e de suas infraestruturas de acessos marítimo e terrestre,

melhorando a qualidade do atendimento ao embarque e desembarque, e à atracação de navios, atendendo as ações de vigilância sanitária, alfândega e de segurança. Adicionalmente, esses terminais constituirão um legado para os portos brasileiros, não só em termos de incremento do transporte de passageiros durante a temporada de cruzeiros marítimos. Destaca-se a conclusão das obras de quase todos os portos inicialmente previstos, com exceção das obras planejadas para o Porto do Rio de Janeiro, que acabou não sendo executada por solicitação do Município em razão de possíveis interferências nas ações do Porto Maravilha.

Com relação ao planejamento do setor, durante o período de 2012-2015 foi desenvolvido o novo Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, que é uma das principais ferramentas para o planejamento estratégico de longo prazo do setor, que busca a integração regional, nacional e sul-americana, associado ao combate às desigualdades regionais e sociais e ao equilíbrio ambiental. Com o PNLP, o Governo Federal pretendeu identificar que as limitações da estrutura portuária nos 37 portos contemplados não fossem apontadas como único fator de estrangulamento que limitaria o ótimo aproveitamento das potencialidades econômicas do país. O PNLP contempla a projeção de demanda até 2042 e a respectiva necessidade de capacidade de movimentação projetada. Além disso, para atender aos desafios atuais e futuros, foram definidos 18 objetivos estratégicos com indicadores, metas, ações e portfólio de investimentos, contemplando tanto aqueles previstos no Programa de Investimento em Logística - PIL Portos 2015, quanto no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O novo marco regulatório do setor portuário também instrumentalizou o planejamento das Autoridades Portuárias dando-lhes competência para a elaboração dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZs, cabendo à SEP/PR a aprovação dos mesmos. Até o ano de 2015 foram concluídas as elaborações dos PDZs dos portos de Santarém/PA e Vila do Conde/PA, e outros 6 (seis) estão sob análise final. Os demais devem ser concluídos no prazo regulamentar de apresentação pela Autoridade Portuária, que é de 10 meses após a publicação dos Planos Mestres no site da SEP.

Com relação ao aumento da capacidade de movimentação de cargas e passageiros nos portos nacionais, a SEP/PR vem trabalhando na adequação da infraestrutura dos portos com iniciativas públicas e com a participação de atores privados. O programa PIL-Portos foi, em 2015, amplamente divulgado, tanto no País como no exterior. Viagens de representantes da SEP/PR à Espanha, Portugal, Rússia e Polônia resultaram na assinatura de Termos de Cooperação Técnica, mostrando que o Brasil está aberto a investimentos internacionais na área portuária.

No que tange às concessões e arrendamentos, destaca-se a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do setor portuário nacional. Fato relevante ocorrido em 2015, foi que o Tribunal de Contas da União - TCU, depois de quase 2 anos de análise, liberou os leilões das primeiras concessões de terminais portuários nos portos de Santos/SP e do Pará/PA, na modalidade de outorga. Se o setor já havia avançado com a concessão de terminais privados, depois da liberação de leilões para concessões, chegou o momento de o setor avançar nos arrendamentos dos portos públicos, que permitirão a modernização e a ampliação de nossa estrutura portuária e, com isso, toda a infraestrutura logística do País.

Na prática, com essa liberação, foi dada a largada para as concessões de áreas em portos públicos pelo sistema de outorga onerosa, dentro do Programa de Investimento em Logística (PIL-Portos), que projeta investimentos de R\$ 45 bilhões no setor. Os contratos de arrendamento preveem que as empresas promovam investimentos que garantam um volume mínimo de movimentação de cargas, bem como ampliem a infraestrutura para o escoamento dessa produção, como, por exemplo, a implantação de novos ramais ferroviários.

Durante o ciclo do PPA 2012-2015, foram ainda assinadas renovações de 6 (seis) contratos de arrendamento em portos públicos, agregando investimentos da iniciativa privada na ordem de R\$ 4,82 bilhões. Assim, dos 51 pleitos protocolados, temos 6 pleitos assinados, 21 em análise pela SEP/PR e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e 24 que correspondem a Reequilíbrios, Prorrogações Ordinárias e Unificações de Contratos. Há, portanto, a previsão de que a iniciada privada invista cerca de R\$ 7,85 bilhões nessa modalidade nos próximos 25 anos.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de Instalações Privadas, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização. Até dezembro de 2015, entre novas Instalações Privadas e ampliações, foram viabilizados 51 empreendimentos cujos investimentos estão estimados em R\$ 14,32 bilhões. A autorização portuária terá prazo de até 25 anos, prorrogável por períodos sucessivos, desde que a atividade portuária seja mantida e o autorizatário promova os investimentos necessários para expansão e modernização das instalações portuárias.

Quanto aos acessos aquaviários, o histórico de baixos investimentos deixaram alguns portos acessíveis apenas a embarcações de pouco calado. Esse é um tema crucial ao desenvolvimento do setor, pois o aumento dos índices de containerização mundial exige a possibilidade de atendimento a navios cada vez maiores, cujo calado atual ainda se mostra incompatível com a profundidade de muitos portos brasileiros. De forma a aprimorar os acessos aquaviários, foi implantada a primeira versão do Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária – PND I, por meio da Lei nº 11.610/2007, para o aprofundamento e adequação dos canais de acesso aos terminais, capacitando os portos a receber navios de maior calado, visando o aumento da capacidade de movimentação de cargas. Em sua segunda versão, o PND II, lançado em 2013, pretendeu-se manter as profundidades dragadas por meio de contratos de manutenções periódicas, visando garantir a segurança de navegação e realizar intervenções necessárias à adequação/profundidade dos canais de acesso, bacia de evolução, áreas de fundeio e berços de atracação, conforme análise da viabilidade técnica, econômica e financeira para execução do empreendimento.

Durante a vigência do PPA 2012-2015 a SEP realizou obras de dragagem em 11 portos marítimos, dos 17 inicialmente previstos. A não realização de todas as obras deve-se a atrasos nos processos licitatórios, justificáveis pelo período de adaptação ao Regime Diferenciado de Contratação - RDC e necessidade de estudos mais específicos em alguns portos a fim de reduzir os riscos inerentes às obras de dragagem. Dentre as obras que sofreram atraso, destacam-se as dragagens previstas no PND II (Santos, Paranaguá, Rio de

Janeiro e Rio Grande) cujas obras deverão iniciar em 2016, com exceção da dragagem de adequação do Porto de Santos que ainda não foi contratada.

No que tange a medidas de gestão e aumento de produtividade do sistema portuário, em 2008 foi proposto o modelo de Gestão Portuária Por Resultados – GPPR, inicialmente implantado na Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) como projeto piloto. Foram também desenvolvidas atividades pontuais na Companhia Docas do Ceará (CDC) e Companhia Docas da Bahia (CODEBA). Em 2014, o GPPR foi aprimorado e ampliado e, em sua continuidade, foi implantado o Projeto de Modernização da Gestão Portuária – PMGP, que reestruturou a gestão e os processos das Companhias Docas do Estado de São Paulo (CODESP), do Rio de Janeiro (CDRJ) e do Pará (CDP), e implantou melhorias nos processos de gestão organizacional e nos processos logístico-portuários que envolvem os demais órgãos anuentes da atividade portuária. Foram realizadas iniciativas de governança e de gestão, tais como: revisão dos Regimentos Internos das empresas, dos Conselhos de Administração e Fiscal, propostas de novas Estruturas Organizacionais e de novos Planos de Cargos e Funções, além de fixação de regras de alçada. Para os próximos anos, busca-se sua expansão para as Companhias Docas não contempladas e possibilidade de adesão pelos portos delegados que manifestem interesse.

Outra importante iniciativa na área da gestão portuária foi a implantação do Porto Sem Papel – PSP, um sistema de informação voltado à gestão portuária, que concentra as informações necessárias à estadia de embarcações nos portos marítimos. O PSP possibilita a análise das autoridades dentro das respectivas áreas de competência e consoante com a legislação vigente, permitindo atracações, operações portuárias de embarque e desembarque de cargas e passageiros, além da liberação das embarcações para desatracação. Inicialmente o sistema foi implantado nos Portos de Santos, Vitória e Rio de Janeiro, em 2010, e concluiu a implantação nos demais portos previstos no PPA em 2013. O PSP consiste em menos burocracia, mais agilidade e economia. Em 2015, foram apresentados projetos que preveem a expansão do Porto Sem Papel para os Terminais de Uso Privado - TUP e sua evolução para um *Port Community System*, visando integração com os sistemas dos diversos atores da comunidade portuária, incluindo a iniciativa privada.

Em complemento aos sistemas de gestão foi implantado o projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente - Portolog, que consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, o sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, o atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e a disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes. O sistema Protolog, capaz de fazer esses acompanhamentos, será alimentado por dados coletados a partir de sensoriamento digital, além de trocar informações eletronicamente com outros sistemas governamentais. O Portolog otimiza as filas nos acessos portuários, visando sincronizar as datas de chegada dos navios e das cargas nos terminais, a programação e o credenciamento de veículos para uso racional e utilização da plena capacidade de acesso ao porto. Para o desenvolvimento da infraestrutura física necessária à implantação do projeto, a SEP/PR firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Os estudos para implantação dos projetos em 12 portos nacionais inicialmente previstos já foram concluídos. A publicação dos editais para aquisição dos equipamentos a serem instalados é de responsabilidade das

autoridades portuárias, já tendo sido licitado o projeto do Porto de Vitória e, para o Porto de Santos, está prevista licitação em 2016.

No que tange às ações da SEP/PR para regularização ambiental dos portos organizados, estão em execução dois Programas: o PRGAP - Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuária e o PCGRSEL - Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos. O PRGAP está em fase final de execução dos produtos e grande parte do que foi produzido está em análise pelos órgãos ambientais, Federal ou Estadual, com prazo de retorno estabelecido pelo Ibama para os projetos sob sua análise estendendo-se por todo o ano de 2016. O PCGRSEL, que contempla investimentos na ordem de R\$ 35 milhões, teve aditado o prazo até agosto de 2016, e está em fase de análise, por parte da SEP/PR e dos Portos, dos projetos básicos, notas técnicas, termos de referência, dentre outros produtos elaborados, tanto para tratamento de esgoto como resíduos sólidos, e projeta-se que, no período do aditivo, todos os produtos previstos tenham sido finalizados e disponibilizados à SEP/PR e aos respectivos portos.

Em suma, o sistema marítimo brasileiro ainda não atingiu um nível de modernização ideal, todavia, importantes avanços ocorreram durante a vigência do PPA 2012-2015, em consonância com os objetivos, metas e iniciativas do Programa. Os investimentos deste Programa estão contribuindo para redução dos estrangulamentos que afligem o setor e prejudicam o desenvolvimento econômico nacional.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015, o Programa de Transporte Marítimo contribuiu para a melhoria da eficiência do sistema portuário nacional e o desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos necessárias para o desenvolvimento do País, conforme medidas, iniciativas, estudos e projetos apresentados, que buscam, em última análise, a melhoria da infraestrutura de logística de transportes do País, de modo geral

O programa de transporte aquaviário do PPA 2016-2019 (que engloba o tema do transporte marítimo) segue as linhas básicas do Plano Plurianual anterior, com destaque para a melhoria na gestão, a continuidade na modernização do setor (particularmente com a implementação de novos sistemas portuários) e a expansão da infraestrutura, tanto por meio de investimento público como por concessões e arrendamentos. Um aperfeiçoamento importante no programa foi a definição mais clara da quantificação das metas – particularmente as relacionadas à infraestrutura portuária –, o que permitirá uma medição mais adequada dos resultados do programa durante o processo de monitoramento e avaliação.

Na formulação de políticas públicas, uma das estratégias adotadas pelo Governo tem sido a de mobilizar a iniciativa privada no processo de ampliação e manutenção da infraestrutura logística do país. Nesse contexto, destaca-se o Programa de Investimento em

Logística – PIL, caracterizado pela concessão à iniciativa privada de diversos elementos de infraestrutura logística.

No tocante ao setor portuário, esse movimento pode ser verificado com a publicação da nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815/2013, e da liberação dos leilões das primeiras concessões de terminais portuários, na modalidade de outorga. Se o setor já havia avançado com a concessão de terminais privados, depois da liberação de leilões para concessões espera-se que o setor avançar também nos arrendamentos dos portos públicos, que permitirão a modernização e ampliação de nossa estrutura portuária e, com isso, toda a infraestrutura logística do País.

De modo geral, foram alcançados resultados satisfatórios, considerando-se a crise enfrentada pelo país, como demonstra a figura a seguir:

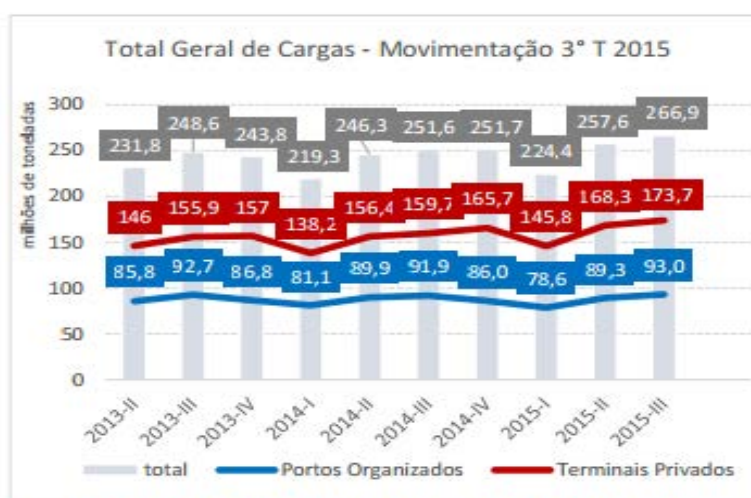


Figura 1 – Total Geral de Cargas – Movimentação – 3º Tr 2015. Fonte: SDP.

O potencial brasileiro para operações portuárias é indiscutível e pode significar um diferencial logístico incomparável para o País em relação à competitividade na exportação e diminuição de custos de produtos brasileiros.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2012	132,38	31/12/2013	142,05	31/12/2013	142,05	31/12/2015	139,65
Movimentação anual de graneis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2012	217,15	31/12/2013	219,99	31/12/2013	219,99	31/12/2015	205,98
Movimentação anual de graneis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2012	554,23	31/12/2013	569,01	31/12/2013	569,01	31/12/2015	573,53
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2012	201,02	31/12/2013	204,66	31/12/2013	204,66	31/12/2015	201,94
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2012	670,25	31/12/2013	685,84	31/12/2013	685,84	31/12/2015	695,99
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2012	87,275	31/12/2013	98	31/12/2013	98	31/12/2015	92,32
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	31/12/2010	720.621	30/04/2013	732.163	31/12/2014	596.352	31/12/2015	549.619
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	31/12/2012	48	03/09/2013	56	31/12/2014	57	31/12/2015	75
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	31/12/2012	45	20/03/2014	65	31/12/2014	65	31/12/2015	65
Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	31/12/2012	5	20/03/2014	8	31/12/2014	8	31/12/2015	8

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Quadro de Metas

Objetivo: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade	17,00	Portos marítimos	11,00	O não atingimento da meta deve-se a atrasos nos processos licitatórios, justificáveis pelo período de adaptação ao Regime Diferenciado de Contratação - RDC e necessidade de estudos mais específicos em alguns portos a fim de reduzir os riscos inerentes às obras de dragagem.

Objetivo: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos	21,00	Unidades	3,00	Com exceção do Porto de Vila do Conde (concluído em ago/2012), todos os demais ainda encontram-se em fase de intervenção, desde os portos delegados ou concedidos, até os administrados pelas Companhias Docas.

Objetivo: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Secretaria de Portos

Objetivo: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos	6,00	Terminais de passageiros	5,00	

Objetivo: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República	7,00	Companhias docas	3,00	Inicialmente o GPPR foi implementado na CODERN, e foram desenvolvidas atividades pontuais na CDC e na CODEBA. Em razão na entrada em vigor do Novo Marco Regulatório do setor, surgiu o Programa Modernização da Gestão Portuária – PMGP, com ações na CODESP, CDP e CDRJ. Os dois programas são complementares, contudo o escopo do PMGP é mais abrangente, contemplando a modernização de processos logístico-portuários, isto é, envolvendo outras autoridades que interferem na atividade portuária.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos	6,00	Portos	0,00	Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMIS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salvaguarda da costa do país (similar à guarda-costeira em alguns países do mundo), a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação se apresentaram como as principais dificuldades.
Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República.	7,00	Companhias docas	0,00	Mudanças ocorridas durante o desenvolvimento do Infracport - oriundas da publicação da Lei 12.815/2013 - alteraram substancialmente os papéis das Companhias Docas e da SEP/PR, impactando os processos do sistema. Esta mudança implicou em nova etapa de especificação de requisitos para ajustar o sistema às novas necessidades decorrentes da alteração, além de promover a integração entre o Infracport e os demais sistemas de suporte à gestão em operação nas Companhias Docas.
Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos	35,00	Portos	35,00	
Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos	12,00	Portos	0,00	Para a implantação do projeto foi necessária a elaboração de um sistema de informação, denominado Portolog, e a elaboração de projetos visando a adaptação ou construção de infraestruturas físicas nos 12 portos planejados inicialmente.

Objetivo: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão

Ministério da Fazenda

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar 17 estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário - AAPLs em portos brasileiros.	17,00	unidade	0,00	No primeiro semestre de 2013, a SEP/PR adotou a estratégia de contratar estudos para 16 AAPLs (menos o Porto de Santos) e tratar o estudo conceitual da AAPL-Santos como um projeto específico. Todavia a SEP está em articulações interinstitucionais com o governo do estado de São Paulo e prefeituras Municipais da Baixada Santista com vistas a eleger uma área para o empreendimento, possibilitando assim o avanço do estudo conceitual da AAPL-Santos.
Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos	2,00	Estudos	2,00	

Objetivo: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão

Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantação de 22 dispositivos de controle de saúde em 10 portos organizados marítimos	22,00	Portos organizados marítimos	6,00	Os portos que ainda não instalaram os equipamentos estão aguardando a conclusão do projeto básico de Área de Transbordo de Resíduos Sólidos, que incorpora a operação de estrutura de inertização de resíduos orgânicos – autoclave.
Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos	10,00	Portos organizados marítimos	2,00	Atraso na elaboração de estudos ambientais e na obtenção das licenças de operação junto aos órgãos ambientais competentes.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos	22,00	Portos organizados marítimos	0,00	Houve um avanço significativo rumo à conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais com a elaboração de 22 Manuais de Boas Práticas, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. Os projetos básicos para a contratação das intervenções necessárias já estão em elaboração, mas o prazo de execução da meta não foi devidamente estimado.

Objetivo: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem	3,00	Estudos	3,00	
Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos	34,00	Portos Organizados Marítimos	2,00	O Novo Marco Regulatório do setor transferiu a responsabilidade de elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZs para as Autoridades Portuárias, cabendo à SEP/PR apenas a aprovação dos mesmos. O processo de transição nas atribuições acabou tendo um impacto na evolução da meta.

Objetivo: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Secretaria de Portos

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conceder dois portos organizados marítimos	2,00	Portos organizados marítimos	0,00	Com a introdução do PIL - Programa de Investimento em Logística e o novo marco legal do setor (Lei 12.815/2013) foi ajustada a estratégia de participação na iniciativa privada no setor portuário, o que tornou essa meta obsoleta.
Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)	100,00	%	0,00	Em 2012, a SEP/PR não recebeu do Porto de Pecém o projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto. Tal situação só foi parcialmente resolvida em 2013. Entretanto, os estudos e projetos recebidos não foram suficientes para a implantação das obras.
Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos	4,00	Estudos e projetos	0,00	Com a mudança do Marco Regulatório do setor foi necessário atualizar os estudos e o projeto básico do Porto de Manaus/AM, que já havia sido concluído. Os demais estudos previstos na meta aguardam orientação estratégica do governo para sua realização.
Implantar 2 novos portos organizados marítimos	2,00	Portos organizados marítimos	0,00	As concessões dos Portos de Manaus/AM e Águas Profundas/ES ainda estão em estudo.
Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos.	159,00	Arrendamentos	0,00	Houve alteração no quantitativo da meta em razão do lançamento da 2ª fase do Programa de Investimentos em Logística – PIL em 2015, passando de 159 para 91 áreas a serem arrendadas. Outro fator impactante na meta, foi a decisão do TCU, que determinou a realização de novas consultas públicas para a concessão do primeiro Bloco de arrendamentos previsto na meta. Espera-se que os arrendamentos tenham um impulso significativo no decorrer de 2016.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	691.440	550.167	14.217	2.128.403	459.121
Despesas Correntes	105.837	112.952	13.345	394.943	198.864
Despesas de Capital	585.603	437.215	872	1.733.460	260.257
Orçamento de Investimento das Empresas	693.624	770.378	366.572	4.876.077	589.068
Totais	1.385.064	1.320.545	380.789	7.004.480	1.048.189

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2075 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Visão Consolidada do Programa

O Brasil é o quinto país no mundo em extensão territorial e, apesar de possuir extensa malha de rodovias, apresenta uma baixa densidade de cobertura viária. Os mais de 64 mil quilômetros de vias federais pavimentadas refletem, em especial, os avanços conseguidos principalmente na década de 70, quando o país direcionou seus investimentos para o modal. No entanto, estes investimentos diminuíram gradativamente até seu ponto mais baixo, em meados dos anos 90, tendo comprometido no passado a qualidade da malha em face à necessidade dos usuários e da expansão da economia nacional. O Subsistema Rodoviário é o principal modo de transporte no Brasil. Comparando com os demais modais, o rodoviário responde por aproximadamente 61,1% do volume de movimentação nacional de cargas, e 49,55% do transporte interestadual de passageiros²⁸.

As projeções realizadas pelo Ministério dos Transportes, e apresentadas no Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLTL, direcionam investimentos na matriz de cargas do País de forma a induzir o aumento da participação dos demais modais, sem deixar, contudo, de expandir o modal rodoviário, aproveitando os potenciais e as necessidades intrínsecas de cada região. Os desafios relacionados ao tema são complexos e abrangem todo o território nacional. A malha rodoviária brasileira deve ser ampliada de maneira a alavancar o desenvolvimento nacional e regional e, principalmente, deve ser mantida em condições adequadas para o atendimento ao crescimento econômico, assegurando segurança e conforto aos usuários. Com a instituição do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em 2007, o investimento no setor voltou a crescer, o que permitiu uma melhora nos índices de qualidade da malha e a expansão de trechos integradores do território nacional.

Como forma de gerir a malha rodoviária com maior volume de tráfego, sem comprometer as condições de uso futuro e agregando serviços prestados aos usuários, as concessões surgiram como alternativa complementar para a expansão dos investimentos necessários ao setor. Até o final do período do PPA 2012-2015, o Brasil contava com 9.969,6 km de rodovias federais concedidas, sendo a maior parte delas contratada no período do último plano. O modelo atual de concessões foi aprimorado de forma que a modicidade tarifária e a melhoria contínua da prestação de serviços norteiem a nova fase do programa.

O fomento às parcerias entre o Governo e a iniciativa privada teve destaque com o lançamento do Programa de Investimentos em Logística – PIL, que já teve uma nova etapa apresentada em 2015, e está em constante aperfeiçoamento. A agenda de Transportes do período de abrangência do PPA 2012-2015 compartilhou a visão de que mais investimentos

²⁸ Fonte: Boletim Estatístico CNT, novembro/2015.

em infraestrutura de transportes são um meio eficaz para a conjugação de esforços em prol de maior competitividade e produtividade de importantes setores econômicos nacionais.

O Planejamento das ações de transporte no quadriênio esteve atento ao modelo de produção transnacional contemporâneo, fortemente orientado para a produção global fragmentada, buscando-se sempre melhores índices de desempenho e redução de custos. O Programa 2075 – Transporte Rodoviário procurou contribuir priorizando ações orientadas para a redução dos custos de transporte que representam parcela significativa dos custos logísticos nacionais. A estratégia de atuação no período se apoiou na expansão da malha de transporte rodoviário federal sobre o território, de maior capilaridade, capaz de interligar regiões nacionais e compartilhar benefícios entre mais membros de nossa sociedade. No médio e longo prazo, a Política de Transportes continua orientada para aumentar a eficiência produtiva de áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento sustentável, reduzir desigualdades regionais e incentivar a integração nacional e sul-americana.

Visão dos Principais Atributos do Programa

As políticas públicas para a área de transportes passaram por períodos de baixos níveis de investimentos no setor. As deficiências relacionadas aos níveis insuficientes de conservação e recuperação das vias, ao déficit de capacidade da malha em regiões desenvolvidas e à inadequação de cobertura nas regiões em desenvolvimento fazem com que o setor seja organizado de forma a priorizar os investimentos, no intuito de uma melhor aplicação dos esforços públicos.

Nesse contexto, o PNLT, lançado em 2007 e atualizado posteriormente, representa uma busca pela retomada do planejamento nacional de transportes no País, apresentando uma visão de médio e longo prazo. Desta forma, o objetivo do Plano é perenizar instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes, de modo a permitir que o setor possa contribuir para a consecução das metas econômicas, sociais e ambientais do país, rumo ao desenvolvimento sustentado.

Os desafios relacionados ao tema perpassam tanto a manutenção dos ativos quanto à adequação e expansão da malha brasileira. A manutenção de toda a infraestrutura rodoviária é fundamental e requer atitudes corretivas e preventivas. Um planejamento e uma gestão adequada do Subsistema Rodoviário Federal devem sempre ser perseguidos para melhor nortear os investimentos, o que requer estudos e levantamentos técnicos específicos para o setor.

Além de atender às necessidades que o transporte rodoviário possui, há também oportunidades que devem ser buscadas em prol do país. Integrações regionais, interestaduais e também com países vizinhos favorecem o desenvolvimento e o atendimento dos fluxos. Melhores integrações com outros modais de transportes, como acessos aos portos, mesclam desafios e oportunidades que o setor possui.

No âmbito do PPA 2012-2015, por mais bem elaborados que tenham sido os cenários concebidos para o planejamento das ações de transporte, foram cenários traçados em data anterior a 2012. Na seara do planejamento, é fato que cenários construídos com

antecedência concorrem para se impor aos consolidados, apresentando desafios sobre a realização do que foi inicialmente planejado. Assim sendo, é natural que ajustes devam ser buscados para se poder adequar o alcance das políticas públicas, um desafio que surge sempre que existe a necessidade de se reduzir a diferença entre o que foi planejado no PPA quadrienal e o que pôde ser efetivamente realizado, das metas previamente estipuladas. Com isso, o Programa 2075 integra um amplo portfólio de investimentos em infraestrutura rodoviária, que impõe um desafio constante na atualizações/adequações de seu escopo durante sua execução.

Resultados Relevantes

Concessão rodoviária Federal

Destaca-se no quadriênio a consolidação do portfólio de concessões de transporte rodoviário como estratégia afirmativa de parceria entre o investimento público e o privado. O programa de concessão rodoviária está estruturado em três etapas. Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, totalizando 9.969,6 km. A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,9 km. Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrange 2.624,4 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreende a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km, que contempla 5.348,7 km, concedidos no âmbito do PPA, e 1.964,6 km em fase de análise e estudo. Destaca-se também no período do plano a realização do Leilão de concessão da Ponte Rio-Niterói, prova do amadurecimento da estratégia de concessão de parcela da infraestrutura de transporte terrestre federal. Foi a primeira renovação de concessão rodoviária federal, resultando em significativa redução da tarifa, associada a novos investimentos.

Como aperfeiçoamento do Programa de Concessão, foi lançado em agosto de 2012 o Programa de Investimentos e Logística – PIL. O PIL tem como principais características a realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental da concessão, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, investimentos concentrados nos primeiros cinco anos do contrato (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de pontes e viadutos), tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER), e sem a exigência de valor de outorga para a União.

Os principais trechos concedidos no período do PPA – todos eles correspondentes à terceira etapa do Programa de Concessões Rodoviárias – são os seguintes:

- Região Sudeste: a extensão concedida no período do plano é de 2.258,1 km, e equivale aos seguintes trechos: 475,9 km – BR-101/ES/BA, 218,1 km – BR-

050/GO/MG, 793 km – BR-060/153/262/DF/GO/MG e 771,1 km – BR-040/DF/GO/MG;

- Região Norte: a extensão concedida de 179,7 km corresponde ao trecho da rodovia BR 153-TO/GO;
- Região Centro-Oeste: a extensão concedida no período do plano foi de 2.910,9 km, correspondendo às rodovias: 218,5 km - BR-050/GO/MG, 165,7 km – BR-040/DF/GO/MG, 847,2 km – BR-163/MS, 850,9 km – BR-163/MT, 383,5 km – BR-060/153/262 DF/GO/MG e 445,1 km - BR-153 TO/GO.

Manutenção de rodovias federais não concedidas

O Governo Federal adotou ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto, estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano – Conservação Tradicional, a contratos de até cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência.

No PPA 2012-2015, foram priorizados os Programas de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas (Procrema), aliados às obras de restauração e serviços de conservação, o que contemplaram 43.899,4 km da malha rodoviária federal pavimentada, correspondendo a cerca de 83% do total.

Adequação de rodovias federais

O processo de adequação de capacidade se dá tanto por meio de duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares objetivando a melhoria nas condições de tráfego de uma rodovia. Com isso, espera-se atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação. Adicionalmente, a melhora no fluxo de veículos traz um importante ganho em relação à segurança, ao permitir a melhor segregação do tráfego que segue em diferentes velocidades, reduzindo o risco de acidentes. No período, foram realizadas intervenções que possibilitaram a conclusão de rodovias estratégicas para o escoamento de produtos, ampliação da fronteira agrícola e para integração nacional.

Com relação à adequação da capacidade dos eixos rodoviários federais, informa-se que foram adequados 1.847,7 km, correspondentes a 36,2% da meta prevista nos quatro anos, e o restante está em execução ou em fase de ação preparatória. As metas de construção e adequação da malha rodoviária federal levaram em consideração a extensão total de empreendimentos, cujo horizonte extrapolava os quatro anos do PPA. Dessa

forma, as metas foram superestimadas. Porém, o impacto do resultado alcançado é significativo, já que foi obtido por meio da priorização de grandes eixos de transporte nacionais. Sendo assim, destaca-se a execução dos seguintes empreendimentos de adequação: BR-050/MG; BR-060/GO; BR-163/364/MT; BR-101/RN; BR-101/PB; BR-101/PE; BR-101/SC; BR-101/RS; BR-116/PR; BR-222/CE; BR-448/RS.

Construção de rodovias federais

O Governo Federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede, reduzindo os custos de transporte e trazendo conforto e bem-estar à população. No que se refere à expansão da malha rodoviária federal, informa-se que foram construídos 1.502,8 km da malha, o que corresponde a 30% da meta proposta para os quatro anos. Vale salientar que a previsão das metas de construção e adequação da malha rodoviária federal levou em consideração a extensão total de empreendimentos, cujo horizonte de execução extrapolava os quatro anos do PPA.

Além disso, determinadas intervenções previstas para a região amazônica demandaram uma atenção especial do ponto de vista do licenciamento ambiental e do respeito às populações indígenas ao redor das rodovias. No caso das obras previstas para BR-230/PA, foi necessário ajuste no projeto que engloba a construção e a pavimentação do trecho entre a divisa PA/TO e Rurópolis (PA) por estar próximo a terras indígenas. Também na BR-317/AM, aonde já foram concluídos 70 km das obras de construção e pavimentação do trecho entre Boca do Acre (AM) e a divisa AM/AC, foi preciso contratar a elaboração de um Projeto Básico Ambiental-PBA, especificamente para tratar o componente indígena.

Acesso a Portos

Uma das grandes preocupações do Governo Federal, refletida em programas como o PAC e o PIL, é aumentar a sinergia entre os diversos modais de transportes, o que implica, entre outras coisas, em investimentos nos acessos terrestres aos portos. Pretende-se, com isso, facilitar o escoamento da produção agroindustrial do país, aumentar a competição entre os portos e diminuir a pressão sobre áreas portuárias tradicionais e, indiretamente, fomentar a navegação de cabotagem, ao facilitar a interligação por via marítima das diferentes regiões do país.

O PPA 2012-2015 previu uma série de empreendimentos para esta temática. Destaca-se a execução do acesso a porto de Salvador, na BR-324/BA e o acesso ao porto de Pecém/CE na BR-222/CE, totalizando a adequação de 200,30 km, representando 49,71% da meta prevista. Problemas ambientais atrasaram a execução de alguns empreendimentos. A licitação para o acesso ao porto de Miritituba foi lançada no começo de 2015, mas foi revogada em 18/01/2016 e está em fase de elaboração dos atos preparativos, com previsão de licitação no mês de abril de 2016.

Contornos e Travessias

O tráfego rodoviário pode sofrer restrições de fluxo nas aglomerações urbanas em que atravessa sob vários aspectos, tais como a segurança de motoristas e pedestres, níveis

de ruído e poluição e concorrência entre o tráfego local e o de longa distância. Para mitigar tais impactos opta-se pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, e a implementação de travessias urbanas, que, embora cruzem os núcleos urbanos, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população. Pode-se destacar ao longo dos quatro anos do PPA a construção de oito dos 19 contornos ou anéis rodoviários previstos (Cascavel/PR, Maringá/PR, Barreiras/BA, Vitória/ES, Cachoeiro de Itapemirim/ES, Aracajú/SE, Anápolis/GO e Chapecó/SC) e 13 das 20 travessias urbanas previstas (Unaí/MG, Linhares/ES, Belo Jardim/PE, Cuiabá/MT, Sorriso/MT, Colina do Tocantins/TO, Guaraí/TO, Miranorte/TO, Ji-Paraná/RO, Pimenta Bueno/RO e Professor Jamil/GO, Luís Eduardo Magalhães/BA e Uberaba/MG).

Interligação com os países da América do Sul

A melhoria das condições de logística é fundamental para uma integração bem-sucedida dos países da América do Sul. No contexto da Unasul – União de Nações Sulamericanas, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) busca a identificação de projetos que possam alcançar o objetivo de melhor interconexão entre as nações da região. Parte deles já foi executado no PPA 2012-2015, como a conclusão da BR-364/AC (trecho Sena Madureira – Cruzeiro do Sul) no Eixo Amazônico, a construção da ponte internacional sobre o Rio Oiapoque que liga o Estado do Amapá ao Território da Guiana Francesa, no Eixo do Escudo-Guianês, e a construção de 56,0 km na BR-156/AP. Importante ressaltar que as obras da 2ª ponte internacional rodoviária sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu/Porto Meira (Brasil) e Puerto Presidente Franco (Paraguai), no Eixo Capricórnio, foram contratadas e os projetos já foram concluídos.

Construção de Pontes

Os empreendimentos de construção de pontes têm como objetivo aumentar a trafegabilidade das rodovias brasileiras, com redução nos custos de logística para o país e reduzindo seu impacto ambiental. Embora uma rodovia possa ter várias pontes em seu percurso, algumas delas, particularmente as com mais de 200 m de extensão, merecem atenção especial tanto pelo seu potencial integrador e de aumento da produtividade do setor logístico como pelos custos elevados e desafios técnicos para a sua construção.

No quadriênio, a pasta de transportes, por meio do DNIT, empreendeu esforços para a contratação de diversos projetos e obras relacionados a pontes rodoviárias de pequeno porte, influenciando diretamente na promoção de maior segurança dos usuários que trafegam pelas vias de transporte e contribuindo com a preservação do patrimônio público sob a responsabilidade da administração federal.

Além disso, dentre as pontes de maior vulto, destaca-se a conclusão da construção da ponte sobre o Rio Madeira, na BR-319/RO, a ponte sobre o rio Paraná na BR-262/SP/MS e a ponte Anita Garibaldi em Laguna/SC, a BR-101/SC. Tais obras são fundamentais para o aumento da trafegabilidade da malha rodoviária do país.

Fiscalização e Operação da malha rodoviária

O Plano Nacional de Controle de Velocidade (PNCV) vem evoluindo ano a ano, tendo atingido em 2015 a marca 3.426 equipamentos em operação. Esse Programa tem como objetivo reduzir a quantidade e a severidade dos acidentes nas rodovias federais. No âmbito das ações de segurança e sinalização, foram objeto de intervenções 27.678 km, por meio do Programa de Sinalização nas Rodovias Federais - PROSINAL e do Programa de Defensas Metálicas (PRODEFENSAS). Os programas de sinalização e defensas mencionados foram recentemente unificados, dando origem ao Programa BR-Legal, por meio do qual foram contratados os serviços de manutenção estruturada da sinalização para 48.000 km de rodovias. Pelo BR-Legal estão em desenvolvimento 13.800 km de projetos executivos e a implantação de 2.780 km das soluções de sinalização e segurança.

O controle do excesso de peso dos veículos de transporte de carga e de passageiros que trafegam nas rodovias federais teve como abordagem inicial a implantação e operação de 73 Postos de Pesagem de Veículos (PPV) até julho de 2014. Uma nova proposta baseada em um novo modelo de fiscalização por meio de Postos Integrados Automatizados de Fiscalização (PIAF) foi criado para permitir a automatização da fiscalização por meio da coleta de dados automatizada de veículos pesados, visando a redução do tempo de parada dos veículos. As principais vantagens do novo modelo decorrem da possibilidade de o posto de fiscalização poder operar de forma centralizada em centros de controle operacionais remotos. Em 2015, foram desenvolvidos os projetos de 35 postos e realizados os estudos para outros 27 postos integrantes da 2ª ETAPA do PIAF, com previsão de licitação para 2016.

Considerações Finais

Durante o período do PPA 2012-2015, a infraestrutura logística passou de uma preocupação nacional para uma efetiva formulação de políticas públicas, com estratégias claras para sua implementação no sentido de resolver as necessidades do setor, e refletidas no referido PPA, o que acarretou por um lado a retomada do planejamento no setor e, por outro a inclusão dos projetos prioritários nos planos de investimento federal: Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Programa de Investimentos em Logística – PIL. O setor rodoviário é significativo para a competitividade da economia nacional e, portanto, se justifica o fortalecimento das concessões federais no quadriênio 2012 a 2015 no âmbito do PIL.

Em razão dessas iniciativas, o investimento em infraestrutura logística, especialmente em transporte terrestre, saiu fortalecido, especialmente no que diz respeito aos aperfeiçoamentos no uso do instrumento da concessão. O instrumento alavancou investimentos de forma significativa no período do plano, processo que deve continuar no período do PPA 2016-2019, resultando em uma maior expressão da multimodalidade: alternativa mais viável agora para poder contribuir na busca de maior produtividade, redução de custos e o conseqüente aumento da competitividade de nossa economia em benefício de toda a sociedade brasileira.

Assim, no período do PPA 2012 2015, buscou-se obter o resultado mais equilibrado e eficiente, aquele que se apresentou para melhor contribuir com os diversos segmentos econômicos nacionais expressos sobre nosso território, agora mais bem alcançado e interligado pelas vias e meios de transporte rodoviário do que se encontrava antes, em 2011. Os objetivos e demais atributos do próximo PPA foram organizados com a finalidade de fazer frente aos principais desafios enfrentados pelo setor, e foram desenhados contemplando quatro pilares principais: a cobertura da malha, a capacidade das rodovias, a eficiência e a segurança do transporte terrestre, para que passageiros e cargas possam ser transportados com maior segurança, os fluxos se deem com maior fluidez e os custos de transporte sejam reduzidos. O principal enfoque do programa neste período será a nova edição do PIL – Programa de Investimento em Logística –, que prevê tanto novas concessões como investimentos adicionais em rodovias já concedidas. Cabe também ressaltar a fusão dos programas de transporte rodoviário e ferroviário no novo programa 2087 – Transporte Terrestre. Com isso, espera-se que as políticas sejam desenvolvidas de forma mais integrada, fomentando as sinergias entre os modos e otimizando o uso dos recursos públicos.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2011	7.008	31/12/2013	6.872	31/12/2014	7.391	31/12/2015	5.625
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2011	188.925	31/12/2013	186.407	31/12/2014	181.272	31/12/2015	121.659
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2010	57	31/12/2013	58,8	31/12/2014	60	31/12/2015	68
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2012	64.721	31/12/2013	65.920	31/12/2014	66.712	31/12/2015	64.894,6
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2012	83,5	31/12/2013	84	31/12/2014	84	31/12/2015	87,35
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R\$/100 km	25/02/2011	4,8	31/12/2012	5,13	05/12/2013	5,05	31/12/2014	5,07	31/12/2015	5,8
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	31/12/2011	123	05/09/2013	120	03/09/2014	122	31/12/2015	121
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2012	11.298	31/12/2013	11.373	31/12/2014	11.271,6586	31/12/2015	10.157,0133

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Quadro de Metas

Objetivo: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas	13.462,20	Km	8.656,40	O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é responsável pela manutenção de 11.459,2 km de rodovias federais não pavimentadas (conforme PNV de dez/2015). A meta estabelecida de 13.462,2 km compreende o total da malha, considerando os segmentos de responsabilidade dos Estados.
Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente	52.950,60	Km	43.899,40	
Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico	502,00	Estruturas	0,00	Cancelamento do programa de Recuperação de Obras de Arte tendo em vista a inexistência de projetos executivos e demais irregularidades apontadas pelo TCU. Atualmente encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras, além de um estudo para proposição de um novo PROARTE.

Objetivo: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Conceder 8.044 km de rodovias	8.044,00	Km	5.348,70	Na meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários estão incluídos todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias. Após a conclusão dos estudos de viabilidade, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à Terceira Etapa foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km.

Objetivo: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 5.103,7 km de rodovias federais	5.103,70	quilômetro	1.847,78	Até 2015 foram concluídos 1.847,78 km de obras de adequação rodoviária, e o restante está em execução ou em fase de ação preparatória. As metas de construção e adequação da malha rodoviária federal levaram em consideração a extensão total de empreendimentos, cujo horizonte extrapolava os quatro anos do PPA. Dessa forma, as metas foram superestimadas. Porém, o impacto do resultado alcançado é significativo, já que foi obtido por meio da priorização dos grandes eixos de transporte nacionais.

Objetivo: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais	402,90	quilômetro	200,30	Problemas ambientais impactaram o avanço dos empreendimentos e, conseqüentemente, a meta atingida ficou aquém da meta prevista para o período.

Objetivo: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 19 contornos ou anéis rodoviários	19,00	Contornos ou anéis rodoviários	8,00	Vários contornos estão ainda em fase preparatória, com atividades como licenciamento ambiental e preparação para a licitação.
Construir 20 travessias urbanas	20,00	Travessias urbanas	13,00	Alguns empreendimentos ainda estão em fase preparatória, com atividades de licenciamento e preparação para a licitação, entre outras.

Objetivo: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
-----------------------------	-------------------------	-------------------	-------------------------	---------------

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 5007,9 km de rodovias	5.007,90	Km	1.502,82	A previsão das metas de construção e adequação da malha rodoviária federal levou em consideração a extensão total de empreendimentos, cujo horizonte de execução extrapolava os quatro anos do PPA. Dessa forma, as metas foram superestimadas. Porém, o impacto do resultado alcançado é significativo, já que foi obtido por meio da priorização da construção e adequação nos grandes eixos de transporte nacionais.

Objetivo: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças	1.207,70	Km	406,90	Problemas como a falta de qualidade do pavimento e a necessidade de realocação de 8 aldeias impactaram no ritmo dos empreendimentos e, como consequência, a meta prevista para o período não foi atingida.
Construir 3 pontes internacionais	3,00	Pontes internacionais	1,00	A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte: a ponte entre Jaguarão (RS) e Rio Branco (Uruguai), na BR-116/RS, está em fase de licitação. A construção da segunda ponte internacional de Foz do Iguaçu (PR), na BR-277/PR, foi contratada em maio de 2014 e está em andamento. Na BR-156/AP, a obra de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque está concluída.

Objetivo: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão

Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 1.816,2 km de rodovias	1.816,20	Km	382,86	As obras na região amazônica demandam atenção especial do ponto de vista do licenciamento ambiental e do respeito às populações indígenas ao redor das rodovias previstas - a maior parte dos trechos está em fase preparatória.

Objetivo: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Construir 11 pontes sobre travessias fluviais	11,00	Pontes	3,00	Os empreendimentos estão em diferentes fases de execução ou em fase preparatória.

Objetivo: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Ministério dos Transportes

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso	220,00	unidade	0,00	Não foi possível a reativação dos Postos de Pesagem Veicular devido a uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho. O DNIT está em tratativas com o MPT para assinar um TAC para reativar os postos de pesagem e, em paralelo, busca introduzir o conceito de PIAFs - Postos Integrados Automatizados de Fiscalização.

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo	2.696,00	unidade	3.426,00	

Objetivo: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Ministério dos Transportes

Não há informações de metas quantitativas para este objetivo

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.621.361	9.708.734	2.525.419	53.240.229	29.995.254
Despesas Correntes	320.041	321.627	168.781	1.270.807	1.048.500
Despesas de Capital	10.301.320	9.387.107	2.356.638	51.969.421	28.946.754
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	10.621.361	9.708.734	2.525.419	53.240.229	29.995.254

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

PROGRAMA 2076 - TURISMO

O turismo brasileiro vem aumentando ininterruptamente sua participação relativa na economia, além de cumprir importantes papéis que lhe vem sendo atribuídos pela sociedade, especialmente no que tange à redução das disparidades regionais e sociais, com geração de emprego e renda. Assim sendo, a expectativa é de que o turismo se consolide como um forte setor da economia brasileira, apresentando crescimento robusto, o que reforça a importância não só do planejamento estratégico, mas também do modelo de gestão.

O modelo de gestão para o turismo seguiu se aperfeiçoando, no horizonte do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, de modo a consolidar a rede básica do Sistema Nacional de Turismo, instituída pela Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771 / 2008), que proporciona a integração entre as diversas instâncias de governo (de modo intersetorial) e a participação simultânea da iniciativa privada e de representações da sociedade civil.

Para enfrentar o conjunto de oportunidades e de desafios, além de ganhar competitividade internacional no setor, aproveitando a realização dos megaeventos esportivos, com destaque para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, no PPA elencaram-se cinco objetivos para o Programa Temático Turismo: (i) promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro; (ii) estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos; (iii) incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como (iv) apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento; e (v) consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

O programa também contou com cinco indicadores voltados para o acompanhamento da execução das políticas públicas implementadas pelo governo e das atividades desempenhadas pela sociedade como um todo: (i) chegada de turistas internacionais, (ii) estoque de empregos formais nas atividades características do turismo, (iii) viagens realizadas no mercado doméstico, (iv) receita cambial gerada pelo turismo e (v) Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

No objetivo “Promover a Sustentabilidade e a Qualidade de Forma a Aumentar a Competitividade do Turismo Brasileiro”, no que tange à promoção da sustentabilidade, em seus diferentes aspectos (social, ambiental e cultural), destaca-se, no ano de 2012, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, e agendas paralelas ao Evento, como o painel Inovação Verde no Turismo e o evento Turismo por um Futuro Sustentável. Em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Turismo (MTur) apresentou, durante a Rio+20, a campanha Passaporte Verde - Turismo Sustentável por um Planeta Vivo. O objetivo foi estimular o turista a adotar atitudes de consumo responsável e favorecer o desenvolvimento da atividade com base em padrões de sustentabilidade.

Com o objetivo de promover uma estrutura de cooperação e entendimento, além de facilitar a colaboração entre as partes no âmbito do processo de preparação e realização da Copa do Mundo Fifa 2014, foi lançada uma edição especial da campanha Passaporte Verde, que teve o objetivo de promover a valorização da natureza e dos recursos naturais. Nessa edição especial também foram atualizados os meios de comunicação e a linguagem, de modo que ocorreu a disponibilização de um *website*, um aplicativo para *smartphone*, perfis nas redes sociais, um *layout* de *display*, adesivos e cartazes em 60 “roteiros Passaporte Verde”, nas 12 cidades-sede da Copa. Essas ferramentas proporcionaram ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

A continuação da campanha foi validada junto aos consultores do Programa das Nações

Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, porém, não foi dado andamento ao processo de assinatura, visto que houve manifestação, por parte do PNUMA, no sentido de reavaliar as cláusulas do Memorando de Entendimento. Porém, apesar de não ter sido firmado acordo até o final do exercício de 2015 para atuação nas ações dos jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, o Ministério do Turismo continuou atuando como parceiro estratégico da Campanha Passaporte Verde. Em 2016, foi firmada parceria entre o MTur, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério do Esporte e o Programa das Nações Unidas para a divulgação da Campanha Passaporte Verde.

Em se tratando de sustentabilidade social e combate a situações de vulnerabilidade humana, o MTur fortaleceu, em sua agenda institucional, o compromisso de articular ações com outros órgãos governamentais, visando à promoção de campanhas e peças publicitárias que sensibilizem os setores produtivos do turismo a coibir e denunciar práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes, por meio dos Conselhos Tutelares ou pelo Disque Denúncia (Disque 100). Durante a Copa das Confederações, também foi realizada campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de circulação de turistas.

No âmbito da acessibilidade, o Ministério do Turismo lançou, em 2013, o Programa Turismo Acessível, que é constituído por um conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida à atividade turística com segurança e autonomia. O Programa impulsionou a criação de diversos projetos e ações como, por exemplo, o Guia Turismo Acessível (www.turismoaccessivel.gov.br), que é um guia colaborativo onde é possível avaliar a acessibilidade de pontos turísticos, hotéis, restaurantes e atrações diversas, de modo a facilitar a experiência turística desse importante público consumidor.

O MTur desempenhou, ainda, uma série de ações e projetos com vistas a ordenar as atividades turísticas, tendo em vista o aumento da qualidade dos destinos e produtos turísticos, por meio da orientação e regulamentação do setor. Nesse contexto, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem – SBClass visa promover a competitividade entre os meios de hospedagem e auxiliar os turistas em suas escolhas. O processo de classificação consiste na avaliação, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, das condições de infraestrutura, prestação de serviços

e critérios de sustentabilidade. Em setembro de 2012, foram entregues as primeiras placas de identificação e certificação por meio da metodologia de estrelas. A classificação ocorre em sete tipos de meios de hospedagem: hotel, flat, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e cama & café.

No ano de 2013, foram realizadas ações de estímulo à adesão dos empreendimentos ao SBClass, de modo que equipes do MTur fizeram visitas às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo 2014. Em 2014, o Ministério assinou o Acordo de Cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, que atuou, principalmente, na promoção e disseminação do sistema em todo o território nacional.

Atualmente, o SBClass dispõe do total de 59 meios de hospedagem classificados, sendo que, no exercício de 2015, apenas um meio de hospedagem concluiu o processo de classificação. Parte desse resultado pode ser atribuído à descontinuidade da parceria firmada com o SEBRAE, que previa, inicialmente, a sensibilização dos meios de hospedagem de todo o território nacional. Ademais, a partir da realização de pesquisa de intenções, foram identificadas as principais dificuldades de consolidação do sistema, que se vinculam: a) ao caráter voluntário; b) ao custo de adesão para o meio de hospedagem; c) aos procedimentos considerados burocráticos; e d) ao desinteresse por parte dos grandes empreendimentos.

Nessa perspectiva, o MTur, com o apoio do Conselho Técnico Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem – CTClass, órgão consultivo do projeto representado pelas entidades do setor, decidiu reavaliar a arquitetura do SBClass, tendo em vista adequá-lo às necessidades do setor, bem como às expectativas do mercado.

Outro projeto relevante para a atividade é o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos, criado para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das informações exigidas pela Lei nº 11.771/2008 e Decreto nº 7.381/2010. O objetivo é qualificar, modernizar e tornar mais eficiente o levantamento de estatísticas sobre o turismo no País, bem como trazer maior segurança aos empreendimentos e aos turistas. Tal ferramenta permite que o Governo Federal realize o tratamento dessas informações, identifique o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, o que possibilita a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagem, distribuídos em 452 municípios, utilizaram o sistema. Já em 2015, 353 municípios participaram, totalizando cerca de 13 milhões fichas.

Há também o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – Cadastur, que foi ajustado em 2013 e tornou-se mais simples e inclusivo, a partir da publicação da Portaria MTur nº 197/2013. As novas regras permitem que os Microempreendedores Individuais – MEI façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor, em qualquer atividade. Cabe destacar que, para algumas modalidades de serviço turístico, conforme a Lei nº 11.771/2008, o registro é obrigatório, como: meios de hospedagem, agências de turismo,

transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo.

Em 2015, teve início a reformulação do Cadastur, que contempla a reestruturação de todos os módulos do sistema. Já foram reestruturados os módulos de cadastramento dos guias de turismo e dos meios de hospedagem. Essa ação, em cumprimento ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, teve a finalidade de modernizar o sistema, para facilitar o acesso, e o tornar mais atrativo aos prestadores de serviços turísticos.

O aumento de cerca de 290% dos prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur, no decorrer desses quatro anos deve-se, inicialmente, às ações de estímulo e às visitas de equipes do MTur às cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Copa do Mundo 2014. Além disso, a publicação da Portaria nº 197/2013 e a renovação dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o MTur e os Órgãos Delegados Oficiais de Turismo dos Estados também contribuíram para a adesão ao cadastro.

Quanto ao modelo de gestão compartilhada e descentralizada do turismo, foi estabelecida uma rede nacional de entidades, instituições e fóruns, que envolve as três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor. Os órgãos e entidades que compõem cada um desses setores estão, por sua vez, organizados em três níveis, o que permite um amplo debate e a implementação participativa da Política Nacional para o Setor Turístico.

No âmbito federal, há o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Ministério do Turismo, a Embratur, o Conselho Nacional de Turismo – CNT, e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur. Na esfera estadual, o modelo de gestão compartilhada abrange os órgãos oficiais de turismo das Unidades Federadas – UFs, os fóruns e conselhos estaduais de turismo e as instâncias de governança das macrorregiões. Esse modelo de gestão compartilhada se completa com o núcleo regional/municipal, do qual participam os órgãos municipais de turismo, os conselhos municipais de turismo e as instâncias de governança regionais.

Em 2012, foi realizado levantamento pelo MTur, que apontou que haviam 145 instâncias de governança em funcionamento. Com a reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo, em 2013, optou-se por reiniciar a contagem, uma vez que se avaliou que a consolidação de instâncias é parte inerente a implementação do Programa.

A meta de “Fortalecer Institucionalmente os 27 Órgãos Oficiais de Turismo dos estados” evoluiu de sete, em 2012, para 26 em 2015, atingindo quase a totalidade dos 27 estados e Distrito Federal. A ação de fortalecimento institucional realizada abrangeu o apoio ao planejamento estratégico dos órgãos estaduais por meio de reuniões realizadas eventos específicos do setor (Feira da ABAV, Salão Estadual de Turismo de Minas Gerais e Salão Estadual de Turismo da Bahia), bem como por meio de encontros de interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo realizados em Brasília.

Em 2015, foram dados importantes passos para o fortalecimento dos órgãos oficiais de turismo das Unidades Federadas. Por meio de parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, o MTur realizou, nos meses de agosto e outubro, a “Oficina de Formação de Facilitadores de Processos Participativos”, voltada para a capacitação dos interlocutores estaduais do Programa de Regionalização do Turismo. Esses interlocutores são os responsáveis, em âmbito estadual/distrital, pelo planejamento, execução, acompanhamento, avaliação de processos e resultados das políticas e programas do MTur – como é o caso do Programa de Regionalização do Turismo - e projetos relacionados à Política Nacional de Turismo.

Considera-se que o processo de formação de capital social é um importante instrumento para o desenvolvimento do turismo e o fortalecimento da gestão compartilhada da atividade. No campo das dificuldades encontradas, cabe mencionar a escassez de recursos humanos e financeiros dos órgãos estaduais de turismo, que dificultou a participação das UFs nas oficinas e dificulta a realização das ações em âmbito estadual.

Com o propósito de consolidar o modelo de gestão compartilhada da atividade turística no Brasil, foram realizados importantes fóruns e encontros:

- I. Reuniões do Conselho Nacional de Turismo ou de seu Comitê Gestor;
- II. Encontros do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur;
- III. Instituição do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e
- IV. Encontro Nacional de Turismo.

Duas iniciativas do MTur, em especial, são executadas por meio desse modelo de gestão compartilhada e descentralizada: o Programa de Regionalização do Turismo e o Inventário da Oferta Turística.

Por meio de um trabalho elaborado pelo Ministério do Turismo, com o suporte técnico da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, lançou-se a “Agenda Estratégica do Turismo”, com visão prospectiva para 2022. A Agenda constitui uma diretriz para os programas, projetos e ações do Plano Nacional de Turismo – PNT, no sentido de permitir a formulação de documentos de caráter executivo, com orientações estratégicas e de ações táticas para implementar um conjunto de políticas públicas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no País. Espera-se que o estudo possibilite a orientação de recursos públicos e privados para solução dos gargalos que têm impedido, ou adiado, a plena expansão da atividade turística no País, notadamente no que diz respeito ao tratamento fiscal e tributário – demanda recorrente das entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo.

Estabeleceu-se, em 2015, a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, com o intuito de orientar o desenvolvimento de políticas públicas federais de turismo específicas, de acordo com suas categorias (www.mapa.turismo.gov.br). A categorização (Portaria MTur nº 144/2015) traz informações sobre o desempenho da economia do turismo nos municípios brasileiros.

Além da categorização, foi iniciado o processo de atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que está sendo realizada por meio de um Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema permite o cadastramento dos interlocutores do Programa, em âmbito regional e municipal, e o fortalecimento da Rede Nacional de Regionalização do Turismo, que são passos fundamentais para a consolidação das instâncias de governança de turismo regionais e municipais.

Com relação à Política de Estruturação de Destinos, observa-se uma evolução ao longo dos anos e, em 2013, ganhou contornos substanciais com a reformulação do Programa de Regionalização do Turismo. Esse programa, que tem enfoque territorial, trabalha a convergência e a interação de ações para apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir de oito eixos estruturantes e de uma perspectiva regional. Para a implementação da Política, foram previstas estratégias como: mapeamento, categorização, formação, fomento, comunicação e monitoramento.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes realizações: início, em 2015, do processo de capacitação dos interlocutores do Programa; elaboração, em 2015, de proposta de atualização da Portaria MTur nº 112/2013, que cria regras para a transferência de recursos e encontra-se em tramitação no MTur; retomada da Rede do Programa de Regionalização, em 2015, a qual vem sendo ampliada e alimentada constantemente; o monitoramento tem se dado, especialmente, pelo Índice de Competitividade do Turismo Nacional, realizado em 65 destinos brasileiros.

No quadriênio 2012-2015, destaca-se, ainda, o Prodetur Nacional, Programa do Ministério do Turismo que tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais, com o intuito de gerar novos empregos e diminuir as desigualdades regionais. O diferencial do programa é o apoio prestado aos entes públicos no acesso a recursos provenientes de financiamentos externos, cujos projetos devem estar pautados por prévios processos de planejamento dos territórios priorizados, que objetivem diagnosticar os fatores que ocasionam a baixa competitividade das áreas turísticas no mercado nacional e internacional.

O Prodetur Nacional constituiu US\$ 896.066.370,00 em contratos assinados entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e as capitais Fortaleza e Manaus, como também entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe, além do contrato assinado com o Ministério do Turismo.

Quadro 1 – Situação do PRODETUR Nacional – Contratos em execução

MUTUÁRIO	UF	Em US\$ 1.000				ASSINATURA
		CUSTOS			TOTAL	
		BID	CAF	CP		
Município de Fortaleza	CE	-	50.000,00	50.000,00	100.000,00	14/05/2012
Município de Manaus	AM	-	21.512,85	21.649,52	43.162,37	13/11/2012
Estado da Bahia	BA	50.822,00	-	33.882,00	84.704,00	23/04/2014
Estado do Ceará	CE	150.000,00	-	100.000,00	250.000,00	25/11/2010
Estado de Pernambuco	PE	75.000,00	-	50.000,00	125.000,00	02/12/2010
Estado do Rio de Janeiro	RJ	112.000,00	-	75.000,00	187.000,00	08/08/2011
Estado de Sergipe	SE	60.000,00	-	40.000,00	100.000,00	18/12/2013
Ministério do Turismo	-	3.750,00	-	2.450,00	6.200,00	17/06/2010
Totais e Médias		451.572,00	71.512,85	372.981,52	896.066,37	

Fonte: SEAIN/MPOG-Set/2015

É importante destacar que ao longo do período, com vistas à negociação da proposta de financiamento, os municípios de Boa Vista, Florianópolis, Salvador e os Estados de Tocantins, Espírito Santo, Pará e Paraíba deram início a novas propostas de contratação, as quais ainda se encontram em fase de preparação, totalizando US\$ 508.780.000,00, conforme demonstrado a seguir no Quadro 2.

Quadro 2 – Situação do PRODETUR Nacional – Contratos em preparação

Em US\$ 1.000						
MUTUÁRIO PROPONENTE/SITUAÇÃO	UF	CUSTOS			TOTAL	
		BID	CAF	CP		
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO GTEC						
Município de Boa Vista	RR	25.000,00	-	25.000,00	50.000,00	
Município de Florianópolis	SC	35.711,00	-	35.711,00	71.422,00	
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO NEGOCIAÇÃO						
Município de Salvador	BA	52.512,00	-	52.512,00	105.024,00	
Estado do Tocantins	TO		72.000,00	48.000,00	120.000,00	
EM PREPARAÇÃO/AGUARDANDO ASSINATURA						
Estado do Espírito Santo	ES	48.000,00	-	32.000,00	80.000,00	
Estado do Pará	PA	26.400,00	-	17.600,00	44.000,00	
Estado da Paraíba	PB	23.000,00	-	15.334,00	38.334,00	
Totais		210.623,00	72.000,00	226.157,00	508.780,00	

Fonte: SEAIN/MPOG-Set/2015.

Somando-se as operações de crédito em execução com os contratos em preparação, o Prodetur Nacional alcança uma carteira de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão, considerando os investimentos do financiamento e a contrapartida aportada pelos mutuários.

No período de 2012 a 2015, por meio das ações orçamentárias 10X0 e 14TJ, ambas denominadas “Participação da União na Implementação do Prodetur Nacional”, investiu-se, aproximadamente, o valor de R\$ 294.000.000,00 para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, de *Marketing*, de Fortalecimento Institucional e de Avaliação Ambiental Estratégica de polos turísticos inseridos no Programa. Além disso, houve repasse de recursos para o andamento de ações de infraestrutura, que são imprescindíveis para o apoio a novas contratações, bem como para o desenvolvimento regional integrado e sustentável do turismo no país.

Por fim, cabe mencionar que o MTur é o responsável por coordenar e acompanhar planos, programas e ações voltados a implementação de projetos de infraestrutura turística, conforme dispõe o Plano Nacional de Turismo – PNT.

No período do PPA 2012 – 2015, as ações de infraestrutura executadas pelo MTur foram pautadas pelos seguintes desafios:

- Identificação das necessidades de infraestrutura, visando permitir a expansão da atividade turística e a melhoria da qualidade e oferta do produto para o turista nas diversas regiões do país;
- Contribuição para criação de condições adequadas para o desenvolvimento coordenado e sustentável do turismo;
- Criação de condições para implantação de equipamentos turísticos;
- Facilitação do acesso aos turistas, de maneira universal, inclusive aos portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Cabe destacar que, no período em apreço, foi criado o PAC Turismo para apoiar obras estruturantes em diversas regiões do país, tais como a construção de centros de convenções e a implantação de sinalizações turísticas. No âmbito do PAC Turismo, destacam-se a reforma do Autódromo de Interlagos e a Construção da fábrica do Samba, ambos em São Paulo. No total, o PAC Turismo contemplou 47 obras. Para além do PPA 2012-2015, em janeiro de 2016, mais duas obras foram incluídas na carteira do PAC Turismo: a duplicação das rodovias AL-101 norte e AL-220, ambas importantes vias para desenvolvimento do turismo no Estado de Alagoas.

Ressalta-se, também, a participação do MTur na adequação da Infraestrutura Turística

Pública para os Grandes Eventos Esportivos, ação criada para atender as demandas por centros de atendimento ao turista, sinalização turística e acessibilidade às pessoas com deficiência sensorial ou motora ou com mobilidade reduzida nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Destaca-se, no entanto, que os estados e os municípios responsáveis pela execução das referidas obras não lograram, em sua maioria, êxito na condução das referidas obras.

No período de 2012 a 2015, foram apoiadas mais de 4.300 obras em todo o país, tais como: centros de eventos; centros de convenções; centros culturais; centros de atendimento ao turista; sinalização turística; portais e pórticos; pavimentação; construção/reforma de

praças; e requalificação de orlas lacustres, fluviais e marítimas. Essas ações somaram, aproximadamente, R\$ 3,4 bilhões investidos em diversos tipos de obras.

Destaca-se que uma ação orçamentária foi criada (14KP – Adequação da Infraestrutura Turística Pública para os Grandes Eventos Esportivos), exclusivamente, para o atendimento às demandas de infraestrutura e sinalização turística, nas cidades que sediaram os grandes eventos esportivos, para onde foram destinados recursos nos anos de 2013 e 2014. Em se tratando dessa ação orçamentária, todos os recursos destinados foram investidos na execução de objetos voltados à implementação de infraestrutura e sinalização turística nas cidades sede, contribuindo para o aumento da competitividade turística desses destinos, mesmo após a realização dos grandes eventos esportivos.

No que concerne à qualificação, a meta de qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo foi estimada dentro do contexto dos Programas “Bem Receber Copa” e “Olá Turista”. No entanto, os Programas não foram bem sucedidos em decorrência de dificuldades com a prestação de contas de alguns conveniados. Dessa forma, o alcance da meta restou prejudicado, visto que ocorreu a suspensão dos repasses de recursos e a interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, por força do Decreto nº 7.592/2011. Assim, no decorrer do quadriênio do PPA, foram qualificados somente 1.354 profissionais, decorrentes de instrumentos celebrados com entes públicos.

Assim sendo, o MTur realinhou as ações de qualificação e optou por construir uma Política Nacional de Qualificação em Turismo – PNQT, que indicará o rumo a ser trilhado para a qualificação do setor de turismo no País.

A escolha do Brasil como sede dos eventos da Copa das Confederações 2013, da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 representou uma oportunidade de promover uma imagem positiva do País para aqueles que estarão visitando as cidades brasileiras. Sendo esse um importante legado para o país.

Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta dos serviços aos turistas, o PPA estabeleceu o objetivo de estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos. Buscou-se qualificar e priorizar o aperfeiçoamento de profissionais da cadeia produtiva do turismo, assim como desenvolver ações que auxiliem a suprir a necessidade de mão de obra no setor.

As ações de qualificação para o segmento turístico foram e continuam a ser executadas por intermédio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a disponibilização de 279 cursos do Catálogo FIC. Considerando-se que, a oferta desses cursos ocorre de forma compartilhada com outros demandantes, até dezembro de 2015 foram matriculados 399.546 alunos, sendo 141.069 concluintes, com turmas ainda em execução ao final de 2015, conforme dados disponibilizados pelo MEC, gestor do Programa. Após a Copa do Mundo FIFA 2014 e considerando a continuidade das ações de qualificação no âmbito do MTur, com o foco na melhoria da prestação de serviços do setor de turismo, o PRONATEC TURISMO foi reformulado, tendo como principais mudanças a alteração da nomenclatura, novo recorte de cursos e municípios e inserção de mais uma linha de ação voltada a um público específico. O Programa, atualmente, encontra-

se subdividido da seguinte forma: PRONATEC Turismo Cidadão, PRONATEC Turismo na Empresa, PRONATEC Turismo Social e PRONATEC Turismo Desenvolvimento Local.

Para as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, será reforçada a oferta de cursos de qualificação em idiomas para o efetivo da segurança pública, que atuará nas cinco cidades onde serão sediados os jogos, bem como a oferta de cursos de idiomas para as pessoas que atuam no receptivo turístico. Além disso, em 2015, também para as Olimpíadas e Paralimpíadas, foi celebrada parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ, para qualificar 9.000 pessoas em 2016.

As informações e a legislação aplicável ao PRONATEC podem ser consultadas no portal do MEC (www.pronatec.mec.gov.br). O sistema de execução e acompanhamento do PRONATEC é o SISTEC, onde são inseridas as ofertas de cursos e realizadas as pré-matrículas e matrículas dos beneficiários do Programa.

Outro importante objetivo do Programa Temático Turismo é incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil. A promoção do turismo interno e do produto turístico brasileiro é feita, prioritariamente, por meio da veiculação de campanhas promocionais (em TV, revistas, jornais, mídias sociais e internet); ações de publicidade e propaganda; além da produção de material institucional, de forma a motivar o brasileiro a viajar e conhecer o seu País, a aumentando o fluxo interno.

A meta de realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico foi superada, de modo que, no período, realizaram-se 27 campanhas, além da elaboração de materiais promocionais, voltadas para o mercado turístico interno.

Outras importantes iniciativas foram: o lançamento do guia Viaje Legal (versões online e impressa), que visa divulgar informações úteis para quem viaja de avião, ônibus, navio e automóvel; a segunda edição do Projeto Viaja Mais Melhor Idade, lançada em 2013, cujo objetivo foi promover a inclusão social de pessoas com mais de 60 anos, de aposentados e de pensionistas, proporcionando-lhes oportunidades de viajar e usufruir os benefícios da atividade turística, como forma de fortalecimento do setor no Brasil. Um portal de ofertas com descontos e vantagens exclusivas para o público do projeto foi lançado no portal www.viajamais.gov.br. Até o final de 2015, o portal obteve mais de 485 mil acessos, sendo oferecidas mais de 500 ofertas para 95 destinos brasileiros.

Em relação às ações de apoio à comercialização, por meio de locação de estande para distribuição de materiais de divulgação dos programas, projetos e ações vigentes, o MTur tem participado de eventos tradicionais e relevantes, como : *Lacte Latin American*, Salão Paranaense de Turismo, 32º Congresso da Federação de Entidades Organizadoras de Congressos e Afins da América Latina, 57º Congresso Nacional de Hotéis (Conotel), Convenção da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), Fórum Panrotas, Associação das Agências de Viagens Independentes do Interior do Estado de São Paulo - Aviesp 38ª Expo de Negócios em Turismo, *World Travel Market Latin America* (WTM), *Brazil National Tourism Mart* (BNTM), Mostra Viajar, Congresso Brasileiro de Guias, Seminário da Associação Brasileira das Empresas de Eventos (ABEOC), *Workshop* Visual, Festival Turismo Cataratas, Salão Rota 101, 19ª Feira da Associação dos Agentes de Viagens de Ribeirão Preto e Região (AVIRRP), Centro - Oeste Tur, 4th *Icca Latin American*

Meeting, 43ª ABAV Expo Internacional de Turismo, Festival de Turismo de João Pessoa e Festival de Turismo de Gramado.

O Programa 2076 também contempla um objetivo voltado para a divulgação no exterior da imagem do País, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como para o apoio à internacionalização das empresas brasileiras do segmento. O referido objetivo está atrelado às competências do Instituto Brasileiro do Turismo – Embratur e foi estabelecido com base, principalmente, no Plano Aquarela 2010 – 2020 – Marketing Turístico Internacional do Brasil, que mapeou as possibilidades do impacto dos megaeventos na economia turística do país, e no Documento Referencial 2011 – 2014, elaborado pelo Conselho Nacional de Turismo – CNT, para ser entregue aos candidatos à Presidência da República com as expectativas do setor e no Plano Nacional de Turismo.

Entretanto, os cenários traçados nestes Planos não viraram realidade, sendo o orçamento o item que apresentou a maior distorção entre o planejado e o realizado. Assim, as metas sofreram impacto significativo, que, no entanto, foi mitigado pelos fatos que expõem a seguir.

Entre os anos de 2012 e 2015, o turismo brasileiro viveu um dos melhores períodos da sua história, o qual foi ocasionado pelos megaeventos realizados no país. Citam-se, especificamente: a Rio+20, em 2012; a Jornada Mundial da Juventude, em 2013; a Copa das Confederações, em 2013; a Copa do Mundo FIFA de Futebol, em 2014; e, em 2015, a preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

Ressalta-se que a realização dos megaeventos foi fundamental para o turismo brasileiro, não somente pelos investimentos em infraestrutura, treinamento e articulação, mas também pela exposição da imagem do país no exterior.

Os megaeventos foram, ainda, importantes para a geração de dados, informações e pesquisas. Seria preciso um trabalho *stricto sensu* para tabular e entender a conjuntura do turismo no país após esses eventos. Cabe mencionar ainda que o turismo no país e no mundo vem mudando, conforme aponta a Pesquisa Internacional da Demanda Turística Internacional do Brasil, realizada pelo Ministério do Turismo. O estudo evidencia, por exemplo, que as compras pela internet estão crescendo em um volume muito maior do que os outros itens elencados. Com base nesses dados, a estratégia da Embratur está sendo redirecionada às mídias digitais, conforme Decreto nº 8.664, de 21 de janeiro de 2016.

As informações sobre a entrada de turistas internacionais e geração de divisas encontram-se no site: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional.

Dentre os estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro, realizados e disponibilizados no período 2012-2015 podem-se destacar:

- I. Pesquisas sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil;
- II. Divulgação dos dados de Chegada de turistas não residentes;

- III. Divulgação dos Anuários Estatístico de Turismo;
- IV. Sondagens mensais de intenção de viagens pelos consumidores;
- V. Pesquisas Anuais de Conjuntura Econômica do Turismo – PACET;
- VI. Boletins Trimestrais de Desempenho Econômico do Turismo;
- VII. Estudo de Demanda Turística Doméstica - 2012;
- VIII. Divulgação de resultados sobre demanda internacional - Copa 2014;
- IX. Divulgação de resultados da demanda doméstica - Copa 2014;
- X. Índice de Competitividade dos Destinos Turísticos Indutores - 2015;
- XI. Atendimento às demandas de organismos internacionais – Anuários Estatísticos e Compendium da Organização Mundial do Turismo – OMT, e publicações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE;
- XII. Atendimento às demandas de organismos nacionais/IBGE - Brasil em Números - 2015;
- XIII. Elaboração do Diagnóstico e Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo - 2015;
- XIV. Compilação e sistematização de dados secundários (Receita Cambial Turística; Desembarques nacionais e internacionais; dentre outros); e
- XV. Manutenção e atualização das informações disponibilizadas na área de Dados e Fatos, no portal do turismo brasileiro, endereço eletrônico www.turismo.gov.br/dadosefatos.

Considerações finais

Diante do exposto, no horizonte temporal do PPA 2012-2015, observam-se importantes avanços na condução das políticas públicas do setor de turismo no país, bem como nas ações voltadas à estruturação e comercialização de produtos e destinos turísticos.

A continuidade da política pública de turismo se dará por meio do Programa 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo, cuja elaboração ocorreu de forma participativa, sendo que todas as áreas do MTur, bem como da entidade vinculada, além dos representantes dos colegiados, puderam enviar propostas e participar das oficinas conduzidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Mesmo com as limitações inerentes ao processo de elaboração do Plano, foi perceptível o esforço da Secretaria de Planejamento e Investimento - SPI no sentido de considerar iniciativas transversais, de modo a ampliar o nível de abrangência das agendas temáticas propostas.

O Programa está amparado na diretriz estratégica de “promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia” e possui dois objetivos, que se relacionam aos objetivos estratégicos da Política de Nacional de Turismo:

- i) aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos;
- ii) promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.
 - As metas estabelecidas pelo Programa propõem, dentre outras ações:
 - Qualificar 24 mil profissionais,
 - Concluir 2.000 obras de infraestrutura turística; e
 - Aumentar a entrada de turistas estrangeiros no Brasil.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Valor Apurado 2012		Valor Apurado 2013		Valor Apurado 2014		Valor Apurado 2015	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2011	5,43	31/12/2012	5,6768	31/12/2013	5,8133	31/12/2014	6,4298
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	31/12/2010	2,53	31/12/2013	3,0141	30/12/2014	3,1579	20/12/2015	3,19
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2011	57,5	31/12/2013	58,8	31/12/2014	59,5	31/12/2015	60
Receita cambial gerada pelo turismo	US\$ bilhão	31/12/2010	5,26	31/12/2012	6,38	31/12/2013	6,47	31/12/2014	6,84	31/12/2015	5,844
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	30/09/2012	190,88	31/12/2013	201,76	31/12/2013	201,76	31/12/2014	206

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Quadro de Metas

Objetivo: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos	33.852,00	prestadores de serviços turísticos	56.362,00	Meta superada, com resultado acumulado de 166,5% no período do PPA.
Classificar 2.000 empreendimentos turísticos	2.000,00	Empreendimentos turísticos	59,00	O surgimento de ferramentas coletivas e gratuitas em meio Web para classificação de empreendimentos retirou grande parte da atratividade e do interesse dos meios de hospedagem de aderir ao SBClass.
Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo	186.750,00	Gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo	1.354,00	O alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas. Informações completas referente a execução 2015, encontra-se em anexo.

Objetivo: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol	162.000,00	Profissionais	399.546,00	Meta superada, com resultado acumulado de 246,6% Informações completas referente a execução 2015, encontra-se em anexo.

Objetivo: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão

Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico	16,00	Campanhas	27,00	Meta superada, com resultado acumulado de 168,7% do previsto ao longo do período do PPA 2012-2015.

Objetivo: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão

Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros	11.500.000,00	Desembarques internacionais	9.467.994,00	

Objetivo: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão

Ministério do Turismo

Metas Quantitativas

Descrição da Meta 2012-2015	Meta Prevista 2012-2015	Unidade de Medida	Meta Realizada Até 2015	Considerações
Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais	154,00	Instâncias de governança	0,00	
Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados	27,00	Órgãos oficiais de turismo	26,00	

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Execução 2015			Execução 2012 a 2015	
	Dotação (mil R\$)		Executado (mil R\$)*	Dotação (mil R\$)	Executado (mil R\$)**
	LOA	LOA+Créditos		LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.785.752	1.957.202	74.656	10.340.756	1.755.409
Despesas Correntes	375.797	360.457	74.363	1.483.304	611.204
Despesas de Capital	1.409.955	1.596.745	292	8.857.452	1.144.205
Orçamento de Investimento das Empresas	0	0	0	0	0
Totais	1.785.752	1.957.202	74.656	10.340.756	1.755.409

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

(**) Inclui os valores executados em cada ano e os RAPs liquidados.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos
Estratégicos

Ministério do
Planejamento

